



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2362

Segunda-feira - 16 de Outubro de 2017

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Agrônoma	2	Garopaba.....	95	Morro Grande.....	210
Água Doce.....	3	Gaspar	96	Nova Itaberaba	363
Alfredo Wagner	5	Governador Celso Ramos	98	Nova Veneza	365
Alto Bela Vista.....	6	Grão Pará	99	Orleans	366
Apiuna.....	7	Guatambú	100	Passos Maia	390
Arabutã	8	Herval d'Oeste	101	Piratuba.....	392
Bom Jesus do Oeste	9	Imbituba	102	Pomerode.....	393
Braço do Trombudo	11	Indaial.....	103	Presidente Castello Branco	396
Camboriú.....	15	Iomerê	104	Rio do Sul.....	397
Campo Alegre	17	Iporã do Oeste.....	105	Romelândia.....	415
Catanduvas.....	18	Irani	108	Santa Helena	418
Cerro Negro.....	22	Irineópolis	110	São Bento do Sul.....	419
Cocal do Sul.....	23	Itá	111	São Lourenço do Oeste.....	420
Concórdia	26	Itapema	130	São Miguel do Oeste.....	421
Coronel Freitas.....	68	Itapiranga.....	132	Schroeder	423
Correia Pinto.....	69	Joaçaba	136	Serra Alta	436
Corupá	71	Laguna	141	Tangará	544
Cunha Porã.....	72	Luis Alves	142	Tigrinhos	545
Cunhataí.....	77	Luzerna	143	Timbó	546
Dona Emma.....	78	Maravilha.....	184	Tunápolis	621
Ervai Velho	79	Meleiro	185	Urussanga	622
Formosa do Sul	89	Modelo	188	Videira.....	623
Forquilha.....	91	Mondaí.....	203	Xavantina	625
Fraiburgo.....	94	Morro da Fumaça	204		

Associações

AMOSC.....	626
------------	-----

Consórcios

ARIS	627
CIS/AMMVI.....	627
CIS/AMOSC.....	628
Consórcio CISAMA.....	628
CIASS.....	629



Agronômica

PREFEITURA

AVISO DE PREGÃO 49/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONOMICA – SC
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 56/2017
PREGAO PRESENCIAL Nº 49/2017

Objeto: CONTRATAÇÃO DE INSTRUTOR/ORIENTADOR PARA TREINAMENTO DA FANFARRA DO MUNICÍPIO DE AGRONOMICA.

Abertura dos envelopes: 26/10/2017 as 09:00h.

Local: Rua Sete de Setembro, 215, Setor de Licitações.

Local para a obtenção do edital: na Prefeitura Municipal, pelo e-mail: licitacao@agronomica.sc.gov.br, ou no site www.agronomica.sc.gov.br.

Maiores informações: (47) 3542 0166.

Agronômica, em 16 de outubro de 2017.

CESAR LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

Decreto 076/2017

DECRETO Nº. 076/2017 DE 13 DE OUTUBRO DE 2017.

“SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA”

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal de Agronômica Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI, do Art. 79, da Lei Orgânica Municipal, e,

CONSIDERANDO:

-Que o poder discricionário e regulamentador inerente ao Poder Executivo Municipal, permite-lhe editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo no âmbito da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, na administração pública,

-O disposto no Art. 10º da Lei nº. 1.081/2016 de 24 de novembro de 2016, que autoriza nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº. 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 50% da Receita Estimada,

- Que o Inciso I do Artigo 10º da Lei nº. 1.081/2016, autoriza a utilizar o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;

- Que a dotação nº. 62 do Departamento Municipal de Obras, encontra-se insuficiente para atender os dispêndios orçamentários até o final do exercício financeiro de 2017.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional especial, no orçamento geral do município, no valor de R\$ 59.700,00 (cinquenta e nove mil e setecentos reais), no título da dotação orçamentária conforme abaixo:

Despesa – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas (62)

Programa – 31 – Utilidade Pública

Ação – 2.025 – Manutenção da Iluminação Pública - COSIP

Unidade – 06.01 – Departamento Municipal de Obras

Função – 25 – Energia

Subfunção – 752 – Energia Elétrica

Valor R\$ 59.700,00

Art. 2º - Fica suplementado o artigo 1º por conta do excesso ou provável excesso de arrecadação verificado até o final do mês de dezembro de 2016, no importe de R\$ 59.700,00, fonte de recursos 0.01.0119 – Recursos COSIP.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, 13 de outubro de 2017.

CESAR LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

Registrado em 13/10/2017 e publicado em 16/10/2017

FRANCISCO ALEXANDRE DUARTE NETO

Diretor de Administração e Finanças

Água Doce

PREFEITURA

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10/2017 FMAS

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10/2017

Termo Aditivo Ao Contrato n. 10/2017, para locação de imóvel – Defesa Civil – Situação de Emergência – Áreas Afetadas por Chuvas Intensas – Cod. COBRADE 1.3.2.1.4, que entre si celebram de um lado o Município de Água Doce representado pelo Prefeito Municipal- Antonio José Bissani, brasileiro casado residente e domiciliado na Rua Nereu Ramos, nº 106 Água Doce, através do Fundo Municipal de Assistência Social, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob n. 13.612.607/0001-74, com endereço na Praça João Macagnan, 322 na cidade de Água Doce – SC, neste ato representado pela gestora, Exmo. Srª. MARLI R. SPAGNOL GUERREIRO, brasileira, casada, residente e domiciliada neste Município, portador do CPF nº400.991.999-04, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado a Sr. ADRIANO GUIMARÃES, pessoa física, inscrita no CPF nº 008.841.479-59, brasileiro, solteiro, motorista com endereço na Rua Márcilio Dias, nº 47 – Centro Água Doce – SC, de agora em diante denominada Contratada, decidem de comum acordo aditar o predito Contrato, o que o fazem da seguinte forma:

Cláusula Aditiva Primeira: Fica prorrogado o prazo do referido contrato até 09/02/2018.

Cláusula Aditiva Segunda: Mantem-se o valor de R\$ 600,00 mensais, perfazendo um total de R\$ 2.400,00.

Cláusula Aditiva Terceira: As demais cláusulas do Contrato ora aditado permanecem inalteradas.

E por assim estarem certos e ajustados fazem o presente Termo Aditivo em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo arroladas.

Água Doce, 09 de outubro de 2017

ANTONIO JOSÉ BISSANI	ADRIANO GUIMARÃES
Prefeito Municipal	Proprietário
Contratante	Contratado

MARLI SPAGNOL GUERREIRO
Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social

Testemunhas

KÁRIN ANE CÔRSO	OÉLINTON LUÍS FERREIRA HARTCOPF
CPF nº 048.377.789-76	CPF nº 594.852.729-87

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 11/2017 FMAS

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 11/2017

Termo Aditivo Ao Contrato n. 11/2017, para locação de imóvel – Defesa Civil – Situação de Emergência – Áreas Afetadas por Chuvas Intensas – Cod. COBRADE 1.3.2.1.4, que entre si celebram de um lado o Município de Água Doce representado pelo Prefeito Municipal- Antonio José Bissani, brasileiro casado residente e domiciliado na Rua Nereu Ramos, nº 106 Água Doce, através do Fundo Municipal de Assistência Social, pessoa jurídica de direito público, inscrita

no CNPJ sob n. 13.612.607/0001-74, com endereço na Praça João Macagnan, 322 na cidade de Água Doce – SC, neste ato representado pela gestora, Exmo. Srª. MARLI R. SPAGNOL GUERREIRO, brasileira, casada, residente e domiciliada neste Município, portador do CPF nº400.991.999-04, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado a Sr. JOVELINO RECALCATTI, pessoa física, inscrita no CPF nº 518.033.489-68, brasileiro, casado, aposentado com endereço na Rua Bela Vista, n 480 – Centro Água Doce – SC, de agora em diante denominada Contratada, decidem de comum acordo aditar o predito Contrato, o que o fazem da seguinte forma:

Cláusula Aditiva Primeira: Fica prorrogado o prazo do referido contrato até 09/02/2018.

Cláusula Aditiva Segunda: Mantem-se o valor de R\$ 600,00 mensais, perfazendo um total de R\$ 2.400,00.

Cláusula Aditiva Terceira: As demais cláusulas do Contrato ora aditado permanecem inalteradas.

E por assim estarem certos e ajustados fazem o presente Termo Aditivo em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo arroladas.

Água Doce, 09 de outubro de 2017

ANTONIO JOSÉ BISSANI	JOVELINO RECALCATTI
Prefeito Municipal	Proprietário
Contratante	Contratado

MARLI SPAGNOL GUERREIRO
Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social

Testemunhas

KÁRIN ANE CÔRSO	OÉLINTON LUÍS FERREIRA HARTCOPF
CPF nº 048.377.789-76	CPF nº 594.852.729-87

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 2/2017 FMAS

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 2/2017

Termo Aditivo Ao Contrato de Fornecimento de Combustíveis n. 2/2017, que entre si celebram de um lado Fundo Municipal de Assistência Social, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ 13.612.607/0001-74 com sede na Praça João Macagnan nº322, em Água Doce - SC, neste ato representado pelo sua Gestora, Sra. MARLI ROSA SPAGNOL GUERREIRO, e de outro lado a empresa AUTO POSTO ÁGUA DOCE LTDA, estabelecida na Avenida Independência – Centro – Água Doce – SC, CNPJ nº. 82.519.430/0001-89, neste ato representado por seu Sócio, Senhor REGINALDO TONIAL, decidem de comum acordo aditar o predito Contrato, o que o fazem da seguinte forma:

Cláusula Aditiva Primeira: Fica reajustado em 8,28 % o valor do litro do óleo diesel S10, passando de R\$ 3,23 para R\$ 3,49 (três reais e quarenta e nove centavos).

Cláusula Aditiva Segunda: As demais cláusulas do Contrato ora aditado permanecem inalteradas.

E por assim estarem certos e ajustados fazem o presente Termo Aditivo em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo arroladas.

Água Doce, 06 de outubro de 2017

MARLI ROSA SPAGNOL GUERREIRO REGINALDO TONIAL
Gestora do FMAS Auto Posto Água Doce
Contratante Contratada

TESTEMUNHAS:

Marilucy Sare Kusmann Gláucia Regina Varaschin
CPF: 023.802.499-70 CPF: 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica
MARIA HELENA LUCIETTI
OAB/SC 38261

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 3/2017 FMS

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 3/2017

Termo Aditivo Ao Contrato de Fornecimento de Combustíveis n. 3/2017, que entre si celebram de um lado Fundo Municipal de Saúde de Água Doce, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ 11.430.533/0001-20 com sede na Praça João Macagnan nº322, em Água Doce - SC, neste ato representado pelo sua Gestora, Sra. MARLI ROSA SPAGNOL GUERREIRO, e de outro lado a empresa AUTO POSTO ÁGUA DOCE LTDA, estabelecida na Avenida Independência – Centro – Água Doce – SC, CNPJ nº. 82.519.430/0001-89, neste ato representado por seu Sócio, Senhor REGINALDO TONIAL, decidem de comum acordo aditar o predito Contrato, o que o fazem da seguinte forma:

Cláusula Aditiva Primeira: Fica reajustado em 8,28 % o valor do litro do óleo diesel S10, passando de R\$ 3,23 para R\$ 3,49 (três reais e quarenta e nove centavos).

Cláusula Aditiva Segunda: As demais cláusulas do Contrato ora aditado permanecem inalteradas.

E por assim estarem certos e ajustados fazem o presente Termo Aditivo em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo arroladas.

Água Doce, 06 de outubro de 2017

MARLI ROSA SPAGNOL GUERREIRO REGINALDO TONIAL
Gestora do FMS Auto Posto Água Doce LTDA
Contratante Contratada

TESTEMUNHAS:

Marilucy Sare Kusmann Gláucia Regina Varaschin
CPF: 023.802.499-70 CPF: 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica
MARIA HELENA LUCIETTI
OAB/SC 38261

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 33/2017

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 33/2017

Termo Aditivo Ao Contrato de Fornecimento de Combustíveis n. 33/2017, que entre si celebram de um lado o Município de Água Doce, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ 82.939.398/0001-90 com sede na Praça João Macagnan nº322, em Água Doce - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ANTONIO JOSÉ BISSANI, e de outro lado a empresa AUTO POSTO ÁGUA DOCE LTDA, estabelecida na Avenida Independência – Centro – Água Doce – SC, CNPJ nº. 82.519.430/0001-89, neste ato representado por seu Sócio, Senhor REGINALDO TONIAL, decidem de comum acordo aditar o predito Contrato, o que o fazem da seguinte forma:

Cláusula Aditiva Primeira: Fica reajustado em 8,28 % o valor do litro do óleo diesel S10 passando de R\$ 3,23 para R\$ 3,49 (três reais e quarenta e nove centavos).

Cláusula Aditiva Segunda: As demais cláusulas do Contrato ora aditado permanecem inalteradas.

E por assim estarem certos e ajustados fazem o presente Termo Aditivo em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo arroladas.

Água Doce, 06 de outubro de 2017

ANTONIO JOSÉ BISSANI REGINALDO TONIAL
Prefeito Municipal Auto Posto Água Doce
Contratante Contratada

TESTEMUNHAS:

Marilucy Sare Kusmann Gláucia Regina Varaschin
CPF: 023.802.499-70 CPF: 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica
MARIA HELENA LUCIETTI
OAB/SC 38261

Alfredo Wagner

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL N° 05-2017

PREGÃO PRESENCIAL N°05/2017

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALFREDO WAGNER

AVISO DE LICITAÇÃO

Tipo de Licitação: Menor preço por Item

Data de Abertura: 26 de Outubro de 2017.

Horário de Abertura: 09h30min

Local da Abertura: Prefeitura Municipal, Rua Anitápolis nº250, Centro- Alfredo Wagner.

Referente aquisição de medicamentos não componentes da Assistência Farmacêutica Básica para distribuição nas farmácias das Unidades Básicas de Saúde do Município, conforme quantidades e descrições do anexo I do edital. Informa ainda que o edital e seus anexos encontram-se no site: www.alfredowagner.sc.gov.br, dúvidas pelo telefone 48- 3276 1211 setor de licitações.

Alfredo Wagner, em 11 de Outubro de 2017.

Naudir Antônio Schmitz

Prefeito Municipal

Alto Bela Vista

PREFEITURA

EXTRATO DO RESULTADO DO JULGAMENTO DE RECLASSIFICAÇÃO DA FASE DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2017

MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA - SC

TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2017

Objeto: Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil para execução de obra de pavimentação com pedras irregulares nas Ruas "A", "B", "C" e "D".

EXTRATO DO RESULTADO DO JULGAMENTO DE RECLASSIFICAÇÃO DA FASE DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

Em cumprimento ao disposto no artigo 109, § 1.º da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações, torna-se público o resultado do julgamento da fase de julgamento das propostas de preços da licitação em epígrafe, na seguinte conformidade: a licitante CONSTRUTORA MIRANDA & MARTINS LTDA (valendo-se dos benefícios da Lei 123/2006), reapresentou sua proposta, mas esta, em total desacordo com o exigido no edital, ou seja, não apresentou o exigido na alínea "c" do subitem 6.1 do edital (Preço total dos materiais empregados na execução do objeto cotado, grafado em algarismos numéricos e por extenso), o exigido na alínea "d" do subitem 6.1 do edital (Preço total da mão-de-obra empregada na execução do objeto cotado, grafado em algarismos numéricos e por extenso), bem como, o exigido na alínea "f" do subitem 6.1 do edital (Memorial de cálculo referente ao percentual correspondente ao BDI - Benefício (ou Bonificação) e Despesas Indiretas dos orçamentos propostos pela licitante, devidamente assinados pelo responsável técnico do proponente, sob pena de desclassificação), motivos pelos quais, com fulcro no subitem 7.8 do Edital a mesma foi declarada Desclassificada. Assim sendo, deverá ser reformulada à classificação proferida na data de 05/10/2017, nos seguintes termos: a licitante CAIBI EMPREENDIMENTOS LTDA, sagrou-se vencedora do objeto da licitação em epígrafe com o menor valor global de R\$ 136.911,48 (cento e trinta e seis mil novecentos e onze reais e quarenta e oito centavos); a licitante CONSTRUTORA MIRANDA & MARTINS LTDA, ficou na segunda colocação com o valor global de R\$ 142.502,92 (cento e quarenta e dois mil quinhentos e dois reais e noventa e dois centavos); a licitante NIVELTER TERRAPLANAGENS E OBRAS EIRELI ME, ficou na terceira colocação com o valor global de R\$ 146.439,43 (cento e quarenta e seis mil quinhentos e dois reais e quarenta e três centavos). Outrossim, ficam as licitantes participantes notificadas que dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato, a Comissão Permanente de Licitações dará vistas ao respectivo processo licitatório a qualquer das proponentes que se sintam prejudicada, para interposição de recurso

Alto Bela Vista, SC, 11 de outubro de 2017.

VILMAR JOSÉ ZONTA

Presidente da CPL

Apiuna

PREFEITURA

DECRETO Nº 2821

DECRETO Nº 2821/2017

De 03/10/2017

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA UNIDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE APIÚNA-SC UTILIZANDO O EXCESSO OU PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ GERSON GONÇALVES, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 64, VI da Lei Orgânica, e de acordo com o Art. 8º, da Lei nº 812/2016 de 17/11/2016:

DECRETA

Art. 1º - Fica suplementado no orçamento vigente da unidade da Prefeitura Municipal de Apiúna/SC, no valor R\$ 75.462,16(Setenta e cinco mil quatrocentos e sessenta e dois reais e dezesseis centavos) da seguinte classificação orçamentária:

09	Fundo Municipal da Assistência Social	
001	Fundo Municipal da Assistência Social	
0008.0244.0901.2091	Manutenção do Fundo municipal de Assistência Social	
30000000000000	Despesas Correntes	
33000000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000000	Aplicações Diretas	
10.000	Recursos Ordinários	5.000,00
	Subtotal	5.000,00
08	Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo	
001	Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo	
0023.0695.0802.2087	Promoção e Realização Fima e Tangifest	
30000000000000	Despesas Correntes	
33000000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000000	Aplicações Diretas	
10.000	Recursos Ordinários	70.462,16
	Subtotal	70.462,16
	TOTAL	75.462,16

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 03 de Outubro e 2017.

JOSÉ GERSON GONÇALVES

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 124/2017

Prefeitura Municipal de Apiúna

Aviso de Licitação Pregão Presencial Registro de Preço nº 124/2017

Objeto: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA TRANSPORTE DE ALUNOS DA REDE DE EDUCAÇÃO MUNICIPAL

Local da Abertura: Prefeitura de Apiúna, Rua Quintino Bocaiúva, 204, 1º andar, sala 05, centro, Apiúna/SC, 89135-000

Data/ Hora autenticação de documentos, credenciamento e protocolo envelopes: 26/10/2017 – Das 09 horas às 09 horas e 20 minutos

Data/Hora da Abertura: 26/10/2017 – Às 09 horas e 40 minutos

Maiores Informações Fone 47 3353 2000, edital completo disponível em www.apiuna.sc.gov.br

Jose Gerson Gonçalves/Prefeito de Apiúna

Arabutã

PREFEITURA

DECRETO 2123

Decreto nº 2.123, de 11 de outubro de 2017.
NOMEIA LEILOEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEANI KAPP SCHMITT, Prefeita de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o Leiloeiro Público Oficial, Senhor odiclesio jaison storchio, matrícula AARC 319, regularmente inscrito na JUCESC, como Leiloeiro Público Oficial, para realizar Leilão dos bens do Patrimônio Público Municipal, declarados inservíveis pela Lei Municipal nº. 198 de 22 de setembro de 2017.

Art. 2º O leiloeiro está rigorosamente em dia com suas obrigações e nada receberá do Município pelos serviços prestados.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã – SC, 11 de Outubro de 2017.

Leani Kapp Schmitt

Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM

Glaucia Pottratz

Responsável pelas publicações

PREGÃO 91.2017

MUNICÍPIO DE ARABUTÃ SC, PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 105/2017.

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 091/2017

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para possível aquisição de TUBOS DE CONCRETO, conforme especificações constantes no Termo de Referência disposto no Anexo “E” do edital.

Recebimento das Propostas: até 08h45 do dia 25/10/2017.

Abertura: às 09h00 do dia 25/10/2017.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.arabuta.sc.gov.br, link “Licitações”. Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Avenida Lauro Muller, 210, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3448-0048.

Arabutã SC, 13 de Outubro de 2017

Leani Kapp Schmitt

Prefeita

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 090/2017

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 90/2017

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: ILDO VARGAS

Objeto: CONTRATAÇÃO para fornecimento de mineral (cascalho) para manutenção de estradas vicinais do Município.

Valor: R\$ 12,00 (doze reais) por carga retirada da propriedade.

Vigência: 13 de outubro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Ronaldo Luiz Senger

Prefeito Municipal

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 2406/2017 - PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2406/2017

EDITAL DE PREGÃO – REGISTRO DE PREÇOS Nº. 032/2017

O MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE, Estado de Santa Catarina, por seu

Prefeito Municipal Sr. Ronaldo Luiz Senger, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que às 08:30 horas do dia 27 de Outubro de 2017, na sede da Municipalidade, fará realizar Processo Licitatório, na modalidade de Pregão Presencial, tendo como objeto a eventual Aquisição de Britas para utilização nos trabalhos diários.

O Processo será regido pelas Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/02, e suas alterações posteriores e em especial ao contido no Edital.

A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas em horário de expediente, junto à comissão de Licitações da Prefeitura Municipal, sita a AV. Nossa Senhora de Fátima, 120, na cidade de Bom Jesus do Oeste – SC, Fone 049 3363 0200, e-mail: compras@bomjesusdooeste.sc.gov.br ou pelo site www.bomjesusdooeste.sc.gov.br.

Bom Jesus do Oeste – SC, aos 11 de Outubro de 2017.

Ronaldo Luiz Senger

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 209/2017, DE 13 DE OUTUBRO DE 2017.

PORTARIA Nº 209/2017, DE 13 DE OUTUBRO DE 2017.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDOR MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO LUIZ SENGER, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER licença para tratamento de Saúde a Servidor Municipal Sr. JEFERSON PERSCH, portador do CPF sob nº 034.734.559-03, inscrito na matrícula sob nº 425-1, ocupante do cargo de Agente de Administração, lotado na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, conforme Atestado Médico, no período de 05 de outubro de 2017 a 09 de outubro de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 13 de outubro de 2017.

RONALDO LUIZ SENGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 210/2017, DE 13 DE OUTUBRO DE 2017.

PORTARIA Nº 210/2017, DE 13 DE OUTUBRO DE 2017.

CONCEDE PROGRESSÃO SALARIAL PARA SERVIDORES MEMBROS DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO LUIZ SENGGER, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER Progressão Salarial por Tempo de Serviço para Servidores membros do Magistério Público Municipal, a partir do mês de outubro do ano 2017, conforme art. 25, art. 26 e art. 29 da lei nº 917/2013 de 20 de dezembro de 2013, conforme relação:

Nome	CPF	Matricula	Nova Faixa
Solange A. Bonni de Bastiani	022.414.529-04	179-1	8J
Solange A. Bonni de Bastiani	022.414.529-04	391-3	8D
Leonir Simonetti	030.487.739-59	393-0	8C
Loreni Salete Diel	824.153.829-49	181-3	8I
Salete Fuzinato Zimmermann	915.962.039-00	394-8	8E
Vera Lucia Cherizoli	032.378.329-52	392-1	8C
Silene Seeling Reinehr	753.319.189-72	40-0	9F
Sandra F. Morandini Steffler	986.135.889-72	180-5	8H
Eni Ranzolin Wesner	025.656.159-14	268-2	8G
Silvia Endler	027.830.949-67	344-1	8D
Adriane Baumbach	032.842.159-64	184-8	8G
Josiane Serpa Bordin	040.992.569-10	536-3	7G
Fabiane Ammes Morandini	034.590.939-94	514-2	8D
Salete Escher	928.534.989-72	534-7	8G
Cleusa Brietembach Mossmann	908.001.259-91	532-0	8B

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 13 de outubro de 2017.

RONALDO LUIZ SENGGER

Prefeito Municipal

Braço do Trombudo

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº08/2016 FMS

Página: 1/4

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2016

Número do Registro de Preços: 8/2016 **Data do Registro:** 13/10/2016 **Válido até:** 13/10/2017
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de filtros de combustível, de ar e óleo lubrificante para os veículos da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Óleo lubrificante multigravoso para motores movidos a diesel de alta potência, classificação API - CI - 4 SAE 15W40, (4932)	LTS	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8812)	PETROBRAS	0	16,2000	1
2	Óleo lubrificante multigravoso sintético de alta performance para motores movidos a gasolina, álcool, classificação API - SL SAE 5W30 (4933)	LTS	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8812)	GT OIL	0	28,6000	1
3	Óleo lubrificante multigravoso mineral para motores movidos a gasolina, álcool, classificação API - SJ-SAE 20W50 (4934)	LTS	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8812)	PETROBRAS	0	13,8000	1
4	Filtro lubrificante PEL-119 (4935)	UND	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8812)	TECFIL	0	25,7000	1
5	Filtro lubrificante PSL - 55 (4937)	UND	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8812)	TECFIL	0	16,3000	1
6	Filtro lubrificante PSL - 619 (4936)	UND	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8812)	TECFIL	0	13,0000	1
7	Filtro lubrificante PSL - 156 (4938)	UND	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8812)	TECFIL	0	70,3500	1
8	Filtro lubrificante HU923 X (17643)	UND	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8812)	TECFIL	0	48,3500	1
9	Filtro lubrificante PSL - 311 (4939)	UND	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8812)	TECFIL	0	18,4000	1
10	Filtro Combustível GL-047 (4940)	UND	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8812)	TECFIL	0	13,1000	1
11	Filtro Combustível PC947 (4941)	UND	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8812)	TECFIL	0	47,5500	1
12	Filtro Combustível PSC - 881 (17642)	UND	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8812)	TECFIL	0	112,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2016

Página: 2/4

Número do Registro de Preços: 8/2016		Data do Registro: 13/10/2016		Válido até: 13/10/2017				
Objeto da Compra:		Registro de Preços para eventual aquisição de filtros de combustível, de ar e óleo lubrificante para os veículos da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Brago do Trombudo.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
13	Filtro combustível R2610MBAQIII (17644)	UND	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA	(6812) RACOR	0	59,9700	1	
14	Filtro de ar ARL - 4154 (4943)	UND	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA	(6812) TECFIL	0	33,2000	1	
15	Filtro de ar ARL - 8834 (4944)	UND	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA	(6812) TECFIL	0	10,3100	1	
16	Filtro de ar ARL - 5137 (4945)	UND	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA	(6812) TECFIL	0	76,0100	1	
17	Filtro de ar ARL-4152 (4946)	UND	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA	(6812) TECFIL	0	24,7200	1	
18	Filtro de ar ARL-5310 (4947)	UND	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA	(6812) TECFIL	0	58,7900	1	
19	Filtro de ar ARL - 4147 (4948)	UND	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA	(6812) TECFIL	0	14,6000	1	
20	Filtro de ar condicionado ACP 131 (4949)	UND	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA	(6812) TECFIL	0	20,0000	1	
21	Filtro de ar condicionado ACP 906 (4950)	UND	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA	(6812) TECFIL	0	20,5000	1	
22	Filtro de ar condicionado ACP 003 (4951)	UND	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA	(6812) TECFIL	0	13,4000	1	
23	Filtro de ar condicionado ACP 600 (4952)	UND	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA	(6812) TECFIL	0	37,4700	1	

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2016

Página: 3/4

Número do Registro de Preços: 8/2016		Data do Registro: 13/10/2016		Válido até: 13/10/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de filtros de combustível, de ar e óleo lubrificante para os veículos da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Brago do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
24	Filtro de ar condicionado ACP 103 (4953)	UND	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (6812)	TECFIL	0	14,5000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2016

Número do Registro de Preços: 8/2016		Data do Registro: 13/10/2016		Válido até: 13/10/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de filtros de combustível, de ar e óleo lubrificante para os veículos da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 8/2016
PROCESSO Nº 15/2016
(6812) - SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA

Braço do Trombudo, 13 de Outubro de 2016.

Camboriú

PREFEITURA

DL 078/2017 - FMS

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
DISPENSA LICITATÓRIA Nº. 078/2017 – FMS
Data: 11/10/2017
Objeto: REALIZAÇÃO DE EXAME DE RESSONÂNCIA DE HIPÓFISE SOB SEDAÇÃO NA MENOR K.C.C.A, PARA CUMPRIMENTO DE AÇÃO JUDICIAL CONFORME AUTOS Nº0900069-23.2017.8.24.0113
Valor total: R\$ 650,00 (Seiscentos e Cinquenta Reais).
Secretaria: Secretaria Municipal da Saúde.
Contratada: UNIMED LITORAL COOPERTATIVA DE TRABALHO MEDICO LTDA
Embasamento legal: artigo 24, inciso "IV" da lei Federal 8666/1993.
Camboriú SC, 11 de Outubro de 2017.
ELCIO ROGÉRIO KUHNEN
PREFEITO MUNICIPAL

DL 079/2017 - FMS

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
DISPENSA LICITATÓRIA Nº. 079/2017 – FMS
Data: 11/10/2017
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL HOSPITALAR DESTINADOS AO USO NAS CIRURGIAS QUE SERÃO REALIZADAS NO HOSPITAL CIRÚRGICO EDWIGES BERNADES, DECRETO MUNICIPAL 3.236/2017.
Valor total: R\$ 2.281,00 (Dois Mil e Duzentos e Oitenta e Um Reais).
Secretaria: Secretaria Municipal da Saúde.
Contratada: ASSUNÇÃO & MORETTO LTDA EPP
Embasamento legal: artigo 24, inciso "IV" da lei Federal 8666/1993.
Camboriú SC, 11 de Outubro de 2017.
ELCIO ROGÉRIO KUHNEN
PREFEITO MUNICIPAL

DL 080/2017 - FMS

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
DISPENSA LICITATÓRIA Nº. 080/2017 – FMS
Data: 11/10/2017
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL HOSPITALAR DESTINADOS AO USO NAS CIRURGIAS QUE SERÃO REALIZADAS NO HOSPITAL CIRÚRGICO EDWIGES BERNARDES, DECRETO MUNICIPAL 3.236/2017.
Valor total: R\$ 3.944,60 (Três Mil, Novecentos e Quarenta e Quatro Reais e Sessenta Centavos).
Secretaria: Secretaria Municipal da Saúde.
Contratada: OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA
Embasamento legal: artigo 24, inciso "IV" da lei Federal 8666/1993.
Camboriú SC, 11 de Outubro de 2017.
ELCIO ROGÉRIO KUHNEN
PREFEITO MUNICIPAL

PREGÃO 106/2017 - PMC

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 106/2017- PMC – LICITAÇÃO DIFERENCIADA – COM COTA PRINCIPAL PARA O ITEM 01 E EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE PARA OS DEMAIS ITENS
OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE LÂMINAS DESTINADAS AS MÁQUINAS MOTO NIVELADORAS PERTENCENTES A SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, QUE EXECUTAM O SERVIÇO DE MACADAMIZAÇÃO E NIVELAMENTO DAS ESTRADAS MUNICIPAIS SEM PAVIMENTAÇÃO. CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.
TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.
REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993 e suas alterações e Lei Complementar 123/06 alterada pela lei 147/14.
ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 14:30 horas do dia 27 (Vinte e Sete) de Outubro de 2017, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.
INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.
Camboriú, 11 de Outubro de 2017.
ELCIO ROGÉRIO KUHNEN
Prefeito Municipal

TERMO DE ERRATA PR 103/2017 - PMC

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
TERMO DE ERRATA DO PREGÃO PRESENCIAL 103/2017- PMC

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração vem comunicar às empresas interessadas que o edital do Pregão Presencial 103/2017 - PMC, tendo como objeto a "SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE ASFALTO A QUENTE, PARA SERVIÇOS EMERGENCIAIS DE RECUPERAÇÃO DE VIAS MUNICIPAIS PAVIMENTADAS COM PAVIMENTAÇÃO ASFÁTICA PARA APLICAÇÃO A FRIO EM OPERAÇÃO TAPA BURACOS EM TODO O MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ. CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.", sofreu a seguinte alteração:
Fica alterado o texto dos itens 1 e 2 do Anexo I do edital e do item 1 do Termo de Referência Anexo IX do edital.
Onde lê-se:
– (...) Granulometria densa tipo faixa "C" (% em massa passando 100% na peneira 1/2; na peneira 3/8: 90,5%; na peneira 80: 4,6% e na peneira 200, entre 0,9%). (...)
Leia-se:
- (...) Granulometria densa tipo faixa "C" (% em massa passando 100 na peneira 3/4; na peneira 1/2 passando 80 – 100; na peneira 3/8 passando 70 – 90; na peneira nº 200 passando 2 – 10). (...)
Desta maneira, fica prorrogada a data de abertura das propostas e documentações para o dia 26 de Outubro de 2017 as 14h30min. Permanecem inalteradas as demais cláusulas do referido edital.
Camboriú SC, 11 de Outubro de 2017.
ELCIO ROGÉRIO KUHNEN
Prefeito Municipal

TERMO DE ERRATA PR 104/2017 - PMC

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

TERMO DE ERRATA DO PREGÃO PRESENCIAL 104/2017- PMC

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração vem comunicar às empresas interessadas que o edital do Pregão Presencial 104/2017 - PMC, tendo como objeto a "SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TUBOS E DEMAIS PEÇAS DE CONCRETO PARA SER APLICADOS NA MANUTENÇÃO DE DRENAGEM E PREPARAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO E ANDAMENTO DAS OBRAS EM TODAS AS RUAS DO MUNICÍPIO QUE SE FIZEREM NECESSÁRIAS, BEM COMO A CONSTRUÇÃO DE CAIXAS DE CONTENÇÃO, BUEIROS, BOCAS-DE-LOBO E CERCAMENTO DE ÁREAS PÚBLICAS. CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA EM ANEXO", sofreu a seguinte alteração:

Foi alterado o texto dos itens 10, 12, 13, 14, 15, 16 e 17 do Anexo I do edital correspondentes aos subitens 08, 10, 11, 12, 13, 14 e 15 do objeto, constantes no Termo de Referência, Anexo IX do edital.

Onde lê-se:

- BLOCO DE CONCRETO 19 X 14 X 39 CM
- TAMPA DE CONCRETO 1,00 X 1,00 M
- TAMPA DE CONCRETO 1,00 M X 80 CM
- TAMPA DE CONCRETO 80 X 80 CM
- TAMPA DE CONCRETO 90 X 80 CM
- TAMPA DE CONCRETO 90 X 90 CM
- TAMPA DE CONCRETO 50 X 70 CM

Leia-se:

- BLOCO DE CONCRETO 14 X 19 X 39 CM;
- TAMPA DE CONCRETO 1,00 M X 1,00 M X 8 CM, COM ARMAÇÃO DE FERRO 3/8;
- TAMPA DE CONCRETO 1,00 M X 80 CM X 8 CM, COM ARMAÇÃO DE FERRO 3/8;
- TAMPA DE CONCRETO 80 CM X 80 CM X 8 CM, COM ARMAÇÃO DE FERRO 3/8;
- TAMPA DE CONCRETO 90 CM X 80 CM X 8 CM, COM ARMAÇÃO DE FERRO 3/8;
- TAMPA DE CONCRETO 90 CM X 90 CM X 8 CM, COM ARMAÇÃO DE FERRO 3/8;
- TAMPA DE CONCRETO 50 CM X 70 CM X 8 CM, COM ARMAÇÃO DE FERRO 3/8;

Desta maneira, fica prorrogada a data de abertura das propostas e documentações para o dia 27 de Outubro de 2017 as 09h30min. Permanecem inalteradas as demais cláusulas do referido edital.

Camboriú SC, 11 de Outubro de 2017.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

TP 004/17 - FME

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº. 004/2017 - FME

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAS PARA EXECUÇÃO DE AMPLIAÇÃO DA E. B. M. ARTUR SICHMANN COM ÁREA TOTAL DE 539,49M2, CONFORME PROJETO BÁSICO E SEUS ELEMENTOS CONSTITUÍDOS EM ANEXO.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 14:30 horas do dia 1º (Primeiro) de Novembro de 2017, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 10 de Outubro de 2017

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Campo Alegre

PREFEITURA

TERMO DE TRANSMISSÃO DE CARGO DE PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE TRANSMISSÃO DE CARGO DE PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

Aos dezesseis dias do mês de outubro, do ano de dois e dezessete, às oito horas, na sede da Prefeitura Municipal, Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, o Excelentíssimo Prefeito Municipal Senhor Rubens Blaszkowski e o Vice Prefeito Senhor Sebastião Vendelino Kons, ambos eleitos no pleito eleitoral realizado em data de dois de outubro do ano de dois mil e dezesseis, presentes nesta cerimonia de transmissão de cargo de Prefeito Municipal, em cumprimento a legislação vigente, em espeical o artigo sessenta e nove da Lei Orgânica do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, o Prefeito Municipal Excelentísssimo Senhor Rubens Blaszkowski, transmite o cargo de Prefeito Municipal ao Vice Prefeito Excelentíssimo Senhor Sebastião Vendelino Kons, para receber o cargo de Prefeito Municipal "Chefe do Poder Executivo Municipal", Prefeito Municipal em Exercício, pelo período de dezesseis dias, a partir do dia dezesseis do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete até aos trinta e um dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete. Transmissão esta em virtude de gozo de férias do Prefeito Municipal Titular do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, cerimônia que procedeu de atos formais, seguida pelos cumprimentos das partes e dos presentes, contou com a presença da imprensa, Secretários Municipais e Servidores Públicos Municipais, encerrado os trabalhos eu José Luis Silva Assessor de Gabinete, digitei o presente Termo de Transmissão de Cargo de Prefeito Municipal que vai assinado pelas partes e por todos os presentes, para que produza seus efeitos legais e jurídicos. Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, aos dezesseis dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete.

Catanduvás

PREFEITURA

AVISO DE CREDENCIAMENTO: EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 0008/2017

AVISO DE CREDENCIAMENTO

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 0008/2017

Objeto: Este procedimento tem por objeto o credenciamento de prestadores de serviços, de hospitais conveniados com o Sistema Único de Saúde (SUS) para realização de serviços de consultas médicas pré e pós-operatórias e procedimentos cirúrgico, para a manutenção e o desenvolvimento das ações prestadas pela Secretaria Municipal de Saúde e Hospital Municipal Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, nas quantidades, especificações e valores estabelecidos no Anexo III do Edital.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 13 de outubro de 2017 no endereço <<http://www.catanduvás.sc.gov.br/>> e na Prefeitura Municipal de Catanduvás – SC.

Prazo limite para Credenciamento: até as 15h00min do dia 21 de novembro de 2017.

Informações: maiores informações, bem como cópia do Edital, poderão ser obtidas no site: <www.catanduvás.sc.gov.br/> e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvás – SC, das 13h00min às 19h00min, de segunda a sexta-feira, ou pelo Telefone (49) 3525-6529.

Catanduvás – SC, 13 de outubro de 2017.

Dorival Ribeiro dos Santos

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2.314, DE 04 DE OUTUBRO DE 2017

DECRETO nº 2.314/2017, de 04 de Outubro de 2017.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS, Prefeito de Catanduvás/SC, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso VIII do artigo 103 da Lei Orgânica Municipal, com amparo no artigo 43, inciso I, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e Lei Municipal nº 2.555/2016, de 08 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor total de R\$ 149.844,04 (Cem e quarenta e nove mil oitocentos e quarenta e quatro reais e quatro centavos), por conta do Excesso de Arrecadação do Exercício 2017 na fonte que especifica.

Órgão: 25 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVÁS
Unidade Orçamentária: 25.01 FUNDO MUN. DE SAÚDE DE CATANDUVÁS
Projeto Atividade: 25.01.10.301.0025.1.094 – APLICAÇÃO DIRETAS
Elemento de Despesa: (32)4.4.90.00.00.00 0.0.000462 Aplicações Diretas
R\$ 149.844,04

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados os recursos provenientes de excesso de arrecadação do exercício corrente, das seguintes dotações:

Fonte de Recursos: 00462 – Excesso De Arrecadação

Fonte Financiadora: Excesso De Arrecadação

Descrição da Fonte: Recursos Vinculados

Valor do Excesso : R\$ 149.844,04

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvás/SC, 04 de outubro de 2017.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS

Prefeito de Catanduvás

LUCIMARI SPADER

Secretária Municipal de Administração

Registrado nesta Secretaria e publicado nesta data.

DECRETO Nº 2.315, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017

DECRETO Nº 2.315/2017, de 10 de outubro de 2017.

“INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR – PAD, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS, Prefeito de Catanduvás- SC, no uso das atribuições legais que lhe confere os incisos II e VIII do art. 103 da Lei Orgânica Municipal e art. 151 da Lei Complementar 19/2002, e.

CONSIDERANDO que o servidor público municipal FIORINDO SÉRGIO BELLAVER, foi nomeado através de concurso público para o cargo de Motorista, Nível CE-36 A, 40 horas semanais, através da Portaria P/6971/2016 de 1º de agosto de 2016, e se encontra cumprindo o estágio probatório;

CONSIDERANDO que o servidor em comento, ao ser nomeado não teria apresentado todos os documentos exigidos no item “2” do Edital de Concurso Público n. 003/2016, especialmente no que diz respeito ao item “2.4” “Estar em pleno gozo de seus direitos civis e políticos;” e item “2.7”-” Comprovação de inexistência de condenação por crimes: “b” - Cometido, fora do serviço público, contra qualquer pessoa;”

CONSIDERANDO que o servidor ao não apresentar os documentos exigidos no Edital de Concurso Público n. 003/2016, teria, em tese infringido o disposto nos incisos II do art. 5º da LCM n. 19/2002 já que seus direitos políticos estavam suspensos pela condenação;

CONSIDERANDO que o § 1º do art. 5º da LCM n. 019/2002, outorga poderes para que se exijam outros requisitos estabelecidos em lei, como é o caso da lera “b” do item “2.7” do Edital de Concurso Público n. 003/2016;

CONSIDERANDO, que o servidor teria sido condenado nos autos n. 00021553-04-2003.8.24.0019 na Comarca de Concórdia (SC) e estaria cumprindo a pena conforme autos n. 0001557-53.2013.8.24.0218 na Comarca de Catanduvás (SC), com os direitos políticos suspensos;

CONSIDERANDO, a Recomendação – Processo Administrativo (0023) do Controle Interno do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica instaurado PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR - PAD para apurar, os fatos antes mencionados, onde deverá ser propiciado ao investigado o direito do contraditório e da ampla

defesa, podendo se fazer acompanhar em todos os atos processuais por defensor.

Art. 2º. Fica designada a Comissão Permanente de Inquérito e Processo Administrativo Disciplinar (CPIPAD), devidamente nomeada pelo Decreto nº 2.280/2017 de 07 de julho de 2017, para conduzir os trabalhos.

Art. 3º. Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e demais provas que entender pertinentes.

Art. 4º. A comissão terá um prazo de dez (10) dias a partir da publicação do presente Decreto para o início dos trabalhos, e o prazo de sessenta (60) dias para a sua conclusão, devendo apresentar relatório do apurado.

Art. 5º. Pela participação na Comissão os membros não serão remunerados, mas considerado serviço de relevância para o Município.

Art. 6º. Este Decreto em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições em contrário.

Catanduvas (SC), 10 de outubro de 2017.
DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS
Prefeito

Registrado e Publicado nesta Secretaria em, 10 de outubro de 2017.

LUCIMARI SPADER
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº 2.316, DE 11 DE OUTUBRO DE 2017

DECRETO Nº 2.316/2017, de 11 de outubro de 2017.

“INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR – PAD, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS, Prefeito de Catanduvas- SC, no uso das atribuições legais que lhe confere os incisos II e VIII do art. 103 da Lei Orgânica Municipal e art. 151 da Lei Complementar 19/2002, e.

CONSIDERANDO que ARIOLDO PAZ PADILHA é servidor público municipal, nomeado através de concurso público para o cargo de Médico, Nível CE-116 A, 40 horas semanais, através da Portaria P/5107/2011 de 18 de janeiro de 2011, e se encontra trabalhando no Posto de Saúde Central;

CONSIDERANDO que no dia 30 de junho de 2017, compareceu à Assessoria Jurídica do Município a Senhorita JAQUELINE DE QUADROS, a qual formalizou denúncia contra a atuação do servidor/médico antes mencionado, através da Notícia de fato n. 01/2017, perante o Secretário Municipal da Saúde na época Sr. EVERALDO GABRIEL DA COSTA, onde, segundo a denunciante, teria sido tratada com descaso, constrangimento e humilhação;

CONSIDERANDO que o servidor/médico em comento, já foi punido na data de 15 de abril de 2013, com advertência, por fatos que em tese e dependendo de apuração seriam semelhantes;

CONSIDERANDO outros fatos ocorridos no Posto de Saúde, como é caso materializado através da Comunicação Interna de 17 de janeiro de 2017;

CONSIDERANDO, que a atitude do servidor/médico, em tese,

teria infringido o disposto nos incisos I e XI do art. 123 da LCM n. 19/2002;

DECRETA:

Art. 1º. Fica instaurado PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR - PAD para apurar, os fatos antes mencionados, onde deverá ser propiciado ao investigado o direito do contraditório e da ampla defesa, podendo se fazer acompanhar em todos os atos processuais por defensor.

Art. 2º. Fica designada a Comissão Permanente de Inquérito e Processo Administrativo Disciplinar (CPIPAD), devidamente nomeada pelo Decreto nº 2.280/2017 de 07 de julho de 2017, para conduzir os trabalhos.

Art. 3º. Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e demais provas que entender pertinentes.

Art. 4º. A comissão terá um prazo de dez (10) dias a partir da publicação do presente Decreto para o início dos trabalhos, e o prazo de sessenta (60) dias para a sua conclusão, devendo apresentar relatório do apurado.

Art. 5º. Pela participação na Comissão os membros não serão remunerados, mas considerado serviço de relevância para o Município.

Art. 6º. Este Decreto em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições em contrário.

Catanduvas (SC), 11 de outubro de 2017.
DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS
Prefeito

Registrado e Publicado nesta Secretaria em, 11 de outubro de 2017.

LUCIMARI SPADER
Secretário de Administração e Finanças

LEI Nº 2.595/2017, DE 11 DE OUTUBRO DE 2017

LEI Nº 2.595/2017, de 11 de outubro de 2017.

“AUTORIZA RATIFICAR O TERMO DE CONVÊNIO FIRMADO COM A EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA - EPAGRI PARA A CESSÃO DE USO DE BEM MÓVEL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS, Prefeito de Catanduvas (SC), no uso de suas atribuições legais que a Lei lhe confere, faz saber a todos que o Legislativo Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a presente LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a ratificar o termo de convênio firmado com a EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA – EPAGRI, empresa pública com personalidade jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob n. 83.052.191/0034-20, com sede na Rua Getúlio Vargas, 172 centro de Joaçaba (SC), objetivando receber através de Termo de Cessão de Uso de Bem Móvel, um veículo marca FIAT UNO MILLE FIRE FLEX, ano 2007, modelo 2008, placas MDV 8144, chassi n. 9BD15802784964676, RENAVAL 944089089, cor branca.

Parágrafo Único. O bem descrito neste artigo será utilizado por servidores do Município no atendimento dos agricultores do Município.

Art. 2º. A vigência da Cessão de Uso de que trata a presente Lei será de 18 de setembro de 2017 a 31 de dezembro de 2017, podendo ser prorrogado no interesse das partes nos termos da lei.

Art. 3º. Fica também o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a realizar despesas com o uso (combustíveis e lubrificantes), licenciamento anual, seguro obrigatório e multas, bem como na conservação e manutenção do veículo ora cedido.

Art. 4º. As despesas para o cumprimento da presente Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas, 11 de outubro de 2017.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS

Prefeito

Registrada e publicada nesta Secretaria em 11 de outubro 2017.

LUCIMARI SPADER

Secretária de Administração e Finanças

BALANCETE FINANCEIRO - SETEMBRO 2017**ESTADO DE SANTA CATARINA****MUNICIPIO DE CATANDUVAS**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

Betha Sistemas

Exercício de 2017

Período: Setembro

Página: 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ORÇAMENTÁRIAS	2.764.037,56	ORÇAMENTÁRIAS	2.141.475,85
RECEITA TRIBUTÁRIA	417.603,23	DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	2.141.475,85
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	58.603,11	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.238.961,90
RECEITA PATRIMONIAL	43.112,26	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	2.594,11
RECEITA DE SERVIÇOS	16.293,21	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	716.313,16
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.021.759,16	INVESTIMENTOS	159.806,40
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	44.770,75	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	23.800,28
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	9.551,80		
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	152.344,04		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	664.000,92	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	776.750,92
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	664.000,92	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	776.750,92
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	4.664.264,16	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	4.867.543,95
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	15.002,94	DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	12.917,13
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	250.458,90	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	446.955,84
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	2.157.056,09	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	2.173.816,80
CRÉDITO EMPENHADO EM LIQUIDAÇÃO	78.896,22	CRÉDITO EMPENHADO EM LIQUIDAÇÃO	78.896,22
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	2.162.850,01	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	2.154.957,96
SALDOS ANTERIORES	7.832.162,19	SALDOS ATUAIS	8.138.694,11
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	7.610.995,59	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	7.858.007,81
BANCO C/ MOVIMENTO	196.441,47	BANCO C/ MOVIMENTO	261.026,35
BANCOS C/ VINCULADAS	17.092,68	BANCOS C/ VINCULADAS	19.659,95
POUPANÇA	7.632,45		
TOTAL	15.924.464,83	TOTAL	15.924.464,83

Catanduvas, 11/10/2017

ITAMAR LONGHINI

Contador CRC/SC 021.753/O-1

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

11/10/2017 15:55:31

Cerro Negro

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 032/2017 - PROCESSO LICITATÓRIO 038/2017

MUNICÍPIO DE CERRO NEGRO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 032/2017 - PMCN

Objeto: Contratação de empresa(s) para prestação de serviços de manutenção, conservação das laterais das vias públicas rurais, sistemas de abastecimento de água rural e serviços de condução de balsa.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento das propostas: até às 14h45 do dia 26/10/2017.

Abertura: às 15h00 do dia 26/10/2017.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.cerronegro.sc.gov.br, link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Setor de Compras deste Município, situado na Avenida Delfes Furtado, 739, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone (49) 3258-0000.

Cerro Negro, SC, 11 de outubro de 2017.

ADEMILSON CONRADO

Prefeito Municipal

Cocal do Sul

PREFEITURA

DECRETO SAF/N. 434/17

DECRETO SAF/Nº. 434/17, de 03 de outubro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

CEDER:

MARIA LUCIOLA COLOMBI DA SILVEIRA, portadora do CPF nº. 039.403.039-76, Médica Veterinária, à CIDASC, com carga horária de 40 horas semanais, em substituição as titulares em curso, no período de 02 de outubro de 2017 a 13 de outubro de 2017.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 10 de janeiro de 2017.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 435/17

DECRETO SAF/Nº. 435/17, de 04 de outubro de 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições resolve

NOMEAR

JUCINEI SCARPATTO, portador do CPF nº. 728.449.069-15, Assessor Executivo, para atuar na Secretaria de Administração e Finanças, a partir de 04 de outubro de 2017.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 04 de outubro de 2017.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 436/17

DECRETO SAF/Nº. 436/17, de 05 de outubro de 2017.

DISPÕE SOBRE A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE- CMDCA, DE COCAL DO SUL.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, e de acordo com o art. 9º. da Lei nº. 1.032, de 15 de dezembro de 2010,

DECRETA

Art. 1º. Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – C.M.D.C.A, que tem a seguinte composição:

a) Entidades governamentais do Município

Diorginis Castagnel – titular

Douglas Gava – suplente(representantes da Procuradoria do Município/Assessoria Jurídica);

Adriana Maria de Fáveri Mattei – titular

Luciana Gerônimo – suplente(representantes da Secretaria de Ação

Social e da Família);

Juraci Teresinha de Bona Sartor – titular

Sabrina José da Silva – suplente(representantes da Secretaria de Saúde Pública);

Magda Freitas – titular

João Geraldo Echeli – suplente(representantes da Secretaria de Administração, Planejamento, Fazenda e Finanças Públicas);

Janaína da Soler Magnus – titular

Jéssica Ramos – suplente(representantes Secretaria de Educação, Esporte e Cultura).

b) Entidades não-governamentais:

Rosiclei Prior Viola – titular

Janaina Matiola de Souza – suplente(representantes da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE);

Jordana de Souza Bortolotto de Fáveri – titular

Julia Cardoso Teixeira – suplente(representantes do Instituto Maximiliano Gaidzinski - IMG);

Nelson Rosso – titular

Danielle Regina Szyndrowski – suplente(representantes da Associação Atlética Cocal do Sul e do Grupo de Escoteiros);

Fabício Vieira Querino – titular

Laércio de Costa – suplente(representantes da Igreja Assembléia de Deus e Igreja Católica);

Daniela de Oliveira – titular

Luciana Gonsalves de Souza – suplente(representantes da Associação de Pais e Professores – APP).

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revoga-se o Decreto SAF/N. 208/17, de 17 de março de 2017.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 05 de outubro de 2017.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 437/17

DECRETO SAF/ Nº. 437/17, de 05 de outubro de 2017.

SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Cocal do Sul, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei n. 1.331, de 21 de dezembro de 2016, resolve:

DECRETAR:

Art. 1º Fica suplementado do orçamento vigente, a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 09 – Secretaria de Obras Viárias, Edif., San., Ref e Transp.

Públicos

2.038 – Manutenção da Infraestrutura Operacional

4.4.90.00.00.00.00.00.0110 – Aplicações Diretas	R\$ 5.000,00
---	--------------

TOTAL R\$ 5.000,00

Art. 2º Para dar suporte a suplementação acima, fica reduzida no mesmo orçamento a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 09 – Secretaria de Obras Viárias, Edif., San., Ref e Transp. Públicos

2.038 - Manutenção da Infraestrutura Operacional

3.3.90.00.00.00.00.00.0110 – Aplicações Diretas	R\$ 5.000,00
---	--------------

TOTAL R\$ 5.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 05 de outubro de 2017.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 438/17

DECRETO SAF/Nº. 438/17, de 05 de outubro de 2017.

DISPÕE SOBRE A COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO PARA CHAMAMENTO PÚBLICO E NOMEAÇÃO DO GESTOR DE PARCERIA, COM BASE NO DECRETO SAF/N. 135/17, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2017, QUE REGULAMENTA A LEI FEDERAL N. 13.019, DE 31 DE JULHO DE 2014.

O Prefeito Municipal de Cocal do Sul, no uso das atribuições e de acordo com o art. 12, §1º, do Decreto SAF/N. 135/17, de 14 de fevereiro de 2017, que regulamenta a aplicação da Lei Federal n. 13.019, de 31 de julho de 2014, resolve,

NOMEAR:

Art. 1º Ficam nomeados os membros da Comissão de Monitoramento e Avaliação para o Chamamento Público, conforme abaixo discriminado:

Fabiano Bolsoni Francisco – Instrutor de Informática;

João Geraldo Echeli – Fiscal de Tributos e

Marcus Vinicius do Livramento – Assessor Executivo.

Art. 2º. As atribuições da Comissão são aquelas disciplinadas no art. 12 do Decreto SAF/N. 135/17.

Art. 3º Fica nomeado o servidor para atuar como gestor das parcerias, com poderes de controle e fiscalização, nos termos da Lei nº 13.019/2014, conforme abaixo discriminado:

Laércio de Costa – Técnico em Contabilidade

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revoga-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 05 de outubro de 2017.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLÉDIO FACHIN

Secretário de Administração, Planejamento, Fazenda e Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 441/17

DECRETO SAF/Nº. 441/17, de 10 de outubro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

EXONERAR

FRANCISCO DE ASSIS CEOLIN, portador do CPF nº. 575.896.909-53, Motorista de Caminhão ACT, nomeado pelo Decreto SAF/N. 307/10, de 06 de agosto de 2010, a partir de 09 de outubro de 2017.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 10 de outubro de 2017.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 442/17

DECRETO SAF/Nº. 442/17, de 10 de outubro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

EXONERAR

JANETE VARNIER CESCA, portadora do CPF nº. 028.297.329-01, Agente Comunitária de Saúde ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 192/17, de 07 de março de 2017, a partir de 09 de outubro de 2017.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 10 de outubro de 2017.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

LEI N. 1.373

LEI N. 1.373, de 11 de outubro de 2017.

INSTITUI A SEMANA MUNICIPAL DA ADOÇÃO, PROTEÇÃO E BEM-ESTAR DOS ANIMAIS NO MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.

Eu, ADEMIR MAGAGNIN, Prefeito Municipal de Cocal do Sul. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente lei:

Art. 1º Fica instituído, no Município de Cocal do Sul, a Semana Municipal da Adoção, Proteção e Bem-Estar dos Animais, a ser comemorada, anualmente, na semana do dia 04 de outubro.

Art. 2º Durante a Semana da Adoção, Proteção e Bem-Estar dos Animais poderão ocorrer ações de divulgação em escolas, órgãos e espaços públicos, através de feiras de adoções, palestras, materiais gráficos educativos, tais como folders, cartazes, panfletos.

Art. 3º As despesas com a execução desta lei correrá por conta de orçamento próprio do exercício vigente.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revoga-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 11 de outubro de 2017.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLÉDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

LEI N. 1.374

LEI N. 1.374, de 11 de outubro de 2017.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A EFETUAR A ABER-TURA DE CRÉDITO ESPECIAL, NO ORÇAMENTO DO FUNDO MU-NICIPAL DE SAÚDE DE COCAL DO SUL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊN-CIAS.

Eu, ADEMIR MAGAGNIN, Prefeito Municipal de Cocal do Sul. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Munici-pal aprovou e eu sanciono a presente lei.

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo, autorizado a abrir crédito especial no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Cocal do Sul, no valor de R\$ 44.000,00(quarenta e quatro mil reais) para o exercício de 2017, destinado a transferências a municípios para pagamento rateio despesas com o SAMU, conforme Ofício OF SC n. 002/2015, com a seguinte discriminação:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE COCAL DO SUL		
ÓRGÃO	11	
Manutenção dos Programas de Média e Alta Complexidade	2.024	
Elemento	Descrição	Valor
3.3.40.00.00.00.00.00.0037	Aplicações diretas	44.000,00
TOTAL		44.000,00

Art. 2º O crédito de que trata o artigo anterior correrá por conta de anulação da dotação orçamentária abaixo discriminada:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE COCAL DO SUL		
ÓRGÃO	11	
Manutenção dos Programas de Média e Alta Complexidade	2.024	
Elemento	Descrição	Valor
3.3.50.00.00.00.00.00.0037	Transf. a Instituição Privadas s/ fins lucrativos	19.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0037	Aplicações Diretas	25.000,00
TOTAL		44.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 11 de outubro de 2017.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

Concórdia

PREFEITURA

AVISO RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 23/2017 - PMC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 23/2017

AQUISIÇÃO DE BENS

O Secretário Municipal de Urbanismo e Obras, torna público que ratificou o ato do Senhor Valdomiro Tafarel, Diretor de Urbanismo, que declarou Dispensável a Licitação, nos termos do inciso IV, do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/1993 e posteriores alterações, homologada em 29 de setembro de 2017, para aquisição de chapas de maderite para interdição na lateral da Rua Anita Garibaldi a mesma ocorreu um deslizamento, a favor da empresa: VANDERLEI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA, no valor total de R\$ 2.320,00 (dois mil, trezentos e vinte reais).

WAGNER ISIDORO SIMIONI

Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

DECRETO Nº 732/2017

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 732/2017, DE 3 DE AGOSTO DE 2017.

Concede Promoção por Desempenho.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 33 e seguintes da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alterações, e considerando as avaliações efetuadas pela comissão especialmente designada e informadas pela CI DRH 348/2017, protocolizada em 1º de agosto de 2017.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida, aos servidores abaixo relacionados, integrantes do Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, Promoção por Desempenho, correspondente a 7% (sete por cento) do respectivo vencimento-base:

I – com efeitos retroativos a 1º de janeiro de 2016:

a) MARCIA SALETE BOMM LAZZARIN, ocupante do cargo de Professor, código 10.10, matrícula 93831-00, relativo ao período aquisitivo de 5 de agosto de 2013 a 4 de agosto de 2015;

b) MARIVANDA CADORE PISSOLO, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 91294-04, relativo ao período aquisitivo de 18 de fevereiro de 2011 a 16 de junho de 2015;

II – com efeitos retroativos a 1º de agosto de 2016:

a) IEDA SALETE PAGLIOCHI, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 91880-01, relativo ao período aquisitivo de 3 de fevereiro de 2011 a 1º de fevereiro de 2016;

III – com efeitos retroativos a 1º de janeiro de 2017:

a) CLEUSA TODESCATTO, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 99104-04, relativo ao período aquisitivo de 17 de fevereiro de 2011 a 26 de setembro de 2016;

b) GILSON WIGGERS, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 2682-00, relativo ao período aquisitivo de 1º de setembro de 2013 a 30 de agosto de 2016;

IV – com efeitos retroativos a 1º de agosto de 2017:

Nº DE ORDEM	MATRÍCULA	NOME DO SERVIDOR	CARGO/CÓDIGO	PERÍODO AQUISITIVO
1	90050-02	Adriana Alberti Pagliochi	Professor, 10.12	1º.1.2014 a 31.12.2016
2	91359-01	Adriana Pretto Pavan	Professor, 10.12	18.2.2014 a 17.2.2017
3	104868-02	Adriana Ruppenthal	Professor, 10.12	2.5.2014 a 1º.5.2017
4	95478-01	Adriane Rita Vitto Chaves	Especialista em Educação, 11.12	18.2.2014 a 17.2.2017
5	942928-00	Adriano Favero Bedin	Professor, 10.12	3.2.2014 a 2.2.2017
6	91316-03	Ageni Terezinha Turmena	Professor, 10.12	15.4.2014 a 14.4.2017

Nº DE ORDEM	MATRÍCULA	NOME DO SERVIDOR	CARGO/CÓDIGO	PERÍODO AQUISITIVO
7	94595-00	Alexandra Amarante Miranda Hoeckler	Especialista em Educação, 11.12	4.5.2014 a 3.5.2017
8	102822-00	Alexandra Godin	Professor, 10.12	1º.1.2014 a 31.12.2016
9	91308-01	Aliandro Fontana dos Santos	Professor, 10.12	18.2.2014 a 17.2.2017
10	98523-00	Andreia Fatima Hermann Mascarello	Professor, 10.12	2.1.2014 a 1º.1.2017
11	98523-02	Andreia Fatima Hermann Mascarello	Professor, 10.12	7.2.2014 a 6.2.2017
12	17337-03	Andreia Rech Goncalves	Professor, 10.12	7.2.2014 a 6.2.2017
13	101435-00	Artemio Artifon	Professor, 10.12	7.3.2014 a 6.3.2017
14	91480-01	Catia Teresinha Favero Biazzi	Professor, 10.12	1º.3.2014 a 28.2.2017
15	98949-00	Clarice Fabonatto	Professor, 10.12	1º.2.2014 a 31.1.2017
16	68020-02	Claudiane Deola	Professor, 10.12	3.2.2014 a 2.2.2017
17	89249-00	Cleide Regina Baron	Professor, 10.12	1º.2.2014 a 31.1.2017
18	91391-02	Cleusa Regina Albino	Professor, 10.12	18.2.2014 a 17.2.2017
19	97608-04	Cleuza Beatriz Spanhol	Professor, 10.12	16.2.2014 a 15.2.2017
20	102148-01	Daiane Frigo	Professor, 10.12	7.2.2014 a 6.2.2017
21	98965-00	Daline Cordazzo	Especialista em Educação, 11.12	18.2.2014 a 17.2.2017
22	49964-00	Darci Frozza	Professor, 10.12	1º.3.2014 a 28.2.2017
23	10855-03	Denilson Jose Chiapetti	Professor, 10.12	1º.3.2014 a 28.2.2017
24	92282-02	Derceli Maria Bisolo Allievi	Professor, 10.12	1º.2.2014 a 31.1.2017
25	46531-01	Diomar Jose Perin	Professor, 10.12	18.2.2014 a 17.2.2017
26	96024-01	Diones Carmen Robini Del Posso	Especialista em Educação, 11.12	18.2.2014 a 17.2.2017
27	44261-06	Dirce Luzia Nilson da Rosa	Professor, 10.12	1º.3.2014 a 28.2.2017
28	943240-00	Dirce Maria Basseggio Nesi	Professor, 10.12	3.2.2014 a 2.2.2017
29	103616-00	Eberton Belluzzo	Professor, 10.12	12.3.2014 a 11.3.2017
30	58432-05	Edi Trindade	Professor, 10.12	2.1.2014 a 1º.1.2017
31	102490-08	Edimar Gugel	Professor, 10.12	3.2.2014 a 2.2.2017
32	523-00	Edmilson Cesar Daroz	Professor, 10.12	9.2.2014 a 8.2.2017
33	73180-00	Elaine Arcelita Machado Braum	Professor, 10.12	1º.1.2014 a 31.12.2016
34	94722-00	Elaine Kopsell Dal Pra	Professor, 10.10	15.2.2014 a 14.2.2017
35	104248-00	Elaine Soares Lazzarin	Professor, 10.12	1º.1.2014 a 31.12.2016
36	93718-00	Elena Ana Camini Signorin	Professor, 10.10	16.2.2014 a 15.2.2017
37	101940-00	Elenice de Carli Fornari	Professor, 10.12	1º.1.2014 a 31.12.2016
38	101540-00	Eliane Kuhn Levandovski	Professor, 10.12	1º.4.2014 a 31.3.2017
39	50016-03	Eliane Sette	Professor, 10.12	4.4.2014 a 3.4.2017
40	79634-00	Elis Regina Fracasso	Professor, 10.12	1º.1.2014 a 31.12.2016
41	52620-03	Elisandra Gozzi	Professor, 10.12	7.2.2014 a 6.2.2017
42	92185-02	Elisandra Zagonel Machado	Professor, 10.12	1º.2.2014 a 31.1.2017
43	104566-00	Elisangela Gabriela Gerhard	Professor, 10.12	1º.1.2014 a 31.12.2016
44	88951-00	Elisete Fantin	Professor, 10.12	1º.1.2014 a 31.12.2016
45	102750-05	Elizangela Salete Carissimi	Professor, 10.12	1º.3.2014 a 28.2.2017
46	94870-01	Elizia Salete Azeredo	Professor, 10.12	18.2.2014 a 17.2.2017
47	86096-02	Emanuele Peccin Soares	Professor, 10.12	1º.3.2014 a 28.2.2017
48	49220-05	Emerson Bortolotto	Professor, 10.12	2.3.2014 a 1º.3.2017
49	99546-00	Emerson Rodrigo Koch	Professor, 10.12	11.6.2014 a 10.6.2017
50	91995-00	Eurides Luis Ruchs	Professor, 10.13	2.12.2013 a 1º.12.2016
51	415790-00	Fabiana Lanfredi Herpich	Professor, 10.12	2.5.2014 a 1º.5.2017
52	99201-00	Fabiana Roman Bison	Professor, 10.12	18.2.2014 a 17.2.2017
53	33480-04	Fabiano Santa Helena	Professor, 10.12	5.4.2014 a 4.4.2017
54	49891-03	Fabio Jose Peliser	Professor, 10.12	1º.3.2014 a 28.2.2017
55	66176-03	Fatima Teresinha de Oliveira Janke	Professor, 10.12	15.2.2014 a 14.2.2017
56	66176-01	Fatima Teresinha de Oliveira Janke	Professor, 10.12	18.2.2014 a 17.2.2017
57	101400-03	Fernanda Aparecida Pellizzaro	Professor, 10.12	7.2.2014 a 6.2.2017
58	97195-01	Fernanda Fuhr	Professor, 10.12	18.2.2014 a 17.2.2017
59	56979-04	Franciele Elisabeth Gernhardt	Professor, 10.12	4.3.2014 a 3.3.2017
60	61808-06	Franciele Fatima Stedille	Professor, 10.12	1º.3.2014 a 28.2.2017
61	17469-04	Franciele Justi Lopes Gross	Professor, 10.12	1º.3.2014 a 28.2.2017
62	17469-09	Franciele Justi Lopes Gross	Professor, 10.12	3.2.2014 a 2.2.2017
63	57584-10	Francieli Gugel Varela	Professor, 10.12	3.2.2014 a 2.2.2017
64	95230-01	Geni de Vargas Zottis	Professor, 10.12	1º.2.2014 a 31.1.2017
65	102130-05	Gerusa Claudia Rodio	Professor, 10.12	3.2.2014 a 2.2.2017
66	93688-00	Gessi Gladis Wunder Pissaia	Professor, 10.10	3.3.2014 a 2.3.2017
67	83070-05	Glaucia Maria Feraso	Professor, 10.12	2.5.2014 a 1º.5.2017
68	100277-00	Graciele Gross de Freitas Marchesi	Professor, 10.12	1º.1.2014 a 31.12.2016

Nº DE ORDEM	MATRÍCULA	NOME DO SERVIDOR	CARGO/CÓDIGO	PERÍODO AQUISITIVO
69	96555-01	Ileane Jucelene Essing	Professor, 10.12	18.2.2014 a 17.2.2017
70	68063-03	Ines Angelina Savaris	Professor, 10.12	7.4.2014 a 6.4.2017
71	93599-00	Ivani Ravanelli Baroni	Professor, 10.10	5.3.2014 a 4.3.2017
72	99023-00	Ivanir Maria Fazzioni	Professor, 10.12	18.2.2014 a 17.2.2017
73	99333-00	Ivete Baldasso	Especialista em Educação, 11.12	1º.3.2014 a 28.2.2017
74	94978-01	Ivete Cechin	Professor, 10.12	1º.2.2014 a 31.1.2017
75	43800-07	Ivete Valcarenghi Ferreira	Professor, 10.12	15.2.2014 a 14.2.2017
76	104132-00	Jaira Zampieron	Professor, 10.12	1º.1.2014 a 31.12.2016
77	41173-12	Jandira Paviani Lorensetti	Professor, 10.12	2.5.2014 a 1º.5.2017
78	99538-02	Jaqueline Andreia Port Von Dentz	Especialista em Educação, 11.12	7.2.2014 a 6.2.2017
79	72656-04	Jaqueline Zanella	Professor, 10.12	1º.3.2014 a 28.2.2017
80	47864-05	Joelci Ribeiro	Especialista em Educação, 11.12	3.2.2014 a 2.2.2017
81	103470-01	Joice Alice Dias Schneeberger de Marco	Professor, 10.12	1º.3.2014 a 28.2.2017
82	103470-00	Joice Alice Dias Schneeberger de Marco	Professor, 10.12	4.3.2014 a 3.3.2017
83	40517-00	Joise Carla Finger	Professor, 10.12	18.2.2014 a 17.2.2017
84	88404-00	Jorge Takeo Tokusumi	Professor, 10.12	1º.3.2014 a 28.2.2017
85	104264-01	Julyana Aparecida Petry	Professor, 10.12	1º.3.2014 a 28.2.2017
86	104221-00	Karen Sandra Magedans Wilske	Professor, 10.12	1º.1.2014 a 31.12.2016
87	97730-02	Karina Stein Calixto de Araujo	Professor, 10.12	1º.3.2014 a 28.2.2017
88	93246-03	Keili Stein Bordin	Professor, 10.12	18.2.2014 a 17.2.2017
89	5436-00	Laurilei Salette Ghidorsi	Professor, 10.10	15.2.2014 a 14.2.2017
90	86142-06	Leila Rizolli	Professor, 10.12	3.2.2014 a 2.2.2017
91	57576-04	Lenara Secco Siepmann	Professor, 10.12	5.5.2014 a 4.5.2017
92	98990-00	Leonice Terezinha de Oliveira	Especialista em Educação, 11.12	18.2.2014 a 17.2.2017
93	104388-03	Lilua Bernardi	Professor, 10.12	2.1.2014 a 1º.1.2017
94	80357-03	Lisandra Zuanazzi	Professor, 10.12	3.2.2014 a 2.2.2017
95	96105-04	Luciana da Silva Hilger	Professor, 10.12	7.2.2014 a 6.2.2017
96	92932-01	Lucilene Lourdes Dal Pra Lazzarotti	Professor, 10.10	1º.2.2014 a 31.1.2017
97	942421-01	Lucimara Tochetto Paviani	Professor, 10.12	2.1.2014 a 1º.1.2017
98	95605-01	Lucio Flavio Kessler	Professor, 10.12	18.2.2014 a 17.2.2017
99	99040-00	Lucio Vogt	Professor, 10.12	18.2.2014 a 17.2.2017
100	3557-00	Luis Abel Oliveira dos Santos	Professor, 10.13	8.2.2014 a 7.2.2017
101	17388-01	Madalena Modolon Ferri	Professor, 10.12	18.2.2014 a 17.2.2017
102	17388-08	Madalena Modolon Ferri	Professor, 10.12	2.5.2014 a 1º.5.2017
103	103420-04	Magali Aparecida de Souza	Professor, 10.12	1º.3.2014 a 28.2.2017
104	58602-00	Maisa Bianchini Renosto	Professor, 10.12	1º.1.2014 a 31.12.2016
105	93815-00	Marcelo Soares de Campos	Professor, 10.13	5.2.2014 a 4.2.2017
106	103624-03	Marcia Beatriz Santana Gomes	Professor, 10.12	3.2.2014 a 2.2.2017
107	68640-01	Marcia Casagrande	Professor, 10.12	2.3.2014 a 1º.3.2017
108	41238-00	Marcia Lisiana Saatkamp Lawrenz	Professor, 10.10	1º.2.2014 a 31.1.2017
109	93823-00	Marcia Regina Rover Castanho	Professor, 10.10	1º.2.2014 a 31.1.2017
110	100552-00	Marcia Rosa Heydt Rogowski	Professor, 10.12	31.12.2013 a 30.12.2016
111	92843-01	Marcia Simone Dal Bosco Bet	Professor, 10.12	18.2.2014 a 17.2.2017
112	96210-02	Margarete D Aghetti	Professor, 10.12	3.2.2014 a 2.2.2017
113	104728-03	Margarida Moresco da Silva	Professor, 10.12	2.5.2014 a 1º.5.2017
114	27367-00	Marge Sensolo Dalmolin	Professor, 10.10	1º.2.2014 a 31.1.2017
115	93785-00	Maria Bernardete Poletto Lorenzetti	Professor, 10.10	11.2.2014 a 10.2.2017
116	92347-00	Maria Eva Climaco Varela Freitag	Professor, 10.12	19.4.2014 a 18.4.2017
117	40690-04	Maria Luiza Alves Favaretto	Professor, 10.12	14.3.2014 a 13.3.2017
118	76813-00	Marilaine Martins	Professor, 10.10	1º.2.2014 a 31.1.2017
119	7714-00	Marilei Lurdes Bison Magentanz	Professor, 10.12	30.6.2014 a 29.6.2017
120	41092-01	Marines Fatima Colombo	Professor, 10.12	7.2.2014 a 6.2.2017
121	93866-00	Mario Alberto Soares de Campos	Professor, 10.13	1º.2.2014 a 31.1.2017
122	94994-01	Marioni Bortolini Ramos	Professor, 10.10	1º.2.2014 a 31.1.2017
123	33332-00	Marisa Adelaide Lazzarin	Especialista em Educação, 11.12	15.2.2014 a 14.2.2017
124	104175-00	Marisa Aline Magedans Pedrotti	Professor, 10.12	1º.1.2014 a 31.12.2016
125	97799-01	Marisa Ana Dalla Libera da Silva	Professor, 10.12	18.2.2014 a 17.2.2017
126	53457-07	Marisa Aparecida Cavalli Pozzo	Professor, 10.12	2.5.2014 a 1º.5.2017
127	93637-00	Marisela Liodete Brandt Dalle Laste	Professor, 10.12	18.1.2014 a 17.1.2017
128	93874-00	Marisete Salvadego	Professor, 10.10	1º.2.2014 a 31.1.2017
129	59528-03	Maristela Isganzela Schwingel	Professor, 10.12	3.2.2014 a 2.2.2017
130	99007-00	Mariza Andreoni	Especialista em Educação, 11.12	18.2.2014 a 17.2.2017

Nº DE ORDEM	MATRÍCULA	NOME DO SERVIDOR	CARGO/CÓDIGO	PERÍODO AQUISITIVO
131	96369-01	Marize Aparecida Machado da Silveira da Rosa	Professor, 10.12	18.2.2014 a 17.2.2017
132	27022-01	Marlene Luisa Lanzarin	Professor, 10.12	18.2.2014 a 17.2.2017
133	87955-02	Marli Klumb	Professor, 10.12	18.2.2014 a 17.2.2017
134	95044-01	Maura Pierina Baccin	Professor, 10.12	18.2.2014 a 17.2.2017
135	32913-07	Monica Cristina Tondello Moretti	Professor, 10.12	4.3.2014 a 3.3.2017
136	98957-00	Monica Regina Knoblauch	Professor, 10.12	18.2.2014 a 17.2.2017
137	92231-02	Nadia Loini Kaster Scheifler	Professor, 10.12	18.2.2014 a 17.2.2017
138	92550-03	Nadia Maria Cesco Erzen	Professor, 10.12	18.2.2014 a 17.2.2017
139	89826-01	Naira Marcante Dalla Costa	Professor, 10.12	1º.2.2014 a 31.3.2017
140	59072-00	Nauri Martini Merlini	Professor, 10.12	18.2.2014 a 17.2.2017
141	93580-00	Nelsi Sehn	Professor, 10.10	21.3.2014 a 20.3.2017
142	92746-00	Nilo Luckemeier	Professor, 10.10	1º.3.2014 a 28.2.2017
143	91600-01	Nilvete Dalmaso Segala	Professor, 10.12	18.2.2014 a 17.2.2017
144	94676-01	Patricia Enck Poloni	Professor, 10.12	1º.1.2014 a 31.12.2016
145	19780-01	Paulo Rogerio de Rossi	Professor, 10.12	18.2.2014 a 17.2.2017
146	28444-00	Raul Santana	Professor, 10.12	1º.2.2014 a 31.1.2017
147	99392-00	Rita Maria Colombo Sandri	Professor, 10.12	12.3.2014 a 11.3.2017
148	60569-00	Rosangela Lunge	Professor, 10.13	30.6.2014 a 29.6.2017
149	98787-00	Rose Mari Siega Balbinott	Professor, 10.12	1º.1.2014 a 31.12.2016
150	103802-00	Roselei Datsch	Professor, 10.12	5.5.2014 a 4.5.2017
151	104817-04	Rosineia Fonseca da Silva	Professor, 10.12	2.12.2013 a 1º.12.2016
152	97020-01	Sandra Maria Barroni Giacomini	Professor, 10.12	2.1.2014 a 1º.1.2017
153	73830-00	Sandra Pizzatto	Professor, 10.12	1º.1.2014 a 31.12.2016
154	103390-00	Sergio Roberto Comassetto	Professor, 10.12	7.2.2014 a 6.2.2017
155	91014-03	Silvane Teresinha Riva Cantelli	Professor, 10.12	18.2.2014 a 17.2.2017
156	76465-03	Silvanea Forner	Professor, 10.12	7.2.2014 a 6.2.2017
157	99635-00	Simone Lazarotto	Professor, 10.12	1º.1.2014 a 31.12.2016
158	91863-12	Siria Nair Savoldi de Mattos	Professor, 10.12	1º.3.2014 a 28.2.2017
159	91863-02	Siria Nair Savoldi de Mattos	Professor, 10.12	18.2.2014 a 17.2.2017
160	102580-00	Soeli Fatima Oliveira dos Santos	Professor, 10.12	1º.1.2014 a 31.12.2016
161	90808-05	Sonia Pizzatto Rodio	Professor, 10.12	7.2.2014 a 6.2.2017
162	91375-04	Sonia Salete de Oliveira Mattana	Professor, 10.12	18.2.2014 a 17.2.2017
163	95885-01	Sonimara Cazarotto	Professor, 10.12	1º.2.2014 a 31.1.2017
164	93548-00	Tania Maria Marchetti Dalla Costa	Professor, 10.13	15.2.2014 a 14.2.2017
165	101249-03	Tayson Sander Baseggio	Professor, 10.12	7.2.2014 a 6.2.2017
166	33294-02	Tatiane Cristina Argenton	Professor, 10.12	18.2.2014 a 17.2.2017
167	93556-00	Teresinha Garbossa	Professor, 10.13	16.2.2014 a 15.2.2017
168	101494-01	Terezinha Pagoto	Professor, 10.12	7.2.2014 a 6.2.2017
169	70807-00	Terezinha Tavares	Professor, 10.12	1º.1.2014 a 31.12.2016
170	102342-01	Valquiria Weingartner Pereira	Professor, 10.12	1º.3.2014 a 28.2.2017
171	114227-00	Vanessa Cristina Turek de Avila	Professor, 10.12	15.2.2014 a 14.2.2017
172	93203-00	Vania Angelina Biesus	Professor, 10.10	18.2.2014 a 17.2.2017
173	67423-00	Vania Pozzebon	Professor, 10.12	18.2.2014 a 17.2.2017
174	308137-08	Vanusa Aparecida Hirt Zottis	Professor, 10.12	3.2.2014 a 2.2.2017
175	88412-13	Vanusa Donati	Professor, 10.12	16.12.2013 a 15.12.2016
176	88412-11	Vanusa Donati	Professor, 10.12	3.2.2014 a 2.2.2017
177	104183-00	Vanusa Maschio Dal Bello	Professor, 10.12	1º.1.2014 a 31.12.2016
178	7706-00	Vilmar Antonio Bentz	Professor, 10.12	30.6.2014 a 29.6.2017
179	86312-00	Vilse Lair Dal Puppo	Professor, 10.10	10.2.2014 a 9.2.2017
180	70386-05	Zilma Rodrigues do Nascimento Poyer	Professor, 10.12	1º.3.2014 a 28.2.2017
181	99082-01	Zoleide Ema Heemann Diersmann	Professor, 10.12	18.2.2014 a 17.2.2017

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
 Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
 Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 3 de agosto de 2017.
VALDECIR FILIPPI FRANZEN
 Diretor Administrativo

DECRETO Nº 733/2017
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 733/2017, DE 3 DE AGOSTO DE 2017.

Designa o servidor CARLOS ALBERTO BROCH como Gestor das Parcerias celebradas pelo Fundo para a Infância e Adolescência – FIA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no inciso XI do art. 2º da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e alterações, e no Decreto nº 6.193, de 18 de maio de 2017.

DECRETA:

Art. 1º Fica designado o servidor CARLOS ALBERTO BROCH, ocupante do cargo de Contador Adjunto, como Gestor das Parcerias celebradas pelo Fundo para a Infância e Adolescência – FIA, com poderes de controle e fiscalização, conforme previsto na Lei Federal nº 13.019, de 21 de julho de 2014 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA Secretária Municipal de Administração	DENISE JUSTI LOPES Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação
--	---

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 3 de agosto de 2017.

VALDECIR FILIPPI FRANZEN

Diretor Administrativo

DECRETO Nº 734/2017
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 734/2017, DE 7 DE AGOSTO DE 2017.

Concede gozo de licença-prêmio ao servidor PAULO ROGERIO DE ROSSI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de setembro de 2017, ao servidor PAULO ROGERIO DE ROSSI, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 19780-01, o gozo de um mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 18 de fevereiro de 2007 a 17 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

MARCIA MARLI VANZO CALDEROLLI
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 7 de agosto de 2017.

VALDECIR FILIPPI FRANZEN

Diretor Administrativo

DECRETO Nº 735/2017
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 735/2017, DE 7 DE AGOSTO DE 2017.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora SOLANGE ALMEIDA BASTOS.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de setembro de 2017, à servidora SOLANGE ALMEIDA BASTOS, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, o gozo de um mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 1º de junho de 2011 a 31 de maio de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

MARCIA MARLI VANZO CALDEROLLI
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 7 de agosto de 2017.

VALDECIR FILIPPI FRANZEN

Diretor Administrativo

DECRETO Nº 736/2017
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 736/2017, DE 7 DE AGOSTO DE 2017.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora LILIAN CECCHET.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, nos meses de agosto, setembro e outubro de 2017, à servidora LILIAN CECCHET, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 95176-01, o gozo de três meses de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 2 de fevereiro de 2008 a 1º de fevereiro de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de agosto de 2017.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

MARCIA MARLI VANZO CALDEROLLI
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 7 de agosto de 2017.
VALDECIR FILIPPI FRANZEN
Diretor Administrativo

DECRETO Nº 737/2017

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
DECRETO Nº 737/2017, DE 7 DE AGOSTO DE 2017.
Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora ANDREIA FATIMA VARELA KAFER.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de agosto de 2017, à servidora ANDREIA FATIMA VARELA KAFER, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 13536-03, um mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 2 de fevereiro de 2012 a 1º de fevereiro de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 7 de agosto de 2017.
VALDECIR FILIPPI FRANZEN
Diretor Administrativo

DECRETO Nº 738/2017

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
DECRETO Nº 738/2017, DE 7 DE AGOSTO DE 2017.
Concede gozo de licença-prêmio ao servidor LUIS ABEL OLIVEIRA DOS SANTOS.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, nos meses de agosto e setembro de 2017, ao servidor LUIS ABEL OLIVEIRA DOS SANTOS, ocupante do cargo de Professor, código 10.13, matrícula 3557-00, o gozo de dois

meses de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 1º de fevereiro de 2010 a 31 de janeiro de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de agosto de 2017.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

MARCIA MARLI VANZO CALDEROLLI
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 7 de agosto de 2017.
VALDECIR FILIPPI FRANZEN
Diretor Administrativo

DECRETO Nº 739/2017

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 739/2017, DE 7 DE AGOSTO DE 2017.
Concede gozo de licença-prêmio à servidora GELCI DA SILVA HURT.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de setembro de 2017, à servidora GELCI DA SILVA HURT, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, o gozo de um mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 12 de março de 2008 a 11 de março de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

MARCIA MARLI VANZO CALDEROLLI
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 7 de agosto de 2017.
VALDECIR FILIPPI FRANZEN
Diretor Administrativo

DECRETO Nº 740/2017
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 740/2017, DE 7 DE AGOSTO DE 2017.
Concede gozo de licença-prêmio à servidora ELIZANGELA FAVARETTO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, nos meses de setembro e outubro de 2017, à servidora ELIZANGELA FAVARETTO, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, o gozo de dois meses de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 2 de março de 2009 a 1º de março de 2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

SIDINEI DE CASTRO SCHMIDT
Secretário Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 7 de agosto de 2017.
VALDECIR FILIPPI FRANZEN
Diretor Administrativo

DECRETO Nº 741/2017
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 741/2017, DE 8 DE AGOSTO DE 2017.
Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora ROSANGELA ROMANI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de agosto de 2017, à servidora ROSANGELA ROMANI, ocupante do cargo de Agente de Alimentação e Nutrição, um mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 4 de julho de 2012 a 3 de julho de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 8 de agosto de 2017.

VALDECIR FILIPPI FRANZEN
Diretor Administrativo

DECRETO Nº 742/2017
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 742/2017, DE 8 DE AGOSTO DE 2017.
Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, ao servidor TAYSON SANDER BASEGGIO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de agosto de 2017, ao servidor TAYSON SANDER BASEGGIO, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 101249-06, um mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 12 de março de 2012 a 11 de março de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 8 de agosto de 2017.

VALDECIR FILIPPI FRANZEN
Diretor Administrativo

DECRETO Nº 743/2017
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 743/2017, DE 8 DE AGOSTO DE 2017.
Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora SANDRA SALETE ZUCHI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de agosto de 2017, à servidora SANDRA SALETE ZUCHI, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, um mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 2 de maio de 2012 a 1º de maio de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 8 de agosto de 2017.
VALDECIR FILIPPI FRANZEN
Diretor Administrativo

DECRETO Nº 744/2017

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
DECRETO Nº 744/2017, DE 8 DE AGOSTO DE 2017.
Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora VILSE LAIR DAL PUPPO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de agosto de 2017, à servidora VILSE LAIR DAL PUPPO, ocupante do cargo de Professor, código 10.10, matrícula 86312-00, um mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 31 de julho de 2012 a 30 de julho de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 8 de agosto de 2017.
VALDECIR FILIPPI FRANZEN
Diretor Administrativo

DECRETO Nº 745/2017

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
DECRETO Nº 745/2017, DE 8 DE AGOSTO DE 2017.
Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora ELISANDRA GOZZI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de agosto de 2017, à servidora ELISANDRA GOZZI, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 52620-05, um mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 2 de fevereiro de 2012 a 1º de fevereiro de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 8 de agosto de 2017.
VALDECIR FILIPPI FRANZEN
Diretor Administrativo

DECRETO Nº 746/2017

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
DECRETO Nº 746/2017, DE 8 DE AGOSTO DE 2017.
Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora MARLEI SALETE RADIN.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de agosto de 2017, à servidora MARLEI SALETE RADIN, ocupante do cargo de Especialista em Educação, código 11.12, matrícula 92622-00, um mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 18 de maio de 2012 a 17 de maio de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 8 de agosto de 2017.
VALDECIR FILIPPI FRANZEN
Diretor Administrativo

DECRETO Nº 747/2017

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
DECRETO Nº 747/2017, DE 8 DE AGOSTO DE 2017.
Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora TERE-SINHA DICKEL TITON.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de agosto de 2017, à servidora TERESINHA DICKEL TITON, ocupante do cargo de Agente de Serviços

Gerais, um mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 1º de fevereiro de 2005 a 31 de janeiro de 2010.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 8 de agosto de 2017.
VALDECIR FILIPPI FRANZEN
Diretor Administrativo

DECRETO Nº 748/2017

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 748/2017, DE 8 DE AGOSTO DE 2017.

Revoga o Decreto nº 633/2017, de 3 de julho de 2017, que concede gozo de licença-prêmio à servidora EDITH PANSERA COLDEBELLA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX e considerando a solicitação protocolizada sob nº 14457/2017.

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado, a pedido, o Decreto nº 633/2017, de 3 de julho de 2017, que concede gozo de licença-prêmio à servidora EDITH PANSERA COLDEBELLA.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de agosto de 2017.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

MARCIA MARLI VANZO CALDEROLLI
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 8 de agosto de 2017.
VALDECIR FILIPPI FRANZEN
Diretor Administrativo

DECRETO Nº 749/2017

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 749/2017, DE 8 DE AGOSTO DE 2017.

Dá nova redação à alínea “d” do inciso II do art. 2º do Decreto nº 142/2017, de 6 de fevereiro de 2017, que constitui e designa Comitê de Coordenação para Acompanhamento e Recebimento.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI.

DECRETA:

Art. 1º A alínea “d” do inciso II do art. 2º do Decreto nº 142/2017,

de 6 de fevereiro de 2017, que constitui e designa Comitê de Coordenação para Acompanhamento e Recebimento dos serviços técnicos de elaboração de diagnóstico socioambiental do Rio dos Queimados, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º (...)

d) NEUSA PRESOTTO COLOMBO;” (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA Secretária Municipal de Administração	WAGNER ISIDORO SIMIONI Secretário Municipal de Urbanismo e Obras
--	---

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 8 de agosto de 2017.

VALDECIR FILIPPI FRANZEN

Diretor Administrativo

DECRETO Nº 750/2017

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 750/2017, DE 8 DE AGOSTO DE 2017.

Concede Promoção Horizontal a servidores.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 20 e seguintes da Lei Complementar nº 572, de 29 de novembro de 2010 e alterações, no Decreto nº 5.705, de 14 de maio de 2012 e alteração, e considerando as avaliações efetuadas pelas comissões especialmente designadas e informadas pela CI CPCCS 21/2017, protocolizada em 8 de agosto de 2017.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida Promoção Horizontal aos servidores de provimento efetivo, do Quadro de Cargos do Poder Executivo, abaixo relacionados, para a Faixa de Vencimento B:

I – ANA PAULA BONASSI, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, com efeitos retroativos a 21 de julho de 2017;

II – DIANES PIZZATTO MACHADO, ocupante do cargo de Agente de Alimentação e Nutrição, com efeitos retroativos a 21 de julho de 2017;

III – DOUGLAS PASQUALON, ocupante do cargo de Servente Braçal, com efeitos retroativos a 8 de maio de 2017;

IV – EDINILCE FRANCISCON REMOR, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, com efeitos retroativos a 3 de agosto de 2017;

V – GISLANE BORGES MORAES, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, com efeitos retroativos a 9 de junho de 2017;

VI – RITA ROSSI, ocupante do cargo de Agente de Alimentação e Nutrição, com efeitos retroativos a 1º de julho de 2017;

VII – SOLANGE ALMEIDA BASTOS, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, com efeitos retroativos a 1º de junho de 2017;

VIII – ZENILDA ONETTA PORTELA MENEGETI, ocupante do cargo Auxiliar de Creche, com efeitos retroativos a 13 de julho de 2017.

Art. 2º Fica concedida Promoção Horizontal aos servidores de provimento efetivo do Quadro de Cargos do Poder Executivo, abaixo relacionados, para a Faixa de Vencimento C:

I – HAMILTON ROGERIO DE MARCO, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, com efeitos retroativos a 1º de junho de 2017;

II – MERCI ERCI LAUTERT, ocupante do cargo de Agente Administrativo, com efeitos retroativos a 1º de março de 2017;

III – ONORINO SANTI, ocupante do cargo de Agente Operacional, com efeitos retroativos a 1º de junho de 2017.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 8 de agosto de 2017.
VALDECIR FILIPPI FRANZEN
Diretor Administrativo

DECRETO Nº 751/2017

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 751/2017, DE 8 DE AGOSTO DE 2017.

DECRETO Nº 752/2017

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 752/2017, DE 9 DE AGOSTO DE 2017.

Fixa tarifa das passagens do transporte coletivo, relativas ao Termo de Concessão de Exploração nº 10/2014.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no Termo de Concessão de Exploração nº 10/2014, de 20 de agosto de 2014 e no Relatório da Comissão de Análise de Tarifas Públicas, emitido em 1º de agosto de 2017.
DECRETA:

Art. 1º Ficam fixadas as tarifas das passagens do transporte coletivo, relativas ao Termo de Concessão de Exploração nº 10/2014, a partir de 1º de setembro de 2017, na forma abaixo:

Linha	Nome	Itinerário	Valor da tarifa – R\$
02-A	Concórdia – São Braz	Terminal Rodoviário a Santa Lúcia	7,10
02-B	Concórdia – São Braz	Santa Lúcia a Lageado Guilherme	8,52
02-C	Concórdia – São Braz	Lageado Guilherme a Pinhal Poletto	9,56
02-D	Concórdia – São Braz	Pinhal Poletto a Lageado das Pombas	11,42
02-E	Concórdia – São Braz	Lageado das Pombas a Linha dos Gaios	12,34
02-F	Concórdia – São Braz	Linha dos Gaios a Linha Gasperin	13,58
02-G	Concórdia – São Braz	Linha Gasperin a São Brás	14,19

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

WAGNER ISIDORO SIMIONI
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 9 de agosto de 2017.

VALDECIR FILIPPI FRANZEN
Diretor Administrativo

Dá nova redação à alínea “b” do inciso II do art. 1º do Decreto nº 270/2016, de 23 de março de 2016 e alterações, que designam membros para integrar o Conselho Municipal do Idoso – CMI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 3.322, de 12 de dezembro de 2001 e no Decreto nº 4.463, de 1º de julho de 2002.

DECRETA:

Art. 1º A alínea “b” do inciso II do art. 1º do Decreto nº 270/2016, de 23 de março de 2016 e alterações, que designam membros para integrar o Conselho Municipal do Idoso – CMI, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º (...)

b) suplente: BIANCA MENNA BARRETO LAGES;” (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA Secretária Municipal de Administração	DENISE JUSTI LOPES Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação
--	---

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 8 de agosto de 2017.
VALDECIR FILIPPI FRANZEN
Diretor Administrativo

DECRETO Nº 753/2017

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 753/2017, DE 9 DE AGOSTO DE 2017.

Altera expressão constante no art. 1º do Decreto nº 697/2017, de 20 de julho de 2017, que concede gozo de licença-prêmio ao servidor JOSE LAERCIO GREGIANIN.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX.

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada a expressão: "período aquisitivo de 2 de fevereiro de 2003 a 1º de fevereiro de 2008" para: "período aquisitivo de 2 de fevereiro de 2008 a 1º de fevereiro de 2013", constante no art. 1º do Decreto nº 697/2017, de 20 de julho de 2017, que concede gozo de licença-prêmio ao servidor JOSE LAERCIO GREGIANIN.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 9 de agosto de 2017.

VALDECIR FILIPPI FRANZEN
Diretor Administrativo

DECRETO Nº 754/2017

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 754/2017, DE 9 DE AGOSTO DE 2017.

Acresce alínea "p" ao inciso III do art. 1º do Decreto nº 248/2017, de 1º de março de 2017 e alterações, que constituem e designam comissão especial, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto nos arts. 74 e 75 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e na Lei nº 4.252, de 13 de dezembro de 2010 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º Fica acrescida alínea "p" ao inciso III do art. 1º do Decreto nº 248/2017, de 1º de março de 2017 e alterações, que constituem e designam comissão especial com a incumbência de proceder à avaliação dos bens móveis e receber bens adquiridos pelo Município, a partir de 9 de agosto de 2017, com a seguinte redação:

"Art. 1º (...)

p) ANA PAULA DE AGUIAR." (NR)

Art. 2º Em face do disposto no art. 1º deste Decreto, fica concedida à servidora ANA PAULA DE AGUIAR, ocupante do cargo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, gratificação pelo exercício de função de assessoramento, equivalente a 20% (vinte por cento) sobre o vencimento, a partir de 9 de agosto de 2017, enquanto perdurarem os trabalhos na referida comissão.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 9 de agosto de 2017.

VALDECIR FILIPPI FRANZEN
Diretor Administrativo

DECRETO Nº 755/2017

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 755/2017, DE 10 DE AGOSTO DE 2017.

Altera dispositivos do Decreto nº 553/2017, de 29 de maio de 2017 e alteração, que constituem e designam Comissão Especial.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto nos arts. 74 e 75 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e na Lei nº 4.252, de 13 de dezembro de 2010 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º O Decreto nº 553/2017, de 29 de maio de 2017 e alteração, que constituem e designam Comissão Especial, terá os seguintes dispositivos alterados:

I – o art. 1º passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica constituída Comissão Especial, com a incumbência de efetuar avaliação para fins de conservação e manutenção de veículos, máquinas e equipamentos da Secretaria Municipal de Transportes e da Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras, a partir de 1º de junho de 2017." (NR)

II – fica acrescida alínea "f" ao inciso III do art. 2º, com a seguinte redação:

"f) VILMAR CORADI." (NR)

Art. 2º Em face do disposto no art. 1º deste Decreto, fica concedida ao servidor VILMAR CORADI, ocupante do cargo de Operador de Equipamentos, do quadro de pessoal de provimento efetivo, gratificação pelo exercício de função de assessoramento, equivalente a 20% (vinte por cento) sobre o vencimento, enquanto perdurar os trabalhos na referida Comissão.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de agosto de 2017.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

JOÃO VALMOR REITEL
Secretário Municipal de Transportes

WAGNER ISIDORO SIMIONI
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 10 de agosto de 2017.

VALDECIR FILIPPI FRANZEN
Diretor Administrativo

DECRETO Nº 756/2017

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 756/2017, DE 10 DE AGOSTO DE 2017.

Designa a servidora IEDA SALETE PAGLIOCHI para exercer a função gratificada de Diretora Escolar II da Escola Básica Municipal EBM Maria Petrolí.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto na Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alterações, e considerando a CI SEMED 1212, em 19 de julho de 2017, emitida pela Secretaria Municipal de Educação.

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a servidora IEDA SALETE PAGLIOCHI, ocupante dos cargos de Professor, código 10.12, matrícula 91880-01 e código 10.13, matrícula 91880-00, para exercer a função gratificada de Diretora Escolar II da Escola Básica Municipal Maria Petrolí, do Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal – Funções de Confiança ou Gratificadas, enquanto perdurar o afastamento da titular, em licença para cursar mestrado, percebendo nesse ínterim, gratificação equivalente a 45% (quarenta e cinco por cento) sobre o vencimento.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 3 de julho de 2017.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA Secretária Municipal de Administração	MARCIA MARLI VANZO CALDEROLI Secretária Municipal de Educação
--	--

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 10 de agosto de 2017.

VALDECIR FILIPPI FRANZEN

Diretor Administrativo

DECRETO Nº 757/2017

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 757/2017, DE 10 DE AGOSTO DE 2017.

Dispõe sobre o desligamento da servidora IEDA MARIA NAIBO MORO RIOS.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 318 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e no art. 20, § 2º da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica desligada, do Quadro Suplementar de Cargos do Magistério Público Municipal, a servidora IEDA MARIA NAIBO MORO RIOS, ocupante do cargo de Professor, código 10.10, matrícula 56014-00, regime estatutário, em face da concessão do benefício de Aposentadoria Especial por Tempo de Contribuição, pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON.

Art. 2º Fica extinta a vaga do cargo referido no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 7 de agosto de 2017.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA

Secretária Municipal de administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 10 de agosto de 2017.

VALDECIR FILIPPI FRANZEN

Diretor Administrativo

DECRETO Nº 758/2017

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 758/2017, DE 11 DE AGOSTO DE 2017.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora VANIA POZZEBON.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de setembro de 2017, à servidora VANIA POZZEBON, ocupante dos cargos de Professor, códigos 10.12, o gozo de dois meses de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração dos cargos efetivos, na forma abaixo:

I – um mês, relativo ao quinquênio – período aquisitivo de 18 de fevereiro de 2012 a 17 de fevereiro de 2017, matrícula 67423-00;

II – um mês, relativo ao quinquênio – período aquisitivo de 2 de fevereiro de 2012 a 1º de fevereiro de 2017, matrícula 67423-08.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA Secretária Municipal de Administração	MARCIA MARLI VANZO CALDEROLI Secretária Municipal de Educação
--	--

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 11 de agosto de 2017.

VALDECIR FILIPPI FRANZEN

Diretor Administrativo

DECRETO Nº 759/2017

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 759/2017, DE 11 DE AGOSTO DE 2017.

Averba tempo de contribuição, nos assentamentos funcionais da servidora MARLENE BITTENCOURT.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 40, § 10, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; art. 4º da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998; na Lei Federal nº 9.796, de 5 de maio de 1999 e alterações e no art. 35 da Lei

Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Ficam averbados 6.523 dias, ou seja: 17 (dezessete) anos, 10 (dez) meses e 18 (dezoito) dias de tempo de contribuição, nos assentamentos funcionais da servidora MARLENE BITTENCOURT, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, conforme Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, em 7 de dezembro de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 11 de agosto de 2017.
VALDECIR FILIPPI FRANZEN
Diretor Administrativo

DECRETO Nº 760/2017

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 760/2017, DE 11 DE AGOSTO DE 2017.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora SARA MARIA ROSSO PRUDENTE.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Ficam concedidos, nos meses de setembro e outubro de 2017, à servidora SARA MARIA ROSSO PRUDENTE, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, o gozo de dois meses de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 16 de junho de 2005 a 15 de junho de 2010.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

MARCIA MARLI VANZO CALDEROLLI
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 11 de agosto de 2017.
VALDECIR FILIPPI FRANZEN
Diretor Administrativo

DECRETO Nº 761/2017

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 761/2017, DE 11 DE AGOSTO DE 2017.

Concede gozo de licença-prêmio ao servidor NELIR DALLA COSTA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de setembro de 2017, ao servidor NELIR DALLA COSTA, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 27111-10, o gozo de um mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 19 de maio de 2008 a 18 de maio de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

MARCIA MARLI VANZO CALDEROLLI
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 11 de agosto de 2017.
VALDECIR FILIPPI FRANZEN
Diretor Administrativo

DECRETO Nº 762/2017

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 762/2017, DE 11 DE AGOSTO DE 2017.

Concede licença para tratar de interesses particulares à servidora JESSICA DAYANA DOBROVOLSKI BLANCK.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 123 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida à servidora JESSICA DAYANA DOBROVOLSKI BLANCK, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, licença para tratar de interesses particulares, sem remuneração, pelo período de um ano, a partir de 15 de agosto de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

MARCIA MARLI VANZO CALDEROLLI
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 11 de agosto de 2017.

VALDECIR FILIPPI FRANZEN

Diretor Administrativo

DECRETO Nº 763/2017

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 763/2017, DE 15 DE AGOSTO DE 2017.

Concede afastamento para exercício de Mandato Eletivo à servidora DILCE LURDES GEHLEN.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 129, III, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, a pedido, à servidora DILCE LURDES GEHLEN, ocupante do cargo de Especialista em Educação, código 10.15, matrícula 92029-00, afastamento para exercício de Mandato Eletivo, no mês de setembro de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 15 de agosto de 2017.

VALDECIR FILIPPI FRANZEN

Diretor Administrativo

DECRETO Nº 764/2017

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 764/2017, DE 15 DE AGOSTO DE 2017.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora DINAMAR CLAUDIA ARGENTON SIEGA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de setembro de 2017, à servidora DINAMAR CLAUDIA ARGENTON SIEGA, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 92258-00, o gozo de um mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 10 de julho de 2005 a 9 de julho de 2010.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA

Secretária Municipal de Administração

MARCIA MARLI VANZO CALDEROLLI

Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 15 de agosto de 2017.

VALDECIR FILIPPI FRANZEN

Diretor Administrativo

DECRETO Nº 765/2017

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 765/2017, DE 15 DE AGOSTO DE 2017.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora MARIA RITTER.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de setembro de 2017, à servidora MARIA RITTER, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, o gozo de um mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 9 de fevereiro de 2003 a 8 de fevereiro de 2008.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA

Secretária Municipal de Administração

SIDINEI DE CASTRO SCHMIDT

Secretário Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 15 de agosto de 2017.

VALDECIR FILIPPI FRANZEN

Diretor Administrativo

DECRETO Nº 766/2017

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 766/2017, DE 15 DE AGOSTO DE 2017.

Dispõe sobre o desligamento da servidora GECI LOURDES DA CRUZ.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 41, V, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica desligada, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a servidora GECI LOURDES DA CRUZ, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, regime estatutário, em face da

concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON.

Art. 2º Fica declarada a vacância do cargo referido no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 9 de agosto de 2017.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 15 de agosto de 2017.

VALDECIR FILIPPI FRANZEN

Diretor Administrativo

DECRETO Nº 767/2017

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 767/2017, DE 15 DE AGOSTO DE 2017.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora LUCIANA VANUSA RUBERT NUNES.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, nos meses de setembro, outubro e novembro de 2017, à servidora LUCIANA VANUSA RUBERT NUNES, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 96687-00, o gozo de três meses de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 20 de fevereiro de 2008 a 19 de fevereiro de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA

Secretária Municipal de Administração

MARCIA MARLI VANZO CALDEROLLI

Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 15 de agosto de 2017.

VALDECIR FILIPPI FRANZEN

Diretor Administrativo

DECRETO Nº 768/2017

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 768/2017, DE 15 DE AGOSTO DE 2017.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora ROSANGELA SIRLEI RUVIARO DOS SANTOS.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de setembro de 2017, à servidora ROSANGELA SIRLEI RUVIARO DOS SANTOS, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, o gozo de um mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 4 de setembro de 2007 a 3 de setembro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA

Secretária Municipal de Administração

MARCIA MARLI VANZO CALDEROLLI

Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 15 de agosto de 2017.

VALDECIR FILIPPI FRANZEN

Diretor Administrativo

DECRETO Nº 769/2017

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 769/2017, DE 15 DE AGOSTO DE 2017.

Concede licença remunerada para cursar mestrado à servidora JUCELIA BORSATI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 58 da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alterações e no Decreto nº 5.678, de 25 de janeiro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida, a partir de 1º de setembro de 2017, à servidora JUCELIA BORSATI, ocupante dos cargos de Professor, códigos 10.12, matrículas 40886-00 e 40886-01, licença remunerada para cursar mestrado, pelo período de dois anos.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA

Secretária Municipal de Administração

MARCIA MARLI VANZO CALDEROLLI

Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 15 de agosto de 2017.

VALDECIR FILIPPI FRANZEN

Diretor Administrativo

DECRETO Nº 770/2017

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 770/2017, DE 16 DE AGOSTO DE 2017.

Altera dispositivos do art. 2º do Decreto nº 10/2015, de 7 de janeiro de 2015 e alterações, que constituem e designam Comissão Especial.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações e no Decreto nº 3.546, de 19 de setembro de 1994.

DECRETA:

Art. 1º O art. 2º do Decreto nº 10/2015, de 7 de janeiro de 2015 e alterações, que constituem e designam Comissão Especial com a incumbência de receber bens adquiridos pelo Fundo Municipal de Saúde – FMS, objetos de processos licitatórios, terá dispositivos alterados na forma abaixo:

I – o inciso I passa a vigorar com a seguinte redação:

“I – presidente: DENISE BRUSCO;” (NR)

II – fica revogada a alínea “a” do inciso II.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA Secretária Municipal de Administração	SIDINEI DE CASTRO SCHMIDT Secretário Municipal de Saúde
--	--

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 16 de agosto de 2017.

VALDECIR FILIPPI FRANZEN

Diretor Administrativo

DECRETO Nº 771/2017

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 771/2017, DE 18 DE AGOSTO DE 2017.

Dá nova redação aos incisos VI e VII do art. 1º do Decreto nº 381/2017, de 3 de abril de 2017 e alterações, que nomeiam membros para integrar o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 3.809, de 9 de março de 2007 e no Decreto nº 5.215, de 12 de julho de 2007.

DECRETA:

Art. 1º Os incisos VI e VII do art. 1º do Decreto nº 381/2017, de 3 de abril de 2017 e alterações, que nomeiam membros para integrar

o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º (...)

VI – representantes dos pais de alunos das escolas públicas municipais:

a) titulares:

1. DORIS MARCON;

2. MARLENE LUISA LANZARIN;

b) suplentes:

1. LILIAN TATIANE GUZZO NUNES PEREIRA;

2. SIMONE DA CUNHA MARCON;

VII – representantes dos estudantes da educação básica pública municipal:

a) titulares:

1. MAIARA CRISTINA MARMITT;

2. MATEUS BEZA;

b) suplentes:

1. JONATHAN RICARDO HEPP;

2. LUCAS FARIAS GASPARETTO;” (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

MARCIA MARLI VANZO CALDEROLLI
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 18 de agosto de 2017.

VALDECIR FILIPPI FRANZEN

Diretor Administrativo

DECRETO Nº 772/2017

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 772/2017, DE 18 DE AGOSTO DE 2017.

Concede gratificação pelo exercício de função de direção à servidora ADRIANA DE OLIVEIRA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 74 e 75 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e na Lei nº 4.252, de 13 de dezembro de 2010 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida à servidora ADRIANA DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, gratificação pelo exercício de função de direção, equivalente a 50% (cinquenta por cento) sobre o vencimento, pelo desempenho da coordenação do Centro Municipal de Educação Infantil – CMEI Regina Piola, com dedicação exclusiva.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 2 de agosto de 2017.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA Secretária Municipal de Administração	MARCIA MARLI VANZO CALDE- ROLLI Secretária Municipal de Educação
--	--

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 18 de agosto de 2017.

VALDECIR FILIPPI FRANZEN

Diretor Administrativo

DECRETO Nº 773/2017

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 773/2017, DE 18 DE AGOSTO DE 2017.

Concede gratificação pelo exercício de função de direção à servidora ROSANGELA TERESINHA FRACASSO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 74 e 75 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e na Lei nº 4.252, de 13 de dezembro de 2010 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida à servidora ROSANGELA TERESINHA FRACASSO, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 71633-10, gratificação pelo exercício de função de direção, equivalente a 50% (cinquenta por cento) sobre o vencimento, pelo desempenho da coordenação do Centro Municipal de Educação Infantil – CMEI Lua de Cristal, com dedicação exclusiva.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de agosto de 2017.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA Secretária Municipal de Administração	MARCIA MARLI VANZO CALDE- ROLLI Secretária Municipal de Educação
--	--

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 18 de agosto de 2017.

VALDECIR FILIPPI FRANZEN

Diretor Administrativo

DECRETO Nº 774/2017

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 774/2017, DE 18 DE AGOSTO DE 2017.

Exonera, a pedido, a servidora JUCELIA BORSATI, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a servidora JUCELIA BORSATI, do cargo de Diretora Escolar I da Escola Básica Municipal João Theobaldo Magarinos, a partir de 1º de setembro de 2017.

Art. 2º Em face do disposto do art. 1º deste Decreto, fica revogada, a partir de 1º de setembro de 2017, a gratificação concedida à referida servidora pelo inciso I, do art. 1º do Decreto nº 254/2016, de 18 de março de 2016.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 18 de agosto de 2017.

VALDECIR FILIPPI FRANZEN

Diretor Administrativo

DECRETO Nº 775/2017

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 775/2017, DE 18 DE AGOSTO DE 2017.

Averba tempo de contribuição, nos assentamentos funcionais da servidora EDILA MARIA DOS SANTOS.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 40, § 10, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; art. 4º da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998; na Lei Federal nº 9.796, de 5 de maio de 1999 e alterações e no art. 35 da Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Ficam averbados 2.839 dias, ou seja: 7 (sete) anos, 9 (nove) meses e 14 (quatorze) dias de tempo de contribuição, nos assentamentos funcionais da servidora EDILA MARIA DOS SANTOS, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 92118-00, conforme Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, em 9 de agosto de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 18 de agosto de 2017.

VALDECIR FILIPPI FRANZEN

Diretor Administrativo

DECRETO Nº 776/2017

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 776/2017, DE 18 DE AGOSTO DE 2017.

Concede gratificação, pelo exercício de função de direção, à servidora VANIA ANGELINA BIESUS.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 74 e 75 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, no art. 84 da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alterações, na Lei nº 4.252, de 13 de dezembro de 2010 e alteração e no Decreto nº 232/2005, de 15 de fevereiro de 2005, e considerando que, além das atribuições inerentes ao cargo de origem, a servidora abaixo integra o Grupo de Formadores, com a finalidade de capacitar os professores da Rede Pública Municipal de Ensino.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida à servidora VANIA ANGELINA BIESUS, ocupante dos cargos de Professor, código 10.10, matrícula 93203-00 e código 10.12, matrícula 93203-01, do quadro de pessoal de provimento efetivo do Magistério Público Municipal, gratificação pelo exercício de função de direção, equivalente a 50% (cinquenta por cento) sobre o vencimento, enquanto perdurarem os trabalhos no Grupo de Formadores.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de agosto de 2017.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA Secretária Municipal de Administração	MARCIA MARLI VANZO CALDEROLI Secretária Municipal de Educação
--	--

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 18 de agosto de 2017.

VALDECIR FILIPPI FRANZEN

Diretor Administrativo

DECRETO Nº 777/2017

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 777/2017, DE 18 DE AGOSTO DE 2017.

Concede gratificação, pelo exercício de função de chefia, à servidora CATIA CRISTIANA FRIZON.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 74 e 75 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e na Lei nº 4.252, de 13 de dezembro de 2010 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida, a partir de 1º de setembro de 2017, à servidora CATIA CRISTIANA FRIZON, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, gratificação equivalente a 30% (trinta por cento) sobre o vencimento, pelo exercício de função de chefia do Posto de Saúde de Linha Três de Outubro, com dedicação exclusiva.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

SIDINEI DE CASTRO SCHMIDT
Secretário Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 18 de agosto de 2017.

VALDECIR FILIPPI FRANZEN

Diretor Administrativo

DECRETO Nº 778/2017

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 778/2017, DE 18 DE AGOSTO DE 2017.

Nomeia a servidora TERESINHA GARBOSSA para exercer a função gratificada de Diretora Escolar I da Escola Básica Municipal João Theobaldo Magarinos.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto na Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alterações, na Lei nº 3.390, de 25 de junho de 2002 e alterações e considerando a CI SEMED 1313, em 17 de agosto de 2017, emitida pela Secretaria Municipal de Educação.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, a partir de 1º de setembro de 2017, a servidora TERESINHA GARBOSSA, ocupante do cargo de Professor, código 10.13, matrícula 93556-00, para exercer a função gratificada de Diretora Escolar I da Escola Básica Municipal João Theobaldo Magarinos, do Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal – Funções de Confiança ou Gratificadas, percebendo gratificação equivalente a 60% (sessenta por cento) sobre o vencimento.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA Secretária Municipal de Administração	MARCIA MARLI VANZO CALDEROLI Secretária Municipal de Educação
--	--

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 18 de agosto de 2017.

VALDECIR FILIPPI FRANZEN

Diretor Administrativo

DECRETO Nº 779/2017

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 779/2017, DE 21 DE AGOSTO DE 2017.

Concede promoção vertical a servidoras.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 28 e seguintes da Lei Complementar nº 572, de 29 de novembro de 2010 e alterações e considerando a avaliação efetuada pela Comissão do Plano de Cargos, Carreiras e Salários – CPCCS, designada pelo Decreto nº 129/2017, de 2 de fevereiro de 2017.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida às servidoras de provimento estável do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, abaixo relacionadas,

Promoção Vertical, para a Faixa de Vencimento II:

I – ISLAINE FATIMA KRAUZE, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, com efeitos retroativos a 1º de maio de 2017;

II – NILVA MARIA ZANELLA, ocupante do cargo de Agente de Alimentação e Nutrição, com efeitos retroativos a 1º de junho de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 21 de agosto de 2017.

VALDECIR FILIPPI FRANZEN

Diretor Administrativo

DECRETO Nº 780/2017

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 780/2017, DE 22 DE AGOSTO DE 2017.

Averba tempo de contribuição, nos assentamentos funcionais da servidora GESSI DE BITENCOURT RODRIGUES.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 40, § 10, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; art. 4º da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998; na Lei Federal nº 9.796, de 5 de maio de 1999 e alterações e no art. 35 da Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Ficam averbados 1.826 dias, ou seja: 5 (cinco) anos e 1 (um) dia de tempo de contribuição, nos assentamentos funcionais da servidora GESSI DE BITENCOURT RODRIGUES, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, conforme Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, em 14 de agosto de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 22 de agosto de 2017.

VALDECIR FILIPPI FRANZEN

Diretor Administrativo

DECRETO Nº 781/2017

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 781/2017, DE 24 DE AGOSTO DE 2017.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora LUCIANA RITA BELLINCANTA SALVI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de setembro de 2017, à servidora LUCIANA RITA BELLINCANTA SALVI, ocupante do cargo de Especialista em Educação, código 11.12, matrícula 88110-00, um mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 18 de outubro de 2010 a 17 de outubro de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 24 de agosto de 2017.

VALDECIR FILIPPI FRANZEN

Diretor Administrativo

DECRETO Nº 782/2017

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 782/2017, DE 24 DE AGOSTO DE 2017.

Acresce inciso V ao art. 2º do Decreto nº 287/2014, de 3 de abril de 2014 e alterações, que constituem e designam Comissão Especial.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei Complementar nº 163, de 26 de julho de 1999 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica acrescido inciso V ao art. 2º do Decreto nº 287/2014, de 3 de abril de 2014 e alterações, que constituem e designam Comissão Especial com a incumbência de efetuar a auditoria, avaliação e controle do Serviço Municipal de Assistência à Saúde – SEMAS, com a seguinte redação:

“Art. 2º (...)

V – MARIA LUIZA MARCON.” (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 24 de agosto de 2017.

VALDECIR FILIPPI FRANZEN

Diretor Administrativo

DECRETO Nº 783/2017

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 783/2017, DE 24 DE AGOSTO DE 2017.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora ROSANE HENGEN CARPI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, nos meses de setembro e outubro de 2017, à servidora ROSANE HENGEN CARPI, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, o gozo de dois meses de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 19 de fevereiro de 2008 a 18 de fevereiro de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

MARCIA MARLI VANZO CALDEROLLI
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 24 de agosto de 2017.
VALDECIR FILIPPI FRANZEN
Diretor Administrativo

DECRETO Nº 784/2017

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 784/2017, DE 24 DE AGOSTO DE 2017.

Designa a servidora LACITA CRISTINA MAESTRI AMANT para exercer a função gratificada de Diretora Escolar II da Escola Básica Municipal Irmão Miguel.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto na Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alterações, na Lei nº 3.390, de 25 de junho de 2002 e alterações, e considerando a CI SEMED 1322, em 21 de agosto de 2017, emitida pela Secretaria Municipal de Educação.

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a servidora LACITA CRISTINA MAESTRI AMANT, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 392880-00, para exercer a função gratificada de Diretora Escolar II da Escola Básica Municipal Irmão Miguel, do Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal – Funções de Confiança ou Gratificadas, percebendo gratificação equivalente a 45% (quarenta e cinco por cento) sobre o vencimento, enquanto perdurar o afastamento da titular, em licença maternidade.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 21 de agosto de 2017.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

MARCIA MARLI VANZO CALDE-
ROLLI Secretária Municipal de
Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 24 de agosto de 2017.

VALDECIR FILIPPI FRANZEN
Diretor Administrativo

DECRETO Nº 785/2017

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 785/2017, DE 24 DE AGOSTO DE 2017.

Dispõe sobre o desligamento da servidora MARILEI GUIMARÃES VENDRUSCOLO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 318 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e no art. 20, § 2º da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica desligada, do Quadro suplementar do Magistério Público Municipal, a servidora MARILEI GUIMARÃES VENDRUSCOLO, ocupante do cargo de Professor, código 10.10, matrícula 91936-00, regime estatutário, em face da concessão do benefício de Aposentadoria Especial por Tempo de Contribuição, pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON.

Art. 2º Fica extinta a vaga do cargo referido no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 14 de agosto de 2017.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 24 de agosto de 2017.

VALDECIR FILIPPI FRANZEN
Diretor Administrativo

DECRETO Nº 786/2017

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 786/2017, DE 24 DE AGOSTO DE 2017.

Prorroga prazo da licença para acompanhar cônjuge, concedida à servidora ROSEMARI SECCO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 113 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado, por dois anos, a partir de 1º de outubro de 2017, o prazo da licença para acompanhar cônjuge, sem remuneração, concedida pelo Decreto nº 866/2015, de 18 de setembro de 2015, à servidora ROSEMARI SECCO, ocupante do cargo de Professor, código 10.10, matrícula 32697-00.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA

Secretária Municipal de Administração

MARCIA MARLI VANZO CALDEROLLI

Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 24 de agosto de 2017.

VALDECIR FILIPPI FRANZEN

Diretor Administrativo

DECRETO Nº 787/2017

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 787/2017, DE 24 DE AGOSTO DE 2017.

Concede gratificação, pelo exercício de função de chefia, à servidora SOLANGE INES GERHARDT, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 74 e 75 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e na Lei nº 4.252, de 13 de dezembro de 2010 e alteração, e considerando a CI SEMUS 583/2017, de 21 de agosto de 2017, emitida pela Secretaria Municipal de Saúde.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida, a partir de 1º de setembro de 2017, à servidora SOLANGE INES GERHARDT, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, gratificação equivalente a 30% (trinta por cento) sobre o vencimento, pelo exercício de função de chefia do Programa de Saúde Mental do Centro de Atenção Psicossocial – CAPS, com dedicação exclusiva.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogado, a partir de 11 de agosto de 2017, o Decreto nº 280/2017, de 7 de março de 2017.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA Secretária Municipal de Administração	SIDINEI DE CASTRO SCHMIDT Secretário Municipal de Saúde
--	--

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 24 de agosto de 2017.

VALDECIR FILIPPI FRANZEN

Diretor Administrativo

DECRETO Nº 788/2017

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 788/2017, DE 24 DE AGOSTO DE 2017.

Dá nova redação à alínea “b” do inciso I do art. 1º do Decreto nº 695/2017, de 19 de julho de 2017, que designa membros para integrar o Conselho Municipal de Controle Social do Programa Bolsa Família – PBF.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Instrução Normativa nº 01, na Portaria GM/MDS nº 246, emitidas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, em 20 de maio de 2005, e no Decreto nº 552/2005, de 12 de julho de 2005.

DECRETA:

Art. 1º A alínea “b” do inciso I do art. 1º do Decreto nº 695/2017, de 19 de julho de 2017, que designa membros para integrar o Conselho Municipal de Controle Social do Programa Bolsa Família – PBF, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º (...)

b) suplente: MARGARET TEREZINHA DE SOUZA;” (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA Secretária Municipal de Administração	DENISE JUSTI LOPES Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação
--	---

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 24 de agosto de 2017.

DECRETO Nº 789/2017

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 789/2017, DE 28 DE AGOSTO DE 2017.

Designa SANDRA GUGEL para integrar o Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no art. 16, da Lei Complementar nº 593, de 21 de setembro de 2011 e alteração, e considerando os Of. 55 e 56/2017, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a senhora SANDRA GUGEL, para integrar o Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Concórdia, na qualidade de Conselheira Efetiva, no período de 1º de setembro a 30 de outubro de 2017, em face do afastamento das conselheiras tutelares, senhoras Sara Fatima do Nascimento e Priscila Grigol Silva, para tratar de assuntos particulares, nomeadas pelo Decreto nº 14/2016, de 8 de janeiro de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA Secretária Municipal de Administração	DENISE JUSTI LOPES Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação
---	---

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 28 de agosto de 2017.

VALDECIR FILIPPI FRANZEN
Diretor Administrativo

DECRETO Nº 790/2017

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 790/2017, DE 28 DE AGOSTO DE 2017.

Altera dispositivos do inciso I do art. 1º do Decreto nº 996/2015, de 27 de novembro de 2015 e alterações, que nomeiam membros para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CMDPD.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 4.567, de 9 de setembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º O inciso I do art. 1º do Decreto nº 996/2015, de 27 de novembro de 2015 e alterações, que nomeiam membros para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CMDPD, terá dispositivos alterados na forma abaixo:

I – o item 7 da alínea “a” passa a vigorar com a seguinte redação: “7. KATLIN CARINA FELISBERTO ROSSI, da Fundação Municipal de Esportes;” (NR)

II – o item 3 da alínea “b” passa a vigorar com a seguinte redação: “3. BIANCA MENNA BARRETO LAGES, da Secretaria Municipal de Saúde;” (NR)

III – o item 7 da alínea “b” passa a vigorar com a seguinte redação: “7. EDILENE CONTE CHITOLINA, da Fundação Municipal de Esportes;” (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA Secretária Municipal de Administração	DENISE JUSTI LOPES Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação
--	---

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 28 de agosto de 2017.

DECRETO Nº 791/2017

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 791/2017, DE 29 DE AGOSTO DE 2017.

Averba tempo de contribuição, nos assentamentos funcionais da servidora EDILIA MARIA TECCHIO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 40, § 10, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; art. 4º da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998; na Lei Federal nº 9.796, de 5 de maio de 1999 e alterações e no art. 35 da Lei

Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Ficam averbados 4.324 dias, ou seja: 11 (onze) anos, 10 (dez) meses e 9 (nove) dias de tempo de contribuição, nos assentamentos funcionais da servidora EDILIA MARIA TECCHIO, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, conforme Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, em 28 de agosto de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 29 de agosto de 2017.

VALDECIR FILIPPI FRANZEN
Diretor Administrativo

DECRETO Nº 792/2017

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 792/2017, DE 29 DE AGOSTO DE 2017.

Nomeia membros para compor o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social – CMHIS.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 3.989, de 17 de setembro de 2008 e no Decreto nº 5.397, de 23 de abril de 2009.

DECRETA :

Art. 1º Ficam nomeadas, pelo período de dois anos, a partir de 6 de setembro de 2017, para compor o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social – CMHIS, as pessoas abaixo relacionadas, com os respectivos órgãos e entidades que representam:

I – representantes do Poder Executivo:

a) Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação:

1. titular: ELIANE TERESINHA VICENTE PECH;

2. suplente: KELLI SALES SCARIOT;

b) Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras:

1. titular: PATRICIA KIRCH DZEWIELEWSKI MAGNANI CAMPOS;

2. suplente: JENIFFER CAROLINA TASCA ANZANELLO MAGARINOS;

c) Secretaria Municipal de Finanças:

1. titular: SCHEILA GROSS;

2. suplente: GILVAN PAZZINI;

d) Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente:

1. titular: CRISTIANO PASTERNAK;

2. suplente: ROBINSON FERNANDO SGARBOZZA;

e) Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo:

1. titular: MARCOS ANTONIO MAGRO;

2. suplente: CARLOS ERNANI BOMM;

f) Assessoria de Planejamento:

1. titular: SILVIOMAR BERNARDI;

2. suplente: HILDA CAMINI;

II – representantes de entidades da área dos movimentos populares:

a) titulares:

1. DEIVID ROQUE DE MORAES – Lions Club Concórdia;

2. LEOCERGIO SARTURI – Sindicato do Comércio Varejista de Concórdia e Região – SINDILOJAS;

3. GEFERSON DIANES CARMINATTI – Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação, em Cooperativas, Agroindústrias e Indústrias no Meio Rural de Concórdia e Região – SINTRIAL;

b) suplentes:

1. GRACIELE BERNARDI ROQUE DE MORAES – Lions Club Concórdia;

2. CARLA GRANDO – Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Concórdia e Microrregião – AECON;

3. DAIANE ALVES BORGES – Serviço Social do Comércio – SESC;

III – representantes de entidades privadas:

a) titulares:

1. MARIO LITTIER TEIXEIRA – Centro de Restauração Renascer – CRR;

2. ELIANE CHISTORCHI – Ordem dos Advogados do Brasil – OAB – 8ª Subseção de Concórdia;

3. IDEMAR GUIZZO – Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL;

b) suplentes:

1. ELIANE SALETE GONÇALVES ALVES DREHER – Centro de Restauração Renascer – CRR;

2. LIDIANE REGINA MOCELIN – Ordem dos Advogados do Brasil – OAB – 8ª Subseção de Concórdia;

3. SUELI STOLL SOLENTA – Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

DENISE JUSTI LOPES

Secretária Municipal de Desenvolvimento Social,
Cidadania e Habitação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 29 de agosto de 2017.

VALDECIR FILIPPI FRANZEN
Diretor Administrativo

DECRETO Nº 793/2017

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 793/2017, DE 29 DE AGOSTO DE 2017.

Interrompe licença remunerada para cursar mestrado, concedida à servidora NATALIA SILVEIRA LIMA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, e considerando o Requerimento da servidora, protocolizado sob nº 14465/2017.

DECRETA:

Art. 1º Fica interrompida, a pedido, a partir de 1º de setembro de 2017, a licença remunerada para cursar mestrado, concedida pelo Decreto nº 914/2015, de 14 de outubro de 2015, à servidora NATALIA SILVEIRA LIMA, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 54461-01.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 29 de agosto de 2017.

VALDECIR FILIPPI FRANZEN
Diretor Administrativo

DECRETO Nº 794/2017

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 794/2017, DE 30 DE AGOSTO DE 2017.

Nomeia NELSON DOMINGOS COREZZOLLA no cargo de Controlador da Divisão de Almoxarifado, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 43, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, na Lei Complementar nº 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações e na Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o servidor NELSON DOMINGOS COREZZOLLA, ocupante do cargo de Professor, código 10.13, matrícula 61816-00, para exercer o cargo de Controlador da Divisão de Almoxarifado – Secretaria Municipal de Educação, do Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal – Cargos de Provimento em Comissão, percebendo vencimentos próprios do cargo, nível 6, acrescidos da gratificação de 20% (vinte por cento), a partir de 1º de setembro de 2017.

Art. 2º Em face do disposto no art. 1º deste Decreto, fica exonerado,

a partir de 1º de setembro de 2017, o servidor NELSON DOMINGOS COREZZOLLA, do cargo de provimento em comissão de Encarregado da Seção de Convênios.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA Secretária Municipal de Administração	MARCIA MARLI VANZO CALDEROLI Secretária Municipal de Educação
--	--

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 30 de agosto de 2017.
VALDECIR FILIPPI FRANZEN
Diretor Administrativo

DECRETO Nº 795/2017

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 795/2017, DE 30 DE AGOSTO DE 2017.

Nomeia ELIANE APARECIDA PASQUALOTTO BISON no cargo de Encarregada da Seção de Convênios, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 43, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, na Lei Complementar nº 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações e na Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a servidora ELIANE APARECIDA PASQUALOTTO BISON, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, para exercer o cargo de Encarregada da Seção de Convênios – Secretaria Municipal de Educação, do Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal – Cargos de Provimento em Comissão, percebendo vencimentos próprios do cargo, nível 4, acrescidos da gratificação de 40% (quarenta por cento), a partir de 1º de setembro de 2017.

Art. 2º Em face do disposto no art. 1º deste Decreto, fica exoneração, a partir de 1º de setembro de 2017, a servidora ELIANE APARECIDA PASQUALOTTO BISON, do cargo de provimento em comissão de Diretora Adjunta da Escola Básica Municipal Nações.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA Secretária Municipal de Administração	MARCIA MARLI VANZO CALDEROLI Secretária Municipal de Educação
--	--

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 30 de agosto de 2017.
VALDECIR FILIPPI FRANZEN
Diretor Administrativo

DECRETO Nº 796/2017

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 796/2017, DE 30 DE AGOSTO DE 2017.

Nomeia a servidora MARISELA LIODETE BRANDT DALLE LASTE para exercer a função gratificada de Diretora Adjunta da Escola Básica Municipal Nações.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto na Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alterações, na Lei nº 3.390, de 25 de junho de 2002 e alterações, e considerando a CI SEMED 1337, emitida pela Secretaria Municipal de Educação, protocolizada sob nº 16401/2017.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, a partir de 1º de setembro de 2017, a servidora MARISELA LIODETE BRANDT DALLE LASTE, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 93637-00, para exercer a função gratificada de Diretora Adjunta da Escola Básica Municipal Nações, do Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, percebendo gratificação equivalente a 30% (trinta por cento) sobre o vencimento.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA Secretária Municipal de Administração	MARCIA MARLI VANZO CALDEROLI Secretária Municipal de Educação
--	--

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 30 de agosto de 2017.
VALDECIR FILIPPI FRANZEN
Diretor Administrativo

DECRETO Nº 797/2017

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 797/2017, DE 30 DE AGOSTO DE 2017.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora JANE CATARINA GRANDO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de setembro de 2017, à servidora JANE CATARINA GRANDO, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 34762-06, um mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 1º de agosto de 2012 a 31 de julho de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 30 de agosto de 2017.
VALDECIR FILIPPI FRANZEN
Diretor Administrativo

DECRETO Nº 798/2017

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 798/2017, DE 30 DE AGOSTO DE 2017.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora MARIA LUIZA MARCON.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de setembro de 2017, à servidora MARIA LUIZA MARCON, ocupante do cargo de Médico, matrícula 36048-01, um mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 2 de abril de 2008 a 1º de abril de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 30 de agosto de 2017.

VALDECIR FILIPPI FRANZEN

Diretor Administrativo

DECRETO Nº 799/2017

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 799/2017, DE 30 DE AGOSTO DE 2017.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora VANESSA FRIZON.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Ficam concedidos, no mês de setembro de 2017, à servidora VANESSA FRIZON, ocupante dos cargos de Professor, dois meses de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertidos em pecúnia, equivalentes à remuneração dos cargos efetivos, relativos ao quinquênio – período aquisitivo de 1º de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2014, na forma abaixo:

I – um mês, referente à matrícula 92177-00, código 10.10;

II – um mês, referente à matrícula 92177-05, código 10.12.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 30 de agosto de 2017.

VALDECIR FILIPPI FRANZEN

Diretor Administrativo

EDITAL Nº 2/2017

EDITAL Nº 2/2017, DE 29 DE AGOSTO DE 2017

PRIMEIRO ADENDO AO EDITAL DE REMOÇÃO Nº 1/2017

A Secretaria de Administração do Município de Concórdia, torna público o Primeiro Adendo ao Edital de Remoção nº 1/2017, de 2 de agosto de 2017, na forma abaixo:

1. O Anexo I – Quadro de Vagas Remoção 2017 com atuação em 2018, terá os seguintes dispositivos alterados:

1.1. ficam excluídas as 2 (duas) vagas, do CMEI Santa Rita, de Educação Infantil, 20h, no período vespertino.

1.2. inclui-se a vaga de Especialista em Educação no GEM Nova Brasília, 40h, integral.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia,
aos 29 dias do mês de agosto de 2017.

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA

Secretária Municipal de Administração

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 6/2017

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 6/2017

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor ROGÉRIO LUCIANO PACHECO, doravante denominado MUNICÍPIO e o INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE – IFC – Campus Concórdia, inscrito no CNPJ sob nº 10.635.424/0005-00, neste ato representado pelo Diretor Geral, senhor NELSON GERALDO GOLINSKI.

OBJETO: Formalizar entre as partes condições básicas de realização de estágio de estudantes regularmente matriculados junto à CONVENIENTE, como um mecanismo de profissionalização, em complemento ao processo ensino-aprendizagem.

PRAZO: 60 (sessenta meses), a partir da data da assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 18 de agosto de 2017.

LEI Nº 4.975

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.975, DE 11 DE AGOSTO DE 2017.

Ratifica o Primeiro Termo Aditivo à segunda alteração e consolidação do Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Alto Uruguai Catarinense – Consórcio Lambari.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica ratificado o Primeiro Termo Aditivo à segunda alteração e consolidação do Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Alto Uruguai Catarinense – Consórcio Lambari, firmado entre os municípios consorciados em 10 de maio de 2017.

Art. 2º O Primeiro Termo Aditivo, de que trata o art. 1º desta Lei, tem como objetivo:

I – a criação do quadro de empregados do Consórcio Lambari, visando atender o Programa de Licenciamento Ambiental Integrado – PRO-LAI;

II – definir as funções dos empregados do Consórcio Lambari – PRO-LAI;

III – estabelecer o salário dos empregados do Consórcio Lambari – PRO-LAI;

IV – estabelecer o processo de contratação dos empregados do Consórcio Lambari – PRO-LAI;

V – estabelecer a data base e índice anual de revisão dos salários dos empregados do Consórcio Lambari.

Art. 3º A ratificação de que trata esta Lei é sem reservas, nos termos do Anexo Único da presente Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO Prefeito Municipal	NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA Secretária Municipal de Administração
---	--

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 11 de agosto de 2017.
ANEXO ÚNICO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO À SEGUNDA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO PROTOCOLO DE INTENÇÕES CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DO ALTO URUGUAI CATARINENSE – CONSÓRCIO LAMBARI.

Os Municípios integrantes do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Alto Uruguai Catarinense – CONSÓRCIO LAMBARI, pessoa jurídica de direito público, nos termos da Lei nº 11.107/05, estabelecido na Rua Marechal Deodoro, 772, 12º andar, sala 125 – Edifício Mirage Offices, na cidade de Concórdia, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob nº 04.536.794/0001-63, neste ato representado pelos seus representantes legais, firmam o Primeiro Termo Aditivo à segunda alteração e consolidação do protocolo de intenções do Consórcio, devidamente ratificado pelas Câmaras de Vereadores, sendo Alto Bela Vista, através da Lei nº 693, de 13 de maio de 2016, Arabutã, através da Lei nº 858, de 01 de julho de 2016, Concórdia, através da Lei nº 4.876, de 15 de junho de 2016, Ipira, através da Lei nº 1.152, de 14 de abril de 2016, Ipumirim, através da Lei nº 1.775, de 25 de abril de 2016, Irani, através da Lei nº 1.782, de 08 de junho de 2016, Itá, através da Lei nº 2.453, de 03 de maio de 2016, Jaborá, através da Lei nº 1.553, de 24 de março de 2016, Lindóia do Sul, através da Lei nº 1.317, de 31 de março de 2016, Paial, através da Lei nº 614, de 18 de abril de 2016, Peritiba, através da Lei nº 2070, de 19 de abril de 2016, Piratuba, através da Lei nº 005, de 13 de abril de 2016, Presidente Castello Branco, através da Lei nº 1.754, de 23 de março de 2016, Seara, através da Lei nº 1.862, de 14 de abril de 2016, e Xavantina, através da Lei nº 1.525, de 28 de junho de 2016.

**CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETIVO**

O Primeiro Termo Aditivo à segunda alteração e consolidação do protocolo de intenções do Consórcio Lambari têm como objetivo:

I – criação do quadro de empregados do Consórcio Lambari, visando atender o Programa de Licenciamento Ambiental Integrado – PRO-LAI;

II – definir as funções dos empregados do Consórcio Lambari – PRO-LAI;

III – estabelecer o salário dos empregados do Consórcio Lambari – PRO-LAI;

IV – estabelecer o processo de contratação dos empregados do Consórcio Lambari – PRO-LAI;

V – estabelecer a data base e índice anual de reajuste dos salários dos empregados do Consórcio Lambari.

**CLÁUSULA SEGUNDA
DO QUADRO DE EMPREGADOS**

Fica instituído, na estrutura do Consórcio Multifinalitário do Alto Uruguai Catarinense – Consórcio LAMBARI, o Quadro de Empregos Públicos, Funções e Salários para o funcionamento do Programa de Licenciamento Ambiental Integrado – PRO-LAI.

O Quadro de Empregos Públicos do PROLAI, composto pelos empregos classificados de acordo suas características e a natureza das suas respectivas atribuições, destinadas ao atendimento das atividades essenciais e gerais, necessárias à consecução dos seus fins:

I – de provimento em comissão:

- a) Coordenador de Licenciamento;
- b) Analista Chefe;
- c) Assessoria Jurídica.

II – técnicos e de apoio:

- a) Analistas em Gestão Ambiental;
- b) Agente Administrativo;
- c) Agente de serviços gerais.

CLÁUSULA SEGUNDA

DO NÚMERO DE VAGAS E DO PROVIMENTO DOS EMPREGOS

Os empregos públicos de provimento em comissão destinados ao atendimento dos encargos de direção, de chefia e de assessoramento são de livre nomeação e exoneração do Conselho de Administração do Consórcio Lambari, na forma estabelecida no Protocolo de Intenções e Estatuto Social.

Os empregos públicos de que trata o inciso II da cláusula primeira deste Termo Aditivo serão providos mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, em conformidade ao que dispõe o art. 37 do Estatuto Social do Consórcio Lambari.

Os empregos públicos de Analista em Gestão Ambiental abrangem atividades de natureza técnica, exigindo formação de nível superior, respectivamente, bem como registro no órgão de fiscalização profissional, quando existente, sendo que a perda do registro profissional por ato de responsabilidade do empregado resultará em extinção do contrato de trabalho.

O Quadro de Empregos Públicos, número de vagas, jornada semanal de trabalho e respectivos salários estão dispostos no Anexo I e as atribuições nos Anexos II, III e IV, deste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA

DO REGIME DE TRABALHO E DA CARGA HORÁRIA

O regime de trabalho dos empregados do Consórcio Lambari é o da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

Para atender pedidos de licenciamento ambiental com pouco demanda ou casos especiais que necessitem de técnicos previstos ou não previstos no Quadro de Empregados do Consórcio, mas que ainda não justifique a contratação de forma permanente, o Conselho de Administração poderá emitir Edital de Credenciamento de Profissionais, para emissão de parecer técnico.

Fica autorizado o Conselho de Administração reduzir a carga horária de Analista e respectivo salário em até 50% (cinquenta por cento), para lançamento do edital de concurso público, nos casos em que a demanda não justifique a contratação pelo tempo integral, podendo posteriormente ser aumentada caso a demanda pelo serviço justifique, com a concordância do Empregado e a regra prevista no Edital.

CLÁUSULA QUARTA

DOS BENEFÍCIOS E DA REVISÃO ANUAL DOS SALÁRIOS DOS EMPREGADOS DO CONSÓRCIO LAMبارI

A revisão geral dos salários dos empregados do Consórcio Lambari será feita no mês de março de cada ano, no percentual equivalente ao da inflação, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, acumulado no período de 1º de março do ano anterior a 28 de fevereiro do ano em curso.

Além da revisão geral, ao critério do Conselho de Administração poderá ser concedido reajuste dos salários dos empregados do Consórcio Lambari, desde que previsto no orçamento.

Os empregados do Quadro de Empregos Públicos do PROLAI terão direito ao benefício do vale alimentação concedido aos demais empregados do Consórcio Lambari.

Concórdia, SC, 10 de maio de 2017.

VOLNEI ANTONIO SCHIMIDT

Presidente do Consórcio Lambari

Prefeito Municipal de Ipumirim

CÁTIA TESSMANN REICHERT Prefeita Municipal de Alto Bela Vista	LEANI KAPP SCHMITT Prefeita Municipal de Arabutã
ROGÉRIO LUCIANO PACHECO Prefeito Municipal de Concórdia	EMERSON ARI REICHERT Prefeito Municipal de Ipira
SÍVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES Prefeito Municipal de Irani	JAIRO LUIZ SARTORETTO Prefeito Municipal de Itá

KLEBER NERCIO NORA Prefeito Municipal de Jaborá	GENIR LOLI Prefeito Municipal de Lindóia do Sul
NÉVIO MORTARI Prefeito Municipal de Paial	KLEIN MARASCHINI Prefeita Municipal de Peritiba
OLMIR PAULINHO BENJAMINI Prefeito Municipal de Piratuba	ADEMIR DOMINGOS MIOTTO Prefeito de Pres. Castello Branco
EDEMILSON CANALE Prefeito Municipal de Seara	ENOIR FAZOLO Prefeito Municipal de Xavantina

ROBERTO KURTZ PEREIRA
OAB/SC 22.519
ANEXO I

QUADRO DE EMPREGOS PÚBLICOS

I – Empregos públicos de provimento em comissão

Nº de vagas	Emprego Público	Salário mensal	Carga horária semanal
01	Gerente de Licenciamento	4.000,00	35 horas
01	Analista Chefe	3.400,00	35 horas
01	Assessor Jurídico	3.400,00	35 horas

II – Empregos públicos de provimento por concurso público – Analistas em Gestão Ambiental

Nº de vagas	Emprego Público Formação técnica	Salário mensal	Carga horária semanal
01	Analista – Arquiteto	3.100,00	35 horas
02	Analista – Biólogo	3.100,00	35 horas
02	Analista – Engenheiro Agrônomo	3.100,00	35 horas
02	Analista – Engenheiro Sanitário e Ambiental	3.100,00	35 horas
01	Analista – Engenheiro Civil	3.100,00	35 horas
02	Analista – Engenheiro Florestal	3.100,00	35 horas
01	Analista – Engenheiro de Minas	3.100,00	35 horas
01	Analista – Engenheiro Químico	3.100,00	35 horas
01	Analista – Geógrafo	3.100,00	35 horas
01	Analista – Geólogo	3.100,00	35 horas

III – Empregos públicos de provimento por concurso público – Administrativos

Nº de vagas	Emprego Público	Salário mensal	Carga horária semanal
01	Agente Administrativo	1.300,00	35 horas
01	Agente de serviços gerais	1.000,00	35 horas

ANEXO II

ATRIBUIÇÕES DOS EMPREGOS PÚBLICOS EM COMISSÃO

GERENTE DE LICENCIAMENTO

I – gerenciar o PROLAI, coordenar, organizar e supervisionar a Equipe de Licenciamento, assegurando a produtividade e qualidade técnica dos trabalhos e atividades pertinentes da respectiva Divisão;

II – coordenar, organizar e acompanhar a execução de tarefas e atividades sob sua responsabilidade, equipe de licenciamento e fiscalização;

III – incentivar e promover a obtenção dos resultados da equipe de acordo com os objetivos do projeto;

IV – organizar e apresentar os relatórios periódicos das atividades e ações do programa, destacando objetivos, metas e resultados alcançados;

V – participar de atividades correlatas com o emprego/função;

VI – assinatura e Emissão dos atos finais de licenciamento (licenças).

ASSESSOR JURÍDICO

I – realizar atividades de nível superior, relativas ao planejamento, organização, controle e execução de ações técnicas voltadas ao suporte da atividade fim do Programa de Licenciamento Ambiental Integrado – PROLAI, do Consórcio LAMBARI.

II – atuar em processos administrativos ambientais e institucionais (licitações, contratos, convênios e trabalhistas), exarando informações, pareceres e decisões;

III – atuar em processos judiciais perante foros, da Capital e do Interior, na Justiça Estadual e Federal;

IV – elaborar iniciais, contestações, recursos, e demais peças processuais cabíveis no ordenamento jurídico em favor do PROLAI – Consórcio Lambari;

V – participar de audiências judiciais;

VI – assessorar comissões de sindicância, grupos de trabalho e audiências administrativas;

VII – realizar outras atividades correlatas.

ANALISTA CHEFE

I – analisar processos de licenciamento, interpretando a legislação ambiental avaliando projetos da área da engenharia ambiental, emitindo pareceres técnicos quanto à viabilidade do licenciamento solicitado integrar grupos técnicos em pesquisas, projetos e/ou convênios;

II – realizar vistorias em campo;

III – elaborar relatórios técnicos e diagnósticos ambientais realizados a partir de informações obtidas através das ações de licenciamento, fiscalização e monitoramento executadas;

IV – executar outras tarefas correlatas;

V – promover e organizar a participação da equipe de licenciamento;

VI – coordenar, organizar e acompanhar a execução de tarefas e atividades sob sua responsabilidade, equipe de licenciamento e fiscalização;

VII – substituir o Gerente de Licenciamento em suas ausências ou impedimentos.

ANEXO III

ATRIBUIÇÕES DOS EMPREGOS PÚBLICOS ADMISSÃO POR CONCURSO PÚBLICO

ANALISTA

I – analisar processos de licenciamento, interpretando a legislação ambiental avaliando projetos, emitindo pareceres técnicos quanto à viabilidade do licenciamento solicitado;

II – integrar grupos técnicos em pesquisas, projetos e/ou convênios;

III – realizar vistorias em campo, avaliar danos ambientais, elaborar relatórios, informações e pareceres técnicos, bem como atividades de fiscalização ambiental;

III – realizar estudos referentes a impactos ambientais, bem como a medidas mitigadoras e compensatórias;

IV – analisar diagnósticos e prognósticos ambientais, referentes a zoneamento geoambiental, diagnóstico ambiental, relatório Ambiental Simplificado EAS, estudo de Impacto de Vizinhança - EIV, Estudo de Viabilidade Ambiental – EVA, estudo de Impacto Ambiental - Relatório de Impacto no Meio Ambiente - EIA-RIMA, Plano de monitoramento ambiental, plano de Controle Ambiental – PCA, relatório de Controle Ambiental – RCA, plano de manejo ambiental;

V – proceder a estudos referentes ao saneamento ambiental, ao tratamento e disposição final do lixo, realizar estudos sobre o impacto da destinação dos resíduos no ambiente, estabelecendo ligações com todos os projetos que envolvam obras de saneamento e tratamento de água, e outras atividades afins;

VI – integrar grupos técnicos para análise de EIA/RIMA;

VII – prestar informações técnicas sob a forma de pareceres, laudos e relatórios;

VIII – analisar Processos de Licenciamento Ambiental e seus componentes (Projeto Agronômico, Projeto Zootécnico, Projetos de Recuperação

Ambiental, entre outros documentos essenciais à legalidade dos mesmos) interpretando a Legislação Ambiental vigente;

IX – elaborar relatórios técnicos e diagnósticos ambientais realizados a partir de informações obtidas através das ações de licenciamento, fiscalização e monitoramento executadas

X – executar outras tarefas correlatas.

ANEXO IV

ATRIBUIÇÕES DOS EMPREGOS PÚBLICOS ADMISSÃO POR CONCURSO PÚBLICO

AGENTE ADMINISTRATIVO

I – redigir correspondência de Rotina;

II – elaborar quadros demonstrativos, fichas, boletins e outros documentos conforme instruções;

III – protocolar, promover e controlar a tramitação de processos e de documentos;

IV – efetuar registros em formulários, transcrevendo dados e realizando cálculos necessários;

V – efetuar a classificação e “slipagem” de documentos;

VI – elaborar e conferir relações, mapas, faturas, requisições e outros documentos;

VII – redigir textos, quadros demonstrativos, ofícios, memorandos, mapas, grades, fichas, cheques, recibos e demais documentos;

VIII – realizar a entrada de dados em equipamentos de processamento de dados;

IX – auxiliar no inventário;

X – controlar a utilização de veículos por meio da planilha dos motoristas;

XI – manter atualizados arquivos e fichários;

XII – receber, atender e encaminhar o público;

XIII – manter atualizado o controle de patrimônio;

XIV – executar outras tarefas correlatas.

AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS

I – executar trabalho de limpeza em geral das instalações do Consórcio Lambari e demais dependências internas e externas que se fizerem necessárias para o funcionamento e atividades do Consórcio Lambari, como: varrer, espanar, lavar, passar, encerar, e afins. Remover o pó dos móveis, paredes, tetos, janelas, portas e equipamentos; limpar utensílios de cozinha e objetos de adorno; arrumar e limpar banheiros e coletar o lixo de todas as dependências para depositá-lo em lixeiras ou incineradores;

II – preparar e servir alimentação nas atividades do Consórcio;

III – executar outras atividades correlatas ou complementares, inerentes à função, determinadas pelos superiores hierárquicos.

LEI Nº 4.976

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.976, DE 11 DE AGOSTO DE 2017.

Autoriza abertura de crédito suplementar, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Poder Executivo do Município autorizado a anular parte da dotação constante no elemento do seguinte projeto/atividade do orçamento vigente:

Órgão	01	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
Unidade Orçamentária	01.01	Câmara Municipal de Vereadores
Projeto/Atividade	01.0031.0001.2001	Manutenção das Atividades Legislativas
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.000001	Recursos Ordinários Prefeitura R\$ 5.000,00
TOTAL ANULADO		R\$ 5.000,00

Art. 2º Com os recursos de que trata o art. 1º desta Lei, fica o Poder Executivo autorizado a incluir modalidade de aplicação, elemento e dotação, no projeto/atividade do orçamento vigente, da seguinte forma:

Órgão	01	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
Unidade Orçamentária	01.01	Câmara Municipal de Vereadores
Projeto/Atividade	01.0031.0001.2001	Manutenção das Atividades Legislativas
Elemento	3.3.93.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes – Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente Participe
Fonte de Recursos	01.000001	Recursos Ordinários Prefeitura R\$ 5.000,00

TOTAL ANULADO R\$ 5.000,00

Art. 3º Ficam alteradas nas Leis nºs. 4.573, de 20 de setembro de 2013; 4.865, de 20 de maio de 2016 e 4.934, de 19 de dezembro de 2016, as ações mencionadas nesta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

JACIR HERMINIO MAZOCCO
Secretário Municipal de Finanças

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 11 de agosto de 2017.

VALDECIR FILIPPI FRANZEN
Diretor Administrativo

LEI Nº 4.977

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.977, DE 11 DE AGOSTO DE 2017.

Autoriza abertura de crédito suplementar.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Poder Executivo do Município autorizado a suplementar, com recursos do superávit financeiro verificado no exercício de 2016, as dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão	13	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária	13.01	Fundo Municipal de Saúde
Projeto/Atividade	10.0303.0062.2103	Ações de Média e Alta Complexidade – FMS
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	03.020000	Receita de Imposto de Saúde – Superávit do Exercício Anterior R\$ 1.800.000,00
Projeto/Atividade	10.0303.0064.2105	Assistência Farmacêutica – FMS
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	03.020000	Receita de Imposto de Saúde – Superávit do Exercício Anterior R\$ 200.000,00
TOTAL SUPLEMENTADO		R\$ 2.000.000,00

Art. 2º Ficam alteradas nas Leis nºs. 4.573, de 20 de setembro de 2013; 4.865, de 20 de maio de 2016 e 4.934, de 19 de dezembro de 2016, as ações mencionadas nesta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

JACIR HERMINIO MAZOCCO
Secretário Municipal de Finanças

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 11 de agosto de 2017.

VALDECIR FILIPPI FRANZEN
Diretor Administrativo

LEI Nº 4.978

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.978, DE 15 DE AGOSTO DE 2017.

Denomina via pública do Loteamento Pastoretto de Rua Henrique Carniel.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º A Rua F localizada no Loteamento Pastoretto passa a denominar-se Rua Henrique Carniel.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

WAGNER ISIDORO SIMIONI
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 15 de agosto de 2017.
VALDECIR FILIPPI FRANZEN
Diretor Administrativo

LEI Nº 4.979

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.979, DE 15 DE AGOSTO DE 2017.

Denomina via pública do Loteamento Pastoretto de Rua Neudi Natal Detofano.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º A Rua B localizada no Loteamento Pastoretto passa a denominar-se Rua Neudi Natal Detofano.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

WAGNER ISIDORO SIMIONI
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 15 de agosto de 2017.
VALDECIR FILIPPI FRANZEN
Diretor Administrativo

LEI Nº 4.980

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.980, DE 15 DE AGOSTO DE 2017.

Cria o Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil – SIMPDEC, o Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC, a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COORPDEC e o Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil – FUMPDEC no Município de Concórdia, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica criado no Município de Concórdia, SC, o Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil – SIMPDEC, composto pelo Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC, pela Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COORPDEC e pelo Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil – FUMPDEC.

Art. 2º Para as finalidades desta Lei, denomina-se:

I – defesa civil: conjunto de ações preventivas, de socorro, assistenciais e reconstrutivas destinadas a evitar ou minimizar os desastres naturais e os incidentes tecnológicos, preservar o moral da população e restabelecer a normalidade social;

II – desastre: resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem, sobre um ecossistema, causando danos humanos, materiais ou ambientais e consequentes prejuízos econômicos e sociais;

III – situação de emergência: situação de alteração intensa e grave das condições de normalidade em determinado município, estado ou região, decretada em razão de desastre, comprometendo parcialmente sua capacidade de resposta;

IV – estado de calamidade pública: situação de alteração intensa e grave das condições de normalidade em um determinado município, estado ou região, decretada em razão de desastre, comprometendo substancialmente sua capacidade de resposta;

V – ações de socorro: ações imediatas de resposta aos desastres com o objetivo de socorrer a população atingida, incluindo a busca e salvamento, o atendimento pré-hospitalar e o atendimento médico e cirúrgico de urgência, entre outros estabelecidos pela Defesa Civil Nacional ou Estadual;

VI – ações de assistência: ações imediatas destinadas a garantir condições de incolumidade e cidadania aos atingidos, incluindo o fornecimento de água potável, a provisão e meios de preparação de alimentos, o suprimento de material de abrigo, de vestuário, de limpeza e de higiene pessoal, a instalação de lavanderias, banheiros, o apoio logístico às equipes empenhadas no desenvolvimento dessas ações, a atenção integral à saúde e ao manejo de mortos, entre outros estabelecidos pela Defesa Civil Nacional ou Estadual;

VII – ações de restabelecimento de serviços essenciais: ações de caráter emergencial, destinadas ao restabelecimento das condições de segurança e habitabilidade da área atingida pelo desastre, incluindo a desmontagem de edificações e de obras de arte com estruturas comprometidas, o suprimento e distribuição de energia elétrica, água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana, drenagem das águas pluviais, transporte coletivo, trafegabilidade, comunicações, abastecimento de água potável e desobstrução e remoção de escombros, entre outros estabelecidos pela Defesa Civil Nacional ou Estadual;

VIII – ações de reconstrução: ações de caráter definitivo destinadas a restabelecer o cenário destruído pelo desastre, como a reconstrução ou recuperação de bens imóveis, infraestrutura pública, sistema de abastecimento de água, açudes, pequenas barragens, estradas vicinais, prédios públicos e comunitários, cursos d'água e contenção de encostas, entre outros estabelecidos pela Defesa Civil Nacional ou Estadual;

IX – ações de prevenção: ações destinadas a reduzir a ocorrência e a intensidade de desastres, por meio da identificação, mapeamento e monitoramento de riscos, ameaças e vulnerabilidades locais, incluindo a capacitação da sociedade em atividades de defesa civil, entre outras estabelecidas pela Defesa Civil Nacional ou Estadual.

CAPÍTULO I

DO SISTEMA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL – SIMPDEC

Art. 3º O SIMPDEC atuará de forma conjunta ao Poder Público e entidades não governamentais, com o objetivo de implantar e manter a política permanente de prevenção, controle e enfrentamento de situações de emergência ou calamidades públicas.

Parágrafo único. O SIMPDEC atuará de forma integrada e manterá estrito intercâmbio com os demais sistemas congêneres municipais, estaduais e federais, objetivando receber e fornecer subsídios técnicos para ações e esclarecimentos relativos à defesa civil.

Art. 4º São objetivos do SIMPDEC:

I – cumprir com as diretrizes e objetivos da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil – PNPDEC, bem como com as competências exclusivas dos municípios e aquelas de responsabilidade comum com os demais entes federados;

II – promover ações estruturantes de prevenção, treinamento e educação em defesa civil;

III – planejar e promover a defesa permanente contra desastres;

IV – prevenir ou minimizar danos, socorrer e assistir populações atingidas por desastres e recuperar áreas por eles deterioradas;

V – atuar em cooperação ou de forma integrada com os demais sistemas municipais, estadual ou nacional de defesa civil.

Art. 5º Integram o SIMPDEC, com atuação permanente:

I – O Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC;

II – O Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil – FUMPDEC;

III – A Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – CO-ORPDEC.

CAPÍTULO II

DO CONSELHO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL – COMPDEC

Art. 6º Fica criado o Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC, órgão de assessoramento do Poder Executivo Municipal, vinculado diretamente ao Gabinete do Prefeito, ao qual compete:

I – deliberar sobre a Política Municipal de Proteção e Defesa Civil;

II – promover e colaborar na execução de programas estaduais

e federais de defesa civil, observada sua autonomia de atuação e suas instâncias de deliberação;

III – coletar, processar e disponibilizar informações e dados históricos ou estatísticos relativos à defesa civil do Município;

IV – atuar em cooperação ou de forma integrada com os demais órgãos dos municípios da região, federais e estaduais de defesa civil, tanto nos períodos de normalidade como de anormalidade;

V – supervisionar e fiscalizar os recursos empregados e aprovar anualmente as contas do FUMPDEC.

Art. 7º O COMPDEC será presidido pelo Chefe do Poder Executivo Municipal ou a quem ele designar, e será composto pelos representantes, sendo um titular e um suplente, das seguintes unidades administrativas, órgãos ou entidades:

I – Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COOR-PDEC;

II – Coordenadoria Regional de Proteção e Defesa Civil – CORE-DEC;

III – Secretaria Municipal de Administração – SEMAD;

IV – Secretaria Municipal de Finanças – SEMUF;

V – Secretaria Municipal de Saúde – SEMUS;

VI – Secretaria Municipal de Educação – SEMED;

VII – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, Agricultura e Meio Ambiente – SEMADRA;

VIII – Secretaria Municipal de Transportes – SEMUT;

IX – Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras – SEMURB;

X – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação – SEDES;

XI – Representantes do Poder Legislativo Municipal;

XII – Polícia Militar de Santa Catarina;

XIII – Agência de Desenvolvimento Regional – ADR;

XIV – Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – CELESC;

XV – Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN;

XVI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina – EPAGRI;

XVII – Associação de Serviços Sociais Voluntários de Concórdia – Bombeiros Voluntários;

XVIII – Associação Empresarial de Concórdia – ACIC;

XIX – Câmara dos Dirigentes Lojistas – CDL Concórdia;

XX – Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Concórdia e da Microrregião – AECOM;

XXI – Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, Subseção de Concórdia;

XXII – União Municipal das Associações de Moradores de Concórdia – UMAMC;

XXIII – Organização Municipal das Associações Rurais de Concórdia – OMARC.

§ 1º O COMPDEC será designado por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observando as indicações das unidades administrativas, órgãos ou entidades relacionadas neste artigo, cabendo ao presidente convocar, organizar e dirigir as atividades.

§ 2º No exercício de suas atividades, poderá o COMPDEC solicitar colaboração de pessoas físicas ou jurídicas, com objetivo de prevenir e limitar riscos, perdas e danos a que estão sujeitas as populações, em decorrência da calamidade pública e fenômenos anormais.

§ 3º A participação no COMPDEC será considerada prestação de serviço público relevante e não será remunerada.

CAPÍTULO III

DO FUNDO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL – FUMPDEC

Art. 8º Fica criado, em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e alterações, o Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil – FUMPDEC, vinculado ao Gabinete do Prefeito e por este administrado.

Art. 9º O FUMPDEC é um órgão captador e aplicador dos recursos financeiros apurados com a finalidade de prover ações preventivas, de socorro e assistência emergencial às populações atingidas por desastres.

Art. 10. Compete ao Órgão Gestor do FUMPDEC:

I – administrar recursos financeiros;

II – cumprir as instruções e executar as diretrizes estabelecidas pelo COMPDEC;

III – preparar e encaminhar a documentação necessária para efetivação dos pagamentos a serem efetuados;

IV – prestar contas da gestão financeira;

V – desenvolver outras atividades estabelecidas pelo Chefe do Poder Executivo, compatíveis com os objetivos do FUMPDEC;

VI – atuar como unidade gestora do orçamento para uso do Cartão de Pagamento de Defesa Civil – CPDC ou outro que vier a substituí-lo.

§ 1º O CPDC objetiva acelerar o repasse de recursos em situação de emergência ou calamidade pública, pela compra de materiais de socorro às vítimas, em caráter de urgência.

§ 2º Dentre os servidores e/ou secretários municipais que compõem a COORPDEC, o Chefe do Poder Executivo Municipal nomeará o Portador do CPDC, o qual será responsável pela movimentação e prestação de contas dos recursos.

Art. 11. Constitui receita do FUMPDEC:

I – as dotações orçamentárias consignadas anualmente no Orçamento Geral do Município e os créditos adicionais que lhe forem atribuídos;

II – as verbas repassadas por órgãos da defesa civil da União, do Estado e de outros órgãos oficiais, com a finalidade de promover ações de defesa civil;

III – os recursos transferidos pela União, Estado ou Município, ou por suas respectivas autarquias, empresas públicas, fundações e sociedades de economia mista, com a finalidade de promover ações de defesa civil;

IV – auxílios, doações, subvenções e contribuições de entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, destinados à prevenção de desastres, socorro, assistência e reconstrução;

V – auxílios, doações, contribuições, legados e outros recursos que lhe sejam legalmente destinados por pessoa física ou jurídica;

VI – a remuneração decorrente de aplicações no mercado financeiro, de recursos pertencentes ao FUMPDEC;

VII – os saldos dos créditos extraordinários e especiais, abertos em decorrência de calamidade pública, não aplicada e ainda disponível;

VIII – outros recursos que lhe forem legalmente atribuídos.

Art. 12. A estrutura orçamentária do FUMPDEC integrará o Orçamento Geral do Município, em item próprio, constituindo-se em Unidade Orçamentária deste.

§ 1º A contabilização do FUMPDEC será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças.

§ 2º A movimentação de recursos financeiros do FUMPDEC será realizada por meio de conta corrente específica, aberta junto a banco oficial sediado no Município, ficando tais recursos vinculados a realização e cobertura de despesas do próprio FUMPDEC.

§ 3º Sendo apurado saldo positivo do FUMPDEC em balanço, será transferido a crédito deste, para o exercício seguinte.

Art. 13. Outras disposições relacionadas ao FUMPDEC poderão ser regulamentadas por Decreto.

Art. 14. Em caso de dissolução ou encerramento das atividades do FUMPDEC, os recursos serão transferidos a órgão da administração municipal para aplicação em despesas inerentes à manutenção e custeio de ações de defesa civil.

Art. 15. O FUMPDEC será implementado no exercício fiscal de 2017 e suas dotações orçamentárias serão consignadas anualmente no orçamento geral do Município a partir de 2018.

Parágrafo único. No presente exercício, fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional especial, no montante necessário para atender às despesas com a execução desta Lei.

CAPÍTULO IV

DA COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL – COORPDEC

Art. 16. Fica criada a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COORPDEC, diretamente vinculada ao Chefe do Poder Executivo, com a finalidade de coordenar, no âmbito municipal, todas as ações de defesa civil nos períodos de normalidade e anormalidade.

Art. 17. A COORPDEC manterá estreito intercâmbio com os demais órgãos congêneres municipais, estaduais e federais, objetivando receber e fornecer subsídios técnicos para desenvolvimento do Sistema Nacional de Defesa Civil.

Art. 18. A COORPDEC constitui-se como órgão integrante do

Sistema Nacional de Defesa Civil e será composta por:

I – Coordenador e Vice-Coordenador;

II – Secretaria;

III – Setor Técnico;

IV – Setor Operativo.

§ 1º O Coordenador e o Vice-Coordenador Municipal de Proteção e Defesa Civil serão indicados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, competindo-lhes coordenar, organizar e incentivar as ações e atividades de Proteção e Defesa Civil no Município.

§ 2º Todos os integrantes da Secretaria, Setor Técnico e Setor Operacional da COORPDEC devem ser servidores públicos do Quadro de Pessoal do Poder Executivo ou dos órgãos da Administração Pública Indireta.

Art. 19. A COORPDEC terá poder de Polícia Administrativa para notificar, interditar, multar, demolir, requisitar, adentrar em propriedades e remover pessoas, por meio de ações e rotinas regulamentadas por Decreto.

Art. 20. A COORPDEC atuará em consonância com o disposto no art. 4º desta Lei, competindo-lhe:

I – propiciar apoio técnico e operacional ao COMPDEC;

II – colaborar na formação de banco de dados dos recursos disponíveis em cada órgão ou entidade para as ações de socorro, assistência e recuperação;

III – engajar-se nas ações de socorro e assistência, mobilizando recursos humanos e materiais disponíveis nas entidades representadas, quando o exigir o interesse da defesa civil;

IV – manter-se em regime de reunião permanente, em caso de situação de emergência ou calamidade pública que atinjam o município ou a região;

V – executar, nas áreas de competência de cada órgão, as ações determinadas pelo COMPDEC, visando atuação conjugada e harmônica;

VI – criar Núcleos de Proteção e Defesa Civil – NUPDEC, com prioridade para áreas de risco de desastre e comunidades rurais, com objetivo de organizar e preparar estas para dar pronta resposta em caso de desastre.

Art. 21. Os servidores públicos municipais convocados para colaborar em ações de emergência ou de calamidade pública exercerão essas atividades sem prejuízo das funções que ocupam.

Parágrafo único. A colaboração referida neste artigo será considerada prestação de serviço público relevante e constará dos assentamentos dos respectivos servidores.

CAPÍTULO V

DA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA E DO ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA

Art. 22. A decretação de situação de emergência ou estado de calamidade pública incumbe ao Chefe do Poder Executivo, após análise das informações repassadas pela COORPDEC.

Parágrafo único. O decreto municipal identificará os locais ou áreas afetadas e estabelecerá os efeitos que sobre eles incidirão e o

prazo de vigência, em conformidade ao inciso IV do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

Art. 23. A adoção de situação de emergência ou estado de calamidade pública deverá ser imediatamente comunicada ao órgão estadual e nacional de proteção e defesa civil.

Art. 24. Adotada a situação de emergência ou estado de calamidade pública, se necessário for, o Chefe do Poder Executivo poderá convocar servidores públicos municipais que estejam em gozo de férias, nos termos da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

Art. 25. Os eventos anormais e adversos deverão ser comunicados ao Coordenador Regional de Defesa Civil no prazo de até doze horas, mesmo que não caracterizem situação de emergência ou estado de calamidade pública, conforme inciso VI do art. 9º da Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 26. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar acordos, ajustes ou convênios de cooperação técnica, operacional ou financeira com órgãos ou entidades, governamentais ou não governamentais, bem como com os demais entes federados, para implemento de ações de proteção e defesa civil.

Art. 27. Fica instituída a Semana Municipal de Ações da Defesa Civil, a ocorrer no mês de maio de cada ano.

Parágrafo único. Nesta semana, os órgãos que compõem o SIMPDEC promoverão atividades de conscientização da população, sobre ações que envolvam prevenção, mitigação e enfrentamento aos eventos de desastres naturais.

Art. 28. Esta Lei poderá ser regulamentada, no que couber, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 29. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 30. Ficam revogadas as Leis nºs. 1.836, de 16 de maio de 1983; 1.836-A, de 11 de setembro de 1989 e 4.394, de 12 de março de 2012.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA

Secretária Municipal de Administração

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 15 de agosto de 2017.

VALDECIR FILIPPI FRANZEN

Diretor Administrativo

LEI Nº 4.981

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.981, DE 15 DE AGOSTO DE 2017.

Denomina via pública do Loteamento Riacho Doce, do Bairro Fragosos.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º A Rua A localizada no Loteamento Riacho Doce, no Bairro Fragosos, passa a denominar-se Rua Valdir de Pinho.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

WAGNER ISIDORO SIMIONI
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 15 de agosto de 2017.
VALDECIR FILIPPI FRANZEN
Diretor Administrativo

LEI Nº 4.982

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.982, DE 15 DE AGOSTO DE 2017.

Denomina vias públicas do Loteamento Jairo Vivan, do Bairro Parque de Exposições.

O Prefeito do Município de Concórdia.

LEI Nº 4.983

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.983, DE 25 DE AGOSTO DE 2017.

Autoriza o uso de bens do Município, por Entidades, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica autorizado o uso de bens pertencentes à Municipalidade, por Entidades, na forma do Anexo Único desta Lei.

Art. 2º Fica o Município autorizado a transferir recursos financeiros às Entidades de que trata o art. 1º desta Lei, a serem utilizados na aquisição de combustível, lubrificantes e pneus, na forma do Anexo Único desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

JACIR HERMINIO MAZOCCO Secretário Municipal de Finanças	MAURO MARTINI Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente
--	--

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 25 de agosto de 2017.
VALDECIR FILIPPI FRANZEN
Diretor Administrativo

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 2

LEI Nº 4.983, DE 25 DE AGOSTO DE 2017.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º As vias públicas localizadas no Loteamento Jairo Vivan, no Bairro Parque de Exposições, passam a ter as seguintes denominações:

I – Rua Leondina Coldebella Picinin à Rua A;

II – Rua Vergílio Massola à Rua B.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

WAGNER ISIDORO SIMIONI
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 15 de agosto de 2017.
VALDECIR FILIPPI FRANZEN
Diretor Administrativo

ANEXO ÚNICO

Entidade	CNPJ	Bem	Valor repassa- do – R\$
Associação de Moradores de Linha Caravágio	02.342.693/0001-26	Botijão Criogênico, série AAA01K839, código patrimonial 28.501	18.000,00
		Trator Massey Ferguson 292/4SS1309, 292-273707, código patrimonial 47.614	
		Colhedora de forragens, Nogueira Pecu 9004, código patrimonial 54.684	
		Grade aradora, Piccin GAICR, s 1000976, código patrimonial 47.628	
Associação Agrícola de Lajeado dos Pintos	08.211.695/0001-62	Distribuidor líquido, 4000 litros, Fatritol, VACC4000, s B723, código patrimonial 48.633	18.000,00
		Colhedora de forragens, Nogueira Pecu 9004, s ouro, código patrimonial 48.669	
		Carreta basculante, Metalmex, código patrimonial 58.697	
		Colhedora de forragens, Nogueira New Pecu, código patrimonial 58.756	
Associação de Moradores de Rui Barbosa	01.404.596/0001-58	Colhedora de forragens, Nogueira Pecu 9004, código patrimonial 57.688	18.000,00
		Trator, New Holland, TL 85 4x4, código patrimonial 32.476	
Associação de Moradores de Terra Vermelha	00.258.091/0001-60	Retroescavadeira traçada, Randon RD 460, código patrimonial 48.680	44.000,00
		Trator, John Deere, 5085e 4x4, código patrimonial 48.650	
		Carreta basculante, Metalmex, código patrimonial 58.698	
		Colhedora de forragens, Nogueira, New Pecu, código patrimonial 58.757	
		Distribuidor líquido, Mepel, 4.000 litros, código patrimonial 58.780	
		Distribuidor de calcário, Fatritol, capacidade 4 toneladas, código patrimonial 34.549	
Associação dos Moradores de Barra Bonita	02.409.869/0001-10	Trator, Valtra 815, série BL884735138, código patrimonial 38.566	18.000,00
		Colhedora de forragens, Nogueira, Pecu 9004, s ouro NSPNEU, código patrimonial 47.622	
		Colhedora de forragens, Nogueira, Pecu BS Man, código patrimonial 58.743	
		Distribuidor líquido, 4.000 litros, código patrimonial 48.676	
		Carreta basculante, Metalmex, código patrimonial 58.696	
Associação de Moradores de Barra do Tigre	01.487.220/0001-54	Distribuidor de calcário e adubo seco, capacidade para 4 toneladas, código patrimonial 48.652	44.000,00
		Distribuidor de calcário, marca Fatritol, cor azul capacidade 4.200 kg, código patrimonial 20.273	
		Colhedora de forragem, Nogueira, Pecu BS Man, código patrimonial 58.741	
		Trator, Valtra, BL 88, s BL184742785, código patrimonial 38.572	
		Colhedora de forragem, Nogueira, Pecu 9004, s ouro NSPNEU0048, código patrimonial 47.620	
		Distribuidor de adubo líquido, VACC 4.000, Fatritol, s B726, código patrimonial 48.637	
		Retroescavadeira, Caterpillar, código patrimonial 58.749	
Associação de Moradores de Engenho Velho	01.585.990/0001-30	Botijão Criogênico, 20,5 litros, código patrimonial 37.840	18.000,00
		Colhedora de forragem, Nogueira, Pecu 9004 super ouro, s 1020055410977, código patrimonial 34.522	
		Distribuidor líquido, capacidade 4.000 litros, bomba lobular 4 polegadas, Zanella, código patrimonial 58.718	
		Carreta basculante, Metal Freitas, código patrimonial 58.730	
Associação de Moradores de Alto Suruvi	01.657.119/0001-02	Trator New Holland, TL 85, tração 4x4, código patrimonial 32.477	18.000,00
		Distribuidor de calcário, Fatritol, 2500 CAP 2005, código patrimonial 32.487	
		Distribuidor líquido, Fatritol, VACC 4.000, s B529, código patrimonial 38.567	
Associação de Moradores de Lajeado Guilherme	01.377.790/0001-91	Colhedora de forragens, Nogueira, Pecu 9004 super, código patrimonial 38.744	18.000,00
		Distribuidor Líquido, Fatritol, VACC 4.000, código patrimonial 48.636	
		Trator John Deere, 5090 e, tração 4x4, código patrimonial 61.403	
Associação de Moradores de Tamanduá	02.357.755/0001-73	Carreta metálica basculante, Cremasco, CAB 7000 Tandem, código patrimonial 47.630	68.000,00
		Colhedora de forragens, Nogueira, Pecu 9004, s ouro, código patrimonial 48.672	
		Trator Massey Ferguson, MF 4292 HD, tração 4x4, código patrimonial 58.778	
		Caminhão, Volvo, VM 330, código patrimonial 59.389	
		Retroescavadeira, New Holland, B 95 BT, 4x4, código patrimonial 58.787	

Entidade	CNPJ	Bem	Valor repassa- do – R\$
Associação Agrícola de Linha São Paulo	03.618.174/0001-00	Trator Valtra, BL 88, tração 4x4, 85 CV, código patrimonial 38.573	18.000,00
		Botijão Criogênico, 20,5l, código patrimonial 51.515	
		Carreta basculante, Metal Freitas, código patrimonial 58.729	
		Colhedora de forragens, Nogueira, New Pecus, código patrimonial 58.762	
		Distribuidor líquido, Mepel, 4.000 litros, código patrimonial 58.781	
Associação de Pequenos Agricultores de Pinheiro Preto, Poço Rico, Volta Alegre, Linha Unida e Barra do Jacutinga	04.908.684/0001-85	Trator Valtra, BL 88, tração 4x4, 85 CV, código patrimonial 38.571	18.000,00
		Colhedora de forragens, estacionária, Maqtron B-615, código patrimonial 38.551	
		Distribuidor líquido, Fatritol, 4.000 litros, código patrimonial 47.611	
		Colhedora de forragens, Nogueira, New Pecus, código patrimonial 58.760	
		Distribuidor líquido, 4.000 litros, código patrimonial 58.782	
		Batedor de cereais, Triton, TR 385-T, código patrimonial 38.597	
Associação de Moradores de Presidente Kennedy	02.624.055/0001-06	Distribuidor de calcário, Ipacol, código patrimonial 47.606	44.000,00
		Trator, John Deere, 5085e, tração 4x4, código patrimonial 48.651	
		Botijão criogênico, Semex, código patrimonial 23.374	
		Retroescavadeira, Caterpillar, 416 E, 4x4, código patrimonial 58.750	
		Distribuidor líquido, Zanella, código patrimonial 58.720	
		Carreta Vencedora, Maqtron, metálica, código patrimonial 58.748	
Associação de Moradores de Três Barras	01.691.289/0001-03	Trator Valtra, BL88, série BL884625504, tração 4x4, 85 CV, código patrimonial 34.535	18.000,00
		Colhedora de forragens, Nogueira, Pecus 9004II, código patrimonial 38.558	
		Carreta basculante, Metal Freitas, código patrimonial 58.727	
Associação de Moradores de Planalto	01.647.800/0001-61	Trator, Valtra BL88, tração 4x4, 85 CV, código patrimonial 34.533	88.000,00
		Trator, Valtra, 4 x4 BM 1251 GIII, 125 CV, código patrimonial 58.777	
		Caminhão basculante, Volvo VM 330 6x4, 14/15, placa QHH 4497, código patrimonial 59.391	
		Retroescavadeira, Randon RD 406 Advanced 2014, tração 4x4, código patrimonial 58.753	
Associação Agrícola de Linha Cedro	06.226.396/0001-76	Distribuidor líquido Fatritol, VACC 4.000, código patrimonial 48.634	18.000,00
		Colhedora de forragens, Nogueira, New Pecus, código patrimonial 58.759	
		Carreta basculante hidráulica, Metal Freitas, código patrimonial 58.728	
Associação de Moradores de Agricultores, do Distrito de Santo Antônio	00.701.996/0001-62	Distribuidor líquido, Ipacol, DLV 4.000, código patrimonial 38.582	36.000,00
		Carreta basculante, IAC, CAMB 6.000, código patrimonial 48.656	
		Distribuidor líquido, Lumeco 4.000 litros, código patrimonial 58.783	
		Colhedora de forragens, Nogueira, New Pecus, código patrimonial 58.761	
		Distribuidor líquido, Ipacol, DL 4000, código patrimonial 58.746	
Associação de Moradores de Linha Gasperini	01.690.969/0001-02	Trator Valtra, BL88, tração 4x4, 85 CV, código patrimonial 34.534	18.000,00
		Colhedora de forragens, Nogueira, Pecus 9004, código patrimonial 48.668	
		Carreta basculante, IAC, CAMB 6.000, código patrimonial 48.654	
Associação de Moradores de Barra Seca	01.672.924/0001-05	Carreta basculante hidráulica, Metal Freitas, código patrimonial 58.732	18.000,00
		Trator, Massey Ferguson, MF 292/4SS 1309, 103 CV, código patrimonial 47.613	
		Colhedora de forragens, Nogueira, Pecus 9004, código patrimonial 48.670	
Associação de Pequenos Agricultores de Linha Boa Esperança	02.805.517/0001-83	Caminhão, Mercedes Benz, Atego 1726, código patrimonial 59.386	26.000,00
Associação de Moradores de Linha Tiradentes	01.727.013/0001-20	Trator, Valtra 9008 4x4, série 09004399245, código patrimonial 31.324	18.000,00

PORTARIA Nº 141/2017

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 141/2017, DE 8 DE AGOSTO DE 2017.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 82/2017, de 19 de janeiro de 2017 e alteração, e considerando:

- a necessidade de efetuar o processo de lançamento, previsão de pagamento e agendamento bancário dos documentos fiscais;

- que o atraso no pagamento de faturas de energia elétrica, água, telefone e publicações no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, geram problemas na emissão das Certidões Negativas de Débitos – CNDs, em nome do Município de Concórdia, SC.

RESOLVE:

Art. 1º Fica estabelecido o prazo de 3 (três) dias, antes do vencimento de qualquer documento fiscal, para o recebimento pela Secretaria Municipal de Finanças – SEMUF, visando seu pagamento, devidamente assinado pelo responsável de cada Unidade Administrativa.

§ 1º Em caso de descumprimento do prazo constante no caput deste artigo, impossibilitando a SEMUF a efetuar o pagamento antes de seu vencimento, os juros e multas, ou quaisquer outros acréscimos que vierem a ocorrer, serão de inteira responsabilidade do gestor da Unidade Administrativa.

§ 2º O prazo estabelecido no caput deste artigo estende-se, também, aos alugueis, serviços de terceiros, contratos e demais documentos afins.

Art. 2º Fica sob a responsabilidade da SEMUF, notificar o gestor da Unidade Administrativa, nos casos de descumprimento da presente Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 142/2017

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 142/2017, DE 11 DE AGOSTO DE 2017.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 82/2017, de 19 de janeiro de 2017 e alteração, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e considerando as justificativas apresentadas na CI SEMED 1263, da Secretaria Municipal de Educação, na CI SEMADRA 114, da Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente e na CI SEMUS 561/2017, da Secretaria Municipal de Saúde.

RESOLVE:

Art. 1º Convocar os servidores abaixo relacionados, em gozo de férias, para o exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço:

I – FABIO DILMAR XAVIER ACOSTA, ocupante do cargo de Médico Veterinário, a partir de 16 de agosto de 2017;

II – LAURINDO FRANCISCO KUFNER, ocupante do cargo de Agente Administrativo, a partir de 21 de agosto de 2017;

III – SANDRA PIZZATTO, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 73830-00, a partir de 16 de agosto de 2017;

IV – SOLANGE INES GERHARDT, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, a partir de 15 de agosto de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 143/2017

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 143/2017, DE 11 DE AGOSTO DE 2017.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 82/2017, de 19 de janeiro de 2017, c/c o disposto nos arts. 127-A e 127-B da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994, acrescidos pela Lei Complementar nº 463, de 22 de setembro de 2006.

RESOLVE :

Art. 1º Conceder à servidora NEIDE TERESINHA RITTER VENDRUS-COLO, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, licença para acompanhamento de excepcional, respeitado o cumprimento de 25 (vinte e cinco) horas semanais, sem prejuízo da remuneração, pelo prazo de um ano.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 18 de abril de 2017.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 144/2017

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 144/2017, DE 15 DE AGOSTO DE 2017.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 82/2017, de 19 de janeiro de 2017 e alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora DANIELA STRINGHINI, ocupante do cargo de Arquiteto, para atuar como fiscal na execução de obra de reforma na cobertura do Centro de Referência e Assistência Social – CRAS Diva Aurora Tagliari Crippa, Edificação II, objeto do Contrato nº 19/2017 – PMC.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 145/2017

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 145/2017, DE 15 DE AGOSTO DE 2017.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 82/2017, de 19 de janeiro de 2017 e alteração, c/c o disposto no art. 25 e seguintes da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora DELCI SCHMITT SCHWINGEL, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 74802-06, integrante do Quadro Permanente de Cargos do Magistério Público Municipal, Promoção por Titulação, no percentual de 12% (doze por cento) sobre o vencimento-base, correspondente à habilitação em pós-graduação, na área específica de atuação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de agosto de 2017.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 146/2017

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 146/2017, DE 15 DE AGOSTO DE 2017.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 82/2017, de 19 de janeiro de 2017 e alteração, c/c o disposto no art. 41 e seguintes da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alterações, e considerando as avaliações efetuadas pela comissão especialmente designada.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Promoção por Aperfeiçoamento ou Capacitação, correspondente a 1% (um por cento) do respectivo vencimento-base, aos servidores abaixo relacionados:

Nº DE ORDEM	MATRÍCULA	NOME DO SERVIDOR	CARGO/CÓDIGO
1	58432-03	Edi Trindade	Professor, código 10.12
2	57541-03	Elisabete Regina Santori Gasparin	Professor, código 10.12
3	102750-06	Elizangela Salete Carissimi	Professor, código 10.12
4	93815-00	Marcelo Soares de Campos	Professor, código 10.13
5	56278-05	Marisa Pasinato Pichetti	Professor, código 10.12
6	73830-00	Sandra Pizzatto	Professor, código 10.12

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de agosto de 2017.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 147/2017

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 147/2017, DE 16 DE AGOSTO DE 2017.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 82/2017, de 19 de janeiro de 2017 e alteração.

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor JONAS TOIGO BITTENCOURT, ocupante do cargo de Engenheiro, para atuar como fiscal na execução de obra de readaptação de trechos da rede elétrica, na Rua Goiás, Bairro dos Estados, e Centro Municipal de Educação Infantil – CMEI Frei Lency, objeto do Contrato nº 164/2017 – PMC.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 148/2017

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 148/2017, DE 16 DE AGOSTO DE 2017.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 82/2017, de 19 de janeiro de 2017 e alteração, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e considerando as justificativas apresentadas nas CIs SEMURB 385 e 386/2017, da Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras, na CI SEMUT 84/2017, da Secretaria Municipal de Transportes e na CI SEMED 1302, da Secretaria Municipal de Educação.

RESOLVE:

Art. 1º Convocar os servidores abaixo relacionados, em gozo de férias, para o exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço:

I – AMARILDO REGINATO, ocupante do cargo de Responsável do Setor de Auto Elétrica, no período de 1º a 15 de setembro de 2017;

II – CRISTINA VALCARENGHI, ocupante do cargo de Engenheiro, no período de 1º a 14 de setembro de 2017;

III – FERNANDA POZZA ZANOTTI, ocupante do cargo de Arquiteto, no período de 1º a 11 de setembro de 2017;

IV – ISABEL CRISTINA TAGLIARI DA SILVA, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, no período de 1º a 10 de setembro de 2017;

V – JAIME SAVOLDI, ocupante do cargo de Diretor Técnico, a partir de 18 de setembro de 2017;

VI – JENIFFER CAROLINA TASCA ANZANELLO MAGARINOS, ocupante do cargo de Engenheiro, a partir de 25 de setembro de 2017;

VII – JONAS TOIGO BITTENCOURT, ocupante do cargo de Engenheiro, no período de 1º a 15 de setembro de 2017;

VIII – SUZAMARA PELLIN, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, a partir de 16 de agosto de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 149/2017

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 149/2017, 24 DE AGOSTO DE 2017.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 82/2017, de 19 de janeiro de 2017 e alteração, c/c o disposto na Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, art. 177 e seguintes, e no Decreto nº 3.516, de 6 de julho de 1994, e considerando:

- as informações contidas no processo protocolizado na Secretaria Municipal de Administração sob nº 12754/2017, de 3 de julho de 2017, do qual se extrai que o servidor R. L., matrícula 80667-01, ocupante do cargo de Operador de Equipamentos, envolveu-se em discussão, resultando em mútuas agressões físicas, com pessoa que encontrava-se na Secretaria Municipal de Transportes, cumprindo horas de serviço comunitário, no dia 3 de julho de 2017;

- o Parecer n. 967/2017, da Assessoria Jurídica do Município, no sentido de instauração de Processo Administrativo Disciplinar;

- que tais fatos, se comprovados, atentam contra o dever funcional previsto no art. 151, XI, e configuram a conduta prevista no art. 168, VIII, da Lei Complementar nº 90/1994 e alterações;

- que, se comprovada a culpabilidade do servidor, poderá sujeitá-lo à penalidade de demissão, conforme art. 168 da Lei Complementar nº 90/1994 e alterações.

RESOLVE :

Art. 1º Instaurar Processo Administrativo Disciplinar a fim de apurar a veracidade dos fatos envolvendo o servidor R. L., matrícula 80667-01, ocupante do cargo de Operador de Equipamentos, Grupo Ocupacional Operacional – GO.

Art. 2º Designar os servidores abaixo relacionados, para efetuar todos os procedimentos necessários, em face da instauração do presente Processo Administrativo Disciplinar:

I – presidente: LETICIA FARINA PUNTEL, servidora estável, ocupante do cargo de Enfermeiro, Grupo Ocupacional Especialista – GE;

II – secretária: MARAISE FATIMA DE MARCO, servidora estável, ocupante do cargo de Fiscal de Tributos;

III – vogal: CASSIANO POZZA, servidor estável, ocupante do cargo de Desenhista.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 150/2017

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 150/2017, DE 24 DE AGOSTO DE 2017.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 82/2017, de 19 de janeiro de 2017 e alteração, c/c o disposto nos arts. 127-A e 127-B da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, acrescidos pela Lei Complementar nº 463, de 22 de setembro de 2006.

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, por um ano, a partir de 5 de outubro de 2017, o prazo da licença para acompanhamento de excepcional, objeto da Portaria nº 158/2014, de 3 de setembro de 2014, concedida à servidora SALETE HANAUER, ocupante do cargo de Escriturário, respeitado o cumprimento de 25 (vinte e cinco) horas semanais, sem prejuízo da remuneração.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 151/2017

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 151/2017, DE 31 DE AGOSTO DE 2017.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 82/2017, de 19 de janeiro de 2017 e alteração, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e considerando as justificativas apresentadas na CI DRH 396/2017, da Diretoria de Recursos Humanos e na CI SEMUS 582/2017, da Secretaria Municipal de Saúde.

RESOLVE:

Art. 1º Convocar os servidores abaixo relacionados, em gozo de férias, para o exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço:

I – ADRIANA SALETE ONETTA, ocupante do cargo de Agente Administrativo, no período de 1º a 5 e a partir de 18 de setembro de 2017;

II – ANA PAULA FORNER, ocupante do cargo de Assistente Social, no período de 1º a 15 de setembro de 2017;

III – CELSA TERESINHA MARTELLO, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, no período de 1º a 15 de setembro de 2017;

IV – DEBORA RUVIARO, ocupante do cargo de Assistente Social, a partir de 19 de setembro de 2017;

V – JUSELI INES RIGO, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, no período de 1º a 15 de setembro de 2017;

VI – MERCI ERCI LAUTERT, ocupante do cargo de Agente Administrativo, no período de 1º a 15 de setembro de 2017;

VII – REJANI LOCATELLI AULER, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, no período de 1º a 15 de setembro de 2017;

VIII – ROGERIO GOSSENHEIMER, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, no período de 1º a 10 de setembro de 2017;

IX – VILMAR JOAO ZORZETTO, ocupante do cargo de Enfermeiro, a partir de 18 de setembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA

Secretária Municipal de Administração

CÂMARA MUNICIPAL

CONVITE 05/2017

CONVITE Nº 5/2017

PROCESSO Nº 9/2017

OBJETO: Aquisição de materiais de decoração, elétricos e mão de obra para ornamentação natalina no prédio da Câmara Municipal de Vereadores de Concórdia.

TIPO: Menor Preço Por Lote

RECEBIMENTO DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: até às 10 horas do dia 23.10.2017

INICIO DA SESSÃO: dia 23.10.2017, às 14 horas

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site: WWW.cvc.sc.gov.br

Quaisquer informações poderão ser obtidas na Secretaria da Câmara Municipal de Vereadores de Concórdia, situado à Rua Leonel Mosele, 96 – Centro, de segunda a sexta-feira, das 8h às 11h30min e das 13h30min às 17h, ou pelo fone (49) 3441 2500.

Concórdia SC, 13 de outubro de 2017.

ARTEMIO ORTIGARA

Presidente

Coronel Freitas

PREFEITURA

CONTRATO Nº 92/2017

PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº92/2017

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº92/2017

Contratado: ELG MÓVEIS PLANEJADOS LTDA ME

Objeto: AQUISIÇÃO DE COZINHA PLANEJADA PARA A ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL CLUBE DO BOLINHA E DA ESCOLA MUNICIPAL CORONELZINHO.

Valor: R\$ 6.302,00 (seis mil trezentos e dois reais).

Vigência: 31/12/2017.

Correia Pinto

PREFEITURA

CANCELAMENTO INEXIGIBILIDADE 46/2017 PMCP

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
PROCESSO LICITATÓRIO N. 46/2017
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O Município de Correia Pinto, através da Secretaria de Administração e da Comissão Permanente de Licitação, declara aos interessados o CANCELAMENTO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 46/2017, INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, PARA CONTRATAÇÃO DE ADVOGADO PARA PRESTAR SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS COM O OBJETO DE ASSESSORAMENTO JURÍDICO À SECRETARIA DE FAZENDA DO MUNICÍPIO NA REVISÃO DA ESTIMATIVA POPULACIONAL PÚBLICA PELO IBGE 2017, A FIM DE LOGRAR A READEQUAÇÃO/MANUTENÇÃO DO COEFICIENTE DE PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO/SC JUNTO AO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DE MUNICÍPIOS (FPM). PRAZO 12 (MESES), em decorrência da fixação de valor em desacordo com o prejulgado nº 1579, item 6 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Pelo exposto, decide pelo CANCELAMENTO do referido Processo Licitatório.

Correia Pinto, 13 de outubro de 2017.
Celso Rogerio Alves Ribeiro
Prefeito

DECRETO Nº 1222/2017

DECRETO Nº 1222/2017
DE 13 DE OUTUBRO DE 2017

CELRO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, Prefeito do Município de Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 95 da Lei Orgânica Municipal e da Lei Federal nº 8.666/93; DECRETA:

“NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE BENS INSERVÍVEIS.”

Art. 1º- Fica nomeada a Comissão de Avaliação de Bens Inservíveis da Prefeitura Municipal e suas Fundações -2017, para a realização de leilão na forma da Lei Federal nº 8.666/93, composta pelos seguintes membros:

I – ALEXANDRE VIEIRA RODRIGUES

II – ANA ABEGAIR ROSA PIRES

III – EDER GEAN PEREIRA

IV – MARISTELA FERNANDES RAMOS

Art. 2º - A comissão nomeada no art. 1º deverá apresentar relatório no prazo improrrogável de 30 dias, o qual deverá ser anexado ao respectivo Processo Licitatório.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 13 de outubro de 2017.
CELRO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO
Prefeito

Registrado e Publicado o presente Decreto no Gabinete do Prefeito Correia Pinto, em 13 de outubro de 2017.

OLIVEIRA PIRES BURG
Chefe de Gabinete

EXTRATO DE CONTRATO - ADITIVO DE VALOR - PROCESSO 24/2017 PMCP

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
PROCESSO LICITATÓRIO 24/2017
TOMADA DE PREÇOS
EXTRATO DE CONTRATO – ADITIVO DE VALOR

Instrumento: Contrato nº 0831/2017

O presente aditamento ao Contrato Administrativo nº 0659/2017 PMCP, da Tomada de Preços nº 24/2017 PMCP, se faz com fulcro na Lei Federal nº 8.666/93, artigo 65, conforme parecer jurídico n. 0333/2017/PROGEM.

OBJETO: CONSTRUÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SECRETARIA DE AGRICULTURA, GARAGEM PARA FROTA DE VEÍCULOS E OFICINA.

Considerando que tem-se possível a alteração do contrato, consoante se verifica da exposição de motivos, cuja solicitação é aceita, concedido o aditivo de valor de R\$ 25.800,55 (Vinte e cinco mil, oitocentos reais e cinquenta e cinco centavos), o qual representa 5,376 % do valor inicial do contrato, eis que observado o disposto na Lei Federal nº 8.666/94, Capítulo III, Seção III, Da Alteração dos Contratos.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa B & P CONSTRUTORA LTDA,
CNPJ: 07.052.006/0001-51
Valor do aditivo: R\$ 25.800,55

Correia Pinto/SC 13 de outubro de 2017.
CELRO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO
Prefeito

EXTRATO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 001/2017

EXTRATO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 001/2017

O MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO, através do FUNDO PARA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA, representado, pelo Senhor Prefeito CELRO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, e a ASSOCIAÇÃO DE CORPO DE BOMBEIROS COMUNITÁRIO DE CORREIA PINTO, representada pelo seu PRESIDENTE, Senhor ROBSON RISCAROLLI, resolvem celebrar o presente TERMO DE COLABORAÇÃO, consoante o Edital de Chamamento Público nº 002/2017 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Objeto: celebração de termo de colaboração tem por objeto a seleção de projeto “DESTINADO À REALIZAÇÃO DE EVENTO ABERTO PARA TODAS AS CRIANÇAS DO MUNICÍPIO, EM COMEMORAÇÃO AO DIA DAS CRIANÇAS 2017”, conforme detalhado no Plano de Trabalho.

Valor: R\$ 7.000,00 (sete mil reais).

Vigência: 30 (trinta) dias a partir da data de sua assinatura.

Fundamentação Legal: Art. 16, 33 e seguintes da Lei Federal nº 13.019/2014, alterada pela Lei Federal nº 13.204/2015.

Correia Pinto, 11 de outubro de 2017.
Celso Rogério Alves Ribeiro
Prefeito

ERRATA - APOSTILAMENTO DE CONTRATO - REAJUSTE - PROCESSO 02/2017 FMS/FHMCP

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE SAUDE DE CORREIA PINTO
Relação de Apostilamento de Itens

Página: 1/1
Data: 13/10/2017

TERMO DE APOSTILAMENTO

Contrato nº: 0270/2017
Processo nº: 2/2017
Contratada: Comercial Cirurgica Rioclarense Ltda CNPJ/CPF: 67.729.178/0004-91
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA A FARMÁCIA BÁSICA, UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL DE CORREIA PINTO.

OBJETO DO APOSTILAMENTO:

Alteração contratual conforme parecer jurídico 323/2017/PROGEM.
Contratos 0270/2017/FMS e 0271/2017/FHMCP.

Item	Descrição	Unid.	Preço Unit. Anterior	Preço Unit. Atual
4	ACETATO DE MEDROXIPROGESTERONA 150mg/ml INJ	UN	10,599	18,600

Correia Pinto, 4 de Outubro de 2017

Corupá

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 076/17

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

AVISO LICITAÇÃO – REGISTRO DE PREÇO

Modalidade Pregão Presencial nº 076/17

REGISTRO DE PREÇO PARA A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DESTINADOS A CONSTRUÇÃO DE UM DECK E PASSARELAS, VISANDO O CUMPRIMENTO DAS REGRAS DE ACESSIBILIDADE, PARA AS CACHOEIRAS QUE COMPÕE UM DOS ATRATIVOS TURÍSTICOS DE CORUPÁ – ROTA DAS CACHOEIRAS.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: DAS 08h00min do dia 16/10/2017 às 09h00min do dia 27/10/2017.

INICIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 09h30min do dia 27/10/2017.

TIPO: Menor Preço por item.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá – Av. Getulio Vargas, 443 e também no site [http:// www.corupa.sc.gov.br](http://www.corupa.sc.gov.br).

HORARIO: das 08h às 12hs e das 13h30minh às 16h30min

Telefone (47) 3375-6500

Corupá, 16 de outubro de 2017.

JOÃO CARLOS GOTTARDI

PREFEITO MUNICIPAL

Cunha Porã

PREFEITURA

DECRETO Nº 101, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017.

DECRETO MUNICIPAL Nº 101/2017.

“DISPOE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JAIRO RIVELINO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas, em especial o Art. 96 VII, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o Art. 7º, II da Lei nº 2.718, de 21 de dezembro de 2016, e as disposições da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964;

CONSIDERANDO os recursos do Excesso de Arrecadação apurado no exercício de 2017;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar por Excesso de Arrecadação do Exercício de 2017 no valor de R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais), conforme demonstrado abaixo:

ORGÃO: 07.01 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

Unidade Orçamentária: 07.02 – DPTO. DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES

Proj./Ativ.: 26.782.0017.1.016 – Obras de Melhoria da Infraestrutura Rural

Modalidade Aplicação: 4.4.90.0000 – Aplicações Diretas

(96) Fonte: 0.1.00.00.00 – Excesso de Arrecadação Recursos Ordinários R\$ 22.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar de que trata o Art. 1º, no valor de 22.000,00 (vinte e dois mil reais), será utilizado o excesso de arrecadação verificado no exercício de 2017.

Art. 3º. Fica pelo presente Decreto, efetuado remanejamento de dotação orçamentária dentro da mesma categoria de programação de despesa, no órgão, Projeto e Atividade, conforme demonstrado abaixo:

ORGÃO: 07.01 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

Unidade Orçamentária: 07.02 – DPTO. DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES

Proj./Ativ.: 06.182.0005.2.009 – Manutenção das Ações da Unidade do Corpo de Bombeiros

Modalidade Aplicação: 3.3.90.0000 – Aplicações Diretas

(79) Fonte: 0.1.80.00.00 – Outras Especificações - Funrebom R\$ 20.000,00

Art. 4º. Os recursos para cobertura do presente Remanejamento, que trata o artigo anterior, será proveniente da anulação parcial das dotações orçamentárias, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), conforme especificação a seguir:

ORGÃO: 07.01 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

Unidade Orçamentária: 07.02 – DPTO. DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES

Proj./Ativ.: 06.182.0005.2.009 – Manutenção das Ações da Unidade do Corpo de Bombeiros

Modalidade Aplicação: 4.4.90.0000 – Aplicações Diretas

(80) Fonte: 0.1.80.00.00 – Outras Especificações - Funrebom R\$ 20.000,00

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 10 de outubro de 2017.

JAIRO RIVELINO EBELING

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra,

RUDINEI PEDRO KAHER

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº 102, DE 13 DE OUTUBRO DE 2017.

DECRETO Nº 102, de 13 de outubro de 2017.

CONSTITUI E DESIGNA COMISSÃO ESPECIAL DE REAVALIAÇÃO DE PROGRESSÕES FUNCIONAIS E GRATIFICAÇÕES DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIRO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas, em especial o Art. 96 VII, da Lei Orgânica Municipal, e o Art. 42 § 2º da Lei Complementar nº 40;

DECRETA:

Art. 1º. Fica CONSTITUÍDA a Comissão Especial de Avaliação, para fins de reavaliação das progressões funcionais e gratificações de todos os servidores municipais estáveis.

Art. 2º. DESIGNA os servidores: Daniela Bichett Muller – Encarregada do Setor de Recursos Humanos, Dilson Muller – Técnico Agrícola, Mara Dionete Daltoé Becker – Professora, para, sob a presidência do primeiro, compor a Comissão.

Parágrafo único. A Comissão designada no caput deste artigo terá o prazo de 60 (sessenta) dias para emitir relatório constando de eventuais irregularidades.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, 13 de outubro de 2017.

JAIRO EBELING

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra,

RUDINEI PEDRO KAHER

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº 104, DE 13 DE OUTUBRO DE 2017.

DECRETO Nº 104, de 13 de outubro de 2017.

“ALTERA COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE CUNHA PORÃ NOMEADA PELO DECRETO Nº 098 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

JAIRO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas, em especial o Art. 96, VII da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO o afastamento do servidor Gilson Friedrich em gozo de licença prêmio;

DECRETA:

Art. 1º. Fica alterada a composição da Comissão Municipal de Acompanhamento de Processo Seletivo Simplificado, nomeada pelo Decreto nº 098, DESIGNANDO, sem ônus adicionais para o Município, os servidores: MARCI KARINA WEBER, SIRLEI SCHNEIDER e TIAGO WINCKEL, para compor, sob a presidência do primeiro, a Comissão.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, 13 de outubro de 2017.

JAIRO EBELING
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra,

RUDINEI PEDRO KÄFER
Secretário Administração e Fazenda

EXTRATO PREGÃO Nº 91/2017

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 091/2017 - O Município de Cunha Porã, SC, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que fará realizar processo licitatório sob nº 1769/2017 na modalidade Pregão Presencial “Sistema de Registro de Preços” nº 091/2017, com julgamento por item, cujo objeto é REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE CLÍNICA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FISIOTERÁPICOS. Os envelopes serão recebidos até dia 26/10/2017, às 08 horas e a abertura será realizada às 08h15min. do mesmo dia, na sala do Departamento de Licitações, sito à Rua Moura Brasil, 1639, Centro, Município de Cunha Porã. Informações no Depto. de Licitações. Cunha Porã/SC, em 16/10/2017. JAIRO RIVELINO EBELING - Prefeito Municipal.

PORTARIA 494

EXTRATO DE PORTARIA

Extrato: PORTARIANº 494, de 20 de Setembro de 2017.

Ementa: Contrata em caráter temporário Alexandre Marcos Bauermann para as funções do cargo Agente Comunitário de Saúde.

Em: 20 de Setembro de 2017.

Jairo Ebeling
Prefeito Municipal

PORTARIA 495

EXTRATO DE PORTARIA

Extrato: PORTARIANº 495, de 20 de Setembro de 2017.

Ementa: Contrata em caráter temporário Alice Scheguschewski para as funções do cargo Agente Comunitário de Saúde.

Em: 20 de Setembro de 2017.

Jairo Ebeling
Prefeito Municipal

PORTARIA 496

EXTRATO DE PORTARIA

Extrato: PORTARIANº 496, de 20 de Setembro de 2017.

Ementa: Contrata em caráter temporário Alison Douglas Gollmann para as funções do cargo Agente Comunitário de Saúde.

Em: 20 de Setembro de 2017.

Jairo Ebeling
Prefeito Municipal

PORTARIA 497

EXTRATO DE PORTARIA

Extrato: PORTARIANº 497, de 20 de Setembro de 2017.

Ementa: Contrata em caráter temporário Caroline Jessica da Silva para as funções do cargo Agente Comunitário de Saúde.

Em: 20 de Setembro de 2017.

Jairo Ebeling
Prefeito Municipal

PORTARIA 498

EXTRATO DE PORTARIA

Extrato: PORTARIANº 498, de 20 de Setembro de 2017.

Ementa: Contrata em caráter temporário Celene Maria Oestreich para as funções do cargo Agente Comunitário de Saúde.

Em: 20 de Setembro de 2017.

Jairo Ebeling
Prefeito Municipal

PORTARIA 499

EXTRATO DE PORTARIA

Extrato: PORTARIANº 499, de 20 de Setembro de 2017.

Ementa: Contrata em caráter temporário Cladis Mayer Guarda para as funções do cargo Agente Comunitário de Saúde.

Em: 20 de Setembro de 2017.

Jairo Ebeling
Prefeito Municipal

PORTARIA 500

EXTRATO DE PORTARIA

Extrato: PORTARIANº 500, de 20 de Setembro de 2017.

Ementa: Contrata em caráter temporário Cleci Rauch para as funções do cargo Agente Comunitário de Saúde.

Em: 20 de Setembro de 2017.

Jairo Ebeling

Prefeito Municipal

PORTARIA 501

EXTRATO DE PORTARIA

Extrato: PORTARIANº 501, de 20 de Setembro de 2017.

Ementa: Contrata em caráter temporário Diego Watte Schuller para as funções do cargo Agente Comunitário de Saúde.

Em: 20 de Setembro de 2017.

Jairo Ebeling

Prefeito Municipal

PORTARIA 502

EXTRATO DE PORTARIA

Extrato: PORTARIANº 502, de 20 de Setembro de 2017.

Ementa: Contrata em caráter temporário Esther Beatriz Sudbrack Huf para as funções do cargo Agente Comunitário de Saúde.

Em: 20 de Setembro de 2017.

Jairo Ebeling

Prefeito Municipal

PORTARIA 503

EXTRATO DE PORTARIA

Extrato: PORTARIANº 503, de 20 de Setembro de 2017.

Ementa: Contrata em caráter temporário Isoldi Camara para as funções do cargo Agente Comunitário de Saúde.

Em: 20 de Setembro de 2017.

Jairo Ebeling

Prefeito Municipal

PORTARIA 504

EXTRATO DE PORTARIA

Extrato: PORTARIANº 504, de 20 de Setembro de 2017.

Ementa: Contrata em caráter temporário Loreci Rosalia Welker Koch para as funções do cargo Agente Comunitário de Saúde.

Em: 20 de Setembro de 2017.

Jairo Ebeling

Prefeito Municipal

PORTARIA 505

EXTRATO DE PORTARIA

Extrato: PORTARIANº 505, de 20 de Setembro de 2017.

Ementa: Exonesa Roseli Rosano Lubenow contratada em caráter temporário para as funções do cargo de auxiliar de serviços gerais.

Em: 20 de Setembro de 2017.

Jairo Ebeling

Prefeito Municipal

PORTARIA 506

EXTRATO DE PORTARIA

Extrato: PORTARIANº 506, de 20 de Setembro de 2017.

Ementa: Contrata em caráter temporário Lucia Gatelli Portolan Naue para as funções do cargo Agente Comunitário de Saúde.

Em: 20 de Setembro de 2017.

Jairo Ebeling

Prefeito Municipal

PORTARIA 507

EXTRATO DE PORTARIA

Extrato: PORTARIANº 507, de 20 de Setembro de 2017.

Ementa: Contrata em caráter temporário Mirian Roseni Scheidt Oestreich para as funções do cargo Agente Comunitário de Saúde.

Em: 20 de Setembro de 2017.

Jairo Ebeling

Prefeito Municipal

PORTARIA 508

EXTRATO DE PORTARIA

Extrato: PORTARIANº 508, de 20 de Setembro de 2017.

Ementa: Contrata em caráter temporário Reni Marcia Althaus Zimmermann para as funções do cargo Agente Comunitário de Saúde.

Em: 20 de Setembro de 2017.

Jairo Ebeling

Prefeito Municipal

PORTARIA 509

EXTRATO DE PORTARIA

Extrato: PORTARIANº 509, de 20 de Setembro de 2017.

Ementa: Contrata em caráter temporário Traudeli Carla Gausmann Puntel para as funções do cargo Agente Comunitário de Saúde.

Em: 20 de Setembro de 2017.

Jairo Ebeling

Prefeito Municipal

PORTARIA 510

EXTRATO DE PORTARIA

Extrato: PORTARIANº 510, de 20 de Setembro de 2017.

Ementa: Contrata em caráter temporário Velanir Maria Huf para as funções do cargo Agente Comunitário de Saúde.

Em: 20 de Setembro de 2017.

Jairo Ebeling

Prefeito Municipal

Em: 21 de Setembro de 2017.

Jairo Ebeling

Prefeito Municipal

PORTARIA 515

EXTRATO DE PORTARIA

Extrato: PORTARIANº 515, de 21 de Setembro de 2017.

Ementa: Contrata em caráter temporário Solange Paula Jackisch para as funções do cargo de Técnico de Enfermagem.

Em: 21 de Setembro de 2017.

Jairo Ebeling

Prefeito Municipal

PORTARIA 511

EXTRATO DE PORTARIA

Extrato: PORTARIANº 511, de 20 de Setembro de 2017.

Ementa: Contrata em caráter temporário Juliana Scheguschewski para as funções do cargo de Agente de Endemias.

Em: 20 de Setembro de 2017.

Jairo Ebeling

Prefeito Municipal

PORTARIA 516

EXTRATO DE PORTARIA

Extrato: PORTARIANº 516, de 25 de Setembro de 2017.

Ementa: Exonera Juliana dos Santos contratada em caráter temporário para as funções do cargo de auxiliar de serviços gerais.

Em: 25 de Setembro de 2017.

Jairo Ebeling

Prefeito Municipal

PORTARIA 512

EXTRATO DE PORTARIA

Extrato: PORTARIANº 512, de 20 de Setembro de 2017.

Ementa: Contrata em caráter temporário Lucimeri Kuhn Heep para as funções do cargo Agente Comunitário de Saúde.

Em: 20 de Setembro de 2017.

Jairo Ebeling

Prefeito Municipal

PORTARIA 517

EXTRATO DE PORTARIA

Extrato: PORTARIANº 517, de 25 de Setembro de 2017.

Ementa: Exonera Denise Costa contratada em caráter temporário para as funções do cargo de Professora de Educação Infantil.

Em: 25 de Setembro de 2017.

Jairo Ebeling

Prefeito Municipal

PORTARIA 513

EXTRATO DE PORTARIA

Extrato: PORTARIANº 513, de 20 de Setembro de 2017.

Ementa: Contrata em caráter temporário Terezinha de Fatima Ampolini para as funções do cargo Agente Comunitário de Saúde.

Em: 20 de Setembro de 2017.

Jairo Ebeling

Prefeito Municipal

PORTARIA 518

EXTRATO DE PORTARIA

Extrato: PORTARIANº 518, de 25 de Setembro de 2017.

Ementa: Exonera Sandro Furst contratado em cargo de comissão diretor de planejamento e obras.

Em: 25 de Setembro de 2017.

Jairo Ebeling

Prefeito Municipal

PORTARIA 514

EXTRATO DE PORTARIA

Extrato: PORTARIANº 514, de 21 de Setembro de 2017.

Ementa: Exonera Elisabeth Ebeling Stein contratada em caráter temporário para as funções do cargo de auxiliar de serviços gerais.

PORTARIA 519

EXTRATO DE PORTARIA

Extrato: PORTARIANº 519, de 25 de Setembro de 2017.

Ementa: Exonera Gilmar Ceccon contratado em cargo de Secretario Municipal de Agricultura e Abastecimento e Meio Ambiente.

Em: 25 de Setembro de 2017.

Jairo Ebeling

Prefeito Municipal

PORTARIA 520

EXTRATO DE PORTARIA

Extrato: PORTARIANº 520, de 25 de Setembro de 2017.

Ementa: Autoriza servidora municipal Juliana Schegushevski a conduzir veículos do município.

Em: 25 de Setembro de 2017.

Jairo Ebeling

Prefeito Municipal

Cunhataí

PREFEITURA

PORTARIA Nº 222/2017

PORTARIA Nº 222, DE 10 de outubro 2017.

Dispõe sobre a Concessão de Gratificação por Grau de Instrução a Servidora Municipal, e dá Outras Providências.

O Prefeito Municipal de Cunhataí, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal em seu art. 100, inciso II e de acordo com os artigos 82, 87 e 88, I, da Lei Complementar nº. 002/2007, e considerando o certificado entregue em 10/10/2017;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder, a partir de 10 de outubro de 2017, à Servidora Pública Municipal CRISTINA MULLER PEREIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnica em Enfermagem, a gratificação por grau de instrução de 7% (sete por cento) e 10% (dez por cento) incidente sobre o vencimento inicial, pela apresentação de Certificado de Conclusão do curso de Curso Superior em Pedagogia e Pós Graduação em Nível de Especialização – Em Educação Infantil e anos iniciais e Ens. Fundamental.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cunhataí – SC, 10 de outubro 2017.

LUCIANO FRANZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra.

Dona Emma

PREFEITURA

CONCURSO PÚBLICO Nº 006/2017

MUNICÍPIO DE DONA EMMA – ESTADO DE SANTA CATARINA
AVISO DE EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 006/2017

NERCI BARP, Prefeito Municipal de Dona Emma, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 37, da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, TORNA PÚBLICO que realizará CONCURSO PÚBLICO para preenchimento de vaga de categoria funcional, para os cargos de Operador de Máquinas Pesadas e Tesoureiro. As inscrições poderão ser feitas do dia 16/10/2017 até o dia 14/11/2017 no site www.acesseconcursossc.com.br as provas objetivas serão aplicadas no dia 26/11/2017. Os salários variam de R\$ 1.613,78 a R\$ 3.042,96. O edital e todas as publicações estarão disponíveis nos sites www.acesseconcursossc.com.br e www.donaemma.sc.gov.br. Dona Emma 16 de outubro de 2017.

Erval Velho

PREFEITURA

DECRETO 2245/2017

DECRETO 2245, de 26 de setembro de 2017.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Erval Velho e dá outras providências;

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica; e de conformidade com o artigo 6º, inciso I da Lei Municipal n. 1430, de 22 de novembro de 2016 - LOA, e, tendo presentes razões de interesse público,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município, no valor de R\$ 21.475,67 para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
UNIDADE 012 – DIRETORIA DE EDUCAÇÃO
PROJ/ATIV – 2.016 – MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR
61 - 3.3.90.00.00.00.00.01.0001 – Aplicações Diretas
..... R\$ 21.475,67

Parágrafo Único - Os recursos orçamentários para fazer face à presente suplementação, correrão à conta do provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício, na fonte de recurso 00462 - Transferências de Convênios - Estado/Educação, conforme § 3º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina,
em 26 de setembro de 2017.
Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 2246/2017

DECRETO 2246, de 29 de setembro de 2017.

Anula Processo Licitatório do Município de Erval Velho e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85 da Lei Orgânica Municipal, Considerando a recomendação da Assessoria Jurídica do Município e acolhendo a recomendação.

DECRETA:

Art. 1º. Fica anulado o Processo Licitatório nº 064/2017 Modalidade de Pregão nº 037/2017, objeto Aquisição de Material Para Melhoria da Rede de Iluminação Pública.

Art. 2º. Em decorrência da anulação deste certame, determina a abertura de novo Processo Licitatório para mesmo objeto.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina,
em 29 de setembro de 2017.
Walter kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria, em 29 de setembro de 2017.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 2247/2017

DECRETO 2247, de 29 de setembro de 2017.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Erval Velho e dá outras providências;

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica; e de conformidade com o artigo 6º, Inciso II da Lei Municipal n. 1430, de 22 de novembro de 2016 - LOA, e, tendo presentes razões de interesse público,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município, no valor de R\$ 59.000,00 para suplementar a seguinte dotação orçamentária;:

ÓRGÃO 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
UNIDADE 01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
PROJ/ATIV – 2.019 – APOIO AO ENSINO SUPERIOR
200 - - 3.3.90.00.00.00.00.03.0000 – Aplicações Diretas
..... R\$ 59.000,00

Art. 2º Os recursos orçamentários para cobrir à presente suplementação, correrá à conta do superávit financeiro apurado no exercício anterior, conforme Anexo 14 do Balanço Patrimonial do exercício de 2016.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina,
em 29 de setembro de 2017.
Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 2248/2017

DECRETO 2248, de 03 de outubro de 2017.

Nomeia Pregoeiros e Equipe de Apoio para as licitações na modalidade de Pregão e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei, e de acordo com a Lei Federal n. 10.520, de 17 de julho de 2002 e o Decreto Municipal n. 1386, de 27 de janeiro de 2010.

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados os servidores abaixo relacionados para comporem o grupo de Pregoeiros e Equipe de Apoio de Licitações na modalidade de pregão, para a aquisição de bens e serviços comuns no âmbito deste Município, a partir desta data.

Gizelle Fornari – Pregoeiro Oficial

Cristiane Bordin Camaroto – 1º Pregoeiro Substituto

Alduir Antonio Mocelin – 2º Pregoeiro Substituto

Equipe de Apoio:

Christian Andrei Conte

Djalmo de Andrade

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 2043 de 04 de janeiro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC,
em 03 de outubro de 2017.

Walter Kleber Kucher Junior

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto, em 03 de outubro de 2017.

Alduir Antonio Mocelin

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 2249/2017

DECRETO 2249, de 03 de outubro de 2017.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Erval Velho e dá outras providências;

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica; e de conformidade com o artigo 6º, Inciso II da Lei Municipal n. 1430, de 22 de novembro de 2016 - LOA, e, tendo presentes razões de interesse público,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município, no valor de R\$ 10.000,00 para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
UNIDADE 01– DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

PROJ/ATIV – 2.015 – MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL

199 - 3.3.90.00.00.00.03.0001. – Aplicações Diretas
..... R\$ 10.000,00

Art. 2º Os recursos orçamentários para cobrir à presente suplementação, correrá à conta do superávit financeiro apurado no exercício anterior, conforme Anexo 14 do Balanço Patrimonial do exercício de 2016.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina,

em 03 de outubro de 2017.

Walter Kleber Kucher Junior

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

Alduir Antonio Mocelin

Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO 2250/2017

DECRETO 2250, de 10 de outubro de 2017.

ADOTA E REGULAMENTA A LEI ANTICORRUPÇÃO – LEI FEDERAL Nº 12.846/2013 – PARA APLICAÇÃO NO ÂMBITO MUNICIPAL, DEFINE AUTORIDADE RESPONSÁVEL PELA CONDUÇÃO E RITO APLICÁVEL AO PROCESSO DE RESPONSABILIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso XXVI do artigo 85 da Lei Orgânica Municipal, e com fundamento na Lei Federal nº 12.846/2013 e suas alterações, e Lei Complementar nº 039, de 14 de janeiro de 2013 que Cria o Estatuto Jurídico Disciplinar no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município de Erval Velho – SC

DECRETA

Artigo 1º - Com fundamento no artigo 8º parágrafo 1º da Lei 12.846 de 01 de agosto de 2013, fica delegado ao Coordenador da Controladoria Interna a prerrogativa disposta no caput do artigo 8º da 12.846/2013.

Artigo 2º - o rito para apuração de qualquer irregularidade ou ilícito e responsabilização de pessoas jurídicas e seus dirigentes pela prática de atos nocivos a administração pública será o da Lei Municipal Complementar 039 de 14 de janeiro de 2013.

Artigo 3º - O processo será instaurado e julgado em primeira instância na forma do artigo 1º deste Decreto e será instruído, desenvolvido o processo por comissão constituída na forma da Lei Complementar Municipal 039/2013.

Artigo 4º - O Chefe do Poder Executivo do Município constitui-se em instância recursal de segundo grau.

Artigo 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina,

em 10 de outubro de 2017.

Walter Kleber Kucher Junior

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

Alduir Antonio Mocelin

Secretário Municipal de Administração e Finanças

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO 001/2017 CAMARA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ERVAL VELHO

PODER LEGISLATIVO

Processo Licitatório nº 001/2017

Edital de Pregão nº 001/2017

A Câmara Municipal de Vereadores de Erval Velho torna público que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO sob a forma PRESENCIAL a ser Processado e Julgado em conformidade com o Decreto Municipal nº 1386/2010 que regulou a Lei Federal nº 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93, suas respectivas alterações e demais legislações aplicáveis

Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de aplicativos de gestão pública conforme relação, quantitativo e especificações constantes neste Edital e seus anexos.

Data e Horário: a abertura dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será às 10h30min do dia 26/10/2017.

Local: Setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Erval Velho, Rua Nereu Ramos, 204, Centro, Erval Velho/SC, CEP 89613-000

O Edital na íntegra está disponível no site do Município: www.ervalvelho.sc.gov.br

Maiores informações podem ser obtidas das 7h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min no email: compras@ervalvelho.sc.gov.br ou no endereço citado.

Acyrr da Silva

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Erval Velho.

LEI 1448/2017

LEI Nº 1448, de 02 de outubro de 2017.

"Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2018 e dá outras providências".

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho-SC:

Faço saber, em cumprimento às atribuições legais conferidas pela legislação em vigor, de que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte

LEI

I. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O Orçamento do Município de ERVAL VELHO, para o exercício de 2018, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

I - as metas fiscais

II - as prioridades e metas da administração municipal;

III - a estrutura e organização do orçamento;

IV - as diretrizes para a elaboração e a execução do orçamento do Município;

V - as disposições sobre dívida pública municipal;

VI - as disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos;

VII - as disposições sobre alterações na legislação tributária; e

VIII - as disposições gerais.

II. DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2018, 2019 e 2020, de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, são as identificadas nos Anexos desta lei:

I - Demonstrativo I – Metas Anuais;

II - Demonstrativo II – Demonstrativo da avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício anterior;

III - Demonstrativo III – Metas Fiscais Anuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores;

IV - Demonstrativo IV - Evolução do patrimônio líquido;

V - Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos recursos obtidos com a Alienação de Ativos;

VI - Demonstrativo VI - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;

VII - Demonstrativo VII – Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;

VIII - Demonstrativo VIII – Prioridades e Metas;

IX - Demonstrativo IX – Riscos Fiscais e Providências;

X - Demonstrativo X – Priorização de Recursos para Obras em Andamento e Conservação do Patrimônio Público.

XI - Anexo I - Memória de Cálculo das Metas Fiscais da Receita;

XII - Anexo II - Memória de cálculo das Metas Fiscais da Despesa;

XIII - Anexo III - Memória de cálculo das Metas Fiscais de Resultado Primário;

XIV - Anexo IV - Memória de cálculo das Metas Fiscais de Resultado Nominal;

XV - Anexo V - Memória de cálculo das Metas Fiscais de Montante da Dívida;

Art. 3º As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2018 são aquelas definidas e demonstradas nos Demonstrativos de que trata o art. 2º desta lei.

Art. 4º Na elaboração da proposta orçamentária para 2018, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas estabelecidas nesta lei e identificadas no Demonstrativo VIII, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

III. DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO ORÇAMENTO

Art. 5º Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II - ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;

III - atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;

IV - projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

V - operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI - unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII - receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

VIII - execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

IX - execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa,

inclusive sua inscrição em restos a pagar;
X - execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica e indicação das fontes de financiamento na forma das Portarias STN nº 840/2016 e Conjunta STN/SOF nº 1/2014.

§ 2º A categoria de programação de trata o art. 167, VI da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 6º O orçamento para o exercício financeiro de 2018 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo e seus Fundos, e será estruturado em conformidade com a configuração Organizacional da Prefeitura.

§ 1º Os orçamentos do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, Fundo Municipal da Infância e da Adolescência - FIA e Fundo Municipal da Habitação – FMH integrarão o orçamento do Poder Executivo como órgãos e unidades orçamentárias, respeitados na fixação de suas despesas aquelas estabelecidas na legislação em vigor.

§ 2º O orçamento do Fundo Municipal de Saúde – FMS integrará o orçamento do Poder Executivo como Unidade Gestora, respeitadas na fixação de suas despesas aquelas estabelecidas na legislação em vigor.

Art. 7º A Lei Orçamentária para 2018 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas aos Orçamentos Fiscal (F) e da Seguridade Social (S), desdobradas as despesas por função, subfunção, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº 42/1999, Interministerial nº 163/2001, Portaria STN nº 840/2016, e Portaria Conjunta STN/SOF nº 1/2014, na forma dos seguintes Anexos:

I - Demonstrativo da receita e despesa, segundo as categorias econômicas (anexo 1 da Lei 4.320/64);

II - Demonstrativo da receita, segundo as categorias econômicas (anexo 2 da Lei 4.320/64);

III - Resumo geral da despesa, segundo as categorias econômicas (anexo 2 da Lei 4.320/64);

IV - Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação em cada Unidade Orçamentária (anexo 3 da Lei 4.320/64);

V - Programa de trabalho (anexo 6 da Lei 4.320/64);

VI - Programa de Trabalho Consolidado (anexo 7, da Lei 4.320/64);

VII - Demonstrativo da despesa por funções, subfunções e programas, conforme o vínculo com os recursos (anexo 8 da Lei 4.320/64);

VIII - Demonstrativo da despesa por órgãos e funções (anexo 9 da Lei 4.320/64);

IX - Demonstrativo da evolução da receita por fontes (art. 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal);

X - Demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita (art. 14 da LRF);

XI - Demonstrativo da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado (art. 5º, II da LRF);

XII - Demonstrativo da evolução da despesa no mínimo por categoria econômica (art. 22 da Lei 4.320/64);

XIII - Demonstrativo dos riscos fiscais (art. 5º, III);

XIV - Demonstrativo da origem e aplicação dos recursos derivados

da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público (art. 44 da LRF);

XV - Demonstrativo da apuração do resultado primário e nominal previstos (art. 4º, § 1º e 9º da LRF);

XVI - Demonstrativo da origem e destinação dos recursos (art. 8º e 50, I da LRF).

Parágrafo único - Para efeito desta lei, entende-se por Unidade Gestora Central, a Prefeitura, e por Unidade Gestora, as Entidades com Orçamento e Contabilidade própria.

Art. 8º A mensagem de encaminhamento da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2018 conterà o disposto no inciso I, art. 22 da Lei 4.320/64.

IV. AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 9º Os Orçamentos para o exercício de 2018 e as suas execuções, obedecerão entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo (art. 1º, § 1º, 4º, I, "a", 50, I e 48 da LRF).

Art. 10 O Poder Legislativo Municipal terá como limites das despesas correntes e de capital o previsto no art. 29-A da Constituição Federal.

Art. 11 Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2018 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios (art. 12 da LRF).

Art. 12 Se a receita estimada para 2018, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar do Executivo Municipal a sua alteração e a conseq-ente adequação do orçamento da despesa.

Art. 13 Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observado a destinação de recursos, nas seguintes dotações abaixo (art. 9º da LRF):

I - Contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;

II - Obras em geral, desde que ainda não iniciadas, e aquisição de equipamentos, veículos e máquinas;

III - Dotação para combustíveis destinada a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura; e

IV - Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo único - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da Unidade Gestora, observada a vinculação da destinação de recursos.

Art. 14 A compensação de que trata o artigo 17, § 2º da Lei Complementar nº 101/2000, quando da criação ou aumento de Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão prevista no Anexo XII da LOA, observado o limite das respectivas dotações

e o limite de gastos estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 4º, § 2º da LRF)

Art. 15 Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Demonstrativo IX desta Lei (art. 4º, § 3º da LRF).

§ 1º Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2017.

§ 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara, propondo anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

Art. 16 Os orçamentos para o exercício de 2018 destinarão recursos para a Reserva de Contingência, exclusivamente, de recursos da destinação "00" - Ordinários do orçamento fiscal e não superiores a 2% e não inferiores a 0,01% da Receita Corrente Líquida prevista para o mesmo exercício (art. 5º, III da LRF).

§ 1º Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e também para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme disposto na Portaria MPO nº 42/99, art. 5º, Portaria STN nº 163/2001, art. 8º e demonstrativo de riscos fiscais no Demonstrativo IX (art. 5º, III, "b" da LRF).

§ 2º Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 10 de dezembro de 2018, poderão, excepcionalmente, ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares para reforço de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 17 Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual (art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 18 O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual: o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa (art. 8º, 9º e 13 da LRF).

Art. 19 Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2018 com dotações vinculadas a destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido (art. 8º, § único e 50, I da LRF).

Parágrafo único - Os recursos oriundos de transferências voluntárias não previstos nos orçamentos da receita ou a apuração do excesso de arrecadação de que trata o art. 43, § 3º da Lei 4.320/64 será realizado em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

Art. 20 A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2018, constante do Demonstrativo VI desta lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita (art. 4º, § 2º, V e 14, I da LRF).

Art. 21 A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, saúde, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização na própria lei orçamentária ou em lei específica (art. 4º, I, "f" e 26 da LRF).

Parágrafo único - As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo que dispuser a legislação municipal, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade e controle interno (art. 70, parágrafo único da CF).

Art. 22 Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2018, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação, fixado no item I do art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado (art. 16, § 3º da LRF).

Art. 23 As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito (art. 45 da LRF).

Parágrafo único - As obras em andamento e os custos programados para conservação do patrimônio público estão demonstrados no Demonstrativo X desta lei (art. 45, parágrafo único da LRF).

Art. 24 Despesas de competência de outros Entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária (art. 62 da LRF).

Art. 25 A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2018 a preços correntes.

Art. 26 A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001.

Parágrafo único - A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Unidade Gestora, não poderá ultrapassar 25% do total da despesa e será autorizado por Lei e executado por Decreto (art. 167, VI da Constituição Federal combinado com art. 120, § 8º, I da Constituição Estadual).

Art. 27 Durante a execução orçamentária de 2018, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2018 e constantes desta lei (art. 167, I da CF).

Art. 28 Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais será feita de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas desenvolvidos pelo Poder Público Municipal, conforme trata a Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 4º, I, "e" e 50, § 3º da LRF).

Art. 29 Os programas priorizados por esta lei, extraídos do Plano Plurianual, e contemplados na Lei Orçamentária para 2018, serão desdobrados em metas quadrimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara até o final dos meses de maio,

setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar gastos e cumprimento das metas físicas estabelecidas (art. 4º, I, "e" e 9º, § 4º da LRF).

Art. 30 Para fins do disposto no art. 165, § 8º da Constituição Federal, considera-se crédito suplementar a criação de Grupo de Natureza de Despesa em categoria de programação ou a elevação do crédito orçamentário fixado na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, excluído deste último o remanejamento realizado dentro da mesma categoria de programação.

V. DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 31 A Lei Orçamentária de 2018 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento à Despesas de Capital, observado o limite de endividamento de 50% das receitas correntes líquidas apuradas até o segundo mês imediatamente anterior à assinatura do contrato, na forma estabelecida na LC 101/2000 (art.s 30, 31 e 32 da LRF).

Art. 32 A contratação de operações de crédito dependerá de existência de prévia e expressa autorização para a contratação, no texto da lei orçamentária, em créditos adicionais ou lei específica (art. 32, § 1º, I da LRF).

Art. 33 Ultrapassado o limite de endividamento, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no art. 12 desta lei. (art. 31, § 1º, II da LRF)

VI. DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 34 O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2018, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 169, § 1º, II da CF).

§ 1º Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2018 ou em créditos adicionais.

§ 2º Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 22, § único, V da LRF).

Art. 35 O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 19 e 20 da LRF).

- I - eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- II - eliminação das despesas com horas extras.
- III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 36 Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o art. 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Erval Velho, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de

terceiros.

Parágrafo único - Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 – outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização".

VII. DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 37 O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subseq-entes (art. 14 da LRF).

Parágrafo único - O Executivo Municipal, autorizado em Lei, poderá conceder benefício fiscal aos contribuintes que pagarem seus tributos em parcela única e/ou no prazo de vencimento, ou ainda em dia com suas obrigações tributárias, devendo, nestes casos, ser considerado nos cálculos do orçamento da receita.

Art. 38 Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no art. 14 da LRF (art. 14, § 3º da LRF).

Art. 39 O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente (art. 14, § 2º da LRF).

VIII. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 40 O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15/12/2017.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no caput deste artigo.

§ 2º Se a lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o início do exercício financeiro de 2018, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 das dotações da proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

Art. 41 Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência de tesouraria, conforme disposto no art. 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 42 Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subseq-ente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 43 O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, durante o exercício de 2018.

Art. 44 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina,
em 02 de outubro de 2017.
Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei nesta Secretaria, em 02 de outubro de 2017.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

LEI COMPLEMENTAR 077/2017

LEI COMPLEMENTAR Nº 077, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017.

ALTERA DISPOSITIVO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 27 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2009 - CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL, COM AS ALTERAÇÕES POSTERIORES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho – Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e fica por mim sancionada a seguinte Lei Complementar:

Artigo 1º - Os subitens 1.03, 1.04, 7.14, 11.02, 13.04, 14.05, 16.01 e 25.02, da Lista de Serviços constantes no Anexo 1 da Lei Complementar nº 27/2009, passam a ter as seguintes redações:

1.03 – Processamento, armazenamento ou hospedagem de dados, textos, imagens, vídeos, páginas eletrônicas, aplicativos e sistemas de informações, entre outros formatos, e congêneres.

1.04 – Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos, independentemente da arquitetura construtiva da máquina em que o programa será executado, incluindo tablets, smartphones e congêneres.

7.14 – Florestamento, reflorestamento, semeadura adubação, reparação de solo, plantios, silagem, colheita, corte e descacamento de árvore, silvicultura, exploração florestal e dos serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas, para quaisquer fins e por quaisquer meios.

11.02 – Vigilância, segurança ou monitoramento de bens, pessoas e semoventes.

13.04 – Composição gráfica, inclusive confecção de impressos gráficos, fotocomposição, clichêria, zincografia, fotolitografia, exceto se destinados a posterior operação de comercialização ou industrialização, ainda que incorporados, de qualquer forma, a outra mercadoria que deva ser objeto de posterior circulação, tais como bulas, rótulos, etiquetas, caixas, cartuchos, embalagens e manuais técnicos e de instrução, quando ficarão sujeitos ao ICMS.

14.05 – Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, plastificação, costura, acabamento,

polimento, e congêneres de objetos quaisquer.

16.01 – Serviços de transporte coletivo municipal rodoviário e por outros meios, de passageiros.

25.02 – Translado intramunicipal e cremação de corpos e partes dos corpos cadavéricos.

Artigo 2º - A lista de serviços instituídas pelo Anexo I da Lei Complementar nº 27/2009 de 13 de dezembro de 2009 que fica acrescentadas do subitens 1.09, 6.06, 14.14, 16.02, 17.24 e 25.05, a vigorar com as seguintes redações:

1.09 – Disponibilização, sem cessão definitiva, de conteúdos de áudio, vídeo, imagem e texto por meio da internet, respeitada a imunidade de livros, jornais e periódicos (exceto a distribuição de conteúdo pelos prestadores de Serviços de Acesso Condicionado, de que trata a Lei nº 12.485 de 12 de setembro de 2011), sujeita ao ICMS.

6.06 – Aplicação de tatuagens, piercings e congêneres.

14.14 – Guincho intramunicipal, guindaste e içamento.

16.02 – Outros serviços de transporte de natureza municipal.

17.24 – Inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade, em qualquer meio (exceto em livros, jornais, periódicos e nas modalidades de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita).

25.05 – Cessão de Uso de espaços em cemitério para sepultamento.

Artigo 3º - O artigo 60 da Lei Complementar nº 27/2009 passa a vigorar com as seguintes alterações:

Artigo 60 - O serviço considera-se prestado e o imposto devido no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses abaixo relacionadas, quando o imposto será devido no local da prestação do serviço:

I - do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, na hipótese do § 3º do artigo 58 desta Lei Complementar;

II - da instalação dos andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas, no caso dos serviços descritos no subitem 3.04 da Lista de Serviços;

III - da execução da obra, no caso dos serviços descritos no subitem 7.02 e 7.17 da Lista de Serviços;

IV - da demolição, no caso dos serviços descritos no subitem 7.04 da Lista de Serviços;

V - das edificações em geral, estradas, pontes e congêneres, no

caso dos serviços descritos no subitem 7.05 da Lista de Serviços;

VI - da execução da varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer, no caso dos serviços descritos no subitem 7.09 da Lista de Serviços;

VII - da execução da limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.10 da Lista de Serviços;

VIII - da execução da decoração e jardinagem, do corte e poda de árvores, no caso dos serviços descritos no subitem 7.11 da Lista de Serviços;

IX - do controle e tratamento do efluente de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos, no caso dos serviços descritos no subitem 7.12 da Lista de Serviços;

X - do florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.14 da Lista de Serviços;

XI - da execução dos serviços de escoramento, contenção de encostas e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.15 da Lista de Serviços;

XII - da limpeza e dragagem, no caso dos serviços descritos no subitem 7.16 da Lista de Serviços;

XIII - onde o bem estiver guardado ou estacionado, no caso dos serviços descritos no subitem 11.01 da Lista de Serviços;

XIV - dos bens ou do domicílio das pessoas vigiados, segurados ou monitorados, no caso dos serviços descritos no subitem 11.02 da Lista de Serviços;

XV - do armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda do bem, no caso dos serviços descritos no subitem 11.04 da Lista de Serviços;

XVI - da execução dos serviços de diversão, lazer, entretenimento e congêneres, no caso dos serviços descritos nos subitens do item 12, exceto o 12.13, da Lista de Serviços;

XVII - do Município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos pelo subitem 16.01 da Lista de Serviços;

XVIII - do estabelecimento do tomador da mão-de-obra ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.05 da Lista de Serviços;

XIX - da feira, exposição, congresso ou congêneres a que se referir o planejamento, organização e administração, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.09 da Lista de Serviços;

XX - do aeroporto, ferroporto, terminal rodoviário, ferroviário ou metroviário, no caso dos serviços descritos pelo item 20 da Lista de Serviços.

§ 1º No caso dos serviços a que se referem os subitens 3.04 e 22.01 da Lista de Serviços, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto ao Município em relação a extensão no seu território:

I - da ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza, objetos de locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não;

II - da rodovia explorada.

Artigo 4º - Os parágrafos 1º e 2º do artigo 60 da Lei Complementar 27/2009 ficam renumerados para parágrafos 2º e 3º respectivamente.

Artigo 5º - Os subitens da Lista de Serviços instituída pelos artigos 1º e 2º da presente Lei, passam a vigor com alíquotas de 3% (três por cento).

Artigo 6º - O artigo 5º da Lei Complementar nº 27/2009, passa a vigor com o seguinte acréscimo:

Art. 5º -

(...)

VI – Taxa de Vistoria de Acessibilidade.

Artigo 7º - Os artigos 63 e 64 da Lei Complementar nº 27/2009 passam a ter a seguinte redação:

Artigo 63 - O Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza não será objeto de concessão de isenções, incentivos ou benefícios tributários ou financeiros, inclusive de redução de base de cálculo ou de crédito presumido ou outorgado, ou sob qualquer outra forma que resulte, direta ou indiretamente, em carga tributária menor do que a decorrente da aplicação das alíquotas previstas.

Artigo 64 - O vencimento do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza se dará no dia 10 de cada mês subsequente ao mês em que ocorreu o fato gerador.

Artigo 8º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a consolidação do texto da presente Lei com o texto e Anexos do Código Tributário Municipal.

Artigo 9º - Esta Lei Complementar entra em vigor no exercício financeiro do ano de 2018 e após 90 (noventa) dias da data da publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, SC,
em 10 de outubro de 2017.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei nesta Secretaria, em 10 de outubro de 2017.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 3378/2017

PORTARIA 3378, de 02 de outubro de 2017.

Concede férias a servidor que especifica e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no artigo 64, da Lei Complementar n. 007, de 28 de dezembro de 2001.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias ao servidor abaixo mencionado pelo período de 30 (trinta) dias, a contar de 02 a 31 de outubro de 2017, conforme respectivo período aquisitivo:

Nome	Cargo	Período Aquisitivo		
Valdemar Pereira dos Santos	Operador de Máquinas	11/06/2016	A	10/06/2017

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC,
em 02 de outubro de 2017.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 3379/2017

PORTARIA 3379, de 03 de outubro de 2017.

Nomeia Comissão Permanente de Licitações e Registros Cadastrais e dá outras providências.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquela contida no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal em consonância com a Lei de Licitações,

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam nomeados os servidores abaixo relacionados para comporem a Comissão Permanente de Licitações e Registros Cadastrais da Prefeitura Municipal de Erval Velho:

Titulares:

Gizelle Fornari – Presidente
Christian Andrei Conte - Secretário
Djalmo de Andrade - Membro

Suplentes:

Adriana Galhotto dos Santos
Alduir Antonio Mocelin
Marília Dorini

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC,
em 03 de outubro de 2017.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 3380/2017

PORTARIA 3380, de 04 de outubro de 2017.

Exonera Servidor Contratado em Caráter Temporário e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar a pedido o Senhor FRANKLIN VERÍSSIMO DE MELO FILHO, contratado temporariamente no cargo de Médico, conforme Portaria n. 3350, de 08 de junho de 2017.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, SC,
em 04 de outubro de 2017.
Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 3381/2017

PORTARIA 3381, de 05 de outubro de 2017.

DESIGNA SERVIDOR PARA RESPONDER PELA TESOUREARIA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso de suas atribuições e especialmente aquelas contidas no Inciso XXVI do Art. 85 da Lei Orgânica Municipal, de acordo com o artigo 22 e parágrafos da Lei 020, de 08 de abril de 2009.

RESOLVE:

Art.1º. Designar a servidora EDEUNILSE FIORESE PRATTO, brasileira, casada, ocupante do cargo de Técnico em Tesouraria, nível 08, classe C, do Quadro de Pessoal do Município de Erval Velho para responder concomitantemente pela Tesouraria do Fundo Municipal de Saúde do Município.

Art.2º. Fica concedida de acordo com o Art. 23 da Lei Complementar 020 de 08 de abril de 2009 a gratificação de 50%(cinquenta por cento) sobre o valor de seu vencimento base, sendo esta vantagem não incorporável, bem como não servirá de cálculo de qualquer outra vantagem, exceto gratificação natalina e férias.

Art.3º. A gratificação de que trata o art. 1º terá início sobre o vencimento do mês de outubro de 2017, e será pelo tempo em que a mesma estiver respondendo concomitantemente pela Tesouraria da Prefeitura e do Fundo Municipal de Saúde.

Art.4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de outubro de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC,
em 05 de outubro de 2017.
Walter Kleber kucher Junior
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 3382/2017

PORTARIA 3382, de 10 de outubro de 2017.

Cessa efeitos da Portaria nº 3360 e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquela contida no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art.1º. Cessar efeitos da Portaria nº 3360, de 13 de julho de 2017, que designava a servidora ALESSANDRA TONIAL, para desempenhar concomitantemente a função de Técnico em Tributos Municipais.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de outubro de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, SC,
em 10 de outubro de 2017.
Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 3383/2017

PORTARIA 3383, de 10 de outubro de 2017.

DESIGNA SERVIDOR PARA DESEMPENHAR FUNÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso de suas atribuições e especialmente aquelas contidas no Inciso XXVI do Art. 85 da Lei Orgânica Municipal, de acordo com o artigo 22 e parágrafos da Lei 020, de 08 de abril de 2009,

RESOLVE:

Art.1º. Designar o servidor CRISTIAN TONIAL ANACLETO, brasileiro, solteiro, ocupante do cargo de Técnico em Informática, nível 06, classe B, do Quadro de Pessoal do Município de Erval Velho para desempenhar concomitantemente as funções de Técnico em Informática, as funções de Serviços de Atendimento ao Consumidor – PROCON e de Técnico em Tributos Municipais.

Art.2º. Em virtude da acumulação de funções fica concedida de acordo com o Art. 23 da Lei Complementar 020 de 08 de abril de 2009 a gratificação de 50% (cinquenta por cento) sobre o vencimento base do cargo efetivo do servidor, sendo esta vantagem não incorporável, bem como não servirá de cálculo de qualquer outra vantagem, exceto gratificação natalina e férias.

Art.3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de outubro de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC,
em 10 de outubro de 2017.
Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal
Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

Formosa do Sul

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL N.º 4305/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO SUL

DECRETO MUNICIPAL N.º 4305, DE 13 DE OUTUBRO DE 2017.

“CONCEDE ADICIONAL DE TITULAÇÃO A SERVIDOR (A) PÚBLICO (A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

RUDIMAR CONTE, Prefeito Municipal de Formosa do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 71, Inciso XXIV da Lei Orgânica Municipal, o Artigo 19, da Lei Complementar Municipal N.º 19, de 08 de março de 2007 e de conformidade com o Artigo 14 da Lei Complementar n.º 36, de 10 de dezembro de 2010,

DECRETA:

Art.1º Fica concedido Adicional de Titulação a servidora pública municipal, KELLY CRISTINA MARIA, ocupante do cargo de FARMACÊUTICA, 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social referente à apresentação do Certificado de Especialização, correspondente a 10% do valor do vencimento base do servidor, denominado de ADICIONAL DE ESPECIALIZAÇÃO.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de Formosa do Sul, em 13 de outubro de 2017.

RUDIMAR CONTE
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 110/2017

EXTRATO CONTRATUAL Nº 110/2017

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA PARA ATENDER O CONVENIO COM O IGBF (ÍNDICE DE GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA)

CONTRATADO: PC INFO TELECOM EIRELI - ME
VALOR: R\$ 4.620,00 (quatro mil seiscentos e vinte reais)
Vigência: Início: 13/10/2017 Término: 31/12/2017
Licitação: Processo Administrativo Nº.: 58/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 28/2017

Formosa Do Sul, 13 de Outubro de 2017
RUDIMAR CONTE
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 111/2017

EXTRATO CONTRATUAL Nº 111/2017

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA PARA ATENDER O CONVENIO COM O IGBF (ÍNDICE DE GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA)

CONTRATADO: MB CATARINENSE LTDA - ME
VALOR: R\$ 11.410,00 (onze mil quatrocentos e dez reais)
Vigência: Início: 13/10/2017 Término: 31/12/2017
Licitação: Processo Administrativo Nº.: 58/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 28/2017

Formosa Do Sul, 13 de Outubro de 2017
RUDIMAR CONTE
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 112/2017

EXTRATO CONTRATUAL Nº 112/2017

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA PARA ATENDER O CONVENIO COM O IGBF (ÍNDICE DE GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA)

CONTRATADO: TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA - EPP
VALOR: R\$ 8.213,00 (oito mil duzentos e treze reais)
Vigência: Início: 13/10/2017 Término: 31/12/2017
Licitação: Processo Administrativo Nº.: 58/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 28/2017

Formosa Do Sul, 13 de Outubro de 2017
RUDIMAR CONTE
PREFEITO MUNICIPAL

OFÍCIO N.º 026/2017 - AGRICULTURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO SUL

OF. N.º 026/2017

FORMOSA DO SUL, 13 de outubro de 2017.

Vimos, através deste, informar que os produtores rurais abaixo relacionados tiveram suas inscrições canceladas junto a SECRETARIA DA FAZENDA.

O motivo do cancelamento é inatividade ou por não residirem mais no município de Formosa do Sul (SC) à mais de 05 (cinco)anos. Segue a relação dos Produtores Rurais:

Adair Diniz
Ademir Gomes
Lidia Dozziatti
Alda Corioletti Ferronato
Alteniro Rodrigues Dinis
Classi Ana Toazza
Gonçalo Nogueira
Ivan Dalla Riva
Jaime Eberle
Gilmar Escolastica
Oneide Salete Gris

Valdir Sutil dos Santos
Ademar Sotille
Marilto Luiz Grando
Paulo Althaus
Salete Siqueira
Clecy Maria Reck De Cesaro
Eduardo Sutil dos Santos
Elias Junior Sontag
Fausto Novakoski
Lidio de Cesaro
Leandrino dos Santos
Moacir Gomes
Nelso José Zardo
Sadi Dal Piva
José Antonio Patinho
Maria dos Santos
Angelo Luza
Genesio Simionatto
Germano Alban
João Marques
Maicon Augusto Conte
Soeli de Marchi
Sueli Gandolfi
Pedro Prymel
Adelino Gnoatto
Adriana Garcia Ferrarez
Alcir Benancio
Antenor dos Santos
Claicir Marcos Vila
Closmar Darci Rosa da Silva
Juvelino Zanluchi
Lirio Antonio Coldebella
Lucia Benancio
Ordilei Luchetta
Daniel Rigon
Maximino Spagnollo
Valderia Novello
Acildo Werner
Alceu Giroto
Erlei Bortolini
Jandir Frare
Marines Bonimberg
Santina Gonçalves
Tereza Fernandes de Oliveira Rocha
Antonio Zotis
Ivanio Jose Prior
Nereu de Azeredo
Tercilio Lagni
Arnaldo Pereira da Silva
Ademir Luiz Zotis
Maurilia Daros da Conceição
Germano Maliski
Itacir Prigoli
Pedro Bevilacqua
Carla Alessandra Belão Farina
Adelir Moro
Vitor Luiz Milan
Valdemar Lorensese
Pedro Novelo
Jose Zanella
Jose Silvio Spagnol

Atenciosamente,

Suzieli Pavão
Aux. Adm
AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Forquilha

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 01/FMA/2017 – REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/FMA/2017

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 01/2017 FMA - Ata do Sistema de Registro de Preços 03/2017 – FMA - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRAR PREÇO para a aquisição de "sementes de aveia e azevem", para incentivo dos agricultores no melhoramento da qualidade na área rural, pastagem para animais e recuperação de solos com adubação verde, no município de Forquilha/SC, durante o período de 12 meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.FORQUILHINHA.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 12/04/2018
3ª Publicação

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 26/PMF/2017 – REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/PMF/2017

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 43/2017- PMF - Ata do Sistema de Registro de Preços 26/2017 – PMF - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRAR PREÇO para a aquisição de peças diversas para reposição e manutenção da frota e serviços de mão de obra de máquinas pesadas do Município de Forquilha/SC, para futuras aquisições.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.FORQUILHINHA.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 10/04/2018
3ª Publicação

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 27/PMF/2017 – REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/PMF/2017

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 44/2017- PMF - Ata do Sistema de Registro de Preços 27/2017 – PMF - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRAR PREÇO para a aquisição de material de comunicação visual para atendimento a diversas secretarias e fundos do

Município de Forquilha/SC, para futuras aquisições.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.FORQUILHINHA.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 11/04/2018
3ª Publicação

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 28/PMF/2017 – REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/PMF/2017

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 37/2017- PMF - Ata do Sistema de Registro de Preços 28/2017 – PMF - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRAR PREÇO através de empresa especializada, para prestar serviços de limpeza e segurança noturna e diurna para atendimento de eventos da administração municipal de Forquilha/SC.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.FORQUILHINHA.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 13/04/2018
3ª Publicação

DECRETO Nº. 176 DE 13 DE OUTUBRO DE 2017.

DECRETO Nº. 176 DE 13 DE OUTUBRO DE 2017.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

DIMAS KAMMER, Prefeito Municipal de Forquilha, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 51, incisos I e XXIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o artigo 13, inciso I e IV da Lei Municipal nº 2.225 de 29 de dezembro de 2016; DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento da entidade Prefeitura Municipal de Forquilha, do exercício de 2017, no valor de R\$ 67.347,01 (sessenta e sete mil, trezentos e quarenta e sete reais, um centavo), distribuídos nas seguintes contas:

Órgão 04 – Secretaria de Administração e Finanças
2.011–Manutenção e Assistência Financeira de Convênios Entidades
252 – 3390.00.03.00 – Aplicações Diretas
.....R\$ 12.347,01

Órgão 08 – Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo
2.039 – Manutenção da Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo
146 – 3190.00.01.00 – Aplicações Diretas
.....R\$ 55.000,00
TOTAL
.....R\$ 67.347,01

Art. 2º - Para atender aos créditos de que trata o art. 1º, será utilizada como fonte de recursos, na dotação 252, será suplementado pelo superávit financeiro apurado no exercício de 2016, conforme saldo da conta nº 30.887-0, do Banco do Brasil S/A e na dotação 146 será realizada a anulação da dotação abaixo:

Órgão 08 – Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo
2.039 – Manutenção da Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo
148 – 3390.00.01.00 – Aplicações Diretas
.....R\$ 55.000,00
TOTAL
.....R\$ 67.347,01

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.
Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 13 de outubro de 2017.
DIMAS KAMER
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 13 de outubro de 2017.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Secretário de Administração e Finanças

PUBLICAÇÃO 2013 A 2016

PUBLICAÇÃO 2013 a 2016

O Secretário de Administração e Finanças do Município de Forquilha/SC, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no Art. 142 do Código Tributário Nacional, pelo presente, NOTIFICA os contribuintes abaixo relacionados, que encontram-se em local incerto e não sabido e que recusaram o recebimento, da presente constituição de crédito tributário, pelos lançamentos do Imposto Predial Territorial Urbano – IPTU, Certidão Negativa de Débito, Contribuição de Melhoria, e constituição de crédito não tributário, pelo lançamento de Serviços de Assistência Médico Hospitalar e Laboratorial ou Operadora de Plano de Saúde e de Fundo Rotativo Habitacional, referentes aos exercícios fiscais de 2013 a 2016.

A presente notificação tem prazo de 30 (trinta) dias para que seja efetuado o pagamento abaixo discriminado, ou para que apresente defesa formal. Em acordo com a Lei Municipal 494/98, art. 467, a não observância pelo contribuinte do prazo de pagamento sujeitará o mesmo ao recolhimento da correção monetária, multa e juros, resultando em protesto em cartório e /ou execução fiscal.

Nº NOTIF.	DT GERAÇÃO	VALOR NOTIF.	NOME DO CONTRIBUINTE	OBJETO DE NOTIFICAÇÃO	DÍVIDAS CONTIDAS
33835	06/10/2017	776,83	DORVAL ROSA	IMÓVEL: 1386	IPTU, CND
33836	06/10/2017	494,86	JOSÉ DELFINO	IMÓVEL: 3582	IPTU
33837	06/10/2017	226,81	ANTONIO CARLOS NUNES	IMÓVEL: 2608	IPTU
33838	06/10/2017	7.268,13	JUANIVAL RODRIGUES GOMES	IMÓVEL: 10213	IPTU, FRH, CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA
33839	06/10/2017	6.369,96	VANDERLEI CANDIDO	IMÓVEL: 26266	IPTU, FRH, CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA
33840	06/10/2017	563,98	IVO ROCHA	IMÓVEL: 10380	IPTU
33843	06/10/2017	198,42	OSVALDO JOÃO CORREA	IMÓVEL: 17173	FRH
33844	06/10/2017	3.008,48	MARCELO TEZA	IMÓVEL: 3496	FRH
33846	06/10/2017	858,06	MANOEL JUSTINO	IMÓVEL: 15611	IPTU
33847	06/10/2017	1.696,36	ROSA MARIA CRISPIM DA CUNHA	CONTRIBUINTE: 136917	SERVIÇOS MÉDICOS

Forquilha/SC, 11 de Outubro de 2017.

Ademir Brandieli Pedro
Secretário de Administração e Finanças

RETIFICAÇÃO DO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 08/FMS/2017**RETIFICAÇÃO DO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 08/FMS/2017**

O Poder Executivo do Município de Forquilha, no uso das atribuições legais, vem por meio desta publicação legal, retificar o Processo de Chamamento Público nº. 08/FMS/2017 para credenciamento e habilitação de interessados com objetivo de prestar de serviços de assistência à saúde, por meio de consultas de especialidades. Tal assistência deverá atender a população do município de Forquilha/SC, durante o exercício de 2017.

Devido a demanda observada no decorrer do exercício vigente, segue a seguinte alteração:

Onde se lê:

Especialidade	Quantidade	Valor unitário	Valor total
Consulta em Cirurgia Geral - Pequenas Cirurgias	400	R\$ 70,00	R\$ 28.000,00

Leia-se:

Especialidade	Quantidade	Valor unitário	Valor total
Consulta em Cirurgia Geral - Pequenas Cirurgias	500	R\$ 70,00	R\$ 35.000,00

Feita as retificações acima, ficam todos notificados para os fins legais e de direito, na forma da lei vigente.

Forquilha/SC, 13 de outubro de 2017.

VALDECIR TISCOSKI

Presidente da Comissão de Licitação

Fraiburgo

PREFEITURA

EXTRATO 021-2017 - PMF

EXTRATO DE EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 021 DE 16 DE OUTUBRO DE 2017.

A PREFEITA MUNICIPAL DE FRAIBURGO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, FAZ SABER que encontram-se abertas as inscrições para o Processo Seletivo para Contratação em Caráter Temporário - ACT, para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público, para as funções públicas de Auxiliar de Alimentação e Nutrição, Agente de Serviços Gerais, Auxiliar Educacional – Educação Infantil e Ensino Fundamental, Coordenador Pedagógico, Professor de Educação Infantil, Ensino Fundamental - Anos Iniciais, Atendimento Educacional Especializado – AEE, Artes, Ciências e Programas de Saúde, Educação Física, Filosofia ou Teologia, Geografia, História, Intérprete de Libras, Língua Inglesa, Língua Portuguesa e Matemática. O preenchimento de vagas será para o ano de 2018, podendo ser prorrogado, em conformidade com a Lei Municipal nº 186/2016 e 187/2016. As inscrições serão realizadas via Internet, no endereço eletrônico http://fraiburgo2017_seletivo.fepese.org.br/, no período compreendido entre às 12 horas de 16 de outubro de 2017 às 15 horas do dia 16 de novembro de 2017. A íntegra do Edital estará disponível na internet no site "www.fraiburgo.sc.gov.br". Outras informações junto a Prefeitura Municipal de Fraiburgo, pelo fone (49) 3256-3059 ou junto a FEPESE, pelo fone (48) 3953-1000.

Fraiburgo, 16 de outubro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal.

Garopaba

PREFEITURA

PORTARIA N.º 1235/2017.

PORTARIA N.º 1235, DE 11 DE OUTUBRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. EXONERAR, a pedido, nos termos do art. 55, da Lei Municipal n.º 1000/2005, FRANKLIN WARSCHAWSKI, CPF n.º 534.582.730-34, do cargo de SERVENTE, do quadro de provimento efetivo da Prefeitura Municipal de Garopaba, em 06/10/2017.

Art. 2º. Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 54, inciso I, da Lei n.º 1000/2005.

Art. 3º. Esta Portaria tem seus efeitos a contar de 06/10/2017.

Garopaba, 11 de outubro de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 16/10/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Gaspar

PREFEITURA

AVISO DE ADITIVO AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 82/2017

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 168/2017

AVISO DE ADITIVO AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 82/2017

Objeto: Registro de preços para futuras aquisições de componentes mecânicos. O Município de Gaspar torna público que efetivou ALTERAÇÕES no Edital de Licitação. DISPONDO também de NOVA DATA E HORÁRIO para recebimento dos envelopes e abertura da licitação, sendo dia 31/10/2017 às 9h, no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Gaspar. Íntegra do ADITIVO no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Gaspar, na Rua São Pedro, nº 128 - Centro, (2º Andar) ou no site: www.gaspar.sc.gov.br.

Gaspar (SC), 13 de outubro de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal

no Edifício Edson Elias Wieser, ao lado da sede da Prefeitura. ABER-TURA a partir das 09hs30min, do mesmo dia e local. Íntegra do Edital no site: www.gaspar.sc.gov.br.

Gaspar (SC), 13/10/2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 7.710, DE 03 DE OUTUBRO DE 2017

DECRETO Nº 7.710, DE 03 DE OUTUBRO DE 2017.

ANULA E SUPLEMENTA SALDOS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, conforme autorizado pela Lei Municipal nº 3.744, de 24 de novembro de 2016, artigo 6º, incisos II, V e VI,

DECRETA:

Art. 1º Ficam anulados os seguintes saldos de dotações constantes do orçamento vigente na Secretaria Municipal de Educação:

Órgão: 04 Secretaria Municipal de Educação	
Unidade: 06 Educação Infantil	
Função: 12 Educação	
Subfunção: 365 Educação Infantil	
Programa: 0009 Gestão de Educação Infantil	
Atividade: 2038 Manutenção da Educação Infantil	
Dotação: 73 3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 120.000,00
Unidade: 07 Educação Fundamental	
Função: 12 Educação	
Subfunção: 361 Ensino Fundamental	
Programa: 0010 Gestão de Educação de Ensino Fundamental	
Atividade: 2042 Manutenção da Educação Fundamental	
Dotação: 93 3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 80.000,00
Dotação: 94 3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 485.000,00

Art. 2º Por conta da anulação do artigo anterior ficam suplementados, nos valores indicados, os seguintes saldos de dotações do orçamento vigente na Secretaria Municipal de Educação:

Órgão: 04 Secretaria Municipal de Educação	
Unidade: 06 Educação Infantil	
Função: 12 Educação	
Subfunção: 365 Educação Infantil	
Programa: 0009 Gestão de Educação Infantil	
Atividade: 2038 Manutenção da Educação Infantil	
Dotação: 83 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 120.000,00
Unidade: 07 Educação Fundamental	
Função: 12 Educação	
Subfunção: 361 Ensino Fundamental	
Programa: 0010 Gestão de Educação de Ensino Fundamental	
Atividade: 2042 Manutenção da Educação Fundamental	
Dotação: 102 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 80.000,00
Dotação: 95 3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 285.000,00

AVISO DE SUSPENSÃO "SINE DIE" DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 87/2017

PREFEITURA DE GASPAR/SC

Processo Administrativo nº 180/2017

Aviso de Suspensão "Sine Die" do Pregão Presencial nº 87/2017

A Prefeitura de Gaspar, torna público e para conhecimento dos interessados que o Processo Administrativo nº 180/2017, Pregão Presencial nº 87/2017, a qual tem por objeto Registro de preços para futuras aquisições de mudas de flores diversas e componentes de jardinagem, que em razão de questionamento ao edital de licitação fica SUSPENSO o presente edital para análise dos questionamentos levantados.

Gaspar (SC), 13 de outubro de 2017.

PEDRO CÂNDIDO DE SOUZA

Pregoeiro | Dec. 7.668/2017

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 102/2017

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 207/2017

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 102/2017

OBJETO: Aquisição de materiais elétricos a serem utilizados na decoração natalina do Município de Gaspar/SC. ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 09 horas do dia 26/10/2017, no Departamento de Compras e Licitações, Rua São Pedro, nº 128 - 2º Piso, localizado no Edifício Edson Elias Wieser, ao lado da sede da Prefeitura. ABER-TURA a partir das 09hs30min, do mesmo dia e local. Íntegra do Edital no site: www.gaspar.sc.gov.br.

Gaspar (SC), 13/10/2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2017

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 98/2017

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2017

OBJETO: Registro de Preços para futuras aquisições de condicionadores de ar, cortinas de ar e defletores de ar, com instalação dos equipamentos, para o Município de Gaspar/SC. ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 09hs do dia 30/10/2017, no Departamento de Compras e Licitações, Rua São Pedro, nº 128 - 2º Piso, localizado

Dotação: 103 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 200.000,00
---	----------------

Art. 3º Fica anulado o seguinte saldo de dotação constante do orçamento vigente na Secretaria Municipal de Planejamento Territorial:

Órgão: 09 Secretaria de Planejamento Territorial	
Unidade: 19 Secretaria Municipal de Planejamento Territorial	
Função: 04 Administração	
Sub-Função: 122 Administração Geral	
Programa: 0019 Construção, Manutenção e Melhoria na Infraestrutura do Município por meio da Secretaria de Planejamento Territorial	
Atividade: 2088 Manutenção das Ações da Secretaria	
Dotação: 154 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 50.000,00

Art. 4º Por conta da anulação do artigo anterior fica suplementado, no valor indicado, o seguinte saldo de dotação do orçamento vigente na Secretaria Municipal de Planejamento Territorial:

Órgão: 09 Secretaria de Planejamento Territorial	
Unidade: 19 Secretaria Municipal de Planejamento Territorial	
Função: 04 Administração	
Sub-Função: 122 Administração Geral	
Programa: 0019 Construção, Manutenção e Melhoria na Infraestrutura do Município por meio da Secretaria de Planejamento Territorial	
Atividade: 2088 Manutenção das Ações da Secretaria	
Dotação: 153 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 50.000,00

Art. 5º Ficam suplementados, por Superávit Financeiro, nos valores indicados, os saldos das seguintes dotações do orçamento vigente da Administração Direta:

Órgão: 06 Fundo Municipal de Saúde	
Unidade: 11 Fundo Municipal de Saúde	
Função: 10 Saúde	
Subfunção: 301 Atenção Básica	
Programa: 0026 Gestão do Fundo Municipal de Saúde	
Projeto: 1163 Construção e Reforma das Unidades de Saúde	
Dotação: 124 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 100.965,36
Dotação: 125 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 47.184,15

Órgão: 04 Secretaria Municipal de Educação	
Unidade: 06 Educação Infantil	
Função: 12 Educação	
Subfunção: 365 Educação Infantil	
Programa: 0009 Gestão de Educação Infantil	
Atividade: 2038 Manutenção da Educação Infantil	
Dotação: 281 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 74.000,00
Projeto: 1099 Aquisição de Material Permanente	
Dotação: 293 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 30.000,00
Unidade: 07 Educação Fundamental	
Função: 12 Educação	
Subfunção: 361 Ensino Fundamental	

Programa: 0010 Gestão de Educação de Ensino Fundamental	
Atividade: 2042 Manutenção da Educação Fundamental	
Dotação: 282 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 60.000,00
Projeto: 1177 Aquisição de Equipamento e Material Permanente	
Dotação: 292 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 100.000,00

Órgão: 11 Procuradoria Geral do Município	
Unidade: 23 Procuradoria Geral do Município	
Função: 03 Essencial à Justiça	
Subfunção: 092 Representação Judicial e Extrajudicial	
Programa: 0020 Gestão da Procuradoria do Município	
Atividade: 2100 Manutenção da Procuradoria Geral	
Dotação: 291 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 15.000,00

Art. 6º Ficam suplementados, por Excesso de Arrecadação, nos valores indicados, os saldos das seguintes dotações do orçamento vigente da Administração Direta:

Órgão: 06 Fundo Municipal de Saúde	
Unidade: 11 Fundo Municipal de Saúde	
Função: 10 Saúde	
Subfunção: 302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial	
Programa: 0026 Gestão do Fundo Municipal de Saúde	
Atividade: 2138 Ampliar, Manter e Equipar as Ações de Média e Alta Complexidade	
Dotação: 123 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 100.000,00

Órgão: 03 Secretaria Municipal da Fazenda e Gestão Administrativa	
Unidade: 15 Polícia Militar - Trânsito	
Função: 06 Segurança Pública	
Subfunção: 181 Policiamento	
Programa: 0018 Gestão em Segurança Pública - Polícia Militar em Gaspar	
Atividade: 2084 Manutenção da Polícia Militar Trânsito PM	
Dotação: 48 3.3.30.00.00.00.00.00 Transferências a Estados e ao Distrito Federal	R\$ 55.000,00

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 03 de outubro de 2017.
KLEBER EDSON WAN-DALL
Prefeito Municipal de Gaspar

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO 2/2017 B - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ORGANIZAÇÃO, PRODUÇÃO DE EVENTOS, PLANEJAMENTO E PRODUÇÃO DO CARNAVAL 2017 A SER REALIZADO NO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, INCLUINDO DENTRE OUTROS OS SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO, PALCO E ILUMINAÇÃO.

Extrato de Contrato Nº 02/2017 -B

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

PROCESSO Nº 08/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

CONTRATADA: TRANSGERASUL EVENTOS LTDA - ME

OBJETO DO CONTRATO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ORGANIZAÇÃO, PRODUÇÃO DE EVENTOS, PLANEJAMENTO E PRODUÇÃO DO CARNAVAL 2017 A SER REALIZADO NO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, INCLUINDO DENTRE OUTROS OS SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO, PALCO E ILUMINAÇÃO.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: A vigência inicia com a assinatura do contrato e tem seu término em 02 de março de 2017, ou quando se encerrar a execução do objeto.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 134.600,00 (Cento e trinta e quatro mil e seiscentos reais).

DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 23/02/2017.

Governador Celso Ramos, 23 de fevereiro de 2017.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

Grão Pará

PREFEITURA

DECRETO DF 039/2017 - ORÇAMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ ESTADO DE SANTA CATARINA

Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 000039/17 de 13 de Outubro de 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei Orgânica do Município de GRÃO PARÁ e autorização contida na Lei Municipal nº 002061/16 de 20 de Dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

03.01 - DEPARTAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO

(006)3.3.90.00.00.00.00.2.003-0000 - Aplicacoes Diretas 12.000,00

Total Suplementação: 12.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

03.01 - DEPARTAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO

(004)3.1.90.00.00.00.00.2.003-0000 - Aplicacoes Diretas 12.000,00

Total Anulação: 12.000,00

Art. 3º -

Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 13 de Outubro de 2017.

MARCIO BORBA BLASIVUS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria aos 13 de Outubro de 2017.

DIONE HEINZEN

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Página: 1/1

EXTRATO DO PROCESSO 60-2017 LEILÃO

EXTRATO DO PREOCESO DE LICITAÇÃO N.60/2017

EDITAL DE LEILÃO 1/2017 DE 04/09/2017

10174 – ADRIANO CAETANO NUNES

ITEM 2 - Inciso II da Lei 2.082/2017 Um Caminhão Basculante Ford Cargo 1722, potência de 220CV, de cor branca, de placas MHD 1312, Renavam 915417200, ano e modelo 2007, movido a diesel, integrante do Patrimônio da Prefeitura Municipal de Grão-Pará, no valor de 39.500,00 e ITEM 3 - Inciso IV da Lei 2.082/2017 Um Veículo Automóvel FIAT UNO, de cor branca, potência de 66CV, de placas MFD 1354, Renavam 968197663, ano e modelo 2008, movido a álcool/gasolina integrante do Patrimônio da Prefeitura Municipal de Grão-Pará, no valor de R\$ 4.000,00. GRÃO-PARÁ 28 de setembro de 2017.MARCIO BORBA BLASIVUS

Prefeito Municipal

Guatambú

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 96/2017

Estado de Santa Catarina
Município de Guatambu
Aviso de Licitação

O Município de Guatambu, SC, através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, de acordo com a Lei 10.520/2002, e demais normas aplicáveis.

Processo Administrativo nº.96/2017.

Pregão Presencial nº. 44/2017.

Tipo: Menor preço unitário Por Item.

Objeto: A presente licitação tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE ARTIGOS NATALINOS, MATERIAIS, FERRAMENTAS E OUTROS, PARA USO EM OFICINAS, PROGRAMAS E PROJETOS DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, E DEMAIS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, VISANDO A ORNAMENTAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS.

Entrega dos Envelopes: até às 08:15 horas do dia 26/10/2017.

Abertura dos Envelopes: 08:30 horas do dia 26/10/2017.

O Edital poderá ser obtido no site www.guatambu.sc.gov.br ou ainda no seguinte endereço: Rua Manuel Rolim de Moura, n. 825, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente. Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33360102. Guatambu, SC, 11 de Outubro de 2017.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA - Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO 97/2017

Estado de Santa Catarina
Município de Guatambu
Aviso de Licitação

O Município de Guatambu, SC, através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, de acordo com a Lei 10.520/2002, e demais normas aplicáveis.

Processo Administrativo nº.97/2017.

Pregão Presencial nº. 45/2017.

Tipo: Menor preço unitário Por Item.

Objeto: A presente licitação tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO, GALERIAS E BRITA PARA ATENDIMENTO AOS DIVERSOS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.

Entrega dos Envelopes: até às 08:15 horas do dia 27/10/2017.

Abertura dos Envelopes: 08:30 horas do dia 27/10/2017.

O Edital poderá ser obtido no site www.guatambu.sc.gov.br ou ainda no seguinte endereço: Rua Manuel Rolim de Moura, n. 825, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente. Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33360102. Guatambu, SC, 11 de Outubro de 2017.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA - Prefeito Municipal

DECRETO 179/2017

DECRETO N. 179/2017

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CLOVIS DAL PIVA, Prefeito Municipal de Guatambu, no uso de

suas atribuições legais e de acordo com o art. 5º, inciso II do inciso IV da Lei Municipal 1.042 de 21 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Geral, do corrente exercício, no valor de R\$ 40.000,00 (Quarenta mil reais), na conta abaixo relacionada.

Órgão: 05.00 – Secretaria de Saúde

Unidade Orçamentária: 05.01 – Fundo de Saúde

Função: 10 – Saúde

Sub Função: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Programa: 0008 – Saúde Para Todos.

Projeto/Atividade: 2.135 – Programa de Assistência Farmacêutica Básica

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00 – Aplicação Diretas – DR 167 com o valor de R\$ 40.000,00 (Quarenta mil reais)

Art. 2º. Para suplementar as contas de que trata o artigo 1º, serão deduzidos os valores das seguintes contas:

Órgão: 05.00 – Secretaria de Saúde

Unidade Orçamentária: 05.01 – Fundo de Saúde

Função: 10 – Saúde

Sub Função: 301 – Atenção Básica

Programa: 0008 – Saúde Para Todos.

Projeto/Atividade: 2.279 – PMAQ-Programa Melhoria Acesso Qualidade

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00 – Aplicação Diretas – DR 164 com o valor de R\$ 40.000,00 (Quarenta mil reais)

Art.3.º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Guatambu, 09 de Outubro de 2017.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA

Prefeito Municipal

DECRETO 180/2017

DECRETO N. 180/2017

“DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

LUIZ CLOVIS DAL PIVA, Prefeito Municipal de Guatambu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, e, de conformidade com o disposto nos incisos XXIV e XXV do artigo 72, da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado o servidor ADILSON PIZZATTO, ocupante do cargo de MOTORISTA, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data da sua publicação, surtindo efeitos a partir do dia 09 de outubro de 2017.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guatambu, SC,
09 de outubro de 2017.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA

Prefeito Municipal

Herval d'Oeste

PREFEITURA

PORTARIA Nº 1291/2017

PORTARIA Nº 1291/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o disposto no artigo 41 caput da Constituição Federal,

RESOLVE:

HOMOLOGAR o Estágio Probatório e DECLARAR estável no Serviço Público Municipal, no cargo de Agente de Vigilância Sanitária - Nível – 8/1, Referência "A", do Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, à Servidora QUELI LUISA SOUZA (Matr. 4022), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo, haja vista ter cumprido o período de 03 (três) anos de Estágio Probatório de 06 de outubro de 2014 a 16 de outubro de 2017, com interstício de 10 (dez) dias, consoante o que determina o Decreto nº 3277 de 05 de Maio de 2014, e formulários de avaliação constantes em sua ficha funcional.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 16 de Outubro de 2017.

,
Américo Lorini
Prefeito Municipal

Imbituba

PREFEITURA

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROCESSO Nº 22/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2017 (DEMUTRAN-POLÍCIA MILITAR)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

DEMUTRAN

PROCESSO Nº 22/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2017

A Prefeitura Municipal de Imbituba, por meio de seu Pregoeiro Oficial comunica, que realizará às 14:00 horas, do dia 27 de outubro de 2017, licitação na modalidade de Pregão Presencial, pelo sistema de Registro de Preços, do tipo menor preço por item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014, pelo Decreto 8.538/2015 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a possível "CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA PARA O FORNECIMENTO/AQUI-SIÇÃO DE DOIS VEÍCULOS AUTOMOTORES ZERO 0KM, ANO/MODELO 2017/2018 (BRANCO) PARA USO EM ATIVIDADES POLICIAIS DA GUARNIÇÃO ESPECIAL DE IMBITUBA/SC".

O Edital encontra-se à disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br – link Portal da Transparência.

Imbituba, 16 de outubro de 2017

Jean Carlos de Brida Silva Tenente Coronel da PM - Comandante da Guarnição Especial de Imbituba

Indaial

CÂMARA MUNICIPAL

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO 24/2017 - TERMO DE DISPENSA 15/2017

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Tendo em vista o Termo de Dispensa, em anexo,

Homologo:

Nesta data a referida decisão é constante do documento anexado, considerando o objeto do Processo Licitatório nº 024/2017 – Termo de Dispensa nº 015/2017: RIVEL VEÍCULOS LTDA R\$ 1.354,03 (mil trezentos e cinquenta e quatro reais e três centavos) para a prestação do serviço de revisão dos 25 mil KM do veículo oficial da Câmara Municipal de Indaial.

Osvaldo Metzner
Presidente da Câmara Municipal de Indaial

Indaial (SC), 16 de outubro de 2017.

Iomerê

PREFEITURA

CONVITE AUDIÊNCIA PÚBLICA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIENCIA PUBLICA PARA DISCUSSAO E EXPLANAÇÃO DE PROJETO PARA EXPANSAO DO PERIMETRO URBANO DO MUNICIPIO DE IOMERÊ

O MUNICIPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito publico interno, inscrito no CNPJ 01.612.744/0001-20, com sede administrativa na Rua Joao Rech, n. 500, centro, Iomerê, SC., neste ato representado pelo Prefeito Municipal, em atenção às disposições legais que regulamentam a matéria, CONVOCA a população do município, e todos os demais interessados, para AUDIÊNCIA PUBLICA destinada à explanação e discussão de projeto de ampliação do perímetro urbano do município de Iomerê, a ser realizada no dia 06 de novembro de 2017, às 8:00 horas, no auditório da Prefeitura Municipal de Iomerê, na Rua João Rech, n. 500, centro, Iomerê, SC.

Iomerê, 16 de outubro de 2017.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

Iporã do Oeste

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 030.2017

Extrato Ata de Registro de Preços 030/2017

Processo Administrativo nº 123/2017

Pregão Presencial nº 059/2017

O Município de Iporã do Oeste, Estado Santa Catarina, inscrito no CNPJ nº 78.485.554/0001-13, através do FMAS, neste Ato representado pelo Gestor do Fundo Sr. MAURO CESAR BARELLA, no uso de suas atribuições legais, em face da classificação das propostas apresentadas, classificadas e adjudicadas no Pregão Presencial nº 059/2017, homologadas aos 13 (treze) dias do mês de outubro de 2017, RESOLVE registrar os preços da(s) empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s), atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços visando a SELEÇÃO E POSSIVEL CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE GENEROS DE ALIMENTAÇÃO PARA ALMOÇO E LANCHE E DE LEMBRANÇAS PARA A CONFRATERNIZAÇÃO MUNICIPAL DA TERCEIRA IDADE DO MUNICIPIO DE IPORÃ DO OESTE, conforme especificações abaixo.

As licitantes registradas para os itens cotados são as seguintes:

Código:	54208	Fornecedor: MERCADO KAISER LTDA - EPP
---------	-------	---------------------------------------

Item	Produto	Marca	Unidade	Quant. Estimada	Valor Unitário	Valor Total
4	REFRIGERANTE 2 LITROS, SABORES LIMÃO, GUARANÁ, LARANJA E UVA.	SARANDI	Unidade	100	R\$3,89	R\$389,00
5	BISCOITO SALGADO, EMBALAGEM DE 108 GR, COM 6 PACOTES DE 18GR CADA (TIPO CLUB SOCIAL)	Triunfo	Unidade	175	R\$2,89	R\$505,75
6	SALADA DE FRUTAS, POTE DESCARTÁVEL DE 200 ML, FRUTAS: MAMÃO, BANANA, MELÃO E ABACAXI.	Dali Salgados	Unidade	1.050	R\$2,30	R\$2.415,00

Código:	131784	Fornecedor: MARLISE LUNKES REICHERT-907525629-91
---------	--------	--

Item	Produto	Marca	Unidade	Quant. Estimada	Valor Unitário	Valor Total
1	ALMOCO PARA CONFRATERNIZACAO DOS IDOSOS, CONFORME ANEXO I.	CLAMAR COMIDAS	Unidade	1.150	R\$20,25	R\$23.287,50

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição somente no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

VIGÊNCIA: A presente Ata vigorará a partir de 12 (doze) meses contados da data de sua publicação.

As demais cláusulas estão descritas na presente Ata.

Município de Iporã do Oeste (SC), em 13 de outubro de 2017.

Mauro Cesar Barella
Gestor FMAS

Mercado Kaiser Ltda EPP
Fornecedor

Marlise L. Reichert
Fornecedor

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 031.2017

Extrato Ata de Registro de Preços 031/2017

Processo Administrativo 124/2017

Pregão Presencial 060/2017

O Município de Iporã do Oeste, Estado Santa Catarina, inscrito no CNPJ nº 78.485.554/0001-13, neste Ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Lucio Mallmann, no uso de suas atribuições legais, em face da classificação das propostas apresentadas, classificadas e adjudicadas no Pregão Presencial nº 060/2017, homologadas aos 13 (treze) dias do mês de outubro de 2017, RESOLVE registrar os preços da(s) empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s), atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços visando a seleção e futura Contratação de empresa para fornecimento de Troféus e Medalhas destinados a Premiações Esportivas em competições realizados pelo Município de Iporã do Oeste, conforme especificações abaixo.



As licitantes registradas para os itens cotados são as seguintes:

Código:	35360	Fornecedor: RELOJOTICA CIRIMAR LTDA - EPP
---------	-------	---

Item	Produto	Marca	Unidade	Quant. Estim.	Valor Unit.	Valor Total
1	MEDALHA COM ADESIVO, REDONDA FUNDIDA EM LIGA METÁLICA DE ZAMAC, COM FIGURA DE FUTEBOL EM ALTO RELEVO E BORDAS COM DETALHES, METALIZADA NAS CORES DOURADA, PRATA OU BRONZE, COM O TAMANHO DE 70MM DE DIÂMETRO. POSSUI ESPESSURA MÁXIMA DE 4,8MM. PESO APROXIMADO DE 25 GRAMAS. A MEDALHA DEVE VIR ACOMPANHADA DE FITA DE CETIM PERSONALIZADA (COM TEXTO A SER DEFINIDO PELO MUNICÍPIO)	VITORIA	Unidade	300	R\$3,70	R\$1.110,00
2	MEDALHA REDONDA FUNDIDA EM LIGA METÁLICA DE ZAMAC, METALIZADA NAS CORES DOURADA, PRATA E BRONZE COM O TAMANHO DE 75MM DE DIÂMETRO E CENTRO LISO DE 60MM DE DIÂMETRO, QUE PERMITE TAMBÉM A COLOCAÇÃO DE ADESIVO DE 60MM. POSSUI ESPESSURA MÁXIMA DE 3,2MM. PESO APROXIMADO DE 36 GRAMAS. SUPORTE PARA FITA DE ATÉ 27MM DE LARGURA. A MEDALHA DEVE VIR ACOMPANHADA DE FITA DE CETIM PERSONALIZADA (COM TEXTO A SER DEFINIDO PELO MUNICÍPIO)	VITORIA	Unidade	1.800	R\$4,51	R\$8.118,00
3	MEDALHA COM ADESIVO, REDONDA FUNDIDA EM LIGA METÁLICA DE ZAMAC, LADO ESQUERDO VAZADO E NO LADO DIREITO COM DOIS FRISOS, METALIZADA NAS CORES DOURADA, PRATA E BRONZE COM O TAMANHO DE 40MM DE DIÂMETRO E CENTRO DE 25MM DE DIÂMETRO COM GRAVAÇÃO EM BAIXO RELEVO DE TOCHA E "HONRA AO MÉRITO", QUE TAMBÉM PERMITE A COLOCAÇÃO DE ADESIVO DE 25MM. TAMBÉM CONTA COM UM CENTRO DE 25MM NA PARTE TRASEIRA. POSSUI ESPESSURA MÁXIMA DE 2,3MM. A MEDALHA DEVE VIR ACOMPANHADA DE FITA DE CETIM PERSONALIZADA (COM TEXTO A SER DEFINIDO PELO MUNICÍPIO)	VITORIA	Unidade	600	R\$2,65	R\$1.590,00
4	TROFÉU COM ALTURA DE 170 CM, BASE OCTOGONAL COM 26,5 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA, DOIS ESTÁGIOS COM BASES DE MADEIRA, TAÇA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR PRATA COM 44 CM DE LARGURA A PARTIR DAS ALÇAS. TAMPA DA TAÇA E ALÇAS EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. COLUNAS NA COR DOURADA COM DETALHES NA COR PRATA E AZUL OU PRATA E VERDE. DUAS ESTATUETAS DE HONRA AO MÉRITO (DEUSA DA VITÓRIA) FIXAS NO CENTRO DA BASE E NO PRIMEIRO ESTÁGIO EM BASE DE MADEIRA CONTENDO TAMBÉM QUATRO ÁGUIAS FIXAS NAS LATERAIS. ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL (A ESCOLHA DO MUNICÍPIO). PLAQUETA COM GRAVAÇÃO (COM TEXTO A SER DEFINIDO PELO MUNICÍPIO).	VITORIA	Unidade	4	R\$528,50	R\$2.114,00
5	TROFÉU COM ALTURA DE 130 CM, BASE OCTOGONAL COM 26,5 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA, UM ESTÁGIO COM BASE DE MADEIRA, TAÇA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR PRATA COM 44 CM DE LARGURA A PARTIR DAS ALÇAS. TAMPA DA TAÇA E ALÇAS EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. COLUNAS NA COR DOURADA COM DETALHES NA COR PRATA E AZUL OU PRATA E VERDE. UMA ESTATUETA DE HONRA AO MÉRITO (DEUSA DA VITÓRIA) FIXA NO CENTRO DA BASE E QUATRO ÁGUIAS FIXAS NA BASE DE MADEIRA NA LATERAL. ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL (A ESCOLHA DO MUNICÍPIO). PLAQUETA COM GRAVAÇÃO (TEXTO A SER DEFINIDO PELO MUNICÍPIO)	VITORIA	Unidade	4	R\$392,00	R\$1.568,00
6	TROFÉU COM ALTURA DE 118 CM, BASE OCTOGONAL COM 26,5 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA, DOIS ESTÁGIOS COM BASES DE MADEIRA, TAÇA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR PRATA COM 44 CM DE LARGURA A PARTIR DAS ALÇAS. TAMPA DA TAÇA E ALÇAS EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. COLUNAS NA COR DOURADA COM DETALHES NA COR PRATA E AZUL. UMA ESTATUETA DE HONRA AO MÉRITO (DEUSA DA VITÓRIA) FIXA NO CENTRO DA BASE E QUATRO ÁGUIAS FIXAS NA BASE DE MADEIRA NA LATERAL. ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL (A ESCOLHA DO MUNICÍPIO). PLAQUETA COM GRAVAÇÃO (TEXTO A SER DEFINIDO PELO MUNICÍPIO)	VITORIA	Unidade	4	R\$349,00	R\$1.396,00
7	TROFÉU COM ALTURA DE 27 CM, COM BASE OCTOGONAL COM 8,5 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA. CONE COM FRISOS EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL (A ESCOLHA DO MUNICÍPIO). PLAQUETA COM GRAVAÇÃO (TEXTO A SER DEFINIDO PELO MUNICÍPIO)	VITORIA	Unidade	50	R\$32,50	R\$1.625,00

8	TROFÉU COM 71 CM DE ALTURA, BASE REDONDA COM 21 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR VERMELHA ACETINADA. DOIS SUPORTES EM POLÍMERO NA COR DOURADA INTERCALADOS POR UM ANEL EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. TAÇA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA COM 32 CM DE LARGURA A PARTIR DAS ALÇAS. TAMPA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR VERDE. ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO, SENDO A ESTATUETA E ADESIVO ALUSIVO A MODALIDADE EM QUESTÃO INCLUSIVE COM A LOGO MARCA DA COMPETIÇÃO E A DESCRIÇÃO FORNECIDA PELO PROMOTOR DO EVENTO	VITORIA	Unidade	20	R\$168,00	R\$3.360,00
9	TROFÉU COM 67 CM DE ALTURA, BASE REDONDA COM 21 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR VERMELHA ACETINADA. DOIS SUPORTES EM POLÍMERO NA COR DOURADA INTERCALADOS POR UM ANEL EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. TAÇA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA COM 32 CM DE LARGURA A PARTIR DAS ALÇAS. TAMPA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR VERDE. ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO, SENDO A ESTATUETA E ADESIVO ALUSIVO A MODALIDADE EM QUESTÃO INCLUSIVE COM A LOGO MARCA DA COMPETIÇÃO E A DESCRIÇÃO FORNECIDA PELO PROMOTOR DO EVENTO	VITORIA	Unidade	20	R\$157,00	R\$3.140,00
10	TROFÉU COM 65 CM DE ALTURA, BASE REDONDA COM 21 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR VERMELHA ACETINADA. DOIS SUPORTES EM POLÍMERO NA COR DOURADA INTERCALADOS POR UM ANEL EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. TAÇA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA COM 32 CM DE LARGURA A PARTIR DAS ALÇAS. TAMPA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR VERDE. ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO, SENDO A ESTATUETA E ADESIVO ALUSIVO A MODALIDADE EM QUESTÃO INCLUSIVE COM A LOGO MARCA DA COMPETIÇÃO E A DESCRIÇÃO FORNECIDA PELO PROMOTOR DO EVENTO	VITORIA	Unidade	20	R\$148,60	R\$2.972,00
11	TROFÉU COM BASE DE 14 CM DE ALTURA E 30 X 30 CM DE LARGURA, COM 5 TORES, SENDO 4 COM ALTURA MÍNIMA DE 60 CM E COM ESTATUETAS ESTATUETA DE HONRA AO MÉRITO (DEUSA DA VITÓRIA), E A OUTRA TORE COM ALTURA MÍNIMA DE 95 CM INCLUINDO TAÇA COM TAMPA E ESTATUETA DE FUTEBOL E COM ADESIVO NA BASE ALUSIVO A MODALIDADE EM QUESTÃO INCLUSIVE COM A LOGO MARCA DA COMPETIÇÃO E A DESCRIÇÃO FORNECIDA PELO PROMOTOR DO EVENTO.ÃO E A DESCRIÇÃO DE CAMPEÃO GERAL.	VITORIA	Unidade	3	R\$347,00	R\$1.041,00
12	TROFÉU COM BASE DE 12 CM DE ALTURA E 25 X 25 CM DE LARGURA, COM 5 TORES, SENDO 4 COM ALTURA MÍNIMA DE 50 CM E COM ESTATUETAS ESTATUETA DE HONRA AO MÉRITO (DEUSA DA VITÓRIA), E A OUTRA TORE COM ALTURA MÍNIMA DE 88 CM INCLUINDO TAÇA COM TAMPA E ESTATUETA DE FUTEBOL E COM ADESIVO NA BASE ALUSIVO A MODALIDADE EM QUESTÃO INCLUSIVE COM A LOGO MARCA DA MODALIDADE EM QUESTÃO INCLUSIVE COM A LOGO MARCA DA COMPETIÇÃO E A DESCRIÇÃO FORNECIDA PELO PROMOTOR DO EVENTO.	VITORIA	Unidade	3	R\$322,00	R\$966,00
13	TROFÉU COM BASE DE 10 CM DE ALTURA E 25 X 20 CM DE LARGURA, COM 5 TORES, SENDO 4 COM ALTURA MÍNIMA DE 40 CM E COM ESTATUETAS ESTATUETA DE HONRA AO MÉRITO (DEUSA DA VITÓRIA), E A OUTRA TORE COM ALTURA MÍNIMA DE 78 CM INCLUINDO TAÇA COM TAMPA E ESTATUETA DE FUTEBOL E COM ADESIVO NA BASE ALUSIVO A MODALIDADE EM QUESTÃO INCLUSIVE COM A LOGO MARCA DA MODALIDADE EM QUESTÃO INCLUSIVE COM A LOGO MARCA DA COMPETIÇÃO E A DESCRIÇÃO FORNECIDA PELO PROMOTOR DO EVENTO.	VITORIA	Unidade	3	R\$228,00	R\$684,00

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição somente no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

VIGÊNCIA: A presente Ata vigorará a partir de 12 (dode) meses contados da data de sua publicação.

As demais cláusulas estão descritas na presente Ata.

Município de Iporã do Oeste (SC), em 13 de outubro de 2017.

Lucio Mallmann – Prefeito Municipal

Relojotica Cirimar Ltda EPP

Irani

PREFEITURA

LEI N. 1846, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017.

LEI Nº 1846, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL PARA O PERÍODO DE 2018 a 2021.

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES, Prefeito do Município de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelos incisos VIII e XI do artigo 104 da Lei Orgânica do Município e de conformidade com a legislação vigente, submete a apreciação da Câmara Municipal o seguinte Projeto de Lei:

CAPÍTULO I

DO PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL E DO PLANO PLURIANUAL

Art. 1º. Esta lei institui o Plano Plurianual (PPA) do Município para o exercício de 2018 a 2021, em cumprimento do disposto no §1º do art. 165 da Constituição Federal e do art. 11, III da Lei Orgânica do Município de Irani.

Art. 2º. O Plano Plurianual é instrumento de planejamento governamental que define diretrizes, objetivos e metas com o propósito de viabilizar a implementação e a gestão das políticas públicas, convergir à dimensão estratégica da ação governamental e orientar a definição de prioridades.

Art. 3º. O Plano Plurianual tem como diretrizes:

- I – valorização do cidadão-usuário como motivo de qualquer ação governamental;
- II – participação da sociedade na escolha de prioridades, acompanhamento e avaliação dos resultados;
- III – forte ênfase nas ações que envolvem o desenvolvimento humano;
- IV – promoção do desenvolvimento econômico municipal;
- V – a excelência na gestão.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO PLANO

Art. 4º. O Plano Plurianual reflete as políticas públicas e organiza a atuação governamental por meio de Programas, classificados em duas espécies, os Temáticos e os de Gestão, Manutenção e Serviços, assim definidos:

I – Programa Temático: aquele que expressa a agenda de governo por meio de políticas públicas, orientando a ação governamental para a entrega de bens e serviços à sociedade; e

II – Programa de Gestão, Manutenção e Serviços: aquele que reúne um conjunto de ações destinadas ao apoio, à gestão e à manutenção da atuação governamental.

Art. 5º. Os programas temáticos são compostos por indicadores de desempenho, objetivos e valores para os quatro exercícios.

§ 1º. O Indicador é um instrumento que permite identificar e aferir, periodicamente, aspectos relacionados a um Programa, auxiliando o seu monitoramento e a sua avaliação, sendo sua perspectiva de evolução demonstrada pelas metas.

§ 2º. O Objetivo expressa o que deve ser feito, refletindo as situações a serem alteradas e tem como atributos:

I – Órgão e Unidade Responsável: é aquele cujas atribuições mais contribuem para a implementação do objetivo;

II – Meta: é uma medida do alcance do objetivo vinculada ao indicador de desempenho.

Art. 6º. A cada meta são associadas iniciativas que podem ser orçamentárias ou não orçamentárias.

§ 1º. As iniciativas declaram a entrega de bens e serviços à sociedade, resultantes da coordenação de ações orçamentárias (atividades, projetos ou operações especiais) e de outras medidas de caráter não orçamentário.

§ 2º. As iniciativas que se caracterizarem por projetos serão identificadas por subtítulos (localizador de gasto) utilizados especialmente para especificar a localização física da ação.

Art. 7º. As codificações dos programas serão observadas nas leis de diretrizes orçamentárias, nas leis orçamentárias anuais e nos projetos que os modifiquem.

Art. 8º. Integram o Plano Plurianual os seguintes anexos:

- I. Relação Agrupada das Receitas;
- II. Resumo das Receitas por Fonte de Recurso;
- III. Memória de Cálculo da Receita;
- IV. Demonstrativo das Despesas por Programa e Ações;
- V. Resumo da compatibilização dos programas com a fonte de recurso;
- VI. Comparativo do Planejamento com Metas Físicas e Financeiras;
- VII. Relação de Planejamento das Despesas por Órgãos e Unidades;
- VIII. Resumo dos Programas por Macro objetivos;
- IX. Cópia de Resolução 001/2017 – Conselho Municipal de Educação;
- X. Cópia de Resolução 001/2017 – Conselho Municipal do FUNDEB;
- XI. Cópia de Resolução 001/2017 – Conselho Municipal de Alimentação Escolar;
- XII. Cópia de Resolução 001/2017 – Conselho Municipal de Monitoramento e Avaliação PME;
- XIII. Cópia Resolução CMDCA nº 04 de 24/07/2017 – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- XIV. Cópia Resolução CMI nº 02 de 24/07/2017 – Conselho Municipal do Idoso;
- XV. Cópia Resolução nº 09 de 24/07/2017 – Conselho Municipal de Assistência Social;
- XVI. Cópia Resolução nº 05/2017 de 26/07/2017 – Conselho Municipal de Saúde.

CAPÍTULO III

DA INTEGRAÇÃO COM OS ORÇAMENTOS

Art. 9º. Os Programas constantes do Plano Plurianual estarão expressos nas leis de diretrizes orçamentárias, nas leis orçamentárias anuais e nas leis que as modifiquem.

Art. 10. Os valores das metas físicas e financeiras previstos no Plano Plurianual serão automaticamente atualizados pelas leis de diretrizes orçamentárias e orçamentos anuais.

Art. 11. As Ações constantes no Plano Plurianual somente poderão ser alteradas por lei.

Art. 12. O Poder Executivo, para compatibilizar as alterações promovidas pelas leis orçamentárias anuais e pelas leis que as modificam, fica autorizado a:

I – incluir, excluir ou alterar:

- a) iniciativas não orçamentárias;
- b) os indicadores de desempenho;
- c) as Metas;
- d) o Órgão e a Unidade Responsável; e
- e) os subtítulos (localizadores de gasto) que não sejam originados de emendas impositivas.

CAPÍTULO IV

DA AVALIAÇÃO E TRANSPARÊNCIA DO PLANO

Art. 13. A lei de diretrizes orçamentárias definirá anualmente e para cada exercício a forma de avaliação dos resultados dos Programas de Governo, conforme prevê a Lei Complementar n. 101, de 2000, art. 4º, inciso I, alínea “e”.

Art. 14. O Município manterá atualizado o plano e o divulgará no Portal Transparência, nos termos do art. 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 15. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Irani/SC em 10 de outubro de 2017.
SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES
Prefeito

Registrado e Publicado nesta Secretaria em 10/10/2017

Airton Fabricio
Secretário de Administração e Gestão

LEI N. 1847, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017

LEI Nº 1847, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017

“AUTORIZA CELEBRAR TERMO DE FOMENTO COM A ASSOCIAÇÃO CORPO DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE IRANI”

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município que o Poder Legislativo Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL autorizado a celebrar Termo de Fomento, na forma do art. 31 da Lei Federal nº 13.019/2014, com a Associação Corpo de Bombeiros Voluntários de Irani, entidade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob nº 02.544.444/0001-13, com sede em Irani/SC, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) visando atender as finalidades a seguir.

§ 1º. O valor de repasse servirá para finalização do encarroçamento de caminhão de combate a incêndio, pago em três parcelas mensais sendo: R\$ 34.000,00, R\$ 33.000,00 e R\$ 33.000,00 conforme Plano de Trabalho apresentado e ao final Prestação de Contas da aplicação do recurso repassado.

§ 2º. Como contrapartida a Associação Corpo de Bombeiros Voluntários de Irani fica obrigada a prestar e ampliar os serviços e atendimentos à população no âmbito do Município de Irani/SC, dentro das funções de prevenção e combate a incêndios bem como prestar serviço de abastecimento de água quando causados por intempéries ou estiagem.

Art. 2º. As despesas para a execução da presente lei correrão a conta das dotações próprias no orçamento corrente.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Irani/SC, 10 de outubro de 2017.
SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES
Prefeito

Registrado e publicado nesta Secretaria em 10/10/2017.

Airton Fabricio
Secretário Municipal de Administração e Gestão

Irineópolis

PREFEITURA

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2017 HMBJ

HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2017

O hospital Municipal Bom Jesus de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 31 de outubro de 2017, às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade de Pregão Presencial com critério de adjudicação MENOR PREÇO GLOBAL, de acordo com a Lei nº 10.520/02, visando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE VALES ALIMENTAÇÃO EM FORMA DE CARTÃO MAGNÉTICO/ ELETRÔNICO COM OU SEM CHIP DE SEGURANÇA DOTADOS DE SISTEMA CONTRA CLONAGEM E FRAUDES. O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Compras e Licitações, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 as 15:00, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro – Irineópolis – SC, Fone (47) 3625-1111/ 3625-1144 e no site www.irineopolis.sc.gov.br.

WIANEY DE CÁSSIA DE OLIVEIRA GODOY TELES DOS SANTOS

Presidente HMBJ

Irineópolis, 11 de outubro de 2017.

Itá

PREFEITURA

EDITAL PROCESSO SELETIVO 002/2017

EDITAL DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 002/2017

Processo Seletivo para preenchimento de Vagas, em Cadastro de Reserva, no Cargo de Auxiliar de classe para atuação na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, e estagiários(as) para atuar no âmbito da Administração Pública Municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITÁ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal e considerando o disposto nos incisos I e VI do artigo 3º da Lei Complementar nº 115/2015, e as Leis Complementares n. 034/2006, 067/2011, 084/2011 e 122/2015, torna público, pelo presente Edital, as normas e procedimentos que nortearão o processo seletivo de pessoal a serem admitidos em caráter temporário MODALIDADE CADASTRO RESERVA. Cargo de Auxiliar de classe para atuação na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, e estagiários(as) para atuar no âmbito da Administração Pública Municipal.

DAS INSCRIÇÕES

1.1. O presente Processo Seletivo se dará através de PROVAS e será regido pelas normas deste edital e pelas demais disposições vigentes. Sendo executado pela Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense (AMAUC), localizada à Rua Marechal Deodoro, 772, Centro, Concórdia –SC. Telefone (49) 3482 3505. Endereço eletrônico: concursos@amauc.org.br;

1.2. As inscrições serão realizadas no período de 12 de outubro a 26 de outubro de 2017, através do site www.amauc.org.br com link no site da Prefeitura Municipal de Itá www.ita.sc.gov.br.

1.3. Para inscrever-se, o candidato deverá no período de inscrição:

1.3.1. Acessar o site www.amauc.org.br ou www.ita.sc.gov.br e localizar o “banner” PROCESSO SELETIVO 002/2017;

1.3.2. Ler na íntegra o Edital, fazer o cadastro do candidato se for o primeiro acesso, caso já seja cadastrado somente realizar o login para inscrição.

1.3.3. Preencher o Requerimento de Inscrição, conferir os dados informados e enviá- los via internet, seguindo as instruções;

1.3.4. Imprimir uma cópia do Requerimento da Inscrição e do Boleto, efetuando o pagamento até as 23h59min do dia 27 de outubro de 2017.

1.4. A formalização da inscrição somente se dará com o adequado preenchimento de todos os campos da ficha de inscrição pelo candidato e a confirmação do pagamento do boleto, salvo para os que preencherem os requisitos para isenção.

1.5. O descumprimento das instruções para a inscrição pela internet implicará a não efetivação da inscrição;

1.6. No dia 30 de outubro de 2017 serão publicadas as inscrições deferidas e indeferidas, o candidato deverá conferir no site www.amauc.org.br ou www.ita.sc.gov.br a publicação da lista dos inscritos. Caso seja detectada alguma divergência ou falta de informação, o candidato terá prazo de 02 (dois) dias úteis para interpor recurso acessando a área do candidato com seu CPF e senha.

1.6.1 As inscrições serão Homologadas no dia 06 de novembro de 2017.

1.7. O comprovante de inscrição do candidato será o documento impresso da inscrição e o boleto, devidamente quitado;

1.8. A Secretaria Municipal de Educação disponibilizará um computador com acesso a internet para que os candidatos que necessitarem, possam realizar suas inscrições durante o período estipulado para a realização das mesmas, no horário das 8h às 11h e das 14h às 17h, de segunda a sexta-feira;

1.9. Em caso de inscrição errada e pagamento da mesma, o candidato não será ressarcido pelo pagamento efetuado incorretamente, sendo que é de responsabilidade do candidato efetuar corretamente a sua inscrição para ao cargo a qual pretende concorrer;

1.10. O Município e a AMAUC não se responsabilizam por solicitação de inscrição via internet não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados. O descumprimento das instruções para inscrição via internet implicará na não efetivação da mesma.

1.11. Efetivada a inscrição, não será aceita alteração do cargo, seja qual for o motivo alegado.

1.12. São condições para a inscrição:

1.12.1. Ser brasileiro nato ou naturalizado nos termos do Art. 12 da Constituição Federal;

1.12.2. Ter até a data da contratação, idade mínima de 18 anos, gozar de boa saúde física e mental, estar no gozo dos direitos políticos e civis e, se do sexo masculino, estar quite com o Serviço Militar, para o cargo de auxiliar de classe e de, no mínimo, 16 (dezesesseis) anos para estagiários.

1.12.3. Estar ciente que se aprovado, quando da convocação, deverá comprovar que preenche todos os requisitos exigidos para a função, constantes do presente Edital, sob pena de perda do direito à vaga;

1.12.4. Não ter sido demitido por ato de improbidade ou exonerado "a bem do serviço público", mediante decisão transitada;

1.12.5. Não serão contratados estagiários que:

- a) Já atuam ou atuaram no Poder Executivo Municipal pelo período de 02 (dois) anos;
- b) De candidatos que não estejam regularmente matriculados em Instituição de Ensino;

2. DOS CARGOS

2.1. O candidato concorrerá ao cargo, carga horária semanal, vencimento e escolaridade/qualificação descritos no quadro abaixo:

Cargo	C/H	Venc. (R\$)	Exigências do Cargos
Auxiliar de Classe	20	R\$ 1.067,82	Ensino médio em magistério concluído ou que esteja cursando a graduação em pedagogia ou áreas específicas da educação.
Estagiário	30	Nível Médio: R\$ 695,89 Nível Superior: R\$ 835,41	Nível Médio cursando unidade escolar.

2.2 Os candidatos serão contratados de acordo com a necessidade transitória da Administração Pública, nos termos do artigo 37, IX da Constituição Federal e Lei Complementar n. 115/2015.

3. DA TAXA DE INSCRIÇÃO E DA ISENÇÃO

3.1. A taxa para inscrição no Processo Seletivo é de R\$ 50,00 (cinquenta reais) para AUXILIAR DE CLASSE e R\$ 40,00 (quarenta reais) para ESTÁGIARIOS, cujo boleto será emitido no próprio sistema, no momento da inscrição.

3.2. Ficam isentos do pagamento os doadores de sangue.

3.3. Documentação necessária para receber a isenção:

3.3.1. Para o doador de sangue, apresentação de documento hábil expedido pela unidade coletora, que deverá disciplinar o número e a data em que foram realizadas as doações, não podendo ser inferior a duas doações no lapso de um ano antes da inscrição deste Processo Seletivo.

3.4. Os documentos necessários para comprovação da isenção deverão ser digitalizados e anexados ao requerimento de inscrição, até o dia 19 de Outubro de 2017, sob pena de indeferimento do pedido de isenção.

4. DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

4.1. Às pessoas com deficiência é assegurado o direito de inscrição para as funções em Processo Seletivo, cujas atribuições sejam compatíveis com sua deficiência, conforme artigo 37 da Constituição Federal e Lei Nº 7.853/89

4.2. Em obediência ao disposto no art. 37, § 1º e 2º do Decreto 3.298 de 20/12/99 que regulamenta a Lei 7853/89, ser-lhes-á reservado o percentual de 5% (cinco por cento) das vagas existentes para cada função, individualmente, das que vierem a surgir ou que forem criadas no prazo de validade do presente processo.

4.2.1. Se, na aplicação do percentual, resultar número fracionado igual ou superior a 0,5 (cinco décimos), estará formada 01(uma) vaga para a pessoa com deficiência. Se inferior a 0,5 (cinco décimos), a formação da vaga ficará condicionada à elevação da fração para o mínimo de 0,5 (cinco décimos), caso haja aumento do número de vagas para a função.

4.3. Consideram-se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no art. 4º do Decreto Federal Nº 3.298/99.

4.4. As pessoas com deficiência, resguardadas as condições especiais previstas no Decreto Federal Nº 3.298/99, particularmente, em seu Art. 40, participarão do Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao dia, horário e local de aplicação das provas, e a nota mínima exigida para todos os demais

candidatos.

4.5. Os benefícios previstos no artigo 40, §§ 1º e 2º, do Decreto Federal Nº 3.298/99, deverão ser requeridos por escrito, durante o período das inscrições. O candidato deverá preencher o Anexo III, deste Edital, entregar na sede da AMAUC, até o dia 19 de outubro de 2017, sob pena de indeferimento do pedido:

4.5.1. Requerimento solicitando vaga especial, contendo a identificação do candidato e indicação do cargo para o qual se inscreveu;

4.5.2. Laudo Médico (original ou cópia reprográfica autenticada) atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID. Bem como a provável causa da deficiência, inclusive para assegurar a previsão de adaptação à prova.

4.5.3. Solicitação de prova especial, se necessário. (A não solicitação de prova especial eximirá a empresa de qualquer providência).

4.6. Serão indeferidas as inscrições na condição especial de pessoa com deficiência dos candidatos que não encaminharem dentro do prazo e forma prevista no presente Edital o respectivo laudo médico. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme instrução constante neste Edital não poderá impetrar recurso em favor de sua situação

4.7. A publicação do resultado final do Processo Seletivo será feita em duas listas, contendo a primeira, a pontuação de todos os candidatos, inclusive a das pessoas com deficiência, e a segunda, somente a pontuação destes últimos.

4.8. Não havendo candidatos aprovados para as vagas reservadas às pessoas com deficiência, estas serão preenchidas pelos demais candidatos aprovados, com estrita observância da ordem classificatória.

4.9. Os candidatos que não atenderem aos dispositivos mencionados no presente Edital não serão considerados como pessoas com deficiência e não terão prova especial preparada, sejam quais forem os motivos alegados

4.10. Ao ser convocado para investidura na função pública, o candidato deverá se submeter a exame médico oficial ou credenciado pela Prefeitura, que terá decisão terminativa sobre a qualificação do candidato como deficiente ou não, e o grau de deficiência capacitante para o exercício da função. Será eliminado da lista de pessoa com deficiência o candidato cuja deficiência assinalada na Ficha de Inscrição não se constate, devendo o mesmo constar apenas na lista de classificação geral.

4.11. Após o ingresso do candidato com deficiência, este não poderá ser arguida para justificar a concessão de readaptação da função e de aposentadoria por invalidez.

5. DAS PROVAS – DO LOCAL E DOS PRINCÍPIOS

5.1. O Processo Seletivo será somente por provas escritas.

5.2. As provas escritas serão realizadas no dia 12 de novembro de 2017 com início às 14 horas e término às 17 horas, tendo como local EMEB Valentin Bernardi (Rua Salto Santiago nº 396 – Bairro Vila Gerasul, Itá/SC). Os portões serão fechados às 13h50min.

5.2.1. Caso o número de candidatos exceda a oferta de lugares nas escolas localizadas na cidade, a Administração Municipal poderá alterar horários das provas ou até mesmo dividir a aplicação das provas em mais de uma data, cabendo aos candidatos a obrigação de acompanhar as publicações oficiais e por meio dos sites www.ita.sc.gov.br e www.amauc.org.br.

5.3. A duração da prova escrita será de até 03 (três) horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.

5.4. O candidato deverá comparecer ao local designado com antecedência mínima de 30min (trinta minutos), antes do fechamento dos portões, munido de caneta com tinta azul ou preta e UM DOS SEGUINTE DOCUMENTOS NO ORIGINAL:

- a) Cédula de Identidade - RG;
- b) Carteira de Órgão ou Conselho de Classe;
- c) Carteira de Trabalho e Previdência Social;
- d) Certificado Militar;
- e) Carteira Nacional de Habilitação, emitida de acordo com a Lei 9.503/97 (com foto);
- f) Passaporte.

5.4.1. Não será permitido ao candidato efetuar a prova se não estiver munido de um dos documentos relacionados no item 5.4.

5.4.2. Em hipótese alguma haverá segunda chamada após o horário de início da prova.

5.5. As provas objetivas (escritas) desenvolver-se-ão em forma de testes, por meio de questões de múltipla escolha, cinco alternativas (a, b, c, d, e), sendo em cada questão uma alternativa correta.

5.5.1. Todas as respostas da prova escrita deverão ser transportadas para o cartão resposta, e para cada questão somente uma das alternativas será anotada, sendo considerada errada aquela que apresentar mais de uma alternativa assinalada, apresentar emendas ou rasuras, ou estiver sem nenhuma alternativa de resposta assinalada.

5.5.2. As questões anuladas pela Comissão serão computadas para todos os candidatos como resposta correta.

5.6. Durante as provas não será permitido, sob pena de exclusão do processo seletivo: qualquer espécie de consultas bibliográficas, comunicação com outros candidatos, ou utilização de livros, manuais ou anotações, máquina calculadora, relógios de qualquer tipo, agendas eletrônicas, telefones celulares, smartphones, mp3, notebook, palmtop, tablet, BIP, walkman, gravador ou qualquer outro receptor ou transmissor de mensagens, bem como o uso de óculos escuros, bonés, protetores auriculares e outros acessórios similares

5.6.1. Os pertences pessoais, inclusive o aparelho celular (desligado e retirado a bateria) deverão ser guardados em baixo da cadeira onde o candidato irá sentar-se. Todos os pertences serão de inteira responsabilidade do candidato.

5.6.2. O candidato que for flagrado na sala de provas portando qualquer dos pertences acima será excluído do processo seletivo.

5.7. Após adentrar a sala de provas e assinar a lista de presença, o candidato não poderá, sob qualquer pretexto, ausentar-se sem autorização do Fiscal de Sala, podendo sair somente acompanhado do Fiscal, designado pela Comissão do Processo.

5.8. Os envelopes das provas serão conferidos por dois candidatos, que comprovarão os respectivos lacres e assinarão, juntamente com os dois fiscais, o termo de abertura dos mesmos.

5.9. Cada candidato juntamente com o caderno de provas receberá um cartão resposta, que não poderá ser substituído em hipótese alguma.

5.10. O caderno de prova conterá orientações objetivas acerca de como deve ser respondido, assim como de que forma deverá ser preenchido o cartão resposta.

5.11. O candidato deverá conferir se seus dados de identificação constantes no cartão resposta estão corretos e assiná-lo no local indicado.

5.12. O candidato só poderá retirar-se do local de aplicação das provas, após 30 (trinta) minutos do horário previsto para o início das mesmas, devendo entregar ao Fiscal da Sala o caderno de prova e o cartão de respostas.

5.13. Ao final das provas, os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último conclua a prova.

5.14. Os três últimos candidatos que permanecerem na sala, juntamente com os fiscais, efetuarão a conferência dos cartões respostas, assinando a ata descrevendo o que foi verificado, assim como, todas as irregularidades que tenham ocorrido e rubricarão os envelopes fechados.

6. DA COMPOSIÇÃO DA PROVA ESCRITA E DO NÚMERO DE QUESTÕES

6.1. A prova escrita terá peso 10 (dez) pontos, se caráter eliminatório e classificatório, sendo composta por 20 (vinte) questões objetivas, com 05 (cinco) alternativas, possuindo somente 01 (uma) alternativa correta, com valor de 0,5 (meio) ponto cada uma, conforme abaixo:

AUXILIAR DE CLASSE

CONTEÚDO	Nº DE QUESTÕES
Língua Portuguesa e interpretação	07
Raciocínio Lógico matemático	03
Atualidades	03
Conhecimentos Específicos	07
TOTAL DE QUESTÕES	20

ESTAGIÁRIO

CONTEÚDO	Nº DE QUESTÕES
Língua Portuguesa e interpretação	07
Raciocínio Lógico matemático	07
Atualidades	06
TOTAL DE QUESTÕES	20

6.2. O conteúdo programático das provas a que se submeterão os candidatos é aquela constante do Anexo II deste Edital.

6.3. A classificação final obedecerá à ordem de classificação, em ordem decrescente da nota da prova escrita e os classificados serão convocados a partir da homologação do presente Processo Seletivo, conforme a necessidade da Administração.

7. DAS NORMAS DE COMPORTAMENTO DO CANDIDATO

7.1. As provas serão individuais, não sendo tolerada a comunicação com outro candidato, nem a utilização de livros, notas, impressos, celulares, calculadoras e/ou similares. Reserva-se a Comissão Organizadora do Processo Seletivo designado pelo Município e aos Fiscais, o direito de excluir da sala e eliminar do restante das provas o candidato cujo comportamento for considerado inadequado, bem como, tomar medidas saneadoras e restabelecer critérios outros para resguardar a execução individual e correta das provas.

7.2. Em caso de necessidade de amamentação durante a realização das provas, a candidata deverá levar um acompanhante, que terá local reservado para esse fim e que será responsável pela guarda da criança.

7.3. Não haverá, sob qualquer pretexto ou motivo, segunda chamada para a realização das provas. Os candidatos deverão comparecer 30min (trinta minutos) antes do horário de fechamento dos portões. Os portões serão fechados às 13h50min, não sendo permitida a entrada de candidatos retardatários.

7.4. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a publicação de todos os atos, editais e comunicados referentes a este Processo

Seletivo, disponibilizados na internet nas paginas descritas no item 1.2, e afixados também nos quadros de aviso da Prefeitura, devendo, ainda, manter atualizado seu endereço.

8. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

8.1. Em todas as fases na classificação entre candidatos com igual número de pontos, serão fatores de preferência os seguintes:

- 8.1.1. Melhor nota na prova escrita;
- 8.1.2. Melhor nota em conhecimento em língua portuguesa e interpretação;
- 8.1.3. Idade mais elevada.

8.2. Persistindo o empate entre os candidatos, depois de aplicados todos os critérios acima, o desempate se dará por meio de sorteio em ato público, em local, data e horário definido pela Comissão Organizadora e na presença dos candidatos.

9. DA FORMA DE JULGAMENTO DA PROVA OBJETIVA

9.1. A prova objetiva será avaliada na escala de 0 (zero) a 10 (dez) pontos e terá caráter classificatório.

9.2. A nota da prova objetiva será obtida com a aplicação da fórmula abaixo:

$$NPO = \frac{10}{TQP}$$

xNAP

NPO = Nota da prova objetiva TQP = Total de questões da prova NAP = Número de acertos na prova

10. DO RESULTADO FINAL

10.1. O resultado final será a nota obtida com o número de pontos auferidos na prova escrita.

11. DOS RECURSOS

11.1. A impugnação a este Edital poderá ser efetuado por qualquer cidadão, no prazo de três dias úteis, contados a partir da data de sua publicação, mediante requerimento dirigido a Prefeita Municipal, cuja decisão será publicada nos sites www.amauc.org.br e www.ita.sc.gov.br.

11.2. Os demais recursos deverão ser interpostos de forma online. O candidato deverá acessar a área do candidato com seu CPF e senha e interpor o recurso em até 2 (dois) dias úteis a contar da divulgação oficial, excluindo-se o dia da divulgação para efeito da contagem do prazo:

- *da homologação das inscrições;
- *dos gabaritos; (divulgação no site)
- *do resultado do processo seletivo em todas as suas fases.

11.2.1. Quando o recurso se relacionar às questões da prova escrita, o candidato deverá apresentar um recurso para cada questão, sob pena de não obter provimento no caso de versar sobre mais de uma questão no mesmo recurso.

11.2.2. Os recursos deverão estar embasados em argumentação lógica e consistente. Em caso de contestação de questões da prova, o candidato deverá se pautar em literatura conceituada e argumentação plausível.

11.3. Em qualquer caso, não serão aceitos recursos encaminhados via postal, via fax ou e-mail.

11.4. Julgados os recursos em face do gabarito ou da prova objetiva, neste caso, será publicado um novo gabarito, com as modificações necessárias.

11.5. Caberá à Comissão do Concurso decidir sobre a anulação de questões julgadas irregulares.

11.6. Em caso de anulação de questões, por duplicidade de respostas, falta de alternativa correta ou qualquer outro motivo, estas serão consideradas corretas para todos os candidatos e os pontos correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos que não os obtiveram, independente de recurso.

11.7. Recursos não fundamentados ou interpostos fora do prazo serão indeferidos sem julgamento de mérito.

11.8. A Comissão constitui única e última instância na esfera administrativa para conhecer de recursos, não cabendo recurso adicional pelo mesmo motivo.

11.9. O resultado da análise dos recursos será publicado nos locais definidos no inciso 1.2.

12. DO PREENCHIMENTO DAS VAGAS

12.1. O quadro de vagas será preenchido por ordem de classificação e os classificados serão convocados a partir da homologação do presente Processo Seletivo, conforme a necessidade da administração.

12.2. O candidato que não assumir no prazo de 2 (dois) dias úteis, a partir da convocação, será desclassificado, sendo chamado o próximo classificado.

12.3. Para preenchimento de vagas que surgirem no período de vigência deste Edital, a Municipalidade poderá convocar os classificados, obedecida à ordem de classificação.

12.4. O candidato convocado, que não tiver interesse na vaga, poderá solicitar uma única vez a recondução para o final da lista classificatória. A referida solicitação deverá ser feita por escrito no ato da convocação.

12.5. O candidato que for convocado por duas vezes e não aceitar a vaga oferecida estará desclassificado e não será mais consultado.

12.6. O candidato que sendo convocado não comparecer estará desclassificado e não será mais consultado.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. A inscrição implica na aceitação por parte do candidato de todos os princípios, normas e condições do Processo Seletivo, estabelecidas no presente Edital e na legislação municipal e federal pertinente.

13.2. A falsidade ou inexistência das afirmativas, a não apresentação ou a irregularidade de documentos, ainda que verificados posteriormente, eliminará o candidato do Processo Seletivo, anulando-se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo de responsabilização nas esferas administrativa, cível e penal.

13.3. O Município e a AMAUC não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos, apostilas e outras publicações referentes ao processo seletivo.

13.4. O gabarito oficial e os cadernos da prova escrita serão disponibilizados no site da Amauc e do Município a partir das 10 horas da segunda-feira subsequente à data da aplicação da prova.

13.5. Os cadernos de provas escritas estarão à disposição dos candidatos a partir do primeiro dia útil ao da realização da prova, na Secretaria Municipal de Educação do Município de Itá.

13.6. Ao candidato não será permitido fazer cópia, impressão ou utilizar qualquer meio eletrônico para realizar cópia das provas.

13.7. O candidato obriga-se a manter atualizado seu endereço para correspondência, junto ao órgão realizador, após o resultado final.

13.8. O Município não se responsabilizará por eventuais trocas de endereço, telefone e e-mail, por parte do candidato, que impossibilite o contato caso necessite de convocação. Não sendo encontrado o candidato no telefone ou e-mail fornecido na inscrição, no prazo de 02 (dois) dias será seguida a listagem classificatória.

13.9. A validade do presente Processo Seletivo será de 01 (um) ano, podendo ser prorrogada por igual período.

13.10. Para efeito de admissão, fica o candidato convocado sujeito à aprovação em exame de saúde, elaborado por médicos especialmente designados pela Administração Municipal e apresentação de documentos legais que lhe forem exigidos, sendo que o não comparecimento no dia e hora designados para tal, implicará na desclassificação automática do candidato do processo seletivo.

13.11. O Processo Seletivo de que trata este Edital será procedido pela Comissão Permanente para Acompanhamento de Processos Seletivos e Concursos designada pelo Decreto 070 de 02 de Outubro de 2017.

13.12. A classificação no Processo Seletivo não assegura ao candidato o direito a admissão imediata, mas apenas a expectativa de ser admitido, segundo as vagas existentes e as necessidades da municipalidade.

13.13. Ao assumir o cargo, o Candidato deverá desenvolver as atividades em consonância com a legislação municipal, com a legislação específica de cada cargo e com as orientações repassadas pelos superiores hierárquicos.

13.14. Não será admitido o candidato classificado que tenha sido considerado culpado em processo administrativo disciplinar ou sindicância do Município.

13.15. Eventuais alterações na legislação municipal, relativas às normas inerentes aos servidores públicos, com reflexo na contratação prevista no presente Edital, serão automaticamente incorporadas a partir de sua vigência.

13.16. Os contratos decorrentes do presente processo seletivo terão prazo de validade de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogados por igual período, rescindidos mediante a realização de Concurso Público ou suspensos de acordo com a necessidade do Município.

13.17. O estágio será regido pelas disposições constantes na Lei Federal nº 11.788/2008 e na Lei Complementar nº 060/2009.

13.18. Aplicam-se aos servidores admitidos nos termos desta Lei, no que couber, o regime jurídico estatutário e a vinculação ao Regime Geral de Previdência Social.

13.19. O processo Seletivo será conduzido pela Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense – AMAUC e pela Comissão Permanente.

13.20. Todos os casos, problemas ou questões que surgirem, bem como os casos omissos, que não tenham sido expressamente previstos no presente Edital, serão resolvidos em comum pela Comissão Permanente e AMAUC.

13.21. Demais informações necessárias poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal através do telefone (49) 3458 9500, Secretaria Municipal de Educação através do telefone (49) 3458 2111 ou na Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense – AMAUC, pelo site www.amauc.org.br ou pelo telefone (49) 3482.3505 (Amauc).

Itá/SC, 27 de setembro de 2017.

JAIRO SARTORETTO

Prefeito Municipal

ANEXO I

CRONOGRAMA DAS FASES E OCORRÊNCIA DO PROCESSO SELETIVO

Fase ou ocorrência que mereça destaque Data

Publicação da íntegra do Edital 09/10/2017

Prazo para impugnação das disposições edital 10 e 11/10/2017 Período de inscrições 12 a 26/10/2017

Encerramento das inscrições com solicitação de isenções 19/10/2017 Publicação da lista oficial de isentos 20/10/2017 Recursos das inscrições com solicitação de isenções 23 e 24/10/2017

Entrega da documentação de pessoas com deficiências – item 4.5

Ultimo prazo para pagamento da inscrição 27/10/2017

Divulgação das inscrições deferidas e indeferidas de todos os cargos

Prazo para recursos contra o resultado da divulgação das inscrições 31/10/2017 3 01/11/2017

Publicação do edital de homologação definitiva das inscrições 06/11/2017

19/10/2017

30/10/2017

Aplicação da prova escrita 12/11/2017

Divulgação do gabarito preliminar da prova escrita 13/11/2017

Recursos contra as questões e ao gabarito preliminar da prova escrita 14 e 16/11/2017

Divulgação do gabarito definitivo da prova escrita 20/11/2017

Divulgação da classificação preliminar da prova escrita 21/11/2017

Recursos contra a classificação preliminar da prova escrita. 22 e 23/11/2017

Nota final e classificação 27/11/2017

Divulgação e homologação da classificação final 28/11/2017

ANEXO II

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

CONTEÚDO COMUM PARA OS CANDIDATOS

AUXILIAR DE CLASSE E ESTAGIÁRIOS

LÍNGUA PORTUGUESA

Interpretação e compreensão de texto. Tipos e gêneros textuais. Fonética: encontros consonantais e vocálicos. Ortografia. Pontuação. Morfologia: classes de palavras, processo de formação das palavras. Análise sintática dos períodos simples e composto. Concordância nominal e verbal. Regência verbal e nominal.. Tipos de linguagem: verbal, não- verbal, denotativa, conotativa, coloquial, formal. Funções da linguagem. Linguagem e sentido. Produção textual.

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICO

Operações e suas propriedades (adição, subtração, multiplicação, divisão e potenciação). Resolução de raciocínio lógico matemático. Descrição de numerais inteiros por extenso. Números decimais: propriedades e operações. Expressões numéricas. Equações do 1º e 2º graus. Problemas. Sistemas de medida de tempo. Sistema métrico decimal. Sistema monetário brasileiro. Problemas, números e grandezas proporcionais: razões e proporções. Divisão em partes proporcionais. Regra de três simples e composta. Porcentagem. Juro simples: juros, capital, tempo, taxas e montantes.

ATUALIDADES:

Acontecimentos e fatos relevantes e atuais do contexto internacional, nacional, estadual e no município de Itá nas seguintes áreas: política, economia, sociedade, educação e saúde. Meio ambiente: problemas e impactos ambientais globais e locais. Evolução histórica, geográfica, econômica, política e cultural do município de Itá. Ética no serviço público. Comportamento, postura profissional, atitudes no serviço; Organização da prática profissional e prioridade em serviço. Relações Humanas no trabalho, na família e na comunidade.

- CONTEÚDOS ESPECÍFICOS DO CARGO:

AUXILIAR DE CLASSE

Educação no mundo atual. Relacionamento com a equipe escolar. Papel do Auxiliar de classe. Função e papel da escola. Problemas de aprendizagem, Fatores físicos, psíquicos e sociais. Recreação: Atividades recreativas. Aprendizagem: Leitura/Escrita. Didática: métodos, técnicas, recursos/material didático. Desenvolvimento da linguagem oral, escrita, leitura, métodos, técnicas e habilidades. Instrumentos/Atividades Pedagógicas. Tendências Pedagógicas: Maria Montessori, Vygotsky, Piaget, Paulo Freire, Mario Sergio Cortella. Psicologia da Educação. Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento; Didática Geral. LDB. Constituição Federal referente à Educação. ECA.

ANEXO III

REQUERIMENTO PARA CANDIDATO PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS

Nome: Nº de

Inscrição: RG: , CPF: ,

inscrito (a) para o Cargo de , Residente: , nº ,Bairro:

, Fone: () , portador da necessidade especial , requer a Vossa Senhoria condições especiais para realização da prova objetiva do Processo Seletivo Público do Município de Itá /SC, conforme Edital 004/2015 anexando para tanto, Laudo Médico, bem como, fotocópia do documento de identidade.

Necessito do(s) seguinte(s) recurso(s):

Nestes Termos, Pede Deferimento.

/SC, de de 2017.

Nome, nº de Inscrição e Assinatura

ANEXO IV

DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA CONTRATAÇÃO

- CÓPIA CARTÃO DO PIS/PASEP;
- CÓPIA COMPROVAÇÃO DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PESSOA FISICA
- C.P.F;
- CÓPIA CARTEIRA DE IDENTIDADE;
- CÓPIA REGISTRO CIVIL DE CASAMENTO OU NASCIMENTO;
- CÓPIA CERTIDÃO DE NASCIMENTO DOS FILHOS MENORES DE 14 ANOS E COMPROVANTE DE VACINAÇÃO ATÉ OS 7 ANOS, ATESTADO DE ESCOLARIDADE FILHOS MAIORES DE 7 ANOS A 14 ANOS;
- 1 FOTO 3X4;- CÓPIA CERTIFICADO MILITAR (Sexo Masculino);
- CÓPIA TÍTULO ELEITORAL;
- CÓPIA COMPROVANTE DE ÚLTIMA VOTAÇÃO;
- ATESTADO MÉDICO (ORIGINAL);
- CONTA BANCÁRIA Nº AGÊNCIA ()Brasil () CEF
- CÓPIA CERTIFICADO DE ESCOLARIDADE (CONCLUÍDO)
- CÓPIA CARTEIRINHA DE HABILITAÇÃO PROFISSIONAL;
- CÓPIA COMPROVANTE VACINAÇÃO TÉTANO e RUBEOLA PARA AMBOS OS SEXOS;
- DECLARAÇÃO DE BENS;
- FOLHA CORRIDA JUDICIAL (www.tjsc.jus.br / certidões on line);
- DECLARAÇÃO PENALIDADES (ORIGINAL);
- DECLARAÇÃO ACUMULAÇÃO DE CARGOS (ORIGINAL).
- PARA OS ESTAGIÁRIOS – DEVERÁ SER APRESENTADA CERTIDÃO FORNECIDA PELA INSTITUIÇÃO DE ENSINO DE QUE O CANDIDATO ESTÁ REGULARMENTE MATRICULADO NO CURSO INFORMADONA FICHA DE INSCRIÇÃO

EDITAL PROCESSO SELETIVO 003/2017

EDITAL DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº003/2017

Processo Seletivo para preenchimento de Vagas, em caráter temporário, no quadro de Pessoal na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITÁ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal e considerando o disposto no inciso IV do artigo 2º da Lei Complementar nº 115/2015, que “dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público e dá outras providências” torna público, pelo presente Edital, as normas e procedimentos que nortearão o processo seletivo de pessoal a serem admitidos em caráter temporário para atuação na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer.

1. DAS INSCRIÇÕES

1.1. O presente Processo Seletivo se dará através PROVA e TÍTULOS será regido pelas normas deste edital e pelas demais disposições

vigentes. Sendo executado pela Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense (AMAUC), localizada à Rua Marechal Deodoro, 772, Centro, Concórdia –SC. Telefone (49) 3482 3505. Endereço eletrônico: concursos@amauc.org.br;

1.2. As inscrições serão realizadas no período de 12 de outubro a 26 de outubro de 2017, através do site www.amauc.org.br com link no site da Prefeitura Municipal de Itá www.ita.sc.gov.br.

1.3. Para inscrever-se, o candidato deverá no período de inscrição:

1.3.1. Acessar o site www.amauc.org.br ou www.ita.sc.gov.br e localizar o “banner” PROCESSO SELETIVO 003/2017;

1.3.2. Ler na íntegra o Edital, fazer o cadastro do candidato se for o primeiro acesso, caso já seja cadastrado somente realizar o login para inscrição, podendo optar por até 02 (duas) áreas de atuação, no qual declarará estar ciente das condições exigidas e das normas expressas no Edital;

1.3.3. Ao realizar a inscrição o candidato poderá optar por duas áreas de ensino, para tanto, o candidato deverá ser habilitado para uma área e no mínimo estar cursando Licenciatura Plena na outra área pretendida, devendo neste caso apresentar documentação para as duas opções.

1.3.4. Preencher o Requerimento de Inscrição, conferir os dados informados e enviá- los via internet, seguindo as instruções;

1.3.5. Imprimir uma cópia do Requerimento da Inscrição e do Boleto, efetuando o pagamento até as 23h59min do dia 27 de outubro de 2017.

1.4. A formalização da inscrição somente se dará com o adequado preenchimento de todos os campos da ficha de inscrição pelo candidato e a confirmação do pagamento do boleto, salvo para os que preencherem os requisitos para isenção.

1.5. O descumprimento das instruções para a inscrição pela internet implicará a não efetivação da inscrição;

1.6. No dia 30 de outubro de 2017 serão publicadas as inscrições deferidas e indeferidas, o candidato deverá conferir no site www.amauc.org.br ou www.ita.sc.gov.br a publicação da lista dos inscritos. Caso seja detectada alguma divergência ou falta de informação, o candidato terá prazo de 02 (dois) dias úteis para interpor recurso acessando a área do candidato com seu CPF e senha.

1.6.1 As inscrições serão Homologadas no dia 06 de novembro de 2017.

1.7. O comprovante de inscrição do candidato será o documento impresso da inscrição e o boleto, devidamente quitado;

1.8. A Secretaria Municipal de Educação disponibilizará um computador com acesso a internet para que os candidatos que necessitarem possam realizar suas inscrições durante o período estipulado para a realização das mesmas, no horário das 8h às 11h e das 14h às 17h, de segunda a sexta-feira;

1.9. Em caso de inscrição errada e pagamento da mesma, o candidato não será ressarcido pelo pagamento efetuado incorretamente, sendo que é de responsabilidade do candidato efetuar corretamente a sua inscrição para o ao cargo a qual pretende concorrer;

1.10. O Município e a AMAUC não se responsabilizam por solicitação de inscrição via internet não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

1.11. Efetivada a inscrição, não será aceita alteração de função, seja qual for o motivo alegado.

1.12. As inscrições, a classificação e a escolha de vagas ocorrerão para as vagas existentes ou que venham a surgir durante o ano letivo de 2018, salvo as vagas abertas por motivo de aposentadoria. A remuneração será correspondente ao vencimento inicial do cargo em conformidade com o Plano de Cargos e Salários e de acordo com a qualificação respectiva prevista na legislação vigente.

1.13. São condições para a inscrição:

1.13.1. Ser brasileiro nato ou naturalizado nos termos do Art. 12 da Constituição Federal;

1.13.2. Ter até a data da contratação, idade mínima de 18 anos, gozar de boa saúde física e mental, estar no gozo dos direitos políticos e civis e, se do sexo masculino, estar quite com o Serviço Militar;

1.13.3. Estar ciente que se aprovado, quando da convocação, deverá comprovar que preenche todos os requisitos exigidos para a função, constantes do presente Edital, sob pena de perda do direito à vaga.

1.13.4. Não ter sido demitido por ato de improbidade ou exonerado “a bem do serviço público”, mediante decisão com trânsito em julgado;

2. DATA E TAXA DE INSCRIÇÃO E DA ISENÇÃO

2.1. A taxa para inscrição no Processo Seletivo é de R\$ 60,00 (sessenta reais) para cada inscrição, se optar por 02 (duas) inscrições pagará duas taxas..

2.2. Ficam isentos do pagamento os doadores de sangue;

2.3. Documentação necessária para receber a isenção:

2.3.1. Para o doador de sangue, apresentação de documento hábil expedido pela unidade coletora, que deverá disciplinar o número e a data em que foram realizadas as doações, não podendo ser inferior a duas doações no lapso de um ano antes da inscrição deste Processo Seletivo;

2.4. Os documentos necessários para comprovação da isenção deverão ser escaneados e anexados junto com o requerimento de inscrição, até o dia 19 de outubro de 2017 sob pena de indeferimento do pedido de isenção.

3. DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

3.1. Às pessoas com deficiência é assegurado o direito de inscrição para as funções em Processo Seletivo, cujas atribuições sejam compatíveis com sua deficiência, conforme artigo 37 da Constituição Federal e Lei Nº 7.853/89.

E

3.2. Em obediência ao disposto no art. 37, § 1º e 2º do Decreto 3.298 de 20/12/99 que regulamenta a Lei 7853/89, ser-lhes-á reservado o percentual de 5% (cinco por cento) das vagas existentes para cada função, individualmente, das que vierem a surgir ou que forem criadas no prazo de validade do presente processo.

3.2.1. Se, na aplicação do percentual, resultar número fracionado igual ou superior a 0,5 (cinco décimos), estará formada 01(uma) vaga para a pessoa com deficiência. Se inferior a 0,5 (cinco décimos), a formação da vaga ficará condicionada à elevação da fração para o mínimo de 0,5 (cinco décimos), caso haja aumento do número de vagas para a função.

3.3. Consideram-se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no art. 4º do Decreto Federal Nº 3.298/99.

3.4. As pessoas com deficiência, resguardadas as condições especiais previstas no Decreto Federal Nº 3.298/99, particularmente, em seu Art. 40, participarão do Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao dia, horário e local de aplicação das provas, e a nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

3.5. Os benefícios previstos no artigo 40, §§ 1º e 2º, do Decreto Federal Nº 3.298/99, deverão ser requeridos por escrito, durante o período das inscrições. O candidato deverá preencher o Anexo IV, deste Edital, entregar na sede da AMAUC, até o dia 19 de outubro de 2017, sob pena de indeferimento do pedido:

3.5.1. Requerimento solicitando vaga especial, contendo a identificação do candidato e indicação do cargo para o qual se inscreveu;

3.5.2. Laudo Médico (original ou cópia reprográfica autenticada) atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência, inclusive para assegurar a previsão de adaptação à prova;

3.5.3. Solicitação de prova especial, se necessário. (A não solicitação de prova especial eximirá a empresa de qualquer providência).

3.6. Serão indeferidas as inscrições na condição especial de pessoa com deficiência dos candidatos que não encaminharem dentro do prazo e forma prevista no presente Edital o respectivo laudo médico. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme instrução constante neste Edital não poderá impetrar recurso em favor de sua situação

3.7. A publicação do resultado final do Processo Seletivo será feita em duas listas, contendo a primeira, a pontuação de todos os candidatos, inclusive a das pessoas com deficiência, e a segunda, somente a pontuação destes últimos.

3.8. Não havendo candidatos aprovados para as vagas reservadas às pessoas com deficiência, estas serão preenchidas pelos demais candidatos aprovados, com estrita observância da ordem classificatória.

3.9. Os candidatos que não atenderem aos dispositivos mencionados no presente Edital não serão considerados como pessoas com deficiência e não terão prova especial preparada, sejam quais forem os motivos alegados

3.10. Ao ser convocado para investidura na função pública, o candidato deverá se submeter a exame médico oficial ou credenciado pela Prefeitura, que terá decisão terminativa sobre a qualificação do candidato como deficiente ou não, e o grau de deficiência capacitante para o exercício da função. Será eliminado da lista de pessoa com deficiência o candidato cuja deficiência assinalada na Ficha de Inscrição não se constate, devendo o mesmo constar apenas na lista de classificação geral.

3.11. Após o ingresso do candidato com deficiência, este não poderá ser arguida para justificar a concessão de readaptação da função e de aposentadoria por invalidez.

4. DOS DOCUMENTOS PARA A INSCRIÇÃO

4.1. Após realizar a inscrição on-line, o candidato deverá apresentar cópia dos documentos especificados nos itens 7.2 e 7.3 deste edital, até as 17h do dia 26 de outubro de 2017, encaminhar diretamente para AMAUC via correio ou pessoalmente no endereço: Rua Marechal Deodoro, Nº 772, Centro, Concórdia - SC, CEP: 89700905, em um envelope, devidamente LACRADO com a seguinte identificação:

Município de Itá Processo Seletivo nº

Cargo _____

Nome do candidato _____

Inscrição nº _____ Fone: _____

4.1.1 – Para cada inscrição o candidato deverá apresentar um envelope LACRADO com os respectivos títulos conforme itens 7.2 e 7.3.

4.2. O candidato que fizer entrega pessoalmente de sua documentação receberá protocolo da AMAUC e via correio terá o comprovante da postagem.

4.3. O candidato que não entregar a documentação solicitada nos itens 7.2 e 7.3 pontuará apenas com a nota da prova e terá sua inscrição deferida como não habilitado;

4.4. A entrega da documentação para candidatar-se a qualquer vaga é de inteira responsabilidade do candidato, o qual não poderá alegar

qualquer prejuízo ou requerer que sejam juntados e apreciados em momento posterior a inscrição.

4.5. Não serão feitas cópias de documentos na Secretaria Municipal de Educação ou em qualquer escola da rede municipal de ensino;

4.6. Quando da inscrição em duas áreas, o candidato deverá entregar a documentação completa nas duas inscrições em envelopes separados e identificados conforme item 4.1.

4.7. O candidato que optar pela inscrição para duas áreas de ensino, no momento da escolha de vaga, deverá obrigatoriamente optar por apenas uma delas e, conseqüentemente, abrir mão da vaga remanescente. Podendo assumir apenas na falta de outros candidatos àquela vaga e ter compatibilidade de horário.

4.8. Não haverá segunda chamada para a entrega dos títulos, qualquer que seja o motivo de impedimento do candidato que não os apresentar até prazo estipulado;

4.9. Os títulos entregues serão inutilizados depois de decorrido o prazo de 365 dias corridos, contando da data da divulgação oficial do resultado final do Processo Seletivo.

4.10. Para fins de contratação (habilitado/ não-habilitado), o profissional será contratado conforme a documentação entregue no ato da inscrição.

4.11. O Ensino médio concluído na área do magistério habilita para a Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental, mas não pontua como titulação.

4.12. Documentos obrigatórios para inscrição de professor habilitado:

- A) Cópia Habilitação do cargo, (certificado com registro no MEC);
- B) Declaração de Tempo de Serviço no Magistério até 30 de Agosto de 2017;
- C) Cópia dos Certificados de Formação Continuada realizados na área da Educação, até o limite de 400h;

4.14.1. O profissional que concluiu o curso e não recebeu o certificado, poderá

entregar uma declaração de conclusão de curso devidamente assinada e validada pela entidade na qual o cursou, acompanhada do Histórico das disciplinas cursadas;

4.14.1.1. Esta regra não se aplica ao profissional que estiver cursando a 8º fase, sendo que o mesmo será considerado não-habilitado;

4.13. Documentos obrigatórios para inscrição de professor Não- Habilitado:

- A) Declaração de Tempo de Serviço no Magistério;
- B) Cópia dos Certificados de Formação Continuada realizados na área da Educação;
- C) Declaração de frequência em curso de pedagogia e/ou licenciatura plena na área específica;

4.15.1. Será admitida a inscrição de profissionais não habilitados cursando no mínimo a 2º fase de curso superior em pedagogia e/ou Licenciatura Plena, sendo que, serão consideradas, apenas, as declarações que sejam na área da qual o candidato realizou a inscrição;

5. DAS PROVAS –DO LOCAL E DOS PRINCÍPIOS

5.1. O Processo Seletivo será de provas escritas com valoração de títulos.

5.2. As provas serão realizadas no dia 12 de novembro de 2017 com início às 14h e término às 17h para todos os candidatos, ambos se realizaram 01 (uma) ou 02 (duas) inscrições, tendo como local EMEB Valentin Bernardi (Rua Salto Santiago nº 396 – Bairro Vila Gerasul, Itá/SC). Os portões serão fechados às 13h50min.

5.2.1. Caso o número de candidatos exceda a oferta de lugares na escola acima mencionada, a Administração Municipal poderá alterar horários das provas ou até mesmo dividir a aplicação das provas em mais de uma data, cabendo aos candidatos a obrigação de acompanhar as publicações oficiais e por meio dos sites www.ita.sc.gov.br e www.amauc.org.br ;

5.3. A duração da prova escrita será de até 03(três) horas, para todos os candidatos, ambos com 01 (uma) ou 02 (duas) inscrições, já incluídos o tempo para o preenchimento da folha de respostas.

5.4. O candidato deverá comparecer ao local designado com antecedência mínima de 30min (trinta minutos), antes do fechamento dos portões, munido de caneta com tinta azul ou preta e UM DOS SEGUINTE DOCUMENTOS NO ORIGINAL:

- a) Cédula de Identidade - RG;
- b) Carteira de Órgão ou Conselho de Classe;
- c) Carteira de Trabalho e Previdência Social;
- d) Certificado Militar;
- e) Carteira Nacional de Habilitação, emitida de acordo com a Lei 9.503/97 (com foto);
- f) Passaporte;

5.4.1. Não será permitido ao candidato efetuar a prova se não estiver munido de um dos documentos relacionados no item 5.4

5.4.2. Em hipótese alguma haverá segunda chamada após o horário de início da prova.

5.5. As provas objetivas (escritas) desenvolver-se-ão em forma de testes, por meio de questões de múltipla escolha, cinco alternativas (a, b, c, d, e), sendo em cada questão uma alternativa correta.

5.5.1. Todas as respostas da prova escrita deverão ser transportadas para o cartão resposta, e para cada questão somente uma das alternativas será anotada, sendo considerada errada aquela que apresentar mais de uma alternativa assinalada, apresentar emendas ou rasuras, ou estiver sem nenhuma alternativa de resposta assinalada.

5.5.2. As questões anuladas pela Comissão serão computadas para todos os candidatos como resposta correta.

5.6. Durante as provas não será permitido, sob pena de exclusão do processo seletivo: qualquer espécie de consultas bibliográficas, comunicação com outros candidatos, ou utilização de livros, manuais ou anotações, máquina calculadora, relógios de qualquer tipo, agendas eletrônicas, telefones celulares, smartphones, mp3, notebook, palmtop, tablet, BIP, walkman, gravador ou qualquer outro receptor ou transmissor de mensagens, bem como o uso de óculos escuros, bonés, protetores auriculares e outros acessórios similares.

5.6.1. Os pertences pessoais, inclusive o aparelho celular (desligado e retirado a bateria) deverão ser guardados em baixo da cadeira onde o candidato irá sentar-se. Todos os pertences serão de inteira responsabilidade do candidato.

5.6.2. O candidato que for flagrado na sala de provas portando qualquer dos pertences acima será excluído do processo seletivo.

5.7. Após adentrar a sala de provas e assinar a lista de presença, o candidato não poderá, sob qualquer pretexto, ausentar-se sem autorização do Fiscal de Sala, podendo sair somente acompanhado do Fiscal, designado pela Comissão do Processo.

5.8. Os envelopes das provas serão conferidos por dois candidatos, que comprovarão os respectivos lacres e assinarão, juntamente com os dois fiscais, o termo de abertura dos mesmos.

5.9. Cada candidato juntamente com o caderno de provas receberá um cartão resposta, que não poderá ser substituído em hipótese alguma.

5.10. O caderno de prova conterá orientações objetivas acerca de como deve ser respondido, assim como de que forma deverá ser preenchido o cartão resposta.

5.11. O candidato deverá conferir se seus dados de identificação constantes no cartão resposta estão corretos e assiná-lo no local indicado.

5.12. O candidato só poderá retirar-se do local de aplicação das provas, após 30 (trinta) minutos do horário previsto para o início das mesmas, devendo entregar ao Fiscal da Sala o caderno de prova e o cartão de respostas.

5.13. Ao final das provas, os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até o último concluir.

5.14. Os três últimos candidatos que permanecerem na sala, juntamente com os fiscais, efetuarão a conferência dos cartões respostas, assinarão a ata descrevendo o que foi verificado, assim como todas as irregularidades que tenham ocorrido e rubricarão os envelopes fechados.

6. DA COMPOSIÇÃO DA PROVA ESCRITA E DO NÚMERO DE QUESTÕES

6.1. A prova terá peso 7(sete) com 20(vinte) questões de múltipla escolha, conforme abaixo:

6.2. O candidato que obtiver nota abaixo de 3 (três) na prova escrita, será desclassificado do presente Processo Seletivo;

CONTEÚDO	Nº DE QUESTÕES
Língua Portuguesa	04
Matemática e Raciocínio Lógico Matemático	03
Conhecimentos Gerais/Atualidades	03
Conhecimentos Específicos	05
Conhecimentos na área da educação	05
Total de Questões	20

6.3. O conteúdo programático das provas a que se submeterão os candidatos está disponível no Anexo III deste Edital.

6.4. Os candidatos que se inscreverem em duas áreas, responderão 02 (dois) cadernos de provas e 02 (dois) cartões resposta.

6.5. A classificação final obedecerá à ordem decrescente e classificatória da nota da prova acrescida do computo dos títulos.

7. DOS TÍTULOS

7.1. Serão considerados os seguintes Títulos, desde que correspondentes à área de Educação:

7.2. Para os professores habilitados:

Especificação do Título Pontuação

Mestrado na área da Educação	1,5 (um vírgula cinco) pontos – máximo um título.
------------------------------	---

Especialização e/ou pós graduação latu sensu, na área específica ou da Educação.	1(um) ponto – máximo um título.
--	----------------------------------

Graduação na área específica. 0,5 (zero vírgula cinco) pontos

Tempo de Serviço no magistério até 30/ 09/2017 (para efeito de contagem do Tempo de Serviço será desconsiderado o tempo concomitante).	0, 005 (zero vírgula zero zero cinco) pontos por mês trabalhado, sendo que será considerado de 16 dias ou mais como um mês completo.
Cursos de Formação Continuada na área da Educação, limitando-se a 400h.	0,10 (zero vírgula dez) pontos para cada 40h

A somatória total de títulos não será computada quando ultrapassar os 03(três) pontos em quaisquer dos itens da especificação de títulos acima.

7.3 Para professores não habilitados:

Especificação do Título Pontuação

Para cada fase concluída do curso superior (em Licenciatura Plena)	0,05 (zero vírgula dez) pontos
Tempo de Serviço no magistério até 30/09/2017 (para efeito de contagem do Tempo de Serviço será desconsiderado o tempo concomitante)	0,005 (zero vírgula zero zero cinco) ponto por mês trabalhado, sendo que será considerada a fração de 16 dias ou mais como um mês completo.
Cursos de Formação Continuada na área da Educação limitando-se a 400h	0,10 (zero vírgula dez) ponto para cada 40h

A somatória total de títulos não será computada quando ultrapassar os 03(três) pontos em quaisquer dos itens da especificação de títulos acima.

7.1. Os títulos de que dispõe a tabela dos profissionais habilitados, no que diz respeito à titulação por mestrado, pós e graduação NÃO serão cumulativas. Será considerado para fins de contagem de pontos o maior título apresentado;

7.2. O tempo de serviço já utilizado para fins de aposentadoria não será computado;

7.3. Serão pontuados como títulos, certificado em papel timbrado da instituição, contendo assinatura e identificação do responsável e a respectiva carga horária, que ateste sobre a conclusão total do curso e aprovação.

7.3.1. Os cursos e certificados a que se refere os itens 7.2 e 7.3 só serão considerados se forem emitidos por:

- Instituições de ensino superior, devidamente reconhecidas pelo MEC;
- Órgãos da estrutura básica do Ministério da Educação ou das Secretarias Estaduais da Educação;
- Secretarias Municipais de Educação;

8. DAS NORMAS DE COMPORTAMENTO DO CANDIDATO

8.1. As provas serão individuais, não sendo tolerada a comunicação com outro candidato, nem a utilização de livros, notas, impressos, celulares, calculadoras e/ou similares. Reserva-se a Comissão Organizadora do Processo Seletivo designado pelo Município e aos Fiscais, o direito de excluir da sala e eliminar do restante das provas o candidato cujo comportamento for considerado inadequado, bem como, tomar medidas saneadoras e restabelecer critérios outros para resguardar a execução individual e correta das provas.

8.2. Em caso de necessidade de amamentação durante a realização das provas, a candidata deverá levar um acompanhante, que terá local reservado para esse fim e que será responsável pela guarda da criança.

8.3. Não haverá, sob qualquer pretexto ou motivo, segunda chamada para a realização das provas. Os candidatos deverão comparecer 30min (trinta minutos) antes do horário de fechamento dos portões. Os portões serão fechados às 13h50min, não sendo permitida a entrada de candidatos retardatários.

8.4. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a publicação de todos os atos, editais e comunicados referentes a este Processo Seletivo, disponibilizados na internet nas páginas descritas no item 1.2, e afixados também nos quadros de aviso da Prefeitura, devendo, ainda, manter atualizado seu endereço.

9. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

9.1. Em todas as fases na classificação entre candidatos com igual número de pontos, serão fatores de preferência os seguintes:

9.1.1. Melhor nota na prova escrita;

- 9.1.2. Melhor nota em conhecimento específico;
- 9.1.3. Melhor nota em conhecimento em língua portuguesa;
- 9.1.4. Idade mais elevada;

9.2. Persistindo o empate entre os candidatos, depois de aplicados todos os critérios acima, o desempate se dará por meio de sorteio em ato público, em local, data e horário definido pela Comissão Organizadora e na presença dos candidatos.

10. DA FORMA DE JULGAMENTO DA PROVA OBJETIVA

10.1. A prova objetiva será avaliada na escala de 0 (zero) a 7 (sete) pontos e terá caráter eliminatório, fica desclassificado o candidato que não tirar nota mínima de 3(três) pontos na prova objetiva .

10.2. A nota da prova objetiva será obtida com a aplicação da fórmula abaixo:

10.1.

NPO =

7

TQP

xNAP

Onde:

NPO = Nota da prova objetiva TQP = Total de questões da prova NAP = Número de acertos na prova

11. DO RESULTADO FINAL

11.1. O resultado final será a nota obtida com o número de pontos auferidos na prova, acrescido da soma dos títulos.

12. DOS RECURSOS

12.1. A impugnação a este Edital poderá ser efetuado por qualquer cidadão, no prazo de dois dias úteis, contados a partir da data de sua publicação, mediante requerimento dirigido ao Prefeito Municipal, cuja decisão será publicada nos sites www.amauc.org.br e www.ita.sc.gov.br.

12.2 Os demais recursos deverão ser interpostos de forma online. O candidato deverá acessar a área do candidato com seu CPF e senha e interpor o recurso em até 2 (dois) dias úteis a contar da divulgação oficial, excluindo-se o dia da divulgação para efeito da contagem do prazo:

*da homologação das inscrições;

*dos gabaritos; (divulgação no site)

*do resultado do processo seletivo em todas as suas fases.

12.2.1. Para protocolar o recurso o candidato deverá acessar a Área do Candidato e clicar em Recursos e Requerimentos;

12.2.2. Quando o recurso se relacionar às questões da prova escrita, o candidato deverá apresentar um recurso para cada questão, sob pena de não obter provimento no caso de versar sobre mais de uma questão no mesmo recurso.

12.2.3. Os recursos deverão estar embasados em argumentação lógica e consistente. Em caso de contestação de questões da prova, o candidato deverá se pautar em literatura conceituada e argumentação plausível.

12.3. Em qualquer caso, não serão aceitos recursos encaminhados via postal, via fax ou e- mail.

12.4. Julgados os recursos em face do gabarito ou da prova objetiva, neste caso, será publicado um novo gabarito, com as modificações necessárias.

12.5. Caberá à Comissão do Processo Seletivo decidir sobre a anulação de questões julgadas irregulares.

12.6. Em caso de anulação de questões, por duplicidade de respostas, falta de alternativa correta ou qualquer outro motivo, estas serão consideradas corretas para todos os candidatos e os pontos correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos que não os obtiveram, independente de recurso.

12.7. Recursos não fundamentados ou interpostos fora do prazo serão indeferidos sem julgamento de mérito.

12.8. A Comissão constitui última instância na esfera administrativa para conhecer de recursos, não cabendo recurso adicional pelo mesmo motivo.

13. DO PREENCHIMENTO DAS VAGAS

13.1. As vagas disponíveis para a chamada de professores ACT's ficarão vinculadas aos professores efetivos e lotados, em atribuição de exercício e outros ocupantes de cargos comissionados, licenças legais, bem como aquelas não ocupadas no último concurso público, e em

função da demanda de matrículas, podendo ser chamados, havendo necessidade maior do que a pretendida.

13.2. O candidato que escolher vaga de ano todo, surgindo outra vaga, sendo ela no mesmo turno da vaga anteriormente escolhida, não será consultado;

13.3. Os professores não habilitados somente serão chamados se não houver mais nenhum professor habilitado a ser chamado dentro da mesma habilitação.

13.4. O levantamento de vagas será efetuado pela Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, de acordo com o número de aulas e/ou turmas disponíveis nas escolas da rede municipal de ensino, mediante a necessidade no decorrer do ano letivo 2018.

13.5. O candidato que não se apresentar no dia e horário determinados para escolha da vaga, bem como, aquele presente que não aceitar nenhuma das vagas oferecidas, continuará na ordem de classificação, entretanto, deverá aguardar uma nova chamada. A lista seguirá até o fim dos habilitados e será retomada uma única vez.

13.6. O candidato que por duas vezes não comparecer ou não aceitar a vaga oferecida, não será mais consultado.

13.7. Todos os casos, problemas ou questões que surgirem e que não tenham sido expressamente previstos no presente Edital e Lei Orgânica Municipal serão resolvidos em comum pela Comissão Coordenadora do Processo Seletivo e AMAUC.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. A inscrição implica na aceitação por parte do candidato de todos os princípios, normas e condições do Processo Seletivo, estabelecidas no presente Edital e na legislação municipal e federal pertinente.

14.2. A falsidade ou inexistência das afirmativas, a não apresentação ou a irregularidade de documentos, ainda que verificados posteriormente, eliminará o candidato do Processo Seletivo, anulando-se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo de responsabilização nas esferas administrativa, cível e penal.

14.3. O Município e a AMAUC não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos, apostilas e outras publicações referentes ao processo seletivo.

14.4. O gabarito oficial e os cadernos da prova escrita serão disponibilizados no site da Amauc e do Município a partir das 10 horas da segunda-feira subsequente à data da aplicação da prova.

14.5. Os cadernos de provas escritas estarão à disposição dos candidatos a partir do primeiro dia útil ao da realização da prova, na Secretaria Municipal de Educação do Município de Itá.

14.6. Ao candidato não será permitido fazer cópia, impressão ou utilizar qualquer meio eletrônico para realizar cópia das provas.

14.7. O candidato obriga-se a manter atualizado seu endereço para correspondência, junto ao órgão realizador, após o resultado final.

14.8. A Prefeitura Municipal de Itá e a Secretaria Municipal de Educação não se responsabilizam por eventuais trocas de endereço, telefone e e-mail, por parte do candidato, que impossibilite o contato caso necessite de convocação. Não sendo encontrado o candidato no telefone ou e-mail fornecido na inscrição, no prazo de 24h será seguida a listagem classificatória.

14.9. A validade do presente Processo Seletivo será até o último dia letivo de 2018.

14.10. Ao ser convocado o candidato deverá apresentar documentação conforme solicitação do Departamento de Pessoal, conforme anexo V.

14.11. Para efeito de admissão, fica o candidato convocado sujeito à aprovação em exame de saúde, elaborado por médicos especialmente designados pela Administração Municipal e apresentação de documentos legais que lhe forem exigidos, sendo que o não comparecimento no dia e hora designados para tal implicará na desclassificação automática do candidato do processo seletivo.

14.12. A Homologação do Processo Seletivo poderá ser efetuada por cargo, individualmente, ou pelo conjunto de cargos constantes do presente Edital, a critério da Administração.

14.13. O Processo Seletivo de que trata este Edital será procedido pela Comissão Permanente para Acompanhamento de Processos Seletivos designada pelo Decreto 070 de 02 de Outubro de 2017.

14.14. A classificação no Processo Seletivo não assegura ao candidato o direito a admissão imediata, mas apenas a expectativa de ser admitido, segundo as vagas existentes e as necessidades da municipalidade.

14.15. O candidato efetivo e/ou comissionado em atividade que já possuir 40 (quarenta) horas de trabalho semanais no Serviço Público Municipal ficará impedido de escolher aulas, mesmo sendo em outra área de atuação.

14.16. Ao assumir a vaga, o professor deverá desenvolver as atividades em consonância com as Diretrizes Curriculares da Secretaria Municipal de Educação e com o Projeto Político-Pedagógico das Escolas, buscar diferentes estratégias a fim de efetivar o processo ensino aprendizagem, bem como participar dos momentos de formação oportunizados durante o ano letivo de 2018.

14.17. O contrato do professor substituto poderá ser prorrogado enquanto perdurar o afastamento do titular, mesmo que por motivo diverso ao que gerou o primeiro afastamento, desde que não haja interrupção entre os períodos.

14.18. Não será admitido o candidato classificado que tenha sido considerado culpado em processo administrativo disciplinar ou sindicância do Município.

14.19. Eventuais alterações na legislação municipal, relativas às normas inerentes aos servidores públicos, com reflexo na contratação prevista no presente Edital, serão automaticamente incorporadas a partir de sua vigência.

14.20. Os professores poderão ser remanejados de escolas e/ou terem seus contratos rescindidos, em qualquer época do ano letivo, a depender do número de alunos e/ou da necessidade e interesse da municipalidade.

14.21. Os candidatos aprovados ficam automaticamente convocados para a escolha das vagas que será realizada obedecendo à ordem de classificação, mediante existência de vagas e ocorrerá na Secretaria Municipal de Educação no dia 05 de fevereiro de 2018 às 14h.

14.22. A quantidade de vagas e a carga horária serão divulgadas a partir do dia 15 de janeiro de 2018 nos sites www.ita.sc.gov.br e www.amauc.org.br;

14.23. Os profissionais contratados através deste Processo Seletivo ficarão regidos pela Lei Complementar 005/2015;

14.24. A escolha de vagas deverá ser efetuada pelo próprio candidato, a escolha por procuração somente será permitida quando a mesma for registrada em cartório.

14.25. O processo Seletivo será conduzido pela Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense – AMAUC, Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer do município de Itá, que executará todas as fases do processo, supervisionado pela Comissão Coordenadora do Processo Seletivo.

14.26. Demais informações necessárias poderão ser obtidas na Secretaria Municipal de Educação através do telefone (49) 3458 2111 ou na Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense – AMAUC, pelo site www.amauc.org.br ou pelo telefone (49) 3482.3505 (Amauc).

Itá/SC, 27 de outubro de 2017.

JAIRO LUIZ SARTORETTO

Prefeito Municipal

ANEXO I CRONOGRAMA DAS FASES E OCORRÊNCIA DO PROCESSO SELETIVO

Fase ou ocorrência que mereça destaque	Data
Publicação do Edital	09/10/2017
Prazo para impugnação das disposições editalícias	10 e 11/10/2017
Divulgação da quantidade de vagas	A partir de 15/01/2018
Período das Inscrições	12 a 26/10/2017
Encerramento das inscrições com solicitação de isenção	19/10/2017
Publicação da lista oficial de isentos	20/10/2017
Entrega da documentação de pessoas com necessidades – Item 3.5	19/10/2017
Recursos das inscrições com solicitação de isenções	23 e 24/10/2017
Último prazo de pagamento das inscrições	27/10/2017
Divulgação das inscrições deferidas e indeferidas de todos os cargos	30/10/2017
Prazo para recursos contra o resultado da divulgação das inscrições	31/ 10 e 01/11/2017
Publicação do edital de homologação definitiva das inscrições e dos locais de realização das provas	06/11/2017
Aplicação da Prova Escrita	12/11/2017
Divulgação do gabarito preliminar da prova escrita	13/11/2017
Recursos contra as questões e ao gabarito preliminar da prova escrita	14 e 16/11/2017
Divulgação do gabarito definitivo da prova escrita	20/11/2017
Divulgação da classificação preliminar da prova escrita e prova de títulos	21/11/2017
Recursos contra a classificação preliminar da prova escrita e prova de títulos	22 e 23/11/2017
Divulgação e homologação da classificação final da prova escrita e títulos	28/11/2017
Primeira chamada dos candidatos classificados	05/02/2018

ANEXO II QUADRO DE VAGAS

1. Educação Infantil, Séries Iniciais e Finais do Ensino Fundamental

Item	Disciplina	Habilitação Mínima
01	E Pedagogia	Magistério e /ou cursando a partir da 2º fase do curso superior em Pedagogia
02	Língua Portuguesa	Cursando a partir da 2º fase do curso superior de Licenciatura Plena em Letras
03	Matemática	Cursando a partir da 2º fase do curso superior de Licenciatura Plena em Matemática
04	Inglês	Cursando a partir da 2º fase do curso superior de Licenciatura Plena em Inglês
05	Geografia	Cursando a partir da 2º fase do curso superior de licenciatura em Geografia
06	História	Cursando a partir da 2º fase do curso superior de Licenciatura Plena em História
08	Educação Física	Cursando a partir da 2º fase do curso superior de Licenciatura Plena em Educação Física e registro no CREF
09	Música	Cursando a partir da 2º fase de curso superior em Bacharel ou Licenciado em música, pedagogo pós graduado em música ou com comprovação de conhecimento prático e teórico em música
10	Informática	Cursando a partir da 2º fase de curso superior em Bacharel ou licenciado em Informática ou com curso técnico em Informática.
11	Arte	Cursando a partir da 2º fase de curso superior em Bacharel ou licenciado em Arte.

2. Projeto Inclusão Digital

Item	Disciplina	Habilitação Mínima
01	Informática	Cursando a partir da 2º fase de curso superior em Bacharel ou licenciado em Informática ou com curso técnico em Informática.

3. Remuneração

ANEXO III CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Conteúdo comum para todos os cargos de PROFESSOR

LÍNGUA PORTUGUESA -Ortografia. Interpretação de texto. Pontuação. Classes de palavras: substantivo, adjetivo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição e conjunção: emprego e sentido que imprimem às relações que estabelecem. Vozes verbais: ativa e passiva. Colocação pronominal. Concordância verbal e nominal. Regência verbal e nominal. Sinônimos, antônimos e parônimos. Sentido próprio e figurado das palavras. Acentuação. Coesão e Coerência. Gêneros Textuais.

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICO - Operações com números reais. Mínimo múltiplo comum e máximo divisor comum. Razão e proporção. Porcentagem. Regra de três simples e composta. Média aritmética simples e ponderada. Juro simples. Equação do 1.º e 2.º graus. Sistema de equações do 1.º grau. Relação entre grandezas: tabelas e gráficos. Sistemas de medidas usuais. Noções de geometria:

forma, perímetro, área, volume, ângulo, teorema de Pitágoras. Raciocínio lógico. Resolução de situações problemas. CONHECIMENTOS GERAIS E ATUALIDADES - Aspectos históricos, geográficos, políticos, administrativos, institucionais, econômicos, sociais do município de Itá – SC, da microrregião, da região, do Estado de Santa Catarina, do país e a nível global. Identificação de autoridades do governo municipal, estadual e federal, segundo os respectivos cargos, ou mesmo de autoridades, ou de lideranças de influencia mundial; aspectos contemporâneos da humanidade; conhecimentos históricos, geográficos, políticos e políticos administrativos, em geral; conhecimentos atuais sobre meio ambiente, aquecimento global; atualidades econômicas e políticas, em nível local, regional, estadual, nacional e mundial.

CONHECIMENTOS NA ÁREA DA EDUCAÇÃO - Constituição Federal/88 – artigos 205 a 214 e artigo 60 das Disposições Constitucionais Transitórias. Lei Federal nº 9.394, de 20/12/96 e alterações – Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei Federal nº 8.069, de 13/07/90 – Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Livro I: Título I; Título II – arts. 7.º a 24 e 53 a 59; Livro II: Título I; Título II. Concepções de Educação e Escola. Função social da escola e compromisso social do educador. Ética no trabalho docente. Tendências educacionais na sala de aula: correntes teóricas e alternativas metodológicas. A construção do conhecimento: papel do educador, do educando e da sociedade. Visão interdisciplinar e transversal do conhecimento. Projeto político pedagógico: fundamentos para a orientação, planejamento e implementação de ações voltadas ao desenvolvimento humano pleno, tomando como foco o processo ensino aprendizagem.

CONHECIMENTOS ESPECIFICOS:

PEDAGOGIA: Educação no mundo atual. Relacionamento Professor x Aluno. Função e papel da escola. Problemas de aprendizagem, Fatores físicos, psíquicos e sociais. Recreação: Atividades recreativas. Aprendizagem: Leitura/Escrita. Didática: métodos, técnicas, recursos/material didático. Processo Ensino-aprendizagem: avaliação. Planejamento de aula: habilidade objetivos à avaliação. Desenvolvimento da linguagem oral, escrita, audição e leitura, métodos, técnicas e habilidades. Instrumentos/Atividades Pedagógicas. Métodos de Alfabetização Tendências Pedagógicas. Papel do Professor. Decroly, Maria Montessori, Freinet, Rosseau, Vygotsky, Piaget, Paulo Freire. Psicologia da Educação. Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento; Didática Geral. LDB. Constituição Federal referente a Educação. ECA. Referências Curriculares Nacionais para Educação Infantil. Novas diretrizes curriculares nacionais para educação infantil. Obrigatoriedade da matrícula na educação infantil. Novas diretrizes curriculares para o ensino fundamental. PCN Parâmetros Curriculares Nacionais. LDB.

LÍNGUA PORTUGUESA: Texto e discurso: Conteúdo temático, configuração estrutural e estilo; Intertextualidade/ interdiscursividade: Eu e o outro; Intertextualidade – Textos recorrentes. Interdiscursividade – Outros dizeres, outros discursos, outras vozes que constituem o texto; A semântica textual: conteúdo e forma/estruturação frasal e textual; Coesão/coerência: Emprego de diferentes procedimentos linguísticos na superfície textual, lexicais (repetição, substituição, associação), e/ou gramaticais (emprego de pronomes, conjunções, numerais, elipses), para garantir a compreensão do que se lê e/ou diz, ou seja, o sentido global do texto (coerência); Polissemia/polifonia: Os diferentes sentidos da palavra e as diferentes vozes que constituem o texto/discurso; Dialogismo, polissemia, polifonia e heterogeneidade discursiva; As marcas da polissemia e polifonia na produção escrita de alunos e professores; Nova ortografia da Língua Portuguesa.

MATEMÁTICA: Números: naturais, inteiros, racionais, irracionais, reais, complexos; Álgebra: sequências, conceitos, operações com expressões algébricas; Equações e Inequações; Relações e funções; Geometria: elementos básicos, conceitos primitivos, representação geométrica no plano; Sistema de medidas: comprimento, superfície, volume, capacidade, ângulo, tempo, massa, peso, velocidade e temperatura; Estatísticas: noções básicas, razão, proporção, interpretação e construção de tabelas e gráficos; Noções de probabilidade.

GEOGRAFIA – Geografia Geral (Américas, África, Ásia, Europa e Oceania) e Geografia do Brasil; Geografia Física dos Continentes; Geologia, clima, relevo, vegetação, hidrografia, solos; Aspectos Econômicos; modo de produção; Sistema Financeiro; Globalização Econômica (Formação de Blocos Econômicos); Endividamento interno e externo; Distribuição de Renda, PIB e PNB; Industrialização; Aspectos Sociais e Políticos; Sistemas de governo; População (crescimento vegetativo, emigração, imigração e xenofobia); IDH; Urbanização; Meio Ambiente; Transportes; Turismo; Informática e robótica; - Efeito Estufa; El nino; Buraco na Camada de Ozônio e Chuva Ácida; - Ecossistemas e Biotecnologia.

HISTÓRIA – Ensino de História: Saber histórico escolar; Seleção e organização de conteúdos históricos; Metodologias do ensino de História; Trabalho com diferentes linguagens no ensino de História; Conhecimento histórico contemporâneo: saber histórico e historiografia; história e temporalidade; História do Brasil e a construção de identidades: historiografia brasileira e a história do Brasil; História nacional, regional e local; História Brasileira: da ocupação indígena ao mundo contemporâneo; História da América e suas identidades: lutas sociais e identidades: sociais, culturais e nacionais; História do mundo Ocidental: legados culturais da Antiguidade clássica, convívios e confrontos entre povos e culturas na Europa Medieval.

EDUCAÇÃO FÍSICA – Educação do corpo e do movimento humano; Conceitos de ginástica, jogo, dança, esporte, dentro das diversas formas em que se apresentam, quer no âmbito individual quer no coletivo; Hábitos de vida saudável, de cooperação e de atividades coletivas; Corporeidade/Movimento: esquema corporal, lateralidade, estrutura espacial, orientação espaço-temporal, coordenação motora ampla e motricidade fina, ritmo, equilíbrio, coordenação viso-motora; Aptidão motora: Equilíbrio estático e dinâmico, força, flexibilidade e agilidade; Atividade de locomoção: caminhada, corrida, salto, saltito, galope, salto misto, tempo/espaço; Atividades em grupo de alta organização social e baixa complexidade de tarefa; Jogo: jogos sensoriais, jogos de faz de conta, jogos tradicionais, jogos de construção, jogos de cooperação e de oposição, recreação contestes e estafetas, jogos pré-desportivos, pequenos e grandes jogos; Dança: danças folclóricas, populares e modernas, danças de salão, atividades rítmicas, dramatizações e linguagem gestual, brinquedos cantados e cantigas de roda; Esporte: atletismo, handebol, basquetebol, voleibol, futebol; Ginástica: ginástica formativa, ginástica olímpica, ginástica rítmica; Origem e evolução da Educação Física; Fisiologia do exercício/qualidade de vida.

INGLÊS - A metodologia da Língua Estrangeira; - Proposta Curricular de Língua Estrangeira Moderna; - O ensino de língua para a comunicação; - Dimensões comunicativas do inglês; - Construção da leitura e da escrita da Língua Estrangeira; - A escrita e a linguagem oral do inglês; - A natureza sociointernacional da linguagem; - O processo ensino e aprendizagem da Língua Estrangeira.

MÚSICA - Artes musicais: elementos de visualidade e suas relações; comunicação na contemporaneidade; História geral das artes; história e ensino das artes no Brasil; Artes: Conceitos e generalidades, fatos históricos, sua importância no contexto educacional no Brasil e no Mundo; Músicos Brasileiros; Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento; Didática Geral; Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB; Constituição Federal, na parte referente a Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); Proposta Curricular de Santa Catarina, PCN's, REENI.; História e Política Educacional; Técnicas Avaliativas; Metodologia de Ensino; Psicologia da Educação; Tendências pedagógicas;

INFORMÁTICA - Noções de informática – hardware, software e periféricos; Organização, gerenciamento e armazenamento de arquivos; Software livre: filosofia de uso; Pressupostos psicopedagógicos das TIC na educação – instrucionismo e construcionismo; A utilização de editores de texto, planilhas eletrônicas, softwares de apresentação e jogos no processo educativo; Internet e intranet; Navegadores e Correio Eletrônico; As contribuições da internet na atividade de pesquisa – recursos e sites de busca; A internet como espaço de autoria; Redes sociais e escola; Segurança na rede: vírus e sites inadequados para crianças e adolescentes;

ARTE: Conceito de Arte. Análise e interpretações da linguagem artística. Metodologia e didática do ensino da arte. História da arte: Renascimento, Barroco e Impressionismo. O barroco no Brasil. Artes plásticas no Brasil. Cores. Expressão corporal. A cultura popular e o folclore na escola. Manifestações artísticas populares do Brasil.

ANEXO IV

REQUERIMENTO PARA CANDIDATO PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS

Nome: _____ Nº de Inscrição: _____

RG: , CPF: ,

Inscrito (a) para o Cargo de , Residente: , nº ,Bairro:

, Fone: () , portador da necessidade especial , requer a Vossa Senhoria condições especiais para realização da prova objetiva do Processo Seletivo Público do Município de Itá /SC, conforme Edital 004/2015 anexando para tanto, Laudo Médico, bem como, fotocópia do documento de identidade.

Necessito do(s) seguinte(s) recurso(s):

Nestes Termos, Pede Deferimento.

/SC, de de 2017.

Nome, nº de Inscrição e Assinatura

ANEXO V

DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA CONTRATAÇÃO

- CÓPIA CARTÃO DO PIS/PASEP;
- CÓPIA COMPROVAÇÃO DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PESSOA FÍSICA
- C.P.F;
- CÓPIA CARTEIRA DE IDENTIDADE;
- CÓPIA REGISTRO CIVIL DE CASAMENTO OU NASCIMENTO;
- CÓPIA CERTIDÃO DE NASCIMENTO DOS FILHOS MENORES DE 14 ANOS E COMPROVANTE DE VACINAÇÃO ATÉ OS 7 ANOS, ATESTADO DE ESCOLARIDADE FILHOS MAIORES DE 7 ANOS A 14 ANOS;
- 1 FOTO 3X4;- CÓPIA CERTIFICADO MILITAR (Sexo Masculino);
- CÓPIA TÍTULO ELEITORAL;
- CÓPIA COMPROVANTE DE ÚLTIMA VOTAÇÃO;
- ATESTADO MÉDICO (ORIGINAL);
- CONTA BANCÁRIA Nº AGÊNCIA ()Brasil () CEF
- CÓPIA CERTIFICADO DE ESCOLARIDADE (CONCLUÍDO)
- CÓPIA CARTEIRINHA DE HABILITAÇÃO PROFISSIONAL;
- CÓPIA COMPROVANTE VACINAÇÃO TÉTANO e RUBEOLA PARA AMBOS OS SEXOS;
- DECLARAÇÃO DE BENS;
- FOLHA CORRIDA JUDICIAL (www.tjsc.jus.br / certidões on line);
- DECLARAÇÃO PENALIDADES (ORIGINAL);
- DECLARAÇÃO ACUMULAÇÃO DE CARGOS (ORIGINAL).

Itapema

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04.075.2017 OBJETO: REGISTRO DE PREÇO - AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO ESCOLAR PARA ATENDIMENTO DAS UNIDADES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES ESTIMADAS CONSTANTES DO ANEXO I DO EDITAL Nº. 04.075.2017.

Estado de Santa Catarina
Município de Itapema
EDITAL DE LICITAÇÃO

O Município de Itapema, torna público a abertura do:

Pregão Presencial nº. 04.075.2017

Objeto: Registro de preço - Aquisição de mobiliário escolar para atendimento das unidades da Rede Municipal de Ensino, conforme especificações e quantidades estimadas constantes do Anexo I do Edital Nº. 04.075.2017.

Entrega dos envelopes: Até às 14:00(quatorze) horas do dia 31(trinta e um) de outubro de 2017.

Abertura do Pregão: 31(trinta e um) outubro de 2017, às 14:00(quatorze horas e um minuto).

Endereço para retirada do edital: O edital poderá ser baixado pelo sítio www.itapema.sc.gov.br, no ícone "licitações – modalidades – pregão – pasta 04.075.2017" ou pessoalmente, Avenida Nereu Ramos, 134, Bairro Centro.

Dúvidas, entrar em contato pelo telefone (047) 3268-8009.

Itapema, 11 de outubro de 2017.

Nilza Nilda Simas

Prefeita

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04.095.2017 OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS – AQUISIÇÃO DE MADEIRAS E AFINS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS CONSTANTES NO ANEXO I DO EDITAL Nº. 04.095.2017.

Estado de Santa Catarina
Município de Itapema
EDITAL DE LICITAÇÃO

O Município de Itapema, torna público a abertura do:

Pregão Presencial nº. 04.095.2017

Objeto: Registro de Preços – Aquisição de madeiras e afins, para atender as necessidades Prefeitura Municipal de Itapema, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital Nº. 04.095.2017.

Entrega dos envelopes: Até às 13:00(treze) horas do dia 25(vinte e cinco) de outubro de 2017

Abertura do Pregão: 25(vinte e cinco) de 2017, às 13:01(treze horas e um minuto).

Endereço para retirada do edital: O edital poderá ser baixado pelo sítio www.itapema.sc.gov.br, no ícone "licitações – pregão – pasta 04.095.2017" ou pessoalmente, Avenida Nereu Ramos, 134, Bairro Centro.

Dúvidas, entrar em contato pelo telefone (047) 3268-8009.

Itapema, 10 de outubro de 2017.

Nilza Nilda Simas

Prefeita

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04.096.2017 OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS – AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO PROGRAMAS E SERVIÇOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE ITAPEMA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS CONSTANTES NO ANEXO I DO EDITAL Nº. 04.096.2017.

Estado de Santa Catarina
Município de Itapema
EDITAL DE LICITAÇÃO

O Município de Itapema, torna público a abertura do:

Pregão Presencial nº. 04.096.2017

Objeto: Registro de Preços – Aquisição de gêneros alimentícios para atender as necessidades do Programas e Serviços da Assistência Social do Município de Itapema, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital Nº. 04.096.2017.

Entrega dos envelopes: Até às 13:00(treze) horas do dia 26(vinte e seis) de outubro de 2017

Abertura do Pregão: 26(vinte e seis) de 2017, às 13:01(treze horas e um minuto).

Endereço para retirada do edital: O edital poderá ser baixado pelo sítio www.itapema.sc.gov.br, no ícone "licitações – pregão – pasta 04.096.2017" ou pessoalmente, Avenida Nereu Ramos, 134, Bairro Centro.

Dúvidas, entrar em contato pelo telefone (047) 3268-8009.

Itapema, 11 de outubro de 2017.

Nilza Nilda Simas

Prefeita

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04.097.2017 OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS – FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE DIVISÓRIAS, FORROS DE PVC E ACESSÓRIOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS CONSTANTES NO ANEXO I DO EDITAL Nº. 04.097.2017.

Estado de Santa Catarina
Município de Itapema
EDITAL DE LICITAÇÃO

O Município de Itapema, torna público a abertura do:

Pregão Presencial nº. 04.097.2017

Objeto: Registro de Preços – Fornecimento e instalação de divisórias, forros de PVC e acessórios para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Itapema, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital Nº. 04.097.2017.

Entrega dos envelopes: Até às 15:00(quinze) horas do dia 26(vinte e seis) de outubro de 2017

Abertura do Pregão: 26(vinte e seis) de 2017, às 15:00(quinze horas e um minuto).

Endereço para retirada do edital: O edital poderá ser baixado pelo sítio www.itapema.sc.gov.br, no ícone "licitações – pregão – pasta 04.097.2017" ou pessoalmente, Avenida Nereu Ramos, 134, Bairro Centro.

Dúvidas, entrar em contato pelo telefone (047) 3268-8009.

Itapema, 11 de outubro de 2017.

Nilza Nilda Simas

Prefeita

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04.098.2017 OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS – AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE FISIOTERAPIA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS CONSTANTES NO ANEXO I DO EDITAL Nº. 04.098.2017.

Estado de Santa Catarina

Município de Itapema

EDITAL DE LICITAÇÃO

O Município de Itapema, torna público a abertura do:

Pregão Presencial nº. 04.098.2017

Objeto: Registro de Preços – Aquisição de equipamentos de fisioterapia para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Itapema, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital Nº. 04.098.2017.

Entrega dos envelopes: Até às 13:00(treze) horas do dia 27(vinte e sete) de outubro de 2017

Abertura do Pregão: 27(vinte e sete) de 2017, às 13:00(treze horas e um minuto).

Endereço para retirada do edital: O edital poderá ser baixado pelo sítio www.itapema.sc.gov.br, no ícone "licitações – pregão – pasta 04.098.2017" ou pessoalmente, Avenida Nereu Ramos, 134, Bairro Centro.

Dúvidas, entrar em contato pelo telefone (047) 3268-8009.

Itapema, 11 de outubro de 2017.

Nilza Nilda Simas

Prefeita

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04.099.2017 OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS – AQUISIÇÃO DE LUMINÁRIAS HERMÉTICAS E MATERIAL ELÉTRICO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTE DO MUNICÍPIO DE ITAPEMA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS CONSTANTES NO ANEXO I DO EDITAL Nº. 04.0

Estado de Santa Catarina

Município de Itapema

EDITAL DE LICITAÇÃO

O Município de Itapema, torna público a abertura do:

Pregão Presencial nº. 04.099.2017

Objeto: Registro de Preços – Aquisição de luminárias herméticas e material elétrico, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação e Esporte do Município de Itapema, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital Nº. 04.099.2017.

Entrega dos envelopes: Até às 13:00(treze) horas do dia 30(trinta) de outubro de 2017

Abertura do Pregão: 30(trinta) de 2017, às 13:00(treze horas e um minuto).

Endereço para retirada do edital: O edital poderá ser baixado pelo sítio www.itapema.sc.gov.br, no ícone "licitações – pregão – pasta 04.099.2017" ou pessoalmente, Avenida Nereu Ramos, 134, Bairro Centro.

Dúvidas, entrar em contato pelo telefone (047) 3268-8009.

Itapema, 11 de outubro de 2017.

Nilza Nilda Simas

Prefeita

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04.100.2017 OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICO HOSPITALARES, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE ITAPEMA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS CONSTANTES NO AN

Estado de Santa Catarina

Município de Itapema

EDITAL DE LICITAÇÃO

O Município de Itapema, torna público a abertura do:

Pregão Presencial nº. 04.100.2017

Objeto: Registro de Preços – Prestação de serviços de manutenção de equipamentos médico hospitalares, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social do Município de Itapema, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital Nº. 04.100.2017.

Entrega dos envelopes: Até às 15:00(quinze) horas do dia 30(trinta) de outubro de 2017

Abertura do Pregão: 30(trinta) de 2017, às 15:00(quinze horas e um minuto).

Endereço para retirada do edital: O edital poderá ser baixado pelo sítio www.itapema.sc.gov.br, no ícone "licitações – pregão – pasta 04.100.2017" ou pessoalmente, Avenida Nereu Ramos, 134, Bairro Centro.

Dúvidas, entrar em contato pelo telefone (047) 3268-8009.

Itapema, 11 de outubro de 2017.

Nilza Nilda Simas

Prefeita

Itapiranga

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 193/2017

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 193/2017

Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA CONCERTO DA RETROESCAVADEIRA JCB 3C DE PROPRIEDADE MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA.
Modalidade: Pregão Presencial.

Tipo: Menor Preço por item

Recebimento das Propostas: até as 08h30 do dia 26/10/2017.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município www.itapiranga.sc.gov.br ou no Departamento de Compras, situado na Praça das Bandeiras, nº 200, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07:30 às 11:30 e 13:00 às 17:00.

Informações através do e-mail compras@itapiranga.sc.gov.br ou fone (49)3678-7700.

Itapiranga, SC, 13 de Outubro de 2017.

Paulo José Theobald
Secretário de Transportes e Obras

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 194/2017

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 194/2017

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REBOBINAGEM, TORNO, SOLDA E HORAS DE MÃO DE OBRA PARA CONCERTO E MANUTENÇÃO DE MOTORES ELETRICOS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO.

Modalidade: Pregão Presencial

Tipo: Menor Preço por lote

Recebimento das Propostas: até as 13:30h do dia 26/10/2017.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município www.itapiranga.sc.gov.br ou no Departamento de Compras, situado na Praça das Bandeiras, nº 200, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07:30 às 11:30 e 13:00 às 17:00. Informações através do e-mail compras@itapiranga.sc.gov.br ou fone (49) 3678-7700.

Itapiranga, SC, 16 de outubro de 2017.

Lauro Schlickmann
Secretário de Administração, Obras e Serviços Urbanos

EDITAL DE COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA 001/2017

DEPARTAMENTO DE TRIBUTOS DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA SC
EDITAL DE COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 01/2017.

Dispõe sobre plano para cobrança de contribuição de melhoria, referente execução da pavimentação asfáltica em ruas da cidade do Município de Itapiranga.

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação vigente, principalmente as Leis Complementares 25/2009 de 29/09/2009 e 79/2014 de 26/08/2014; e artigos 81 e 82 da Lei n. 5.172/66 – Código Tributário Nacional- divulga e faz saber a quem interessar possa que o Município de Itapiranga publica o EDITAL para fins de ressarcimento ao erário público dos valores despendidos com a obra pública de pavimentação asfáltica descrita em conformidade com os itens a seguir relacionados:

1-DA VALORIZAÇÃO INDIVIDUAL E TOTAL DOS IMÓVEIS BENEFICIADOS

A valorização individual e total dos imóveis beneficiados com a realização da pavimentação asfáltica encontra-se baseada no trabalho efetuado pela comissão constituída pelo decreto nº 23/2017, cujos trabalhos encontram-se descrito na Ata nº 01/2017 e foram transcritos no anexo I do presente edital.

2. DO CÁLCULO E LANÇAMENTO:

2.1. Para efeito de cálculo e lançamento da contribuição de melhoria, considera-se o Sujeito Passivo da Contribuição de Melhoria é a pessoa física ou jurídica titular da propriedade ou do domínio útil ou da posse do bem imóvel alcançado pelo acréscimo do valor dos imóveis situados nas áreas diretamente beneficiadas pela obra, ou seja, os imóveis confrontantes com as Ruas citadas no presente edital, que foram valorizados com a execução da obra.

2.2 – Nos imóveis que são objeto do presente Edital a determinação da contribuição de melhoria serão de acordo com o custo da obra, haja vista, que os valores relativos à valorização imobiliária foram superiores, ou seja: ultrapassaram o limite estabelecido conforme o previsto no Art. 276 da Lei Complementar 25/2009.

2.3 – Do total do custo das obras das ruas beneficiadas a municipalidade participará com os custos equivalentes a 50% (cinquenta por cento) e a diferença, correspondente a 50% (cinquenta por cento) do custo da obra, será repassado e cobrado dos contribuintes beneficiados pela obra, cabendo 25% (vinte e cinco por cento) ao proprietário de cada lado da rua.

2.4 – A fórmula a ser aplicada para o Cálculo da Contribuição de Melhoria e lançada em nome de cada imóvel ou contribuinte é:

Valor da Contribuição Melhoria=Largura da Rua X Testada do Lote x Custo m²

Rua Pavimentada	Largura da Rua	Custo da Obra	Valor do m²
Prolongamento da Rua São Francisco	6,6 metros	R\$ 839.531,18	144,70
Linha Chácara - ITG4496	10 metros	R\$ 802.328,80	99,15

3 – ORÇAMENTO TOTAL DA OBRA

3.1 - Do cômputo, do custo das obras, a que se refere o presente Edital, inclui os materiais e serviços necessários para a execução de pavimentação asfáltica das vias públicas das Ruas supracitadas, conforme a proposta vencedora de cada Rua conforme anexo III do presente edital:

4 – DA FORMA DE PAGAMENTO

4.1 – O pagamento da Contribuição de Melhoria da obra referida neste Edital será efetuado pelos contribuintes, à Fazenda Pública Municipal, obedecendo às seguintes condições:

4.1.1 – Pagamento à vista

A ser pago pelo contribuinte, em cota única, vencendo 10 (dez) dias após efetuada a opção de pagamento, com desconto de 5% (cinco por cento), conforme prevê o § 1º, do artigo 295 da Lei Complementar n. 25, de 29 de setembro de 2009.

4.1.2 – Pagamento parcelado

Para pagamento pelo contribuinte de forma parcelada, conforme disposto nos artigos 295 e 296 da Lei Complementar n. 25, de 29 de setembro de 2009, vencendo a primeira 10 (dez) dias após efetuada a opção de pagamento.

4.2 – O contribuinte deverá comunicar a opção de pagamento ao Setor de Tributos deste Município, até 30 (trinta) dias após o recebimento do aviso de lançamento, para a emissão do respectivo boleto de pagamento ou carnê.

4.3 – Não se manifestando o contribuinte no prazo acima, a contribuição será cobrada a vista de conformidade com o item 6.1.1.

4.4 – O contribuinte que optar pelo pagamento parcelado e que atrasar os recolhimentos das prestações ficará sujeito aos acréscimos previstos em Lei, sendo que a interrupção do pagamento por mais de 3 meses consecutivos implica no cancelamento do parcelamento e na exigibilidade total dos débitos conforme art. 16 da Lei Complementar 79/2014.

5 - DA IMPUGNAÇÃO

5.1 - O Contribuinte poderá impugnar no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação deste Edital, quaisquer dos elementos acima referidos, e/ou optar por uma forma de pagamento acima especificada.

6 - DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1 - Ficam fazendo parte do presente Edital, para todos os fins e efeitos o seguinte anexo:

Anexo I- Valorização estimada por imóvel.

Anexo II – Memorial descritivo das Ruas pavimentadas (disponível para visualização na Prefeitura Municipal)

Anexo III- Proposta Vencedora da Licitação (disponível para visualização na Prefeitura Municipal)

6.2 - Demais informações poderão ser obtidas pelo contribuinte junto ao Setor de Tributos deste Município.

6.3 - Este edital entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua publicação no DOM.

Município de Itapiranga-SC, 13 de outubro de 2017.

Jorge Welter

Prefeito Municipal

Anexo I- Valorização estimada por imóvel.

Proprietário	Quadra	Lote	Rua	Valor Venal	Valorização estimada	Valor da Contribuição de Melhoria	Imóvel
FRANCISCO LINK	RURAL	9	Rua São Francisco	R\$ 500.000,00	R\$ 75.000,00	R\$ 7.234,77	13226
LUCIMAR SANTOS ROCHA	85	11	Rua São Francisco	R\$ 216.055,24	R\$ 10.802,76	R\$ 4.058,83	1435
DIRCE MARIA FINGER	110	24	Rua São Francisco	R\$ 99.022,09	R\$ 14.853,31	R\$ 3.906,32	3347
ROQUE PAULI	110	23	Rua São Francisco	R\$ 54.707,40	R\$ 8.206,11	R\$ 3.103,81	3346
ROQUE PAULI	110	22B	Rua São Francisco	R\$ 58.250,90	R\$ 8.737,64	R\$ 3.103,81	3345
SALVADOR VARGAS	110	22A	Rua São Francisco	R\$ 134.869,40	R\$ 6.743,47	R\$ 3.984,82	3592
FRANCISCO LINK	118	20	Rua São Francisco	R\$ 36.935,14	R\$ 5.540,27	R\$ 4.297,59	3753
FRANCISCO LINK	118	19	Rua São Francisco	R\$ 34.521,05	R\$ 5.178,16	R\$ 4.297,59	3752

FRANCISCO LINK	119	1	Rua São Francisco	R\$ 42.809,03	R\$ 6.421,35	R\$ 3.581,32	3725
LAERCIO THIEL	119	23	Rua São Francisco	R\$ 37.083,42	R\$ 5.562,51	R\$ 3.581,32	3749
CHARLES ETINEI GRUTZMANN	119	22	Rua São Francisco	R\$ 34.397,36	R\$ 5.159,60	R\$ 3.581,32	3746
ANTONIO ALFREDO BENACHIO	119	21	Rua São Francisco	R\$ 34.422,34	R\$ 5.163,35	R\$ 3.581,32	3745
RICARDO AFONSO BERGER	CHACA- RA	FRAÇÃO /G	Rua São Francisco	R\$ 93.957,35	R\$ 14.093,60	R\$ 7.234,77	3678
HECK TORNEARIA MECANICA LTDA	CHACA- RA	P/CHA 38	Linha Chácara - ITG4496	R\$ 200.000,00	R\$ 10.000,00	R\$ 4.957,50	4829
MONTASUL SERVIÇOS DE MONTAGEM INDUS- TRIAL LTDA	CHACA- RA	P/CHA 37A	Linha Chácara - ITG4496	R\$ 200.000,00	R\$ 10.000,00	R\$ 4.957,50	15883
METALURGICA INDUSTRIAL AGROMAG EIRELI	CHACA- RA	PCHA 37B	Linha Chácara - ITG4496	R\$ 250.000,00	R\$ 12.500,00	R\$ 4.957,50	16922
VISUAL LAVANDERIA LTDA	CHACA- RA	CHA 38	Linha Chácara - ITG4496	R\$ 200.000,00	R\$ 10.000,00	R\$ 4.957,50	16921
JOAO AVERBECK	CHACA- RA	CHA 35A	Linha Chácara - ITG4496	R\$ 1.000.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 4.957,50	16919
JOAO AVERBECK	CHACA- RA	CHA 34	Linha Chácara - ITG4496	R\$ 500.000,00	R\$ 25.000,00	R\$ 4.957,50	16920
ANA TOILER PAULI E OUTROS	CHACA- RA	CHA 32 E 33	Linha Chácara - ITG4496	R\$ 500.000,00	R\$ 25.000,00	R\$ 4.957,50	11573
PAULO JOSE GRIEBELER	CHACA- RA	P/CHA 31	Linha Chácara - ITG4496	R\$ 300.000,00	R\$ 15.000,00	R\$ 4.957,50	16923
JOSE FRANCISCO GRIEBELER E OUTROS	CHACA- RA	P/CHA 32	Linha Chácara - ITG4496	R\$ 300.000,00	R\$ 15.000,00	R\$ 4.957,50	16924
IRMA BACH ROCKEMBACH	CHACA- RA	P/CHA 31	Linha Chácara - ITG4496	R\$ 300.000,00	R\$ 15.000,00	R\$ 4.957,50	16925

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE DEBITOS 001/2017**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE DEBITOS**

O Município de Itapiranga, conforme o que dispõe a o parágrafo único do art. 108 Lei Complementar nº 25 de 29 de setembro de 2009 (Código Tributário Municipal) e suas alterações, e do Código Tributário Nacional, NOTIFICA os contribuintes relacionados abaixo, tendo em vista que não foram encontrados em notificações anteriores, referente aos créditos tributários e não tributários vencidos.

O não comparecimento dos contribuintes relacionados abaixo no prazo de 15 (quinze) dias importará nos lançamentos dos créditos tributários em dívida ativa e posterior encaminhamento para execução fiscal ou protesto conforme legislação vigente.

JIAN CARLOS KEPLER MICRO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL
ADALBERTO SOARES DA SILVA
CARLOS ARTHUR SHACKER
MARCOS SOUTO
EVANDRO SONDA
EDUARDO PAULO REIS
RAYANA DANDARA PADILHA NATH
ALCEU ROMEU FENGLER
EDINILSON AMARAL DE BRITO
GILMAR CARLOS RIZZI
HELENA BRIXNER e ROGERIO LISSARASSA BARTZ
ADILSON DE SOUZA
FERNANDO F. ROST

EDERSON DE OLIVEIRA DA SILVA
CRISTIANE MELZ
DOUGLAS CAPELLO
VANESSA SALES
TIAGO RAFALONE MARTINS BUENO
NEIVA DE FATIMA HARMONICO DA PAZ
ANTONIO RODRIGUES DE ALMEIDA
ALDAIR SOUZA DA SILVA ME
MARIO PREDIGER
LEANDRO MEIRELLES DO NASCIMENTO
JANDIR LUIZ STRACK
FRANCIELLE SCHWINGEL CASTRO
SUELI FERREIRA FESTINALLI
FERNANDA PAULA BATISTA
ROSANE ROGERIO
ALOISIO LENZ
VANDOIR VILSON HOPPEN
CONSTRUTORA DECA LTDA EPP
CLINICA HERRMANN S/S LTDA ME
VILSON JOSE EIDT
VALDECIR BARROS DA SILVA
HR COMUNICAÇÃO E PLANEJAMENTO LTDA
MARCOS LEANDRO BOHNEBERGER
CLEBER GRESS

CELIO SCHAEFER
MAICO ANDRE DA SILVA
ALCERI DE SIQUEIRA
ADRIANA KNOB KOSSMANN
COM. & TRANSP. ROSA ROSA LTDA
CANISIO EIDT
MOVIMET ACADEMIA LTDA ME
OLDEMAR PEREIRA PAIS
PIFER TRANSPORTES LTDA EPP

Itapiranga-SC, 13 de outubro de 2017.

Ademir Rohden

Auditor Fiscal Tributário

Matricula nº 14715/01

EXTRATO DA JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO Nº 03/2017

EXTRATO DA JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO nº 03/2017

REFERENTE: A finalidade da presente Inexigibilidade de Chamamento Público é a celebração de parceria com a ACETI – Associação de Cultura, Esporte e Turismo de Itapiranga, inscrita no CNPJ sob o nº 04.858.313/0001-36, com sede na Rua da Matriz, 351, nesta cidade de Itapiranga, por meio da formalização de Termo de Fomento, para a consecução de finalidade de interesse público e recíproco que envolve a transferência de recursos financeiros à referida organização da sociedade civil (OSC), conforme condições estabelecidas no Termo de Fomento

DO RESUMO DA JUSTIFICATIVA: Os fins da Administração Pública Municipal, segundo o mestre Hely Lopes Meirelles, “resumem-se num único objetivo: o bem da coletividade administrada.”

Todavia nem todos os serviços de interesse público, são realizados pelo Município, necessitando para atingir o “bem comum”, estabelecer parcerias com Organizações da Sociedade Civil.

As organizações da sociedade civil acumularam, durante anos, um grande capital de experiência e conhecimento sobre formas inovadoras de enfrentamento de questões sociais e de garantia de direitos. A presença da sociedade civil no ciclo de gestão das políticas públicas coloca em relevo a participação como instrumento necessário de gestão pública que, ao apontar direções e criar consensos e prioridades para ação estatal, contribui para o salto pretendido entre a igualdade formal, (todos iguais perante a lei) e a igualdade material.

É preciso valorizar essas parcerias e o Terceiro Setor. A ACETI – Associação de Cultura, Esporte, Turismo de Itapiranga, é uma destas entidades que merecem destaque pelos serviços que presta ao município e para suas entidades associadas.

Há de observar ainda, que a ACETI tem em seus estatutos, que é uma associação civil, de fins não econômicos, tem por finalidade, dentre outras, estimular programas culturais, educacionais, desportivos, turísticos e sociais que visem o desenvolvimento e promoção da pessoa humana.

Dentre as várias entidades associadas ao ACETI, temos os 12 corais que estão em atividade no Município.

Estes corais atuam nas comunidades do interior e na cidade, animando as celebrações, além de representar o município nos mais diversos eventos do gênero pela região. Estes corais demandam da necessidade de auxílio para preservar e manter a cultura do canto coral, principalmente no que tange a formação e regência. Em função dos corais comunitários desenvolverem um importante papel nas comunidades em que estão inseridos, faz-se necessário auxílio para que os ensaios semanais/quinzenais sejam possíveis,

uma vez que os regentes que desenvolvem o trabalho residem na cidade ou em outros municípios e possuem custos de deslocamento para estas atividades.

O Canto Coral é um dos segmentos culturais de grande abrangência no município, auxiliando no desenvolvimento comunitário e possibilitando a diferentes faixas etárias momentos de entretenimento e lazer. Incentivar o canto coral nas comunidades é sem dúvida proporcionar à comunidade em geral uma melhor qualidade de vida proporcionando cultura de forma igualitária. Colaboradores que formam grupos corais são, por natureza, vocacionados para o voluntariado, atitude e ação.

O plano de trabalho cumpre os requisitos legais exigidos para o mesmo, bem como no mérito da proposta contida neste, está tudo em conformidade com a modalidade de parceria adotada.

Diante desta situação constatada no Município, verifica-se a viabilidade da dispensa do chamamento público aplicando-se a inexigibilidade, haja vista tratar-se de entidade exclusiva no Município, a qual foi destinada subvenção social, nos termos da Lei Municipal n. 3.094/2017.

Assim a formalização da celebração do Termo de Fomento com a ACETI de Itapiranga-SC, de acordo com o disposto na Lei 13.019/2014, com suas alterações posteriores, está devidamente enquadrado em todos os requisitos para a Inexigibilidade do Chamamento Público.

Assim, diante do Tudo Exposto: Conforme o que foi apresentada a esta Comissão, toda a documentação juntada, atendidos aos preceitos do art. 31 da Lei 13.019/2014, e suas alterações, encaminhamos ao Prefeito Municipal, sugerindo a referida Parceria com Inexigibilidade do Chamamento e assinatura do Termo de Fomento. Itapiranga (SC), 16 de outubro de 2017.

COMISSÃO DE SELEÇÃO E JULGAMENTO

ASSESSORIA JURÍDICA: A presente Inexigibilidade cumpre as exigências legais, estando de acordo com o artigo 31 da Lei nº 13.019/2014 e suas alterações.

Itapiranga (SC), 16 de outubro de 2017.

Nodivar Carati,
OAB/SC 30.520 “A”

AUTORIZAÇÃO

Autorizo a contratação e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Publique-se um extrato da Justificativa, e após cinco dias ausente qualquer impugnação, tome-se as providências para o Termo de Fomento.

Itapiranga (SC), 16 de outubro de 2017.

Jorge Welter
Prefeito Municipal

EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 138/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : 3º T.A 138/2016 - Contrato Nº: 138/2016

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA

Contratada...: INFORMÁTICA ITAPIRANGA LTDA

Valor : 17.160,00 (dezesete mil cento e sessenta reais)

Vigência : Início: 13/10/2017 Término: 13/10/2018

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 150/2016

Recursos : Dotação: 2.004.3.3.90.00.00.00.00 (12)
2.023.3.3.90.00.00.00.00 (170)

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA INSTALAÇÃO DE TELEFONIA FIXA NA MODALIDADE DE STFC, PARA A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE ITAPIRANGA,
Itapiranga, 13 de Outubro de 2017

Joaçaba

PREFEITURA

PORTARIA N.º 1.495

PORTARIA Nº 1.495 DE 05 DE OUTUBRO DE 2017

"RETIFICA PORTARIA 1.459/2017"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. RETIFICAR A PORTARIA N.º 1.459/2017 na qual contrata por prazo determinado, o(a) Sr(a) DEILY CRISTIANE PRUDENCIO LUVISON durante o período de 25 de setembro de 2017 a 24 de setembro de 2018, para exercer as funções de Auxiliar de Serviços Internos, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Assistência Social, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelo art. 2º, § 1º I da Lei Complementar n.º 97 de 18 de março de 2005 e 343 de 08 de junho de 2017 e em virtude de sua aprovação em 2º lugar no edital de Teste Seletivo nº 004/2017 da Prefeitura Municipal de Joaçaba, conforme memorando 210/2017.

Onde lê-se: "conforme memorando 210/2017."

Leia-se: "para substituição de servidores efetivos em gozo de férias ou licença prêmio, conforme memorando nº 210/2017 da Secretaria de Assistência Social."

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 25 de setembro de 2017, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, 05 de outubro de 2017.

DIOCLELIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 1.496

PORTARIA Nº 1.496 DE 05 DE OUTUBRO DE 2017

"RETIFICA PORTARIA 1.460/2017"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. RETIFICAR A PORTARIA N.º 1.460/2017 na qual contrata por prazo determinado, o(a) Sr(a) ELAINE BRANDO DOS SANTOS durante o período de 26 de setembro de 2017 a 24 de março de 2017, para exercer as funções de Auxiliar de Serviços Internos, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido

classificado em 30º lugar no edital n.º 014/2016 – Edital de teste seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar no Centro Educacional Frei Bruno.

Onde lê-se: "para atuar no Centro Educacional Frei Bruno."

Leia-se: "para atuar no Centro Educacional Frei Bruno até a realização de concurso público."

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 26 de setembro de 2017, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, 05 de outubro de 2017.

DIOCLELIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 1.497

PORTARIA Nº 1.497 DE 05 DE OUTUBRO DE 2017.

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr(a) GRACIELA GLASSENAPP, Fiscal de Obras e Posturas, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme memorando 439/2017 da Secretaria de Infraestrutura e Agricultura, referente ao período de 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 16 de outubro de 2017 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 16 de outubro de 2017, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 05 de outubro de 2017.

DIOCLELIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 1.498

PORTARIA Nº 1.498 DE 05 DE OUTUBRO DE 2017.

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) NELIA MARIA FIN, Técnico de Administração, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme memorando 439/2017 da Secretaria de Infraestrutura e Agricultura, referente ao período de 01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2012 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 16 de outubro de 2017 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 16 de outubro de 2017, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 05 de outubro de 2017.

DIOCLELIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 1.499

PORTARIA Nº 1.499 DE 05 DE OUTUBRO DE 2017.

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) FABIANO COLOMBO, Técnico de Administração, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme requerimento, referente ao período de 01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2012 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 16 de outubro de 2017 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 16 de outubro de 2017, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 05 de outubro de 2017.

DIOCLELIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 1.500

PORTARIA Nº 1.500 DE 10 DE OUTUBRO DE 2017.

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) ILMARA SALETE ZAGO, Técnico de Administração, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme requerimento, referente ao período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 23 de outubro de 2017 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 23 de outubro de 2017, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 10 de outubro de 2017.

DIOCLELIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 1.501

PORTARIA Nº 1.501 DE 10 DE OUTUBRO DE 2017.

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) NILZI TEREZINHA SCHMITZ GUGEL, Professor Nível II, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme pedido protocolado sob nº 387/2017 de 15 de fevereiro de 2017, referente ao período de 01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2012 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 23 de outubro de 2017 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 23 de outubro de 2017, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 10 de outubro de 2017.

DIOCLELIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 1.502

PORTARIA Nº 1.502 DE 10 DE OUTUBRO DE 2017.

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) EMERSON VIEIRA, Professor Nível II, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme pedido protocolado sob nº 476/2017 de 20 de fevereiro de 2017, referente ao período de 14 de agosto de 2014 a 31 de dezembro de 2014 (04 dias) por um período de 04 (quatro) dias, a partir de 23 de outubro de 2017 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 23 de outubro de 2017, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 10 de outubro de 2017.

DIOCLELIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 1.503

PORTARIA Nº 1.503 DE 10 DE OUTUBRO DE 2017.

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) ELMA CECILIA ETGES, Professor Nível II, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme pedido protocolado sob nº 345/2017 de 13 de fevereiro de 2017, referente ao período de 01 de março de 2013 a 28 de fevereiro de 2014 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 23 de outubro de 2017 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 23 de outubro de 2017, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 10 de outubro de 2017.

DIOCLELIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 1.504

PORTARIA Nº 1.504 DE 10 DE OUTUBRO DE 2017.

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) NEI TESSER, Professor (Licenciatura), LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme pedido protocolado sob nº 3370/2017 de 13 de setembro de 2017, referente ao período de 01 de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 23 de outubro de 2017 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 23 de outubro de 2017, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 10 de outubro de 2017.

DIOCLELIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 1.505

PORTARIA Nº 1.505 DE 10 DE OUTUBRO DE 2017.

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) NEIVA CLARICE ANTES AULER, Auxiliar de Serviços Internos, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme pedido protocolado sob nº 381/2017 de 15 de fevereiro de 2017, referente ao período de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 30 de outubro de 2017 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 30 de outubro de 2017, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 10 de outubro de 2017.

DIOCLELIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 1.506

PORTARIA Nº 1.506 DE 10 DE OUTUBRO DE 2017

“CONSTITUI COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003,

RESOLVE,

Art. 1º INSTAURAR “Processo Administrativo Disciplinar”, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de publicação deste ato, a fim de que se apure eventual configuração de abandono de emprego da servidora Sra. Jaine Ferreira da Silva, conforme relatório da Secretaria Municipal de Assistência Social e parecer jurídico.

Art. 2º DESIGNAR os servidores, TIAGO DUPONT GIUMBELLI, LUIZ FERNANDO VACCARI E JULIO CESAR BISSANI, para conduzirem a Comissão, sob a presidência do primeiro, a fim de dar cumprimento ao disposto no item anterior, em razão das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto n.º 4.259 de 04 de março de 2013, Lei n.º 4.298 de 14 de fevereiro de 2013 e Decreto n.º 4.917/2016.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 10 de outubro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 1.507

PORTARIA Nº 1.507 DE 10 DE OUTUBRO DE 2017.

“NOMEIA SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR o servidor VANDERLEI JAIR ETGES, Diretor de

Manutenção e Oficina, para desempenhar a função de fiscal da licitação de fornecimento de peças automotivas referente ao processo administrativo 49/2017, Processo de Licitação 49/2017, Pregão Presencial 33/2017 e da licitação de prestação de serviços de manutenção automotiva referente ao processo administrativo 40/2017, Processo de Licitação 39/2017, Pregão Presencial 26/2017, conforme memorando nº 512/2017 da Secretaria de Infraestrutura e Agricultura.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos desde 09 de outubro de 2017, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 10 de outubro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

TERMO DE NÃO ATENDIMENTO A CONVOCAÇÃO

TERMO DE NÃO ATENDIMENTO DE CONVOCAÇÃO

Tendo em vista que decorreu o prazo de 10 dias da convocação do candidato(a) Sr(a) CRISTIANE DALLA COSTA COMERLATTO, Cargo de Nutricionista, classificado em 1º lugar, referente ao Edital de Teste Seletivo n.º 004/2017, sem que a convocação fosse atendida, fica registrado a perda da vaga, possibilitando a chamada do próximo classificado, conforme item 12.4 do referido edital.

Esta termo entra em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 10 de outubro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA

PORTARIA JHL 361/2017

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 361/2017 DE 09.10.2017

Paulo Cesar Lamin Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - CONSTITUIR de acordo com os Arts. 22º à 32 da Lei Complementar 193/2010 de 06/09/10, Comissão de Avaliação de Desempenho Setorial, para proceder Avaliação de Desempenho do Servidor Marcos Vinicius de Cesaro, em estágio probatório com a seguinte composição, sendo presidida pelo primeiro:

Graciela Pratto Bordin da Rosa
Giane Maria Marquenze Lecher
Fabiola Fritzen Pellizzaro

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Joaçaba-SC, 09 de outubro de 2017.

Paulo Cesar Lamin

Diretor Presidente

PORTARIA JHL 362/2017

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 362/2017 DE 09.10.2017

Paulo Cesar Lamin Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - CONSTITUIR de acordo com os Arts. 22º à 32 da Lei Complementar 193/2010 de 06/09/10, Comissão de Avaliação de Desempenho Setorial, para proceder Avaliação de Desempenho da Servidora Susana Rodrigues Barbosa, em estágio probatório com a seguinte composição, sendo presidida pelo primeiro:

Graciela Pratto Bordin da Rosa
Giane Maria Marquenze Lecher
Fabiola Fritzen Pellizzaro

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Joaçaba-SC, 09 de outubro de 2017.
Paulo Cesar Lamin
Diretor Presidente

Laguna

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 01/2017

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Comissão de Processo Disciplinar n. 05/2016, instituída pelo Prefeito Municipal de Laguna/SC e que apura os fatos objeto do Processo Administrativo 0125.0004777/2016, no uso de suas atribuições legais, CONVOCA o servidor, Sr. ADRIANO DOS SANTOS DA ROSA, concursado no cargo de Técnico em Enfermagem e lotado na Secretaria de Saúde e atualmente em lugar incerto e não sabido, para se apresentar perante esta Comissão de Processo Disciplinar, sito à Rua Voluntário Carpes, 155, centro, Laguna/SC, no prazo de 15 dias a contar da publicação deste edital, a fim de prestar esclarecimentos sobre os fatos objeto do PA 0125.0004777/2016, sob pena de incidir nas cominações legais.-----

Laguna, 13 de outubro de 2017.

LUIS FERNANDO NANDI VICENTE
Membro da Comissão

RICARDO AUGUSTO SILVEIRA
Membro da Comissão

SYLAS TIMÓTEO MARIZ MELO
Membro da Comissão

Luis Alves

PREFEITURA

PORTARIA N.º 155

PORTARIA N.º 155/2017

Exonera Servidor Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO a conclusão do Processo Administrativo Disciplinar n.º 02/2017, que percorreu os caminhos legais, respeitando o direito da ampla defesa e do contraditório em conformidade com a legislação vigente, que resultou na aplicação da penalidade de demissão ao servidor Israel Fernando da Costa;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o servidor ISRAEL FERNANDO DA COSTA do cargo efetivo de Diretor de Departamento, em razão da aplicação da penalidade de demissão oriunda do Processo Administrativo Disciplinar n.º 02/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 16 de outubro de 2017.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal e no site da Prefeitura de Luiz Alves - www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar da Silva

Secretário M. de Administração

Luzerna

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS Nº 022.17

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS Nº 022/2017

PROCESSO LICITATÓRIO FMS Nº 012/2017

PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 008/2017

VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 02 (dois) dias do mês de outubro do ano de 2017, presentes de um lado, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA, órgão gestor, representado neste ato por seu Gestor LUIS FERNANDO DAHMER PERUCHINI, e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna/SC, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pelas empresas:

1 – ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Estrada Boa Esperança, 2320, Bairro Fundo Canoas, na cidade de Rio do Sul/SC, CEP: 89.160-000, inscrita no CNPJ sob o nº 00.802.002/0001-02, neste ato representada por seu gerente administrativo MAICON CORDOVA PEREIRA, brasileiro, casado, gerente, portador da cédula de identidade nº 3.242.195 e inscrito no CPF/MF sob o nº 015.886.939-70, doravante denominado FORNECEDOR 1;

Classificadas para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório FMS nº 012/2017, Pregão Presencial nº 008/2017, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO E DO PREÇO

0.1. A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS, para a aquisição eventual e futura de móveis e equipamentos, destinados a manutenção dos Programas e Serviços do Fundo Municipal de Saúde de Luzerna/SC, tudo em conformidade com as especificações constantes no Anexo I e demais condições estabelecidas em Edital e discriminado na tabela abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unitário Proposto	Preço Total
3	1,00	UN	CARRINHO DE EMERGÊNCIA, com as seguintes características mínimas: cor branca; altura mínima de 1m; largura mínima de 0,55m; estrutura rígida e resistente, com tratamento anti-corrosão e pintura epóxi de alta resistência; fabricado em aço carbono; com 04 rodízios, sendo 02 destes com freios; suporte de soro em aço cromado com no mínimo 02 ganchos e regulagem de altura; carrinho com no mínimo 04 gavetas, com puxadores embutidos, com no mínimo 12 divisórias na primeira gaveta; suporte para cilindro de oxigênio; suporte para desfibrilador; deve conter cabo para movimentação do carrinho; deve conter tábua para massagem cardíaca; tomada elétrica com no mínimo 04 saídas; lixeira removível; deve conter registro na ANVISA. Garantia de, no mínimo, 12 (doze) meses. Cilindro O ₂ incluso. O carrinho deve ser entregue montado.	2.600,00	2.600,00
4	1,00	UN	CADEIRA ODONTOLÓGICA, com as seguintes especificações mínimas: cadeira odontológica com cabeceira biarticulada; estofamento em espuma injetada; pedal de comando; 01 unidade seguradora e seringa tríplice na unidade auxiliar; mesa com saída para alta e baixa rotação; 01 seringa tríplice; bandeja e braço pneumático na cor azul; 01 mocho odontológico.	9.162,67	9.162,67

0.2. O FORNECEDOR 01, responsável pelo fornecimento dos itens descritos na tabela acima, receberá o valor global total de R\$ 11.762,67 (onze mil setecentos e sessenta e dois mil reais e sessenta e sete centavos);

1.2.1. Os equipamentos, móveis e materiais deverão ser fornecidos, de forma parcelada, de acordo com as necessidades do Município, devendo o FORNECEDOR proceder à entrega em até 15 (quinze) dias contados da data de recebimento da Autorização de Fornecimento emitida pelo Setor de Compras do Município, sem a exigência de valor mínimo, na quantidade e no local determinado pelo setor municipal requisitante, sem custos adicionais.

1.2.2. Os móveis e equipamentos deverão ser cotados e entregues em conformidade com as características mínimas constantes nas especificações do objeto.

1.2.4. O FORNECEDOR deverá arcar com as despesas de carga, descarga e frete referentes às entregas dos produtos, inclusive as oriundas da devolução e reposição de mercadorias recusadas por não atenderem ao Edital.

1.2.5. Por ocasião do recebimento dos materiais, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se ao direito de proceder à

inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se a proponente vencedora a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.2.5.1. Deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

1.2.6. Não serão aceitos produtos clonados, reciclados, remanufaturados ou que tenham sofrido qualquer alteração em suas características originais.

1.2.7. Os equipamentos e móveis deverão estar acompanhados de todos os acessórios e manuais de instalação e operação.

1.2.8. Para todos os itens que compõem o objeto deverão ser observadas as garantias de fabricação.

1.2.8.1. Ao FORNECEDOR cabe no mento da entrega dos itens vencedores que requerem garantia, apresentar, no ato de entrega dos móveis e equipamentos, o Certificado ou Termo de Garantia dos mesmos.

1.2.8.2. A garantia dos produtos deverá abranger peças e componentes contra defeitos de fabricação, funcionamento ou possíveis falhas que possam surgir com o seu uso.

1.2.9. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca dos materiais enviada, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, no prazo de até 05 (cinco) dias, após o recebimento da impugnação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

1.2.10. O aceite dos equipamentos, móveis e materiais não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos materiais, ou por desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

1.2.11. Caso a mercadoria seja recusada ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.2.12. Não se poderá alegar, em hipótese alguma, como justificativa ou defesa, pela Contratada, desconhecimentos, incompreensões, dúvidas ou esquecimento das cláusulas e condições deste Edital.

1.2.12. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.2.12.1. As quantidades a serem fornecidas constantes do Anexo I que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA

DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.2. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93;

2.3. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado.

2.4. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

2.5. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador.

2.6. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar fax ou e-mail do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras via telefone/Fax: (049) 3551-4700 | E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

3.5. Os preços não serão reajustados.

3.6. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA

DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

- 4.1.1. Executar o objeto da presente Ata de acordo com o estipulado na Cláusula Primeira;
- 4.1.2. Manter, durante a execução da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- 4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;
- 4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do Contrato oriundo do presente processo licitatório;
- 4.1.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para que libere os equipamentos e móveis solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.6.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.6.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.7. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.7.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.7.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA

DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo;

6.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA SÉTIMA

DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento

convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA

DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central – Prefeitura de Luzerna/SC ou dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, nos termos que segue, de acordo com o Parecer Contábil:

Ação (s):

13.001.10.301.0016.2017 - Atenção Básica

Modalidade de Aplicação (s):

4.4.90. Investimentos - Aplicações diretas

Fonte (s):

1.38 e 3.38 Detalhamento: 206 – Piso da Atenção Básica

CLÁUSULA NONA

DA VIGÊNCIA E DA FISCALIZAÇÃO

9.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados da data de sua publicação.

9.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por Luis Fernando Dahmer Peruchini, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA DÉCIMA

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

10.4. O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

10.5. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem.

10.5.1. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

10.5.2. Caberá ao FORNECEDOR beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA
DO FORO**

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento e 02 (dois) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 02 de outubro de 2017.

LUIS FERNANDO DAHMER PERUCHINI
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA
CONTRATANTE

MAICON CÔRDOVA PEREIRA
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
FORNECEDOR 01

TESTEMUNHAS:

1. ----- 2. -----

Nome:

Nome:

CPF:

CPF:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS Nº 023.17

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS Nº 023/2017

PROCESSO LICITATÓRIO FMS Nº 012/2017

PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 008/2017

VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 02 (dois) dias do mês de outubro do ano de 2017, presentes de um lado, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA, órgão gestor, representado neste ato por seu Gestor LUIS FERNANDO DAHMER PERUCHINI, e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna/SC, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pelas empresas:

2 – FARIAS E FARIAS COMERCIO DE MOVEIS LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua 600, nº 500, Bairro Centro, na cidade de Balneário Camboriú/SC, CEP: 88.330-632, inscrita no CNPJ sob o nº 11.943.540-0001-25, neste ato representada por LAURA FARIAS CARBONE, brasileira, solteira, estudante, portadora da cédula de identidade nº 6152908 e inscrita no CPF/MF sob o nº 087.811.489-09, doravante denominado FORNECEDOR 2;

Classificadas para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório FMS nº 012/2017, Pregão Presencial nº 008/2017, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO E DO PREÇO**

0.1. A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS, para a aquisição eventual e futura de móveis e equipamentos, destinados a manutenção dos Programas e Serviços do Fundo Municipal de Saúde de Luzerna/SC, tudo em conformidade com as especificações constantes no Anexo I e demais condições estabelecidas em Edital e discriminado na tabela abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unitário Proposto	Preço Total
2	25,00	UN	CADEIRAS COM PRANCHETA, com as seguintes características mínimas: cadeira fixa com grade e prancheta; grade abaixo do assento; cadeira com assento e encosto em tecido, com espuma, na cor preta ou azul (a entrega das cadeiras deverá ser em apenas uma das cores); altura de, no mínimo, 93 cm; largura de, no mínimo, 40cm no total do produto; entrega de montagem pronta; garantia de, no mínimo, 3 (três) meses.	199,00	4.975,00

0.2. O FORNECEDOR 02, responsável pelo fornecimento dos itens descritos na tabela acima, receberá o valor global total de R\$ 4.975,00 (quatro mil novecentos e setenta e cinco reais);

1.2.1. Os equipamentos, móveis e materiais deverão ser fornecidos, de forma parcelada, de acordo com as necessidades do Município, devendo o FORNECEDOR proceder à entrega em até 15 (quinze) dias contados da data de recebimento da Autorização de Fornecimento emitida pelo Setor de Compras do Município, sem a exigência de valor mínimo, na quantidade e no local determinado pelo setor municipal

requisitante, sem custos adicionais.

1.2.2. Os móveis e equipamentos deverão ser cotados e entregues em conformidade com as características mínimas constantes nas especificações do objeto.

1.2.4. O FORNECEDOR deverá arcar com as despesas de carga, descarga e frete referentes às entregas dos produtos, inclusive as oriundas da devolução e reposição de mercadorias recusadas por não atenderem ao Edital.

1.2.5. Por ocasião do recebimento dos materiais, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se ao direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se a proponente vencedora a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.2.5.1. Deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

1.2.6. Não serão aceitos produtos clonados, reciclados, remanufaturados ou que tenham sofrido qualquer alteração em suas características originais.

1.2.7. Os equipamentos e móveis deverão estar acompanhados de todos os acessórios e manuais de instalação e operação.

1.2.8. Para todos os itens que compõem o objeto deverão ser observadas as garantias de fabricação.

1.2.8.1. Ao FORNECEDOR cabe no mento da entrega dos itens vencedores que requerem garantia, apresentar, no ato de entrega dos móveis e equipamentos, o Certificado ou Termo de Garantia dos mesmos.

1.2.8.2. A garantia dos produtos deverá abranger peças e componentes contra defeitos de fabricação, funcionamento ou possíveis falhas que possam surgir com o seu uso.

1.2.9. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca dos materiais enviada, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, no prazo de até 05 (cinco) dias, após o recebimento da impugnação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

1.2.10. O aceite dos equipamentos, móveis e materiais não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos materiais, ou por desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

1.2.11. Caso a mercadoria seja recusada ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.2.12. Não se poderá alegar, em hipótese alguma, como justificativa ou defesa, pela Contratada, desconhecimentos, incompreensões, dúvidas ou esquecimento das cláusulas e condições deste Edital.

1.2.12. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.2.12.1. As quantidades a serem fornecidas constantes do Anexo I que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA

DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.2. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93;

2.3. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado.

2.4. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

2.5. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador.

2.6. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar fax ou e-mail do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras via telefone/Fax: (049) 3551-4700 | E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

3.5. Os preços não serão reajustados.

3.6. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA

DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

4.1.1. Executar o objeto da presente Ata de acordo com o estipulado na Cláusula Primeira;

4.1.2. Manter, durante a execução da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do Contrato oriundo do presente processo licitatório;

4.1.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para que libere os equipamentos e móveis solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.6.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.6.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.7. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.7.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.7.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA

DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo;

6.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA SÉTIMA

DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

- a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;
- b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;
- c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art.78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;
- d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;
- e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

- a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;
- b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA**DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS**

8.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central – Prefeitura de Luzerna/SC ou dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, nos termos que segue, de acordo com o Parecer Contábil:

Ação (s):

13.001.10.301.0016.2017 - Atenção Básica

Modalidade de Aplicação (s):

4.4.90. Investimentos - Aplicações diretas

Fonte (s):

1.38 e 3.38 Detalhamento: 206 – Piso da Atenção Básica

CLÁUSULA NONA**DA VIGÊNCIA E DA FISCALIZAÇÃO**

9.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados da data de sua publicação.

9.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por Luis Fernando Dahmer Peruchini, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA DÉCIMA**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

10.1. O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

10.4. O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre

as partes, para todos os fins.

10.5. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem.

10.5.1. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

10.5.2. Caberá ao FORNECEDOR beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento e 02 (dois) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 02 de outubro de 2017.

LUIS FERNANDO DAHMER PERUCHINI
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA
CONTRATANTE

LAURA FARIAS CARBONE FARIAS E FARIAS COMERCIO DE MOVEIS LTDA - EPP FORNECEDOR 02	
--	--

TESTEMUNHAS:

1. ----- 2. -----
Nome: Nome:
CPF: CPF:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS Nº 024.17

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS Nº 024/2017

PROCESSO LICITATÓRIO FMS N 012/2017

PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 008/2017

VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 02 (dois) dias do mês de outubro do ano de 2017, presentes de um lado, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA, órgão gestor, representado neste ato por seu Gestor LUIS FERNANDO DAHMER PERUCHINI, e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna/SC, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pelas empresas:

4 – MAXI MÓVEIS E PAPELARIA LTDA – ME, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Felipe, nº 265, Centro, no Município Joaçaba/SC CEP 89.600-000, inscrita no CNPJ sob o nº 23.518.3418/0001-59, neste ato representado por LUCIANO PILATTI, brasileiro, maior e capaz, solteiro, vendedor, portador da cédula de identidade nº 3.620.379 e inscrita no CPF/MF sob o nº 021.948.939-46, doravante denominado FORNECEDOR 4;

Classificadas para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório FMS nº 012/2017, Pregão Presencial nº 008/2017, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO E DO PREÇO

0.1. A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS, para a aquisição eventual e futura de móveis e equipamentos, destinados a manutenção dos Programas e Serviços do Fundo Municipal de Saúde de Luzerna/SC, tudo em conformidade com as especificações constantes no Anexo I e demais condições estabelecidas em Edital e discriminado na tabela abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unitário Proposto	Preço Total
1	20,00	UN	TABLET com as seguintes especificações mínimas: Sistema operacional Android 5.0 Lollipop; processador Quad-Core 1,2GHz; 1GB DDR3 de Memória Ram e Armazenamento de 8GB; tela de 7" LCD Resolução 1024x600; tela sensível ao toque; Wi-fi 802.11 B/G/N; Bluetooth 4.0; câmera frontal 0,3 Megapixels e traseira 2.0; leitor de cartão de memória MicroSD mínimo 32 GB; Peso máximo 0,350kg; com acelerômetro, alto-falante e microfone integrado. Garantia de, no mínimo, 12 (doze) meses. Conteúdo da embalagem: tablet; cabo USB; fonte de alimentação; manual de instruções. Marca de referência para qualidade do produto: SAMSUNG.	868,00	17.360,00

0.2. O FORNECEDOR 04, responsável pelo fornecimento dos itens descritos na tabela acima, receberá o valor global total de R\$ 17.360,00 (dezesete mil trezentos e sessenta reais);

1.2.1. Os equipamentos, móveis e materiais deverão ser fornecidos, de forma parcelada, de acordo com as necessidades do Município, devendo o FORNECEDOR proceder à entrega em até 15 (quinze) dias contados da data de recebimento da Autorização de Fornecimento emitida pelo Setor de Compras do Município, sem a exigência de valor mínimo, na quantidade e no local determinado pelo setor municipal requisitante, sem custos adicionais.

1.2.2. Os móveis e equipamentos deverão ser cotados e entregues em conformidade com as características mínimas constantes nas especificações do objeto.

1.2.4. O FORNECEDOR deverá arcar com as despesas de carga, descarga e frete referentes às entregas dos produtos, inclusive as oriundas da devolução e reposição de mercadorias recusadas por não atenderem ao Edital.

1.2.5. Por ocasião do recebimento dos materiais, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se ao direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se a proponente vencedora a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.2.5.1. Deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

1.2.6. Não serão aceitos produtos clonados, reciclados, remanufaturados ou que tenham sofrido qualquer alteração em suas características originais.

1.2.7. Os equipamentos e móveis deverão estar acompanhados de todos os acessórios e manuais de instalação e operação.

1.2.8. Para todos os itens que compõem o objeto deverão ser observadas as garantias de fabricação.

1.2.8.1. Ao FORNECEDOR cabe no mento da entrega dos itens vencedores que requerem garantia, apresentar, no ato de entrega dos móveis e equipamentos, o Certificado ou Termo de Garantia dos mesmos.

1.2.8.2. A garantia dos produtos deverá abranger peças e componentes contra defeitos de fabricação, funcionamento ou possíveis falhas que possam surgir com o seu uso.

1.2.9. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca dos materiais enviada, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, no prazo de até 05 (cinco) dias, após o recebimento da impugnação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

1.2.10. O aceite dos equipamentos, móveis e materiais não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos materiais, ou por desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

1.2.11. Caso a mercadoria seja recusada ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.2.12. Não se poderá alegar, em hipótese alguma, como justificativa ou defesa, pela Contratada, desconhecimentos, incompreensões, dúvidas ou esquecimento das cláusulas e condições deste Edital.

1.2.12. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.2.12.1. As quantidades a serem fornecidas constantes do Anexo I que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA

DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o

- custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;
- 2.2. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93;
- 2.3. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado.
- 2.4. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
- 2.5. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador.
- 2.6. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA DOS PAGAMENTOS

- 3.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.
- 3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.
- 3.3. O FORNECEDOR deverá enviar fax ou e-mail do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras via telefone/Fax: (049) 3551-4700 | E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br
- 3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.
- 3.5. Os preços não serão reajustados.
- 3.6. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

- 4.1. Será de responsabilidade do FORNECEDOR:
- 4.1.1. Executar o objeto da presente Ata de acordo com o estipulado na Cláusula Primeira;
- 4.1.2. Manter, durante a execução da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- 4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;
- 4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do Contrato oriundo do presente processo licitatório;
- 4.1.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para que libere os equipamentos e móveis solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:
- 5.1.1. Advertência;
- 5.1.2. Multa;
- 5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;
- 5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- 5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.
- 5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.
- 5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.
- 5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.
- 5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:
- 5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- 5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;
- 5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.
- 5.6. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:
- 5.6.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.
- 5.6.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30

(trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.7. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.7.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.7.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA

DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo;

6.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA SÉTIMA

DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

- a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;
- b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;
- c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;
- d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;
- e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

- a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;
- b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA

DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central – Prefeitura de Luzerna/SC ou dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, nos termos que segue, de acordo com o Parecer Contábil:

Ação (s):

13.001.10.301.0016.2017 - Atenção Básica

Modalidade de Aplicação (s):

4.4.90. Investimentos - Aplicações diretas

Fonte (s):

1.38 e 3.38 Detalhamento: 206 – Piso da Atenção Básica

CLÁUSULA NONA
DA VIGÊNCIA E DA FISCALIZAÇÃO

9.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados da data de sua publicação.

9.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por Luis Fernando Dahmer Peruchini, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA DÉCIMA
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

10.4. O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

10.5. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem.

10.5.1. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

10.5.2. Caberá ao FORNECEDOR beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA
DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento e 02 (dois) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 02 de outubro de 2017.

LUIS FERNANDO DAHMER PERUCHINI
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA
CONTRATANTE

MAXI MÓVEIS E PAPELARIA LTDA – ME
LUCIANO PILATTI
FORNECEDOR 04

TESTEMUNHAS:

1. ----- 2. -----
Nome: Nome:
CPF: CPF:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS Nº 025.17

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS Nº 025/2017

PROCESSO LICITATÓRIO FMS N 012/2017

PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 008/2017

VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 02 (dois) dias do mês de outubro do ano de 2017, presentes de um lado, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA, órgão gestor, representado neste ato por seu Gestor LUIS FERNANDO DAHMER PERUCHINI, e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna/SC, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pelas empresas:

5 – ROBERTO TESSARO E CIA LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 85.248.680/0001-10, com endereço na Av. XV de Novembro, nº 818, Centro, em Joaçaba/SC, CEP 89.609-000 representada por seu sócio proprietário ROBERTO ANTONIO TESSARO, brasileiro, casado, comerciante, portador da cédula de identidade nº 2.140.493 e inscrito no CPF/MF sob nº 518.086.929-34, doravante denominado FORNECEDOR 5;

Classificadas para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório FMS nº 012/2017, Pregão Presencial nº 008/2017, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO E DO PREÇO

0.1. A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS, para a aquisição eventual e futura de móveis e equipamentos, destinados a manutenção dos Programas e Serviços do Fundo Municipal de Saúde de Luzerna/SC, tudo em conformidade com as especificações constantes no Anexo I e demais condições estabelecidas em Edital e discriminado na tabela abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unitário Proposto	Preço Total
5	5,00	UN	LIXEIRA, com as seguintes especificações mínimas: lixeira de aço inox com capacidade de 30 litros; com elevação de tampa através de pedal; balde interno removível que facilita a limpeza e a retirada do lixo; alça externa para transportar a lixeira de um local para outro com facilidade.	135,00	675,00
6	7,00	UN	MOCHO, com as seguintes características mínimas: mocho com assento e encosto para dentista, com regulagem de altura à gás; base com 05 rodízios, estofado com espuma no assento e encosto.	292,00	2.044,00

0.2. O FORNECEDOR 05, responsável pelo fornecimento dos itens descritos na tabela acima, receberá o valor global total de R\$ 2.719,00 (dois mil setecentos e dezenove reais);

1.2.1. Os equipamentos, móveis e materiais deverão ser fornecidos, de forma parcelada, de acordo com as necessidades do Município, devendo o FORNECEDOR proceder à entrega em até 15 (quinze) dias contados da data de recebimento da Autorização de Fornecimento emitida pelo Setor de Compras do Município, sem a exigência de valor mínimo, na quantidade e no local determinado pelo setor municipal requisitante, sem custos adicionais.

1.2.2. Os móveis e equipamentos deverão ser cotados e entregues em conformidade com as características mínimas constantes nas especificações do objeto.

1.2.4. O FORNECEDOR deverá arcar com as despesas de carga, descarga e frete referentes às entregas dos produtos, inclusive as oriundas da devolução e reposição de mercadorias recusadas por não atenderem ao Edital.

1.2.5. Por ocasião do recebimento dos materiais, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se ao direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se a proponente vencedora a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.2.5.1. Deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

1.2.6. Não serão aceitos produtos clonados, reciclados, remanufaturados ou que tenham sofrido qualquer alteração em suas características originais.

1.2.7. Os equipamentos e móveis deverão estar acompanhados de todos os acessórios e manuais de instalação e operação.

1.2.8. Para todos os itens que compõem o objeto deverão ser observadas as garantias de fabricação.

1.2.8.1. Ao FORNECEDOR cabe no mento da entrega dos itens vencedores que requerem garantia, apresentar, no ato de entrega dos móveis e equipamentos, o Certificado ou Termo de Garantia dos mesmos.

1.2.8.2. A garantia dos produtos deverá abranger peças e componentes contra defeitos de fabricação, funcionamento ou possíveis falhas que possam surgir com o seu uso.

1.2.9. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca dos materiais enviada, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, no prazo de até 05 (cinco) dias, após o recebimento da impugnação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

1.2.10. O aceite dos equipamentos, móveis e materiais não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos materiais, ou por desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

1.2.11. Caso a mercadoria seja recusada ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.2.12. Não se poderá alegar, em hipótese alguma, como justificativa ou defesa, pela Contratada, desconhecimentos, incompreensões, dúvidas ou esquecimento das cláusulas e condições deste Edital.

1.2.12. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.2.12.1. As quantidades a serem fornecidas constantes do Anexo I que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA

DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.2. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93;

2.3. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado.

2.4. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

2.5. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador.

2.6. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar fax ou e-mail do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras via telefone/Fax: (049) 3551-4700 | E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

3.5. Os preços não serão reajustados.

3.6. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA

DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

4.1.1. Executar o objeto da presente Ata de acordo com o estipulado na Cláusula Primeira;

4.1.2. Manter, durante a execução da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do Contrato oriundo do presente processo licitatório;

4.1.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para que libere os equipamentos e móveis solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos

materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.6.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.6.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.7. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.7.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.7.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA

DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo;

6.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA SÉTIMA

DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA

DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central – Prefeitura de Luzerna/SC ou dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, nos termos que segue, de acordo com o Parecer Contábil:

Ação (s):
13.001.10.301.0016.2017 - Atenção Básica

Modalidade de Aplicação (s):
4.4.90. Investimentos - Aplicações diretas

Fonte (s):
1.38 e 3.38 Detalhamento: 206 – Piso da Atenção Básica

CLÁUSULA NONA DA VIGÊNCIA E DA FISCALIZAÇÃO

- 9.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados da data de sua publicação.
- 9.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por Luis Fernando Dahmer Peruchini, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA DÉCIMA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 10.1. O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.
- 10.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.
- 10.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.
- 10.4. O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.
- 10.5. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem.
- 10.5.1. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.
- 10.5.2. Caberá ao FORNECEDOR beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento e 02 (dois) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 02 de outubro de 2017.

LUIS FERNANDO DAHMER PERUCHINI
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA
CONTRATANTE

ROBERTO ANTONIO TESSARO
ROBERTO TESSARO E CIA LTDA ME
FORNECEDOR 05

TESTEMUNHAS:

1. ----- 2. -----

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 129.17

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 129/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 070/2017 PML

PREGÃO PRESENCIAL Nº 048/2017 - PML

Aos 10 (dez) dias do mês de outubro do ano de 2017, presentes de um lado, o MUNICÍPIO DE LUZERNA (SC), pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede na Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro, representado neste ato por seu Prefeito, Sr. MOISES DIERSMANN, e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna/SC, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pelas empresas:

1 – FIBRA TOP UNIFORMES INDUSTRIA E COMERCIO TEXTIL LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Estafano Boiko, nº 256, Bairro Figueroa, na cidade de Caçador/SC, CEP: 89.500-000, inscrita no CNPJ sob o nº 01.194.890/0001-82, neste ato representada por GEAN DA SILVA MENA, brasileiro, solteiro, empresário, portador da cédula de identidade nº 1063758443 e inscrito no CPF/MF sob o nº 019.511.620-80, doravante denominado FORNECEDOR 1;

Classificadas para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório PML nº 070/2017, Pregão Presencial nº 048/2017, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA**DO OBJETO E DO PREÇO**

0.1. A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS, destinado a aquisição de uniformes, de forma parcelada e com amostra, destinados aos servidores da Secretaria de Serviços Integrados em Infraestrutura e Agropecuária de Luzerna (SC), conforme especificações contidas em Edital e em seus Anexos.

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unit.	Preço Total
1	20,00	UN	Camiseta em tecido PV 67% poliéster e 33% viscose (tamanho P) na cor azul, com bolso frontal com estampa, com três botões, manga curta, tamanho P.	10,42	208,40
2	30,00	UN	Camiseta em tecido PV 67% poliéster e 33% viscose (tamanho M), na cor azul, com bolso frontal com estampa, com três botões, manga curta, tamanho M.	10,42	312,60
3	30,00	UN	Camiseta em tecido PV 67% poliéster e 33% viscose (tamanho G), na cor azul, com bolso frontal com estampa, com três botões, manga curta, tamanho G.	10,42	312,60
4	20,00	UN	Camiseta em tecido PV 67% poliéster e 33% viscose (tamanho GG) na cor azul, com bolso frontal com estampa, com três botões, manga curta, tamanho GG.	10,42	208,40
5	20,00	UN	Camiseta em tecido PV 67% poliéster e 33% viscose na cor azul, com bolso frontal com estampa, com três botões, manga curta, tamanho XG.	10,42	208,40
6	20,00	UN	Camiseta em tecido PV 67% poliéster e 33% viscose (TAMANHO EXG) na cor azul, com bolso frontal com estampa, com três botões, manga curta, tamanho EXG.	10,42	208,40
7	50,00	UN	Camiseta em tecido PV 67% poliéster e 33% viscose, na cor azul, SEM BOLSO, com estampa frontal (brasão do Município), com três botões, manga curta. Diversos tamanhos, a serem definidos no ato da compra.	10,42	521,00
8	30,00	UN	Camiseta manga longa em tecido PV 67% (Tamanho P), poliéster e 33% viscose, na cor azul, com bolso frontal com estampa, com três botões manga longa, tamanho P.	11,38	341,40
9	30,00	UN	Camiseta manga longa em tecido PV 67% (Tamanho M), poliéster e 33% viscose, na cor azul, com bolso frontal com estampa, com três botões manga longa, tamanho M.	11,38	341,40
10	20,00	UN	Camiseta manga longa em tecido PV 67% (Tamanho G), poliéster e 33% viscose, na cor azul, com bolso frontal com estampa, com três botões manga longa, tamanho G.	11,38	227,60
11	20,00	UN	Camiseta manga longa em tecido PV 67% (tamanho GG), poliéster e 33% viscose, na cor azul, com bolso frontal com estampa, com três botões manga longa, tamanho GG.	11,38	227,60
12	20,00	UN	Camiseta manga longa em tecido PV 67% poliéster e 33% viscose, na cor azul, com bolso frontal com estampa, com três botões manga longa, tamanho XG.	11,38	227,60
13	15,00	UN	Camiseta manga longa em tecido PV 67% (Tamanho EXG), poliéster e 33% viscose, na cor azul, com bolso frontal com estampa, com três botões manga longa, tamanho EXG.	11,38	170,70

14	50,00	UN	Camiseta manga longa em tecido PV 67% poliéster e 33% viscose, na cor azul, SEM BOLSO, com estampa frontal (brásão do Município), com três botões, manga longa. Diversos tamanhos, a serem definidos no ato da compra.	11,38	569,00
----	-------	----	--	-------	--------

0.2. O FORNECEDOR, responsável pelo fornecimento dos itens descritos na tabela acima, receberá o valor global total de R\$ 4.085,10 (quatro mil e oitenta e cinco reais e dez centavos).

1.2.1. Os uniformes deverão ser fornecidos, de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Prefeitura, devendo o FORNECEDOR, proceder à entrega dos mesmos em até 15 (quinze) dias contados da data da solicitação, após a aprovação da amostra, sem a exigência de valor mínimo, na quantidade e no local determinado pelo setor municipal requisitante, sem custos adicionais;

1.2.1.1. Os uniformes deverão ser cotados e entregues em conformidade com as características mínimas constantes nas especificações do objeto;

1.2.1.2. Os uniformes deverão apresentar as características originais do fabricante – não serão aceitos produtos clonados, reciclados, remanufaturados ou que tenham sofrido qualquer alteração em suas características originais.

1.2.2. Os uniformes deverão ser de 1ª qualidade e estar de acordo com as normas e legislações pertinentes para cada um.

1.2.3. O FORNECEDOR deverá arcar com as despesas de carga, descarga e frete referentes às entregas dos produtos, inclusive as oriundas da devolução e reposição de mercadorias recusadas por não atenderem ao Edital.

1.2.4. Por ocasião do recebimento dos uniformes, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se ao direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se a proponente vencedora a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.2.4.1. Deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto, entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA, ANATEL ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

1.2.5. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca dos uniformes enviados, quando na ocasião do recebimento, for constatado que estes se encontram com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, a título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

1.2.6. O aceite dos uniformes não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos materiais, ou por desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

1.2.7. Caso a mercadoria seja recusada ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.2.8. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital e a presente Ata constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.2.8.1. As quantidades a serem fornecidas constantes do Anexo I que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA

DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.2. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93;

2.3. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado.

2.4. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

2.5. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador.

2.6. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar fax ou e-mail do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras via telefone/Fax: (049) 3551-4700 | E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

3.5. Os preços não serão reajustados.

3.6. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA

DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

4.1.1. Executar o objeto da presente Ata de acordo com o estipulado na Cláusula Primeira;

4.1.2. Manter, durante a execução da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do Contrato oriundo do presente processo licitatório;

4.1.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para que libere os equipamentos e móveis solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.6.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.6.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.7. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.7.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.7.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA

DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo;

6.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA SÉTIMA

DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no

art.78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA

DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central – Prefeitura de Luzerna/SC ou dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, nos termos que segue, de acordo com o Parecer Contábil:

Ação (s):

11.001.15.452.0061.2052 – Manutenção dos Serviços Urbanos

11.001.26.782.0067.2060 – Manutenção e Conservação das Estradas Vicinais

Modalidade de Aplicação (s):

3.3.90. Outras despesas correntes – Aplicações diretas

Fonte (s):

1.00 e 3.00 Detalhamento: 000 – Recursos Ordinários

CLÁUSULA NONA

DA VIGÊNCIA E DA FISCALIZAÇÃO

9.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados da data de sua publicação.

9.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por Alcir João Denardi a que anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA DÉCIMA

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

10.4. O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

10.5. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem.

10.5.1. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços,

deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

10.5.2. Caberá ao FORNECEDOR beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento e 02 (dois) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 10 de outubro de 2017.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito

CONTRATANTE

GEAN DA SILVA MENA
FIBRA TOP UNIFORMES INDUSTRIA E COMERCIO TEXTIL LTDA EPP
FORNECEDOR 1

TESTEMUNHAS:

1. ----- 2. -----

Nome:

Nome:

CPF:

CPF:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 130.17

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 130/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 070/2017 PML

PREGÃO PRESENCIAL Nº 048/2017 – PML

Aos 10 (dez) dias do mês de outubro do ano de 2017, presentes de um lado, o MUNICÍPIO DE LUZERNA (SC), pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede na Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro, representado neste ato por seu Prefeito, Sr. MOISES DIERSMANN, e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna/SC, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pelas empresas:

2 – COR URBANA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA – EPP, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Padre Fridmundo, nº 365, Centro, no Município de Tangará/SC, CEP 89642-000, inscrita no CNPJ sob o nº 07.434.746/0001-52, neste ato representado por seu sócio administrador PAULO ROBERTO COSER, brasileiro, maior, casado, empresário, portador da cédula de identidade nº 4.150.189 SSP/SC e inscrito no CPF/MF sob o nº 051.560.299-06, residente e domiciliado na Rua Porto Alegre, nº 35, Centro, na cidade de Tangará/SC, CEP 89642-000, doravante denominado FORNECEDOR 2;

Classificadas para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório PML nº 070/2017, Pregão Presencial nº 048/2017, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO E DO PREÇO

0.1. A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS, destinado a aquisição de uniformes, de forma parcelada e com amostra, destinados aos servidores da Secretaria de Serviços Integrados em Infraestrutura e Agropecuária de Luzerna (SC), conforme especificações contidas em Edital e em seus Anexos.

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unit.	Preço Total
15	20,00	UN	Calça modelo masculino (Nº 38), em tecido de brim, na cor cinza, com abertura frontal, com elástico na cintura, com passadeiras e com 03 bolsos, tamanho - nº 38.	29,75	595,00
16	30,00	UN	Calça modelo masculino (Nº 40), em tecido de brim, na cor cinza, com abertura frontal, com elástico na cintura, com passadeiras e com 03 bolsos, tamanho - nº 40.	29,75	892,50
17	40,00	UN	Calça modelo masculino (Nº 42), em tecido de brim, na cor cinza, com abertura frontal, com elástico na cintura, com passadeiras e com 03 bolsos, tamanho - nº 42.	29,75	1.190,00
18	15,00	UN	Calça modelo masculino (Nº 44), em tecido de brim, na cor cinza, com abertura frontal, com elástico na cintura, com passadeiras e com 03 bolsos, tamanho - nº 44.	29,75	446,25

19	10,00	UN	Calça modelo masculino (Nº46), em tecido de brim, na cor cinza, com abertura frontal, com elástico na cintura, com passadeiras e com 03 bolsos, tamanho - nº 46.	29,75	297,50
20	20,00	UN	Calça modelo masculino (Nº 48), em tecido de brim, na cor cinza, com abertura frontal, com elástico na cintura, com passadeiras e com 03 bolsos, tamanho - nº 48.	29,75	595,00
21	20,00	UN	Calça modelo masculino (Nº50), em tecido de brim, na cor cinza, com abertura frontal, com elástico na cintura, com passadeiras e com 03 bolsos, tamanho - nº 50.	29,75	595,00
22	10,00	UN	Calça modelo masculino (Nº 52), em tecido de brim, na cor cinza, com abertura frontal, com elástico na cintura, com passadeiras e com 03 bolsos, tamanho - nº 52.	29,75	297,00
23	50,00	UN	Calça modelo masculino, em tecido de brim, na cor cinza, com abertura frontal, com elástico na cintura, com passadeiras e SEM BOLSOS. Diversos tamanhos, a serem definidos no ato da compra.	29,75	1.487,00

0.2. O FORNECEDOR, responsável pelo fornecimento dos itens descritos na tabela acima, receberá o valor global total de R\$ 6.396,25 (seis mil trezentos e noventa e seis reais e vinte e cinco centavos).

1.2.1. Os uniformes deverão ser fornecidos, de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Prefeitura, devendo o FORNECEDOR, proceder à entrega dos mesmos em até 15 (quinze) dias contados da data da solicitação, após a aprovação da amostra, sem a exigência de valor mínimo, na quantidade e no local determinado pelo setor municipal requisitante, sem custos adicionais;

1.2.1.1. Os uniformes deverão ser cotados e entregues em conformidade com as características mínimas constantes nas especificações do objeto;

1.2.1.2. Os uniformes deverão apresentar as características originais do fabricante – não serão aceitos produtos clonados, reciclados, remanufaturados ou que tenham sofrido qualquer alteração em suas características originais.

1.2.2. Os uniformes deverão ser de 1ª qualidade e estar de acordo com as normas e legislações pertinentes para cada um.

1.2.3. O FORNECEDOR deverá arcar com as despesas de carga, descarga e frete referentes às entregas dos produtos, inclusive as oriundas da devolução e reposição de mercadorias recusadas por não atenderem ao Edital.

1.2.4. Por ocasião do recebimento dos uniformes, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se ao direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se a proponente vencedora a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.2.4.1. Deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto, entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA, ANATEL ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

1.2.5. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca dos uniformes enviados, quando na ocasião do recebimento, for constatado que estes se encontram com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, a título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

1.2.6. O aceite dos uniformes não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos materiais, ou por desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

1.2.7. Caso a mercadoria seja recusada ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.2.8. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital e a presente Ata constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.2.8.1. As quantidades a serem fornecidas constantes do Anexo I que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA

DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.2. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93;

2.3. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado.

2.4. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

2.5. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador.

2.6. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA DOS PAGAMENTOS

- 3.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.
- 3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.
- 3.3. O FORNECEDOR deverá enviar fax ou e-mail do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras via telefone/Fax: (049) 3551-4700 | E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br
- 3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.
- 3.5. Os preços não serão reajustados.
- 3.6. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

- 4.1. Será de responsabilidade do FORNECEDOR:
- 4.1.1. Executar o objeto da presente Ata de acordo com o estipulado na Cláusula Primeira;
- 4.1.2. Manter, durante a execução da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- 4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;
- 4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do Contrato oriundo do presente processo licitatório;
- 4.1.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para que libere os equipamentos e móveis solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:
- 5.1.1. Advertência;
- 5.1.2. Multa;
- 5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;
- 5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- 5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.
- 5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.
- 5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.
- 5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.
- 5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:
- 5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- 5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;
- 5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.
- 5.6. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:
- 5.6.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.
- 5.6.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.
- 5.7. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:
- 5.7.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.
- 5.7.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 6.1. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo;

6.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA SÉTIMA

DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

- a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;
- b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;
- c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art.78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;
- d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;
- e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

- a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;
- b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA

DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central – Prefeitura de Luzerna/SC ou dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, nos termos que segue, de acordo com o Parecer Contábil:

Ação (s):

11.001.15.452.0061.2052 – Manutenção dos Serviços Urbanos

11.001.26.782.0067.2060 – Manutenção e Conservação das Estradas Vicinais

Modalidade de Aplicação (s):

3.3.90. Outras despesas correntes – Aplicações diretas

Fonte (s):

1.00 e 3.00 Detalhamento: 000 – Recursos Ordinários

CLÁUSULA NONA

DA VIGÊNCIA E DA FISCALIZAÇÃO

9.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados da data de sua publicação.

9.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por Alcir João Denardi a que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA DÉCIMA

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

10.4. O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

10.5. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem.

10.5.1. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

10.5.2. Caberá ao FORNECEDOR beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento e 02 (dois) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 10 de outubro de 2017.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito

CONTRATANTE

PAULO ROBERTO COSER COR URBANA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA – EPP FORNECEDOR 2	
---	--

TESTEMUNHAS:

1. ----- 2. -----

Nome:

Nome:

CPF:

CPF:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 131.17

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 131/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 070/2017 PML

PREGÃO PRESENCIAL Nº 048/2017 – PML

Aos 10 (dez) dias do mês de outubro do ano de 2017, presentes de um lado, o MUNICÍPIO DE LUZERNA (SC), pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede na Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro, representado neste ato por seu Prefeito, Sr. MOISES DIERSMANN, e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna/SC, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pelas empresas:

3 – FS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE UNIFORMES LTDA – EPP, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua XV de Novembro, nº 787, Centro, no Município de Videira/SC, CEP 89560-000, inscrita no CNPJ sob o nº 07.434.746/0001-52, neste ato representado por seu sócio administrador EDSON FRANCISCO RITTER, brasileiro, maior, casado, comerciante, portador da cédula de identidade nº 10R 2.666.687 SSP/SC e inscrito no CPF/MF sob o nº 776.580.869-91, doravante denominado FORNECEDOR 3;

Classificadas para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório PML nº 070/2017, Pregão Presencial nº 048/2017, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO E DO PREÇO

0.1. A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS, destinado a aquisição de uniformes, de forma parcelada e com amostra, destinados aos servidores da Secretaria de Serviços Integrados em Infraestrutura e Agropecuária de Luzerna (SC), conforme especificações contidas em Edital e em seus Anexos.

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unit.	Preço Total
24	10,00	UN	Jaleco modelo bata, em tecido brim grosso, cor cinza, manga longa, com botões para abertura frontal, com bolso superior, faixa refletiva na frente, costas e mangas. Bordado com brasão do Município no bolso. Tamanho P.	32,00	320,00
25	20,00	UN	Jaleco modelo bata, em tecido brim grosso, cor cinza, manga longa, com botões para abertura frontal, com bolso superior, faixa refletiva na frente, costas e mangas. Bordado com brasão do Município no bolso. Tamanho M.	32,00	640,00
26	30,00	UN	Jaleco modelo bata, em tecido brim grosso, cor cinza, manga longa, com botões para abertura frontal, com bolso superior, faixa refletiva na frente, costas e mangas. Bordado com brasão do Município no bolso. Tamanho G.	32,00	960,00
27	20,00	UN	Jaleco modelo bata, em tecido brim grosso, cor cinza, manga longa, com botões para abertura frontal, com bolso superior, faixa refletiva na frente, costas e mangas. Bordado com brasão do Município no bolso. Tamanho GG.	32,00	640,00
28	20,00	UN	Jaleco modelo bata, em tecido brim grosso, cor cinza, manga longa, com botões para abertura frontal, com bolso superior, faixa refletiva na frente, costas e mangas. Bordado com brasão do Município no bolso. Tamanho XG.	32,00	640,00
29	50,00	UN	Jaleco modelo bata, em tecido brim grosso, cor cinza, manga longa, com botões para abertura frontal, SEM BOLSO, faixa refletiva na frente, costas e mangas. Bordado com brasão do Município no peito lado esquerdo. Diversos tamanhos, a serem definidos no ato da compra.	32,00	1.600,00
30	20,00	UN	Jaleco modelo bata, em tecido brim grosso, cor cinza, manga curta, com botões para abertura frontal, com bolso superior, faixa refletiva na frente, costas e mangas. Bordado com brasão do Município no bolso. Tamanho P.	32,00	640,00
31	30,00	UN	Jaleco modelo bata, em tecido brim grosso, cor cinza, manga curta, com botões para abertura frontal, com bolso superior, faixa refletiva na frente, costas e mangas. Bordado com brasão do Município no bolso. Tamanho M.	32,00	960,00
32	30,00	UN	Jaleco modelo bata, em tecido brim grosso, cor cinza, manga curta, com botões para abertura frontal, com bolso superior, faixa refletiva na frente, costas e mangas. Bordado com brasão do Município no bolso. Tamanho G.	32,00	960,00
33	20,00	UN	Jaleco modelo bata, em tecido brim grosso, cor cinza, manga curta, com botões para abertura frontal, com bolso superior, faixa refletiva na frente, costas e mangas. Bordado com brasão do Município no bolso. Tamanho GG.	32,00	640,00
34	20,00	UN	Jaleco modelo bata, em tecido brim grosso, cor cinza, manga curta, com botões para abertura frontal, com bolso superior, faixa refletiva na frente, costas e mangas. Bordado com brasão do Município no bolso. Tamanho XG.	32,00	640,00
35	50,00	UN	Jaleco modelo bata, em tecido brim grosso, cor cinza, manga curta, com botões para abertura frontal, SEM BOLSO, faixa refletiva na frente, costas e mangas. Bordado com brasão do Município no peito lado esquerdo. Diversos tamanhos, a serem definidos no ato da compra.	32,00	1.600,00

0.2. O FORNECEDOR, responsável pelo fornecimento dos itens descritos na tabela acima, receberá o valor global total de R\$ 10.240,00 (dez mil duzentos e quarenta reais).

1.2.1. Os uniformes deverão ser fornecidos, de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Prefeitura, devendo o FORNECEDOR, proceder à entrega dos mesmos em até 15 (quinze) dias contados da data da solicitação, após a aprovação da amostra, sem a exigência de valor mínimo, na quantidade e no local determinado pelo setor municipal requisitante, sem custos adicionais;

1.2.1.1. Os uniformes deverão ser cotados e entregues em conformidade com as características mínimas constantes nas especificações do objeto;

1.2.1.2. Os uniformes deverão apresentar as características originais do fabricante – não serão aceitos produtos clonados, reciclados, remanufaturados ou que tenham sofrido qualquer alteração em suas características originais.

1.2.2. Os uniformes deverão ser de 1ª qualidade e estar de acordo com as normas e legislações pertinentes para cada um.

1.2.3. O FORNECEDOR deverá arcar com as despesas de carga, descarga e frete referentes às entregas dos produtos, inclusive as oriundas da devolução e reposição de mercadorias recusadas por não atenderem ao Edital.

1.2.4. Por ocasião do recebimento dos uniformes, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se ao direito de proceder

à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto lícitado, obrigando-se a proponente vencedora a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.2.4.1. Deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto, entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA, ANATEL ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

1.2.5. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca dos uniformes enviados, quando na ocasião do recebimento, for constatado que estes se encontram com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, a título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

1.2.6. O aceite dos uniformes não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos materiais, ou por desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

1.2.7. Caso a mercadoria seja recusada ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.2.8. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital e a presente Ata constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.2.8.1. As quantidades a serem fornecidas constantes do Anexo I que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA

DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.2. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93;

2.3. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado.

2.4. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

2.5. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador.

2.6. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar fax ou e-mail do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras via telefone/Fax: (049) 3551-4700 | E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

3.5. Os preços não serão reajustados.

3.6. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA

DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

4.1.1. Executar o objeto da presente Ata de acordo com o estipulado na Cláusula Primeira;

4.1.2. Manter, durante a execução da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do Contrato oriundo do presente processo licitatório;

4.1.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para que libere os equipamentos e móveis solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.6.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.6.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.7. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.7.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.7.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA

DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo;

6.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA SÉTIMA

DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art.78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceite as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

- a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;
- b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central – Prefeitura de Luzerna/SC ou dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, nos termos que segue, de acordo com o Parecer Contábil:

Ação (s):

11.001.15.452.0061.2052 – Manutenção dos Serviços Urbanos

11.001.26.782.0067.2060 – Manutenção e Conservação das Estradas Vicinais

Modalidade de Aplicação (s):

3.3.90. Outras despesas correntes – Aplicações diretas

Fonte (s):

1.00 e 3.00 Detalhamento: 000 – Recursos Ordinários

CLÁUSULA NONA DA VIGÊNCIA E DA FISCALIZAÇÃO

9.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados da data de sua publicação.

9.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por Alcir João Denardi a que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA DÉCIMA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

10.4. O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

10.5. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem.

10.5.1. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

10.5.2. Caberá ao FORNECEDOR beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento e 02 (dois) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 10 de outubro de 2017.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito

CONTRATANTE

EDSON FRANCISCO RITTER
FS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE UNIFORMES LTDA – EPP
FORNECEDOR 3

TESTEMUNHAS:

1. ----- 2. -----

Nome:

Nome:

CPF:

CPF:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 132.17

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 132/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 076/2017 PML

PREGÃO PRESENCIAL Nº 054/2017 - PML

Aos 11 (onze) dias do mês de outubro do ano de 2017, presentes de um lado, o MUNICÍPIO DE LUZERNA (SC), pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede na Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro, representado neste ato por seu Prefeito, Sr. MOISES DIERSMANN, e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna/SC, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pelas empresas:

1 – LIZETE ZAMPIERI 60689811934, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua da Represa, nº 33, Bairro Centro, na cidade de Luzerna/SC, CEP: 89.609-000, inscrita no CNPJ sob o nº 19.230.391/0001-69, neste ato representada por LIZETE ZAMPIERI, casada, empresária, portador da cédula de identidade nº 1756639 e inscrito no CPF/MF sob o nº 606.898.119-34, doravante denominado FORNECEDOR 1;

Classificadas para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório PML nº 076/2017, Pregão Presencial nº 054/2017, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO E DO PREÇO

A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS, destinado à contratação de empresa para confecção e fornecimento de uniforme especial (GALA 1-A), sob medida, destinado ao Grupamento Policial Militar de Luzerna/SC, conforme especificações contidas neste Edital e em seus Anexos.

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unit.	Preço Total
1	2,00	UN	Contratação de empresa para: Confecção e fornecimento de uniforme especial (GALA 1-A), sob medida, compreendendo: - Túnica smoking com platina na cor azul ferrete, (linho Italiano), com divisa de 3º SGT PM no braço e manga com insígnia padrão PMSC; - Calça em tecido azul ferrete (linho Italiano), com faixa lateral preta; - Gravata horizontal preta (borboleta).	520,00	1.040,00

0.2. O FORNECEDOR, responsável pelo fornecimento dos itens descritos na tabela acima, receberá o valor global total de R\$ 1.040,00 (hum mil e quarenta reais):

1.2.1. Os uniformes deverão ser confeccionados e fornecidos ao Grupamento Policial Militar de Luzerna, devendo o FORNECEDOR, proceder à entrega dos mesmos em até 20 (vinte) dias úteis contados da data da solicitação, sem a exigência de valor mínimo, na quantidade e no local determinado pelo setor municipal requisitante, sem custos adicionais;

1.2.1.1. Os uniformes deverão ser confeccionados SOB MEDIDA, ou seja, é de total responsabilidade do FORNECEDOR aferir as medidas dos policiais que utilizarão o fardamento, no seguinte endereço: Avenida Frei João, 161, Centro – Luzerna/SC (Grupamento Policial Militar);

1.2.1.2. Os uniformes deverão ser cotados e entregues em conformidade com as características mínimas constantes nas especificações do objeto;

1.2.1.3. Os materiais deverão apresentar as características originais do fabricante – não serão aceitos produtos clonados, reciclados, remanufaturados ou que tenham sofrido qualquer alteração em suas características originais.

1.2.2. Os materiais deverão ser de 1ª qualidade e estar de acordo com as normas e legislações pertinentes para cada um.

1.2.3. O FORNECEDOR deverá arcar com as despesas de carga, descarga e frete referentes às entregas dos produtos, inclusive as oriundas da devolução e reposição de mercadorias recusadas por não atenderem ao Edital.

1.2.4. Por ocasião do recebimento dos materiais, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se ao direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.2.4.1. Deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto, entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA, ANATEL ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

1.2.5. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca dos vestuários enviados, quando na ocasião do recebimento, for constatado que estes se encontram com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, a título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

1.2.6. O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos materiais, ou por desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

1.2.7. Caso a mercadoria seja recusada ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data

da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.2.8. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.2.8.1. As quantidades a serem fornecidas constantes do Anexo I que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA

DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.2. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93;

2.3. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado.

2.4. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

2.5. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador.

2.6. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar fax ou e-mail do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras via telefone/Fax: (049) 3551-4700 | E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

3.5. Os preços não serão reajustados.

3.6. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA

DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

4.1.1. Executar o objeto da presente Ata de acordo com o estipulado na Cláusula Primeira;

4.1.2. Manter, durante a execução da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do Contrato oriundo do presente processo licitatório;

4.1.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para que libere os equipamentos e móveis solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos

materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.6.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.6.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.7. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.7.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.7.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA

DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo;

6.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA SÉTIMA

DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA

DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central – Prefeitura de Luzerna/SC ou dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, nos termos que segue, de acordo com o Parecer Contábil:

Ação (s):
06.001.06.181.0010.2010 – Manutenção do Convênio da Rádio Patrulha

Modalidade de Aplicação (s):
3.3.90. Outras despesas correntes – Aplicações diretas

Fonte (s):
1.00 e 3.00 Detalhamento: 103 – Rádio Patrulha CLÁUSULA NONA
DA VIGÊNCIA E DA FISCALIZAÇÃO

9.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados da data de sua publicação.
9.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por Airton Luiz Pilati que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA DÉCIMA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

10.4. O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

10.5. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem.

10.5.1. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

10.5.2. Caberá ao FORNECEDOR beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento e 02 (dois) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 11 de outubro de 2017.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito

CONTRATANTE

LIZETE ZAMPIERI LIZETE ZAMPIERI 60689811934 FORNECEDOR 1	
--	--

TESTEMUNHAS:

1. _____ 2. _____

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

DECRETO 2452

DECRETO Nº 2452 de 13 de outubro de 2017.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO E ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES QUE ESPECIFICA".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna (SC), no uso das atribuições legais que lhe confere os art.4º e 5º da Lei nº 1.475 de 10 de novembro de 2016,

DECRETA:

Art.1º - Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, no montante de R\$ 12.603,44 (doze mil, seiscentos e três reais e quarenta e quatro centavos), à conta dos recursos do EXCESSO DE ARRECADAÇÃO apurado até esta data, na fonte, detalhamento e rubrica abaixo especificados, atribuída à seguinte classificação orçamentária:

Rubrica de arrecadação:

1.3.2.5.01.03.01.00.00 - Rendimentos Piso Atenção Básica

1.7.2.1.33.11.10.00.00 - Piso de Atenção Básica (PAB FIXO)

1.7.2.1.33.11.30.09.00 - Incremento Temporário de Atenção Básica

Detalhamento de Recursos: 206 - PAB

Excesso de arrecadação até essa data: R\$ 12.603,44

Ação: 13.001.10.301.0016.2017 - Atenção Básica

G.N.D. - Modalidade de Aplicação: 3.3.90. Outras despesas correntes - Aplicações diretas

Fonte: 38 - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União

Detalhamento de Recurso: 206 - PAB - Atenção Básica

Valor: R\$ 12.603,44

Parágrafo Único - É parte integrante deste Decreto, o Quadro Demonstrativo da receita orçada com a receita arrecada.

Art.2º- Ficam anuladas parcialmente, as dotações atribuídas à ações discriminadas até o limite dos valores também abaixo discriminados:

Ação: 13.001.10.301.0016.2017 - Atenção Básica

G.N.D. - Modalidade de Aplicação: 3.3.90. Outras despesas correntes - Aplicações diretas

Fonte: 38 - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União

Detalhamento de Recurso: 206 - PAB - Atenção Básica

Valor: R\$ 25.455,08

Art.3º- Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior, ficam suplementadas até os limites anulados nas dotações atribuídas às atividades abaixo discriminadas:

Ação: 13.001.10.301.0016.2017 - Atenção Básica

G.N.D. - Modalidade de Aplicação: 4.4.90. Investimentos - Aplicações diretas

Fonte: 38 - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União

Detalhamento de Recurso: 206 - PAB - Atenção Básica

Valor: R\$ 25.455,08

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 13 de outubro de 2017.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 04//2017/FMS - 3ª CAMINHADA ECOLÓGICA

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 04/FMS /2017

"PATROCÍNIO DA 3ª CAMINHADA ECOLÓGICA DE LUZERNA"

SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO AO ESTABELECIMENTO DE PARCERIAS COM EMPRESAS E/OU ENTIDADES PRIVADAS QUE SE INTERESSEM EM APRESENTAR PROPOSTAS DE PROJETOS COM CUSTEIO MEDIANTE PATROCÍNIO, COPATROCÍNIO OU DOAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA "3ª CAMINHADA ECOLÓGICA DE LUZERNA", EVENTO INTEGRANTA DO PROJETO MARATONA DA SAÚDE.

A Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social torna público, para ciência dos interessados, que estará recebendo propostas de projetos com custeio mediante patrocínio, copatrocínio ou doação, para realização do Evento 3ª CAMINHADA ECOLÓGICA DE LUZERNA até o dia 06 de novembro de 2017, devendo os proponentes interessados no estabelecimento de parceria com esta Pasta, apresentarem suas propostas no local e data identificados no item 6.1, nos termos aqui estabelecidos.

1. DAS CARACTERÍSTICAS DO EVENTO

As ações de saúde em um município devem ser voltadas para os três pilares da manutenção da condição de saúde, que são o tratamento a doenças instaladas, a educação em saúde e a prevenção de doenças. Estas últimas são muitas vezes negligenciadas pelas estruturas de gestão devido ao forte apelo cultural da população pela atenção curativa, centrada na figura do médico, porém não se faz saúde correndo

atrás da doença, é preciso se antecipar a ela.

Nos três últimos meses do ano, o Ministério da Saúde desenvolve uma agenda de ações de prevenção a algumas patologias específicas, vinculando os meses do ano a cores: Outubro rosa em alusão a prevenção do câncer de mama; novembro azul e a prevenção do câncer de próstata e o dezembro vermelho para a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis.

Desta forma, a Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social busca por meio do projeto Maratona da Saúde unir esforços em ações de prevenção e de educação relacionadas aos 3 (três) meses supracitados.

As atividades serão desenvolvidas no decorrer dos 90 (noventa) dias, com uma ação central que ocorrerá no dia 15 de novembro de 2017, no centro de eventos São João Batista, no Município de Luzerna/SC, com atividades destinada a instrução da população sobre diversos temas relacionados à saúde, bem como atividades recreativas e de aprimoramento físico.

Dentre as atividades a serem desenvolvidas nesta data, em conjunto com o Programa Municipal Exercitando a Saúde será realizada a 3ª Caminhada Ecológica de Luzerna, como fato de grande relevância como ação de caráter preventiva, de reabilitação e de foco na manutenção de fatores promotores de saúde como adesão a atividade física.

A Caminhada será realizada no dia 15 de novembro de 2017, partindo da frente da prefeitura municipal da cidade, passando pelo Centro de Eventos São João Batista e seguindo em direção à Linha Leãozinho.

O ponto final será no Centro de Eventos, sendo que haverá 3 (três) opções de distância (14km, 10km e 6km), conforme o nível de condicionamento de cada participante.

O evento é destinado à toda população, de forma gratuita.

Estima-se que aproximadamente 300 (trezentas) pessoas participem do presente evento.

2. OBJETIVO

1.

2.1. O presente edital tem por objetivo selecionar projetos de eventuais interessados em executar, junto com a Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, o evento "3ª CAMINHADA ECOLÓGICA", no dia 15 de novembro de 2017, evento em parceria com o PROJETO MARATONA DA SAÚDE e o PROGRAMA MUNICIPAL EXERCITANDO A SAÚDE fundamentado na Lei nº 1270 de 21 de outubro de 2014 e na Lei nº 1498 de 14 de fevereiro de 2017, sem prejuízo de outros normativos aplicáveis.

2.2. A empresa deverá apresentar projeto de patrocínio, copatrocínio ou doação, para os itens dispostos no Anexo I.

2.3. O termo de parceria a ser celebrado deverá constar especificamente a forma de inserção do(s) nome(s) e/ou marca(s) de cada patrocinador nos materiais relacionados à promoção e divulgação da 3ª CAMINHADA ECOLÓGICA, bem como as demais contrapartidas estabelecidas entre as Partes para a viabilização da pretendida parceria.

3. OBJETO DO PATROCÍNIO OU COPATROCÍNIO

3.1. Na proposta de execução deverá constar o(s) item(s) escolhida(s), e a quantia e/ou quantidade(s) que será(ão) disponibilizada(s) pelo(s) patrocinador(es).

3.2. A proposta de patrocínio será analisada pela Comissão Organizadora. Caso a proposta seja apresentada por duas ou mais proponentes em conjunto, na forma do item 4.2, será possível compatibilizar as proporções acima entre os proponentes.

3.3. A Comissão Organizadora será composta pelos servidores:

I- Fabiane Finger; e

II – Luis Fernando Dahmer Peruchini

3.4. As ações publicidade do patrocinador(s) devem estar descritas no projeto, mas os custos para a sua realização, que ficarão a cargo do(s) proponente(s), não serão computados para fins de definição do valor total do patrocínio.

3.5. O proponente será escolhido pela Comissão Organizadora de acordo com os seguintes critérios:

I. Vantajosidade para a Administração Pública Municipal e

II. Compatibilidade entre a proposta e escopo do evento;

4. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

1.

2.

3.

4.

4.1. Poderão participar do chamamento pessoas jurídicas que apresentem projeto para realização da 3ª CAMINHADA ECOLÓGICA DE LUZERNA, conforme Termo de Patrocínio constantes no ANEXO III.

4.2. É permitida a participação, em conjunto, de duas ou mais pessoas jurídicas como proponentes nesse Chamamento, observadas as seguintes regras:

- 4.2.1. Apresentação de termo de compromisso particular de participação conjunta no edital, subscrito pelos interessados;
- 4.2.2. Indicação de empresa responsável pela celebração do termo de patrocínio, que assumirá a posição de liderança e obrigatoriamente deverá atender ao compromisso ora firmado perante a Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social;
- 4.2.3. Responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em conjunto, tanto na fase de chamamento quanto na de execução do evento;
- 4.2.4. Não há limitação para o número de empresas para composição da proposta em conjunto neste Edital;

4.3. No caso de participação em conjunto, todas as pessoas jurídicas envolvidas deverão estar indicadas na proposta, com a discriminação do item ou valor a ser aportado por cada uma e a descrição de sua respectiva atribuição e responsabilidades na parceria proposta, com apresentação dos documentos obrigatórios.

4.4. Poderão participar desta seleção as proponentes que:

- a) Atendam a todas as exigências do edital, inclusive quanto à documentação deste instrumento e de seus anexos;
- b) Sejam diretamente responsáveis pela promoção e execução do objeto da parceria, e respondam legalmente perante a Administração Pública.

4.5. Não poderão ser proponentes as que:

- a) Tenham em seus quadros (dirigentes, associados ou funcionários) servidores públicos do Município de Luzerna ou seus agentes políticos;
- b) Tenham como dirigentes membros dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, do Ministério Público, do Tribunal de Contas, de qualquer esfera de governo e de servidores públicos municipais, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros, ascendentes ou descendentes, até o 3º grau;
- c) Apresentem projetos de conteúdo sectário ou segregacionista atinente à raça, cor, sexo e religião;
- d) Apresentem projetos que direta ou indiretamente façam menção ao uso de álcool, cigarros (de qualquer tipo), substâncias que necessitem de prescrição médica ou ilícita;

5. DAS PROPOSTAS DE PATROCÍNIO

5.1. As propostas de patrocínio apresentadas deverão estar acompanhadas de termo(s) de patrocínio emitido(s) em nome da(s) pessoa(s) jurídica(s) interessada(s), isoladamente ou em conjunto, que assegure(m) a exequibilidade do(s) valor(es) ou item(ns) de patrocínio proposto(s).

5.2. O(s) termo(s) de patrocínio referido(s) no item anterior deve(m) estar assinado(s) por representante legal da pessoa jurídica correspondente para a realização do objeto da parceria.

6. PROCESSO SELETIVO

6.1. Os interessados em participar desse chamamento deverão protocolar sua proposta até o dia 06 de novembro de 2017 junto à Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social localizada na, Avenida 16 de fevereiro, 151, centro, Luzerna/SC das 7h45min às 11h45min e das 13h30min às 17h30min horas, de segunda à sexta-feira, que receberá e encaminhará os envelopes fechados e carimbados à Comissão Organizadora para análise.

5.2 As propostas incluirão o Termo de Patrocínio, conforme ANEXO III e deverão ser instruídas com a seguinte documentação, sob pena de inabilitação:

I - comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

II - cópia dos documentos de identificação (RG e CPF/MF) do representante legal da proponente e respectivo comprovante de residência;

6.3. Os documentos solicitados deverão ser apresentados mediante cópias autenticadas, salvo os emitidos por intermédio da rede mundial de computadores (internet), que ficarão sujeitos, caso necessário, à devida conferência.

6.4. A seleção do projeto com a proposta de patrocínio será processada e julgada pela Comissão Organizadora, cabendo-lhe conduzir os trabalhos necessários à sua realização.

6.5. A(s) proposta(s) recebida(s) será(ão) submetida(s) ao exame da Comissão Organizadora da seguinte forma:

6.5.1. A Comissão Organizadora realizará a análise da documentação de todos os proponentes em sessão pública a ser oportunamente designada, verificando o atendimento ao disposto no item 5 deste Chamamento.

6.5.3. Caso a(s) proposta(s) não atenda(m) às exigências previstas no edital, uma vez esgotadas as possibilidades de saneamento, esclarecimento ou diligência, a Comissão Organizadora considerará tais propostas inabilitadas.

6.5.4. A Comissão Organizadora poderá realizar diligências e requerer informações adicionais, inclusive quanto à capacidade econômica e financeira dos eventuais parceiros e patrocinadores para honrar as obrigações assumidas.

7. CRITÉRIO DE DESEMPATE E DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

7.1. Caso haja duas ou mais proponentes que, notoriamente, sejam do mesmo segmento econômico e, caso não haja acordo entre as proponentes quanto à compatibilidade em relação à inserção de seus nomes nos materiais de divulgação do evento, proceder-se-á da seguinte forma:

a) Prevalecerá a proposta de maior valor;

b) No caso de propostas de igual valor, será realizado sorteio, na própria sessão pública, a fim de que seja mantida apenas uma daquelas concorrentes por segmento.

7.2. Após a seleção dos proponentes, a Comissão encaminhará o resultado ao Secretário para a devida homologação do procedimento, o qual providenciará para que ocorra a sua publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC, cuja versão eletrônica encontra-se no endereço <https://diariomunicipal.sc.gov.br/site/>, seguindo-se, então, a formalização dos ajustes correspondentes.

8. DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. Na hipótese de resolução unilateral ou inadimplência por parte da proponente, além de eventuais perdas e danos apurados judicial ou administrativamente, poderão ser aplicadas as penalidades previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8666/1993, na seguinte conformidade e de acordo com a gravidade da falta:

I. Advertência;

II. Multa de até 10% do valor do patrocínio, conforme a gravidade da infração, quando:

a) A proponente não realizar total ou parcialmente o projeto na forma como foi apresentado e aprovado;

b) A proponente descumprir alguma cláusula do ajuste;

c) A proponente não comprovar a divulgação do apoio da Municipalidade ao projeto;

d) Pela aplicação da terceira advertência.

I. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

II. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

8.2. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão, que deverá interpretar as regras previstas neste Edital e basear suas decisões segundo os princípios que regem a Administração Pública.

8.3. Os interessados poderão obter maiores informações sobre o evento e esclarecimentos sobre esse procedimento junto ao e-mail fabifinger@hotmail.com e luis.peruchini@gmail.com com assunto "Chamamento – 3ª Caminhada Ecológica de Luzerna" ou pelo telefone (49) 3551-4700.

Luzerna/SC, 13 de outubro de 2017.

LUIS FERNANDO DAHMER PERUCHINI
Secretário Municipal de Saúde e Assistência Social

ANEXO I LISTA DE FORNECIMENTO DE MATERIAS

	Item	Objetivo	Quantidade
1.	Água (bombona 20 litros)	Alimentação	08
2.	Bomba para galão de água 20 litros	Alimentação	04
3.	Melancia	Alimentação	60kg
4.	Banana	Alimentação	25kg
5.	Melão	Alimentação	13kg
6.	Maça	Alimentação	20kg
7.	Pocã	Alimentação	25kg
8.	Sacochila	Kit atleta	400
9.	Boné	Kit atleta	400
10.	Toalha pequena	Kit atleta	400
11.	Squeeze	Kit atleta	400
12.	Carro de som	Divulgação	diária
13.	Folder	Divulgação	400
14.	Cartaz	Divulgação	10
15.	Tenda (pontos de apoio)	Infraestrutura	04
16.	Cadeira plástica	Infraestrutura	12
17.	Mesa plástica	Infraestrutura	08
18.	Banheiros químicos	Infraestrutura	03
19.	Sistema de sonorização	Infraestrutura	diária
20.	Placas de sinalização trajeto (20cm x 50cm)	Comunicação visual	20
21.	Faixa de lona (2,50m x 0,70m)	Comunicação visual	02

* Os itens descritos na tabela são ilustrativos podendo a critério do patrocinador apresentar a Comissão Organizadora outros que estão de acordo com o objeto desta parceria.

ANEXO II MODELO DE REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO

À Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social,

Pelo presente documento, a empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, com endereço à _____, na pessoa do Sr. (a). _____, seu/sua representante legal, documento de identidade (RG) nº _____, registrado no CPF/MF sob o nº _____, vem apresentar projeto com proposta de patrocínio do evento 3ª Caminhada Ecologica, conforme Edital, acompanhada dos documentos pertinentes, respondendo, assim, pela representada, comprometendo-se a honrar, em caráter irrevogável e irretroatável com a execução e o patrocínio no valor de R\$ _____ (valor por extenso) e/ou dos item(ns) nº _____, dispostos na tabela do Anexo I do Edital CHAMAMENTO PÚBLICO nº 04/FMS/2017.

Declara, ainda, sob as penas da lei:

- a) Que todas as informações e documentos que acompanham o projeto são verdadeiros, responsabilizando-se civil e criminalmente;
- b) Que é o único responsável pelo recolhimento de tributos de qualquer natureza, de pagamentos e direitos autorais e conexos, ou quaisquer outros relativos ao projeto, independente de estarem previstos no orçamento;
- c) Que não possui menores de 18 (dezoito) anos realizando trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 (dezesesseis) anos realizando qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz nos termos do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal;
- d) Que não existe, no seu quadro de dirigentes, membros dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, do Ministério Público, do Tribunal de Contas, de qualquer esfera de governo e de servidores públicos municipais, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros, ascendentes ou descendentes, até o 3º grau.

Luzerna/SC, ____ de _____ de 2017.

(assinatura do representante legal da proponente)

ANEXO III TERMO DE PATROCINIO

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 004/FMS/2017 QUADRO 01 – Identificação do Proponente

Nome do Proponente			
CNPJ		Logradouro (avenida, rua, alameda, etc.)	
nº	Com-ple-men-to	Bairro	
Município	Caixa pos-tal	CEP	
DDD	Telefo-ne(s)	Fax	
E-mail		Site	

QUADRO 02 - Identificação do objeto a ser executado

QUADRO 3 - Plano de divulgação

MATERIAIS E SERVIÇOS					
Especificação	Descrição de cada item	Unidade de medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
MATERIAL					
			Subtotal de Materiais		
SERVIÇOS					
			Subtotal de Serviços		
				Total Geral	

Nome do Representante Legal: _____

RG: _____ CPF: _____

Data: ____ de _____ de 2017.

(assinatura do representante legal da proponente)

Betha Sistemas
Exercício de 2017
Período: Outubro
Página 1

Totaïs Geraïs :

Luzerna, 13/10/2017

ANA CLAUDIA MIOTTO	LUIS FERNANDO PERUCHINI
CONTADORA - CRC/SC 033/105/04	GESTOR DO FUNDO MUN. SAÚDE LUZERN

Maravilha

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO N. 151/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA - Processo Licitatório n. 151/2017 - Modalidade Pregão Presencial n. 069/2017 – Sistema de Registro de Preços – SRP.

A Excelentíssima Senhora Prefeita de Maravilha - SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com o Pregoeiro e Equipe de Apoio, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em processo de Licitação na modalidade de Pregão Presencial, Sistema de Registro de Preço - SRP, a contratação de serviços de locação de brinquedos infláveis, conforme a necessidade, para o Município de Maravilha, tipo Menor Preço por item, cujo processo licitatório é regido pela Lei 10.520/02, 8.666/93, e em especial o contido no Edital, e que estará recebendo os envelopes contendo a habilitação e propostas até as 14 horas do dia 26 de outubro de 2017, procedendo em seguida com a abertura dos envelopes. Qualquer informação bem como a retirada do Edital poderá ser obtida no departamento de compras e licitações no horário de expediente, das 07:30h às 11:30 horas e das 13 h às 17 horas. Maravilha - SC, 11 de outubro de 2017. ROSIMAR MALDANER – Prefeita de Maravilha.

Meleiro

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO Nº 138-2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 138/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: DS REPRESENTAÇÃO COMERCIAL E PREPARO DE DOCUMENTOS LTDA

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ELABORAÇÃO DE PROJETOS TÉCNICOS EXECUTIVOS DE ENGENHARIA RODOVIÁRIA VISANDO A TERRAPLANAGEM, PAVIMENTAÇÃO E SINALIZAÇÃO DAS RODOVIAS MUNICIPAIS MEL 465 E MEL 354, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO PROJETO TÉCNICO EM ANEXO.

Valor: R\$ 11.737,50

Vigência: Início: 08/09/2017 Término: 31/12/2017

Data da assinatura: 08 de Setembro de 2017.

EXTRATO CONTRATO Nº 139-2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 139/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: DS REPRESENTAÇÃO COMERCIAL E PREPARO DE DOCUMENTOS LTDA

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA PREPARAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO ADMINISTRATIVA E TÉCNICA VISANDO A OBTENÇÃO DO LICENCIAMENTO CORRETIVO DE OPERAÇÃO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL DE MELEIRO/SC CONFORME IN-52 – FATMA - CEMITÉRIOS.

Valor: R\$ 6.900,00

Vigência: Início: 08/09/2017 Término: 31/12/2017

Data da assinatura: 08 de Setembro de 2017.

EXTRATO CONTRATO Nº 140-2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 140/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: FH ENGENHARIA E CONSULTORIA EIRELI - ME
Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ELABORAÇÃO DE ESTUDO E LAUDO HIDROGEOLÓGICO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL DE MELEIRO/SC.

Valor: R\$ 3.000,00

Vigência: Início: 08/09/2017 Término: 31/12/2017

Data da assinatura: 08 de Setembro de 2017.

EXTRATO CONTRATO Nº 141-2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 141/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: FH ENGENHARIA E CONSULTORIA EIRELI - ME

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ELABORAÇÃO DE ESTUDO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL VISANDO A OBTENÇÃO DO LICENCIAMENTO CORRETIVO DE OPERAÇÃO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL DE MELEIRO/SC.

Valor: R\$ 4.900,00

Vigência: Início: 08/09/2017 Término: 31/12/2017

Data da assinatura: 08 de Setembro de 2017.

EXTRATO CONTRATO Nº 142-2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 142/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: H2Z COMÉRCIO E TRANSPORTE EIRELI ME

Objeto: Locação de uma casa mista localizada na Rua Nilton Natal, 524 - Bairro Jardim Itália – Meleiro/SC, para abrigar família em situação de risco social, conforme estudo sócio econômico emitido pela assistente social do município e parecer jurídico anexos ao processo.

Valor: R\$ 3.300,00

Vigência: Início: 11/09/2017 Término: 24/03/2018

Data da assinatura: 24 de Setembro de 2017.

EXTRATO CONTRATO Nº 143-2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 143/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DO CORAL INFANTO JUVENIL "CRIANÇA FELIZ

Objeto: Contratação de show artístico da ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DO CORAL INFANTO JUVENIL "CRIANÇA FELIZ" no dia 30 de setembro de 2017, com duração mínima de 01 (uma) hora, no evento IV SEMANA CULTURAL DE MELEIRO, a ser realizado no Pavilhão do Arroz do Município entre os dias 27 de setembro a 04 de outubro de 2017.

Valor: R\$ 5.000,00

Vigência: Início: 27/09/2017 Término: 27/09/2017

Data da assinatura: 27 de Setembro de 2017.

EXTRATO CONTRATO Nº 144-2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 144/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: EMPRESA ARTÍSTICO CULTURAL MARQUES JOAQUIM LTDA ME

Objeto: APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA REFERENTE A ATRAÇÃO "CIRQUINHO DO REVIRADO" NO DIA 1º DE OUTUBRO DE 2017, DAS 17:30 HORAS AS 18:30 HORAS, NO EVENTO IV SEMANA CULTURAL DE MELEIRO, A SER REALIZADO NO PAVILHÃO DO ARROZ DO MUNICÍPIO ENTRE OS DIAS 27 DE SETEMBRO A 04 DE OUTUBRO DE 2017.

Valor: R\$ 2.300,00

Vigência: Início: 1º/10/2017 Término: 1º/10/2017

Data da assinatura: 27 de Setembro de 2017.

EXTRATO CONTRATO Nº 145-2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 145/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: ENEREIDE PASINI SILVESTRE MEI

Objeto: Contratação de show artístico das "MENINAS DA SANFONA" a realizar-se no dia 1º DE OUTUBRO de 2017, das 19:00 horas as 20:30 horas, no evento IV SEMANA CULTURAL DE MELEIRO, a ser realizado no PAVILHÃO DO ARROZ DO MUNICÍPIO entre os dias 27 DE SETEMBRO A 04 DE OUTUBRO DE 2017.

Valor: R\$ 2.500,00

Vigência: Início: 1º/10/2017 Término: 1º/10/2017

Data da assinatura: 27 de Setembro de 2017.

EXTRATO CONTRATO Nº 146-2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 146/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: LEILA DE ROSSO SIMIONATO – ME

Objeto: APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA REFERENTE A ATRAÇÃO "PALHAÇO BIRIBA" NO DIA 04 DE OUTUBRO DE 2017, DAS 20:00 HORAS AS 22:00 HORAS, NO EVENTO IV SEMANA CULTURAL DE MELEIRO, A SER REALIZADO NO PAVILHÃO DO ARROZ DO MUNICÍPIO ENTRE OS DIAS 27 DE SETEMBRO A 04 DE OUTUBRO DE 2017.

Valor: R\$ 4.500,00

Vigência: Início: 04/10/2017 Término: 04/10/2017

Data da assinatura: 27 de Setembro de 2017.

EXTRATO CONTRATO Nº 147-2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 147/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: RCM AR CONDICIONADO EIRELI - ME

Objeto: AQUISIÇÃO DE AR CONDICIONADOS NOVOS E INSTALADOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES PARA COLOCAÇÃO EM DIVERSOS LOCAIS DE PREDIOS E ESCOLAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL Valor: R\$ 6.450,00

Vigência: Início: 28/09/2017 Término: 31/12/2017

Data da assinatura: 28 de Setembro de 2017.

EXTRATO CONTRATO Nº 148-2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 148/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: TOPCLIMA SISTEMAS DE REFRIGERAÇÃO EIRELI - ME

Objeto: AQUISIÇÃO DE AR CONDICIONADOS NOVOS E INSTALADOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES PARA COLOCAÇÃO EM DIVERSOS LOCAIS DE PREDIOS E ESCOLAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL Valor: R\$ 14.000,00

Vigência: Início: 28/09/2017 Término: 31/12/2017

Data da assinatura: 28 de Setembro de 2017.

EXTRATO CONTRATO Nº 149-2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 149/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: VMLX ELETRONICOS EIRELI - ME

Objeto: AQUISIÇÃO DE AR CONDICIONADOS NOVOS E INSTALADOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES PARA COLOCAÇÃO EM DIVERSOS LOCAIS DE PREDIOS E ESCOLAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL Valor: R\$ 15.390,00

Vigência: Início: 28/09/2017 Término: 31/12/2017

Data da assinatura: 28 de Setembro de 2017.

EXTRATO CONTRATO Nº 150-2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 150/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: PAGNAN INFORMÁTICA E TECNOLÓGICA LTDA ME

Objeto: Contratação de serviços técnicos em informática para manutenção de computadores, através de empresa do ramo pertinente, para atender as necessidades das secretarias de Administração e Educação do Município de Meleiro/SC.

Valor: R4.488,00

Vigência: Início: 02/10/2017 Término: 02/04/2018

Data da assinatura: 02 de Outubro de 2017.

EXTRATO CONTRATO Nº 151-2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 151/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: MÁQUINAS E IMPLEMENTOS EIRELI EPP

Objeto: AQUISIÇÃO DE 01 (UM) ROLO COMPACTADOR VIBRATÓRIO PARA ASFALTO, NOVO, HIDROSTÁTICO, ANO DE FABRICAÇÃO 2017, EQUIPADO COM GABINE E AR CONDICIONADO, PESO OPERACIONAL MÍNIMO DE 7.000 KG, CILINDRO LISO USINADO PARA COMPACTAÇÃO DE ASFALTO, COM DIÂMETRO MÍNIMO DE 1.200 MM, LARGURA MÍNIMA DE 1.600 MM, E ESPESSURA MÍNIMA DE 20 MM, CAPACIDADE MINIMA DE SUBIDA EM RAMPA 35%, MOTOR POTENCIA MINIMA DE 70 HP COM 4 CILINDROS, TANQUE DE ÁGUA COM CAPACIDADE MINIMA DE 450 LITROS, EQUIPADO COM PNEUS BANDA LISA DE 13X24, GARANTIA MINIMA DE 01 (UM) ANO EMITIDA PELO FABRICANTE DO EQUIPAMENTO, SEM LIMITE DE HORAS.

Valor: R\$ 241.600,00

Vigência: Início: 02/10/2017 Término: 31/12/2017

Data da assinatura: 02 de Outubro de 2017.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 13 de Outubro de 2017.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

EXTRATO CONTRATO Nº008-2017- SAMAE

Estado de Santa Catarina
SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 008/2017

Contratante: SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE MELEIRO

Contratado: DS REPRESENTAÇÃO COMERCIAL E PREPARO DE DOCUMENTOS LTDA

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ELABORAÇÃO DE PROJETOS VISANDO CONSTRUÇÃO DE ADUÇÃO, TANQUE DE ARMAZENAGEM DE AGUA, COM SEU RESPECTIVO LICENCIAMENTO AMBIENTAL, A SEREM EXECUTADOS PELO SAMAE, NA COMUNIDADE DE RIO MORTO NO MUNICIPIO DE MELEIRO.

Valor: R\$ 6.000,00

Vigência: Início: 27/09/2017 Término: 31/12/2017

Data da assinatura: 27 de Setembro de 2017.

PORTARIA Nº 323-2017

PORTARIA n.º 323/2017

TRATA DA EXONERAÇÃO DE MOTORISTA DO SAMU.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, Lei nº 809/2000 e suas alterações, Lei Complementar nº 031/2010, de 07 de Junho de 2010 e suas alterações, e Processo Seletivo n.º 001/2016 - Saúde, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º A pedido o Senhor ANDERSON FELISBERTO, do cargo de Motorista - SAMU, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Modelo

PREFEITURA

3 - D. C. A. - CALÇAMENTO - EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 002/2017
DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL

O (a) declarante, abaixo identificado(a) de conformidade com o disposto na Resolução CONSEMA nº 01/06 e ciente das aplicações relativas à legislação administrativa, civil e penal, declara que para fins de comprovação junto à Fundação do Meio Ambiente – FATMA o empreendimento abaixo descrito está localizado de acordo com as diretrizes municipais de uso do solo e legislação ambiental e florestal vigente, que trata de forma adequada seus efluentes líquidos e resíduos sólidos e que possui Reserva Legal averbada, se for imóvel em área rural.									
Identificação do (a) Responsável Técnico (a)									
NOME:	Carline Joice Hackenhaar								
CGC/CPF:	037.341.369-62				PROFIS-SÃO:	Engª Civil			
Nº. REG. CONSELHO:	090.319-0								
Identificação do empreendedor									
NOME/RAZÃO SOCIAL:	PREFEITURA MUNICIPAL DE MODELO								
Dados do empreendimento/atividade									
NOME/RAZÃO SOCIAL:	PREFEITURA MUNICIPAL DE MODELO								
LOGRADOURO	Projeto de Passeio Público na Rua do Comércio – Trecho I e II, Frente da Prefeitura e Rua Duque de Caxias – Trecho I, II, III e IV, com área total de = 3.056,46 m²								
NÚMERO:				COMPLE-MENTO:			BAIR-RO:	Centro	
CEP:	89872-000		MUNICÍPIO:	MODELO			UF:	SC	
Coordenadas Geográficas: Relacionado abaixo									
Latitude(S):	g: 26º		m: 46'	s: 32.10"	Lon-gitu-de(W):	g: 53º	m: 3'	s: 8.88"	
Coordenadas UTM (X,Y):									
X:	7036773.60 m.S			Y:	295935.41 m.E				
Esta declaração tem validade por quatro anos, contados a partir da data de sua emissão e deve ser renovada previamente ao seu vencimento.									
Assinatura									
Local e data:	Maravilha, 17 de NOVEMBRO de 2016.								
Nome/Assinatura do (a) Responsável Técnico (a) Carline Joice Hackenhaar								

5.1 - DECLARAÇÃO ALTERNATIVA SINAPI - EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 002/2017
DECLARAÇÃO

Eu, Carline Joice Hackenhaar, autora das planilhas orçamentárias do empreendimento, Pavimentação Asfáltica, Drenagem pluvial, Sinalização e Passeio Público, na RUA DO COMÉRCIO – Trecho I e II e RUA DUQUE DE CAXIAS – Trecho I, II, III e IV, com área total de 3.056,46 m², declaro que segundo análise realizada sobre os orçamentos utilizando o Sinapi com Desoneração ou sem Desoneração, a alternativa mais vantajosa para o Município é a utilização do orçamento Com Desoneração, sendo este o orçamento apresentado anexo ao projeto. Sendo o que tínhamos para o momento.

Maravilha (SC), 17 de Novembro de 2016.

Carline Joice Hackenhaar
Assessora em Engª Civil – AMERIOS
CREA/SC 090.319-0

6 - MD - PASSEIO PÚBLICO - EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 002/2017

Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE MODELO

Prefeito : RICARDO LUIS MALDANER

Projeto: PASSEIO PÚBLICO

Local: RUA DO COMÉRCIO - TRECHO I e II e RUA DUQUE DE CAXIAS – TRECHO I, II, III e IV

Área: 3.056,46 m²

O presente memorial descritivo apresentado tem por objetivo, estabelecer as condições que receberão os usos de materiais, equipamentos e serviços a serem realizados na Execução do Projeto do Passeio Público, na Rua do Comércio – Trecho I e II e Rua Duque de Caxias – Trecho I e II, como também em frente à Prefeitura Municipal, com uma área total 3.056,46 m², no município de MODELO (SC).

1	Rua do Comércio – Trecho I – Lado Direito	286,56 m²
2	Rua do Comércio – Trecho I – Lado Esquerdo	300,32 m²
3	Rua do Comércio – Trecho II – Lado Direito	600,03 m²
4	Acesso ao Centro Administrativo	75,70 m²
5	Rua do Comércio – Trecho II – Lado Esquerdo	600,35 m²
6	Rua Duque de Caxias – Trecho I – Lado Direito	166,70 m²
7	Rua Duque de Caxias – Trecho I – Lado Esquerdo	179,77 m²
8	Rua Duque de Caxias – Trecho II – Lado Direito	108,76 m²
9	Rua Duque de Caxias – Trecho II – Lado Esquerdo	178,20 m²
10	Rua Duque de Caxias – Trecho III – Lado Direito	202,92 m²
11	Rua Duque de Caxias – Trecho III – Lado Esquerdo	182,99 m²
12	Rua Duque de Caxias – Trecho IV – Lado Esquerdo	174,16 m²
Área Total		3.056,46 m²

1. LIMPEZA DO LOCAL:

A limpeza da área de execução dos passeios, deverá ser executada com a demolição de passeios e remoção das árvores, conforme indicados em prancha.

Obs:

® Serão removidas todas as árvores que estiverem localizadas nos passeios, sendo que deverá ser providenciada a licença, junto a FATMA e Moradores, para a retirada das árvores que estão identificadas no projeto, as mesmas devem ser providenciadas pela Administração Municipal, antes do início da execução.

® As remoções/demolições serão executadas pelo município antes do início da execução dos passeios.

2. LOCAÇÃO DA OBRA:

Para a locação da obra, seguir conforme projeto anexo. Após esta etapa, os pontos deverão ser conferidos pelo responsável da execução dos serviços.

3. REGULARIZAÇÃO/PREENCHIMENTO/COMPACTAÇÃO:

A regularização e compactação deverá ser executada pelo município já que a remoção/demolição será executada por funcionários da administração, sendo que conforme serão removidos deverão ser executadas.

3.1. Regularização/Compactação: Nos locais onde serão executados os passeios, após a limpeza, deverá ser realizado o nivelamento e compactação mecânica do solo com a utilização de compactador PLACA, deixando a base pronta para o recebimento pó de pedra e ou concreto seguida do paver e ou lajota..

3.2. Acesso aos cadeirantes: Em todos os acessos aos cadeirantes deverá ser executado conforme a Figura 93 da NBR 9050/2015, onde a mesma deverá ser executada em piso de concreto com espessura de 5,0 cm, inclusive com faixa de paver alerta.

4. MEIO FIO:

Como será realizada toda a limpeza da área do Passeio público, deverá ser realizada a remoção do meio fio, os quais deverão ser executados em concreto pré-moldado com as dimensões de

12x15x30 centímetros – 1,00 metro, o mesmo deverá possuir resistência (fck mínimo de 150 kg /cm²) para não perderem as suas principais funções que são de evitar o escorregamento lateral do pavimento, represar e servir de parede de condução das águas das chuvas e evitar que os veículos invadam o passeio. O topo do meio fio deverá ficar 15 centímetros acima da cota final dos bordos da pavimentação.

O mesmo deverá ser rejuntado e pintado na cor branca.

No trecho IV – lado Direito, não serão removidos o meio fio, pois no local já está executada somente a pavimentação em Paver sendo que o passeio já encontra-se nivelado/regularizado e com camada de brita.

5. PAVERS E LAJOTAS DIRECIONAIS:

Os passeios deverão ser executados com PAVERS, assentes em camada de pó de pedra com espessura de 6 cm e rejuntado com pó de pedra.

Somente terá que ser observado que nos acessos de veículos, deverá ser executada uma base em concreto armado espessura de 7,0 cm, com armação em tela soldada, para que se tenha uma base para a pavimentação em Paver.

Deverá ser executado seguindo as Normas Brasileiras - ABNT NBR 9050/2015 – Acessibilidade a Edificações, Mobiliário, espaços e equipamentos, e a NBR 16537/2016 – Acessibilidade – sinalização tátil no piso – Diretrizes para elaboração de projetos e instalação, onde estabelece critérios e parâmetros técnicos a serem observados quanto ao projeto, construção, instalação e adaptação do meio urbano e rural, e de edificações às condições de Acessibilidade, sendo que para que sejam Calçadas acessíveis elas deverão ser executados com o uso de sinalização com contraste tátil e visual no piso, sendo utilizada Lajota 40x40x2,50 cm em alerta e direcional, conforme segue:

- PAVES – espessura 6 cm (cor cinza) – para as áreas em geral e de acesso aos veículos.

- LAJOTA – Direcional – 40X40X2,50 cm (cor vermelha) – para as áreas indicadas como Linha Direcional.

-LAJOTA – Alerta – 40X40X2,50 cm (cor vermelha) – para as áreas indicadas como Linha Alerta.

A sinalização tátil e visual de Direcional no piso deve ser utilizada no sentido do deslocamento das pessoas, quando da ausência ou descontinuidade de linha-guia identificável, em ambientes internos ou externos, para indicar caminhos preferenciais de circulação, estes consistem em relevos lineares regularmente dispostos. Sendo consistido de relevos lineares de seção tronco-cônica.

A sinalização tátil e visual de Alerta no piso consistem em um conjunto de relevos tronco – cônicos que devem ser utilizados para:

- Informar à pessoa com deficiência visual sobre a existência de desníveis ou situações de risco permanente, como objetos suspensos não detectáveis pela bengala longa;
- Orientar o posicionamento adequado da pessoa com deficiência visual para o uso de equipamentos, como elevadores, equipamentos de autoatendimento ou serviços;
- Informar as mudanças de direção ou opções de percursos;
- Indicar o início e término de degraus, escadas e rampas;
- Indicar a existência de patamares nas escadas e rampas;
- Indicar travessias de pedestre.

O passeio público executado com PAVERS, deverão ser executados com o tamanho de 10 x 20 cm, com espessura de 6,0 cm, assentes sobre colchão de pó de pedra espessura de 5,0 cm e rejuntadas com pó de pedra, conforme necessidade

A empresa executora deverá apresentar SELO DE QUALIDADE DOS PAVERS da Associação Brasileira de Cimento Portland ou comprovação através da apresentação de ensaios pertinentes, do acompanhamento contínuo da fabricação por laboratório reconhecido pelo INMETRO.

6. RAMPA DE ACESSIBILIDADE:

O passeio público foi projetado, conforme a NBR 9050/2015, sendo que foi utilizado como rampa de acessibilidade a indicada na Figura 93 da norma, sendo esta executada para passeio público com largura de 3,0 m, com meio fio de 15 cm de altura, sendo executada

em concreto com espessura de 5 cm, incluindo faixa de Lajota Alerta com Dim 40x40 e espessura de 2,5 cm e colchão de pó de pedra, com área total de 5,00 m².

7. VIGA DE ACABAMENTO:

Deverá ser executada nos locais indicados no projeto, sendo executadas na borda externa do passeio, consistindo em uma viga de acabamento a qual, conforme detalhe, deverá ser executada a 3,0 metros do meio fio, com função de contenção. Está deverá ser executada com concreto com Fck de 20 Mpa, com dimensão de 10x15 cm, armada, conforme extensão indicada em projeto.

8. ACESSO DE VEÍCULOS:

Nos acessos de veículos indicados no projeto, deverá ser executada uma base em concreto armado com tela soldada, fck 20 Mpa e espessura de 7 cm. Esta base, deverá ser executada justificando-se que como trata-se de uma área de grande movimentação de veículos, muitos deles de grande porte o passeio em paver de 6 cm assente sobre colchão de pó de pedra, não será suficiente para suporte do solo, sendo este executado para melhor suportar as deformidades do solo.

9. REFORMA ENTRADA DA PREFEITURA:

9.1 Remoção dos Canteiros existentes:

Deverá ser realizada a retirada dos canteiros e calçada de acesso ao Centro Administrativo, conforme indicado em projeto, para reformulação do acesso.

Também deverá ser removido os canteiros próximo a porta de acesso ao centro administrativo.

9.2 Canteiros Novos:

Deverão ser executados canteiros novos nos locais onde os antigos foram removidos pois no local possui existente duas araucárias existentes uma em cada canteiro, sendo que serão mantidas também as palmeiras existentes.

Será alterado o layout dos canteiros, como também será executado o plantio de buxinhos e grama nova no canteiro. Também serão executados canteiros novos juntos a parede do centro administrativo, estas deverão ser impermeabilizadas no seu interior e depois deverá receber solo para que sejam plantados como cobertura em grama em leiva batatais e os arbustos (Buchinhos), conforme quantitativo em orçamento e indicado no projeto. Já para o canteiro junto a parede o mesmo deverá receber cobertura com brita de jardinagem, para que o solo não suje a parede.

As alvenarias receberão revestimento em chapisco, emboço e pintura com tinta texturizada na cor escolhida pela administração. Já para a face superior (topo) deverá receber acabamento em pedra em granito cinza polido com espessura de 2,0 cm e largura de 20,0 cm em todo o entorno dos canteiros.

9.3 Estrutura para as Bandeiras:

A base para as bandeiras deverá ser executada em concreto com dimensão de 2,70 m de comprimento, por 0,35 m de largura e 0,15 de altura, sendo que a profundidade para o encaixe dos mastros das bandeiras, deverá ser definida, conforme bitola e altura do mastro.

O acabamento final, deverá ser executado em pedra granito cinza polido em todas as laterais e também em seu topo.

10. MEIO TUBO DE CONCRETO:

Deverá ser executado ao longo de toda extensão dos passeios, tubos de concreto com diâmetro de 40 cm, sendo executado meio tubo, ou seja 50 cm, nos locais indicados em projeto, sendo os mesmos executados aproximadamente a cada 10 metros. Estes serão instalados, mas as árvores serão plantadas pelo município, sendo estas escolhidas de acordo com um estudo que será realizado, posteriormente a execução do projeto.

11. PASSEIO PÚBLICO SOBRE A PONTE:

Para que seja garantida a acessibilidade, deverá ser executado sobre a ponte existente, a faixa Direcional, em lajota com dimensão de 40x40x2,5 cm, sendo fixada com argamassa. Como a lajota tem espessura de 2,5 cm, deverá ser executado o nivelamento da lajota, preenchendo as laterais, com a execução de contrapiso em argamassa traço 1:4 com espessura de 3,0 cm, conforme detalhe em anexo.

12. RELOCAÇÃO PAVER EXISTENTE:

Nos locais onde o Paver é existente o mesmo deverá ser removido, pois as guias direcionais não estão conforme as normas. Mas o paver Cinza liso deverá ser reutilizado, para tanto deverão ser executadas as lajotas direcionais e também os acessos cadeirantes conforme indicados em projeto.

13. SINALIZAÇÃO DA OBRA:

A empresa contratada é responsável pela sinalização da obra, indicando a movimentação de máquinas e pessoal na pista, ainda a contratada é responsável por todo e qualquer incidente que aconteça, pois é de sua responsabilidade a correta sinalização, e informação do canteiro de obras.

14. – COMPLEMENTAÇÃO:

A obra deverá ser entregue com seus equipamentos testados, em bom funcionamento, limpa, livre de entulhos e pronta para ser utilizada. A empresa compromete-se por cinco anos pelos consertos e reparos necessários que forem relacionados a mau funcionamento ocasionado por má execução.

15. – ENTREGA DA OBRA:

A obra deverá ser entregue limpa e pronta para o uso, não poderá ter acúmulo de materiais na via e também e lotes, próximos, os entulhos deverão ser destinados ao local indicado pela administração municipal.

Deverá ficar fixada no local escolhido pela administração municipal a placa da obra até a medição final, sendo de responsabilidade da contratada a manutenção da mesma.

Ainda é de responsabilidade da contratada a entrega do selo de qualidade das peças a fiscalização na primeira medição, como também o projeto estrutural dos acessos de veículos.

OBSERVAÇÕES IMPORTANTES:

1) Após a licitação a Prefeitura Municipal deverá entregar uma cópia do processo licitatório para o setor de Fiscalização da AMERIOS, para que o mesmo faça a fiscalização da obra e as documentações necessárias pós-licitação.

2) A empresa vencedora é responsável pela apresentação do projeto estrutural do piso dos acessos a garagens.

3) Os pisos deverão atender a requisitos estabelecidos na NBR 9781/87 com objetivo de adquirir produtos de qualidade e é obrigatória a apresentação de Certificado de Selo de Qualidade da Associação Brasileira de Cimento Portland ou comprovação através da apresentação de ensaios pertinentes, do acompanhamento contínuo da fabricação por laboratório reconhecido pelo INMETRO.

4) As calçadas deverão ser executadas conforme NBR 9050/2015 e NBR 16537/2016, para que as mesmas sejam acessíveis.

5) Todos os materiais empregados na obra deverão ser de primeira qualidade e aceitos pela fiscalização.

6) Deverá ser solicitada licença Ambiental para toda e qualquer Obra ou projeto, inclusive para a remoção das árvores, na execução do projeto anexo.

7) Antes de iniciar a obra, a fiscalização da AMERIOS deverá ser avisada para a mesma repassar as informações necessárias para a Empresa Executora, para a mesma ficar ciente de que o projeto não poderá sobre nenhuma alteração, só será aceito alterações no projeto mediante aviso prévio com foto, ficando de responsabilidade da empresa todos os custos (projetos, guias etc....) referente às alterações caso não faça o aviso prévio.

8) O levantamento topográfico foi realizado pela empresa GEOTERRA Topografia e este é de sua responsabilidade os dados repassados para a realização do projeto.

Maravilha (SC), 24 de Março de 2017.

Carline Joice Hackenhaar
Assessora em Engenharia Civil – Amerios
CREA/SC 090.319-0

7 - MC - PASSEIO PÚBLICO - APROVEITAMENTO PAVER - EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 002/2017

Proprietário : PREFEITURA MUNICIPAL DE MODELO

Prefeito : RICARDO LUIS MALDANER

Projeto : PASSEIO PÚBLICO

Local : RUA DO COMÉRCIO - TRECHO I e II e RUA DUQUE DE CAXIAS – TRECHO I, II, III e IV

Área : 3.056,46 m²

1	Rua do Comércio – Trecho I – Lado Direito	286,56 m ²
2	Rua do Comércio – Trecho I – Lado Esquerdo	300,32 m ²
3	Rua do Comércio – Trecho II – Lado Direito	600,03 m ²
4	Acesso ao Centro Administrativo	75,70 m ²
5	Rua do Comércio – Trecho II – Lado Esquerdo	600,35 m ²
6	Rua Duque de Caxias – Trecho I – Lado Direito	166,70 m ²
7	Rua Duque de Caxias – Trecho I – Lado Esquerdo	179,77 m ²
8	Rua Duque de Caxias – Trecho II – Lado Direito	108,76 m ²
9	Rua Duque de Caxias – Trecho II – Lado Esquerdo	178,20 m ²
10	Rua Duque de Caxias – Trecho III – Lado Direito	202,92 m ²
11	Rua Duque de Caxias – Trecho III – Lado Esquerdo	182,99 m ²
12	Rua Duque de Caxias – Trecho IV – Lado Esquerdo	174,16 m ²
Área Total		3.056,46 m ²

Rua do Comércio - Trecho I – Lado Direito A= 286,56 m²

1. SERVIÇOS PRELIMINARES:

Placa da Obra

-Placa da Obra Convênio (1,25 x 2,00 m) = 2,50 m²

Mobilização e Desmobilização

-Caminhão cavalo mecânico c/ carreta prancha – transp. motoniveladora = 0,30 h

-Caminhão cavalo mecânico c/ carreta prancha – transp. retroescavadeira = 0,30 h

Administração Local

Para Encarregado de Obras considerou-se que o mesmo estará disponível na obra 2 h semanais, e o Engenheiro Civil de no máximo 1 h Semanal e considerando que o prazo de execução da obra é de 4 meses, tem-se o seguinte cálculo:

-Encarregado geral de obras (16 semanas x 2 h / semana) = 32 h

-Engenheiro Civil de obra Júnior (16 semanas x 1 h / semana) = 16 h

Sinalização da Obra

-Cone de Sinalização em PVC Rígido com Faixa Refletiva, H= 70/76 cm = 12,00 Unid

Barracão de Obra

-Considerando Barracão de Obra para guarda de equipamentos = 2,00 x 2,00 m = 4,00 m²

2. RETIRADAS:

- Retiradas serão executadas pelo Município antes do Início da Execução do Passeio Público.

3. LOCAÇÃO DA OBRA:

- Locação da Obra = 286,56 m²

4. PISO ALISADO – ACESSO CADEIRANTE:

- Concreto para a Rampa de Acessibilidade = 10,00 m²

5. CONTRAPISO – ACESSO VEÍCULOS:

- Piso em Concreto Armado para Acesso de Veículos = 17,34 m²

6. LAJOTAS PASSEIO PÚBLICO:

-Compactação mecânica com placa = 168,47 m²

-Paver Cinza 20 x 10 cm esp. 6,00 cm = 126,39 m²

-Lajota Vermelho 40 x 40 cm esp. 2,50 cm - Podotátil (Direcional) = 37,73 m²

-Lajota Vermelho 40 x 40 cm esp. 2,50 cm - Podotátil (Alerta) = 4,35 m²

7. RECOLOCAÇÃO DE PAVER:

-Execução de Recolocação de Paver Cinza 20 x 10 cm esp. 6,00 cm = 43,26 m²

8. VIGA DE ACABAMENTO:

- Viga em Concreto Fck 20 Mpa = 19,65 m x 0,10 m (Largura) x 0,15 m (Altura) = 0,29 m³

- Forma de Madeira para Viga = 19,65 m x 0,20 m (Largura) = 3,93 m² x 2,00 Unid. (Lados) = 7,86 m²

- Armação Aço CA 50 corte/dobra/colocação e perda = 19,65 m x 0,738 Kg/m = 14,50 Kg

9. MEIO FIO:

- Meio Fio Pré-moldado 12x15x30x100 cm = 75,00 m

10. TUBO PARA PLANTIO DE ÁRVORES:

- Meio Tubo ø 40 cm = 8,00 Unid. X 0,50 m/Unid. = 4,00 m

11. PASSEIO PÚBLICO EXCLUSO COLCHÃO DE PÓ DE PEDRA:

- Paver cinza 20 x 10cm esp. 6,00cm = 72,78 m²

Rua do Comércio - Trecho I – Lado Esquerdo A= 300,32 m²

1. PLACA DA OBRA:

-Placa da Obra Convênio (1,25 x 2,00 m) = 0,00 m²

2. RETIRADAS:

- Retiradas serão executadas pelo Município antes do Início da Execução do Passeio Público.

3. LOCAÇÃO DA OBRA:

- Locação da Obra = 300,32 m²

4. PISO ALISADO – ACESSO CADEIRANTE:

- Concreto para a Rampa de Acessibilidade = 10,00 m²

5. CONTRAPISO – ACESSO VEÍCULOS:

- Piso em Concreto Armado para Acesso de Veículos = 24,71 m²

6. LAJOTAS PASSEIO PÚBLICO:

-Compactação mecânica com placa = 298,01 m²

-Paver Cinza 20 x 10 cm esp. 6,00 cm = 253,94 m²

-Lajota Vermelho 40 x 40 cm esp. 2,50 cm - Podotátil (Direcional) = 39,23 m²

-Lajota Vermelho 40 x 40 cm esp. 2,50 cm - Podotátil (Alerta) = 4,84 m²

7. RECOLOCAÇÃO DE PAVER:

-Execução de Recolocação de Paver Cinza 20 x 10 cm esp. 6,00 cm = 0,00 m²

8. VIGA DE ACABAMENTO:

- Viga em Concreto Fck 20 Mpa = 0,00 m x 0,10 m (Largura) x 0,15 m (Altura) = 0,00 m³

- Forma de Madeira para Viga = 0,00 m x 0,20 m (Largura) = 0,00 m² x 2,00 Unid. (Lados) = 0,00 m²

- Armação Aço CA 50 corte/dobra/colocação e perda = 0,00 m x 0,738 Kg/m = 0,00 Kg

9. MEIO FIO:

- Meio Fio Pré-moldado 12x15x30x100 cm = 108,50 m

10. TUBO PARA PLANTIO DE ÁRVORES:

- Meio Tubo ø 40 cm = 7,00 Unid. X 0,50 m/Unid. = 3,50 m

Rua do Comércio - Trecho II – Lado Direito A= 600,03 m²

1. PLACA DA OBRA:

-Placa da Obra Convênio (1,25 x 2,00 m) = 0,00 m²

2. RETIRADAS:

- Retiradas serão executadas pelo Município antes do Início da Execução do Passeio Público.

3. LOCAÇÃO DA OBRA:

- Locação da Obra = 600,03 m²

4. PISO ALISADO – ACESSO CADEIRANTE:

- Concreto para a Rampa de Acessibilidade = 10,07 m²

5. CONTRAPISO – ACESSO VEÍCULOS:

- Piso em Concreto Armado para Acesso de Veículos = 51,30 m²

6. LAJOTAS PASSEIO PÚBLICO:

-Compactação mecânica com placa = 502,95 m²

-Paver Cinza 20 x 10 cm esp. 6,00 cm = 417,08 m²

-Lajota Vermelho 40 x 40 cm esp. 2,50 cm - Podotátil (Direcional) = 80,52 m²

-Lajota Vermelho 40 x 40 cm esp. 2,50 cm - Podotátil (Alerta) = 5,35 m²

7. RECOLOCAÇÃO DE PAVER:

-Execução de Recolocação de Paver Cinza 20 x 10 cm esp. 6,00 cm = 42,60 + 44,41 = 87,01 m²

8. VIGA DE ACABAMENTO:

- Viga em Concreto Fck 20 Mpa = 40,88 m x 0,10 m (Largura) x 0,15 m (Altura) = 0,61 m³

- Forma de Madeira para Viga = 40,88 m x 0,20 m (Largura) = 8,17 m² x 2,00 Unid. (Lados) = 16,35 m²

- Armação Aço CA 50 corte/dobra/colocação e perda = 40,88 m x 0,738 Kg/m = 30,17 Kg

9. MEIO FIO:

- Meio Fio Pré-moldado 12x15x30x100 cm = 214,00 m

10. MEIO TUBO PARA PLANTIO DE ÁRVORES:

- Meio Tubo ø 40 cm = 19,00 Unid. X 0,50 m/Unid. = 9,50 m

FRENTE AO CENTRO ADMINISTRATIVO A= 75,70 m²

1. PLACA DA OBRA:

-Placa da Obra Convênio (1,25 x 2,00 m) = 0,00 m²

2. RETIRADAS:

- Retiradas serão executadas pelo Município antes do Início da Execução do Passeio Público.

3. LOCAÇÃO DA OBRA:

- Locação da Obra = 93,82 m²

4. PISO ALISADO – ACESSO CADEIRANTE:

- Concreto para a Rampa de Acessibilidade = 0,00 m²

5. CONTRAPISO – ACESSO VEÍCULOS:

- Piso em Concreto Armado para Acesso de Veículos = 0,00 m²

6. LAJOTAS PASSEIO PÚBLICO:

-Compactação mecânica com placa = 75,72m²

-Paver Cinza 20 x 10 cm esp. 6,00 cm = 66,16 m²

-Lajota Vermelho 40 x 40 cm esp. 2,50 cm - Podotátil (Direcional) = 1,33 m²

-Lajota Vermelho 40 x 40 cm esp. 2,50 cm - Podotátil (Alerta) = 8,23 m²

7. RECOLOCAÇÃO DE PAVER:

-Execução de Recolocação de Paver Cinza 20 x 10 cm esp. 6,00 cm = 0,00 m²

8. VIGA DE ACABAMENTO:

- Viga em Concreto Fck 20 Mpa = 0,00 m x 0,10 m (Largura) x 0,15 m (Altura) = 0,00 m³

- Forma de Madeira para Viga = 0,00 m x 0,20 m (Largura) = 0,00 m² x 2,00 Unid. (Lados) = 0,00 m²

- Armação Aço CA 50 corte/dobra/colocação e perda = 0,00 m x 0,738 Kg/m = 0,00 Kg

9. MEIO FIO:

- Meio Fio Pré-moldado 12x15x30x100 cm = 0,00 m

10. MEIO TUBO PARA PLANTIO DE ÁRVORES:

- Meio Tubo ø 40 cm = 0,00 Unid. X 0,50 m/Unid. = 0,00 m

11. CANTEIROS CENTRAIS:

Alvenaria Canteiros Centrais

- Base Concreto Canteiros = 10,00 m x 0,15 m (Largura) x 0,05 m (Altura) = 0,075 m³ x 2,00 Unid. = 0,15 m³

- Alvenaria Canteiros = 10,00 m x 0,55 m (Altura) = 5,50 m² x 2,00 Unid = 11,00 m²

- Chapisco = 11,00 m² x 2,00 Unid. (Lados) = 22,00 m²

- Emboço = 11,00 m² x 1,00 Unid. (Lado) = 11,00 m²

- Pintura Texturizada = 11,00 m² x 1,00 Unid. (Lado) = 22,00 m²

Granito Canteiros Centrais

- Acabamento Topo = 10,00 m x 2,00 Unid. = 20,00 m x 0,20 m (Largura) = 4,00 m²

Acabamento Canteiro Centrais

- Aterro Terra = 3,92 m² + 3,92 m² = 7,84 m² x 0,40 m (Altura) = 3,14 m³

- Plantio Grama = 3,92 m² + 3,92 m² = 7,84 m²

- Plantio Buxinho = 19,00 Unid. x 2,00 Unid. = 38,00 Unid.

12. CANTEIROS LATERAL PAREDE:

Alvenaria Canteiros Lateral Parede

- Base Concreto Canteiros = (9,40 m + 9,70 m) = 19,10m x 0,15 m (Largura) x 0,05 m (Altura) = 0,15 m³

- Alvenaria Canteiros = 19,10 m x 0,55 m (Altura) = 10,50 m²

- Chapisco = 10,50 m² x 2,00 Unid. (Lados) = 21,00 m²

- Emboço = 10,50 m² x 2,00 Unid. (Lado) = 21,00 m²

- Pintura Texturizada = 10,50 m² x 1,00 Unid. (Lado) = 10,50 m²

- Impermeabilização paredes internas = 10,50 m² x 2,00 Unid. (Lados) = 21,00 m²

Granito Canteiros Lateral Parede

- Acabamento Topo = (9,40 m + 9,70 m) = 19,10 m x 0,20 m (Largura) = 3,82 m²

Acabamento Canteiros Lateral Parede

- Aterro Terra = 2,13 m² + 2,34 m² = 4,47 m² x 0,40 m (Altura) = 1,80 m³

- Preenchimento Canteiro Pedra Jardim = 2,13 m² + 2,34 m² = 4,47 m² x 0,05 m = 0,23 m²

- Plantio Buxinho = 10,00 Unid. + 8,00 Unid. = 18,00 Unid.

13. ESTRUTURA BANBEIRAS:

Alvenaria Estrutura Bandeiras

- Base Concreto Canteiros = 2,74 m x 0,35 m (Largura) x 0,15 m (Altura) = 0,15 m³

Granito Canteiros Lateral Parede

- Acabamento Topo e Laterais = (3,82 m² + 0,96 m²) = 4,78 m²

Laterais = (2,74 m + 0,30 m + 2,74 + 0,30 m) = 6,08 m x 0,15 m (Altura) = 3,82 m²

Topo = (2,74 m x 0,35 m) = 0,96 m²

Rua do Comércio - Trecho II – Lado Esquerdo A= 600,35 m²

1. PLACA DA OBRA:

-Placa da Obra Convênio (1,25 x 2,00 m) = 0,00 m²

2. RETIRADAS:

- Retiradas serão executadas pelo Município antes do Início da Execução do Passeio Público.

3. LOCAÇÃO DA OBRA:

- Locação da Obra = 600,35 m²

4. PISO ALISADO – ACESSO CADEIRANTE:

- Concreto para a Rampa de Acessibilidade = 10,00 m²

5. CONTRAPISO – ACESSO VEÍCULOS:

- Piso em Concreto Armado para Acesso de Veículos = 90,22 m²

6. LAJOTAS PASSEIO PÚBLICO:

-Compactação mecânica com placa = 485,52 m²

-Paver Cinza 20 x 10 cm esp. 6,00 cm = 400,50 m²

-Lajota Vermelho 40 x 40 cm esp. 2,50 cm - Podotátil (Direcional) = 80,62 m²

-Lajota Vermelho 40 x 40 cm esp. 2,50 cm - Podotátil (Alerta) = 4,40 m²

7. RECOLOCAÇÃO DE PAVER:

-Execução de Recolocação de Paver Cinza 20 x 10 cm esp. 6,00 cm = 43,26 + 61,59 = 104,85 m²

8. VIGA DE ACABAMENTO:

- Viga em Concreto Fck 20 Mpa = 0,00 m x 0,10 m (Largura) x 0,15 m (Altura) = 0,00 m³

- Forma de Madeira para Viga = 0,00 m x 0,20 m (Largura) = 0,00 m² x 2,00 Unid. (Lados) = 0,00 m²

- Armação Aço CA 50 corte/dobra/colocação e perda = 0,00 m x 0,738 Kg/m = 0,00 Kg

9. MEIO FIO:

- Meio Fio Pré-moldado 12x15x30x100 cm = 203,50 m

10. MEIO TUBO PARA PLANTIO DE ÁRVORES:

- Meio Tubo ø 40 cm = 17,00 Unid. X 0,50 m/Unid. = 8,50 m

Rua Duque de Caxias - Trecho I – Lado Direito A= 166,70 m²

1. PLACA DA OBRA:

-Placa da Obra Convênio (1,25 x 2,00 m) = 0,00 m²

2. RETIRADAS:

- Retiradas serão executadas pelo Município antes do Início da

Execução do Passeio Público.

3. LOCAÇÃO DA OBRA:

- Locação da Obra = 166,70 m²

4. PISO ALISADO – ACESSO CADEIRANTE:

- Concreto para a Rampa de Acessibilidade = 10,00 m²

5. CONTRAPISO – ACESSO VEÍCULOS:

- Piso em Concreto Armado para Acesso de Veículos = 0,00 m²

6. LAJOTAS PASSEIO PÚBLICO:

- Compactação mecânica com placa = 99,47 m²

- Paver Cinza 20 x 10 cm esp. 6,00 cm = 73,46 m²

- Lajota Vermelho 40 x 40 cm esp. 2,50 cm - Podotátil (Direcional) = 21,91 m²

- Lajota Vermelho 40 x 40 cm esp. 2,50 cm - Podotátil (Alerta) = 4,10 m²

7. RECOLOCAÇÃO DE PAVER:

- Execução de Recolocação de Paver Cinza 20 x 10 cm esp. 6,00 cm = 57,25 m²

8. VIGA DE ACABAMENTO:

- Viga em Concreto Fck 20 Mpa = 0,00 m x 0,10 m (Largura) x 0,15 m (Altura) = 0,00 m³

- Forma de Madeira para Viga = 0,00 m x 0,20 m (Largura) = 0,00 m² x 2,00 Unid. (Lados) = 0,00 m²

- Armação Aço CA 50 corte/dobra/colocação e perda = 0,00 m x 0,738 Kg/m = 0,00 Kg

9. MEIO FIO:

- Meio Fio Pré-moldado 12x15x30x100 cm = 34,50 m

10. MEIO TUBO PARA PLANTIO DE ÁRVORES:

- Meio Tubo ø 40 cm = 3,00 Unid. X 0,50 m/Unid. = 1,50 m

Rua Duque de Caxias - Trecho I – Lado Esquerdo A= 179,77 m²

1. PLACA DA OBRA:

- Placa da Obra Convênio (1,25 x 2,00 m) = 0,00 m²

2. RETIRADAS:

- Retiradas serão executadas pelo Município antes do Início da Execução do Passeio Público.

3. LOCAÇÃO DA OBRA:

- Locação da Obra = 179,77 m²

4. PISO ALISADO – ACESSO CADEIRANTE:

- Concreto para a Rampa de Acessibilidade = 10,00 m²

5. CONTRAPISO – ACESSO VEÍCULOS:

- Piso em Concreto Armado para Acesso de Veículos = 10,86 m²

6. LAJOTAS PASSEIO PÚBLICO:

- Compactação mecânica com placa = 169,77 m²

- Paver Cinza 20 x 10 cm esp. 6,00 cm = 142,28 m²

- Lajota Vermelho 40 x 40 cm esp. 2,50 cm - Podotátil (Direcional) = 23,73 m²

- Lajota Vermelho 40 x 40 cm esp. 2,50 cm - Podotátil (Alerta) = 3,76 m²

7. RECOLOCAÇÃO DE PAVER:

- Execução de Recolocação de Paver Cinza 20 x 10 cm esp. 6,00 cm = 0,00 m²

8. VIGA DE ACABAMENTO:

- Viga em Concreto Fck 20 Mpa = 0,00 m x 0,10 m (Largura) x 0,15 m (Altura) = 0,00 m³

- Forma de Madeira para Viga = 0,00 m x 0,20 m (Largura) = 0,00 m² x 2,00 Unid. (Lados) = 0,00 m²

- Armação Aço CA 50 corte/dobra/colocação e perda = 0,00 m x 0,738 Kg/m = 0,00 Kg

9. MEIO FIO:

- Meio Fio Pré-moldado 12x15x30x100 cm = 65,00 m

10. MEIO TUBO PARA PLANTIO DE ÁRVORES:

- Meio Tubo ø 40 cm = 5,00 Unid. X 0,50 m/Unid. = 2,50 m

Rua Duque de Caxias - Trecho II – Lado Direito A= 108,76 m²

1. PLACA DA OBRA:

- Placa da Obra Convênio (1,25 x 2,00 m) = 0,00 m²

2. RETIRADAS:

- Retiradas serão executadas pelo Município antes do Início da Execução do Passeio Público.

3. LOCAÇÃO DA OBRA:

- Locação da Obra = 108,76 m²

4. PISO ALISADO – ACESSO CADEIRANTE:

- Concreto para a Rampa de Acessibilidade = 5,00 m²

5. CONTRAPISO – ACESSO VEÍCULOS:

- Piso em Concreto Armado para Acesso de Veículos = 18,52 m²

6. LAJOTAS PASSEIO PÚBLICO:

- Compactação mecânica com placa = 103,80 m²

- Paver Cinza 20 x 10 cm esp. 6,00 cm = 87,60 m²

- Lajota Vermelho 40 x 40 cm esp. 2,50 cm - Podotátil (Direcional) = 13,95 m²

- Lajota Vermelho 40 x 40 cm esp. 2,50 cm - Podotátil (Alerta) = 2,25 m²

7. RECOLOCAÇÃO DE PAVER:

- Execução de Recolocação de Paver Cinza 20 x 10 cm esp. 6,00 cm = 0,00 m²

8. VIGA DE ACABAMENTO:

- Viga em Concreto Fck 20 Mpa = 0,00 m x 0,10 m (Largura) x 0,15 m (Altura) = 0,00 m³

- Forma de Madeira para Viga = 0,00 m x 0,20 m (Largura) = 0,00 m² x 2,00 Unid. (Lados) = 0,00 m²

- Armação Aço CA 50 corte/dobra/colocação e perda = 0,00 m x 0,738 Kg/m = 0,00 Kg

9. MEIO FIO:

- Meio Fio Pré-moldado 12x15x30x100 cm = 40,00 m

10. MEIO TUBO PARA PLANTIO DE ÁRVORES:

- Meio Tubo ø 40 cm = 3,00 Unid. X 0,50 m/Unid. = 1,50 m

Rua Duque de Caxias - Trecho II – Lado Esquerdo A= 178,20 m²

1. PLACA DA OBRA:

- Placa da Obra Convênio (1,25 x 2,00 m) = 0,00 m²

2. RETIRADAS:

- Retiradas serão executadas pelo Município antes do Início da Execução do Passeio Público.

3. LOCAÇÃO DA OBRA:

- Locação da Obra = 178,20 m²

4. PISO ALISADO – ACESSO CADEIRANTE:

- Concreto para a Rampa de Acessibilidade = 10,00 m²

5. CONTRAPISO – ACESSO VEÍCULOS:

- Piso em Concreto Armado para Acesso de Veículos = 10,37 m²

6. LAJOTAS PASSEIO PÚBLICO:

- Compactação mecânica com placa = 168,42 m²

- Paver Cinza 20 x 10 cm esp. 6,00 cm = 140,55 m²

- Lajota Vermelho 40 x 40 cm esp. 2,50 cm - Podotátil (Direcional) = 23,91 m²

- Lajota Vermelho 40 x 40 cm esp. 2,50 cm - Podotátil (Alerta) = 3,96 m²

7. RECOLOCAÇÃO DE PAVER:

- Execução de Recolocação de Paver Cinza 20 x 10 cm esp. 6,00 cm = 0,00 m²

8. VIGA DE ACABAMENTO:

- Viga em Concreto Fck 20 Mpa = 0,00 m x 0,10 m (Largura) x 0,15 m (Altura) = 0,00 m³

- Forma de Madeira para Viga = 0,00 m x 0,20 m (Largura) = 0,00 m² x 2,00 Unid. (Lados) = 0,00 m²

- Armação Aço CA 50 corte/dobra/colocação e perda = 0,00 m x 0,738 Kg/m = 0,00 Kg

9. MEIO FIO:

- Meio Fio Pré-moldado 12x15x30x100 cm = 69,00 m

10. MEIO TUBO PARA PLANTIO DE ÁRVORES:

- Meio Tubo ø 40 cm = 5,00 Unid. X 0,50 m/Unid. = 2,50 m

Rua Duque de Caxias - Trecho III – Lado Direito A= 202,92 m²

1. PLACA DA OBRA:

- Placa da Obra Convênio (1,25 x 2,00 m) = 0,00 m²

2. RETIRADAS:

- Retiradas serão executadas pelo Município antes do Início da Execução do Passeio Público.

3. LOCAÇÃO DA OBRA:

- Locação da Obra = 202,92 m²

4. PISO ALISADO – ACESSO CADEIRANTE:

- Concreto para a Rampa de Acessibilidade = 10,00 m²

5. CONTRAPISO – ACESSO VEÍCULOS:

- Piso em Concreto Armado para Acesso de Veículos = 13,20 m²

6. LAJOTAS PASSEIO PÚBLICO:

- Compactação mecânica com placa = 162,32 m²

- Paver Cinza 20 x 10 cm esp. 6,00 cm = 132,76 m²

- Lajota Vermelho 40 x 40 cm esp. 2,50 cm - Podotátil (Direcional) = 20,70 m²

- Lajota Vermelho 40 x 40 cm esp. 2,50 cm - Podotátil (Alerta) = 3,64 m²

7. RECOLOCAÇÃO DE PAVER:

- Execução de Recolocação de Paver Cinza 20 x 10 cm esp. 6,00 cm = 0,00 m²

8. VIGA DE ACABAMENTO:

- Viga em Concreto Fck 20 Mpa = 0,00 m x 0,10 m (Largura) x 0,15 m (Altura) = 0,00 m³

- Forma de Madeira para Viga = 0,00 m x 0,20 m (Largura) = 0,00 m² x 2,00 Unid. (Lados) = 0,00 m²

- Armação Aço CA 50 corte/dobra/colocação e perda = 0,00 m x 0,738 Kg/m = 0,00 Kg

9. MEIO FIO:

- Meio Fio Pré-moldado 12x15x30x100 cm = 59,50 m

10. MEIO TUBO PARA PLANTIO DE ÁRVORES:

- Meio Tubo Ø 40 cm = 4,00 Unid. X 0,50 m/Unid. = 2,00 m

11. PASSEIO SOBRE A PONTE:

- Piso em Concreto sobre Laje da Ponte 3,0 cm = 30,63 m²

- Lajota Vermelho 40 x 40 cm esp. 2,50 cm - Podotátil (Direcional) = 5,22 m²

Rua Duque de Caxias - Trecho III – Lado Esquerdo A= 182,99 m²

1. PLACA DA OBRA:

- Placa da Obra Convênio (1,25 x 2,00 m) = 0,00 m²

2. RETIRADAS:

- Retiradas serão executadas pelo Município antes do Início da Execução do Passeio Público.

3. LOCAÇÃO DA OBRA:

- Locação da Obra = 182,99 m²

4. PISO ALISADO – ACESSO CADEIRANTE:

- Concreto para a Rampa de Acessibilidade = 10,00 m²

5. CONTRAPISO – ACESSO VEÍCULOS:

- Piso em Concreto Armado para Acesso de Veículos = 7,96 m²

6. LAJOTAS PASSEIO PÚBLICO:

- Compactação mecânica com placa = 141,98 m²

- Paver Cinza 20 x 10 cm esp. 6,00 cm = 114,30 m²

- Lajota Vermelho 40 x 40 cm esp. 2,50 cm - Podotátil (Direcional) = 17,95 m²

- Lajota Vermelho 40 x 40 cm esp. 2,50 cm - Podotátil (Alerta) = 4,48 m²

7. RECOLOCAÇÃO DE PAVER:

- Execução de Recolocação de Paver Cinza 20 x 10 cm esp. 6,00 cm = 0,00 m²

8. VIGA DE ACABAMENTO:

- Viga em Concreto Fck 20 Mpa = 0,00 m x 0,10 m (Largura) x 0,15

m(Altura) = 0,00 m³

- Forma de Madeira para Viga = 0,00 m x 0,20 m (Largura) = 0,00 m² x 2,00 Unid. (Lados) = 0,00 m²

- Armação Aço CA 50 corte/dobra/colocação e perda = 0,00 m x 0,738 Kg/m = 0,00 Kg

9. MEIO FIO:

- Meio Fio Pré-moldado 12x15x30x100 cm = 56,00 m

10. MEIO TUBO PARA PLANTIO DE ÁRVORES:

- Meio Tubo Ø 40 cm = 3,00 Unid. X 0,50 m/Unid. = 1,50 m

11. PASSEIO SOBRE A PONTE:

- Piso em Concreto sobre Laje da Ponte 3,0 cm = 31,03 m²

- Lajota Vermelho 40 x 40 cm esp. 2,50 cm - Podotátil (Direcional) = 5,25 m²

Rua Duque de Caxias - Trecho IV – Lado Esquerdo A= 174,16 m²

1. PLACA DA OBRA:

- Placa da Obra Convênio (1,25 x 2,00 m) = 0,00 m²

2. RETIRADAS:

- Retiradas serão executadas pelo Município antes do Início da Execução do Passeio Público.

3. LOCAÇÃO DA OBRA:

- Locação da Obra = 174,16 m²

4. PISO ALISADO – ACESSO CADEIRANTE:

- Concreto para a Rampa de Acessibilidade = 10,00 m²

5. CONTRAPISO – ACESSO VEÍCULOS:

- Piso em Concreto Armado para Acesso de Veículos = 0,00 m²

6. LAJOTAS PASSEIO PÚBLICO:

- Compactação mecânica com placa = 164,14 m²

- Paver Cinza 20 x 10 cm esp. 6,00 cm = 135,71 m²

- Lajota Vermelho 40 x 40 cm esp. 2,50 cm - Podotátil (Direcional) = 22,83 m²

- Lajota Vermelho 40 x 40 cm esp. 2,50 cm - Podotátil (Alerta) = 5,60 m²

7. RECOLOCAÇÃO DE PAVER:

- Execução de Recolocação de Paver Cinza 20 x 10 cm esp. 6,00 cm = 0,00 m²

8. VIGA DE ACABAMENTO:

- Viga em Concreto Fck 20 Mpa = 0,00 m x 0,10 m (Largura) x 0,15 m (Altura) = 0,00 m³

- Forma de Madeira para Viga = 0,00 m x 0,20 m (Largura) = 0,00 m² x 2,00 Unid. (Lados) = 0,00 m²

- Armação Aço CA 50 corte/dobra/colocação e perda = 0,00 m x 0,738 Kg/m = 0,00 Kg

9. MEIO FIO:

- Meio Fio Pré-moldado 12x15x30x100 cm = 19,00 m

10. MEIO TUBO PARA PLANTIO DE ÁRVORES:

- Meio Tubo Ø 40 cm = 4,00 Unid. X 0,50 m/Unid. = 2,00 m

Maravilha (SC), 24 de março de 2017.

Carline Joice Hackenhaar

Assessora em Engenharia Civil – Amerios

CREA/SC 090.319-0

ATA DE AVALIAÇÃO - EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 002/2017

ANEXO V - AVALIAÇÃO PREVIA DA COMISSÃO – DOS IMOVEIS BENEFICIADOS COM AS OBRAS DE QUE CONSTA NESTE EDITAL

ATA Nº 01/2017

Aos treze dias do mês de outubro de 2017, às 16h00, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Modelo, reuniram-se os membros da Comissão de Avaliação de Bens Imóveis nomeada pelo Decreto nº 213/2017, composta pelo Presidente Adilson Cesar Braun e membros senhores: Valênio Kottwitz, Alsedir Francisco de Souza, Gilmar Frigo, Gilmar Vogel, João Pezenatto e Gildo Batistti. Foi designado o Sr. Gilmar Frigo secretário da presente reunião.

Por determinação do Decreto nº 213/2017, e conforme solicitado pelo Executivo Municipal, e em especial a Lei Municipal nº 2331/2017 de 13/10/2017, antes do início das obras de execução de passeio público nas ruas Do Comércio e Duque de Caxias com área de 3.056.46 m², procedemos a avaliação prévia dos imóveis contemplados pela obra acima mencionada e constatamos os seguintes valores:

PROPRIETÁRIO	LOTE	QUADRA	ÁREA TOTAL DO PASSEIO EM M²	VALOR VENAL ANTERIOR A OBRA DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA – R\$
Condomínio Modelo e outros	128	28	93,60	3.640.000,00
Indústria e Comércio de Bordados Vitória Ltda – ME	127	28	66,00	550.000,00
Ponte s/ Rio Timbó				Imunidade Tributária
Cecília Kehl	p/ 09	28	75,75	275.000,00
Afonso Danilo Guth	p/ 09	28	75,75	700.000,00
Selvino Braun	p/ 80	31	60,00	800.000,00
Margarete Schlintwein	p/ 80	31	61,59	350.000,00
Hamilton Luiz Bedin	p/ 78	31	51,00	550.000,00
Cooperativa de Crédito Rural Itaipu	p/ 76 e 78	31	74,10	600.000,00
Loja de Calçados Confec. Eliane / Contábil Schlosser	p/ 76	31	51,00	1.780.000,00
Valter Rubens Cesco	p/ 76	31	64,50	650.000,00
Município de Modelo	74	31	119,40	Imunidade Tributária
Ceraçá – Cooperativa de Infra Estrutura e Desenvolv. Vale do Araçá	72	31	127,41	950.000,00
Julio Roberto R-diger e outros	129	24	20,00	1.000.000,00
Eimar Rudolfo R-diger	129	24	21,00	200.000,00
Ponte s/ Rio Timbó				Imunidade Tributária
Veronika Alice Rudiger Zanchaett	p/ 10	26	54,00	650.000,00
Auri Ademir Jung	p/ 10	26	45,00	650.000,00
Egídio Kasper	p/ 10	26	60,00	2.000.000,00
Igreja Matriz S. João Bosco	p/ 23 e 24	32	241,50	10.000.000,00
Valinhos SA Part. e Investim.	25	32	57,00	600.000,00
Valinhos SA Part. e Investim.	p/ 26	32	108,00	1.000.000,00
Hilda Maria Dupont Meneghetti	P / 26	32	75,00	2.300.000,00
Romeu Jacoby	P/ 27	32	39,99	350.000,00
Gentil Frana Albani	p/ 27	32	39,99	450.000,00
Farmácia Serra Alta	p/ 27	32	50,67	1.600.000,00
Brasil Telecom AS	73	31	90,00	350.000,00
Lenoir Lang	18	32	90,00	1.500.000,00
Leonídio Roque Floss / Agropecuária	17	26	52,53	200.000,00
Indústria e Comércio de Bordados Vitória Ltda – ME	250	21	84,00	1.400.000,00
Estado de Santa Catarina – Escola Básica Dom Helder Câmara	04	21	175,50	4.500.000,00
Pedro Decker	71	33	45,00	500.000,00
Amália Kappaun	70	33	45,00	200.000,00
Município de Modelo PRAÇA			33,00	Imunidade Tributária
Município de Modelo PRAÇA				Imunidade Tributária
Pedro de Assis	28	34	198,00	1.300.000,00
Município de Modelo – ACIMO				Imunidade Tributária
Ponte S/ Rio Saudades			39,51	Imunidade Tributária
João Andre Maura da Silva	28	34	34,50	250.000,00
Waldemar Kothe	20A	06	34,50	600.000,00
Município de Modelo Centro de Eventos Andréas Maldaner				5.000.000,00

Para que fosse possível auferir a valorização dos imóveis de forma individualizada, foram feitas visitação in loco nas propriedades acima descritas, em todo o trajeto que contempla a futura obra de passeios públicos, conforme Projeto de Execução em Anexo ao Edital de Licitação nº 002/2017 Edital de Tomada de Preços, conferindo autenticidade há situação atual destes imóveis.

Registramos que na realização desta avaliação constatamos e através deste relatório, certificamos que não foram iniciadas as obras de execução do Passeio Público, objeto desta reunião para avaliação dos imóveis beneficiados diretamente com as obras.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata que após lida e aprovada, vai assinada pelo presidente e demais membros presentes e encaminhada ao Prefeito Municipal de Modelo-SC, para os encaminhamentos legais e comprovação desta Avaliação dos Imóveis acima referidos.

Modelo-SC, aos 13 de outubro de 2017.

ADILSON CESAR BRAUN

Presidente

Membros:

GILMAR JOSÉ VOGEL

JOÃO PEZENATTO

VALENIO KOTTWITZ

GILMAR FRIGO

ALSEDIR FRANCISCO DE SOUZA

GILDO BATISTTI

AVISO DE LICITAÇÃO P.L. Nº 1748-2017 EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 058-2017 MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA ESPORTES

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE MODELO

Aviso de Licitação

Processo Licitatório Nº: 1748/2017

Modalidade: Pregão Presencial Nº 58/2017 Para Registro de Preços

Tipo: Menor preço - Unitário por Item

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FRACIONADA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA DESTINADO AO DEPARTAMENTO DE ESPORTES DO MUNICÍPIO DE MODELO. Entrega dos Envelopes: 08:15 horas do dia 26 de outubro de 2017. Abertura dos Envelopes: 08:30 horas do dia 26 de outubro de 2017. O edital e seus anexos estão disponíveis no site www.modelo.sc.gov.br. Pedidos de esclarecimentos adicionais poderão ser solicitados, por escrito, ao Departamento de Licitações do Município de Modelo, na Rua do Comércio, 1.304, Centro, Modelo/SC, ou através do e-mail licitacao@modelo.sc.gov.br.

Modelo/SC 13 de outubro de 2017.

RICARDO LUIS MALDANER

PREFEITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 002/2017

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 002/2017.

NOTIFICA OS PROPRIETÁRIOS DE LOTES URBANOS DE EXECUÇÃO DE OBRAS PUBLICAS E INCIDENCIA DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA. RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo – SC, no uso das atribuições legais, de conformidade com a legislação vigente, especialmente dos artigos 81 e 82 da Lei n. 5.172/66 – Código Tributário Nacional, no Decreto-Lei nº 195/67, na Lei Orgânica Municipal e no Código Tributário Municipal/Lei Municipal nº 1.324/1997 E LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº. 2090/2013, DE 27 DE JUNHO DE 2013 e EM ESPECIAL A LEI MUNICIPAL2331/2017.

FAZ SABER a quem interessar possa que o Município de Modelo SC, as disposições do EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 002/2017.

notificando os proprietários de imóveis situados nas zonas beneficiadas da execução de obras públicas, conforme disposto neste Edital, para fins de lançamento e cobrança da contribuição de melhoria, demonstrando os requisitos legais, especialmente os custos relativos a execução de obra pública de PASSEIO PUBLICO, que será executada em via(s) localizada(s) no perímetro urbano, conforme identificado neste edital, para fins de ressarcimento ao erário público dos valores despendidos com sua execução, em atendimento a Lei de Responsabilidade Fiscal, do Código Tributário Municipal em especial da Lei Municipal Complementar nº 2090/2017 E LEI MUNICIPAL Nº 2331/2017, de conformidade com os itens a seguir relacionados:

1. IDENTIFICAÇÃO DAS OBRAS:

As obras públicas a serem executadas, compreendem a EXECUÇÃO DE PASSEIO PÚBLICO, Na Rua do Comercio – Trecho I e II e Rua Duque de Caxias – Trecho I, II, III e IV, como também em frente a Prefeitura Municipal, com uma área de 3.056m2, na sede do Município de Modelo SC, conforme projeto técnico da AMERIOS, integrante deste edital e as disposições deste Edital, nos locais (Anexo III) conforme abaixo especificado:

1.2 – LOCAL:

1.2.1 – Rua do Comercio – Trecho I e II e

1.2.2 - Rua Duque de Caxias – Trecho I, II, III, E IV

1.2.3 - como também em frente a Prefeitura Municipal,
Área de 3.056m2

2. DO MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO – alínea “a”, inciso I, art. 82, da lei 5.172/66 e art. 297 do Código tributário Municipal.

2.1 O memorial descreve normas para a execução dos serviços de “EXECUÇÃO DE PASSEIOS PÚBLICOS”, compreendendo todos os serviços e materiais necessários à execução da obra, conforme termos definidos no memorial descritivo compreendendo os seguintes itens : Limpeza do Local; Locação da Obra; Regularização/preenchimento/compactação; Meio-Fio; Paviers e Lajotas direcionais; Rampa de Acessibilidade; Acesso Veículos; Reforma Entrada Prefeitura; Meio Tubo de Concreto; Passeio Publico sobre a Ponte; Relocação Paviers Existentes; Complementação; Entrega da Obra.

As calçadas deverão ser executadas conforme NBR 9050/2015 e NBR 16537/2016, para que as mesmas sejam acessíveis.

A empresa vencedora é responsável pela apresentação do projeto estrutural do piso dos acessos a garagens.

2.2 – A íntegra do memorial descritivo e a descrição individual dos serviços constam no Anexo I deste Edital, considerando-se a mesmo como parte integrante do presente.

3. DO ORÇAMENTO DO CUSTO GLOBAL DA OBRA ALÍNEA ‘B’, INCISO I, ART. 82, DA LEI 5.172/66 E ART. 297 DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL.

3.1 – A área total dos passeios públicos a serem executados é de 3.056,46 (três mil, cinquenta e seis virgula quarenta e seis metros quadrados);

O custo total da obra conforme Projeto de Engenharia é de R\$ 255.002,73, e resultando no valor para fins deste Edital, conforme processo licitatório 1013/2017, TP 002/2017, no valor de R\$ 254.126,07 conforme Anexo II.

2.2 – Demais especificações do projeto constam no Memorial Descritivo conforme demonstrado no Anexo I deste Edital.

4. DA DETERMINAÇÃO DA PARCELA ABRANGIDA PELA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA – ALÍNEA ‘C’, INCISO I, ART. 82, DA LEI 5.172/66 E ART. 297 DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL:

4.1 – A cobrança da contribuição de melhoria, em sendo comprovada a valorização dos imóveis beneficiados, terá como limite a efetiva valorização dos imóveis ou o custo da obra, neste caso, podendo ser computadas as despesas de estudos, projetos e todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis das respectivas zonas de influência.

4.2 – A determinação da contribuição de melhoria far-se-á de acordo com a valorização do imóvel ou do custo da obra, obedecendo ao previsto no código Tributário Municipal de Modelo SC.

5 – DA DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA – ALÍNEA ‘D’, INCISO I, ART. 82, DA LEI 5.172/66 E ART. 297 DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL:

5.1 – A Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários ou possuidores de imóveis situados nas áreas diretamente beneficiadas pela obra, conforme mapa constante do Anexo IV, ou seja, dos imóveis confrontantes ou beneficiados com as vias especificadas, que sofrerem valorização em decorrência da execução da obra, tendo como confrontações os lotes e proprietários relacionados no Anexo III deste Edital, nos locais abaixo descritos:

- . Rua do Comercio – Trecho I e II e (compreendendo a Rua Nereu Ramos até a Rua Duque de Caxias;

- . Rua Duque de Caxias – Trecho I, II, III, E IV (compreendendo da Rua Jorge Lacerda até a AV. XV de Novembro)

- . como também em frente a Prefeitura Municipal, (Rua do Comercio)

- Área de 3.056m2

5.2 Delimitações das áreas beneficiadas

5.2.1 – Serão beneficiados, os imóveis lindeiros 1.2.1 – Rua do Comercio – Trecho I e II e (compreendendo a Rua Nereu Ramos até a Rua Duque de Caxias;

5.2.2 - Rua Duque de Caxias – Trecho I, II, III, E IV (compreendendo da Rua Jorge Lacerda até a AV. XV de Novembro)

5.2.3 - como também em frente a Prefeitura Municipal, (Rua do Comercio)

Área de 3.056m2

ficando os proprietários dos imóveis citados, notificados por este edital do lançamento da contribuição de melhoria.

6 – DA DETERMINAÇÃO DO FATOR DE ABSORÇÃO – ALÍNEA ‘E’, INCISO I, ART. 82, DA LEI 5.172/66 E ART. 297 DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL:

6.1 – O fator de absorção do benefício, em face da valorização dos imóveis, para as zonas diretamente atingidas, conforme valorização imobiliária, observando-se o limite do custo da obra a ser pago pelos proprietários lindeiros de acesso, conforme valores constantes do Orçamento Quantitativo e Financeiro - item 3 (Anexo II), e conforme menciona, tendo como limite máximo o custo da obra e, individualmente, o valor da efetiva valorização ocorrida no imóvel, o que compreende o valor total de R\$ 254.126,07 (duzentos e cinquenta e quatro mil, cento e vinte e seis reais e sete centavos), conforme processo licitatório 1013/2017 tomada de preços 002/2017 SENDO O VALOR DA ABSORÇÃO CONFORME ITEM 7.1 DESTE EDITAL.

6.2 – A municipalidade participará no custo da obra com a importância de R\$176.162,76 compreendendo 69,33% dos itens do Orçamento Quantitativo e Financeiro (Anexo II), para a execução dos passeios públicos das ruas em locais dentro do trecho da obra que não estão na responsabilidade dos proprietários nas áreas beneficiadas, relativo a responsabilidade como proprietários lindeiros, proporcionalmente a área, da zona beneficiada.

7 – DA PARCELA A SER FINANCIADA PELOS CONTRIBUINTES:

7.1 – A importância a ser absorvida pelos contribuintes lindeiros as obras, será de R\$ 77.963,31 sendo de 30,67% valor proporcional conforme verificada a valorização imobiliária.

7.2 – Considerando que a área total dos passeios públicos a serem executados compreende 3.056,46 m² e que o valor a ser absorvido pelos contribuintes proprietários lindeiros, para fins de limite do valor da obra para contribuição de melhoria, importará em de R\$77.963,31.

8 – DA FORMA DE PAGAMENTO:

O pagamento da contribuição de melhoria da obra referida neste Edital, desde que comprovada a valorização dos imóveis, será efetuado pelos contribuintes, à Fazenda Municipal, obedecendo às seguintes condições:

8.1 – Pagamento à vista a ser pago pelo contribuinte, em cota única, por ocasião da conclusão da obra com desconto DE 10%(dez por cento) na forma da lei Municipal 2331/2017.

8.2 – Pagamento parcelado a ser efetuado pelo contribuinte após a conclusão da obra em até 12 (doze) parcelas, mensalmente, na forma da lei Municipal 2331/2017.

8.3 – Em caso de opção por pagamento parcelado, este deverá ser formalizado junto à repartição competente, mediante termo de opção.

8.4 – O pagamento da contribuição de melhoria, objeto deste Edital, deverá ser efetuado nas agências bancárias.

8.5 – É facultada ao contribuinte a antecipação do pagamento das parcelas vincendas, antes da vigência de novos valores referenciais, pelo valor referencial vigente ao tempo do pagamento das parcelas vincendas.

8.6 – As parcelas eventualmente recolhidas em atraso ficarão sujeitas aos acréscimos previstos na legislação vigente, ou seja:

a) multa de 5,0% até 30 dias após o vencimento;

multa de 10% de 31 dias a 60 dias após o vencimento

multa de 15% acima de 60 dias após o vencimento.

b) juros de mora de 1% ao mês ou fração;

c) correção monetária, de acordo com o código Tributário Municipal.

8.7 – Os créditos tributários oriundos deste Edital que não forem pagos em quota única ou parcelado, serão inscritos em dívida ativa e encaminhados para cobrança judicial, nos termos do Código Tributário Municipal.

9. DA SOLICITAÇÃO DE ISENÇÃO

9.1 Os contribuintes que se enquadrarem nos requisitos de isenção, deverão efetuar o requerimento e comprovar com os respectivos documentos solicitados, no setor de tributação, da Prefeitura Municipal de Modelo antes do vencimento do fato gerador, na forma do artigo 304 da Lei Municipal 1324/1997, Lei Municipal 2331/2017 e demais disposições legais, sob pena de lançamento em débito do contribuinte.

10 – DA IMPUGNAÇÃO:

10.1 – É facultado ao sujeito passivo de obrigação tributária principal, reclamar/impugnar qualquer dos elementos e itens constantes do presente edital, devendo no documento da impugnação/reclamação indicar o fato e os fundamentos jurídicos do pedido, suas especificações, as provas documentais e testemunhais com que pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados e, em especial, poderá impugnar perante a Autoridade Administrativa de primeira instância, em face de erro na localização e dimensões do imóvel, do cálculo dos índices atribuídos, do valor da contribuição e do número de prestações.

10.2 O prazo para interpor a reclamação à Autoridade competente, mediante protocolo no Setor de Tributos do município de Modelo/SC, é de até 30 (trinta) dias a contar do primeiro dia útil seguinte à data da publicação do presente edital, cabendo ao contribuinte o ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

10.3 – Serão consideradas peremptas as reclamações/impugnações interpostas fora do prazo concedido no item retro.

11 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

11.1 O Município reserva-se o direito de cobrar integralmente do proprietário o acondicionamento da pista em caso de avarias por ligações intencionais de qualquer gênero.

11.2 Fica fixado o prazo de 30 (trinta) dias para a impugnação pelos proprietários, de qualquer dos elementos supracitados, cabendo ao impugnante o ônus da prova, conforme o que dispõe o Capítulo XII – Contribuição de Melhoria - Lei Municipal 1.324/2005.

11.3 A Contribuição de Melhoria tem por fato gerador a realização de obras públicas.

11.4 Ficam notificados os contribuintes abrangidos por este Edital das disposições legais, relativas à matéria, em especial das constantes no Capítulo XII Contribuição de Melhoria – Lei Municipal nº 1324/1997 – Código Tributário Municipal e da Lei Municipal Complementar nº 2090/2013 de 27/06/2013.

11.5 – Aplicam-se integralmente as disposições do Código Tributário Municipal/Lei Municipal nº 1324/1997, Lei Municipal Complementar nº 2090/2013 de 27/06/2013 ao presente Edital e demais disposições legais pertinentes a matéria.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo aos 13 de outubro de 2017.

RICARDO LUIS MALDANER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado na data supra:

FRANCINE NICOLI

Responsável Setor de Tributação

Anexos:

ANEXO I – Memorial Descritivo

ANEXO II – Orçamento Quantitativo e Financeiro/Planilha de Custos

ANEXO III – Relação dos Lotes e proprietários beneficiados

ANEXO IV - Mapa da delimitação da zona de influencia

ANEXO - AVALIAÇÃO PREVIA DA COMISSÃO – DOS IMOVEIS BENEFICIADOS COM AS OBRAS DE QUE CONSTA NESTE EDITAL

Demais documentos do Projeto de Engenharia

LEI MUNICIPAL Nº 2330/2017

LEI MUNICIPAL Nº 2330/2017 DE 13 DE OUTUBRO DE 2017 DISPÕE SOBRE CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA A SOCIEDADE HOSPITALAR BENEFICENTE DE MODELO SC, COMPLEMENTAR AO EXERCÍCIO DE 2017, CONFORME ESPECIFICA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo - SC, no uso de suas atribuições legais em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal,

FAZ SABER, que a Câmara de Vereadores de Modelo SC, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal, através do Fundo Municipal de Saúde de Modelo SC, autorizado a efetuar contribuição financeira complementar a autorização da Lei Municipal 2290/2016 e aditivo a esta Lei, para aplicação em despesas correntes, de custeio, à ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR BENEFICENTE DE MODELO SC, Pessoa jurídica de direito privado, filantrópica, inscrita no CNPJ/MF sob nº 83.303.339/0001-94, com sede na Av. XV de novembro, Bairro Laranjeiras, do Município de Modelo - SC, nos termos da presente Lei, para auxiliar na manutenção e custeio de suas atividades, incluído o sobreaviso de 24 horas, no atendimento hospitalar e ambulatorial de munícipes modelenses.

Art. 2º. A contribuição financeira será de até R\$ 190.000,00 (Cento e noventa mil reais), complementar a contribuição aprovada para o exercício de 2017, com respectivos aditivos, observada as disponibilidades financeiras, programação e cronograma de arrecadação e de desembolso, conforme disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal, limitando-se ao total de pagamentos a beneficiaria mencionada neste artigo e somado a contribuição autorizada pela Lei Municipal 2290/2016 e aditivos, no valor de até R\$ 640.000,00 (seiscentos e quarenta mil reais), no exercício de 2017.

Parágrafo Único – Para celebração do convenio nos termos desta Lei, deverá a entidade habilitar-se, apresentando os documentos abaixo mencionados e os demais solicitados pelo Município, sendo:

- Ofício justificando a transferência e solicitando a liberação dos recursos;
- Plano de Trabalho devidamente preenchido e assinado pelo representante legal da entidade, contendo as informações legais;
- Cópia autenticada da Ata que elegeu a atual diretoria, como prova de seu mandato;
- Cópia do Estatuto e de seu respectivo registro;
- Prova que a entidade é correntista de Banco, através de Declaração do Gerente que conste o nome da entidade, número da agência, conta corrente e data, vinculado ao objeto;
- Cópia do CPF e da carteira de identidade dos Responsáveis; (presidente e tesoureiro);
- Fotocópia do Cartão CNPJ da entidade;
- Certidões Negativa de Débitos ou Positivas com efeitos de Negativa, Certificados de Regularidade, conforme disposições legais;
- Relatório de atividades desenvolvidas nos últimos doze meses;
- Cópia do Alvara de funcionamento;
- Comprovante de endereço da entidade e do seu representante;

m) Certificado e Entidade Beneficente de assistência social, emitida por Conselho de Assistência Social, nos termos da legislação, se for o caso;

n) Atestado de Funcionamento fornecido pelo Conselho Municipal ou órgão de fiscalização com jurisdição sobre a entidade do município a que pertencer a entidade, com data de emissão não superior a doze meses;

o) Outros documentos julgados necessários, solicitados pela concedente.

Art. 3º. Os recursos serão transferidos atendidas as disposições legais, em especial de credenciamento junto ao SUS – Sistema Único de Saúde.

Art. 4º. A entidade beneficiada deverá aplicar os recursos recebidos, para os fins a que foi solicitado, em até 45 (quarenta e cinco) dias após o recebimento dos recursos, e prestar contas em até 30 (trinta) dias após o prazo final de aplicação, ou conforme cronograma físico financeiro, junto ao Município de Modelo –SC/Fundo Municipal de Saúde.

Art. 5º. A prestação de contas será composta dos seguintes documentos:

- Ofício encaminhando a prestação de contas assinado pelo presidente da entidade;
 - Cópia dos documentos da despesa;
 - Declaração firmada pelo Presidente e Tesoureiro, de que os recursos foram aplicados nos fins, a que se destinam;
 - Fotocópia dos cheques ou ordens bancaria emitida;
 - Extrato bancário com toda a movimentação;
 - Comprovante de recolhimento do ISS na prefeitura municipal quando devido;
 - Anotação de Responsabilidade Técnica pela execução da obra;
 - Laudo de conclusão emitido pelo engenheiro responsável pelo Projeto.
- i) Balancete de Prestação de Contas de Recursos – Anexo TC 28, devidamente preenchido e assinado pelo presidente e tesoureiro da entidade;
- j) Demais documentos solicitados pelo Município para firmar o termo de convenio em atendimento a Instrução Normativa do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina TC 14/2012.

Art. 6º. Os documentos das despesas pagos, com os recursos recebidos, não poderão conter data anterior ao do recebimento do mesmo.

Art. 7º. A não prestação de contas no prazo estabelecido no artigo 4º e 5º, da presente lei, pode ser causa de imediata da devolução dos recursos.

Art. 8º. As despesas decorrentes da presente Lei correrão a conta de dotação orçamentária própria prevista no do Orçamento Municipal.

Art. 9º. O Poder Executivo poderá regulamentar por Decreto a presente Lei e solicitar documentos e informações além dos estabelecidos por esta lei, necessárias a prestação de contas e solicitação dos recursos.

Art. 10. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 11. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 13 de outubro de 2017.
RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
ASSESSORA DE DEPARTAMENTO

LEI MUNICIPAL Nº 2331/2017

LEI MUNICIPAL Nº 2331/2017 DE 13 DE OUTUBRO DE 2017
DISPÕE SOBRE A COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA
REFERENTE À EXECUÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS, DE PAVIMENTAÇÃO
DE PASSEIOS/CALÇADAS PÚBLICAS, COM RECURSOS PRÓPRIOS
E DE CONVÊNIO/CONTRATO DE REPASSE CAIXA ECONÔMICA
FEDERAL/MINISTÉRIO DAS CIDADES E O MUNICÍPIO DE
MODELO SC Nº 829912/2016, OPERAÇÃO 1030211-92, CONFORME
ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo SC, no
uso das atribuições legais,

FAZ SABER, que a Câmara de Vereadores de Modelo SC, votou,
aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizada a cobrança de Contribuição de Melhoria,
em decorrência da execução, pelo Poder Executivo, das obras públicas,
com RECURSOS PRÓPRIOS E DE CONVÊNIO/CONTRATO DE REPASSE CAIXA
ECONÔMICA FEDERAL/MINISTÉRIO DAS CIDADES E O MUNICÍPIO DE
MODELO SC Nº 829912/2016, OPERAÇÃO 1030211-92, EM VIAS PÚBLICAS,
CALÇADAS/PASSEIO PÚBLICO, que compreendem:

- EXECUÇÃO DE PASSEIOS/CALÇADAS PÚBLICAS, NA RUA DO COMÉRCIO – TRECHO I E II E RUA DUQUE DE CAXIAS – TRECHO I, II, III E IV, como também em frente a Prefeitura Municipal, Anexo I, integrante desta Lei, com uma área de 3.056m², na sede do Município de Modelo SC, conforme projeto técnico da AMERIOS, conforme Anexo I, integrante desta Lei e abaixo especificado:

- LOCAL:

- ☐ - Rua do Comércio – Trecho I e II e
 - ☐ - Rua Duque de Caxias – Trecho I, II, III, E IV
 - ☐ - como também em frente a Prefeitura Municipal,
- Área de 3.056m²

Art. 2º - As obras serão executadas e o lançamento e arrecadação da contribuição de melhoria, será efetuada nos termos do Código Tributário Municipal, em especial pelas Leis específicas que dispõem sobre a contribuição de melhoria do município, Lei Municipal Complementar nº 2090/2013, da presente Lei, Editais respectivos e demais disposições legais.

Art. 3º - Para o lançamento e arrecadação da contribuição de melhoria de que trata esta Lei, serão observadas as disposições legais, em especial do Código Tributário Municipal, da Lei Municipal Complementar 2090/2013, atendendo-se aos seguintes critérios:

I – serão considerados os imóveis que possuem frente para as vias indicadas, direta e indiretamente beneficiados pela execução das obras, conforme especificado em edital;

II – o valor da Contribuição de Melhoria terá como limite individual a valorização do imóvel beneficiado em decorrência da execução das obras, e como limite total o custo final da obra.

Parágrafo Único – Valor da contribuição de melhoria terá como limite total 30% (trinta por cento) da despesa realizada com a execução das obras e, como limite individual, o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

Art. 4º Para cobrança da Contribuição de Melhoria, a Administração

publicará edital prévio à execução das obras, na forma do estabelecido no Código Tributário Municipal, Lei Complementar nº 2090/2013 DE 27/06/2013 e desta Lei, contendo, entre outros elementos julgados convenientes, os seguintes:

I – publicação prévia dos seguintes elementos:

- a) delimitação das áreas diretamente beneficiadas e a relação dos proprietários de imóveis nela compreendidos;
- b) memorial descritivo do projeto para cada rua;
- c) orçamento total ou parcial do custo de cada obra;
- d) determinação do valor referência do custo da obra a ser considerado como limite máximo ao valor da contribuição de melhoria, conforme a planilha de cálculo, observado o disposto no inciso II do art. 1º;
- e) determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda a zona ou para cada uma das áreas diferenciadas, nela contidas.

II – fixação de prazo não inferior a 30 (trinta) dias, para impugnação pelos Interessados, de qualquer dos elementos referidos no inciso anterior;

III – regulamentação do processo administrativo de instrução e julgamento da impugnação a que se refere o inciso anterior, sem prejuízo da sua apreciação judicial

§ 1º O valor da contribuição de melhoria será definido pela valorização do imóvel, utilizando como limite máximo de valor, o custo da própria obra.

§ 2º Por ocasião do respectivo lançamento, cada contribuinte deverá ser notificado do montante da contribuição, da forma e dos prazos de seu pagamento e dos elementos que integram o respectivo cálculo.

Art. 5º Após a conclusão, será publicado Edital, contendo o demonstrativo do custo final da obra, com a forma de cálculo da valorização imobiliária decorrente, seguindo-se o lançamento da Contribuição de Melhoria.

Parágrafo único. No lançamento, sua notificação e demais aspectos não especificados nesta Lei, serão observadas as normas e procedimentos estabelecidos no Código Tributário Municipal e a Lei Complementar nº 2090/2013 e alterações, que dispõe sobre a Contribuição de Melhoria no Município.

Art. 6º - Das condições de pagamento da contribuição de melhoria de que trata esta Lei:

I – Pagamento a vista, com desconto de até 10% (dez por cento), do valor lançado;

II – Pagamento parcelado, mensal e sucessivamente, em até 12 (doze) vezes.

Parágrafo Único – o Vencimento para pagamento a vista ou da primeira parcela, para deferimento do parcelamento, será de até 30 (trinta) após a notificação do contribuinte, relativo ao lançamento da contribuição de melhoria.

Art. 7º - Nos locais das obras de que trata esta Lei, em que há a existência do passeio público executado conforme projeto padrão do Município, e que serão refeitos em razão da instalação da rede de água e da adequação as condições da obra conforme projeto, será considerando a existência desta calçada, para avaliação para fins de verificação da contribuição de melhoria.

Art. 8º- Os contribuintes abrangidos com as obras de que trata esta Lei, não farão jus aos benefícios dos programas de que dispõem as Leis Municipais 2160/2014 e 2185/2014, considerando a execução das obras pelo Município e os fatores de absorção dos custos das obras pelo Município, contribuindo na melhoria das condições de infraestrutura urbana, em especial de acessibilidade, mobilidade urbana, bem estar social.

Art. 9º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, estão previstos no orçamento vigente e subsequentes.

Art. 10 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo SC aos 13 de outubro de 2017.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
ASSESSORA DE DEPARTAMENTO

ART PROJETO - SUBSTITUIÇÃO - EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 002/2017**Anotação de Responsabilidade Técnica - ART**

Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina

CREA-SC**ART OBRA OU SERVIÇO****6014365-9****Substituição de ART 5833029-6****1. Responsável Técnico****CARLINE JOICE HACKENHAAR**

Título Profissional: Engenheira Civil

RNP: 2506548971

Registro: 090319-0-SC

Empresa Contratada: ASSOCIACAO DOS MUNICIPIOS ENTRE RIOS AMERIOS

Registro: 042834-0-SC

2. Dados do Contrato

Contratante: Prefeitura Municipal de Modelo

Endereço: Rua do Comércio

Complemento:

Cidade: MODELO

Valor da Obra/Serviço/Contrato: R\$ 880,00

Ação Institucional:

Bairro: Centro

UF: SC

CPF/CNPJ: 83.021.832/0001-11

Nº: 1304

CEP: 89872-000

3. Dados Obra/Serviço

Proprietário: Prefeitura Municipal de Modelo

Endereço: Rua do Comércio e Rua Duque de Caxias

Complemento:

Cidade: MODELO

Data de Início: 23/05/2016

Data de Término: 17/11/2016

Coordenadas Geográficas:

Bairro: Centro

UF: SC

CPF/CNPJ: 83.021.832/0001-11

Nº: 00

CEP: 89872-000

4. Atividade Técnica

Projeto	Orçamento	Dimensão do Trabalho:		Metro(s) Quadrado(s)
Calçada de Paver			3.236,69	
Piso em concreto			244,48	
Rampa			115,07	
Meio Fio			1.079,00	
Concreto Estrutural			1,01	

5. Observações

ART Substituição - Projeto de Passeio Público em Paver na Rua do Comércio - Trecho I e II e Rua Duque de Caxias - Trecho I e II, com área total de 2.201,77 m².

6. Declarações

. Acessibilidade: Declaro que na(s) atividade(s) registrada(s) nesta ART foram atendidas as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT, na legislação específica e no Decreto Federal n. 5.296, de 2 de dezembro de 2004.

7. Entidade de Classe

ASSENAR - 30

9. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima.

MARAVILHA - SC, 17 de Novembro de 2016

8. Informações

. A ART é válida somente após o pagamento da taxa.

Situação do pagamento da taxa da ART em 17/11/2016:

TAXA DA ART A PAGAR NO VALOR DE R\$ 74,37 VENCIMENTO: 28/11/2016

. A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-sc.org.br/art.

. A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

. Esta ART está sujeita a verificações conforme disposto na Súmula 473 do STF, na Lei 9.784/99 e na Resolução 1.025/09 do CONFEA.

CARLINE JOICE HACKENHAAR

037.341.369-62

Contratante: Prefeitura Municipal de Modelo

83.021.832/0001-11

www.crea-sc.org.br
Fone: (48) 3331-2000falecom@crea-sc.org.br
Fax: (48) 3331-2107**CREA-SC**
Conselho Regional de Engenharia
e Agronomia de Santa Catarina

Mondaí

PREFEITURA

EXTRATO PREGÃO Nº 057/2017 - PMM

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 084/2017

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 057/2017

O MUNICÍPIO DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação, conforme descrito a seguir: MODALIDADE: Pregão Presencial nº. 057/2017. TIPO: Menor Preço. OBJETO: aquisição de equipamento agrícola (carretão basculante metálico) destinado para manutenção das atividades do município de Mondaí, conforme contrato de repasse nº 820380/2015/Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/Caixa, processo nº 2623.1026540-15/2015, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I do Edital. ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: Até as 10h00min do dia 07 de Novembro de 2017. SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS E LANCES VERBAIS: Às 10h15min do dia 07 de Novembro de 2017. INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço eletrônico www.mondai.sc.gov.br. Maiores informações e esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço acima ou pelo fone/fax (49) 3674-3100 ou pelo e-mail: compras@mondai.sc.gov.br. MONDAI-SC, 14 de Agosto de 2017. VALDIR RUBERT - Prefeito Municipal

EXTRATO PREGÃO Nº 065/2017 - PMM

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 094/2017

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 065/2017

O MUNICÍPIO DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação, conforme descrito a seguir: MODALIDADE: Pregão Presencial nº. 065/2017. TIPO: Menor Preço. OBJETO: Aquisição de equipamentos agrícolas (enleirador de solo) destinados para manutenção das atividades do município de Mondaí, conforme contrato de repasse nº 812229/2014/Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/Caixa, processo nº 2623.1021135-76/2014, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I do edital. ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: Até as 08h00min do dia 07 de Novembro de 2017. SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS E LANCES VERBAIS: Às 08h15min do dia 07 de Novembro de 2017. INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço eletrônico www.mondai.sc.gov.br. Maiores informações e esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço acima ou pelo fone/fax (49) 3674-3100 ou pelo e-mail: compras@mondai.sc.gov.br. MONDAI-SC, 25 de Agosto de 2017. VALDIR RUBERT - Prefeito Municipal

EXTRATO TOMADA DE PREÇO Nº 009/2017 - PMM

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 110/2017

TOMADA DE PREÇOS nº. 009/2017

O Município de Mondaí – SC torna público que fará realizar licitação na modalidade de Tomada de Preços, do tipo Menor Preço Global. OBJETO: contratação de empresa especializada para a execução de construção/ampliação do sistema de iluminação pública junto a Rua Nossa Senhora Aparecida, bairro Industrial, município de Mondaí - SC, conforme especificações constantes na relação dos itens da licitação (Anexo I), e de acordo com os projetos, memoriais descritivos, cronograma e planilhas orçamentárias, que fazem parte do presente Edital. ENTREGA DOS ENVELOPES DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: até as 08h00min do dia 06 de Novembro de 2017. ABERTURA DOS ENVELOPES: às 08h15min do dia 06 de Novembro de 2017. A licitação será processada e julgada em conformidade com a Lei nº. 8.666/1993. O edital na íntegra poderá ser obtido no site do município: www.mondai.sc.gov.br.

Mondaí – SC, 02 de outubro de 2017.

VALDIR RUBERT

Prefeito Municipal

Morro da Fumaça

PREFEITURA

CHAMAMENTO PARA CREDENCIAMENTO Nº 32/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE LICITAÇÃO.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 32/2017
CHAMAMENTO PARA CREDENCIAMENTO Nº 32/2017.

OBJETO: Credenciamento para Contratação de Pessoas Jurídicas especializadas para prestar Serviços Laboratoriais (Exames), que serão ofertados aos usuários do Serviço Único de Saúde – SUS. A relação dos serviços objeto do presente Credenciamento encontra-se no Anexo I do Edital. Período inicial de Credenciamento: 17/10/2017 até 09/11/2017. Reunião de abertura dos envelopes ocorrerá 09/11/2017 às 09:00 horas. O edital encontra-se a disposição para obter no Site Oficial do Município www.morrodafumaca.sc.gov.br, ou no Setor de Licitação, Rua 20 de Maio, nº. 100, Centro, Morro da Fumaça/SC, Horário das 08:00 horas às 13:00 horas. Morro da Fumaça (SC), 16 de Outubro de 2017. AGENOR CORAL. Prefeito Municipal

CHAMAMENTO PARA CREDENCIAMENTO Nº 33/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE LICITAÇÃO.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 33/2017
CHAMAMENTO PARA CREDENCIAMENTO Nº 33/2017.

OBJETO: Credenciamento para Contratação de Pessoas Físicas ou Jurídicas para prestar Serviços Médicos Especializados, que serão ofertados aos usuários do Serviço Único de Saúde – SUS. A relação de serviços com as especialidades objeto do presente Credenciamento encontra-se no Anexo I do Edital. Período inicial de Credenciamento: 17/10/2017 até 09/11/2017. Reunião de abertura dos envelopes ocorrerá 09/11/2017 às 10:00 horas. O edital encontra-se a disposição para obter no Site Oficial do Município www.morrodafumaca.sc.gov.br, ou no Setor de Licitação, Rua 20 de Maio, nº. 100, Centro, Morro da Fumaça/SC, Horário das 08:00 horas às 13:00 horas. Morro da Fumaça (SC), 16 de Outubro de 2017. AGENOR CORAL. Prefeito Municipal

CHAMAMENTO PARA CREDENCIAMENTO Nº 34/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE LICITAÇÃO.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 34/2017
CHAMAMENTO PARA CREDENCIAMENTO Nº 34/2017.

OBJETO: Credenciamento para Contratação de Pessoas Físicas ou Jurídicas para prestar Serviços especializados de Fonoaudiologia, Fisioterapia e Procedimento de Radiografia Odontológica, que serão ofertados aos usuários do Serviço Único de Saúde – SUS. A relação dos serviços objeto do presente Credenciamento encontra-se no

Anexo I do Edital. Período inicial de Credenciamento: 17/10/2017 até 09/11/2017. Reunião de abertura dos envelopes ocorrerá 09/11/2017 às 11:00 horas. O edital encontra-se a disposição para obter no Site Oficial do Município www.morrodafumaca.sc.gov.br, ou no Setor de Licitação, Rua 20 de Maio, nº. 100, Centro, Morro da Fumaça/SC, Horário das 08:00 horas às 13:00 horas. Morro da Fumaça (SC), 16 de Outubro de 2017. AGENOR CORAL. Prefeito Municipal

LEI Nº 1794

LEI Nº 1794/2017

DENOMINA RUA ANILSON BORTOLON DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu Sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Passa a denominar-se Rua Anilson Bortolon, a via pública deste Município, atualmente denominada: Rua Projetada F, que tem seu início às margens da Rua Domingos Guollo, seguindo daí a uma distância de 270,00 metros, até encontrar-se com a Rua Hilário Dagostin, situada no Loteamento Lina Cechinel Leonardo, Bairro Maccari, desta cidade, conforme consta no Plano Rodoviário Municipal.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.º 3º - Revogam-se as disposições em contrário

Paço Municipal Auzílio Frasson, em 11 de Outubro de 2017.

AGENOR CORAL

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

DALVANIA CARDOSO

Secretária do Sistema Econômico

LEI Nº 1795

LEI Nº 1795/2017

DISPÕE SOBRE A EMISSÃO SONORA DE PROPAGANDA NO MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA, ESTABELECE HORÁRIOS PARA DIVULGAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu Sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - O horário permitido para emissão sonora de propaganda comercial, exclusivamente promovida por alto-falantes, ou sistema de amplificação congênere, fixos ou móveis, bem como aqueles instalados na parte externa de veículos, motocicletas e afins, é de segunda à sexta, das 08:00 às 18:00 horas, e, aos sábados, das 09:00 às 18:00 horas, sendo que, nos domingos e feriados, a partir das 10:00 até às 18:00 horas.

Parágrafo Único - Entende-se por emissão sonora, qualquer som emitido por auto-falantes e amplificadores, fixos ou móveis, que visem realizar propaganda comercial.

Art. 2º - Qualquer emissão sonora, emitida posterior às 18:00 horas, só poderá ser permitida mediante a competente licença dos órgãos competentes, exceto aquelas provenientes de ambientes familiares, cultos religiosos ou eventos cívicos.

Art. 3º - Toda emissão sonora deverá respeitar os limites impostos pela legislação pertinente em vigor.

Art. 4º - Fica expressamente proibida a emissão sonora, para fins comerciais e publicitários, proveniente de veículos ou motocicletas (fixos ou móveis) voltados exclusivamente para propagandas comerciais, à partir das 22:00 horas.

Parágrafo Único - (Suprimido pela Emenda Supressiva nº 01/2017)

Art. 5º - O uso externo de caixas de som, em estabelecimentos comerciais, somente serão permitidas nos dias designados pela Câmara de Dirigentes Lojistas do Município, ou órgão congênere, bem como em datas festivas.

Art. 6º - O descumprimento de qualquer dos dispositivos desta Lei, sujeita o infrator às penalidades estabelecidas pelo Poder Executivo.

Art. 7º - Na ocorrência de repetidas reincidências, poderá a autoridade competente determinar, a seu juízo, a apreensão do bem utilizada para promover a propaganda sonora atinente, bem como decretar a interdição da fonte emissora do propaganda.

Art. 8º - As sanções indicadas nos artigos anteriores, não exoneram o infrator das responsabilidades civis e criminais a que fique sujeito.

Art. 9º - O Poder Executivo, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, regulamentará, através de Decreto, a presente lei, estabelecendo, inclusive, todas as penalidades aplicáveis, em caso de descumprimento desta Lei.

Art. 10 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11 - Revogam-se todas as disposições em contrário.

Paço Municipal Auzílio Frasson, em 11 de Outubro de 2017.

AGENOR CORAL

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

DALVANIA CARDOSO

Secretária do Sistema Econômico

LEI Nº 1796

LEI Nº 1796/2017

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu Sanciono a seguinte lei:

Art. 1º São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal e em consonância com o art. 4.º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, as diretrizes orçamentárias para o ano de 2018, da administração pública direta e indireta do Município, nela incluída o Poder Legislativo, os fundos, fundações e autarquias, como tais as definidas no inciso III, do art. 2.º, da referida Lei Complementar, compreendendo:

I - as prioridades e metas da administração pública municipal;

II - as metas fiscais e os riscos fiscais;

III - a estrutura e organização dos orçamentos;

IV - as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

V - as disposições relativas à arrecadação e alterações na legislação tributária;

VI - as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;

VII - as disposições gerais.

CAPÍTULO I

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL E DAS METAS FISCAIS

Art. 2º As prioridades e metas para o exercício financeiro de 2018 são as especificadas neste artigo e no documento "Anexo de Prioridades e Metas para 2018", as quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária de 2018, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 1.º Integra esta Lei também o Anexo de Metas Fiscais, elaborado conforme orientações constantes do manual aprovado pela Portaria STN nº 471, de 31.08.04;

§ 2.º O Município define como Meta Fiscal o valor que se pretende atingir, no exercício orçamentário e nos dois seguintes, a título de receitas, despesas, montante da dívida pública e resultados nominal e primário, este representando o valor que se espera destinar ao pagamento de juros e do principal da dívida.

§ 3.º Terão prioridade sobre as ações de expansão: o pagamento do serviço da dívida, as despesas com pessoal e encargos sociais e a manutenção das atividades.

§ 4.º O Município aplicará, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) da receita resultante de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino.

§ 5.º O Município deverá aplicar pelo menos 15% (quinze por cento) da receita resultante de impostos, nas ações e serviços públicos de saúde.

Art. 3º Para os efeitos desta Lei entende-se por:

I - Programa, o instrumento de organização da ação governamental, que articula um conjunto de ações que concorrem para a concretização dos objetivos pretendidos, visando à solução de um problema ou o atendimento de uma necessidade ou demanda da sociedade;

II - Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

III - Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo; e

IV - Operação Especial, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando as respectivas metas e valores, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária por programas, atividades, projetos ou operações especiais, e respectivos subtítulos.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 4º O Orçamento do Município compreenderá a programação dos órgãos dos Poderes Executivo e Legislativo, dos seus Fundos, Fundações e Autarquias.

Parágrafo único. Nos Orçamentos dos Fundos Municipais e das demais entidades da administração indireta, desde que, como Unidades Gestoras, possuam contabilidade própria, serão estimadas apenas as receitas de sua competência legal e dos convênios firmados por seus dirigentes, assim como, as despesas relativas aos programas executados com estes recursos.

Art. 5.º O Orçamento discriminará a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação, especificando a esfera orçamentária, a fonte de recursos e o desdobramento da despesa por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação.

Art. 6º A Lei Orçamentária discriminará em categorias de programação específicas, as dotações destinadas:

- I - às ações relativas à saúde e assistência social;
- II - ao pagamento de benefícios da previdência social, para cada categoria de benefício;
- III - ao atendimento às ações de alimentação escolar;
- IV - às despesas com o desenvolvimento do ensino fundamental;
- V - ao pagamento de precatórios judiciais, que constarão das unidades orçamentárias responsáveis pelos débitos;

Art. 7º O projeto da Lei Orçamentária, que o Poder Executivo encaminhará à Câmara de Vereadores, será constituído de:

- I - mensagem;
 - II - texto da lei;
 - III - quadros orçamentários consolidados;
 - IV - anexos dos orçamentos fiscais e da seguridade social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta lei;
- § 1º Os quadros orçamentários a que se refere o inciso III deste artigo, incluindo os complementos referenciados no art. 22, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, são os seguintes:
- I - evolução da receita do Município, segundo as categorias econômicas e seu desdobramento em fontes, discriminando cada imposto e contribuição;
 - II - evolução da despesa do Município, segundo as categorias econômicas;
 - III - demonstrativo da receita e da despesa, segundo as categorias econômicas (Anexo I, da Lei 4320/64, Adendo II, da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85 e Portarias Interministeriais 163 e 180 com alterações);
 - IV - demonstrativo da receita, segundo as categorias econômicas (Anexo II, da Lei 4320/64, Adendo III, da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85 e Portarias Interministeriais 163 e 180 com alterações);
 - V - resumo geral da despesa, segundo as categorias econômicas (Anexo III, da Lei 4320/64, Adendo III, da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85 e Portaria Interministerial 163 com alterações);
 - VI - despesas orçamentárias, segundo Poder e unidades, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação (Anexo III, da Lei 4320/64, Adendo III, da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85 e Portaria Interministerial 163 com alterações);
 - VII - programa de trabalho do governo - despesas orçamentárias por funções, subfunções, programas, projetos/atividades/operações especiais (Anexo IV, da Lei 4320/64 e Adendo VI, da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);
 - VIII - despesas orçamentárias por funções, subfunções, programas, projetos/atividades/operações especiais (Anexo VII, da Lei 4320/64 e Adendo VI, da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);
 - IX - despesas orçamentárias por funções, subfunções e programas, conforme o vínculo com os recursos (Anexo VIII, da Lei 4320/64 e Adendo VII, da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);
 - X - despesas orçamentárias por órgãos e funções (Anexo IX, da Lei 4.320/64 e Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

Art. 8º A mensagem que encaminhar o projeto da Lei Orçamentária conterá:

- I - quadro demonstrativo da evolução da receita nos exercícios de 2013 a 2015 e previsão para 2018 a 2020;
- II - metodologia e memória de cálculo das estimativas das receitas segundo as rubricas da lei orçamentária;
- III - memória de cálculo da reserva de contingência;
- IV - memória de cálculo do montante de recursos para aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino, a que se refere o art. 212 da Constituição;

§ 1º Os valores constantes dos demonstrativos previstos no parágrafo anterior serão elaborados a preços da proposta orçamentária,

explicitada a metodologia utilizada para sua atualização.

§ 2º Os demonstrativos e informações complementares exigidos por esta Lei identificarão, logo abaixo do respectivo título, o dispositivo a que se referem.

Art. 9º Para efeito do disposto no artigo anterior, o Poder Legislativo, encaminhará ao Órgão Central de Planejamento do Município, até 15 de outubro de 2017, suas respectivas propostas orçamentárias, observados os parâmetros e diretrizes estabelecidas nesta Lei, para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária.

CAPÍTULO III

DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS E SUAS ALTERAÇÕES

Art. 10. A previsão da receita e a fixação da despesa na Lei Orçamentária deverão ocorrer a preços correntes.

Art. 11. A elaboração do projeto, sua aprovação e a execução da lei orçamentária de 2018 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

Art. 12. Na estimativa da receita poderá ser especificado e deduzido um valor, compatível com o constante do Demonstrativo VII, do Anexo de Metas Fiscais, destinado a cobrir os efeitos da concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita, conforme definida no § 1º, do art. 14, da Lei Complementar nº 101/00.

Parágrafo único. Se a previsão referida no caput não for incluída na lei orçamentária, a renúncia de receita tributária somente poderá ocorrer, no exercício de 2018, se for acompanhada de medidas de compensação por meio do aumento de receita, nos termos do inciso II, do art. 14, da referida Lei Complementar.

Art. 13. Na fixação da despesa deverá ser observados a compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas do PPA e LDO.

Art. 14. Na programação da despesa não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e definidas as unidades executoras, devendo ser observado o equilíbrio entre receitas e despesas.

Art.15. Na determinação do montante de despesa deverá ser observada a margem para expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado definida no Demonstrativo VIII, do Anexo de Metas Fiscais, voltada a fazer frente às despesas correntes enquadradas na situação prevista no caput do art. 17, da Lei Complementar nº 101/00, a ser demonstrada, inclusive quanto à forma de compensação, no anexo à Lei Orçamentária a que se refere o Inciso II, do Art. 5º, da mesma Lei Complementar.

Art.16. Serão incluídas no projeto da Lei Orçamentária a previsão de recursos decorrentes de operações de crédito e de convênios com outras esferas de governo.

Art.17. Além da observância das prioridades e metas fixadas nos termos do art. 2º desta lei, a Lei Orçamentária e seus créditos adicionais somente incluirão projetos novos se:

I - tiverem sido adequadamente contemplados todos os projetos em andamento e as despesas destinadas à preservação do patrimônio público, especificados no relatório encaminhado pelo Poder Executivo ao Legislativo, nos termos do parágrafo único, do art. 45, da Lei Complementar nº 101/00;

II - os recursos alocados viabilizarem a conclusão de uma etapa ou a obtenção de uma unidade completa, considerando-se as contrapartidas do Município, nos casos de transferências voluntárias da União e do Estado, as quais deverão ser estabelecidas de modo compatível com a capacidade financeira do Município;

III - estiverem previstos no Plano Plurianual ou em lei que autorizou

sua inclusão no referido Plano.

Parágrafo único. Para fins de aplicação do disposto neste artigo, não serão considerados projetos com títulos genéricos que tenham constado de leis orçamentárias anteriores e serão entendidos como projetos em andamento aqueles cuja execução financeira, até 30 de junho de 2017, tiver ultrapassado 20% (vinte por cento) do seu custo total estimado.

Art. 18. Não poderão ser programados novos projetos:

I - por conta de redução ou anulação de projetos em andamento;
II - que não possuam comprovada viabilidade técnica, econômica e financeira.

Art. 19. O Poder Legislativo terá como limite para o total da despesa, incluindo os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, o valor decorrente da aplicação dos critérios estabelecidos no Art. 29-A, da Constituição Federal.

Art. 20. A Lei Orçamentária poderá consignar em dotação específica valor destinado ao custeio de despesas de competência de outro ente da Federação.

Parágrafo único. A realização da despesa somente poderá se efetivar desde que, comprovado o interesse público, tenha sido firmado convênio, acordo, ajuste ou congêneres, conforme sua legislação.

Art. 21. É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, contribuições e/ou auxílios, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada, que preencham uma das seguintes condições:

I – sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde ou educação, e estejam registradas no Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS;

II – sejam de atendimento direto e gratuito ao público e voltadas para o ensino especial, ou representativas da comunidade escolar das escolas públicas estaduais e municipais do ensino fundamental;

III – sejam vinculadas a organismos de naturezas filantrópicas, institucionais ou de assistência social;

IV – atendam ao disposto no art. 204 da Constituição e ao disposto no art. 61 do ADCT;

§ 1.º Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, contribuições e/ou auxílios, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular, emitida no exercício de 2018 por autoridades local e comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria.

§ 2.º Não poderá ser concedida subvenção social, contribuição e/ou auxílio a entidade que esteja em débito com relação a prestações de contas decorrentes de sua responsabilidade.

§ 3.º Sem prejuízo da observância das condições estabelecidas neste artigo, a inclusão de dotações na Lei Orçamentária e sua execução, dependerão, ainda, de publicação, pelo Poder Executivo, de normas a serem observadas na concessão, prevendo-se cláusula de reversão no caso de desvio de finalidade e de identificação do beneficiário e do valor transferido no respectivo convênio.

§ 4.º O disposto neste artigo não se aplica às contribuições estatutárias devidas a entidades municipalistas das quais o Município for associado.

Art. 22. As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos a qualquer título submeter-se-ão à fiscalização do Poder concedente com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

Art. 23. O Poder Executivo emitirá, como anexo à Lei Orçamentária, relação das entidades que, no exercício financeiro de 2018, poderão vir a ser beneficiada por Subvenção Social, Contribuição e/ou Auxílio.

Art. 24. A Lei Orçamentária conterá Reserva de Contingência em montante equivalente a no máximo 3% (três por cento) da receita corrente líquida, que serão destinados, através de decreto do Poder Executivo Municipal, para atendimento exclusivo de riscos orçamentários e riscos da dívida, conforme especificados Anexo de

Riscos Fiscais.

Parágrafo único. Na definição do percentual da Reserva de Contingência, está incluído o valor destinado à obtenção da meta de resultado primário positivo a ser apurado no exercício.

Art. 25. A Lei Orçamentária para 2018 poderá autorizar o Poder Executivo a proceder a remanejamentos, dentro de cada projeto, atividade ou operação especial, do saldo das dotações dos seus grupos de natureza ou elementos de despesa.

§ 1.º As destinações de recursos, aprovados na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, poderão ser modificadas, justificadamente, para atender às necessidades de execução do orçamento, por Decreto do Poder Executivo.

§ 2.º O excesso de arrecadação verificado em cada fonte de recurso poderá ser utilizado para suplementação por Decreto do Poder Executivo.

Art. 26. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados com o detalhamento estabelecido na Lei Orçamentária.

§ 1º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais, exposições circunstanciadas de motivos que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução das atividades, dos projetos e das operações especiais.

§ 2º Os créditos adicionais aprovados serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva lei.

§ 3º Quando a abertura de créditos adicionais implicar alteração das metas físicas, o anexo correspondente deverá ser objeto de atualização.

CAPITULO IV

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À ARRECADAÇÃO E DAS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO

Art. 27. O Município fica obrigado a arrecadar todos os tributos de sua competência inclusive os da Contribuição de Melhoria quando for o caso.

Parágrafo único. A Administração Municipal deverá despender esforços no sentido de diminuir o volume da Dívida Ativa inscrita, de natureza tributária e não tributária.

Art. 28. As receitas oriundas de atividades econômicas exercidas pelo Município terão suas fontes revisadas e atualizadas, considerando-se os fatores conjunturais e sociais que possam influenciar as sua respectiva produtividade.

Art. 29. O Poder Executivo adotará as seguintes medidas, voltadas ao aumento da arrecadação tributária do Município:

I - elaboração de diagnóstico sobre a base para lançamento do IPTU, incluindo a atualização da planta cadastral e revisão de critérios;

II - reestruturação da atividade de fiscalização tributária;

III - aperfeiçoamento dos instrumentos para agilização da cobrança da dívida ativa e atualização do valor dos créditos;

IV – atualização do cadastro mobiliário fiscal de caráter obrigatório.

Art. 30. Somente poderá ser aprovada ou editada lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária se atendidas as exigências do Art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 04.05.00.

Art. 31. Na estimativa das receitas do projeto da Lei Orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária que sejam objeto de projeto de lei que esteja em tramitação na Câmara Municipal.

Parágrafo único. Se estimada a receita na forma deste artigo, no projeto da Lei Orçamentária:

I – serão identificadas as propostas de alterações na legislação e especificada a receita adicional esperada, em decorrência de cada

uma das propostas e seus dispositivos;
II – será apresentada programação especial de despesas, condicionada à aprovação das respectivas alterações na legislação.

CAPÍTULO V

DAS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 32. No exercício financeiro de 2018, as despesas com pessoal, ativo e inativo, dos Poderes Executivo e Legislativo, observarão os limites estabelecidos na Lei Complementar nº 101, de 04.05.00.

Art. 33. Observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal, em 2015 somente poderão ser admitidos servidores se:

- I - existirem cargos vagos a preencher;
- II - houver prévia dotação orçamentária suficiente para o atendimento da despesa;
- III - forem observados os limites previstos no artigo anterior;
- IV - for observado o disposto nos artigos 16, 17 e 21, da Lei Complementar nº 101/00.

Art. 34. O Poder Executivo poderá, mediante lei autorizativa, criar ou alterar cargos e funções, alterar a estrutura organizacional, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores e conceder vantagens, desde que observadas as regras do Art. 16, quando aplicável e do Art. 17, da Lei Complementar nº 101/00.

§ 1.º Os projetos de lei sobre transformação de cargos, bem como os relacionados a aumento de gastos com pessoal e encargos sociais, no âmbito do Poder Executivo, deverão ser acompanhados de manifestação das Secretarias de Administração e de Finanças, em suas respectivas áreas de competência.

§ 2.º O Poder Legislativo assumirá, em seu âmbito, as atribuições necessárias ao cumprimento do disposto neste artigo.

Art. 35. A Lei do Orçamento deverá prover os créditos necessários à concessão da revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos, em cumprimento ao disposto no Inciso X, do Art. 37, da Constituição Federal.

Parágrafo único. Quando da concessão da revisão geral da remuneração de que trata este artigo, estão dispensados os procedimentos exigidos pelo Art. 17, da Lei Complementar nº 101/00.

Art. 36. Nas situações em que a despesa total com pessoal do Poder Executivo tiver extrapolado a 95% (noventa e cinco por cento) do limite referido no art. 20, da Lei de Responsabilidade Fiscal, a realização de serviço extraordinário somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevante interesse público, especialmente os voltados para as áreas de segurança e saúde, que ensejam situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

Parágrafo único. A autorização para a realização de serviço extraordinário, no âmbito do Poder Executivo, nas condições estabelecidas no caput deste artigo, é de exclusiva competência do Secretário de Administração.

Art. 37. No caso de os limites máximos de despesas com pessoal para os Poderes Executivo e Legislativo, estabelecidos no Art. 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal, forem ultrapassados em qualquer um dos Poderes, serão adotadas, no respectivo Poder, as seguintes medidas voltadas ao reenquadramento no prazo máximo de dois quadrimestres:

- I – eliminação de despesas com horas extras, exceto se enquadradas nas situações previstas no artigo anterior desta Lei;
- II – exoneração de servidores ocupantes de cargos em comissão;
- III – eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- IV – demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 38. O Poder Executivo deverá desenvolver sistema gerencial de apropriação de despesas, com o objetivo de demonstrar o custo de cada ação ou área de governo e de permitir o acompanhamento e

avaliação das gestões orçamentária, financeira e patrimonial.

Parágrafo único. O Chefe do Poder Executivo deverá baixar ato estabelecendo as diretrizes e requisitos funcionais do sistema, definindo os centros de custos e a forma de apropriação dos gastos.
Art. 39. A avaliação dos resultados obtidos em cada Poder, dos programas que integram a execução orçamentária, deverá ser procedida, pelo Poder Executivo.

§ 1º O Poder Executivo encaminhará à Câmara de Vereadores relatório de avaliação do cumprimento das metas apresentando na forma de audiência pública.

§ 2º A unidade responsável pela coordenação do controle interno do Poder Executivo Municipal apreciará os relatórios mencionados no parágrafo anterior e acompanhará a evolução dos resultados primário e nominal, durante a execução orçamentária e financeira.

Art. 40. Caso seja necessária a limitação de empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira, nas situações previstas no Art. 9º, da Lei Complementar nº 101/00, será fixado, por ato do Poder Executivo, o percentual de limitação para o conjunto de “projetos”, “atividades” e “operações especiais” e a participação do Poder Legislativo, sobre o total das dotações iniciais constantes da lei orçamentária de 2018, excetuando:

I – as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal de execução; e

II – as despesas com ações vinculadas às funções saúde, educação e assistência social, não incluídas no inciso I;

§ 1.º Terão prioridade, como fonte de recursos para a limitação de empenho, a adoção das seguintes medidas:

I – redução de investimentos programados com recursos próprios.

II – eliminação de despesas com horas-extras;

III – exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

IV – eliminação de vantagens temporárias concedidas a servidores;

V – redução de gastos com combustíveis;

§ 2º Na hipótese da ocorrência do disposto no caput deste artigo, o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que caberá a cada um tornar indisponível para empenho e movimentação financeira, com vistas à obtenção do equilíbrio na execução orçamentária e financeira do exercício.

Art. 41. A contratação de operações de crédito e as operações de crédito por antecipação de receitas orçamentárias ficarão condicionadas à fiel observância do disposto, no que couber à esfera Municipal, Capítulo VII, na Seção IV, da Lei Complementar nº 101, de 04.05.00.

Art. 42. O Poder Executivo deverá elaborar e publicar, em até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2018, a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso para o ano, por Secretaria e unidades da administração indireta, observando, em relação às despesas constantes desse cronograma, a limitação necessária à obtenção da meta de resultado primário.

§ 1.º A programação financeira e o cronograma de desembolso deverão ser elaborados com base na previsão da efetiva arrecadação mensal, devendo ser incentivada a participação das diversas Secretarias na definição dos gastos mensais a serem realizados, tomando-se por base as ações constantes dos programas do PPA e as prioridades e metas constantes desta Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 2.º O desembolso dos recursos financeiros, correspondentes aos créditos orçamentários e adicionais consignados ao Poder Legislativo, será efetuado até o dia 20 de cada mês, sob a forma de duodécimos, sendo o valor calculado de acordo com os critérios estabelecido no art. 29-A, da Constituição Federal.

Art. 43. As unidades responsáveis pela execução dos créditos orçamentários e adicionais aprovados processarão o empenho da despesa, observados os limites fixados para cada categoria de programação e respectivos grupos de despesa e fontes de recursos, especificando o elemento de despesa.

Art. 44. São vedados quaisquer procedimentos que motivem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária e previsibilidade de recursos financeiros para o seu pagamento.

Art. 45. A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no art. 167, § 2º, da Constituição, será efetivada mediante decreto do Chefe do Poder Executivo.

Parágrafo único. Na reabertura a que se refere o caput deste artigo, a fonte de recurso deverá ser identificada como saldos de exercícios anteriores, independentemente da receita à conta da qual os créditos foram abertos.

Art. 46. Para os fins do disposto no art. 16, da Lei Complementar nº 101/00 e em cumprimento ao § 3º, do mesmo artigo, fica estabelecido que, no exercício de 2018, a despesa, decorrente de ação governamental nova, será considerada irrelevante se o seu impacto orçamentário-financeiro num exercício não ultrapassar, para bens e serviços, os limites fixados pelos incisos I e II, do art. 24, da Lei 8666/93, devidamente atualizados.

Art. 47. A destinação de recursos para as ações de alimentação escolar obedecerá ao princípio da descentralização e a distribuição será proporcional ao número de alunos matriculados nas redes públicas de ensino, localizadas no Município, no ano anterior.

Art. 48. Se o projeto da Lei Orçamentária não for sancionado até 31 de dezembro de 2017, a programação dele constante poderá ser executada para o atendimento das seguintes despesas:

I - pessoal e encargos sociais;

II - pagamento do serviço da dívida; e

III - transferências constitucionais e legais para os fundos municipais legalmente constituídos.

Art. 49. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Auzílio Frasson, em 11 de Outubro de 2017.

AGENOR CORAL

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

DALVANIA CARDOSO

Secretária do Sistema Econômico

Morro Grande

PREFEITURA

DECRETO 101-2017

DECRETO Nº 101/2017

TRATA DA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO GRANDE NO EXERCÍCIO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIONIR ROCHA, Prefeito Municipal de Morro Grande no uso de suas atribuições e de conformidade com o que estabelece o artigo 10, Inciso I da Lei Municipal nº 868 de 08 de novembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º A dotação orçamentária abaixo relacionada fica suplementada no valor total de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) com a seguinte classificação.

0400 – SECRETARIA DA EDUCACAO.
0403 – DEPARTAMENTO DE EDUCACAO.
2.009 – MANUT. E AQUIS. VEICULOS FROTA DA EDUCACAO.
3.3.90.00.00.00.00.00.0012 (052) – Aplicações Diretas
..... R\$ 15.000,00

TOTAL
..... R\$ 15.000,00

Art. 2º O recurso para suplementação da dotação orçamentária prevista no artigo 1º correrá por conta do excesso de arrecadação verificado na fonte de recurso abaixo especificada.

FONTE FINANCIADORA: Excesso de arrecadação.

CÓDIGO DOS RECURSOS:

12 – Transporte Escolar do Estado
..... R\$ 15.000,00

TOTAL
..... R\$ 15.000,00

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Morro Grande, 16 de agosto de 2017.

VALDIONIR ROCHA

Prefeito Municipal

DECRETO 103-2017

DECRETO Nº 103/2017

TRATA DA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO GRANDE NO EXERCÍCIO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIONIR ROCHA, Prefeito Municipal de Morro Grande no uso de suas atribuições e de conformidade com o que estabelece o artigo 10, Inciso II da Lei Municipal nº 868 de 08 de novembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º A dotação orçamentária abaixo relacionada fica suplementada no valor total de R\$ 3.000,00 (três mil reais) com a seguinte classificação.

0800 – SECRETARIA DE INDUSTRIA, COMERCIO E TURISMO.

0803 – DEPARTAMENTO DE TURISMO.

2.015 – MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE TURISMO.

3.1.90.00.00.00.00.00.0100 (118) – Aplicações Diretas
..... R\$ 3.000,00

TOTAL
..... R\$ 3.000,00

Art. 2º O recurso para a suplementação de que trata o artigo 1º, correrá por conta da anulação parcial da dotação orçamentária abaixo especificada:

0800 – SECRETARIA DE INDUSTRIA, COMERCIO E TURISMO.

0803 – DEPARTAMENTO DE TURISMO.

2.015 – MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE TURISMO.

3.3.90.00.00.00.00.00.0100 (119) – Aplicações Diretas
..... R\$ 3.000,00

TOTAL
..... R\$ 3.000,00

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Morro Grande, 21 de agosto de 2017.

VALDIONIR ROCHA

Prefeito Municipal

DECRETO 104-2017

DECRETO Nº 104/2017

TRATA DA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE MORRO GRANDE – SAMAE - NO EXERCÍCIO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIONIR ROCHA, Prefeito Municipal de Morro Grande, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que estabelece o artigo 10, Inciso I da Lei Municipal nº 868 de 08 de novembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º A dotação orçamentária abaixo relacionada fica suplementada no valor total de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) com a seguinte classificação:

1000- SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO

1001 – SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO

2.036 – MANUTENÇÃO DO SAMAE

3.3.90.00.00.00.00.00.0200 (06) – Aplicações Diretas
..... R\$ 15.000,00

TOTAL
..... R\$ 15.000,00

Art. 2º O recurso para a suplementação de que trata o artigo 1º, correrá por conta do excesso de arrecadação, verificado na fonte de recurso abaixo especificado.

FONTE FINANCIADORA: Excesso de Arrecadação.

CODIGO DO RECURSO: 200 – Recursos ordinários
..... R\$ 15.000,00

TOTAL
..... R\$ 15.000,00

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Morro Grande, 25 de agosto de 2017.

VALDIONIR ROCHA

Prefeito Municipal

DECRETO 107-2017

DECRETO Nº 107/2017

TRATA DA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MORRO GRANDE NO EXERCÍCIO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIONIR ROCHA, Prefeito Municipal de Morro Grande no uso de suas atribuições e de conformidade com o que estabelece o artigo 10, Inciso I da Lei Municipal nº 868 de 08 de novembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º A dotação orçamentária abaixo especificada fica suplementada no valor total de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) com a seguinte classificação.

1100 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.
1101 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.
2.033– MANUT. DO BLOCO DA ATENÇÃO BÁSICA.
3.3.90.00.00.00.00.00.0009 (11) – Aplicações Diretas
..... R\$ 20.000,00

TOTAL
..... R\$ 20.000,00

Art. 2º O recurso para suplementação da dotação orçamentária prevista no artigo 1º correrá por conta do excesso de arrecadação verificado na fonte de recurso abaixo especificada.

FONTE FINANCIADORA: Excesso de arrecadação.

CÓDIGO DOS RECURSOS:

09 – Bloco Atenção Básica
..... R\$ 20.000,00

TOTAL
..... R\$ 20.000,00

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Morro Grande/SC, 05 de setembro de 2017.

VALDIONIR ROCHA

Prefeito Municipal

DECRETO 108-2017

DECRETO Nº 108/2017

TRATA DA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE MORRO GRANDE – SAMAE - NO EXERCÍCIO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIONIR ROCHA, Prefeito Municipal de Morro Grande, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que estabelece o artigo 10, Inciso I da Lei Municipal nº 868 de 08 de novembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º As dotações orçamentárias abaixo relacionadas ficam suplementadas no valor total de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) com as seguintes classificações:

1000- SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO

1001 – DEPARTAMENTO EXECUTIVO DE AUTARQUIA.

2.036 – MANUTENÇÃO DO SAMAE

3.3.90.00.00.00.00.00.0200 (06) – Aplicações Diretas
..... R\$ 5.100,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0200 (10) – Aplicações Diretas
..... R\$ 900,00

TOTAL
..... R\$ 6.000,00

Art. 2º O recurso para a suplementação de que trata o artigo 1º, correrá por conta do excesso de arrecadação, verificado na fonte de recurso abaixo especificado.

FONTE FINANCIADORA: Excesso de Arrecadação.

CODIGO DO RECURSO: 200 – Recursos ordinários
..... R\$ 6.000,00

TOTAL
..... R\$ 6.000,00

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Morro Grande, 11 de setembro de 2017.

VALDIONIR ROCHA

Prefeito Municipal

DECRETO 109-2017

DECRETO Nº 109/2017

TRATA DA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO GRANDE NO EXERCÍCIO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIONIR ROCHA, Prefeito Municipal de Morro Grande no uso de suas atribuições e de conformidade com o que estabelece o artigo 10, Inciso II da Lei Municipal nº 868 de 08 de novembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º A dotação orçamentária abaixo relacionada fica suplementada no valor total de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) com a seguinte classificação.

0800 – SECRETARIA DE INDUSTRIA, COMERCIO E TURISMO.

0801 – SECRETARIA DE INDUSTRIA, COMERCIO E TURISMO.

2.044 – MANUT. SECRET. INDUSTRIA, COMERCIO E TURISMO.

3.3.90.00.00.00.00.00.0100 (112) – Aplicações Diretas
..... R\$ 10.000,00

TOTAL
..... R\$ 10.000,00

Art. 2º O recurso para a suplementação de que trata o artigo 1º, correrá por conta da anulação total da dotação orçamentária abaixo especificada:

0800 – SECRETARIA DE INDUSTRIA, COMERCIO E TURISMO.

0801 – SECRETARIA DE INDUSTRIA, COMERCIO E TURISMO.

2.044 – MANUT. SECRET. INDUSTRIA, COMERCIO E TURISMO.
4.4.90.00.00.00.00.00.0100 (113) – Aplicações Diretas
..... R\$ 10.000,00

TOTAL
..... R\$ 10.000,00

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Morro Grande, 11 de setembro de 2017.

VALDIONIR ROCHA

Prefeito Municipal

DECRETO 111-2017

DECRETO Nº 111/2017

TRATA DA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO GRANDE NO EXERCÍCIO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIONIR ROCHA, Prefeito Municipal de Morro Grande no uso de suas atribuições e de conformidade com o que estabelece o artigo 10, Inciso I da Lei Municipal nº 868 de 08 de novembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º A dotação orçamentária abaixo relacionada fica suplementada no valor total de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) com a seguinte classificação.

0400 – SECRETARIA DA EDUCACAO.
0403 – DEPARTAMENTO DE EDUCACAO.
2.009 – MANUT. E AQUIS. VEICULOS FROTA DA EDUCACAO.
3.3.90.00.00.00.00.00.0012 (052) – Aplicações Diretas
..... R\$ 8.000,00

TOTAL
..... R\$ 8.000,00

Art. 2º O recurso para suplementação da dotação orçamentária prevista no artigo 1º correrá por conta do excesso de arrecadação verificado na fonte de recurso abaixo especificada.

FONTE FINANCIADORA: Excesso de arrecadação.

CÓDIGO DOS RECURSOS:

12 – Transporte Escolar do Estado
..... R\$ 8.000,00

TOTAL
..... R\$ 8.000,00

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Morro Grande, 22 de setembro de 2017.

VALDIONIR ROCHA

Prefeito Municipal

DECRETO 112-2017

DECRETO Nº 112/2017

TRATA DA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MORRO GRANDE NO EXERCÍCIO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIONIR ROCHA, Prefeito Municipal de Morro Grande no uso de suas atribuições e de conformidade com o que estabelece o artigo 10, Inciso I da Lei Municipal nº 868 de 08 de novembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º A dotação orçamentária abaixo especificada fica suplementada no valor total de R\$ 8.358,62 (oito mil e trezentos e cinquenta e oito reais e sessenta e dois centavos) com a seguinte classificação.

1100 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.
1101 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.
2.052– MANUT. DO BLOCO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE.
3.3.90.00.00.00.00.00.0012 (24) – Aplicações Diretas
..... R\$ 8.358,62

TOTAL
..... R\$ 8.358,62

Art. 2º O recurso para suplementação da dotação orçamentária prevista no artigo 1º correrá por conta do excesso de arrecadação verificado na fonte de recurso abaixo especificada.

FONTE FINANCIADORA: Excesso de arrecadação.

CÓDIGO DOS RECURSOS:

12 – Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar
..... R\$ 8.358,62

TOTAL
..... R\$ 8.358,62

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Morro Grande/SC, 22 de setembro de 2017.

VALDIONIR ROCHA

Prefeito Municipal

DECRETO 113-2017

DECRETO Nº 113/2017

TRATA DA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MORRO GRANDE NO EXERCÍCIO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIONIR ROCHA, Prefeito Municipal de Morro Grande no uso de suas atribuições e de conformidade com o que estabelece o artigo 10, Inciso I da Lei Municipal nº 868 de 08 de novembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º A dotação orçamentária abaixo especificada fica suplementada no valor total de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) com a seguinte classificação.

1100 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.
1101 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.
2.051– MANUTENÇÃO DO BLOCO INVESTIMENTO.
4.4.90.00.00.00.00.00.0024 (22) – Aplicações Diretas
..... R\$ 10.000,00

TOTAL
..... R\$ 10.000,00

Art. 2º O recurso para suplementação da dotação orçamentária prevista no artigo 1º correrá por conta do excesso de arrecadação

verificado na fonte de recurso abaixo especificada.

FONTE FINANCIADORA: Excesso de arrecadação.

CÓDIGO DOS RECURSOS:

24 – Investimento
..... R\$ 10.000,00

TOTAL
..... R\$ 10.000,00

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Morro Grande/SC, 22 de setembro de 2017.

VALDIONIR ROCHA

Prefeito Municipal

DECRETO 114-2017

DECRETO Nº 114/2017

TRATA DA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MORRO GRANDE NO EXERCÍCIO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIONIR ROCHA, Prefeito Municipal de Morro Grande no uso de suas atribuições e de conformidade com o que estabelece o artigo 10, Inciso I da Lei Municipal nº 868 de 08 de novembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º A dotação orçamentária abaixo especificada fica suplementada no valor total de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) com a seguinte classificação.

1100 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.
1101 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.
2.033– MANUT. DO BLOCO DA ATENÇÃO BÁSICA.
3.3.90.00.00.00.00.00.0009 (11) – Aplicações Diretas
..... R\$ 20.000,00

TOTAL
..... R\$ 20.000,00

Art. 2º O recurso para suplementação da dotação orçamentária prevista no artigo 1º correrá por conta do excesso de arrecadação verificado na fonte de recurso abaixo especificada.

FONTE FINANCIADORA: Excesso de arrecadação.

CÓDIGO DOS RECURSOS:

09 – Bloco Atenção Básica
..... R\$ 20.000,00

TOTAL
..... R\$ 20.000,00

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Morro Grande/SC, 29 de setembro de 2017.

VALDIONIR ROCHA

Prefeito Municipal

DECRETO 95-2017

DECRETO Nº 95/2017

TRATA DA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MORRO GRANDE NO EXERCÍCIO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIONIR ROCHA, Prefeito Municipal de Morro Grande no uso de suas atribuições e de conformidade com o que estabelece o artigo 9º e o artigo 10, Inciso II da Lei Municipal nº 868 de 08 de novembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º A dotação orçamentária abaixo especificada fica suplementada no valor total de R\$ 14.386,52 (quatorze mil e trezentos e oitenta e seis reais e cinquenta e dois centavos) com a seguinte classificação.

1100 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.
1101 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.
2.032 – MANUT. DA FROTA MUNICIPAL DA SAÚDE.
3.3.90.00.00.00.00.00.0002 (07) – Aplicações Diretas
..... R\$ 4.870,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0153 (37) – Aplicações Diretas
..... R\$ 9.516,52

TOTAL
..... R\$ 14.386,52

Art. 2º Os recursos para suplementação das dotações orçamentárias previstas no artigo 1º correrão por conta da anulação total das dotações orçamentárias abaixo especificadas.

1100 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.
1101 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.
2.032 – MANUT. DA FROTA MUNICIPAL DA SAÚDE.
4.4.90.00.00.00.00.00.0002 (08) – Aplicações Diretas
..... R\$ 4.870,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0153 (39) – Aplicações Diretas
..... R\$ 9.516,52

TOTAL
..... R\$ 14.386,52

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Morro Grande/SC, 07 de agosto de 2017.

VALDIONIR ROCHA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº100/2017

DECRETO Nº 100/2017

TRATA DA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO GRANDE NO EXERCÍCIO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIONIR ROCHA, Prefeito Municipal de Morro Grande no uso de suas atribuições e de conformidade com o que estabelece o artigo 10, Inciso II da Lei Municipal nº 868 de 08 de novembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º As dotações orçamentárias abaixo relacionadas ficam suplementadas no valor total de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) com a seguinte classificação.

0800 – SECRETARIA DE INDUSTRIA, COMERCIO E TURISMO.
 0801 – SECRETARIA DE INDUSTRIA, COMERCIO E TURISMO.
 2.044 – MANUT. SECRET. INDUSTRIA, COMERCIO E TURISMO.
 3.3.90.00.00.00.00.00.0100 (112) – Aplicações Diretas
 R\$ 20.000,00

0803 – DEPARTAMENTO DE TURISMO.
 2.015 – MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE TURISMO.
 3.3.90.00.00.00.00.00.0100 (119) – Aplicações Diretas
 R\$ 5.000,00

TOTAL
 R\$ 25.000,00

Art. 2º Os recursos para a suplementações de que trata o artigo 1º, correrão por conta da anulações parciais ou totais das dotações orçamentárias abaixo especificadas:

0800 – SECRETARIA DE INDUSTRIA, COMERCIO E TURISMO.
 0801 – SECRETARIA DE INDUSTRIA, COMERCIO E TURISMO.
 2.044 – MANUT. SECRET. INDUSTRIA, COMERCIO E TURISMO.
 3.1.90.00.00.00.00.00.0100 (111) – Aplicações Diretas
 R\$ 20.000,00

0803 – DEPARTAMENTO DE TURISMO.
 2.015 – MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE TURISMO.
 4.4.90.00.00.00.00.00.0100 (120) – Aplicações Diretas
 R\$ 5.000,00

TOTAL
 R\$ 25.000,00

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Morro Grande, 16 de agosto de 2017.

VALDIONIR ROCHA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº102/2017

DECRETO Nº 102/2017

TRATA DA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MORRO GRANDE NO EXERCÍCIO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIONIR ROCHA, Prefeito Municipal de Morro Grande no uso de suas atribuições e de conformidade com o que estabelece o artigo 10, Inciso I da Lei Municipal nº 868 de 08 de novembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º A dotação orçamentária abaixo especificada fica suplementada no valor total de R\$ 97,60 (noventa e sete reais e sessenta centavos) com a seguinte classificação.

1100 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.
 1101 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.
 2.033 – MANUT. DO BLOCO DA ATENÇÃO BÁSICA.
 4.4.90.00.00.00.00.00.0009 (12) – Aplicações Diretas
 R\$ 97,60

TOTAL
 R\$ 97,60

Art. 2º O recurso para suplementação da dotação orçamentária prevista no artigo 1º correrá por conta do excesso de arrecadação verificado na fonte de recurso abaixo especificada.

FONTE FINANCIADORA: Excesso de arrecadação.

CÓDIGO DOS RECURSOS:

09 – Bloco Atenção Básica
 R\$ 97,60

TOTAL
 R\$ 97,60

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Morro Grande/SC, 18 de agosto de 2017.

VALDIONIR ROCHA

Prefeito Municipal

EXTRATO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 52/2017 - PMMG

Ata de Registro de Preços nº:	52/2017
Órgão Gerenciador:	Município de Morro Grande – Prefeitura Municipal
Detentora da Ata:	Feco Eletromecânica EIRELI - ME
Valor:	R\$ 15.446,34
Data da Assinatura:	13/10/2017
Vigência Inicial:	13/10/2017
Vigência Final:	13/10/2018
Modalidade:	Edital de Pregão Presencial nº 24/2017
Objeto Resumido:	Contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços especializados em rastreamento e monitoramento veicular via satélite através gps/gsm/gprs/edge, compreendendo a instalação de módulos rastreadores em regime de comodato e a locação de software de gerenciamento com acesso via web para gestão da frota do município de Morro Grande.
Espécie:	Prestação de Serviços

LEI COMPLEMENTAR 38/2017**Sumário**

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR	6
TÍTULO I	6
DO SISTEMA TRIBUTÁRIO MUNICIPAL	6
TÍTULO II.....	7
DOS IMPOSTOS.....	7
CAPÍTULO I.....	7
DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA.....	7
SEÇÃO I.....	7
DA INCIDÊNCIA, FATO GERADOR E CONTRIBUINTE.....	7
SEÇÃO II	9
DA BASE DE CÁLCULO E ALÍQUOTAS	9
SEÇÃO III.....	9
DA INSCRIÇÃO, LANÇAMENTO E PAGAMENTO	9
SEÇÃO IV.....	11
DO PARCELAMENTO, EDIFICAÇÃO OU UTILIZAÇÃO COMPULSÓRIA E PROGRESSIVIDADE NO TEMPO DO IPTU.....	11
CAPÍTULO II	13
DO IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO "INTER VIVOS" - ITBI.....	13
CAPÍTULO III.....	16
DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISS	16
SEÇÃO I.....	16
DA INCIDÊNCIA E DO FATO GERADOR	16
SEÇÃO II	20
DO SUJEITO PASSIVO E RESPONSABILIDADE DE TERCEIROS	20
SEÇÃO III.....	22
DA BASE DE CÁLCULO E ALÍQUOTAS	22
SEÇÃO IV.....	24
ARBITRAMENTO E ESTIMATIVA.....	24
SEÇÃO V	26

DO LANÇAMENTO	26
SEÇÃO VI.....	28
DO PAGAMENTO	28
TÍTULO III	29
DAS TAXAS	29
CAPÍTULO I.....	29
TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA.....	29
CAPÍTULO II	31
TAXAS SOBRE SERVIÇOS	31
TÍTULO IV	33
DAS CONTRIBUIÇÕES.....	33
CAPÍTULO I.....	33
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA.....	33
CAPÍTULO II	36
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA.....	36
TÍTULO V.....	37
DO TRATAMENTO TRIBUTÁRIO AS MICROEMPRESAS, AS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E AO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL.....	37
TÍTULO VI	39
DA ARRECADAÇÃO, PENALIDADES, RESPONSABILIDADES E COBRANÇA DOS TRIBUTOS MUNICIPAIS.....	39
CAPÍTULO I.....	39
DA ARRECADAÇÃO DOS TRIBUTOS	39
CAPÍTULO II	39
DA CORREÇÃO DA MULTA E DA MORA.....	39
CAPÍTULO III.....	40
DAS PENALIDADES.....	40
SEÇÃO I.....	40
DAS MULTAS.....	40
SEÇÃO II	41
DOS IMPEDIMENTOS	41

CAPITULO IV	42
DO PARCELAMENTO.....	42
CAPÍTULO V.....	43
DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL.....	43
SEÇÃO I.....	43
DISPOSIÇÕES GERAIS	43
SEÇÃO II	44
DA SUSPENSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL.....	44
SUBSEÇÃO I.....	44
DISPOSIÇÕES GERAIS	44
SUBSEÇÃO II	44
DA MORATÓRIA	44
SEÇÃO III.....	46
DA EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO.....	46
SUBSEÇÃO I.....	46
DAS MODALIDADES DE EXTINÇÃO	46
SUBSEÇÃO II	47
DO PAGAMENTO	47
SUBSEÇÃO III.....	47
DO PAGAMENTO INDEVIDO	47
SUBSEÇÃO IV	48
DAS DEMAIS MODALIDADES DE EXTINÇÃO	48
SEÇÃO IV.....	50
DA EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	50
SUBSEÇÃO I.....	50
DISPOSIÇÕES GERAIS	50
SUBSEÇÃO II	50
DA ISENÇÃO	50
SUBSEÇÃO III.....	51
DA ANISTIA	51

CAPÍTULO VI	52
DA COBRANÇA DOS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS	52
SEÇÃO I	52
DA INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA	52
SEÇÃO II	53
DA COBRANÇA ADMINISTRATIVA	53
SEÇÃO III	53
DA COBRANÇA JUDICIAL	53
CAPÍTULO VII	53
DA RESPONSABILIDADE DE TERCEIROS E SUCESSORES	53
TÍTULO VII	55
DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL	55
CAPÍTULO I	55
DO CADASTRO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL	55
CAPÍTULO II	56
DO LANÇAMENTO DOS TRIBUTOS MUNICIPAIS	56
CAPÍTULO III	57
DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS FISCAIS	57
SEÇÃO I	57
DAS AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA	57
SEÇÃO II	59
DA IMPUGNAÇÃO E RECURSO AO LANÇAMENTO	59
SEÇÃO III	60
DO PEDIDO DE RESTITUIÇÃO	60
SEÇÃO IV	61
DA CONSULTA	61
CAPÍTULO IV	62
DAS PRERROGATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL	62
TÍTULO VIII	63
DAS QUESTÕES GERAIS	63

CAPÍTULO I.....	63
DA UNIDADE FISCAL MONETÁRIA.....	63
CAPÍTULO II	63
DOS PREÇOS PÚBLICOS	63
CAPÍTULO III.....	63
DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS.....	63
CAPÍTULO IV	64
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.....	64
ANEXO I.....	65
PLANTA GENÉRICA DE VALORES	65
ANEXO II	80
LISTA DE SERVIÇOS, FATOS GERADORES E ALÍQUOTAS DO ISS	80
ANEXO III.....	93
DAS TAXAS SOBRE O PODER DE POLÍCIA	93
ANEXO IV	144
VALORES DAS TAXAS SOBRE SERVIÇOS PÚBLICOS.....	144
ANEXO V.....	147
DA CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA - COSIP	147
ANEXO VI	148
VALOR DOS TERRENOS RURAIS	148

LEI COMPLEMENTAR Nº 38/2017**INSTITUI O CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE MORRO GRANDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MORRO GRANDE, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei Complementar:

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º A presente Lei, nos termos do art. 30, III, da Constituição e art. 12, III da Lei Orgânica Municipal, institui o Código Tributário do Município de Morro Grande, criando os tributos de competência municipal e definindo sua arrecadação, conforme os ditames da Constituição, da Lei Orgânica, do Código Tributário Nacional e demais leis complementares previstas no Art. 146 da Constituição Federal, as quais se aplicam subsidiariamente ao presente Código.

Art. 2º A legislação tributária municipal é composta pelas normas deste diploma, por outras leis que lhe complementam e pelos regulamentos administrativos tributários.

**TÍTULO I
DO SISTEMA TRIBUTÁRIO MUNICIPAL**

Art. 3º Nos termos do Código Tributário Nacional, o tributo é toda a prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

Art. 4º Os tributos municipais são:
I – Impostos:

- a) Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU;
 - b) Imposto sobre a Transmissão "Inter Vivos", a qualquer título por ato oneroso, de Bens Imóveis, por Natureza ou Acessão Física e de Direitos Reais Sobre Imóveis, exceto os de garantia, bem como a Cessão de Direito à sua Aquisição - ITBI;
 - c) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS.
- II – Taxas:
- a) Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia;
 - b) Taxas de Serviços Públicos.
- III - Contribuição de Melhoria.
- IV - Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP.

TÍTULO II DOS IMPOSTOS

CAPÍTULO I DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA

SEÇÃO I DA INCIDÊNCIA, FATO GERADOR E CONTRIBUINTE

Art. 5º O Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel, por natureza ou acessão física, como definido na lei civil, localizado na zona urbana do Município.

§1º Para os efeitos deste imposto, entende-se como zona urbana aquela definida por lei municipal, desde que existam, pelo menos, dois dos melhoramentos abaixo indicados, construídos ou mantidos pelo Poder Público:

- I - meio-fio ou pavimentação, com canalização de águas pluviais;
- II - abastecimento de água;
- III - sistema de esgoto sanitário;
- IV - rede de iluminação pública, com ou sem posteamento para distribuição domiciliar;
- V – unidade escolar ou de saúde a uma distância máxima de 3 (três) quilômetros do imóvel considerado.

§2º Consideram-se urbanas as áreas urbanizáveis ou de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pela administração municipal, destinados à habitação, indústria ou comércio, mesmo que localizados fora das zonas definidas nos termos do parágrafo anterior.

§3º Os imóveis utilizados em exploração extrativa, vegetal, agrícola, pecuária ou agroindustrial, ainda que localizados em zonas urbanas, são contribuintes do Imposto Territorial Rural – ITR, e as áreas integrantes desses imóveis que tenham características urbanas ficam sujeitas a incidência do IPTU e não do ITR.

§4º Excetua-se das regras do parágrafo anterior a exploração extrativa, vegetal, agrícola, pecuária ou agroindustrial em áreas urbanas com características de loteamento e que se enquadram no disposto do parágrafo primeiro deste artigo.

Art. 6º O bem imóvel, para os efeitos deste imposto, será classificado como terreno vago ou construído.

§1º Considera-se terreno vago o bem imóvel:

- a) sem edificação;
- b) em que houver edificação em andamento ou cuja obra esteja paralisada;
- c) em que houver edificação interditada, condenada, em ruína ou em demolição.

§2º Considera-se construído o bem imóvel no qual exista edificação que possa ser utilizada para habitação ou exercício de qualquer atividade, seja qual for sua denominação, forma ou destino, desde que não compreendida nas situações do parágrafo anterior.

Art. 7º Contribuinte do imposto é o proprietário do imóvel, o titular do seu domínio útil ou seu possuidor a qualquer título.

Parágrafo único. A condição de possuidor para lançamento do imposto independe de registro público, contrato ou outro documento especial, bastando para configurar esta condição declaração do contribuinte, documento que ateste a posse ou o cadastramento de ofício pelo Município quando tiver conhecimento da situação de posse.

Art. 8º Considera-se ocorrido o fato gerador do IPTU no dia primeiro de janeiro de cada ano.

SEÇÃO II

DA BASE DE CÁLCULO E ALÍQUOTAS

Art. 9º A base de cálculo do imposto é o valor venal do imóvel.

Art. 10. O valor venal do imóvel será determinado com a aplicação dos parâmetros constantes na Planta Genérica de Valores anexa a esta Lei.

Art. 11. A base de cálculo é composta pela soma de dois fatores: o valor venal do terreno e o valor da construção existente no imóvel, se houver.

§1º O valor venal dos terrenos será estabelecido por metro quadrado, levando em conta o zoneamento fiscal estabelecido na planta genérica.

§2º O valor das construções será determinado com base na área construída, conforme preços por metro quadrado determinados na planta genérica.

§3º Os valores por metro quadrado descritos neste artigo e os critérios para redução ou aumento da base de cálculo constam na Planta Genérica de Valores, incluída no Anexo I desta Lei.

Art. 12. As alíquotas a serem aplicadas sobre os valores venais dos imóveis urbanos do Município, para cálculo do IPTU, serão os seguintes:

- a) imóveis edificadas: 0,20% (zero vírgula vinte por cento);
- b) terrenos vagos: 0,30% (zero vírgula trinta por cento).
- c) no caso de apartamento e/ou unidades conjugadas: 0,20% (zero vírgula vinte por cento).

SEÇÃO III

DA INSCRIÇÃO, LANÇAMENTO E PAGAMENTO

Art. 13. A inscrição dos bens imóveis passíveis de lançamento no Cadastro Tributário Municipal será promovida de ofício pelo órgão competente, com ou sem declaração do contribuinte de que é proprietário, possuidor ou tem o domínio útil.

Art. 14. O contribuinte é obrigado a informar eventuais atualizações dos dados relativos ao imóvel, bem como alterações que nele houver.

Parágrafo Único. O contribuinte terá o prazo de 30 (trinta) dias da ocorrência do fato para promover a informação de atualização.

Art. 15. O Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana será lançado anualmente, de ofício, considerando-se as circunstâncias objetivas e subjetivas existentes no Cadastro Tributário Municipal em 1º de janeiro do ano a que corresponder o lançamento.

Art. 16. O imposto será lançado em nome do contribuinte responsável pelo imóvel, conforme o Cadastro Tributário Municipal, através de guia, carnê de pagamento ou aviso de lançamento, que conterà informações básicas essenciais para a compreensão do valor lançado.

§1º Com finalidade de economia de recursos públicos, podem ser incluídos no carnê ou guia de pagamento do IPTU valores referentes a taxas de serviços e/ou poder de polícia, desde que devidamente discriminadas.

§2º As taxas e contribuições com lançamento anual podem, também, ser apenas lançadas no mesmo carnê ou guia do IPTU, em guia específica para pagamento.

Art. 17. O lançamento do imposto independe da regularidade jurídica dos títulos de propriedade, domínio útil ou posse do terreno ou do imóvel edificado, ou da satisfação de quaisquer exigências administrativas relacionadas ao uso do imóvel, bastando constar no Cadastro Tributário Municipal as informações para lançamento conforme a realidade fática do imóvel em 1º de janeiro de cada ano.

Art. 18. Considerar-se-á regularmente notificado do lançamento o sujeito passivo nas seguintes situações:

I – quando postado ou enviado por qualquer outro meio a guia ou carnê de pagamento do IPTU para o endereço do próprio imóvel ou ao domicílio fiscal do sujeito passivo constante no Cadastro Tributário Municipal;

II – quando retirado, pelo próprio sujeito passivo ou por quem o represente, o carnê, guia de pagamento ou o aviso de lançamento na administração tributária municipal ou na repartição por ela indicada;

III – quando disponibilizado ao contribuinte, em qualquer meio, seja físico ou digital, a possibilidade de impressão ou retirada da guia ou carnê.

Art. 19. As datas para lançamento, pagamento e prazos para apresentação de recurso administrativo do IPTU serão determinadas por regulamento, respeitando as determinações constantes nesta Lei.

Art. 20. O Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana pode ter seu pagamento dividido em até três parcelas mensais e também a concessão de desconto sobre seu valor total nos casos de pagamento integral do imposto em cota única, nos termos definidos em regulamento, tendo como limite o máximo 20% (vinte por cento) para o pagamento em cota única feito até a data de vencimento da primeira parcela.

SEÇÃO IV

DO PARCELAMENTO, EDIFICAÇÃO OU UTILIZAÇÃO COMPULSÓRIA E PROGRESSIVIDADE NO TEMPO DO IPTU

Art. 21. Lei municipal específica poderá determinar o parcelamento, a edificação ou a utilização compulsória do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, devendo fixar as condições e os prazos para implementação da referida obrigação.

§1º Considera-se subutilizado o imóvel cujo adequado aproveitamento seja inferior ao mínimo definido em legislação específica.

§2º O proprietário será notificado pelo Poder Executivo para o cumprimento da obrigação, devendo a notificação ser averbada no cartório de registro de imóveis.

§3º A notificação far-se-á:

I - por funcionário do órgão tributante ao proprietário do imóvel ou no caso de este ser pessoa jurídica, a quem tenha poderes de gerência geral ou administração;

II - por edital, quando frustrada por três vezes, a tentativa de notificação na forma prevista pelo inciso anterior.

Art. 22. A transmissão do imóvel por ato *inter vivos* ou *causa mortis*, posterior à data da notificação, transfere as obrigações de parcelamento, edificação ou utilização prevista no artigo anterior, sem interrupção de qualquer prazo.

Art. 23. Em caso de descumprimento das condições e dos prazos previstos na Lei que determinar o uso compulsório, o Município procederá à aplicação do IPTU

progressivo no tempo, mediante a majoração da alíquota, pelo prazo de 5 (cinco) anos consecutivos.

§1º O valor da alíquota a ser aplicado a cada ano será fixado na lei específica prevista nesta seção e não excederá a duas vezes o valor referente ao ano anterior, respeitada a alíquota máxima de 15% (quinze por cento).

§2º Caso a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar não esteja atendida em 5 (cinco) anos, o Município manterá a cobrança pela alíquota máxima até que se cumpra a referida obrigação.

§3º É vedada a concessão de isenções ou de anistia relativas à tributação progressiva de que trata este artigo.

Art. 24. Decorridos 5 (cinco) anos de cobrança do IPTU progressivo sem que o proprietário tenha cumprido a obrigação de parcelamento, edificação ou utilização, o Município poderá proceder à desapropriação do imóvel, com pagamento mediante a compensação de débitos lançados em nome do proprietário, inscritos ou não em dívida ativa, e/ou com títulos da dívida pública.

§1º Os títulos da dívida pública terão prévia aprovação pelo Senado Federal e serão resgatados no prazo de até 10 (dez) anos, em prestações anuais, iguais e sucessivas, assegurados os valores reais da indenização e os juros legais de 6% (seis por cento) ao ano.

§2º O valor real da indenização:

I - refletirá o valor da base de cálculo do IPTU, descontado o montante incorporado em função de obras realizadas pelo Poder Público na área onde o mesmo se localiza após a notificação;

II - não computará expectativas de ganhos, lucros cessantes e juros compensatórios.

§3º Os títulos tratados neste artigo não terão poder liberatório para pagamento de tributos.

§4º O Município procederá ao adequado aproveitamento do imóvel no prazo máximo de 5 (cinco) anos, contados a partir da sua incorporação ao patrimônio público.

§5º O aproveitamento do imóvel poderá ser efetivado diretamente pelo Poder Público ou por meio de alienação ou concessão a terceiros, observando-se, nesses casos, o devido procedimento licitatório.

§6º Ficam mantidas para o adquirente de imóvel nos termos do §5º as mesmas obrigações de parcelamento, edificação ou utilização.

CAPÍTULO II

DO IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO "INTER VIVOS" - ITBI

Art. 25. O Imposto sobre Transmissão Inter Vivos, a Qualquer Título, por Ato Oneroso, de Bens Imóveis e de Direitos a eles relativos (ITBI) tem como fato gerador:

I - a transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, da propriedade ou domínio útil de bens imóveis por natureza ou acessão física, como definidos em lei civil;

II - a transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de direitos reais sobre imóveis, exceto os direitos reais de garantia, ressalvado quanto ao usufruto, e as hipóteses de não incidência abordadas nesta lei;

III - a cessão de direitos relativos à aquisição dos bens referidos nos itens anteriores.

§1º Estão compreendidos na incidência do imposto todos os atos translativos "inter vivos" a título oneroso, de imóveis, por natureza ou acessão física, e constitutivos de direitos reais sobre imóveis, como cessão de direitos hereditários, cessão de meação, cessão de cota de condomínio, dação de pagamento, arrematação, adjudicação e demais atos.

§2º Regulamento pode descrever os atos translativos "inter vivos", a fim de facilitar a fiscalização e lançamento dos tributos junto aos cartórios de registro.

Art. 26. O imposto é devido quando os bens transmitidos, ou sobre os quais versarem os direitos cedidos, se situarem no território do Município, ainda que a mutação patrimonial decorra de contrato celebrado fora do Município.

Art. 27. Consideram-se bens imóveis, para efeito do imposto:

I - o solo, com sua superfície, os seus acessórios e adjacências naturais, compreendendo as árvores e frutos pendentes, o espaço aéreo e o subsolo; e

II - tudo o que incorporar permanentemente ao solo, como os edifícios e as construções, a semente lançada à terra, de modo que não possa retirar sem destruição, modificação, fratura ou dano.

Art. 28. O imposto não incide:

I - sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoas jurídicas em realização de capital;

II - sobre a transmissão de bens ou direitos aos mesmos alienantes, em decorrência da desincorporação do patrimônio da pessoa jurídica a que foram conferidos;

III - sobre a transmissão de bens ou direitos decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção da pessoa jurídica.

§1º Não se aplica o disposto no *caput* quando o adquirente tiver como atividade preponderante a compra e venda desses bens ou direitos, a sua locação ou arrendamento mercantil.

§2º Considera-se preponderante a atividade quando esta constar no contrato social e/ou na relação de atividades da pessoa jurídica, exceto se a empresa comprovar que a sua renda principal deriva de outra atividade.

Art. 29. A base de cálculo do imposto é o valor venal do bem ou direito transmitido.

§1º Não serão abatidas do valor quaisquer dívidas que onerem o imóvel transmitido.

§2º Nas cessões de direitos à aquisição, o valor ainda não pago pelo cedente será deduzido da base de cálculo.

Art. 30. O valor venal, para fins de ITBI, é o valor de mercado do imóvel ou direito transmitido, que será identificado com base no valor declarado pelo contribuinte ou informado pelo tabelião ou cartorário, desde que não seja menor que o valor mínimo constante no Anexo I para imóveis urbanos e o constante no Anexo VI para os imóveis rurais.

Parágrafo único. Os valores constantes no Anexo VI tem como referência a tabela de preços de terra nua para uso agrícola no Estado de Santa Catarina, desenvolvida pela Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural (EPAGRI), através do Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola (CEPA) e sofrerá atualização de acordo com as alterações realizadas por este órgão ou outro que lhe vier a substituir.

Art. 31. Nos casos abaixo especificados a base de cálculo é:

I - na arrematação e na adjudicação de bens penhorados, o valor da avaliação judicial de bens penhorados, o valor da avaliação judicial para a primeira praça ou única praça, ou o preço pago, se este for maior;

II - nas transmissões por sentença judicial, o valor da avaliação judicial.

Art. 32. O imposto será calculado mediante a aplicação de alíquota de 2% (dois por cento) sobre a base de cálculo.

Art. 33. São contribuintes do imposto:

I - os adquirentes dos bens ou direitos transmitidos;

II - os cedentes, nas cessões de direitos decorrentes de compromissos de compra e venda;

Parágrafo único. Nas permutas cada contratante pagará o imposto sobre o valor do bem adquirido.

Art. 34. O imposto será pago mediante documento próprio de arrecadação:

I - até a data da lavratura do instrumento que servir de base à transmissão, na transmissão de bens imóveis ou na cessão de direitos reais a eles relativos, que se formalizar por escritura pública;

II - na data da prática do ato ou da celebração do contrato sobre o qual incide;

III - no prazo de 15 (quinze) dias da assinatura do auto, nas hipóteses de arrematação e adjudicação;

IV - no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data do depósito, na hipótese de remição;

V - no prazo de 15 (quinze) dias, contados do trânsito em julgado da sentença que:

a) rejeitar embargos oferecidos à arrematação ou adjudicação;

b) declarar a transmissão por meio de usucapião;

VI - no prazo de 30 (trinta) dias, contados do trânsito em julgado da sentença homologatória do cálculo, na hipótese de cessão de direitos hereditários.

§1º Nas transmissões de bens imóveis ou de direitos reais a eles relativos não referidos nos incisos anteriores, no ato da transmissão.

§2º Mesmo nos casos de isenção ou imunidade serão expedidas guias com todas as especificações e com a citação do dispositivo legal que as ampare.

Art. 35. Na falta ou no atraso de pagamento do imposto o valor devido será reajustado conforme as regras estipuladas nesta lei.

Art. 36. Comprovada, a qualquer tempo, pela fiscalização a omissão de dados ou a falsidade das declarações consignadas nas escrituras ou instrumentos particulares de transmissão ou cessão, o imposto ou sua diferença serão exigidos com os acréscimos das multas determinadas na lei, calculadas sobre o montante do valor apurado, respondendo solidariamente pela infração o alienante ou cessionário.

Art. 37. Não serão lavrados, registrados, inscritos ou averbados pelos Notários, Oficiais de Registro de Imóveis ou seus prepostos, os atos e termos relacionados com a transmissão de bens imóveis ou de direitos a eles relativos, sem a prova do pagamento do imposto ou do reconhecimento administrativo da não incidência, da imunidade ou da concessão de isenção.

Art. 38. Os notários, oficiais de Registro de Imóveis ou seus prepostos ficam obrigados:

I - a permitir aos encarregados da fiscalização tributária municipal o exame em cartório dos livros, autos, guias de recolhimento e papéis que interessem à arrecadação do imposto;

II - a fornecer aos encarregados da fiscalização, certidão dos atos lavrados ou registrados, concernente a bens imóveis ou direitos a eles relativos, sendo obrigatório o envio de relação completa das operações realizadas sempre no início do ano fiscal abrangendo todas as operações do ano anterior.

CAPÍTULO III

DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISS

SEÇÃO I

DA INCIDÊNCIA E DO FATO GERADOR

Art. 39. O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), de competência do Município, tem como fato gerador a prestação de serviços constantes na lista de serviços desta Lei, ainda que esses não se constituam como atividade preponderante do prestador.

§1º O imposto incide também sobre o serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País.

§2º O imposto de que trata o caput deste artigo incide ainda sobre os serviços prestados mediante a utilização de bens e serviços públicos explorados economicamente mediante autorização, permissão ou concessão, com o pagamento de tarifa, preço ou pedágio pelo usuário final do serviço.

§3º A incidência do imposto não depende da denominação dada ao serviço prestado.

Art. 40. O imposto não incide sobre:

I - as exportações de serviços para o exterior do País;

II - a prestação de serviços em relação de emprego, dos trabalhadores avulsos, dos diretores e membros de conselho consultivo ou de conselho fiscal de sociedades e fundações, bem como dos sócios-gerentes e dos gerentes-delegados;

III - o valor intermediado no mercado de títulos e valores mobiliários, o valor dos depósitos bancários, o principal, juros e acréscimos moratórios relativos a operações de crédito realizadas por instituições financeiras.

Parágrafo único. Não se enquadram no disposto no inciso I os serviços desenvolvidos no Município, cujo resultado aqui se verifique, ainda que o pagamento seja feito por residente no exterior.

Art. 41. O serviço considera-se prestado e o imposto devido no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses a seguir previstas, quando o imposto será devido no local:

I - do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, se o serviço é proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País;

II - da instalação dos andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas, no caso dos serviços descritos no subitem 3.05 da lista de serviços;

III - da execução da obra, no caso dos serviços descritos no subitem 7.02 e 7.19 da lista de serviços;

IV - da demolição, no caso dos serviços descritos no subitem 7.04 da lista de serviços;

V - das edificações em geral, estradas, pontes e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.05 da lista de serviços;

VI - da execução da varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer, no caso dos serviços descritos no subitem 7.09 da lista de serviços;

VII - da execução da limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.10 da lista de serviços;

VIII - da execução da decoração e jardinagem, do corte e poda de árvores, no caso dos serviços descritos no subitem 7.11 da lista de serviços;

IX - do controle e tratamento do efluente de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos, no caso dos serviços descritos no subitem 7.12 da lista de serviços;

X - do florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte, descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas para quaisquer fins e por quaisquer meios;

XI - da execução dos serviços de escoramento, contenção de encostas e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.17 da lista de serviços;

XII - da limpeza e dragagem, no caso dos serviços descritos no subitem 7.18 da lista de serviços;

XIII - onde o bem estiver guardado ou estacionado, no caso dos serviços descritos no subitem 11.01 da lista de serviços;

XIV - dos bens, dos semoventes ou do domicílio das pessoas vigiados, segurados ou monitorados, no caso dos serviços descritos no subitem 11.02 da lista de serviços;

XV - do armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda do bem, no caso dos serviços descritos no subitem 11.04 da lista de serviços;

XVI - da execução dos serviços de diversão, lazer, entretenimento e congêneres, no caso dos serviços descritos nos subitens do item 12, exceto o 12.13, da lista de serviços;

XVII - do Município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos pelo item 16 da lista de serviços;

XVIII - do estabelecimento do tomador da mão-de-obra ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.05 da lista de serviços;

XIX - da feira, exposição, congresso ou congênere a que se referir o planejamento, organização e administração, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.10 da lista de serviços;

XX - do terminal rodoviário, no caso dos serviços descritos pelo item 20 da lista de serviços.

XXI - do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 4.22, 4.23 e 5.09 da lista de serviços;

XXII - do domicílio do tomador do serviço no caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito ou débito e demais descritos no subitem 15.01 da Lista de serviços;

XXIII - do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 10.04 e 15.09 da lista de serviços.

§1º No caso dos serviços a que se refere o subitem 3.04 da Lista de serviços, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto no Município se houver extensão de rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza, objetos de locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não.

§2º No caso dos serviços previstos no subitem 22.01 da Lista de serviços, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto no Município se houver extensão da rodovia explorada.

§3º Na hipótese de aplicação de alíquota inferior ao limite previsto nesta Lei ou de concessão de isenção ou benefício fiscal que reduza alíquota a percentual menor que o definido nesta Lei, o imposto será devido no local do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado.

§4º No caso dos serviços descritos nos subitens 10.04 e 15.09 da Lista de serviços, o valor do imposto é devido ao Município declarado como domicílio tributário da pessoa jurídica ou física tomadora do serviço, conforme informação prestada por este.

§5º No caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito e débito, descritos no subitem 15.01 da Lista de serviços, os terminais eletrônicos ou as máquinas das operações efetivadas deverão ser registradas no local do domicílio do tomador do serviço.

Art. 42. Considera-se estabelecimento prestador o local onde o contribuinte desenvolva a atividade de prestar serviços, de modo permanente ou

temporário, e que configure unidade econômica ou profissional, sendo irrelevantes para caracterizá-lo as denominações de sede, filial, agência, posto de atendimento, sucursal, escritório de representação ou contato ou quaisquer outras que venham a ser utilizadas.

§1º. Considera-se unidade econômica a existência de equipamentos, materiais ou objetos que pertençam ao prestador do serviço e que se destinem a viabilizar a execução da atividade, especialmente se os mesmos forem fundamentais para a prestação do serviço.

§2º. Considera-se unidade profissional a existência de equipe técnica, mesmo que temporária, que esteja vinculada a execução do serviço e relacionada ao prestador.

§3º. O estabelecimento prestador não precisa pertencer ou estar sob a posse do prestador do serviço, bastando que no local se desenvolva o serviço e haja unidade econômica ou profissional do prestador.

Art. 43. A incidência do imposto independe:

- I - da existência de estabelecimento fixo;
- II - do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas, relativas à prestação do serviço;
- III - do recebimento do valor pelo prestador ou do resultado econômico da prestação de serviços.

Art. 44. Considera-se ocorrido o fato gerador:

- I - mensalmente, quando o serviço for prestado sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte ou por sociedade de profissionais, desde que o imposto seja calculado mediante fatores que independem do respectivo preço;
- II - no momento da prestação do serviço nos demais casos.

SEÇÃO II

DO SUJEITO PASSIVO E RESPONSABILIDADE DE TERCEIROS

Art. 45. O contribuinte do imposto é o prestador do serviço.

§1º Para os efeitos de identificação do prestador do serviço no que concerne ao imposto sobre serviços de qualquer natureza, entende-se:

I - por profissional autônomo, a pessoa física que fornecer o próprio trabalho, em caráter pessoal, sem vínculo empregatício e sem registro de empresário;

II - por sociedade profissional, a pessoa jurídica constituída como sociedade simples, nos termos da legislação civil, inscrita no cartório de registro civil;

III - por empresa:

a) toda e qualquer pessoa jurídica, pública ou privada, que tenha caráter empresarial nos termos da legislação civil ou que efetue seu registro em Junta Comercial ou equivalente legal;

b) a pessoa física que exerça sua atividade profissional de forma empresarial ou com o registro na Junta Comercial ou equivalente legal;

c) as demais pessoas jurídicas estabelecidas na forma de associação, cooperativa, condomínio ou outras definições, que prestem serviços a terceiros ou que sejam equiparadas a empresa por definição legal.

§2º Não são contribuintes os que prestam serviços em relação de emprego, os diretores e membros de conselhos consultivo ou fiscal de sociedades.

Art. 46. O contribuinte que exercer mais de uma das atividades relacionadas na Lista de serviços ficará sujeito à incidência do imposto sobre todas elas, inclusive quando se tratar de profissional autônomo.

Art. 47. São responsáveis solidários pelo ISS:

I - o tomador ou intermediário de serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País;

II - a pessoa jurídica ou física, ainda que imune ou isenta, tomadora ou intermediária dos serviços descritos nos subitens 3.05, 7.09, 7.10, 7.12, 7.16, 7.17, 7.19, 11.02, 17.05 e 17.10 da lista de serviços;

III - os estabelecimentos bancários e demais entidades financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central nos serviços que contratam;

IV – os órgãos da administração direta ou indireta do Estado e da União e suas autarquias, as concessionárias de serviços públicos, as empresas públicas e sociedades de economia mista pelos serviços que contratam;

V – as pessoas jurídicas estabelecidas no Município que contratam serviços de empresas de outros Municípios, desde que o ISS seja devido no Município de Morro Grande.

Art. 48. Além dos casos estabelecidos no artigo anterior, o tomador do serviço sempre responderá solidariamente pelo recolhimento do ISS quando o prestador do serviço deixar de emitir nota fiscal.

Parágrafo único. A apresentação da nota fiscal de prestação de serviço afasta a responsabilidade solidária do tomador definida no *caput*.

Art. 49. O proprietário ou dono da obra ou edificação, seja pessoa física ou jurídica, é substituto tributário do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza incidente sobre a realização de obras de construção civil, reconstrução, reforma, acréscimo ou demolição, referidas nos subitens 7.02, 7.04 e 7.05 da lista de serviços, sendo responsável pelo pagamento do imposto.

§1º O ISS previsto no caput pode ser exigido antecipadamente do substituto tributário, no ato de solicitação da licença de construção, através do cálculo estimado do tributo, considerando como base de cálculo o valor da obra informado pelo proprietário ou dono da obra ou através de estimativa, que levará em conta os preços mínimos estabelecidos pelo Custo Unitário Básico – CUB.

§2º O recolhimento antecipado não impede o lançamento pelo fisco de eventual diferença do imposto, que venha a ser identificada quando ocorrido o fato gerador, assim como o contribuinte mantém o direito de requerer a restituição de eventual recolhimento antecipado feito em valor maior que o identificado na ocorrência do fato gerador.

§3º A aplicação do presente dispositivo fica condicionada a existência de regulamento do Executivo que defina a forma de estimativa, cálculo e pagamento do tributo lançado antecipadamente conforme previsto neste artigo.

SEÇÃO III

DA BASE DE CÁLCULO E ALÍQUOTAS

Art. 50. A base de cálculo do imposto é o preço do serviço.

§1º Quando os serviços descritos pelo subitem 3.04 da lista de serviços forem prestados no território de mais de um Município, a base de cálculo será proporcional, conforme o caso, à extensão da rodovia, dutos e condutos de qualquer natureza, cabos de qualquer natureza, ou ao número de postes, existentes no Município.

§2º As deduções de valores da base de cálculo do imposto, autorizadas por leis complementares que regulamentam o ISS no âmbito nacional, ficam condicionadas ao cumprimento de critérios previstos em regulamento municipal.

§3º O imposto será calculado em função de fatores que independem do respectivo preço quando se tratar de serviços prestados por profissional autônomo ou sociedades profissionais.

Art. 51. O ISS a ser pago por ano pelos profissionais autônomos consta na lista de serviços, expressos em unidades municipais de referência fiscal.

§1º Para os profissionais autônomos que exercem atividade cujo valor estimado não conste na lista de serviços, o imposto será determinado da seguinte forma:

I – para profissionais de nível superior, o valor corresponderá ao previsto de ISS estimado no item 7.01 da lista de serviços;

II – para demais profissionais, o valor corresponderá ao previsto de ISS estimado no item 7.02 da Lista de serviços.

§2º No caso de sociedades profissionais, o imposto devido será calculado em relação a cada profissional habilitado, sócio ou empregado, que preste serviços assumindo responsabilidade pessoal.

§3º No caso de profissionais autônomos que não atuem no Município por doze meses consecutivos, o ISS a ser recolhido deve ser referente ao período em que prestaram serviços cujo ISS seja devido no Município, de forma proporcional ao previsto anualmente.

Art. 52. Considera-se preço do serviço o total do valor cobrado em virtude da prestação do serviço, recebido ou não, em consequência da sua prestação, a ele se incorporando os valores acrescidos e os encargos de qualquer natureza, ainda que de responsabilidade de terceiros, assim como taxas, licenças e demais gastos embutidos no preço do serviço contratado.

§1º Na falta do preço previsto no caput deste artigo ou não sendo ele conhecido, o mesmo será fixado através de arbitramento ou mediante estimativa, de maneira tal que reflita o preço habitual do serviço.

§2º A prestação de serviço, quando implicar concessão de crédito, sob qualquer modalidade, resultará na inclusão, em sua base de cálculo, dos ônus relativos à obtenção do financiamento, ainda que cobrados em separado.

§3º Integra a base de cálculo do imposto o valor correspondente ao desconto ou abatimento concedido sob condição futura.

§4º Os valores de repasses, direta ou indiretamente, em favor de outros prestadores de serviço, a título de participação, coparticipação ou outras formas, constituem parte integrante do valor do serviço, sem afetar fato gerador seguinte incidente sobre os repasses.

Art. 53. O valor do ISS é parte integrante e indissociável do preço do serviço e, por isso, constitui sua base de cálculo.

Parágrafo único. O prestador não pode cobrar o tributo separadamente do preço do serviço, sendo que a menção do valor na nota fiscal é mera informação.

Art. 54. As alíquotas do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza estão indicadas, para cada serviço, na coluna alíquota na lista de serviços do Anexo II desta Lei.

Art. 55. O ISS não será objeto de concessão de isenções, incentivos ou benefícios tributários ou financeiros, inclusive de redução de base de cálculo ou de crédito presumido ou outorgado, ou sob qualquer outra forma que resulte, direta ou indiretamente, em carga tributária menor que a decorrente da aplicação da alíquota mínima prevista na lista de serviços do Anexo II.

SEÇÃO IV

ARBITRAMENTO E ESTIMATIVA

Art. 56. O valor do imposto será lançado a partir de base de cálculo arbitrada, sempre que se verificarem e enquanto perdurarem quaisquer das seguintes hipóteses:

I - não possuir o sujeito passivo, ou deixar de exibir, os elementos necessários à fiscalização das operações realizadas, inclusive nos casos de perda, extravio ou inutilização de livros ou documentos fiscais;

II - forem omissos ou, pela inobservância de formalidades intrínsecas ou extrínsecas, não merecerem fé os livros ou registros feitos pelo sujeito passivo;

III - existência de atos qualificados em lei como crimes ou contravenções ou que, mesmo sem essa qualificação, sejam praticados com dolo, fraude ou

simulação, evidenciados pelo exame de livros e documentos fiscais do sujeito passivo, ou apurados por quaisquer meios diretos ou indiretos;

IV - não prestar o sujeito passivo, após regularmente intimado, os esclarecimentos exigidos pela fiscalização, ou prestar esclarecimentos insuficientes ou que não mereçam fé, por inverossímeis ou falsos;

V - exercício de qualquer atividade que constitua fato gerador do imposto, sem se encontrar o sujeito passivo devidamente inscrito no Cadastro Tributário Municipal;

VI - prática de subfaturamento;

VII - flagrante insuficiência do imposto recolhido, face ao volume dos serviços prestados;

VIII - serviços prestados sem a determinação do preço;

IX – situações que autorizem a exigência antecipada do tributo, antes da ocorrência do fato gerador.

Art. 57. O arbitramento será fixado pela autoridade fiscal competente, considerando os seguintes elementos:

I - os recolhimentos feitos em períodos idênticos pelo contribuinte ou por outros contribuintes que exerçam a mesma atividade, em condições semelhantes;

II - os preços decorrentes dos serviços no mercado, em vigor à época da apuração;

III - as condições próprias do contribuinte e os elementos que possam evidenciar sua situação econômico-financeira, tais como:

a) valor dos materiais consumidos;

b) as despesas fixas e variáveis;

c) aluguel do imóvel, das máquinas e equipamentos utilizados.

§1º Serão deduzidos do imposto resultante do arbitramento os pagamentos realizados no período.

§2º O arbitramento não exclui a incidência de atualização monetária, acréscimos moratórios e multas sobre o valor do imposto que venha a ser apurado, nem da penalidade por descumprimento das obrigações principais e acessórias que lhes sirvam de pressupostos.

§3º No caso de obras e serviços de construção civil, o fisco utilizará como critério de estimativa o valor do Custo Unitário Básico da construção (CUB) vigente na época da obra ou da estimativa, seguindo o seguinte padrão:

I – Para construções de alvenaria, a base de cálculo do ISS é de 50% (cinquenta por cento) do valor do CUB por metro quadrado construído, conforme avaliação do fisco das condições da obra;

II – Para construções de madeira, a base de cálculo do ISS é de 30% (trinta por cento) do valor do CUB por metro quadrado construído, conforme avaliação do fisco das condições da obra.

Art. 58. Na hipótese de prestação de serviços enquadráveis em mais de uma atividade prevista na lista de serviços desta Lei Complementar, o imposto será calculado com base no preço do serviço, de acordo com as diversas incidências e alíquotas.

Parágrafo único. Nos casos previstos neste artigo, o contribuinte deverá manter escrituração que permita diferenciar as receitas específicas das várias atividades, sob pena de o imposto ser calculado mediante a aplicação, para os diversos serviços, da alíquota mais elevada.

SEÇÃO V

DO LANÇAMENTO

Art. 59. A administração tributária manterá no Cadastro Tributário Municipal os dados referentes aos prestadores de serviço.

Art. 60. A inscrição no Cadastro Tributário Municipal deverá ser requerida pelo próprio contribuinte, na forma definida em regulamento, e nela constarão os dados necessários à sua identificação, localização e caracterização dos serviços prestados, assim que iniciar as suas atividades.

Art. 61. Os dados apresentados na inscrição deverão ser atualizados pelo contribuinte, na forma e nos prazos regulamentares, sempre que ocorram fatos ou circunstâncias que impliquem em sua modificação.

Art. 62. A inscrição no Cadastro Tributário Municipal poderá ser feita, também, de ofício, caso a autoridade tributária tenha conhecimento da existência de contribuinte não cadastrado, seja por diligência própria ou informação de outros órgãos tributários e de registro.

Art. 63. O lançamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza para os profissionais autônomos, profissionais liberais e sociedades profissionais será feito de ofício pela autoridade tributária, anualmente, no início de cada exercício financeiro ou no início das atividades de prestação de serviços.

§1º O lançamento será efetuado de forma individualizada, por contribuinte, com base nos dados constantes do Cadastro Tributário Municipal.

§2º Verificada a falta ou incorreção de dados no cadastro, o lançamento será efetuado com base nos dados apurados pela diligência fiscal.

Art. 64. Os profissionais autônomos, profissionais liberais e sociedades profissionais serão notificados do lançamento do imposto:

I – quando postado ou enviado por qualquer outro meio a guia ou carnê de pagamento do imposto para o endereço do próprio imóvel ou ao domicílio fiscal do sujeito passivo constante no Cadastro Tributário Municipal;

II – quando retirado, pelo próprio sujeito passivo ou por quem o represente, o carnê, guia de pagamento ou o aviso de lançamento na administração tributária municipal ou na repartição por ela indicada;

III – quando disponibilizado ao contribuinte, em qualquer meio, seja físico ou digital, a possibilidade de impressão ou retirada da guia ou carnê.

Art. 65. Os demais contribuintes, não enquadrados no artigo anterior, recolherão o ISS através de declaração, sendo o lançamento procedido por homologação, e, por isso, devem:

I - manter, em uso, escrita fiscal destinada ao registro dos serviços prestados, ainda que imunes ou não tributáveis, exceto aqueles desobrigados em regulamento pela manutenção da escrita fiscal;

II - emitir notas fiscais de serviços, ou outro documento exigido pela Administração, no momento da prestação do serviço;

III - comunicar à Administração o extravio, a perda ou a inutilização de livros e documentos fiscais, no prazo de 30 (trinta) dias da ocorrência do fato, comprovando-o através da apresentação de Boletim de Ocorrência e da prova da publicação do ocorrido em jornal de circulação local.

Art. 66. Compete ao Executivo e a administração tributária regular a escrita e a forma de emissão de nota fiscal, assim como estabelecer outras obrigações

acessórias destinadas a identificação correta da base de cálculo e fatos geradores do ISS, sendo obrigatório para o contribuinte:

I – A emissão de nota fiscal sempre que realizar prestação de serviço, conforme os modelos e normativas estipuladas pela administração tributária;

II – Registrar todas as movimentações financeiras e outros dados que influenciam o cálculo do ISS nos livros definidos pela administração tributária municipal.

Art. 67. Os valores declarados como de prestação de serviço na escrita fiscal constituem confissão de dívida e cabe ao fisco exigir o pagamento, a qualquer momento, do tributo incidente sobre a prestação de serviço declarada que não fora recolhido.

Art. 68. Os livros fiscais, balanços contábeis, contratos, anotações e quaisquer documentos que integrem a gestão empresarial do contribuinte são de livre acesso aos integrantes da administração tributária, vedada a criação de impedimentos para análise destes.

Parágrafo único. Para os efeitos deste artigo, não têm aplicação quaisquer disposições legais excludentes ou limitativas do direito do Fisco de examinar livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais ou fiscais dos prestadores de serviço.

SEÇÃO VI

DO PAGAMENTO

Art. 69. O imposto anual devido pelos prestadores de serviços sob a forma de trabalho pessoal e pelas sociedades de profissionais será recolhido em cota única ou em prestações, mensais e sucessivas, nunca superior a 6 (seis) parcelas, conforme regulamento.

Art. 70. Os demais contribuintes deverão declarar o imposto por meio da escrita fiscal e efetuar o recolhimento mensalmente, sempre no mês seguinte a ocorrência dos fatos geradores, nas formas e prazos estabelecidos em regulamento.

Art. 71. A falta de pagamento ou o pagamento fora dos prazos estabelecidos implicará em multas e penalidades, nos termos previstos nesta Lei.

TÍTULO III

DAS TAXAS

Art. 72. As taxas cobradas pelo Município têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.

Art. 73. Para efeito de instituição e cobrança de taxas, consideram-se compreendidas no âmbito das atribuições municipais aquelas que, segundo a Constituição Federal, a Constituição Estadual, a Lei Orgânica do Município e a legislação com elas compatível, competem ao Município.

Art. 74. Para efeito de incidência das taxas, consideram-se como estabelecimentos distintos:

I - os que, embora no mesmo terreno ou imóvel e com idêntico ramo de atividade ou não, pertençam a diferentes pessoas físicas ou jurídicas;

II - os que, embora com idêntico ramo de atividade e pertencentes à mesma pessoa física ou jurídica, estejam situados em prédios distintos ou em locais diversos, ainda que no mesmo imóvel.

CAPÍTULO I

TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA

Art. 75. Considera-se poder de polícia a atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou a abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos.

Parágrafo único. Considera-se regular o exercício do poder de polícia, para fins de ocorrência do fato gerador, quando desempenhado pelo órgão competente nos limites da lei aplicável, com observância do processo legal e, tratando-se de atividade que a lei tenha como discricionária, sem abuso ou desvio de poder.

Art. 76. A incidência das taxas sobre o poder de polícia ocorre na ação de órgão municipal competente para permitir, autorizar, fiscalizar ou conceder autorização para realização de ato ou atividade, a fim de preservar o interesse público.

Art. 77. As taxas municipais sobre o poder de polícia e seus respectivos fatos geradores são as seguintes:

I - Taxa para Licença e Localização (TLL), cujo fato gerador é o desempenho pelo órgão competente, nos limites da lei aplicável e com observância do processo legal, da fiscalização exercida sobre a localização e a instalação de estabelecimento ou atividade permanente e ou eventual, pertinente ao zoneamento urbano, em observância às normas municipais de posturas, com o intuito de conceder alvará ou licença de funcionamento, seja por meio de requerimento ou de forma oficiosa.

II - Taxa de Fiscalização Anual (TFA), cujo fato gerador é o desempenho pelo órgão competente, nos limites da lei aplicável, da fiscalização anual exercida sobre a localização e a instalação de estabelecimento ou atividade eventual, pertinente ao zoneamento urbano, em observância às normas municipais de posturas, com o intuito de verificar se estão mantidas as condições estipuladas no alvará ou licença de funcionamento, sendo o fato gerador da taxa o dia do lançamento da mesma nos exercícios seguintes a emissão do alvará ou licença de funcionamento.

III - Taxa para Vistoria Sanitária (TVS), cujo fato gerador é o desempenho de vistoria, pelo órgão competente, em estabelecimentos ou atividades temporárias de cunho comercial, industrial ou de prestação de serviços, mediante requerimento do interessado e/ou por diligência da Vigilância Sanitária, desde que a natureza da atividade, em conformidade com a legislação vigente, exija fiscalização sanitária e a consequente concessão de alvará sanitário.

IV - Taxa para a Licença de Construção e Habitação (TLC), cujo fato gerador é a solicitação, ou a execução por ofício da autoridade, de avaliação das condições para concessão de licenciamento para execução de obras de construção civil em geral, que incluem reformas, melhorias, adaptações ou novas obras, inclusive loteamentos e desmembramentos, segundo a legislação de posturas vigente, mediante a apresentação de projeto técnico básico e executivo pelo interessado, assim como

autorização para uso e aproveitamento residencial de imóveis (habite-se) e avaliação de condições de regularização de imóveis já construídos.

V – Taxa para Autorização de Publicidade (TAP), tendo como fato gerador o requerimento para que o órgão competente avalie as condições para veiculação de publicidade visual e sonora no Município, a fim garantir a preservação do sossego público e impedir a poluição visual.

VI – Taxa para Ocupação de Área Pública (TCAP), cujo fato gerador é o requerimento para análise da viabilidade legal de ocupação ou disponibilização de áreas e logradouros públicos, em caráter eventual ou permanente, para a realização de atividades privadas.

Art. 78. O valor das taxas instituídas no artigo anterior será determinado no Anexo III desta Lei.

Parágrafo único. A TVS terá como referência de valores a tabela utilizada pelo Governo de Santa Catarina.

Art. 79. O contribuinte das taxas deste capítulo é aquele que requereu e/ou recebeu a fiscalização, vistoria, avaliação, alvará ou licença, seja pessoa física ou jurídica.

Art. 80. O pagamento das taxas sobre o poder de polícia deve ocorrer antes do desempenho do poder de polícia pelo órgão competente ou nos prazos previstos em regulamento.

Art. 81. O pagamento das taxas independe da concessão ou aprovação dos alvarás ou licenças requeridas, assim como o lançamento ou o pagamento das taxas não importa no reconhecimento da regularidade da atividade exercida.

Art. 82. A forma de requerimento, prazos para pagamento, obrigações acessórias e demais questões complementares sobre as taxas abordadas nesta seção serão definidas em regulamento.

CAPÍTULO II

TAXAS SOBRE SERVIÇOS

Art. 83. As taxas sobre serviços cobradas pelo Município têm como fato gerador a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.

Art. 84. Para determinação das taxas sobre os serviços públicos consideram-se os serviços públicos:

I- utilizados pelo contribuinte:

a) efetivamente, quando por ele usufruídos a qualquer título;
b) potencialmente, quando, sendo de utilização compulsória, sejam postos à sua disposição mediante atividade administrativa em efetivo funcionamento;

II - específicos, quando possam ser destacados em unidades autônomas de intervenção, de utilidade ou de necessidade públicas;

III - divisíveis, quando suscetíveis de utilização, separadamente, por parte de cada um dos seus usuários.

Art. 85. As taxas municipais sobre os serviços públicos e seus respectivos fatos geradores são as seguintes:

I – Taxa sobre o serviço público de coleta e destinação de resíduos sólidos (TRS) ou taxa sobre a coleta de lixo, tendo como fato gerador a execução dos serviços de coleta de lixo nos imóveis residenciais e comerciais do Município, e a consequente destinação e tratamento dos resíduos sólidos recolhidos.

II – Taxa sobre os serviços gerais e de expediente (TEX), tendo como fato gerador a impressão, cópia ou gravação em mídia digital de documentos, processos ou dados requisitados aos órgãos competentes, assim como diligências ou serviços requeridos ao órgão competente dentro de processos administrativos em geral.

Art. 86. As taxas definidas no artigo anterior terão seu valor determinados no Anexo IV da presente Lei.

Art. 87. O contribuinte das taxas definidas neste capítulo é aquele que teve o serviço colocado a sua disposição ou que o utilizou efetivamente, seja pessoa física ou jurídica.

Parágrafo único. O contribuinte da taxa sobre o serviço público de coleta e destinação de resíduos sólidos é o proprietário, detentor do domínio útil ou possuidor

de imóvel atendido pela coleta, mesmo que o imóvel não tenha produção contínua de resíduos sólidos.

Art. 88. O fato gerador das taxas ocorre quando da requisição ou início da colocação a disposição dos serviços públicos, e o lançamento ocorrerá:

I – no caso de serviços contínuos, como a coleta e destinação de resíduos sólidos, anualmente, juntamente com o IPTU, cujo valor será pago em cota única ou em até três parcelas mensais, conforme determinará o regulamento.

II – no caso de serviços não contínuos, o lançamento e o pagamento devem ocorrer antes da realização do serviço.

§1º O Município pode celebrar convênio com concessionárias de serviços públicos para efetuar a cobrança das parcelas das taxas sobre serviços contínuos conjuntamente na fatura de destas concessionárias.

§2º Se a distribuição de água é realizada por órgão, departamento ou autarquia vinculada a administração pública, a cobrança da taxa de coleta e destinação dos resíduos sólidos pode ser feita juntamente na fatura de pagamento mensal da água, nos moldes definidos em regulamento.

Art. 89. As datas para pagamento, formas de cadastramento, obrigações acessórias e outras questões serão definidas em regulamento.

TÍTULO IV DAS CONTRIBUIÇÕES

CAPÍTULO I CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

Art. 90. O fato gerador da contribuição de melhoria é a valorização imobiliária, na zona beneficiada, direta ou indiretamente, decorrente de obra pública municipal.

Parágrafo único. A exigência deste tributo terá como limite global o custo total da obra e como limite individual a valorização de cada imóvel beneficiado pela obra.

Art. 91. A contribuição não pode ser exigida em quantia superior ao acréscimo de valorização imobiliária que da obra resultar para o imóvel beneficiado.

Art. 92. Será devida a contribuição de melhoria, no caso de valorização de imóveis de propriedade privada, em virtude de qualquer das seguintes obras públicas:

I - abertura, alargamento, pavimentação, iluminação, arborização, esgotos pluviais e outros melhoramentos de praças e vias públicas;

II - construção e ampliação de parques, campos de desportos, pontes, túneis e viadutos;

III - construção ou ampliação de sistemas de trânsito rápido, inclusive todas as obras e edificações necessárias ao funcionamento do sistema;

IV - serviços e obras de abastecimento de água potável, esgotos, instalações de redes elétricas, telefônicas, transportes e comunicações em geral;

V - proteção contra secas, inundações, erosão, de saneamento, de drenagem em geral, desobstrução de barras e canais, retificação e regularização de cursos d'água e irrigação;

VI - construção de pavimentação e melhoramento de estradas de rodagem;

VII - aterros e realizações de embelezamento em geral, inclusive desapropriações em desenvolvimento de plano de aspecto paisagístico.

Art. 93. Autorizado o lançamento de contribuição de melhoria sobre obra pública prevista no artigo anterior, deverá ser criada, por meio de Decreto, comissão técnica responsável pela elaboração de uma relação com o valor comercial de venda de cada imóvel afetado pela construção antes do início das obras.

Parágrafo único. O valor comercial de venda de cada imóvel pode ser determinado com base na planta genérica de valores do Município, realidade do mercado imobiliário e outros fatores pertinentes, como tamanho do imóvel, materiais utilizados, benfeitorias, entre outras.

Art. 94. Deverá o Município, de posse da relação que se refere o artigo anterior, notificar os proprietários dos imóveis avaliados, para que apresentem, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contestação aos valores constantes na relação elaborada pela comissão de avaliação.

Art. 95. Analisadas pela comissão as contestações apresentadas, será publicado no Diário Oficial do Município os valores comerciais de venda de cada imóvel

possivelmente beneficiado pela obra pública, antes da execução da obra, sendo também notificados os titulares dos imóveis.

Art. 96. Concluída parcial ou totalmente a obra pública, a comissão que promoveu a avaliação inicial dos imóveis realizará nova vistoria, em que apontará o valor comercial de venda de cada imóvel, considerando agora, além dos fatores do levantamento inicial, o impacto da obra pública no valor dos bens.

Art. 97. Deverá a administração, de posse da relação que se refere o artigo anterior, notificar os proprietários dos imóveis avaliados, para que apresentem, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contestação aos valores constantes na relação.

Art. 98. Analisadas pela comissão de avaliação as contestações apresentadas ao valor dos imóveis após a obra pública, deverá o Município publicar no Diário Oficial do Município a relação com os valores finais e notificar os proprietários dos imóveis afetados.

Art. 99. Com base na avaliação dos imóveis antes da obra pública e após a sua conclusão total ou parcial, o fisco municipal identificará a ocorrência ou não do fato gerador da contribuição de melhoria, que é a efetiva valorização imobiliária em razão da obra pública, e calculará o valor da contribuição de melhoria, quando for o caso.

Art. 100. O valor da contribuição de melhoria será determinado da seguinte forma:

a) se a soma da valorização individual de cada imóvel for menor que o gasto total para execução da obra pública, o valor a ser lançado para cada contribuinte é igual a valorização imobiliária de seu imóvel.

b) se a soma da valorização individual de cada imóvel for maior que o gasto total para execução da obra pública, o valor a ser lançado para cada contribuinte será obtido multiplicando a valorização imobiliária do imóvel pelo resultado da divisão entre o valor total da obra pública e a soma da valorização individual de todos os imóveis beneficiados.

Parágrafo único. O gasto total da obra inclui as despesas de estudos, projetos, fiscalização, desapropriações, administração, execução e financiamento, inclusive prêmios de reembolso e outras de praxe em financiamento ou empréstimos,

exceto se houver previsão do valor a ser considerado no cálculo da contribuição de melhoria em lei específica.

Art. 101. Identificado o fato gerador e calculado o tributo nos termos da lei, o fisco municipal efetuará o lançamento da contribuição de melhoria para pagamento.

§1º Responde pelo pagamento da contribuição de melhoria o proprietário do imóvel ao tempo do seu lançamento, e esta responsabilidade se transmite aos adquirentes e sucessores, a qualquer título, do domínio do imóvel.

§2º O lançamento poderá ser impugnado nos prazos e termos estabelecidos nesta Lei.

Art. 102. O pagamento da contribuição de melhoria se dará em parcela única, com possibilidade de desconto de até 10% (dez por cento), ou poderá ser parcelado em no máximo 6 (seis) parcelas mensais, com o acréscimo de juros de mora.

Art. 103. Os créditos tributários referentes a contribuição de melhoria ficarão vinculados ao proprietário na época do lançamento e ao imóvel.

CAPÍTULO II

CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Art. 104. A Contribuição para o Custeio da Iluminação Pública (COSIP) visa a manutenção da iluminação em vias, parques, espaços abertos, enfim, nos bens de uso comum do povo.

Parágrafo único. A manutenção da iluminação pública abrange os gastos com a energia elétrica consumida, com reparos, consertos, substituição de equipamentos, aumento do espaço atendido e demais custos pertinentes ao correto funcionamento da iluminação.

Art. 105. O fato gerador da COSIP é a efetiva iluminação pública nos bens de uso comum, como indicados no artigo anterior.

Art. 106. Os contribuintes da COSIP são todos os cidadãos do Município, independentemente se usufruem efetivamente ou não da iluminação, e de forma mais específica são contribuintes:

I – os proprietários ou possuidores de imóveis na área urbana, conforme o Cadastro Tributário Municipal.

II – os proprietários ou possuidores de imóveis na área rural, desde que tenham energia elétrica em seu imóvel.

Art. 107. O valor da COSIP está detalhado no Anexo V da presente Lei.

Parágrafo único. Os valores utilizados para determinar o valor e os limites da COSIP serão atualizados no mesmo percentual de aumento efetuado pela companhia de energia elétrica responsável pela distribuição, dentro das regras da Agência Nacional de Energia Elétrica.

Art. 108. O lançamento da COSIP é feito mensalmente, no mesmo momento em que deve ser paga.

Parágrafo único. O Município pode celebrar ou manter convênio já vigente com concessionárias de energia elétrica para efetuar a cobrança da COSIP diretamente na fatura de energia elétrica, sendo que nestes casos a mesma considera-se lançada no ato de emissão da fatura e deve ser paga em conjunto com a energia elétrica.

Art. 109. As datas para pagamento, formas de cadastramento, obrigações acessórias e outras questões pertinentes a COSIP serão definidas em regulamento.

TÍTULO V

DO TRATAMENTO TRIBUTÁRIO AS MICROEMPRESAS, AS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E AO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Art. 110. As microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional recolherão o ISS conforme a sistemática prevista na Lei Complementar 123/2006 e alterações posteriores, de caráter nacional, ou por outra norma que venha a substituir a mencionada legislação.

Art. 111. O Executivo poderá estabelecer, por meio de Decreto, nos termos da Lei Federal e na forma definida pelo Comitê Gestor do Simples Nacional - CGSN,

independentemente da receita bruta recebida no mês pelo contribuinte, valores fixos mensais para o recolhimento do ISS devido por microempresa que aufera receita bruta, no ano-calendário anterior, de até o limite máximo previsto na segunda faixa de receitas brutas anuais.

Art. 112. O Município fica autorizado a firmar convênio integral com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, nos termos do art. 41, §3º da Lei Complementar nº 123/2006, para cobrar e realizar a inscrição em dívida ativa dos débitos de ISS dos optantes do Simples Nacional, e, havendo o convênio, as empresas optantes pelo Simples Nacional recolherão os débitos de ISS em fase de cobrança junto ao Município.

Art. 113. O processo de registro das Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais seguirá o rito integrado entre Junta Comercial, Receita Federal, Estado de Santa Catarina e Município, devendo a empresa:

I – Realizar a consulta de viabilidade prévia, sob pena de não concessão ou cassação do alvará;

II – Prestar informações corretas e manter atualizado o seu cadastro, especialmente para informar a suspensão ou encerramento de suas atividades.

Parágrafo único. Cumpridos os requisitos deste artigo e sendo permitida a atividade nos locais informados, o Município deve, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após o pedido de alvará, emitir a licença para funcionamento.

Art. 114. Para usufruir dos benefícios fiscais previstos na Lei Complementar nº 123/2006 e alterações posteriores, o Microempreendedor Individual deve:

I – Realizar os registros contábeis simplificados exigidos pela legislação federal;

II – Estar em dia com os pagamentos mensais previstos na legislação federal;

III – Não possuir débito em aberto com o fisco municipal em nome do empreendedor individual (pessoa física);

IV – Estar estabelecido no Município de Morro Grande e em conformidade com todas as normas sanitárias, de segurança e ambientais pertinentes a suas atividades.

§1º No ato de abertura do MEI é necessário apenas o cumprimento do inciso IV do *caput* e os demais requisitos são necessários para a concessão dos benefícios nos exercícios seguintes a abertura.

§2º O MEI sediado em outra cidade e que venha realizar atividades temporárias no Município deve recolher, normalmente, as taxas previstas nesta Lei referentes aos serviços temporários.

§3º O Executivo poderá regulamentar o previsto neste artigo, com base nas leis municipais e federais.

TÍTULO VI

DA ARRECADAÇÃO, PENALIDADES, RESPONSABILIDADES E COBRANÇA DOS TRIBUTOS MUNICIPAIS

Art. 115. A arrecadação, parcelamento, correção monetária e aplicação de penalidades referente aos tributos municipais seguirá o disposto neste Título, respeitada as disposições específicas estipuladas nesta lei para cada tributo.

CAPÍTULO I

DA ARRECADAÇÃO DOS TRIBUTOS

Art. 116. Os tributos municipais serão arrecadados por meio de guia ou carnê municipal, cujo modelo e prazos para pagamento seguirão o definido nesta lei e em regulamento.

Parágrafo único. Excetua-se do disposto no caput os tributos municipais recolhidos de forma diferenciada pelos optantes do Simples Nacional, ou outro sistema de arrecadação que venha a regular a arrecadação de tributo das microempresas e empresas de pequeno porte.

CAPÍTULO II

DA CORREÇÃO DA MULTA E DA MORA

Art. 117. A todo tributo não pago na data de vencimento incidirá correção monetária, multa e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, contados da data em que deveria ser pago até a data do efetivo pagamento.

Art. 118. As multas que venham a incidir sobre o tributo não recolhido, assim como os parcelamentos feitos, serão calculadas sempre sobre o valor corrigido do tributo.

Art. 119. Não havendo lei em sentido contrário, aplicam-se aos débitos não tributários a correção e mora definidas neste Capítulo.

CAPÍTULO III

DAS PENALIDADES

Art. 120. O não pagamento dos tributos, o pagamento em atraso e o não cumprimento de obrigações acessórias acarretará a aplicação de penalidades ao contribuinte, que incluem multas e impedimentos.

SEÇÃO I

DAS MULTAS

Art. 121. O não pagamento do tributo dentro do prazo previsto ou o seu recolhimento a menor acarretará a aplicação imediata de multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do tributo não recolhido devidamente atualizado.

§1º Quando o tributo for apurado por meio de ação fiscal, a multa será de 10% (dez por cento) sobre o valor do tributo não recolhido devidamente atualizado, considerando como data inicial para aplicação da multa, neste caso, aquela em que o tributo deveria ter sido pago pelo contribuinte.

§2º O valor da multa prevista no parágrafo anterior será reduzida em 30% (trinta por cento) quando o contribuinte recolher o tributo dentro do prazo estipulado pelo fisco no auto de infração e lançamento, nos casos de tributos apurados por meio de ação fiscal.

§3º No caso sonegação fiscal, a multa prevista no §1º será aplicada em dobro.

§4º Não havendo lei em sentido contrário, aplicam-se aos débitos não tributários as multas definidas neste artigo.

Art. 122. O não cumprimento de obrigação acessória estipulada na legislação tributária acarretará na aplicação de multas, as quais tem por base a Unidade Fiscal Monetária (UFM) de que trata o artigo 208 desta Lei, e serão aplicadas nos seguintes casos:

I - No caso de descumprimento de obrigação acessória que acarrete falta de pagamento ou recolhimento a menor de tributo: 10% (dez por cento) do valor do tributo não recolhido, acrescidos de 10 (dez) UFM.

II - No caso de descumprimento de obrigação acessória que não acarrete falta de pagamento ou recolhimento a menor de tributo, mas que afete o lançamento de tributo ou os cadastros municipais: 6 (seis) UFM.

III - No caso de descumprimento de obrigação acessória que não acarrete falta de pagamento ou recolhimento a menor de tributo e nem afete o lançamento ou os cadastros municipais: 3 (três) UFM.

IV - Impedir ou dificultar o acesso do fisco municipal aos dados contábeis do contribuinte: 10 (dez) UFM.

§1º No caso de reincidência, o valor da multa será majorada em 1/3 (um terço).

§2º Se o pagamento das multas do *caput* ocorrer dentro do prazo de vencimento estipulado pelo fisco, poderão ser reduzidas em 20% (vinte por cento).

§3º Regulamento poderá detalhar as condutas enquadráveis nos tipos de multas definidas neste artigo.

Art. 123. Os notários, oficiais de Registros de Imóveis ou seus prepostos, que infringirem as regras referentes ao cálculo do ITBI, conforme disposto nesta Lei, ficam sujeitos à multa de 6 (seis) UFM por item descumprido.

SEÇÃO II

DOS IMPEDIMENTOS

Art. 124. A pessoa física ou jurídica que estiver com débito e/ou com irregularidade tributária pendente no Município não poderá:

- I – participar de licitações no Município;
- II – emitir certidão negativa de débito;
- III – usufruir de qualquer benefício fiscal, referente a qualquer um dos tributos municipais;
- IV – participar de qualquer programa de incentivo promovido pelo Município, seja na área social, comercial, industrial ou outras.

CAPITULO IV DO PARCELAMENTO

Art. 125. O contribuinte, mediante requisição, poderá solicitar o parcelamento de dívidas de natureza tributária ou não, em até 12 (doze) parcelas mensais.

§1º Os débitos inscritos em dívida ativa, de natureza tributária ou não, e que ultrapassem o valor de 20 (vinte) UFM, poderão ser parcelados em até 36 (trinta e seis) vezes, com a formalização de acordo administrativo, nos termos estabelecidos neste capítulo.

§2º A aceitação do parcelamento acarretará em confissão plena da dívida com renúncia expressa de qualquer discussão administrativa ou judicial presente ou futura.

§3º O valor da parcela nos casos de parcelamentos nunca será menor que 1 (uma) UFM.

§4º O contribuinte com parcelamento em andamento não poderá efetuar outro parcelamento, a não ser que efetue o pagamento integral do parcelamento anterior, exceto nos casos de programas específicos de recuperação fiscal.

Art. 126. Nos parcelamentos previstos neste Capítulo, o montante a ser parcelado será consolidado da seguinte forma:

I - O montante a parcelar será, obrigatoriamente, a soma de todos os débitos do requerente no ato de solicitação, incluídos os juros, multas e correções incidentes;

II - O valor consolidado a ser parcelado será o montante a parcelar indicado no inciso I, acrescido do percentual 1,5% (um virgula cinco por cento) ao mês.

§1º O valor consolidado será dividido em parcelas iguais, conforme o requerimento do contribuinte e o parcelamento se efetivará com o pagamento da primeira parcela.

§2º No ato de parcelamento serão emitidas todas as guias para o pagamento pelo contribuinte, independentemente do número de parcelas e do término do exercício, pois os valores são consolidados com a aplicação de juros fixos pré-fixados, os quais já incluem a atualização.

Art. 127. O não pagamento de qualquer parcela no prazo acarretará o acréscimo de juros de mora de 0,30% (três décimos por cento) no valor da parcela por dia de atraso.

Art. 128. O não pagamento de duas parcelas, consecutivas ou não, determinará o cancelamento de ofício do parcelamento, com o vencimento antecipado da dívida, cujos efeitos são os seguintes:

I – O valor do débito no ato de parcelamento, incluído juros e multa, será atualizado, com a aplicação de juros e multas previstas nesta Lei, até a data do inadimplemento da segunda parcela;

II – O valor eventualmente pago pelo contribuinte no parcelamento será deduzido do total apurado no inciso anterior, restando o valor remanescente do parcelamento;

III – Sobre o valor remanescente indicado no inciso anterior incidirá as multas e correções previstas neste Código até o efetivo pagamento.

CAPÍTULO V

DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL

SEÇÃO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 129. O crédito tributário decorre da obrigação principal e tem a mesma natureza desta.

Art. 130. As circunstâncias que modificam o crédito tributário, sua extensão ou seus efeitos, ou as garantias ou os privilégios a ele atribuídos, ou que excluem sua exigibilidade não afetam a obrigação tributária que lhe deu origem.

Art. 131. O crédito tributário regularmente constituído somente se modifica ou extingue, ou tem sua exigibilidade suspensa ou excluída, nos casos previstos nesta Lei, fora dos quais não podem ser dispensadas, sob pena de responsabilidade funcional na forma da lei, a sua efetivação ou as respectivas garantias.

SEÇÃO II
DA SUSPENSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL
SUBSEÇÃO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 132. Suspendem a exigibilidade do crédito tributário:

- I - a moratória;
- II - o depósito do seu montante integral;
- III - as reclamações e os recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo;
- IV - a concessão de medida liminar em mandado de segurança.
- V – a concessão de medida liminar ou de tutela antecipada, em outras espécies de ação judicial;
- VI – o parcelamento.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja suspenso, ou dela consequentes.

SUBSEÇÃO II
DA MORATÓRIA

Art. 133. A moratória somente pode ser concedida:

- I - em caráter geral pelo Município, mediante lei específica;
- II - em caráter individual, por despacho da autoridade administrativa, mediante o cumprimento das exigências legais.

Parágrafo único. A lei concessiva de moratória pode circunscrever expressamente a sua aplicabilidade à determinada região do Município ou a determinada classe ou categoria de sujeitos passivos.

Art. 134. A lei que conceda moratória em caráter geral ou autorize sua concessão em caráter individual especificará, sem prejuízo de outros requisitos:

I - o prazo de duração do favor;

II - as condições da concessão do favor em caráter individual;

III - sendo caso:

a) os tributos a que se aplica;

b) o número de prestações e seus vencimentos, dentro do prazo a que se refere o inciso I, podendo atribuir a fixação de uns e de outros à autoridade administrativa, para cada caso de concessão em caráter individual;

c) as garantias que devem ser fornecidas pelo beneficiado no caso de concessão em caráter individual.

Art. 135. Salvo disposição de lei em contrário, a moratória somente abrange os créditos definitivamente constituídos à data da lei ou do despacho que a conceder, ou cujo lançamento já tenha sido iniciado àquela data por ato regularmente notificado ao sujeito passivo.

Parágrafo único. A moratória não aproveita aos casos de dolo, fraude ou simulação do sujeito passivo ou do terceiro em benefício daquele.

Art. 136. A concessão da moratória em caráter individual não gera direito adquirido e será revogado de ofício, sempre que se apure que o beneficiado não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições ou não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos para a concessão do favor, cobrando-se o crédito acrescido de juros de mora:

I - com imposição da penalidade cabível, nos casos de dolo ou simulação do beneficiado, ou de terceiro em benefício daquele;

II - sem imposição de penalidade, nos demais casos.

Parágrafo único. No caso do inciso I deste artigo, o tempo decorrido entre a concessão da moratória e sua revogação não se computa para efeito da prescrição do direito à cobrança do crédito; no caso do inciso II deste artigo, a revogação só pode ocorrer antes de prescrito o referido direito.

Art. 137. O parcelamento será concedido na forma e condição estabelecidas em lei específica.

§1º Salvo disposição de lei em contrário, o parcelamento do crédito tributário não exclui a incidência de juros e multas.

§2º Aplicam-se, subsidiariamente, ao parcelamento as disposições desta Lei, relativas à moratória.

§3º Lei específica disporá sobre as condições de parcelamento dos créditos tributários do devedor em recuperação judicial.

§4º A inexistência da lei específica a que se refere o parágrafo anterior importa na aplicação das regras de parcelamento de débitos de natureza tributária ou não.

SEÇÃO III
DA EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO
SUBSEÇÃO I
DAS MODALIDADES DE EXTINÇÃO

Art. 138. Extinguem o crédito tributário:

- I - o pagamento;
- II - a compensação;
- III - a transação;
- IV - a remissão;
- V - a prescrição e a decadência;
- VI - a conversão de depósito em renda;
- VII - o pagamento antecipado e a homologação do lançamento;
- VIII - a consignação em pagamento no caso de recusa injustificável do Município em receber o tributo;
- IX - a decisão administrativa irreformável, assim entendida a definitiva na órbita administrativa, que não mais possa ser objeto de ação anulatória;
- X - a decisão judicial passada em julgado.
- XI – a dação em pagamento em bens imóveis, na forma e condições estabelecidas em lei.

Parágrafo único. Poderá ocorrer a extinção total ou parcial do crédito sobre a ulterior verificação da irregularidade da sua constituição.

SUBSEÇÃO II

DO PAGAMENTO

Art. 139. A imposição de penalidade não ilide o pagamento integral do crédito tributário.

Art. 140. O pagamento é efetuado através de guia ou carnê.

Art. 141. O pagamento de um crédito não importa em presunção de quitação:

I - quando parcial, das prestações em que se decompõe;

II - quando total, de outros créditos referentes ao mesmo ou a outros tributos.

Art. 142. Salvo disposições específicas em contrário, o vencimento do crédito ocorre 30 (trinta) dias depois da data em que se considera o sujeito passivo notificado do lançamento.

Parágrafo único. A legislação tributária pode conceder desconto pela antecipação do pagamento, nas condições que estabeleça.

Art. 143. O crédito não integralmente pago no vencimento é acrescido de juros de mora, seja qual for o motivo determinante da falta, sem prejuízo da imposição das penalidades cabíveis e da aplicação de quaisquer medidas de garantia previstas nesta Lei.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica na pendência de consulta formulada pelo devedor dentro do prazo legal para pagamento do crédito.

SUBSEÇÃO III

DO PAGAMENTO INDEVIDO

Art. 144. O sujeito passivo tem direito, independentemente de prévio protesto, à restituição total ou parcial do tributo, seja qual for a modalidade do seu pagamento, nos seguintes casos:

I - cobrança ou pagamento espontâneo de tributo indevido ou maior que o devido em face da legislação tributária aplicável, ou da natureza ou circunstâncias materiais do fato gerador efetivamente ocorrido;

II - erro na edificação do sujeito passivo, na determinação da alíquota aplicável, no cálculo do montante do débito ou na elaboração ou conferência de qualquer documento relativo ao pagamento;

III - reforma, anulação, revogação ou rescisão de decisão condenatória.

Art. 145. A restituição de tributos que comportem, por sua natureza, transferência do respectivo encargo financeiro somente será feita a quem prove haver assumido o referido encargo, ou, no caso de tê-lo transferido a terceiro, estar por este expressamente autorizado a recebê-la.

Art. 146. A restituição total ou parcial do tributo dá lugar à restituição, na mesma proporção, dos juros de mora e das penalidades pecuniárias, salvo as referentes a infrações de caráter formal não prejudicadas pela causa da restituição.

Parágrafo único. A restituição vence juros não capitalizáveis, a partir do trânsito em julgado da decisão definitiva que a determinar.

Art. 147. O direito de pleitear a restituição extingue-se com o decurso do prazo de 5 (cinco) anos, contados:

I - nas hipótese dos incisos I e II do artigo 144, da data da extinção do crédito tributário;

II - na hipótese do inciso III do artigo 144, da data em que se tornar definitiva a decisão administrativa ou passar em julgado a decisão judicial que tenha reformado, anulado, revogado ou rescindido a decisão condenatória.

Art. 148. Prescreve em 2 (dois) anos a ação anulatória da decisão administrativa que denegar a restituição.

Parágrafo único. O prazo de prescrição é interrompido pelo início da ação judicial, recomeçando o seu curso, por metade, a partir da data da intimação validamente feita ao representante legal do Município.

SUBSEÇÃO IV

DAS DEMAIS MODALIDADES DE EXTINÇÃO

Art. 149. A autoridade administrativa pode autorizar a compensação de créditos tributários com créditos líquidos e certos, vencidos ou vincendos, do sujeito passivo contra a Fazenda pública.

Art. 150. É vedada a compensação mediante o aproveitamento de tributo, objeto de contestação judicial pelo sujeito passivo, antes do trânsito em julgado da respectiva decisão judicial.

Art. 151. A lei pode autorizar a autoridade administrativa a conceder, por despacho fundamentado, remissão total ou parcial do crédito tributário, atendendo:

- I - à situação econômica do sujeito passivo;
- II - ao erro ou ignorância escusáveis do sujeito passivo, quanto a matéria de fato;
- III - à diminuta importância do crédito tributário;
- IV - a considerações de equidade, em relação com as características pessoais ou materiais do caso;
- V - a condições peculiares a determinada região do Município;
- VI - a execução de programas sociais de habitação.

Parágrafo único. O despacho referido neste artigo não gera direito adquirido.

Art. 152. O direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após 5 (cinco) anos, contados:

- I - do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado;
- II - da data em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal, o lançamento anteriormente efetuado.

Parágrafo único. O direito a que se refere este artigo extingue-se definitivamente com o decurso do prazo nele previsto, contado da data em que tenha sido iniciada a constituição do crédito tributário pela notificação, ao sujeito passivo, de qualquer medida preparatória indispensável ao lançamento.

Art. 153. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em 5 (cinco) anos, contados da data da sua constituição definitiva.

Parágrafo único. A prescrição se interrompe:

- I - pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal;
- II - pelo protesto judicial;
- III - por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor;
- IV - por qualquer ato inequívoco ainda que extrajudicial, que importe em reconhecimento do débito pelo devedor.

SEÇÃO IV
DA EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO
SUBSEÇÃO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 154. Excluem o crédito tributário:

I - a isenção;

II - a anistia.

Parágrafo único. A exclusão do crédito tributário não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja excluído, ou dela consequente.

SUBSEÇÃO II
DA ISENÇÃO

Art. 155. A isenção, ainda quando prevista em contrato, é sempre decorrente de lei que especifique as condições e requisitos exigidos para a sua concessão, os tributos a que se aplica e, sendo caso, o prazo de sua duração, atendendo:

I - a situação econômica do sujeito passivo;

II - ao erro ou ignorância escusáveis do sujeito passivo, quanto a matéria de fato;

III - a diminuta importância do crédito tributário;

IV - a considerações de equidade, em relação com as características pessoais ou materiais do caso;

V - a condições peculiares a determinada região do Município;

VI - a execução de programas sociais de habitação.

§1º O despacho referido neste artigo não gera direito adquirido.

§2º A isenção pode ser restrita a determinada região do Município, em função de condições a ela peculiares.

Art. 156. Salvo disposição de lei em contrário, a isenção não é extensiva:

I - ao ISS, às taxas e às contribuições de melhoria;

II - aos tributos instituídos posteriormente à sua concessão.

Art. 157. A isenção, salvo se concedida por prazo certo e em função de determinadas condições, pode ser revogada ou modificada por lei, a qualquer tempo.

Art. 158. A isenção, quando não concedida em caráter geral, é efetivada, em cada caso, por despacho da autoridade administrativa, em requerimento com o qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos previstos em lei.

§1º Tratando-se de tributo lançado por período certo de tempo, o despacho referido neste artigo será renovado antes da expiração de cada período, cessando automaticamente os seus efeitos a partir do primeiro dia do período para o qual o interessado deixar de promover a continuidade do reconhecimento da isenção.

§2º O despacho referido neste artigo não gera direito adquirido.

SUBSEÇÃO III

DA ANISTIA

Art. 159. A anistia abrange exclusivamente as infrações cometidas anteriormente à vigência da lei que a concede, não se aplicando:

I - aos atos qualificados em lei como crimes ou contravenções e aos que, mesmo sem essa qualificação, sejam praticados com dolo, fraude ou simulação pelo sujeito passivo ou por terceiro em benefício daquele;

II - salvo disposição em contrário, às infrações resultantes de conluio entre duas ou mais pessoas naturais ou jurídicas.

Art. 160. A anistia pode ser concedida:

I - em caráter geral;

II - limitadamente:

a) às infrações da legislação relativa a determinado tributo;

b) às infrações punidas com penalidades pecuniárias até determinado montante, conjugadas ou não com penalidades de outra natureza;

c) a determinada região do Município, em função de condições a ela peculiares;

d) sob condição do pagamento de tributo no prazo fixado pela lei que a conceder, ou cuja fixação seja atribuída pela mesma lei à autoridade administrativa.

Art. 161. A anistia, quando não concedida em caráter geral, é efetivada, em cada caso, por despacho da autoridade administrativa, em requerimento com a qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos previstos em lei para sua concessão.

Parágrafo único. O despacho referido neste artigo não gera direito adquirido.

CAPÍTULO VI

DA COBRANÇA DOS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS

Art. 162. O não pagamento dos tributos nos prazos estipulados ensejará a inscrição dos valores em dívida ativa e a consequente cobrança administrativa, extrajudicial e judicial dos créditos tributários.

SEÇÃO I

DA INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA

Art. 163. Os tributos não pagos nos prazos legais podem ser inscritos em dívida ativa tributária.

§1º A dívida ativa tributária constitui a relação dos créditos tributários não pagos no prazo legal e pode ser organizada em livros físicos ou cadastros digitais.

§2º A data de inscrição do débito em dívida ativa será definida pelo fisco, conforme a rotina adotada ou definição em regulamento.

Art. 164. Para cobrança administrativa, extrajudicial ou judicial o Município expedirá Certidão de Dívida Ativa – CDA, que conterá as informações necessárias previstas na legislação federal.

Art. 165. A dívida ativa tributária municipal seguirá as demais prerrogativas da dívida ativa estabelecidas no Código Tributário Nacional ou legislação federal que o venha substituir.

Art. 166. O Município deverá manter dívida ativa não tributária, que relacionará os créditos não fiscais.

SEÇÃO II

DA COBRANÇA ADMINISTRATIVA

Art. 167. O Município poderá utilizar-se de meios administrativos para exigir o pagamento dos créditos inscritos em dívida ativa, inclusive o protesto dos valores nos termos da Lei nº 9.492/1997 ou outra que venha a lhe substituir, assim como outras formas de cobrança extrajudicial possíveis.

SEÇÃO III

DA COBRANÇA JUDICIAL

Art. 168. O Município promoverá, por meio de sua procuradoria, assessoria jurídica ou advogado (a) a execução fiscal dos créditos inscritos em dívida ativa tributária, que tem como base a certidão de dívida ativa regularmente emitida.

Art. 169. A execução fiscal segue as normas processuais estabelecidas em lei federal.

Art. 170. Os créditos não fiscais inscritos na dívida ativa não tributária serão cobrados por execução fiscal ou ação comum, quando for o caso.

CAPÍTULO VII

DA RESPONSABILIDADE DE TERCEIROS E SUCESSORES

Art. 171. São pessoalmente responsáveis:

I - o adquirente ou remitente, pelos tributos relativos aos bens adquiridos ou remidos existentes à data do título de transferência, salvo quando conste deste, prova de quitação, limitada esta responsabilidade nos casos de arrematação em hasta pública ao montante do respectivo preço;

II - o espólio pelos débitos do "de cujus", existentes à data da abertura da sucessão;

III - o sucessor a qualquer título e o cônjuge meeiro, pelos tributos devidos pelo "de cujus" até a data da partilha ou adjudicação, limitada esta responsabilidade ao montante do quinhão, legado ou meação;

IV - a pessoa jurídica resultante de fusão, transformação ou incorporação, pelos débitos das sociedades fusionadas, transformadas ou incorporadas, existentes à data daqueles atos.

Parágrafo único. O disposto no inciso IV aplica-se aos casos de extinção de pessoas jurídicas de direito privado, quando a exploração da respectiva atividade seja continuada por qualquer sócio remanescente ou seu espólio, sob a mesma ou outra razão social ou sob firma individual.

Art. 172. A pessoa natural ou jurídica de direito privado que adquirir de outra, por qualquer título, fundo de comércio ou estabelecimento comercial, industrial ou profissional e continuar a respectiva exploração, sob a mesma ou outra razão social, ou sob firma ou nome individual, responde pelos tributos, relativos ao fundo ou estabelecimento adquirido, devidos até a data do ato:

I - integralmente, se o alienante cessar a exploração do comércio, indústria ou atividade;

II - subsidiariamente com o alienante, se este prosseguir na exploração ou iniciar, dentro de 6 (seis) meses a contar da data da alienação, nova atividade no mesmo ou em outro ramo de comércio, indústria ou profissão.

Art. 173. Nos casos de impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação principal pelo contribuinte, respondem solidariamente com este nos atos em que intervierem ou pelas omissões de que forem responsáveis:

I - os pais, pelos tributos devidos por seus filhos menores;

II - os tutores e curadores, pelos tributos devidos por seus tutelados ou curatelados;

III - os administradores de bens de terceiros, pelos tributos devidos por estes;

IV - o inventariante, pelos tributos devidos pelo espólio;

V - o síndico e o comissário, pelos tributos devidos pela massa falida ou pelo concordatário;

VI - os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício, pelos tributos devidos sobre os atos praticados por eles, ou perante eles, em razão do seu ofício;

VII - os sócios, no caso de liquidação de sociedades de pessoas, pelos débitos destas.

Parágrafo único. O disposto neste artigo só se aplica, em matéria de penalidades, às de caráter moratório.

TÍTULO VII

DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL

Art. 174. A administração tributária municipal é composta pelos servidores responsáveis pela gestão, apoio e lançamento dos tributos municipais e tem sua atuação regulada pelos princípios do direito tributário, pelas regras do Código Tributário Nacional e legislação correlata, assim com as determinações desta Lei.

CAPÍTULO I

DO CADASTRO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL

Art. 175. A administração tributária manterá cadastro com a relação de todos os contribuintes, pessoas físicas ou jurídicas, do Município, que deverá incluir os imóveis em zona urbana e seus responsáveis, os imóveis atendidos pelos serviços públicos e seus responsáveis, todos os estabelecimentos empresariais do Município, fixos ou temporários, todos os prestadores de serviços, inclusive os sediados em outras cidades que prestem ou prestaram serviços na cidade, entre outros dados de contribuintes pertinentes a atuação do fisco municipal.

Parágrafo único. Os contribuintes de ISS sediados em outra cidade devem obedecer as regras de escrita fiscal e declaração previstas nesta Lei ou em regulamento e, nos casos em que o ISS deve ser recolhido no Município, podem ter autorizado o uso da nota fiscal do Município.

Art. 176. Cabe aos contribuintes manter atualizados seus dados no Cadastro Tributário Municipal e o fisco deve incluir ou alterar os cadastros quando tomar ciência de novas informações.

Parágrafo único. A falta de comunicação do contribuinte sobre alteração nas condições de seu cadastro constitui descumprimento de obrigação acessória, passível de multa nos termos desta lei.

Art. 177. O cadastro constitui o meio legal pelo qual o fisco gerencia, lança e cobra os tributos municipais, sendo que as informações do cadastro possuem presunção de veracidade para fins tributários.

Parágrafo único. O Município pode instituir o domicílio tributário eletrônico, sendo que os contribuintes optantes por este tipo de domicílio usufruirão do sistema para receber notificações, intimações e informações, além de efetuar

requerimentos e abertura de processos administrativos e demais atividades, conforme definido em regulamento.

CAPÍTULO II

DO LANÇAMENTO DOS TRIBUTOS MUNICIPAIS

Art. 178. O lançamento do tributo é o ato que constitui o crédito tributário.

Art. 179. No Município o lançamento é feito pelos agentes públicos que possuam, entre as suas funções estabelecidas em lei, a de lançar tributos, independente do nome de seu cargo e de seu nível hierárquico.

Art. 180. Os tributos municipais são lançados da seguinte forma:

I – O ITBI é lançado por declaração, ou seja, com base em informação do próprio contribuinte ou de outro responsável o fisco calcula e lança o tributo.

II – O ISS é lançado por homologação, isto é, cabe ao contribuinte enviar os dados e pagar o tributo, sem a participação direta do fisco, que somente irá homologar ou complementar o lançamento feito pelo contribuinte.

III – O IPTU, as taxas, as contribuições e outros tributos são lançados por ofício, ou seja, por ato unilateral do fisco municipal, mesmo que na composição da base de cálculo haja a participação do contribuinte.

Art. 181. O contribuinte será notificado do lançamento do tributo e este passa ser considerado devidamente efetivado:

I – No caso de tributos lançados por ofício, por qualquer um dos meios abaixo:

a) Com a intimação pessoal do contribuinte, devendo assinar termo de recebimento;

b) Com a intimação por data e hora certa do contribuinte;

c) Com a postagem nos Correios do carnê, guia ou notificação de lançamento para o endereço do contribuinte constante no Cadastro Tributário Municipal;

d) Com a entrega do carnê, guia ou notificação de lançamento no endereço do contribuinte constante no Cadastro Tributário Municipal ou no endereço de seu contador;

e) Com a disponibilização ao contribuinte, em qualquer meio, seja físico ou digital, da possibilidade de impressão ou retirada da guia ou carnê para pagamento;

f) Com envio, por e-mail cadastrado e de contato do contribuinte, inclusive o de seu contador, do lançamento ou guia de pagamento;

g) Tentada no mínimo duas das possibilidades anteriores, por meio de edital publicado em jornal de grande circulação.

II – No caso de tributos lançados por declaração, logo que informado ao fisco os dados necessários, cabendo ao contribuinte, que já estará devidamente intimado, requerer do fisco, nos prazos estipulados, as guias para pagamento.

III – No caso de lançamento por homologação, quando declarado ou pago o tributo pelo contribuinte, podendo o fisco complementar o lançamento a qualquer momento, com o simples envio de guia para pagamento ao contribuinte.

Parágrafo único. Nos casos de sistemas digitais, em que o contribuinte usufrua de meios eletrônicos para declarar, emitir ou pagar os tributos, como no domicílio tributário eletrônico, é plenamente válida, e representa intimação ao contribuinte, qualquer notificação enviada via mensagem eletrônica, seja por e-mail ou ambiente específico, inclusive para lançamento de tributo, conforme seja disciplinado em regulamento, constituindo domicílio tributário para todos os fins.

Art. 182. O lançamento de tributos, assim como de eventuais multas, pode ser feito ainda em ação fiscal, com a elaboração de auto de infração e lançamento, conforme determinações desta Lei.

CAPÍTULO III

DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS FISCAIS

Art. 183. Os processos administrativos fiscais constituem meio pelo qual a administração tributária fiscaliza os tributos e também asseguram ao contribuinte o direito ao contraditório e a ampla defesa.

SEÇÃO I

DAS AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 184. A administração tributária municipal, por intermédio de qualquer de seus agentes, pode abrir procedimento para averiguação da regularidade fiscal dos

contribuintes, em relação a qualquer tributo municipal, ou requerer informações que estejam na posse do fiscalizado.

Art. 185. O fisco municipal deve notificar o contribuinte da abertura da ação fiscal, intimando-o, quando for o caso, a enviar documentos, informações ou dados ao fisco.

Art. 186. Concluída a auditoria dos dados do contribuinte na ação fiscal, o fisco deve:

I – Caso não encontre irregularidade no cumprimento das obrigações principais ou acessórias, promover ou aguardar o encerramento da ação fiscal.

II – Caso encontre irregularidades no cumprimento de obrigação acessória ou principal, lançar os tributos e penalidades cabíveis, por meio de auto de infração e/ou lançamento, que apontará os tributos e multas incidentes.

§1º O auto de infração e/ou lançamento não necessariamente encerra a ação fiscal, que pode se manter aberta caso o fisco verifique a necessidade de análises sobre outros itens, eventualmente não abordados em um único auto de infração e/ou lançamento.

§2º O auto de infração e/ou lançamento constitui o crédito tributário, respeitados os prazos de impugnação e recurso, em que a constituição efetiva se dará depois de finalizada a análise da impugnação e recurso.

Art. 187. O auto de infração e lançamento deve conter, obrigatoriamente:

I – a qualificação do autuado;

II – local, data e hora da lavratura;

III – a descrição do fato e da ação fiscal correspondente;

IV – a disposição legal infringida e a penalidade aplicável;

V – a guia ou forma de pagamento;

VI – o prazo para impugnação.

Art. 188. Na notificação de abertura da ação fiscal, no auto de infração e/ou lançamento e nas demais notificações feitas no decorrer da ação fiscal, considera-se devidamente intimado o contribuinte e efetivado o lançamento com:

I - a intimação pessoal, mediante assinatura de recebimento da notificação ou do auto de infração e lançamento;

II - o recebimento, comprovado por meio de Aviso de Recebimento (AR), da notificação ou do auto de infração e lançamento no endereço constante no Cadastro Tributário Municipal ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;

III – a publicação de edital, desde que tentadas, por no mínimo duas vezes, as alternativas dos incisos anteriores.

Parágrafo único. É plenamente válida e constitui intimação de notificação ou de lançamento, o envio de mensagem eletrônica (e-mail) para endereço eletrônico utilizado pelo contribuinte no decorrer da ação fiscal para requerer informações ou utilizado pelo contribuinte como domicílio tributário eletrônico.

SEÇÃO II

DA IMPUGNAÇÃO E RECURSO AO LANÇAMENTO

Art. 189. No prazo de 30 (trinta) dias, contados da efetivação do lançamento, poderá o contribuinte propor impugnação, apresentando, de forma clara e objetiva, os fundamentos legais ou fáticos que embasam o pedido.

Parágrafo único. O lançamento referido no *caput* abrange tanto o oriundo de ação fiscal, que é feito por meio do auto de infração e/ou lançamento, quanto aos lançamentos de ofício ou por declaração feitos regularmente pelo fisco.

Art. 190. A impugnação deve ser dirigida ao agente responsável pelo lançamento do tributo e/ou das penalidades.

Art. 191. O agente responsável a quem se dirigiu a impugnação, nos termos do artigo anterior, deve requerer a emissão de parecer jurídico sobre a questão para a procuradoria, assessoria ou advogado(a) do Município e, de acordo com seu entendimento, sem obrigatoriedade de vinculação com o parecer jurídico, emitirá sua decisão mantendo, corrigindo, alterando ou cancelando o lançamento.

Art. 192. Da decisão da impugnação poderá o contribuinte propor recurso, no prazo de 15 (quinze) dias, para a Junta Administrativa de Recursos Fiscais do Município – JARF, que representa o segundo grau administrativo de julgamento.

§1º A Junta Administrativa de Recursos Fiscais do Município será composta, no mínimo, por 3 (três) integrantes, dentre os seguintes:

- a) Secretário Municipal de Administração e Planejamento;

b) Servidor municipal efetivo da área tributária ou contábil, desde que não seja o mesmo agente responsável pelo julgamento em primeira instância;

c) Cidadão do Município com experiência ou conhecimento na área tributária, jurídica ou contábil.

§2º A junta indicada neste artigo se reunirá unicamente para avaliar os recursos propostos, não havendo necessidade de publicação, convocação ou outro ato prévio a reunião, e também não precisará ser composta sempre pelos mesmos nomes.

§3º O Prefeito Municipal irá nomear os integrantes da Junta sempre no início de cada exercício fiscal.

§4º Sempre que necessário a junta poderá solicitar da procuradoria, assessoria jurídica ou advogado do Município, a emissão de parecer jurídico sobre matéria objeto do recurso, o qual é meramente opinativo, não tendo qualquer vinculação na decisão final da Junta.

§5º Regulamento definirá a forma de funcionamento da Junta Administrativa de Recursos Fiscais.

Art. 193. A junta deve emitir decisão, em que apontará a manutenção, correção, modificação ou cancelamento do lançamento e/ou penalidades, de forma fundamentada.

Art. 194. A decisão da Junta Administrativa de Recursos Fiscais do Município é definitiva e dela não cabe recurso.

Art. 195. A intimação ao contribuinte das decisões sobre a impugnação e ao recurso seguem as mesmas regras da ação fiscal previstas nesta Lei.

SEÇÃO III

DO PEDIDO DE RESTITUIÇÃO

Art. 196. O contribuinte pode requerer a restituição de tributo pago indevidamente, devendo para isso encaminhar pedido por escrito a administração tributária municipal.

Art. 197. O pedido de restituição deve ser protocolado diretamente na administração tributária municipal e deve conter, obrigatoriamente:

- I – os fundamentos e argumentos, fáticos e jurídicos, do pedido;
- II – o endereço físico para envio da resposta e/ou o endereço eletrônico (e-mail) para envio da decisão;
- III – a assinatura do responsável legal pela empresa, com a consequente prova de sua condição, por meio de cópia autenticada do contrato ou estatuto social, assim como eventuais procurações.

Art. 198. O pedido deve ser encaminhado a administração tributária municipal que fará o julgamento em primeira instância.

Art. 199. O agente julgador da administração tributária deverá emitir sua decisão, com a devida fundamentação, atentando que:

I – no caso de decisão contrária a restituição, intimará o contribuinte, através de envio da decisão ao endereço ou ao e-mail informado no pedido, concedendo prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento, para que seja apresentado recurso à Junta Administrativa de Recursos Fiscais do Município.

II – no caso de decisão favorável a restituição, deverá o agente julgador anexar seu parecer ao processo e encaminhá-lo, de ofício, a Junta Administrativa de Recursos Fiscais do Município, para que esta emita a decisão final.

Art. 200. A restituição, obrigatoriamente, será concedida na forma de compensação nos pagamentos futuros de tributos municipais pelo contribuinte.

§1º Caso nos 12 (doze) meses seguintes a concessão da restituição não tenha ocorrido qualquer lançamento de tributo em nome do contribuinte que viabilizasse a compensação, poderá o Município autorizar a devolução dos tributos diretamente para conta bancária indicada pelo contribuinte, em até 12 (doze) parcelas mensais.

§2º A restituição dos tributos será feita com a devida correção monetária, utilizando-se o índice de correção definido nesta Lei para os tributos municipais.

SEÇÃO IV

DA CONSULTA

Art. 201. É assegurado o direito de consulta do contribuinte sobre questão que tange a interpretação e aplicação da legislação tributária municipal.

Art. 202. A consulta será instruída com a documentação que o consulente entender oportuna e apreciada pela administração tributária municipal.

Art. 203. A consulta deve versar sobre questão geral, que abranja a interpretação da legislação tributária, não sendo permitida a elaboração de consultas por contribuintes que estejam sob ação fiscal ou sob casos concretos.

CAPÍTULO IV

DAS PRERROGATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL

Art. 204. O Executivo Municipal poderá elaborar regulamentos para disciplinar, definir e especificar regras para a administração tributária municipal, sempre obedecendo aos princípios gerais do direito tributário e as regras estabelecidas nesta Lei.

Art. 205. Em toda sua atuação a administração tributária municipal manterá o sigilo das informações econômicas, cadastrais e pessoais dos contribuintes.

Parágrafo único. Além da divulgação dos dados constantes em dívida ativa, o Município seguirá as normas do Código Tributário Nacional ou outra lei que o substitua para divulgar informações fiscais não abrangidas pelo sigilo tributário.

Art. 206. A administração tributária mantém autonomia em relação a arrecadação dos tributos municipais, com possibilidade de criar instruções normativas e outros atos necessários a regulação interna das atividades.

Art. 207. Sempre que notificados, devem prestar informações ao fisco os:

I – Sindicatos;

II – Conselhos profissionais;

III – Instituições financeiras;

IV – Empresas concessionárias de serviços públicos;

V – Empresas públicas e sociedades de economia mista;

VI – Tabeliães, cartorários e notários;

VII – Demais pessoas jurídicas ou físicas que tenham em sua posse informações de caráter tributário.

TÍTULO VIII DAS QUESTÕES GERAIS

CAPÍTULO I DA UNIDADE FISCAL MONETÁRIA

Art. 208. Fica instituída a Unidade Fiscal Monetária (UFM), que é atualizada de forma automática em cada exercício, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, ou outro que venha a lhe substituir, considerando a variação acumulada entre 1º de janeiro e 31 de dezembro do exercício anterior.

§1º O valor inicial da UFM para o exercício subsequente a aprovação desta Lei é de R\$ 54,00 (cinquenta e quatro reais).

§2º A atualização anual prevista no *caput* ocorre independente de decreto ou outro ato do Chefe do Poder Executivo, bastando para formalizar a atualização instrução normativa ou portaria da administração tributária municipal publicada no órgão oficial de publicação.

CAPÍTULO II DOS PREÇOS PÚBLICOS

Art. 209. Os serviços prestados pelo Município em regime de direito privado, que incluem locação de máquinas, ginásios, espaços para eventos, entre outros, serão custeados por meio de preço público, a serem estabelecidos por lei ou decreto do Poder Executivo.

CAPÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 210. A base de cálculo para o lançamento do IPTU, será a seguinte:

- I – para o ano de 2018, 70% sobre o valor venal do imóvel;
- II – para o ano de 2019, 80% sobre o valor venal do imóvel;
- III – para o ano de 2020, 90% sobre o valor venal do imóvel;
- IV – a partir do ano de 2021, 100% sobre o valor venal do imóvel.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 211. Utiliza-se supletivamente a esta Lei o Código Tributário Nacional e demais leis federais e estaduais que regulam as regras gerais de Direito Tributário, em especial as que normatizam os créditos tributários, as prerrogativas dos fiscos, a forma de cobrança e demais questões pertinentes ao Direito Tributário.

Art. 212. Para todos os fins desta Lei, a correção monetária será feita com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), ou outro índice oficial que lhe vier a substituir.

Art. 213. O Poder Executivo fica autorizado a expedir os atos que forem necessários para regulamentar esta Lei.

Art. 214. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, respeitada as regras do art. 150, III da Constituição Federal no que concerne a cobrança dos tributos.

Art. 215. Revogam-se a partir de 01 de janeiro de 2018 todas as disposições em contrário, em especial a Lei Complementar Municipal n. 01/2003.

Morro Grande/SC, 28 de setembro de 2017.

VALDIONIR ROCHA
Prefeito Municipal

ANEXO I

PLANTA GENÉRICA DE VALORES

O valor venal do terreno (V_{vt}), construído ou não, resulta da multiplicação de sua área total tributável, conforme as circunstâncias peculiares do imóvel, de acordo com a seguinte fórmula:

$$V_{vt} = V_{mq} \times F_{sit} \times F_{top} \times F_{ped} \times F_{ocu} \times F_{uti} \times F_{lim}$$

Onde:

a) V_{mq}: valor do metro quadrado do lote padrão da seção a que pertence o imóvel;

b) F_{sit}: fator de situação na quadra;

c) F_{top}: fator de topografia;

d) F_{ped}: fator de pedologia;

e) F_{ocu}: fator de ocupação;

f) F_{uti}: fator de utilização;

g) F_{lim}: fator de limitação.

TABELA I**FATOR DE SITUAÇÃO NA QUADRA (F_{Sit})**

Código	SITUAÇÃO	FS
4316	Meio de Quadra	1,0
4324	Esquina ou + de 1 frente	1,1
4332	Vila	0,9
4359	Encravado	0,7
4367	Gleba	1,0

TABELA II**FATOR DE TOPOGRAFIA (F_{top})**

Código	TOPOGRAFIA	FT
4413	Plana	1,0
4421	Aclive	0,9
4430	Declive	0,7
4448	Irregular	0,8

TABELA III**FATOR DE PEDOLOGIA (F_{Ped})**

Código	PEDOLOGIA	FP
4510	Inundável	0,8
4529	Normal / Firme	1,0
4537	Alagado/Brejo	0,6
4586	Combinação dos demais	0,7

TABELA IV**FATOR DE OCUPAÇÃO (F_{ocu})**

Código	OCUPAÇÃO	Fator
2615	Não construído	1,00
2623	Ruínas	1,00
2631	Demolição	1,00
2640	Construção Paralisada	1,05
2658	Construção em Andamento	1,05
2674	Construído	1,02

TABELA V**FATOR DE UTILIZAÇÃO (F_{uti})**

Código	UTILIZAÇÃO	Fator
2917	Terreno sem Uso	1,00
2925	Residencial	1,05
2950	Serviço Público	1,00
2968	Industrial	1,15
2976	Religioso	1,00
2986	Comércio/Serviços	1,10
2987	Agropecuária	0,90

TABELA VI**FATOR DE LIMITAÇÃO (F_{Lim})**

Código	LIMITAÇÃO MURO	Fator
3018	Cerca	1,05
3019	Muro	1,08
3020	Grade	1,10
3021	Madeira	1,05
3022	Sem	1,00

ITEM I - VALOR VENAL POR METRO QUADRADO DOS TERRENOS POR SEÇÃO:**Seção 01: Bairro Centro****Seção 02: Bairro São Bento****Seção 03: Bairro Nova Roma****TABELA I****VALOR DO METRO QUADRADO DO LOTE PADRÃO PARA CÁLCULO DO VALOR VENAL DO TERRENO (V_{mq})**

O valor abrange ambos os lados do logradouro.

CÓDIGO DO LOGRADOURO	SEÇÃO	NOME DO LOGRADOURO	VALOR (m ²)
			UFM
4	01	Estrada Geral situada no perímetro urbano	1,85
4	03	Estrada Geral situada no perímetro urbano	1,85
54	01	Rodovia Municipal Marlene Piazza Zuchinali situada no perímetro urbano	3,50
54	02	Rodovia Municipal Marlene Piazza Zuchinali situada no perímetro urbano	3,50
54	03	Rodovia Municipal Marlene Piazza Zuchinali situada no perímetro urbano	1,85
77	02	Rodovia Municipal Santa Gertrudes situada no perímetro urbano	2,40

CÓDIGO DO LOGRADOURO	SEÇÃO	NOME DO LOGRADOURO	VALOR (m²)
			UFM
90	03	Rodovia Municipal Pedro Zuchinali situada no perímetro urbano	1,85
97	01	Rodovia SC 447 situada no perímetro urbano	1,85
12	01	Rua Antonio Milanez	3,50
33	01	Rua Artidoro Rosso	3,50
94	02	Rua Claudir Daniel	1,71
16	01	Rua Davi Biff	3,50
11	01	Rua Genoveva Daniel Dal Toé	3,50
14	01	Rua Giácomo Venson	3,50
6	01	Rua Irmãos Biff	3,50
96	02	Rua Irmãos Fernandes	1,71
95	02	Rua Irmãos Menegon	1,71
5	01	Rua João Manoel Rocha	3,50
21	01	Rua José Tomazi	3,50
9	01	Rua Juvenal Feliciano de Bittencourt	3,50
44	01	Rua Luis Brina	3,50
18	01	Rua Luiz Spader	3,50
93	02	Rua Luiza Constantina Magri	1,71
50	01	Rua Olávio Brovedan	3,50

CÓDIGO DO LOGRADOURO	SEÇÃO	NOME DO LOGRADOURO	VALOR (m²)
			UFM
26	01	Rua Otavio Scarpatti	3,50
24	01	Rua Pedro Dal Toé	3,50
10	01	Rua Primo Daniel	2,44
2	01	Rua Rui Barbosa	6,80
15	01	Rua Santa Cruz	3,50
92	02	Rua Valdemar Coral	1,71
91	02	Rua Vitório Favarin	1,71

ITEM II – VALOR VENAL POR METRO QUADRADO DE ÁREA CONSTRUÍDA

O valor venal da construção (V_{vc}) resulta do produto da multiplicação da área construída (A_c) pelo valor unitário do metro quadrado do tipo de construção (V_{mqc}), pelo fator do tipo de alinhamento (F_{ali}), pelo fator do tipo de situação da construção (F_{sit}), pelo fator do estado de conservação (F_{con}), pelo fator da situação da unidade construída (F_{siuc}) e pelo fator do tipo de categoria da construção (F_{cat}), conforme a fórmula:

$$V_{vc} = A_c \times V_{mqc} \times F_{fest} \times F_{ali} \times F_{sit} \times F_{con} \times F_{siuc} \times F_{cat}$$

A área construída (A_c) é a constante do cadastro imobiliário. Os fatores são obtidos em função do tipo de edificação constante no cadastro imobiliário e as tabelas I a VII, abaixo, definem os valores unitários de referência.

Os valores unitários de referência de terrenos e edificações poderão sofrer ajustes na avaliação dos imóveis quando se constatar que os valores dos imóveis determinados com base nos mesmos estejam destoando do comportamento do mercado imobiliário.

Os percentuais para majoração ou minoração dos valores unitários de referência poderão ser gravados por lote no cadastro imobiliário, quando a constatação da distorção for específica, ou por trecho de logradouro, quando a constatação da distorção se der para todos os imóveis de um ou dos dois lados do trecho.

TABELA I**VALOR DO METRO QUADRADO DA CONSTRUÇÃO (V_{mqc})**

CODIGO (73)	Tipo da Construção	Valores em UFM/m ²
7315	Casa	13,40
7323	Construção Precária	3,50
7331	Apartamento	23,40
7358	Loja ou Sala Comercial	20,70
7366	Galpão	9,00
7374	Telheiro	9,00
7386	Indústria	13,40
7387	Especial	13,40

TABELA II**FATOR ESTRUTURA DA EDIFICAÇÃO (Fest)**

1.3 – ESTRUTURA (campo 10.78 do BCI)	
11 - Alvenaria.....	1,05
20 - Madeira.....	0,60
38 - Metálica.....	1,00
46 - Concreto.....	1,20
54 - Mista.....	0,80

TABELA III**FATOR ALINHAMENTO (Fali)**

1.1 - ALINHAMENTO (campo 10.74 do BCI)	FATOR / MULTIPLICADOR
12– Alinhada.....	1,00
20– Recuada.....	0,90

TABELA IV**FATOR SITUAÇÃO (Fsit)**

1.2 - SITUAÇÃO (campo 10.75 do BCI)	
10 - Isolada.....	1,00
28 - Conjugada.....	0,90
36 - Geminada.....	0,80

TABELA V**FATOR ESTRUTURA E ESTADO DE CONSERVAÇÃO (Fcon)**

1.4- ESTADO DE CONSERVAÇÃO (campo 10.86 do BCI)	
13 - Nova/Ótima.....	1,10
21 - Boa.....	1,00
30 - Regular.....	0,90
86 - Mau.....	0,80

TABELA VI**FATOR SITUAÇÃO DA UNIDADE CONSTRUIDA (F_{siuc})**

1.5 – SITUAÇÃO DA UNIDADE CONSTRUIDA	FATOR/MULTIPLICADOR
30 - Frente.....	1,00
40 - Fundo.....	0,85

TABELA VII**FATOR DE CATEGORIA (F_{cat})**

			1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	
			Material	Casa de alvenaria	Casa de madeira	Casa pred de alvenaria	Casa pred de madeira	Construção Precária	Apartamento	Loja ou Sala Comercial	Galpão	Telheiro	Indústria	Outros
ESTRUTURA	7811	Alvenaria	10	8	10	9	2	9	10	9	9	11	8	
	7820	Madeira	0	4	4	4	2	0	5	8	8	8	5	
	7838	Metálica	10	10	10	10	2	9	10	9	11	11	8	
	7846	Concreto	10	10	10	10	5	9	10	9	11	11	8	
	7854	Mista	10	8	6	8	3	9	10	9	10	11	8	
COBERTURA	7919	Palha/Zinco	6	2	4	4	2	5	5	6	6	6	6	
	7927	Cimento amianto	8	6	8	8	2	8	8	8	8	8	8	
	7935	Telha de Barro	8	8	6	6	4	8	8	8	8	8	8	
	7943	Laje/Telha de Concreto	10	0	8	8	5	10	10	10	8	10	10	
	7951	Mista	9	6	7	6	3	8	8	8	8	8	10	
	7986	Metálica especial	10	10	10	10	5	10	10	10	8	10	10	

PAREDES	8010	Sem	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	0
	8028	Taipa	8	5	5	5	2	5	5	5	0	3	5
	8036	Alvenaria	10	0	8	8	4	10	9	10	0	10	10
	8060	Concreto	10	0	10	10	4	10	9	10	0	10	10
	8086	Madeira	0	10	8	8	3	0	8	8	0	8	8
	8094	Misto	8	8	8	6	4	8	8	8	0	10	9
FORRO	8117	Sem	0	0	0	0	0	0	0	6	0	6	9
	8125	Madeira	8	8	8	8	4	10	9	8	8	8	8
	8133	Estuque	5	0	5	5	0	5	5	5	0	5	5
	8141	Laje	10	0	10	8	5	10	10	10	0	10	10
	8186	Chapas	10	10	10	10	5	10	10	10	10	10	10
	8194	Mista	10	8	8	8	4	10	8	8	0	8	8
REVESTIMENTO FACHADA PRINCIPAL	8214	Sem	5	0	5	5	0	5	5	5	0	5	5
	8230	Reboco	8	0	8	8	4	10	8	8	0	8	8
	8249	Pedra - Cerâmica	10	0	10	10	4	10	10	10	0	10	10
	8257	Madeira	8	8	8	8	4	8	8	6	0	6	8
	8286	Especial	10	10	10	10	4	10	10	10	0	10	10
	8287	Estrutura - concreto	10	0	8	5	3	10	10	8	0	10	8
INSTALAÇÃO SANITÁRIA	8311	Sem	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	5
	8320	Externa	4	4	4	4	2	6	4	5	0	5	7
	8346	Mais de uma interna	8	8	8	8	5	9	8	10	0	6	9
	8386	Interna simples	6	6	6	6	3	6	8	8	0	5	8
	8387	Interna completa	8	8	8	6	4	8	8	10	0	6	9

INSTALAÇÃO ELÉTRICA	8419	Sem	2	2	2	2	0	2	3	3	5	0	4
	8427	Aparente	4	4	4	4	2	4	4	6	5	5	7
	8435	Semiembutida	6	2	6	6	2	6	7	5	6	7	9
	8443	Embutida	8	4	6	8	7	8	9	5	5	7	7
PISO	8516	Terra batida	0	0	0	0	0	0	5	5	5	5	5
	8524	Cimento	8	4	4	4	2	6	8	9	9	8	8
	8532	Cerâmico/ Mosaico	10	8	6	8	4	10	11	10	8	10	10
	8540	Misto	10	9	8	9	5	10	11	10	8	10	10
	8586	Tábuas	10	10	8	10	4	13	10	10	8	10	10
	8587	<i>Taco</i>	<i>13</i>	<i>10</i>	<i>10</i>	<i>8</i>	<i>4</i>	<i>13</i>	<i>06</i>	<i>10</i>	<i>8</i>	<i>10</i>	<i>10</i>
	8589	<i>Material plástico</i>	<i>10</i>	<i>10</i>	<i>12</i>	<i>10</i>	<i>4</i>	<i>10</i>	<i>12</i>	<i>12</i>	<i>10</i>	<i>12</i>	<i>10</i>
	8590	<i>Especial</i>	<i>10</i>	<i>10</i>	<i>12</i>	<i>10</i>	<i>5</i>	<i>10</i>	<i>12</i>	<i>12</i>	<i>10</i>	<i>12</i>	<i>10</i>
	8591	<i>Tijolo</i>	<i>6</i>	<i>6</i>	<i>6</i>	<i>6</i>	<i>3</i>	<i>6</i>	<i>6</i>	<i>8</i>	<i>8</i>	<i>8</i>	<i>8</i>
REVESTIMENTO INTERNO	8601	Sem	0	0	0	0	0	0	5	5	5	5	6
	8602	Reboco	8	4	4	4	2	6	8	9	10	6	8
	8603	Mat. Cerâmico	10	6	8	8	4	10	8	10	11	10	8
	8604	Massa	10	7	8	9	5	10	8	10	11	10	8
	8605	Madeira	12	8	8	8	4	10	9	8	11	10	8
	8606	Mista	<i>13</i>	<i>8</i>	<i>10</i>	<i>10</i>	<i>4</i>	<i>10</i>	<i>7</i>	<i>8</i>	<i>11</i>	<i>10</i>	<i>8</i>
ESQUADRIAS	8701	Sem	0	0	0	0	0	0	5	5	5	5	5
	8702	Rústica	8	4	4	4	2	6	8	3	12	8	12
	8703	Madeira	12	6	8	8	4	10	10	5	11	10	11
	8704	Ferro	12	9	10	9	5	10	10	5	11	10	11

	8705	Alumínio	10	8	10	6	4	10	11	4	11	10	11
	8706	Especial	13	8	12	8	4	10	11	4	11	10	11
	8707	Mista	10	8	12	10	4	10	11	7	13	12	13
PICINA	8801	Não	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	8802	Sim	2	2	4	4	2	4	2	7	12	2	5
TOTAL DA CATEGORIA			100	90	100	100	50	100	100	100	80	100	100

Obs. O fator da categoria (F_{cat}) é obtido dividindo-se a soma de pontos obtido pela construção dividido pelo total da categoria.

ANEXO II

LISTA DE SERVIÇOS, FATOS GERADORES E ALÍQUOTAS DO ISS

LISTA DE SERVIÇOS	Sobre Produção Fiscal	Unidade Monetária ao mês
1- Serviços de informática e congêneres		
1.01 – Análise e desenvolvimento de sistemas	3%	-
1.02 – Programação.....	3%	-
1.03 – Processamento, armazenamento ou hospedagem de dados, textos, imagens, vídeos, páginas eletrônicas, aplicativos e sistemas de informação, entre outros formatos, e congêneres.....	3%	-
1.04 – Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos, independentemente da arquitetura construtiva da máquina em que o programa será executado, incluindo tablets, smartphones e congêneres.....	3%	-
05 – Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação.....	3%	-
1.06 – Assessoria e consultoria em informática.....	3%	-
1.07 – Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados.....	3%	-
1.08 – Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas.....	3%	-
1.09 – Disponibilização, sem cessão definitiva, de conteúdos de áudio, vídeo, imagem e texto por meio da internet, respeitada a imunidade de livros, jornais e periódicos (exceto a distribuição de conteúdos pelos prestadores de Serviços de Acesso Condicionado, de que trata a Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, sujeita ao ICMS).....	3%	-
2 – Serviços de pesquisas e desenvolvimento		
2.01 – Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.....	3%	-
3 – Serviços prestados mediante locação		
3.01 – Vetado		
3.02 - Cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda.....	5%	-
3.03 – Exploração de salões de festas, centro de convenções, escritórios virtuais, stands, quadras esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, parques de diversões, canchas e congêneres, para realização de eventos ou negócios de qualquer natureza.....	5%	-

3.04 – Locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza.....	5%	-
3.05 – Cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário.	5%	-
4 – Serviços de saúde, assistência médica		
4.01 – Medicina e biomedicina.....	3%	-
4.02 – Análises clínicas, patologia, eletricidade médica, radioterapia, quimioterapia, ultra-sonografia, ressonância magnética, radiologia, tomografia e congêneres.....	3%	-
4.03 – Hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, prontos-socorros, ambulatórios e congêneres.....	3%	-
4.04 – Instrumentação cirúrgica.....	3%	-
4.05 – Acupuntura.....	3%	-
4.06 – Enfermagem, inclusive serviços auxiliares.....	3%	-
4.07 – Serviços farmacêuticos.....	3%	-
4.08 – Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia.....	3%	-
4.09 – Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental	3%	-
4.10 – Nutrição.....	3%	40%
4.11 – Obstetrícia.....	3%	40%
4.12 – Odontologia.....	3%	40%
4.13 – Ortóptica.....	3%	40%
4.14 – Próteses sob encomenda.....	3%	-
4.15 – Psicanálise.....	3%	40%
4.16 – Psicologia.....	3%	40%
4.17 – Casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e congêneres.....	3%	-
4.18 – Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.....	3%	-
4.19 – Bancos de sangue, leite, pele, olhos, óvulos, sêmen e congêneres.....	3%	-
4.20 – Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.....	3%	-
4.21 – Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.....	3%	-
4.22 – Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres.....	3%	-
4.23 – Outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário.....		

	3%	-
5 – Serviços de medicina e assistência veterinária		
5.01 – Medicina veterinária e zootecnia.....	5%	-
5.02 – Hospitais, clínicas, ambulatorios, prontos-socorros e congêneres, na área veterinária	5%	-
5.03 – Laboratórios de análise na área veterinária.....	5%	-
5.04 – Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.....	5%	-
5.05 – Bancos de sangue e de órgãos e congêneres.....	5%	-
5.06 – Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.....	5%	-
5.07 – Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.....	5%	-
5.08 – Guarda, tratamento, amestramento, embelezamento, alojamento e congêneres.	5%	-
5.09 – Planos de atendimento e assistência médico-veterinária.....	5%	-
6 – Serviços de cuidados pessoais, estética		
6.01 – Barbearia, cabeleireiros, manicuros, pedicuros e congêneres.....	5%	17%
6.02 – Esteticistas, tratamento de pele, depilação e congêneres.....	5%	-
6.03 – Banhos, duchas, sauna, massagens e congêneres.....	5%	-
6.04 – Ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais e demais atividades físicas.....	5%	-
6.05 – Centros de emagrecimento, spa e congêneres.....	5%	-
6.06 – Aplicação de tatuagens, piercings e congêneres.....	5%	-
7 – Serviços relativos a engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente		
7.01 – Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres	3%	-
7.02 – Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).....	3%	-
7.03 – Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia;		

elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia.....	3%	-
7.04 – Demolição.....	3%	-
7.05 – Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).....	3%	-
7.06 – Colocação e instalação de tapetes, carpetes, assoalhos, cortinas, revestimentos de parede, vidros, divisórias, placas de gesso e congêneres, com material fornecido pelo tomador do serviço.....	3%	-
7.07 – Recuperação, raspagem, polimento e lustração de pisos e congêneres.....	3%	-
7.8 – Calafetação.....	3%	-
7.09 – Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer.....	3%	-
7.10 – Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres.....	3%	-
7.11 – Decoração e jardinagem, inclusive corte e poda de árvores.....	3%	-
7.12 – Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos.....	3%	-
7.13 – Dedetização, desinfecção, desinsetização, imunização, higienização, desratização, pulverização e congêneres	3%	-
7.14 – Vetado		
7.14 - Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação e congêneres.....	3%	-
7.15 – Vetado		
7.15 - Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres.....	3%	-
7.16 – Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte e descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e dos serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas, para quaisquer fins e por quaisquer meios.....	3%	-
7.17 – Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo.....	3%	-
7.18 – Aerofotogrametria (inclusive interpretação), cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, batimétricos, geográficos, geodésicos, geológicos, geofísicos e congêneres.....	3%	-
7.19 – Pesquisa, perfuração, cimentação, mergulho, perfilagem, concretagem, testemunhagem, pescaria, estimulação e outros serviços relacionados com a		

exploração e exploração de petróleo, gás natural e de outros recursos minerais.....	3%	-
7.20 – Nucleação e bombardeamento de nuvens e congêneres.....	3%	-
8 – Serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação pessoal de qualquer		
8.01 – Ensino regular pré-escolar, fundamental, médio e superior.....	3%	-
8.02 – Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza.....	3%	-
9 – Serviços relativos a hospedagem, turismo		
9.01 – Hospedagem de qualquer natureza em hotéis, apart-service condominiais, flat, apart-hotéis, hotéis residência, residence-service, suite service, hotelaria marítima, motéis, pensões e congêneres; ocupação por temporada com fornecimento de serviço (o valor da alimentação e gorjeta, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviços).....	3%	-
9.02 – Agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas de turismo, passeios, viagens, excursões, hospedagens e congêneres.....	3%	-
9.03 – Guias de turismo.....	3%	-
10 – Serviços de intermediação e congêneres		
10.01 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada.....	3%	-
10.02 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos quaisquer.....	3%	-
10.03 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos de propriedade industrial, artística ou literária.....	3%	-
10.04 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil (leasing), de franquia (franchising) e de faturização (factoring).....	3%	-
10.05 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis, não abrangidos em outros itens ou subitens, inclusive aqueles realizados no âmbito de Bolsas de Mercadorias e Futuros, por quaisquer meios.....	3%	-
10.06 – Agenciamento marítimo.....	3%	-
10.07 – Agenciamento de notícias.....	3%	-
10.08 – Agenciamento de publicidade e propaganda, inclusive o agenciamento de veiculação por quaisquer meios.....	3%	-
10.09 – Representação de qualquer natureza, inclusive comercial.....	3%	-
10.10 – Distribuição de bens de terceiros.....	3%	-

11 – Serviços de guarda, estacionamento		
11.01 – Guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, de aeronaves e de embarcações.....	5%	-
11.02 – Vigilância, segurança ou monitoramento de bens, pessoas e semoventes.....	5%	-
11.03 – Escolta, inclusive de veículos e cargas.....	5%	-
11.04 – Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie.....	5%	-
12 – Serviços de diversões, lazer, entretenimento		
12.01 – Espetáculos teatrais.....	5%	-
12.02 – Exibições cinematográficas.....	5%	-
12.03 – Espetáculos circenses.....	5%	-
12.04 – Programas de auditório.....	5%	-
12.05 – Parques de diversões, centros de lazer e congêneres.....	5%	-
12.06 – Boates, taxi-dancing e congêneres.....	5%	-
12.07 – Shows, ballet, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.....	5%	-
12.08 – Feiras, exposições, congressos e congêneres.....	5%	-
12.09 – Bilhares, boliches e diversões eletrônicas ou não.....	5%	-
12.10 – Corridas e competições de animais.....	5%	-
12.11 – Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador.....	5%	-
12.12 – Execução de música.....	5%	-
12.13 – Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, shows, ballet, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.....	5%	-
12.14 – Fornecimento de música para ambientes fechados ou não, mediante transmissão por qualquer processo.....	5%	-
12.15 – Desfiles de blocos carnavalescos ou folclóricos, trios elétricos e congêneres.....	5%	-
12.16 – Exibição de filmes, entrevistas, musicais, espetáculos, shows, concertos, desfiles, óperas, competições esportivas, de destreza intelectual ou congêneres.....	5%	-
12.17 – Recreação e animação, inclusive em festas e eventos de qualquer natureza.....	5%	-
13 – Serviços relativos à fonografia, fotografia		
13.01 – Vetado		

13.01 - Fonografia ou gravação de sons, inclusive trucagem, dublagem, mixagem e congêneres.....	5%	-
13.02 - Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, trucagem e congêneres.....	5%	-
13.03 - Reprografia, microfilmagem e digitalização.....	5%	-
13.04 - Composição gráfica, fotocomposição, clicheria, zincografia.....	5%	-
13.05-Composição gráfica, inclusive confecção de impressos gráficos, fotocomposição, clicheria, zincografia, litografia e fotolitografia, exceto se destinados a posterior operação de comercialização ou industrialização, ainda que incorporados, de qualquer forma, a outra mercadoria que deva ser objeto de posterior circulação, tais como bulas, rótulos, etiquetas, caixas, cartuchos, embalagens e manuais técnicos e de instrução, quando ficarão sujeitos ao ICMS.....	5%	-
14 - Serviços relativos a bens de terceiros		
14.01 - Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).....	5%	-
14.02 - Assistência técnica.....	5%	-
14.03 - Recondicionamento de motores (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).....	5%	-
14.04 - Recauchutagem ou regeneração de pneus.....	5%	-
14.05 - Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, plastificação, costura, acabamento, polimento e congêneres de objetos quaisquer	5%	-
14.06 - Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido.....	5%	-
14.07 - Colocação de molduras e congêneres.....	5%	-
14.08 - Encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres.....	5%	-
14.09 - Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento.....	5%	-
14.10 - Tinturaria e lavanderia.....	5%	-
14.11 - Tapeçaria e reforma de estofamentos em geral.....	5%	-
14.12 - Funilaria e lanternagem.....	5%	-
14.13 - Carpintaria e serralheria. (construção civil).....	5%	-

14.14 – Guincho intramunicipal, guindaste e içamento.....	5%	-
15 – Serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito		
15.01 – Administração de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de carteira de clientes, de cheques pré-datados e congêneres.....	5%	-
15.02 – Abertura de contas em geral, inclusive conta-corrente, conta de investimentos e aplicação e caderneta de poupança, no País e no exterior, bem como a manutenção das referidas contas ativas e inativas.....	5%	-
15.03 – Locação e manutenção de cofres particulares, de terminais eletrônicos, de terminais de atendimento e de bens e equipamentos em geral.....	5%	-
15.04 – Fornecimento ou emissão de atestados em geral, inclusive atestado de idoneidade, atestado de capacidade financeira e congêneres.....	5%	-
15.05 – Cadastro, elaboração de ficha cadastral, renovação cadastral e congêneres, inclusão ou exclusão no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos – CCF ou em quaisquer outros bancos cadastrais.....	5%	-
15.06 – Emissão, reemissão e fornecimento de avisos, comprovantes e documentos em geral; abono de firmas; coleta e entrega de documentos, bens e valores; comunicação com outra agência ou com a administração central; licenciamento eletrônico de veículos; transferência de veículos; agenciamento fiduciário ou depositário; devolução de bens em custódia.....	5%	-
15.07 – Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral, por qualquer meio ou processo, inclusive por telefone, fac-símile, internet e telex, acesso a terminais de atendimento, inclusive vinte e quatro horas; acesso a outro banco e a rede compartilhada; fornecimento de saldo, extrato e demais informações relativas a contas em geral, por qualquer meio ou processo.....	5%	-
15.08 – Emissão, reemissão, alteração, cessão, substituição, cancelamento e registro de contrato de crédito; estudo, análise e avaliação de operações de crédito; emissão, concessão, alteração ou contratação de aval, fiança, anuência e congêneres; serviços relativos a abertura de crédito, para quaisquer fins.....	5%	-
15.09 – Arrendamento mercantil (leasing) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil (leasing).....	5%	-
15.10 – Serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de câmbio, de tributos e por conta de		

terceiros, inclusive os efetuados por meio eletrônico, automático ou por máquinas de atendimento; fornecimento de posição de cobrança, recebimento ou pagamento; emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e documentos em geral.....	5%	-
15.11 – Devolução de títulos, protesto de títulos, sustação de protesto, manutenção de títulos, reapresentação de títulos, e demais serviços a eles relacionados.....	5%	-
15.12 – Custódia em geral, inclusive de títulos e valores mobiliários.....	5%	-
15.13 – Serviços relacionados a operações de câmbio em geral, edição, alteração, prorrogação, cancelamento e baixa de contrato de câmbio; emissão de registro de exportação ou de crédito; cobrança ou depósito no exterior; emissão, fornecimento e cancelamento de cheques de viagem; fornecimento, transferência, cancelamento e demais serviços relativos a carta de crédito de importação, exportação e garantias recebidas; envio e recebimento de mensagens em geral relacionadas a operações de câmbio.....	5%	-
15.14 – Fornecimento, emissão, reemissão, renovação e manutenção de cartão magnético, cartão de crédito, cartão de débito, cartão salário e congêneres.....	5%	-
15.15 – Compensação de cheques e títulos quaisquer; serviços relacionados a depósito, inclusive depósito identificado, a saque de contas quaisquer, por qualquer meio ou processo, inclusive em terminais eletrônicos e de atendimento.....	5%	-
15.16 – Emissão, reemissão, liquidação, alteração, cancelamento e baixa de ordens de pagamento, ordens de crédito e similares, por qualquer meio ou processo; serviços relacionados à transferência de valores, dados, fundos, pagamentos e similares, inclusive entre contas em geral.....	5%	-
15.17 – Emissão, fornecimento, devolução, sustação, cancelamento e oposição de cheques quaisquer, avulso ou por talão.....	5%	-
15.18 – Serviços relacionados a crédito imobiliário, avaliação e vistoria de imóvel ou obra, análise técnica e jurídica, emissão, reemissão, alteração, transferência e renegociação de contrato, emissão e reemissão do termo de quitação e demais serviços relacionados a crédito imobiliário.....	5%	-
16 – Serviços de transporte de natureza		
16.01 – Serviços de transporte coletivo municipal rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros.....	5%	-
16.02 – Outros serviços de transporte de natureza municipal.....	5%	-
17 – Serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil, comercial e congêneres		

17.01 – Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.....	5%	-
17.02 – Datilografia, digitação, estenografia, expediente, secretaria em geral, resposta audível, redação, edição, interpretação, revisão, tradução, apoio e infra-estrutura administrativa e congêneres.....	5%	-
17.03 – Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa.....	5%	-
17.04 – Recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de mão-de-obra.....		
17.05 – Fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço.....	5%	-
17.06 – Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários.....	5%	-
17.07 – Vetado	5%	-
17.07 - Franquia (franchising).....		
17.08 – Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas.....	5%	-
17.09 – Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres.....	5%	-
17.10 – Organização de festas e recepções; bufê (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS).....	5%	-
17.11 – Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros.....	5%	-
17.12 – Leilão e congêneres.....	5%	-
17.13 – Advocacia.....	5%	-
17.14 – Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica	5%	-
17.15 – Auditoria.....	5%	-
17.16 – Análise de Organização e Métodos.....	5%	-
17.17 – Atuária e cálculos técnicos de qualquer natureza.....	5%	-
17.18 – Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares.....	5%	-
17.19 – Consultoria e assessoria econômica ou financeira.....	5%	-
17.20 – Estatística.....		
17.21– Cobrança em geral.....		
17.22 – Assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informações, administração de contas a receber ou a pagar e em geral, relacionados a operações de faturização (factoring).....	5%	-

17.23 – Apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres.....		
17.24 – Apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres.....		
17.25 – Inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade, em qualquer meio, exceto em livros, jornais, periódicos e nas modalidades de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita.....	5%	-
18 – Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura		
18.01 – Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.....	5%	-
19 – Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres		
19.01 – Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.....	5%	-
20 – Serviços portuários, aeroportuários, ferroportuários, de terminais rodoviários, ferroviários e metroviários		
20.01 – Serviços portuários, ferroportuários, utilização de porto, movimentação de passageiros, reboque de embarcações, rebocador escoteiro, atracação, desatracação, serviços de praticagem, capatazia, armazenagem de qualquer natureza, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, serviços de apoio marítimo, de movimentação ao largo, serviços de armadores, estiva, conferência, logística e congêneres.....	5%	-
20.02 – Serviços aeroportuários, utilização de aeroporto, movimentação de passageiros, armazenagem de qualquer natureza, capatazia, movimentação de aeronaves, serviços de apoio aeroportuários, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, logística e congêneres.....	5%	-
20.03 – Serviços de terminais rodoviários, ferroviários, metroviários, movimentação de passageiros, mercadorias, inclusive suas operações, logística e congêneres.....	5%	-
21 – Serviços de registros públicos, cartorários e notariais		
21.01. Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.....	5%	-
22 – Serviços de exploração de rodovia		
22.01 – Serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação,		

monitoração, assistência aos usuários e outros serviços definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais.....	5%	-
23 – Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres		
23.01 – Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres	5%	-
24 – Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres		
24.01 – Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.....	5%	-
25 – Serviços funerários		
25.01 – Funerais, inclusive fornecimento de caixão, urna ou esquifes; aluguel de capela; transporte do corpo cadavérico; fornecimento de flores, coroas e outros paramentos; desembaraço de certidão de óbito; fornecimento de véu, essa e outros adornos; embalsamento, embelezamento, conservação ou restauração de cadáveres...	5%	-
25.02 – Translado intramunicipal e cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.....	5%	-
25.03 – Planos ou convênio funerários.....	5%	-
25.04 – Manutenção e conservação de jazigos e cemitérios	5%	-
25.05 – Cessão de uso de espaços em cemitérios para sepultamento.....	5%	-
26 – Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courier e congêneres		
26.01 – Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas Agências franqueadas; courier e congêneres.....	5%	-
27 – Serviços de assistência social		
27.01 – Serviços de assistência social.....	5%	-
28 – Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza		
28.01 – Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.....	5%	-
29 – Serviços de biblioteconomia		
29.01 – Serviços de biblioteconomia.....	5%	-
30 – Serviços de biologia, biotecnologia e química		
30.01 – Serviços de biologia, biotecnologia e química.....	5%	-

31 – Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres		
31.01 – Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.....	5%	-
32 – Serviços de desenhos técnicos		
32.01 – Serviços de desenhos técnicos.....	5%	-
33 – Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres		
33.01 – Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres	5%	-
34 – Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres		
34.01 – Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres	5%	-
35 – Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas		
35.01 – Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.....	5%	-
36 – Serviços de meteorologia		
36.01 – Serviços de meteorologia.....	5%	-
37 – Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins		
37.01 – Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.....	5%	-
38 – Serviços de museologia		
38.01 – Serviços de museologia.....	5%	-
39 – Serviços de ourivesaria e lapidação		
39.01 – Serviços de ourivesaria e lapidação (quando o material for fornecido pelo tomador do serviço).....	5%	-
40 – Serviços relativos a obras de arte sob encomenda		
40.01. Obras de arte sob encomenda.....	5%	-

ANEXO III
DAS TAXAS SOBRE O PODER DE POLÍCIA

DA TAXA DE LICENÇA E LOCALIZAÇÃO (TLL) E DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO ANUAL (TFA)

TABELA I - CNAE:

CODIGO	DESCRIÇÃO	QDADE. UFM/ TLF
AGRICULTURA, PECUÁRIA, SERVIÇOS RELACIONADOS		
01.11-3/01	Cultivo de arroz	3,5
01.11-3/02	Cultivo de milho	3,5
01.11-3/03	Cultivo de trigo	3,5
01.11-3/99	Cultivo de outros cereais não especificados anteriormente	3,5
01.12-1/01	Cultivo de algodão herbáceo	3,5
01.12-1/02	Cultivo de juta	3,5
01.12-1/99	Cultivo de outras fibras de lavoura temporária não especificadas anteriormente	3,5
01.13-0/00	Cultivo de cana-de-açúcar	3,5
01.14-8/00	Cultivo de fumo	3,5
01.15-6/00	Cultivo de soja	3,5
01.16-4/01	Cultivo de amendoim	3,5
01.16-4/02	Cultivo de girassol	3,5
01.16-4/03	Cultivo de mamona	3,5
01.16-4/99	Cultivo de outras oleaginosas de lavoura temporária não especificadas anteriormente	3,5
01.19-9/01	Cultivo de abacaxi	3,5
01.19-9/02	Cultivo de alho	3,5
01.19-9/03	Cultivo de batata-inglesa	3,5
01.19-9/04	Cultivo de cebola	3,5
01.19-9/05	Cultivo de feijão	3,5
01.19-9/06	Cultivo de mandioca	3,5
01.19-9/07	Cultivo de melão	3,5
01.19-9/08	Cultivo de melancia	3,5
01.19-9/09	Cultivo de tomate rasteiro	3,5
01.19-9/99	Cultivo de outras plantas de lavoura temporária não especificadas anteriormente	3,5
01.21-1/01	Horticultura, exceto morango	3,5
01.21-1/02	Cultivo de morango	3,5
01.22-9/00	Cultivo de flores e plantas ornamentais	3,5

01.31-8/00	Cultivo de laranja	3,5
01.32-6/00	Cultivo de uva	3,5
01.33-4/01	Cultivo de açaí	3,5
01.33-4/02	Cultivo de banana	3,5
01.33-4/03	Cultivo de caju	3,5
01.33-4/04	Cultivo de cítricos, exceto laranja	3,5
01.33-4/05	Cultivo de coco-da-baía	3,5
01.33-4/06	Cultivo de guaraná	3,5
01.33-4/07	Cultivo de maçã	3,5
01.33-4/08	Cultivo de mamão	3,5
01.33-4/09	Cultivo de maracujá	3,5
01.33-4/10	Cultivo de manga	3,5
01.33-4/11	Cultivo de pêsego	3,5
01.33-4/99	Cultivo de frutas de lavoura permanente não especificadas anteriormente	3,5
01.34-2/00	Cultivo de café	3,5
01.35-1/00	Cultivo de cacau	3,5
01.39-3/01	Cultivo de chá-da-índia	3,5
01.39-3/02	Cultivo de erva-mate	3,5
01.39-3/03	Cultivo de pimenta-do-reino	3,5
01.39-3/04	Cultivo de plantas para condimento, exceto pimenta-do-reino	3,5
01.39-3/05	Cultivo de dendê	3,5
01.39-3/06	Cultivo de seringueira	3,5
01.39-3/99	Cultivo de outras plantas de lavoura permanente não especificadas anteriormente	3,5
01.41-5/01	Produção de sementes certificadas, exceto de forrageiras para pasto	3,5
01.41-5/02	Produção de sementes certificadas de forrageiras para formação de pasto	3,5
01.42-3/00	Produção de mudas e outras formas de propagação vegetal, certificadas	3,5
01.51-2/01	Criação de bovinos para corte	4,5
01.51-2/02	Criação de bovinos para leite	4,5
01.51-2/03	Criação de bovinos, exceto para corte e leite	4,5
01.52-1/01	Criação de bufalinos	4,5
01.52-1/02	Criação de eqüinos	4,5
01.52-1/03	Criação de asininos e muare	4,5
01.53-9/01	Criação de caprinos	4,5
01.53-9/02	Criação de ovinos, inclusive para produção de lã	4,5
01.54-7/00	Criação de suínos	3,5
01.55-5/01	Criação de frangos para corte	3,5
01.55-5/02	Produção de pintos de um dia	3,5

01.55-5/03	Criação de outros galináceos, exceto para corte	3,5
01.55-5/04	Criação de aves, exceto galináceos	3,5
01.55-5/05	Produção de ovos	4,5
01.59-8/01	Apicultura	2,5
01.59-8/02	Criação de animais de estimação	2,5
01.59-8/03	Criação de escargô	3
01.59-8/04	Criação de bicho-da-seda	3
01.59-8/99	Criação de outros animais não especificados anteriormente	4
01.61-0/01	Serviço de pulverização e controle de pragas agrícolas	4,5
01.61-0/02	Serviço de poda de árvores para lavouras	4,5
01.61-0/03	Serviço de preparação de terreno, cultivo e colheita	4,5
01.61-0/99	Atividades de apoio à agricultura não especificadas anteriormente	4,5
01.62-8/01	Serviço de inseminação artificial em animais	4,5
01.62-8/02	Serviço de tosquiamento de ovinos	4,5
01.62-8/03	Serviço de manejo de animais	4,5
01.62-8/99	Atividades de apoio à pecuária não especificadas anteriormente	4,5
01.63-6/00	Atividades de pós-colheita	4
01.70-9/00	Caça e serviços relacionados	4
PRODUÇÃO FLORESTAL		
02.10-1/01	Cultivo de eucalipto	4
02.10-1/02	Cultivo de acácia-negra	4
02.10-1/03	Cultivo de pinus	4
02.10-1/04	Cultivo de teca	4
02.10-1/05	Cultivo de espécies madeiras, exceto eucalipto, acácia-negra, pinus e teca	4
02.10-1/06	Cultivo de mudas em viveiros florestais	4
02.10-1/07	Extração de madeira em florestas plantadas	4
02.10-1/08	Produção de carvão vegetal - florestas plantadas	4
02.10-1/09	Produção de casca de acácia-negra - florestas plantadas	4
02.10-1/99	Produção de produtos não-madeireiros não especificados anteriormente em florestas plantadas	4
02.20-9/01	Extração de madeira em florestas nativas	4
02.20-9/02	Produção de carvão vegetal - florestas nativas	4
02.20-9/03	Coleta de castanha-do-pará em florestas nativas	4
02.20-9/04	Coleta de látex em florestas nativas	4
02.20-9/05	Coleta de palmito em florestas nativas	4
02.20-9/06	Conservação de florestas nativas	4
02.20-9/99	Coleta de produtos não-madeireiros não especificados anteriormente em florestas nativas	4
PESCA E AQUICULTURA		

03.11-6/01	Pesca de peixes em água salgada	4
03.11-6/02	Pesca de crustáceos e moluscos em água salgada	4
03.11-6/03	Coleta de outros produtos marinhos	4
03.11-6/04	Atividades de apoio à pesca em água salgada	4
03.12-4/01	Pesca de peixes em água doce	4
03.12-4/02	Pesca de crustáceos e moluscos em água doce	4
03.12-4/03	Coleta de outros produtos aquáticos de água doce	4
03.12-4/04	Atividades de apoio à pesca em água doce	4
03.21-3/01	Criação de peixes em água salgada e salobra	4
03.21-3/02	Criação de camarões em água salgada e salobra	4
03.21-3/03	Criação de ostras e mexilhões em água salgada e salobra	4
03.21-3/04	Criação de peixes ornamentais em água salgada e salobra	4
03.21-3/05	Atividades de apoio à aquicultura em água salgada e salobra	4
03.21-3/99	Cultivos e semicultivos da aquicultura em água salgada e salobra não especificados anteriormente	4
03.22-1/01	Criação de peixes em água doce	4
03.22-1/02	Criação de camarões em água doce	4
03.22-1/03	Criação de ostras e mexilhões em água doce	4
03.22-1/04	Criação de peixes ornamentais em água doce	4
03.22-1/05	Ranicultura	4
03.22-1/06	Criação de jacaré	4
03.22-1/07	Atividades de apoio à aquicultura em água doce	4
03.22-1/99	Cultivos e semicultivos da aquicultura em água doce não especificados anteriormente	4
EXTRAÇÃO DE CARVÃO MINERAL		
05.00-3/01	Extração de carvão mineral	38
05.00-3/02	Beneficiamento de carvão mineral	38
EXTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL		
06.00-0/01	Extração de petróleo e gás natural	38
06.00-0/02	Extração e beneficiamento de xisto	38
06.00-0/03	Extração e beneficiamento de areias betuminosas	38
EXTRAÇÃO DE MINERAIS METÁLICOS		
07.10-3/01	Extração de minério de ferro	38
07.10-3/02	Pelotização, sinterização e outros beneficiamentos de minério de ferro	38
07.21-9/01	Extração de minério de alumínio	38
07.21-9/02	Beneficiamento de minério de alumínio	38
07.22-7/01	Extração de minério de estanho	38
07.22-7/02	Beneficiamento de minério de estanho	38
07.23-5/01	Extração de minério de manganês	38
07.23-5/02	Beneficiamento de minério de manganês	38
07.24-3/01	Extração de minério de metais preciosos	38

07.24-3/02	Beneficiamento de minério de metais preciosos	38
07.25-1/00	Extração de minerais radioativos	38
07.29-4/01	Extração de minérios de nióbio e titânio	38
07.29-4/02	Extração de minério de tungstênio	38
07.29-4/03	Extração de minério de níquel	38
07.29-4/04	Extração de minérios de cobre, chumbo, zinco e outros minerais metálicos não-ferrosos não especificados anteriormente	38
07.29-4/05	Beneficiamento de minérios de cobre, chumbo, zinco e outros minerais metálicos não-ferrosos não especificados anteriormente	38
EXTRAÇÃO DE MINERAIS NÃO-METÁLICOS		
08.10-0/01	Extração de ardósia e beneficiamento associado	38
08.10-0/02	Extração de granito e beneficiamento associado	38
08.10-0/03	Extração de mármore e beneficiamento associado	38
08.10-0/04	Extração de calcário e dolomita e beneficiamento associado	38
08.10-0/05	Extração de gesso e caulim	38
08.10-0/06	Extração de areia, cascalho ou pedregulho e beneficiamento associado	16
08.10-0/07	Extração de argila e beneficiamento associado	38
08.10-0/08	Extração de saibro e beneficiamento associado	38
08.10-0/09	Extração de basalto e beneficiamento associado	38
08.10-0/10	Beneficiamento de gesso e caulim associado à extração	38
08.10-0/99	Extração e britamento de pedras e outros materiais para construção e beneficiamento associado	16
08.91-6/00	Extração de minerais para fabricação de adubos, fertilizantes e outros produtos químicos	38
08.92-4/01	Extração de sal marinho	38
08.92-4/02	Extração de sal-gema	38
08.92-4/03	Refino e outros tratamentos do sal	38
08.93-2/00	Extração de gemas (pedras preciosas e semipreciosas)	38
08.99-1/01	Extração de grafita	38
08.99-1/02	Extração de quartzo	38
08.99-1/03	Extração de amianto	38
08.99-1/99	Extração de outros minerais não-metálicos não especificados anteriormente	38
ATIVIDADES DE APOIO À EXTRAÇÃO DE MINERAIS		
09.10-6/00	Atividades de apoio à extração de petróleo e gás natural	38
09.90-4/01	Atividades de apoio à extração de minério de ferro	38
09.90-4/02	Atividades de apoio à extração de minerais metálicos não-ferrosos	38
09.90-4/03	Atividades de apoio à extração de minerais não-metálicos	38

FABRICAÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS		
10.11-2/01	Frigorífico - abate de bovinos	38
10.11-2/02	Frigorífico - abate de eqüinos	38
10.11-2/03	Frigorífico - abate de ovinos e caprinos	38
10.11-2/04	Frigorífico - abate de bufalinos	38
10.11-2/05	Matadouro - abate de reses sob contrato - exceto abate de suínos	38
10.12-1/01	Abate de aves	38
10.12-1/02	Abate de pequenos animais	38
10.12-1/03	Frigorífico - abate de suínos	38
10.12-1/04	Matadouro - abate de suínos sob contrato	38
10.13-9/01	Fabricação de produtos de carne	38
10.13-9/02	Preparação de subprodutos do abate	38
10.20-1/01	Preservação de peixes, crustáceos e moluscos	38
10.20-1/02	Fabricação de conservas de peixes, crustáceos e moluscos	38
10.31-7/00	Fabricação de conservas de frutas	38
10.32-5/01	Fabricação de conservas de palmito	38
10.32-5/99	Fabricação de conservas de legumes e outros vegetais, exceto palmito	38
10.33-3/01	Fabricação de sucos concentrados de frutas, hortaliças e legumes	38
10.33-3/02	Fabricação de sucos de frutas, hortaliças e legumes, exceto concentrados	38
10.41-4/00	Fabricação de óleos vegetais em bruto, exceto óleo de milho	38
10.42-2/00	Fabricação de óleos vegetais refinados, exceto óleo de milho	38
10.43-1/00	Fabricação de margarina e outras gorduras vegetais e de óleos não-comestíveis de animais	38
10.51-1/00	Preparação do leite	38
10.52-0/00	Fabricação de laticínios	38
10.53-8/00	Fabricação de sorvetes e outros gelados comestíveis	38
10.61-9/01	Beneficiamento de arroz	10
10.61-9/02	Fabricação de produtos do arroz	38
10.62-7/00	Moagem de trigo e fabricação de derivados	38
10.63-5/00	Fabricação de farinha de mandioca e derivados	38
10.64-3/00	Fabricação de farinha de milho e derivados, exceto óleos de milho	38
10.65-1/01	Fabricação de amidos e féculas de vegetais	38
10.65-1/02	Fabricação de óleo de milho em bruto	38
10.65-1/03	Fabricação de óleo de milho refinado	38
10.66-0/00	Fabricação de alimentos para animais	38
10.69-4/00	Moagem e fabricação de produtos de origem vegetal não especificados anteriormente	38

10.71-6/00	Fabricação de açúcar em bruto	38
10.72-4/01	Fabricação de açúcar de cana refinado	38
10.72-4/02	Fabricação de açúcar de cereais (dextrose) e de beterraba	38
10.81-3/01	Beneficiamento de café	38
10.81-3/02	Torrefação e moagem de café	38
10.82-1/00	Fabricação de produtos à base de café	38
10.91-1/01	Fabricação de produtos de panificação industrial	38
10.91-1/02	Fabricação de produtos de padaria e confeitaria com predominância de produção própria	38
10.92-9/00	Fabricação de biscoitos e bolachas	3,5
10.93-7/01	Fabricação de produtos derivados do cacau e de chocolates	4
10.93-7/02	Fabricação de frutas cristalizadas, balas e semelhantes	38
10.94-5/00	Fabricação de massas alimentícias	38
10.95-3/00	Fabricação de especiarias, molhos, temperos e condimentos	38
10.96-1/00	Fabricação de alimentos e pratos prontos	38
10.99-6/01	Fabricação de vinagres	38
10.99-6/02	Fabricação de pós alimentícios	38
10.99-6/03	Fabricação de fermentos e leveduras	38
10.99-6/04	Fabricação de gelo comum	38
10.99-6/05	Fabricação de produtos para infusão (chá, mate, etc.)	38
10.99-6/06	Fabricação de adoçantes naturais e artificiais	38
10.99-6/07	Fabricação de alimentos dietéticos e complementos alimentares	38
10.99-6/99	Fabricação de outros produtos alimentícios não especificados anteriormente	38
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS TÊXTEIS		
13.11-1/00	Preparação e fiação de fibras de algodão	38
13.12-0/00	Preparação e fiação de fibras têxteis naturais, exceto algodão	38
13.13-8/00	Fiação de fibras artificiais e sintéticas	38
13.14-6/00	Fabricação de linhas para costurar e bordar	38
13.21-9/00	Tecelagem de fios de algodão	38
13.22-7/00	Tecelagem de fios de fibras têxteis naturais, exceto algodão	38
13.23-5/00	Tecelagem de fios de fibras artificiais e sintéticas	38
13.30-8/00	Fabricação de tecidos de malha	38
13.40-5/01	Estamparia e texturização em fios, tecidos, artefatos têxteis e peças do vestuário	38
13.40-5/02	Alvejamento, tingimento e torção em fios, tecidos, artefatos têxteis e peças do vestuário	38
13.40-5/99	Outros serviços de acabamento em fios, tecidos, artefatos têxteis e peças do vestuário	38
13.51-1/00	Fabricação de artefatos têxteis para uso doméstico	38
13.52-9/00	Fabricação de artefatos de tapeçaria	38

13.53-7/00	Fabricação de artefatos de cordoaria	38
13.54-5/00	Fabricação de tecidos especiais, inclusive artefatos	38
13.59-6/00	Fabricação de outros produtos têxteis não especificados anteriormente	38
CONFECÇÃO DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS		
14.11-8/01	Confecção de roupas íntimas	4
14.11-8/02	Facção de roupas íntimas	4
14.12-6/01	Confecção de peças de vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida	4
14.12-6/02	Confecção, sob medida, de peças do vestuário, exceto roupas íntimas	4
14.12-6/03	Facção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas	4
14.13-4/01	Confecção de roupas profissionais, exceto sob medida	4
14.13-4/02	Confecção, sob medida, de roupas profissionais	4
14.13-4/03	Facção de roupas profissionais	4
14.14-2/00	Fabricação de acessórios do vestuário, exceto para segurança e proteção	4
14.21-5/00	Fabricação de meias	4
14.22-3/00	Fabricação de artigos do vestuário, produzidos em malharias e tricotagens, exceto meias	4
PREPARAÇÃO DE COUROS E FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE COURO, ARTIGOS PARA VIAGEM E CALÇADOS		
15.10-6/00	Curtimento e outras preparações de couro	4
15.21-1/00	Fabricação de artigos para viagem, bolsas e semelhantes de qualquer material	4
15.29-7/00	Fabricação de artefatos de couro não especificados anteriormente	4
15.31-9/01	Fabricação de calçados de couro	4
15.31-9/02	Acabamento de calçados de couro sob contrato	4
15.32-7/00	Fabricação de tênis de qualquer material	4
15.33-5/00	Fabricação de calçados de material sintético	4
15.39-4/00	Fabricação de calçados de materiais não especificados anteriormente	4
15.40-8/00	Fabricação de partes para calçados, de qualquer material	4
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE MADEIRA		
16.10-2/01	Serrarias com desdobramento de madeira	5
16.10-2/02	Serrarias sem desdobramento de madeira	5
16.21-8/00	Fabricação de madeira laminada e de chapas de madeira compensada, prensada e aglomerada	5
16.22-6/01	Fabricação de casas de madeira pré-fabricadas	5
16.22-6/02	Fabricação de esquadrias de madeira e de peças de madeira para instalações industriais e comerciais	5

16.22-6/99	Fabricação de outros artigos de carpintaria para construção	4
16.23-4/00	Fabricação de artefatos de tanoaria e de embalagens de madeira	4
16.29-3/01	Fabricação de artefatos diversos de madeira, exceto móveis	4
16.29-3/02	Fabricação de artefatos diversos de cortiça, bambu, palha, vime e outros materiais trançados, exceto móveis	4
FABRICAÇÃO DE CELULOSE, PAPEL E PRODUTOS DE PAPEL		
17.10-9/00	Fabricação de celulose e outras pastas para a fabricação de papel	16
17.21-4/00	Fabricação de papel	16
17.22-2/00	Fabricação de cartolina e papel-cartão	16
17.31-1/00	Fabricação de embalagens de papel	16
17.32-0/00	Fabricação de embalagens de cartolina e papel-cartão	16
17.33-8/00	Fabricação de chapas e de embalagens de papelão ondulado	16
17.41-9/01	Fabricação de formulários contínuos	16
17.41-9/02	Fabricação de produtos de papel, cartolina, papel cartão e papelão ondulado para uso comercial e de escritório, exceto formulário contínuo	16
17.42-7/01	Fabricação de fraldas descartáveis	16
17.42-7/02	Fabricação de absorventes higiênicos	16
17.42-7/99	Fabricação de produtos de papel para uso doméstico e higiênico-sanitário não especificados anteriormente	16
17.49-4/00	Fabricação de produtos de pastas celulósicas, papel, cartolina, papel-cartão e papelão ondulado não especificados anteriormente	16
IMPRESSÃO E REPRODUÇÃO DE GRAVAÇÕES		
18.11-3/01	Impressão de jornais	5,5
18.11-3/02	Impressão de livros, revistas e outras publicações periódicas	5,5
18.12-1/00	Impressão de material de segurança	5,5
18.13-0/01	Impressão de material para uso publicitário	5,5
18.13-0/99	Impressão de material para outros usos	5,5
18.21-1/00	Serviços de pré-impressão	5,5
18.22-9/01	Serviços de encadernação e plastificação	5,5
18.22-9/99	Serviços de acabamentos gráficos, exceto encadernação e plastificação	5,5
18.30-0/01	Reprodução de som em qualquer suporte	5,5
18.30-0/02	Reprodução de vídeo em qualquer suporte	5,5
18.30-0/03	Reprodução de software em qualquer suporte	5,5
FABRICAÇÃO DE COQUE, DE PRODUTOS DERIVADOS DO PETRÓLEO E DE BIOCOMBUSTÍVEIS		
19.10-1/00	Coquerias	6
19.21-7/00	Fabricação de produtos do refino de petróleo	6

19.22-5/01	Formulação de combustíveis	6
19.22-5/02	Rerrefino de óleos lubrificantes	6
19.22-5/99	Fabricação de outros produtos derivados do petróleo, exceto produtos do refino	6
19.31-4/00	Fabricação de álcool	6
19.32-2/00	Fabricação de biocombustíveis, exceto álcool	6
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS		
20.11-8/00	Fabricação de cloro e álcalis	6
20.12-6/00	Fabricação de intermediários para fertilizantes	6
20.13-4/00	Fabricação de adubos e fertilizantes	6
20.14-2/00	Fabricação de gases industriais	6
20.19-3/01	Elaboração de combustíveis nucleares	6
20.19-3/99	Fabricação de outros produtos químicos inorgânicos não especificados anteriormente	6
20.21-5/00	Fabricação de produtos petroquímicos básicos	6
20.22-3/00	Fabricação de intermediários para plastificantes, resinas e fibras	6
20.29-1/00	Fabricação de produtos químicos orgânicos não especificados anteriormente	6
20.31-2/00	Fabricação de resinas termoplásticas	6
20.32-1/00	Fabricação de resinas termofixas	6
20.33-9/00	Fabricação de elastômeros	6
20.40-1/00	Fabricação de fibras artificiais e sintéticas	6
20.51-7/00	Fabricação de defensivos agrícolas	6
20.52-5/00	Fabricação de desinfestantes domissanitários	6
20.61-4/00	Fabricação de sabões e detergentes sintéticos	6
20.62-2/00	Fabricação de produtos de limpeza e polimento	6
20.63-1/00	Fabricação de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal	6
20.71-1/00	Fabricação de tintas, vernizes, esmaltes e lacas	6
20.72-0/00	Fabricação de tintas de impressão	6
20.73-8/00	Fabricação de impermeabilizantes, solventes e produtos afins	6
20.91-6/00	Fabricação de adesivos e selantes	6
20.92-4/01	Fabricação de pólvoras, explosivos e detonantes	6
20.92-4/02	Fabricação de artigos pirotécnicos	6
20.92-4/03	Fabricação de fósforos de segurança	6
20.93-2/00	Fabricação de aditivos de uso industrial	6
20.94-1/00	Fabricação de catalisadores	6
20.99-1/01	Fabricação de chapas, filmes, papéis e outros materiais e produtos químicos para fotografia	6
20.99-1/99	Fabricação de outros produtos químicos não especificados anteriormente	6

FABRICAÇÃO DE PRODUTOS FARMOQUÍMICOS E FARMACÊUTICOS		
21.10-6/00	Fabricação de produtos farmoquímicos	6
21.21-1/01	Fabricação de medicamentos alopáticos para uso humano	6
21.21-1/02	Fabricação de medicamentos homeopáticos para uso humano	6
21.21-1/03	Fabricação de medicamentos fitoterápicos para uso humano	6
21.22-0/00	Fabricação de medicamentos para uso veterinário	6
21.23-8/00	Fabricação de preparações farmacêuticas	6
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE BORRACHAS E DE MATERIAL PLÁSTICO		
22.11-1/00	Fabricação de pneumáticos e de câmaras-de-ar	6
22.12-9/00	Reforma de pneumáticos usados	6
22.19-6/00	Fabricação de artefatos de borracha não especificados anteriormente	6
22.21-8/00	Fabricação de laminados planos e tubulares de material plástico	6
22.22-6/00	Fabricação de embalagens de material plástico	6
22.23-4/00	Fabricação de tubos e acessórios de material plástico para uso na construção	6
22.29-3/01	Fabricação de artefatos de material plástico para uso pessoal e doméstico	6
22.29-3/02	Fabricação de artefatos de material plástico para usos industriais	6
22.29-3/03	Fabricação de artefatos de material plástico para uso na construção, exceto tubos e acessórios	6
22.29-3/99	Fabricação de artefatos de material plástico para outros usos não especificados anteriormente	6
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE MINERAIS NÃO-METÁLICOS		
23.11-7/00	Fabricação de vidro plano e de segurança	6
23.12-5/00	Fabricação de embalagens de vidro	6
23.19-2/00	Fabricação de artigos de vidro	6
23.20-6/00	Fabricação de cimento	6
23.30-3/01	Fabricação de estruturas pré-moldadas de concreto armado, em série e sob encomenda	6
23.30-3/02	Fabricação de artefatos de cimento para uso na construção	6
23.30-3/03	Fabricação de artefatos de fibrocimento para uso na construção	6
23.30-3/04	Fabricação de casas pré-moldadas de concreto	6
23.30-3/05	Preparação de massa de concreto e argamassa para construção	6
23.30-3/99	Fabricação de outros artefatos e produtos de concreto, cimento, fibrocimento, gesso e materiais semelhantes	6
23.41-9/00	Fabricação de produtos cerâmicos refratários	6
23.42-7/01	Fabricação de azulejos e pisos	6

23.42-7/02	Fabricação de artefatos de cerâmica e barro cozido para uso na construção, exceto azulejos e pisos	6
23.49-4/01	Fabricação de material sanitário de cerâmica	6
23.49-4/99	Fabricação de produtos cerâmicos não-refratários não especificados anteriormente	6
23.91-5/01	Britamento de pedras, exceto associado à extração	6
23.91-5/02	Aparelhamento de pedras para construção, exceto associado à extração	6
23.91-5/03	Aparelhamento de placas e execução de trabalhos em mármore, granito, ardósia e outras pedras	6
23.92-3/00	Fabricação de cal e gesso	6
23.99-1/01	Decoração, lapidação, gravação, vitrificação e outros trabalhos em cerâmica, louça, vidro e cristal	6
23.99-1/02	Fabricação de abrasivos	6
23.99-1/99	Fabricação de outros produtos de minerais não-metálicos não especificados anteriormente	6
METALURGIA		
24.11-3/00	Produção de ferro-gusa	6
24.12-1/00	Produção de ferroligas	6
24.21-1/00	Produção de semi-acabados de aço	6
24.22-9/01	Produção de laminados planos de aço ao carbono, revestidos ou não	6
24.22-9/02	Produção de laminados planos de aços especiais	6
24.23-7/01	Produção de tubos de aço sem costura	6
24.23-7/02	Produção de laminados longos de aço, exceto tubos	6
24.24-5/01	Produção de arames de aço	6
24.24-5/02	Produção de relaminados, trefilados e perfilados de aço, exceto arames	6
24.31-8/00	Produção de tubos de aço com costura	6
24.39-3/00	Produção de outros tubos de ferro e aço	6
24.41-5/01	Produção de alumínio e suas ligas em formas primárias	6
24.41-5/02	Produção de laminados de alumínio	6
24.42-3/00	Metalurgia dos metais preciosos	6
24.43-1/00	Metalurgia do cobre	6
24.49-1/01	Produção de zinco em formas primárias	6
24.49-1/02	Produção de laminados de zinco	6
24.49-1/03	Produção de soldas e ânodos para galvanoplastia	6
24.49-1/99	Metalurgia de outros metais não-ferrosos e suas ligas não especificados anteriormente	6
24.51-2/00	Fundição de ferro e aço	6
24.52-1/00	Fundição de metais não-ferrosos e suas ligas	6
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE METAL, EXCETO MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS		

25.11-0/00	Fabricação de estruturas metálicas	6
25.12-8/00	Fabricação de esquadrias de metal	6
25.13-6/00	Fabricação de obras de caldeiraria pesada	6
25.21-7/00	Fabricação de tanques, reservatórios metálicos e caldeiras para aquecimento central	6
25.22-5/00	Fabricação de caldeiras geradoras de vapor, exceto para aquecimento central e para veículos	6
25.31-4/01	Produção de forjados de aço	6
25.31-4/02	Produção de forjados de metais não-ferrosos e suas ligas	6
25.32-2/01	Produção de artefatos estampados de metal	6
25.32-2/02	Metalurgia do pó	6
25.39-0/01	Serviços de usinagem, tornearia e solda	6
25.39-0/02	Serviços de tratamento e revestimento em metais	6
25.41-1/00	Fabricação de artigos de cutelaria	6
25.42-0/00	Fabricação de artigos de serralheria, exceto esquadrias	6
25.43-8/00	Fabricação de ferramentas	6
25.50-1/01	Fabricação de equipamento bélico pesado, exceto veículos militares de combate	6
25.50-1/02	Fabricação de armas de fogo e munições	6
25.91-8/00	Fabricação de embalagens metálicas	6
25.92-6/01	Fabricação de produtos de trefilados de metal padronizados	6
25.92-6/02	Fabricação de produtos de trefilados de metal, exceto padronizados	6
25.93-4/00	Fabricação de artigos de metal para uso doméstico e pessoal	6
25.99-3/01	Serviços de confecção de armações metálicas para a construção	6
25.99-3/02	Serviços de corte e dobra de metais	6
25.99-3/99	Fabricação de outros produtos de metal não especificados anteriormente	6
FABRICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, PRODUTOS ELETRÔNICOS E ÓPTICOS		
26.10-8/00	Fabricação de componentes eletrônicos	6
26.21-3/00	Fabricação de equipamentos de informática	6
26.22-1/00	Fabricação de periféricos para equipamentos de informática	6
26.31-1/00	Fabricação de equipamentos transmissores de comunicação, peças e acessórios	6
26.32-9/00	Fabricação de aparelhos telefônicos e de outros equipamentos de comunicação, peças e acessórios	6
26.40-0/00	Fabricação de aparelhos de recepção, reprodução, gravação e amplificação de áudio e vídeo	6
26.51-5/00	Fabricação de aparelhos e equipamentos de medida, teste e controle	6

26.52-3/00	Fabricação de cronômetros e relógios	6
26.60-4/00	Fabricação de aparelhos eletromédicos e eletroterapêuticos e equipamentos de irradiação	6
26.70-1/01	Fabricação de equipamentos e instrumentos ópticos, peças e acessórios	6
26.70-1/02	Fabricação de aparelhos fotográficos e cinematográficos, peças e acessórios	6
26.80-9/00	Fabricação de mídias virgens, magnéticas e ópticas	6
FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS, APARELHOS E MATERIAIS ELÉTRICOS		
27.10-4/01	Fabricação de geradores de corrente contínua e alternada, peças e acessórios	6
27.10-4/02	Fabricação de transformadores, indutores, conversores, sincronizadores e semelhantes, peças e acessórios	6
27.10-4/03	Fabricação de motores elétricos, peças e acessórios	6
27.21-0/00	Fabricação de pilhas, baterias e acumuladores elétricos, exceto para veículos automotores	6
27.22-8/01	Fabricação de baterias e acumuladores para veículos automotores	6
27.22-8/02	Recondicionamento de baterias e acumuladores para veículos automotores	6
27.31-7/00	Fabricação de aparelhos e equipamentos para distribuição e controle de energia elétrica	6
27.32-5/00	Fabricação de material elétrico para instalações em circuito de consumo	6
27.33-3/00	Fabricação de fios, cabos e condutores elétricos isolados	6
27.40-6/01	Fabricação de lâmpadas	6
27.40-6/02	Fabricação de luminárias e outros equipamentos de iluminação	6
27.51-1/00	Fabricação de fogões, refrigeradores e máquinas de lavar e secar para uso doméstico, peças e acessórios	6
27.59-7/01	Fabricação de aparelhos elétricos de uso pessoal, peças e acessórios	6
27.59-7/99	Fabricação de outros aparelhos eletrodomésticos não especificados anteriormente, peças e acessórios	6
27.90-2/01	Fabricação de eletrodos, contatos e outros artigos de carvão e grafita para uso elétrico, eletroímãs e isoladores	6
27.90-2/02	Fabricação de equipamentos para sinalização e alarme	6
27.90-2/99	Fabricação de outros equipamentos e aparelhos elétricos não especificados anteriormente	6
FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS		
28.11-9/00	Fabricação de motores e turbinas, peças e acessórios, exceto para aviões e veículos rodoviários	6

28.12-7/00	Fabricação de equipamentos hidráulicos e pneumáticos, peças e acessórios, exceto válvulas	6
28.13-5/00	Fabricação de válvulas, registros e dispositivos semelhantes, peças e acessórios	6
28.14-3/01	Fabricação de compressores para uso industrial, peças e acessórios	6
28.14-3/02	Fabricação de compressores para uso não industrial, peças e acessórios	6
28.15-1/01	Fabricação de rolamentos para fins industriais	6
28.15-1/02	Fabricação de equipamentos de transmissão para fins industriais, exceto rolamentos	6
28.21-6/01	Fabricação de fornos industriais, aparelhos e equipamentos não-elétricos para instalações térmicas, peças e acessórios	6
28.21-6/02	Fabricação de estufas e fornos elétricos para fins industriais, peças e acessórios	6
28.22-4/01	Fabricação de máquinas, equipamentos e aparelhos para transporte e elevação de pessoas, peças e acessórios	6
28.22-4/02	Fabricação de máquinas, equipamentos e aparelhos para transporte e elevação de cargas, peças e acessórios	6
28.23-2/00	Fabricação de máquinas e aparelhos de refrigeração e ventilação para uso industrial e comercial, peças e acessórios	6
28.24-1/01	Fabricação de aparelhos e equipamentos de ar condicionado para uso industrial	6
28.24-1/02	Fabricação de aparelhos e equipamentos de ar condicionado para uso não-industrial	6
28.25-9/00	Fabricação de máquinas e equipamentos para saneamento básico e ambiental, peças e acessórios	6
28.29-1/01	Fabricação de máquinas de escrever, calcular e outros equipamentos não-eletrônicos para escritório, peças e acessórios	6
28.29-1/99	Fabricação de outras máquinas e equipamentos de uso geral não especificados anteriormente, peças e acessórios	6
28.31-3/00	Fabricação de tratores agrícolas, peças e acessórios	6
28.32-1/00	Fabricação de equipamentos para irrigação agrícola, peças e acessórios	5
28.33-0/00	Fabricação de máquinas e equipamentos para a agricultura e pecuária, peças e acessórios, exceto para irrigação	6
28.40-2/00	Fabricação de máquinas-ferramenta, peças e acessórios	6
28.51-8/00	Fabricação de máquinas e equipamentos para a prospecção e extração de petróleo, peças e acessórios	6
28.52-6/00	Fabricação de outras máquinas e equipamentos para uso na extração mineral, peças e acessórios, exceto na extração de petróleo	6

28.53-4/00	Fabricação de tratores, peças e acessórios, exceto agrícolas	6
28.54-2/00	Fabricação de máquinas e equipamentos para terraplenagem, pavimentação e construção, peças e acessórios, exceto tratores	6
28.61-5/00	Fabricação de máquinas para a indústria metalúrgica, peças e acessórios, exceto máquinas-ferramenta	6
28.62-3/00	Fabricação de máquinas e equipamentos para as indústrias de alimentos, bebidas e fumo, peças e acessórios	6
28.63-1/00	Fabricação de máquinas e equipamentos para a indústria têxtil, peças e acessórios	6
28.64-0/00	Fabricação de máquinas e equipamentos para as indústrias do vestuário, do couro e de calçados, peças e acessórios	6
28.65-8/00	Fabricação de máquinas e equipamentos para as indústrias de celulose, papel e papelão e artefatos, peças e acessórios	6
28.66-6/00	Fabricação de máquinas e equipamentos para a indústria do plástico, peças e acessórios	6
28.69-1/00	Fabricação de máquinas e equipamentos para uso industrial específico não especificados anteriormente, peças e acessórios	6

FABRICAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, REBOQUES E CARROCERIAS

29.10-7/01	Fabricação de automóveis, camionetas e utilitários	12,5
29.10-7/02	Fabricação de chassis com motor para automóveis, camionetas e utilitários	12,5
29.10-7/03	Fabricação de motores para automóveis, camionetas e utilitários	12,5
29.20-4/01	Fabricação de caminhões e ônibus	12,5
29.20-4/02	Fabricação de motores para caminhões e ônibus	12,5
29.30-1/01	Fabricação de cabines, carrocerias e reboques para caminhões	12,5
29.30-1/02	Fabricação de carrocerias para ônibus	12,5
29.30-1/03	Fabricação de cabines, carrocerias e reboques para outros veículos automotores, exceto caminhões e ônibus	12,5
29.41-7/00	Fabricação de peças e acessórios para o sistema motor de veículos automotores	12,5
29.42-5/00	Fabricação de peças e acessórios para os sistemas de marcha e transmissão de veículos automotores	12,5
29.43-3/00	Fabricação de peças e acessórios para o sistema de freios de veículos automotores	12,5
29.44-1/00	Fabricação de peças e acessórios para o sistema de direção e suspensão de veículos automotores	12,5
29.45-0/00	Fabricação de material elétrico e eletrônico para veículos automotores, exceto baterias	12,5
29.49-2/01	Fabricação de bancos e estofados para veículos automotores	12,5

29.49-2/99	Fabricação de outras peças e acessórios para veículos automotores não especificadas anteriormente	12,5
29.50-6/00	Recondicionamento e recuperação de motores para veículos automotores	12,5
FABRICAÇÃO DE OUTROS EQUIPAMENTOS DE TRANSPORTE, EXCETO VEÍCULOS AUTOMOTORES		
30.11-3/01	Construção de embarcações de grande porte	12,5
30.11-3/02	Construção de embarcações para uso comercial e para usos especiais, exceto de grande porte	12,5
30.12-1/00	Construção de embarcações para esporte e lazer	12,5
30.31-8/00	Fabricação de locomotivas, vagões e outros materiais rodantes	12,5
30.32-6/00	Fabricação de peças e acessórios para veículos ferroviários	12,5
30.41-5/00	Fabricação de aeronaves	12,5
30.42-3/00	Fabricação de turbinas, motores e outros componentes e peças para aeronaves	12,5
30.50-4/00	Fabricação de veículos militares de combate	12,5
30.91-1/01	Fabricação de motocicletas	12,5
30.91-1/02	Fabricação de peças e acessórios para motocicletas	12,5
30.92-0/00	Fabricação de bicicletas e triciclos não-motorizados, peças e acessórios	12,5
30.99-7/00	Fabricação de equipamentos de transporte não especificados anteriormente	12,5
FABRICAÇÃO DE MÓVEIS		
31.01-2/00	Fabricação de móveis com predominância de madeira	6
31.02-1/00	Fabricação de móveis com predominância de metal	6
31.03-9/00	Fabricação de móveis de outros materiais, exceto madeira e metal	6
31.04-7/00	Fabricação de colchões	6
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DIVERSOS		
32.11-6/01	Lapidação de gemas	6
32.11-6/02	Fabricação de artefatos de joalheria e ourivesaria	6
32.11-6/03	Cunhagem de moedas e medalhas	6
32.12-4/00	Fabricação de bijuterias e artefatos semelhantes	6
32.20-5/00	Fabricação de instrumentos musicais, peças e acessórios	6
32.30-2/00	Fabricação de artefatos para pesca e esporte	6
32.40-0/01	Fabricação de jogos eletrônicos	6
32.40-0/02	Fabricação de mesas de bilhar, de sinuca e acessórios não associada à locação	6
32.40-0/03	Fabricação de mesas de bilhar, de sinuca e acessórios associada à locação	6

32.40-0/99	Fabricação de outros brinquedos e jogos recreativos não especificados anteriormente	6
32.50-7/01	Fabricação de instrumentos não-eletrônicos e utensílios para uso médico, cirúrgico, odontológico e de laboratório	6
32.50-7/02	Fabricação de mobiliário para uso médico, cirúrgico, odontológico e de laboratório	6
32.50-7/03	Fabricação de aparelhos e utensílios para correção de defeitos físicos e aparelhos ortopédicos em geral sob encomenda	6
32.50-7/04	Fabricação de aparelhos e utensílios para correção de defeitos físicos e aparelhos ortopédicos em geral, exceto sob encomenda	6
32.50-7/05	Fabricação de materiais para medicina e odontologia	6
32.50-7/06	Serviços de prótese dentária	6
32.50-7/07	Fabricação de artigos ópticos	6
32.50-7/09	Serviço de laboratório óptico	6
32.91-4/00	Fabricação de escovas, pincéis e vassouras	6
32.92-2/01	Fabricação de roupas de proteção e segurança e resistentes a fogo	6
32.92-2/02	Fabricação de equipamentos e acessórios para segurança pessoal e profissional	6
32.99-0/01	Fabricação de guarda-chuvas e similares	6
32.99-0/02	Fabricação de canetas, lápis e outros artigos para escritório	6
32.99-0/03	Fabricação de letras, letreiros e placas de qualquer material, exceto luminosos	6
32.99-0/04	Fabricação de painéis e letreiros luminosos	6
32.99-0/05	Fabricação de aviamentos para costura	6
32.99-0/06	Fabricação de velas, inclusive decorativas	6
32.99-0/99	Fabricação de produtos diversos não especificados anteriormente	6
MANUTENÇÃO, REPARAÇÃO E INSTALAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS		
33.11-2/00	Manutenção e reparação de tanques, reservatórios metálicos e caldeiras, exceto para veículos	4
33.12-1/02	Manutenção e reparação de aparelhos e instrumentos de medida, teste e controle	4
33.12-1/03	Manutenção e reparação de aparelhos eletromédicos e eletroterapêuticos e equipamentos de irradiação	4
33.12-1/04	Manutenção e reparação de equipamentos e instrumentos ópticos	4
33.13-9/01	Manutenção e reparação de geradores, transformadores e motores elétricos	4
33.13-9/02	Manutenção e reparação de baterias e acumuladores elétricos, exceto para veículos	4

33.13-9/99	Manutenção e reparação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos não especificados anteriormente	4
33.14-7/01	Manutenção e reparação de máquinas motrizes não-elétricas	4
33.14-7/02	Manutenção e reparação de equipamentos hidráulicos e pneumáticos, exceto válvulas	4
33.14-7/03	Manutenção e reparação de válvulas industriais	4
33.14-7/04	Manutenção e reparação de compressores	4
33.14-7/05	Manutenção e reparação de equipamentos de transmissão para fins industriais	4
33.14-7/06	Manutenção e reparação de máquinas, aparelhos e equipamentos para instalações térmicas	4
33.14-7/07	Manutenção e reparação de máquinas e aparelhos de refrigeração e ventilação para uso industrial e comercial	4
33.14-7/08	Manutenção e reparação de máquinas, equipamentos e aparelhos para transporte e elevação de cargas	4
33.14-7/09	Manutenção e reparação de máquinas de escrever, calcular e de outros equipamentos não-eletrônicos para escritório	4
33.14-7/10	Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para uso geral não especificados anteriormente	4
33.14-7/11	Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para agricultura e pecuária	4
33.14-7/12	Manutenção e reparação de tratores agrícolas	4
33.14-7/13	Manutenção e reparação de máquinas-ferramenta	4
33.14-7/14	Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para a prospecção e extração de petróleo	4
33.14-7/15	Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para uso na extração mineral, exceto na extração de petróleo	4
33.14-7/16	Manutenção e reparação de tratores, exceto agrícolas	4
33.14-7/17	Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos de terraplenagem, pavimentação e construção, exceto tratores	4
33.14-7/18	Manutenção e reparação de máquinas para a indústria metalúrgica, exceto máquinas-ferramenta	4
33.14-7/19	Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para as indústrias de alimentos, bebidas e fumo	4
33.14-7/20	Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para a indústria têxtil, do vestuário, do couro e calçados	4
33.14-7/21	Manutenção e reparação de máquinas e aparelhos para a indústria de celulose, papel e papelão e artefatos	4
33.14-7/22	Manutenção e reparação de máquinas e aparelhos para a indústria do plástico	4
33.14-7/99	Manutenção e reparação de outras máquinas e equipamentos para usos industriais não especificados anteriormente	4
33.15-5/00	Manutenção e reparação de veículos ferroviários	4

33.16-3/01	Manutenção e reparação de aeronaves, exceto a manutenção na pista	6
33.16-3/02	Manutenção de aeronaves na pista	6
33.17-1/01	Manutenção e reparação de embarcações e estruturas flutuantes	6
33.17-1/02	Manutenção e reparação de embarcações para esporte e lazer	6
33.19-8/00	Manutenção e reparação de equipamentos e produtos não especificados anteriormente	6
33.21-0/00	Instalação de máquinas e equipamentos industriais	6
33.29-5/01	Serviços de montagem de móveis de qualquer material	5
33.29-5/99	Instalação de outros equipamentos não especificados anteriormente	5
ELETRICIDADE, GÁS E OUTRAS UTILIDADES		
35.11-5/01	Geração de energia elétrica	6
35.11-5/02	Atividades de coordenação e controle de operação de geração e transmissão de energia elétrica	6
35.12-3/00	Transmissão de energia elétrica	6
35.13-1/00	Comércio atacadista de energia elétrica	6
35.14-0/00	Distribuição de energia elétrica	6
35.20-4/01	Produção de gás; processamento de gás natural	6
35.20-4/02	Distribuição de combustíveis gasosos por redes urbanas	6
35.30-1/00	Produção e distribuição de vapor, água quente e ar condicionado	6
CAPTAÇÃO, TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA		
36.00-6/01	Captação, tratamento e distribuição de água	5
36.00-6/02	Distribuição de água por caminhões	5
ESGOTO E ATIVIDADES RELACIONADAS		
37.01-1/00	Gestão de redes de esgoto	5
37.02-9/00	Atividades relacionadas a esgoto, exceto a gestão de redes	5
COLETA, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS; RECUPERAÇÃO DE MATERIAIS		
38.11-4/00	Coleta de resíduos não-perigosos	5
38.12-2/00	Coleta de resíduos perigosos	5
38.21-1/00	Tratamento e disposição de resíduos não-perigosos	5
38.22-0/00	Tratamento e disposição de resíduos perigosos	5
38.31-9/01	Recuperação de sucatas de alumínio	5
38.31-9/99	Recuperação de materiais metálicos, exceto alumínio	5
38.32-7/00	Recuperação de materiais plásticos	5
38.39-4/01	Usinas de compostagem	5
38.39-4/99	Recuperação de materiais não especificados anteriormente	5
DESCONTAMINAÇÃO E OUTROS SERVIÇOS DE GESTÃO DE RESÍDUOS		

39.00-5/00	Descontaminação e outros serviços de gestão de resíduos	5
CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS		
41.10-7/00	Incorporação de empreendimentos imobiliários	5,5
41.20-4/00	Construção de edifícios	5,5
OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA		
42.11-1/01	Construção de rodovias e ferrovias	5,5
42.11-1/02	Pintura para sinalização em pistas rodoviárias e aeroportos	5,5
42.12-0/00	Construção de obras de arte especiais	5,5
42.13-8/00	Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas	5,5
42.21-9/01	Construção de barragens e represas para geração de energia elétrica	5,5
42.21-9/02	Construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica	5,5
42.21-9/03	Manutenção de redes de distribuição de energia elétrica	5,5
42.21-9/04	Construção de estações e redes de telecomunicações	5,5
42.21-9/05	Manutenção de estações e redes de telecomunicações	5,5
42.22-7/01	Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação	5,5
42.22-7/02	Obras de irrigação	5,5
42.23-5/00	Construção de redes de transportes por dutos, exceto para água e esgoto	5,5
42.91-0/00	Obras portuárias, marítimas e fluviais	5,5
42.92-8/01	Montagem de estruturas metálicas	5,5
42.92-8/02	Obras de montagem industrial	5,5
42.99-5/01	Construção de instalações esportivas e recreativas	5,5
42.99-5/99	Outras obras de engenharia civil não especificadas anteriormente	5,5
SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA CONSTRUÇÃO		
43.11-8/01	Demolição de edifícios e outras estruturas	5,5
43.11-8/02	Preparação de canteiro e limpeza de terreno	5,5
43.12-6/00	Perfurações e sondagens	5,5
43.13-4/00	Obras de terraplenagem	5,5
43.19-3/00	Serviços de preparação do terreno não especificados anteriormente	5,5
43.21-5/00	Instalação e manutenção elétrica	5,5
43.22-3/01	Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás	4
43.22-3/02	Instalação e manutenção de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e refrigeração	5,5
43.22-3/03	Instalações de sistema de prevenção contra incêndio	5,5
43.29-1/01	Instalação de painéis publicitários	5,5
43.29-1/02	Instalação de equipamentos para orientação à navegação marítima fluvial e lacustre	5,5

43.29-1/03	Instalação, manutenção e reparação de elevadores, escadas e esteiras rolantes	5,5
43.29-1/04	Montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos	5,5
43.29-1/05	Tratamentos térmicos, acústicos ou de vibração	5,5
43.29-1/99	Outras obras de instalações em construções não especificadas anteriormente	5,5
43.30-4/01	Impermeabilização em obras de engenharia civil	5,5
43.30-4/02	Instalação de portas, janelas, tetos, divisórias e armários embutidos de qualquer material	5,5
43.30-4/03	Obras de acabamento em gesso e estuque	5,5
43.30-4/04	Serviços de pintura de edifícios em geral	5,5
43.30-4/05	Aplicação de revestimentos e de resinas em interiores e exteriores	5,5
43.30-4/99	Outras obras de acabamento da construção	5,5
43.91-6/00	Obras de fundações	5,5
43.99-1/01	Administração de obras	5,5
43.99-1/02	Montagem e desmontagem de andaimes e outras estruturas temporárias	5,5
43.99-1/03	Obras de alvenaria	5,5
43.99-1/04	Serviços de operação e fornecimento de equipamentos para transporte e elevação de cargas e pessoas para uso em obras	5,5
43.99-1/05	Perfuração e construção de poços de água	5,5
43.99-1/99	Serviços especializados para construção não especificados anteriormente	5,5

COMÉRCIO E REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTES E MOTOCICLETAS

45.11-1/01	Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários novos	6
45.11-1/02	Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários usados	6
45.11-1/03	Comércio por atacado de automóveis, camionetas e utilitários novos e usados	6
45.11-1/04	Comércio por atacado de caminhões novos e usados	6
45.11-1/05	Comércio por atacado de reboques e semi-reboques novos e usados	6
45.11-1/06	Comércio por atacado de ônibus e microônibus novos e usados	6
45.12-9/01	Representantes comerciais e agentes do comércio de veículos automotores	6
45.12-9/02	Comércio sob consignação de veículos automotores	6
45.20-0/01	Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores	6

45.20-0/02	Serviços de lanternagem ou funilaria e pintura de veículos automotores	6
45.20-0/03	Serviços de manutenção e reparação elétrica de veículos automotores	6
45.20-0/04	Serviços de alinhamento e balanceamento de veículos automotores	6
45.20-0/05	Serviços de lavagem, lubrificação e polimento de veículos automotores	5
45.20-0/06	Serviços de borracharia para veículos automotores	5
45.20-0/07	Serviços de instalação, manutenção e reparação de acessórios para veículos automotores	5
45.20-0/08	Serviços de capotaria	5
45.30-7/01	Comércio por atacado de peças e acessórios novos para veículos automotores	5
45.30-7/02	Comércio por atacado de pneumáticos e câmaras-de-ar	5
45.30-7/03	Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores	5
45.30-7/04	Comércio a varejo de peças e acessórios usados para veículos automotores	5
45.30-7/05	Comércio a varejo de pneumáticos e câmaras-de-ar	5
45.30-7/06	Representantes comerciais e agentes do comércio de peças e acessórios novos e usados para veículos automotores	5
45.41-2/01	Comércio por atacado de motocicletas e motonetas	5
45.41-2/02	Comércio por atacado de peças e acessórios para motocicletas e motonetas	5
45.41-2/03	Comércio a varejo de motocicletas e motonetas novas	5
45.41-2/04	Comércio a varejo de motocicletas e motonetas usadas	5
45.41-2/05	Comércio a varejo de peças e acessórios para motocicletas e motonetas	5
45.42-1/01	Representantes comerciais e agentes do comércio de motocicletas e motonetas, peças e acessórios	5
45.42-1/02	Comércio sob consignação de motocicletas e motonetas	5
45.43-9/00	Manutenção e reparação de motocicletas e motonetas	5
COMÉRCIO POR ATACADO, EXCETO VEÍCULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS		
46.11-7/00	Representantes comerciais e agentes do comércio de matérias-primas agrícolas e animais vivos	6
46.12-5/00	Representantes comerciais e agentes do comércio de combustíveis, minerais, produtos siderúrgicos e químicos	6
46.13-3/00	Representantes comerciais e agentes do comércio de madeira, material de construção e ferragens	6
46.14-1/00	Representantes comerciais e agentes do comércio de máquinas, equipamentos, embarcações e aeronaves	6

46.15-0/00	Representantes comerciais e agentes do comércio de eletrodomésticos, móveis e artigos de uso doméstico	6
46.16-8/00	Representantes comerciais e agentes do comércio de têxteis, vestuário, calçados e artigos de viagem	6
46.17-6/00	Representantes comerciais e agentes do comércio de produtos alimentícios, bebidas e fumo	6
46.18-4/01	Representantes comerciais e agentes do comércio de medicamentos, cosméticos e produtos de perfumaria	6
46.18-4/02	Representantes comerciais e agentes do comércio de instrumentos e materiais odonto-médico-hospitalares	6
46.18-4/03	Representantes comerciais e agentes do comércio de jornais, revistas e outras publicações	6
46.18-4/99	Outros representantes comerciais e agentes do comércio especializado em produtos não especificados anteriormente	6
46.19-2/00	Representantes comerciais e agentes do comércio de mercadorias em geral não especializado	6
46.21-4/00	Comércio atacadista de café em grão	5
46.22-2/00	Comércio atacadista de soja	5
46.23-1/01	Comércio atacadista de animais vivos	5
46.23-1/02	Comércio atacadista de couros, lãs, peles e outros subprodutos não-comestíveis de origem animal	5
46.23-1/03	Comércio atacadista de algodão	5
46.23-1/04	Comércio atacadista de fumo em folha não beneficiado	5
46.23-1/05	Comércio atacadista de cacau	5
46.23-1/06	Comércio atacadista de sementes, flores, plantas e gramas	5
46.23-1/07	Comércio atacadista de sisal	5
46.23-1/08	Comércio atacadista de matérias-primas agrícolas com atividade de fracionamento e acondicionamento associada	5
46.23-1/09	Comércio atacadista de alimentos para animais	5
46.23-1/99	Comércio atacadista de matérias-primas agrícolas não especificadas anteriormente	5
46.31-1/00	Comércio atacadista de leite e laticínios	5
46.32-0/01	Comércio atacadista de cereais e leguminosas beneficiados	5
46.32-0/02	Comércio atacadista de farinhas, amidos e féculas	5
46.32-0/03	Comércio atacadista de cereais e leguminosas beneficiados, farinhas, amidos e féculas, com atividade de fracionamento e acondicionamento associada	5
46.33-8/01	Comércio atacadista de frutas, verduras, raízes, tubérculos, hortaliças e legumes frescos	5
46.33-8/02	Comércio atacadista de aves vivas e ovos	5
46.33-8/03	Comércio atacadista de coelhos e outros pequenos animais vivos para alimentação	5
46.34-6/01	Comércio atacadista de carnes bovinas e suínas e derivados	5

46.34-6/02	Comércio atacadista de aves abatidas e derivados	5
46.34-6/03	Comércio atacadista de pescados e frutos do mar	5
46.34-6/99	Comércio atacadista de carnes e derivados de outros animais	5
46.35-4/01	Comércio atacadista de água mineral	5
46.35-4/02	Comércio atacadista de cerveja, chope e refrigerante	5
46.35-4/03	Comércio atacadista de bebidas com atividade de fracionamento e acondicionamento associada	5
46.35-4/99	Comércio atacadista de bebidas não especificadas anteriormente	5
46.36-2/01	Comércio atacadista de fumo beneficiado	5
46.36-2/02	Comércio atacadista de cigarros, cigarrilhas e charutos	5
46.37-1/01	Comércio atacadista de café torrado, moído e solúvel	5
46.37-1/02	Comércio atacadista de açúcar	5
46.37-1/03	Comércio atacadista de óleos e gorduras	5
46.37-1/04	Comércio atacadista de pães, bolos, biscoitos e similares	5
46.37-1/05	Comércio atacadista de massas alimentícias	5
46.37-1/06	Comércio atacadista de sorvetes	5
46.37-1/07	Comércio atacadista de chocolates, confeitos, balas, bombons e semelhantes	5
46.37-1/99	Comércio atacadista especializado em outros produtos alimentícios não especificados anteriormente	5
46.39-7/01	Comércio atacadista de produtos alimentícios em geral	5
46.39-7/02	Comércio atacadista de produtos alimentícios em geral, com atividade de fracionamento e acondicionamento associada	5
46.41-9/01	Comércio atacadista de tecidos	5
46.41-9/02	Comércio atacadista de artigos de cama, mesa e banho	5
46.41-9/03	Comércio atacadista de artigos de armarinho	5
46.42-7/01	Comércio atacadista de artigos do vestuário e acessórios, exceto profissionais e de segurança	5
46.42-7/02	Comércio atacadista de roupas e acessórios para uso profissional e de segurança do trabalho	5
46.43-5/01	Comércio atacadista de calçados	5
46.43-5/02	Comércio atacadista de bolsas, malas e artigos de viagem	5
46.44-3/01	Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano	5
46.44-3/02	Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso veterinário	5
46.45-1/01	Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios	5
46.45-1/02	Comércio atacadista de próteses e artigos de ortopedia	5
46.45-1/03	Comércio atacadista de produtos odontológicos	5
46.46-0/01	Comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria	5

46.46-0/02	Comércio atacadista de produtos de higiene pessoal	5
46.47-8/01	Comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria	5
46.47-8/02	Comércio atacadista de livros, jornais e outras publicações	5
46.49-4/01	Comércio atacadista de equipamentos elétricos de uso pessoal e doméstico	5
46.49-4/02	Comércio atacadista de aparelhos eletrônicos de uso pessoal e doméstico	5
46.49-4/03	Comércio atacadista de bicicletas, triciclos e outros veículos recreativos	5
46.49-4/04	Comércio atacadista de móveis e artigos de colchoaria	5
46.49-4/05	Comércio atacadista de artigos de tapeçaria; persianas e cortinas	5
46.49-4/06	Comércio atacadista de lustres, luminárias e abajures	5
46.49-4/07	Comércio atacadista de filmes, CDs, DVDs, fitas e discos	5
46.49-4/08	Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar	5
46.49-4/09	Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar, com atividade de fracionamento e acondicionamento associada	5
46.49-4/10	Comércio atacadista de jóias, relógios e bijuterias, inclusive pedras preciosas e semipreciosas lapidadas	6
46.49-4/99	Comércio atacadista de outros equipamentos e artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente	6
46.51-6/01	Comércio atacadista de equipamentos de informática	6
46.51-6/02	Comércio atacadista de suprimentos para informática	6
46.52-4/00	Comércio atacadista de componentes eletrônicos e equipamentos de telefonia e comunicação	6
46.61-3/00	Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário; partes e peças	6
46.62-1/00	Comércio atacadista de máquinas, equipamentos para terraplenagem, mineração e construção; partes e peças	6
46.63-0/00	Comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso industrial; partes e peças	6
46.64-8/00	Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto-médico-hospitalar; partes e peças	6
46.65-6/00	Comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso comercial; partes e peças	6
46.69-9/01	Comércio atacadista de bombas e compressores; partes e peças	6
46.69-9/99	Comércio atacadista de outras máquinas e equipamentos não especificados anteriormente; partes e peças	6
46.71-1/00	Comércio atacadista de madeira e produtos derivados	5
46.72-9/00	Comércio atacadista de ferragens e ferramentas	5

46.73-7/00	Comércio atacadista de material elétrico	5
46.74-5/00	Comércio atacadista de cimento	5
46.79-6/01	Comércio atacadista de tintas, vernizes e similares	5
46.79-6/02	Comércio atacadista de mármore e granitos	5
46.79-6/03	Comércio atacadista de vidros, espelhos, vitrais e molduras	5
46.79-6/04	Comércio atacadista especializado de materiais de construção não especificados anteriormente	5
46.79-6/99	Comércio atacadista de materiais de construção em geral	5
46.81-8/01	Comércio atacadista de álcool carburante, biodiesel, gasolina e demais derivados de petróleo, exceto lubrificantes, não realizado por transportador retalhista (T.R.R.)	6
46.81-8/02	Comércio atacadista de combustíveis realizado por transportador retalhista (T.R.R.)	6
46.81-8/03	Comércio atacadista de combustíveis de origem vegetal, exceto álcool carburante	6
46.81-8/04	Comércio atacadista de combustíveis de origem mineral em bruto	6
46.81-8/05	Comércio atacadista de lubrificantes	6
46.82-6/00	Comércio atacadista de gás liquefeito de petróleo (GLP)	6
46.83-4/00	Comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo	6
46.84-2/01	Comércio atacadista de resinas e elastômeros	6
46.84-2/02	Comércio atacadista de solventes	6
46.84-2/99	Comércio atacadista de outros produtos químicos e petroquímicos não especificados anteriormente	6
46.85-1/00	Comércio atacadista de produtos siderúrgicos e metalúrgicos, exceto para construção	6
46.86-9/01	Comércio atacadista de papel e papelão em bruto	6
46.86-9/02	Comércio atacadista de embalagens	6
46.87-7/01	Comércio atacadista de resíduos de papel e papelão	6
46.87-7/02	Comércio atacadista de resíduos e sucatas não-metálicos, exceto de papel e papelão	6
46.87-7/03	Comércio atacadista de resíduos e sucatas metálicos	6
46.89-3/01	Comércio atacadista de produtos da extração mineral, exceto combustíveis	6
46.89-3/02	Comércio atacadista de fios e fibras têxteis beneficiados	6
46.89-3/99	Comércio atacadista especializado em outros produtos intermediário não especificados anteriormente	6
46.91-5/00	Comércio atacadista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios	6
46.92-3/00	Comércio atacadista de mercadorias em geral, com predominância de insumos agropecuários	6

46.93-1/00	Comércio atacadista de mercadorias em geral, sem predominância de alimentos ou de insumos agropecuários	6
COMÉRCIO VAREJISTA		
47.11-3/01	Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - hipermercados	5,5
47.11-3/02	Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - supermercados	5,5
47.12-1/00	Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns	4,5
47.13-0/01	Lojas de departamentos ou magazines	4
47.13-0/02	Lojas de variedades, exceto lojas de departamentos ou magazines	4
47.13-0/03	Lojas duty free de aeroportos internacionais	4
47.21-1/02	Padaria e confeitaria com predominância de revenda	4
47.21-1/03	Comércio varejista de laticínios e frios	4
47.21-1/04	Comércio varejista de doces, balas, bombons e semelhantes	4
47.22-9/01	Comércio varejista de carnes - açougues	4
47.22-9/02	Peixaria	4
47.23-7/00	Comércio varejista de bebidas	4
47.24-5/00	Comércio varejista de hortifrutigranjeiros	4
47.29-6/01	Tabacaria	4
47.29-6/02	Comércio varejista de mercadorias em lojas de conveniência	4
47.29-6/99	Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente	4
47.31-8/00	Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores	4
47.32-6/00	Comércio varejista de lubrificantes	4
47.41-5/00	Comércio varejista de tintas e materiais para pintura	4
47.42-3/00	Comércio varejista de material elétrico	4
47.43-1/00	Comércio varejista de vidros	4
47.44-0/01	Comércio varejista de ferragens e ferramentas	4
47.44-0/02	Comércio varejista de madeira e artefatos	4
47.44-0/03	Comércio varejista de materiais hidráulicos	4
47.44-0/04	Comércio varejista de cal, areia, pedra britada, tijolos e telhas	4
47.44-0/05	Comércio varejista de materiais de construção não especificados anteriormente	4
47.44-0/06	Comércio varejista de pedras para revestimento	4
47.44-0/99	Comércio varejista de materiais de construção em geral	4

47.51-2/01	Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática	4
47.51-2/02	Recarga de cartuchos para equipamentos de informática	4
47.52-1/00	Comércio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicação	4
47.53-9/00	Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo	4
47.54-7/01	Comércio varejista de móveis	5
47.54-7/02	Comércio varejista de artigos de colchoaria	5
47.54-7/03	Comércio varejista de artigos de iluminação	5
47.55-5/01	Comércio varejista de tecidos	5
47.55-5/02	Comercio varejista de artigos de armarinho	5
47.55-5/03	Comercio varejista de artigos de cama, mesa e banho	5
47.56-3/00	Comércio varejista especializado de instrumentos musicais e acessórios	5
47.57-1/00	Comércio varejista especializado de peças e acessórios para aparelhos eletroeletrônicos para uso doméstico, exceto informática e comunicação	5
47.59-8/01	Comércio varejista de artigos de tapeçaria, cortinas e persianas	5
47.59-8/99	Comércio varejista de outros artigos de uso doméstico não especificados anteriormente	5
47.61-0/01	Comércio varejista de livros	4
47.61-0/02	Comércio varejista de jornais e revistas	4
47.61-0/03	Comércio varejista de artigos de papelaria	4
47.62-8/00	Comércio varejista de discos, CDs, DVDs e fitas	4
47.63-6/01	Comércio varejista de brinquedos e artigos recreativos	4
47.63-6/02	Comércio varejista de artigos esportivos	4
47.63-6/03	Comércio varejista de bicicletas e triciclos; peças e acessórios	5
47.63-6/04	Comércio varejista de artigos de caça, pesca e camping	5
47.63-6/05	Comércio varejista de embarcações e outros veículos recreativos; peças e acessórios	5
47.71-7/01	Comércio varejista de produtos farmacêuticos, sem manipulação de fórmulas	5
47.71-7/02	Comércio varejista de produtos farmacêuticos, com manipulação de fórmulas	5
47.71-7/03	Comércio varejista de produtos farmacêuticos homeopáticos	5
47.71-7/04	Comércio varejista de medicamentos veterinários	5
47.72-5/00	Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal	5
47.73-3/00	Comércio varejista de artigos médicos e ortopédicos	5
47.74-1/00	Comércio varejista de artigos de óptica	5

47.81-4/00	Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios	5
47.82-2/01	Comércio varejista de calçados	3
47.82-2/02	Comércio varejista de artigos de viagem	3
47.83-1/01	Comércio varejista de artigos de joalheria	3
47.83-1/02	Comércio varejista de artigos de relojoaria	3
47.84-9/00	Comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP)	3
47.85-7/01	Comércio varejista de antiguidades	4
47.85-7/99	Comércio varejista de outros artigos usados	4
47.89-0/01	Comércio varejista de suvenires, bijuterias e artesanatos	4
47.89-0/02	Comércio varejista de plantas e flores naturais	4
47.89-0/03	Comércio varejista de objetos de arte	4
47.89-0/04	Comércio varejista de animais vivos e de artigos e alimentos para animais de estimação	4
47.89-0/05	Comércio varejista de produtos saneantes domissanitários	4
47.89-0/06	Comércio varejista de fogos de artifício e artigos pirotécnicos	4
47.89-0/07	Comércio varejista de equipamentos para escritório	4
47.89-0/08	Comércio varejista de artigos fotográficos e para filmagem	4
47.89-0/09	Comércio varejista de armas e munições	4
47.89-0/99	Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente	4
TRANSPORTE TERRESTRE		
49.11-6/00	Transporte ferroviário de carga	7
49.12-4/01	Transporte ferroviário de passageiros intermunicipal e interestadual	7
49.12-4/02	Transporte ferroviário de passageiros municipal e em região metropolitana	7
49.12-4/03	Transporte metroviário	7
49.21-3/01	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, municipal	7
49.21-3/02	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, intermunicipal em região metropolitana	7
49.22-1/01	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, intermunicipal, exceto em região metropolitana	7
49.22-1/02	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, interestadual	7
49.22-1/03	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, internacional	7
49.23-0/01	Serviço de táxi	3
49.23-0/02	Serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista	4
49.24-8/00	Transporte escolar	4

49.29-9/01	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, municipal	5
49.29-9/02	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, intermunicipal, interestadual e internacional	5
49.29-9/03	Organização de excursões em veículos rodoviários próprios, municipal	5
49.29-9/04	Organização de excursões em veículos rodoviários próprios, intermunicipal, interestadual e internacional	5
49.29-9/99	Outros transportes rodoviários de passageiros não especificados anteriormente	5
49.30-2/01	Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal	5
49.30-2/02	Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional	3
49.30-2/03	Transporte rodoviário de produtos perigosos	5
49.30-2/04	Transporte rodoviário de mudanças	4
49.40-0/00	Transporte dutoviário	5
49.50-7/00	Trens turísticos, teleféricos e similares	5
TRANSPORTE AQUAVIÁRIO		
50.11-4/01	Transporte marítimo de cabotagem - carga	7
50.11-4/02	Transporte marítimo de cabotagem - passageiros	7
50.12-2/01	Transporte marítimo de longo curso - carga	7
50.12-2/02	Transporte marítimo de longo curso - passageiros	7
50.21-1/01	Transporte por navegação interior de carga, municipal, exceto travessia	7
50.21-1/02	Transporte por navegação interior de carga, intermunicipal, interestadual e internacional, exceto travessia	7
50.22-0/01	Transporte por navegação interior de passageiros em linhas regulares, municipal, exceto travessia	7
50.22-0/02	Transporte por navegação interior de passageiros em linhas regulares, intermunicipal, interestadual e internacional, exceto travessia	7
50.30-1/01	Navegação de apoio marítimo	7
50.30-1/02	Navegação de apoio portuário	7
50.91-2/01	Transporte por navegação de travessia, municipal	7
50.91-2/02	Transporte por navegação de travessia, intermunicipal	7
50.99-8/01	Transporte aquaviário para passeios turísticos	7
50.99-8/99	Outros transportes aquaviários não especificados anteriormente	7
TRANSPORTE AÉREO		
51.11-1/00	Transporte aéreo de passageiros regular	7
51.12-9/01	Serviço de táxi aéreo e locação de aeronaves com tripulação	7

51.12-9/99	Outros serviços de transporte aéreo de passageiros não-regular	7
51.20-0/00	Transporte aéreo de carga	7
51.30-7/00	Transporte espacial	7
ARMAZENAMENTO E ATIVIDADES AUXILIARES DOS TRANSPORTES		
52.11-7/01	Armazéns gerais - emissão de warrant	7
52.11-7/02	Guarda-móveis	7
52.11-7/99	Depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis	7
52.12-5/00	Carga e descarga	7
52.21-4/00	Concessionárias de rodovias, pontes, túneis e serviços relacionados	7
52.22-2/00	Terminais rodoviários e ferroviários	5
52.23-1/00	Estacionamento de veículos	5
52.29-0/01	Serviços de apoio ao transporte por táxi, inclusive centrais de chamada	5
52.29-0/02	Serviços de reboque de veículos	5
52.29-0/99	Outras atividades auxiliares dos transportes terrestres não especificadas anteriormente	5
52.31-1/01	Administração da infra-estrutura portuária	6
52.31-1/02	Operações de terminais	6
52.32-0/00	Atividades de agenciamento marítimo	6
52.39-7/00	Atividades auxiliares dos transportes aquaviários não especificadas anteriormente	6
52.40-1/01	Operação dos aeroportos e campos de aterrissagem	6
52.40-1/99	Atividades auxiliares dos transportes aéreos, exceto operação dos aeroportos e campos de aterrissagem	6
52.50-8/01	Comissaria de despachos	5
52.50-8/02	Atividades de despachantes aduaneiros	5
52.50-8/03	Agenciamento de cargas, exceto para o transporte marítimo	5
52.50-8/04	Organização logística do transporte de carga	5
52.50-8/05	Operador de transporte multimodal - OTM	5
CORREIO E OUTRAS ATIVIDADES DE ENTREGA		
53.10-5/01	Atividades do Correio Nacional	6
53.10-5/02	Atividades de franqueadas e permissionárias do Correio Nacional	6
53.20-2/01	Serviços de malote não realizados pelo Correio Nacional	6
53.20-2/02	Serviços de entrega rápida	5
ALOJAMENTO		
55.10-8/01	Hotéis	4
55.10-8/02	Apart-hotéis	4
55.10-8/03	Motéis	4

55.90-6/01	Albergues, exceto assistenciais	4
55.90-6/02	Campings	4
55.90-6/03	Pensões (alojamento)	4
55.90-6/99	Outros alojamentos não especificados anteriormente	4
ALIMENTAÇÃO		
56.11-2/01	Restaurantes e similares	4
56.11-2/02	Bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas	3
56.11-2/03	Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares	3
56.12-1/00	Serviços ambulantes de alimentação	3
56.20-1/01	Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para empresas	3
56.20-1/02	Serviços de alimentação para eventos e recepções - bufê	3
56.20-1/03	Cantinas - serviços de alimentação privativos	3
56.20-1/04	Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para consumo domiciliar	3
EDIÇÃO E EDIÇÃO INTEGRADA À IMPRESSÃO		
58.11-5/00	Edição de livros	4
58.12-3/00	Edição de jornais	4
58.13-1/00	Edição de revistas	4
58.19-1/00	Edição de cadastros, listas e de outros produtos gráficos	4
58.21-2/00	Edição integrada à impressão de livros	4
58.22-1/00	Edição integrada à impressão de jornais	4
58.23-9/00	Edição integrada à impressão de revistas	4
58.29-8/00	Edição integrada à impressão de cadastros, listas e de outros produtos gráficos	4
ATIVIDADES CINEMATOGRAFICAS, PRODUÇÃO DE VÍDEOS E DE PROGRAMAS DE TELEVISÃO; GRAVAÇÃO DE SOM E EDIÇÃO DE MÚSICA		
59.11-1/01	Estúdios cinematográficos	4
59.11-1/02	Produção de filmes para publicidade	4
59.11-1/99	Atividades de produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão não especificadas anteriormente	4
59.12-0/01	Serviços de dublagem	4
59.12-0/02	Serviços de mixagem sonora em produção audio visual	4
59.12-0/99	Atividades de pós-produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão não especificadas anteriormente	4
59.13-8/00	Distribuição cinematográfica, de vídeo e de programas de televisão	4
59.14-6/00	Atividades de exibição cinematográfica	4
59.20-1/00	Atividades de gravação de som e de edição de música	4
ATIVIDADES DE RÁDIO E DE TELEVISÃO		
60.10-1/00	Atividades de rádio	6

60.21-7/00	Atividades de televisão aberta	6
60.22-5/01	Programadoras	6
60.22-5/02	Atividades relacionadas à televisão por assinatura, exceto programadoras	6
TELECOMUNICAÇÕES		
61.10-8/01	Serviços de telefonia fixa comutada - STFC	7
61.10-8/02	Serviços de redes de transportes de telecomunicações - SRTT	7
61.10-8/03	Serviços de comunicação multimídia - SCM	7
61.10-8/99	Serviços de telecomunicações por fio não especificados anteriormente	7
61.20-5/01	Telefonia móvel celular	7
61.20-5/02	Serviço móvel especializado - SME	7
61.20-5/99	Serviços de telecomunicações sem fio não especificados anteriormente	7
61.30-2/00	Telecomunicações por satélite	7
61.41-8/00	Operadoras de televisão por assinatura por cabo	7
61.42-6/00	Operadoras de televisão por assinatura por microondas	7
61.43-4/00	Operadoras de televisão por assinatura por satélite	7
61.90-6/01	Provedores de acesso às redes de comunicações	7
61.90-6/02	Provedores de voz sobre protocolo internet - VOIP	7
61.90-6/99	Outras atividades de telecomunicações não especificadas anteriormente	7
ATIVIDADES DOS SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO		
62.01-5/00	Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda	4
62.02-3/00	Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis	4
62.03-1/00	Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis	4
62.04-0/00	Consultoria em tecnologia da informação	4
62.09-1/00	Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação	4
ATIVIDADES DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO		
63.11-9/00	Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet	4
63.19-4/00	Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet	4
63.91-7/00	Agências de notícias	4
63.99-2/00	Outras atividades de prestação de serviços de informação não especificadas anteriormente	4
ATIVIDADES DE SERVIÇOS FINANCEIROS		
64.10-7/00	Banco Central	30

64.21-2/00	Bancos comerciais	30
64.22-1/00	Bancos múltiplos, com carteira comercial	30
64.23-9/00	Caixas econômicas	30
64.24-7/01	Bancos cooperativos	30
64.24-7/02	Cooperativas centrais de crédito	30
64.24-7/03	Cooperativas de crédito mútuo	30
64.24-7/04	Cooperativas de crédito rural	30
64.31-0/00	Bancos múltiplos, sem carteira comercial	30
64.32-8/00	Bancos de investimento	30
64.33-6/00	Bancos de desenvolvimento	30
64.34-4/00	Agências de fomento	30
64.35-2/01	Sociedades de crédito imobiliário	30
64.35-2/02	Associações de poupança e empréstimo	30
64.35-2/03	Companhias hipotecárias	30
64.36-1/00	Sociedades de crédito, financiamento e investimento - financeiras	30
64.37-9/00	Sociedades de crédito ao microempreendedor	5
64.38-7/01	Bancos de câmbio	30
64.38-7/99	Outras instituições de intermediação não-monetária não especificadas anteriormente.	30
64.40-9/00	Arrendamento mercantil	30
64.50-6/00	Sociedades de capitalização	30
64.61-1/00	Holdings de instituições financeiras	30
64.62-0/00	Holdings de instituições não-financeiras	30
64.63-8/00	Outras sociedades de participação, exceto holdings	30
64.70-1/01	Fundos de investimento, exceto previdenciários e imobiliários	30
64.70-1/02	Fundos de investimento previdenciários	30
64.70-1/03	Fundos de investimento imobiliários	30
64.91-3/00	Sociedades de fomento mercantil - factoring	30
64.92-1/00	Securitização de créditos	30
64.93-0/00	Administração de consórcios para aquisição de bens e direitos	30
64.99-9/01	Clubes de investimento	30
64.99-9/02	Sociedades de investimento	30
64.99-9/03	Fundo garantidor de crédito	30
64.99-9/04	Caixas de financiamento de corporações	30
64.99-9/05	Concessão de crédito pelas OSCIP	30
64.99-9/99	Outras atividades de serviços financeiros não especificadas anteriormente	30
SEGUROS, RESSEGUROS, PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR E PLANOS DE SAÚDE		
65.11-1/01	Seguros de vida	15
65.11-1/02	Planos de auxílio-funeral	15
65.12-0/00	Seguros não-vida	15

65.20-1/00	Seguros-saúde	15
65.30-8/00	Resseguros	15
65.41-3/00	Previdência complementar fechada	15
65.42-1/00	Previdência complementar aberta	15
65.50-2/00	Planos de saúde	15
ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVIÇOS FINANCEIROS, SEGUROS, PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR E PLANOS DE SAÚDE		
66.11-8/01	Bolsa de valores	30
66.11-8/02	Bolsa de mercadorias	30
66.11-8/03	Bolsa de mercadorias e futuros	30
66.11-8/04	Administração de mercados de balcão organizados	30
66.12-6/01	Corretoras de títulos e valores mobiliários	30
66.12-6/02	Distribuidoras de títulos e valores mobiliários	30
66.12-6/03	Corretoras de câmbio	30
66.12-6/04	Corretoras de contratos de mercadorias	30
66.12-6/05	Agentes de investimentos em aplicações financeiras	30
66.13-4/00	Administração de cartões de crédito	30
66.19-3/01	Serviços de liquidação e custódia	30
66.19-3/02	Correspondentes de instituições financeiras	30
66.19-3/03	Representações de bancos estrangeiros	30
66.19-3/04	Caixas eletrônicos	30
66.19-3/05	Operadoras de cartões de débito	30
66.19-3/99	Outras atividades auxiliares dos serviços financeiros não especificadas anteriormente	30
66.21-5/01	Peritos e avaliadores de seguros	15
66.21-5/02	Auditoria e consultoria atuarial	15
66.22-3/00	Corretores e agentes de seguros, de planos de previdência complementar e de saúde	15
66.29-1/00	Atividades auxiliares dos seguros, da previdência complementar e dos planos de saúde não especificadas anteriormente	15
66.30-4/00	Atividades de administração de fundos por contrato ou comissão	15
ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS		
68.10-2/01	Compra e venda de imóveis próprios	6
68.10-2/02	Aluguel de imóveis próprios	6
68.10-2/03	Loteamento de imóveis próprios	6
68.21-8/01	Corretagem na compra e venda e avaliação de imóveis	6
68.21-8/02	Corretagem no aluguel de imóveis	6
68.22-6/00	Gestão e administração da propriedade imobiliária	6
ATIVIDADES JURÍDICAS, DE CONTABILIDADE E DE AUDITORIA		
69.11-7/01	Serviços advocatícios	6,5

69.11-7/02	Atividades auxiliares da justiça	6,5
69.11-7/03	Agente de propriedade industrial	6,5
69.12-5/00	Cartórios	6,5
69.20-6/01	Atividades de contabilidade	6,5
69.20-6/02	Atividades de consultoria e auditoria contábil e tributária	6,5
ATIVIDADES DE SEDES DE EMPRESAS E DE CONSULTORIA EM GESTÃO EMPRESARIAL		
70.20-4/00	Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica	6,5
SERVIÇOS DE ARQUITETURA E ENGENHARIA; TESTES E ANÁLISES TÉCNICAS		
71.11-1/00	Serviços de arquitetura	6,5
71.12-0/00	Serviços de engenharia	6,5
71.19-7/01	Serviços de cartografia, topografia e geodésia	6,5
71.19-7/02	Atividades de estudos geológicos	6,5
71.19-7/03	Serviços de desenho técnico relacionados à arquitetura e engenharia	6,5
71.19-7/04	Serviços de perícia técnica relacionados à segurança do trabalho	6,5
71.19-7/99	Atividades técnicas relacionadas à engenharia e arquitetura não especificadas anteriormente	6,5
71.20-1/00	Testes e análises técnicas	6,5
PESQUISA E DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO		
72.10-0/00	Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências físicas e naturais	6,5
72.20-7/00	Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências sociais e humanas	6,5
PUBLICIDADE E PESQUISA DE MERCADO		
73.11-4/00	Agências de Publicidade	6
73.12-2/00	Agenciamento de espaços para publicidade, exceto em veículos de comunicação	6
73.19-0/01	Criação de estandes para feiras e exposições	6
73.19-0/02	Promoção de vendas	6
73.19-0/03	Marketing direto	3
73.19-0/04	Consultoria em publicidade	4
73.19-0/99	Outras atividades de publicidade não especificadas anteriormente	4
73.20-3/00	Pesquisas de mercado e de opinião pública	4
OUTRAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E TÉCNICAS		
74.10-2/01	Design	4
74.10-2/02	Decoração de interiores	5
74.20-0/01	Atividades de produção de fotografias, exceto aérea e submarina	5

74.20-0/02	Atividades de produção de fotografias aéreas e submarinas	5
74.20-0/03	Laboratórios fotográficos	5
74.20-0/04	Filmagem de festas e eventos	5
74.20-0/05	Serviços de microfilmagem	5
74.90-1/01	Serviços de tradução, interpretação e similares	5
74.90-1/02	Escafandria e mergulho	5
74.90-1/03	Serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e pecuárias	5
74.90-1/04	Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários	5
74.90-1/05	Agenciamento de profissionais para atividades esportivas, culturais e artísticas	5
74.90-1/99	Outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente	5
ATIVIDADES VETERINÁRIAS		
75.00-1/00	Atividades veterinárias	6
ALUGUÉIS NÃO-IMOBILIÁRIOS E GESTÃO DE ATIVOS INTANGÍVEIS NÃO-FINANCEIROS		
77.11-0/00	Locação de automóveis sem condutor	5
77.19-5/01	Locação de embarcações sem tripulação, exceto para fins recreativos	5
77.19-5/02	Locação de aeronaves sem tripulação	5
77.19-5/99	Locação de outros meios de transporte não especificados anteriormente, sem condutor	5
77.21-7/00	Aluguel de equipamentos recreativos e esportivos	4
77.22-5/00	Aluguel de fitas de vídeo, DVDs e similares	4
77.23-3/00	Aluguel de objetos do vestuário, jóias e acessórios	4
77.29-2/01	Aluguel de aparelhos de jogos eletrônicos	4
77.29-2/02	Aluguel de móveis, utensílios e aparelhos de uso doméstico e pessoal; instrumentos musicais	4
77.29-2/03	Aluguel de material médico	4
77.29-2/99	Aluguel de outros objetos pessoais e domésticos não especificados anteriormente	4
77.31-4/00	Aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador	4
77.32-2/01	Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes	4
77.32-2/02	Aluguel de andaimes	4
77.33-1/00	Aluguel de máquinas e equipamentos para escritórios	4
77.39-0/01	Aluguel de máquinas e equipamentos para extração de minérios e petróleo, sem operador	6
77.39-0/02	Aluguel de equipamentos científicos, médicos e hospitalares, sem operador	6

77.39-0/03	Aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes	6
77.39-0/99	Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador	6
77.40-3/00	Gestão de ativos intangíveis não-financeiros	6
SELEÇÃO, AGENCIAMENTO E LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA		
78.10-8/00	Seleção e agenciamento de mão-de-obra	5
78.20-5/00	Locação de mão-de-obra temporária	5
78.30-2/00	Fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros	5
AGÊNCIAS DE VIAGENS, OPERADORES TURÍSTICOS E SERVIÇOS DE RESERVAS		
79.11-2/00	Agências de viagens	5
79.12-1/00	Operadores turísticos	5
79.90-2/00	Serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente	5
ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA, SEGURANÇA E INVESTIGAÇÃO		
80.11-1/01	Atividades de vigilância e segurança privada	5
80.11-1/02	Serviços de adestramento de cães de guarda	5
80.12-9/00	Atividades de transporte de valores	6
80.20-0/00	Atividades de monitoramento de sistemas de segurança	5
80.30-7/00	Atividades de investigação particular	5
SERVIÇOS PARA EDIFÍCIOS E ATIVIDADES PAISAGÍSTICAS		
81.11-7/00	Serviços combinados para apoio a edifícios, exceto condomínios prediais	5
81.12-5/00	Condomínios prediais	5
81.21-4/00	Limpeza em prédios e em domicílios	4
81.22-2/00	Imunização e controle de pragas urbanas	4
81.29-0/00	Atividades de limpeza não especificadas anteriormente	4
81.30-3/00	Atividades paisagísticas	4
SERVIÇOS DE ESCRITÓRIO, DE APOIO ADMINISTRATIVO E OUTROS SERVIÇOS PRESTADOS PRINCIPALMENTE ÀS EMPRESAS		
82.11-3/00	Serviços combinados de escritório e apoio administrativo	5
82.19-9/01	Fotocópias	4
82.19-9/99	Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente	5
82.20-2/00	Atividades de teleatendimento	5
82.30-0/01	Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas	5
82.30-0/02	Casas de festas e eventos	5
82.91-1/00	Atividades de cobranças e informações cadastrais	5
82.92-0/00	Envasamento e empacotamento sob contrato	5
82.99-7/01	Medição de consumo de energia elétrica, gás e água	5
82.99-7/02	Emissão de vales-alimentação, vales-transporte e similares	5

82.99-7/03	Serviços de gravação de carimbos, exceto confecção	4
82.99-7/04	Leiloeiros independentes	6
82.99-7/05	Serviços de levantamento de fundos sob contrato	6
82.99-7/06	Casas lotéricas	6
82.99-7/07	Salas de acesso à internet	6
82.99-7/99	Outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas não especificadas anteriormente	6
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURIDADE SOCIAL		
84.11-6/00	Administração pública em geral	6
84.12-4/00	Regulação das atividades de saúde, educação, serviços culturais e outros serviços sociais	6
84.13-2/00	Regulação das atividades econômicas	6
84.21-3/00	Relações exteriores	6
84.22-1/00	Defesa	6
84.23-0/00	Justiça	6
84.24-8/00	Segurança e ordem pública	6
84.25-6/00	Defesa Civil	6
84.30-2/00	Seguridade social obrigatória	6
EDUCAÇÃO		
85.11-2/00	Educação infantil - creche	5
85.12-1/00	Educação infantil - pré-escola	5
85.13-9/00	Ensino fundamental	5
85.20-1/00	Ensino médio	5
85.31-7/00	Educação superior - graduação	5
85.32-5/00	Educação superior - graduação e pós-graduação	5
85.33-3/00	Educação superior - pós-graduação e extensão	5
85.41-4/00	Educação profissional de nível técnico	5
85.42-2/00	Educação profissional de nível tecnológico	5
85.50-3/01	Administração de caixas escolares	5
85.50-3/02	Atividade de apoio à educação, exceto caixas escolares	5
85.91-1/00	Ensino de esportes	5
85.92-9/01	Ensino de dança	5
85.92-9/02	Ensino de artes cênicas, exceto dança	5
85.92-9/03	Ensino de música	5
85.92-9/99	Ensino de arte e cultura não especificado anteriormente	5
85.93-7/00	Ensino de idiomas	5
85.99-6/01	Formação de condutores	6
85.99-6/02	Cursos de pilotagem	5
85.99-6/03	Treinamento em informática	5
85.99-6/04	Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial	5
85.99-6/05	Cursos preparatórios para concursos	5
85.99-6/99	Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente	5

ATIVIDADES DE ATENÇÃO À SAÚDE HUMANA		
86.10-1/01	Atividades de atendimento hospitalar, exceto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências	6
86.10-1/02	Atividades de atendimento em pronto-socorro e unidades hospitalares para atendimento a urgências	6
86.21-6/01	UTI móvel	6
86.21-6/02	Serviços móveis de atendimento a urgências, exceto por UTI móvel	6
86.22-4/00	Serviços de remoção de pacientes, exceto os serviços móveis de atendimento a urgências	6
86.30-5/01	Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos	6
86.30-5/02	Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares	6
86.30-5/03	Atividade médica ambulatorial restrita a consultas	6
86.30-5/04	Atividade odontológica.	5
86.30-5/06	Serviços de vacinação e imunização humana	4
86.30-5/07	Atividades de reprodução humana assistida	4
86.30-5/99	Atividades de atenção ambulatorial não especificadas anteriormente	4
86.40-2/01	Laboratórios de anatomia patológica e citológica	4
86.40-2/02	Laboratórios clínicos	4
86.40-2/03	Serviços de diálise e nefrologia	4
86.40-2/04	Serviços de tomografia	4
86.40-2/05	Serviços de diagnóstico por imagem com uso de radiação ionizante, exceto tomografia	4
86.40-2/06	Serviços de ressonância magnética	4
86.40-2/07	Serviços de diagnóstico por imagem sem uso de radiação ionizante, exceto ressonância magnética	4
86.40-2/08	Serviços de diagnóstico por registro gráfico - ECG, EEG e outros exames análogos	5
86.40-2/09	Serviços de diagnóstico por métodos ópticos - endoscopia e outros exames análogos	5
86.40-2/10	Serviços de quimioterapia	5
86.40-2/11	Serviços de radioterapia	5
86.40-2/12	Serviços de hemoterapia	5
86.40-2/13	Serviços de litotripsia	5
86.40-2/14	Serviços de bancos de células e tecidos humanos	5
86.40-2/99	Atividades de serviços de complementação diagnóstica e terapêutica não especificadas anteriormente	5
86.50-0/01	Atividades de enfermagem	5
86.50-0/02	Atividades de profissionais da nutrição	5

86.50-0/03	Atividades de psicologia e psicanálise	5
86.50-0/04	Atividades de fisioterapia	5
86.50-0/05	Atividades de terapia ocupacional	5
86.50-0/06	Atividades de fonoaudiologia	5
86.50-0/07	Atividades de terapia de nutrição enteral e parenteral	5
86.50-0/99	Atividades de profissionais da área de saúde não especificadas anteriormente	5
86.60-7/00	Atividades de apoio à gestão de saúde	5
86.90-9/01	Atividades de práticas integrativas e complementares em saúde humana	5
86.90-9/02	Atividades de banco de leite humano	5
86.90-9/03	Atividade de acupuntura	5
86.90-9/04	Atividade de podologia	5
86.90-9/99	Outras atividades de atenção à saúde humana não especificadas anteriormente	5
ATIVIDADES DE ATENÇÃO À SAÚDE HUMANA INTEGRADAS COM ASSISTÊNCIA SOCIAL, PRESTADAS EM RESIDÊNCIAS COLETIVAS E PARTICULARES		
87.11-5/01	Clínicas e residências geriátricas	4
87.11-5/02	Instituições de longa permanência para idosos	4
87.11-5/03	Atividades de assistência a deficientes físicos, imunodeprimidos e convalescentes	4
87.11-5/04	Centros de apoio a pacientes com câncer e com AIDS	4
87.11-5/05	Condomínios residenciais para idosos	4
87.12-3/00	Atividades de fornecimento de infra-estrutura de apoio e assistência a paciente no domicílio	4
87.20-4/01	Atividades de centros de assistência psicossocial	4
87.20-4/99	Atividades de assistência psicossocial e à saúde a portadores de distúrbios psíquicos, deficiência mental e dependência química não especificadas anteriormente	4
87.30-1/01	Orfanatos	4
87.30-1/02	Albergues assistenciais	4
87.30-1/99	Atividades de assistência social prestadas em residências coletivas e particulares não especificadas anteriormente	4
SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL SEM ALOJAMENTO		
88.00-6/00	Serviços de assistência social sem alojamento	4
ATIVIDADES ARTÍSTICA, CRIATIVAS E DE ESPETÁCULOS		
90.01-9/01	Produção teatral	4
90.01-9/02	Produção musical	4
90.01-9/03	Produção de espetáculos de dança	4
90.01-9/04	Produção de espetáculos circenses, de marionetes e similares	4
90.01-9/05	Produção de espetáculos de rodeios, vaquejadas e similares	4
90.01-9/06	Atividades de sonorização e de iluminação	4

90.01-9/99	Artes cênicas, espetáculos e atividades complementares não especificadas anteriormente	4
90.02-7/01	Atividades de artistas plásticos, jornalistas independentes e escritores	4
90.02-7/02	Restauração de obras-de-arte	4
90.03-5/00	Gestão de espaços para artes cênicas, espetáculos e outras atividades artísticas	4
ATIVIDADES LIGADAS AO PATRIMÔNIO CULTURAL E AMBIENTAL		
91.01-5/00	Atividades de bibliotecas e arquivos	4
91.02-3/01	Atividades de museus e de exploração de lugares e prédios históricos e atrações similares	4
91.02-3/02	Restauração e conservação de lugares e prédios históricos	4
91.03-1/00	Atividades de jardins botânicos, zoológicos, parques nacionais, reservas ecológicas e áreas de proteção ambiental	4
ATIVIDADES DE EXPLORAÇÃO DE JOGOS DE AZAR E APOSTAS		
92.00-3/01	Casas de bingo	4
92.00-3/02	Exploração de apostas em corridas de cavalos	4
92.00-3/99	Exploração de jogos de azar e apostas não especificados anteriormente	4
ATIVIDADES DE EXPLORAÇÃO DE JOGOS DE AZAR E APOSTAS		
92.00-3/01	Casas de bingo	3
92.00-3/02	Exploração de apostas em corridas de cavalos	3
92.00-3/99	Exploração de jogos de azar e apostas não especificados anteriormente	3
ATIVIDADES ESPORTIVAS E DE RECREAÇÃO E LAZER		
93.11-5/00	Gestão de instalações de esportes	5
93.12-3/00	Clubes sociais, esportivos e similares	5
93.13-1/00	Atividades de condicionamento físico	5
93.19-1/01	Produção e promoção de eventos esportivos	5
93.19-1/99	Outras atividades esportivas não especificadas anteriormente	5
93.21-2/00	Parques de diversão e parques temáticos	5
93.29-8/01	Discotecas, danceterias, salões de dança e similares	5
93.29-8/02	Exploração de boliches	5
93.29-8/03	Exploração de jogos de sinuca, bilhar e similares	5
93.29-8/04	Exploração de jogos eletrônicos recreativos	5
93.29-8/99	Outras atividades de recreação e lazer não especificadas anteriormente	5
ATIVIDADES DE ORGANIZAÇÕES ASSOCIATIVAS		
94.11-1/00	Atividades de organizações associativas patronais e empresariais	5
94.12-0/00	Atividades de organizações associativas profissionais	5
94.20-1/00	Atividades de organizações sindicais	5

94.30-8/00	Atividades de associações de defesa de direitos sociais	5
94.91-0/00	Atividades de organizações religiosas	5
94.92-8/00	Atividades de organizações políticas	5
94.93-6/00	Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte	5
94.99-5/00	Atividades associativas não especificadas anteriormente	5
ATIVIDADES DE ORGANIZAÇÕES ASSOCIATIVAS		
94.11-1/00	Atividades de organizações associativas patronais e empresariais	5
94.12-0/00	Atividades de organizações associativas profissionais	5
94.20-1/00	Atividades de organizações sindicais	5
94.30-8/00	Atividades de associações de defesa de direitos sociais	5
94.91-0/00	Atividades de organizações religiosas	5
94.92-8/00	Atividades de organizações políticas	5
94.93-6/00	Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte	5
94.99-5/00	Atividades associativas não especificadas anteriormente	5
REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E COMUNICAÇÃO E DE OBJETOS PESSOAIS E DOMÉSTICOS		
95.11-8/00	Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos	5
95.12-6/00	Reparação e manutenção de equipamentos de comunicação	5
95.21-5/00	Reparação e manutenção de equipamentos eletroeletrônicos de uso pessoal e doméstico	5
95.29-1/01	Reparação de calçados, bolsas e artigos de viagem	5
95.29-1/02	Chaveiros	5
95.29-1/03	Reparação de relógios	5
95.29-1/04	Reparação de bicicletas, triciclos e outros veículos não-motorizados	5
95.29-1/05	Reparação de artigos do mobiliário	5
95.29-1/06	Reparação de jóias	5
95.29-1/99	Reparação e manutenção de outros objetos e equipamentos pessoais e domésticos não especificados anteriormente	5
OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS PESSOAIS		
96.01-7/01	Lavanderias	5
96.01-7/02	Tinturarias	5
96.01-7/03	Toalheiros	5
96.02-5/01	Cabeleireiros	5
96.02-5/02	Atividades de estética e outros serviços de cuidados com a beleza	5
96.03-3/01	Gestão e manutenção de cemitérios	5
96.03-3/02	Serviços de cremação	5

96.03-3/03	Serviços de sepultamento	5
96.03-3/04	Serviços de funerárias	5
96.03-3/05	Serviços de somatoconservação	5
96.03-3/99	Atividades funerárias e serviços relacionados não especificados anteriormente	5
96.09-2/02	Agências matrimoniais	5
96.09-2/03	Alojamento, higiene e embelezamento de animais	5
96.09-2/04	Exploração de máquinas de serviços pessoais acionadas por moeda	5
96.09-2/05	Atividades de sauna e banhos	5
96.09-2/06	Serviços de tatuagem e colocação de piercing	5
96.09-2/99	Outras atividades de serviços pessoais não especificadas anteriormente	5
SERVIÇOS DOMÉSTICOS		
97.00-5/00	Serviços domésticos	5
ORGANISMOS INTERNACIONAIS E OUTRAS INSTITUIÇÕES EXTRATERRITORIAIS		
99.00-8/00	Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	5

CÁLCULO DO ALVARÁ

Para o cálculo do alvará, além da tabela do CNAE e da UFM, na fórmula são utilizados ainda os seguintes fatores:

TABELA II - FATOR METRAGEM:

COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO	DESCRIÇÃO	QDADE. UFM/ TLL/TLF
Micro Empreendedor Individual (MEI), Micro Empresa, EPP e Ltda	Até 50,00m ²	0,60
	De 50,01 m ² a 100,00 m ²	0,80
	De 100,01 m ² a 200,00 m ²	0,90
	De 200,01 m ² a 300,00 m ²	1,00
	De 300,01 m ² em diante	1,20

TABELA III - FATOR BAIRRO:

Bairros/localidades	Valor (%)
Centro (distrito 01)	1,00
São Bento (distrito 02)	0,80
Nova Roma (Distrito 03)	0,80
Localidades rural	0,70

FÓRMULA DE CÁLCULO DO ALVARÁ

Alvará = Alíquota da tabela CNAE x UFM x FATOR METRAGEM x FATOR BAIRRO

VALOR DA TAXA DE LICENÇA E LOCALIZAÇÃO (TLL) PARA ATIVIDADES TEMPORÁRIAS

TABELA IV:

Base de cálculo: Unidade Fiscal Monetária (UFM)

Atividade	ao dia	ao mês
04 – Alimentos preparados, inclusive refrigerantes.....	70%	100%
05 – Aparelhos eletrodomésticos.....	70%	170%
06 – Armarinhos e miudezas.....	70%	150%
07 – Artefatos de couro.....	35%	150%
08 – Artigos carnavalescos.....	60%	100%
09 – Artigos para fumantes.....	80%	170%
10 – Artigos de papelaria.....	56%	120%
11 – Artigos religiosos.....	60%	100%
12 – Artigos de toucador.....	80%	170%
13 – Automóveis.....	100%	300%
14 – Artigos de jogos de azar.....	110%	400%
15 – Bebidas alcoólicas.....	150%	400%
16 – Brinquedos e artigos comerciais.....	100%	400%
17 – Confeccões.....	90%	200%
18 – Fogos de artifício.....	100%	300%
19 – Frutas.....	80%	170%
20 – Gêneros e produtos alimentícios.....	60%	150%
21 – Jóias e relógios.....	80%	350%
22 – Louças, ferragens, e artefatos de plástico, de borracha, escovas e similares.....	60%	300%
23 – Malhas, meias, gravatas e lenços.....	40%	300%
24 – Peles, pelicas, plumas e confeccões de luxo.....	90%	350%
25 – Tecidos.....	90%	170%
26 – Outros.....	80%	200%

VALOR DA TAXA PARA VISTORIA SANITÁRIA (TVS)

Os valores são os constantes na tabela utilizada pelo Governo de Santa Catarina.

VALOR TAXA PARA LICENÇA DE CONSTRUÇÃO E HABITAÇÃO (TLC)

TABELA ÚNICA:

DISCRIMINAÇÃO	Porcentagem sobre a UFM
<u>27. Construções:</u>	
27.01. Aprovação de projetos e concessão de alvarás de construção, por metro quadrado de área construída.....	3,50%
27.02. Habite-se, por metro quadrado construído.....	0,50%
<u>28. Modificação ou ampliação e regularização:</u>	
28.01. Aprovação do projeto de concessão de alvarás de construção, por metro quadrado de área construída.....	3,00%
<u>29. Aprovação de Loteamentos:</u>	
29.01. Aprovação do ante-projeto, por área de lotes (m ²).....	0,04%
29.02. Aprovação do projeto, por área de lotes (m ²).....	0,15%
29.03. Modificação do projeto aprovado, por área de lotes (m ²).....	0,04%
<u>30. Desmembramentos, remembramentos e desdobro:</u>	
30.01. Autorização desmembramento, remembramento e desdobro (m ²)	0,30%
<u>31. Alinhamento:</u>	
31.01. Na zona urbana.....	100%
31.02. Na sede dos distritos e zona rural.....	120%
31.03. Em terrenos de esquina.....	140%

VALOR DA TAXA PARA AUTORIZAÇÃO DE PUBLICIDADE**TABELA ÚNICA:**

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
38.01. Publicidade através de anúncios, letreiros, placas, indicativas de profissão, arte ou ofício, distintivos, embarques e assemelhados, colocados na parte interna ou externa de edificações ou estabelecimentos, por unidade, por semestre ou fração	2,0 UFM
38.02. Publicidade de terceiros na parte interna ou externa de veículos por unidade de anúncios e por semestre ou fração	1,0 UFM
38.03. Publicidade conduzida por pessoa e exibida em vias públicas, por unidade e por dia 2,0 UFM38.04. Publicidade em prospecto, por espécie distribuída e por dia	1,6 UFM
38.05. Exposição de produtos e propaganda feita em estabelecimento de terceiros ou em locais de frequência pública, por mês ou fração	3,5 UFM

38.06. Publicidade feita através de 'out-door', por exemplar e por semestre ou fração 9,0 UFM

38.07. Publicidade através de auto falante em local fixo, por mês ou fração 7,0 UFM

38.08. Publicidade através de auto falante, em veículos, por mês ou fração e por veículo 15,0 UFM

VALOR DA TAXA PARA CONCESSÃO DE ÁREA PÚBLICA

TABELA ÚNICA:

Base do cálculo: Unidade Fiscal Monetária (UFM)

ATIVIDADES	Por dia	Por mês	Por ano
39. Alimentos preparados, inclusive sucos, refrescos e refrigerantes;			
39.01. Trailer	0,50	3,00	5,00
39.02. Quiosque e barracas.....	0,50	3,00	5,00
39.03. Carrinhos, tabuleiros, balaies, e similares.....	0,20	2,00	4,00

ATIVIDADES	Por dia	Por mês	Por ano
40. Frutas, verduras e flores;			
40.01. Barracas, quiosques e trailers.....	0,30	3,00	5,00
40.02. Tabuleiros	0,20	2,00	3,00
40.03. Cestos, balaies e assemelhados.....	0,20	1,00	2,00
40.04. Veículos de tração animal	0,20	2,00	3,00
40.05. Veículos automotores	0,40	4,00	13,00
40.06. Jornais e revistas	0,30	3,00	4,00
40.07. Tecidos e Confecções	0,40	4,00	9,00
40.08. Joias e outros artigos de luxo	0,70	5,00	11,00
40.09. Utensílios de uso doméstico	0,30	3,00	9,00
40.10. Brinquedos, armarinhos e miudezas e outros artigos;			
40.11. Barracas.....	06,0	5,00	7,00
40.12. Outros	0,30	3,00	6,00
40.13. Gêneros e produtos alimentícios	0,30	3,00	7,00

ANEXO IV
VALORES DAS TAXAS SOBRE SERVIÇOS PÚBLICOS

VALOR DA TAXA SOBRE O SERVIÇO PÚBLICO DE COLETA E DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS (TRS)

TABELA ÚNICA:

Tipo de Imóvel atendido	UFM por passada
Todos os tipos de imóveis	0,009

VALOR DA TAXA SOBRE OS SERVIÇOS GERAIS E DE EXPEDIENTE (TEX)

SERVIÇOS	UFM
43. ALVARÁS	
43.1. Para funcionamento do elevador	0,38
43.2. Para funcionamento de Casas de Diversão	0,38
43.3. De licença concedida ou transferida	0,38
43.4. De qualquer natureza	0,38
44. ATESTADOS	0,38
44.1. De vistoria	0,38
44.2. De habite-se	0,38
44.3. De qualquer outra natureza	0,38
45. APROVAÇÃO DE ARRUAMENTO OU LOTEAMENTO, CADA ATO APROVADO TOTAL OU PARCIALMENTE, ARRUAMENTO, ESMEMBRAMENTO OU LOTEAMENTO DO TERRENO	0,38

SERVIÇOS	UFM
46. DE BAIXAS, TRANSFERÊNCIAS, OU QUAISQUER OUTRAS ALTERAÇÕES NOS CADASTROS IMOBILIÁRIOS, DE PRODUTOS, INDUSTRIAIS, DE COMERCIANTES E DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA.	0,38
47. CARTÃO DE INSCRIÇÃO	
47.1. Expedição de cartão de inscrição	0,38
47.2. Expedição de Carnê do IPTU	0,38
48. CERTIDÕES	
48.01. Certidão negativa de tributos, por pessoa	0,38
48.02. Certidão de tempo de serviço, por pessoa	0,38
48.03. Certidões diversas, por um só ato ou fato administrativo, e por pessoa	0,38
48.04. Por pessoa que exceder ao primeiro	0,38
48.05. Por ato ou fato que acrescer	0,38
48.06. Certidões de Dívida Ativa	0,38
49. CÓPIAS DE PLANTAS	
49.01. Por cópias até 0,50 m ²	0,38
49.02. Pelo excedente, por 0,10 m ²	0,38
50. EMOLUMENTOS	
50.01. Termos lavrados em livro fiscal, por livro	0,38
50.02. Rubrica de folhas de livros fiscal, por folha	0,38
50.03. Registro de título de habilitação profissional	0,38
50.04. Laudo de avaliação de bens imóveis	0,38
51. REQUERIMENTO	0,38
51.01. De licença para construção	0,38

SERVIÇOS	UFM
51.02. De vistoria	0,38
51.03. De habite-se	0,38
51.04. De proposta	0,38
51.05. De contestação à representação	0,38
51.06. De defesa, quando não conhecido o valor da obrigação	0,38
51.07. Outros não especificados	0,38
52. TÍTULOS DE PERPETUIDADE DE SEPULTURA, JAZIGOS, CARNEIROS, MAUSOLÉU OU OSSUÁRIO	0,38
53. CONTRATO DE CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO	0,38
54. PRORROGAÇÃO DE CONTRATOS DE CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO	0,38
55. TRANSFERÊNCIA DE CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO	0,38
56. TAXA DE CEMITÉRIO	
56.01. sepultamento, ou inumação de cadáver	0,38
56.02. exumação	0,38
56.03. placa	0,38
56.04. urna até cinco (5) anos	0,38
56.05. urna perpétua	0,38
56.06. concessão de catacumbas	0,38
56.07. perpétuas	0,38

ANEXO V

DA CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA - COSIP

TABELA ÚNICA:

CLASSE	FAIXA DE CONSUMO. kWh/MÊS	VALORES
		R\$
INDUSTRIAL	Até 300	7,00
	De 301 até 500	10,00
	De 501 até 1000	20,00
	De 1001 até 2000	23,00
	Acima de 2001	30,00
COMERCIAL	Até 200	4,00
	De 201 a 300	7,00
	De 301 até 400	9,00
	De 401 até 500	12,00
	De 501 até 600	19,00
	De 601 até 1.000	22,00
	Acima de 1.001	27,00
RESIDENCIAL	Até 50	Isento
	De 51 até 100	3,00
	De 101 até 150	5,00
	De 151 até 200	7,00
	De 201 até 500	9,00
	Acima de 501	10,00
RESIDENCIAL RURAL	Até 70	Isento
	De 71 até 100	2,00
	De 101 até 200	4,00
	De 201 até 300	5,00
	Acima de 301	7,00
PODER PÚBLICO	Todas as faixas de consumo	9,00
CONSUMO PRÓPRIO	Todas as faixas de consumo	9,00
SERVIÇO PÚBLICO	Todas as faixas de consumo	9,00

ANEXO VI

VALOR DOS TERRENOS RURAIS

Tabela de referência de terrenos rurais elaborada pela EPAGRI/CEPA:

Tipo de Terreno	Valor em R\$
01 – ÁREA DE PRIMEIRA	15.420,00
02 – ÁREA DE SEGUNDA	9.790,00
03 – ÁREA DE TERCEIRA (ALTA DECLIVIDADE)	4.350,00
04 – ÁREA DE VARZEA NÃO SISTEMATIZADA	28.370,00
05 – ÁREA DE VARZEA SISTEMATIZADA	39.300,00
06 – ÁREA PARA SERVIDÃO FLORESTAL	4.070,00

Legenda:

01 - Terra de primeira - Terra mecanizável e de boa fertilidade ou terra de várzea que não apresenta potencial para ser sistematizada.

02 - Terra de segunda - Terra mecanizável de baixa fertilidade ou terra de boa fertilidade, mas com dificuldade para mecanização.

03 - Terra de terceira - Áreas de topografia acidentada, impróprias à exploração de lavouras temporárias, lavouras permanentes e pastagem. Uma das poucas alternativas de exploração econômica é a implantação de reflorestamento.

04 - Terra de várzea sistematizada - Terra de várzea, nivelada e entaipada, com canais de irrigação e drenagem, pronta para o cultivo do arroz irrigado.

05 - Terra de várzea não sistematizada - Planície normalmente fértil, cultivável, e que apresenta potencial para ser sistematizada.

06 - Terra para servidão florestal - áreas cobertas de vegetação nativa primária (mata virgem) em estágio médio (capoeiras) ou avançado (capoeirão) de recomposição.

Nova Itaberaba

PREFEITURA

DECRETO Nº 247/2017

DECRETO N.º 247/2017 DE 13 DE OUTUBRO DE 2017

PROCESSO SELETIVO N.º 004/2017

ATA DE CLASSIFICAÇÃO FINAL

O Prefeito Municipal de Nova Itaberaba, Estado de Santa Catarina, Sr. Marciano Mauro Pagliarini, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados, a Ata de Classificação Final referente ao Processo Seletivo n.º 004/2017, destinado ao preenchimento de vagas no Quadro de Pessoal do Município.

1. Apresentamos abaixo a Ata de Classificação Final do Processo Seletivo n.º 004/2017, do Município de Nova Itaberaba (SC), conforme Anexo I.

2. O presente documento entra em vigor na data de sua publicação.

3. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Nova Itaberaba (SC), 13 de outubro de 2017.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI

Prefeito Municipal

Anexo I

Nutricionista

Ensino Superior

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	CPF	Português	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Média final
1	687383	Giordana De Ornellas Strapazzon Pereira	980.603.680-87	2,50	1,50	2,50	6,50	6,50
2	688838	Luciana Pozzebon	070.872.149-42	1,00	1,50	3,50	6,00	6,00
3	689616	Jorye Lurdes Mendes De Medeiros	010.274.819-57	2,00	1,00	2,50	5,50	5,50
4	687614	Monike Angelica Carrere Da Silveira De Menezes	083.311.559-63	1,00	2,00	2,50	5,50	5,50
5	688272	Milene Samaris Walker	089.577.319-89	1,50	1,00	2,50	5,00	5,00
6	689192	Ellen Kayumi Sawazaki	010.882.769-03	1,00	1,00	2,50	4,50	4,50
7	689015	Giovana Paludo Giombelli	075.217.799-08	1,00	1,00	2,50	4,50	4,50
8	686817	Joici Franceschina	091.691.039-33	2,00	0,50	2,00	4,50	4,50
9	689270	Daline Guerreiro	093.996.819-39	2,00	0,00	2,00	4,00	4,00
10	689500	Alessandra Carla Simon Albani	091.784.399-14	1,50	1,00	1,50	4,00	4,00
11	688727	Aline Vargas	048.197.969-76	0,50	2,00	1,50	4,00	4,00
12	688834	Leidiane Josi Budel	045.166.251-21	0,00	0,50	2,50	3,00	3,00
13	688128	Danice Model	087.235.059-23	1,00	0,00	2,00	3,00	3,00
14	687174	Paula Strapasson	013.656.100-47	1,00	0,50	1,50	3,00	3,00
15	688543	Kelly Scarlet Bassani	078.812.729-29	1,00	1,00	1,00	3,00	3,00

Odontólogo

Ensino Superior

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	CPF	Português	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Média final
1	688574	Julia Menezes Savaris	064.273.739-86	2,50	1,00	2,50	6,00	6,00
2	688737	Caroline De Lima Brito Angelo	986.990.831-49	1,50	1,00	3,00	5,50	5,50

3	688185	Mauricio Ranckel Junior	078.890.279-23	1,50	1,00	3,00	5,50	5,50
4	688278	Luiza Lorenzoni Dreher	076.053.929-40	1,50	1,00	3,00	5,50	5,50
5	688670	Maria Nadir Collet	025.335.210-00	1,50	0,00	3,00	4,50	4,50
6	689898	Fabiane Felkiker	081.172.399-22	1,50	0,50	2,50	4,50	4,50
7	688594	Mayara Cristina De Bona	070.741.719-80	1,00	1,00	2,50	4,50	4,50
8	687796	Karine Triches	098.097.149-71	1,00	1,00	2,50	4,50	4,50
9	689085	Raquel Paveglia Carvalho	090.857.659-51	1,00	0,50	2,50	4,00	4,00
10	688351	Catielys Niobe Mattiello	084.304.109-96	1,00	1,00	2,00	4,00	4,00
11	687410	Bruna Rosalen	092.440.649-60	1,00	1,00	2,00	4,00	4,00
12	686886	Leandra Regina Bottaro Tognon	852.208.259-68	0,50	0,50	2,50	3,50	3,50
13	686767	Marina Nuncio	079.661.679-50	1,00	0,50	2,00	3,50	3,50
14	689102	Monica Regeane Menegatti Breciani	052.091.389-25	0,50	0,50	2,00	3,00	3,00
15	687549	Daiane Galera	088.597.429-86	1,50	0,00	1,50	3,00	3,00
16	687473	Fabiana Lustosa Sforza	099.279.019-09	0,50	0,00	1,50	2,00	2,00
-	688819	Jakson Carlos Isoton	047.763.259-93	0,00	0,00	0,00	Ausente	0,00
-	688614	Fernanda Piaia	050.381.069-00	0,00	0,00	0,00	Ausente	0,00
-	689695	Leticia Banaszkeski	072.677.589-40	0,00	0,00	0,00	Ausente	0,00
-	689923	Sonia Franchini	072.288.029-42	0,00	0,00	0,00	Ausente	0,00
-	688233	Glaziella Wisoski Dal Santo	084.988.589-25	0,00	0,00	0,00	Ausente	0,00
-	688631	Fabricio Balbinot	073.145.279-89	0,00	0,00	0,00	Ausente	0,00

Nova Veneza

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL N.º 161/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL N.º 161/2017

Objetivo: Contratação de empresa especializada no conserto e montagem de pneus quando necessário, dos veículos, máquinas e equipamentos da Secretaria Municipal de Transportes e Obras de Nova Veneza/SC.

Abertura: às 13:30 horas do dia 27/10/2017.

Local: Trav. Oswaldo Búrigo, nº 44 – Centro - Nova Veneza/SC.

EDITAL COMPLETO NO SITE WWW.NOVAVENEZA.SC.GOV.BR.

Demais esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de licitações e contratos das 8:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas de segunda a sexta-feira pelo fone (0xx48) 3471-1781.

Nova Veneza (SC), 13 de outubro de 2017.

Rogério José Frigo

Prefeito Municipal de Nova Veneza

Orleans

PREFEITURA

PROCESSO Nº 140/2017 PREFEITURA

PROCESSO Nº 140/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 62/2017

Tipo: Menor Preço por item

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELETRICO PARA A DECORAÇÃO NATALINA , MATERIAL GRÁFICO E SERVIÇO DE CAMINHÃO MUNCK PARA A REALIZAÇÃO DO EVENTO 1º NATAL ENCANTADO 2017.

Recebimento dos Envelopes e de Propostas: até o dia 30/10/2017 às 14h:00min.

Abertura das Propostas: dia 30/10/2017, às 14h30min.

Fundamento legal: Leis Federais 10.520/2002, 8.666/93 consolidada e Lei Complementar Federal Nº 123/2006. Mais informações no Setor de Licitações junto a Prefeitura, sito a rua XV de novembro 282, centro, Orleans SC, CEP: 88870-000, Fone (48) 3886-0100, site www.orleans.sc.gov.br e-mail licitacao@orleans.sc.gov.br

Orleans - SC, 13 de Outubro de 2017.

Jorge Luiz Koch

Prefeito Municipal

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 39/2017 PREFEITURA
ESTADO DE SANTA CATARINA**
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Página: 1/7

Processo Nº.: 107/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 47/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 39/2017

No dia 13 do mês de Outubro do ano de 2017, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.928.544/0001-43, com sede administrativa localizada na RUA: XV DE NOVEMBRO, 282, bairro CENTRO, CEP nº. 88870-000, nesta cidade de Orleans/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a) JORGE LUIZ KOCH, inscrito no CPF sob o nº. 342.332.539-91, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 47/2017, Processo Licitatório nº. 107/2017, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) AQUISIÇÃO DE REGISTRADOR ELETRÔNICO DE PONTO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS E ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO DE ORLEANS. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
6583	NEWCOMP EQUIPAMENTOS EIRELI - ME	
11866	PONTO SYSTEM COMERCIO DE RELOGIO PONTO LTDA. - ME	
11081	SCPONTO LTDA - ME	1

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
NEWCOMP EQUIPAMENTOS EIRELI - ME	05.072.367/0001-34	ORDILEI DELA GIUSTINA	028.345.999-98
PONTO SYSTEM COMERCIO DE RELOGIO PONTO LTDA. - M	14.328.244/0001-02	AMARILDO DA ROCHA	516.664.729-72
SCPONTO LTDA - ME	17.262.425/0001-71	KENIO ZANELA FERNANDES	066.135.799-63

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
AQUISIÇÃO DE REGISTRADOR ELETRÔNICO DE PONTO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS E ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO DE ORLEANS.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Menor preço por item, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Página: 2/7
 Processo Nº.: 107/2017
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 47/2017

Fornecedor: 11081 - SCPONTO LTDA - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	REGISTRADOR ELETRÔNICO DE PONTO COM LEITORES BIOMÉTRICOS (LEITOR DE IMPRESSÃO DIGITAL 500 DPI PARA NO MÍNIMO 900 DIGITAIS, PODENDO CADASTRAR 10 DIGITAIS POR COLABORADORES) + CARTÃO PROXIMIDADE (IDENTIFICAÇÃO POR CARTÃO DE APROXIMAÇÃO) + SENHA (IDENTIFICAÇÃO DE USUÁRIOS ATRAVÉS DE SENHA NUMÉRICA) CAPACIDADE DE GERENCIAMENTO DE ATÉ 1.500 USUÁRIOS CADASTRADOS. USB: UM PORTA USB 2.0 (PORTA FISCAL) PARA FISCALIZAÇÃO DE ARQUIVO FONTE DE DADOS. UM PORTA USB 2.0 PARA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE USUÁRIOS. TELA LCD TOUCHSCREEN: DISPLAY LCD COLORIDO DE 2.4230X240 COM TELA RESISTIVA SENSÍVEL AO TOQUE. REGISTRADOR ELETRÔNICO DE PONTO QUE ATENDE A PORTARIA 373 DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGADO (MTE). ACESSO AO MENU DO EQUIPAMENTO COM PROTEÇÃO DE DIGITAL OU SENHA DO ADMINISTRADOR. POSSIBILITA A INCLUSÃO E EXCLUSÃO DE COLABORADORES NO EQUIPAMENTO SEM A NECESSIDADE DE IMPORTAÇÃO USB OU TECLADO USB EXTERNO, TORNANDO-SE UM EQUIPAMENTO ADAPTÁVEL AO AMBIENTE.	un	CONTROL ID	10.000	795.0000	7.950.00

2.2. Os preços registrados serão fixos e inajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, relativos à data da apresentação da proposta e do momento do pedido, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado tornar-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observadas as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Página: 3/7
Processo Nº.: 107/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 47/2017

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

- 3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.
- 3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.
- 3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação;
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata;
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis;
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro;
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

- 5.1. Compete ao Órgão Gestor:
- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado o valor máximo a ser pago pela Administração;
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos preços, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos;
- 5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários;
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;
- 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:
- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 4/7

PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Processo Nº.: 107/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 47/2017

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações;

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços;

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Página: 5/7
Processo Nº.: 107/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 47/2017

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizada pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumento contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais impréstáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Página: 6/7
Processo Nº.: 107/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 47/2017

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuárias da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

ESTADO DE SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS**

Página: 7/7

Processo Nº.: 107/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 47/2017

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Orleans para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Orleans, 13 de Outubro de 2017.

JORGE LUIZ KOCH
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

NEWCOMP EQUIPAMENTOS EIRELI - ME CNPJ: 05.072.367/0001-34 _____

PONTO SYSTEM COMERCIO DE RELOGIO PONTO LTDA. - ME CNPJ: 14.328.244/0001-02 _____

SCPONTO LTDA - ME CNPJ: 17.262.425/0001-71 _____

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 40/2017 PREFEITURA**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS**

Página: 1/9

Processo Nº.: 117/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 52/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 40/2017

No dia 13 do mês de Outubro do ano de 2017, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82.926.544/0001-43, com sede administrativa localizada na RUA XV DE NOVEMBRO, 282, bairro CENTRO, CEP nº 88870-000, nesta cidade de Orleans/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a) JORGE LUIZ KOCH, inscrito no CPF sob o nº 342.332.539-91, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 52/2017, Processo Licitatório nº. 117/2017, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando a(o) CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO DE PEÇAS PARA CONserto E REPARO DE RETROESCAVADEIRA RANDON RD 406, ANO 2012, UTILIZADAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DE ORLEANS/SC.

Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
3569	MAGRI PEÇAS AGRICOLAS - LOURIVAL M LIMAS - ME	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86
5619	PERKSON PEÇAS E EQUIPAMENTOS LTDA	
44	PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI - ME	

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
MAGRI PEÇAS AGRICOLAS - LOURIVAL M LIMAS - ME	85.133.874/0001-70	LOURIVAL MACHADO LIMAS	375.312.479-68
PERKSON PEÇAS E EQUIPAMENTOS LTDA	00.444.086/0001-41	FABIANO FERREIRA CONSTANTINO	038.672.109-26
PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI - ME	79.864.567/0001-66	PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RA	064.399.108-50

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO DE PEÇAS PARA CONserto E REPARO DE RETROESCAVADEIRA RANDON RD 406, ANO 2012, UTILIZADAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DE ORLEANS/SC.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Menor Preço Global, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 3569 - MAGRI PEÇAS AGRICOLAS - LOURIVAL M LIMAS - ME						
Item	Especificação	Unid.	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	ANEL ORING	un	AGEL	2.000	19,4550	38,91
2	ANEL ORING CUBO RODA	un	AGEL	2.000	4,3477	8,70
3	ANEL ORING SILICONE	un	AGEL	2.000	23,5894	47,18

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 2/9

PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Processo Nº.: 117/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 52/2017

Fornecedor: 3569 - MAGRI PEÇAS AGRICOLAS - LOURIVAL M LIMAS - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
4	COROA E PINHÃO	un	COTEC	1.000	2.779,7371	2.779,74
5	CUBO	un	ITR	3.000	302,9599	908,88
6	DISCO FREIO	un	UNITEC	4.000	80,3714	321,49
7	KIT AJUSTE PISTÃO FREIO	un	TEC PARTS	2.000	365,6961	731,39
8	PLACA SEPARADORA FREIO DIANTEIRO	un	UNITEC	2.000	118,1563	236,31
9	PLACA SEPARADORA FREIO TRASEIRO	un	UNITEC	2.000	100,7655	201,53
10	RETENTOR CUBO TRASEIRO	un	APC	2.000	177,2432	354,49
11	ROLAMENTO	un	TINKEM	2.000	255,5542	511,11
12	ROLAMENTO DIFERENCIAL	un	TINKEM	2.000	124,9485	249,90
13	ROLAMENTO PINHÃO	un	TINKEM	1.000	164,3048	164,30
14	ROLAMENTO RODA TRASEIRA	un	TINKEM	8.000	166,0160	1.328,13
15	SENSOR FREIO	un	MARILIA	2.000	274,5689	549,14
16	VERRUMA LD	un	ITR	1.000	485,9127	485,91
17	VERRUMA LE	un	ITR	1.000	485,9127	485,91
18	ANEL ORING CUBO RODA	un	AGEL	2.000	4,3477	8,70
19	ANEL TRAVA	un	DOBER	2.000	1,3794	2,76
20	ARRUELA - 210007071	un	PIN	2.000	13,0431	26,09
21	ARRUELA - k395075	un	PIN	2.000	14,6495	29,30
22	ARRUELA ENCOSTO - 122270A1	un	PIN	2.000	10,9828	21,97
23	ARRUELA ENCOSTO - 122268A1	un	PIN	2.000	6,6620	13,72
24	ARRUELA - 210007071	un	PIN	2.000	8,2414	16,48
25	ARRUELA - 210007072	un	PIN	2.000	7,5605	15,12
26	BUCHA DE AÇO - 100522A1	un	HDS	2.000	29,3164	58,63
27	BUCHA DE AÇO - 100520A1	un	HDS	2.000	39,1643	78,33
28	BUJÃO	un	ITR	2.000	18,3162	36,63
29	CHAPA TRIÂNGULO	un	ITR	2.000	21,0750	42,15
30	COROA E PINHÃO DIFERENCIAL	un	COTEC	1.000	2.437,3859	2.437,39
31	CUBO PORTA PLANETÁRIA	un	ITR	2.000	424,5559	849,11
32	CUBO RODA	un	ITR	2.000	271,5831	543,17
33	EIXO	un	ITR	1.000	79,0095	79,01
34	EIXO CARDAN DIANTEIRO	un	ITR	1.000	777,8899	777,89
35	ENGRENAGEM	un	TEC PARTS	3.000	76,9491	230,85
36	ENGRENAGEM MAIOR DIFER. DIANTEIRO	un	TEC PARTS	2.000	271,1291	542,26
37	ENGRENAGEM SATÉLITE DIFERENCIAL	un	TEC PARTS	2.000	123,6564	247,31
38	FLANGE SAÍDA DA CAIXA	un	SERODIA	1.000	77,4206	77,42
39	RETENTOR	un	APC	2.000	22,4369	44,87
40	RETENTOR CUBO DIANTEIRO	un	APC	2.000	151,5935	303,19
41	RETENTOR NITRÍLICO	un	APC	2.000	39,1643	78,33
42	RETENTOR SEMI EIXO DIANTEIRO	un	APC	1.000	62,2822	62,28
43	ROLAMENTO DIFERENCIAL DIANTEIRO	un	TINKEM	2.000	62,9808	125,96
44	ROLAMENTO	un	TINKEM	4.000	116,3404	465,36
45	ROLETE	un	IKO	108.000	1,3794	148,98
46	SEMI EIXO COMPLETO TRAÇÃO	un	TEC PARTS	2.000	690,1850	1.380,37
47	PLACA DISCO	un	UNITEC	4.000	53,8138	215,26
48	BICO INJETOR	un	BOSH	4.000	150,2141	600,86
49	JUNTA	un	WAS	1.000	87,2509	87,25
50	ANEL	un	AGEL	1.000	48,0867	48,09
51	PALHETA	un	SERODIA	2.000	53,3510	106,70
52	PISTÃO	un	SERODIA	1.000	10,9828	10,98
53	CABEÇOTE	un	SERODIA	1.000	1.215,2619	1.215,26
54	SAPATA	un	COTEC	1.000	416,7685	416,77
55	MÃO DE OBRA BOMBA E BICO	SV	MAGRI	1.000	261,9099	261,91
56	KITS COMPLETO	un	SABO	4.000	291,6891	1.166,76

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 3/9

PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Processo Nº.: 117/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 52/2017

Fornecedor: 3569 - MAGRI PEÇAS AGRICOLAS - LOURIVAL M LIMAS - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
57	JUNTA CABEÇOTE	un	SABO	1,000	255,1875	255,19
58	JG JUNTAS INFERIOR	un	SABO	1,000	415,3891	415,39
59	ANEL CAMISA	un	MAHLE	8,000	10,3193	82,55
60	BUCHA BIELA	un	MAHLE	4,000	18,4908	73,96
61	VALVULA ADMISSÃO	un	MAHLE	4,000	43,2151	172,86
62	VÁLVULA ESCAPE	un	MAHLE	4,000	85,6271	342,51
63	GUIA DE VALVULA	un	MAHLE	8,000	19,4424	155,54
64	BOMBA D'ÁGUA	un	INDISA	1,000	272,4474	272,45
65	BOMBA DE ÓLEO	un	SHADEK	1,000	365,9231	365,92
66	RETIFICAR VIRABREQUIM	SV	MAGRI	1,000	255,7376	255,74
67	RETIFICAR SEDES	SV	MAGRI	1,000	78,3111	78,31
68	MANDRILHAR BUCHA COMANDO	SV	MAGRI	1,000	225,6441	225,64
69	MANDRILHAR BUCHAS DE BIELA	SV	MAGRI	1,000	150,6680	150,67
70	PLAINAR BLOCO	SV	MAGRI	1,000	194,8784	194,88
71	RETIFICAR BUCHA DE BIELA	SV	MAGRI	1,000	181,2242	181,22
72	PLAINAR CABEÇOTES	SV	MAGRI	1,000	201,0595	201,06
73	MONTAGEM COMPLETA COM LIMPEZA	SV	MAGRI	1,000	1.465,5256	1.465,53
74	ESMIRILHAR CABEÇOTES	SV	MAGRI	1,000	91,5986	91,60
75	REBAIXAR ASSENTO VÁLVULA	SV	MAGRI	1,000	259,6749	259,67
76	POLIR COMANDO DE VÁLVULA	SV	MAGRI	1,000	97,7797	97,78
77	LIMPEZA RADIADOR	SV	MAGRI	1,000	244,5715	244,57
78	PLAINAR COLETOR DE ESCAPE	SV	MAGRI	1,000	61,6012	61,60
79	BRONZINA DA BIELA 0,25	un	MAHLE	1,000	271,1291	271,13
80	BRONZINA DE MANCAL	un	MAHLE	1,000	303,8679	303,87
81	RETENTOR DE VÁLVULAS	un	SABO	8,000	13,9685	111,75
82	COLA	un	3M	2,000	16,7099	33,42
83	PARAFUSOS DE CABEÇOTES	un	TARANTO	6,000	16,9543	101,73
84	CORREIA ALTERNADOR	un	GATES	1,000	78,0841	78,08
85	VÁLVULA TERMOSTÁTICA	un	TARANTO	1,000	133,1812	133,18
86	ADITIVO RADIADOR	un	RADIEX	2,000	22,8560	45,71

2.2. Os preços registrados serão fixos e reajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, relativos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

ESTADO DE SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS**

Página: 4/9

Processo Nº.: 117/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 52/2017

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;
- b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
 - b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
 - b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

ESTADO DE SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS**

Página: 5/9

Processo Nº.: 117/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 52/2017

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**5.1. Compete ao Órgão Gestor:**

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração;

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saídas, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos;

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários;

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuários:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata;

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações;

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços;

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

ESTADO DE SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS**

Página: 6/9

Processo Nº.: 11.7/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 52/2017

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumento contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 7/9

PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Processo Nº.: 117/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 52/2017

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais impréstáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será suspenso para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4º do artigo 15 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei nº 8.666/93 e alterações.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Página: 8/9
Processo Nº.: 117/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 52/2017

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Orleans para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 9/9

PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Processo Nº.: 117/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 52/2017

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Orleans, 13 de Outubro de 2017.

JORGE LUIZ KOCH
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

MAGRI PEÇAS AGRICOLAS - LOURIVAL M LIMAS - ME

CNPJ: 85.133.874/0001-70 _____

PERKSON PEÇAS E EQUIPAMENTOS LTDA

CNPJ: 00.444.086/0001-41 _____

PLINIO JOSE LOPES GUIMARAES RAMOS EIRELI - ME

CNPJ: 79.864.567/0001-66 _____

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 41/2017 PREFEITURA**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS**

Página: 1/7

Processo Nº.: 119/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 54/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 41/2017

No dia 13 do mês de Outubro do ano de 2017, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82.926.544/0001-43, com sede administrativa localizada na RUA: XV DE NOVEMBRO, 282, bairro CENTRO, CEP nº 88870-000, nesta cidade de Orleans/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a) JORGE LUIZ KOCH, inscrito no CPF sob o nº 342.332.539-91, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 54/2017, Processo Licitatório nº. 119/2017, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA RECONDICIONAR MOTOR DE UM CAMINHÃO FORD CARGO MOTOR CUMINNS 1622 COM FORNECIMENTO DE PEÇAS. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
3569	MAGRI PEÇAS AGRICOLAS - LOURIVAL M LIMAS - ME	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
MAGRI PEÇAS AGRICOLAS - LOURIVAL M LIMAS - ME	85.133.874/0001-70	LOURIVAL MACHADO LIMAS	375.312.479-68

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA RECONDICIONAR MOTOR DE UM CAMINHÃO FORD CARGO MOTOR CUMINNS 1622 COM FORNECIMENTO DE PEÇAS.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Menor Preço Global, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 3569 - MAGRI PEÇAS AGRICOLAS - LOURIVAL M LIMAS - ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	ADTIVO RADIEIX	un	RADIEIX	3.000	28,5767	85,73
2	BORRACHA DA CAMISA	un	MAHLE	1.000	199,1775	199,18
3	JOGO DE BRONZINA DE BIELA STD	un	MAHLE	1.000	276,8567	276,86
4	CAMISAS	un	MAHLE	6.000	461,0959	2.766,58
5	COLA DA JUNTA	un	3M	1.000	25,8931	25,89
6	ENCAMISAR CILINDROS	SV	MAGRI	1.000	737,9527	737,95
7	ESMILHAR E MONTAR CABEÇOTES	SV	MAGRI	1.000	129,4654	129,47
8	JOGO DE ANEIS STD	un	MAHLE	1.000	1.114,3982	1.114,40
9	JOGO DE JUNTAS COM RETENTOR	un	SABO	1.000	1.213,9869	1.213,99
10	MONTAGEM PARCIAL COM LIMPEZAS	SV	MAGRI	1.000	1.493,8314	1.493,83
11	PLAINAR CABEÇOTES	SV	MAGRI	1.000	270,8814	270,88
12	SERVIÇO DE TORNO	SV	MAGRI	1.000	185,2351	185,24

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 2/7

PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Processo Nº.: 119/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 54/2017

2.2. Os preços registrados serão fixos e inalteráveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 3/7

PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Processo Nº.: 119/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 54/2017

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação;
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata;
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis;
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro;
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**5.1. Compete ao Órgão Gestor:**

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração;
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saídas, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos;
- 5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários;
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 4/7

PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Processo Nº.: 119/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 54/2017

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações;

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços;

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Página: 5/7
Processo Nº.: 119/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 54/2017

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizada pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrentes da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Página: 6/7
Processo Nº.: 119/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 54/2017

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuárias da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

ESTADO DE SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS**

Página: 7/7

Processo Nº.: 119/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 54/2017

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Orleans para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Orleans, 13 de Outubro de 2017.

JORGE LUIZ KOCH
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

MAGRI PEÇAS AGRÍCOLAS - LOURIVAL M. LIMA - ME

CNPJ: 85.133.874/0001-70 _____

Passos Maia

PREFEITURA

ATA 0086/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇO n. 0086/2017

PROCESSO LICITATÓRIO n. 0066/2017

PREGÃO PRESENCIAL n. 0049/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA/SC

Contratada: CENTRO DE USINAGEM E MANUTENÇÃO PAZ

Objeto: Constitui objeto da presente Ata de Registro de Preços o registro dos preços dos produtos especificados no Anexo I, do Edital de Pregão presencial n. 0049/2017, com as características constantes das propostas julgadas vencedoras, que passam a fazer parte desta ATA, como parte integrante. Valor: Para os itens que a CONTRATADA sagrou-se vencedora no processo licitatório acima identificado, a CONTRATANTE pagará a quantia de R\$ 123.000.00 (cento e vinte e três mil reais)

Vigência: O presente contrato vigorará a partir de sua assinatura e terá validade de 12 meses.

Passos Maia, SC, 13 de Outubro de 2017.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

ATA 0087/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇO n. 0087/2017

PROCESSO LICITATÓRIO n. 0066/2017

PREGÃO PRESENCIAL n. 0049/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA/SC

Contratada: MECANICA ANSELMI LTDA ME

Objeto: Constitui objeto da presente Ata de Registro de Preços o registro dos preços dos produtos especificados no Anexo I, do Edital de Pregão presencial n. 0049/2017, com as características constantes das propostas julgadas vencedoras, que passam a fazer parte desta ATA, como parte integrante. Valor: Para os itens que a CONTRATADA sagrou-se vencedora no processo licitatório acima identificado, a CONTRATANTE pagará a quantia de R\$ 51.920.00 (cinquenta e um mil novecentos e vinte reais)

Vigência: O presente contrato vigorará a partir de sua assinatura e terá validade de 12 meses.

Passos Maia, SC, 13 de Outubro de 2017.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

DECRETO N. 097/2017

DECRETO Nº 097, de 13 de outubro de 2017.

“NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO (FUNDEB) DE PASSOS MAIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o Artigo 62, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei nº 525, de 9 de outubro de 2007;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados como membros do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), as pessoas abaixo nominadas:

I – Representantes do Poder Executivo Municipal:

Titular: Rosimeri Perosa Nunes;

Suplente: Elisnara de Oliveira;

Titular: Grasielle Iracema Wilmsem;

Suplente: Ana Benedita Ferronato;

II – Representantes dos Professores da Educação Básica Pública:

Titular: Juliana Saad;

Suplente: Titular: Eliane Aparecida Zenaro ;

III - Representantes dos Diretores das Escolas Básicas Públicas:

Titular: Jussara Rodrigues Pimentel;

Suplente: Nilse Bortolini de Oliveira;

IV - Representantes dos Servidores Técnicos-Administrativos das Escolas Básicas Públicas:

Titular: Kelli Francisco Marques;

Suplente: Sidinei Rodrigues de Souza;

V - Representantes dos Pais de Alunos da Educação Básica Pública:

Titular: Nilse Dall'Igna Zenaro;

Suplente: Marineide de Matos;

Titular: Marizete Arcari;

Suplente: Fernanda Patrícia Ravarena Paz;

VI - Representantes dos Estudantes da Educação Básica Pública:

Titular: Zenilda Arcont Peroza;

Suplente: Rosenilda Antunes do Amaral;

VII – Representantes dos Estudantes Secundaristas:

Titular: Dagmar Vieira Dos Santos;

Suplente: Marcos Antonio Paveski Santin;

VIII - Representantes do Conselho Municipal de Educação:

Titular: Juliane Cizinande Link

Suplente: Josiane Marsango

IV - Representantes do Conselho Tutelar:

Titular: Ivete Zanchet

Suplente: Maria Solange Albrecht

Parágrafo Único: A presidência do Conselho Municipal do FUNDEB será exercida pela Sra. Jussara Rodrigues Pimentel, e a vice-presidência pela Sra. Juliana Saad.

Art. 2º. Os conselheiros acima nomeados exercerão suas atividades por um mandato de 24 (vinte e quatro) meses, permitida uma única recondução para o mandato subsequente, conforme disposto no art. 4º. da Lei nº 525, de 9 de outubro de 2007.

Art. 3º. Fica revogado o Decreto nº 090/2017, e as demais disposições em contrário.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Passos Maia - SC, 13 de outubro de 2017.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

PREFEITO MUNICIPAL

Certifico que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO

SECRETÁRIO EXECUTIVO

DECRETO N. 097/2017

DECRETO Nº 097, de 13 de outubro de 2017.

Registre-se e publique-se.

“NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO (FUNDEB) DE PASSOS MAIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Passos Maia - SC, 13 de outubro de 2017.
LEOMAR ROBERTO LISTONI
PREFEITO MUNICIPAL

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o Artigo 62, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei nº 525, de 9 de outubro de 2007;

Certifico que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO
SECRETÁRIO EXECUTIVO

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados como membros do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), as pessoas abaixo nominadas:

I – Representantes do Poder Executivo Municipal:

Titular: Rosimeri Perosa Nunes;

Suplente: Elisnara de Oliveira;

Titular: Grasielle Iracema Wilmsem;

Suplente: Ana Benedita Ferronato;

II – Representantes dos Professores da Educação Básica Pública:

Titular: Juliana Saad;

Suplente: Titular: Eliane Aparecida Zenaro ;

III - Representantes dos Diretores das Escolas Básicas Públicas:

Titular: Jussara Rodrigues Pimentel;

Suplente: Nilse Bortolini de Oliveira;

IV - Representantes dos Servidores Técnicos-Administrativos das Escolas Básicas Públicas:

Titular: Kelli Francisco Marques;

Suplente: Sidinei Rodrigues de Souza;

V - Representantes dos Pais de Alunos da Educação Básica Pública:

Titular: Nilse Dall'Igna Zenaro;

Suplente: Marineide de Matos;

Titular: Marizete Arcari;

Suplente: Fernanda Patrícia Ravarena Paz;

VI - Representantes dos Estudantes da Educação Básica Pública:

Titular: Zenilda Arcont Peroza;

Suplente: Rosenilda Antunes do Amaral;

VII – Representantes dos Estudantes da Educação Básica Pública

- Estudantes Secundaristas:

Titular: Dagmar Vieira Dos Santos;

Suplente: Marcos Antonio Paveski Santin;

VIII - Representantes do Conselho Municipal de Educação:

Titular: Juliane Cizinande Link

Suplente: Josiane Marsango

IV - Representantes do Conselho Tutelar:

Titular: Ivete Zanchet

Suplente: Maria Solange Albrecht

Parágrafo Único: A presidência do Conselho Municipal do FUNDEB será exercida pela Sra. Jussara Rodrigues Pimentel, e a vice-presidência pela Sra. Juliana Saad.

Art. 2º. Os conselheiros acima nomeados exercerão suas atividades por um mandato de 24 (vinte e quatro) meses, permitida uma única recondução para o mandato subsequente, conforme disposto no art. 4º. da Lei nº 525, de 9 de outubro de 2007.

Art. 3º. Fica revogado o Decreto nº 090/2017, e as demais disposições em contrário.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Piratuba

PREFEITURA

PORTARIA N. 457/2017

PORTARIA Nº457/2017

CONTRATA SERVIDORA PARA A FUNÇÃO DE CUIDADOR ESCOLAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATUBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município, combinado com a lei complementar nº 66/2015, que Institui o plano de cargos, vencimentos e carreira dos profissionais do magistério público do município de Piratuba, Estado de Santa Catarina e dá outras providências, e de acordo com o que dispõe a Lei Complementar nº015/2001 e o artigo 37, IX da Constituição Federal e considerando também a homologação final do Processo Seletivo nº 001/2017, resultado através do Decreto nº 769/2017, de 28 de abril de 2017.

CONTRATA

CARLA FRANCIANE WEBER SCHWINGEL, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Leoberto Leal nº386, cidade e município de Piratuba-SC, portadora da carteira de identidade nº4.620.214 e CPF sob o nº04604618933, para exercer em caráter temporário o cargo de CUIDADOR ESCOLAR, constante no Anexo I da Lei Complementar nº 66/2015, com vencimentos previstos na Classe Inicial, Nível CE-INI-NT do Anexo IV da mesma lei, com carga horária de 40 horas semanais.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, até 31 de janeiro de 2018.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 02 de outubro de 2017.

Olmir Paulinho Benjamini

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público

Conforme Lei nº226/93

Em 02 de outubro de 2017

Giovani Gelson Meneghel

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA N. 459/2017

PORTARIA Nº 459/2017

NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCÍCIO DO CARGO COMISSIONADO DE DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA

OLMIR PAULINHO BENJAMINI, Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município.

NOMEIA

LEANDRO JOEL BORGES DA SILVA, brasileiro, união estável, residente e domiciliada na Rua das Flores nº1079, cidade e município de Piratuba-SC, portador da carteira de identidade nº4.954.064, inscrita no CPF sob o nº054.097.319-05, para exercer o cargo comissionado de DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA, da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, constante no Anexo I-E da Lei Complementar nº 027/2007 de 02 de maio de 2007, com carga horária de 40 horas semanais, com vencimentos previstos no Anexo II, Nível CC-050, da Lei supra mencionada.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Piratuba-SC, 03 de outubro de 2017.

Olmir Paulinho Benjamini

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público

Conforme Lei nº226/93

Em 03 de outubro de 2017

Giovani Gelson Meneghel

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA N. 460/2017

PORTARIA Nº 460/2017

EXONERA SERVIDORA

OLMIR PAULINHO BENJAMINI, Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município.

EXONERA

CLACI FÁTIMA FERRAZ, brasileira, união estável, residente e domiciliada na Rua João Leopoldo Klein, nº 100, cidade e município de Ipira-SC, portadora da carteira de identidade nº11/R-3.849.285, CPF sob o nº 009.247.459-40, ocupante em caráter temporário o cargo de PROFESSORA DE HISTÓRIA, conforme Portaria nº185/2016, de 22 de abril de 2016.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 05 de outubro de 2017.

Olmir Paulinho Benjamini

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público

Conforme Lei nº226/93

Em 05 de outubro de 2017

Giovani Gelson Meneghel

Secretário de Administração e Finanças

Pomerode

PREFEITURA

DECRETO Nº 3.292/2017

DECRETO Nº 3292/2017

DE 06/10/2017

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DA UNIDADE PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ÉRCIO KRIEK, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica, e de acordo com o Art. 9º, III da Lei nº 2.880/2016 de 10/11/2016:

DECRETA

Art. 1º - Fica anulado no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, o valor de R\$33.204,40 (Trinta e três mil, duzentos e quatro reais e quarenta centavos) da seguinte classificação orçamentária:

08	Secretaria de Obras	
001	Secretaria de Obras	
026.0782.0070.2020	Manutenção da Secretaria de Obras	
40000000000000	Despesas de Capital	
44000000000000	Outras Despesas de Capital	
44900000000000	Aplicações Diretas	
01000000	Recursos Ordinários	33.204,40
	T O T A L	33.204,40

Art. 2º - Por conta das anulações descritas no Art. 1º, fica suplementado o valor de R\$33.204,40 (Trinta e três mil, duzentos e quatro reais e quarenta centavos) as seguintes classificações orçamentárias:

08	Secretaria de Obras	
001	Secretaria de Obras	
026.0782.0070.2020	Manutenção da Secretaria de Obras	
30000000000000	Despesas Correntes	
33000000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000000	Aplicações Diretas	
01000000	Recursos Ordinários	33.204,40
	T O T A L	33.204,40

Art. 3º - Fica anulado no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, o valor de R\$50.000,00 (Cinquenta mil reais) da seguinte classificação orçamentária:

08	Secretaria de Obras	
001	Secretaria de Obras	
015.0452.0070.2022	Manutenção dos Serviços Públicos	
40000000000000	Despesas de Capital	
44000000000000	Outras Despesas de Capital	
44900000000000	Aplicações Diretas	
01000000	Recursos Ordinários	50.000,00
	T O T A L	50.000,00

Art. 4º - Por conta das anulações descritas no Art. 3º, fica suplementado o valor de R\$50.000,00 (Cinquenta mil reais) as seguintes classificações orçamentárias:

08	Secretaria de Obras	
001	Secretaria de Obras	
015.0452.0070.2022	Manutenção dos Serviços Públicos	
30000000000000	Despesas Correntes	
33000000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000000	Aplicações Diretas	
01000000	Recursos Ordinários	50.000,00
	T O T A L	50.000,00

Art. 5º - Fica anulado no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, o valor de R\$200.000,00 (Duzentos mil reais) da seguinte classificação orçamentária:

08	Secretaria de Obras	
001	Secretaria de Obras	
015.0452.0070.2025	Iluminação Pública - COSIP	
40000000000000	Despesas de Capital	
44000000000000	Outras Despesas de Capital	
44900000000000	Aplicações Diretas	
01080000	Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	200.000,00
	T O T A L	200.000,00

Art. 6º - Por conta das anulações discriminadas no Art. 5º, fica suplementado o valor de R\$200.000,00 (Duzentos mil reais) as seguintes classificações orçamentárias:

08	Secretaria de Obras	
001	Secretaria de Obras	
015.0452.0070.2025	Iluminação Pública - COSIP	
30000000000000	Despesas Correntes	
33000000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000000	Aplicações Diretas	
01080000	Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	200.000,00
	T O T A L	200.000,00

Art. 7º - Fica anulado no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, o valor de R\$ 8.424,00 (Oito mil, quatrocentos e vinte e quatro reais) da seguinte classificação orçamentária:

08	Secretaria de Obras	
001	Secretaria de Obras	
015.0452.0070.2024	Manutenção da Limpeza Pública e Coleta de Lixo	
30000000000000	Despesas de Pessoal	
33000000000000	Outras Despesas de Pessoal	
33190000000000	Aplicações Diretas	
01000000	Recursos Ordinários	8.424,00
	T O T A L	8.424,00

Art. 8º - Por conta das anulações discriminadas no Art. 7º, fica suplementado o valor de R\$ 8.424,00 (Oito mil, quatrocentos e vinte e quatro reais) as seguintes classificações orçamentárias:

08	Secretaria de Obras	
001	Secretaria de Obras	
015.0452.0070.2025	Iluminação Pública - COSIP	
30000000000000	Despesas Correntes	
33000000000000	Outras Despesas Correntes	
33930000000000	Aplicações Diretas decorrente da operação entre órgãos	
01000000	Recursos Ordinários	8.424,00
	T O T A L	8.424,00

Art. 9º - Fica anulado no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, o valor de R\$ 65.813,95 (Sessenta e cinco mil, oitocentos e treze reais e noventa e cinco centavos) da seguinte classificação orçamentária:

12	Secretaria de Turismo e Cultura	
002	Diretoria de Políticas de Cultura	
023.0695.0110.2053	Atividades de Promoção e Desenvolvimento Turístico	
40000000000000	Despesas de Capital	
44000000000000	Outras Despesas de Capital	
44900000000000	Aplicações Diretas	
01000000	Recursos Ordinários	15.813,95
	SUB-T O T A L	15.813,95
30000000000000	Despesas de Pessoal	
33000000000000	Outras Despesas de Pessoal	
33190000000000	Aplicações Diretas	
01000000	Recursos Ordinários	50.000,00
	SUB-T O T A L	50.000,00
	TOTAL	65.813,95

Art. 10º - Por conta das anulações discriminadas no Art. 9º, fica suplementado o valor de R\$ 65.813,95 (Sessenta e cinco mil, oitocentos e treze reais e noventa e cinco centavos) as seguintes classificações orçamentárias:

12	Secretaria de Turismo e Cultura	
002	Diretoria de Políticas de Cultura	
023.0695.0110.2053	Atividades de Promoção e Desenvolvimento Turístico	
30000000000000	Despesas Correntes	
33000000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000000	Aplicações Diretas	
01000000	Recursos Ordinários	65.813,95
	T O T A L	65.813,95

Art. 11º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 06 de Outubro de 2017.

Prefeitura Municipal de Pomerode, em 06 de Outubro de 2017

ERCIO KRIEK

Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 002 / 2017 / FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EVENTOS, ESPORTE E LAZER DE POMERODE - FUNPEEL

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EVENTOS, ESPORTE E LAZER - FUNPEEL

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 002 / 2017 - FUNPEEL

Processo Administrativo n.º 005 / 2017.

Pregão Presencial n.º 004 / 2017 – Registro de Preços.

Contratante: FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EVENTOS, ESPORTE E LAZER DE POMERODE - FUNPEEL.

Contratada: PELLIZZARI TROFÉUS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA EPP.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDALHAS, TROFÉUS E PLACAS PARA AS PREMIAÇÕES EM DIVERSOS EVENTOS ESPORTIVOS REALIZADOS E PROMOVIDOS PELA FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EVENTOS, ESPORTES E LAZER DE POMERODE - FUNPEEL, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Valor total registrado: R\$98.298,00 (noventa e oito mil e duzentos e noventa e oito reais) / Lote 01 – Itens 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34 e 35.

Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 10/10/2018.

Pomerode / SC, 11 de Outubro de 2017.

ZAURI MARTINS DO NASCIMENTO

Presidente da Fundação Promotora de Eventos, Esporte e Lazer de Pomerode - FUNPEEL

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 009 / 2017 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POMERODE

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 009 / 2017 - SAÚDE

Processo Administrativo n.º 016 / 2017.

Pregão Presencial n.º 007 / 2017 – Registro de Preços.

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POMERODE.

Contratada: ODONTO BLU COMÉRCIO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA EPP.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS INSTALADOS NAS UNIDADES DE SAÚDE E POLICLÍNICA DE REFERÊNCIA DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, COM O FORNECIMENTO DE PEÇAS E/OU COMPONENTES NECESSÁRIOS, CONFORME DISPOSIÇÕES TÉCNICAS CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Valor total registrado: R\$73.000,00 (setenta e três mil reais) – Itens 01 e 02.

Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 09/10/2018.

Pomerode / SC, 10 de Outubro de 2017.

RAFAEL RAMTHUN

Secretário Municipal de Saúde

Presidente Castello Branco

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 48/2017

EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 48/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2017

EXTRATO

O Município de Presidente Castello Branco, Estado de Santa Catarina, com base na Lei nº 10.520/02 e da Lei nº 8.666/93 e suas atualizações, leva ao conhecimento de quem possa interessar que serão recebidas até às 08h45min (oito horas e quarenta e cinco minutos), do dia 30 (trinta) de outubro de 2017, no Setor de Licitações, as propostas para PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a aquisição de material de expediente para manutenção das atividades desenvolvidas pelo "Núcleo de Apoio a Saúde da Família" e a manutenção das atividades das Secretarias Municipais de Presidente Castello Branco/SC. O Município fornecerá por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, das 07:30 horas às 11:30 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, qualquer informação e/ou esclarecimento referente a presente licitação, inclusive através do fone/fax (0xx) 49 3457-1122.

A íntegra do presente Edital poderá ser obtido no site: www.castellobranco.sc.gov.br

PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC, 16 DE OUTUBRO DE 2017.

Ademir Domingos Mioto

Prefeito Municipal

Rio do Sul

PREFEITURA

ATA COMISSÃO BENS MÓVEIS E IMÓVEIS - 30/08/2017

ATA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LEVANTAMENTO E AVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS

Aos trinta dias do mês de agosto de 2017, às 13:30 horas, reuniram-se no Auditório Renato Cardoso da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, sito à Praça 25 de Julho, nº 01, os membros que compõem a Comissão Permanente de Levantamento e Avaliação de Bens Móveis e Imóveis, nomeados por meio do Decreto n. 6111, de 14/03/2017, alterado pelo Decreto n. 6261, de 01/06/2017, sob a coordenação do membro Jailson Roberto de Oliveira, nomeado pelo Prefeito Municipal por meio do Decreto n. 6232, de 24/05/2017 para ocupar a função de Presidente desta Comissão. Compareceram neste dia os seguintes membros: Jailson Roberto de Oliveira, Carla Fabiana Ribeiro, Débora Roiwas, Inês Zita Floriani, Marcos Vinícius Pasqualini, Sérgio José Cristino, Adull Simão Falchetti, Jeferson Alexandre Vieira, Marcela Nasário, Rubia Cristina Mohr. Com a palavra, o Presidente iniciou os trabalhos solicitando aos presentes a assinatura na ata anterior que foi aprovada e assinada por todos os membros. Em seguida passou a palavra para Jeferson Vieira que informou ter recebido um Ofício do Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico justificando a impossibilidade de ceder o espaço do Pavilhão 2 do Centro de Eventos Hermann Purnhagen para que fosse utilizado como Centro de Distribuições de Bens. Informou estar verificando a possibilidade de locação de um imóvel e solicitou inclusive auxílio da Comissão para esta busca. Na oportunidade ressaltou que todos os dias o Departamento recebe demandas solicitando a retirada de bens dos locais. Ato contínuo, informou que o servidor Bruno Ossemer que havia sido transferido para a Secretaria de Infraestrutura, está retornando para o Departamento de Patrimônio. Com relação a compra de impressoras para etiquetas, informou que o servidor Diego está verificando especificações de impressoras e consumíveis que poderiam ser utilizados. Informou também que o Departamento de Patrimônio fez algumas solicitações ao Departamento de Central de Compras e Licitações para que se certifique de que a empresa que participar da licitação referente ao sistema de informática, atenda as demandas do setor. Nada mais havendo a tratar e a registrar, deu-se por encerrada a reunião. Para que surta os devidos fins e efeitos legais, foi lavrado o presente termo que vai ser assinado pelos presentes: Jailson Roberto de Oliveira, Carla Fabiana Ribeiro, Débora Roiwas, Inês Zita Floriani, Marcos Vinícius Pasqualini, Sérgio José Cristino, Adull Simão Falchetti, Jeferson Alexandre Vieira, Marcela Nasário, Rubia Cristina Mohr.

CHAMAMENTO PÚBLICO 083A/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

CHAMAMENTO PÚBLICO

Concorrência Pública nº 083/2017

O Município de Rio do Sul faz saber que fica aberto o prazo para inscrição de profissionais formados em comunicação, publicidade ou marketing ou que atuem em uma dessas áreas, para compor a subcomissão técnica responsável pela análise e julgamento das propostas técnicas, nos termos do artigo 10º da Lei Federal nº 12.232/2010, para contratação de Agência de Publicidade para divulgação dos Atos da Administração Municipal e suas Secretarias.

Considerando que o Município de Rio do Sul promoverá licitação na modalidade "Concorrência Pública" do tipo "técnica e preço", objetivando a contratação de Agência de Publicidade para divulgação dos Atos da Administração Municipal e suas Secretarias, a Comissão Permanente de Licitação, instituída pelo Decreto nº 5809/2017 de 02 de janeiro de 2017, faz saber que estão abertas as inscrições de profissionais formados em comunicação, publicidade ou marketing, para integrar a subcomissão técnica, a qual será responsável pela análise e julgamento das propostas técnicas.

Os interessados deverão comparecer pessoalmente à Secretaria Municipal de Administração, Departamento de Licitações, sito na Praça 25 de julho, nº 01, Centro, Rio do Sul-SC, entre os dias 18 a 27 de outubro de 2017, das 07:30h às 11:30h e das 13:00h às 17:00h, munidos de documentos exigidos no presente Chamamento Público, para efetivar inscrição.

A relação dos profissionais inscritos, bem como a data da sessão pública para sorteio dos nomes serão publicados, oportunamente, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC) no sítio eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br e no sítio eletrônico do Município de Rio do Sul (www.riodosul.sc.gov.br).

Rio do Sul, 13 de outubro de 2017.
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

PROCEDIMENTOS DE INSCRIÇÃO E SELEÇÃO DOS MEMBROS DA SUBCOMISSÃO TÉCNICA

1. DO OBJETIVO DA SUBCOMISSÃO TÉCNICA

1.1. Os profissionais sorteados irão atuar em subcomissão técnica destinada a julgar as propostas técnicas contendo o plano de comunicação publicitária apresentados por Agências de Propaganda interessadas em participar de licitação a ser promovida pelo Município de Rio do Sul, na modalidade Concorrência Pública, tipo "técnica e preço", para contratação Agência de Publicidade para divulgação dos Atos da Administração Municipal e suas Secretarias.

1.2. De acordo com o § 1º do artigo 10 da Lei Federal nº 12.232/2010, as propostas técnicas apresentadas pelas licitantes serão analisadas

e julgadas por subcomissão técnica, constituída por 3 (três) membros que sejam formados em comunicação, publicidade ou marketing ou que atuem em uma dessas áreas, sendo que, pelo menos 1/3 (um terço) deles não poderão manter nenhum vínculo funcional ou contratual, direto ou indireto, com a entidade responsável pela licitação.

1.3. A escolha dos membros da subcomissão técnica dar-se-á por sorteio, em sessão pública, entre os nomes de uma relação que terá no mínimo, o triplo do número de integrantes da subcomissão, previamente cadastrados, de acordo com o § 3º. Do artigo 10 da Lei Federal nº 12.232/2010.

2. DAS CONDIÇÕES DE INSCRIÇÃO

2.1. A inscrição do profissional formado em comunicação, publicidade ou marketing ou que atuem em uma dessas áreas, para integrar a subcomissão técnica da licitação a ser promovida pelo Município de Rio do Sul, será efetivado no prazo, horário e local, definidos no preâmbulo deste Edital, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

1. Ficha de inscrição, contendo declaração de que não mantém vínculo funcional ou contratual, direto ou indireto com o Município de Rio do Sul (ANEXO I)

2. Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação de nível superior na área de comunicação, publicidade ou marketing, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação ou outro documento que comprove a atuação em uma dessas áreas;

3. Cédula de Identidade ou documento equivalente com foto;

4. Comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF.

2.2. Com exceção ao documento constante do item “1”, acima discriminado, que deverá ser apresentado em seu original, os demais documentos deverão ser apresentados em cópia.

2.3. Não será aceita a inscrição sem a apresentação dos documentos acima discriminados.

2.4. O Município de Rio do Sul fornecerá protocolo de inscrição e da entrega dos documentos definidos neste Edital.

3. DA ESCOLHA DOS MEMBROS DA SUBCOMISSÃO TÉCNICA

3.1. A escolha dos membros da subcomissão técnica que analisará e julgará as propostas técnicas apresentadas pelas licitantes na Concorrência Pública a ser promovida pelo Município de Rio do Sul, dar-se-á por sorteio, em sessão pública com data, horário e local, oportunamente divulgados no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC (www.diariomunicipal.sc.gov.br) e no sítio eletrônico do Município de Rio do Sul (www.riodosul.sc.gov.br).

3.2. Após o término do prazo de inscrição, a relação dos profissionais inscritos será publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC (www.diariomunicipal.sc.gov.br) e no sítio eletrônico do Município de Rio do Sul (www.riodosul.sc.gov.br), em prazo não inferior a 10 (dez) dias da data em que será realizada a sessão pública marcada para o sorteio.

3.2.1. Em até 48 (quarenta e oito) horas antes da sessão pública destinada ao sorteio, qualquer interessado poderá impugnar pessoa integrante da relação a que se refere o item anterior, mediante fundamentos jurídicos plausíveis.

3.2.1.1. Admitida a impugnação, o impugnado terá o direito de abster-se de atuar na subcomissão técnica, declarando-se impedido ou suspeito, antes da decisão da autoridade competente.

3.2.1.2. A abstenção do impugnado ou o acolhimento da impugnação, mediante decisão fundamentada da autoridade competente, implicará, se necessário, a elaboração e a publicação de nova lista, sem o nome impugnado, respeitado o disposto no artigo 10 da Lei Federal nº 12.232/2010.

3.2.1.3. A impugnação não poderá ser feita por intermédio de fax, e-mail ou correios, devendo a mesma ser protocolizada no Departamento de Gestão Documental (Protocolo) do Município de Rio do Sul, situado na Praça 25 de julho, nº 01, Centro, Rio do Sul-SC, das 7:30h às 11:30h e das 13:00h às 17:00h, devidamente endereçada à Comissão Permanente de Licitação.

3.3. A sessão pública para o sorteio dos nomes que irão compor a subcomissão técnica será realizada após a decisão motivada de eventual impugnação, em data previamente designada, atendido o § 4º do artigo 10 da Lei Federal nº 12.232/2010, garantida a possibilidade de fiscalização do sorteio por qualquer interessado.

3.4. Para a realização da sessão do sorteio que escolherá os membros da subcomissão técnica, a relação de inscritos deverá conter, no mínimo, o triplo do número de integrantes da subcomissão, conforme exige o artigo 10, § 2º, da Lei Federal nº 12.232/2010.

3.5. O resultado do sorteio será publicado no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC (www.diariomunicipal.sc.gov.br) e no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Rio do Sul (www.riodosul.sc.gov.br).

4. DISPOSIÇÕES GERAIS

4.1. Os membros da subcomissão técnica não serão remunerados.

4.2. Todas as condições deste Edital serão processados em conformidade com a Lei Federal nº 12.232/2010, aplicando-se subsidiariamente as Leis Federais nºs 4.680/1965 e 8.666/1993.

4.3. Os casos omissos serão resolvidos pelo Presidente da Comissão de Licitação destinada à execução de procedimento licitatório contratação de Agência de Publicidade para divulgação dos Atos da Administração Municipal e suas Secretarias

Rio do Sul, 13 de outubro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito Municipal

ANEXO I FICHA DE INSCRIÇÃO

Nome: _____

Nacionalidade: _____

Estado Civil: _____

Profissão: _____

RG: _____ CPF: _____

Endereço: _____

Telefone Comercial: _____ Celular: _____

Solicito minha inscrição para participar do sorteio para compor a subcomissão técnica responsável pela análise e julgamento das propostas técnicas que serão apresentadas na Concorrência Pública, nº 083/2017, que será promovida pelo município de Rio do Sul, na modalidade "Concorrência Pública", do tipo "técnica e preço", contratação de Agência de Publicidade para divulgação dos Atos da Administração Municipal e suas Secretarias, nos termos do artigo 10 da Lei Federal nº 12.232/2010.

Declaro, para os fins a que se destina, e para efetivo atendimento do que dispõem os §§ 1º e 9º do artigo 10 da Lei Federal nº 12.232/2010, que _____ (NÃO MANTENHO OU MANTENHO) vínculo funcional ou contratual, direto ou indireto, com o Município de Rio do Sul.

Rio do Sul _____ de _____ de 2017.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 270/2017

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 270/2017

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. ALEXANDRE MATOS PEREIRA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053, de 23 de fevereiro de 2017, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) MICHELE FERNANDA RASSWEILER, portador(a) do CPF nº 009.561.569-59 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) no Morro do Diogo, na cidade de Lontras – SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor de Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no CE Pref. Luiz Adelar Soldatelli, em substituição à MARGARETE PINTO NASATO, afastada em licença doença pessoa da família.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 3.793,02 (Três Mil Setecentos e Noventa e Três Reais e Dois Centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único – De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 16/10/2017 e encerrando-se em 14/11/2017, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único – Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias. CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA: Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, supletivamente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 09 de outubro de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	MICHELE FERNANDA RASSWEILER
Secretário Municipal de Administração e fazenda	Contratado (a)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 271/2017

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 271/2017

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. ALEXANDRE MATOS PEREIRA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053, de 23 de fevereiro de 2017, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) CARLA NAUILA GOEDERT, portador(a) do CPF nº 071.313.519-03 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Estrada Boa Esperança, 1465 apto 03, Bairro Fundo Canoas, na cidade de Rio do Sul – SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor de Educação Infantil, com jornada de 20 horas semanais, a serem desenvolvidas no CE Sebastião Back, em substituição à JANE LAURENTINO SEZERINO, afastada em Licença Especial para atendimento ao portador de necessidades especiais.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.896,51 (Hum Mil Oitocentos e Noventa e Seis Reais e Cinquenta e Um Centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único – De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 16/10/2017 e encerrando-se em 14/11/2017, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único – Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA: Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, supletivamente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 09 de outubro de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	CARLA NAUILA GOEDERT
Secretário Municipal de Administração e fazenda	Contratado (a)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 274/2017

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 274/2017

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. ALEXANDRE MATOS PEREIRA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053, de 23 de fevereiro de 2017, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) JANINE CLARA MARHOLD, portador(a) do CPF nº 082.144.079-90 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Leopoldo Kurth, 1065, Bairro Rainha, na cidade de Rio do Sul – SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor de Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no CEI Guilherme Butzke, em substituição à JULIANA APARECIDA FARIAS KOCK, afastada em Licença Maternidade.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 3.793,02 (Três Mil Setecentos e Noventa e Três Reais e Dois Centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único – De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 16/10/2017 e encerrando-se em 14/11/2017, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único – Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA: Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, supletivamente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 10 de outubro de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	JANINE CLARA MARHOLD
Secretário Municipal de Administração e fazenda	Contratado (a)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 275/2017

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 275/2017

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. ALEXANDRE MATOS PEREIRA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053, de 23 de fevereiro de 2017, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) JULIANA SEBOLD, portador(a) do CPF nº 042.463.539-90 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Tangará nº 55, ap 46, Bl A, Bairro Barragem, na Cidade de Rio do Sul – SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor de Educação Física, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no EM Ella Kurth, em substituição a Mateus Marco Brandl, em gozo de licença prêmio.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 3.448,20 (três mil quatrocentos e quarenta e oito reais e vinte centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único – De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 16/10/2017 e encerrando-se em 14/11/2017, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único – Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA: Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, supletivamente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 13 de outubro de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	JULIANA SEBOLD
Secretário Municipal de Administração e fazenda	Contratado (a)

DECRETO 6592

DECRETO Nº 6592, de 13 de outubro de 2017.

“SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL”.

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o artigo 12, inciso III, da Lei Orçamentária nº 5.789, de 15 de dezembro de 2016, e com a Lei nº 5.861, de 13 de outubro de 2017;

DECRETA:

Art. 1º. Fica suplementada até o limite de R\$ 520.000,00 (quinhentos e vinte mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde do município de Rio do Sul:

40.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
40.02	ATENÇÃO BÁSICA		
2.094	Blatb - Ações Saúde da Família		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01020000	Recursos Saúde	R\$	520.000,00
	TOTAL	R\$	520.000,00

Art. 2º. Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, ficam anuladas na mesma importância parcial de R\$ 520.000,00 (quinhentos e vinte mil reais), as seguintes dotações do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde do município de Rio do Sul:

40.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
40.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		

1.033	Construção de Unidades de Psf		
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
01020000	Recursos Saúde	R\$	10.000,00
1.037	Construção e Equipamento da Unidade de Pronto Atendimento - UPA		
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
01020000	Recursos Saúde	R\$	10.000,00
2.135	Blatb – Manutenção da Unidade de Pronto Atendimento - UPA		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01020000	Recursos Saúde	R\$	500.000,00
	TOTAL	R\$	520.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor a partir de sua publicação.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO

13 de outubro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito de Rio do Sul

EDITAL DE ALTERAÇÃO DO PREGÃO 038/2017

EDITAL DE ALTERAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 038/2017

O Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, por sua Gestora Sueli Teresinha de Oliveira, comunicam aos interessados que ficam alterados os itens:

1.2 – DATAS E HORÁRIOS, 6 – Envelopes Nº01 Proposta de Preço e o ANEXO I -Termo de Referência:

Edital de Pregão Presencial 038/2017, que passa a ter a redação abaixo, permanecendo inalteradas os demais itens:

“1. – PREÂMBULO ”

1.2 – ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS:

Até o dia 26/10/2017, às 13:30min.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES:

Às 15h00 dia 26/10/2017.

6– ENVELOPES Nº 01 “PROPOSTA DE PREÇOS”

6.7 - O veículo deverá ser cotado informando a marca, junto com a proposta deverá ser informado o catálogo do veículo com as especificações para sua identificação com os requisitos constantes do Edital.

6.8- É admissível que as licitantes possam efetuar o faturamento dos veículos efetivado diretamente pela fábrica conforme prejulgado nº 0200 do TCE/SC.

ANEXO I

PREGÃO PRESENCIAL, Nº 038/2017

TERMO DE REFERÊNCIA

4- Relação dos Itens da Licitação, preço máximo:

Item	DESCRIÇÃO	UN	QTD	VALOR MÁXIMO
01	VEÍCULO ZERO QUILOMETRO DE FABRICAÇÃO NACIONAL DO TIPO AUTOMÓVEL, ANO/MODELO VIGENTE OU SUPERIOR, SEGMENTO SEDAN, COM CAPACIDADE PARA 5 PASSAGEIROS, EQUIPADO COM DISPOSITIVO DE SEGURANÇA, TIPO AIRBAG PARA MOTORISTA E PASSAGEIRO DIANTEIRO, CHAVE CODIFICADA, BANCO DO MOTORISTA COM REGULAGEM DE ALTURA, COM 4 PORTAS, EQUIPADO COM MOTOR NO MÍNIMO DE 1.4 LITROS/4 CILINDROS/8 VÁLVULAS COM INJEÇÃO ELETRÔNICA E POTÊNCIA MÍNIMA NOMINAL DE 104CV, BI-COMBUSTÍVEL (ETANOL/GASOLINA) COM TANQUE NO MÍNIMO DE 41 LITROS, TRAÇÃO DIANTEIRA, CÂMBIO COM TRANSMISSÃO MANUAL DE 5 MARCHAS SINCRONIZADAS À FRENTE E UMA À RÉ, FREIOS DIANTEIROS À DISCO COM SISTEMA ABS E TRASEIRO. À TAMBOR, RODAS EM AÇO OU DE LIGA LEVE DE 14 POLEGADAS, PORTA-MALAS COM CAPACIDADE DE NO MÍNIMO 460 LITROS COM DESTRAVAMENTO INTERNO ELÉTRICO, HODÔMETRO DIGITAL TOTAL OU PARCIAL, TRAVAMENTO ELÉTRICO DAS PORTAS, VIDROS ELÉTRICOS NAS PORTAS, DIREÇÃO HIDRÁULICA OU ELÉTRICA, CONDICIONADOR DE AR QUENTE/FRIO, APARELHO DE RÁDIO FM COM CONEÇÃO USB E/OU CARTÃO SD, DESENBACADOR TÉRMICO DO VIDRO TRASEIRO, BANCOS DIANTEIROS E TRASEIROS REVESTIDOS EM TECIDO E COM ENCOSTO DE CABEÇA, PINTURA SÓLIDA OU METÁLICA NA COR BRANCA COM PARA-CHOQUE NA COR DO VEÍCULO, GARANTIA MÍNIMA DE UM ANO SEM LIMITE DE QUILOMETRAGEM E DE TRÊS ANOS PARA MOTOR E CÂMBIO, DE ACORDO COM AS EXIGÊNCIAS PELOS ÓRGÃOS REGULADORES DE TRÂNSITOS.	Un	01	R\$52.000,00

SUELI TERESINHA DE OLIVEIRA
Secretaria Municipal de Saúde

LEI 5861

LEI Nº 5.861, de 13 de outubro de 2017.

“SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL.”

O prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º. Fica suplementada até o limite de R\$ 520.000,00 (quinhentos e vinte mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde do município de Rio do Sul:

40.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
40.02	ATENÇÃO BÁSICA		
2.094	Blatb - Ações Saúde da Família		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01020000	Recursos Saúde	R\$	520.000,00
	TOTAL	R\$	520.000,00

Art. 2º. Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, ficam anuladas na mesma importância parcial de R\$ 520.000,00 (quinhentos e vinte mil reais), as seguintes dotações do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde do município de Rio do Sul:

40.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
40.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
1.033	Construção de Unidades de Psf		
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
01020000	Recursos Saúde	R\$	10.000,00
1.037	Construção e Equipamento da Unidade de Pronto Atendimento - UPA		
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
01020000	Recursos Saúde	R\$	10.000,00
2.135	Blatb – Manutenção da Unidade de Pronto Atendimento - UPA		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01020000	Recursos Saúde	R\$	500.000,00
	TOTAL	R\$	520.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor a partir de sua publicação.



Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

13 de outubro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito de Rio do Sul

RESOLUÇÃO Nº 03.2017. CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 03/2017/CMDCA

Dispõe sobre a nomeação da Comissão Intersectorial para Discussão e Elaboração do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças de Rio do Sul.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, no uso de suas atribuições legais, dispostas no Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069/90 e Lei Municipal nº 287/2014.

CONSIDERANDO, a Política Nacional dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes e o

Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes de 2011 a 2020;

CONSIDERANDO, a Resolução nº 171 de 04 de dezembro de 2014 do CONANDA;

CONSIDERANDO, a reunião plenária ordinária realizada do dia 15/03/2017 que deliberou a organização da Primeira Reunião com a rede de serviços do município de Rio do Sul.

CONSIDERANDO, a primeira reunião para a Elaboração do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, que aconteceu em 21 de março de 2017, no auditório da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social – SEADES.

RESOLVE:

Art.1º - Homologar a indicação dos membros da Comissão Intersectorial para Discussão e Elaboração do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes de Rio do Sul.

I. CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA

Governamental: Maristela Scur da Silva

Não Governamental: Irene Larsen

II. SECRETARIA DE ASSISTENCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEADES:

Titular: Noemia Ap. Gemelli

Suplente: Rozânia Ouriques

III. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO:

Titular: Cíntia Franz Suplente:

IV. SECRETARIA DE SAÚDE

Titular: Juceli Pagani Negri

V. CONSELHO TUTELAR

Titular: Graziela Mayke Lohse

Suplente: Priscila Magnani

VI. COMUNIDADE EVANGÉLICA LUTERANA

Titular: Irene Larsen

Suplente: Eloise Loriete Holler Nunes

VII. ASSOCIAÇÃO JARDINS DE INFÂNCIA VOVÓ BELINHA

Titular: Simone Sebold

VIII. CENTRO COMUNITÁRIO DIVINO ESPIRITO SANTO

Titular: Sandra Grah Xavier

IX. GUARDA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Titular: Paulo Evandro Soares Rodrigues

X. CENTRO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – CEJA

Titular: Ligéia Lopes Mouta Jost

XI. 13º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR

Titular: Rafaela Dietrich

XII. INSTITUTO MARIA AUXILIADORA

Titular: Izadora Linhares Kuhn
Suplente: Vinicius Wagner Morastoni

XIII. ASSISTÊNCIA SOCIAL E PSICOLOGAS FORENSES
Titular: Kelre Pereira Heidmann

XIV. ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS EXCEPCIONAIS – APAE
Titular: Josiane Koth

XV. CENTRO DE CARIDADE NOSSA SENHORA DE CONCEIÇÃO
Titular: Grasielle Maria Freitas Koepp

XVI. Centro de Atendimento Socioeducativo Provisório – CASEP
Titular: Patrick Münzfeld

XVII. CLUBE DAS MÃES – LAR DA MENINA
Titular: Debora Blick Marciano

XVIII. COC
Titular: Ana Paula Marloch

XIX. COLÉGIO DOM BOSCO
Titular: Sarah Pawlack

XX. MINISTÉRIO PÚBLICO
Titular: Janete Kaminski

XXI. UNIDAVI
Titular: Marizete Serafim Hoffmann

XXII. Centro de Integração Empresa – CIEE
Titular: Josiane Hoeprs

XXIII. DELEGACIA DE PROTEÇÃO A CRIANÇA, ADOLESCENTE, MULHER E IDOSO – DPCAMI
Titular: Lucelia Bastezini Nunes
Suplente: Silvia Pires Moraes Silva

XXIV. FUNDAÇÃO DE DESPORTOS
Titular: Arthur Carlos Hoffmann

XXV. PASTORAL DA CRIANÇA
Titular: Nadia Matte

Art. 2º Compete à Comissão Intersetorial:

- I – definir plano de atividades para discussão e elaboração do plano decenal, bem como elaborar a proposta do plano decenal dos direitos humanos de crianças e adolescentes, no seu âmbito de atuação;
- II – articular junto a órgãos e entidades integrantes do Sistema de Garantia de Direitos objetivando sua participação na discussão e na elaboração do plano decenal dos direitos humanos de crianças e adolescentes;
- III – assegurar a participação efetiva de crianças e adolescentes no processo de discussão e elaboração do plano decenal dos direitos humanos de crianças e adolescentes;
- IV – propor e acompanhar a realização de diagnóstico da situação local referente à promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente; e
- V - submeter a minuta de plano decenal à consulta pública local, seja por audiência pública, consulta virtual ou outro mecanismo participativo equivalente.

Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua aprovação.

Rio do Sul, 19 de abril de 2017.
MARISTELA SCUR DA SILVA
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 08.2017. CMDCA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE RIO DO SUL

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA
CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Resolução nº 08/2017/CMDCA

Dispõe sobre pagamento dos Palestrantes para o I Seminário Municipal de Políticas para a Infância e Adolescência através do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Complementar nº 287, de 16 de setembro de 2014.

CONSIDERANDO, os § 1º e 2º do Art. 260 do Estatuto da Criança e do Adolescente que dispõe sobre o Fundo da Infância e Adolescência;
CONSIDERANDO, as metas do plano de ação e aplicação do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
CONSIDERANDO, a plenária realizada no dia 17 de maio de 2017, que deliberou sobre o I Seminário Municipal de Políticas para a Infância e Adolescência.

RESOLVE:

Art. 1º - Efetuar pagamento de quatro palestrantes para o I Seminário Municipal de Políticas para a Infância e Adolescência - Da Medicalização à Educação Inclusiva: Diálogos possíveis com a Educação, a Saúde e a Assistência Social, que acontecerá no dia 21 de julho de 2017, nas dependências do Teatro Dom Bosco, o valor de R\$ 1.700,00 (um mil e setecentos reais) para cada palestrante, chegando a um total de R\$ 6.800,00 (seis mil e oitocentos reais).

Parágrafo Único: Elenca-se o nome dos quatro palestrantes a serem remunerados: Marco Aurélio da Ros (CPF: 179.709.540-49), Apoliana Regina Groff (CPF: 009.245.799.19), Ematuir Teles de Sousa (CPF: 059.617.489-60), Simone Vieira de Souza (CPF: 743.583.409-20).

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data da sua aprovação.

Rio do Sul, 7 de julho de 2017.

MARISTELA SCUR DA SILVA

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA

Endereço: Rua Verde Vale, 77- Santa Galo, 89.163-077 - Rio do Sul – SC Fone: 3525-4084 E-mail: ass.conselhos@riodosul.sc.gov.br, ou emiliana.vargas@riodosul.sc.gov.br ou maristela.scur@riodosul.sc.gov.br

RESOLUÇÃO Nº 09.2017. CMDCA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE RIO DO SUL

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA
CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Resolução nº 09/2017/CMDCA

Dispõe sobre pagamento de Coffe Break para o I Seminário Municipal de Políticas para a Infância e Adolescência – da Medicalização à Educação Inclusiva: diálogos possíveis com a Educação, a Saúde e a Assistência Social, através do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Complementar nº 287, de 16 de setembro de 2014,

CONSIDERANDO, as metas do plano de ação e aplicação do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para o ano de 2017;
CONSIDERANDO, a reunião extraordinária realizada no dia 03 de julho de 2017, que deliberou sobre o pagamento de coffe break para o I Seminário Municipal de Políticas para a Infância e Adolescência – da Medicalização à Educação Inclusiva: diálogos possíveis com a Educação, a Saúde e a Assistência Social,

RESOLVE:

Art. 1º - Efetuar pagamento de Coffe Break para o I Seminário Municipal de Políticas para a Infância e Adolescência – da Medicalização à Educação Inclusiva: diálogos possíveis com a Educação, a Saúde e a Assistência Social, através do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA.

Parágrafo Único: Foram realizados orçamentos com três estabelecimentos alimentícios, destes, foi selecionado o valor de dois mil e oitenta reais (R\$ 2.080,00) destinado ao pagamento do coffe break.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data da sua aprovação.

Rio do Sul, 13 de julho de 2017.

MARISTELA SCUR DA SILVA

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA

Endereço: Rua Verde Vale, 77- Canta Galo, 89.163-077 - Rio do Sul – SC Fone: 3525-4084 E-mail: ass.conselhos@riodosul.sc.gov.br, ou emiliana.vargas@riodosul.sc.gov.br ou maristela.scur@riodosul.sc.gov.br

RESOLUÇÃO Nº 18.2017. CMDCA

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 18/2017

Dispõe sobre o repasse financeiro no valor de R\$ 11.702,00 à instituição Obra Kolping referente ao

Termo de Colaboração nº 16/2017 para a execução do

Projeto Informática, Inclusão e Cidadania

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Complementar nº 287, de 16 de setembro de 2014 e suas alterações nas Leis Complementares 288/2014, 314/2016 e 361/2017.

CONSIDERANDO que, o CMDCA é o órgão que deve deliberar e exercer o controle do atendimento às crianças e aos adolescentes, em todos os níveis, conforme dispõe a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e suas alterações;

CONSIDERANDO o plano de Ação e Aplicação do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

CONSIDERANDO a plenária de de 21/06/2017 que, aprovou os Projetos financiados pelo FIA, conforme Ata nº 05 do CMDCA;

CONSIDERANDO a Resolução nº 06/2017 que dispõe sobre o resultado final dos Projetos Aprovados pelo FIA.

RESOLVE:

Art. 1º Realizar o repasse financeiro no valor de R\$ 11.702,00 à Obra Kolping, para a execução do Projeto Informática, Inclusão e Cidadania, conforme Termo de Colaboração nº 16/2017.

Art. 2º O repasse será em parcela única e a Prestação de conta se dará conforme Termo de Colaboração.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na sua publicação.

Rio do Sul, 13 de setembro de 2017.

MARISTELA SCUR DA SILVA

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 19.2017, CMDCA

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 19/2017

Dispõe sobre o repasse financeiro no valor de R\$ 12.185,32 ao Grupo Detalhe de Teatro e Produções Artísticas referente ao Termo de Colaboração nº

22/2017 para a execução do Projeto Um Sonho-

Discutindo Conflitos Familiares.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Complementar nº 287, de 16 de setembro de 2014 e suas alterações nas Leis Complementares 288/2014, 314/2016 e 361/2017.

CONSIDERANDO que, o CMDCA é o órgão que deve deliberar e exercer o controle do atendimento às crianças e aos adolescentes, em todos os níveis, conforme dispõe a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e suas alterações;

CONSIDERANDO o plano de Ação e Aplicação do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

CONSIDERANDO a plenária de de 21/06/2017 que, aprovou os Projetos financiados pelo FIA, conforme Ata nº 05 do CMDCA;

CONSIDERANDO a Resolução nº 06/2017 que dispõe sobre o resultado final dos Projetos Aprovados pelo FIA.

RESOLVE:

Art. 1º Realizar o repasse financeiro no valor de R\$ 12.185,32 ao Grupo Detalhe de Teatro e Produções Artísticas, para a execução do Projeto Um Sonho-Discutindo

Conflitos Familiares conforme Termo de Colaboração nº 22/2017.

Art. 2º O repasse será em parcela única e a Prestação de conta se dará conforme Termo de Colaboração.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na sua publicação.

Rio do Sul, 12 de setembro de 2017.

MARISTELA SCUR DA SILVA

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 20.2017. CMDCA**RESOLUÇÃO CMDCA Nº 20/2017**

Dispõe sobre o repasse financeiro no valor de R\$ 8.357,50 ao 13º Batalhão da Polícia Militar de Rio do Sul referente ao Termo de Colaboração nº 15/2017 para a execução do Projeto Luta Pela Cidadania

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Complementar nº 287, de 16 de setembro de 2014 e suas alterações nas Leis Complementares 288/2014, 314/2016 e 361/2017.

CONSIDERANDO que, o CMDCA é o órgão que deve deliberar e exercer o controle do atendimento às crianças e aos adolescentes, em todos os níveis, conforme dispõe a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e suas alterações; CONSIDERANDO o plano de Ação e Aplicação do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; CONSIDERANDO a plenária de 21/06/2017 que, aprovou os Projetos financiados pelo FIA, conforme Ata nº 05 do CMDCA; CONSIDERANDO a Resolução nº 06/2017 que dispõe sobre o resultado final dos Projetos Aprovados pelo FIA.

RESOLVE:

Art. 1º Realizar o repasse financeiro no valor de R\$ 8.357,50 ao 13º Batalhão de Polícia Militar de Rio do Sul para execução do Projeto Luta Pela Cidadania.

Art. 2º O repasse será em parcela única e a Prestação de conta se dará conforme Termo de Colaboração.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na sua publicação.

Rio do Sul, 15 de setembro de 2017.

MARISTELA SCUR DA SILVA

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA

Rua: Rua Verde Vale, 77 – Canta Galo – CEP 89163-077

Fone/Fax: (47) – 3525 4084 ass.conselhos@riodosul.sc.gov.br

emiliana.vargas@riodosul.sc.gov.br maristela.scur@riodosul.sc.gov.br

RESOLUÇÃO Nº 21.2017. CMDCA**RESOLUÇÃO CMDCA Nº 21/2017**

Dispõe sobre o repasse financeiro no valor de R\$ 20.000,00 à Associação Tênis de Mesa de Rio do Sul referente ao Termo de Colaboração nº 23/2017 para a execução do Projeto Tênis de Mesa para Todos.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Complementar nº 287, de 16 de setembro de 2014 e suas alterações nas Leis Complementares 288/2014, 314/2016 e 361/2017.

CONSIDERANDO que, o CMDCA é o órgão que deve deliberar e exercer o controle do atendimento às crianças e aos adolescentes, em todos os níveis, conforme dispõe a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e suas alterações; CONSIDERANDO o plano de Ação e Aplicação do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; CONSIDERANDO a plenária de 21/06/2017 que, aprovou os Projetos financiados pelo FIA, conforme Ata nº 05 do CMDCA; CONSIDERANDO a Resolução nº 06/2017 que dispõe sobre o resultado final dos Projetos Aprovados pelo FIA.

RESOLVE:

Art. 1º Realizar o repasse financeiro no valor de R\$ 20.000,00 à Associação de Tênis de Mesa de Rio do Sul, para a execução do Projeto Tênis de Mesa para Todos conforme Termo de Colaboração nº 23/2017.

Art. 2º O repasse será em parcela única e a Prestação de conta se dará conforme Termo de Colaboração.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na sua publicação.

Rio do Sul, 14 de setembro de 2017.

MARISTELA SCUR DA SILVA

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA

Rua Verde Vale, 77- Canta Galo, 89.163-077 RIO DO SUL – SC

Fone: 3525-4084

E-mail: ass.conselhos@riodosul.sc.gov.br ou emiliana.vargas@riodosul.sc.gov.br

RESOLUÇÃO Nº 22.2017. CMDCA**RESOLUÇÃO CMDCA Nº 22/2017**

Dispõe sobre o repasse financeiro no valor de R\$ 13.324,00 ao Serviço Nacional de Aprendizagem-Senai de Rio do Sul, referente ao Termo de Colaboração nº

21/2017 para a execução do Projeto Assistente Administrativo.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Complementar nº 287, de 16 de setembro de 2014 e suas alterações nas Leis Complementares 288/2014, 314/2016 e 361/2017.

CONSIDERANDO que, o CMDCA é o órgão que deve deliberar e exercer o controle do atendimento às crianças e aos adolescentes, em todos

os níveis, conforme dispõe a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e suas alterações;
CONSIDERANDO o plano de Ação e Aplicação do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
CONSIDERANDO a plenária de 21/06/2017 que, aprovou os Projetos financiados pelo FIA, conforme Ata nº 05 do CMDCA;
CONSIDERANDO a Resolução nº 06/2017 que dispõe sobre o resultado final dos Projetos Aprovados pelo FIA.

RESOLVE:

Art. 1º Realizar o repasse financeiro no valor de R\$ 13.324,00 ao Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, para a execução do Projeto Assistente Administrativo conforme Termo de Colaboração nº 21/2017.

Art. 2º O repasse será em parcela única e a Prestação de conta se dará conforme Termo de Colaboração.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na sua publicação.

Rio do Sul, 14 de setembro de 2017.

MARISTELA SCUR DA SILVA

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA

Rua Verde Vale, 77- Canta Galo, 89.163-077 RIO DO SUL – SC

Fone: 3525-4084

E-mail: ass.conselhos@riodosul.sc.gov.br, emiliana.vargas@riodosul.sc.gov.br ou Maristela.scur@riodosul.sc.gov.br

RESOLUÇÃO Nº 23.2017. CMDCA

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 23/2017

Dispõe sobre o repasse financeiro no valor de R\$ 12.119,00 ao Serviço Nacional de Aprendizagem-Senai de Rio do Sul, referente ao Termo de Colaboração nº 21/2017 para a execução do Projeto Mecânica Básica de Automóveis.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Complementar nº 287, de 16 de setembro de 2014 e suas alterações nas Leis Complementares 288/2014, 314/2016 e 361/2017.

CONSIDERANDO que, o CMDCA é o órgão que deve deliberar e exercer o controle do atendimento às crianças e aos adolescentes, em todos os níveis, conforme dispõe a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e suas alterações;
CONSIDERANDO o plano de Ação e Aplicação do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
CONSIDERANDO a plenária de 21/06/2017 que, aprovou os Projetos financiados pelo FIA, conforme Ata nº 05 do CMDCA;
CONSIDERANDO a Resolução nº 06/2017 que dispõe sobre o resultado final dos Projetos Aprovados pelo FIA.

RESOLVE:

Art. 1º Realizar o repasse financeiro no valor de R\$ 12.119,00 ao Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, para a execução do Projeto Mecânica Básica de Automóveis conforme Termo de Colaboração nº 20/2017.

Art. 2º O repasse será em parcela única e a Prestação de conta se dará conforme Termo de Colaboração.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na sua publicação.

Rio do Sul, 14 de setembro de 2017.

MARISTELA SCUR DA SILVA

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA

Rua Verde Vale, 77- Canta Galo, 89.163-077 RIO DO SUL – SC

Fone: 3525-4084

E-mail: ass.conselhos@riodosul.sc.gov.br, emiliana.vargas@riodosul.sc.gov.br ou Maristela.scur@riodosul.sc.gov.br

RESOLUÇÃO Nº 24.2017. CMDCA

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 24/2017

Dispõe sobre o repasse financeiro no valor de R\$ 12.600,00 à Secretaria de Educação de Rio do Sul, referente ao Termo de Colaboração nº 18/2017 para a execução do Projeto Ciranda das Emoções.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Complementar nº 287, de 16 de setembro de 2014 e suas alterações nas Leis Complementares 288/2014, 314/2016 e 361/2017.

CONSIDERANDO que, o CMDCA é o órgão que deve deliberar e exercer o controle do atendimento às crianças e aos adolescentes, em todos os níveis, conforme dispõe a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e suas alterações;
CONSIDERANDO o plano de Ação e Aplicação do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
CONSIDERANDO a plenária de 21/06/2017 que, aprovou os Projetos financiados pelo FIA, conforme Ata nº 05 do CMDCA;
CONSIDERANDO a Resolução nº 06/2017 que dispõe sobre o resultado final dos Projetos Aprovados pelo FIA.

RESOLVE:

Art. 1º Realizar o repasse financeiro no valor de R\$ 12.600,00 à Secretaria de Educação de Rio do Sul para a execução do Projeto Ciranda das Emoções conforme Termo de Colaboração nº 18/2017.

Art. 2º O repasse será em parcela única e a Prestação de conta se dará conforme Termo de Colaboração.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na sua publicação.

Rio do Sul, 14 de setembro de 2017.

MARISTELA SCUR DA SILVA

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA

Rua Verde Vale, 77- Canta Galo, 89.163-077 RIO DO SUL – SC

Fone: 3525-4084

E-mail: ass.conselhos@riodosul.sc.gov.br, emiliana.vargas@riodosul.sc.gov.br ou Maristela.scur@riodosul.sc.gov.br

RESOLUÇÃO Nº 25.2017. CMDCA

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 25/2017

Dispõe sobre o repasse financeiro no valor de R\$ 28.517,00 ao Serviço de Aprendizagem Comercial de Rio do Sul, referente ao Termo de Colaboração nº 19/2017 para a execução do Projeto Manicure e Pedicuro.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Complementar nº 287, de 16 de setembro de 2014 e suas alterações nas Leis Complementares 288/2014, 314/2016 e 361/2017.

CONSIDERANDO que, o CMDCA é o órgão que deve deliberar e exercer o controle do atendimento às crianças e aos adolescentes, em todos os níveis, conforme dispõe a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e suas alterações;
CONSIDERANDO o plano de Ação e Aplicação do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
CONSIDERANDO a plenária de 21/06/2017 que, aprovou os Projetos financiados pelo FIA, conforme Ata nº 05 do CMDCA;
CONSIDERANDO a Resolução nº 06/2017 que dispõe sobre o resultado final dos Projetos Aprovados pelo FIA.

RESOLVE:

Art. 1º Realizar o repasse financeiro no valor de R\$ 28.517,00 ao Serviço de Aprendizagem Comercial- Senac de Rio do Sul para a execução do Projeto Manicure e Pedicuro conforme Termo de Colaboração nº 19/2017.

Art. 2º O repasse será em parcela única e a Prestação de conta se dará conforme Termo de Colaboração.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na sua publicação.

Rio do Sul, 18 de setembro de 2017.

MARISTELA SCUR DA SILVA

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 26.2017. CMDCA

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 26/2017

Dispõe sobre o repasse financeiro no valor de R\$ 30.000,00 ao Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí – Unidavi, referente ao Termo de Colaboração nº 24/2017 para a execução do Projeto Rio do Sul – Crianças e Adolescentes a Caminho do Futuro.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Complementar nº 287, de 16 de setembro de 2014 e suas alterações nas Leis Complementares 288/2014, 314/2016 e 361/2017.

CONSIDERANDO que, o CMDCA é o órgão que deve deliberar e exercer o controle do atendimento às crianças e aos adolescentes, em todos os níveis, conforme dispõe a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e suas alterações;
CONSIDERANDO o plano de Ação e Aplicação do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
CONSIDERANDO a plenária de 21/06/2017 que, aprovou os Projetos financiados pelo FIA, conforme Ata nº 05 do CMDCA;
CONSIDERANDO a Resolução nº 06/2017 que dispõe sobre o resultado final dos Projetos Aprovados pelo FIA.

RESOLVE:

Art. 1º Realizar o repasse financeiro no valor de R\$ 30.000,00 ao Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí- Unidavi para a execução do Projeto Rio do Sul – Crianças e Adolescentes a Caminho do Futuro conforme Termo de Colaboração nº 24/2017.

Art. 2º O repasse será em parcela única e a Prestação de conta se dará conforme Termo de Colaboração.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na sua publicação.

Rio do Sul, 22 de setembro de 2017.

MARISTELA SCUR DA SILVA

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA

Rua: Rua Verde Vale, 77 – Canta Galo – CEP 89163-077

Fone/Fax: (47) – 3525 4084 ass.conselhos@riodosul.sc.gov.br

emiliana.vargas@riodosul.sc.gov.br maristela.scur@riodosul.sc.gov.br

RESOLUÇÃO Nº 27.2017. CMDCA**RESOLUÇÃO CMDCA Nº 27/2017**

Dispõe sobre a prorrogação do calendário de eleição dos membros de entidades da sociedade civil do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Rio do Sul, biênio 2017/2019 conforme Edital 02/2017.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Complementar nº 287, de 16 de setembro de 2014 e suas alterações nas Leis Complementares 288/2014, 314/2016 e 361/2017.

CONSIDERANDO que, não houve nenhuma inscrição de entidades da sociedade civil até a plenária de 20 de setembro de 2017;
CONSIDERANDO a plenária de 20 de setembro de 2017 que, deliberou sobre a prorrogação do calendário de eleição conforme Edital 02/2017.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o prazo para inscrição das Entidades da Sociedade Civil que comporão o CMDCA biênio 2017/2019 que obedecerá às seguintes alterações:

Inscrições dos candidatos e dos eleitores	De 01/09/17 à 29/09/17
Análises das inscrições	02/10/17
Divulgação dos resultados das inscrições	03/10/17
Prazo para recurso sobre o indeferimento das inscrições	Até às 13 horas do dia 04/10/17
Resultado final das inscrições	06/10/17
Eleição das entidades CMDCA	09/10/17
Divulgação do resultado da eleição do CMDCA	10/10/17
Prazo para recurso sobre a divulgação do resultado	Até às 13 horas do dia 11/10/17
Publicação do resultado da eleição	13/10/17
Posse do novo CMDCA	18/10/17

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na sua publicação.

Rua Verde Vale, 77- Canta Galo, 89.163-077

RIO DO SUL – SC

Fone: 3525-4084

E-mail: ass.conselhos@riodosul.sc.gov.br / emiliana.vargas@riodosul.sc.gov.br ou maristela.scur@riodosul.sc.gov.br

Rio do Sul, 22 de setembro de 2017.

MARISTELA SCUR DA SILVA

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA

Rua Verde Vale, 77- Canta Galo, 89.163-077 RIO DO SUL – SC

Fone: 3525-4084

E-mail: ass.conselhos@riodosul.sc.gov.br / emiliana.vargas@riodosul.sc.gov.br ou maristela.scur@riodosul.sc.gov.br

RESOLUÇÃO Nº 28.2017. CMDCA**RESOLUÇÃO CMDCA Nº 28/2017**

Dispõe sobre as Entidades da Sociedade Civil que estão Aptas a concorrerem o Pleito Eleitoral do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente biênio 2017/2019

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Complementar nº 287, de 16 de setembro de 2014 e suas alterações nas Leis Complementares 288/2014, 314/2016 e 361/2017.

CONSIDERANDO o Edital 02/2017 que convoca as Eleições das Entidades da Sociedade Civil para a composição do CMDCA, biênio 2017/2019

RESOLVE:

Art. 1º Tornar público as Entidades da Sociedade Civil que estão Aptas a concorrerem ao Pleito Eleitoral do Conselho Municipal dos Direitos

da Criança e do Adolescente:

§ 1º Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE;

§ 2º Associação Desportiva e Cultural Inclusão Social – ADCIS;

§ 3º Associação Jardins de Infância Vovó Belinha – AJIVB;

§ 4º Associação Mover Caminhos;

§ 5º Associação para Recuperação de Alcoólatras e Toxicômanos – APRAT;

§ 6º Centro Assistencial de Caridade Nossa Senhora da Conceição – CACNSC;

§ 7º Centro Comunitário Divino Espírito Santo – CCDES;

§ 8º Centro de Integração Empresa Escola – CIEE/SC;

§ 9º Obra Kolping Estadual de Santa Catarina - OKE/SC;

§ 10º União dos Escoteiros do Brasil – UEB/SC;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na sua publicação.

Rio do Sul, 03 de outubro de 2017.

MARISTELA SCUR DA SILVA

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 29.2017. CMDCA

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 29/2017

Dispõe sobre o resultado Provisório das Entidades Eleitas representantes da Sociedade Civil para composição do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente biênio 2017/2019.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Complementar nº 287, de 16 de setembro de 2014 e suas alterações nas Leis Complementares 288/2014, 314/2016 e 361/2017.

CONSIDERANDO o Edital Nº 02/2017 que convoca as Eleições das Entidades da Sociedade Civil para a composição do CMDCA, biênio 2017/2019;

CONSIDERANDO o calendário de prorrogação do Edital Nº 02/2017.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar público o Resultado Provisório das Entidades Eleitas representantes da sociedade civil para a composição do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente biênio 2017/2019. Conforme quadro abaixo:

ENTIDADE	VOTOS RECEBIDOS
1- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE;	9 votos
2- Obra Kolping Estadual de Santa Catarina - OKE/SC;	9 votos
3- Associação Jardins de Infância Vovó Belinha – AJIVB;	8 votos
4- Centro Comunitário Divino Espírito Santo – CCDES;	8 votos
5- Associação Mover Caminhos;	7 votos
6- Centro de Integração Empresa Escola – CIEE/SC;	7 votos
7- Associação para Recuperação de Alcoólatras e Toxicômanos – APRAT;	6 votos
8- Centro Assistencial de Caridade Nossa Senhora da Conceição – CACNSC;	4 votos
9- Associação Desportiva e Cultural Inclusão Social – ADCIS;	1 voto

Rua: Rua Verde Vale, 77 – Santa Galo – CEP 89163-077

Fone/Fax: (47) – 3525 4084 ass.conselhos@riodosul.sc.gov.br

emiliana.vargas@riodosul.sc.gov.br maristela.scur@riodosul.sc.gov.br

Art. 2º Em conformidade com o Art. 16 do Edital 02/2017 a comissão eleitoral decidiu que as entidades que não se fizessem presentes, até o horário final estipulado no edital, estariam automaticamente impedidas de participar do pleito biênio 2017/2019, informamos que duas entidades não se fizeram presentes:

§ 1º Associação Desportiva e Cultural Inclusão Social – ADCIS;

§ 2º União dos Escoteiros do Brasil – UEB/SC;

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na sua publicação.

Rio do Sul, 10 de outubro de 2017.

MARISTELA SCUR DA SILVA

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA

Rua: Rua Verde Vale, 77 – Santa Galo – CEP 89163-077

Fone/Fax: (47) – 3525 4084 ass.conselhos@riodosul.sc.gov.br

emiliana.vargas@riodosul.sc.gov.br maristela.scur@riodosul.sc.gov.br

RESOLUÇÃO Nº 30.2017. CMDCA

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 30/2017

Dispõe sobre a inscrição de novos cursos da Rede Nacional de Aprendizagem, Promoção Social e Integração – Renapsi.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Complementar nº 287, de 16 de setembro de 2014 e suas alterações nas Leis Complementares 288/2014, 314/2016 e 361/2017.

CONSIDERANDO o disposto no art. 227 da Constituição Federal de 1988;

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 3º, 4º, 6º, 60 a 69, 90 e 91 da Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA;

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000, que altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto n.º 5.598, 1º de dezembro de 2005, que regulamenta a contratação de aprendizes e da outras providências;

CONSIDERANDO o disposto no Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, especialmente a Diretriz 6 do Eixo 3 que dispõe sobre a protagonismo e a participação de crianças e adolescentes;

CONSIDERANDO a resolução nº 164/2014 do Conanda.

Resolve:

Art. 1º Inscrever os cursos de:

Aprendiz em Setor Bancária Adolescente Serviços Administrativo- Conap nº 4132-25;

Aprendiz em Arco Ocupacional de Administração- Conap nº 4110-05;

Aprendiz em Auxiliar de Escritório, Em Geral- Conap nº 4110-05

Aprendiz em Repositor de Mercadoria, Conap nº 5211-25

Art. 2º A Entidade Rede Nacional de Aprendizagem, Promoção Social e Integração- Renapsi que, tem o registro nº 01/2014- CMDCA deverá encaminhar ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente as seguintes informações dos cursos: carga horária, duração, conteúdo programático, data de matrícula, número de vagas oferecidas e perfil socioeconômico dos participantes;

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 10 de outubro de 2017.

MARISTELA SCUR DA SILVA

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA

CÂMARA MUNICIPAL**RESOLUÇÃO Nº 917, DE 19 DE SETEMBRO DE 2017**

RESOLUÇÃO Nº 917 DE 19 DE SETEMBRO DE 2017

Autoriza pagamento de 04 (quatro) diárias, curso e indenização de transporte a servidor.

MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL. Faço saber que no uso de suas atribuições regimentais, a Câmara Municipal decreta e promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica autorizado o pagamento de 04 (quatro) diárias ao servidor Luis Fernando Schweder, no valor de R\$ 1.707,65 (um mil setecentos e sete reais e sessenta e cinco centavos), para participar do Curso pfSense-Firewall, promovido pelo Centro de Capacitação em TI Flexxo, a ser realizado nos dias 26, 27 e 28 de outubro do corrente ano, tendo como local a sede da Flexxo situada na Avenida Rio Branco, 105, na cidade de Caixas do Sul – RS.

Art. 2º Fica ainda autorizado o pagamento do curso antes referido, no valor de R\$ 2.160,00 (dois mil cento e sessenta reais) a ser ministrado de forma presencial e individual ao servidor.

Art. 3º A indenização de transporte, em veículo próprio, no trecho compreendido entre o município de Rio do Sul e a cidade de Caxias do Sul, será ressarcida de acordo com o que regulamenta a Resolução nº 588, de 05 de outubro de 2010.

Art. 4º As despesas decorrentes desta Resolução correrão por conta de dotação própria do orçamento vigente.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 19 de setembro de 2017.

FRANCISCO GOETTEN

Presidente da Mesa

CARISO SÁVIO GIACOMINI

Vice-Presidente

MARCOS NORBERTO ZANIS

1º Secretário

MÁRIO SÉRGIO STRAMOSK

2º Secretário

Romelândia

PREFEITURA

LEI COMPLEMENTAR 01/2017

LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 01/2017

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, FAÇO saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Recuperação Fiscal do Município de Romelândia – PREFIR, destinado a promover a regularização de créditos tributários e não tributários do município, cujos fatos geradores tenham ocorrido até 31 de dezembro de 2016.

Parágrafo único. O PREFIR abrange créditos tributários e não tributários de qualquer natureza, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, mesmo que discutidos administrativamente, em discussão na esfera judicial em ação proposta pelo sujeito passivo ou em fase de execução fiscal já ajuizada, ainda os créditos decorrentes do descumprimento de obrigações acessórias, e os créditos que tenham sido objeto de parcelamentos anteriores, não integralmente quitados, mesmo que cancelados por falta de pagamento.

Art. 2º A adesão ao PREFIR dar-se-á por opção do sujeito passivo, pessoa física ou jurídica, por meio de formulário próprio a ser emitido pelo Departamento de Tributação, instruído com:

- a) Se pessoa jurídica, de cópia do Contrato Social ou Estatuto, com as respectivas alterações que permitam identificar os responsáveis pela gestão da empresa ou instrumento de mandato com poderes específicos; e,
- b) Se pessoa física, de cópia do CPF e Carteira de Identidade.

§ 1º O prazo para adesão ao PREFIR encerra-se impreterivelmente no dia 11 (onze) de dezembro de 2017.

§ 2º Caberá ao Poder Executivo promover ampla divulgação e publicidade desta Lei Complementar.

Art. 3º O PREFIR somente alcançará créditos que se encontrarem com a exigibilidade suspensa por força dos incisos III a V do artigo 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional, no caso de o sujeito passivo desistir expressamente e de forma irrevogável da impugnação ou do recurso interposto, ou da ação judicial proposta, e cumulativamente renunciar a quaisquer alegações de direito sobre as quais se fundam os referidos processos administrativos e/ou ações judiciais.

§ 1º A inclusão dos créditos para os quais se encontrarem presentes as hipóteses dos incisos IV ou V do artigo 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional, fica condicionada à comprovação de que o sujeito passivo protocolou requerimento de extinção do processo com resolução do mérito, nos termos do inciso V do artigo 269 da Lei nº 5.869 de 11 de janeiro de 1973.

§ 2º Havendo ação judicial proposta pelo ente público ou pelo contribuinte, fica vedado o pagamento ou cobrança de honorários sucumbenciais decorrentes da extinção do processo, em virtude do assessor jurídico prestar serviços ao município e receber todos os direitos trabalhistas e previdenciários mensais, inclusive os previstos no Estatuto do Funcionários Públicos Municipais.

Art. 4º Ao aderir ao PREFIR o sujeito passivo poderá optar por liquidar os créditos tributários e não tributários à vista, ou mediante parcelamento em até 12 (doze) parcelas mensais, iguais e sucessivas.

§ 1º Em caso de opção pelo parcelamento, os créditos nele incluídos serão objeto de consolidação no mês do requerimento, para fins de definição do valor inicial das parcelas.

§ 2º O valor mínimo de cada parcela será de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) para o sujeito passivo pessoa jurídica e de R\$ 100,00 (cem reais) para o sujeito passivo pessoa física.

§ 3º O valor de cada parcela será atualizado na mesma periodicidade e segundo a variação da Unidade Fiscal de Referência Municipal – UFRM ou qualquer outro indicador que venha a substituí-la, a partir do mês subsequente ao da consolidação até o mês de pagamento, além de outros acréscimos legais previstos na legislação tributária municipal.

§ 4º O vencimento da parcela única ou da primeira parcela, conforme o caso dar-se-á em até 05 (cinco) dias após o requerimento de adesão, e as demais parcelas a cada 30 (trinta) dias.

§ 5º Não produzirá efeitos o requerimento de adesão formulado sem o correspondente pagamento tempestivo da parcela única ou da primeira parcela, conforme o caso.

Art. 5º A adesão ao PREFIR observará os seguintes critérios:

I – Os créditos tributários e não tributários vinculados ao cadastro imobiliário do município serão distribuídos da seguinte forma:

- a) Contribuição de Melhoria e as correspondentes multas acessórias;
- b) Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbano, Taxa de Coleta de Lixo, Taxa de Segurança contra Incêndios e as correspondentes multas acessórias;

c) Receitas diversas (contraprestação).

II – Os créditos tributários e não tributários vinculados ao cadastro econômico do município serão distribuídos da seguinte forma:

- a) Taxa de Licença para Localização e Permanência, Taxas dos Atos da Vigilância Sanitária e as correspondentes multas acessórias;
- b) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza e as correspondentes multas acessórias;
- c) Receitas diversas (contraprestação).

§ 1º A adesão ao PREFIR abrangerá, observados os agrupamentos referidos nas alíneas dos incisos I e II do caput, todos os créditos lançados ou denunciados espontaneamente pelo optante, inclusive os acréscimos legais relativos à multa, juros e atualização monetária e demais encargos previstos na legislação vigente à época da ocorrência dos fatos geradores, os decorrentes do descumprimento de obrigações acessórias, os parcelamentos em curso relativos às parcelas vincendas e os créditos inscritos em dívida ativa, mesmo que em cobrança judicial.

§ 2º A adesão ao PREFIR em relação aos créditos tributários e não tributários vinculados ao cadastro imobiliário poderá ser individualizada para cada imóvel.

§ 3º Nos casos em que o contribuinte possuir débito relativo a mais de uma dos agrupamentos referidos nas alíneas dos incisos I e II do caput, será emitido parcelamento próprio para cada grupo, ficando cada um deles sujeito ao recolhimento da taxa do Documento de Arrecadação Municipal – DAM sobre cada parcela arrecadada.

§ 4º A requerimento do sujeito passivo, poderá ser deferido parcelamento incluindo os diversos créditos conforme o agrupamento estabelecido nas alíneas dos incisos I e II do caput, ficando sujeito ao recolhimento da taxa do Documento de Arrecadação Municipal – DAM única sobre cada parcela arrecadada.

§ 5º A pessoa jurídica que suceder a outra será responsável pelos tributos devidos pela sucedida nas hipóteses do artigo 132 e 133 do Código Tributário Nacional e deverá solicitar convalidação da opção feita pela sucedida.

§ 6º Quando se tratar de impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, e bem assim os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens ou a contribuições de melhorias, o respectivo adquirente deverá solicitar convalidação da opção feita pelo transmitente.

Art. 6º Para os créditos que estejam em fase de execução fiscal, são condições indispensáveis ao deferimento da adesão ao PREFIR:

I - a renúncia a eventuais embargos opostos à execução fiscal;

II – prévio recolhimento de todas as despesas cartorárias nos casos de cobranças bancárias da dívida ativa.

§ 1º Os processos de execução fiscal permanecerão suspensos enquanto estiverem em dia os pagamentos do parcelamento e retomarão seu curso normal tão logo se verifique qualquer hipótese de rescisão do parcelamento.

§ 2º Será de responsabilidade exclusiva do Ente Público, as custas processuais, na forma estabelecida pelo Poder Judiciário.

Art. 7º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder a anistia e/ou remissão dos juros e multas incidentes sobre os créditos tributários e não tributários decorrentes de obrigações tributárias principais, observados os seguintes percentuais:

I – 70% (setenta por cento) dos juros e multas moratórias para o sujeito passivo que aderir ao PREFIR e optar pelo pagamento em parcela única;

II – 60% (sessenta por cento) dos juros e multas moratórias para o sujeito passivo que aderir ao PREFIR e optar pelo pagamento em até 3 (três) parcelas;

III – 50% (cinquenta por cento) dos juros e multas moratórias para o sujeito passivo que aderir ao PREFIR e optar pelo pagamento em até 06 (seis) parcelas; e,

IV – 40% (quarenta por cento) dos juros e multas moratórias para o sujeito passivo que aderir ao PREFIR e optar pelo pagamento em até 12 (doze) parcelas.

Art. 8º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder a anistia e/ou remissão dos juros e multas incidentes sobre os créditos tributários e não tributários constituídos em decorrência do descumprimento de obrigações tributárias acessórias, exigidos por notificações fiscais científicas aos sujeitos passivos até o dia 31 de dezembro de 2016, observados os seguintes percentuais:

I – 70% (setenta por cento) dos juros e multas moratórias para o sujeito passivo que aderir ao PREFIR e optar pelo pagamento em parcela única;

II – 60% (sessenta por cento) dos juros e multas moratórias para o sujeito passivo que aderir ao PREFIR e optar pelo pagamento em até 3 (três) parcelas;

III – 50% (cinquenta por cento) dos juros e multas moratórias para o sujeito passivo que aderir ao PREFIR e optar pelo pagamento em até 06 (seis) parcelas; e,

IV – 40% (quarenta por cento) dos juros e multas moratórias para o sujeito passivo que aderir ao PREFIR e optar pelo pagamento em até 12 (doze) parcelas.

Art. 9º A opção pelo PREFIR obriga o sujeito passivo a:

I – confissão irrevogável e irretratável dos créditos referidos no art. 1º desta Lei Complementar;

II – aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas nesta Lei Complementar;

III – manutenção automática dos gravames decorrentes de medida cautelar fiscal e das garantias prestadas nas ações de execução fiscal.

Art. 10. No caso dos tributos sujeitos a lançamento por homologação em que não houver lançamento de crédito tributário formalizado, o contribuinte poderá realizar denúncia espontânea e aderir ao PREFIR segundo os valores por ele apurados.

Parágrafo único. A denúncia espontânea referida no caput não inibe posterior fiscalização por parte da Administração Tributária Municipal,

hipótese em que eventuais diferenças apuradas serão lançadas de ofício, acrescidas dos encargos legais.

Art. 11. As parcelas do PREFIR não recolhidas até o vencimento perderão os benefícios concedidos, restabelecendo-se em relação a cada parcela vencida e não paga, os acréscimos legais calculados na forma da legislação aplicável.

Art. 12. O parcelamento de que trata esta Lei Complementar será rescindido quando:

I – verificada a inadimplência de três parcelas mensais consecutivas;

II – constatada a manutenção de discussão administrativa ou judicial, provocada pelo sujeito passivo, relativa aos créditos tributários incluídos no PREFIR;

III – decretada a falência ou insolvência civil do sujeito passivo.

§ 1º A rescisão com base no inciso I do caput ocorrerá no trigésimo dia após o vencimento da terceira parcela inadimplida.

§ 2º A rescisão referida no caput implicará a remessa do débito para a inscrição em dívida ativa ou o prosseguimento da execução, conforme o caso.

§ 3º A rescisão do parcelamento independerá de notificação prévia e implicará exigibilidade imediata da totalidade do crédito confessado e ainda não pago, com o restabelecimento proporcional dos juros, multas moratórias e correção monetária.

Art. 13. Os prazos para recolhimento das parcelas, objeto do PREFIR, somente vencem em dia de expediente normal da repartição competente e da rede bancária, prorrogando-se, se necessário, até o primeiro dia útil subsequente.

Art. 14. O Poder Executivo poderá firmar convênio com o Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina para a realização do Programa de Mutirão de Audiências de Conciliação Fiscal destinado à aplicação dos comandos desta Lei Complementar.

Art. 15. O Poder Executivo fica autorizado a firmar acordos judiciais concedendo os benefícios fiscais, estabelecidos na presente Lei Complementar.

Art. 16. Os créditos tributários ou não tributários, cujas notificações fiscais tenham sido lavradas e científicas aos sujeitos passivos até o dia 31 de dezembro de 2016, poderão ser liquidados na forma definida na presente Lei Complementar.

Parágrafo único. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder anistia e/ou remissão dos juros e multas, incidentes sobre os créditos indicados no caput deste artigo, observados os percentuais previstos nos incisos I ao IV dos artigos 7º e 8º desta Lei Complementar.

Art. 17. As remissões e anistias previstas nesta Lei Complementar não autorizam, em qualquer hipótese, a restituição ou compensação de importâncias já pagas.

Art. 18. O Poder Executivo Municipal poderá regulamentar, por Decreto, esta Lei Complementar, caso houver necessidade, visando dirimir dúvidas porventura existentes na presente Lei.

Art. 19. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei Complementar serão consignadas no orçamento em vigor.

Art. 20. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 21. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia (SC), 13 de outubro de 2017.

VALDIR BUGS

Prefeito Municipal de Romelândia

Registrada e Publicada a presente Lei em data supra.

Adriane Terezinha Merigo Jung

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

Santa Helena

PREFEITURA

PROCESSO LICITATORIO N° 79/2017 - PREGÃO PRESENCIAL N° 66/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SANTA HELENA – PREFEITURA

EDITAL DE LICITAÇÃO N° 79/2017 – PREGÃO PRESENCIAL N° 66/2017

REGISTRO DE PREÇO N° 11/2017

O Município de Santa Helena, Estado de Santa Catarina, por intermédio do Prefeito Municipal Sr. Luiz Gluitz, comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório nº 79/2017, na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 66/2017, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, para a seleção de propostas por REGISTRO DE PREÇOS visando a aquisição de materiais e equipamentos novos de informática de primeira qualidade, destinados às secretarias da administração e educação do município de Santa Helena - SC. Recebimento dos envelopes até as 08h15min do dia 27 de outubro de 2017. Abertura das propostas as 08h30min do dia 27 de outubro de 2017, na Prefeitura Municipal de Santa Helena, situada na Rua Dom Feliciano, 476, Santa Helena – SC. Retirada do Edital no mesmo endereço acima ou pelo site www.santahelena.sc.gov.br e informações pelo fone (49) 3633 0009.

Santa Helena (SC), 13 de outubro de 2017.

LUIZ GLUITZ

Prefeito Municipal

São Bento do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 515/2017

DECRETO Nº 0515, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.
MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,
Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;
Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal Lei nº 3728/16 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul e suplementará a seguinte dotação orçamentária:
Órgão: 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade: 02 – Fundo de Assistência Social
Atividade: 2.091 – Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV - União
(592) 3.3.90.39.00.00.00 352 – Outros Serviços de Terceiros - PJ.R\$ 12.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, será utilizado recurso proveniente da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade: 02 – Fundo de Assistência Social
Atividade: 2.091 – Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV - União
(644) 3.3.90.30.00.00.00 352 – Material de Consumo
R\$ 12.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
São Bento do Sul, 10 de outubro de 2017.
MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

EXTRATO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 185/2017

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 185/2017

OBJETO: Aquisição de 02 baterias de lítio para Desfibrilador Lifepak 1000 da Physio-Control, para instalação nos desfibriladores utilizados nas Ambulâncias ASU 417 e ASU 408 da 2ª Companhia de Bombeiros Militar de São Bento do Sul, conforme Convênio nº 12.759/2006-0.

CONTRATADO: Sermedicall ARP Equipamentos Hospitalares Ltda - EPP.

VALOR: R\$ 9.520,00.

São Bento do Sul, 10 de outubro de 2017.

Tiago Martinhuk – Diretor de Suprimentos e Patrimônio

Nilva Marli Larsen Holz – Chefe de Gabinete

JUSTIFICATIVA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 185/2017

JUSTIFICATIVA

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com inexigibilidade de licitação.

I – Objeto: Aquisição de 02 baterias de lítio para Desfibrilador Lifepak 1000 da Physio-Control, para instalação nos desfibriladores utilizados nas Ambulâncias ASU 417 e ASU 408 da 2ª Companhia de Bombeiros Militar de São Bento do Sul, conforme Convênio nº 12.759/2006-0.

II – Contratado: SERMEDICALL ARP EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA - EPP.

III - Caracterização da Situação que justifica a Inexigibilidade de Licitação: a inexigibilidade de licitação para a aquisição dos produtos se funda no Caput do Artigo 25 da Lei 8.666/93, e se justifica pela inviabilidade de competição existente no fornecimento dos produtos. A compra das baterias são para uso nos desfibriladores utilizados nas ambulâncias ASU 417 e ASU 418 da 2ª Companhia de Bombeiros Militar de São Bento do Sul, esses equipamentos realizam leituras e análises do sistema circulatório, recomendando e efetuando o choque em casos de fibrilação, sendo indispensáveis nesses tipos de ocorrência, havendo a necessidade da substituição das mesmas.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: A empresa contratada Sermedicall ARP Equipamentos Hospitalares Ltda é a única que comercializa e distribui no estado de Santa Catarina, conforme declaração de exclusividade fornecida pela empresa Dimave Equipamentos Médicos, a qual atua fortemente na distribuição dos Cardioversores / Desfibriladores e DEA (Desfibriladores Externos Automáticos) LIFEPAK, da Physio-Control, ficando evidenciada a inviabilidade de competição para a referida aquisição.

V - Justificativa do Preço: o preço contratado de R\$ 9.520,00 são os praticados no mercado.

Assim, ratifico a presente justificativa e determino a publicação na imprensa oficial para os fins do art. 26 da Lei 8.666/93.

NILVA MARLI LARSEN HOLZ
Chefe de Gabinete

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 157/2017 - TP Nº 012/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE–SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 31/10/2017, às 08h30min, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 157/2017. MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERV. ENG Nº 012/2017. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, BEM COMO O FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ), DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DAS RUAS AUGUSTO FRANCISCO CENCI, FREI ANTONIO V. COLETTI E DESIDÉRIO COSTA, AMBAS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC, COM ÁREA TOTAL DE 5.056M², CONFORME PROJETO EM ANEXO. Informações e/ou cópia da íntegra deste edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. site www.saolourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste – SC, 11 de Outubro de 2017.

RAFAEL CALEFFI

PREFEITO MUNICIPAL

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

DECRETO 8.916 - ALTERA O DECRETO 8.895

DECRETO Nº 8.916/2017

Dá nova redação às alíneas 'a' e 'b' do inciso I, do art. 1º do Decreto n. 8.768/2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990 e com base no art. 3º, alínea "b", art. 82, § 2º e artigo 88 da Lei Complementar n. 006/2011 (Lei do Parcelamento do Solo Urbano).

DECRETA

Art. 1º As alíneas 'a' e 'b' do inciso I, e a alínea "a" do inciso II, do art. 1º do Decreto n. 8.895/2016, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º

I -

a) Parte do lote rural nº65-C com 5.232,28m², sendo 729,20m² não edificáveis, da matrícula nº 34.025, confrontando em conjunto: Ao Nordeste com parte do lote rural nº65-C de Delmiro Clóvis Roldo, por linha seca, medindo 48,89 metros; Ao Leste com parte do lote rural nº65-B de Antônio Reinaldo Matana por linha seca, medindo 102,75 metros; Ao Sul com a linha que delimita a faixa de domínio da Rodovia SC-492, por linha seca, medindo 48,75 metros; Ao Oeste com parte do mesmo lote rural nº65-C, por linha seca, medindo 116,37 metros.

b) Parte do lote rural nº65-C com 5.531,17m², sendo 675,00m² não edificáveis, da matrícula nº34.025, confrontando em conjunto: Ao Nordeste com parte do lote rural nº65-C de Delmiro Clóvis Roldo, por linha seca, medindo 46,91 metros; Ao Leste com parte do mesmo lote rural nº65-C de Flávio Wathier, por linha seca, medindo 116,37 metros; Ao Sul com a linha que delimita a faixa de domínio da Rodovia SC-492, por linha seca, medindo 45,00 metros; Ao Oeste com parte do mesmo lote rural nº65-C, Flávio Wathier por linha seca, medindo 129,46 metros.

II -

a) Parte do lote rural nº65-C com 55.098,30m², sendo 4.212,80m² de faixa de domínio e 2.803,90 m² de faixa não edificável, confrontando em conjunto: Ao Nordeste com parte do lote rural nº65-C de Delmiro Clóvis Roldo, por linha seca; Ao Leste com parte do mesmo lote rural nº65-C de Flávio Wathier, por linha seca, medindo 129,46 metros; Novamente ao Norte com a linha que delimita a faixa de domínio da Rodovia SC-492, por linha seca, medindo 93,75 metros; Novamente ao Leste com parte do lote rural nº65-B de Antônio Reinaldo Matana, por linha seca; Ao Sul com parte do lote rural nº65-C de Valdir Palú, por linha seca; Ao Oeste com parte do lote rural nº65-C, de Valdir Palú, Mauro Antônio Lazarotto e Flávio Wathier por linha seca.

Art.2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE -SC,
Em, 10 de outubro de 2017.

WILSON TREVISAN
Prefeito Municipal

ALFREDO SPIER
Secretário de Administração

Nélio Dariva Pires de Lima
Advogado Assessor Geral

Este Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina e nos demais órgãos oficiais do Município em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

Camila Pires da Silva
Assessoria Especial

DECRETO 8.917 - NOMEAÇÃO JARI

DECRETO Nº 8.917/2017

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÕES – JARI – NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando de suas atribuições legais no que lhe confere inciso VII, do artigo 72, da Lei Orgânica Municipal de 05 de abril de 1990, a Lei Municipal n. 4.788/2001, a Lei Municipal n. 4.897/2001, e,

CONSIDERANDO o memorando interno n. 105-URB/2017 que solicita a nomeação de novos membros para compor a JARI.

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os seguintes representantes para a Junta Administrativa de Recursos de Infrações – JARI:

I – Representante do Poder Executivo Municipal:

Titular: Luciana Borsatto Zorzi

Suplente: Luis Antonio Spenassatto

II – Representante do Sindicato dos Condutores de Veículos e Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Cargas e Passageiros do Extremo Oeste de Santa Catarina.

Titular: Iniro Grolli

Suplente: Nilza Carmem Gregolon

III – Representante do Órgão Executivo Municipal de Trânsito - DEMUTRAN;

Titular: Marcelo de Wallau da Silva

Suplente: Fábio José Hoelscher

Art. 2º Os membros da JARI perceberão Jetom na forma estabelecida no art. 16, da Lei n. 4.788/2001, com redação dada pela Lei Municipal 6.460/2011.

Art. 3º O mandato dos membros ora nomeados, será de dois (02) anos, contados da data da publicação do presente.

Art. 4º Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 8.713/2016 de 25 de agosto de 2016.

Art. 5º Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em, 10 de outubro de 2017.

WILSON TREVISAN

Prefeito Municipal

ALFREDO SPIER

Secretário de Administração

Nédio Dariva Pires de Lima

Advogado Assessor Geral

Este Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina e nos demais

órgãos oficiais do Município em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

Camila Pires da Silva

Assessoria Especial

Municípios, endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, além de ser afixado no mural principal da prefeitura, no endereço eletrônico www.saomiguel.sc.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE/SC.

Em, 10 de Outubro de 2017.

LUCIANE SCHMEIER MARION

Diretora de Receita Municipal e Fiscalização

EDITAL 086 -NOTIFICAÇÃO HABITE-SE SECRETARIA DA FAZENDA

EDITAL Nº 86/2017/SECRETARIA DA FAZENDA

EDITAL DE LANÇAMENTO DE NOTIFICAÇÃO

A Diretora de Receita Municipal e Fiscalização do Município de São Miguel do Oeste, no uso das atribuições que lhe conferem e conforme art. 72 da Lei Orgânica Municipal de 05 de abril de 1990, e art.3 do Código de Postura Municipal (Lei Complementar nº005/2012) e suas alterações;

Considerando que os contribuintes abaixo relacionados se encontram em local incerto e não sabido, não tendo sido localizado por ocasião da emissão de Notificação anterior.

RESOLVE

Art. 1º NOTIFICAR os contribuintes abaixo relacionados, referente à Notificação Preliminar, para providenciar a apresentação do HABITE-SE da edificação onde seu estabelecimento comercial/prestador de serviços está localizado. Caso não possua o Habite-se o contribuinte deve procurar o setor de fiscalização de posturas municipais para assinatura do Termo de Autodeclaração de Ciência e Responsabilidade para renovação do alvará provisório.

Art. 2º Ficam os notificados abaixo relacionados, para que, no prazo de até 25 de outubro de 2017, apresentem a documentação solicitada acima no setor de fiscalização, ficando sujeitos à interdição do estabelecimento comercial/prestador de serviços.

CONTRIBUINTE	NOTIFICAÇÃO
MADEIREIRA SILVA LTDA ME CNPJ: 18.529.679/0001-76	75/2017
COOPERATIVA DE COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS -CCPA CNPJ: 18.749.159/0001-79	78/2017
COOP. DE PROD. DA AGR. FAM. E ECON. SOLID. SMO-COOPAFESMO CNPJ: 10.667.890/0006-58	76/2017
ORDEM ESPIRITUALISTA CRISTÃ MURAJÓ DO AMANHECER CNPJ: 86.868.692/0001-00	91/2017
VALTEMIR LUIZ LOPES DA SILVA (MEI) CNPJ: 17.058.040/0001-97	57/2017
LEONILDO KREINER MEI CNPJ: 20.008.937/0001-10	142/2017
MECANICA E CHAPEACAO KLEIN LTDA - ME CNPJ: 10.779.592/0001-45	134/2017

Art. 3º Este edital será disponibilizado no Diário Oficial dos

Schroeder

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 107/2017-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 107/2017-PMS

PROCESSO Nº. 212/2017-PMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de pneus para suprir as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Saúde, Secretaria de Assistência Social e Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 06 de novembro de 2017 às 08h45min.

Abertura do Processo: 06 de novembro de 2017 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 16 de outubro de 2017.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 34/2017-FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 34/2017-FMS

PROCESSO Nº. 55/2017-FMS

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para manutenção corretiva, preventiva e peças necessárias para manutenção nos aparelhos odontológicos para atender as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 07 de novembro de 2017 às 08h45min.

Abertura do Processo: 07 de novembro de 2017 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 16 de outubro de 2017.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 35/2017-FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 35/2017-FMS

PROCESSO Nº. 56/2017-FMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de eletrodomésticos para atender as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII – Termo de Referência, deste instrumento convocatório.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 08 de novembro de 2017 às 08h45min.

Abertura do Processo: 08 de novembro de 2017 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 16 de outubro de 2017.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 36/2017-FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 36/2017-FMS

PROCESSO Nº. 57/2017-FMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material ambulatorial permanente para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 09 de novembro de 2017 às 08h45min.

Abertura do Processo: 09 de novembro de 2017 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 16 de outubro de 2017.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº. 001/2016-SECEL/PMS 2º CHAMADA

Convocação Processo Seletivo nº. 001/2016-SECEL/PMS

2º Chamada

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. ODETE APARECIDA SILVEIRA, inscrita no CPF sob nº. 054.264.189-50, aprovada em 11º lugar no Processo Seletivo nº. 001/2016-SECEL/PMS, para o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer ao Setor de Recursos Humanos (47 3374-6509), até as 16:30h do dia 17 de outubro de 2017, na Rua

Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga, conforme prevê o item 15.1.

Schroeder, 11 de outubro de 2017.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Harildo Konell
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº. 002/2016-SECEL/PMS

Convocação Processo Seletivo nº. 002/2016-SECEL/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. KAREN MI-CHAESEN inscrita no CPF sob nº. 084.579.349-70, aprovada em 41º lugar no Processo Seletivo nº. 002/2016-SECEL/PMS, para o cargo de AUXILIAR DE SALA, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer ao Setor de Recursos Humanos (47 3374-6509), até as 16:30h do dia 16 de outubro de 2017, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 15.2 e 15.3, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Schroeder (SC), 11 de outubro de 2017.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Harildo Konell
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº. 002/2016-SECEL/PMS

Convocação Processo Seletivo nº. 002/2016-SECEL/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. FRANCISNARA CARDOSO PORTELLA VIEIRA inscrita no CPF sob nº. 036.197.849-90, aprovada em 40º lugar no Processo Seletivo nº. 002/2016-SECEL/PMS, para o cargo de AUXILIAR DE SALA, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer ao Setor de Recursos Humanos (47 3374-6509), até as 16:30h do dia 16 de outubro de 2017, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 15.2 e 15.3, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Schroeder (SC), 10 de outubro de 2017.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Harildo Konell
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº. 002/2016-SECEL/PMS

Convocação Processo Seletivo nº. 002/2016-SECEL/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. SANDRA MARA BECKER DA SILVA inscrita no CPF sob nº. 034.255.459-06, aprovada em 39º lugar no Processo Seletivo nº. 002/2016-SECEL/PMS, para o cargo de AUXILIAR DE SALA, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer ao Setor de Recursos Humanos (47 3374-6509), até as 16:30h do dia 16 de outubro de 2017, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 15.2 e 15.3, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Schroeder (SC), 10 de outubro de 2017.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Harildo Konell
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

DECRETO Nº 4.271/2017, DE 9 DE OUTUBRO DE 2017

DECRETO Nº 4.271/2017, DE 9 DE OUTUBRO DE 2017

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2017.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.254/2016 de 29 de novembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 48.620,64 (quarenta e oito mil seiscentos e vinte reais e sessenta e quatro centavos) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

05.02 - DIRETORIA ADMINISTRATIVA

05.02.12.365.3009.2.322 - Manutenção do Centro de Educ.Infantil - "Creches"

3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 36.500,00

05.02.12.365.3009.2.367 - Manutenção dos Jardins de Infância.

3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 12.120,64

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

05.02 - DIRETORIA ADMINISTRATIVA

05.02.12.365.3009.2.322 - Manutenção do Centro de Educ.Infantil - "Creches"

4.4.90.52.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 1.500,00

3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Material de Consumo R\$ 35.000,00

05.02.12.365.3009.2.367 - Manutenção dos Jardins de Infância.

3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Material de Consumo R\$ 7.120,64

4.4.90.52.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 5.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 9 de Outubro de 2017.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS

Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

DECRETO Nº 4.272/2017, DE 9 DE OUTUBRO DE 2017

DECRETO Nº 4.272/2017, DE 9 DE OUTUBRO DE 2017

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2017.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.254/2016 de 29 de novembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 6.800,00 (seis mil e oitocentos reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

07 - SEC. DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

07.02 - SETOR DE AGRICULTURA

07.02.22.661.3008.2.319 - Contribuição a Schroeder Fest e Expo Schroeder

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 5.300,00

07.04 - UNIDADE DE TURISMO

07.04.23.695.3006.2.315 - Manutenção das Ações do Turismo

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 1.500,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

07 - SEC. DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

07.02 - SETOR DE AGRICULTURA

07.02.22.661.3008.2.319 - Contribuição a Schroeder Fest e Expo Schroeder
3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Material de Consumo R\$ 5.300,00

07.04 - UNIDADE DE TURISMO

07.04.23.695.3006.2.315 - Manutenção das Ações do Turismo

3.1.90.13.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Obrigacoes Patronais R\$ 1.500,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 9 de Outubro de 2017.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS

Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 03/2017-SANEAMENTO

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 03/2017-SANEAMENTO

Dispensa de Licitação nº. 02/2017- SANEAMENTO

Processo nº. 12/2017- SANEAMENTO

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: CONAUT CONTROLES AUTOMATICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 60.659.166/0001-46, estabelecida na Estrada Louis Pasteur, nº 382, Parque Industrial do Pinheirinho, na cidade de Embu das Artes, no Estado de São Paulo, CEP: 06.835-701.

Objeto: contratação de empresa especializada em manutenção corretiva de aparelho conversor de sinal modelo IFC 050.I para atender as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNITÁ- RIO	VALOR R\$ TOTAL
01	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA DE MANUTENÇÃO CORRETIVA	1	Unid.	415,00	415,00
02	PEÇA ELETRONICA PARA CONVERSOR IFC 050. Alimentação 110 À 220 VAC. Comunicação RS 485 Modbus.	1	Unid.	3.160,00	3.160,00
TOTAL R\$					3.575,00

Valor do contrato: R\$ 3.575,00 (três mil, quinhentos e setenta e cinco reais).

Data da Assinatura: 11/10/2017 – Vigência: 31/12/2017

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº. A07/2017 – FMS

TERMO ADITIVO Nº. A07/2017 – FMS

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 08/2017-FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder/SC, neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck, e,

CONTRATADA: CASVIG CATARINENSE DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.719.963/0001-77, estabelecida na Rua Frei Gabriel, nº 480, Centro, na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina, CEP: 88.502.030, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada legalmente pelo Senhor Dilmo Wanderley Berger, inscrito no CPF sob o nº. 538.063.959-34.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 08/2017-FMS, celebrado em 29 de março 2017, proveniente do Processo de licitação nº.

18/2017 – FMS, Modalidade Pregão Presencial nº. 14/2017–FMS, para contrato a contratação de empresa especializada em locação de equipamentos para monitoramento e vigilância eletrônica para a Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, regido pela Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, e mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas.

Considerando o pedido de aditivo feito pela Secretaria de Saúde no valor total de R\$ 3.840,00 (três mil, oitocentos e quarenta reais), para prorrogação de prazo para o período 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018.

Considerando-se que se enquadra-se nos termos do art. 57, II c/c 65, I, B ambos da Lei Federal nº 8.666/93, bem como especificada na cláusula 14ª do contrato original, conforme parecer da Procuradoria Municipal

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª – Fica a partir deste a Cláusula Primeira “do objeto do contrato, e descrição” aditivado em todos os itens a quantidade de 12 meses, para o período de 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018, totalizando o valor de R\$ 3.840,00 (três mil, oitocentos e quarenta reais), conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÕES	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
1	Contratação de empresa especializada em serviços de locação, vigilância e monitoramento eletrônico ininterrupto através de sistema de alarme, tele monitoramento mediante sinais de linha telefônica ou via internet ou via celular na Estratégia Saúde da Família - localizado a Rua Marechal Castelo Branco, esquina com Rua Ricardo Gorll, sem número, Bairro Bracinho, do Município de Schroeder/SC, sendo que o sensoramento deverá compreender minimamente: um aparelho central de alarme com capacidade para até 25 sensores infra vermelho passivo com 01 teclado, um transformador, uma caixa metálica para central, uma bateria, duas sirenes, filtro ADSL para linha telefônica ou outro material que compreenda o tele monitoramento mediante sinais de linha telefônica ou via internet ou via celular conforme a necessidade do local; acionamento Silencioso em Caso de Emergência; (quantidades devem ser condizentes com a planta anexa).	12	Meses	320,00	3.840,00
TOTAL R\$					3.840,00

Cláusula 2ª – Fica a partir deste a Cláusula Quarta “do valor do contrato” no item 4.1, aditivado o valor de R\$ 3.840,00 (três mil, oitocentos e quarenta reais), alterando o valor total do contrato para R\$ 6.720,00 (seis mil, setecentos e vinte reais).

Cláusula 3ª – Fica alterada a Cláusula Décima Quarta “da vigência” no item 14.1, prorrogando-se para o período de 1º. de janeiro de 2018 até 31 de dezembro de 2018 a vigência do contrato.

Cláusula 4ª– Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 08/2017-FMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 11 de outubro de 2016.

CONTRATADA:

CASVIG CATARINENSE DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA.

Dilmo Wanderley Berger

CPF nº 538.063.959-34

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S:

1ª _____

Nome: Ivandra de Souza

CPF nº. 047.563.299-00

2ª _____

Nome: Daniela Samulescki

CPF nº. 053.350.739-18

TERMO ADITIVO Nº. A37/2017 – PMS

TERMO ADITIVO Nº. A37/2017 – PMS

5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 249/2014-PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder/SC, neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck, e,

CONTRATADA: SANEATEC SANEAMENTO E TECNOLOGIA LTDA., inscrita no CNPJ sob nº. 95.887.295/0001-76, estabelecida na Rua Koesa, nº 298, sala 606, Kobrasol, na cidade de São José, Estado de Santa Catarina, CEP: 88.102-310, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada legalmente pelo senhor Marcelo Oliveira da Silva, inscrito no CPF sob o nº 619.144.109-63, portador da Carteira de Identidade nº 1.668.779-SSP/SC.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 249/2014-PMS, celebrado em 07 de novembro de 2014, proveniente do Processo de licitação nº. 171/2014 – PMS, Modalidade Pregão Presencial nº. 81/2014-PMS, para contratação de empresa especializada na Gestão dos Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário para a Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC.

Considerando o pedido de aditivo feito pela Secretaria Saneamento e Gestão Ambiental para prorrogação de prazo para o período 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018, no o valor de R\$ 248.337,48 (duzentos e quarenta e oito mil, trezentos e trinta e sete reais e quarenta e oito centavos).

Considerando-se que se enquadra-se nos termos do art. 57, II da Lei Federal nº 8.666/93, bem como especificada na cláusula 14ª do contrato original, conforme parecer da Procuradoria Municipal

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª – Fica a partir deste a Cláusula Primeira “do objeto do contrato, e descrição” aditivado os itens nas quantidades abaixo descritas, totalizando o valor de R\$ 248.337,48 (duzentos e quarenta e oito mil, trezentos e trinta e sete reais e quarenta e oito centavos), conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÕES	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
02	Locação, suporte técnico de software para gestão do sistema de abastecimento de água e esgoto	12	Meses	3.023,17	36.278,04
03	Leitura informatizada com emissão e entrega simultânea de fatura.	60.000	Unidade	1,91	114.600,00
04	Entrega de documentos e aviso de corte.	8.500	Unidade	1,67	14.195,00
05	Corte de abastecimento de água.	2.500	Unidade	6,71	16.775,00
06	Liberção do abastecimento.	2.500	Unidade	6,71	16.775,00
07	Serviço de fiscalização	12	Meses	4.142,87	49.714,44
TOTAL R\$					248.337,48

Cláusula 2ª – Fica a partir deste a Cláusula Quarta “do valor do contrato” no item 4.1, aditivado o valor de R\$ 248.337,48 (duzentos e quarenta e oito mil, trezentos e trinta e sete reais e quarenta e oito centavos), alterando o valor total do contrato para R\$ 938.940,56 (novecentos e trinta e oito mil, novecentos e quarenta reais e cinquenta e seis centavos).

Cláusula 3ª – Fica alterada a Cláusula Décima Quarta “da vigência” no item 14.1, prorrogando-se para o período de 1º. de janeiro de 2018 até 31 de dezembro de 2018 a vigência do contrato.

Cláusula 4ª – Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 249/2014-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 11 de outubro de 2017.

CONTRATADA:

SANEATEC SANEAMENTO E TECNOLOGIA LTDA.

Marcelo Oliveira da Silva

CPF nº 619.144.109-63

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

1ª _____
Nome: Ivandra de Souza
CPF nº. 047.563.299-00

2ª _____
Nome: Daniela Samulescki
CPF nº. 053.350.739-18

TERMO ADITIVO Nº. A8/2017 – FMS

TERMO ADITIVO Nº. A8/2017 – FMS

2º TERMO ADITIVO AO TERMO DE CREDENCIAMENTO/CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 02/2017 - FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck; e,

CONTRATADA: FISIOCORPUS CLÍNICA DE FISIOTERAPIA E REABILITAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.018.190/0002-43, estabelecida na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 4548, Centro, neste Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89275-000, doravante denominada simplesmente de CREDENCIADA, neste ato representada pelo Senhor Jerri Luciano Klabunde, inscrito no CPF sob o nº. 682.831.569-34, portador da Carteira de Identidade no 19-R – 1.989.680-SSP/SC.

Considerando o Termo de Credenciamento - Contrato Administrativo nº. 02/2017 - FMS, celebrado em 10 de fevereiro de 2017, decorrente da Chamada Pública nº. 03/2016 – FMS, Processo nº. 86/2016 – FMS, para contratação de entidades prestadoras de serviços de assistência à saúde, modalidade ambulatorial, para atendimento fisioterapêutico do Grupo 03 – Sub Grupo 02 da Tabela Unificada do SUS/Ministério da Saúde para o Município de Schroeder/SC, conforme edital de Chamamento Público que faz parte integrante deste instrumento como se transcrito.

Considerando a necessidade de se estabelecer novo prazo para continuação dos serviços, objeto do contrato celebrado com a CONTRATADA. E permissivo legal, inserto no artigo 57, II c/c 65 I B ambos da Lei Federal nº. 8.666/93, e no permissivo contratual, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando o pedido da Secretaria de Saúde para prorrogação da vigência do contrato de 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018, pela necessidade da continuidade de prestação de serviço para o ano de 2018.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder; em comum acordo entra as partes, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - A partir deste fica alterada a Cláusula Segunda "da Vigência", no item 2.1, a vigência de 01 de janeiro de 2018 até 31 de dezembro de 2018.

Cláusula 2ª – A partir deste fica alterada a Cláusula Quarta "Do Valor do Contrato" no item 4.2 o valor máximo estabelecido no(s) contrato(s) a ser pago, dividido entre todos os credenciados, é de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais) durante o período de 11 (onze) meses de fevereiro a dezembro de 2018.

Cláusula 3ª - Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 02/2017-FMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder (SC), 11 de outubro de 2017.

CONTRATADA:

FISIOCORPUS CLÍNICA DE FISIOTERAPIA E REABILITAÇÃO LTDA

Jerri Luciano Klabunde

CPF nº 682.831.569-34

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

1ª _____
Nome: Ivandra de Souza
CPF nº. 047.563.299-00

2ª _____
Nome: Daniela Samulescki
CPF nº. 053.350.739-18

TERMO ADITIVO Nº. A9/2017 – FMS

TERMO ADITIVO Nº. A9/2017 – FMS

5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 17/2015-FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck, e,

CONTRATADA: CASVIG CATARINENSE DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.719.963/0001-77, estabelecida na Rua Frei Gabriel, nº 480, Centro, na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina, CEP: 88.502.030, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada legalmente pelo Senhor Dilmo Wanderley Berger, inscrito no CPF sob o nº 538.063.959-34.

Considerando o Contrato nº. 17/2015-FMS, celebrado em 25 de março de 2015, decorrente Processo de Licitação nº. 13/2015-FMS, Pregão Presencial nº. 07/2015-FMS, para contratação de empresa especializada em locação de equipamentos para monitoramento e vigilância eletrônica para a Secretaria de Saúde e Secretaria de Assistência Social do Município de Schroeder/SC, conforme ANEXO IX - Termo de Referência deste instrumento, conforme ANEXO IX - Termo de Referência do instrumento, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse, regido pela Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, e mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas.

Considerando que se enquadra nos termos do artigo 57, II, c/c 65, I, B ambos da Lei Federal nº 8.666/93, conforme parecer da Procuradoria.

Considerando o pedido de aditivo da Secretaria de Saúde no valor total de R\$ 37.668,00 (trinta e sete mil, seiscentos e sessenta e oito reais), frente a prorrogação de prazo, 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018, conforme pedido da Secretaria de Saúde pela necessidade da continuidade de prestação de serviço para o ano de 2018.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder; em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª – Fica aditivado a partir deste a cláusula primeira “do objeto do contrato, e descrição”, nos itens 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08 e 09, a quantidade de 12 (doze) meses e cláusula quarta “do valor do contrato”, no item 4.1, aditivado o valor total de R\$ 37.668,00 (trinta e sete mil, seiscentos e sessenta e oito reais), alterando o valor do contrato inicial para R\$ 134.977,00 (cento e trinta e quatro mil, novecentos e setenta e sete reais), conforme segue abaixo:

ITEM	DESCRIÇÕES	QUANTIDADE	UNIDADE	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Contratação de empresa especializada em serviços de locação, vigilância e monitoramento eletrônico ininterrupto através de sistema de alarme, tele monitoramento mediante sinais de linha telefônica ou via internet ou via celular na Estratégia Saúde da Família 001 - localizado a Rua Guaramirim, nº. 560, Bairro Schroeder I, do Município de Schroeder/SC, (47) 3374-5497 ou 3374-0665, sendo que o sensoramento deverá compreender minimamente: um aparelho central de alarme com capacidade para até 30 sensores infra vermelho passivo com 01 teclado, um transformador, uma caixa metálica para central, uma bateria, duas sirenes, filtro ADSL para linha telefônica ou outro material que compreenda o tele monitoramento mediante sinais de linha telefônica ou via internet ou via celular conforme a necessidade do local; acionamento Silencioso em Caso de Emergência; detecção de Fumaça (quantidades devem ser condizentes com o termo de Referência).	12	Mês	410,00	4.920,00
02	Contratação de empresa especializada em serviços de locação, vigilância e monitoramento eletrônico ininterrupto através de sistema de alarme, tele monitoramento mediante sinais de linha telefônica ou via internet ou via celular para a Unidade Básica de Saúde - Rua Paulo Jahn, 147, Centro, Schroeder. SC. CEP 89275-000, (47) 3374-6400, sendo que o sensoramento deverá compreender minimamente: um aparelho central de alarme com capacidade para até 70 sensores infra vermelho passivo com 02 teclados, um transformador, uma caixa metálica para central, uma bateria, duas sirenes, filtro ADSL para linha telefônica ou outro material que compreenda o tele monitoramento mediante sinais de linha telefônica ou via internet ou via celular conforme a necessidade do local; acionamento Silencioso em Caso de Emergência; detecção de Fumaça (quantidades devem ser condizentes com o termo de Referência).	12	Mês	410,00	4.920,00

03	Contratação de empresa especializada em serviços de locação, vigilância e monitoramento eletrônico ininterrupto através de sistema de alarme, tele monitoramento mediante sinais de linha telefônica ou via internet ou via celular para a Estratégia Saúde da Família 003 - Rua Alphons Maria Schmalz, 130, Sossego, Schroeder. SC. CEP 89275-000, (47) 3374-1107 / (47) 3374-0632, sendo que o sensoramento deverá compreender minimamente: um aparelho central de alarme com capacidade para até 30 sensores infra vermelho passivo com 02 teclado, um transformador, uma caixa metálica para central, uma bateria, duas sirenes, filtro ADSL para linha telefônica ou outro material que compreenda o tele monitoramento mediante sinais de linha telefônica ou via internet ou via celular conforme a necessidade do local; acionamento Silencioso em Caso de Emergência; detecção de Fumaça (quantidades devem ser condizentes com o termo de Referência).	12	Mês	410,00	4.920,00
04	Contratação de empresa especializada em serviços de locação, vigilância e monitoramento eletrônico ininterrupto através de sistema de alarme, tele monitoramento mediante sinais de linha telefônica ou via internet ou via celular para a Estratégia Saúde da Família 004: Rua 23 de Março, 1995, Itoupava Acú, Schroeder. SC. CEP 89275-000, (47) 3275-1362, sendo que o sensoramento deverá compreender minimamente: um aparelho central de alarme com capacidade para até 20 sensores infra vermelho passivo com 01 teclado, um transformador, uma caixa metálica para central, uma bateria, duas sirenes, filtro ADSL para linha telefônica ou outro material que compreenda o tele monitoramento mediante sinais de linha telefônica ou via internet ou via celular conforme a necessidade do local; acionamento Silencioso em Caso de Emergência; detecção de Fumaça (quantidades devem ser condizentes com o termo de Referência).	12	Mês	307,00	3.684,00
05	Contratação de empresa especializada em serviços de locação, vigilância e monitoramento eletrônico ininterrupto através de sistema de alarme, tele monitoramento mediante sinais de linha telefônica ou via internet ou via celular para a Estratégia Saúde da Família 002: Rua Presidente Costa e Silva, 770. Rio Hern. Schroeder. SC. CEP 89275-000, (47) 3374-6470, sendo que o sensoramento deverá compreender minimamente: um aparelho central de alarme com capacidade para até 35 sensores infra vermelho passivo com 01 teclado, um transformador, uma caixa metálica para central, uma bateria, duas sirenes, filtro ADSL para linha telefônica ou outro material que compreenda o tele monitoramento mediante sinais de linha telefônica ou via internet ou via celular conforme a necessidade do local; acionamento Silencioso em Caso de Emergência; detecção de Fumaça (quantidades devem ser condizentes com o termo de Referência). O ESF 002 será transferido para um novo local no decorrer do ano de 2015, assim os aparelhos e materiais, bem como, mão de obra para realocação dos equipamentos para monitoramento e vigilância eletrônica na nova sede, serão feitos pela empresa contratada sem custo adicional para a Contratante.	12	Mês	290,00	3.480,00
06	Contratação de empresa especializada em serviços de locação, vigilância e monitoramento eletrônico ininterrupto através de sistema de alarme, tele monitoramento mediante sinais de linha telefônica ou via internet ou via celular para o CAE - Centro de Atendimento Especializado, NASF - Núcleo de Apoio a Saúde da Família e Movimenta Schroeder: Rua Marechal Castelo Branco, 3564, Centro, Schroeder. SC. CEP 89275-000, (47) 3373-3192 ou (47) 3373-6541, sendo que o sensoramento deverá compreender minimamente: um aparelho central de alarme com capacidade para até 15 sensores infra vermelho passivo com 02 teclados, um transformador, uma caixa metálica para central, uma bateria, duas sirenes, filtro ADSL para linha telefônica ou outro material que compreenda o tele monitoramento mediante sinais de linha telefônica ou via internet ou via celular conforme a necessidade do local; acionamento Silencioso em Caso de Emergência; detecção de Fumaça (quantidades devem ser condizentes com o termo de Referência).	12	Mês	376,00	4.512,00
07	Contratação de empresa especializada em serviços de locação e monitoramento eletrônico ininterrupto, através de sistema de alarme, tele monitoramento mediante sinais de linha telefônica para o Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS- Rua João Arnoldo Moritz, nº.65, Centro, Município de Schroeder/SC, (47) 3374-6460, sendo que o sensoramento deverá compreender minimamente: um aparelho central de alarme com capacidade para até 20 sensores infra vermelho passivo com 01 teclado, um transformador, uma caixa metálica para central, uma bateria, duas sirenes, filtro ADSL para linha telefônica ou outro material que compreenda o tele monitoramento mediante sinais de linha telefônica ou via internet ou via celular conforme a necessidade do local; acionamento Silencioso em Caso de Emergência; detecção de Fumaça (quantidades devem ser condizentes com o termo de Referência).	12	Mês	410,00	4.920,00

08	Contratação de empresa especializada em serviços de locação, vigilância e monitoramento eletrônico ininterrupto através de sistema de alarme, tele monitoramento mediante sinais de linha telefônica ou via internet ou via celular para o Centro de Referência de Assistência Social - CRAS- Rua Paulo Jahn, 245, Centro, (47) 3374-5460, sendo que o sensoramento deverá compreender minimamente: um aparelho central de alarme com capacidade para até 25 sensores infra vermelho passivo com 01 teclado, um transformador, uma caixa metálica para central, uma bateria, duas sirenes, filtro ADSL para linha telefônica ou outro material que compreenda o tele monitoramento mediante sinais de linha telefônica ou via internet ou via celular conforme a necessidade do local; acionamento Silencioso em Caso de Emergência; detecção de Fumaça (quantidades devem ser condizentes com o termo de Referência).	12	Mês	298,00	3.576,00
09	Contratação de empresa especializada em serviços de locação, vigilância e monitoramento eletrônico ininterrupto através de sistema de alarme, tele monitoramento mediante sinais de linha telefônica ou via internet ou via celular para o Conselho Tutelar – Rua Marechal Castelo Branco, 3668, Centro, Telefone: (47) 3374-0489, sendo que o sensoramento deverá compreender minimamente: um aparelho central de alarme com capacidade para até 10 sensores infra vermelho passivo com 01 teclado, um transformador, uma caixa metálica para central, uma bateria, duas sirenes, filtro ADSL para linha telefônica ou outro material que compreenda o tele monitoramento mediante sinais de linha telefônica ou via internet ou via celular conforme a necessidade do local; acionamento Silencioso em Caso de Emergência; detecção de Fumaça (quantidades devem ser condizentes com o termo de Referência).	12	Mês	228,00	2.736,00
TOTAL R\$				37.668,00	

Cláusula 2ª - A partir deste fica alterada a Cláusula Décima Quarta "da Vigência", no item 14.1, a vigência de 01 de janeiro de 2018 até 31 de dezembro de 2018.

Cláusula 3ª - Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 17/2015-FMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder (SC), 11 de outubro de 2017.
CONTRATADA:

CASVIG CATARINENSE DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA.
Dilmo Wanderley Berger
CPF nº 538.063.959-34
CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal
TESTEMUNHAS:

1ª _____
Nome: Daniela Samulescki
CPF nº. 053.350.739-18

2ª _____
Nome: Ivandra de Souza
CPF nº. 047.563.299-00

DISPENSA Nº 02/2017-SANEAMENTO**ESTADO DE SANTA CATARINA**
FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO DE SCHROEDER**DISPENSA DE LICITAÇÃO**
Nr.: 2/2017 - DLCNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SCProcesso Nr.: 12/2017
Data: 11/10/2017

Folha: 1/2

Fornecedor: CONAUT CONTROLES AUTOMATICOS LTDA

Código: 11023

Endereço: EST LOUIS PASTEUR, 382

Cidade: Embu das Artes - SP

CNPJ: 60.659.166/0001-46

Inscrição Estadual: 298.012.193.117

Objeto da Compra: Contratação de empresa especializada em manutenção corretiva de aparelho conversor de sinal modelo IFC 050.I para atender as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC.**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA DE MANUTENÇÃO CORRETIVA	UN	415,00	415,00
2	1,00	PEÇA ELETRONICA PARA CONVERSOR IFC 050. Alimentação 110 Á 220 VAC. Comunicação RS 485 Modbus.	UN	3.160,00	3.160,00

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

- II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

O referido conversor faz parte de aparelho medidor de vazão instalado na saída do reservatório de água tratada. Este deveria ser utilizado diariamente na estação de tratamento de água para controle de vazão, e no entanto a falta do conversor impede a utilização.

Schroeder, 11 de Outubro de 2017

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO DE SCHROEDER		DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 2/2017 - DL
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC		Processo Nr.: 12/2017 Data: 11/10/2017
		Folha: 2/2

05/10/2017

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 5 de Outubro de 2017

Valor da Despesa:

3.575,00 (três mil quinhentos e setenta e cinco reais)

Pagamento.....:

15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

Serra Alta

PREFEITURA

LEI MUNICIPAL 1.089/2017

LEI MUNICIPAL Nº 1.089, DE 13 DE OUTUBRO DE 2017

"DISPÕE SOBRE A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS DO MUNICÍPIO DE SERRA ALTA (LDO) PARA O EXERCÍCIO 2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta – SC, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

Apresenta a esta Câmara de Vereadores o seguinte Projeto de Lei:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O Orçamento do Município de Serra Alta - SC, para o exercício de 2018, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

- I - as prioridades e metas da administração municipal são as constantes no Plano Plurianual para 2018/2021;
- II - a estrutura e organização dos orçamentos;
- III - as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- IV - as disposições sobre dívida pública municipal;
- V - as disposições sobre despesas com pessoal e encargos sociais;
- VI - as disposições sobre alterações na legislação tributária; e
- VII - as disposições gerais.

CAPÍTULO II DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º A elaboração e aprovação do projeto da lei orçamentária de 2018 e a execução da respectiva lei deverão ser compatíveis com as metas fiscais, conforme demonstrado no anexo de Metas fiscais constantes desta Lei.

Parágrafo único – integram a Lei de Diretrizes Orçamentária, os Anexos de Metas Fiscais e Riscos Fiscais de que trata o art. 4º §§ 1º, 2º e 3º da Lei Complementar nº 101 de 2000:

- ANEXO DE METAS FISCAIS:

- Demonstrativo I – Metas Anuais e Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas – Total das Receitas;
- Demonstrativo VII – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;

- ANEXO 1.4 – Demonstrativo da memória de Cálculo das Metas Fiscais de Despesas;
- Anexo III – Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário;
- Anexo IV - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Nominal;
- Anexo V - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Montante da Dívida;
- Anexo VI – Demonstrativo da Receita Corrente Líquida;
- Anexo VII – Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências;
- Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos Previstos para 2018;
- Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais.

Art. 3º As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2018 são as constantes do Anexo de Prioridades e Metas desta Lei, as quais terão precedência na alocação dos recursos e na Lei Orçamentária de 2018 e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite a programação da despesa.

Parágrafo Único. Fica vedada a adoção pelo Poder Executivo, durante a execução orçamentária, de categorias de prioridades que não estejam contempladas nesta Lei.

CAPÍTULO III DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 4º Para efeito desta Lei, entende-se por:

I – Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;

II – Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da ação de governo;

III – Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

IV – Operação Especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;

V – Subtítulo, o menor nível de categoria de programação, sendo utilizado, especialmente, para especificar a localização física da ação; e

VI – Unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII – Concedente, o órgão ou a entidade da administração pública direta ou indireta responsável pela transferência de recursos financeiros, inclusive os decorrentes de descentralização de créditos orçamentários;

VIII – Conveniente, o órgão ou a entidade da administração pública direta ou indireta dos governos federal, estaduais, municipais, e as entidades privadas, com os quais a Administração Municipal pactue a transferência de recursos financeiros, inclusive quando decorrentes de descentralização de créditos orçamentários entre órgãos e entidades federais constantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;

IX – Receita Ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

X - Execução Física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

XI – Execução Orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

XII – Execução Financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos à pagar já inscritos.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função e a sub-função às quais se vinculam, na forma do anexo que integra a Portaria nº 42 de 14 de abril de 1999 do Ministério do Orçamento e Gestão.

§ 3º As categorias de programação de trata esta Lei, serão identificadas no Projeto de Lei orçamentária e na respectiva Lei por programas e respectivos projetos, atividades ou operações especiais, com indicação do produto, da unidade de medida e da meta física.

§ 4º O produto e a unidade de medida a que se refere o § 3º deverão ser os mesmos especificados para cada ação constante do Plano Plurianual 2018/2021.

§ 5º As metas físicas serão indicadas em nível de subtítulo e agregadas segundo os respectivos projetos, atividades ou operações especiais;

§ 6º As atividades com a mesma finalidade de outras já existentes deverão observar o mesmo código, independentemente da unidade executora;

§ 7º Cada projeto constará somente de uma esfera orçamentária e de um programa.

§ 8º A sub-função, nível de agregação imediatamente inferior a função, deverá evidenciar cada área da atuação governamental, ainda que esta seja viabilizada coma transferência de recursos a entidades públicas e privadas.

Art. 5º Os Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social compreenderão a programação dos Poderes do Município, seus fundos e órgãos.

Art. 6º Na Lei Orçamentária Anual, que apresentará conjuntamente a programação dos orçamentos fiscais e da seguridade social, em consonância com os dispositivos da Portaria nº 42 de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão e da Portaria Interministerial nº 163 de 04 de maio de 2001, a discriminação da despesa será apresentada por unidade orçamentária, detalhada por categoria da programação em seu menor nível, com suas respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, o grupo de natureza de despesa, e a modalidade de aplicação, o grupo de destinação de recursos e a especificação das destinações de recursos.

§ 1º A esfera orçamentária tem por finalidade identificar se o orçamento é fiscal (F) ou da seguridade social (S).

§ 2º Os grupos de natureza de despesa constituem agregação de elementos de despesa de mesmas características quanto ao objeto de gasto, conforme a seguir discriminados:

- I – pessoal e encargos sociais – 1;
- II – juros e encargos da dívida – 2;
- III – outras despesas correntes – 3;
- IV – investimentos – 4;

V – inversões financeiras – 5; e
VI – amortização da dívida – 6.

§ 3º A Reserva de Contingência, prevista no art. 20 desta Lei, será identificada pelo dígito “9”, no que se refere ao grupo de natureza de despesa.

§ 4º Nenhuma ação poderá conter, simultaneamente, dotações destinadas a despesas financeiras e primárias.

§ 5º A modalidade de aplicação destina-se a indicar se os recursos serão aplicados:

I – mediante transferência financeira:

- a) a outras esferas de Governo, seus órgãos, fundos ou entidades; ou
- b) diretamente a entidades privadas sem fins lucrativos e outras instituições; ou

II – diretamente pela unidade detentora do crédito orçamentário, ou por outro órgão ou entidade no âmbito do mesmo nível de Governo.

§ 6º O orçamento fiscal, da seguridade social e de investimentos discriminarão a despesa por modalidade de aplicação.

§ 7º É vedada a execução orçamentária com modalidade de aplicação indefinida.

§ 8º O Projeto de Lei Orçamentária que o Poder Executivo encaminhará a Câmara Municipal, será composto de:

I – texto da lei;

II – quadros orçamentários consolidados, incluindo os complementos referenciados nos artigos 2º e 22, incisos III, IV e parágrafo único da Lei 4.320 de 1964;

III – anexo dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;

IV – discriminação da legislação da receita e da despesa, referente aos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social; e

V – anexo do Orçamento de Investimento a que se refere o art. 165, § 5º, inciso II, da Constituição, na forma definida nesta Lei.

Parágrafo Único – Integrarão a consolidação dos quadros orçamentários a que se refere o inciso II deste artigo, os seguintes demonstrativos:

I – Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas, conforme o Anexo 1 da Lei nº 4.320 de 1964;

II – Receita por Categoria Econômica, conforme o Anexo 2 da Lei 4.320 de 1964;

III – Natureza da Despesa por Categoria Econômica, conforme o Anexo 2 da Lei 4.320 de 1964;

IV – Funções e Sub-funções de governo, conforme o Anexo 5 da Lei 4.320 de 1964;

V – Programa de Trabalho de Governo, conforme o Anexo 6 da Lei 4.320 de 1964;

VI – Programa de Trabalho de Governo – Demonstrativo de Funções, sub-funções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais, conforme o anexo 7 da Lei 4.320 de 1964;

VII – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-funções e Programas conforme o vínculo com os Recursos, conforme o Anexo 8 da Lei 4.320 de 1964;

VIII – Demonstrativo da Despesa por Órgão e Funções, conforme o Anexo 9 da Lei 4.320 de 1964;

IX – Demonstrativo da Evolução da Receita, conforme art. 22, Inciso III, da Lei 4.320 de 1964 e art. 12 da Lei Complementar 101 de 2000;

X – Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais por Categoria de Programação, com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento;

XI – Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por Programa.

XII – Relatório das Receitas e Despesas por Fonte de Recursos.

Art. 7º - A Mensagem que encaminhar o Projeto de Lei Orçamentária conterá:

I – exposição, circunstanciada da situação econômico-financeira, documentada com demonstração da dívida fundada e flutuante, saldos de créditos especiais, restos a pagar e outros compromissos financeiros exigíveis; e

II – justificativa da estimativa e fixação, respectivamente, dos principais agregados da receita e despesa.

CAPÍTULO IV

DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

Seção I

Das Diretrizes Gerais

Art. 8º A estimativa da receita e a fixação da despesa, constante no projeto da lei orçamentária, serão elaboradas a preços correntes do exercício a que se refere.

Art. 9º A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá da existência de recursos disponíveis para a despesa e será precedida de justificativa do cancelamento e do reforço das dotações, nos termos da Lei 4.320 de 1964.

Art. 10 Na programação da despesa, não poderão ser fixadas despesas, sem que estejam definidas as fontes de recursos.

Art. 11 A Lei Orçamentária somente contemplará dotação para investimentos com duração superior a um exercício financeiro se o mesmo estiver contido no Plano Plurianual ou em lei que autorize sua inclusão.

Seção II

Do Equilíbrio entre Receitas e Despesas

Art. 12 A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária serão orientadas no sentido de alcançar o superávit primário necessário a garantir uma trajetória de solidez financeira da administração municipal.

Seção III

Do Incentivo a Participação Popular

Art. 13 O Projeto de lei orçamentária anual, relativo ao exercício de 2018, deve assegurar o controle social e a transparência na execução do orçamento:

I – o princípio do controle social implica assegurar a todo cidadão a participação na elaboração e no acompanhamento do orçamento;

II – o princípio da transparência implica, além da observação do princípio constitucional da publicidade, a utilização dos meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento.

Art. 14 Será assegurada aos cidadãos a participação no processo de elaboração e fiscalização do orçamento, através da definição das prioridades de investimentos de interesse local, mediante regular processo de consulta.

Seção IV

Dos Critérios e Formas de Limitação de Empenho

Art. 15 Na ocorrência das circunstâncias estabelecidas no caput do art. 9º, e no inciso II do § 1º do art. 31 da Lei Complementar nº 101 de 2000, o Poder Executivo procederá à respectiva limitação de empenho e de movimentação financeira.

§ 1º O montante da limitação a ser procedida por cada Poder referido no caput deste artigo será estabelecido de forma proporcional à participação de cada um na base contingenciável.

§ 2º Excluem-se no caput deste artigo as despesas que constituem obrigações constitucionais e legais do município e as despesas destinadas ao pagamento dos serviços da dívida.

§ 3º No caso de limitação de empenhos e movimentação financeira de que trata o caput deste artigo, buscar-se-á preservar as despesas abaixo hierarquizadas:

I – com pessoal e encargos patronais; e

II – com a conservação do patrimônio público, conforme prevê o disposto no art. 45, da Lei Complementar nº 101 de 2000.

§ 4º Na hipótese de ocorrência do disposto no caput deste artigo o Poder Executivo comunicará o Poder Legislativo o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

Seção V

Da Inclusão de Novos Projetos e Conservação do Patrimônio Público

Art. 16 Observadas as prioridades a que se refere o art. 3º desta Lei, a Lei Orçamentária ou as de créditos adicionais, somente incluirão novos projetos e despesas obrigatórias de duração continuada, a cargo da Administração Direta e dos Fundos se:

I – houverem sido adequadamente atendidos todos os que estiverem em andamento;

II – estiverem preservados os recursos necessários à conservação do patrimônio Público;

III – estiverem perfeitamente definidas suas fontes de custeio; e,

IV – os recursos alocados destinarem-se a contrapartidas de recursos federais, estaduais ou de operações de crédito, com objetivo de concluir etapas de uma ação municipal.

Seção VI

Da Definição das Despesas consideradas Irrelevantes

Art. 17 Para os efeitos do art. 16, da Lei Complementar nº 101, de 2000, estende-se como despesas irrelevantes, para fins do § 3º, aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do Art. 24 da Lei Federal nº 8.666 de 1993, nos casos, respectivamente, de obras e serviços de engenharia e de outros serviços e compras.

Seção VII

Da Destinação de Recursos para Entidades Públicas e Privadas

Art. 18 É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de quaisquer recursos do Município, para clubes, associações de servidores e de dotações a título de subvenção sociais, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada de atendimento direto ao público nas áreas de assistência social, saúde, educação ou cultura ou que estejam registradas no Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS.

§ 1º - Para habilitar-se ao recebimento de recursos referidos no caput, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular nos últimos dois anos emitida no exercício de 2018 e comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria.

§ 2º - As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos municipais, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Poder Executivo com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

§ 3º Sem prejuízo da observância das condições estabelecidas neste artigo, a inclusão de dotações na Lei Orçamentária e sua execução, dependerão, ainda de:

I – publicação, pelo Poder Executivo, de normas a serem observadas na concessão de auxílios, prevendo-se na cláusula de reversão no caso de finalidade; e

II – identificação do beneficiário e do valor transferido no respectivo convênio.

§ 4º A concessão de benefício de que trata o caput deste artigo deverá estar definida em lei específica.

Seção VIII

Da Autorização para Custeio de Despesas de Competência da União e do Estado

Art. 19 A inclusão, na lei orçamentária anual, de transferências de recursos para o custeio de despesas de outros entes da Federação somente poderá ocorrer em situações que envolvam claramente o atendimento de interesses locais, atendidos os dispositivos constantes do art. 62 da Lei Complementar nº 101 de 2000.

Seção IX

Da Destinação da Reserva de Contingência

Art. 20 A Lei Orçamentária conterá dotação para reserva de contingência, constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal, no valor de até 2% (dois por cento) da receita corrente líquida prevista para o exercício de 2018, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos fiscais imprevistos.

Seção X

Das Disposições da Dívida Pública Municipal

Art. 21 A Lei Orçamentária garantirá recursos para pagamento da despesa decorrente de débitos refinanciados, inclusive com a previdência social.

Art. 22 A Lei Orçamentária de 2018 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento à Despesas de Capital, observado o limite de endividamento de 50% das receitas correntes líquidas apuradas até o segundo mês imediatamente anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LC 101/2000. (Artigos 30, 31 e 32 da LRF).

Art. 23 A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica. (Art. 32, I da LRF).

Art. 24 Ultrapassado o limite de endividamento definido no Artigo 31 desta lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no Artigo 14 desta lei. (Art. 31, § 1º, II da LRF).

Art. 25 O projeto de Lei Orçamentária Anual poderá incluir, na composição da receita total do Município, recursos provenientes de operação de crédito, respeitados os limites estabelecidos no art. 167, inciso III da Constituição Federal.

Parágrafo Único – A Lei Orçamentária Anual deverá conter demonstrativos especificando, por operação de créditos, as dotações a nível de projeto e atividades financiados por estes recursos.

Art. 26 A Lei Orçamentária Anual poderá autorizar a realização de operações de crédito por antecipação da receita, desde que observado o disposto no art. 38 da Lei Complementar 101 de 2000.

Seção XI Da Execução Orçamentária

Art. 27 A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação/Fontes de Recursos, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001.

Parágrafo Único. A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação/Fontes de Recursos para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal. (Art. 167, VI da CF).

Art. 28 Durante a execução orçamentária de 2018, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2018 e constantes desta lei. (Art. 167, I da CF).

Art. 29 O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata os artigo 50, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, serão desenvolvidos de forma a apurar os gastos dos serviços, tais como: dos programas, das ações, do m2 das construções, do m2 das pavimentações, do aluno/ano do ensino fundamental, do aluno/ano do transporte escolar, do aluno/ano do ensino infantil, do aluno/ano com merenda escolar, da destinação final da tonelada de lixo, do atendimento nas unidades de saúde, entre outros. (Art. 4º, I, "e" da LRF).

Parágrafo Único. Os gastos serão apurados através das operações orçamentárias, tomando-se por base as metas físicas previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício. (Art. 4º, I, "e" da LRF).

Art. 30 Os programas priorizados por esta lei, extraídos do Plano Plurianual conforme Demonstrativo da Compatibilização das Metas de Despesas e contemplados na Lei Orçamentária para 2018, serão desdobrados em metas quadrimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar gastos e cumprimento das metas físicas estabelecidas. (Art. 4º, I, "e" e 9º, § 4º da LRF).

Art. 31 Para fins do disposto no artigo 165, § 8º da Constituição Federal, considera-se crédito suplementar a criação de Grupo de Natureza de Despesa em categoria de programação ou a elevação do crédito orçamentário fixado na Lei

Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, excluído deste último o remanejamento realizado dentro da mesma categoria de programação.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS AS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 32 O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2018, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Artigo 169, parágrafo 1º, II da CF).

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2018 ou em créditos adicionais.

Art. 33 Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores quando as despesas com pessoal não excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal. (ART. 22, § único, V da LRF).

Art. 34 Se a despesa com pessoal ultrapassar os limites estabelecidos no art. 19 da Lei Complementar 101 de 2000, o Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (ART. 19 e 20 da LRF), preservada as áreas de saúde, educação e assistência social:

- I – eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- II – eliminação das despesas com horas extras.
- III – exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV – demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 35 Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Serra Alta, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal,

desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo Único. Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 – Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 36 O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes. (Art. 14 da LRF).

Art. 37 Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 14, § 3º da LRF)

Art. 38 O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente. (Art. 14, § 2º da LRF)

Art. 39 A estimativa da receita que constará do projeto de Lei orçamentária anual para o exercício de 2018 contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração de tributos municipais, com vistas à expansão de base de tributação e consequente aumento das receitas próprias.

Art. 40 A estimativa da receita citada no artigo anterior levará em consideração, adicionalmente, o impacto de alteração na legislação tributária, observadas a capacidade econômica do contribuinte e a justa distribuição de renda, com destaque para:

I – atualização da planta genérica de valores do município

II – revisão, atualização ou adequação da legislação sobre Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamento, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade deste importo;

III – revisão da legislação sobre o uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal.

IV – revisão da legislação referente ao Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza;

V – revisão da legislação aplicável ao Imposto Sobre Transmissão Inter-vivos e de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis;

VI – instituição de taxas pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou posto a sua disposição;

VII – revisão da legislação sobre as taxas pelo exercício do poder de polícia; e

VIII – revisão das isenções dos tributos municipais, para manter o interesse público e a justiça fiscal.

§ 1º com o objetivo de estimular o desenvolvimento econômico e cultural do Município, o Poder Executivo encaminhará projetos de lei de incentivos ou benefícios de natureza tributária, cuja renúncia de receita poderá alcançar os montantes dimensionados no Anexo de Metas Fiscais, já considerados no cálculo do resultado primário.

§ 2º A parcela de receita orçamentária previsto no caput deste artigo, que decorrer de propostas de alterações na legislação tributária, ainda em tramitação, quando do envio do projeto de Lei Orçamentária Anual à Câmara Municipal poderá ser identificada, discriminando-se as despesas cuja execução ficará condicionada à aprovação das respectivas alterações legislativas.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 41 É vedado consignar na Lei Orçamentária Anual crédito com finalidade imprecisa ou com dotação limitada.

Art. 42 Até trinta dias após a publicação dos orçamentos, o Poder Executivo estabelecerá, através de Decreto, a Programação Financeira e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso, nos termos do disposto no art. 8º da Lei Complementar 101 de 2000.

Art. 43 A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no art. 167, § 2º da Constituição Federal, será efetivada mediante Decreto do Poder Executivo, utilizando os recursos previstos no art. 43 da Lei nº 4.320 de 1964.

Art. 44 A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá de prévia autorização legislativa e da existência de recursos disponíveis para cobrir a despesa, nos termos da Lei Federal nº 4.320 de 1964 e da Constituição Federal.

Art. 45 O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15/12/2017.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no “Caput” deste artigo.

§ 2º Se a lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o início do exercício financeiro de 2018, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 das dotações da proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

Art. 46 Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência de tesouraria, conforme disposto no arti/go 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 47 Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 48 O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, durante o exercício de 2018.

Art. 49 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2018.

Serra Alta/SC, 13 de outubro de 2017.

DARCI CERIZOLLI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra:

EDERSON CERIZOLLI

Secretário de Administração

--	--	--	--	--	--	--

ANEXOS DA LEI 1.089/2017 LDO2018

Página: 1/54
Data: 13/10/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
elaborada em 16/09/2018 (C)

I - Classificação

Órgão:	Camara de Vereadores	01 00
Unidade:	Camara de Vereadores	01 01
Função:	Legislativa	1
Subfunção:	Ação Legislativa	31
Programa:	Processo Legislativo	0001

Objetivo do programa:

Dar cumprimento às funções básicas do Poder Legislativo, legislar e fiscalizar, buscar mecanismos para promover a transparência dos atos e fatos administrativos e legislativos, melhorar a estrutura com investimentos em equipamentos, veículos e mobiliário em geral, concentrar esforços para dar início a construção de uma sede legislativa própria para acomodar os trabalhos dos legisladores, dos funcionários e principalmente a população;

Justificativa do programa:

O Legislativo Municipal é composto por 09 vereadores, tem autonomia financeira, possui no seu quadro 05 servidores. Tem a sua função legislar em favor do bem estar do Município.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2 100	1 A		MANUTENÇÃO DO PODER LEGISLATIVO	Manutenção (ano)	4.000	720.000,00

III - Descrição das Ações

O Legislativo Municipal é composto por 9 Vereadores, tem autonomia financeira, possui no seu quadro 5 servidores, sendo Assessoria Jurídica, Secretária, Tesoureira, Contador e Auxiliar de Serviços Gerais. Possui em andamento um

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3 190 00 00 00 00	Aplicações Diretas	00 01 0000 - Recursos Ordinários	550.000,00	0,00	550.000,00
3 350 00 00 00 00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu	00 01 0000 - Recursos Ordinários	11.700,00	0,00	11.700,00
3 390 00 00 00 00	Aplicações Diretas	00 01 0000 - Recursos Ordinários	150.000,00	0,00	150.000,00
4 490 00 00 00 00	Aplicações Diretas	00 01 0000 - Recursos Ordinários	8.300,00	0,00	8.300,00
Total:			720.000,00	0,00	720.000,00

Página: 2/54
Data: 13/10/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Plano de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Lei nº 1.234, de 13 de outubro de 2018

I - Classificação

Órgão:	Camara de Vereadores	01.00
Unidade:	Camara de Vereadores	01.01
Função:	Legislativa	1
Subfunção:	Ação Legislativa	31
Programa:	Processo Legislativo	0001

Objetivo do programa:

Dar cumprimento às funções básicas do Poder Legislativo: legislar e fiscalizar; buscar mecanismos para promover a transparência dos atos e fatos administrativos e legislativos; melhorar a estrutura com investimentos em equipamentos, veículos e mobiliário em geral; concentrar esforços para dar início a construção de uma sede legislativa própria para acolhimento dos trabalhos dos legisladores, dos funcionários e principalmente a população.

Justificativa do programa:

O Legislativo Municipal é composto por 09 vereadores, tem autonomia financeira, possui no seu quadro 05 servidores. Tem a sua função legislativa em favor do bem estar do Município.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	
				Obras (UN)	Financeira
1.000	1 P		CONSTRUÇÃO DA SEDE DO LEGISLATIVO	1.000	200.000,00

II - Descrição das Ações

Projeto de Construção da Sede do Legislativo Municipal própria.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.490.00.00.00.00	Aplicações Diretas	00.01.00.00 - Recursos Ordinários	200.000,00	0,00	200.000,00
Total:			200.000,00	0,00	200.000,00

Página: 3/54
Data: 13/10/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Orçamento Anual em R\$000,00 (R\$)

I - Classificação

Origem	Gabinete do Prefeito	02.00
Unidade	Gabinete do Prefeito	02.01
Função	Administração	4
Subfunção	Administração Geral	122
Programa	Gestão Administrativa Superior	0002

Objetivo do programa:

Apoiar e facilitar o acesso aos serviços públicos municipais, ampliar os serviços de publicações de atos oficiais e o acesso a informações, estruturar mecanismos para maior transparência dos atos da administração, envolver a sociedade nas decisões administrativas, melhorar e ampliar as ações de controle dos atos da administração, administrar todos os processos de decisão, elaborar mecanismos para diminuir custos dos serviços públicos e buscar ações para ampliar a receita própria do município.

Justificativa do programa:

Este programa será executado pela estrutura do Gabinete do Prefeito, Gabinete do Vice-prefeito, Assessoria de Administração Geral, Controladoria Geral, Assessoria de Imprensa e Chefia de Gabinete. É responsável por toda a administração geral do município.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Fisca	Financeira
2.200	2 A	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO	Manutenção (UN)	4.000	650.000,00

II - Descrição das Ações

Este programa será executado pela estrutura do Gabinete do Prefeito, Gabinete do Vice-prefeito, Assessoria de Administração Geral, Controladoria Geral, Assessoria de Imprensa, Chefia de Gabinete e Assessoria Jurídica. Responsável

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.190.00.00.00.00	Aplicações Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	450.000,00	0,00	450.000,00
3.390.00.00.00.00	Aplicações Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	100.000,00	0,00	100.000,00
4.490.00.00.00.00	Aplicações Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	100.000,00	0,00	100.000,00
Total:			650.000,00	0,00	650.000,00

Página: 4/54
Data: 13/10/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Calcular Alíquota em R\$000,00 (00)

I - Classificação

Órgão:	Gabinete do Prefeito	02.00
Unidade:	Gabinete do Prefeito	02.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência à Criança e ao Adolescente	243
Programa:	Manutenção do Conselho Tutelar	0003

Objetivo do programa:

Manter o Atendimento do Conselho Tutelar nos termos da Lei. Diminuir a vulnerabilidade física e social de crianças e adolescentes do município, dar condições psicológica e social para que o jovem possa desenvolver suas potencialidades.

Justificativa do programa:

O Conselho Tutelar atuará em situações de risco envolvendo crianças e adolescentes. Para atender esse público o município conta com uma estrutura voltada exclusivamente a esse fim com 05 Conselheiros Tutelares, 01 Veículo exclusivo e um local de referência para atendimento.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.201	2 A	MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR	Manutenção (ano)	4.000	150.000,00

II - Descrição das Ações

O Conselho Tutelar está integrado a estrutura do Gabinete do Prefeito, com funcionamento em sede própria do Município, com 4 Conselheiros Tutelares.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	100.000,00	0,00	100.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	35.000,00	0,00	35.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	15.000,00	0,00	15.000,00
Total:			150.000,00	0,00	150.000,00

Página: 5/54
Data: 13/10/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Planiilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Calcular Alavancagem em R\$000.000,00

I - Classificação

Órgão:	Secretaria de Administração e Des. Econômico	03.00
Unidade:	Departamento de Administração	03.01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	Administração Geral	0004

Objetivo do programa:

Manter e aperfeiçoar o controle dos atos de pessoal do patrimônio público, garantir o controle e recebimento de materiais e serviços, capacitar servidores para melhor desenvolvimento das atividades, garantir o melhor custo benefício na aquisição de serviços materiais ou investimentos realizados, produzir informações gerenciais objetivando atender a demanda e a tomada de decisões.

Justificativa do programa:

Este programa será executado pela estrutura da Secretaria de Administração e organismos a ela subordinados. Publicação de atos em Geral, Setor de Recursos Humanos, Setor de compras e licitação. O departamento de administração terá suas funções de apoio a administração superior.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.301	3	A	FESTIVIDADES DO MUNICÍPIO	Manutenção (ano)	4.000	100.000,00

II - Descrição das Ações

Este Programa será executado no desenvolvimento de Eventos Comemorativos a Datas especiais e Aniversário do Município

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	100.000,00	0,00	100.000,00
Total:			100.000,00	0,00	100.000,00

Página 6/54
Data 13/10/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Relatório Anual em 2017/2018 (R)

I - Classificação

Órgão:	Secretaria de Administração e Des. Econômico	03 00
Unidade:	Departamento de Administração	03 01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	Administração Geral	0004

Objetivo do programa:

Manter e aperfeiçoar o controle dos atos de pessoal do patrimônio público, da transparência, garantir o controle e recebimento de materiais e serviços, capacitar servidores para melhor desenvolvimento das atividades, garantir o melhor custo benefício na aquisição de serviços materiais ou investimentos realizados, produzir informações gerenciais objetivando atender a demanda e a tomada de decisões.

Justificativa do programa:

Este programa será executado pela estrutura da Secretaria de Administração e organismos a ela subordinados. Publicação de atos em Geral, Setor de Recursos Humanos, Setor de compras e licitação. O departamento de administração terá suas funções de apoio a administração superior.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2 300	3 A		MANUTENÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO GERAL	Manutenção (ano)	4 000	805 000,00

II - Descrição das Ações

Este programa será executado pela estrutura da Secretaria de Administração e organismos a ela subordinados. Setor de Recursos Humanos, Setor de compras e licitação, e serviços gerais, servidores distribuídos nas funções de apoio

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3 1 90 00 00 00 00 00	Aplicações Diretas	00 01 00 00 - Recursos Ordinários	250 000,00	0,00	250 000,00
3 3 50 00 00 00 00 00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu	00 01 00 00 - Recursos Ordinários	50 000,00	0,00	50 000,00
3 3 71 00 00 00 00 00	Transferências a Consórcios Públicos	00 01 00 00 - Recursos Ordinários	50 000,00	0,00	50 000,00
3 3 90 00 00 00 00 00	Aplicações Diretas	00 01 00 00 - Recursos Ordinários	255 000,00	0,00	255 000,00
4 4 90 00 00 00 00 00	Aplicações Diretas	00 01 00 00 - Recursos Ordinários	200 000,00	0,00	200 000,00
Total:			805 000,00	0,00	805 000,00

Página: 7/54
Data: 13/10/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Relatório Anual em 2017 (R1)

I - Classificação

Órgão:	Secretaria de Administração e Des. Econômico	03.00
Unidade:	Departamento de Administração	03.01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	Administração Geral	0004

Objetivo do programa:

Manter e aperfeiçoar o controle dos atos de pessoal; do patrimônio público; da transparência; garantir o controle e recebimento de materiais e serviços; capacitar servidores para melhor desenvolvimento das atividades; garantir o melhor custo benefício na aquisição de serviços materiais ou investimentos realizados; produzir informações gerenciais objetivando atender a demanda e a tomada de decisões.

Justificativa do programa:

Este programa será executado pela estrutura da Secretaria de Administração e Organismos e seus subordinados. Publicação de atos em Geral, Setor de Recursos Humanos, Setor de compras e licitação. O departamento de administração terá suas funções de apoio a administração superior.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.003	3	P	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS	Bens Móveis (UN)	1.000	0.00

II - Descrição das Ações

Renovação da Frota de Máquinas, Equipamentos Renováveis e Veículos do Município, visando manter e melhorar a segurança e eficiência dos trabalhos prestados.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.490.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	0.00	0.00	0.00
Total:			0.00	0.00	0.00

Página: 8/54
Data: 13/10/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Orçamento Anual em R\$ 01/2018 (R\$)

I - Classificação

Órgão	Secretaria de Administração e Des. Econômico	03.00
Unidade	Departamento de Administração	03.01
Função	Administração	4
Subfunção	Administração Geral	122
Programa	Construção do Centro de Eventos	00.42

Objetivo do programa:

Construção do Centro de Cultura e Eventos, para disponibilizar a realização de Eventos de Maior porte, acessível e com espaço amplo para Auditório, Atividades Culturais, Biblioteca entre outros.

Justificativa do programa:

A cidade de Serra Alta carece de um espaço amplo e adequado para realização de eventos e que seja concentrado num único ambiente várias atividades culturais e sociais, de forma a oferecer conforto a população e visitantes.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.011	3	P	CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE EVENTOS	Obras (ano)	4.000	0.00

II - Descrição das Ações

Edificação de um espaço amplo e que abrigue diversas atividades, tais como Atividades Culturais, Danças, Auditório Amplo, Biblioteca Pública, entre outros, espaço para reuniões e eventos do Município concentrado num mesmo local

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.490.00.00.00.00	Aplicações Diretas	00.01.00.00 - Recursos Ordinários	0.00	0.00	0.00
Total:			0.00	0.00	0.00

Página: 9/54
Data: 13/10/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Calcular Alíquota em 2017-2018 (C)

I - Classificação

Origem:	Secretaria de Administração e Des. Econômico	03.00
Unidade:	Departamento de Administração	03.01
Função:	Segurança Pública	6
Subfunção:	Policamento	181
Programa:	Administração Geral	0004

Objetivo do programa:

Manter e aperfeiçoar o controle dos atos de pessoal do patrimônio público, da transparência, garantir o controle e recebimento de materiais e serviços; capacitar servidores para melhor desenvolvimento das atividades; garantir o melhor custo benefício na aquisição de serviços materiais ou investimentos realizados; produzir informações gerenciais objetivando atender a demanda e a tomada de decisões.

Justificativa do programa:

Este programa será executado pela estrutura da Secretaria de Administração e organismos a ela subordinados. Publicação de atos em Geral, Setor de Recursos Humanos, Setor de compras e licitação. O departamento de administração terá suas funções de apoio a administração superior.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.303	3 A	APOIO A SEGURANÇA PÚBLICA	Manutenção (ano)	4.000	174.166,58

II - Descrição das Ações

A segurança municipal é propiciada através de convênios firmados com a Secretaria de Segurança Pública, viabilizados pela polícia militar, bombeiros e polícia civil. Em ações parciais, para fins de prevenção e auxílio em problemas e

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	00.01.00.00 - Recursos Ordinários	50.000,00	0,00	50.000,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	00.01.00.10 - Convênio de Trânsito - Militar	0,00	25.000,00	25.000,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	00.01.00.11 - Convênio de Trânsito - Civil	0,00	20.000,00	20.000,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	00.01.00.12 - Convênio de Trânsito - Prefeitur	30.000,00	0,00	30.000,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	00.01.00.80 - FUNREBOM	0,00	24.166,58	24.166,58
4.4.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	00.01.00.00 - Recursos Ordinários	25.000,00	0,00	25.000,00
Total:			105.000,00	69.166,58	174.166,58

Página: 10/54
Data: 13/10/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Relatório Anual em DOM/SC (C)

I - Classificação

Órgão:	Secretaria de Administração e Des. Econômico	03.00
Unidade:	Departamento de Administração	03.01
Função:	Segurança Pública	6
Subfunção:	Defesa Civil	182
Programa:	Apoio à Segurança Pública	0007

Objetivo do programa:

Proporcionar um sistema de segurança pública a população eficaz, aumento no efetivo da Polícia Militar, instalar Sistema de Monitoramento objetivando a prevenção e rápida solução de problemas de segurança.

Justificativa do programa:

A segurança municipal é proporcionada através de convênios firmados com a Secretaria de Segurança Pública, viabilizados pela polícia militar, bombeiros e polícia civil. Em ações paralelas, para fins de prevenção e auxílio em problemas causados por catástrofes ambientais ou de outras categorias, com o apoio da Comissão de Defesa Civil, a qual não está apta a desenvolvimento de suas atividades se necessárias.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.302	3 A		DEFESA CIVIL	Manutenção (ano)	4.000	20.000,00

II - Descrição das Ações

Desenvolver Ações de Prevenção e Proteção

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.390.00.00.00.00	Aplicações Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	20.000,00	0,00	20.000,00
Total:			20.000,00	0,00	20.000,00

Página: 11/54
Data: 13/10/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Calcular Aluguel em 2018/2018 (C)

I - Classificação

Órgão:	Secretaria de Administração e Des. Econômico	03.00
Unidade:	Fundo Municipal da Indústria e Comércio - PROINDUS	03.04
Função:	Indústria	22
Subfunção:	Promoção Industrial	661
Programa:	Administração Geral	0004

Objetivo do programa:

Manter e aperfeiçoar o controle dos atos de pessoal do patrimônio público da transparência, garantir o controle e recebimento de materiais e serviços, capacitar servidores para melhor desenvolvimento das atividades, garantir o melhor custo benefício na aquisição de serviços materiais ou investimentos realizados, produzir informações gerenciais objetivando atender a demanda e a tomada de decisões.

Justificativa do programa:

Este programa será executado pela estrutura da Secretaria de Administração e organismos a ela subordinados. Publicação de atos em Geral, Setor de Recursos Humanos, Setor de compras e licitação. O departamento de administração terá suas funções de apoio a administração superior.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Fisca	Financeira
1.002	3	P	PROGRAMA DE INCENTIVO A INDÚSTRIA - PROINDUS	Programa (ano)	1.000	276.204,84

II - Descrição das Ações

Estabelecer políticas de Incentivos Fiscais e Materiais às Indústrias que tem suas atividades estabelecidas no Município, bem como aquelas já instaladas e que ampliem de forma expressiva sua capacidade de produção e demanda da

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.490.00.00.00.00	Aplicações Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	25.000,00	0,00	25.000,00
4.490.00.00.00.00	Aplicações Diretas	00.01.0083 - Operações de Crédito Internas	0,00	251.204,84	251.204,84
		Total:	25.000,00	251.204,84	276.204,84

Página: 12/54
Data: 13/10/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Elaborado em 09/10/2018 (C)

I - Classificação

Órgão:	Secretaria de Planejamento e Finanças	04 00
Unidade:	Departamento de Finanças	04 03
Função:	Administração	4
Subfunção:	Planejamento e Orçamento	121
Programa:	Manutenção da Secretaria de Planejamento e Finanças	0009

Objetivo do programa

Manter um sistema confiável de registros contábeis e financeiros atualizados; controlar a arrecadação municipal, garantir as fontes de financiamento dos serviços de competência municipal; produzir relatórios gerenciais; controlar os limites legais de gastos; cumprir o mandamento constitucional do controle interno; gerar informações úteis e no tempo hábil para a tomada de decisão.

Justificativa do programa

Para uma gestão eficiente, o Município necessita manter ações planejadas visando o equilíbrio das contas públicas. Este programa será executado pela estrutura dos Departamentos de Finanças, Contabilidade, Tributação e Planejamento.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.400	4	A	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS	Manutenção (ano)	4.000	711.859,35

II - Descrição das Ações

Este Programa será executado pela Secretaria de Planejamento, incluídos os Departamentos de Contabilidade, Finanças e Tributação, atendendo as normas gerais de finanças públicas. Lei de Responsabilidade Fiscal, especialmente.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.71.00.00.00.00	Transferência a Consórcios Públicos	00.01.0000 - Recursos Ordinários	25.000,00	0,00	25.000,00
3.1.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	311.859,35	0,00	311.859,35
3.3.71.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	00.01.0000 - Recursos Ordinários	25.000,00	0,00	25.000,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	275.000,00	0,00	275.000,00
4.4.71.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	00.01.0000 - Recursos Ordinários	25.000,00	0,00	25.000,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	50.000,00	0,00	50.000,00
Total:			711.859,35	0,00	711.859,35

Página 13/54
Data: 13/10/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Calcular Aluguel em 0001/2018 (C)

I - Classificação

Órgão:	Secretaria de Planejamento e Finanças	04 00
Unidade:	Departamento de Finanças	04 03
Função:	Encargos Especiais	28
Subfunção:	Serviço da Dívida Interna	843
Programa:	Manutenção da Secretaria de Planejamento e Finanças	0009

Objetivo do programa

Manter um sistema confiável de registros contábeis e financeiros atualizados; controlar a arrecadação municipal, garantir as fontes de financiamento dos serviços de competência municipal; produzir relatórios gerenciais; controlar os limites legais de gastos, cumprir o mandamento constitucional do controle interno; gerar informações úteis e no tempo hábil para a tomada de decisão.

Justificativa do programa

Para uma gestão eficiente, o Município necessita manter ações planejadas visando o equilíbrio das contas públicas. Este programa será executado pela estrutura dos Departamentos de Finanças, Contabilidade, Tributação e Planejamento.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Fisca	Financeira
0.401	4.0		ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	Operação de crédito (ano)	4.000	125.000,00

II - Descrição das Ações

O município atualmente não possui operações de créditos em aberto nem dívidas com instituições governamentais. O município contribui mensalmente com o PASEP referente 1% calculados sobre receita próprias e algumas receitas.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.290.00.00.00.00	Aplicações Diretas	00.01.00.00 - Recursos Ordinários	0.00	0.00	0.00
4.690.00.00.00.00	Aplicações Diretas	00.01.00.00 - Recursos Ordinários	125.000,00	0.00	125.000,00
Total:			125.000,00	0.00	125.000,00

Página: 14/54
Data: 13/10/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Orçamento Anual em R\$000,00 (R\$)

I - Classificação

Órgão:	Secretaria de Educação, Cultura e Esportes	05 00
Unidade:	Departamento de Educação	05 01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Alimentação e Nutrição	306
Programa:	Programa de Alimentação Escolar	00 12

Objetivo do programa:

Oferecer a merenda escolar de qualidade, juntamente com ações que objetivam melhorar a qualidade de ensino e alimentar das crianças.

Justificativa do programa:

O município atende diariamente cerca de 300 alunos com o programa merenda escolar, contemplando creche, pré-escola e ensino fundamental. São disponibilizadas refeições diárias conforme cardápio desenvolvido por nutricionista especializado e quantidade recomendada.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2 504	5 A		PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	Manutenção (ano)	4 000	187 500,00

II - Descrição das Ações

O município atende diariamente cerca de 270 alunos com o programa merenda escolar, contemplando creche, pré-escola e ensino fundamental. São disponibilizadas refeições diárias conforme cardápio desenvolvido por nutricionista.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3 390 00 00 00 00	Aprovações Diretas	00 01 00 01 - Receitas de Impostos e de Transf.	150 000,00	0,00	150 000,00
3 390 00 00 00 00	Aprovações Diretas	00 01 00 37 - Outras Transferências do FNDE	0,00	37 500,00	37 500,00
Total:			150 000,00	37 500,00	187 500,00

Página: 15/54
Data: 13/10/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Revisão: Alteração em 06/01/2018 (5)

I - Classificação

Órgão	Secretaria de Educação, Cultura e Esportes	05 00
Unidade	Departamento de Educação	05 01
Função	Educação	12
Subfunção	Ensino Fundamental	361
Programa	Manutenção do Ensino Fundamental	0011

Objetivo do programa:

Melhorar a qualidade do ensino, proporcionar estruturas e equipamentos adequados para o desenvolvimento educacional, dar condições para que todos os alunos em idade escolar tenham acesso a educação, controlar a evasão escolar.

Justificativa do programa:

O município possui 01 escola utilizada para o ensino fundamental e educação infantil e Uma Unidade que atende a Creche Municipal, beneficiando cerca de 300 alunos. O transporte escolar atende toda a rede pública municipal e estadual, sendo executado por veículos terceirizados e veículos pertencentes do município.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2 500	5 A	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	Manutenção (ano)	4 000	1 860 088,25

II - Descrição das Ações

Desenvolvimento de novas técnicas que facilitem e consigam maiores êxitos no ensino, ampliação e manutenção da rede física do ensino fundamental, disponibilizar treinamentos a professores para aprofundamento contínuo, entre outros.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3 190.00.00.00.00	Aplicações Diretas	00 01 0001 - Recaudas de Impostos e de Tran	418.554,44	0,00	418.554,44
3 190.00.00.00.00	Aplicações Diretas	00 01 0018 - Transferências do FUNDEB - 6(0,00	283.149,97	283.149,97
3 190.00.00.00.00	Aplicações Diretas	00 01 0019 - Transferências do FUNDEB - 4(0,00	188.784,31	188.784,31
3 390.00.00.00.00	Aplicações Diretas	00 01 0001 - Recaudas de Impostos e de Tran	650.000,00	0,00	650.000,00
3 390.00.00.00.00	Aplicações Diretas	00 01 0019 - Transferências do FUNDEB - 4(0,00	78.376,64	78.376,64
3 390.00.00.00.00	Aplicações Diretas	00 01 0036 - Salário Educação	82.446,26	0,00	82.446,26
4 490.00.00.00.00	Aplicações Diretas	00 01 0001 - Recaudas de Impostos e de Tran	100.000,00	0,00	100.000,00
4 490.00.00.00.00	Aplicações Diretas	00 01 0036 - Salário Educação	35.796,63	0,00	35.796,63
4 490.00.00.00.00	Aplicações Diretas	00 01 0062 - Transferências de Convênios - I	0,00	23.000,00	23.000,00
Total:			1.288.797,33	573.250,92	1.860.088,25

Página: 16/54
Data: 13/10/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Orçamento Anual em R\$01/2018 (R\$)

I - Classificação

Órgão	Secretaria de Educação, Cultura e Esportes	05 00
Unidade	Departamento de Educação	05 01
Função	Educação	12
Subfunção	Ensino Fundamental	361
Programa	Transporte Escolar Coletivo de Alunos	0013

Objetivo do programa:

Oferecer Transporte Escolar seguro e que acessível a todos os alunos que residem distantes das Unidades Escolares.

Justificativa do programa:

O Município concentra o atendimento do ensino Fundamental, Educação Infantil e Creche na Sede do Município. Assim, necessita oferecer o transporte seguro e eficiente para o acesso a todos os alunos em idade escolar.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2 503	5 A	MANUTENÇÃO DO TRANSPORT ESCOLAR	Manutenção (ano)	4 000	227 814,46

II - Descrição das Ações

O Transporte Escolar Coletivo de Alunos do Município de Serra Alta, atende Três Unidades Escolares, Centro Municipal de Educação e Creche Municipal localizadas na Sede do Município e Escola Municipal Celso Ramada, localizada n

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3 390.00.00.00.00	Aplicações Diretas	00 01 0001 - Receitas de Impostos e de Tran	150.000,00	0,00	150.000,00
3 390.00.00.00.00	Aplicações Diretas	00 01 0037 - Outras Transferências do FNDE	0,00	32.500,00	32.500,00
3 390.00.00.00.00	Aplicações Diretas	00 01 0062 - Transferências de Convênios - I	0,00	45.314,46	45.314,46
Total:			150.000,00	77.814,46	227.814,46

Página: 17/54
Data: 13/10/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
de acordo com Anexo II (a)

I - Classificação

Órgão:	Secretaria de Educação, Cultura e Esportes	05.00
Unidade:	Departamento de Educação	05.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Fundamental	361
Programa:	Transporte Escolar Coletivo de Alunos	0013

Objetivo do programa:

Oferecer Transporte Escolar seguro e que acessível a todos os alunos que residem distantes das Unidades Escolares.

Justificativa do programa:

O Município concentra o atendimento do ensino Fundamental, Educação Infantil e Creche na Sede do Município. Assim, necessita oferecer o transporte seguro e eficiente para o acesso a todos os alunos em idade escolar.

Ação	Local/Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.020	5 P	Aquisição de Veículos	Bens Móveis (ano)	4.000	250.000,00

III - Descrição das Ações

Renovação da frota de Veículos utilitários, de passageiros, veículos de transporte coletivo, transporte de pacientes, que atenda a necessidade do atendimento do serviço público prestado.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.490.00.00.00.00	Aplicações Diretas	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Tran	250.000,00	0,00	250.000,00
		Total:	250.000,00	0,00	250.000,00

Página: 18/54
Data: 13/10/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Planiilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Calcular Alavancagem em R\$000.000,00

I - Classificação

Órgão:	Secretaria de Educação, Cultura e Esportes	05.00
Unidade:	Departamento de Educação	05.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Fundamental	361
Programa:	Ampliação e Reforma do Centro Municipal de Educação	0048

Objetivo do programa:

Oferecer um ambiente propício, confortável e moderno para os alunos do Centro Municipal de Educação.

Justificativa do programa:

Considerando o aumento do número de alunos, e sendo a Única Unidade Escolar do Município, que atende o Ensino Fundamental e Educação Infantil, existe a necessidade de ampliação da área de lazer e recreação, adequação do refeitório, estacionamento para embarque e desembarque das crianças entre outras melhorias.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	
			Física	Financeira
1.016	5 P	AMPLIAÇÃO E REFORMA DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	4.000	75.000,00

II - Descrição das Ações

O Centro Municipal de Educação abriga alunos da Educação Infantil e Ensino Fundamental e necessita ser ampliado, com área de recreação, adequação do refeitório, espaço para embarque e desembarque do

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.490.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Tran	75.000,00	0,00	75.000,00
Total:			75.000,00	0,00	75.000,00

Página 19/54
Data: 13/10/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Salário Atualizado em 02/01/2018 (R\$)

I - Classificação

Órgão:	Secretaria de Educação, Cultura e Esportes	05 00
Unidade:	Departamento de Educação	05 01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Educação Infantil	36 5
Programa:	Manutenção do Ensino Infantil	00 14

Objetivo do programa:

Garantir o acesso a todas as crianças no Ensino Infantil, oferecendo um ambiente adequado e educação de qualidade.

Justificativa do programa:

O município possui 01 escola utilizada para o ensino fundamental e educação infantil. Para desenvolvimento e manutenção das atividades educacionais o município oferece Quadro de Pessoal especializado, transporte gratuito oferecendo o acesso a todas as crianças em idade para frequentar a Educação Infantil.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2 501	5 A		MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	Manutenção (ano)	4 000	727 291,45

II - Descrição das Ações

A Rede Municipal de Ensino atende a Educação Infantil dividida em Pré-I e Pré-II. Os programas e ações a serem realizados na área de educação estão inseridos nas diretrizes de universalizar o atendimento **melhorar a qualidade:**

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3 1 90 00 00 00 00	Aplicações Diretas	00 01 00 01 - Receitas de Impostos e de Tran	139.791,45	0,00	139.791,45
3 1 90 00 00 00 00	Aplicações Diretas	00 01 00 18 - Transferências do FUNDEB - 6(0,00	150.000,00	150.000,00
3 1 90 00 00 00 00	Aplicações Diretas	00 01 00 19 - Transferências do FUNDEB - 4(0,00	137.500,00	137.500,00
3 3 90 00 00 00 00	Aplicações Diretas	00 01 00 01 - Receitas de Impostos e de Tran	235.000,00	0,00	235.000,00
3 3 90 00 00 00 00	Aplicações Diretas	00 01 00 36 - Salário Educação	15.000,00	0,00	15.000,00
4 4 90 00 00 00 00	Aplicações Diretas	00 01 00 01 - Receitas de Impostos e de Tran	50.000,00	0,00	50.000,00
Total:			439.791,45	287.500,00	727.291,45

Página: 20/54
Data: 13/10/2017

Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Relatório Anual em 2018 (RPA)

I - Classificação

Órgão:	Secretaria de Educação, Cultura e Esportes	05.00
Unidade:	Departamento de Educação	05.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Educação Infantil	365
Programa:	Manutenção da Creche	0015

Objetivo do programa:

Garantir o acesso a todas as crianças que necessitam de atendimento na Creche, oferecendo um ambiente adequado e confortável no qual as mães possam deixar suas crianças com segurança e com atividades adequadas com a sua faixa etária.

Justificativa do programa:

O município possui 01 escola utilizada para o ensino fundamental e educação infantil e Uma Unidade que atende a Creche Municipal, beneficiando cerca de 300 alunos. O transporte escolar atende toda a rede pública municipal e estadual, sendo executado por veículos terceirizados e veículos pertencentes do município.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.502	5 A	MANUTENÇÃO DA CRECHE	Manutenção (ano)	4.000	1.097.642,98

II - Descrição das Ações

A secretaria Municipal de Educação mantém o funcionamento da Creche em tempo integral e parcial para crianças de 04 meses à 3 anos de idade.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.190.00.00.00.00	Aplicações Diretas	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Tran	300.000,00	0,00	300.000,00
3.190.00.00.00.00	Aplicações Diretas	00.01.0018 - Transferências do FUNDEB - 6(0,00	350.000,00	350.000,00
3.190.00.00.00.00	Aplicações Diretas	00.01.0019 - Transferências do FUNDEB - 4(0,00	112.500,00	112.500,00
3.390.00.00.00.00	Aplicações Diretas	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Tran	265.000,00	0,00	265.000,00
3.390.00.00.00.00	Aplicações Diretas	00.01.0036 - Salário Educação	15.000,00	0,00	15.000,00
3.390.00.00.00.00	Aplicações Diretas	00.01.0037 - Outras Transferências do FNDE	0,00	5.142,98	5.142,98
4.490.00.00.00.00	Aplicações Diretas	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Tran	50.000,00	0,00	50.000,00
Total:			630.000,00	467.642,98	1.097.642,98

Página: 21/54
Data: 13/10/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Atividade: Ampliação em 120m² (02)

I - Classificação

Órgão:	Secretaria de Educação, Cultura e Esportes	05.00
Unidade:	Departamento de Educação	05.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Educação Infantil	365
Programa:	Ampliação ou Adequações na Creche Municipal	00.44

Objetivo do programa:

Manter um ambiente propício ao atendimento das crianças que frequentam a Creche Municipal.

Justificativa do programa:

As dependências da Creche Municipal, que iniciou suas atividades no Exercício de 2013, foi construída num modelo padrão, concedido pelo Governo Federal. Nesse sentido e considerando o aumento da demanda de crianças necessita ser readquirida e ampliada.

Ação	Local/Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.012	5 P	AMPLIAÇÃO DA CRECHE MUNICIPAL	Obras (ano)	4.000	75.000,00

III - Descrição das Ações

Considerando o espaço limitado da Creche Municipal CEI PRIMEIROS PASSOS, existe a necessidade de ampliação do espaço para adequação do atendimento e para absorver a demanda de crianças que não

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.490.00.00.00.00	Aplicações Diretas	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Tran	75.000,00	0,00	75.000,00
Total:			75.000,00	0,00	75.000,00

Página: 22/54
Data: 13/10/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Planiha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Calcular Aluguel em R\$ (R\$ 100,00)

I - Classificação

Órgão:	Secretaria de Educação, Cultura e Esportes	05.00
Unidade:	Departamento de Educação	05.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Educação Especial	367
Programa:	Educação Especial	0016

Objetivo do programa:

Atendimento as pessoas portadoras de necessidades especiais.

Justificativa do programa:

O Município não dispõe de atendimento para Educação Especial, nesse sentido apoia o atendimento no Município mais próximo que atende os portadores de necessidades especiais através da APAE.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.505	5	A	EDUCAÇÃO ESPECIAL	Manutenção (ano)	4.000	37.500,00

III - Descrição das Ações

O Município conta com aproximadamente 17 pessoas com necessidades especiais que necessitam atendimento especializado em APAE.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.50.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu	00.01.0000 - Recursos Ordinários	37.500,00	0,00	37.500,00
Total:			37.500,00	0,00	37.500,00

Página: 23/54
Data: 13/10/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Orçamento Anual em R\$01/2018 (R\$)

I - Classificação

Órgão	Secretaria de Educação, Cultura e Esportes	05 00
Unidade	Departamento de Cultura	05 02
Função	Cultura	13
Subfunção	Difusão Cultural	392
Programa	Cultura, Arte e Lazer	0017

Objetivo do programa:

Desenvolvimento das atividades culturais, de arte e lazer, resgate histórico do município, proporcionar atividades ligadas a cultura do Município, nas mais diversas modalidades.

Justificativa do programa:

O município de Serra Alta, possui uma etnia italiana e nesse sentido desenvolve ações de resgate de sua cultura e colonização. Pretende manter o desenvolvimento de Danças Típicas, Dança Gaúchesca, Dança Livre e Ballet, Pafinação e Música, através do Departamento de Cultura do Município.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2 508	5 A	PRATICANDO A ARTE, PROMOVENDO A CULTURA	Manutenção (ano)	4 000	245 000,00

II - Descrição das Ações

O município possui sua etnia italiana e nesse sentido promove eventos culturais ligados principalmente a cultura italiana, oferece 6 modalidades de atividades culturais: Dança Gaúchesca, Danças Típicas, Dança Livre e Ballet, Pafinação

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3 190.00.00.00.00	Aplicações Diretas	00 01 0000 - Recursos Ordinários	75 000,00	0,00	75 000,00
3 390.00.00.00.00	Aplicações Diretas	00 01 0000 - Recursos Ordinários	120 000,00	0,00	120 000,00
4 490.00.00.00.00	Aplicações Diretas	00 01 0000 - Recursos Ordinários	50 000,00	0,00	50 000,00
Total:			245 000,00	0,00	245 000,00

Página 24/54
Data 13/10/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Relatório Anual em DOM/SC (C)

I - Classificação

Órgão:	Secretaria de Educação, Cultura e Esportes	05 00
Unidade:	Departamento de Esportes	05 03
Função:	Desporto e Lazer	27
Subfunção:	Desporto de Rendimento	811
Programa:	Esporte Participativo	0018

Objetivo do programa:

Estimular a prática esportiva, o lazer, a integração da comunidade, o desenvolvimento motor e psicológico de crianças e adultos, mantendo uma vivência saudável, proporcionar oportunidades de atletas a seguir uma carreira ligada às diversas modalidades esportivas e a competir profissionalmente.

Justificativa do programa:

A principal atração de lazer do município está ligada a atividades esportivas. O município deu início a ações de incentivo a treinamento de atletas municipais tanto infantis, como adultos, disponibilizando servidores para o desenvolvimento das atividades. O município também participa de eventos esportivos regionais, estaduais e promove eventos municipais ligados a diferentes atividades esportivas.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Fisca	Financeira
2.507	5 A	ESPORTE, FORMAÇÃO E FAZER	Manutenção (ano)	4.000	220.000,00

II - Descrição das Ações

Uma das principais atrações de lazer do município está ligada a atividades esportivas, nesse sentido pretende incentivar atividades esportivas de qualidade aos munícipes. Atualmente o município conta com **um Ginásio de Esportes**.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	00.01.00.00 - Recursos Ordinários	50.000,00	0,00	50.000,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	00.01.00.00 - Recursos Ordinários	120.000,00	0,00	120.000,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	00.01.00.00 - Recursos Ordinários	50.000,00	0,00	50.000,00
Total:			220.000,00	0,00	220.000,00

Página: 25/54
Data: 13/10/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Plano de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Relatório Anual em 2017 (R2017)

I - Classificação

Órgão:	Secretaria de Educação, Cultura e Esportes	05.00
Unidade:	Departamento de Esportes	05.03
Função:	Desporto e Lazer	27
Subfunção:	Desporto de Rendimento	811
Programa:	Constituição, reforma de Centros Esportivos	0047

Objetivo do programa:

Manter ou melhorar as estruturas dos Centros Esportivos do Município, oferecendo condições adequadas para a prática esportiva.

Justificativa do programa:

O Município conta com Centros Esportivos na Sede e Interior do Município e nesse sentido necessita manter as estruturas em perfeitas condições para a prática esportiva e realização de eventos dessa natureza.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.015	5 P	REFORMA E CONSTRUÇÃO DE CENTROS ESPORTIVOS OBRAS (ano) E VESTIÁRIOS		4.000	75.000,00

II - Descrição das Ações

O Município conta com Centros Esportivos Educacionais na Sede do Município e outros localizados nas Comunidades do Interior do Município, que necessitam de reparos, recuperação, consertos de telhados, etc.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.490.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	00.01.00.00 - Recursos Ordinários	75.000,00	0,00	75.000,00
Total:			75.000,00	0,00	75.000,00

Página: 28/54
Data: 13/10/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Plano de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Calorido Abençoado em Novembro (C)

I - Classificação

Órgão:	Secretaria de Educação, Cultura e Esportes	05 00
Unidade:	Departamento de Esportes	05 03
Função:	Desporto e Lazer	27
Subfunção:	Lazer	813
Programa:	Academias ao Ar Livre	0049

Objetivo do programa:

Promover e incentivar as atividades físicas em qualquer idade, através da instalação de Academias ao Ar Livre

Justificativa do programa:

A prática esportiva promove mais saúde para a população em todas as idades, evitando doenças e promovendo qualidade de vida

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1 017	5 P		INSTALAÇÃO DE ACADEMIAS AO AR LIVRE	Obras (ano)	4 000	12 500,00

II - Descrição das Ações

A prática de atividades esportivas cada vez mais desenvolve prevenção de diversas doenças e proporciona um hábito de vida saudável, para as diversas faixas etárias

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4 490 00 00 00 00	Aplicações Diretas	00 01 0034 - Transferências de Convênios - F	0 00	12 500 00	12 500 00
Total:			0 00	12 500 00	12 500 00

Página: 27/54
Data: 13/10/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Plano de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Relatório Anual em R\$ Mil (R\$)

I - Classificação

Órgão:	Secretaria de Saúde	06.00
Unidade:	Departamento de Saúde	06.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	0019

Objetivo do programa:

Melhoramento da qualidade de vida da população através da prevenção de doenças; proporcionar melhor acesso possível à medicina curativa e preventiva à população; agizar serviços de saúde do município; disponibilizar servidores aptos ao pronto atendimento da saúde e operacional; proporcionar equipamentos e estruturas em condições adequadas para o pronto atendimento

Justificativa do programa:

O município possui 01 unidade sanitária, localizada no perímetro urbano, com atendimento médico, odontológico, fisioterapêutico e psicológico. Possui uma frota de veículos utilitários de tamanho médio. Mantém um quadro de profissionais para o atendimento à saúde preventiva da Unidade Municipal de Saúde.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.600	10 A	ATENÇÃO A SAÚDE PREVENTIVA	Manutenção (ano)	4.000	2.236.803,92

II - Descrição das Ações

O município possui 01 Unidade Municipal de Saúde, localizada na Sede do Município, com atendimento médico, odontológico, fisioterapêutico e psicológico. Mantém atendimento fora do domicílio para especificidades e atendimento da

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.170.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Tran	50.000,00	0,00	50.000,00
3.190.00.00.00.00	Aplicações Diretas	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Tran	751.285,19	0,00	751.285,19
3.190.00.00.00.00	Aplicações Diretas	00.01.0038 - Transferências do SUS/ União	0,00	200.000,00	200.000,00
3.190.00.00.00.00	Aplicações Diretas	00.01.0067 - Recursos do Sistema Único de	0,00	60.000,00	60.000,00
3.371.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Tran	50.000,00	0,00	50.000,00
3.390.00.00.00.00	Aplicações Diretas	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Tran	528.983,29	0,00	528.983,29
3.390.00.00.00.00	Aplicações Diretas	00.01.0038 - Transferências do SUS/ União	0,00	177.981,94	177.981,94
3.390.00.00.00.00	Aplicações Diretas	00.01.0067 - Recursos do Sistema Único de	0,00	12.343,86	12.343,86
3.393.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op entre Órgãos	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Tran	50.000,00	0,00	50.000,00
4.471.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Tran	50.000,00	0,00	50.000,00
4.490.00.00.00.00	Aplicações Diretas	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Tran	125.000,00	0,00	125.000,00
4.490.00.00.00.00	Aplicações Diretas	00.01.0038 - Transferências do SUS/ União	0,00	50.000,00	50.000,00

Página: 28/54
Data: 13/10/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Calcular Aluguel em 01/01/2018 (R\$)

III - Detalhamento das Ações					
Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	00.01.0063 - Transferências de Convênios - I	0.00	94.162.81	94.162.81
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	00.01.0067 - Recursos do Sistema Único de	0.00	37.046.83	37.046.83
Total:			1.605.268,48	631.635,44	2.236.803,92

Página: 29/54
Data: 13/10/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Salário Atualizado em 01/01/2018 (R\$)

I - Classificação

Órgão:	Secretaria de Saúde	06.00
Unidade:	Departamento de Saúde	06.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	30.1
Programa:	Piso de Atenção Básica	00.20

Objetivo do programa:

Melhorar a qualidade de vida da população através da prevenção de doenças; proporcionar melhor acesso possível à medicina curativa e preventiva à população; agizar serviços de saúde do município; disponibilizar servidores qualificados ao pronto atendimento da saúde e operacional; proporcionar equipamentos e estruturas em condições adequadas para o atendimento da saúde pública.

Justificativa do programa:

O município possui 01 unidade sanitária, localizada no perímetro urbano, com atendimento médico, odontológico, fisioterapêutico e psicológico. Possui uma frota de veículos utilitários de tamanho médio. Mantém um quadro de profissionais para o atendimento à saúde preventiva da Unidade Municipal de Saúde.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.601	10 A	PISO DE ATENÇÃO BÁSICA	Manutenção (ano)	4.000	100.000,00

II - Descrição das Ações

Atenção Básica visa atender um conjunto de ações de caráter individual e coletivo, voltadas para a promoção da saúde, a prevenção de agravos.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	00.01.00.38 - Transferências do SUS/ União	0,00	50.000,00	50.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	00.01.00.38 - Transferências do SUS/ União	0,00	50.000,00	50.000,00
Total:			0,00	100.000,00	100.000,00

Página: 30/54
Data: 13/10/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Calcular Aluguel em R\$ (R\$)

I - Classificação

Órgão:	Secretaria de Saúde	06.00
Unidade:	Departamento de Saúde	06.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	Média e Alta Complexidade	0021

Objetivo do programa

Melhorar a qualidade de vida da população através da prevenção de doenças, proporcionar melhor acesso possível à medicina curativa e preventiva a população, agilizar serviços de saúde do município, disponibilizar servidores aptos ao pronto atendimento da saúde e operacional, proporcionar equipamentos e estruturas em condições adequadas para o pronto atendimento

Justificativa do programa

O município possui 01 unidade sanitária, localizada no perímetro urbano, com atendimento médico, odontológico, fisioterapêutico e psicológico. Possui uma frota de veículos utilitários de tamanho médio. Mantém um quadro de profissionais para o atendimento à saúde preventiva da Unidade Municipal de Saúde.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Fisca	Financeira
2.602	10 - A	MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	Manutenção (ano)	4.000	150.000,00

II - Descrição das Ações

o Atendimento de Média e Alta Complexidade atende consultas e terapias especializadas médicas, odontológicas e de enfermagem, atenção à saúde mental, cirurgias ambulatoriais, exames de laboratório clínico, diagnóstico por imagem

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	00.01.0038 - Transferências do SUS/ União	0.00	100.000.00	100.000.00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	00.01.0038 - Transferências do SUS/ União	0.00	50.000.00	50.000.00
		Total:	0.00	150.000.00	150.000.00

Página: 31/54
Data: 13/10/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Plano de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Calcular Aluguel em R\$000,000 (00)

I - Classificação

Órgão:	Secretaria de Saúde	06.00
Unidade:	Departamento de Saúde	06.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	30.1
Programa:	Assistência Farmacêutica Básica	00.22

Objetivo do programa:

Melhorar a qualidade de vida da população através da prevenção de doenças; proporcionar melhor acesso possível a medicina curativa e preventiva a população; agizar serviços de saúde do município; disponibilizar servidores aptos ao pronto atendimento da saúde e operacional; proporcionar equipamentos e estruturas em condições adequadas para o pronto atendimento.

Justificativa do programa:

O município possui 01 unidade sanitária, localizada no perímetro urbano, com atendimento médico, odontológico, fisioterapêutico e psicológico. Possui uma frota de veículos utilitários de tamanho médio. Mantém um quadro de profissionais para o atendimento a saúde preventiva da Unidade Municipal de Saúde.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.604	10. A		ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA	Manutenção (ano)	4.000	23.274,59

II - Descrição das Ações

A Assistência Farmacêutica Básica reúne um conjunto de ações voltadas à promoção, proteção e recuperação da saúde, por meio da promoção do acesso aos medicamentos e uso racional.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	00.01.00.38 - Transferências do SUS/ União	0,00	23.274,59	23.274,59
Total:			0,00	23.274,59	23.274,59

Página: 32/54
Data: 13/10/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Orçamento Anual em R\$ 01/2018 (R\$)

I - Classificação

Órgão	Secretaria de Saúde	06.00
Unidade	Departamento de Saúde	06.01
Função	Saúde	10
Subfunção	Atenção Básica	301
Programa	Reforma e Adequação da Unidade Municipal de Saúde	00.46

Objetivo do programa:

Oferecer melhorias no ambiente interno e externo da Unidade Municipal de Saúde

Justificativa do programa:

A Unidade de Saúde, necessita dispor de local adequado para a espera dos pacientes que necessitam atendimento na própria Unidade de Saúde, bem como aqueles que esperam para deslocamentos fora do domicílio. Bem como adequações e melhorias internas visando o atendimento humanizado.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.014	10	P	REVITALIZAÇÃO DA UNIDADE MUNICIPAL DE SAÚDE	Obras (ano)	4.000	75.555,36

II - Descrição das Ações

Revitalização, reforma e adequações da Unidade Municipal de Saúde, melhorias na fachada externa, alocação de uma sala para espera de pacientes que aguardam para deslocamentos fora do município, melhorias nos acessos internos

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.490.00.00.00.00	Aprovações Diretas	00.01.00.02 - Receitas de impostos e de Trans	75.555,36	0.00	75.555,36
Total:			75.555,36	0.00	75.555,36

Página: 33/54
Data: 13/10/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Planiha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Salvo Alteração em 2018 (R\$)

I - Classificação

Órgão:	Secretaria de Saúde	06.00
Unidade:	Departamento de Saúde	06.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Vigilância Sanitária	30.4
Programa:	Vigilância em Saúde	00.23

Objetivo do programa:

Atender a população com Ações efetivas de Vigilância Sanitária

Justificativa do programa:

Mantier o controle de Agravos na Saúde Pública Município

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.603	10 A	VIGILÂNCIA EM SAÚDE	Manutenção (ano)	4.000	100.000,00

II - Descrição das Ações

A Vigilância em Saúde compõe execução e avaliação do processo de vigilância sanitária, epidemiológica, ambiental e saúde do trabalhador.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.190.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	00.01.0038 - Transferências do SUS/ União	0,00	25.000,00	25.000,00
3.390.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	00.01.0038 - Transferências do SUS/ União	0,00	50.000,00	50.000,00
4.490.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	00.01.0038 - Transferências do SUS/ União	0,00	25.000,00	25.000,00
Total:			0,00	100.000,00	100.000,00

Página: 34/54
Data: 13/10/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Orçamento Anual em R\$ - ZR 18 (C)

I - Classificação

Órgão:	Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente	07 00
Unidade:	Departamento de Agricultura	07 01
Função:	Agricultura	20
Subfunção:	Extensão Rural	606
Programa:	Assistência ao Produtor Rural	0024

Objetivo do programa

Aumentar a produtividade, a renda e a qualidade de vida do produtor rural, aperfeiçoar as técnicas de agrícolas, diversificar a produção agrícola e agropecuária, estimular a preservação ambiental, estimular o comércio e a valorização da produção agrícola e agropecuária do município.

Justificativa do programa

O município tem a sua economia ligada principalmente as atividades agrícolas, com atividades diversificadas, sendo suinocultura, bovinocultura, avicultura, produção leiteira como uma das principais fontes de renda e a piscicultura como renda complementar. Mantém um parque de máquinas para apoio técnico e operacional. O município possui programas que auxiliam financeiramente produtores rurais para investimentos através da teraplanagem, execução de silagem, distribuição de material genético para inseminação artificial de bovinos e distribuição de sementes agrícolas. Possui parcerias com órgãos externos com EPAGRI, CIDEIA, SAGA e outras entidades para apoio técnico aos programas da agricultura. Também são mantidos programas continuados para o incentivo ao reflorestamento e a fruticultura como renda complementar.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2 700	7 A		ASSISTÊNCIA AO PRODUTOR RURAL	Manutenção (ano)	4 000	950 000,00

II - Descrição das Ações

O município de Serra Alta tem a sua economia baseada na atividade agrícola, com as atividades de produção leiteira, suinocultura, avicultura, produção de fumo, produção de grãos como atividades principais e **cultiva e como renda com**

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3 1 90 00 00 00 00	Aplicações Diretas	00 01 00 00 - Recursos Ordinários	350 000,00	0,00	350 000,00
3 3 90 00 00 00 00	Aplicações Diretas	00 01 00 00 - Recursos Ordinários	550 000,00	0,00	550 000,00
4 4 90 00 00 00 00	Aplicações Diretas	00 01 00 00 - Recursos Ordinários	50 000,00	0,00	50 000,00
Total:			950 000,00	0,00	950 000,00

Página: 35/54
Data: 13/10/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Calçado Adequado em 2006/2018 (C)

I - Classificação

Órgão:	Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente	07 00
Unidade:	Departamento de Agricultura	07 01
Função:	Agricultura	20
Subfunção:	Extensão Rural	606
Programa:	Constituição de um Depósito de Calçareo	0051

Objetivo do programa

Destinar um local adequado para o depósito de calçareo evitando desperdícios

Justificativa do programa

O calçareo cedido pelo Governo do Estado, necessita ser depositado em local seco e seguro para distribuição aos agricultores

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.019	7 P		CONSTRUÇÃO DE DEPÓSITO DE CALÇAREO	Obras (ano)	4.000	12.500,00

II - Descrição das Ações

Anualmente o Município recebe calçareo do Governo do Estado, através da Epagri para distribuição aos agricultores. Esse produto fica a céu aberto, ocasionando grande desperdício em função das intempéries, vento, chuva e outros. I

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.490.00.00.00.00	Aplicações Diretas	00.01.00.00 - Recursos Ordinários	12.500,00	0,00	12.500,00
Total:			12.500,00	0,00	12.500,00

Página: 36/54
Data: 13/10/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Orçamento Alterado em 2017-2018 (R\$)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERV. PÚBLICOS	08.00
Unidade:	Departamento de Transportes	08.01
Função:	Transporte	28
Subfunção:	Transporte Rodoviário	782
Programa:	Manutenção da Secretaria dos Transportes	00.28

Objetivo do programa:

Permitir o escoamento da produção agrícola a qualquer tempo; dar segurança e melhorar a qualidade das estradas municipais e pontilhões; tornar servidores treinados e capazes de desenvolver suas atividades de forma efetiva; concentrar um parque de máquinas e veículos suficientes para o atendimento aos serviços públicos através da renovação dos mesmos e manutenções adequadas; proporcionar uma estrutura física adequada para guardar máquinas, veículos e equipamentos.

Justificativa do programa:

Para fazer as manutenções nas estradas vicinais, o município possui um parque de máquinas funcionando e estruturado com: caminhões, motoniveladoras, carregadeira, trator sobre esteiras, solo compactador, retroescavadeira, escavadeira hidráulica, e 01 camionete aberta.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)		Fisca	Financeira
2.800	8 A	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DOS TRANSPORTES	Manutencao (ano)	4.000	1.012.879,17	

II - Descrição das Ações

O município de Serra Alta, conta com aproximadamente 360 km de vias municipais. Para fazer as manutenções nas estradas vicinais, o município conta um parque de máquinas que efetuam os reparos necessários durante o ano.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	400.000,00	0,00	400.000,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	512.879,17	0,00	512.879,17
4.4.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	100.000,00	0,00	100.000,00
Total:			1.012.879,17	0,00	1.012.879,17

Página: 37/54
Data: 13/10/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Data da Atualização em 16/09/2018 (R)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERV. PÚBLICOS	08.00
Unidade:	Departamento de Transportes	08.01
Função:	Transporte	28
Subfunção:	Transporte Rodoviário	782
Programa:	Constituição do Parque de Máquinas	00.45

Objetivo do programa:

Destinar um espaço e local adequado para a Garagem do Parque de Máquinas.

Justificativa do programa:

A Garagem do Parque de Máquinas está localizada em local inadequado, nas proximidades da Escola Municipal o que vem causando transtornos às crianças que frequentam o estabelecimento de ensino.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.013	8 P		CONSTRUÇÃO DA GARAGEM DO PARQUE DE MÁQUINAS	Obras (ano)	4.000	25.000,00

III - Descrição das Ações

Destinar em local adequado a Garagem de Máquinas e Equipamentos Rodoviários e Caminhões, visto que o mesmo está localizado nas proximidades da Escola o que vem causando transtornos às crianças.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.490.00.00.00.00	Aplicações Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	25.000,00	0,00	25.000,00
Total:			25.000,00	0,00	25.000,00

Página 38/54
Data 13/10/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Data da Atualização em 06/07/2018 (R)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERV. PÚBLICOS	08.00
Unidade:	Departamento de Obras e Serviços Urbanos	08.02
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Infra-Estrutura Urbana	451
Programa:	Pavimentação de Ruas e Acessos	0029

Objetivo do programa:

Disponibilizar melhores estruturas públicas para utilização da população da área urbana.

Justificativa do programa:

A população urbana e rural carece de infra-estruturas nas vias de acesso, nesse sentido pretende-se ampliar a pavimentação das vias urbanas e também em partes dos acessos às comunidades do interior do Município.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.005	8	P	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E ACESSOS	Obras (ano)	1.000	175.000,00

III - Descrição das Ações

A Pavimentação asfáltica de Ruas do Perímetro Urbano e Vias de acesso ao interior do Município, oferecerá maior segurança, acessibilidade e melhorias na conservação de vias.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.490.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	25.000,00	0,00	25.000,00
4.490.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	00.01.0034 - Transferências de Convênios - (0,00	150.000,00	150.000,00
Total:			25.000,00	150.000,00	175.000,00

Página: 39/54
Data: 13/10/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Orçamento Anual em R\$000,00 (R\$)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERV. PÚBLICOS	08.00
Unidade:	Departamento de Obras e Serviços Urbanos	08.02
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Infra-Estrutura Urbana	451
Programa:	Sistema de Abastecimento de Água	0030

Objetivo do programa:

Proporcionar a todos os habitantes do município acesso a água potável, com qualidade máxima para consumo humano e consequentemente melhorando a saúde pública.

Justificativa do programa:

O município possui poços artesanais com redes de distribuição de água nas comunidades, e necessita de ampliação e regularização, tanto em termos de novas perfurações de poços como em ampliação das redes já existentes, no interior do município e na área urbana. Também precisa de materiais e serviços para fiscalizar e medir periodicamente a qualidade da água potável fornecida à população.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.008	8 P	SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	Manutenção (ano)	1.000	157.241,74

II - Descrição das Ações

O sistema de abastecimento de água carece de investimentos e necessita de melhorias a curto e longo prazo, isso requer um estudo referente ao sistema de tratamento, ampliação do reservatório, nova estação para ampliar a capacidade.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.490.00.00.00.00	Aplicações Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	25.000,00	0,00	25.000,00
4.490.00.00.00.00	Aplicações Diretas	00.01.0034 - Transferências de Convênios - F	0,00	132.241,74	132.241,74
Total:			25.000,00	132.241,74	157.241,74

Página 40/54
Data: 13/10/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Calcular Alteração em R\$000,00 (R\$)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERV. PÚBLICOS	08.00
Unidade:	Departamento de Obras e Serviços Urbanos	08.02
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Infra-Estrutura Urbana	451
Programa:	Saneamento Básico	0031

Objetivo do programa

Prevenir a proliferação de doenças e consequentemente melhorar as condições de saúde da população, prevenir poluição do lençol freático, de rios e córregos através do tratamento adequado de esgoto; tornar a população consciente para estar apta no apoio a criação de formas resolução do problema do esgoto público.

Justificativa do programa

O Município de Serra Alta não dispõe de Sistema de Saneamento Básico e nesse sentido existe a preocupação de desenvolver Ações Efetivas de Implantação de um Projeto viável de acordo com a realidade do Município.

Ação	Local Tpo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.007	g p	SANEAMENTO BASICO	Obras (ano)	1.000	25.000,00

II - Descrição das Ações

O Saneamento Básico está relacionada ao abastecimento de água potável, o manejo de água pluvial, a coleta e tratamento de esgoto, a limpeza urbana, o manejo de resíduos sólidos e o controle de pragas e **qualquer tipo de agente**

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.490.00.00.00.00	Aplicações Diretas	00.01.0034 - Transferências de Convênios - (0.00	25.000.00	25.000.00
Total:			0.00	25.000.00	25.000.00

Página: 41/54
Data: 13/10/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Calçada Alargada em RUA ZENAÍD (C)

I - Classificação

Órgão	SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERV. PÚBLICOS	08.00
Unidade	Departamento de Obras e Serviços Urbanos	08.02
Função	Urbanismo	15
Subfunção	Infra-Estrutura Urbana	451
Programa	Revitalização Urbana	00.43

Objetivo do programa:

Revitalização do perímetro urbano, estudo de modernização dos acessos e vias públicas, oferecendo embelezamento e segurança aos pedestres e veículos.

Justificativa do programa:

A perimetria urbana de nossa cidade necessita de uma avaliação, modernização e embelezamento, de forma a garantir maior acessibilidade e segurança aos veículos e pedestres, tendo em vista que é travessa da SC-160.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.004	8	P	REVITALIZAÇÃO DO PERÍMETRO URBANO	Obras (ano)	1.000	125.000,00

II - Descrição das Ações

O perímetro Urbano do Município, é travessa da SC-160, que passa pela Avenida Dom Pedro II, principal via da cidade e considerando o tráfego intenso de Veículos, necessita de manutenção constante, além de necessitar de um melhor planejamento.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.490.00.00.00.00	Aplicações Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	25.000,00	0,00	25.000,00
4.490.00.00.00.00	Aplicações Diretas	00.01.0034 - Transferências de Convênios - F	0,00	100.000,00	100.000,00
Total:			25.000,00	100.000,00	125.000,00

Página 42/54
Data 13/10/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Calcular Alíquota em R\$ 000,00 (R\$)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERV. PÚBLICOS	08.00
Unidade:	Departamento de Obras e Serviços Urbanos	08.02
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Infra-Estrutura Urbana	451
Programa:	Aquisição de Bens Imóveis	0050

Objetivo do programa:

Aquisição de Áreas de Terra destinadas a ampliação de espaços públicos.

Justificativa do programa:

Aquisição de Bens Imóveis destinados a edificação de Obras Públicas de acordo com a necessidade.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.018	8	P	Aquisição de Bens Imóveis	Bens Imóveis (ano)	4.000	12.500,00

II - Descrição das Ações

Aquisição de áreas de terra ou Edificações destinadas ao uso do poder público.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.490.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	12.500,00	0,00	12.500,00
Total:			12.500,00	0,00	12.500,00

Página 43/54
Data: 13/10/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Calvinho - Associação em Defesa da Vida (C)

I - Classificação

Órgão	SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERV. PÚBLICOS	08.00
Unidade	Departamento de Obras e Serviços Urbanos	08.02
Função	Urbanismo	15
Subfunção	Serviços Urbanos	452
Programa	Serviços de Utilidade Pública	0027

Objetivo do programa

Disponibilizar melhores estruturas públicas para utilização da população da área urbana

Justificativa do programa

O município possui uma população de aproximadamente 3.307 habitantes, distribuídos entre a zona rural e urbana. A principal necessidade da população se volta principalmente para a destinação final dos resíduos sólidos e orgânicos do município, da manutenção das vias públicas e serviços acessíveis em bens de uso comum da população em geral.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.801	8 A	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS URBANOS	Manutenção (ano)	4.000	604.898,80

II - Descrição das Ações

O município possui uma população de aproximadamente 3.307 habitantes, distribuídos entre a zona rural e urbana. A principal necessidade da população se volta principalmente para a destinação final dos resíduos sólidos e orgânicos.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.190.00.00.00.00	Aplicações Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	100.000,00	0,00	100.000,00
3.390.00.00.00.00	Aplicações Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	300.000,00	0,00	300.000,00
3.390.00.00.00.00	Aplicações Diretas	00.01.0007 - Contribuição de Intervenção no	0,00	15.310,83	15.310,83
3.390.00.00.00.00	Aplicações Diretas	00.01.0008 - Contribuição para o Custeio das	0,00	94.354,45	94.354,45
4.490.00.00.00.00	Aplicações Diretas	00.01.0039 - Fundo Especial do Período - FI	0,00	95.233,52	95.233,52
Total:			400.000,00	204.898,80	604.898,80

Página 44/54
Data: 13/10/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Relatório Anual em DOM/SC (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERV. PÚBLICOS	08.00
Unidade:	Departamento de Obras e Serviços Urbanos	08.02
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Serviços Urbanos	452
Programa:	Sistema de Abastecimento de Água	0030

Objetivo do programa:

Proporcionar a todos os habitantes do município acesso a água potável, com qualidade máxima para consumo humano e consequentemente melhorando a saúde pública.

Justificativa do programa:

O município possui poços artesanais com redes de distribuição de água nas comunidades, e necessita de ampliação e regularização, tanto em termos de novas perfurações de poços como em ampliação das redes já existentes, no interior do município e na área urbana. Também precisa de materiais e serviços para fiscalizar e medir periodicamente a qualidade da água potável fornecida a população.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)		Física	Financeira
2.802	8 A		MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	Manutenção (ano)		4.000	275.000,00

II - Descrição das Ações

O município possui poços artesanais com redes de distribuição de água nas comunidades, e necessita de ampliação e adequação com a legislação vigente, tanto em termos de novas perfurações de poços como em ampliação das redes.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	50.000,00	0,00	50.000,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	100.000,00	0,00	100.000,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	125.000,00	0,00	125.000,00
Total:			275.000,00	0,00	275.000,00

Página 45/54
Data 13/10/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Planiha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Calcular Alavancagem em R\$ mil (R\$)

I - Classificação

Órgão:	Reserva de Contingência	09.00
Unidade:	Reserva de Contingência	09.01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Planejamento e Orçamento	121
Programa:	Reserva de Contingência	0041

Objetivo do programa:

Atingir o resultado primário, atender os passivos contingentes e outros riscos fiscais imprevistos, minimizar situações emergenciais geradas por intempéries.

Justificativa do programa:

Atingir o resultado primário, atender os passivos contingentes e outros riscos fiscais imprevistos, minimizar situações emergenciais geradas por intempéries.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.021	4	P	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	Reserva de Contingência (ano)	4.000	50.000,00

II - Descrição das Ações

A Reserva de Contingência será utilizada para suprir despesas não previstas de caráter emergencial em caso de desastres naturais ou de outras origens, com aval da defesa civil do município ou outros órgãos.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	50.000,00	0,00	50.000,00
Total:			50.000,00	0,00	50.000,00

Página 46/54
Data: 13/10/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Relatório Anual em 2017 (RPA)

I - Classificação

Órgão:	Secretaria de Assistência Social	11.00
Unidade:	Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA	11.02
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência à Criança e ao Adolescente	243
Programa:	Fundo da Infância e Adolescência - FIA	0038

Objetivo do programa:

Garantir o atendimento e contribuir, através da disponibilização de infraestrutura e recursos necessários, para que seja realizado um trabalho de atendimento às crianças e adolescentes do município, visando a sua proteção e socialização.

Justificativa do programa:

Diminuir a vulnerabilidade física e social de crianças e adolescentes do município, dar condições psicológica e sociais para que o jovem possa desenvolver suas potencialidades.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.904	11 A	FUNDO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FIA	Manutenção (ano)	4.000	50.000,00

II - Descrição das Ações

Garantir o atendimento às crianças e adolescentes do município oferecendo atividades diversificadas buscando a prevenção para que não haja violação de direitos.

III - Detalhamento das Ações

Códa Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.00.00 - Recursos Ordinários	50.000,00	0,00	50.000,00
Total:			50.000,00	0,00	50.000,00

Página: 47/54
Data: 13/10/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Plano de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Relatório Anual de 2017 (RAN)

I - Classificação

Órgão:	Secretaria de Assistência Social	11.00
Unidade:	Fundo Municipal de Assistência Social	11.03
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência ao Idoso	241
Programa:	Atendimento à Pessoa Idosa	0035

Objetivo do programa:

Promover e garantir direitos sociais ao Idoso do Município, mediante efetivação da política de Assistência Social e Estatuto do Idoso, prevenindo situações de risco e visando um envelhecimento com dignidade, o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

Justificativa do programa:

Garantir a execução de ações de atendimento à pessoa idosa do Município, por meio de atividades desempenhadas de acordo com as políticas e programas sociais, com finalidades socioeducativas, informativas, culturais, esportivas e de lazer.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.903	11 A	ATENDIMENTO A PESSOA IDOSA	Manutenção (ano)	4.000	180.000,00

II - Descrição das Ações

Garantir a execução de ações de atendimento à pessoa idosa do Município, por meio de atividades desempenhadas de acordo com as políticas e programas sociais, com finalidades socioeducativas, informativas,

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.390.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	180.000,00	0,00	180.000,00
Total:			180.000,00	0,00	180.000,00

Página 48/54
Data: 13/10/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Relatório Anual em 2017-2018 (R)

I - Classificação

Órgão:	Secretaria de Assistência Social	11.00
Unidade:	Fundo Municipal de Assistência Social	11.03
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência ao Idoso	241
Programa:	Constituição e/ou Reforma de Centros de Convivência	0037

Objetivo do programa:

Construção e ou reforma de Unidade de Centros de Convivência para execução de Serviços de Proteção Social Básica a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade pessoal e social. Proceder adequações nas edificações de propriedade do Município conforme exigências técnicas dos órgãos competentes, como Corpo de Bombeiros, Vigilância Sanitária, CREA, etc.

Justificativa do programa:

Garantir o atendimento do público prioritário, como famílias ou indivíduos em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, do precatário ou nulo acesso aos serviços públicos, de fragilização de vínculos de pertencimento e socialidade, famílias beneficiárias de programas de transferência de renda e benefícios assistenciais, famílias que atendem os critérios de elegibilidade a tais programas ou benefícios, famílias em situação de vulnerabilidade em decorrência de dificuldades vivenciadas por algum de seus membros. Garantir espaço físico adequado para a execução de ações e programas da Política Municipal de Assistência Social.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.009	11	P	REFORMA DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA	Obras (ano)	4.000	112.500,00

II - Descrição das Ações

Garantir o atendimento às crianças e adolescentes do município oferecendo atividades diversificadas buscando a prevenção para que não haja violação de direitos.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.490.00.00.00.00	Aplicações Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	12.500,00	0,00	12.500,00
4.490.00.00.00.00	Aplicações Diretas	00.01.0034 - Transferências de Convênios - (0,00	100.000,00	100.000,00
Total:			12.500,00	100.000,00	112.500,00

Página 49/54
Data: 13/10/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Orçamento Anual em R\$ - 2018 (R\$)

I - Classificação

Origem	Secretaria de Assistência Social	11.00
Unidade	Fundo Municipal de Assistência Social	11.03
Função	Assistência Social	8
Subfunção	Assistência à Criança e ao Adolescente	243
Programa	Sistema Único de Assistência Social	0032

Objetivo do programa

Consolidar o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no município de Serra Alta, implementando padrões de qualidade, critérios de alocação de recursos, transparência e controle social, visando a proteção social, a vigilância socioassistencial e a defesa de direitos.

Justificativa do programa

A Política de Assistência Social tem por objetivos a proteção social, com o intuito de garantir a vida, a redução de danos e a prevenção da incidência de riscos; a vigilância socioassistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de violações de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das políticas socioassistenciais. Para tanto, se faz necessário identificar e melhorar os aspectos prioritários para a gestão do SUAS, bem como, avaliar a qualidade da gestão descentralizada dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no âmbito do município, através das variáveis do Índice de Gestão Descentralizada do SUAS.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.008	11 P	REFORMA DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS	Obras (ano)	1.000	50.000,00

II - Descrição das Ações

Considerando que o município de Serra Alta possui atualmente 70 famílias em situação de vulnerabilidade, referenciadas no CRAS, faz-se necessária a manutenção dos serviços e ações socioassistenciais continuadas de Proteção So

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.490.00.00.00.00	Aparelhos Diretos	00.01.0000 - Recursos Ordinários	25.000,00	0,00	25.000,00
4.490.00.00.00.00	Aparelhos Diretos	00.01.0035 - Transferência do Sistema Único	25.000,00	0,00	25.000,00
Total:			50.000,00	0,00	50.000,00

Página 50/54
Data: 13/10/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Relatório Anualizado em 2017 (RZA 16)

I - Classificação

Órgão:	Secretaria de Assistência Social	11.00
Unidade:	Fundo Municipal de Assistência Social	11.03
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	Sistema Único de Assistência Social	0032

Objetivo do programa:

Consolidar o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no município de Serra Alta, implementando padrões de qualidade, critérios de alocação de recursos, transparência e controle social, visando a proteção social, a vigilância socioassistencial e a defesa de direitos.

Justificativa do programa:

A Política de Assistência Social tem por objetivos a proteção social, com o intuito de garantir a vida, a redução de danos e a prevenção da incidência de riscos; a vigilância socioassistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de violência e danos, e a defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das províncias socioassistenciais. Para tanto, se faz necessário identificar e melhorar os aspectos prioritários para a gestão do SUAS, bem como, analisar a qualidade da gestão descentralizada dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no âmbito do município, através das variáveis do Índice de Gestão Descentralizada do SUAS.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.900	11	A	FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Manutenção (ano)	4.000	841.326,88

II - Descrição das Ações

A Política de Assistência Social tem por objetivos a proteção social, com o intuito de garantir a vida, a redução de danos e a prevenção da incidência de riscos; a vigilância socioassistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	00.01.00.00 - Recursos Ordinários	350.000,00	0,00	350.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	00.01.00.00 - Recursos Ordinários	250.000,00	0,00	250.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	00.01.00.35 - Transferência do Sistema Único	99.384,31	0,00	99.384,31
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	00.01.00.00 - Recursos Ordinários	50.000,00	0,00	50.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	00.01.00.35 - Transferência do Sistema Único	91.942,57	0,00	91.942,57
Total:			841.326,88	0,00	841.326,88

Página: 51/54
Data: 13/10/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Relatório Anual em 2017/2018 (C)

I - Classificação

Órgão:	Secretaria de Assistência Social	11.00
Unidade:	Fundo Municipal de Assistência Social	11.03
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	Proteção Social Básica	0033

Objetivo do programa:

Prevenção de situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

Justificativa do programa:

Considerando que o município de Serra Alta possui atualmente 70 famílias em situação de vulnerabilidade, referenciadas no CRAS, faz-se necessária a manutenção dos serviços e ações socioassistenciais continuadas de Proteção Social Básica do SUAS - Sistema Único de Assistência Social, identificando a necessidade de promover o acesso à assistência social para as famílias em situação de vulnerabilidade social, bem como, prevenir o desenvolvimento de serviços, programas e projetos, locais de acolhimento, convivência e socialização de famílias e de indivíduos, conforme identificação da situação de vulnerabilidade apresentada.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.901	11 A	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	Manutenção (ano)	4.000	80.000,00

II - Descrição das Ações

Considerando que o município de Serra Alta possui atualmente 70 famílias em situação de vulnerabilidade, referenciadas no CRAS, faz-se necessária a manutenção dos serviços e ações socioassistenciais continuadas de Proteção Social

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	00.01.00.00 - Recursos Ordinários	80.000,00	0,00	80.000,00
Total:			80.000,00	0,00	80.000,00

Página: 52/54
Data: 13/10/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Planiha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Calcular Aluguel em R\$ (R\$ 100,00)

I - Classificação

Órgão:	Secretaria de Assistência Social	11.00
Unidade:	Fundo Municipal de Assistência Social	11.03
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	Proteção Social Especial	0034

Objetivo do programa:

Assegurar a oferta dos serviços, programas e projetos de assistência social às famílias e indivíduos atendidos e acompanhados pela proteção social especial, conforme as legislações vigentes.

Justificativa do programa:

Implementar e executar Serviços de Média e Alta Complexidade para usuários em situação de direitos violados, com rompimento de vínculos familiares e comunitários.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.902	11 A	PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	Manutenção (ano)	4.000	110.000,00

III - Descrição das Ações

Implementar e executar Serviços de Média e Alta Complexidade para usuários em situação de direitos violados, com rompimento de vínculos familiares e comunitários.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.390.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	110.000,00	0,00	110.000,00
Total:			110.000,00	0,00	110.000,00

Página: 53/54
Data: 13/10/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Descrição Atividade em 2017/2018 (R\$)

I - Classificação

Origem:	Secretaria de Assistência Social	11.00
Unidade:	Fundo Municipal de Assistência Social	11.03
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal	0039

Objetivo do programa

Permitir conhecer a realidade socioeconômica das famílias, trazendo informações de todo o núcleo familiar, das características do domicílio, das formas de acesso a serviços públicos essenciais e, também, dados de cada um dos componentes da família.

Justificativa do programa

Manter o cadastramento das famílias de baixa renda atualizado para que a partir dos dados coletados o poder público possa formular e implementar políticas específicas, que contribuam para a redução das vulnerabilidades sociais a que essas famílias estão expostas. O Cadastro Único é coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), devendo ser obrigatoriamente utilizado para seleção de beneficiários de programas sociais do Governo Federal, como o Bolsa Família. É um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, entendidas como aquelas que têm renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa ou renda mensal total de até três salários mínimos.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.905	11 A		CADASTRO UNICO PARA PROGRAMAS SOCIAIS DO GOVERNO FEDERAL	Manutencao (ano)	4.000	29.198,79

II - Descrição das Ações

Manter o cadastramento das famílias de baixa renda atualizado para que a partir dos dados coletados o poder público possa formular e implementar políticas específicas, que contribuam para a redução das vulnerabilidades sociais a q

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	00.01.0081 - Transferências de Convênios - I	0,00	29.198,79	29.198,79
Total:			0,00	29.198,79	29.198,79

Página 54/54
Data 13/10/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Relatório Anual em 2017-2018 (R)

I - Classificação

Órgão:	Secretaria de Assistência Social	11.00
Unidade:	Fundo Municipal de Assistência Social	11.03
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Habitação Urbana	482
Programa:	Programa Pró Moradia	00.40

Objetivo do programa:

Promover o acesso a moradia e segurança à população necessitada e as que vivem em áreas de risco ou consideradas impróprias.

Justificativa do programa:

Ampliar o Programa de Habitação para atendimento a população de baixa renda. O município possui diversas famílias que não possuem casa própria e outras vivem em locais impróprios para a sua segurança e bem estar.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.010	11 P	PROGRAMA DE HABITAÇÃO	Obras (ano)	4.000	52.924,62

III - Descrição das Ações

Implementar Ações para viabilizar a Construção de Casas populares que atendam a população de baixa renda que ainda não dispõe de casa própria

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.490.00.00.00.00	Aplicações Diretas	00.01.00.89 - Ações de Bens destinados	52.924,62	0,00	52.924,62
Total:			52.924,62	0,00	52.924,62

ANEXOS DA LEI 1.089/2017 LDO2018

Página: 1/10
Data: 13/10/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Anexo IV - Demonstrativo das Metas Fiscais e Fiscais por Ações
Relatório Anual de 2017 (ROR) - Lei de Orçamento nº 2018/2017 de 2017

Código	Programa Ação	Produto (Un)	PPA 2018-2021	Despesas Operacionais		Saldo PPA	LDO 2018	LOA 2018	Saldo Atualizado PPA
				Realizado até 2018	Orçamento em 2018				
0002	1 - MUNICÍPIO DE SERRA ALTA		57.890.000,36	0,00	0,00	57.890.000,36	13.033.537,91	0,00	57.890.000,36
	Órgão: 02.00 Gabinete do Prefeito		3.640.000,00	0,00	0,00	3.640.000,00	800.000,00	0,00	3.640.000,00
	Unidade: 02.01 Gabinete do Prefeito		3.640.000,00	0,00	0,00	3.640.000,00	800.000,00	0,00	3.640.000,00
0002	Gestão Administrativa Superior								
	2.200 MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO	Manutenção (Un)	4.000	0,000	0,000	4.000	4.000	0,000	4.000
	Meta Meta								
0003	Manutenção do Conselho Tutelar		3.040.000,00	0,00	0,00	3.040.000,00	650.000,00	0,00	3.040.000,00
	2.201 MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR	Manutenção (ano)	4.000	0,000	0,000	4.000	4.000	0,000	4.000
	Meta Meta								
0003	03.00 Secretaria de Administração e Des. Econômico		6.113.502,76	0,00	0,00	6.113.502,76	1.375.371,42	0,00	6.113.502,76
	Unidade: 03.01 Departamento de Administração		5.008.112,75	0,00	0,00	5.008.112,75	1.099.166,58	0,00	5.008.112,75
	Meta Meta								
0004	Administração Geral								
	1.003 AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS	Bens Móveis (Un)	1.000	0,000	0,000	1.000	1.000	0,000	1.000
	Meta Meta								
0004	2.300 MANUTENÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO GERAL	Manutenção (ano)	4.000	0,000	0,000	4.000	4.000	0,000	4.000
	Meta Meta								
	Meta Meta		3.620.000,00	0,00	0,00	3.620.000,00	805.000,00	0,00	3.620.000,00
0004	2.301 FESTIVIDADES DO MUNICÍPIO	Manutenção (ano)	4.000	0,000	0,000	4.000	4.000	0,000	4.000
	Meta Meta								
	Meta Meta		400.000,00	0,00	0,00	400.000,00	100.000,00	0,00	400.000,00
0004	2.303 APOIO A SEGURANÇA PÚBLICA	Manutenção (ano)	4.000	0,000	0,000	4.000	4.000	0,000	4.000
	Meta Meta								
	Meta Meta		708.112,75	0,00	0,00	708.112,75	174.166,58	0,00	708.112,75

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

Anexo IV - Demonstrativo das Metas Fisicas e Fiscais por Ações

Calorção Abaixo em 100/2017 (C) - Lei de Orçamento, nº 2018/2018 de 13/10/2017

Página 3/10
Data 13/10/2017

Código	Programa Ação	Produto (Un)	PPA 2018 2021	Despesas Organizacionais		Saldo PPA	LOA 2018	Saldo Atualizado PPA
				Realizado até 2018	Orçamento em 2018			
0011	1 - MUNICÍPIO DE SERRA ALTA		57.890.000,36	0,00	0,00	57.890.000,36	0,00	57.890.000,36
	05.00 Secretaria de Educação, Cultura e Esportes		22.291.174,33	0,00	0,00	22.291.174,33	0,00	22.291.174,33
	05.01 Departamento de Educação		20.281.174,33	0,00	0,00	20.281.174,33	0,00	20.281.174,33
0012	Manutenção do Ensino Fundamental							
	2.500 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	Manutenção (ano)	4.000	0,000	0,000	4.000	0,000	4.000
	Meta Meta		10.260.230,37	0,00	0,00	10.260.230,37	0,00	10.260.230,37
0013	Programa de Alimentação Escolar							
	2.504 PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	Manutenção (ano)	4.000	0,000	0,000	4.000	0,000	4.000
	Meta Meta		750.000,00	0,00	0,00	750.000,00	0,00	750.000,00
0014	Transporte Escolar Coletivo de Alunos							
	1.020 Aquisição de Veículos	Bens Móveis (ano)	4.000	0,000	0,000	4.000	0,000	4.000
	Meta Meta		250.000,00	0,00	0,00	250.000,00	0,00	250.000,00
0015	MANUTENÇÃO DO TRANSPORT ESCOLAR							
	2.503 MANUTENÇÃO DO TRANSPORT ESCOLAR	Manutenção (ano)	4.000	0,000	0,000	4.000	0,000	4.000
	Meta Meta		935.614,84	0,00	0,00	935.614,84	0,00	935.614,84
0016	Manutenção do Ensino Infantil							
	2.501 MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	Manutenção (ano)	4.000	0,000	0,000	4.000	0,000	4.000
	Meta Meta		2.909.165,81	0,00	0,00	2.909.165,81	0,00	2.909.165,81
0017	Manutenção da Creche							
	2.502 MANUTENÇÃO DA CRECHE	Manutenção (ano)	4.000	0,000	0,000	4.000	0,000	4.000
	Meta Meta		4.426.163,31	0,00	0,00	4.426.163,31	0,00	4.426.163,31

Página: 4/10
Data: 13/10/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Anexo IV - Demonstrativo das Metas Fiscais e Fiscais por Ações
Delegado: Abençoado em 10/10/2017 (02) - Lei de Orçamento, nº 2018/002 de 13-10-2017

Código	Programa Ação	Produto (Un)	PPA 2018-2021	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2018	LOA 2018	Saldo Ajustado PPA
				Realizado até 2018	Orçamento em 2018				
0016	1 - MUNICÍPIO DE SERRA ALTA 05.00 Secretaria de Educação, Cultura e Esportes Unidades: 05.01 Departamento de Educação	Educação Especial	57.890.000,36	0,00	0,00	57.890.000,36	13.033.537,91	0,00	57.890.000,36
			22.291.174,33	0,00	0,00	22.291.174,33	5.090.337,14	0,00	22.291.174,33
			20.281.174,33	0,00	0,00	20.281.174,33	4.537.837,14	0,00	20.281.174,33
0044	2.505 EDUCAÇÃO ESPECIAL Meta Meta Meta Encerrado	Manutenção (ano)	4.000	0,000	0,000	4.000	4.000	0,000	4.000
			150.000,00	0,00	0,00	150.000,00	37.500,00	0,00	150.000,00
0048	Ampliação ou Adequações na Creche Municipal 1.012 AMPLIAÇÃO DA CRECHE MUNICIPAL Meta Meta Meta Encerrado	Obras (ano)	4.000	0,000	0,000	4.000	4.000	0,000	4.000
			300.000,00	0,00	0,00	300.000,00	75.000,00	0,00	300.000,00
0048	Ampliação e Reforma do Centro Municipal de Educação 1.016 AMPLIAÇÃO E REFORMA DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO Meta Meta Meta Encerrado	Obras (ano)	4.000	0,000	0,000	4.000	4.000	0,000	4.000
			300.000,00	0,00	0,00	300.000,00	75.000,00	0,00	300.000,00
			980.000,00	0,00	0,00	980.000,00	245.000,00	0,00	980.000,00
0017	05.02 Departamento de Cultura Cultura, Arte e Lazer	Manutenção (ano)	1.030.000,00	0,00	0,00	1.030.000,00	307.500,00	0,00	1.030.000,00
0018	2.506 PRATICANDO A ARTE, PROMOVENDO A CULTURA Meta Meta Meta Encerrado	Manutenção (ano)	4.000	0,000	0,000	4.000	4.000	0,000	4.000
			980.000,00	0,00	0,00	980.000,00	245.000,00	0,00	980.000,00
0018	05.03 Departamento de Esportes Esporte Participativo 2.507 ESPORTE, FORMAÇÃO E FAZER Meta Meta Meta Encerrado	Manutenção (ano)	4.000	0,000	0,000	4.000	4.000	0,000	4.000
			880.000,00	0,00	0,00	880.000,00	220.000,00	0,00	880.000,00

Página 6/10
Data 13/10/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Anexo IV - Demonstrativo das Metas Fiscais e Fiscais por Ações
Relatório Abaixo em Anexo 13 (C) - Lei de Orçamento, nº 2018/2017 de 13-10-2017

Código	Programa Ação	Produto (Un)	PPA 2018-2021	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2018	LOA 2018	Saldo Alinhado PPA	
				Realizado até 2018	Orçamento em 2018					
0045	1 - MUNICÍPIO DE SERRA ALTA									
	08.00 SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERV. PUBLICOS									
	08.01 Departamento de Transportes									
	Construção do Parque de Máquinas		57.890.000,36	0,00	0,00	57.890.000,36	13.033.537,91	0,00	57.890.000,36	
0045	1.013	CONSTRUÇÃO DA GARAGEM DO PARQUE DE MÁQUINAS	Obras (ano)	10.803.844,12	0,00	0,00	10.803.844,12	2.412.519,71	0,00	10.803.844,12
		Meta Física		4.951.516,67	0,00	0,00	4.951.516,67	1.037.879,17	0,00	4.951.516,67
		Meta Financeira								
0045	08.02 Departamento de Obras e Serviços Urbanos									
	0027	Serviços de Utilidade Pública		5.852.327,45	0,00	0,00	5.852.327,45	1.374.640,54	0,00	5.852.327,45
	2.801	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS URBANOS	Manutenção (ano)	4.000	0,00	0,00	4.000	4.000	0,00	4.000
		Meta Física		2.564.009,87	0,00	0,00	2.564.009,87	604.898,80	0,00	2.564.009,87
	Meta Financeira									
0029	Pavimentação de Ruas e Acessos									
	1.005	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E ACESSOS	Obras (ano)	1.000	0,00	0,00	1.000	1.000	0,00	1.000
		Meta Física		1.238.317,58	0,00	0,00	1.238.317,58	175.000,00	0,00	1.238.317,58
		Meta Financeira								
0030	Sistema de Abastecimento de Água									
	1.006	SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	Manutenção (ano)	1.000	0,00	0,00	1.000	1.000	0,00	1.000
		Meta Física		300.000,00	0,00	0,00	300.000,00	157.241,74	0,00	300.000,00
		Meta Financeira								
0030	2.802	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	Manutenção (ano)	4.000	0,00	0,00	4.000	4.000	0,00	4.000
		Meta Física		1.100.000,00	0,00	0,00	1.100.000,00	275.000,00	0,00	1.100.000,00
		Meta Financeira								

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

Anexo IV - Demonstrativo das Metas Fiscais e Fiscais por Ações

Calorido Abaixo em 10/10/2017 (C) - L. de Cálculo, nº 2018/2017 de 13/10/2017

Página 7/10
Data 13/10/2017

Código	Programa Ação	Produto (Un.)	PPA 2018-2021	Despesas Organizacionais		Saldo PPA	LDO 2018	LOA 2018	Saldo Atualizado PPA
				Realizado até 2018	Orçamento em 2018				
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SERRA ALTA									
Órgão:	08.00 SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERV. PÚBLICOS								
Unidade:	08.02 Departamento de Obras e Serviços Urbanos								
0031	Saneamento Básico		57.890.000,36	0,00	0,00	57.890.000,36	13.033.537,91	0,00	57.890.000,36
			10.803.844,12	0,00	0,00	10.803.844,12	2.412.519,71	0,00	10.803.844,12
			5.852.327,45	0,00	0,00	5.852.327,45	1.374.640,54	0,00	5.852.327,45
	1.007 SANEAMENTO BÁSICO	Obras (ano)	1.000	0.000	0.000	1.000	1.000	0.000	1.000
	Meta Meta								
	Meta Execução		100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	25.000,00	0,00	100.000,00
0043 Revitalização Urbana									
	1.004 REVITALIZAÇÃO DO PERÍMETRO URBANO	Obras (ano)	1.000	0.000	0.000	1.000	1.000	0.000	1.000
	Meta Meta								
	Meta Execução		500.000,00	0,00	0,00	500.000,00	125.000,00	0,00	500.000,00
0050 Aquisição de Bens Imóveis									
	1.018 Aquisição de Bens Imóveis	Bens Imóveis (ano)	4.000	0.000	0.000	4.000	4.000	0.000	4.000
	Meta Meta								
	Meta Execução		50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	12.500,00	0,00	50.000,00
Órgão:	09.00 Reserva de Contingência								
Unidade:	09.01 Reserva de Contingência								
			200.000,00	0,00	0,00	200.000,00	50.000,00	0,00	200.000,00
			200.000,00	0,00	0,00	200.000,00	50.000,00	0,00	200.000,00
0041	Reserva de Contingência								
	1.021 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	Reserva de Contingência (ano)							
	Meta Meta		4.000	0.000	0.000	4.000	4.000	0.000	4.000
	Meta Execução		200.000,00	0,00	0,00	200.000,00	50.000,00	0,00	200.000,00
Órgão:	11.00 Secretaria de Assistência Social								
Unidade:	11.02 Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA								
			5.941.479,15	0,00	0,00	5.941.479,15	1.505.950,29	0,00	5.941.479,15
			200.000,00	0,00	0,00	200.000,00	50.000,00	0,00	200.000,00
0038	Fundo da Infância e Adolescência - FIA								
	2.904 FUNDO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FIA Manutenção (ano)		4.000	0.000	0.000	4.000	4.000	0.000	4.000
	Meta Meta								
	Meta Execução		200.000,00	0,00	0,00	200.000,00	50.000,00	0,00	200.000,00

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

Anexo IV - Demonstrativo das Metas Fisicas e Fiscais por Ações

Calorção Abreviada em 10/02/2017 (C) - Lei de Orçamento nº 2018/2018 de 12/12/2017

Página 8/10
Data 13/10/2017

Código	Programa Ação	Produto (Un)	PPA 2018-2021	Despesas Organizacionais		Saldo PPA	LDO 2018	LOA 2018	Saldo Atualizado PPA
				Realizado até 2018	Orçamento em 2018				
0032	1 - MUNICÍPIO DE SERRA ALTA		57.890.000,36	0,00	0,00	57.890.000,36	13.033.537,91	0,00	57.890.000,36
	11.00 Secretaria de Assistência Social		5.941.479,15	0,00	0,00	5.941.479,15	1.505.950,29	0,00	5.941.479,15
	11.03 Fundo Municipal de Assistência Social		5.741.479,15	0,00	0,00	5.741.479,15	1.455.950,29	0,00	5.741.479,15
	Sistema Único de Assistência Social								
0033	1.008 REFORMA DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS	Obras (ano)							
	Meta Física		1.000	0,000	0,000	1.000	1.000	0,000	1.000
	Meta Financeira		200.000,00	0,00	0,00	200.000,00	50.000,00	0,00	200.000,00
	2.900 FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Manutencao (ano)		4.000	0,000	4.000	4.000	0,000	4.000
	Meta Física		3.467.770,31	0,00	0,00	3.467.770,31	841.326,88	0,00	3.467.770,31
0034	Proteção Social Básica								
	2.901 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	Manutencao (ano)		4.000	0,000	4.000	4.000	0,000	4.000
	Meta Física		320.000,00	0,00	0,00	320.000,00	80.000,00	0,00	320.000,00
	Meta Financeira								
0034	Proteção Social Especial								
	2.902 PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	Manutencao (ano)		4.000	0,000	4.000	4.000	0,000	4.000
	Meta Física		440.000,00	0,00	0,00	440.000,00	110.000,00	0,00	440.000,00
	Meta Financeira								
0035	Atendimento a Pessoa Idosa								
	2.903 ATENDIMENTO A PESSOA IDOSA	Manutencao (ano)		4.000	0,000	4.000	4.000	0,000	4.000
	Meta Física		720.000,00	0,00	0,00	720.000,00	180.000,00	0,00	720.000,00
	Meta Financeira								
0037	Construção e/ou Reforma de Centros de Convivência								
	1.009 REFORMA DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA	Obras (ano)		4.000	0,000	4.000	4.000	0,000	4.000
	Meta Física		250.000,00	0,00	0,00	250.000,00	112.500,00	0,00	250.000,00
	Meta Financeira								

Página: 9/10
Data: 13/10/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Anexo IV - Demonstrativo das Metas Fiscais e Fiscais por Ações
da Lei: Alteração em 10/03/2017 (L) - Lei de Orçamento, nº 2018/2017 de 10/03/2017

Código	Programa Ação	Produto (Un)	PPA 2018-2021	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2018	LOA 2018	Saldo Ajustado PPA
				Realizado até 2018	Orçamento em 2018				
0039	Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal								
	1 - MUNICIPIO DE SERRA ALTA								
	11.00 Secretaria de Assistência Social								
	11.03 Fundo Municipal de Assistência Social								
			57.890.000,36	0,00	0,00	57.890.000,36	13.033.637,91	0,00	57.890.000,36
			5.941.479,15	0,00	0,00	5.941.479,15	1.506.950,29	0,00	5.941.479,15
			5.741.479,15	0,00	0,00	5.741.479,15	1.456.950,29	0,00	5.741.479,15
	2.905 CADASTRO ÚNICO PARA PROGRAMAS SOCIAIS DO GOVERNO FEDERAL								
			4.000	0.000	0.000	4.000	4.000	0.000	4.000
			130.625,10	0,00	0,00	130.625,10	29.198,79	0,00	130.625,10
0040	Programa Pró-Moradia								
	1.010	PROGRAMA DE HABITAÇÃO	4.000	0.000	0.000	4.000	4.000	0.000	4.000
			213.083,74	0,00	0,00	213.083,74	52.924,62	0,00	213.083,74
0019	2 - FUNDO MUNICIPAL SAUDE SERRA ALTA								
	06.00 Secretaria de Saude								
	06.01 Departamento de Saude								
	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde								
			11.964.346,97	0,00	0,00	11.964.346,97	2.686.633,87	0,00	11.964.346,97
			11.964.346,97	0,00	0,00	11.964.346,97	2.686.633,87	0,00	11.964.346,97
			11.964.346,97	0,00	0,00	11.964.346,97	2.686.633,87	0,00	11.964.346,97
	Manutenção (ano)								
			4.000	0.000	0.000	4.000	4.000	0.000	4.000
			10.370.338,61	0,00	0,00	10.370.338,61	2.236.803,92	0,00	10.370.338,61
0020	Piso de Atenção Básica								
	2.601	PISO DE ATENÇÃO BÁSICA	4.000	0.000	0.000	4.000	4.000	0.000	4.000
			400.000,00	0,00	0,00	400.000,00	100.000,00	0,00	400.000,00
	Manutenção (ano)								
			4.000	0.000	0.000	4.000	4.000	0.000	4.000
			400.000,00	0,00	0,00	400.000,00	100.000,00	0,00	400.000,00
0021	Média e Alta Complexidade								
	2.602	MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	4.000	0.000	0.000	4.000	4.000	0.000	4.000
			600.000,00	0,00	0,00	600.000,00	150.000,00	0,00	600.000,00
			600.000,00	0,00	0,00	600.000,00	150.000,00	0,00	600.000,00
	Manutenção (ano)								
			4.000	0.000	0.000	4.000	4.000	0.000	4.000
			600.000,00	0,00	0,00	600.000,00	150.000,00	0,00	600.000,00

Página: 10/10
Data: 13/10/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Anexo IV - Demonstrativo das Metas Fiscais e Fiscais por Ações
Relatório Abrevidado em 10/10/2017 (C) - Lei de Orçamento nº 2018/2017 de 13/10/2017

Código	Programa Ação	Produto (Un)	PPA 2018-2021	Despesas Operacionais		Saldo PPA	LDO 2018	LOA 2018	Saldo Ajustado PPA
				Realizado até 2018	Orçamento em 2018				
0022 2 - FUNDO MUNICIPAL SAUDE SERRA ALTA									
Órgão: 06.00 Secretaria de Saude									
Unidade: 06.01 Departamento de Saude									
0022	Assistência Farmacêutica Básica		11.964.346,97	0,00	0,00	11.964.346,97	2.685.633,87	0,00	11.964.346,97
2.604	ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA	Manutencao (ano)	4.000	0,000	0,000	4.000	4.000	0,000	4.000
	Médo Médo		93.098,36	0,00	0,00	93.098,36	23.274,59	0,00	93.098,36
	Médo Encargos								
0023 Vigilância em Saúde									
2.603	VIGILÂNCIA EM SAÚDE	Manutencao (ano)	4.000	0,000	0,000	4.000	4.000	0,000	4.000
	Médo Médo		400.000,00	0,00	0,00	400.000,00	100.000,00	0,00	400.000,00
	Médo Encargos								
0046 Reforma e Adequação da Unidade Municipal de Saúde									
1.014	REVITALIZAÇÃO DA UNIDADE MUNICIPAL DE SAÚDE	Obras (ano)	4.000	0,000	0,000	4.000	4.000	0,000	4.000
	Médo Médo		100.910,00	0,00	0,00	100.910,00	75.555,36	0,00	100.910,00
	Médo Encargos								
3 - CAMARA MUNICIPAL DE SERRA ALTA									
Órgão: 01.00 Camara de Vereadores									
Unidade: 01.01 Camara de Vereadores									
0001	Processo Legislativo		4.156.400,00	0,00	0,00	4.156.400,00	920.000,00	0,00	4.156.400,00
1.000	CONSTRUÇÃO DA SEDE DO LEGISLATIVO	Obras (Un)	4.000	0,000	0,000	4.000	1.000	0,000	4.000
	Médo Médo		790.000,00	0,00	0,00	790.000,00	200.000,00	0,00	790.000,00
	Médo Encargos								
2.100	MANUTENÇÃO DO PODER LEGISLATIVO	Manutencao (ano)	4.000	0,000	0,000	4.000	4.000	0,000	4.000
	Médo Médo		3.366.400,00	0,00	0,00	3.366.400,00	720.000,00	0,00	3.366.400,00
	Médo Encargos								
Total geral:				0,00	0,00	74.010.747,33	16.638.171,78	0,00	74.010.747,33

Página: 1/10
Data: 13/10/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Anexo IV - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações
Relatório Anual em 2017 (C) - Lei de Orçamento, nº 2018/2017 de 19-12-2017

Código	Programa Ação	Produto (Un)	PPA 2018-2021	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2018	LOA 2018	Saldo Alinhado PPA
				Realizado até 2018	Orçamento em 2018				
0002	1 - MUNICÍPIO DE SERRA ALTA		57.890.000,36	0,00	0,00	57.890.000,36	13.033.537,91	0,00	57.890.000,36
	02.00 Gabinete do Prefeito		3.640.000,00	0,00	0,00	3.640.000,00	800.000,00	0,00	3.640.000,00
	02.01 Gabinete do Prefeito		3.640.000,00	0,00	0,00	3.640.000,00	800.000,00	0,00	3.640.000,00
	Gestão Administrativa Superior								
2.200	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO	Manutenção (Un)	4.000	0.000	0.000	4.000	4.000	0.000	4.000
	Meta Física								
	Meta Financeira		3.040.000,00	0,00	0,00	3.040.000,00	650.000,00	0,00	3.040.000,00
0003	Manutenção do Conselho Tutelar								
	2.201 MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR	Manutenção (ano)	4.000	0.000	0.000	4.000	4.000	0.000	4.000
	Meta Física								
	Meta Financeira		600.000,00	0,00	0,00	600.000,00	150.000,00	0,00	600.000,00
Órgão: Unidade:	03.00 Secretaria de Administração e Des. Econômico		6.113.502,76	0,00	0,00	6.113.502,76	1.375.371,42	0,00	6.113.502,76
	03.01 Departamento de Administração		5.008.112,75	0,00	0,00	5.008.112,75	1.099.168,58	0,00	5.008.112,75
0004	Administração Geral								
1.003	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS	Bens Móveis (Un)	1.000	0.000	0.000	1.000	1.000	0.000	1.000
	Meta Física								
	Meta Financeira		100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00
2.300	MANUTENÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO GERAL	Manutenção (ano)	4.000	0.000	0.000	4.000	4.000	0.000	4.000
	Meta Física								
	Meta Financeira		3.620.000,00	0,00	0,00	3.620.000,00	805.000,00	0,00	3.620.000,00
2.301	FESTIVIDADES DO MUNICÍPIO	Manutenção (ano)	4.000	0.000	0.000	4.000	4.000	0.000	4.000
	Meta Física								
	Meta Financeira		400.000,00	0,00	0,00	400.000,00	100.000,00	0,00	400.000,00
2.303	APOIO A SEGURANÇA PÚBLICA	Manutenção (ano)	4.000	0.000	0.000	4.000	4.000	0.000	4.000
	Meta Física								
	Meta Financeira		708.112,75	0,00	0,00	708.112,75	174.168,58	0,00	708.112,75

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

Anexo IV - Demonstrativo das Metas Fisicas e Fiscais por Ações

Calorção Abaixo em 100/2017 (C) - Lei de Orçamento, nº 2018/2018 de 124/2017

Página 3/10
Data 13/10/2017

Código	Programa Ação	Produto (Un)	PPA 2018 2021	Despesas Organizacionais		Saldo PPA	LOA 2018	Saldo Atualizado PPA
				Realizado até 2018	Orçamento em 2018			
0011	1 - MUNICÍPIO DE SERRA ALTA		57.890.000,36	0,00	0,00	57.890.000,36	0,00	57.890.000,36
	05.00 Secretaria de Educação, Cultura e Esportes		22.291.174,33	0,00	0,00	22.291.174,33	0,00	22.291.174,33
	05.01 Departamento de Educação		20.281.174,33	0,00	0,00	20.281.174,33	0,00	20.281.174,33
0012	Manutenção do Ensino Fundamental							
	2.500 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	Manutenção (ano)	4.000	0,000	0,000	4.000	0,000	4.000
	Meta Fisica		10.260.230,37	0,00	0,00	10.260.230,37	0,00	10.260.230,37
0013	Programa de Alimentação Escolar							
	2.504 PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	Manutenção (ano)	4.000	0,000	0,000	4.000	0,000	4.000
	Meta Fisica		750.000,00	0,00	0,00	750.000,00	0,00	750.000,00
0014	Transporte Escolar Coletivo de Alunos							
	1.020 Aquisição de Veículos	Bens Móveis (ano)	4.000	0,000	0,000	4.000	0,000	4.000
	Meta Fisica		250.000,00	0,00	0,00	250.000,00	0,00	250.000,00
0015	MANUTENÇÃO DO TRANSPORT ESCOLAR							
	2.503 MANUTENÇÃO DO TRANSPORT ESCOLAR	Manutenção (ano)	4.000	0,000	0,000	4.000	0,000	4.000
	Meta Fisica		935.614,84	0,00	0,00	935.614,84	0,00	935.614,84
0016	Manutenção do Ensino Infantil							
	2.501 MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	Manutenção (ano)	4.000	0,000	0,000	4.000	0,000	4.000
	Meta Fisica		2.909.165,81	0,00	0,00	2.909.165,81	0,00	2.909.165,81
0017	Manutenção da Creche							
	2.502 MANUTENÇÃO DA CRECHE	Manutenção (ano)	4.000	0,000	0,000	4.000	0,000	4.000
	Meta Fisica		4.426.163,31	0,00	0,00	4.426.163,31	0,00	4.426.163,31

Página: 4/10
Data: 13/10/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Anexo IV - Demonstrativo das Metas Fiscais e Fiscais por Ações
Delegado: Abençoado em 10/10/2017 (02) - Lei de Orçamento, nº 2018/002 de 13/10/2017

Código	Programa Ação	Produto (Un)	PPA 2018-2021	Despesas Operacionais		Saldo PPA	LDO 2018	LOA 2018	Saldo Ajustado PPA
				Realizado até 2018	Orçamento em 2018				
0016	1 - MUNICÍPIO DE SERRA ALTA 05.00 Secretaria de Educação, Cultura e Esportes Unidades: 05.01 Departamento de Educação	Educação Especial	57.890.000,36	0,00	0,00	57.890.000,36	13.033.537,91	0,00	57.890.000,36
			22.291.174,33	0,00	0,00	22.291.174,33	5.090.337,14	0,00	22.291.174,33
			20.281.174,33	0,00	0,00	20.281.174,33	4.537.837,14	0,00	20.281.174,33
0044	2.505 EDUCAÇÃO ESPECIAL Meta Meta Meta Encerrado	Manutenção (ano)	4.000	0,000	0,000	4.000	4.000	0,000	4.000
			150.000,00	0,00	0,00	150.000,00	37.500,00	0,00	150.000,00
0048	Ampliação ou Adequações na Creche Municipal 1.012 AMPLIAÇÃO DA CRECHE MUNICIPAL Meta Meta Meta Encerrado	Obras (ano)	4.000	0,000	0,000	4.000	4.000	0,000	4.000
			300.000,00	0,00	0,00	300.000,00	75.000,00	0,00	300.000,00
0048	Ampliação e Reforma do Centro Municipal de Educação 1.016 AMPLIAÇÃO E REFORMA DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO Meta Meta Meta Encerrado	Obras (ano)	4.000	0,000	0,000	4.000	4.000	0,000	4.000
			300.000,00	0,00	0,00	300.000,00	75.000,00	0,00	300.000,00
			980.000,00	0,00	0,00	980.000,00	245.000,00	0,00	980.000,00
0017	05.02 Departamento de Cultura Cultura, Arte e Lazer	Manutenção (ano)	4.000	0,000	0,000	4.000	4.000	0,000	4.000
			980.000,00	0,00	0,00	980.000,00	245.000,00	0,00	980.000,00
			1.030.000,00	0,00	0,00	1.030.000,00	307.500,00	0,00	1.030.000,00
0018	05.03 Departamento de Esportes Esporte Participativo 2.507 ESPORTE, FORMAÇÃO E FAZER Meta Meta Meta Encerrado	Manutenção (ano)	4.000	0,000	0,000	4.000	4.000	0,000	4.000
			880.000,00	0,00	0,00	880.000,00	220.000,00	0,00	880.000,00

Página 5/10
Data 13/10/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Anexo IV - Demonstrativo das Metas Fiscais e Fiscais por Ações
Calorido Abaixo em 10/10/2017 (C) - Lei de Orçamento, nº 2018/2018 de 13/10/2017

Código	Programa Ação	Produto (Un)	PPA 2018-2021	Despesas Organizativas		Saldo PPA	LDO 2018	LOA 2018	Saldo Atualizado PPA
				Realizado até 2018	Orçamento em 2018				
0047	1 - MUNICIPIO DE SERRA ALTA		57.890.000,36	0,00	0,00	57.890.000,36	13.033.537,91	0,00	57.890.000,36
	05.00 Secretaria de Educacao, Cultura e Esportes		22.291.174,33	0,00	0,00	22.291.174,33	5.090.337,14	0,00	22.291.174,33
	05.03 Departamento de Esportes		1.030.000,00	0,00	0,00	1.030.000,00	307.500,00	0,00	1.030.000,00
	Construção, reforma de Centros Esportivos								
0049	1.015 REFORMA E CONSTRUÇÃO DE CENTROS ESPORTIVOS E VESTIÁRIOS	Obras (ano)	4.000	0.000	0.000	4.000	4.000	0.000	4.000
	Multa Exata		100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	75.000,00	0,00	100.000,00
	Multa Encargada								
	Academias ao Ar Livre								
0051	1.017 INSTALAÇÃO DE ACADEMIAS AO AR LIVRE	Obras (ano)	4.000	0.000	0.000	4.000	4.000	0.000	4.000
	Multa Exata		50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	12.500,00	0,00	50.000,00
	Multa Encargada								
	07.00 Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente		4.250.000,00	0,00	0,00	4.250.000,00	962.500,00	0,00	4.250.000,00
0024	07.01 Departamento de Agricultura		4.250.000,00	0,00	0,00	4.250.000,00	962.500,00	0,00	4.250.000,00
	Assistência ao Produtor Rural								
	2.700 ASSISTÊNCIA AO PRODUTOR RURAL	Manutencao (ano)	4.000	0.000	0.000	4.000	4.000	0.000	4.000
	Multa Exata		4.200.000,00	0,00	0,00	4.200.000,00	950.000,00	0,00	4.200.000,00
0051	Construção de um Depósito de Calceiro								
	1.019 CONSTRUÇÃO DE DEPOSITO DE CALÇAREO	Obras (ano)	4.000	0.000	0.000	4.000	4.000	0.000	4.000
	Multa Exata		50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	12.500,00	0,00	50.000,00
	Multa Encargada								
0026	08.00 SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERV. PUBLICOS		10.803.844,12	0,00	0,00	10.803.844,12	2.412.519,71	0,00	10.803.844,12
	08.01 Departamento de Transportes		4.951.516,67	0,00	0,00	4.951.516,67	1.037.879,17	0,00	4.951.516,67
	Manutenção da Secretaria dos Transportes								
	2.800 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DOS TRANSPORTES	Manutencao (ano)	4.000	0.000	0.000	4.000	4.000	0.000	4.000
	Multa Exata		4.851.516,67	0,00	0,00	4.851.516,67	1.012.879,17	0,00	4.851.516,67
	Multa Encargada								

Página 6/10
Data: 13/10/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
LEIDE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Anexo IV - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações
Relatório Abaixo em 08/10/2017 (C) - Lei de Orç. nº 2018/2017 de 13/10/2017

Código	Programa Ação	Produto (Un)	PPA 2018-2021	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2018	LOA 2018	Saldo Alinhado PPA
				Realizado até 2018	Orçamento em 2018				
0045	1 - MUNICÍPIO DE SERRA ALTA		57.890.000,36	0,00	0,00	57.890.000,36	13.033.537,91	0,00	57.890.000,36
	08.00	SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERV. PUBLICOS	10.803.844,12	0,00	0,00	10.803.844,12	2.412.519,71	0,00	10.803.844,12
	08.01	Departamento de Transportes	4.951.516,67	0,00	0,00	4.951.516,67	1.037.879,17	0,00	4.951.516,67
	Construção do Parque de Máquinas								
0027	1.013	CONSTRUÇÃO DA GARAGEM DO PARQUE DE MAQUINAS	4.000	0,000	0,000	4.000	4.000	0,000	4.000
		Meta Física							
		Meta Financeira	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	25.000,00	0,00	100.000,00
	08.02	Departamento de Obras e Serviços Urbanos	5.852.327,45	0,00	0,00	5.852.327,45	1.374.640,54	0,00	5.852.327,45
0029	Serviços de Utilidade Pública								
	2.801	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS URBANOS	4.000	0,000	0,000	4.000	4.000	0,000	4.000
		Meta Física							
		Meta Financeira	2.564.009,87	0,00	0,00	2.564.009,87	604.898,80	0,00	2.564.009,87
0030	Pavimentação de Ruas e Acessos								
	1.005	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E ACESSOS	1.000	0,000	0,000	1.000	1.000	0,000	1.000
		Meta Física							
		Meta Financeira	1.238.317,58	0,00	0,00	1.238.317,58	175.000,00	0,00	1.238.317,58
0030	Sistema de Abastecimento de Água								
	1.006	SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	1.000	0,000	0,000	1.000	1.000	0,000	1.000
		Meta Física							
		Meta Financeira	300.000,00	0,00	0,00	300.000,00	157.241,74	0,00	300.000,00
0030	2.802 MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA								
		Meta Física	4.000	0,000	0,000	4.000	4.000	0,000	4.000
		Meta Financeira	1.100.000,00	0,00	0,00	1.100.000,00	275.000,00	0,00	1.100.000,00
		Meta Financeira							

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

Anexo IV - Demonstrativo das Metas Fiscais e Fiscais por Ações

Calorido Abaixo em 10/10/17 (C) - L. de Cálculo, nº 2018/2017 de 13/10/2017

Página 7/10
Data 13/10/2017

Código	Programa Ação	Produto (Un.)	PPA 2018-2021	Despesas Organizacionais		Saldo PPA	LDO 2018	LOA 2018	Saldo Atualizado PPA	
				Realizado até 2018	Orçamento em 2018					
Endereço: Origem: Unidade: 0031	1 - MUNICÍPIO DE SERRA ALTA									
	08.00 SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERV. PÚBLICOS									
	08.02 Departamento de Obras e Serviços Urbanos									
	Saneamento Básico									
	1.007	SANEAMENTO BÁSICO		57.890.000,36	0,00	0,00	57.890.000,36	13.033.537,91	0,00	57.890.000,36
		Meta Meta	1.000	10.803.844,12	0,00	0,00	10.803.844,12	2.412.519,71	0,00	10.803.844,12
		Meta Encerrado	100.000,00	5.852.327,45	0,00	0,00	5.852.327,45	1.374.640,54	0,00	5.852.327,45
		Obras (ano)			0,000	0,000	1.000	1.000	0,000	1.000
					0,00	0,00	100.000,00	25.000,00	0,00	100.000,00
0043	Revitalização Urbana									
	1.004	REVITALIZAÇÃO DO PERÍMETRO URBANO		1.000	0,000	0,000	1.000	1.000	0,000	1.000
		Meta Meta								
		Meta Encerrado	500.000,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00	125.000,00	0,00	500.000,00
0050	Aquisição de Bens Imóveis									
	1.018	Aquisição de Bens Imóveis		4.000	0,000	0,000	4.000	4.000	0,000	4.000
		Meta Meta								
		Meta Encerrado	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	12.500,00	0,00	50.000,00
Origem:	09.00	Reserva de Contingência		200.000,00	0,00	0,00	200.000,00	50.000,00	0,00	200.000,00
Unidade:	09.01	Reserva de Contingência		200.000,00	0,00	0,00	200.000,00	50.000,00	0,00	200.000,00
0041	Reserva de Contingência									
	1.021	RESERVA DE CONTINGÊNCIA								
		Meta Meta		4.000	0,000	0,000	4.000	4.000	0,000	4.000
		Meta Encerrado	200.000,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	50.000,00	0,00	200.000,00
Origem:	11.00	Secretaria de Assistência Social		5.941.479,15	0,00	0,00	5.941.479,15	1.505.950,29	0,00	5.941.479,15
Unidade:	11.02	Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA		200.000,00	0,00	0,00	200.000,00	50.000,00	0,00	200.000,00
0038	Fundo da Infância e Adolescência - FIA									
	2.904	FUNDO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FIA Manutenção (ano)		4.000	0,000	0,000	4.000	4.000	0,000	4.000
		Meta Meta								
		Meta Encerrado	200.000,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	50.000,00	0,00	200.000,00

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

Anexo IV - Demonstrativo das Metas Fiscais e Fiscais por Ações

Calorção Abreviada em 10/10/2017 (C) - Lei de Orçamento nº 2018/2018 de 12/12/2017

Página 8/10
Data 13/10/2017

Código	Programa Ação	Produto (Un)	PPA 2018-2021	Despesas Organizacionais		Saldo PPA	LDO 2018	LOA 2018	Saldo Atualizado PPA
				Realizado até 2018	Orçamento em 2018				
0032	1 - MUNICÍPIO DE SERRA ALTA		57.890.000,36	0,00	0,00	57.890.000,36	13.033.537,91	0,00	57.890.000,36
	11.00 Secretaria de Assistência Social		5.941.479,15	0,00	0,00	5.941.479,15	1.505.950,29	0,00	5.941.479,15
	11.03 Fundo Municipal de Assistência Social		5.741.479,15	0,00	0,00	5.741.479,15	1.455.950,29	0,00	5.741.479,15
	Sistema Único de Assistência Social								
0033	1.008 REFORMA DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS	Obras (ano)							
	Meta Meta		1.000	0,000	0,000	1.000	1.000	0,000	1.000
	Meta Encargado		200.000,00	0,00	0,00	200.000,00	50.000,00	0,00	200.000,00
	2.900 FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Manutenção (ano)							
	Meta Meta		4.000	0,000	0,000	4.000	4.000	0,000	4.000
	Meta Encargado		3.467.770,31	0,00	0,00	3.467.770,31	841.328,88	0,00	3.467.770,31
0034	Proteção Social Básica								
	2.901 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	Manutenção (ano)							
	Meta Meta		4.000	0,000	0,000	4.000	4.000	0,000	4.000
	Meta Encargado		320.000,00	0,00	0,00	320.000,00	80.000,00	0,00	320.000,00
0034	Proteção Social Especial								
	2.902 PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	Manutenção (ano)							
	Meta Meta		4.000	0,000	0,000	4.000	4.000	0,000	4.000
	Meta Encargado		440.000,00	0,00	0,00	440.000,00	110.000,00	0,00	440.000,00
0035	Atendimento a Pessoa Idosa								
	2.903 ATENDIMENTO A PESSOA IDOSA	Manutenção (ano)							
	Meta Meta		4.000	0,000	0,000	4.000	4.000	0,000	4.000
	Meta Encargado		720.000,00	0,00	0,00	720.000,00	180.000,00	0,00	720.000,00
0037	Construção e/ou Reforma de Centros de Convivência								
	1.009 REFORMA DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA	Obras (ano)							
	Meta Meta		4.000	0,000	0,000	4.000	4.000	0,000	4.000
	Meta Encargado		250.000,00	0,00	0,00	250.000,00	112.500,00	0,00	250.000,00

Página 9/10
Data 13/10/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Anexo IV - Demonstrativo das Metas Fiscais e Fiscais por Ações
Código: Alterado em 09/07/2017 (03) - Lei de Orçamento nº 2018.002 de 09-07-2017

Código	Programa Ação	Produto (Un)	PPA 2018-2021	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2018	LOA 2018	Saldo Ajustado PPA
				Realizado até 2018	Orçamento em 2018				
0039	Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal								
	2.905 CADASTRO ÚNICO PARA PROGRAMAS SOCIAIS DO GOVERNO FEDERAL								
	Metas Fiscais								
	11.03	Fundo Municipal de Assistência Social	5.741.479,15	0,00	0,00	5.741.479,15	1.456.950,29	0,00	5.741.479,15
0040	Programa Pró-Moradia								
	1.010 PROGRAMA DE HABITAÇÃO								
	Metas Fiscais								
		Obras (ano)	4.000	0,000	0,000	4.000	4.000	0,000	4.000
			213.083,74	0,00	0,00	213.083,74	52.924,62	0,00	213.083,74
0019	2 - FUNDO MUNICIPAL SAÚDE SERRA ALTA								
	06.00 Secretaria de Saúde								
	06.01 Departamento de Saúde								
			11.964.346,97	0,00	0,00	11.964.346,97	2.686.633,87	0,00	11.964.346,97
			11.964.346,97	0,00	0,00	11.964.346,97	2.686.633,87	0,00	11.964.346,97
			11.964.346,97	0,00	0,00	11.964.346,97	2.686.633,87	0,00	11.964.346,97
0020	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde								
	2.600 ATENÇÃO À SAÚDE PREVENTIVA								
	Metas Fiscais								
		Manutenção (ano)	4.000	0,000	0,000	4.000	4.000	0,000	4.000
			10.370.338,61	0,00	0,00	10.370.338,61	2.236.803,92	0,00	10.370.338,61
0021	Piso de Atenção Básica								
	2.601 PISO DE ATENÇÃO BÁSICA								
	Metas Fiscais								
		Manutenção (ano)	4.000	0,000	0,000	4.000	4.000	0,000	4.000
			400.000,00	0,00	0,00	400.000,00	100.000,00	0,00	400.000,00
0021	Média e Alta Complexidade								
	2.602 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE								
	Metas Fiscais								
		Manutenção (ano)	4.000	0,000	0,000	4.000	4.000	0,000	4.000
			600.000,00	0,00	0,00	600.000,00	150.000,00	0,00	600.000,00

Página: 10/10
Data: 13/10/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Anexo IV - Demonstrativo das Metas Fiscais e Fiscais por Ações
Delegado: Abençoado em 10/10/2017 (2) - Lei de Orçamento nº 2018/2018 de 134.320.17

Código	Programa Ação	Produto (Un)	PPA 2018-2021	Despesas Operacionais		Saldo PPA	LDO 2018	LOA 2018	Saldo Ajustado PPA
				Realizado até 2018	Orçamento em 2018				
0022	2 - FUNDO MUNICIPAL SAÚDE SERRA ALTA 06.00 Secretaria de Saúde Unidades: 06.01 Departamento de Saúde	Assistência Farmacêutica Básica	11.964.346,97	0,00	0,00	11.964.346,97	2.685.633,87	0,00	11.964.346,97
			11.964.346,97	0,00	0,00	11.964.346,97	2.685.633,87	0,00	11.964.346,97
			11.964.346,97	0,00	0,00	11.964.346,97	2.685.633,87	0,00	11.964.346,97
0023	2.604 ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA Meta Meta Meta Encerrado	Manutenção (ano)	4.000	0,000	0,000	4.000	4.000	0,000	4.000
			93.098,36	0,00	0,00	93.098,36	23.274,59	0,00	93.098,36
0023	Vigilância em Saúde 2.603 VIGILÂNCIA EM SAÚDE Meta Meta Meta Encerrado	Manutenção (ano)	4.000	0,000	0,000	4.000	4.000	0,000	4.000
			400.000,00	0,00	0,00	400.000,00	100.000,00	0,00	400.000,00
0046	Reforma e Adequação da Unidade Municipal de Saúde 1.014 REVITALIZAÇÃO DA UNIDADE MUNICIPAL DE SAÚDE Meta Meta Meta Encerrado	Obras (ano)	4.000	0,000	0,000	4.000	4.000	0,000	4.000
			100.910,00	0,00	0,00	100.910,00	75.555,36	0,00	100.910,00
0046	3 - CAMARA MUNICIPAL DE SERRA ALTA 01.00 Câmara de Vereadores Unidades: 01.01 Câmara de Vereadores		4.156.400,00	0,00	0,00	4.156.400,00	920.000,00	0,00	4.156.400,00
			4.156.400,00	0,00	0,00	4.156.400,00	920.000,00	0,00	4.156.400,00
			4.156.400,00	0,00	0,00	4.156.400,00	920.000,00	0,00	4.156.400,00
0001	Processo Legislativo 1.000 CONSTRUÇÃO DA SEDE DO LEGISLATIVO Meta Meta Meta Encerrado	Obras (UN)	4.000	0,000	0,000	4.000	1.000	0,000	4.000
			790.000,00	0,00	0,00	790.000,00	200.000,00	0,00	790.000,00
2.100	MANUTENÇÃO DO PODER LEGISLATIVO Meta Meta Meta Encerrado	Manutenção (ano)	4.000	0,000	0,000	4.000	4.000	0,000	4.000
			3.366.400,00	0,00	0,00	3.366.400,00	720.000,00	0,00	3.366.400,00
Total geral:			74.010.747,33	0,00	0,00	74.010.747,33	16.638.171,78	0,00	74.010.747,33

Estado de Santa Catarina**Página: 2/7****MUNICÍPIO DE SERRA ALTA****Data: 13/10/2017****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018****ANEXO DE METAS FISCAIS****Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas****Relatório Atualizado em 06/08/2018 (C)**

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação		Previsão - R\$ 1,00		
		Ano 2018	Ano 2019	Ano 2020
1 - MUNICÍPIO DE SERRA ALTA				
4.1.1.2.2.011.3.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços - Dívida Ativa	700,00	749,00	808,92
4.1.1.2.2.011.3.01.00.00	Taxa de Limpeza Pública - Dívida Ativa	500,00	535,00	577,80
4.1.1.2.2.011.3.02.00.00	Taxa de Cemitérios - Dívida Ativa	100,00	107,00	115,56
4.1.1.2.2.011.3.03.00.00	Taxa de Expediente - Dívida Ativa	100,00	107,00	115,56
4.1.1.2.2.011.4.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços - Dívida Ativa - Mult	700,00	749,00	808,92
4.1.1.2.2.011.4.01.00.00	Taxa de Limpeza Pública - Dívida Ativa - Multas e Jur	500,00	535,00	577,80
4.1.1.2.2.011.4.02.00.00	Taxa de Cemitérios - Dívida Ativa - Multas e Juros	100,00	107,00	115,56
4.1.1.2.2.011.4.03.00.00	Taxa de Expediente - Dívida Ativa - Multas e Juros	100,00	107,00	115,56
4.1.1.3.0.000.0.00.00.00	Contribuição de Melhoria	73.600,83	78.752,89	85.053,12
4.1.1.3.8.000.0.00.00.00	Contribuição de Melhoria - Especifica E/M	73.600,83	78.752,89	85.053,12
4.1.1.3.8.040.0.00.00.00	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras Co	73.600,83	78.752,89	85.053,12
4.1.1.3.8.041.0.00.00.00	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras C	73.600,83	78.752,89	85.053,12
4.1.1.3.8.041.1.00.00.00	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras	73.600,83	78.752,89	85.053,12
4.1.1.3.8.041.1.01.00.00	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras	65.822,43	70.430,00	76.064,40
4.1.1.3.8.041.1.02.00.00	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras	2.000,00	2.140,00	2.311,20
4.1.1.3.8.041.1.03.00.00	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras	1.538,09	1.645,76	1.777,42
4.1.1.3.8.041.1.04.00.00	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras	4.240,31	4.537,13	4.900,10
4.1.2.0.0.000.0.00.00.00	Contribuições	92.964,23	106.471,72	122.989,46
4.1.2.4.0.000.0.00.00.00	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Públi	92.964,23	106.471,72	122.989,46
4.1.2.4.0.010.0.00.00.00	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação F	92.964,23	106.471,72	122.989,46
4.1.2.4.0.011.0.00.00.00	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação	92.964,23	106.471,72	122.989,46
4.1.3.0.0.000.0.00.00.00	Receita Patrimonial	218.766,63	228.830,29	241.136,71
4.1.3.1.0.000.0.00.00.00	Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	5.000,00	5.350,00	5.778,00
4.1.3.1.0.990.0.00.00.00	Outras Receitas Imobiliárias	5.000,00	5.350,00	5.778,00
4.1.3.1.0.991.0.00.00.00	Outras Receitas Imobiliárias	5.000,00	5.350,00	5.778,00
4.1.3.1.0.991.1.00.00.00	Outras Receitas Imobiliárias - Principal	5.000,00	5.350,00	5.778,00
4.1.3.1.0.991.1.01.00.00	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do D	5.000,00	5.350,00	5.778,00
4.1.3.2.0.000.0.00.00.00	Valores Mobiliários	213.766,63	223.480,29	235.358,71
4.1.3.2.1.000.0.00.00.00	Juros e Correções Monetárias	213.766,63	223.480,29	235.358,71
4.1.3.2.1.001.0.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	213.766,63	223.480,29	235.358,71
4.1.3.2.1.001.1.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	213.766,63	223.480,29	235.358,71
4.1.3.2.1.001.1.01.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal - R	133.269,98	137.348,87	142.336,78
4.1.3.2.1.001.1.01.01.00	Remuneração - Fundo Especial do Petróleo - FEPE	1.040,58	1.113,42	1.202,49
4.1.3.2.1.001.1.01.02.00	Remuneração - Fundo de Manutenção e Desenvolvi	6.288,28	6.728,46	7.266,74
4.1.3.2.1.001.1.01.05.00	Remuneração - Convênio FUNREBOM	1.650,00	1.765,50	1.906,73
4.1.3.2.1.001.1.01.06.00	Remuneração - Convênio de Trânsito da Prefeitura	30.000,00	30.000,00	30.000,00
4.1.3.2.1.001.1.01.07.00	Remuneração - Convênio de Trânsito da Polícia Mil	25.000,00	25.000,00	25.000,00
4.1.3.2.1.001.1.01.08.00	Remuneração - Convênio de Trânsito da Polícia Civ	20.000,00	20.000,00	20.000,00
4.1.3.2.1.001.1.01.11.00	Remuneração - Contribuição de Intervenção no Dor	1.093,83	1.170,39	1.264,03
4.1.3.2.1.001.1.01.12.00	Remuneração - Transferências do Fundo Nacional c	6.326,88	6.769,76	7.311,34
4.1.3.2.1.001.1.01.14.00	Remuneração - Contribuição para o Custeio da Ilum	1.390,22	1.487,53	1.606,54
4.1.3.2.1.001.1.01.15.00	Remuneração - Transferências do Quota Salário-Ed	8.307,43	8.888,95	9.600,06
4.1.3.2.1.001.1.01.16.00	Remuneração - Transferências Convênios Educaçã	4.302,45	4.603,63	4.971,92
4.1.3.2.1.001.1.01.17.00	Remuneração - Transferências do Programa Nacior	1.377,05	1.473,44	1.591,32
4.1.3.2.1.001.1.01.18.00	Remuneração - Transferências do Programa Nacior	423,27	452,90	489,13
4.1.3.2.1.001.1.01.19.00	Remuneração - Operações de Crédito - Outros Prog	1.204,84	1.289,17	1.392,31
4.1.3.2.1.001.1.01.20.00	Remuneração - Alienação de Bens	2.924,62	3.129,35	3.379,70
4.1.3.2.1.001.1.01.21.00	Remuneração - Transferências do Fundo Estadual c	1.698,79	1.817,71	1.963,12
4.1.3.2.1.001.1.01.22.00	Remuneração - Transferências do Estado para o Tr	500,00	535,00	577,80
4.1.3.2.1.001.1.01.23.00	Remuneração - Transferências de Convênios - Outr	1.000,00	1.070,00	1.155,60
4.1.3.2.1.001.1.01.24.00	Remuneração - Outros Recursos Vinculados	18.741,74	20.053,66	21.657,95

Estado de Santa Catarina**Página: 3/7****MUNICÍPIO DE SERRA ALTA****Data: 13/10/2017****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018****ANEXO DE METAS FISCAIS****Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas****Relatório Atualizado em 06/09/2018 (C)**

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação	Previsão - R\$ 1,00			
	Ano 2018	Ano 2019	Ano 2020	
1 - MUNICÍPIO DE SERRA ALTA				
4.1.3.2.1.00.1.1.02.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal - R	80.496,65	86.131,42	93.021,93
4.1.3.2.1.00.1.1.02.02.00	Remuneração - Convênio Radiopatrulha	300,00	321,00	346,68
4.1.3.2.1.00.1.1.02.03.00	Remuneração - Outros Recursos Não Vinculados	80.196,65	85.810,42	92.675,25
4.1.4.0.0.00.0.0.00.00.00	Receita Agropecuária	4.550,82	4.869,37	5.258,92
4.1.4.0.0.00.1.0.00.00.00	Receita Agropecuária	4.550,82	4.869,37	5.258,92
4.1.4.0.0.00.1.1.00.00.00	Receita Agropecuária - Principal	4.550,82	4.869,37	5.258,92
4.1.6.0.0.00.0.0.00.00.00	Receita de Serviços	623.279,69	666.909,27	720.262,01
4.1.6.1.0.00.0.0.00.00.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	335.923,32	359.437,96	388.192,99
4.1.6.1.0.01.0.0.00.00.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	329.877,82	352.969,27	381.206,81
4.1.6.1.0.01.1.0.00.00.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	329.877,82	352.969,27	381.206,81
4.1.6.1.0.01.1.1.00.00.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Princip	325.377,82	348.154,27	376.006,61
4.1.6.1.0.01.1.1.01.00.00	Serviços de Captação, Adução, Tratamento, Reserva	323.377,82	346.014,27	373.695,41
4.1.6.1.0.01.1.1.02.00.00	Serviços de Ligamento e Religamento de Água - Prin	2.000,00	2.140,00	2.311,20
4.1.6.1.0.01.1.2.00.00.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Multas	500,00	535,00	577,80
4.1.6.1.0.01.1.2.01.00.00	Serviços de Captação, Adução, Tratamento, Reserva	500,00	535,00	577,80
4.1.6.1.0.01.1.3.00.00.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Dívida	2.000,00	2.140,00	2.311,20
4.1.6.1.0.01.1.3.01.00.00	Serviços de Captação, Adução, Tratamento, Reserva	2.000,00	2.140,00	2.311,20
4.1.6.1.0.01.1.4.00.00.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Dívida	2.000,00	2.140,00	2.311,20
4.1.6.1.0.01.1.4.01.00.00	Serviços de Captação, Adução, Tratamento, Reserva	2.000,00	2.140,00	2.311,20
4.1.6.1.0.02.0.0.00.00.00	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	6.045,50	6.468,69	6.986,18
4.1.6.1.0.02.1.0.00.00.00	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	6.045,50	6.468,69	6.986,18
4.1.6.1.0.02.1.1.00.00.00	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Princ	6.045,50	6.468,69	6.986,18
4.1.6.9.0.00.0.0.00.00.00	Outros Serviços	287.356,37	307.471,31	332.069,02
4.1.6.9.0.99.0.0.00.00.00	Outros Serviços	287.356,37	307.471,31	332.069,02
4.1.6.9.0.99.1.0.00.00.00	Outros Serviços	287.356,37	307.471,31	332.069,02
4.1.6.9.0.99.1.1.00.00.00	Outros Serviços - Principal	278.256,37	297.734,31	321.553,06
4.1.6.9.0.99.1.1.01.00.00	Serviços de Preparação da Terra em Propriedades P.	265.085,73	283.641,73	306.333,07
4.1.6.9.0.99.1.1.02.00.00	Serviços de Cemitério - Principal	1.670,64	1.787,58	1.930,59
4.1.6.9.0.99.1.1.03.00.00	Serviços de Análise de Solo - Principal	2.500,00	2.675,00	2.889,00
4.1.6.9.0.99.1.1.04.00.00	Serviços Esportivos, Recreativos e Culturais - Princip	9.000,00	9.630,00	10.400,40
4.1.6.9.0.99.1.2.00.00.00	Outros Serviços - Multas e Juros	700,00	749,00	808,92
4.1.6.9.0.99.1.2.01.00.00	Serviços de Preparação da Terra em Propriedades P.	500,00	535,00	577,80
4.1.6.9.0.99.1.2.02.00.00	Serviços de Cemitério - Multas e Juros	100,00	107,00	115,56
4.1.6.9.0.99.1.2.03.00.00	Serviços de Análise de Solo - Multas e Juros	100,00	107,00	115,56
4.1.6.9.0.99.1.3.00.00.00	Outros Serviços - Dívida Ativa	5.200,00	5.564,00	6.009,12
4.1.6.9.0.99.1.3.01.00.00	Serviços de Preparação da Terra em Propriedades P.	5.000,00	5.350,00	5.778,00
4.1.6.9.0.99.1.3.02.00.00	Serviços de Cemitério - Dívida Ativa	100,00	107,00	115,56
4.1.6.9.0.99.1.3.03.00.00	Serviços de Análise de Solo - Dívida Ativa	100,00	107,00	115,56
4.1.6.9.0.99.1.4.00.00.00	Outros Serviços - Dívida Ativa - Multas e Juros	3.200,00	3.424,00	3.697,92
4.1.6.9.0.99.1.4.01.00.00	Serviços de Preparação da Terra em Propriedades P.	3.000,00	3.210,00	3.466,80
4.1.6.9.0.99.1.4.02.00.00	Serviços de Cemitério - Dívida Ativa - Multas e Juros	100,00	107,00	115,56
4.1.6.9.0.99.1.4.03.00.00	Serviços de Análise de Solo - Dívida Ativa - Multas e	100,00	107,00	115,56
4.1.7.0.0.00.0.0.00.00.00	Transferências Correntes	15.237.989,50	16.304.648,76	17.609.020,68
4.1.7.1.0.00.0.0.00.00.00	Transferências da União e de suas Entidades	8.813.250,73	9.430.178,28	10.184.592,56
4.1.7.1.8.00.0.0.00.00.00	Transferências da União - Específica E/M	8.813.250,73	9.430.178,28	10.184.592,56
4.1.7.1.8.01.0.0.00.00.00	Participação na Receita da União	8.281.572,93	8.861.283,03	9.570.185,68
4.1.7.1.8.01.2.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - C	7.715.755,25	8.255.858,11	8.916.326,76
4.1.7.1.8.01.2.1.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios -	7.715.755,25	8.255.858,11	8.916.326,76
4.1.7.1.8.01.3.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1º	320.398,12	342.825,99	370.252,07
4.1.7.1.8.01.3.1.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios -	320.398,12	342.825,99	370.252,07
4.1.7.1.8.01.4.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1º	227.697,05	243.635,84	263.126,71

Estado de Santa Catarina**Página: 4/7****MUNICÍPIO DE SERRA ALTA****Data: 13/10/2017****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018****ANEXO DE METAS FISCAIS****Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas****Relatório Atualizado em 06/09/2018 (C)**

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação	Previsão - R\$ 1,00			
	Ano 2018	Ano 2019	Ano 2020	
1 - MUNICÍPIO DE SERRA ALTA				
4.1.7.1.8.014.1.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios -	227.697,05	243.635,84	263.126,71
4.1.7.1.8.015.0.00.00.00	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial F	3.505,51	3.750,90	4.050,97
4.1.7.1.8.015.1.00.00.00	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial	3.505,51	3.750,90	4.050,97
4.1.7.1.8.017.0.00.00.00	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio	14.217,00	15.212,19	16.429,17
4.1.7.1.8.017.1.00.00.00	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio	14.217,00	15.212,19	16.429,17
4.1.7.1.8.020.0.00.00.00	Transferência da Compensação Financeira pela Exploraç	94.192,94	100.786,44	108.849,36
4.1.7.1.8.026.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	64.748,16	69.280,53	74.822,97
4.1.7.1.8.026.1.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP - Pri	64.748,16	69.280,53	74.822,97
4.1.7.1.8.029.0.00.00.00	Outras Transferências decorrentes de Compensação Fi	29.444,78	31.505,91	34.026,39
4.1.7.1.8.029.1.00.00.00	Outras Transferências decorrentes de Compensação I	29.444,78	31.505,91	34.026,39
4.1.7.1.8.040.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assis	210.000,00	224.700,00	242.676,00
4.1.7.1.8.041.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assi	210.000,00	224.700,00	242.676,00
4.1.7.1.8.041.1.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Ass	210.000,00	224.700,00	242.676,00
4.1.7.1.8.041.1.01.00.00	Transferências de Recursos do FNAS - Índices de Ge	10.000,00	10.700,00	11.556,00
4.1.7.1.8.041.1.02.00.00	Transferências de Recursos do FNAS - Proteção Soc	180.000,00	192.600,00	208.008,00
4.1.7.1.8.041.1.03.00.00	Transferências de Recursos do FNAS - Índices de Ge	20.000,00	21.400,00	23.112,00
4.1.7.1.8.050.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Dese	208.975,67	223.603,98	241.492,30
4.1.7.1.8.051.0.00.00.00	Transferências do Salário-Educação	139.935,46	149.730,94	161.709,42
4.1.7.1.8.051.1.00.00.00	Transferências do Salário-Educação - Principal	139.935,46	149.730,94	161.709,42
4.1.7.1.8.053.0.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Program	39.336,47	42.090,03	45.457,23
4.1.7.1.8.053.1.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Prograr	39.336,47	42.090,03	45.457,23
4.1.7.1.8.054.0.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Program	29.703,74	31.783,01	34.325,65
4.1.7.1.8.054.1.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Prograr	29.703,74	31.783,01	34.325,65
4.1.7.1.8.060.0.00.00.00	Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C	18.509,19	19.804,83	21.389,22
4.1.7.1.8.061.0.00.00.00	Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C	18.509,19	19.804,83	21.389,22
4.1.7.1.8.061.1.00.00.00	Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L	18.509,19	19.804,83	21.389,22
4.1.7.2.0.00.0.00.00.00	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas	5.130.736,13	5.489.887,66	5.929.078,67
4.1.7.2.8.00.0.00.00.00	Transferências dos Estados - Específica E/M	5.130.736,13	5.489.887,66	5.929.078,67
4.1.7.2.8.010.0.00.00.00	Participação na Receita dos Estados	5.035.421,67	5.387.901,19	5.818.933,28
4.1.7.2.8.011.0.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	4.640.281,74	4.965.101,46	5.362.309,58
4.1.7.2.8.011.1.00.00.00	Cota-Parte do ICMS - Principal	4.640.281,74	4.965.101,46	5.362.309,58
4.1.7.2.8.012.0.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	328.836,53	351.855,09	380.003,49
4.1.7.2.8.012.1.00.00.00	Cota-Parte do IPVA - Principal	328.836,53	351.855,09	380.003,49
4.1.7.2.8.013.0.00.00.00	Cota-Parte do IPI - Municípios	66.303,40	70.944,64	76.620,21
4.1.7.2.8.013.1.00.00.00	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	66.303,40	70.944,64	76.620,21
4.1.7.2.8.100.0.00.00.00	Transferência de Convênios dos Estados e do Distrito Fe	67.814,46	72.561,47	78.366,39
4.1.7.2.8.102.0.00.00.00	Transferências de Convênio dos Estados Destinadas a	67.814,46	72.561,47	78.366,39
4.1.7.2.8.102.1.00.00.00	Transferências de Convênio dos Estados Destinadas a	67.814,46	72.561,47	78.366,39
4.1.7.2.8.102.1.01.00.00	Transferências de Recursos do Estado - Transporte E	67.814,46	72.561,47	78.366,39
4.1.7.2.8.990.0.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	27.500,00	29.425,00	31.779,00
4.1.7.2.8.991.0.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	27.500,00	29.425,00	31.779,00
4.1.7.2.8.991.1.00.00.00	Outras Transferências dos Estados - Principal	27.500,00	29.425,00	31.779,00
4.1.7.2.8.991.1.01.00.00	Transferências de Recursos do Estado para Program	27.500,00	29.425,00	31.779,00
4.1.7.2.8.991.1.01.01.00	Transferências de Recursos do Estado - Proteção S	13.000,00	13.910,00	15.022,80
4.1.7.2.8.991.1.01.02.00	Transferências de Recursos do Estado - Proteção S	13.000,00	13.910,00	15.022,80
4.1.7.2.8.991.1.01.03.00	Transferências de Recursos do Estado - Proteção S	1.500,00	1.605,00	1.733,40
4.1.7.5.0.00.0.00.00.00	Transferências de Outras Instituições Públicas	1.294.002,64	1.384.582,82	1.495.349,45
4.1.7.5.8.00.0.00.00.00	Transferências de Outras Instituições Públicas - Específi	1.294.002,64	1.384.582,82	1.495.349,45
4.1.7.5.8.010.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e	1.294.002,64	1.384.582,82	1.495.349,45
4.1.7.5.8.011.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e	1.294.002,64	1.384.582,82	1.495.349,45
4.1.7.5.8.011.1.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e	1.294.002,64	1.384.582,82	1.495.349,45

Estado de Santa Catarina

Página: 67

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

Data: 13/10/2017

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018**ANEXO DE METAS FISCAIS****Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas****Relatório Atualizado em 06/09/2018 (C)**

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação		Previsão - R\$ 1,00		
		Ano 2018	Ano 2019	Ano 2020
1 - MUNICÍPIO DE SERRA ALTA				
41758011.1.01.00.00	Transferências de Recursos do FUNDEB - 60%	776.861,69	831.242,01	897.741,37
41758011.1.02.00.00	Transferências de Recursos do FUNDEB - 40%	517.140,95	553.340,81	597.608,08
41900000.0.00.00.00	Outras Receitas Correntes	10.700,00	11.449,00	12.364,92
41920000.0.00.00.00	Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	5.350,00	5.724,50	6.182,46
41922000.0.00.00.00	Restituições	5.350,00	5.724,50	6.182,46
41922990.0.00.00.00	Outras Restituições	5.350,00	5.724,50	6.182,46
41922991.0.00.00.00	Outras Restituições	5.350,00	5.724,50	6.182,46
41922991.1.00.00.00	Outras Restituições - Principal	5.350,00	5.724,50	6.182,46
41990000.0.00.00.00	Demais Receitas Correntes	5.350,00	5.724,50	6.182,46
41990990.0.00.00.00	Outras Receitas	5.350,00	5.724,50	6.182,46
41990991.0.00.00.00	Outras Receitas - Primárias	5.350,00	5.724,50	6.182,46
41990991.1.00.00.00	Outras Receitas - Primárias - Principal	5.350,00	5.724,50	6.182,46
42000000.0.00.00.00	Receitas de Capital	808.000,00	808.000,00	808.000,00
42100000.0.00.00.00	Operações de Crédito	250.000,00	250.000,00	250.000,00
42110000.0.00.00.00	Operações de Crédito - Mercado Interno	250.000,00	250.000,00	250.000,00
42119000.0.00.00.00	Outras Operações de Crédito - Mercado Interno	250.000,00	250.000,00	250.000,00
42119001.0.00.00.00	Outras Operações de Crédito - Mercado Interno	250.000,00	250.000,00	250.000,00
42119001.1.00.00.00	Outras Operações de Crédito - Mercado Interno - Prin	250.000,00	250.000,00	250.000,00
42200000.0.00.00.00	Alienação de Bens	50.000,00	50.000,00	50.000,00
42210000.0.00.00.00	Alienação de Bens Móveis	50.000,00	50.000,00	50.000,00
42213000.0.00.00.00	Alienação de Bens Móveis e Semoventes	50.000,00	50.000,00	50.000,00
42213001.0.00.00.00	Alienação de Bens Móveis e Semoventes	50.000,00	50.000,00	50.000,00
42213001.1.00.00.00	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	50.000,00	50.000,00	50.000,00
42300000.0.00.00.00	Amortização de Empréstimos	8.000,00	8.000,00	8.000,00
42300060.0.00.00.00	Amortização de Empréstimos Contratuais	8.000,00	8.000,00	8.000,00
42300061.0.00.00.00	Amortização de Empréstimos Contratuais	8.000,00	8.000,00	8.000,00
42300061.1.00.00.00	Amortização de Empréstimos Contratuais - Principal	8.000,00	8.000,00	8.000,00
42400000.0.00.00.00	Transferências de Capital	500.000,00	500.000,00	500.000,00
42410000.0.00.00.00	Transferências da União e de suas Entidades	250.000,00	250.000,00	250.000,00
42418000.0.00.00.00	Transferências da União	250.000,00	250.000,00	250.000,00
42418990.0.00.00.00	Outras Transferências da União	250.000,00	250.000,00	250.000,00
42418991.0.00.00.00	Outras Transferências da União	250.000,00	250.000,00	250.000,00
42418991.1.00.00.00	Outras Transferências da União - Principal	250.000,00	250.000,00	250.000,00
42420000.0.00.00.00	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas	250.000,00	250.000,00	250.000,00
42428000.0.00.00.00	Transferências dos Estados, Distrito Federal, e de suas En	250.000,00	250.000,00	250.000,00
42428990.0.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	250.000,00	250.000,00	250.000,00
42428991.0.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	250.000,00	250.000,00	250.000,00
42428991.1.00.00.00	Outras Transferências dos Estados - Principal	250.000,00	250.000,00	250.000,00
90000000.0.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA E RECURSOS ARRECADADOS E	(2.641.545,92)	(2.826.454,13)	(3.052.570,46)
91000000.0.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	(2.641.545,92)	(2.826.454,13)	(3.052.570,46)
91100000.0.00.00.00	(R)IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	(76.910,38)	(82.294,11)	(88.877,64)
91110000.0.00.00.00	(R)DEDUÇÕES DA RECEITA DE IMPOSTOS	(76.910,38)	(82.294,11)	(88.877,64)
91118000.0.00.00.00	(R)Impostos Específicos de Estados/DF/Municípios	(76.910,38)	(82.294,11)	(88.877,64)
91118010.0.00.00.00	(R)Impostos sobre o Patrimônio para Estados/DF/Munic	(76.910,38)	(82.294,11)	(88.877,64)
91118011.0.00.00.00	(R)Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urb	(76.910,38)	(82.294,11)	(88.877,64)
91118011.1.00.00.00	(R)Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Ur	(76.910,38)	(82.294,11)	(88.877,64)
91600000.0.00.00.00	(R)Deduções de Receita de Serviços	(10.000,00)	(10.700,00)	(11.556,00)
91690000.0.00.00.00	(R)Deduções Outros Serviços	(10.000,00)	(10.700,00)	(11.556,00)
91690990.0.00.00.00	(R)Deduções de Outros Serviços	(10.000,00)	(10.700,00)	(11.556,00)
91690991.0.00.00.00	(R)Deduções de Outros Serviços	(10.000,00)	(10.700,00)	(11.556,00)
91690991.1.00.00.00	(R)Deduções de Outros Serviços - Principal	(10.000,00)	(10.700,00)	(11.556,00)

Estado de Santa Catarina

Página: 87

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

Data: 13/10/2017

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018**ANEXO DE METAS FISCAIS****Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas**

Relatório Alterado em 06/01/2018 (C)

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação	Previsão - R\$ 1,00		
	Ano 2018	Ano 2019	Ano 2020
1 - MUNICÍPIO DE SERRA ALTA			
91.6.90.99.1.1.01.00.00 (R)Deduções de Serviços de Preparação da Terra em	(10.000.00)	(10.700.00)	(11.556.00)
91.7.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0 (R)DEDUÇÕES RECEITA TRANSFERÊNCIA CORRENTE	(2.554.635.54)	(2.733.460.02)	(2.952.136.82)
91.7.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0 (R)Transferências da União e de suas Entidades	(1.547.553.48)	(1.655.882.22)	(1.788.352.79)
91.7.1.8.0.0.0.0.0.0.0.0 (R)Transferências da União - Específica E/M	(1.547.553.48)	(1.655.882.22)	(1.788.352.79)
91.7.1.8.0.1.0.0.0.0.0.0 (R)Participação na Receita da União	(1.543.851.66)	(1.651.921.28)	(1.784.074.97)
91.7.1.8.0.1.2.0.0.0.0.0 (R)Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	(1.543.150.63)	(1.651.171.17)	(1.783.264.86)
91.7.1.8.0.1.2.1.0.0.0.0 (R)Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	(1.543.150.63)	(1.651.171.17)	(1.783.264.86)
91.7.1.8.0.1.5.0.0.0.0.0 (R)Deduções Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade	(701.03)	(750.11)	(810.11)
91.7.1.8.0.1.5.1.0.0.0.0 (R)Deduções Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade	(701.03)	(750.11)	(810.11)
91.7.1.8.0.6.0.0.0.0.0.0 (R)Deduções Transferências do ICMS - Desoneração - L	(3.701.82)	(3.960.94)	(4.277.82)
91.7.1.8.0.6.1.0.0.0.0.0 (R)Deduções Transferências do ICMS - Desoneração - I	(3.701.82)	(3.960.94)	(4.277.82)
91.7.1.8.0.6.1.1.0.0.0.0 (R)Deduções Transferências do ICMS - Desoneração - I	(3.701.82)	(3.960.94)	(4.277.82)
91.7.2.0.0.0.0.0.0.0.0.0 (R)Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas	(1.007.082.06)	(1.077.577.80)	(1.163.784.03)
91.7.2.8.0.0.0.0.0.0.0.0 (R)Transferências dos Estados - Específica E/M	(1.007.082.06)	(1.077.577.80)	(1.163.784.03)
91.7.2.8.0.1.0.0.0.0.0.0 (R)Participação na Receita dos Estados	(1.007.082.06)	(1.077.577.80)	(1.163.784.03)
91.7.2.8.0.1.1.0.0.0.0.0 (R)Cota-Parte do ICMS	(928.055.06)	(993.018.91)	(1.072.460.43)
91.7.2.8.0.1.1.1.0.0.0.0 (R)Cota-Parte do ICMS - Principal	(928.055.06)	(993.018.91)	(1.072.460.43)
91.7.2.8.0.1.2.0.0.0.0.0 (R)Cota-Parte do IPVA	(65.766.30)	(70.369.94)	(75.999.53)
91.7.2.8.0.1.2.1.0.0.0.0 (R)Cota-Parte do IPVA - Principal	(65.766.30)	(70.369.94)	(75.999.53)
91.7.2.8.0.1.3.0.0.0.0.0 (R)Cota-Parte do IPI - Municípios	(13.260.70)	(14.188.95)	(15.324.07)
91.7.2.8.0.1.3.1.0.0.0.0 (R)Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	(13.260.70)	(14.188.95)	(15.324.07)
Total entidade	15.616.331.20	16.654.664.26	17.924.397.51
2 - FUNDO MUNICIPAL SAÚDE SERRA ALTA			
4.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0 RECEITAS	1.022.840.58	1.086.448.52	1.165.831.36
4.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0 Receitas Correntes	1.022.840.58	1.086.448.52	1.165.831.36
4.1.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0 Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	8.074.36	8.639.57	9.330.74
4.1.1.2.0.0.0.0.0.0.0.0 Taxas	8.074.36	8.639.57	9.330.74
4.1.1.2.1.0.0.0.0.0.0.0 Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	8.074.36	8.639.57	9.330.74
4.1.1.2.1.0.1.0.0.0.0.0 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	8.074.36	8.639.57	9.330.74
4.1.1.2.1.0.1.1.0.0.0.0 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	8.074.36	8.639.57	9.330.74
4.1.1.2.1.0.1.1.1.0.0.0 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	6.974.36	7.462.57	8.059.58
4.1.1.2.1.0.1.1.1.0.1.0 Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária - Principi	6.974.36	7.462.57	8.059.58
4.1.1.2.1.0.1.1.2.0.0.0 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Multas e	100.00	107.00	115.56
4.1.1.2.1.0.1.1.2.0.1.0 Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária - Multas	100.00	107.00	115.56
4.1.1.2.1.0.1.1.3.0.0.0 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida At	500.00	535.00	577.80
4.1.1.2.1.0.1.1.3.0.1.0 Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária - Dívida A	500.00	535.00	577.80
4.1.1.2.1.0.1.1.4.0.0.0 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida At	500.00	535.00	577.80
4.1.1.2.1.0.1.1.4.0.1.0 Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária - Dívida A	500.00	535.00	577.80
4.1.3.0.0.0.0.0.0.0.0.0 Receita Patrimonial	143.799.59	147.274.16	151.523.07
4.1.3.2.0.0.0.0.0.0.0.0 Valores Mobiliários	143.799.59	147.274.16	151.523.07
4.1.3.2.1.0.0.0.0.0.0.0 Juros e Correções Monetárias	143.799.59	147.274.16	151.523.07
4.1.3.2.1.0.1.0.0.0.0.0 Remuneração de Depósitos Bancários	143.799.59	147.274.16	151.523.07
4.1.3.2.1.0.1.1.0.0.0.0 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	143.799.59	147.274.16	151.523.07
4.1.3.2.1.0.1.1.0.1.0.0 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal - R	133.843.40	136.621.04	140.017.70
4.1.3.2.1.0.1.1.0.1.0.3 Remuneração - Atenção Básica - ATB	18.503.50	19.798.74	21.382.64
4.1.3.2.1.0.1.1.0.1.0.4 Remuneração - Vigilância em Saúde e Vigilância Sa	3.451.07	3.692.65	3.988.06
4.1.3.2.1.0.1.1.0.1.0.9 Remuneração - Atenção de Média e Alta Complexid	12.726.02	13.616.84	14.706.19
4.1.3.2.1.0.1.1.0.1.1.0 Remuneração - Assistência Farmacêutica Básica - /	5.000.00	5.350.00	5.778.00
4.1.3.2.1.0.1.1.0.1.1.3 Remuneração - Transferências do Estado (FMS)	94.162.81	94.162.81	94.162.81
4.1.3.2.1.0.1.1.0.2.0.0 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal - R	9.956.19	10.653.12	11.505.37

Estado de Santa Catarina**Página: 7/7****MUNICIPIO DE SERRA ALTA****Data: 15/10/2017****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018****ANEXO DE METAS FISCAIS****Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas****Seleção: Alterado em 05/01/2018 (C)**

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação	Previsão - R\$ 1,00		
	Ano 2018	Ano 2019	Ano 2020
2 - FUNDO MUNICIPAL SAUDE SERRA ALTA			
4.1.3.2.1.00.1.1.02.01.00 Remuneração - Conta Movimento do FMS	9.956,19	10.653,12	11.505,37
4.1.7.0.0.0.0.0.0.0.0.0.00 Transferências Correntes	870.966,63	930.534,79	1.004.977,55
4.1.7.1.0.0.0.0.0.0.0.0.00 Transferências da União e de suas Entidades	761.575,94	813.486,75	878.565,66
4.1.7.1.8.0.0.0.0.0.0.0.0.00 Transferências da União - Específica E/M	761.575,94	813.486,75	878.565,66
4.1.7.1.8.0.3.0.0.0.0.0.0.00 Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde -	761.575,94	813.486,75	878.565,66
4.1.7.1.8.0.3.1.0.0.0.0.0.0.00 Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde	761.575,94	813.486,75	878.565,66
4.1.7.1.8.0.3.1.1.0.0.0.0.0.0.00 Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúd	761.575,94	813.486,75	878.565,66
4.1.7.1.8.0.3.1.1.01.00.00 Atenção Básica (ATB)	540.852,90	578.712,59	625.009,58
4.1.7.1.8.0.3.1.1.01.01.00 Piso de Atenção Básica Fixo (PAB Fixo)	91.221,78	97.607,30	105.415,88
4.1.7.1.8.0.3.1.1.01.02.00 Saúde da Família	102.720,00	109.910,40	118.703,23
4.1.7.1.8.0.3.1.1.01.03.00 Agentes Comunitários de Saúde	112.837,92	120.736,57	130.395,49
4.1.7.1.8.0.3.1.1.01.04.00 Saúde Bucal	28.633,20	30.637,52	33.088,52
4.1.7.1.8.0.3.1.1.01.05.00 Programa Nacional do Acesso e da Qualidade da At	102.720,00	109.910,40	118.703,23
4.1.7.1.8.0.3.1.1.01.06.00 Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF)	102.720,00	109.910,40	118.703,23
4.1.7.1.8.0.3.1.1.02.00.00 Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	147.660,00	157.996,20	170.635,89
4.1.7.1.8.0.3.1.1.02.01.00 Teto Financeiro MAC	51.360,00	54.955,20	59.351,61
4.1.7.1.8.0.3.1.1.02.02.00 Brasil Sorridente	96.300,00	103.041,00	111.284,28
4.1.7.1.8.0.3.1.1.03.00.00 Vigilância em Saúde	52.252,65	54.510,84	58.871,70
4.1.7.1.8.0.3.1.1.03.01.00 Vigilância Epidemiológica e Ambiental em Saúde	31.500,00	32.305,51	34.889,95
4.1.7.1.8.0.3.1.1.03.02.00 Vigilância Sanitária	20.752,65	22.205,33	23.981,75
4.1.7.1.8.0.3.1.1.04.00.00 Assistência Farmacêutica Básica	20.810,39	22.267,12	24.048,49
4.1.7.1.8.0.3.1.1.04.01.00 Componente Básico de Assistência Farmacêutica	20.810,39	22.267,12	24.048,49
4.1.7.2.0.0.0.0.0.0.0.0.0.00 Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas	109.390,69	117.048,04	126.411,89
4.1.7.2.8.0.0.0.0.0.0.0.0.00 Transferências dos Estados - Específica E/M	109.390,69	117.048,04	126.411,89
4.1.7.2.8.0.3.0.0.0.0.0.0.0.00 Transferência de Recursos do Estado para Programas de	109.390,69	117.048,04	126.411,89
4.1.7.2.8.0.3.1.0.0.0.0.0.0.0.00 Transferência de Recursos do Estado para Programas c	109.390,69	117.048,04	126.411,89
4.1.7.2.8.0.3.1.1.0.0.0.0.0.0.0.00 Transferência de Recursos do Estado para Programas	109.390,69	117.048,04	126.411,89
4.1.7.2.8.0.3.1.1.01.00.00 Transferências de Recursos do Estado - Farmácia B	21.440,44	22.941,27	24.776,58
4.1.7.2.8.0.3.1.1.02.00.00 Transferências de Recursos do Estado - Estratégia S	70.263,94	75.182,42	81.197,01
4.1.7.2.8.0.3.1.1.03.00.00 Transferências de Recursos do Estado - Média e Alta	15.686,31	16.784,35	18.127,10
4.1.7.2.8.0.3.1.1.04.00.00 Transferências de Recursos do Estado - Brasil Sorr	2.000,00	2.140,00	2.311,20
Total entidade:	1.022.840,58	1.086.448,52	1.165.831,36
Total geral:	16.639.171,78	17.741.112,78	19.090.228,87

Página: 17

MUNICIPIO DE SERRA ALTA

Date: 12/10/2017

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas

Salgido e Alaragallo em 06/04/2018 (C)

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação		Previsão - R\$ 1,00		
		Ano 2018	Ano 2019	Ano 2020
1 - MUNICÍPIO DE SERRA ALTA				
4000000000000000	RECEITAS	18.257.877,12	19.481.118,39	20.976.967,97
4100000000000000	Receitas Correntes	17.449.877,12	18.673.118,39	20.168.967,97
4110000000000000	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.261.626,25	1.349.939,98	1.457.935,27
4111000000000000	Impostos	943.642,75	1.009.697,64	1.090.473,55
4111130000000000	Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	195.639,65	209.334,43	226.081,18
4111130300000000	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte	195.639,65	209.334,43	226.081,18
4111130310000000	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho	195.639,65	209.334,43	226.081,18
4111130311000000	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho -	195.639,65	209.334,43	226.081,18
4111180000000000	Impostos Específicos de Estados/DF/Municípios	748.003,10	800.363,21	864.392,37
4111180100000000	Impostos sobre o Patrimônio para Estados/DF/Municípios	500.768,01	535.821,65	578.687,50
4111180110000000	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	396.502,64	424.257,71	458.198,44
4111180111000000	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	384.551,93	411.470,57	444.388,21
4111180112000000	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	1.810,10	1.936,81	2.091,75
4111180113000000	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	6.638,91	7.103,63	7.671,92
4111180114000000	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	3.501,70	3.746,70	4.046,56
4111180140000000	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis	104.265,37	111.563,94	120.489,06
4111180141000000	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis	104.265,37	111.563,94	120.489,06
4111180200000000	Impostos sobre a Produção, circulação de Mercadorias e	247.235,09	264.541,56	285.704,87
4111180230000000	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	247.235,09	264.541,56	285.704,87
4111180231000000	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Princij	240.566,90	257.406,59	277.999,11
4111180232000000	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Multas	6.014,34	6.435,35	6.950,17
4111180233000000	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Dívida	587,72	628,86	679,17
4111180234000000	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Dívida	66,13	70,76	76,42
4111200000000000	Taxas	244.382,67	261.489,45	282.408,60
4111210000000000	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	91.972,76	98.410,85	106.283,72
4111210100000000	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	91.972,76	98.410,85	106.283,72
4111210110000000	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	91.972,76	98.410,85	106.283,72
4111210111000000	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	88.272,76	94.451,85	102.008,00
4111210111020000	Taxa de Licença para Funcionamento de Estabelecim	40.410,15	43.238,86	46.697,97
4111210111030000	Taxa de Licença para Execução de Obras - Principal	25.346,03	27.120,25	29.289,87
4111210111040000	Taxa de Fiscalização do Fundo de Reaparelhamento	22.516,58	24.092,74	26.020,16
4111210112000000	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Multas e	700,00	749,00	808,92
4111210112020000	Taxa de Licença para Funcionamento de Estabelecim	500,00	535,00	577,80
4111210112030000	Taxa de Licença para Execução de Obras - Multas e	200,00	214,00	231,12
4111210113000000	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida At	1.500,00	1.605,00	1.733,40
4111210113020000	Taxa de Licença para Funcionamento de Estabelecim	1.000,00	1.070,00	1.155,60
4111210113030000	Taxa de Licença para Execução de Obras - Dívida At	500,00	535,00	577,80
4111210114000000	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida At	1.500,00	1.605,00	1.733,40
4111210114020000	Taxa de Licença para Funcionamento de Estabelecim	1.000,00	1.070,00	1.155,60
4111210114030000	Taxa de Licença para Execução de Obras - Dívida At	500,00	535,00	577,80
4111220000000000	Taxas pela Prestação de Serviços	152.409,91	163.078,60	176.124,88
4111220100000000	Taxas pela Prestação de Serviços	152.409,91	163.078,60	176.124,88
4111220110000000	Taxas pela Prestação de Serviços	152.409,91	163.078,60	176.124,88
4111220111000000	Taxas pela Prestação de Serviços - Principal	150.309,91	160.831,60	173.698,12
4111220111010000	Taxa de Limpeza Pública - Principal	142.247,07	152.204,36	164.380,71
4111220111020000	Taxa de Cemitérios - Principal	3.062,84	3.277,24	3.539,41
4111220111030000	Taxa de Expediente - Principal	5.000,00	5.350,00	5.778,00
4111220112000000	Taxas pela Prestação de Serviços - Multas e Juros	700,00	749,00	808,92
4111220112010000	Taxa de Limpeza Pública - Multas e Juros	500,00	535,00	577,80
4111220112020000	Taxa de Cemitérios - Multas e Juros	100,00	107,00	115,56
4111220112030000	Taxa de Expediente - Multas e Juros	100,00	107,00	115,56

Estado de Santa Catarina**MUNICÍPIO DE SERRA ALTA**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas

Situação Atualizada em 06/08/2018 (R\$)

Página: 2/7

Data: 13/10/2017

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação	Previsão - R\$ 1,00			
	Ano 2018	Ano 2019	Ano 2020	
1 - MUNICÍPIO DE SERRA ALTA				
4.1.1.2.2.0.1.1.3.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços - Dívida Ativa	700.00	749.00	808.92
4.1.1.2.2.0.1.1.3.01.00.00	Taxa de Limpeza Pública - Dívida Ativa	500.00	535.00	577.80
4.1.1.2.2.0.1.1.3.02.00.00	Taxa de Cemitérios - Dívida Ativa	100.00	107.00	115.56
4.1.1.2.2.0.1.1.3.03.00.00	Taxa de Expediente - Dívida Ativa	100.00	107.00	115.56
4.1.1.2.2.0.1.1.4.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços - Dívida Ativa - Mult	700.00	749.00	808.92
4.1.1.2.2.0.1.1.4.01.00.00	Taxa de Limpeza Pública - Dívida Ativa - Multas e Jur	500.00	535.00	577.80
4.1.1.2.2.0.1.1.4.02.00.00	Taxa de Cemitérios - Dívida Ativa - Multas e Juros	100.00	107.00	115.56
4.1.1.2.2.0.1.1.4.03.00.00	Taxa de Expediente - Dívida Ativa - Multas e Juros	100.00	107.00	115.56
4.1.1.3.0.0.0.0.0.0.00.00	Contribuição de Melhoria	73.600.83	78.752.89	85.053.12
4.1.1.3.8.0.0.0.0.0.00.00	Contribuição de Melhoria - Especifica E/M	73.600.83	78.752.89	85.053.12
4.1.1.3.8.0.4.0.0.0.00.00	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras Co	73.600.83	78.752.89	85.053.12
4.1.1.3.8.0.4.1.0.0.00.00	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras C	73.600.83	78.752.89	85.053.12
4.1.1.3.8.0.4.1.1.00.00.00	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras	73.600.83	78.752.89	85.053.12
4.1.1.3.8.0.4.1.1.01.00.00	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras	65.822.43	70.430.00	76.064.40
4.1.1.3.8.0.4.1.1.02.00.00	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras	2.000.00	2.140.00	2.311.20
4.1.1.3.8.0.4.1.1.03.00.00	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras	1.538.09	1.645.76	1.777.42
4.1.1.3.8.0.4.1.1.04.00.00	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras	4.240.31	4.537.13	4.900.10
4.1.2.0.0.0.0.0.0.0.00.00	Contribuições	92.964.23	106.471.72	122.989.46
4.1.2.4.0.0.0.0.0.0.00.00	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Públi	92.964.23	106.471.72	122.989.46
4.1.2.4.0.0.1.0.0.0.00.00	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação F	92.964.23	106.471.72	122.989.46
4.1.2.4.0.0.1.1.00.00.00	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação	92.964.23	106.471.72	122.989.46
4.1.3.0.0.0.0.0.0.0.00.00	Receita Patrimonial	218.766.63	228.830.29	241.136.71
4.1.3.1.0.0.0.0.0.0.00.00	Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	5.000.00	5.350.00	5.778.00
4.1.3.1.0.99.0.0.0.0.00.00	Outras Receitas Imobiliárias	5.000.00	5.350.00	5.778.00
4.1.3.1.0.99.1.0.0.0.00.00	Outras Receitas Imobiliárias	5.000.00	5.350.00	5.778.00
4.1.3.1.0.99.1.1.00.00.00	Outras Receitas Imobiliárias - Principal	5.000.00	5.350.00	5.778.00
4.1.3.1.0.99.1.1.01.00.00	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do D	5.000.00	5.350.00	5.778.00
4.1.3.2.0.0.0.0.0.0.00.00	Valores Mobiliários	213.766.63	223.480.29	235.358.71
4.1.3.2.1.0.0.0.0.0.0.00.00	Juros e Correções Monetárias	213.766.63	223.480.29	235.358.71
4.1.3.2.1.0.0.1.0.0.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	213.766.63	223.480.29	235.358.71
4.1.3.2.1.0.0.1.1.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	213.766.63	223.480.29	235.358.71
4.1.3.2.1.0.0.1.1.01.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal - R	133.269.98	137.348.87	142.336.78
4.1.3.2.1.0.0.1.1.01.01.00	Remuneração - Fundo Especial do Petróleo - FEPE	1.040.58	1.113.42	1.202.49
4.1.3.2.1.0.0.1.1.01.02.00	Remuneração - Fundo de Manutenção e Desenvolvi	6.288.28	6.728.46	7.266.74
4.1.3.2.1.0.0.1.1.01.05.00	Remuneração - Convênio FUNREBOM	1.650.00	1.765.50	1.906.73
4.1.3.2.1.0.0.1.1.01.06.00	Remuneração - Convênio de Trânsito da Prefeitura	30.000.00	30.000.00	30.000.00
4.1.3.2.1.0.0.1.1.01.07.00	Remuneração - Convênio de Trânsito da Polícia Mil	25.000.00	25.000.00	25.000.00
4.1.3.2.1.0.0.1.1.01.08.00	Remuneração - Convênio de Trânsito da Polícia Civ	20.000.00	20.000.00	20.000.00
4.1.3.2.1.0.0.1.1.01.11.00	Remuneração - Contribuição de Intervenção no Dor	1.093.83	1.170.39	1.264.03
4.1.3.2.1.0.0.1.1.01.12.00	Remuneração - Transferências do Fundo Nacional c	6.326.88	6.769.76	7.311.34
4.1.3.2.1.0.0.1.1.01.14.00	Remuneração - Contribuição para o Custeio da Ilum	1.390.22	1.487.53	1.606.54
4.1.3.2.1.0.0.1.1.01.15.00	Remuneração - Transferências do Quota Salário-Ed	8.307.43	8.888.95	9.600.06
4.1.3.2.1.0.0.1.1.01.16.00	Remuneração - Transferências Convênios Educaçã	4.302.45	4.603.63	4.971.92
4.1.3.2.1.0.0.1.1.01.17.00	Remuneração - Transferências do Programa Nacior	1.377.05	1.473.44	1.591.32
4.1.3.2.1.0.0.1.1.01.18.00	Remuneração - Transferências do Programa Nacior	423.27	452.90	489.13
4.1.3.2.1.0.0.1.1.01.19.00	Remuneração - Operações de Crédito - Outros Prog	1.204.84	1.289.17	1.392.31
4.1.3.2.1.0.0.1.1.01.20.00	Remuneração - Alienação de Bens	2.924.62	3.129.35	3.379.70
4.1.3.2.1.0.0.1.1.01.21.00	Remuneração - Transferências do Fundo Estadual c	1.698.79	1.817.71	1.963.12
4.1.3.2.1.0.0.1.1.01.22.00	Remuneração - Transferências do Estado para o Tr	500.00	535.00	577.80
4.1.3.2.1.0.0.1.1.01.23.00	Remuneração - Transferências de Convênios - Outr	1.000.00	1.070.00	1.155.60
4.1.3.2.1.0.0.1.1.01.24.00	Remuneração - Outros Recursos Vinculados	18.741.74	20.053.66	21.657.95

Estado de Santa Catarina**MUNICÍPIO DE SERRA ALTA****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018****ANEXO DE METAS FISCAIS****Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas****Relatório Abreviado em 06/06/2018 (C)****Página: 3/7****Data: 13/10/2017**

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação		Previsão - R\$ 1,00		
		Ano 2018	Ano 2019	Ano 2020
1 - MUNICÍPIO DE SERRA ALTA				
4.1.3.2.1.00.1.1.02.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal - R	80.496,65	86.131,42	93.021,93
4.1.3.2.1.00.1.1.02.02.00	Remuneração - Convênio Radiopatrulha	300,00	321,00	346,68
4.1.3.2.1.00.1.1.02.03.00	Remuneração - Outros Recursos Não Vinculados	80.196,65	85.810,42	92.675,25
4.1.4.0.0.00.0.0.00.00.00	Receita Agropecuária	4.550,82	4.869,37	5.258,92
4.1.4.0.0.00.1.0.00.00.00	Receita Agropecuária	4.550,82	4.869,37	5.258,92
4.1.4.0.0.00.1.1.00.00.00	Receita Agropecuária - Principal	4.550,82	4.869,37	5.258,92
4.1.6.0.0.00.0.0.00.00.00	Receita de Serviços	623.279,69	666.909,27	720.262,01
4.1.6.1.0.00.0.0.00.00.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	335.923,32	359.437,96	388.192,99
4.1.6.1.0.01.0.0.00.00.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	329.877,82	352.969,27	381.206,81
4.1.6.1.0.01.1.0.00.00.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	329.877,82	352.969,27	381.206,81
4.1.6.1.0.01.1.1.00.00.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Princip	325.377,82	348.154,27	376.006,61
4.1.6.1.0.01.1.1.01.00.00	Serviços de Captação, Adução, Tratamento, Reserva	323.377,82	346.014,27	373.695,41
4.1.6.1.0.01.1.1.02.00.00	Serviços de Ligamento e Religamento de Água - Prin	2.000,00	2.140,00	2.311,20
4.1.6.1.0.01.1.2.00.00.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Multas	500,00	535,00	577,80
4.1.6.1.0.01.1.2.01.00.00	Serviços de Captação, Adução, Tratamento, Reserva	500,00	535,00	577,80
4.1.6.1.0.01.1.3.00.00.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Dívida	2.000,00	2.140,00	2.311,20
4.1.6.1.0.01.1.3.01.00.00	Serviços de Captação, Adução, Tratamento, Reserva	2.000,00	2.140,00	2.311,20
4.1.6.1.0.01.1.4.00.00.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Dívida	2.000,00	2.140,00	2.311,20
4.1.6.1.0.01.1.4.01.00.00	Serviços de Captação, Adução, Tratamento, Reserva	2.000,00	2.140,00	2.311,20
4.1.6.1.0.02.0.0.00.00.00	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	6.045,50	6.468,69	6.986,18
4.1.6.1.0.02.1.0.00.00.00	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	6.045,50	6.468,69	6.986,18
4.1.6.1.0.02.1.1.00.00.00	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Princ	6.045,50	6.468,69	6.986,18
4.1.6.9.0.00.0.0.00.00.00	Outros Serviços	287.356,37	307.471,31	332.069,02
4.1.6.9.0.99.0.0.00.00.00	Outros Serviços	287.356,37	307.471,31	332.069,02
4.1.6.9.0.99.1.0.00.00.00	Outros Serviços	287.356,37	307.471,31	332.069,02
4.1.6.9.0.99.1.1.00.00.00	Outros Serviços - Principal	278.256,37	297.734,31	321.553,06
4.1.6.9.0.99.1.1.01.00.00	Serviços de Preparação da Terra em Propriedades P.	265.085,73	283.641,73	306.333,07
4.1.6.9.0.99.1.1.02.00.00	Serviços de Cemitério - Principal	1.670,64	1.787,58	1.930,59
4.1.6.9.0.99.1.1.03.00.00	Serviços de Análise de Solo - Principal	2.500,00	2.675,00	2.889,00
4.1.6.9.0.99.1.1.04.00.00	Serviços Esportivos, Recreativos e Culturais - Princip	9.000,00	9.630,00	10.400,40
4.1.6.9.0.99.1.2.00.00.00	Outros Serviços - Multas e Juros	700,00	749,00	808,92
4.1.6.9.0.99.1.2.01.00.00	Serviços de Preparação da Terra em Propriedades P.	500,00	535,00	577,80
4.1.6.9.0.99.1.2.02.00.00	Serviços de Cemitério - Multas e Juros	100,00	107,00	115,56
4.1.6.9.0.99.1.2.03.00.00	Serviços de Análise de Solo - Multas e Juros	100,00	107,00	115,56
4.1.6.9.0.99.1.3.00.00.00	Outros Serviços - Dívida Ativa	5.200,00	5.564,00	6.009,12
4.1.6.9.0.99.1.3.01.00.00	Serviços de Preparação da Terra em Propriedades P.	5.000,00	5.350,00	5.778,00
4.1.6.9.0.99.1.3.02.00.00	Serviços de Cemitério - Dívida Ativa	100,00	107,00	115,56
4.1.6.9.0.99.1.3.03.00.00	Serviços de Análise de Solo - Dívida Ativa	100,00	107,00	115,56
4.1.6.9.0.99.1.4.00.00.00	Outros Serviços - Dívida Ativa - Multas e Juros	3.200,00	3.424,00	3.697,92
4.1.6.9.0.99.1.4.01.00.00	Serviços de Preparação da Terra em Propriedades P.	3.000,00	3.210,00	3.468,80
4.1.6.9.0.99.1.4.02.00.00	Serviços de Cemitério - Dívida Ativa - Multas e Juros	100,00	107,00	115,56
4.1.6.9.0.99.1.4.03.00.00	Serviços de Análise de Solo - Dívida Ativa - Multas e	100,00	107,00	115,56
4.1.7.0.0.00.0.0.00.00.00	Transferências Correntes	15.237.989,50	16.304.648,76	17.609.020,68
4.1.7.1.0.00.0.0.00.00.00	Transferências da União e de suas Entidades	8.813.250,73	9.430.178,28	10.184.592,56
4.1.7.1.8.00.0.0.00.00.00	Transferências da União - Específica E/M	8.813.250,73	9.430.178,28	10.184.592,56
4.1.7.1.8.01.0.0.00.00.00	Participação na Receita da União	8.281.572,93	8.861.283,03	9.570.185,68
4.1.7.1.8.01.2.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - C	7.715.755,25	8.255.858,11	8.916.326,76
4.1.7.1.8.01.2.1.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios -	7.715.755,25	8.255.858,11	8.916.326,76
4.1.7.1.8.01.3.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1º	320.398,12	342.825,99	370.252,07
4.1.7.1.8.01.3.1.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios -	320.398,12	342.825,99	370.252,07
4.1.7.1.8.01.4.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1	227.697,05	243.635,84	263.126,71

Estado de Santa Catarina**Página: 4/7****MUNICÍPIO DE SERRA ALTA****Data: 13/10/2017****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018****ANEXO DE METAS FISCAIS****Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas****Relatório Atualizado em 06/08/2018 (C)**

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação	Previsão - R\$ 1,00			
	Ano 2018	Ano 2019	Ano 2020	
1 - MUNICÍPIO DE SERRA ALTA				
4.1.7.1.8.014.1.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios -	227 697,05	243 635,84	263 126,71
4.1.7.1.8.015.0.00.00.00	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial F	3 505,51	3 750,90	4 050,97
4.1.7.1.8.015.1.00.00.00	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial	3 505,51	3 750,90	4 050,97
4.1.7.1.8.017.0.00.00.00	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio	14 217,00	15 212,19	16 429,17
4.1.7.1.8.017.1.00.00.00	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio	14 217,00	15 212,19	16 429,17
4.1.7.1.8.020.0.00.00.00	Transferência da Compensação Financeira pela Exploraç	94 192,94	100 786,44	108 849,36
4.1.7.1.8.026.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	64 748,16	69 280,53	74 822,97
4.1.7.1.8.026.1.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP - Pri	64 748,16	69 280,53	74 822,97
4.1.7.1.8.029.0.00.00.00	Outras Transferências decorrentes de Compensação Fi	29 444,78	31 505,91	34 026,39
4.1.7.1.8.029.1.00.00.00	Outras Transferências decorrentes de Compensação I	29 444,78	31 505,91	34 026,39
4.1.7.1.8.040.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assist	210 000,00	224 700,00	242 676,00
4.1.7.1.8.041.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assi	210 000,00	224 700,00	242 676,00
4.1.7.1.8.041.1.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Ass	210 000,00	224 700,00	242 676,00
4.1.7.1.8.041.1.01.00.00	Transferências de Recursos do FNAS - Índices de Ge	10 000,00	10 700,00	11 556,00
4.1.7.1.8.041.1.02.00.00	Transferências de Recursos do FNAS - Proteção Soc	180 000,00	192 600,00	208 008,00
4.1.7.1.8.041.1.03.00.00	Transferências de Recursos do FNAS - Índices de Ge	20 000,00	21 400,00	23 112,00
4.1.7.1.8.050.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Dese	208 975,67	223 603,98	241 492,30
4.1.7.1.8.051.0.00.00.00	Transferências do Salário-Educação	139 935,46	149 730,94	161 709,42
4.1.7.1.8.051.1.00.00.00	Transferências do Salário-Educação - Principal	139 935,46	149 730,94	161 709,42
4.1.7.1.8.053.0.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Program	39 336,47	42 090,03	45 457,23
4.1.7.1.8.053.1.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Prograr	39 336,47	42 090,03	45 457,23
4.1.7.1.8.054.0.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Program	29 703,74	31 783,01	34 325,65
4.1.7.1.8.054.1.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Prograr	29 703,74	31 783,01	34 325,65
4.1.7.1.8.060.0.00.00.00	Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C.	18 509,19	19 804,83	21 389,22
4.1.7.1.8.061.0.00.00.00	Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C	18 509,19	19 804,83	21 389,22
4.1.7.1.8.061.1.00.00.00	Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L	18 509,19	19 804,83	21 389,22
4.1.7.2.0.00.0.00.00.00	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas	5 130 736,13	5 489 887,66	5 929 078,67
4.1.7.2.8.00.0.00.00.00	Transferências dos Estados - Específica E/M	5 130 736,13	5 489 887,66	5 929 078,67
4.1.7.2.8.010.0.00.00.00	Participação na Receita dos Estados	5 035 421,67	5 387 901,19	5 818 933,28
4.1.7.2.8.011.0.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	4 640 281,74	4 965 101,46	5 362 309,58
4.1.7.2.8.011.1.00.00.00	Cota-Parte do ICMS - Principal	4 640 281,74	4 965 101,46	5 362 309,58
4.1.7.2.8.012.0.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	328 836,53	351 855,09	380 003,49
4.1.7.2.8.012.1.00.00.00	Cota-Parte do IPVA - Principal	328 836,53	351 855,09	380 003,49
4.1.7.2.8.013.0.00.00.00	Cota-Parte do IPI - Municípios	66 303,40	70 944,64	76 620,21
4.1.7.2.8.013.1.00.00.00	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	66 303,40	70 944,64	76 620,21
4.1.7.2.8.100.0.00.00.00	Transferência de Convênios dos Estados e do Distrito Fe	67 814,46	72 561,47	78 366,39
4.1.7.2.8.102.0.00.00.00	Transferências de Convênio dos Estados Destinadas a	67 814,46	72 561,47	78 366,39
4.1.7.2.8.102.1.00.00.00	Transferências de Convênio dos Estados Destinadas a	67 814,46	72 561,47	78 366,39
4.1.7.2.8.102.1.01.00.00	Transferências de Recursos do Estado - Transporte E	67 814,46	72 561,47	78 366,39
4.1.7.2.8.990.0.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	27 500,00	29 425,00	31 779,00
4.1.7.2.8.991.0.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	27 500,00	29 425,00	31 779,00
4.1.7.2.8.991.1.00.00.00	Outras Transferências dos Estados - Principal	27 500,00	29 425,00	31 779,00
4.1.7.2.8.991.1.01.00.00	Transferências de Recursos do Estado para Program	27 500,00	29 425,00	31 779,00
4.1.7.2.8.991.1.01.01.00	Transferências de Recursos do Estado - Proteção S	13 000,00	13 910,00	15 022,80
4.1.7.2.8.991.1.01.02.00	Transferências de Recursos do Estado - Proteção S	13 000,00	13 910,00	15 022,80
4.1.7.2.8.991.1.01.03.00	Transferências de Recursos do Estado - Proteção S	1 500,00	1 605,00	1 733,40
4.1.7.5.0.00.0.00.00.00	Transferências de Outras Instituições Públicas	1 294 002,64	1 384 582,82	1 495 349,45
4.1.7.5.8.00.0.00.00.00	Transferências de Outras Instituições Públicas - Especifi	1 294 002,64	1 384 582,82	1 495 349,45
4.1.7.5.8.010.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e	1 294 002,64	1 384 582,82	1 495 349,45
4.1.7.5.8.011.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e	1 294 002,64	1 384 582,82	1 495 349,45
4.1.7.5.8.011.1.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção	1 294 002,64	1 384 582,82	1 495 349,45

Estado de Santa Catarina**MUNICÍPIO DE SERRA ALTA**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas

Situação Atualizada em 06/09/2018 (R\$)

Página: 6/7

Data: 13/10/2017

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação		Previsão - R\$ 1,00		
		Ano 2018	Ano 2019	Ano 2020
1 - MUNICÍPIO DE SERRA ALTA				
417580111010000	Transferências de Recursos do FUNDEB - 60%	776.861,69	831.242,01	897.741,37
417580111020000	Transferências de Recursos do FUNDEB - 40%	517.140,95	553.340,81	597.608,08
419000000000000	Outras Receitas Correntes	10.700,00	11.449,00	12.364,92
419200000000000	Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	5.350,00	5.724,50	6.182,46
419220000000000	Restituições	5.350,00	5.724,50	6.182,46
419229900000000	Outras Restituições	5.350,00	5.724,50	6.182,46
419229910000000	Outras Restituições	5.350,00	5.724,50	6.182,46
419229911000000	Outras Restituições - Principal	5.350,00	5.724,50	6.182,46
419900000000000	Demais Receitas Correntes	5.350,00	5.724,50	6.182,46
419909900000000	Outras Receitas	5.350,00	5.724,50	6.182,46
419909910000000	Outras Receitas - Primárias	5.350,00	5.724,50	6.182,46
419909911000000	Outras Receitas - Primárias - Principal	5.350,00	5.724,50	6.182,46
420000000000000	Receitas de Capital	808.000,00	808.000,00	808.000,00
421000000000000	Operações de Crédito	250.000,00	250.000,00	250.000,00
422100000000000	Operações de Crédito - Mercado Interno	250.000,00	250.000,00	250.000,00
422119000000000	Outras Operações de Crédito - Mercado Interno	250.000,00	250.000,00	250.000,00
422119001000000	Outras Operações de Crédito - Mercado Interno	250.000,00	250.000,00	250.000,00
422119001100000	Outras Operações de Crédito - Mercado Interno - Prin	250.000,00	250.000,00	250.000,00
422000000000000	Alienação de Bens	50.000,00	50.000,00	50.000,00
422100000000000	Alienação de Bens Móveis	50.000,00	50.000,00	50.000,00
422130000000000	Alienação de Bens Móveis e Semoventes	50.000,00	50.000,00	50.000,00
422130010000000	Alienação de Bens Móveis e Semoventes	50.000,00	50.000,00	50.000,00
422130011000000	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	50.000,00	50.000,00	50.000,00
423000000000000	Amortização de Empréstimos	8.000,00	8.000,00	8.000,00
423000600000000	Amortização de Empréstimos Contratuais	8.000,00	8.000,00	8.000,00
423000610000000	Amortização de Empréstimos Contratuais	8.000,00	8.000,00	8.000,00
423000611000000	Amortização de Empréstimos Contratuais - Principal	8.000,00	8.000,00	8.000,00
424000000000000	Transferências de Capital	500.000,00	500.000,00	500.000,00
424100000000000	Transferências da União e de suas Entidades	250.000,00	250.000,00	250.000,00
424180000000000	Transferências da União	250.000,00	250.000,00	250.000,00
424189900000000	Outras Transferências da União	250.000,00	250.000,00	250.000,00
424189910000000	Outras Transferências da União	250.000,00	250.000,00	250.000,00
424189911000000	Outras Transferências da União - Principal	250.000,00	250.000,00	250.000,00
424200000000000	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas	250.000,00	250.000,00	250.000,00
424280000000000	Transferências dos Estados, Distrito Federal, e de suas En	250.000,00	250.000,00	250.000,00
424289900000000	Outras Transferências dos Estados	250.000,00	250.000,00	250.000,00
424289910000000	Outras Transferências dos Estados	250.000,00	250.000,00	250.000,00
424289911000000	Outras Transferências dos Estados - Principal	250.000,00	250.000,00	250.000,00
900000000000000	DEDUÇÕES DA RECEITA E RECURSOS ARRECADADOS E	(2.641.545,92)	(2.826.454,13)	(3.052.570,46)
910000000000000	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	(2.641.545,92)	(2.826.454,13)	(3.052.570,46)
911000000000000	(R)IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	(76.910,38)	(82.294,11)	(88.877,64)
911100000000000	(R)DEDUÇÕES DA RECEITA DE IMPOSTOS	(76.910,38)	(82.294,11)	(88.877,64)
911180000000000	(R)Impostos Específicos de Estados/DF/Municípios	(76.910,38)	(82.294,11)	(88.877,64)
911180100000000	(R)Impostos sobre o Patrimônio para Estados/DF/Munic	(76.910,38)	(82.294,11)	(88.877,64)
911180110000000	(R)Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urb	(76.910,38)	(82.294,11)	(88.877,64)
911180111000000	(R)Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Ur	(76.910,38)	(82.294,11)	(88.877,64)
916000000000000	(R)Deduções de Receita de Serviços	(10.000,00)	(10.700,00)	(11.556,00)
916900000000000	(R)Deduções Outros Serviços	(10.000,00)	(10.700,00)	(11.556,00)
916909900000000	(R)Deduções de Outros Serviços	(10.000,00)	(10.700,00)	(11.556,00)
916909910000000	(R)Deduções de Outros Serviços	(10.000,00)	(10.700,00)	(11.556,00)
916909911000000	(R)Deduções de Outros Serviços - Principal	(10.000,00)	(10.700,00)	(11.556,00)

Estado de Santa Catarina

Página: 87

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

Data: 13/10/2017

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018**ANEXO DE METAS FISCAIS****Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas**

Relatório Alterado em 06/01/2018 (C)

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação	Previsão - R\$ 1,00		
	Ano 2018	Ano 2019	Ano 2020
1 - MUNICÍPIO DE SERRA ALTA			
91.6.90.99.1.1.01.00.00 (R)Deduções de Serviços de Preparação da Terra em	(10.000.00)	(10.700.00)	(11.556.00)
91.7.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0 (R)DEDUÇÕES RECEITA TRANSFERÊNCIA CORRENTE	(2.554.635.54)	(2.733.460.02)	(2.952.136.82)
91.7.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0 (R)Transferências da União e de suas Entidades	(1.547.553.48)	(1.655.882.22)	(1.788.352.79)
91.7.1.8.0.0.0.0.0.0.0.0 (R)Transferências da União - Específica E/M	(1.547.553.48)	(1.655.882.22)	(1.788.352.79)
91.7.1.8.0.1.0.0.0.0.0.0 (R)Participação na Receita da União	(1.543.851.66)	(1.651.921.28)	(1.784.074.97)
91.7.1.8.0.1.2.0.0.0.0.0 (R)Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	(1.543.150.63)	(1.651.171.17)	(1.783.264.86)
91.7.1.8.0.1.2.1.0.0.0.0 (R)Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	(1.543.150.63)	(1.651.171.17)	(1.783.264.86)
91.7.1.8.0.1.5.0.0.0.0.0 (R)Deduções Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade	(701.03)	(750.11)	(810.11)
91.7.1.8.0.1.5.1.0.0.0.0 (R)Deduções Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade	(701.03)	(750.11)	(810.11)
91.7.1.8.0.6.0.0.0.0.0.0 (R)Deduções Transferências do ICMS - Desoneração - L	(3.701.82)	(3.960.94)	(4.277.82)
91.7.1.8.0.6.1.0.0.0.0.0 (R)Deduções Transferências do ICMS - Desoneração - I	(3.701.82)	(3.960.94)	(4.277.82)
91.7.1.8.0.6.1.1.0.0.0.0 (R)Deduções Transferências do ICMS - Desoneração - I	(3.701.82)	(3.960.94)	(4.277.82)
91.7.2.0.0.0.0.0.0.0.0.0 (R)Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de su	(1.007.082.06)	(1.077.577.80)	(1.163.784.03)
91.7.2.8.0.0.0.0.0.0.0.0 (R)Transferências dos Estados - Específica E/M	(1.007.082.06)	(1.077.577.80)	(1.163.784.03)
91.7.2.8.0.1.0.0.0.0.0.0 (R)Participação na Receita dos Estados	(1.007.082.06)	(1.077.577.80)	(1.163.784.03)
91.7.2.8.0.1.1.0.0.0.0.0 (R)Cota-Parte do ICMS	(928.055.06)	(993.018.91)	(1.072.460.43)
91.7.2.8.0.1.1.1.0.0.0.0 (R)Cota-Parte do ICMS - Principal	(928.055.06)	(993.018.91)	(1.072.460.43)
91.7.2.8.0.1.2.0.0.0.0.0 (R)Cota-Parte do IPVA	(65.766.30)	(70.369.94)	(75.999.53)
91.7.2.8.0.1.2.1.0.0.0.0 (R)Cota-Parte do IPVA - Principal	(65.766.30)	(70.369.94)	(75.999.53)
91.7.2.8.0.1.3.0.0.0.0.0 (R)Cota-Parte do IPI - Municípios	(13.260.70)	(14.188.95)	(15.324.07)
91.7.2.8.0.1.3.1.0.0.0.0 (R)Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	(13.260.70)	(14.188.95)	(15.324.07)
Total entidade	15.616.331.20	16.654.664.26	17.924.397.51
2 - FUNDO MUNICIPAL SAÚDE SERRA ALTA			
4.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0 RECEITAS	1.022.840.58	1.086.448.52	1.165.831.36
4.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0 Receitas Correntes	1.022.840.58	1.086.448.52	1.165.831.36
4.1.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0 Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	8.074.36	8.639.57	9.330.74
4.1.1.2.0.0.0.0.0.0.0.0 Taxas	8.074.36	8.639.57	9.330.74
4.1.1.2.1.0.0.0.0.0.0.0 Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	8.074.36	8.639.57	9.330.74
4.1.1.2.1.0.1.0.0.0.0.0 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	8.074.36	8.639.57	9.330.74
4.1.1.2.1.0.1.1.0.0.0.0 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	8.074.36	8.639.57	9.330.74
4.1.1.2.1.0.1.1.1.0.0.0 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	6.974.36	7.462.57	8.059.58
4.1.1.2.1.0.1.1.1.0.1.0 Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária - Principi	6.974.36	7.462.57	8.059.58
4.1.1.2.1.0.1.1.2.0.0.0 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Multas e	100.00	107.00	115.56
4.1.1.2.1.0.1.1.2.0.1.0 Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária - Multas	100.00	107.00	115.56
4.1.1.2.1.0.1.1.3.0.0.0 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida At	500.00	535.00	577.80
4.1.1.2.1.0.1.1.3.0.1.0 Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária - Dívida /	500.00	535.00	577.80
4.1.1.2.1.0.1.1.4.0.0.0 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida At	500.00	535.00	577.80
4.1.1.2.1.0.1.1.4.0.1.0 Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária - Dívida /	500.00	535.00	577.80
4.1.3.0.0.0.0.0.0.0.0.0 Receita Patrimonial	143.799.59	147.274.16	151.523.07
4.1.3.2.0.0.0.0.0.0.0.0 Valores Mobiliários	143.799.59	147.274.16	151.523.07
4.1.3.2.1.0.0.0.0.0.0.0 Juros e Correções Monetárias	143.799.59	147.274.16	151.523.07
4.1.3.2.1.0.1.0.0.0.0.0 Remuneração de Depósitos Bancários	143.799.59	147.274.16	151.523.07
4.1.3.2.1.0.1.1.0.0.0.0 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	143.799.59	147.274.16	151.523.07
4.1.3.2.1.0.1.1.0.1.0.0 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal - R	133.843.40	136.621.04	140.017.70
4.1.3.2.1.0.1.1.0.1.0.3 Remuneração - Atenção Básica - ATB	18.503.50	19.798.74	21.382.64
4.1.3.2.1.0.1.1.0.1.0.4 Remuneração - Vigilância em Saúde e Vigilância Sa	3.451.07	3.692.65	3.988.06
4.1.3.2.1.0.1.1.0.1.0.9 Remuneração - Atenção de Média e Alta Complexid	12.726.02	13.616.84	14.706.19
4.1.3.2.1.0.1.1.0.1.1.0 Remuneração - Assistência Farmacêutica Básica - /	5.000.00	5.350.00	5.778.00
4.1.3.2.1.0.1.1.0.1.1.3 Remuneração - Transferências do Estado (FMS)	94.162.81	94.162.81	94.162.81
4.1.3.2.1.0.1.1.0.2.0.0 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal - R	9.956.19	10.653.12	11.505.37

Estado de Santa Catarina**Página: 77****MUNICIPIO DE SERRA ALTA****Data: 16/10/2017****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018****ANEXO DE METAS FISCAIS****Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas****Seleção: Alteração em DOD: DOD: (C)**

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação	Previsão - R\$ 1,00			
	Ano 2018	Ano 2019	Ano 2020	
2 - FUNDO MUNICIPAL SAUDE SERRA ALTA				
4.1.3.2.1.00.1.1.02.01.00	Remuneração - Conta Movimento do FMS	9.956,19	10.653,12	11.505,37
4.1.7.0.0.00.0.0.00.00.00	Transferências Correntes	870.966,63	930.534,79	1.004.977,55
4.1.7.1.0.00.0.0.00.00.00	Transferências da União e de suas Entidades	761.575,94	813.486,75	878.565,66
4.1.7.1.8.00.0.0.00.00.00	Transferências da União - Específica E/M	761.575,94	813.486,75	878.565,66
4.1.7.1.8.03.0.0.00.00.00	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde -	761.575,94	813.486,75	878.565,66
4.1.7.1.8.03.1.0.00.00.00	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde	761.575,94	813.486,75	878.565,66
4.1.7.1.8.03.1.1.00.00.00	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúd	761.575,94	813.486,75	878.565,66
4.1.7.1.8.03.1.1.01.00.00	Atenção Básica (ATB)	540.852,90	578.712,59	625.009,58
4.1.7.1.8.03.1.1.01.01.00	Piso de Atenção Básica Fixo (PAB Fixo)	91.221,78	97.607,30	105.415,88
4.1.7.1.8.03.1.1.01.02.00	Saúde da Família	102.720,00	109.910,40	118.703,23
4.1.7.1.8.03.1.1.01.03.00	Agentes Comunitárias de Saúde	112.837,92	120.736,57	130.395,49
4.1.7.1.8.03.1.1.01.04.00	Saúde Bucal	28.633,20	30.637,52	33.088,52
4.1.7.1.8.03.1.1.01.05.00	Programa Nacional do Acesso e da Qualidade da At	102.720,00	109.910,40	118.703,23
4.1.7.1.8.03.1.1.01.06.00	Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF)	102.720,00	109.910,40	118.703,23
4.1.7.1.8.03.1.1.02.00.00	Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	147.660,00	157.996,20	170.635,89
4.1.7.1.8.03.1.1.02.01.00	Teto Financeiro MAC	51.360,00	54.955,20	59.351,61
4.1.7.1.8.03.1.1.02.02.00	Brasil Sorridente	96.300,00	103.041,00	111.284,28
4.1.7.1.8.03.1.1.03.00.00	Vigilância em Saúde	52.252,65	54.510,84	58.871,70
4.1.7.1.8.03.1.1.03.01.00	Vigilância Epidemiológica e Ambiental em Saúde	31.500,00	32.305,51	34.889,95
4.1.7.1.8.03.1.1.03.02.00	Vigilância Sanitária	20.752,65	22.205,33	23.981,75
4.1.7.1.8.03.1.1.04.00.00	Assistência Farmacêutica Básica	20.810,39	22.267,12	24.048,49
4.1.7.1.8.03.1.1.04.01.00	Componente Básico de Assistência Farmacêutica	20.810,39	22.267,12	24.048,49
4.1.7.2.0.00.0.0.00.00.00	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas	109.390,69	117.048,04	126.411,89
4.1.7.2.8.00.0.0.00.00.00	Transferências dos Estados - Específica E/M	109.390,69	117.048,04	126.411,89
4.1.7.2.8.03.0.0.00.00.00	Transferência de Recursos do Estado para Programas de	109.390,69	117.048,04	126.411,89
4.1.7.2.8.03.1.0.00.00.00	Transferência de Recursos do Estado para Programas c	109.390,69	117.048,04	126.411,89
4.1.7.2.8.03.1.1.00.00.00	Transferência de Recursos do Estado para Programas	109.390,69	117.048,04	126.411,89
4.1.7.2.8.03.1.1.01.00.00	Transferências de Recursos do Estado - Farmácia Bi	21.440,44	22.941,27	24.776,58
4.1.7.2.8.03.1.1.02.00.00	Transferências de Recursos do Estado - Estratégia S	70.263,94	75.182,42	81.197,01
4.1.7.2.8.03.1.1.03.00.00	Transferências de Recursos do Estado - Média e Alta	15.686,31	16.784,35	18.127,10
4.1.7.2.8.03.1.1.04.00.00	Transferências de Recursos do Estado - Brasil Sorríd	2.000,00	2.140,00	2.311,20
Total entidade:		1.022.840,58	1.086.448,52	1.165.831,36
Total geral:		16.639.171,78	17.741.112,78	19.090.228,87

ANEXOS DA LEI 1.089/2017 LDO2018

Página 1/1
Data 13/10/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo III - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário
de acordo com a Lei nº 1.089/2018

Especificação	2016	2017	2018	2019	2020
RECEITAS CORRENTES (I)	18.170.181,20	19.851.323,97	15.831.171,78	16.933.112,78	18.282.228,87
Receita Tributária	1.045.910,54	1.101.391,89	1.152.790,23	1.276.285,44	1.378.388,37
Receita de Contribuição	113.500,00	113.500,00	92.984,23	106.471,72	122.989,46
Receita Patrimonial	98.100,00	0,00	362.586,22	376.104,45	382.659,78
Aplicações Financeiras (II)	98.100,00	0,00	357.586,22	370.754,45	386.881,78
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	5.000,00	5.350,00	5.778,00
Transferências Correntes	16.159.695,66	17.922.282,08	15.881.191,30	14.501.723,53	15.681.861,41
Demais Receitas Correntes	752.975,00	714.150,00	638.591,00	699.832,75	755.819,48
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (II) = (I-II)	18.072.081,20	19.851.323,97	15.473.605,56	16.562.358,33	17.895.347,09
RECEITAS DE CAPITAL (IV)	1.485.000,00	1.757.285,00	808.000,00	808.000,00	808.000,00
Operações de Crédito (V)	0,00	0,00	500.000,00	250.000,00	250.000,00
Amortização de Empréstimo (VI)	35.000,00	37.285,00	12.000,00	8.000,00	8.000,00
Alienação de Ativos (VII)	200.000,00	400.000,00	880.000,00	50.000,00	50.000,00
Transferência de Capital	1.250.000,00	1.320.000,00	1.380.000,00	500.000,00	500.000,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL (VII) = (IV-V+VI+VII)	1.250.000,00	1.320.000,00	500.000,00	500.000,00	500.000,00
RECEITAS PRIMÁRIAS (IX) = (II+VII)	19.322.081,20	21.171.323,97	15.973.605,56	17.062.358,33	18.395.347,09
DESPESAS CORRENTES (X)	15.417.671,59	17.519.692,30	14.829.507,30	14.237.839,30	14.819.169,79
Pessoal e Encargos Sociais	5.868.106,45	6.564.033,46	7.323.817,22	6.616.021,03	7.284.621,34
Juros e Encargos da Dívida (XI)	80.000,00	70.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00
Outras Despesas Correntes	9.469.565,14	10.885.658,84	7.455.690,08	7.571.818,27	7.504.548,45
DESPESAS FISCAIS CORRENTES (XI) = (X-XI)	15.337.671,59	17.449.692,30	14.779.507,30	14.187.839,30	14.769.169,79
DESPESAS DE CAPITAL (XII)	4.187.509,61	4.038.916,67	5.716.100,00	3.503.273,48	4.271.059,08
Investimentos	3.887.509,61	3.738.916,67	5.468.100,00	3.562.408,92	4.146.059,08
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	300.000,00	300.000,00	250.000,00	125.000,00	125.000,00
DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL (XV) = (XII+XIV)	3.887.509,61	3.738.916,67	5.468.100,00	3.562.408,92	4.146.059,08
RESERVA LEGAL RPPS (XVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVII)	50.000,00	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS (XVIII) = (XI+XV+XVI+XVII)	19.275.181,20	21.238.608,97	20.295.607,30	17.566.112,78	18.915.228,87
RESULTADO PRIMÁRIO (X-XVIII)	46.900,00	(67.285,00)	(1.092.000,00)	(503.754,45)	(519.881,78)

ANEXOS DA LEI 1.089/2017 LDO2018

Página: 1/1
Data: 18/10/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
Anexo VII - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências

LRF, art 4º, § 3º

PASSIVOS CONTINGENTES		Valor	PROVIDÊNCIAS	Valor
Descrição			Descrição	
Ações decorrentes de Ações Jurisdicionais	50.000,00	Constituição de despesas.		50.000,00
Despesas por indenizações por necrotaxas contábeis.	50.000,00	Constituição de despesas.		50.000,00
SUBTOTAL	100.000,00	SUBTOTAL		100.000,00
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		Valor	PROVIDÊNCIAS	Valor
Descrição			Descrição	
Despesas decorrentes de indenizações causadas por fenômenos de natureza.	50.000,00	Atendimento às vítimas com urgência, visando preservar a integridade das pessoas, aquisição de materiais, equipamentos e suprimentos.		50.000,00
Surto epidêmico causado por epidemias que possam vir a atingir a população em grande escala.	50.000,00	Campanhas de controle a epidemias e surtos, aquisição de medicamentos, vacinas e outros em caráter de emergência.		50.000,00
SUBTOTAL	100.000,00	SUBTOTAL		100.000,00
TOTAL	200.000,00	TOTAL		200.000,00

ANEXOS DA LEI 1.089/2017 LDO2018

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

Classificação da Origem e Destinação dos Recursos Públicos para 2018

Anexo: Anexo de Diretrizes (2)

Página: 1/3

Data: 13/10/2017

ORIGEM			DESTINAÇÃO	
Conta	Fonte de Recursos	Valor	Programa	Valor
4.1.1.1.3.03.1.1.00.00.00 - Imposto sobre a Renda	00.01.0000 - Recursos Ordinários	117.383,79	1 - Processo Legislativo	920.000,00
4.1.1.1.8.01.1.1.00.00.00 - Imposto sobre a Propriedade	00.01.0000 - Recursos Ordinários	230.731,16	16 - Educação Especial	37.500,00
4.1.1.1.8.01.1.2.00.00.00 - Imposto sobre a Propriedade	00.01.0000 - Recursos Ordinários	1.085,05	17 - Cultura, Arte e Lazer	245.000,00
4.1.1.1.8.01.1.3.00.00.00 - Imposto sobre a Propriedade	00.01.0000 - Recursos Ordinários	3.983,35	18 - Esporte Participativo	220.000,00
4.1.1.1.8.01.1.4.00.00.00 - Imposto sobre a Propriedade	00.01.0000 - Recursos Ordinários	2.101,02	2 - Gestão Administrativa Superior	690.000,00
4.1.1.1.8.01.4.1.00.00.00 - Imposto sobre Transmissão	00.01.0000 - Recursos Ordinários	62.559,22	24 - Assistência ao Produtor Rural	950.000,00
4.1.1.1.8.02.3.1.00.00.00 - Imposto sobre Serviços	00.01.0000 - Recursos Ordinários	1.44.340,14	25 - Manutenção da Secretaria dos Transportes	1.012.879,17
4.1.1.1.8.02.3.2.00.00.00 - Imposto sobre Serviços	00.01.0000 - Recursos Ordinários	3.608,60	27 - Serviços de Utilidade Pública	400.000,00
4.1.1.1.8.02.3.3.00.00.00 - Imposto sobre Serviços	00.01.0000 - Recursos Ordinários	3.52,63	29 - Pavimentação de Ruas e Acessos	25.000,00
4.1.1.1.8.02.3.4.00.00.00 - Imposto sobre Serviços	00.01.0000 - Recursos Ordinários	39,88	3 - Manutenção do Conselho Tutelar	150.000,00
4.1.1.2.1.01.1.1.02.00.00 - Taxa de Licença para F	00.01.0000 - Recursos Ordinários	40.410,15	30 - Sistema de Abastecimento de Água	300.000,00
4.1.1.2.1.01.1.1.03.00.00 - Taxa de Licença para E	00.01.0000 - Recursos Ordinários	25.346,03	32 - Sistema Único de Assistência Social	675.000,00
4.1.1.2.1.01.1.2.02.00.00 - Taxa de Licença para F	00.01.0000 - Recursos Ordinários	500,00	33 - Proteção Social Básica	80.000,00
4.1.1.2.1.01.1.2.03.00.00 - Taxa de Licença para E	00.01.0000 - Recursos Ordinários	200,00	34 - Proteção Social Especial	110.000,00
4.1.1.2.1.01.1.3.02.00.00 - Taxa de Licença para F	00.01.0000 - Recursos Ordinários	1.000,00	35 - Atendimento a Pessoas Idosas	180.000,00
4.1.1.2.1.01.1.3.03.00.00 - Taxa de Licença para E	00.01.0000 - Recursos Ordinários	500,00	37 - Construção e/ou Reforma de Centros de Convivência	12.500,00
4.1.1.2.1.01.1.4.02.00.00 - Taxa de Licença para F	00.01.0000 - Recursos Ordinários	1.000,00	38 - Fundo de Infância e Adolescência - FIA	50.000,00
4.1.1.2.1.01.1.4.03.00.00 - Taxa de Licença para E	00.01.0000 - Recursos Ordinários	500,00	4 - Administração Geral	1.025.000,00
4.1.1.2.2.01.1.1.01.00.00 - Taxa de Limpeza Pública	00.01.0000 - Recursos Ordinários	1.42.247,07	41 - Reserva de Contingência	50.000,00
4.1.1.2.2.01.1.1.02.00.00 - Taxa de Cemitérios - PR	00.01.0000 - Recursos Ordinários	3.062,84	42 - Construção do Centro de Eventos	0,00
4.1.1.2.2.01.1.1.03.00.00 - Taxa de Expediente - PR	00.01.0000 - Recursos Ordinários	5.000,00	43 - Revitalização Urbana	25.000,00
4.1.1.2.2.01.1.2.01.00.00 - Taxa de Limpeza Pública	00.01.0000 - Recursos Ordinários	500,00	45 - Construção do Parque de Miquimau	25.000,00
4.1.1.2.2.01.1.2.02.00.00 - Taxa de Cemitérios - ME	00.01.0000 - Recursos Ordinários	1.000,00	47 - Construção, reforma de Centros Esportivos	75.000,00
4.1.1.2.2.01.1.2.03.00.00 - Taxa de Expediente - ME	00.01.0000 - Recursos Ordinários	1.000,00	50 - Aquisição de Bens Imóveis	12.500,00
4.1.1.2.2.01.1.3.01.00.00 - Taxa de Limpeza Pública	00.01.0000 - Recursos Ordinários	500,00	51 - Construção de um Depósito de Calcinho	12.500,00
4.1.1.2.2.01.1.3.02.00.00 - Taxa de Cemitérios - DI	00.01.0000 - Recursos Ordinários	1.000,00	7 - Apoio à Segurança Pública	20.000,00
4.1.1.2.2.01.1.3.03.00.00 - Taxa de Expediente - DI	00.01.0000 - Recursos Ordinários	1.000,00	9 - Manutenção da Secretaria de Planejamento e Finanças	839.859,35
4.1.1.2.2.01.1.4.01.00.00 - Taxa de Limpeza Pública	00.01.0000 - Recursos Ordinários	500,00	Subtotal:	8.079.738,52
4.1.1.2.2.01.1.4.02.00.00 - Taxa de Cemitérios - DI	00.01.0000 - Recursos Ordinários	1.000,00		
4.1.1.2.2.01.1.4.03.00.00 - Taxa de Expediente - DI	00.01.0000 - Recursos Ordinários	1.000,00		
4.1.1.3.8.04.1.1.01.00.00 - Contribuição de Melhor	00.01.0000 - Recursos Ordinários	65.822,43		
4.1.1.3.8.04.1.1.02.00.00 - Contribuição de Melhor	00.01.0000 - Recursos Ordinários	2.000,00		
4.1.1.3.8.04.1.1.03.00.00 - Contribuição de Melhor	00.01.0000 - Recursos Ordinários	1.538,09		
4.1.1.3.8.04.1.1.04.00.00 - Contribuição de Melhor	00.01.0000 - Recursos Ordinários	4.240,31		
4.1.3.1.0.99.1.1.01.00.00 - Concessão e Permissão	00.01.0000 - Recursos Ordinários	5.000,00		
4.1.3.2.1.03.1.1.02.02.00 - Remuneração - Convên	00.01.0000 - Recursos Ordinários	300,00		
4.1.3.2.1.03.1.1.02.03.00 - Remuneração - Outros	00.01.0000 - Recursos Ordinários	80.195,65		
4.1.4.0.0.0.1.1.00.00.00 - Receita Agropecuária	00.01.0000 - Recursos Ordinários	4.550,62		
4.1.6.1.0.01.1.1.01.00.00 - Serviços de Captação	00.01.0000 - Recursos Ordinários	323.377,82		
4.1.6.1.0.01.1.1.02.00.00 - Serviços de Ligamento	00.01.0000 - Recursos Ordinários	2.000,00		
4.1.6.1.0.01.1.2.01.00.00 - Serviços de Captação	00.01.0000 - Recursos Ordinários	500,00		
4.1.6.1.0.01.1.3.01.00.00 - Serviços de Captação	00.01.0000 - Recursos Ordinários	2.000,00		
4.1.6.1.0.01.1.4.01.00.00 - Serviços de Captação	00.01.0000 - Recursos Ordinários	2.000,00		
4.1.6.1.0.02.1.1.00.00.00 - Inscrição em Concurso	00.01.0000 - Recursos Ordinários	8.045,50		
4.1.6.9.0.99.1.1.01.00.00 - Serviços de Preparação	00.01.0000 - Recursos Ordinários	265.085,73		
4.1.6.9.0.99.1.1.02.00.00 - Serviços de Cemitério	00.01.0000 - Recursos Ordinários	1.870,64		
4.1.6.9.0.99.1.1.03.00.00 - Serviços de Análise de	00.01.0000 - Recursos Ordinários	2.500,00		
4.1.6.9.0.99.1.1.04.00.00 - Serviços Esportivos, Re	00.01.0000 - Recursos Ordinários	9.000,00		
4.1.6.9.0.99.1.2.01.00.00 - Serviços de Preparação	00.01.0000 - Recursos Ordinários	500,00		
4.1.6.9.0.99.1.2.02.00.00 - Serviços de Cemitério	00.01.0000 - Recursos Ordinários	1.000,00		
4.1.6.9.0.99.1.2.03.00.00 - Serviços de Análise de	00.01.0000 - Recursos Ordinários	1.000,00		
4.1.6.9.0.99.1.3.01.00.00 - Serviços de Preparação	00.01.0000 - Recursos Ordinários	5.000,00		
4.1.6.9.0.99.1.3.02.00.00 - Serviços de Cemitério	00.01.0000 - Recursos Ordinários	1.000,00		
4.1.6.9.0.99.1.3.03.00.00 - Serviços de Análise de	00.01.0000 - Recursos Ordinários	1.000,00		
4.1.6.9.0.99.1.4.01.00.00 - Serviços de Preparação	00.01.0000 - Recursos Ordinários	3.000,00		
4.1.6.9.0.99.1.4.02.00.00 - Serviços de Cemitério	00.01.0000 - Recursos Ordinários	1.000,00		
4.1.6.9.0.99.1.4.03.00.00 - Serviços de Análise de	00.01.0000 - Recursos Ordinários	1.000,00		
4.1.7.1.8.01.2.1.00.00.00 - Cota-Parte do Fundo de	00.01.0000 - Recursos Ordinários	4.829.453,15		
4.1.7.1.8.01.3.1.00.00.00 - Cota-Parte do Fundo de	00.01.0000 - Recursos Ordinários	2.40.298,59		
4.1.7.1.8.01.4.1.00.00.00 - Cota-Parte do Fundo de	00.01.0000 - Recursos Ordinários	1.70.772,79		
4.1.7.1.8.01.5.1.00.00.00 - Cota-Parte do Imposto I	00.01.0000 - Recursos Ordinários	2.103,31		
4.1.7.1.8.05.1.1.00.00.00 - Transferências Financeira	00.01.0000 - Recursos Ordinários	11.105,51		
4.1.7.2.8.01.1.1.00.00.00 - Cota-Parte do ICMS - IF	00.01.0000 - Recursos Ordinários	2.784.169,04		
4.1.7.2.8.01.2.1.00.00.00 - Cota-Parte do IPVA - PR	00.01.0000 - Recursos Ordinários	1.97.307,92		
4.1.7.2.8.01.3.1.00.00.00 - Cota-Parte do IPF - Mun	00.01.0000 - Recursos Ordinários	39.782,04		
4.1.9.2.2.99.1.1.00.00.00 - Outras Restituições - PR	00.01.0000 - Recursos Ordinários	5.350,00		
4.1.9.9.0.99.1.1.00.00.00 - Outras Receitas - Prém	00.01.0000 - Recursos Ordinários	5.350,00		
4.2.3.0.0.06.1.1.00.00.00 - Amortização de Empré	00.01.0000 - Recursos Ordinários	8.000,00		
9.1.1.1.8.01.1.1.00.00.00 - (R)Imposto sobre a Pro	00.01.0000 - Recursos Ordinários	-46.146,23		
9.1.6.9.0.99.1.1.01.00.00 - (R)Educação de Servip	00.01.0000 - Recursos Ordinários	-10.000,00		
9.1.7.1.8.01.2.1.00.00.00 - (R)Cota-Parte do Fundo	00.01.0000 - Recursos Ordinários	-925.890,38		
9.1.7.1.8.01.5.1.00.00.00 - (R)Educação Cota-Part	00.01.0000 - Recursos Ordinários	-420,62		
9.1.7.1.8.06.1.1.00.00.00 - (R)Educação Transferê	00.01.0000 - Recursos Ordinários	-2.221,09		
9.1.7.2.8.01.1.1.00.00.00 - (R)Cota-Parte do ICMS	00.01.0000 - Recursos Ordinários	-596.833,04		
9.1.7.2.8.01.2.1.00.00.00 - (R)Cota-Parte do IPVA-	00.01.0000 - Recursos Ordinários	-39.459,78		
9.1.7.2.8.01.3.1.00.00.00 - (R)Cota-Parte do IPF - FA	00.01.0000 - Recursos Ordinários	-7.956,42		
Subtotal:		8.079.738,52		

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos Públicos para 2018

Anexo: Anexo de Demonstrativo (2)

Página: 2/3

Data: 13/10/2017

ORIGEM			DESTINAÇÃO	
Código	Fonte de Recursos	Valor	Programa	Valor
4.1.1.1.3.03.1.1.00.00.00 - Imposto sobre a Renda	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Transf.	48.930,91	11 - Manutenção do Ensino Fundamental	1.188.554,44
4.1.1.1.8.01.1.1.00.00.00 - Imposto sobre a Propriedade	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Transf.	58.137,58	12 - Programa de Alimentação Escolar	150.000,00
4.1.1.1.8.01.1.2.00.00.00 - Imposto sobre a Propriedade	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Transf.	452,53	13 - Transporte Escolar Coletivo de Alunos	400.000,00
4.1.1.1.8.01.1.3.00.00.00 - Imposto sobre a Propriedade	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Transf.	1.859,73	14 - Manutenção do Ensino Infantil	424.791,45
4.1.1.1.8.01.1.4.00.00.00 - Imposto sobre a Propriedade	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Transf.	875,43	15 - Manutenção da Creche	815.000,00
4.1.1.1.8.01.4.1.00.00.00 - Imposto sobre Transmissão	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Transf.	28.089,34	44 - Ampliação ou Adequação na Creche Municipal	75.000,00
4.1.1.1.8.02.3.1.00.00.00 - Imposto sobre Serviços	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Transf.	60.141,73	48 - Ampliação e Reforma do Centro Municipal de Educação	75.000,00
4.1.1.1.8.02.3.2.00.00.00 - Imposto sobre Serviços	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Transf.	1.503,59		
4.1.1.1.8.02.3.3.00.00.00 - Imposto sobre Serviços	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Transf.	148,93		
4.1.1.1.8.02.3.4.00.00.00 - Imposto sobre Serviços	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Transf.	18,53		
4.1.7.1.8.01.2.1.00.00.00 - Cota-Parte do Fundo de	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Transf.	1.928.938,81		
4.1.7.1.8.01.3.1.00.00.00 - Cota-Parte do Fundo de	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Transf.	80.099,53		
4.1.7.1.8.01.4.1.00.00.00 - Cota-Parte do Fundo de	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Transf.	56.924,26		
4.1.7.1.8.01.5.1.00.00.00 - Cota-Parte do Imposto I	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Transf.	876,38		
4.1.7.1.8.06.1.1.00.00.00 - Transferência Financeira	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Transf.	4.827,30		
4.1.7.2.8.01.1.1.00.00.00 - Cota-Parte do ICMS - P	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Transf.	1.160.070,44		
4.1.7.2.8.01.2.1.00.00.00 - Cota-Parte do IPVA - IP	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Transf.	82.039,13		
4.1.7.2.8.01.3.1.00.00.00 - Cota-Parte do IP - Mun	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Transf.	16.575,85		
9.1.1.1.8.01.1.1.00.00.00 - (R)Imposto sobre a Pro	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Transf.	-19.227,60		
9.1.7.1.8.01.2.1.00.00.00 - (R)Cota-Parte do Fundo	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Transf.	-385.787,66		
9.1.7.1.8.01.5.1.00.00.00 - (R)Dedução Cota-Part	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Transf.	-175,26		
9.1.7.1.8.06.1.1.00.00.00 - (R)Dedução Transferê	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Transf.	-925,46		
9.1.7.2.8.01.1.1.00.00.00 - (R)Cota-Parte do ICMS	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Transf.	-232.013,77		
9.1.7.2.8.01.2.1.00.00.00 - (R)Cota-Parte do IPVA	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Transf.	-18.441,58		
9.1.7.2.8.01.3.1.00.00.00 - (R)Cota-Parte do IP - N	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Transf.	-3.315,18		
	Subtotal:	2.908.345,89		
4.1.1.1.3.03.1.1.00.00.00 - Imposto sobre a Renda	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Transf.	29.346,95	19 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	1.825.288,48
4.1.1.1.8.01.1.1.00.00.00 - Imposto sobre a Propriedade	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Transf.	57.882,79	46 - Reforma e Adequação da Unidade Municipal de Saúde	75.555,36
4.1.1.1.8.01.1.2.00.00.00 - Imposto sobre a Propriedade	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Transf.	271,51		
4.1.1.1.8.01.1.3.00.00.00 - Imposto sobre a Propriedade	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Transf.	935,83		
4.1.1.1.8.01.1.4.00.00.00 - Imposto sobre a Propriedade	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Transf.	525,25		
4.1.1.1.8.01.4.1.00.00.00 - Imposto sobre Transmissão	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Transf.	15.839,81		
4.1.1.1.8.02.3.1.00.00.00 - Imposto sobre Serviços	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Transf.	36.085,03		
4.1.1.1.8.02.3.2.00.00.00 - Imposto sobre Serviços	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Transf.	902,15		
4.1.1.1.8.02.3.3.00.00.00 - Imposto sobre Serviços	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Transf.	88,16		
4.1.1.1.8.02.3.4.00.00.00 - Imposto sobre Serviços	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Transf.	9,92		
4.1.1.2.01.1.1.01.00.00 - Taxa de Fiscalização de	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Transf.	6.974,36		
4.1.1.2.01.1.2.01.00.00 - Taxa de Fiscalização de	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Transf.	1,00		
4.1.1.2.01.1.3.01.00.00 - Taxa de Fiscalização de	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Transf.	500,00		
4.1.1.2.01.1.4.01.00.00 - Taxa de Fiscalização de	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Transf.	500,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.02.01.00 - Remuneração - Conta P	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Transf.	9.999,19		
4.1.7.1.8.01.2.1.00.00.00 - Cota-Parte do Fundo de	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Transf.	1.157.383,29		
4.1.7.1.8.01.5.1.00.00.00 - Cota-Parte do Imposto I	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Transf.	525,82		
4.1.7.1.8.06.1.1.00.00.00 - Transferência Financeira	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Transf.	2.776,38		
4.1.7.2.8.01.1.1.00.00.00 - Cota-Parte do ICMS - P	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Transf.	698.042,26		
4.1.7.2.8.01.2.1.00.00.00 - Cota-Parte do IPVA - IP	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Transf.	49.325,48		
4.1.7.2.8.01.3.1.00.00.00 - Cota-Parte do IP - Mun	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Transf.	9.945,51		
9.1.1.1.8.01.1.1.00.00.00 - (R)Imposto sobre a Pro	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Transf.	-11.538,55		
9.1.7.1.8.01.2.1.00.00.00 - (R)Cota-Parte do Fundo	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Transf.	-231.472,59		
9.1.7.1.8.01.5.1.00.00.00 - (R)Dedução Cota-Part	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Transf.	-105,15		
9.1.7.1.8.06.1.1.00.00.00 - (R)Dedução Transferê	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Transf.	-555,27		
9.1.7.2.8.01.1.1.00.00.00 - (R)Cota-Parte do ICMS	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Transf.	-139.208,25		
9.1.7.2.8.01.2.1.00.00.00 - (R)Cota-Parte do IPVA	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Transf.	-9.864,94		
9.1.7.2.8.01.3.1.00.00.00 - (R)Cota-Parte do IP - N	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Transf.	-1.989,10		
	Subtotal:	1.890.823,84		
4.1.3.2.1.00.1.1.01.11.00 - Remuneração - Contrib	00.01.0007 - Contribuição de Intervenção no D	1.093,83	27 - Serviços de Utilidade Pública	15.310,83
4.1.7.1.8.01.7.1.00.00.00 - Cota-Parte da Contribui	00.01.0007 - Contribuição de Intervenção no D	14.217,00		
	Subtotal:	15.310,83		
4.1.2.4.0.00.1.1.00.00.00 - Contribuição para o Cus	00.01.0008 - Contribuição para o Custeio dos I	92.864,23	27 - Serviços de Utilidade Pública	94.354,45
4.1.3.2.1.00.1.1.01.14.00 - Remuneração - Contrib	00.01.0008 - Contribuição para o Custeio dos I	1.390,22		
	Subtotal:	94.254,45		
4.1.3.2.1.00.1.1.01.07.00 - Remuneração - Convên	00.01.0010 - Convênio de Transferência - Militar	25.000,00	4 - Administração Geral	25.000,00
	Subtotal:	25.000,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.01.08.00 - Remuneração - Convên	00.01.0011 - Convênio de Transferência - Civil	20.000,00	4 - Administração Geral	20.000,00
	Subtotal:	20.000,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.01.08.00 - Remuneração - Convên	00.01.0012 - Convênio de Transferência - Prefeitura	30.000,00	4 - Administração Geral	30.000,00
	Subtotal:	30.000,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.01.02.00 - Remuneração - Fundo	00.01.0018 - Transferências do FUNDEB - 80%	6.288,28	11 - Manutenção do Ensino Fundamental	283.149,97
4.1.7.5.8.01.1.1.01.00.00 - Transferências de Recu	00.01.0018 - Transferências do FUNDEB - 80%	778.881,69	14 - Manutenção do Ensino Infantil	150.000,00
	Subtotal:	785.149,97	15 - Manutenção da Creche	390.000,00
4.1.7.5.8.01.1.1.02.00.00 - Transferências de Recu	00.01.0019 - Transferências do FUNDEB - 40%	517.140,95	11 - Manutenção do Ensino Fundamental	287.140,95
	Subtotal:	517.140,95	14 - Manutenção do Ensino Infantil	137.500,00
			15 - Manutenção da Creche	112.500,00
			Subtotal:	517.140,95

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

Classificação da Origem e Destinação dos Recursos Previstos para 2018

Resumo: Anexo de Detalhamento

Página: 3/3

Data: 13/10/2017

ORIGEM			DESTINAÇÃO	
Conta	Fonte de Recursos	Valor	Programa	Valor
4.1.3.2.1.00.1.1.01.23.00 - Remuneração - Transferência	00.01.0034 - Transferências de Convênios - C	1.000,00	29 - Pavimentação de Ruas e Acessos	150.000,00
4.1.3.2.1.00.1.1.01.24.00 - Remuneração - Outros	00.01.0034 - Transferências de Convênios - C	18.741,74	30 - Sistema de Abastecimento de Água	132.241,74
4.2.4.1.8.99.1.1.00.00.00 - Outras Transferências e	00.01.0034 - Transferências de Convênios - C	250.000,00	31 - Saneamento Básico	25.000,00
4.2.4.2.8.99.1.1.00.00.00 - Outras Transferências e	00.01.0034 - Transferências de Convênios - C	250.000,00	37 - Construção e/ou Reforma de Centros de Convívio	100.000,00
Subtotal:		519.741,74	43 - Revitalização Urbana	100.000,00
			49 - Academias ao Ar Livre	12.500,00
			Subtotal:	519.741,74
4.1.3.2.1.00.1.1.01.12.00 - Remuneração - Transferência	00.01.0035 - Transferência do Sistema Único	8.326,88	32 - Sistema Único de Assistência Social	216.326,88
4.1.7.1.8.04.1.1.01.00.00 - Transferências de Recu	00.01.0035 - Transferência do Sistema Único	10.000,00	Subtotal:	
4.1.7.1.8.04.1.1.02.00.00 - Transferências de Recu	00.01.0035 - Transferência do Sistema Único	180.000,00		
4.1.7.1.8.04.1.1.03.00.00 - Transferências de Recu	00.01.0035 - Transferência do Sistema Único	20.000,00		
Subtotal:		216.326,88		
4.1.3.2.1.00.1.1.01.15.00 - Remuneração - Transferência	00.01.0036 - Salário-Educação	8.307,43	11 - Manutenção do Ensino Fundamental	118.242,89
4.1.7.1.8.05.1.1.00.00.00 - Transferências do Salá	00.01.0036 - Salário-Educação	139.935,46	14 - Manutenção do Ensino Infantil	15.000,00
Subtotal:		148.242,89	15 - Manutenção da Creche	15.000,00
			Subtotal:	148.242,89
4.1.3.2.1.00.1.1.01.16.00 - Remuneração - Transferência	00.01.0037 - Outras Transferências do FND E	4.302,45	12 - Programa de Alimentação Escolar	37.500,00
4.1.3.2.1.00.1.1.01.17.00 - Remuneração - Transferência	00.01.0037 - Outras Transferências do FND E	1.377,05	13 - Transporte Escolar Coletivo de Alunos	32.500,00
4.1.3.2.1.00.1.1.01.18.00 - Remuneração - Transferência	00.01.0037 - Outras Transferências do FND E	423,27	15 - Manutenção da Creche	5.142,98
4.1.7.1.8.05.3.1.00.00.00 - Transferências Diretas	00.01.0037 - Outras Transferências do FND E	39.336,47	Subtotal:	
4.1.7.1.8.05.4.1.00.00.00 - Transferências Diretas	00.01.0037 - Outras Transferências do FND E	29.703,74		
Subtotal:		75.142,98		
4.1.3.2.1.00.1.1.01.03.00 - Remuneração - Atendi	00.01.0038 - Transferências do SU/S/União	18.503,50	19 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	427.981,94
4.1.3.2.1.00.1.1.01.04.00 - Remuneração - Vigilân	00.01.0038 - Transferências do SU/S/União	3.451,07	20 - Pós de Atensão Básica	100.000,00
4.1.3.2.1.00.1.1.01.09.00 - Remuneração - Atendi	00.01.0038 - Transferências do SU/S/União	12.726,02	21 - Médica Alta Complexidade	150.000,00
4.1.3.2.1.00.1.1.01.10.00 - Remuneração - Assistê	00.01.0038 - Transferências do SU/S/União	5.000,00	22 - Assistência Farmacêutica Básica	23.274,59
4.1.7.1.8.03.1.1.01.01.00 - Pós de Atensão Básica	00.01.0038 - Transferências do SU/S/União	91.221,78	23 - Vigilância em Saúde	100.000,00
4.1.7.1.8.03.1.1.01.02.00 - Saúde da Família	00.01.0038 - Transferências do SU/S/União	102.720,00	Subtotal:	
4.1.7.1.8.03.1.1.01.03.00 - Agentes Comunitários	00.01.0038 - Transferências do SU/S/União	112.837,92		
4.1.7.1.8.03.1.1.01.04.00 - Saúde Bucal	00.01.0038 - Transferências do SU/S/União	28.633,20		
4.1.7.1.8.03.1.1.01.05.00 - Programa Nacional do	00.01.0038 - Transferências do SU/S/União	102.720,00		
4.1.7.1.8.03.1.1.01.06.00 - Núcleo de Apoio à Saú	00.01.0038 - Transferências do SU/S/União	102.720,00		
4.1.7.1.8.03.1.1.02.01.00 - Teto Financeiro MAC	00.01.0038 - Transferências do SU/S/União	51.390,00		
4.1.7.1.8.03.1.1.02.02.00 - Brasil Sem Dent	00.01.0038 - Transferências do SU/S/União	98.300,00		
4.1.7.1.8.03.1.1.03.01.00 - Vigilância Epidemiol	00.01.0038 - Transferências do SU/S/União	31.500,00		
4.1.7.1.8.03.1.1.03.02.00 - Vigilância Sanitá	00.01.0038 - Transferências do SU/S/União	20.752,65		
4.1.7.1.8.03.1.1.04.01.00 - Componente Básico de	00.01.0038 - Transferências do SU/S/União	20.810,39		
Subtotal:		801.256,53		
4.1.3.2.1.00.1.1.01.01.00 - Remuneração - Fundo	00.01.0039 - Fundo Especial do Petróleo - FEP	1.040,58	27 - Serviços de Utilidade Pública	95.233,52
4.1.7.1.8.02.8.1.00.00.00 - Conta-Parte do Fundo E	00.01.0039 - Fundo Especial do Petróleo - FEP	84.748,16	Subtotal:	
4.1.7.1.8.02.9.1.00.00.00 - Outras Transferências	00.01.0039 - Fundo Especial do Petróleo - FEP	29.444,78		
Subtotal:		95.233,52		
4.1.3.2.1.00.1.1.01.21.00 - Remuneração - Transferência	00.01.0091 - Transferências de Convênios - Es	1.898,79	39 - Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Fede	29.198,79
4.1.7.2.8.99.1.1.01.01.00 - Transferências de Recu	00.01.0091 - Transferências de Convênios - Es	13.000,00	Subtotal:	
4.1.7.2.8.99.1.1.01.02.00 - Transferências de Recu	00.01.0091 - Transferências de Convênios - Es	13.000,00		
4.1.7.2.8.99.1.1.01.03.00 - Transferências de Recu	00.01.0091 - Transferências de Convênios - Es	1.500,00		
Subtotal:		29.198,79		
4.1.3.2.1.00.1.1.01.22.00 - Remuneração - Transferência	00.01.0092 - Transferências de Convênios - Es	500,00	11 - Manutenção do Ensino Fundamental	23.000,00
4.1.7.2.8.10.2.1.01.00.00 - Transferências de Recu	00.01.0092 - Transferências de Convênios - Es	67.814,46	13 - Transporte Escolar Coletivo de Alunos	45.314,46
Subtotal:		68.314,46	Subtotal:	68.314,46
4.1.3.2.1.00.1.1.01.13.00 - Remuneração - Transferência	00.01.0093 - Transferências de Convênios - Es	94.162,81	19 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	94.162,81
Subtotal:		94.162,81	Subtotal:	94.162,81
4.1.7.2.8.03.1.1.01.00.00 - Transferências de Recu	00.01.0097 - Recursos do Sistema Único de Si	21.440,44	19 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	109.390,69
4.1.7.2.8.03.1.1.02.00.00 - Transferências de Recu	00.01.0097 - Recursos do Sistema Único de Si	70.263,94	Subtotal:	
4.1.7.2.8.03.1.1.03.00.00 - Transferências de Recu	00.01.0097 - Recursos do Sistema Único de Si	15.686,31		
4.1.7.2.8.03.1.1.04.00.00 - Transferências de Recu	00.01.0097 - Recursos do Sistema Único de Si	2.000,00		
Subtotal:		109.390,69		
4.1.1.2.1.01.1.1.04.00.00 - Taxa de Fiscalização de	00.01.0080 - FUNREBOM	22.516,58	4 - Administração Geral	24.166,58
4.1.3.2.1.00.1.1.01.05.00 - Remuneração - Convên	00.01.0080 - FUNREBOM	1.650,00	Subtotal:	
Subtotal:		24.166,58		
4.1.3.2.1.00.1.1.01.19.00 - Remuneração - Operaç	00.01.0083 - Operações de Crédito Internas - I	1.204,84	4 - Administração Geral	251.204,84
4.2.1.1.9.00.1.1.00.00.00 - Outras Operações de C	00.01.0083 - Operações de Crédito Internas - I	250.000,00	Subtotal:	
Subtotal:		251.204,84		
4.1.3.2.1.00.1.1.01.20.00 - Remuneração - Alenaç	00.01.0089 - Alienação de Bens destinados a	2.924,62	40 - Programa Pró-Moradia	52.924,62
4.2.2.1.3.00.1.1.00.00.00 - Alienação de Bens Móv	00.01.0089 - Alienação de Bens destinados a	50.000,00	Subtotal:	
Subtotal:		52.924,62		
Total geral:		16.639.171,78		16.639.171,78

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos Públicos para 2018

Anexo: Anexo de Demonstrativo (2)

Página: 1/3

Data: 13/10/2017

ORIGEM			DESTINAÇÃO	
Código	Fonte de Recursos	Valor	Programa	Valor
4.1.1.1.3.03.1.1.00.00.00	- Imposto sobre a Renda	117.383,79	1 - Processo Legislativo	500.000,00
4.1.1.1.8.01.1.1.00.00.00	- Imposto sobre a Propriedade	230.731,16	16 - Educação Especial	37.500,00
4.1.1.1.8.01.1.2.00.00.00	- Imposto sobre a Propriedade	1.085,09	17 - Cultura, Arte e Lazer	245.000,00
4.1.1.1.8.01.1.3.00.00.00	- Imposto sobre a Propriedade	3.983,35	18 - Esporte Participativo	220.000,00
4.1.1.1.8.01.1.4.00.00.00	- Imposto sobre a Propriedade	2.101,02	2 - Gestão Administrativa Superior	690.000,00
4.1.1.1.8.01.4.1.00.00.00	- Imposto sobre Transmissão	62.559,22	24 - Assistência ao Produtor Rural	990.000,00
4.1.1.1.8.02.3.1.00.00.00	- Imposto sobre Serviços	1.44.340,14	25 - Manutenção da Secretaria dos Transportes	1.012.879,17
4.1.1.1.8.02.3.2.00.00.00	- Imposto sobre Serviços	3.808,60	27 - Serviços de Utilidade Pública	400.000,00
4.1.1.1.8.02.3.3.00.00.00	- Imposto sobre Serviços	352,63	29 - Pavimentação de Ruas e Acessos	25.000,00
4.1.1.1.8.02.3.4.00.00.00	- Imposto sobre Serviços	39,68	3 - Manutenção do Conselho Tutelar	190.000,00
4.1.1.2.1.01.1.1.02.00.00	- Taxa de Licença para F	40.410,15	30 - Sistema de Abastecimento de Água	300.000,00
4.1.1.2.1.01.1.1.03.00.00	- Taxa de Licença para E	25.346,03	32 - Sistema Único de Assistência Social	675.000,00
4.1.1.2.1.01.1.2.02.00.00	- Taxa de Licença para F	500,00	33 - Proteção Social Básica	80.000,00
4.1.1.2.1.01.1.2.03.00.00	- Taxa de Licença para E	200,00	34 - Proteção Social Especial	110.000,00
4.1.1.2.1.01.1.3.02.00.00	- Taxa de Licença para F	1.000,00	35 - Atendimento à Pessoa Idosa	180.000,00
4.1.1.2.1.01.1.3.03.00.00	- Taxa de Licença para E	500,00	37 - Construção e/ou Reforma de Centro de Convivência	12.500,00
4.1.1.2.1.01.1.4.02.00.00	- Taxa de Licença para F	1.000,00	38 - Fundo da Infância e Adolescência - FIA	90.000,00
4.1.1.2.1.01.1.4.03.00.00	- Taxa de Licença para E	500,00	4 - Administração Geral	1.025.000,00
4.1.1.2.2.01.1.1.01.00.00	- Taxa de Limpeza Pública	142.247,07	41 - Reserva de Contingência	50.000,00
4.1.1.2.2.01.1.1.02.00.00	- Taxa de Cemitérios - Pr	3.062,84	42 - Construção do Centro de Eventos	0,00
4.1.1.2.2.01.1.1.03.00.00	- Taxa de Expediente - Pr	5.000,00	43 - Revitalização Urbana	25.000,00
4.1.1.2.2.01.1.2.01.00.00	- Taxa de Limpeza Pública	500,00	45 - Construção do Parque de Miquimari	25.000,00
4.1.1.2.2.01.1.2.02.00.00	- Taxa de Cemitérios - Di	1.000,00	47 - Construção, reforma de Centros Esportivos	75.000,00
4.1.1.2.2.01.1.2.03.00.00	- Taxa de Expediente - Di	1.000,00	50 - Aquisição de Bens Imóveis	12.500,00
4.1.1.2.2.01.1.3.01.00.00	- Taxa de Limpeza Pública	500,00	51 - Construção de um Depósito de Catálise	12.500,00
4.1.1.2.2.01.1.3.02.00.00	- Taxa de Cemitérios - Di	1.000,00	7 - Apoio à Segurança Pública	20.000,00
4.1.1.2.2.01.1.3.03.00.00	- Taxa de Expediente - Di	1.000,00	9 - Manutenção da Secretaria de Planejamento e Finanças	839.859,35
4.1.1.2.2.01.1.4.01.00.00	- Taxa de Limpeza Pública	500,00		
4.1.1.2.2.01.1.4.02.00.00	- Taxa de Cemitérios - Di	1.000,00		
4.1.1.2.2.01.1.4.03.00.00	- Taxa de Expediente - Di	1.000,00		
4.1.1.3.8.04.1.1.01.00.00	- Contribuição de Melhoria	65.822,43		
4.1.1.3.8.04.1.1.02.00.00	- Contribuição de Melhoria	2.000,00		
4.1.1.3.8.04.1.1.03.00.00	- Contribuição de Melhoria	1.538,09		
4.1.1.3.8.04.1.1.04.00.00	- Contribuição de Melhoria	4.240,31		
4.1.3.1.0.99.1.1.01.00.00	- Contratação Permissão	5.000,00		
4.1.3.2.1.03.1.1.02.02.00	- Remuneração - Convên	300,00		
4.1.3.2.1.03.1.1.02.03.00	- Remuneração - Outros	80.198,65		
4.1.4.0.0.00.1.1.00.00.00	- Receita Agropecuária	4.550,62		
4.1.6.1.0.01.1.1.01.00.00	- Serviços de Captação	323.377,62		
4.1.6.1.0.01.1.1.02.00.00	- Serviços de Legamento	2.000,00		
4.1.6.1.0.01.1.2.01.00.00	- Serviços de Captação	500,00		
4.1.6.1.0.01.1.3.01.00.00	- Serviços de Captação	2.000,00		
4.1.6.1.0.01.1.4.01.00.00	- Serviços de Captação	2.000,00		
4.1.6.1.0.02.1.1.00.00.00	- Inscrição em Concurso	6.045,50		
4.1.6.9.0.99.1.1.01.00.00	- Serviços de Preparação	265.085,73		
4.1.6.9.0.99.1.1.02.00.00	- Serviços de Cemitério	1.870,64		
4.1.6.9.0.99.1.1.03.00.00	- Serviços de Análise de	2.500,00		
4.1.6.9.0.99.1.1.04.00.00	- Serviços Esportivos, Re	9.000,00		
4.1.6.9.0.99.1.2.01.00.00	- Serviços de Preparação	500,00		
4.1.6.9.0.99.1.2.02.00.00	- Serviços de Cemitério	1.000,00		
4.1.6.9.0.99.1.2.03.00.00	- Serviços de Análise de	1.000,00		
4.1.6.9.0.99.1.3.01.00.00	- Serviços de Preparação	5.000,00		
4.1.6.9.0.99.1.3.02.00.00	- Serviços de Cemitério	1.000,00		
4.1.6.9.0.99.1.3.03.00.00	- Serviços de Análise de	1.000,00		
4.1.6.9.0.99.1.4.01.00.00	- Serviços de Preparação	3.000,00		
4.1.6.9.0.99.1.4.02.00.00	- Serviços de Cemitério	1.000,00		
4.1.6.9.0.99.1.4.03.00.00	- Serviços de Análise de	1.000,00		
4.1.7.1.8.01.2.1.00.00.00	- Cota-Parte do Fundo de	4.629.453,15		
4.1.7.1.8.01.3.1.00.00.00	- Cota-Parte do Fundo de	240.298,59		
4.1.7.1.8.01.4.1.00.00.00	- Cota-Parte do Fundo de	1.70.772,79		
4.1.7.1.8.01.5.1.00.00.00	- Cota-Parte do Imposto I	2.033,31		
4.1.7.1.8.06.1.1.00.00.00	- Transferência Financeira	11.105,51		
4.1.7.2.8.01.1.1.00.00.00	- Cota-Parte do ICMS - P	2.784.169,04		
4.1.7.2.8.01.2.1.00.00.00	- Cota-Parte do IPVA - Pr	197.301,92		
4.1.7.2.8.01.3.1.00.00.00	- Cota-Parte do IPI - Mun	39.782,04		
4.1.9.2.2.99.1.1.00.00.00	- Outras Restituições - Pr	5.350,00		
4.1.9.9.0.99.1.1.00.00.00	- Outras Receitas - Prim	5.350,00		
4.2.3.0.0.00.1.1.00.00.00	- Amortização de Empré	8.000,00		
9.1.1.1.8.01.1.1.00.00.00	- (R)Imposto sobre a Pro	-46.146,23		
9.1.6.9.0.99.1.1.01.00.00	- (R)Cota-Parte de Servip	-10.000,00		
9.1.7.1.8.01.2.1.00.00.00	- (R)Cota-Parte do Fundo	-925.890,39		
9.1.7.1.8.01.5.1.00.00.00	- (R)Cota-Parte do Impo	-420,62		
9.1.7.1.8.06.1.1.00.00.00	- (R)Cota-Parte de Transfe	-2.221,09		
9.1.7.2.8.01.1.1.00.00.00	- (R)Cota-Parte do ICMS	-558.833,04		
9.1.7.2.8.01.2.1.00.00.00	- (R)Cota-Parte do IPVA	-39.459,78		
9.1.7.2.8.01.3.1.00.00.00	- (R)Cota-Parte do IPI - N	-7.959,42		
	Subtotal:	8.079.738,52		

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

Demonstrativo da Origem e Destinação das Receitas Previstas para 2018

Anexo: Anexo de Demonstrativo (2)

Página: 2/3

Data: 13/10/2017

ORIGEM			DESTINAÇÃO	
Código	Fonte de Recursos	Valor	Programa	Valor
4.1.1.1.3.03.1.1.00.00.00 - Imposto sobre a Renda	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Transf.	48.930,91	11 - Manutenção do Ensino Fundamental	1.188.554,44
4.1.1.1.8.01.1.1.00.00.00 - Imposto sobre a Propriedade	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Transf.	98.137,98	12 - Programa de Alimentação Escolar	190.000,00
4.1.1.1.8.01.1.2.00.00.00 - Imposto sobre a Propriedade	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Transf.	452,53	13 - Transporte Escolar Coletivo de Alunos	400.000,00
4.1.1.1.8.01.1.3.00.00.00 - Imposto sobre a Propriedade	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Transf.	1.859,73	14 - Manutenção do Ensino Infantil	424.791,45
4.1.1.1.8.01.1.4.00.00.00 - Imposto sobre a Propriedade	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Transf.	875,43	15 - Manutenção da Creche	815.000,00
4.1.1.1.8.01.4.1.00.00.00 - Imposto sobre Transmissão	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Transf.	28.089,34	44 - Ampliação ou Adequação na Creche Municipal	75.000,00
4.1.1.1.8.02.3.1.00.00.00 - Imposto sobre Serviços	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Transf.	60.141,73	48 - Ampliação e Reforma do Centro Municipal de Educação	75.000,00
4.1.1.1.8.02.3.2.00.00.00 - Imposto sobre Serviços	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Transf.	1.503,99		
4.1.1.1.8.02.3.3.00.00.00 - Imposto sobre Serviços	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Transf.	148,93		
4.1.1.1.8.02.3.4.00.00.00 - Imposto sobre Serviços	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Transf.	18,53		
4.1.7.1.8.01.2.1.00.00.00 - Cota-Parte do Fundo de	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Transf.	1.928.938,81		
4.1.7.1.8.01.3.1.00.00.00 - Cota-Parte do Fundo de	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Transf.	80.099,53		
4.1.7.1.8.01.4.1.00.00.00 - Cota-Parte do Fundo de	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Transf.	98.924,26		
4.1.7.1.8.01.5.1.00.00.00 - Cota-Parte do Imposto I	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Transf.	876,38		
4.1.7.1.8.06.1.1.00.00.00 - Transferência Financeira	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Transf.	4.827,30		
4.1.7.2.8.01.1.1.00.00.00 - Cota-Parte do ICMS - P	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Transf.	1.180.070,44		
4.1.7.2.8.01.2.1.00.00.00 - Cota-Parte do IPVA - IP	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Transf.	82.039,13		
4.1.7.2.8.01.3.1.00.00.00 - Cota-Parte do IP - Mun	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Transf.	16.575,85		
9.1.1.1.8.01.1.1.00.00.00 - (R)Imposto sobre a Pro	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Transf.	-19.227,60		
9.1.7.1.8.01.2.1.00.00.00 - (R)Cota-Parte do Fundo	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Transf.	-385.787,66		
9.1.7.1.8.01.5.1.00.00.00 - (R)Dedução Cota-Part	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Transf.	-175,26		
9.1.7.1.8.06.1.1.00.00.00 - (R)Dedução Transferê	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Transf.	-925,46		
9.1.7.2.8.01.1.1.00.00.00 - (R)Cota-Parte do ICMS	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Transf.	-232.013,77		
9.1.7.2.8.01.2.1.00.00.00 - (R)Cota-Parte do IPVA	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Transf.	-18.441,58		
9.1.7.2.8.01.3.1.00.00.00 - (R)Cota-Parte do IP - N	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Transf.	-3.315,18		
	Subtotal:	2.908.345,89		
4.1.1.1.3.03.1.1.00.00.00 - Imposto sobre a Renda	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Transf.	29.346,95	19 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	1.825.288,48
4.1.1.1.8.01.1.1.00.00.00 - Imposto sobre a Propriedade	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Transf.	57.882,79	46 - Reforma e Adequação da Unidade Municipal de Saúde	75.555,36
4.1.1.1.8.01.1.2.00.00.00 - Imposto sobre a Propriedade	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Transf.	271,51		
4.1.1.1.8.01.1.3.00.00.00 - Imposto sobre a Propriedade	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Transf.	935,83		
4.1.1.1.8.01.1.4.00.00.00 - Imposto sobre a Propriedade	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Transf.	525,25		
4.1.1.1.8.01.4.1.00.00.00 - Imposto sobre Transmissão	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Transf.	15.839,81		
4.1.1.1.8.02.3.1.00.00.00 - Imposto sobre Serviços	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Transf.	36.085,03		
4.1.1.1.8.02.3.2.00.00.00 - Imposto sobre Serviços	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Transf.	902,15		
4.1.1.1.8.02.3.3.00.00.00 - Imposto sobre Serviços	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Transf.	88,16		
4.1.1.1.8.02.3.4.00.00.00 - Imposto sobre Serviços	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Transf.	9,92		
4.1.1.2.01.1.1.01.00.00 - Taxa de Fiscalização de	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Transf.	6.974,39		
4.1.1.2.01.1.2.01.00.00 - Taxa de Fiscalização de	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Transf.	1,00		
4.1.1.2.01.1.3.01.00.00 - Taxa de Fiscalização de	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Transf.	500,00		
4.1.1.2.01.1.4.01.00.00 - Taxa de Fiscalização de	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Transf.	500,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.02.01.00 - Remuneração - Conta P	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Transf.	9.999,19		
4.1.7.1.8.01.2.1.00.00.00 - Cota-Parte do Fundo de	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Transf.	1.157.383,29		
4.1.7.1.8.01.5.1.00.00.00 - Cota-Parte do Imposto I	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Transf.	525,82		
4.1.7.1.8.06.1.1.00.00.00 - Transferência Financeira	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Transf.	2.776,39		
4.1.7.2.8.01.1.1.00.00.00 - Cota-Parte do ICMS - P	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Transf.	698.042,26		
4.1.7.2.8.01.2.1.00.00.00 - Cota-Parte do IPVA - IP	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Transf.	49.325,48		
4.1.7.2.8.01.3.1.00.00.00 - Cota-Parte do IP - Mun	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Transf.	9.945,51		
9.1.1.1.8.01.1.1.00.00.00 - (R)Imposto sobre a Pro	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Transf.	-11.538,55		
9.1.7.1.8.01.2.1.00.00.00 - (R)Cota-Parte do Fundo	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Transf.	-231.472,59		
9.1.7.1.8.01.5.1.00.00.00 - (R)Dedução Cota-Part	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Transf.	-105,15		
9.1.7.1.8.06.1.1.00.00.00 - (R)Dedução Transferê	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Transf.	-555,27		
9.1.7.2.8.01.1.1.00.00.00 - (R)Cota-Parte do ICMS	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Transf.	-139.208,25		
9.1.7.2.8.01.2.1.00.00.00 - (R)Cota-Parte do IPVA	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Transf.	-9.884,94		
9.1.7.2.8.01.3.1.00.00.00 - (R)Cota-Parte do IP - N	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Transf.	-1.989,10		
	Subtotal:	1.890.823,84		
4.1.3.2.1.00.1.1.01.11.00 - Remuneração - Contrib	00.01.0007 - Contribuição de Intervenção no D	1.093,83	27 - Serviços de Utilidade Pública	15.310,83
4.1.7.1.8.01.7.1.00.00.00 - Cota-Parte da Contribui	00.01.0007 - Contribuição de Intervenção no D	14.217,00		
	Subtotal:	15.310,83		
4.1.2.4.0.00.1.1.00.00.00 - Contribuição para o Cus	00.01.0008 - Contribuição para o Custeio dos I	92.864,23	27 - Serviços de Utilidade Pública	94.354,45
4.1.3.2.1.00.1.1.01.14.00 - Remuneração - Contrib	00.01.0008 - Contribuição para o Custeio dos I	1.390,22		
	Subtotal:	94.254,45		
4.1.3.2.1.00.1.1.01.07.00 - Remuneração - Convên	00.01.0010 - Convênio de Transferência - Militar	25.000,00	4 - Administração Geral	25.000,00
	Subtotal:	25.000,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.01.08.00 - Remuneração - Convên	00.01.0011 - Convênio de Transferência - Civil	20.000,00	4 - Administração Geral	20.000,00
	Subtotal:	20.000,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.01.08.00 - Remuneração - Convên	00.01.0012 - Convênio de Transferência - Prefeitura	30.000,00	4 - Administração Geral	30.000,00
	Subtotal:	30.000,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.01.02.00 - Remuneração - Fundo	00.01.0018 - Transferências do FUNDEB - 80%	6.288,28	11 - Manutenção do Ensino Fundamental	283.149,97
4.1.7.5.8.01.1.1.01.00.00 - Transferências de Recu	00.01.0018 - Transferências do FUNDEB - 80%	778.881,69	14 - Manutenção do Ensino Infantil	190.000,00
	Subtotal:	785.149,97	15 - Manutenção da Creche	390.000,00
4.1.7.5.8.01.1.1.02.00.00 - Transferências de Recu	00.01.0019 - Transferências do FUNDEB - 40%	517.140,95	11 - Manutenção do Ensino Fundamental	287.140,95
	Subtotal:	517.140,95	14 - Manutenção do Ensino Infantil	137.500,00
			15 - Manutenção da Creche	112.500,00
			Subtotal:	517.140,95

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos Previstos para 2018

Anexo: Anexo de Detalhamento

Página: 3/3

Data: 13/10/2017

ORIGEM			DESTINAÇÃO	
Conta	Fonte de Recursos	Valor	Programa	Valor
4.1.3.2.1.00.1.1.01.23.00 - Remuneração - Transferência	00.01.0034 - Transferências de Convênios - C	1.000,00	29 - Pavimentação de Ruas e Acessos	150.000,00
4.1.3.2.1.00.1.1.01.24.00 - Remuneração - Outros	00.01.0034 - Transferências de Convênios - C	18.741,74	30 - Sistema de Abastecimento de Água	132.241,74
4.2.4.1.8.99.1.1.00.00.00 - Outras Transferências	00.01.0034 - Transferências de Convênios - C	250.000,00	31 - Saneamento Básico	25.000,00
4.2.4.2.8.99.1.1.00.00.00 - Outras Transferências	00.01.0034 - Transferências de Convênios - C	250.000,00	37 - Construção e/ou Reforma de Centros de Convênios	100.000,00
Subtotal:		519.741,74	43 - Revitalização Urbana	100.000,00
			49 - Academias ao Ar Livre	12.500,00
			Subtotal:	
			519.741,74	
4.1.3.2.1.00.1.1.01.12.00 - Remuneração - Transferência	00.01.0035 - Transferência do Sistema Único	8.326,88	32 - Sistema Único de Assistência Social	216.326,88
4.1.7.1.8.04.1.1.01.00.00 - Transferências de Recu	00.01.0035 - Transferência do Sistema Único	10.000,00	Subtotal:	
			216.326,88	
4.1.7.1.8.04.1.1.02.00.00 - Transferências de Recu	00.01.0035 - Transferência do Sistema Único	180.000,00		
4.1.7.1.8.04.1.1.03.00.00 - Transferências de Recu	00.01.0035 - Transferência do Sistema Único	20.000,00		
Subtotal:		216.326,88		
4.1.3.2.1.00.1.1.01.15.00 - Remuneração - Transferência	00.01.0036 - Salário-Educação	8.307,43	11 - Manutenção do Ensino Fundamental	118.242,89
4.1.7.1.8.05.1.1.00.00.00 - Transferências do Salá	00.01.0036 - Salário-Educação	139.935,46	14 - Manutenção do Ensino Infantil	15.000,00
Subtotal:		148.242,89	15 - Manutenção da Creche	15.000,00
			Subtotal:	
			148.242,89	
4.1.3.2.1.00.1.1.01.16.00 - Remuneração - Transferência	00.01.0037 - Outras Transferências do FND E	4.302,45	12 - Programa de Alimentação Escolar	37.500,00
4.1.3.2.1.00.1.1.01.17.00 - Remuneração - Transferência	00.01.0037 - Outras Transferências do FND E	1.377,05	13 - Transporte Escolar Coletivo de Alunos	32.500,00
4.1.3.2.1.00.1.1.01.18.00 - Remuneração - Transferência	00.01.0037 - Outras Transferências do FND E	423,27	15 - Manutenção da Creche	5.142,98
4.1.7.1.8.05.3.1.00.00.00 - Transferências Diretas	00.01.0037 - Outras Transferências do FND E	39.336,47	Subtotal:	
4.1.7.1.8.05.4.1.00.00.00 - Transferências Diretas	00.01.0037 - Outras Transferências do FND E	29.703,74		
Subtotal:		75.142,98		
4.1.3.2.1.00.1.1.01.03.00 - Remuneração - Atendi	00.01.0038 - Transferências do SU/S/União	18.503,50	19 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	427.981,94
4.1.3.2.1.00.1.1.01.04.00 - Remuneração - Vigilân	00.01.0038 - Transferências do SU/S/União	3.451,07	20 - Pós de Atensão Básica	100.000,00
4.1.3.2.1.00.1.1.01.09.00 - Remuneração - Atendi	00.01.0038 - Transferências do SU/S/União	12.726,02	21 - Média e Alta Complexidade	150.000,00
4.1.3.2.1.00.1.1.01.10.00 - Remuneração - Assistê	00.01.0038 - Transferências do SU/S/União	5.000,00	22 - Assistência Farmacêutica Básica	23.274,59
4.1.7.1.8.03.1.1.01.01.00 - Pós de Atensão Básica	00.01.0038 - Transferências do SU/S/União	91.221,78	23 - Vigilância em Saúde	100.000,00
4.1.7.1.8.03.1.1.01.02.00 - Saúde da Família	00.01.0038 - Transferências do SU/S/União	102.720,00	Subtotal:	
4.1.7.1.8.03.1.1.01.03.00 - Agentes Comunitários	00.01.0038 - Transferências do SU/S/União	112.837,92		
4.1.7.1.8.03.1.1.01.04.00 - Saúde Bucal	00.01.0038 - Transferências do SU/S/União	28.633,20		
4.1.7.1.8.03.1.1.01.05.00 - Programa Nacional do	00.01.0038 - Transferências do SU/S/União	102.720,00		
4.1.7.1.8.03.1.1.01.06.00 - Núcleo de Apoio à Saú	00.01.0038 - Transferências do SU/S/União	102.720,00		
4.1.7.1.8.03.1.1.02.01.00 - Teto Financeiro MAC	00.01.0038 - Transferências do SU/S/União	51.390,00		
4.1.7.1.8.03.1.1.02.02.00 - Brasil Sem Dent	00.01.0038 - Transferências do SU/S/União	98.300,00		
4.1.7.1.8.03.1.1.03.01.00 - Vigilância Epidemiol	00.01.0038 - Transferências do SU/S/União	31.500,00		
4.1.7.1.8.03.1.1.03.02.00 - Vigilância Sanit	00.01.0038 - Transferências do SU/S/União	20.752,65		
4.1.7.1.8.03.1.1.04.01.00 - Componente Básico de	00.01.0038 - Transferências do SU/S/União	20.810,39		
Subtotal:		801.256,53		
4.1.3.2.1.00.1.1.01.01.00 - Remuneração - Fundo	00.01.0039 - Fundo Especial do Petróleo - FEP	1.040,58	27 - Serviços de Utilidade Pública	95.233,52
4.1.7.1.8.02.8.1.00.00.00 - Conta-Parte do Fundo E	00.01.0039 - Fundo Especial do Petróleo - FEP	84.748,16	Subtotal:	
			95.233,52	
4.1.7.1.8.02.9.1.00.00.00 - Outras Transferências	00.01.0039 - Fundo Especial do Petróleo - FEP	29.444,78		
Subtotal:		95.233,52		
4.1.3.2.1.00.1.1.01.21.00 - Remuneração - Transfe	00.01.0091 - Transferências de Convênios - Es	1.898,79	39 - Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Fede	29.199,79
4.1.7.2.8.99.1.1.01.01.00 - Transferências de Recu	00.01.0091 - Transferências de Convênios - Es	13.000,00	Subtotal:	
4.1.7.2.8.99.1.1.01.02.00 - Transferências de Recu	00.01.0091 - Transferências de Convênios - Es	13.000,00		
4.1.7.2.8.99.1.1.01.03.00 - Transferências de Recu	00.01.0091 - Transferências de Convênios - Es	1.500,00		
Subtotal:		29.199,79		
4.1.3.2.1.00.1.1.01.22.00 - Remuneração - Transfe	00.01.0092 - Transferências de Convênios - Es	500,00	11 - Manutenção do Ensino Fundamental	23.000,00
4.1.7.2.8.10.2.1.01.00.00 - Transferências de Recu	00.01.0092 - Transferências de Convênios - Es	67.814,46	13 - Transporte Escolar Coletivo de Alunos	45.314,46
Subtotal:		68.314,46	Subtotal:	
			68.314,46	
4.1.3.2.1.00.1.1.01.13.00 - Remuneração - Transfe	00.01.0093 - Transferências de Convênios - Es	94.162,81	19 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	94.162,81
Subtotal:		94.162,81	Subtotal:	
			94.162,81	
4.1.7.2.8.03.1.1.01.00.00 - Transferências de Recu	00.01.0097 - Recursos do Sistema Único de Si	21.440,44	19 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	109.390,69
4.1.7.2.8.03.1.1.02.00.00 - Transferências de Recu	00.01.0097 - Recursos do Sistema Único de Si	70.263,94	Subtotal:	
4.1.7.2.8.03.1.1.03.00.00 - Transferências de Recu	00.01.0097 - Recursos do Sistema Único de Si	15.686,31		
4.1.7.2.8.03.1.1.04.00.00 - Transferências de Recu	00.01.0097 - Recursos do Sistema Único de Si	2.000,00		
Subtotal:		109.390,69		
4.1.1.2.1.01.1.1.04.00.00 - Taxa de Fiscalização de	00.01.0080 - FUNREBOM	22.516,58	4 - Administração Geral	24.166,58
4.1.3.2.1.00.1.1.01.05.00 - Remuneração - Convên	00.01.0080 - FUNREBOM	1.650,00	Subtotal:	
			24.166,58	
4.1.3.2.1.00.1.1.01.19.00 - Remuneração - Operaç	00.01.0083 - Operações de Crédito Internas - I	1.204,84	4 - Administração Geral	251.204,84
4.2.1.1.9.00.1.1.00.00.00 - Outras Operações de C	00.01.0083 - Operações de Crédito Internas - I	250.000,00	Subtotal:	
			251.204,84	
4.1.3.2.1.00.1.1.01.20.00 - Remuneração - Alenaç	00.01.0089 - Alienação de Bens destinados a	2.924,62	40 - Programa Pró-Moradia	52.924,62
4.2.2.1.3.00.1.1.00.00.00 - Alienação de Bens Móv	00.01.0089 - Alienação de Bens destinados a	50.000,00	Subtotal:	
			52.924,62	
Total geral:		16.639.171,78		
			16.639.171,78	

ANEXOS DA LEI 1.089/2017 LDO2018**Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA**Página: 1/1
Data: 13/10/2017**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018****ANEXO DE METAS FISCAIS****Anexo VI - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida****Salário Atualizado em 06/01/2018 (C)**

LRFA nº 12, § 3º da Lei Complementar nº 101/2000

Especificação	2018	2019	2020
RECEITAS CORRENTES (I)	18.292.843,09	19.560.101,08	21.111.376,23
Receita Tributária	1.192.790,23	1.276.285,44	1.378.388,37
Receita de Contribuição	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	362.566,22	376.104,45	392.659,78
Receita Agropecuária	4.550,82	4.869,37	5.258,92
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00
Receita Serviços	613.279,69	656.209,27	708.706,01
Transferências Correntes	16.108.956,13	17.235.183,55	18.613.998,23
Outras Receitas Correntes	10.700,00	11.449,00	12.364,92
DEDUÇÕES (II)	(2.912.201,76)	(3.104.214,47)	(3.339.018,60)
Dedução de Receita para a Formação do FUNDEB	(2.554.635,54)	(2.733.460,02)	(2.952.136,82)
Remuneração - Transferências do Estado (FMS)	(94.162,81)	(94.162,81)	(94.162,81)
Remuneração - Convênio Radiopatrulha	(300,00)	(321,00)	(346,68)
Remuneração - Convênio FUNREBOM	(1.650,00)	(1.765,50)	(1.906,73)
Remuneração - Transferências do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNA	(1.377,05)	(1.473,44)	(1.591,32)
Remuneração - Alienação de Bens	(2.924,62)	(3.129,35)	(3.379,70)
Remuneração - Transferências do Estado para o Transporte Escolar	(500,00)	(535,00)	(577,80)
Remuneração - Vigilância em Saúde e Vigilância Sanitária	(3.451,07)	(3.692,65)	(3.988,06)
Remuneração - Transferências de Convênios - Outros	(1.000,00)	(1.070,00)	(1.155,60)
Remuneração - Transferências da Quota Salário-Educação - QSE	(8.307,43)	(8.888,95)	(9.600,06)
Remuneração - Transferências do Fundo Nacional da Assistência Social - FNAS	(6.326,88)	(6.769,76)	(7.311,34)
Remuneração - Transferências do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar	(423,27)	(452,90)	(489,13)
Remuneração - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	(1.093,83)	(1.170,39)	(1.264,03)
Remuneração - Outros Recursos Vinculados	(18.741,74)	(20.053,66)	(21.657,95)
Remuneração - Operações de Crédito - Outros Programas	(1.204,84)	(1.289,17)	(1.392,31)
Remuneração - Fundo Especial do Petróleo - FEPE	(1.040,58)	(1.113,42)	(1.202,49)
Remuneração - Atenção Básica - ATB	(18.503,50)	(19.798,74)	(21.382,64)
Remuneração - Outros Recursos Não Vinculados	(80.196,65)	(85.810,42)	(92.675,25)
Remuneração - Assistência Farmacêutica Básica - AFB	(5.000,00)	(5.350,00)	(5.778,00)
Remuneração - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica - FUI	(6.288,28)	(6.728,46)	(7.266,74)
Remuneração - Contribuição para o Custo da Iluminação Pública - COSIP	(1.390,22)	(1.487,53)	(1.606,54)
Remuneração - Convênio de Trânsito da Prefeitura	(30.000,00)	(30.000,00)	(30.000,00)
Remuneração - Convênio de Trânsito da Polícia Militar	(25.000,00)	(25.000,00)	(25.000,00)
Remuneração - Transferências do Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS	(1.698,79)	(1.817,71)	(1.963,12)
Remuneração - Transferências Convênios Educação	(4.302,45)	(4.603,63)	(4.971,92)
Remuneração - Conta Movimento do FMS	(9.956,19)	(10.653,12)	(11.505,37)
Remuneração - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar (MAH)	(12.726,02)	(13.616,84)	(14.706,19)
Remuneração - Convênio de Trânsito da Polícia Civil	(20.000,00)	(20.000,00)	(20.000,00)
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	15.380.641,33	16.455.886,61	17.772.357,63

ANEXOS DA LEI 1.089/2017 LDO2018

Página: 1/1

Data: 13/10/2017

Estado de Santa Catarina**MUNICÍPIO DE SERRA ALTA****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018****ANEXO DE METAS FISCAIS**

Anexo IV - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Nominal

Especificação	2015 (b)	2016 (c)	2017 (d)	2018 (e)	2019 (f)	2020 (g)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	598.987,98	305.284,66	250.000,00	0,00	0,00	0,00
Contatual	598.987,98	305.284,66	250.000,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I-II)	598.987,98	305.284,66	250.000,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III+IV-V)	598.987,98	305.284,66	250.000,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Nominal	(b - a*)	(c - b)	(d - c)	(e - d)	(f - e)	(g - f)
	(327.283,03)	(293.683,32)	(55.284,66)	(250.000,00)	0,00	0,00

* : Refere-se ao resultados_nominais_valor previsto da Dívida Consolidada Líquida do exercício orçamentário anterior ao previsto no exercício 2015 no resultados_nominais_valor de R\$ 926.251,01.

ANEXOS DA LEI 1.089/2017 LDO2018

Página: 1/1
Data: 18/10/2017

Estado de Santa Catarina**MUNICÍPIO DE SERRA ALTA****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018****ANEXO DE METAS FISCAIS**

Anexo V - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Montante da Dívida

Especificação	2015	2016	2017	2018	2019	2020
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	598.987,98	305.284,66	250.000,00	0,00	0,00	0,00
Constituição	598.987,98	305.284,66	250.000,00			
DCL (II) = (I - II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

ANEXOS DA LEI 1.089/2017 LDO2018**Estado de Santa Catarina****MUNICÍPIO DE SERRA ALTA****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018****Anexo 1.4 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Despesas****Seleção Abrevidada em 06/06/2018 (C)****Página: 1/1****Data: 13/10/2017**

As metas anuais de despesas foram calculadas a partir das seguintes despesas orçamentárias:

Programa	R\$ 1,00		
	2018	2019	2020
1 - MUNICÍPIO DE SERRA ALTA			
2 Gestão Administrativa Superior	650.000,00	760.000,00	760.000,00
3 Manutenção do Conselho Tutelar	150.000,00	150.000,00	150.000,00
4 Administração Geral	1.355.371,42	1.561.379,96	1.458.375,69
7 Apoio à Segurança Pública	20.000,00	20.000,00	20.000,00
9 Manutenção da Secretaria de Planejamento e Finanças	836.859,35	1.175.000,00	1.175.000,00
11 Manutenção do Ensino Fundamental	1.860.088,25	1.875.726,38	3.213.727,31
12 Programa de Alimentação Escolar	187.500,00	187.500,00	187.500,00
13 Transporte Escolar Coletivo de Alunos	477.814,46	241.992,96	233.903,71
14 Manutenção do Ensino Infantil	727.291,45	727.291,45	727.291,45
15 Manutenção da Creche	1.097.642,98	1.115.438,66	1.106.540,82
16 Educação Especial	37.500,00	37.500,00	37.500,00
17 Cultura, Arte e Lazer	245.000,00	245.000,00	245.000,00
18 Esporte Participativo	220.000,00	220.000,00	220.000,00
24 Assistência ao Produtor Rural	950.000,00	1.050.000,00	1.050.000,00
26 Manutenção da Secretaria dos Transportes	1.012.879,17	1.212.879,17	1.212.879,17
27 Serviços de Utilidade Pública	604.898,80	677.106,16	641.002,48
29 Pavimentação de Ruas e Acessos	175.000,00	311.917,06	309.579,40
30 Sistema de Abastecimento de Água	432.241,74	350.000,00	350.000,00
31 Saneamento Básico	25.000,00	25.000,00	25.000,00
32 Sistema Único de Assistência Social	891.326,88	942.558,26	916.942,57
33 Proteção Social Básica	80.000,00	80.000,00	80.000,00
34 Proteção Social Especial	110.000,00	110.000,00	110.000,00
35 Atendimento à Pessoa Idosa	180.000,00	180.000,00	180.000,00
37 Construção e/ou Reforma de Centros de Convivência	112.500,00	62.500,00	62.500,00
38 Fundo da Infância e Adolescência - FIA	50.000,00	50.000,00	50.000,00
39 Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal	29.198,79	36.113,77	32.656,28
40 Programa Pró-Moradia	52.924,62	52.924,62	53.270,94
41 Reserva de Contingência	50.000,00	50.000,00	50.000,00
42 Construção do Centro de Eventos	0,00	50.000,00	25.000,00
43 Revitalização Urbana	125.000,00	125.000,00	125.000,00
44 Ampliação ou Adequações na Creche Municipal	75.000,00	75.000,00	75.000,00
45 Construção do Parque de Máquinas	25.000,00	25.000,00	25.000,00
47 Construção, reforma de Centros Esportivos	75.000,00	0,00	0,00
48 Ampliação e Reforma do Centro Municipal de Educação	75.000,00	75.000,00	75.000,00
49 Academias ao Ar Livre	12.500,00	12.500,00	12.500,00
50 Aquisição de Bens Imóveis	12.500,00	12.500,00	12.500,00
51 Construção de um Depósito de Calçamento	12.500,00	12.500,00	12.500,00
Total da entidade:	13.033.537,91	13.895.328,45	15.021.169,82
2 - FUNDO MUNICIPAL SAÚDE SERRA ALTA			
19 Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	2.236.803,92	2.462.509,74	2.592.584,46
20 Piso de Atenção Básica	100.000,00	100.000,00	100.000,00
21 Média e Alta Complexidade	150.000,00	150.000,00	150.000,00
22 Assistência Farmacêutica Básica	23.274,59	23.274,59	23.274,59
23 Vigilância em Saúde	100.000,00	100.000,00	100.000,00
46 Reforma e Adequação da Unidade Municipal de Saúde	75.555,36	0,00	0,00
Total da entidade:	2.685.633,87	2.835.784,33	2.965.859,05
3 - CAMARA MUNICIPAL DE SERRA ALTA			
1 Processo Legislativo	920.000,00	1.010.000,00	1.103.200,00
Total da entidade:	920.000,00	1.010.000,00	1.103.200,00
Total geral:	16.639.171,78	17.741.112,78	19.090.228,87

Tangará

PREFEITURA

AUDIÊNCIA PÚBLICA

AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Prefeito Municipal de Tangará – SC, juntamente com o Presidente do Conselho Municipal de Saúde, informam a população do município que será realizada Audiência Pública que terá como tema: Hospital Municipal Frei Rogério ,no dia 16 de Novembro de 2017, das 20h00 às 22h30, no Centro Múltiplo Uso, na Rua Ademar de Barros, Centro Tangará – SC.

Nadir Baú da Silva André Petters Ziemann

Prefeito Municipal de Tangará – SC Presidente do Conselho Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 535, DE 11 DE OUTUBRO DE 2.017. CONCEDE PROGRESSÃO POR DESEMPENHO A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTARIA Nº 535, DE 11 DE OUTUBRO DE 2.017.

CONCEDE PROGRESSÃO POR DESEMPENHO A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, combinado com o Artigo 74, inciso VII – IX da Lei Orgânica do Município;

1- Considerando o laudo de avaliação elaborado pela comissão nomeada através da Portaria nº 580 de 10 de setembro de 2015.

2- Com amparo na Lei Complementar nº. 092 de 04 de Abril de 2017, que Dispõe sobre a Reestruturação do Sistema de Carreira e Salários do Pessoal do Poder Executivo do Município de Tangará; Cria, Extingue e Modifica Cargos, Fixa Vencimentos, c/c decreto nº 033 de 25 de maio de 2003.

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder ao servidor IVOR DEMETRIO FOSSATTI, brasileiro, residente e domiciliado neste Município de Tangará, Santa Catarina, ocupante do cargo efetivo de VIGILANTE SANITÁRIO - NÍVEL 11 - CLASSE D, a progressão horizontal por desempenho, passando para classe "E" com as vantagens previstas em lei, a partir de 01/10/2017.

Art. 2.º A progressão prevista no artigo 1º, decorre da recomendação obtida na avaliação compreendida no período de 2013, 2014, 2015 e 2016, conforme prevê a lei complementar nº 092/2017.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor data de sua publicação, tendo seus efeitos jurídicos e legais retroativos a 01/10/2017, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ – SC, 11 DE OUTUBRO DE 2.017.

NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

Tigrinhos

PREFEITURA

PORTARIA 196/2017

PORTARIA Nº. 196/2017. DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA-PRÊMIO PARA A SERVIDORA MUNICIPAL SRA. CLEONI MARIA SCHABARUM CASSOL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e no Plano de Cargos e Carreiras do Magistério Público de Tigrinhos – LC 051/2017 de 22/08/2017;

RESOLVE:

Art. 1º Fica Concedida Licença-Prêmio para a Servidora Pública Municipal Sra. CLEONI MARIA SCHABARUM CASSOL, efetiva, Professor IV Inglês, com matrícula nº. 254/01, 10 horas semanais, referente ao período aquisitivo vencido em Janeiro/2016, por 60 (sessenta) dias, a partir de 16 de Outubro de 2017 à 14 de Dezembro de 2017, retornando em 15 de Dezembro de 2017, conforme Plano de Cargos e Carreiras do Magistério Público de Tigrinhos – LC 051/2017 de 22/08/2017; , que assim dispõe:

Art. 101 Após cada 05 (cinco) anos de exercício público prestado exclusivamente como servidor efetivo municipal, conceder-se-á licença a título de prêmio, com remuneração, pelo período de 60 (sessenta) dias, devendo ser gozada na sua totalidade

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 16 DE OUTUBRO DE 2017.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em dezesseis de outubro de dois mil e dezessete.

Cleiton Soethe
Secretaria Municipal da Administração
e Fazenda.

PORTARIA 197/2017

PORTARIA Nº 197/2017 CONCEDE AFASTAMENTO A SERVIDORA MUNICIPAL SRA. VERA LUCIA BACZINSKI POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal Complementar nº. 035/2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família, a Servidora Pública Municipal Sra. VERA LUCIA BACZINSKI, cadastrada sob matrícula nº 83/01, pelo período de 10 (dez) dias, a partir de 12 de Outubro a 21 de Outubro de 2017, retornando as atividades normais no dia 23/10/2017, nos termos do art. 100 da Lei Municipal Complementar nº 035/2015 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Tigrinhos - SC), conforme Atestado Médico apresentado e deferido.

Lei Municipal Complementar nº 035/2015.

Art. 100 Poderá ser concedida licença ao servidor ocupante de cargo efetivo, por motivo de doença do cônjuge ou companheiro, do pai, da mãe e do filho, mediante comprovação médica.

§ 1º. A licença somente será deferida se a assistência direta do servidor for indispensável e não puder ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo;

§ 2º. A licença de que trata o caput, incluídas as prorrogações, poderá ser concedida a cada período de 12 (doze) meses nas seguintes condições:

I – por até 15 (quinze) dias, consecutivos ou não, mantida a remuneração do servidor; e

II – por até 60 (sessenta) dias, consecutivos ou não, sem remuneração.

§ 3º. O início do interstício de 12 (doze) meses será contado a partir da data do deferimento da primeira licença concedida. Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA EM 16 DE OUTUBRO DE 2017.
DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em dezesseis de outubro de dois mil e dezessete.

Cleiton Soethe
Secretário Municipal de
Administração e Fazenda.

Timbó

PREFEITURA

ATA ANÁLISE DOCUMENTOS INEXIGIBILIDADE Nº 59.2017 - PMT

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 59/2017 – PMT

Às quinze horas, do décimo primeiro dia do mês de outubro de dois mil e dezessete (11/10/2017), na sala do setor de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ-SC, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº. 55, de 27 de janeiro de 2017, para análise dos documentos constantes do Processo de Inexigibilidade de Licitação nº. 59/2017 PMT.

Aberta a sessão, foram analisados os documentos abaixo relacionados, integrantes deste processo de inexigibilidade apresentados pela Empresa VPA PAVIMENTAÇÃO EIRELI - ME – CNPJ Nº. 07.516.335/0001-06:

Ato Constitutivo – Contrato Social com respectivas alterações	Lei 8.666/93 Art. 27 I c/c Art. 28
Certidão Negativa de Débitos do Município de Timbó/SC	Art. 29, III - Lei 8.666/93, Art. 193 Código Tributário Nacional e Art. 50 da LC Municipal 142/98
Certidão Negativa de Débitos Estaduais	Lei 8.666/93 Art. 29 III
Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União	Lei 8.666/93 Art. 29 II
Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)	Lei 8.666/93 Art. 29 V
Cartão CNPJ	Lei 8.666/93 Art. 29, I
Certidão de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS - emitida pela Caixa Econômica Federal)	Lei 8.666/93 Art. 29, IV e Lei 8.036/90 art. 27 "a"
Cópia do Contrato de Credenciamento nº. 05-01/2017 – Proveniente do Credenciamento de Empresas para a Pavimentação de Vias – Processo Licitatório nº. 05/2017 – PMT.	

Da análise destes documentos observa-se que a Empresa VPA PAVIMENTAÇÃO EIRELI - ME está com a documentação regular. Nada mais havendo, o Senhor Presidente substituto encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

FELIPE RAMOS DOS SANTOS

Presidente em substituição

ANGELA PREUSS

Membro

MOACYR CRISTOFOLINI JR

Membro

EXTRATO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 2014.068 - SAMAE

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2014/068

AUTORIZANTE: Município de Timbó pelo Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto.

AUTORIZADO: DRJ Radiocomunicações LTDA.

OBJETO: Acréscimo ao objeto (serviços de manutenção preventiva passa de uma para duas visitas mensais e serviços de desenvolvimento Plataforma Elipse Scada ou E3 passa de doze para dezesseis horas por mês) e ao preço (o objeto fica acrescido em 25%, passando para R\$ 7.057,96 (sete mil cinquenta e sete reais e noventa e seis centavos) mensais.

DATA DA ASSINATURA: 02/10/2017.

JAIME JOEL AVENDANO JARA

Diretor Presidente do SAMAE

LEI Nº 2919, DE 16 DE OUTUBRO DE 2017**LEI Nº 2919, DE 16 DE OUTUBRO DE 2017**

Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para 2018 e dá outras providências.

JORGE AUGUSTO KRÜGER, Prefeito de Timbó-SC.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Orçamento do Município de Timbó, para o exercício de 2018, será elaborado e executado observando os objetivos, prioridades e metas (fiscais e físicas) estabelecidas nesta lei, compreendendo:

I – as prioridades, metas fiscais e metas físicas da administração municipal extraídas do Plano Plurianual 2018/2021 Lei nº 2.902 de 25/08/2017 e alterações posteriores:

II – a estrutura dos orçamentos;

III – as diretrizes para a elaboração, execução e alterações dos orçamentos do Município, dos poderes Legislativo e Executivo - Administração Direta e Indireta;

IV – as disposições sobre dívida pública municipal;

V – as disposições sobre despesas com pessoal;

VI – as disposições sobre alterações na legislação tributária;

VII – as disposições sobre custos e controle interno; e

VIII – as disposições gerais.

CAPITULO I**DAS PRIORIDADES, METAS FISCAIS E METAS FÍSICAS DA ADMINISTRAÇÃO**

Art. 2º As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2018 são aquelas definidas e demonstradas nos ANEXOS I, II, III e IV desta lei, desdobradas nos seguintes demonstrativos:

a) ANEXO I – **Anexo de Riscos Fiscais:**

- Demonstrativo A – Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências;

b) ANEXO II – **Anexo de Metas Fiscais:**

- Demonstrativo B – Metas Anuais;

- Demonstrativo C – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;

- Demonstrativo D – Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais nos Três Exercícios Anteriores;

- Demonstrativo E – Evolução do Patrimônio Líquido;

- Demonstrativo F – Origem e Aplicação dos Recursos obtidos com Alienação de Ativos;

- Demonstrativo G – Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS;

- Demonstrativo H – Projeção Atuarial do RPPS;

- Demonstrativo I – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;
- Demonstrativo J– Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;

c) **ANEXO III – Projeção das Receitas para o exercício de 2018;**

d) **ANEXO IV - Programas de Governo e Ações:**

- Demonstrativo L
- Programas de Governo, Objetivos, Função, Sub-função, Ação;
- Demonstrativo de Despesas, Órgão, Unidade, Função, Sub-função, Programa, Ação, Valores.

§ 1º Os recursos estimados na Lei Orçamentária para 2018, serão destinados preferencialmente, para as prioridades e metas estabelecidas no ANEXO IV desta lei, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 2º Na elaboração da proposta orçamentária para 2018, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as prioridades e metas estabelecidas nesta lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

CAPÍTULO II DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 3º O orçamento para o exercício financeiro de 2018 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, bem como suas Autarquias, Fundações e Fundos, e será estruturado em conformidade com a Estrutura Organizacional do Município.

Art. 4º Para efeito desta Lei entende-se por:

I – programa, considerado como categoria de programação, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II – ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;

III – atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;

IV – projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

V – operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI – unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII – receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

VIII – execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

IX – execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

X – execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

Parágrafo único. A categoria de programação de que trata o artigo 167, VI da Constituição Federal, serão identificadas por PROGRAMAS DE GOVERNO.

Art. 5º A Lei Orçamentária para 2018 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras (UG), de modo consolidado, especificando no Orçamento da Unidade Gestora Central (UGC) aquelas vinculadas a Fundos, Fundações, Autarquia e aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº 42/1999, Interministerial nº 163/2001, a Portaria STN nº 553 e suas alterações posteriores, na forma dos seguintes Anexos:

I – Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Adendo II da Portaria SOF nº 8/85);

II – Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

III – Resumo Geral da Despesa (Adendo IV da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

IV – Programa de Trabalho (Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

V – Programa de Trabalho de Governo – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VI – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, conforme o Vínculo com Recursos (Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VII – Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VIII – Demonstrativo da Despesa, classificada até modalidade de aplicação, segundo cada unidade orçamentária (Adendo IV da Portaria SOF/SEPLAN nº 08/85);

IX – Sumário da Receita por Fontes e da Despesa por Funções (art. 2º, § 1º, da Lei 4.320/64);

X – Demonstrativo da Receita por fontes e respectiva legislação (art. 2º, § 1º, da Lei 4.320/64);

XI – Demonstrativo da estimativa de Renúncia de Receitas de natureza tributária, com premissas e metodologia de cálculo e comprovação de que ela foi considerada no orçamento da receita para 2018;

XII – Demonstrativo da compatibilização da programação dos orçamentos com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;

XIII – Demonstrativo das medidas de compensação para aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado, se for o caso;

XIV – Demonstrativo do volume de recursos destinados ao orçamento fiscal e da seguridade social.

§ 1º Os Orçamentos da Autarquia, Fundações e Fundos que acompanham o Orçamento Geral do Município, evidenciarão suas receitas e despesas conforme disposto no caput deste Artigo.

§ 2º Para os efeitos desta lei, entende-se por Unidade Gestora Central (UGC) a Prefeitura, e por Unidade Gestora (UG) as Entidades com Orçamento e Contabilidade própria.

Art. 6º A mensagem de encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o Art. 22, Parágrafo Único, I, da Lei 4.320/64, conterá:

I – Quadro Demonstrativo da Participação Relativa de cada Fonte na Composição da Receita Total;

II – Quadro Demonstrativo dos Tributos Lançados e não Arrecadados, no mínimo de 2014 a 2016, identificando o estoque da Dívida Ativa;

III – Quadro Demonstrativo da Evolução da Despesa a Nível de Função, no mínimo dos exercícios de 2014 a 2016 e fixada para 2018, 2019 e 2020;

IV – Quadro Demonstrativo da Despesa por Unidade Orçamentária e sua Participação Relativa;

V – Quadro Demonstrativo da Evolução das Receitas Correntes Líquidas, Despesas com Pessoal e seu Percentual de Comprometimento, de 2014 a 2016;

VI – Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Vinculados a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, sendo aplicação mínima de 25% da receita resultante de impostos, obedecidas às determinações da Lei Federal nº 9.394, de 20/12/96 atendendo em especial aos artigos 69 e 70 (Art. 212 da CF, e 60 do ADCT);

VII – Demonstrativo dos Recursos Vinculados a Ações Públicas de Saúde, sendo aplicação mínima de 15% da receita resultante de impostos (Art. 77 do ADCT);

VIII – Demonstrativo da Composição do Ativo e Passivo Financeiro, posição em 30/09/2017;

IX – Quadro Demonstrativo do Saldo da Dívida Fundada por Contrato, em setembro/2017.

X – Demonstrativo da origem e aplicação dos recursos oriundos de alienação de ativos.

CAPÍTULO III

DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO, EXECUÇÃO E ALTERAÇÕES DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 7º O Orçamento para o exercício de 2018 obedecerá entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, suas Autarquias, Fundações e seus Fundos (Art. 1º, § 1º, Art. 4º, I, “a”, e Art. 48 da LRF).

Art. 8º O Poder Legislativo e os Fundos, Fundações e Autarquias Municipais, de forma consolidada, terão suas Receitas especificadas no Orçamento da Unidade Gestora Central, e vinculadas a despesas relacionadas a seus objetivos, identificadas nos Anexos e Adendos da Unidade Gestora Central, definidos no artigo 5º desta lei.

§ 1º Os Fundos Municipais serão gerenciados pelo Prefeito Municipal e Secretários Municipais, em que estiverem vinculados, podendo por manifestação formal do Chefe do Poder Executivo, serem delegados a outro servidor municipal, respeitando Lei específica de cada Fundo.

§ 2º A movimentação orçamentária e financeira das contas do Poder Legislativo e dos Fundos, Fundações e Autarquias Municipais deverão ser demonstradas, também, em balancetes apartados da Unidade Gestora Central, quando possuírem contabilidade própria.

§ 3º A transferência de recursos monetários da Unidade Gestora Central aos Fundos, Fundações e Autarquias Municipais deverão ser efetivadas por Transferência Financeira e a adequação da suplementação orçamentária efetuada por Decreto do Poder Executivo.

Art. 9º Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2018 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios findos, ou seja, de 2014 a 2016 (Art. 12 da LRF).

§ 1º Até trinta (30) dias antes do encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal, os estudos e as estimativas de receitas para o exercício de 2018 as memórias de cálculo (Art. 12, § 3º, da LRF).

§ 2º A reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo, só será admitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal.

§ 3º No caso de excesso da arrecadação proveniente das receitas de impostos, o Poder Executivo deverá através de decreto executivo suplementar as dotações e transferências financeiras destinadas à saúde e educação a fim de atingir os índices constitucionais (15% e 25%).

Art. 10. Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita não atingirá as metas de arrecadação, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observando-se o seguinte:

I - A limitação de empenhos deverá atingir, inicialmente, pela ordem:

- a) as dotações destinadas à aquisição de imóveis, obras e instalações, e aquisição de equipamentos e materiais;
- b) projetos ou atividades vinculadas a recursos oriundos de transferências voluntárias não recebidas;
- c) dotação para combustível destinado a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura;
- d) dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades;

II - Durante todo prazo de limitação de empenho, fica vedado o pagamento de sessões extraordinárias, abono de férias e adicional de hora extra;

III - A limitação de empenho não poderá inviabilizar a manutenção dos serviços considerados essenciais (saúde, educação, fornecimento de água, coleta de lixo e irrigação de ruas) ou o atendimento de situações de emergência ou de calamidades;

IV - O ato deverá indicar expressamente o órgão, entidade ou unidade administrativa que centralizará o ordenamento de novas despesas, bem como seu responsável, e estabelecerá o cronograma de pagamento das despesas empenhadas até aquela data.

Parágrafo único. Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior.

Art. 11. A expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, não excederão, no exercício de 2018, a 20% da Receita Corrente Líquida apurada no exercício de 2017. (art. 4º, § 2º da LRF).

Art. 12. Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do ANEXO I desta Lei.

§ 1º Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do excesso de arrecadação em 2018 e do superávit financeiro do exercício de 2017.

§ 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara, propondo anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

§ 3º Para efeito desta lei, entende-se como eventos fiscais imprevistos, as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços da Administração Direta e Indireta não orçadas, ou orçadas a menor, e, neste caso, inclusive para investimentos.

Art. 13. Os orçamentos para o exercício de 2018 destinarão recursos para a Reserva de Contingência não superiores a 2,00% (dois por cento) das Receitas Previstas para o mesmo exercício, alocadas em cada Unidade Gestora.

§ 1º Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, obtenção de resultado primário positivo, se for o caso, e também para abertura de créditos adicionais suplementares conforme disposto na Portaria MOG nº 42/99, art. 5º, e Portaria STN nº 163/2001 e suas alterações.

§ 2º Os limites de que trata o “caput” deste artigo, não se aplicam a Reserva de Contingência/Reserva Matemática do Instituto de Previdência Social (TIMBOPREV), destinados ao cumprimento da Lei nº 9.717/98.

Art. 14. Os investimentos com duração superior a doze (12) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual. (Art.5º,§ 5º da LRF).

Art. 15. Atendendo ao disposto no art. 8º da Lei de Responsabilidade Fiscal, o Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá, através de Decreto Municipal, até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, a programação financeira, cronograma mensal de desembolso para suas Unidades Gestoras, bem como o Desdobramento das Metas Bimestrais de Arrecadação. (Art. 8º e 13 da LRF)

Art. 16. Os Projetos e Atividades com dotações vinculadas a recursos de convênios, operações de crédito e outros, só serão executados e utilizados se ocorrer o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitando o montante ingressado. (Art.8º,§ único da LRF).

§ 1º Os recursos de Operações de Crédito, não previstos nos orçamentos da receita, ou o seu excesso de arrecadação, poderão ser utilizados como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, a partir de seu ingresso.

§ 2º Os recursos de convênios não previstos nos orçamentos da receita, ou o seu excesso de arrecadação, poderão ser utilizados como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, a partir de seu ingresso.

§ 3º A apuração do Excesso de Arrecadação dar-se-á por fonte de recursos, vínculo, e destinação de recursos.

Art. 17. A transferência de recursos do Tesouro Municipal a Entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica, de saúde e voltada para o fortalecimento do associativismo municipal, até o limite de 4% (quatro por cento) das receitas correntes e dependerá de autorização em lei específica. (Art. 4º, I, f da LRF)

Parágrafo único. As Entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal não poderão estar em débito com a Fazenda Pública Municipal, incluindo-se prestações de contas, e deverão prestar contas na forma estabelecida na legislação municipal Decreto número 3.080 e alterações.

Art. 18. Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o artigo 16, itens I e II, da Lei Complementar nº 101/2000, deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo único. Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2018, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação, fixado no item I do Art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado.

Art. 19. As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias, convênios, e operações de crédito. (Art. 45 da LRF)

Art. 20. As despesas de competência de outros Entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária. (Art. 62 da LRF).

Art. 21. A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2018 a preços correntes de julho/2017.

Art. 22. Durante a execução orçamentária de 2018, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras e unidade gestora central na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2018, conforme Anexo IV desta lei.

Art. 23. A Lei Orçamentária para 2018 poderá autorizar o Executivo e o Legislativo Municipal a remanejar por Decreto, dentro de cada categoria de programação, projeto, atividade ou operações especiais, o saldo das dotações dos grupos de natureza ou elementos de despesa que o compõem, bem como, abrir crédito adicional suplementar, nos termos do art. 7º da Lei 4.320/64.

§ 1º A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos dentro de uma categoria de programação poderá ser feita por Decreto do Executivo ou do Legislativo, conforme o caso.

§ 2º A adequação das destinações de recursos, na receita, e as fontes de recursos, na despesa, serão adequadas conforme a realização da execução orçamentária, que poderá ser feita por Decreto do Executivo ou do Legislativo, conforme o caso.

§ 3º No caso de excesso da arrecadação proveniente das receitas de impostos, o Poder Executivo deverá através de decreto executivo suplementar inicialmente as dotações e transferências financeiras destinadas à saúde e educação a fim de atingir os índices constitucionais (15% e 25%).

Art. 24. Os programas priorizados por esta lei e contemplados na Lei Orçamentária de 2018 serão objeto de avaliação permanente pelos responsáveis, Gerentes de Programas, Chefe do Executivo e Órgão Central de Controle Interno, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios e avaliar seus custos e cumprimento das metas físicas estabelecidas.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 25. A Lei Orçamentária de 2018 poderá conter autorização para Operações de Crédito, para atendimento à Despesas de Capital, observado o limite de endividamento de 50% das receitas correntes líquidas apuradas até o segundo mês imediatamente anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LC nº 101/2000 (Artigos 30, 31 e 32 da LRF).

Art. 26. A contratação de operações de crédito deverá constar da Proposta Orçamentária e ser autorizada por lei específica.

Art. 27. A verificação dos limites da dívida pública será feita na forma e nos prazos estabelecidos na Lei Complementar 101/00 e de conformidade com as Resoluções do Senado Federal.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 28. O Executivo e o Legislativo Municipal ficam autorizados a criar cargos e funções, alterar suas estruturas de carreiras e corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, além de conceder vantagens, realizar concurso público ou admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário, na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Artigo 169, § 1º, II da CF).

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrente destes atos deverão estar previstos na lei orçamentária para 2018.

Art. 29. Ressalvada a hipótese de Revisão Geral Anual, a despesa total com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo, em 2018, não excederá, em percentual da Receita Corrente Líquida, a despesa verificada no exercício de 2017 acrescidas de até 20% (vinte por cento), obedecidos os limites prudenciais de 51,30% e 5,70% da Receita Corrente Líquida, respectivamente (Artigo 71 da LRF).

Parágrafo único. No limite estabelecido neste artigo, incluem-se as despesas com remuneração de pessoal, a qualquer título, de ambos os poderes, obrigações patronais e remuneração do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores.

Art. 30. Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III, da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Artigo 22, parágrafo único, V da LRF).

Art. 31. O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal (Artigos 19 a 22 da LRF):

- I - concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição;
- II – exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- III - criação de cargo, emprego ou função;
- IV - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;
- V - provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;
- VI - contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição e as situações previstas na lei de diretrizes orçamentárias.

Art. 32. Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º, da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal Direta e Indireta, ou, ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização exclusiva de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo único. Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o “34 – Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização”.

Art. 33. O total da despesa da remuneração dos vereadores e servidores do Poder Legislativo não excederá a 70% (setenta por cento) dos seus suprimentos e não poderá ultrapassar o montante de 4% (quatro por cento) da receita da Administração Direta, excluídas:

- I - a receita de contribuições de servidores, destinadas à constituição de fundos ou reservas para custeio de programas de previdência e assistência, mantidos pelo Município;
- II - a receita proveniente de operações de crédito;
- III - a receita resultante de alienação de bens móveis e imóveis;
- IV - os recursos vinculados oriundos de transferências da União ou do Estado, através de convênios ou outros ajustes para a realização de obras ou manutenção de serviços, inclusive os provenientes dos programas de saúde;

- V - as indenizações e restituições;
- VI - as contribuições de melhoria.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 34. O Executivo Municipal, desde que autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, devendo esses benefícios serem considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes.

Art. 35. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 36. O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira não constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação.

Art. 37. O Poder Executivo promoverá estudos visando introduzir as seguintes modificações na legislação tributária do Município:

I - atualizar e aperfeiçoar o Cadastro Imobiliário e Fiscal do Município, dotando-o de informações que assegurem a justiça fiscal nos lançamentos e cobrança dos impostos municipais;

II - rever os critérios de cobrança das taxas, para adequá-las ao custo real dos serviços que constituem os respectivos fatos geradores;

III - rever, a fim de melhor definir, os critérios para concessão de isenções, visando torná-los mais claros e justos;

IV - utilizar a Contribuição de Melhoria como instrumento financiador de obras municipais, especialmente no que se refere à pavimentação de ruas;

V - promover a regulamentação de dispositivos que necessitam ser regulados ou sujeitos a regras complementares não especificadas e/ou detalhadas no Código Tributário Municipal;

VI - rever os conceitos e disposições constantes no Código Tributário Municipal acerca de taxas e preços públicos, buscando deixar clara a distinção entre ambos a fim de permitir as correções necessárias na LC nº 142/98;

VII - aperfeiçoar os instrumentos para lançamento dos tributos, cobrança da dívida ativa e correção de seus créditos;

VIII - implementar os processos de informatização, controle, avaliação, planejamento, atualização, treinamento, informações, integração cadastral, relativas a administração fiscal.

Art. 38. Na estimativa das receitas do projeto de lei orçamentária e da respectiva lei poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária e das contribuições que sejam objeto de projeto de lei que esteja em tramitação no Legislativo.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE CUSTOS E CONTROLE INTERNO

Art. 39. A Administração Municipal (Direta e Indireta) continuará a implementar o Sistema de Custos, de acordo com o estabelecido no parágrafo 3º do artigo 50 da Lei Complementar nº 101/2000, pela reavaliação dos Programas de Governo.

Parágrafo único. A responsabilidade da implantação, manutenção e desenvolvimento, bem como controle e demonstração do resultado bimestral, é de competência do Gerente de cada Programa de Governo, do Chefe do Poder Executivo e do Órgão Central de Controle Interno.

Art. 40. A Administração Municipal (Direta e Indireta) continuará a implementação do Sistema de Descentralização do Controle Interno, para facilitar a preservação do Patrimônio Público e a conscientização da responsabilidade do servidor público no processo da Administração Governamental.

Art. 41. O Controle Interno continuará a intensificar os procedimentos nos Poderes Executivo (Administração Direta e Indireta) e Legislativo.

Parágrafo único. O Órgão Central de Controle Interno será responsável pela normatização de processos que envolvam a execução orçamentária e os efetivos resultados dos Programas de Governo.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 42. O Poder Executivo enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15/12/2017.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no “caput” deste artigo.

§ 2º Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2018, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

§ 3º Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência do disposto no Parágrafo anterior, serão ajustados após a sanção da lei orçamentária anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de decreto do Poder Executivo, usando como fontes de recursos o Superávit Financeiro do Exercício de 2017, o Excesso de Arrecadação, a anulação de saldos de dotações não comprometidas.

Art. 43. Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência de disponibilidade financeira, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 44. Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 45. O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da Administração Direta ou Indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município, ou de interesse deste.

Art. 46. O montante de suprimientos ao Poder Legislativo não será superior a seis por cento (6%) do resultado do somatório da receita tributária e das transferências constitucionais da Administração Direta do ano anterior.

Art. 47. A abertura de créditos suplementares, a conta do excesso de arrecadação, será assegurado pela lei orçamentária, até o limite de 30% da despesa fixada, para a Administração Direta, inclusive a Administração Indireta e Fundos.

Parágrafo único. A lei orçamentária poderá estabelecer limites maiores para abertura de créditos suplementares na Administração Indireta e nos Fundos Municipais.

Art. 48. A Taxa de administração do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Timbó será de 2% ao mês para o exercício de 2018.

Art. 49. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 16 de outubro de 2017; 148º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRUGER
Prefeito de Timbó/SC

ANEXO I**ANEXO DE RISCOS FISCAIS**

**DEMONSTRATIVO A
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS – LDO 2018 (ART. 4º,
PARAGRAFO 3º, DA LRF)**

ARF (LRF, art 4º, § 3º)

R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais			
Dívidas em Processo de Reconhecimento			
Avais e Garantias Concedidas			
Assunção de Passivos			
Assistências Diversas			
Epidemias, enchentes e outras situações de calamidade e ou emergência. (Intemperes)	200.000,00	Abertura de Crédito Adicional a partir da Reserva de Contingência	200.000,00
Outros Passivos Contingentes	53.600,00	Abertura de Crédito Adicional a partir da Reserva de Contingência do TIMBOPREV e FASS	53.600,00
SUBTOTAL	253.600,00	SUBTOTAL	253.600,00

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação			
Restituição de Tributos a Maior			
Discrepância de Projeções:			
Outros Riscos Fiscais			
SUBTOTAL	0,00	SUBTOTAL	0,00
TOTAL	253.600,00	TOTAL	253.600,00

ANEXO II
ANEXO DE METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO B
METAS ANUAIS
2018

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

ESPECIFICAÇÃO	2018			2019			2020		
	Valor	Constante	% PIB (a / PIB)	Valor	Constante	% PIB (b / PIB)	Valor	Constante	% PIB (c / PIB)
	Corrente		x 100	Corrente		x 100	Corrente		x 100
	(a)			(b)			(c)		
Recetta Total	176.837.900,00	169.336.301,83	0,060%	187.448.174,00	172.002.361,90	0,059%	198.695.064,00	174.784.539,06	0,059%
Recettas Primárias (I)	159.240.900,00	152.485.779,95	0,054%	168.795.354,00	154.886.542,48	0,053%	178.923.075,00	157.391.867,52	0,053%
Despesa Total	176.837.900,00	169.336.301,83	0,060%	187.448.174,00	172.002.361,90	0,059%	198.695.064,00	174.784.539,06	0,059%
Despesas Primárias (II)	174.137.900,00	166.750.837,88	0,059%	184.586.174,00	169.376.191,96	0,058%	195.661.345,00	172.115.891,10	0,058%
Resultado Primário (III) = (I - II)	-14.897.000,00	-14.265.057,93	-0,005%	-15.790.820,00	-14.489.649,48	-0,005%	-16.738.270,00	-14.724.023,57	-0,005%
Resultado Nominal	(522.773,00)	-500.596,57	0,000%	-388.671,21	-356.644,53	0,000%	-448.000,00	-394.088,67	0,000%
Dívida Pública Consolidada	28.673.000,00	27.456.669,54	0,010%	29.923.000,00	27.457.331,62	0,009%	31.212.000,00	27.456.016,89	0,009%
Dívida Consolidada Líquida	1.361.671,21	1.303.908,08	0,000%	973.000,00	892.824,37	0,000%	525.000,00	461.822,66	0,000%
			1,07%			0,72%			0,37%

Nota: A projeção do PIB de Santa Catarina para 2018, 2019 e 2020 é respectivamente R\$ 296.587.322.000,00, R\$ 317.349.348,00 e R\$ 339.368.988,00.

VARIÁVEIS	2018	2019	2020
Projeção da Inflação %	4,43	4,36	4,31
Índice p/ valores constantes	1,0443	1,0898	1,1368
RCL - Receita Corrente Líquida	126.962.900,00	134.580.674,00	142.655.514,44

Fonte: Índices extraídos da LDO/2017 do Estado de Santa Catarina
Valores Correntes para 2019 e 2020 utilizada projeção de evolução nominal com estimativa média de 6%

DEMONSTRATIVO C

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2016 (a)	% PIB	% RCL	Metas Realizadas em 2016 (b)	% PIB	% RCL	Variação	
							Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	142.100.000,00	0,0563%	122,113%	147.570.299,55	0,0585%	85,877%	5.470.299,55	3,85%
Receitas Primárias (I)	124.453.500,00	0,0493%	106,948%	124.368.248,58	0,0493%	101,898%	-85.251,42	-0,07%
Despesa Total	142.100.000,00	0,0563%	122,113%	159.396.793,63	0,0631%	79,505%	17.296.793,63	12,17%
Despesas Primárias (II)	141.100.000,00	0,0559%	121,253%	127.674.660,21	0,0506%	99,259%	-13.425.339,79	-9,51%
Resultado Primário (III) = (I-II)	-16.646.500,00	-0,0066%	-14,305%	-3.306.411,63	-0,0013%	-3832,814%	13.340.088,37	-80,14%
Resultado Nominal	-4.096.000,00	-0,0016%	-3,520%	17.782.562,32	0,0070%	712,657%	21.878.562,32	-534,14%
Dívida Pública Consolidada	13.768.163,89	0,0055%	11,832%	25.701.492,79	0,0102%	493,079%	11.933.328,90	86,67%
Dívida Consolidada Líquida	(4.731.836,11)	-0,0019%	-4,066%	-9.018.684,39	-0,0036%	-1405,179%	-4.286.848,28	90,60%

Nota: PIB Estadual para 2016 - R\$ 252.426.590.000,00

Fonte: Índices extraídos da LDO/2018 do Estado de Santa Catarina

RCL prevista 2016 R\$ 116.368.000,00

RCL realizada 2016 R\$ 126.728.615,93

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária / Relatório de Gestão Fiscal – 2016

DEMONSTRATIVO D

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

AMF – Demonstrativo 3 (LRF, art.4º, §2º, inciso II)		VALORES A PREÇOS CORRENTES										R\$ 1,00	
ESPECIFICAÇÃO	Ano 2015	Ano 2016	%	Ano 2017	%	Ano 2018	%	Ano 2019	%	Ano 2020	%		
Receita Total	153.000.000,00	142.100.000,00	-7,12	153.000.000,00	7,67	176.837.900,00	15,58	187.448.174,00	6,00	198.695.064,00	6,00		
Receitas Primárias (I)	135.847.200,00	124.453.500,00	-8,39	133.342.000,00	7,14	159.240.900,00	19,42	168.795.354,00	6,00	178.923.075,00	6,00		
Despesa Total	153.000.000,00	142.100.000,00	-7,12	153.000.000,00	7,67	176.837.900,00	15,58	187.448.174,00	6,00	198.695.064,00	6,00		
Despesas Primárias (II)	151.650.000,00	141.100.000,00	-6,96	148.399.500,00	5,17	174.137.900,00	17,34	184.586.174,00	6,00	195.661.345,00	6,00		
Resultado Primário (III) = (I - II)	-15.802.800,00	-16.646.500,00	5,34	-15.057.500,00	-9,55	-14.897.000,00	-1,07	-15.790.820,00	6,00	-16.738.270,00	6,00		
Resultado Nominal	-10.500.000,00	-4.096.000,00	-60,99	2.265.196,00	-155,30	(522.773,00)	-123,08	-3.888.671,21	-25,65	-448.000,00	15,26		
Dívida Pública Consolidada	10.800.000,00	13.768.163,89	27,48	20.100.000,00	45,99	28.673.000,00	42,65	29.923.000,00	4,36	31.212.000,00	4,31		
Dívida Consolidada Líquida	-16.058.000,00	-4.731.836,11	-70,53	1.884.444,21	-139,82	1.361.671,21	27,74	973.000,00	-28,54	525.000,00	-46,04		

		VALORES A PREÇOS CONSTANTES											
ESPECIFICAÇÃO	Ano 2015	Ano 2016	%	Ano 2017	%	Ano 2018	%	Ano 2019	%	Ano 2020	%		
Receita Total	169.325.100,00	151.038.090,00	-10,80	153.000.000,00	1,30	169.336.301,83	10,68	172.002.361,90	1,57	174.784.539,06	1,62		
Receitas Primárias (I)	150.342.096,24	132.281.625,15	-12,01	133.342.000,00	0,80	152.485.779,95	14,36	154.886.542,48	1,57	157.391.867,52	1,62		
Despesa Total	169.325.100,00	151.038.090,00	-10,80	153.000.000,00	1,30	169.336.301,83	10,68	172.002.361,90	1,57	174.784.539,06	1,62		
Despesas Primárias (II)	167.831.055,00	149.975.190,00	-10,64	148.399.500,00	-1,05	166.750.837,88	12,37	169.376.191,96	1,57	172.115.891,10	1,62		
Resultado Primário (III) = (I - II)	-17.488.958,76	-17.693.564,85	1,17	-15.057.500,00	-14,90	-14.265.057,93	-5,26	-14.489.649,48	1,57	-14.724.023,57	1,62		
Resultado Nominal	-11.620.350,00	-4.353.638,40	-62,53	2.265.196,00	-152,03	-500.596,57	-122,10	-356.644,53	-28,76	-394.088,67	10,50		
Dívida Pública Consolidada	11.952.360,00	14.634.181,40	22,44	20.100.000,00	37,35	27.456.669,54	36,60	27.457.331,62	0,00	27.456.016,89	0,00		
Dívida Consolidada Líquida	-17.771.388,60	-5.029.468,60	-71,70	1.884.444,21	-137,47	1.303.908,08	-33,70	892.824,37	-28,54	461.822,66	-48,27		

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes

ÍNDICES DE INFLAÇÃO IPCA %		2015	2016	2017	2018	2019	2020
		10,67	6,29	4,33	4,43	4,36	4,31

Fonte: Índices extraídos da LDO/2017 do Estado de Santa Catarina

DEMONSTRATIVO E EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2016	%	2015	%	2014	%
Patrimônio/Capital	170.679.824,24	100,00%	97.666.642,80	100,00%	55.908.144,03	100,00%
Reservas	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Resultado Acumulado	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
TOTAL	170.679.824,24	100,00%	97.666.642,80	100,00%	55.908.144,03	100,00%

R\$ 1,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2016	%	2015	%	2014	%
Patrimônio	12.943.957,59	100,00%	-60.376.928,93	100,00%	-58.112.478,37	100,00%
Reservas	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Lucros ou Prejuízos Acumulados	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
TOTAL	12.943.957,59	100,00%	-60.376.928,93	100,00%	-58.112.478,37	100,00%

DEMONSTRATIVO F

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso III)

R\$ 1,00

<u>RECEITAS REALIZADAS</u>	2016 (a)	2015 (b)	2014 (c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	184.187,08	16.320,01	277.980,69
Alienação de Bens Móveis	175.387,17	1.432,80	28.801,82
Alienação de Bens Imóveis	8.799,91	14.887,21	249.178,87
<u>DESPESAS EXECUTADAS</u>	2016 (d)	2015 (e)	2014 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	157.205,99	102.600,00	42.470,70
DESPESAS DE CAPITAL	157.205,99	102.600,00	42.470,70
Investimentos	157.205,99	102.600,00	42.470,70
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	0,00	0,00	0,00
<u>SALDO FINANCEIRO</u>	2016 (g) = ((Ia - IId) + IIIf)	2015 (h) = ((Ib - IId) + IIIf)	2014 (i) = (Ic - IIIf)
VALOR (III)	206.287,62	179.306,53	265.586,52

Nota: Na linha VALOR (III) referente ao exercício de 2014 foi considerado o saldo financeiro de 2013 no montante de R\$ 30.076,53.

Na linha Receitas de Capital - Alienação de Ativos, estão incluídos os valores de remunerações bancárias, sendo:

2014 - R\$ 5.905,69

2015 - R\$ 16.320,01

2016 - R\$ 14.187,08

DEMONSTRATIVO G

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

AMF – Demonstrativo 6 (LRF, art 4º, § 2º, inciso IV, Alínea "a")

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES			
PLANO PREVIDENCIÁRIO			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2014	2015	2016
RECEITAS CORRENTES (I)			
Receita de Contribuições dos Segurados			
Civil	13.587.314,98	15.794.191,24	21.874.048,44
Ativo	2.469.565,26	2.661.831,48	2.693.373,07
Inativo	2.469.565,26	2.661.831,48	2.693.373,07
Pensionista	2.427.384,28	2.613.008,46	2.651.827,54
Militar	42.180,98	48.823,02	38.504,64
Ativo	0,00	0,00	3.040,89
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais			
Civil	4.535.940,69	5.517.964,46	5.391.112,60
Ativo	4.535.940,69	5.517.964,46	5.391.112,60
Inativo	4.535.940,69	5.517.964,46	5.391.112,60
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Parcelamento de Débitos			
Receita Patrimonial	6.171.128,65	6.512.980,77	12.143.497,09
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	6.171.128,65	6.512.980,77	12.143.497,09
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	4.462,60
Receita de Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	410.680,38	1.101.414,53	1.641.603,08
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	123.935,92	143.160,04	162.247,36

Demais Receitas Correntes	286.744,46	958.254,49	1.479.355,72
RECEITAS DE CAPITAL (II)			
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (III) = (I + II)	13.587.314,98	15.794.191,24	21.874.048,44
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2014	2015	2016
ADMINISTRAÇÃO (IV)			
Despesas Correntes	238.810,32	244.959,27	319.223,28
Despesas de Capital	225.674,32	244.959,27	312.227,03
PREVIDÊNCIA (V)			
Benefícios - Civil	13.136,00	0,00	6.996,25
Aposentadorias	6.380.301,80	7.560.738,25	9.051.214,40
Pensões	6.380.301,80	7.560.738,25	9.051.214,40
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	760.754,91	7.495.642,01
Benefícios - Militar	5.964.964,77	6.371.519,08	963.926,50
Reformas	415.337,03	428.464,26	591.645,89
Pensões	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (VI) = (IV + V)	6.619.112,12	7.805.697,52	9.370.437,68
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	6.968.202,86	7.988.493,72	12.503.610,76
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	2014	2015	2016
VALOR	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	2014	2015	2016
VALOR	6.968.202,86	7.988.493,72	12.503.610,76
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	2014	2015	2016
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00	0,00	0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00	0,00	0,00

Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00

BENSE DIREITOS DO RPPS			
	2014	2015	2016
Caixa e Equivalentes de Caixa	14.464,76	26.773,54	9.662,32
Investimentos e Aplicações	59.397.602,26	67.488.714,74	80.127.546,56
Outro Bens e Direitos	0,00	0,00	0,00

PLANO FINANCEIRO			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS			
	2014	2015	2016
RECEITAS CORRENTES (VIII)			
Receita de Contribuições dos Segurados			
Civil	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais			
Civil	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Parcelamento de Débitos			
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00

Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (X) = (VIII + IX)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2014	2015	2016
ADMINISTRAÇÃO (XI)			
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA (XII)			
Benefícios - Civil	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (XIII) = (XI + XII)	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XIV) = (X - XIII)	0,00	0,00	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS	2014	2015	2016
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00

FONTE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE TIMBÓ - TIMBOPREV

DEMONSTRATIVO H

PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES				
EXERCÍCIO	Receitas Previdenciárias (a)	Despesas Previdenciárias (b)	Resultado Previdenciário (c) = (a-b)	Saldo Financeiro do Exercício (d) = (d Exercício Anterior) + (c)
2017	8.571.819,57	10.122.680,54	-1.550.860,97	78.586.347,91
2018	7.494.865,57	8.608.769,05	-1.113.903,48	77.472.444,43
2019	7.445.503,08	8.135.176,90	-689.673,82	76.782.770,61
2020	7.378.161,36	7.825.722,26	-447.560,90	76.335.209,71
2021	7.259.220,89	7.471.308,65	-212.087,76	76.123.121,95
2022	7.150.510,46	7.418.822,84	-268.312,38	75.854.809,58
2023	6.950.450,15	7.517.019,00	-566.568,85	75.288.240,73
2024	6.703.115,60	7.905.596,56	-1.202.480,96	74.085.759,77
2025	6.367.147,40	8.060.594,86	-1.693.447,46	72.392.312,31
2026	6.097.082,50	8.059.949,70	-1.962.867,20	70.429.445,11
2027	5.871.558,14	8.149.494,58	-2.277.936,44	68.151.508,67
2028	5.618.742,25	8.206.822,95	-2.588.080,70	65.563.427,97
2029	5.375.145,84	8.124.959,69	-2.749.813,85	62.813.614,12
2030	5.173.321,47	7.942.954,76	-2.769.633,29	60.043.980,84
2031	5.002.670,79	7.673.690,95	-2.671.020,16	57.372.960,67
2032	4.887.311,11	7.405.741,11	-2.518.430,00	54.854.530,67
2033	4.582.321,17	7.152.950,36	-2.570.629,19	52.283.901,49
2034	4.290.335,19	6.923.772,66	-2.633.437,47	49.650.464,02
2035	4.008.220,40	6.581.878,73	-2.573.658,33	47.076.805,69
2036	3.776.265,93	6.315.880,07	-2.539.614,14	44.537.191,55
2037	3.537.186,20	6.016.345,59	-2.479.159,39	42.058.032,16
2038	3.323.234,00	5.904.299,78	-2.581.065,78	39.476.966,39
2039	3.066.526,73	5.752.048,74	-2.685.522,01	36.791.444,38
2040	2.835.050,95	5.563.649,78	-2.728.598,83	34.062.845,56
2041	2.627.505,36	5.277.749,63	-2.650.244,27	31.412.601,28
2042	2.462.314,48	4.975.136,25	-2.512.821,77	28.899.779,51
2043	2.315.162,33	4.724.762,48	-2.409.600,15	26.490.179,36
2044	2.163.522,20	4.405.639,80	-2.242.117,60	24.248.061,75
2045	2.044.871,38	4.106.718,90	-2.061.847,52	22.186.214,24

2046	1.931.412,76	3.804.563,48	-1.873.150,72	20.313.063,51
2047	59.795,44	3.520.969,22	-3.461.173,78	16.851.889,74
2048	42.347,48	3.240.705,65	-3.198.358,17	13.653.531,56
2049	30.262,68	2.961.442,08	-2.931.179,40	10.722.352,16
2050	23.700,60	2.700.222,79	-2.676.522,19	8.045.829,97
2051	18.096,03	2.458.318,79	-2.440.222,76	5.605.607,22
2052	12.369,65	2.241.261,38	-2.228.891,73	3.376.715,49
2053	3.454,16	2.019.064,01	-2.015.609,85	1.361.105,64
2054	2.754,49	1.811.655,96	-1.808.901,47	-447.795,83
2055	2.596,03	1.624.233,20	-1.621.637,17	-2.069.433,00
2056	2.015,12	1.447.985,23	-1.445.970,11	-3.515.403,11
2057	1.895,24	1.289.539,91	-1.287.644,67	-4.803.047,78
2058	1.094,70	1.143.488,84	-1.142.394,14	-5.945.441,93
2059	0,00	1.009.137,28	-1.009.137,28	-6.954.579,20
2060	0,00	886.465,42	-886.465,42	-7.841.044,62
2061	0,00	774.190,93	-774.190,93	-8.615.235,55
2062	0,00	673.567,59	-673.567,59	-9.288.803,14
2063	0,00	582.857,81	-582.857,81	-9.871.660,95
2064	0,00	504.145,24	-504.145,24	-10.375.806,19
2065	0,00	432.717,43	-432.717,43	-10.808.523,62
2066	0,00	369.802,24	-369.802,24	-11.178.325,85
2067	0,00	313.558,24	-313.558,24	-11.491.884,10
2068	0,00	265.923,85	-265.923,85	-11.757.807,94
2069	0,00	223.818,38	-223.818,38	-11.981.626,32
2070	0,00	187.027,27	-187.027,27	-12.168.653,59
2071	0,00	155.705,65	-155.705,65	-12.324.359,25
2072	0,00	128.282,21	-128.282,21	-12.452.641,45
2073	0,00	105.103,25	-105.103,25	-12.557.744,70
2074	0,00	84.828,66	-84.828,66	-12.642.573,36
2075	0,00	68.669,53	-68.669,53	-12.711.242,88
2076	0,00	55.163,63	-55.163,63	-12.766.406,51
2077	0,00	42.085,54	-42.085,54	-12.808.492,06
2078	0,00	33.215,75	-33.215,75	-12.841.707,80
2079	0,00	24.869,07	-24.869,07	-12.866.576,88
2080	0,00	19.168,16	-19.168,16	-12.885.745,04
2081	0,00	14.686,94	-14.686,94	-12.900.431,97
2082	0,00	11.366,49	-11.366,49	-12.911.798,46
2083	0,00	8.617,87	-8.617,87	-12.920.416,34
2084	0,00	6.729,01	-6.729,01	-12.927.145,34
2085	0,00	5.331,12	-5.331,12	-12.932.476,46
2086	0,00	4.234,09	-4.234,09	-12.936.710,56
2087	0,00	3.452,41	-3.452,41	-12.940.162,97

2088			2.874,29	-2.874,29	-12.943.037,26
2089			2.417,23	-2.417,23	-12.945.454,49
2090			2.109,53	-2.109,53	-12.947.564,02
2091			1.884,39	-1.884,39	-12.949.448,42

FONTE: CÁLCULO ATUARIAL DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA - BASE

DEZ/2016

NOME DO ATUÁRIO: GUILHERME THADEU LORENZI WALTER

MIBA: 2.091

DEMONSTRATIVO I

ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA 2018

AMF – Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V).						RS 1,00
TRIBUTOS	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2018	2019	2020	
IPTU	Isenção	Aposentados, Assalariados, Entidades s/ Fins Lucrativos.	333.703,60	353.725,82	374.949,37	
IPTU e taxas	Descontos		0,00	0,00	0,00	
ISS e taxas	Descontos		0,00	0,00	0,00	
ISS	Isenção	Entidades s/ Fins Lucrativos	480.518,63	494.934,18	515.034,78	
Dívida Ativa	Remissão de Débitos		0,00	0,00	0,00	
TOTAL			814.222,23	848.660,00	889.984,15	
FONTE: Divisão de Tributação - Agosto 2017						

NOTAS EXPLICATIVAS: As renúncias de receitas impactadas para o exercício 2018, 2019 e 2020 foram realizadas consoante o art. 14 da LRF nº 101/2000, para tanto, foram consideradas na estimativa de receita da Lei de Diretrizes Orçamentárias e serão também consideradas na elaboração da Lei Orçamentária Anual, na forma do art. 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal, caso o valor da renúncia de receitas ultrapassar o valor projetado, deverá ser respeitado o art. 9º da LDO como medida de compensação. Desconto de IPTU – as estimativas para os exercícios de 2018 a 2020 foram projetadas sem desconto, conforme decisão da Administração em 2014.

DEMONSTRATIVO J**MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO.**

AMF – Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

EVENTOS	Valor Previsto para 2018
Aumento Permanente da Receita	5.620.000,00
(-) Transferências Constitucionais	-
(-) Transferências ao FUNDEB	-
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita(I)	5.620.000,00
Redução Permanente de Despesa (II)	-
Margem Bruta(III) = (I+II)	5.620.000,00
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	0,00
Novas DOCC	0,00
Novas DOCC geradas por PPP	0,00
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	5.620.000,00

OBS.: o impacto das DOCC será acrescido até o limite do artigo 11 desta lei que podem chegar a 20% da Receita Corrente Líquida de 2017.

Aumento Permanente de Receita é para o IPTU a expansão de construções, loteamentos moradias e para o ISS o aumento de cadastro de empresas em 2017.

As receitas com aumento permanente não são base para a formação do retorno de FUNDEB.

ANEXO III

RECEITAS 2018

Receitas	Conta	Tipo	Valor	%
Receita Orçamentária	4000000000000000	S	189.009.900,00	106,88
Receitas correntes	4100000000000000	S	142.069.900,00	80,34
Impostos, taxas e contribuições de melhoria	4110000000000000	S	27.878.550,00	15,77
Impostos	4111000000000000	S	22.570.650,00	12,76
Impostos sobre a renda e proventos de qualquer natureza	4111300000000000	S	2.500.000,00	1,41
Imposto sobre a renda - retido na fonte	4111303000000000	S	2.500.000,00	1,41
Imposto sobre a renda - retido na fonte - trabalho - principal	4111303110000000	A	2.000.000,00	1,13
Imposto sobre a renda - retido na fonte - outros rendimentos - principal	4111303410000000	A	500.000,00	0,28
Impostos específicos de estados/df/municípios	4111800000000000	S	20.070.650,00	11,35
Impostos sobre o patrimônio para estados/df/municípios	4111801000000000	S	11.055.650,00	6,25
Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - principal	4111801110000000	A	8.100.000,00	4,58
Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - multas e juros	4111801120000000	A	34.000,00	0,02
Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - dívida ativa	4111801130000000	A	720.000,00	0,41
Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - dívida ativa - multas e	4111801140000000	A	200.000,00	0,11
juros				
Imposto sobre transmissão inter vivos de bens imóveis e de direitos reais sobre	4111801410000000	A	2.000.000,00	1,13
imóveis - principal				
Imposto sobre transmissão inter vivos de bens imóveis e de direitos reais sobre	4111801420000000	A	500,00	0,00
imóveis - multas e juros				
Imposto sobre transmissão inter vivos de bens imóveis e de direitos reais sobre	4111801430000000	A	1.000,00	0,00
imóveis - dívida ativa				
Imposto sobre transmissão inter vivos de bens imóveis e de direitos reais sobre	4111801440000000	A	150,00	0,00
imóveis - dívida ativa - multas e juros				
Impostos sobre a produção, circulação de mercadorias e serviços	4111802000000000	S	9.015.000,00	5,10
Imposto sobre serviços de qualquer natureza - principal	4111802310000000	A	8.500.000,00	4,81
Imposto sobre serviços de qualquer natureza - multas e juros	4111802320000000	A	80.000,00	0,05
Imposto sobre serviços de qualquer natureza - dívida ativa	4111802330000000	A	300.000,00	0,17
Imposto sobre serviços de qualquer natureza - dívida ativa - multas e juros	4111802340000000	A	135.000,00	0,08
Taxas	4112000000000000	S	5.137.900,00	2,91
Taxas pelo exercício do poder de polícia	4112100000000000	S	2.162.400,00	1,22
Taxas de inspeção, controle e fiscalização	4112101000000000	S	2.069.000,00	1,17
Taxas de inspeção, controle e fiscalização - principal	4112101110000000	A	1.817.000,00	1,03
Taxas de inspeção, controle e fiscalização - multas e juros	4112101120000000	A	2.000,00	0,00
Taxas de inspeção, controle e fiscalização - dívida ativa	4112101130000000	A	200.000,00	0,11
Taxas de inspeção, controle e fiscalização - dívida ativa - multas e juros	4112101140000000	A	50.000,00	0,03
Taxa de controle e fiscalização ambiental	4112104000000000	S	93.400,00	0,05
Taxa de controle e fiscalização ambiental - principal	4112104110000000	A	90.000,00	0,05
Taxa de controle e fiscalização ambiental - multas e juros	4112104120000000	A	1.900,00	0,00
Taxa de controle e fiscalização ambiental - dívida ativa	4112104130000000	A	1.500,00	0,00
Taxas pela prestação de serviços	4112200000000000	S	2.975.500,00	1,68
Taxas pela prestação de serviços	4112201000000000	S	2.975.500,00	1,68
Taxas pela prestação de serviços - principal	4112201110000000	A	2.945.000,00	1,67
Taxas pela prestação de serviços - multas e juros	4112201120000000	A	5.000,00	0,00
Taxas pela prestação de serviços - dívida ativa	4112201130000000	A	22.500,00	0,01
Taxas pela prestação de serviços - dívida ativa - multas e juros	4112201140000000	A	3.000,00	0,00
Contribuição de melhoria	4113000000000000	S	170.000,00	0,10
Contribuição de melhoria - específica e/m	4113800000000000	S	170.000,00	0,10
Contribuição de melhoria para pavimentação e obras complementares	4113804110000000	A	170.000,00	0,10
Contribuição de melhoria para pavimentação e obras complementares - principal	4120000000000000	S	8.435.000,00	4,77
Contribuições	4121000000000000	S	5.635.000,00	3,19
Contribuições sociais	4121004000000000	S	2.775.000,00	1,57
Contribuição para o regime próprio de previdência social - RPPS	4121004210000000	A	2.700.000,00	1,53
Contribuição do servidor ativo civil para o RPPS - principal	4121004310000000	A	70.000,00	0,04
Contribuição dos pensionistas civis para o RPPS - principal	4121004410000000	A	5.000,00	0,00
Contribuição para os fundos de assistência médica	4121006000000000	S	530.000,00	0,30
Contribuição para fundos de assistência médica dos servidores civis - principal	4121006310000000	A	530.000,00	0,30
Contribuições sociais específicas de estados, df, municípios	4121800000000000	S	2.330.000,00	1,32
Contribuições para o regime próprio de previdência social - RPPS de	4121801000000000	S	2.330.000,00	1,32
estados/df/municípios				
Contribuição previdenciária para amortização do déficit atuarial - principal	4121801110000000	A	2.330.000,00	1,32
Contribuições econômicas	4122000000000000	S	2.800.000,00	1,58

Receitas	Conta	Tipo	Valor	%
Outras contribuições econômicas	4122099000000000	S	2.800.000,00	1,58
Outras contribuições econômicas - principal	4122099110000000	A	2.800.000,00	1,58
Receita patrimonial	4130000000000000	S	5.675.000,00	3,21
Exploração do patrimônio imobiliário do estado	4131000000000000	S	120.000,00	0,07
Aluguéis, arrendamentos, foros, laudêmios, tarifas de ocupação	4131001000000000	S	100.000,00	0,06
Aluguéis e arrendamentos - principal	4131001110000000	A	100.000,00	0,06
Concessão, permissão, autorização ou cessão do direito de uso de bens imóveis públicos	4131002000000000	S	20.000,00	0,01
Concessão, permissão, autorização ou cessão do direito de uso de bens imóveis públicos - principal	4131002110000000	A	20.000,00	0,01
Valores mobiliários	4132000000000000	S	5.547.000,00	3,14
Juros e correções monetárias	4132100000000000	S	5.547.000,00	3,14
Remuneração de depósitos bancários - principal	4132100110000000	A	1.792.000,00	1,01
Remuneração dos recursos do regime próprio de previdência social - RPPS - principal	4132100410000000	A	3.755.000,00	2,12
Delegação de serviços públicos mediante concessão, permissão, autorização ou licença	4133000000000000	S	8.000,00	0,00
Delegação para a prestação dos serviços de transporte	4133100000000000	S	8.000,00	0,00
Delegação para a prestação dos serviços de transporte rodoviário	4133101000000000	S	8.000,00	0,00
Delegação para a prestação dos serviços de transporte rodoviário - principal	4133101110000000	A	8.000,00	0,00
Receita industrial	4150000000000000	S	300.000,00	0,17
Receita industrial - principal	4150000110000000	A	300.000,00	0,17
Receita de serviços	4160000000000000	S	7.505.000,00	4,24
Serviços administrativos e comerciais gerais	4161000000000000	S	7.490.000,00	4,24
Serviços administrativos e comerciais gerais	4161001000000000	S	7.490.000,00	4,24
Serviços administrativos e comerciais gerais - principal	4161001110000000	A	7.285.000,00	4,12
Serviços administrativos e comerciais gerais - multas e juros	4161001120000000	A	37.500,00	0,02
Serviços administrativos e comerciais gerais - dívida ativa	4161001130000000	A	160.000,00	0,09
Serviços administrativos e comerciais gerais - dívida ativa - multas e juros	4161001140000000	A	7.500,00	0,00
Outros serviços	4169000000000000	S	15.000,00	0,01
Outros serviços	4169099000000000	S	15.000,00	0,01
Outros serviços - principal	4169099110000000	A	15.000,00	0,01
Transferências correntes	4170000000000000	S	89.333.000,00	50,52
Transferências da união e de suas entidades	4171000000000000	S	35.403.000,00	20,02
Transferências da união - específica e/m	4171800000000000	S	35.403.000,00	20,02
Participação na receita da união	4171801000000000	S	26.080.000,00	14,75
Cota-parte do fundo de participação dos municípios - cota mensal - principal	4171801210000000	A	24.500.000,00	13,85
Cota-parte do fundo de participação dos municípios - 1% cota entregue no mês de dezembro - principal	4171801310000000	A	600.000,00	0,34
Cota-parte do fundo de participação dos municípios - 1% cota entregue no mês de julho - principal	4171801410000000	A	900.000,00	0,51
Cota-parte do imposto sobre a propriedade territorial rural - principal	4171801510000000	A	10.000,00	0,01
Cota-parte da contribuição de intervenção no domínio econômico - principal	4171801710000000	A	70.000,00	0,04
Transferência da compensação financeira pela exploração de recursos naturais	4171802000000000	S	195.000,00	0,11
Cota-parte da compensação financeira de recursos hídricos - principal	4171802110000000	A	5.000,00	0,00
Cota-parte do fundo especial do petróleo - fep - principal	4171802610000000	A	190.000,00	0,11
Transferência de recursos do sistema único de saúde - SUS - repasses fundo a fundo	4171803000000000	S	6.135.000,00	3,47
ATENÇÃO BÁSICA	4171803110100000	A	4.566.896,00	2,58
MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	4171803110200000	A	1.189.104,00	0,67
VIGILANCIA EM SAÚDE	4171803110300000	A	189.000,00	0,11
FARMÁCIA BÁSICA	4171803110400000	A	190.000,00	0,11
Transferências de recursos do fundo nacional de assistência social - fnas	4171804000000000	S	290.000,00	0,16
Transferências de recursos do fundo nacional de assistência social - fnas - principal	4171804110000000	A	290.000,00	0,16
Transferências de recursos do fundo nacional do desenvolvimento da educação - fnde	4171805000000000	S	2.573.000,00	1,46
Transferências do salário-educação - principal	4171805110000000	A	2.000.000,00	1,13
Transferências diretas do fnde referentes ao programa nacional de alimentação escolar - pnae - principal	4171805310000000	A	550.000,00	0,31
Transferências diretas do fnde referentes ao programa nacional de apoio ao transporte do escolar - pnate - principal	4171805410000000	A	23.000,00	0,01
Transferência financeira do ICMS - desoneração - l.c. nº 87/96	4171806000000000	S	130.000,00	0,07
Transferência financeira do ICMS - desoneração - l.c. nº 87/96 - principal	4171806110000000	A	130.000,00	0,07
Transferências dos estados e do distrito federal e de suas entidades	4172000000000000	S	37.290.000,00	21,09
Transferências dos estados - específica e/m	4172800000000000	S	37.290.000,00	21,09
Participação na receita dos estados	4172801000000000	S	36.275.000,00	20,51
Cota-parte do ICMS - principal	4172801110000000	A	31.000.000,00	17,53
Cota-parte do IPVA - principal	4172801210000000	A	4.750.000,00	2,69
Cota-parte do IPI - municípios - principal	4172801310000000	A	470.000,00	0,27
Outras transferências dos estados - principal	4172801910000000	A	55.000,00	0,03
Transferência de recursos do estado para programas de saúde - repasse fundo a fundo	4172803000000000	S	1.015.000,00	0,57
ATENÇÃO BÁSICA ESTADO	4172803110100000	A	595.000,00	0,34
FARMÁCIA BÁSICA	4172803110200000	A	270.000,00	0,15
MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE ESTADO	4172803110300000	A	150.000,00	0,08
Transferências de instituições privadas	4174000000000000	S	35.000,00	0,02
Transferências de instituições privadas - principal	4174000110000000	A	35.000,00	0,02

Receitas	Conta	Tipo	Valor	%
Transferências de outras instituições públicas	4175000000000000	S	16.600.000,00	9,39
Transferências de outras instituições públicas - específica e/m	4175800000000000	S	16.600.000,00	9,39
Transferências de recursos do fundo de manutenção e desenvolvimento da educação básica e de valorização dos profissionais da educação - FUNDEB	4175801000000000	S	16.600.000,00	9,39
Transferências de recursos do fundo de manutenção e desenvolvimento da educação básica e de valorização dos profissionais da educação - FUNDEB - principal	4175801110000000	A	16.600.000,00	9,39
Transferências de pessoas físicas	4177000000000000	S	5.000,00	0,00
Transferências de pessoas físicas - principal	4177000110000000	A	5.000,00	0,00
Outras receitas correntes	4190000000000000	S	2.943.350,00	1,66
Multas administrativas, contratuais e judiciais	4191000000000000	S	1.100.000,00	0,62
Multas previstas em legislação específica	4191001000000000	S	1.100.000,00	0,62
MULTAS DE TRÂNSITO GERAL	4191001110101010	A	200.000,00	0,11
MULTAS DE TRÂNSITO OCR	4191001110102000	A	900.000,00	0,51
Indenizações, restituições e ressarcimentos	4192000000000000	S	559.200,00	0,32
Indenizações	4192100000000000	S	150.000,00	0,08
Outras indenizações	4192199000000000	S	150.000,00	0,08
Outras indenizações - principal	4192199110000000	A	150.000,00	0,08
Restituições	4192200000000000	S	409.200,00	0,23
Outras restituições	4192299000000000	S	409.200,00	0,23
Outras restituições - principal	4192299110000000	A	409.200,00	0,23
Demais receitas correntes	4199000000000000	S	1.284.150,00	0,73
Compensações financeiras entre o regime geral e os regimes próprios de previdência dos servidores	4199003000000000	S	160.000,00	0,09
Compensações financeiras entre o regime geral e os regimes próprios de previdência dos servidores - principal	4199003110000000	A	160.000,00	0,09
Outras receitas	4199099000000000	S	1.124.150,00	0,64
Outras receitas - primárias - principal	4199099110000000	A	1.022.150,00	0,58
Outras receitas - primárias - multas e juros	4199099120000000	A	102.000,00	0,06
Receitas de capital	4200000000000000	S	40.260.000,00	22,77
Operações de crédito	4210000000000000	S	12.000.000,00	6,79
Operações de crédito - mercado interno	4211000000000000	S	12.000.000,00	6,79
Operações de crédito - mercado interno - estados/df/municípios	4211800000000000	S	3.000.000,00	1,70
Operações de crédito internas de estados/df/municípios	4211801000000000	S	3.000.000,00	1,70
Operações de crédito internas para programas de saneamento - principal	4211801310000000	A	3.000.000,00	1,70
Outras operações de crédito - mercado interno	4211900000000000	S	9.000.000,00	5,09
Outras operações de crédito - mercado interno - principal	4211900110000000	A	9.000.000,00	5,09
Alienação de bens	4220000000000000	S	50.000,00	0,03
Alienação de bens móveis	4221000000000000	S	50.000,00	0,03
Alienação de bens móveis e semoventes	4221300000000000	S	50.000,00	0,03
Alienação de bens móveis e semoventes - principal	4221300110000000	A	50.000,00	0,03
Transferências de capital	4240000000000000	S	28.210.000,00	15,95
Transferências da união e de suas entidades	4241000000000000	S	25.190.000,00	14,24
Transferências da união	4241800000000000	S	25.190.000,00	14,24
Transferência de convênios da união e de suas entidades	4241810000000000	S	25.190.000,00	14,24
Transferências de convênio da união para o sistema único de saúde - SUS - principal	4241810110000000	A	1.475.000,00	0,83
Transferências de convênio da união destinadas a programas de educação - principal	4241810210000000	A	200.000,00	0,11
Transferências de convênios da união destinadas a programas de saneamento básico - principal	4241810510000000	A	12.000.000,00	6,79
Transferências de convênios da união destinadas a programas de infra-estrutura em transporte - principal	4241810710000000	A	3.000.000,00	1,70
Outras transferências de convênios da união - principal	4241810910000000	A	8.515.000,00	4,82
Transferências dos estados e do distrito federal e de suas entidades	4242000000000000	S	3.020.000,00	1,71
Transferências dos estados, distrito federal, e de suas entidades	4242800000000000	S	3.020.000,00	1,71
Transferências de convênios dos estados e do distrito federal e de suas entidades	4242810000000000	S	3.020.000,00	1,71
Transferências de convênios dos estados para o sistema único de saúde - SUS - principal	4242810110000000	A	150.000,00	0,08
Transferências de convênios dos estados destinadas a programas de infra-estrutura em transporte - principal	4242810710000000	A	1.000.000,00	0,57
Outras transferências de convênio dos estados - principal	4242810910000000	A	1.870.000,00	1,06
Receitas correntes intra-orçamentárias	4700000000000000	S	6.680.000,00	3,78
Receita de contribuições - intra-orçamentárias	4720000000000000	S	6.470.000,00	3,66
Contribuições sociais - intra-orçamentárias	4721000000000000	S	6.470.000,00	3,66
Contribuições previdenciárias do regime próprio	4721029000000000	S	5.400.000,00	3,05
Contribuição patronal de servidor ativo civil	4721029010000000	A	5.400.000,00	3,05
Outras Contribuições Sociais	4721099000000000	A	1.070.000,00	0,61
Receita de serviços - intra-orçamentárias	4760000000000000	S	210.000,00	0,12
Serviços de Captação, Adução, Tratamento, Reservação e Distribuição de Água	4760041000000000	A	210.000,00	0,12
(r) Deduções da receita	9000000000000000	S	(12.172.000,00)	(6,88)
(r) Receitas correntes	9100000000000000	S	(12.172.000,00)	(6,88)
(r) Transferências correntes	9170000000000000	S	(12.172.000,00)	(6,88)
(r) Transferências da união e de suas entidades	9171000000000000	S	(4.928.000,00)	(2,79)
(r) Transferências da união - específica e/m	9171800000000000	S	(4.928.000,00)	(2,79)
(r) Participação na receita da união	9171801000000000	S	(4.902.000,00)	(2,77)
(r) Cota-parte do fundo de participação dos municípios - cota mensal - principal	9171801210000000	A	(4.900.000,00)	(2,77)
(r) Cota-parte do imposto sobre a propriedade territorial rural - principal	9171801510000000	A	(2.000,00)	0,00
(r) Transferência financeira do ICMS - desoneração - l.c. nº 87/96	9171806000000000	S	(26.000,00)	(0,01)

Receitas	Conta	Tipo	Valor	%
(r) Transferência financeira do ICMS - desoneração - l.c. nº 87/96 - principal	917180611000000	A	(26.000,00)	(0,01)
(r) Transferências dos estados e do distrito federal e de suas entidades	917200000000000	S	(7.244.000,00)	(4,10)
(r) Transferências dos estados - específica e/m	917280000000000	S	(7.244.000,00)	(4,10)
(r) Participação na receita dos estados	917280100000000	S	(7.244.000,00)	(4,10)
(r) Cota-parte do ICMS - principal	917280111000000	A	(6.200.000,00)	(3,51)
(r) Cota-parte do IPVA - principal	917280121000000	A	(950.000,00)	(0,54)
(r) Cota-parte do IPI - municípios - principal	917280131000000	A	(94.000,00)	(0,05)
Total:			176.837.900,00	100,00

ANEXO IV

DEMONSTRATIVO L

- **PROGRAMAS DE GOVERNO – OBJETIVOS – FUNÇÃO – SUB-FUNÇÃO - AÇÃO;**
- **DEMONSTRATIVO DE DESPESAS - ÓRGÃO-UNIDADE – FUNÇÃO – SUB-FUNÇÃO – PROGRAMA- AÇÃO - VALORES;**

LDO – PROGRAMAS DE TRABALHO

Programa: 200 - GESTÃO DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ		
Objetivos: O Poder Legislativo Municipal é composto por nove vereadores e tem funcionamento em imóvel próprio, com autonomia financeira, e apoio de dez servidores (um Assessor Jurídico, dois Assessores Parlamentares, um Assessor Parlamentar Especial, um Contador, uma Analista Legislativo, um Advogado, um Agente Administrativo, uma Assessora de Comunicação e um Diretor Geral) e serviços de limpeza terceirizado. Tem como objetivo dar cumprimento às funções básicas do Poder Legislativo, quais sejam, legislar e fiscalizar. Suas metas são executar e modernizar as atividades de Gestão Administrativa e Legislativa, buscando investir na melhoria das suas ações, bem como praticar a transparência dos seus atos. Realizar atividades do Parlamento Jovem, com intuito de promover a formação política e cidadã do jovem domiciliado em nosso município.		
Função: 1 - Legislativa	Subfunção: 31 - Acao Legislativa	
Ação: 1500 - INVESTIMENTOS E MODERNIZAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL	Total Ação	135.000,00
Ação: 2500 - GESTÃO DA SECRETARIA ADMINISTRATIVA	Total Ação	958.500,00
Ação: 2502 - GESTÃO DA SECRETARIA LEGISLATIVA	Total Ação	2.003.000,00
Ação: 2504 - PARLAMENTO JOVEM	Total Ação	50.000,00
	Total Programa	3.146.500,00
Programa: 205 - GESTÃO DA ARTICULAÇÃO DAS POLÍTICAS INSTITUCIONAIS		
Objetivos: A Secretaria Municipal de Articulação Política e Institucional é o órgão de assessoramento direto ao Prefeito e ao Vice-Prefeito Municipal. A Secretaria promove as seguintes ações: integração das diversas unidades administrativas ou órgãos do Poder Executivo; representação político-social do Prefeito; assiste ao Chefe do Executivo nas suas relações com os municípios, diretamente ou através da imprensa; agenda os compromissos do Prefeito; representa o Prefeito em solenidades e perante outros órgãos oficiais; prepara o expediente do Gabinete; através da imprensa organiza o cerimonial e pelas relações públicas do Executivo; promove o acompanhamento dos atos expedidos pela Câmara Municipal, Assembleia Legislativa e Congresso Nacional, bem como estreita o relacionamento institucional com o Poder Legislativo e Judiciário; promove as ações destinadas à obtenção de recursos de natureza intergovernamental; coordena a ouvidoria municipal; assiste ao Prefeito nas relações internacionais promovidas pelo município. A Secretaria de Articulação Política possui o seguinte quadro de pessoal: 01 Secretário Municipal; 01 Assessor Institucional de Comunicação Social; 01 Assessor Institucional de Relações Internas; 01 Supervisor da Divisão de Imprensa e Comunicação; 01 Assessor Executivo de Gabinete; 01 Assessor de Imprensa e Comunicação. Para os próximos 4 anos a Secretaria de Articulação Política pretende estreitar ainda mais ações conjuntas entre as secretarias municipais, promovendo de forma mais eficiente o controle de implantação da políticas públicas. Além disso, buscar-se-á intensificar as relações intergovernamentais, internacionais e com entidades do 3º Setor. Constatam ainda como metas a aquisição de 01 veículo novo ao gabinete; 01 projetor multimídia; 03 aparelhos de ar condicionado; 01 notebook; 30 cadeiras para mesa de reunião; 01 mesa de reunião; 01 mesa formato em "L"		
Função: 4 - Administração	Subfunção: 122 - Administracao Geral	
Ação: 1511 - MODERNIZAÇÃO DO GABINETE	Total Ação	130.000,00
Ação: 2510 - ARTICULAÇÃO DAS POLÍTICAS INSTITUCIONAIS	Total Ação	970.000,00
	Total Programa	1.100.000,00
Programa: 206 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO SOCIAL		
Objetivos: Parte integrante da Secretaria Municipal de Articulação Política e Institucional (Gabinete do Prefeito) está o Departamento de Comunicação Social do Município de Timbó. No setor de imprensa são produzidas todas as informações da administração pública municipal para a Imprensa e para as variadas mídias. Essas informações são produzidas com cunho jornalístico ou publicitário e de utilidade pública (no caso de campanhas como trânsito e vacinação). São utilizadas todas as ferramentas da área da comunicação para que essa divulgação seja eficiente (multimídia). Somos parceiros de eventos promocionais da comunidade, ONGs, associações e clubes de serviços: festa de aniversário, reuniões de associações de bairros e festas populares, como em eventos da administração das diversas secretarias: esportes, cultura, lazer, saúde, obras, etc. Produzimos material impresso (jornais e informativos em geral). Temos a responsabilidade de gravação dos "spots" para rádio, gravação e edição de vídeos. Realizamos o "clipping" das informações que se referem à administração (com as referências) e auxiliamos nas respostas necessárias para prefeito, vice-prefeito, secretários e demais servidores municipais à mídia, quando se fizer necessário. Construção e manutenção do site institucional (terceirizado). Atualização do site e mídias sociais. Desenvolvimento, correção e execução de protocolo (mestre de cerimônia terceirizado) em todos os eventos, festas, seminários, reuniões comunitárias e demais reuniões promovidas pelas secretarias, fundações e autarquias (área de Relações Públicas). Na área de Publicidade e Propaganda, atuamos na construção de campanhas publicitárias de cunho institucional para prestação de contas e divulgação das obras e ações da Prefeitura, fundações e autarquia, através da compra de espaços publicitários em veículos de comunicação (jornal, revista, internet, TV, rádio, etc.). Realizamos a confecção dos materiais e a serem divulgados nesses espaços na própria Assessoria Institucional de Comunicação Social ou terceirizando esse serviço para agências de propaganda/assessorias de comunicação, ficando esta decisão a critério da Administração, tendo como parâmetros a urgência e a complexidade do serviço. Finalmente, na área de comunicação em geral, esta Assessoria é responsável por orientar/aplicar quanto à identidade visual da Prefeitura, fundações e autarquia, incluindo a identidade visual de prédios e espaços públicos, veículos, máquinas e qualquer outro produto ou ferramenta sob a responsabilidade do Município ou da qual o Município seja parceiro.		
Função: 4 - Administração	Subfunção: 131 - Comunicação Social	
Ação: 1513 - MODERNIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO SOCIAL	Total Ação	74.000,00
Ação: 2512 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO SOCIAL	Total Ação	1.860.150,00
	Total Programa	1.934.150,00
Programa: 207 - GESTÃO PÚBLICA E O 3º SETOR		
Objetivos: A administração pública moderna e as experiências exitosas colhidas ao redor do mundo demonstram de forma inequívoca que quanto mais próxima a população estiver na condução das políticas públicas, mais efetivo será o reflexo das mesmas junto à sociedade. Nas últimas décadas evoluímos muito		

na relação entre o gestor público e o administrado. Migramos de um modelo baseado na relação fornecedor - cliente, para um paradigma de corresponsabilidade, onde as pessoas são trazidas para partilhar suas ideias na construção de propostas que melhorem a vida de suas famílias. Atualmente a Prefeitura de Timbó, através da administração, suas fundações e fundos municipais mantém celebrada parceria para concessão de auxílio financeiro às seguintes entidades: 1) Associação Folclórica Blauer Berg, 2) Banda Municipal Professor João Muller, 3) Orquestra de Câmara Municipal de Timbó, 4) Associação do Grupo Folclórico Os Cinquentões, 5) Banda Acordes Celestes, 6) Associação do Coral Leopoldo Kurtz da Sociedade Recreativa e Cultural Timbó, 7) Associação dos Clubes de Caça e Tiro e Associações Esportivas e Culturais de Timbó, 8) Associação Recreativa, Desportiva e Cultural Duque de Caxias, 9) Sociedade Recreativa, Desportiva, Cultural e de Caça e Tiro São Roque, 10) Sociedade Recreativa, Desportiva e Cultural Cedro, 11) Associação Desportiva, Recreativa e Cultural Liberdade de Timbó, 12) Sociedade de Bocha e Bolão Recreativa, Desportiva e Cultural 9 de Maio, 13) Clube Esportivo, Recreativo e Cultural Fritz Lorenz, 14) Sociedade Recreativa, Desportiva e Cultural Alegria, 15) Esporte Clube Água Verde, 16) Clube Caça e Tiro Frederico Donner, 17) Clube Ginástico Guairacás, 18) Associação dos Moradores do Bairro das Nações, 19) Associação Timboense de Tênis de Mesa, 20) Associação e Pais e Professores da Escola Municipal Erwin Prade, 21) Associação Esportiva T-REX Futebol Americano, 22) Associação de Pais e Amigos da Ginástica Rítmica Desportiva de Timbó, 23) Associação de Moradores do Bairro dos Estados, 24) Associação Desportiva e Cultural CETISA, 25) APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, 25) Rede Feminina de Combate ao Câncer, 26) Clube dos Universitários de Timbó, 27) ACIMVI - Associação Comercial e Industrial do Médio Vale do Itajaí, 28) Associação Equilíbrio Vital de Defesa do Meio Ambiente e dos Animais, 29) Associação de Amparo à Terceira Idade. Tais parcerias buscam pactuar em sintonia com o Poder Público ações que objetivem o desenvolvimento de atividades de interesse comunitário onde a administração pública não possa atuar de maneira mais efetiva. Para o próximo quadriênio espera-se manter as parcerias já celebradas e eventualmente firmar novos termos e fomento e/ou colaboração conforme a demanda específica, promovendo ampliação das entidades já beneficiadas.

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Ação: 2516 - NOVAS ENTIDADES QUE APRESENTEM PROPOSTAS DE PARCERIA QUE SEJAM DE INTERESSE DO PODER PÚBLICO

Total Ação 100.000,00

Ação: 2522 - ACIMVI - ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ

Total Ação 21.200,00

Função: 8 - Assistência Social

Subfunção: 244 - Assistência Comunitária

Ação: 2657 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS A ENTIDADES ASSISTENCIAIS

Total Ação 114.800,00

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Ação: 2633 - Transferencia de Recursos à Entidades de Saúde,

Total Ação 96.700,00

Função: 13 - Cultura

Subfunção: 392 - Difusão Cultural

Ação: 2698 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS À ENTIDADES CULTURAIS

Total Ação 403.300,00

Função: 27 - Desporto e Lazer

Subfunção: 813 - Lazer

Ação: 2669 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS À ENTIDADES ESPORTIVAS

Total Ação 185.500,00

Total Programa 921.500,00

Programa: 210 - GESTÃO DA ADMINISTRAÇÃO E CONTROLE MUNICIPAL

Objetivos:

A Secretaria Municipal da Fazenda e Administração tem como principais tarefas administrar e controlar todo o fluxo financeiro, administrativo e operacional da Administração Direta e Indireta do Município de Timbó. Tem como parâmetro, para exercer suas atividades, os princípios constitucionais de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Considerando que Timbó possui, além da Unidade Gestora Central, doze Fundos, três Fundações e uma Autarquia pode-se ressaltar que as atividades de administração e controle são muito complexas, porém fundamentais para o desenvolvimento de todas as políticas públicas do município. A base de dados de todas as informações gerenciais que alimentam as unidades e servem de suporte para a tomada de decisões, ficam armazenadas junto a Secretaria Municipal da Fazenda e Administração, sendo responsável por toda a equipe que proporciona as informações financeiras e gerenciais do município, composta pelo Setor de Contabilidade, Tributação e Fiscalização, Licitação, Suprimentos, Recursos Humanos, Superintendência de Sistemas, Custos e Patrimônio. A implantação de gestão adequada para os processos de informação é uma função da Secretaria Municipal da Fazenda e Administração. Há necessidade de adequar equipamentos, fluxos de atividades, softwares, pessoas e outros processos com o objetivo de manter uma gestão cada vez mais transparente e comprometida com nossos Municípios a fim de construirmos uma Timbó cada vez melhor.

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Ação: 1521 - MODERNIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS

Total Ação 100.000,00

Ação: 1523 - FROTA DE VEÍCULOS - SEMFA

Total Ação 30.000,00

Ação: 2520 - GESTÃO DA ADMINISTRAÇÃO E CONTROLE MUNICIPAL

Total Ação 6.400.000,00

Total Programa 6.530.000,00

Programa: 211 - GESTÃO DOS ENCARGOS ESPECIAIS DO MUNICÍPIO

Objetivos:

Compreendem as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços. O Município almeja quitar corretamente todos seus encargos nas datas previstas.

Função: 9 - Previdência Social

Subfunção: 271 - Previdência Básica

Ação: 35 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FASS

Total Ação 1.767.000,00

Função: 17 - Saneamento

Subfunção: 512 - Saneamento Básico Urbano

Ação: 48 - GESTÃO DAS SENTENÇAS JUDICIAIS E PRECATÓRIOS DO SAMAE.

Total Ação 17.150,00

Ação: 49 - GESTÃO DO PASEP DO SAMAE.

Total Ação 110.000,00

Função: 28 - Encargos Especiais

Subfunção: 272 - Previdência do Regime Estatutário

Ação: 50 - GESTÃO DAS SENTENÇAS JUDICIAIS E PRECATÓRIOS DO TIMBOPREV	
Total Ação	10.000,00
Ação: 51 - GESTÃO DO PASEP DO TIMBOPREV	
Total Ação	144.400,00
Ação: 52 - MANUTENÇÃO DOS INATIVOS	
Total Ação	11.590.000,00
Ação: 53 - MANUTENÇÃO DOS PENSIONISTAS	
Total Ação	1.190.000,00
Função: 28 - Encargos Especiais	Subfunção: 843 - Serviço da Dívida Interna
Ação: 11 - GESTÃO DA DÍVIDA FUNDADA E ENCARGOS DA PREFEITURA	
Total Ação	2.700.000,00
Função: 28 - Encargos Especiais	Subfunção: 845 - Outras Transferências
Ação: 12 - GESTÃO DO PASEP E ENCARGOS DA PREFEITURA	
Total Ação	1.200.000,00
Ação: 20 - GESTÃO DO PASEP E ENCARGOS	
Total Ação	5.000,00
Ação: 22 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	
Total Ação	5.000,00
Ação: 24 - GESTÃO DO PASEP E ENCARGOS	
Total Ação	5.000,00
Ação: 26 - GESTÃO DO PASEP E ENCARGOS DO FMS	
Total Ação	95.000,00
Ação: 30 - GESTÃO DO PASEP E ENCARGOS DO FMAS	
Total Ação	5.000,00
Ação: 36 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	
Total Ação	10.000,00
Ação: 38 - GESTÃO DO PASEP E ENCARGOS DO FIA	
Total Ação	1.000,00
Ação: 40 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	
Total Ação	2.000,00
Ação: 42 - GESTÃO DO PASEP E ENCARGOS DA FCT	
Total Ação	20.000,00
Ação: 44 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	
Total Ação	5.000,00
Ação: 46 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	
Total Ação	23.000,00
Ação: 55 - GESTÃO DO PASEP E ENCARGOS DO FASS.	
Total Ação	25.000,00
Função: 28 - Encargos Especiais	Subfunção: 846 - Outros encargos Especiais
Ação: 10 - GESTÃO DAS SENTENÇAS JUDICIAIS E PRECATÓRIOS DA PREFEITURA	
Total Ação	2.410.300,00
Total Programa	21.339.850,00
Programa: 220 - GESTÃO DA EDUCAÇÃO TIMBOENSE	
Objetivos:	
Educação Infantil é composta por Núcleos de Educação Infantil (Creches) e Unidades Pré-escolares. Núcleos de Educação Infantil atendem crianças a partir de 04 meses até 3 anos e 11 meses de idade, compreendendo 11 Unidades com 1955 atendimentos, período de permanência de no mínimo 2 até no máximo 12 horas diárias, observando a necessidade. As 12 Unidades Pré-escolares atendem 878 crianças de 4 à 5 anos e 11 meses de idade, com permanência de 4 horas diárias, sendo na UPE Alecrim e UPE Comecinho de Vida o atendimento é integral. São coordenados por 15 gestores, 01 estagiário e 2 motoristas.	
Função: 12 - Educação	Subfunção: 122 - Administração Geral
Ação: 1531 - MODERNIZAÇÃO DOS NEIS/ADMINISTRAÇÃO	
Total Ação	12.000,00
Ação: 1536 - MODERNIZAÇÃO DAS UPES/ADMINISTRAÇÃO	
Total Ação	4.000,00
Ação: 2530 - TRANSFORMAÇÃO E INOVAÇÃO DOS NEIS	
Total Ação	874.115,50
Ação: 2534 - TRANSFORMAÇÃO E INOVAÇÃO DAS UPES	
Total Ação	146.710,00
Total Programa	1.036.825,50
Programa: 222 - TRANSFORMAÇÃO E INOVAÇÃO DO ENSINO INFANTIL TIMBOENSE	
Objetivos:	
A Educação Infantil é composta por Núcleos de Educação Infantil (Creches) e Unidades Pré-escolares. Núcleos de Educação Infantil atendem crianças a partir de 04 meses até 3 anos e 11 meses de idade, compreendendo 11 Unidades com 1380 matrículas no período de permanência de no mínimo 2 até no máximo 12 horas diárias, observando a necessidade, sendo que 643 ficam em período integral. As 12 Unidades Pré-escolares atendem 878 crianças de 4 à 5 anos e 11 meses de idade, com permanência de 4 horas diárias, sendo que destas 81 estão na UPE Alecrim e UPE Comecinho de Vida com atendimento integral. Nas Unidades Pré-escolares estão contempladas 45 turmas, 44 professores de sala de aula, 4 professores de apoio, 6 estagiários e 23 operacionais. Nos Núcleos estão contempladas 52 turmas, 158 Educadoras, 86 auxiliares de recreação infantil, 65 operacionais, 01 professora de apoio e 02 estagiárias.	
Função: 12 - Educação	Subfunção: 306 - Alimentação e Nutrição
Ação: 2532 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NEIS	
Total Ação	562.750,00
Ação: 2536 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR UPES	

Total Ação		180.000,00
Função: 12 - Educação		Subfunção: 365 - Educação Infantil
Ação: 1532 - MODERNIZAÇÃO DOS NEIS		
Total Ação		100.000,00
Ação: 1533 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DOS NEIS		
Total Ação		130.000,00
Ação: 1537 - MODERNIZAÇÃO DAS UPES		
Total Ação		30.000,00
Ação: 1538 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DOS UPES		
Total Ação		130.000,00
Ação: 2531 - MANUTENÇÃO DOS NEIS		
Total Ação		9.887.000,00
Ação: 2533 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR NEIS		
Total Ação		10.000,00
Ação: 2535 - MANUTENÇÃO DAS UPES		
Total Ação		3.342.250,00
Ação: 2537 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSO PARA ATENDIMENTO NA EDUCAÇÃO ESPECIAL NEI		
Total Ação		10.000,00
Ação: 2538 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSO PARA ATENDIMENTO NA EDUCAÇÃO ESPECIAL UPE		
Total Ação		30.000,00
Ação: 2539 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR UPES		
Total Ação		5.000,00
Total Programa		14.417.000,00
Programa: 230 - GESTÃO DA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL DE QUALIDADE		
Objetivos:		
Compreende a etapa da Educação Básica que tem duração de nove anos, de 6 a 14 anos de idade, iniciando no primeiro ano com término no nono ano. A rede municipal é composta de seis Escolas que atendem 2.436 alunos, destes 168 estão no período integral, onde são desenvolvidas atividades curriculares no expediente normal e atividades oferecidas no contra-turno, Educação de Jovens e Adultos, Escolas em período Integral, oferta de transporte escolar na Escola do campo e nucleadas, realizado pela municipalidade na sua totalidade, tendo como objetivo garantir o acesso, permanência, sucesso, ampliando o número de vagas e ofertando uma educação de qualidade para todos. É oferecida alimentação de qualidade para os alunos, com acompanhamento técnico de uma nutricionista, visando garantir um bom desenvolvimento físico e social para todos os alunos. Estão contempladas nas escolas 114 turmas sendo 8 turmas em período integral. São coordenados por 34 gestores, 1 estagiário, 1 auxiliar operacional e 2 motoristas.		
Função: 12 - Educação		Subfunção: 122 - Administração Geral
Ação: 1541 - MODERNIZAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL/ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR		
Total Ação		4.000,00
Ação: 2540 - EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL DE QUALIDADE		
Total Ação		2.246.700,00
Total Programa		2.250.700,00
Programa: 232 - EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL DE QUALIDADE		
Objetivos:		
Compreende a etapa da Educação Básica que tem duração de nove anos, de 6 a 14 anos de idade, iniciando no primeiro ano com término no nono ano. A rede municipal é composta de seis Escolas que atendem 2.436 alunos, destes 168 estão no período integral, onde são desenvolvidas atividades curriculares no expediente normal e atividades oferecidas no contra-turno, Educação de Jovens e Adultos (compreende anos iniciais), Escolas em período Integral, oferta de transporte escolar na Escola do campo e nucleadas, realizado pela municipalidade na sua totalidade, tendo como objetivo garantir o acesso, permanência, sucesso, ampliando o número de vagas e ofertando uma educação de qualidade para todos. É oferecida alimentação de qualidade para os alunos, com acompanhamento técnico de uma nutricionista, visando garantir um bom desenvolvimento físico e social para todos os alunos. Estão contempladas nas escolas 114 turmas sendo 8 turmas em período integral, 174 professores de sala de aula, 35 professores de apoio, 49 auxiliares operacionais, 08 coordenadores pedagógicos, 06 diretores, 04 auxiliares de direção, 06 secretárias e 03 estagiários.		
Função: 12 - Educação		Subfunção: 306 - Alimentação e Nutrição
Ação: 2543 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR		
Total Ação		430.000,00
Função: 12 - Educação		Subfunção: 361 - Ensino Fundamental
Ação: 1543 - MODERNIZAÇÃO DAS ESCOLAS		
Total Ação		150.000,00
Ação: 1545 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DAS ESCOLAS		
Total Ação		130.000,00
Ação: 2542 - MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS		
Total Ação		12.054.000,00
Ação: 2544 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA ATENDIMENTO NA EDUCAÇÃO ESPECIAL		
Total Ação		110.000,00
Ação: 2545 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS		
Total Ação		27.000,00
Ação: 2546 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR PARA O ENSINO FUNDAMENTAL		
Total Ação		292.000,00
Total Programa		13.193.000,00
Programa: 250 - GESTÃO DO PLANEJAMENTO TERRITORIAL DO MUNICÍPIO		
Objetivos:		
"A Secretaria Municipal de Planejamento, Trânsito, Meio Ambiente, Indústria, Comércio e Serviços tem por objetivo implementar e executar a política		

municipal de planejamento e urbanismo, e os preceitos do Plano Diretor; realizar estudos e pesquisas para o planejamento estratégico das atividades do governo municipal, e a viabilização de instrumentos de cooperação institucional para funcionamento adequado das atividades estaduais e federais na área de segurança pública, trânsito, meio ambiente, corpo de bombeiros, indústria e serviços, etc.

Entre as funções da Secretaria destacam-se ainda a de prestação de assessoramento aos órgãos da municipalidade quanto às técnicas de planejamento, controle, organização e métodos; apresentar, coordenar ou dar encaminhamento à projetos especiais de interesse do Município; organizar, executar, avaliar, controlar, fiscalizar e regulamentar as ações municipais na área de meio ambiente e trânsito, nos limites legais e em cooperação com os demais órgãos governamentais e não-governamentais competentes.

A Secretaria Municipal de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente compreende a Assessoria de Meio de Ambiente e os Departamentos de Planejamento e Urbanismo e de Trânsito.

Ao Departamento de Planejamento e Urbanismo estão subordinadas as seguintes Divisões: Planejamento; Urbanismo; Expediente; e de Topografia.

O Departamento da Indústria, Comércio e Serviços, vinculado à Secretaria de Planejamento é responsável pelas atividades que visam promover o crescimento da indústria, do comércio e de outros setores como o do Turismo, por exemplo. Trabalha em estreita colaboração com a Secretaria da Fazenda, tendo também ações em colaboração com as demais secretarias municipais"

Função: 15 - Urbanismo

Subfunção: 121 - Planejamento e Orçamento

Ação: 1551 - MODERNIZAÇÃO DO PLANEJAMENTO DO MUNICÍPIO

Total Ação 337.100,00

Ação: 2550 - GESTÃO DE PLANEJAMENTO DO MUNICÍPIO

Total Ação 2.433.000,00

Total Programa 2.770.100,00

Programa: 251 - CIDADE EM MOVIMENTO

Objetivos:

A Secretaria Municipal de Planejamento, Trânsito, Meio Ambiente, Indústria, Comércio e Serviços tem por objetivo implementar e executar a política municipal de planejamento e urbanismo, e os preceitos do Plano Diretor; realizar estudos e pesquisas para o planejamento estratégico das atividades do governo municipal, e a viabilização de instrumentos de cooperação institucional para funcionamento adequado das atividades estaduais e federais na área de segurança pública, trânsito, meio ambiente, corpo de bombeiros, indústria e serviços, entre outros. Entre as funções da Secretaria destacam-se ainda a de prestação de assessoramento aos órgãos da municipalidade quanto às técnicas de planejamento, controle, organização e métodos; apresentar, coordenar ou dar encaminhamento à projetos especiais de interesse do Município; organizar, executar, avaliar, controlar, fiscalizar e regulamentar as ações municipais na área de meio ambiente e trânsito, nos limites legais e em cooperação com os demais órgãos governamentais e não-governamentais competentes. A Secretaria Municipal de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente compreende a Assessoria de Meio de Ambiente e os Departamentos de Planejamento e Urbanismo e de Trânsito. Ao Departamento de Planejamento e Urbanismo estão subordinadas as seguintes Divisões: Planejamento; Urbanismo; Expediente; e de Topografia. O Departamento de trânsito vem promovendo significativas mudanças de mobilidade em nosso trânsito com a abertura de novas ruas, prolongamentos, emplementando o grande projeto do anel viário da cidade. Neste quesito se faz necessário a aquisição de novas áreas e terrenos, muito dos tais são desapropriados em função da utilidade pública com o fim de promover o bem estar social.

Função: 15 - Urbanismo

Subfunção: 121 - Planejamento e Orçamento

Ação: 1553 - IMÓVEIS PARA O DESENVOLVIMENTO DE TIMBÓ

Total Ação 900.000,00

Total Programa 900.000,00

Programa: 252 - TIMBÓ EMPREENDENDO E PROFISSIONALIZANDO

Objetivos:

O Departamento da Indústria, Comércio e Serviços, esdtá vinculado à Secretaria de Planejamento, Trânsito, Meio Ambiente, Indústria, Comércio e Serviços, sendo responsável pelas atividades que visam promover o crescimento da indústria, do comércio e de outros setores do terceiro setor - Pestação de Serviços. Trabalha em estreita colaboração com a Secretaria de Obras, para atender serviços de máquinas, macadame e barro entre outros e tendo também ações em colaboração com as demais secretarias municipais. Prioriza a qualificação e treinamento da mão de obra local, dando uma atenção especial ao ensino Profissional, Técnico, Universitário, além de promover projetos de qualificação em diversos segmentos em parcerias com entidades e órgãos de classe.

Função: 22 - Indústria

Subfunção: 661 - Promoção Industrial

Ação: 2552 - PROMOÇÃO DO ENSINO PROFISSIONAL E TÉCNICO

Total Ação 190.000,00

Ação: 2553 - PROMOÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

Total Ação 50.000,00

Total Programa 240.000,00

Programa: 260 - GESTÃO DA AGRICULTURA, OBRAS E SERVIÇOS DO MUNICÍPIO

Objetivos:

A secretaria, diretamente ou sob forma de terceirização, cotidianamente executa serviços de limpeza urbana, roçada, irrigação, patrolamento, macadamização, compactação, reparos em vias públicas com pavimentação, bem como conservação dos cemitérios, passeios públicos, ciclovias, praças, espaços públicos entre outros. Como a incorporação do setor agrícola, a secretaria também atende aos agricultores, jardinagem e paisagismo, limpeza dos parques e praças. Como isso a situação predial da secretaria mostra-se pequena e antiga para atender a rotina de trabalho dos funcionários da secretaria. A falta de tais condições muitas vezes impede que a secretaria faça a prestação dos serviços com excelência à população. O município de timbó destaque na agricultura pela produção de arroz, milho, banana, horticultura, fruticultura, e na produção animal a bovinocultura de leite e corte, suinocultura e piscicultura. A agricultura, vinculada a Secretaria de Obras, atende aproximadamente 680 famílias de agricultores com patrulha mecanizada e distribuição de esterco, silagem, roçadas, rotativa e plantio (preparação de solo para plantação dos produtos agrícolas), abertura de valas, colocação de tubos e incentivo ao agricultor também na plantação de mudas e sementes através do Horto Florestal, que necessita de melhoramento e ampliação. Atendimento clínico veterinário para animais de produção e serviço de inspeção e inseminação e no atendimento por incentivo aos pequenos e grandes do município.

Função: 15 - Urbanismo

Subfunção: 452 - Servicos Urbanos

Ação: 1563 - EQUIPAMENTOS E MÓVEIS PARA OBRAS

Total Ação 36.000,00

Ação: 1564 - FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS

Total Ação 619.000,00

Ação: 2560 - GESTÃO DA SECRETARIA DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS E AGRÍCOLA

Total Ação 8.345.000,00

Total Programa 9.000.000,00

Programa: 261 - CIDADE EM OBRAS**Objetivos:**

A malha urbana do município é formada por diversas ruas, sendo que destas, várias possuem urgência na pavimentação e a necessidade da implantação completa de infraestrutura, em função de sua localização em áreas centrais, centro de bairros, áreas industriais, ou ainda ruas importantes, onde o crescimento habitacional e comercial é visível. A maioria das vias que demandam pavimentação também necessitam de drenagem pluvial.

Função: 15 - Urbanismo**Subfunção: 452 - Serviços Urbanos****Ação: 2564 - ILUMINAÇÃO PÚBLICA DE TIMBÓ****Total Ação** 2.800.000,00**Função: 20 - Agricultura****Subfunção: 606 - Extensão Rural****Ação: 2562 - APOIO A AGRICULTURA****Total Ação** 194.200,00**Função: 26 - Transporte****Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana****Ação: 1565 - VIAS PÚBLICAS COM PAVIMENTAÇÕES, DRENAGENS, CALÇADAS E CICLOVIAS****Total Ação** 10.256.825,00**Ação: 1566 - PONTES E OBRAS DE ARTES****Total Ação** 4.800.000,00**Ação: 1567 - ESPAÇOS PÚBLICOS****Total Ação** 1.500.000,00**Total Programa** 19.551.025,00**Programa: 270 - GESTÃO DA PROCURADORIA E CASA DA CIDADANIA****Objetivos:**

A Procuradoria Geral do Município, constituída na condição de órgão de assessoramento superior (Lei Complementar nº. 196/00), detém competência privativa para a execução da dívida ativa de natureza tributária (art. 59 da LOM), além das previstas na LC nº. 196/00 e demais normativas atinentes a espécie, atuando inclusive no(a): - defesa extrajudicial e judicial do Município; - cumprimento das disposições e princípios constitucionais e legais; - defesa da regularidade jurídica, inclusive dos atos; - respeito aos interesses públicos; - consultoria e assessoramento; - aprimoramento das atividades, inclusive voltadas a melhoria dos serviços públicos; - prevenção de irregularidades; - combate as omissões; - formalização de convênios, ajustes, contratos e acordos com órgãos ou entidades estaduais e/ou federais (governamentais ou não). A estrutura é composta por 01 Procurador Geral, 01 Assessor Institucional, 02 Assessores Jurídicos, 01 Advogado efetivo, 01 Atendente de Serviços Administrativos efetivo e 02 Auxiliares. Está vinculado a Procuradoria Geral a Casa da Cidadania e Procon.

Recursos Humanos (inclusive folha de pagamento; remuneração/vencimento; férias; 13º; admissão, extinção e reestruturação de cargos; licenças; concurso processo seletivo e todos os demais lhos afetos/pertinentes); Eventos, cursos, capacitação e qualificação de quaisquer naturezas/finalidades; Manutenção, inclusive material de expediente e consumo, combustível, consertos, reformas, adaptações, equipamentos, materiais e estrutura, independe de suas naturezas e/ou finalidades, além da aquisição de bens (onde estão inseridos veículos e/ou outros de quaisquer naturezas) e serviços (independente da natureza); Publicação / Publicidade / Divulgação de quaisquer atos e independente da natureza;

Contratos/Convênios/Termos /Acordos e demais atos; Repasses financeiros de quaisquer natureza; Custos processuais/administrativos, onde estão inseridos os afetos ao judiciário e/ou de outras esferas (inclusive custas, diligências, perícias e demais pertinentes), além dos decorrentes de condenações/sentenças/determinações, independente de sua natureza e/ou finalidade .

Função: 4 - Administração**Subfunção: 92 - Representação Judicial e Extrajudicial****Ação: 1571 - MODERNIZAÇÃO DA PROCURADORIA****Total Ação** 70.000,00**Ação: 2570 - GESTÃO PROCURADORIA E CASA DA CIDADANIA****Total Ação** 783.650,00**Total Programa** 853.650,00**Programa: 275 - HABITAÇÃO POPULAR DE TIMBÓ - FHT****Objetivos:**

Está em fase de conclusão o projeto de habitação de interesse social, o PMCMV Empreendimentos Araponguinhas I e II, localizado na Rua Bruno Reinicke, s/n, Bairro Araponguinhas, que beneficiará 128 famílias, financiado pelo governo federal.

Função: 16 - Habitação**Subfunção: 92 - Representação Judicial e Extrajudicial****Ação: 2580 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DO FHT****Total Ação** 25.000,00**Total Programa** 25.000,00

Programa: 280 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DO FUNDO MUNICIPAL DE EMERGENCIA DA DEFESA CIVIL E BOMBEIRO MILITAR DE TIMBÓ**Objetivos:**

O Corpo de Bombeiros Militar de Timbó é a unidade operacional que exerce no Município de Timbó os serviços tipificados no Art. 108 da Constituição Estadual de 1989. É a sede da 2ª Companhia de Bombeiros Militar, vinculada ao 3º Batalhão de Bombeiros Militar. Possui em sua circunscrição 09 municípios, sendo eles Timbó, Benedito Novo, Rio dos Cedros, Doutor Pedrinho, Pomerode, Indaial, Ascurra, Rodeio e Apiúna. Atende diretamente com o serviço operacional e de atividade técnica o contingente populacional de 94.545 habitantes, e de forma indireta, 198.922 pessoas. Possui 06 unidades subordinadas, sendo 03 operacionais, nas cidades de Timbó, Benedito Novo e Rio dos Cedros, e 03 voltadas à atividade técnica, nas cidades de Pomerode, Indaial e Apiúna. O convênio celebrado entre o Município e o Estado, através do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, visa o atendimento das missões constitucionais previstas no Art. 108 da C.E. 1989. O atendimento imediato em ocorrências de diversas naturezas como acidentes, incêndios, resgates, dentre outros, constantemente se faz presente em inúmeros eventos, os quais tem sido de suma importância para a segurança da comunidade timboense. O Conselho Municipal de Defesa Civil tem a Prerrogativa de decidir e controlar as situações de emergência. O município de Timbó, devido a sua localização geográfica, ao longo de sua história sofreu com problemas relacionados a enchentes e vendavais e desmoronamentos. A Defesa Civil tem como objetivo atender prontamente, com efetividade, qualquer eventualidade que interferir no cotidiano normal do município e que venha a prejudicar a população timboense, bem como coordenar serviços de apoio às cidades vizinhas atingidas por eventuais calamidades públicas e firmar convênios com órgãos Federais e Estaduais para restabelecer a normalidade dos atendimentos.

Função: 6 - Segurança Pública**Subfunção: 182 - Defesa Civil****Ação: 1591 - MODERNIZAÇÃO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE TIMBÓ**

Total Ação	50.000,00
-------------------	------------------

Ação: 1593 - OBRAS E CONSTRUÇÕES DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE TIMBÓ

Total Ação	50.000,00
-------------------	------------------

Ação: 2590 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE TIMBÓ

Total Ação	305.000,00
-------------------	-------------------

Ação: 2592 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE EMERGENCIA DA DEFESA CIVIL DE TIMBÓ

Total Ação	30.000,00
-------------------	------------------

Total Programa	435.000,00
-----------------------	-------------------

Programa: 290 - GESTÃO DE MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO**Objetivos:**

O Departamento de Meio Ambiente é responsável pela gestão ambiental do município no que se refere à fiscalização e licenciamento de atividades de impacto local. Além disso, o órgão tem as funções de formular, analisar e propor alterações e normas quanto a Estudos de Impacto Ambiental; analisar relatórios de impactos ambiental e Estudos de Impacto de Vizinhança; e estabelecer os termos de referência dos aspectos ambientais para os planos, programas e projetos de outras áreas da administração municipal e do setor privado. O departamento ainda viabiliza a participação do município em projetos de educação ambiental nas esferas municipal, estadual e federal, como acontece com o Protetor Ambiental.

Função: 18 - Gestão Ambiental**Subfunção: 542 - Controle Ambiental****Ação: 1601 - EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS - FMMA**

Total Ação	10.000,00
-------------------	------------------

Ação: 2600 - GESTÃO DO FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

Total Ação	395.900,00
-------------------	-------------------

Ação: 2602 - MANUTENÇÃO DO INSTITUTO AMBIENTAL ARACUÁ

Total Ação	155.000,00
-------------------	-------------------

Total Programa	560.900,00
-----------------------	-------------------

Programa: 300 - GESTÃO DO PROCON**Objetivos:**

O Procon de Timbó, órgão vinculado/subordinado a Procuradoria Geral do Município (Lei Complementar nº. 196/00), por intermédio de sua coordenação, equipe e demais órgãos, atua na consecussão das competências/finalidades previstas na Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 2.613/12 e demais disposições normativas atinentes a espécie, inclusive na educação, orientação, proteção e defesa do consumidor, zelando pelo interesse público-coletivo e a consecussão dos princípios constitucionais e legais. Para a efetivação de suas prerrogativas pode firmar convênios, ajustes, contratos e acordos com órgãos/entidades municipais, estaduais e/ou federais, governamentais ou não.

Ações: Recursos Humanos (inclusive folha de pagamento; remuneração/vencimento; férias; 13º; admissão, extinção e reestruturação de cargos; licenças; concurso processo seletivo e todos os demais lhes afetos/pertinentes); Eventos, cursos, capacitação e qualificação de quaisquer naturezas/finalidades; Manutenção, inclusive material de expediente e consumo, combustível, consertos, reformas, adaptações, equipamentos, materiais e estrutura, independe de suas naturezas e/ou finalidades, além da aquisição de bens (onde estão inseridos veículos e/ou outros de quaisquer naturezas) e serviços (independente da natureza); Publicação / Pibicidade / Divulgação de quaisquer atos e independente da natureza; Contratos/Convênios/Termos /Acordos e demais atos; Repasses financeiros de quaisquer natureza; Custos processuais/administrativos, onde estão inseridos os afetos ao judiciário e/ou de outras esferas (inclusive custas, diligências, perícias e demais pertinentes), além dos decorrentes de condenações/sentenças/determinações, independente de sua natureza e/ou finalidade.

Função: 4 - Administração**Subfunção: 62 - Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário****Ação: 1611 - MODERNIZAÇÃO DO PROCON**

Total Ação	80.000,00
-------------------	------------------

Ação: 2610 - GESTÃO DO PROCON

Total Ação	186.000,00
-------------------	-------------------

Total Programa	266.000,00
-----------------------	-------------------

Programa: 310 - ATENÇÃO BÁSICA**Objetivos:**

O município de Timbó possui dez Unidades de Saúde da Família (USF), uma unidade de Saúde da Família Avançada e doze equipes da saúde da família que ofertam serviços em atenção básica, a porta de entrada principal do usuário. As demandas que não podem ser resolvidas na Atenção Básica são referenciadas para a média e/ou alta complexidade: Policlínica de Referências, CAPS, Tratamento Fora de Domicílio, Pronto Socorro, Hospital e Maternidade Oase, e Serviço Social. As equipes de saúde da família são compostas por: um médico, um enfermeiro, dois a três técnicos/auxiliares de enfermagem, quatro a oito Agentes Comunitários de Saúde, um cirurgião dentista e um auxiliar de consultório dentário. Todos

cumprem uma carga horária de 40 horas semanais. Complementando as equipes, o município ainda conta com profissionais psicológicos em todas as Unidades de Saúde, dois enfermeiros e dois médicos que dão o suporte necessário às equipes com maior demanda. Os dois núcleos de Apoio à Saúde da Família fortalecem as ações das equipes, contando com profissionais das mais diversas áreas do saber: nutricionista, fisioterapeuta, psicólogo, fonoaudiólogo, farmacêutico, assistente social, educador físico.

O controle se dá através dos conselhos locais de saúde presentes em sete USF e o conselho municipal de saúde.

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 301 - Atenção Básica

Ação: 1621 - CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE USF

Total Ação	600.000,00
-------------------	-------------------

Ação: 1622 - MODERNIZAÇÃO DAS USF

Total Ação	200.000,00
-------------------	-------------------

Ação: 1623 - AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS PARA USF

Total Ação	200.000,00
-------------------	-------------------

Ação: 1624 - MODERNIZAÇÃO DA SAÚDE BUCAL

Total Ação	20.000,00
-------------------	------------------

Ação: 1625 - MODERNIZAÇÃO DO NASF

Total Ação	20.000,00
-------------------	------------------

Ação: 1626 - MODERNIZAÇÃO DAS AÇÕES DOS AGENTES COMUNITÁRIOS

Total Ação	10.000,00
-------------------	------------------

Ação: 2620 - MANUTENÇÃO ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA

Total Ação	7.432.500,00
-------------------	---------------------

Ação: 2621 - MANUTENÇÃO SAÚDE BUCAL

Total Ação	2.590.000,00
-------------------	---------------------

Ação: 2622 - MANUTENÇÃO DO NÚCLEO DE APOIO À SAÚDE DA FAMÍLIA

Total Ação	460.000,00
-------------------	-------------------

Ação: 2623 - MANUTENÇÃO DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE

Total Ação	1.690.000,00
-------------------	---------------------

Total Programa	13.222.500,00
-----------------------	----------------------

Programa: 311 - GESTÃO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR

Objetivos:

A média complexidade ambulatorial e hospitalar é composta por ações e serviços que visam atender aos principais problemas e agravos de saúde da população, cuja complexidade da assistência na prática clínica demande a disponibilidade de profissionais especializados e a utilização de recursos tecnológicos, para o apoio diagnóstico e tratamento.

O município conta com estrutura de média complexidade de policlínica, hospital de pequeno porte, UTI Adulta, Pronto Socorro, Agência transfusional de sangue, Tratamento Renal, APAE, Rede feminina de combate ao câncer, SAMU, CAPS.

A Policlínica conta com 24 Especialidades médicas, 13 especialidades não médicas, Secretaria de Saúde - Administração, Controle e Avaliação, TFD - Tratamento Fora do Domicílio para agendamento de Consultas, Procedimento e Cirurgias, Grupo de orientação para Casais Grávidos, orientações de Planejamento familiar, NEPSHU - Núcleo de Educação Permanente em Saúde e Humanização, Atendimento Odontológico, CENTRUS - Central de Relacionamento Com Pacientes, Setor de Frotas, Exames de diagnóstico (Raio x odontológico, Eletrocardiograma, Fisioterapia, ultrassonografia, Raio x, colposcopia), SAMU, CAPS e ainda terceirizamos os serviços de fisioterapia, exames laboratoriais, especialidades médicas, Urgência e Emergência, Sobreaviso Médico, Sobreaviso de exames de diagnóstico.

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Ação: 1627 - MODERNIZAÇÃO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

Total Ação	525.000,00
-------------------	-------------------

Ação: 1628 - OBRAS E INSTALAÇÕES DO SAMU

Total Ação	150.000,00
-------------------	-------------------

Ação: 1629 - MODERNIZAÇÃO DO SAMU

Total Ação	15.000,00
-------------------	------------------

Ação: 1630 - MODERNIZAÇÃO DO CAPS

Total Ação	10.000,00
-------------------	------------------

Ação: 2624 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO MAC - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR

Total Ação	6.230.349,50
-------------------	---------------------

Ação: 2625 - MANUTENÇÃO DO SAMU - SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA

Total Ação	175.000,00
-------------------	-------------------

Ação: 2626 - MANUTENÇÃO DA PARCERIA COM HOSPITAL OASE

Total Ação	5.020.000,00
-------------------	---------------------

Ação: 2627 - MANUTENÇÃO DO CAPS - CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSOCIAL

Total Ação	317.000,00
-------------------	-------------------

Total Programa	12.442.349,50
-----------------------	----------------------

Programa: 312 - ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA, SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO

Objetivos:

O município de Timbó presta atendimento a usuários do Sistema Único de Saúde em 11 unidades de atenção básica e 2 unidades de saúde de referência em especialidades médicas e afins, onde possui postos de distribuição de medicamentos. A relação de Medicamentos do Município (REMUME) conta atualmente com 182 itens incluindo medicamentos da atenção básica, antibióticos e controlados pela portaria 344/98 da ANVISA. O município possui 2 farmácias, sendo um deles lotado no NASF e outro na Farmácia Central, onde são dispensados, além dos medicamentos presentes na REMUME, aqueles oriundos do Estado pelo componente Especializado e via Processo Judicial.

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 303 - Suporte Profilático e Terapêutico

Ação: 1631 - MODERNIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA

Total Ação	20.000,00
-------------------	------------------

Ação: 2628 - MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO FARMACÊUTICA		
Total Ação		1.180.000,00
Total Programa		1.200.000,00
Programa: 313 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE		
Objetivos:		
A Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social possui inserida em seu contexto de trabalho o serviço de Vigilância em Saúde, responsável pela observação contínua da distribuição e tendências da incidência de doenças ou agravos, mediante a coleta sistemática, consolidação e avaliação de informes de morbidade e mortalidade, assim como, supervisiona e controla os programas designados pelo MS (DST/AIDS, TB, Hanseníase, Combate ao transmissor da dengue, SISAGUA, GAL, etc); executa ações de educação em saúde; executa ações de monitoramento de endemias e epidemias; investiga doenças ou agravos de notificação compulsória, e outras atividades afins, sendo sua área de atuação os usuários e estabelecimentos do município, independentemente dos graus de complexidade. Executa um conjunto de ações capazes de diminuir, eliminar ou prevenir riscos e intervir nos problemas sanitários decorrentes da produção e circulação de produtos e serviços e do meio ambiente, objetivando a proteção da saúde da população.		
Função: 10 - Saúde		Subfunção: 304 - Vigilância Sanitária
Ação: 1632 - MODERNIZAÇÃO DA VIGILANCIA SANITÁRIA		
Total Ação		55.000,00
Ação: 1633 - OBRAS E INSTALAÇÕES - VIGILANCIA SANITARIA		
Total Ação		50.000,00
Ação: 2629 - MANUTENÇÃO VIGILÂNCIA SANITÁRIA		
Total Ação		395.000,00
Função: 10 - Saúde		Subfunção: 305 - Vigilância Epidemiológica
Ação: 1634 - MODERNIZAÇÃO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA		
Total Ação		15.000,00
Ação: 2630 - MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA		
Total Ação		665.000,00
Total Programa		1.180.000,00
Programa: 314 - GESTÃO DO SUS		
Objetivos:		
A gestão da saúde pública dispõe dos serviços assistenciais do SUS que organizam-se em ações que envolvem a assistência ambulatorial e hospitalar de todas as especialidades. Visando à promoção dos direitos sociais da saúde consagrados na Constituição Federal com observância aos princípios/diretrizes da regionalização e da hierarquização da atenção à saúde.		
A gestão do SUS conta com equipe de apoio a organização das políticas públicas de saúde, assim como o viabiliza o funcionamento administrativo nas diversas áreas (Administração, Compras, Empenhos, Informática, RH, Contabilidade, Tesouraria, Licitações, Contratos, Jurídico, Patrimônio, Almoxarifado, Manutenção geral, Frota de Veículos). O Controle Social é efetivado através do acompanhamento das ações e dos instrumentos de gestão que são apresentados, discutidos e aprovados pelo conselho municipal de saúde.		
Função: 10 - Saúde		Subfunção: 122 - Administracao Geral
Ação: 1635 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DO SUS		
Total Ação		10.000,00
Ação: 1636 - CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DA POLICLÍNICA		
Total Ação		60.000,00
Ação: 1637 - MODERNIZAÇÃO DA POLICLINICA DE REFERENCIA		
Total Ação		30.000,00
Ação: 2631 - MANUTENÇÃO DA GESTÃO DO SUS		
Total Ação		550.000,00
Ação: 2632 - MANUTENÇÃO DA POLICLINICA		
Total Ação		110.000,00
Total Programa		760.000,00
Programa: 320 - SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA		
Objetivos:		
A proteção social básica tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos - relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras). Atualmente o município conta com um Centro de Referência de Assistência Social- CRAS com área referenciada de até 3.500 famílias abrangendo os bairros Araponguinhas, Estados e Padre Martinho Stein.		
Função: 8 - Assistência Social		Subfunção: 244 - Assistência Comunitária
Ação: 1641 - CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DO CRAS		
Total Ação		250.000,00
Ação: 1643 - MODERNIZAÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA		
Total Ação		45.000,00
Ação: 2640 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA		
Total Ação		146.500,00
Total Programa		441.500,00
Programa: 321 - BENEFÍCIOS EVENTUAIS		
Objetivos:		
Conforme art. 22, da LOAS, mediante critérios estabelecidos pelos Conselhos Municipais de Assistência Social, os recursos financeiros destinados para custeio dos benefícios eventuais estão regulamentados pela Lei Municipal 2634, 12 de abril de 2013, compostos por: auxílio natalidade, auxílio funeral, auxílio gás, auxílio foto para documentação civil, auxílio fralda infantil, auxílio passagem, auxílio frete, auxílio aluguel social e vale alimentação. Os benefícios eventuais tem por finalidade atender as famílias e indivíduos que se encontram em vulnerabilidade e/ou risco pessoal por ocorrência de abandono, maus tratos ou pobreza, situações de calamidade pública.		

Função: 8 - Assistência Social		Subfunção: 244 - Assistência Comunitária	
Ação: 2641 - MANUTENÇÃO DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS			
		Total Ação	150.000,00
		Total Programa	150.000,00
Programa: 322 - TERCEIRA IDADE			
Objetivos:			
O Município de Timbó possui 10 grupos de Terceira Idade nos diversos bairros do município e 02 grupos de Dança. Alguns grupos tem seus encontros semanais, quinzenais e outros mensais. Nestes grupos são desenvolvidas diversas atividades como: atividade física, Semana do Idoso, bailes, gincanas, intercâmbios entre grupos do município e de outros municípios, jogos de mesa e etc. Além destas atividades os Idosos participam dos jogos da Terceira Idade fase Municipal, Regional e Estadual.			
O município também conta com um Centro de Convivência do Idoso, espaço este, que tem como finalidade ofertar diversas atividades promovendo a integração e bem estar do idoso.			
Função: 8 - Assistência Social		Subfunção: 241 - Assistência ao Idoso	
Ação: 2642 - MANUTENÇÃO DOS GRUPOS DE TERCEIRA IDADE			
		Total Ação	20.000,00
		Total Programa	20.000,00
Programa: 323 - MANUTENÇÃO DOS CONSELHOS			
Objetivos:			
Os Conselhos de Direitos existentes no município são: Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, Conselho Municipal do Idoso, Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência (em fase de implantação). O Conselho Tutelar no Município de Timbó está vinculado à Secretaria de Assistência Social, pela Lei 2625 de 18 de Março de 2013, localizado na Av. Sete de Setembro, 595, anexo as dependências da Assistência Social. Conta com uma estrutura física de 02 salas de atendimento, 01 sala de secretaria, um banheiro. O Conselho possui no seu quadro de recursos humanos 05 conselheiros titulares e 04 conselheiros suplentes, 01 auxiliar administrativo 03 motoristas.			
Função: 8 - Assistência Social		Subfunção: 244 - Assistência Comunitária	
Ação: 2643 - MANUTENÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS VINCULADOS A ASSISTÊNCIA SOCIAL			
		Total Ação	180.000,00
		Total Programa	180.000,00
Programa: 324 - GESTÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL			
Objetivos:			
O Município de Timbó em 23 de Dezembro de 2016 através da Lei complementar nº 482, de 23 Dezembro de 2016, unificou em sua unidade administrativa a Secretaria de Saúde e Assistência Social. A Assistência Social contará com a formalização de áreas essenciais a garantir que o órgão gestor tenha instituído na sua estrutura formal: Proteção Social Básica, Proteção Social Especial e área de Gestão do SUAS com competência de Vigilância Socioassistencial. O Município tem a meta de adequar as legislações da Política de Assistência Social e do SUAS, do Conselho Municipal de Assistência Social e Fundo.			
Função: 8 - Assistência Social		Subfunção: 244 - Assistência Comunitária	
Ação: 1645 - MODERNIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL			
		Total Ação	60.000,00
Ação: 2648 - MANUTENÇÃO DA ASSISTENCIA SOCIAL			
		Total Ação	1.262.700,00
Ação: 2649 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E IGD SUAS			
		Total Ação	25.000,00
		Total Programa	1.347.700,00
Programa: 325 - SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE			
Objetivos:			
A realidade vivenciada no Município de Timbó nos mostra a existência de famílias com as mais diversas situações socioeconômicas que induzem a violação dos direitos humanos, em especial, crianças, adolescentes, jovens, idosos e pessoas com deficiência. Além da geração de outros fenômenos como, por exemplo, pessoas em situação de rua, migrantes, idosos abandonados que estão nesta condição não pela ausência de renda, mas por outras variáveis da exclusão social. Para atendimento destas situações o Município conta com um CREAS que atualmente não possui a equipe de referência completa. além de atender a alta complexidade.			
Função: 8 - Assistência Social		Subfunção: 244 - Assistência Comunitária	
Ação: 1649 - MODERNIZAÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE			
		Total Ação	55.000,00
Ação: 2644 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE			
		Total Ação	157.000,00
		Total Programa	212.000,00
Programa: 326 - SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE			
Objetivos:			
Os serviços de proteção social especial de alta complexidade são aqueles que garantem proteção integral provisória - moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e indivíduos que se encontram sem referência e, ou, em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e, ou, comunitário. O município de Timbó possui convênios com instituições de atendimento a crianças e adolescentes e Idosos. Atualmente a equipe que faz o acompanhamento das famílias da alta complexidade é a equipe da Média Complexidade.			
Função: 8 - Assistência Social		Subfunção: 244 - Assistência Comunitária	
Ação: 1647 - MODERNIZAÇÃO DA ALTA COMPLEXIDADE			
		Total Ação	55.000,00
Ação: 2646 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ALTA COMPLEXIDADE			
		Total Ação	546.000,00
		Total Programa	601.000,00

Programa: 330 - GESTÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - REGIME PRÓPRIO**Objetivos:**

O Município instituiu o Regime Municipal de Previdência dos Servidores em 1993, para fins de exclusão de seus servidores efetivos do Regime Geral de Previdência Social - RGPS/INSS. Em 1998, com a Reforma Previdenciária, a Administração Municipal separou a Previdência Social dos Serviços de Assistência à Saúde, criando o Fundo de Previdência Social - FUNPREV, antecipando-se as determinações da Lei Federal nº 9.717/98 e EC nº 20. Através da Lei Complementar nº 411/2011 foi criado o INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE TIMBÓ - TIMBOPREV, com início de sua gestão em 01/01/2012.

O Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Timbó - TIMBOPREV, Entidade Autárquica Municipal tem por finalidade gerir o Plano de Seguridade Social dos servidores municipais, assegurando o direito ao recebimento de benefícios por ela administrados, promovendo a seus beneficiários os meios indispensáveis de manutenção, por motivo de aposentadoria por idade, invalidez e tempo de contribuição e nos eventos de morte, doença, reclusão e maternidade, nos termos definidos pela Lei Complementar 411/2011 e suas alterações, observados, no que couber a Lei Complementar 01/1993 e demais legislação aplicável.

A estrutura administrativa do TIMBOPREV compostas pelos cargos de provimento efetivo e cargo de provimento em comissão foi organizada pela Lei Complementar nº 411/2011 e alterações, e estão subordinados às mesmas regras aplicáveis aos servidores da Administração Direta.

Atualmente o TIMBOPREV conta com um Conselho de Administração, um Conselho Fiscal e um Comitê de investimentos. O Conselho de Administração delibera e administra o funcionamento de todos os processos de pensões e aposentadorias dos servidores públicos e os atos de administração em geral do INSTITUTO. Em conjunto com o Comitê de Investimentos faz a administração dos recursos financeiros.

O TIMBOPREV tem em seu quadro um total de 274 inativos e 53 pensionistas, com tratamento personalizado à esse público. Dos quais, paga atualmente 15 (quinze) inativos e 07 (sete) pensionistas de servidores que não contribuíram com o Instituto, o que vem acontecendo desde meados de 1998.

O TIMBOPREV busca consolidar o modelo gerencial através do Conselho de Administração com a Fiscalização do Conselho Fiscal, oportunizar condições para uma competente Administração dos Ativos Financeiros, implementar controles alternativos para redução de custos, etc. O reconhecimento, pelo Executivo, da dívida dos inativos que não contribuíram para o Instituto e o repasse desses valores ao TIMBOPREV. Gerir e administrar o TIMBOPREV, recadastrar os segurados, implementar estudos técnicos, efetivar cálculo atuarial, controle na concessão dos benefícios, realizar a compensação financeira entre os diversos regimes de previdência, etc. Implementar e manter o equilíbrio atuarial do Instituto, possibilitando a manutenção e custeio do plano de benefícios. Atender os preceitos legais sobre Previdência Social, além de aplicar as diretrizes estabelecidas pelos órgãos de controle.

Função: 9 - Previdência Social**Subfunção: 272 - Previdência do Regime Estatutário****Ação: 2650 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO TIMBOPREV****Total Ação** 505.000,00**Ação: 2651 - PAGAMENTO DA COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA - COMPREV****Total Ação** 45.000,00**Ação: 2652 - MANUTENÇÃO DOS BENEFÍCIOS DO TIMBOPREV****Total Ação** 1.045.000,00**Total Programa** 1.595.000,00**Programa: 340 - MANUTENÇÃO FUNDAÇÃO DE ESPORTES****Objetivos:**

A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES POSSUI SEU PRÓPRIO PRÉDIO ADMINISTRATIVO, CAMPO DE FUTEBOL, PISTA DE ATLETISMO COM ARQUIBANCADA E GINÁSIO POLIESPORTIVO (COMPLEXO ESPORTIVO). HOJE A FUNDAÇÃO É COMPOSTA POR UM DIRETOR PRESIDENTE, UM ADMINISTRATIVO, TRÊS PROFISSIONAIS NA ÁREA TÉCNICA, UM ESTAGIÁRIO, UMA PROFISSIONAL RESPONSÁVEL PELOS ESPAÇOS ESPORTIVOS E TRÊS OPERACIONAIS. POSSUI DOIS VEÍCULOS SENDO UM AUTOMÓVEL CELTA E UMA VAN MODELO DUCATO.

Função: 27 - Desporto e Lazer**Subfunção: 813 - Lazer****Ação: 1261 - MODERNIZAÇÃO DA FUNDAÇÃO DE ESPORTES****Total Ação** 271.000,00**Ação: 1263 - OBRAS E CONSTRUÇÕES - FME****Total Ação** 1.700.000,00**Ação: 2660 - MANUTENÇÃO DA FUNDAÇÃO DE ESPORTES****Total Ação** 715.000,00**Total Programa** 2.686.000,00**Programa: 341 - O ESPORTE E A CIDADE****Objetivos:**

O Município de Timbó está localizado na região catarinense conhecida com Vale do Itajaí, possui cerca de 36.774 habitantes (censo 2010 IBGE) com área de 127,405km² constituindo-se como pólo de uma micro região de outros municípios tais como Rio dos Cedros, Benedito Novo, Dr. Pedrinho e Rodeio.

Trata-se de município de colonização italiana e alemã com forte vocação esportiva, uma vez que através de sua Fundação Municipal de Esportes (FME Timbó) participa de vários eventos promovidos pela Fesporte - Federação Catarinense do Desporto - órgão do governo estadual responsável pelo esporte em Santa Catarina. Tais como: Olesc-Jogos da Juventude Catarinense (até 16 anos), Joguinhos Abertos de SC (até 18 anos), Jesc 12-14 anos e 15-17 anos - Jogos Estudantis de SC e Jogos Abertos de SC (adulto).

Dentro dessa perspectiva, em Timbó são desenvolvidas inúmeras modalidades esportivas, mais especificamente sob a coordenação da FME Timbó são cerca de 44 modalidades distribuídas em ações de rendimento, educacionais e de inclusão onde são atendidos cerca de 1.500 indivíduos crianças, jovens, adultos e idosos de forma sistemática nas modalidades.

Função: 27 - Desporto e Lazer**Subfunção: 812 - Desporto Comunitário****Ação: 2662 - CONCESSÃO DE BOLSA ATLETA****Total Ação** 347.000,00**Ação: 2664 - CONCESSÃO DE BOLSA TÉCNICO****Total Ação** 424.000,00**Função: 27 - Desporto e Lazer****Subfunção: 813 - Lazer****Ação: 2666 - MANUTENÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS NO MUNICÍPIO****Total Ação** 285.500,00**Ação: 2668 - PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS ESPORTIVOS FORA DO MUNICÍPIO E**

MANUTENÇÃO DE MODALIDADES	
Total Ação	185.000,00
Total Programa	1.241.500,00
Programa: 350 - FIA- FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA	
Objetivos: O Município possui o Fundo da Infância e Adolescência - FIA que financia projetos, campanhas de divulgação, formação de pessoal, na área da Criança e do Adolescente, os quais são deliberados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente visando a garantia dos direitos.	
Função: 8 - Assistência Social	Subfunção: 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente
Ação: 2670 - MANUTENÇÃO DE PROGRAMAS DESENVOLVIDOS PELO FIA	
Total Ação	80.000,00
Total Programa	80.000,00
Programa: 355 - GESTÃO DO PLANEJAMENTO, ORGANIZAÇÃO E DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES E ATRATIVOS TURÍSTICOS	
Objetivos: O Departamento de Turismo de Timbó organiza diversas ações com objetivo de fomentar a atividade turística do município de Timbó. Dentre as ações efetuadas estão: organização de eventos que gerem fluxo turístico; sinalização turística para orientação dos turistas; criação de novos materiais de divulgação com objetivo de promover a cidade; organização do calendário de eventos; impressão de materiais de divulgação; capacitação do trade turístico; concurso fotográfico com intuito de criar banco de imagens; concurso de jardins para fomentar os costumes dos antepassados; fiscalização das ações da Associação do Artesanato na Casa do Artesão, espaço destinado que é destinado para venda de souvenirs como também posto de informações turísticas.	
Função: 23 - Comércio e Serviços	Subfunção: 695 - Turismo
Ação: 1681 - MODERNIZAÇÃO DOS ATRATIVOS TURÍSTICOS	
Total Ação	215.000,00
Ação: 1683 - OBRAS E CONSTRUÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO	
Total Ação	3.499.250,00
Ação: 2680 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO	
Total Ação	466.750,00
Total Programa	4.181.000,00
Programa: 360 - MANUTENÇÃO DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ	
Objetivos: A Fundação Cultural de Timbó, dentre suas diversas atividades, executa projetos visando uma entidade coletiva, através da captação de recursos por incentivo de Leis de Incentivo à Cultura - numa parceria entre Governo X Empresa Privada, na realização de ações culturais voltadas para a comunidade. A Fundação Cultural, busca a evolução dos relacionamentos entre meio cultural, governo, iniciativa privada e sociedade, trazendo mudanças significativas para essa área, incorporando elementos que trazem a cultura cada vez mais para o centro das discussões, retomando seu devido espaço na sociedade - promovendo transformações individuais e coletivas, gerando empregos e movimentando a economia - garantindo o direito de cada cidadão ao acesso aos patrimônios materiais e imateriais de seu tempo e espaço. Visa sempre implementar a parceria Governo x Empresa Privada, num relacionamento entre a Esfera Cultural e o Governo, Iniciativa Privada e Sociedade, provocado principalmente pelas Leis de Incentivo à Cultura, criando um novo cenário em que a Cultura irá conviver com Empresa e Governo, firmando convênios através das respectivas Leis.	
Função: 13 - Cultura	Subfunção: 391 - Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico
Ação: 1691 - OBRAS DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ	
Total Ação	1.130.000,00
Função: 13 - Cultura	Subfunção: 392 - Difusão Cultural
Ação: 1693 - MODERNIZAÇÃO DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ	
Total Ação	115.000,00
Ação: 2690 - MANUTENÇÃO DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ	
Total Ação	2.218.700,00
Total Programa	3.463.700,00
Programa: 361 - APOIO E INCENTIVO A MEMÓRIA, HISTÓRIA, CULTURA E ARTE	
Objetivos: A Fundação Cultural de Timbó administra diversos espaços (Biblioteca Pública, Arquivo Público, Museu do Imigrante, Museu Casa do Poeta Lindolf Bell, Museu da Música - Salão Hammermeister e o Patrimônio Histórico Arquitetônico tombado pela Federação, Estado e Município, mais atividades (Escola de Música, Oficinas de Artes Manuais, oficinas de Desenho e Pintura, Escola de Teatro, Escola de Dança, Projeto de Dança nos Bairros, Festival de Dança de Timbó, Cultura Rock, Festival de Bandas, Páscoa no Parque, FESCATI - Festival da Canção de Timbó, Miss Timbó, Noite dos Candelabros, Festa do Imigrante, Natal Mais Encantado, Talentos da Cidade, Cultura em todos os lugares, Exposições de Arte, Feiras de Rua - Artesanais e Literárias, Recitais Musicais e Literários, Multi-ações Culturais Diversas e Outros) e segmentos. (Banda Municipal "Professor João Müller", Grupo Folclórico "Os Cinquentões", Orquestra de Câmara Municipal de Timbó, Corais Adulto e Infante da Sociedade Recreativa e Cultural Timbó, Grupo Vocal Syahamba da FCT, Coral da Fundação Cultural de Timbó, Grupo de Dança Andréia Mendes da FCT, Grupo Folclórico "Alta Marea, Grupos de dança de Rua, Grupos Adulto e Infante Juvenil "Volkstanzgruppe Blauer Berg" com intenção de preservar o legado de nossos ancestrais para nossos descendentes.	
Função: 13 - Cultura	Subfunção: 391 - Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico
Ação: 1695 - RESTAURAÇÃO E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARQUITETÔNICO	
Total Ação	15.000,00
Ação: 2696 - MANUTENÇÃO DA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARQUITETÔNICO	
Total Ação	5.000,00
Função: 13 - Cultura	Subfunção: 392 - Difusão Cultural
Ação: 2692 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES E EVENTOS ARTÍSTICOS, CULTURAIS E HISTÓRICOS DE TIMBÓ	

Total Ação		1.150.000,00
Ação: 2694 - MANUTENÇÃO DOS CURSOS DE FORMAÇÃO ARTÍSTICA, CULTURAL E HISTÓRICA DE TIMBÓ		
Total Ação		20.000,00
Total Programa		1.190.000,00
Programa: 370 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DO FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO E MELHORIA DA POLÍCIA MILITAR DE TIMBÓ		
Objetivos:		
A Polícia Militar de Timbó é a unidade operacional que exerce no Município de Timbó os serviços tipificados no Art. 107 da Constituição Estadual de 1989. A sede da 2ª Companhia de Polícia Militar de Timbó é vinculada ao 10º Batalhão da Polícia Militar de Santa Catarina, sediado na cidade de Blumenau. Possui em sua circunscrição de atuação 09 municípios, sendo eles: Timbó, Benedito Novo, Rio dos Cedros, Doutor Pedrinho, Pomerode, Indaial, Ascurra, Rodeio e Apiúna. Atende diretamente com o serviço operacional e de atividade técnica o contingente populacional de 94.545 habitantes, e de forma indireta, 198.922 pessoas. O convênio celebrado entre o Município e o Estado, através da Polícia Militar de Santa Catarina, visa o atendimento das missões constitucionais previstas no Art. 107 da C.E. 1989. O atendimento imediato em ocorrências de diversas naturezas como acidentes, roubos, furtos, perturbação do sossego alheio, vias de fato, tráfico de drogas, dentre outros, bem como a presença em inúmeros eventos, tem sido de suma importância para a segurança da comunidade timboense. O município de Timbó, devido à sua localização geográfica, ao longo de sua história sofreu com problemas relacionados a enchentes, vendavais e desmoronamentos. A Polícia Militar de Timbó juntamente com o Corpo de Bombeiros Militar e a Defesa Civil tem como objetivo atender prontamente, com efetividade, qualquer eventualidade que interferir no cotidiano normal do município e que venha a prejudicar a população timboense, bem como coordenar serviços de apoio às cidades vizinhas atingidas por eventuais calamidades públicas e firmar convênios com órgãos Federais e Estaduais para restabelecer a normalidade dos atendimentos.		
Função: 6 - Segurança Pública		Subfunção: 181 - Policiamento
Ação: 1701 - MODERNIZAÇÃO DO FUNDO DA POLÍCIA MILITAR DE TIMBÓ		
Total Ação		20.000,00
Ação: 1703 - OBRAS E CONSTRUÇÕES DO FUNDO DA POLÍCIA MILITAR DE TIMBÓ		
Total Ação		123.000,00
Ação: 2700 - MANUTENÇÃO DO FUNDO DA POLÍCIA MILITAR DE TIMBÓ		
Total Ação		167.000,00
Total Programa		310.000,00
Programa: 380 - GESTÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO DE TIMBÓ		
Objetivos:		
O Departamento Municipal de Trânsito - Demutran de Timbó é um órgão subordinado à Secretaria Municipal de Planejamento, Trânsito, Meio Ambiente, Indústria, Comércio e Serviços.		
O Departamento tem como objetivo implementar e executar as políticas públicas referente ao trânsito, fiscalizar, controlar e avaliar o transporte coletivo e individual de passageiros, serviços fúnebres, etc., independentemente de outorga, autorização, concessão ou permissão para outros órgãos ou entidades, públicas ou privadas; entre outros. Além disso, sozinho ou em parceria com os demais organismos de segurança pública do Estado, atua na fiscalização da circulação de veículos motorizados.		
Função: 6 - Segurança Pública		Subfunção: 181 - Policiamento
Ação: 1715 - MODERNIZAÇÃO DA POLÍCIA CIVIL		
Total Ação		13.000,00
Ação: 2713 - MANUTENÇÃO DO CONVÊNIO DA POLÍCIA CIVIL		
Total Ação		87.000,00
Ação: 2715 - MANUTENÇÃO DO CONVÊNIO DA POLÍCIA MILITAR		
Total Ação		100.000,00
Função: 26 - Transporte		Subfunção: 782 - Transporte Rodoviário
Ação: 1711 - MODERNIZAÇÃO DO DEMUTRAN		
Total Ação		46.100,00
Ação: 1713 - OBRAS E CONSTRUÇÕES DO DEMUTRAN		
Total Ação		1.100.000,00
Ação: 2710 - MANUTENÇÃO DO DEMUTRAN		
Total Ação		1.173.900,00
Ação: 2711 - MANUTENÇÃO DO CONVÊNIO DE TRANSITO		
Total Ação		1.136.000,00
Total Programa		3.656.000,00
Programa: 381 - CIDADE CONSCIENTE E PROATIVA		
Objetivos:		
O Departamento Municipal de Trânsito - Demutran de Timbó, assim como a Assessoria de Meio Ambiente são órgãos subordinados à Secretaria Municipal de Planejamento, Trânsito, Meio Ambiente, Indústria, Comércio e Serviços. O Departamento de trânsito tem como objetivo implementar e executar as políticas públicas referente ao trânsito, fiscalizar, controlar e avaliar o transporte coletivo e individual de passageiros, serviços fúnebres, etc., independentemente de outorga, autorização, concessão ou permissão para outros órgãos ou entidades, públicas ou privadas; entre outros. Além disso, sozinho ou em parceria com os demais organismos de segurança pública do Estado, atua na fiscalização da circulação de veículos motorizados. Implementa programas de segurança no trânsito, assim como de conscientização, a exemplo do "maio Amarelo". A Assessoria de Meio Ambiente é responsável pela gestão ambiental do município no que se refere à fiscalização e licenciamento de atividades de impacto local. Além disso, o órgão tem as funções de formular, analisar e propor alterações e normas quanto a Estudos de Impacto Ambiental; analisar relatórios de impactos ambiental e Estudos de Impacto de Vizinhança; e estabelecer os termos de referência dos aspectos ambientais para os planos, programas e projetos de outras áreas da administração municipal e do setor privado. O departamento ainda viabiliza a participação do município em projetos de educação ambiental nas esferas municipal, estadual e federal, como acontece com o Protetor Ambiental. Ambos os Departamentos, visam trabalhar programas que visem a conscientização de crianças e adultos, em relação ao Trânsito e Meio Ambiente.		
Função: 18 - Gestão Ambiental		Subfunção: 542 - Controle Ambiental
Ação: 2604 - PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL		
Total Ação		12.000,00
Função: 26 - Transporte		Subfunção: 782 - Transporte Rodoviário
Ação: 2712 - PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO NO TRÂNSITO		

Total Ação		12.000,00
Total Programa		24.000,00
Programa: 390 - ADMINISTRAÇÃO GERAL DO SAMAE		
Objetivos:		
O Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó é uma autarquia do Município de Timbó criada pela Lei Complementar nº 212, de 21 de dezembro de 2001. Tem por finalidade coordenar, planejar, executar, operar, explorar, conservar, ampliar e melhorar os Serviços Públicos de Saneamento Básico, no que refere-se aos sistemas públicos de captação, distribuição e abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo de águas pluviais urbanas.		
Função: 17 - Saneamento		Subfunção: 512 - Saneamento Básico Urbano
Ação: 2720 - ADMINISTRAÇÃO GERAL DO SAMAE		
Total Ação		2.139.500,00
Total Programa		2.139.500,00
Programa: 391 - ÁGUA POTÁVEL PARA TODOS		
Objetivos:		
A água consumida pelos timboenses é captada no Rio Benedito. Antes de chegar ao consumidor final, a água captada passa pela Estação de Tratamento de Água (ETA), onde é submetida a um processo de tratamento para posterior distribuição aos usuários. A autarquia vem aprimorando a cada ano a qualidade da água colocada à disposição dos usuários. Para cumprimento das exigências legais e da satisfação do consumidor, faz-se necessário investimentos na área, priorizando a qualidade do atendimento ao usuário e conscientizando-o que a água é essencial para a vida, devendo ser usada com consciência e responsabilidade. Da mesma forma, o SAMAE precisa planejar investimentos, através de estudo de diretrizes com perspectiva mínima de 30 anos para o município, mantendo com qualidade o abastecimento das áreas já atendidas e desenvolvendo projetos para priorizar o atendimento de 100% da área urbana do município e a expansão da rede de distribuição e ligações para atendimento aos municípios residentes na zona rural.		
Função: 17 - Saneamento		Subfunção: 512 - Saneamento Básico Urbano
Ação: 1721 - ADQUIRIR MÓVEIS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS PARA MODERNIZAR E MELHORAR A GESTÃO E A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS À COMUNIDADE		
Total Ação		160.000,00
Ação: 1723 - AQUISIÇÃO DE NOVAS MÁQUINAS E VEÍCULOS E RENOVAÇÃO DA FROTA PARA SUBSTITUIÇÃO DA EXISTENTE DEVIDO A DEPRECIAÇÃO		
Total Ação		707.000,00
Ação: 1725 - AMPLIAR E RENOVAR AS INSTALAÇÕES E AS CAPACIDADES DE CAPTAÇÃO, TRATAMENTO, ARMAZENAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA		
Total Ação		2.300.000,00
Ação: 1727 - ADQUIRIR IMÓVEIS PARA A CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE CAPTAÇÃO, TRATAMENTO E RESERVAÇÃO DE ÁGUA.		
Total Ação		100.000,00
Ação: 2722 - MANUTENÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO, SERVIÇOS DE OPERAÇÃO, MATERIAIS E INSUMOS DA ETA.		
Total Ação		1.410.000,00
Ação: 2724 - MANUTENÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO, SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO, MATERIAIS E INSUMOS DOS SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA.		
Total Ação		1.948.000,00
Total Programa		6.625.000,00
Programa: 392 - ESGOTAMENTO SANITÁRIO		
Objetivos:		
Uma das atribuições do SAMAE instituída pela LC 212 é o tratamento do esgoto sanitário no município de Timbó. Este processo gera benefícios como a melhoria das condições sanitárias locais, conservação dos recursos naturais, eliminação de focos de poluição e contaminação, eliminação de problemas estéticos desagradáveis, redução das doenças ocasionadas pela água contaminada por dejetos, redução dos recursos aplicados no tratamento de doenças, uma vez que grande parte delas está relacionada com a falta de uma solução adequada de esgotamento sanitário, além da diminuição dos custos no tratamento de água para abastecimento que seriam ocasionados pela poluição dos mananciais. Atualmente o SAMAE possui concluído um projeto para implantação do sistema de coleta e tratamento de esgoto, porém sendo revisado e atualizado constantemente devido ao surgimento de novas tecnologias aplicáveis ao setor. A revisão e atualização deste projeto permite a habilitação do SAMAE para a busca de recursos financeiros junto aos órgãos competentes.		
Função: 17 - Saneamento		Subfunção: 512 - Saneamento Básico Urbano
Ação: 1733 - IMPLANTAR O SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO NO MUNICÍPIO.		
Total Ação		13.500.000,00
Ação: 1735 - ADQUIRIR IMÓVEIS PARA A IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO.		
Total Ação		55.000,00
Total Programa		13.555.000,00
Programa: 393 - PROJETO CIDADE LIMPA		
Objetivos:		
O SAMAE é responsável pela realização da coleta de resíduos sólidos (orgânicos e seletivos) no município de Timbó. Os resíduos sólidos orgânicos são depositados no aterro sanitário para tratamento e disposição final, mediante convenio firmado com o consorcio intermunicipal do médio vale do Itajaí - CIMVI. Já o material da coleta seletiva é separado e depois vendido através de leilão. A fim de aprimorarmos ainda mais este programa, o SAMAE através do núcleo de educação ambiental, vem investindo em campanhas de conscientização da população no que refere-se a separação do lixo reciclável, visando respeito ao meio ambiente, qualidade de vida e maior vida útil do aterro sanitário.		
Função: 17 - Saneamento		Subfunção: 512 - Saneamento Básico Urbano
Ação: 1737 - ADQUIRIR MÓVEIS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS PARA MODERNIZAR E MELHORAR A GESTÃO E A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS À COMUNIDADE.		
Total Ação		15.000,00

Ação: 1739 - AQUISIÇÃO DE NOVAS MÁQUINAS E VEÍCULOS E RENOVAÇÃO DA FROTA PARA SUBSTITUIÇÃO EXISTENTE DEVIDO A DEPRECIAÇÃO.	
Total Ação	450.000,00
Ação: 1741 - AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE DE COLETA E TRIAGEM.	
Total Ação	50.000,00
Ação: 2730 - MANUTENÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO, SERVIÇOS DE COLETA, MATERIAIS E INSUMOS DE RESÍDUOS SÓLIDOS DE RECICLAGEM.	
Total Ação	1.146.000,00
Ação: 2732 - MANUTENÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO, SERVIÇOS DE COLETA, MATERIAIS E INSUMOS.	
Total Ação	1.777.350,00
Total Programa	3.438.350,00
Programa: 394 - DRENAGEM E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS	
Objetivos:	
O município de Timbó na sua área urbana está provido de um sistema de drenagem de águas pluviais. Este sistema é resultante de obras realizadas ao longo da urbanização do município, cujos critérios de execução muitas vezes, não foram observados de forma coerente com padrões técnicos para dimensionamento com base em normas e estudos aplicáveis. O resultado desta pratica não diferente do que ocorreu na maioria das cidades brasileiras, confere a falta de informações, cadastro e elementos para avaliação das estruturas existentes. Atualmente estão sendo elaborados estudos e projetos diversos nessa área a fim de melhorar a eficiência desse sistema no nosso município.	
Função: 17 - Saneamento	Subfunção: 512 - Saneamento Básico Urbano
Ação: 1745 - REALIZAÇÃO DE OBRAS E MELHORIAS DA INFRA-ESTRUTURA DA DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS.	
Total Ação	50.000,00
Ação: 2734 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS RELACIONADOS A DRENAGEM E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS.	
Total Ação	15.000,00
Total Programa	65.000,00
Programa: 9999 - RESERVA DE CONTINGENCIA	
Objetivos:	
Compreende a dotação para a reserva de contingência que servirá de suporte para passivos contingenciais conforme anexo de riscos fiscais.	
Função: 97 - Reserva do RPPS	Subfunção: 997 - Reserva do RPPS
Ação: 9799 - GESTÃO DA RESERVA DE CONTINGENCIA DO TIMBOPREV	
Total Ação	45.600,00
Função: 99 - Reserva de Contingência	Subfunção: 999 - Reserva de contingência
Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGENCIA	
Total Ação	314.000,00
Total Programa	359.600,00
Total Geral	176.837.900,00

LDO DEMONSTRATIVO DA DESPESA

Dotação			%
Órgão	1 - Camara de Vereadores		
Unidade	1 - Atividades Legislativas		
Função	0001 - Legislativa		
Subfunção	0031 - Acao Legislativa		
Programa	0200 - GESTÃO DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ		
Ação	1500 - INVESTIMENTOS E MODERNIZAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL		
Total Ação		135.000,00	0,08
Ação	2500 - GESTÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA CÂMARA.		
Total Ação		958.500,00	0,54
Ação	2502 - GESTÃO DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS DA CÂMARA.		
Total Ação		2.003.000,00	1,13
Ação	2504 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES INERENTES AO PARLAMENTO JOVEM		
Total Ação		50.000,00	0,03
Total Programa		3.146.500,00	1,00
Total Subfunção		3.146.500,00	1,78
Total Função		3.146.500,00	1,78
Total Unidade		3.146.500,00	1,78
Total Órgão		3.146.500,00	1,78
Órgão	2 - Secretaria da Articulacao Política e Institucional		
Unidade	1 - Assessoria do Gabinete		
Função	0004 - Administração		
Subfunção	0122 - Administracao Geral		
Programa	0205 - GESTÃO DA ARTICULAÇÃO DAS POLÍTICAS INSTITUCIONAIS		
Ação	1511 - Aquisição de equipamentos		
Total Ação		130.000,00	0,07
Ação	2510 - Folha de Pagamento, vantagens, horas extras, terceirizações e encargos sociais; Material de expediente; Locação de equipamentos; Manutenção dos veículos; Consumo de combustível para frota da Secretaria; Consumo de gêneros alimentícios; Consumo de telefone; Reformar as dependências do Gabinete do Prefeito; Despesas com viagens, capacitações e estadias.		
Total Ação		970.000,00	0,55
Total Programa		1.100.000,00	0,00
Programa	0207 - GESTÃO PÚBLICA E O 3º SETOR		
Ação	2516 - Ampliar em pelo menos 10 entidades beneficiadas		
Total Ação		100.000,00	0,06
Total Programa		100.000,00	0,00
Total Subfunção		1.200.000,00	0,68
Total Função		1.200.000,00	0,68
Total Unidade		1.200.000,00	0,68
Unidade	2 - Imprensa, Comunicacao e Relacoes Publicas		
Função	0004 - Administração		
Subfunção	0131 - Comunicação Social		
Programa	0206 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO SOCIAL		
Ação	1513 - Aquisição de aparelho celular; Aquisição ou locação de veículo para o setor de comunicação; Aquisição de equipamento - Notebook Aquisição de equipamento de Áudio / Vídeo / Foto Aquisição de mobília para sala de comunicação		
Total Ação		74.000,00	0,04
Ação	2512 - Obrigações patronais - Folha de pagamento; Auxílio-alimentação em pecúnia; Manutenção de ar-condicionado; Combustível, Seguro veículo; Locação impressora; Serviço de Telecomunicações; Assinatura de periódicos - Jornais / Revistas; Manutenção de veículo; Curso e treinamento de equipe; Treinamento para servidores; Investimento em Tecnologia da informação e comunicação. Ex. site Manutenção site Oficial do Município; Passagem aérea; Serviços Graficos e editoriais (Compra Direta) Serviço de Publicidade e Propaganda (Agência) Compra por licitação - Materiais gráficos Compra por licitação - Veiculação em rádios Compra por licitação - Anúncio em Jornais Aquisição de Software Outros serviços de Terceiros - Contratações Aquisição de peças para manutenção de equipamentos Compra por licitação - sinalização de prédios e espaços públicos, parques, praça, PSF's, Unidades de Ensino, etc. Aquisição de material de expediente.		
Total Ação		1.860.150,00	1,05
Total Programa		1.934.150,00	1,00
Total Subfunção		1.934.150,00	1,09
Total Função		1.934.150,00	1,09
Total Unidade		1.934.150,00	1,09
Total Órgão		3.134.150,00	1,77
Órgão	3 - Secretaria da Fazenda e Administracao Municipal		
Unidade	1 - Administração Geral		
Função	0004 - Administração		
Subfunção	0122 - Administracao Geral		
Programa	0207 - GESTÃO PÚBLICA E O 3º SETOR		
Ação	2522 - Concessão de auxílio financeiro para manutenção das entidades no desenvolvimento de atividades de interesse do município		
Total Ação		21.200,00	0,01
Total Programa		21.200,00	0,00
Programa	0210 - GESTÃO DA ADMINISTRAÇÃO E CONTROLE MUNICIPAL		
Ação	1521 - Aquisição de mobiliário em geral, equipamentos de tecnologia de informação, telefonia, entre outros.		
Total Ação		100.000,00	0,06

Dotação			%
Ação	1523 - Aquisição de Veículos		
Total Ação		30.000,00	0,02
Ação	2520 - Folha de pagamento e encargos; Aquisição material de expediente, energia elétrica, telefone, água, material de limpeza, manutenção/locação software, serviços gráficos, vigilância, diárias, capacitações, assessorias, etc. Manutenção e/ou locação de veículos e monitoramento; Contratação de empresa de assessoria tecnológica; Manutenção AMMVI, CIGA, CNM, CIMVI, FECAM.		
Total Ação		6.400.000,00	3,62
Total Programa		6.530.000,00	3,00
Total Subfunção		6.551.200,00	3,70
Total Função		6.551.200,00	3,70
Total Unidade		6.551.200,00	3,70
Unidade	5 - Encargos da Administracao		
Função	0028 - Encargos Especiais		
Subfunção	0843 - Serviço da Dívida Interna		
Programa	0211 - GESTÃO DOS ENCARGOS ESPECIAIS DO MUNICÍPIO		
Ação	0011 - Dívida fundada e encargos		
Total Ação		2.700.000,00	1,53
Total Programa		2.700.000,00	1,00
Total Subfunção		2.700.000,00	1,53
Subfunção	0845 - Outras Transferências		
Programa	0211 - GESTÃO DOS ENCARGOS ESPECIAIS DO MUNICÍPIO		
Ação	0012 - Pagamento do PASEP e outros encargos		
Total Ação		1.200.000,00	0,68
Total Programa		1.200.000,00	0,00
Total Subfunção		1.200.000,00	0,68
Subfunção	0846 - Outros encargos Especiais		
Programa	0211 - GESTÃO DOS ENCARGOS ESPECIAIS DO MUNICÍPIO		
Ação	0010 - Sentenças Judiciais		
Total Ação		2.410.300,00	1,36
Total Programa		2.410.300,00	1,00
Total Subfunção		2.410.300,00	1,36
Total Função		6.310.300,00	3,57
Total Unidade		6.310.300,00	3,57
Total Órgão		12.861.500,00	7,27
Órgão	4 - Secretaria de Educacao		
Unidade	1 - Nucleos de Educacao Infantil		
Função	0012 - Educação		
Subfunção	0122 - Administracao Geral		
Programa	0220 - GESTÃO DA EDUCAÇÃO TIMBOENSE		
Ação	1531 - Implementar e adaptar a sede da SEMED; Aquisição de equipamentos.		
Total Ação		12.000,00	0,01
Ação	2530 - Folha de Pagamento, vantagens, horas extras, terceirizações e encargos sociais; Material de expediente; Material de limpeza; Locação de equipamentos; Manutenção dos veículos; Consumo de energia elétrica; Consumo de água; Consumo de combustível para frota da SEMED; Consumo de gás; Consumo de internet; Consumo de telefone; Material gráfico; Despesas com viagens, capacitações e estadias; Material de distribuição gratuita, entre outros.		
Total Ação		874.115,50	0,49
Total Programa		886.115,50	0,00
Total Subfunção		886.115,50	0,50
Subfunção	0306 - Alimentação e Nutrição		
Programa	0222 - TRANSFORMAÇÃO E INOVAÇÃO DO ENSINO INFANTIL TIMBOENSE		
Ação	2532 - Atendimento de qualidade das crianças de 4 meses até 5 anos e 11 meses, que compreende a Educação Infantil. Alimentação saudável, aprendizagem integrada ao desenvolvimento e formação da consciência social, visando aprofundar a integração família/escola. Aperfeiçoamento do profissional para melhorar a qualidade da educação infantil.		
Total Ação		562.750,00	0,32
Total Programa		562.750,00	0,00
Total Subfunção		562.750,00	0,32
Subfunção	0365 - Educação Infantil		
Programa	0222 - TRANSFORMAÇÃO E INOVAÇÃO DO ENSINO INFANTIL TIMBOENSE		
Ação	1532 - Atendimento de qualidade das crianças de 4 meses até 5 anos e 11 meses, que compreende a Educação Infantil. Alimentação saudável, aprendizagem integrada ao desenvolvimento e formação da consciência social, visando aprofundar a integração família/escola. Aperfeiçoamento do profissional para melhorar a qualidade da educação infantil Modernização dos Núcleos de Educação Infantil e Unidades Pré Escolares.		
Total Ação		100.000,00	0,06
Ação	1533 - Atendimento de qualidade das crianças de 4 meses até 5 anos e 11 meses, que compreende a Educação Infantil. Alimentação saudável, aprendizagem integrada ao desenvolvimento e formação da consciência social, visando aprofundar a integração família/escola. Aperfeiçoamento do profissional para melhorar a qualidade da educação infantil Modernização dos Núcleos de Educação Infantil e Unidades Pré Escolares.		
Total Ação		130.000,00	0,07
Ação	2531 - Formação continuada; Serão adquiridos para os Núcleos de Educação Infantil/NEIs os seguintes equipamentos: 15 Computadores , 50 conjuntos escolares com 200 cadeiras, 12 Impressoras, 25 aparelhos de som, 12 caixas de som, 12 microfones sem fio, 12 máquinas digitais, 12 aparelhos DVD, 15 Televisores 40", 12 projetores multimídia, 12 telas de projeção,		

Dotação		%
40 ventiladores de teto, 30 mesas para professores, 100 cadeiras estofadas fixas, 35 estantes de aço, 35 armários com tranca, 12 arquivos de aço, 12 trocadores sob medida, 12 playgrounds, 12 armários 4 portas para roupas de cama, 30 condicionadores de ar, 6 jogos de cozinha completos sob medida, 3 móveis para compor os lactários, 100 carrinhos, 200 berços, 30 conjuntos de mesa e bancos para refeitório infantil, 12 geladeiras duplex, 12 freezers verticais/horizontal, 12 fogões cooktop, 12 fogões industriais de 4 bocas, 12 fornos elétricos com capacidade de 44 litros, 12 liquidificadores industriais, 12 multiprocessadores industrial de alimentos, 12 batedeiras planetárias, 20 bebedouros duplos, 12 máquinas lava-roupas 15 kilos, 12 secadoras de roupa 17 kilos, 12 microondas com capacidade de 31 litros, 5 sistemas de monitoramento interno por câmeras, 5 coifas/exaustor, 6 mesas com 8 cadeiras para professores, 12 lavadora de alta-pressão 1400 libras, 12 purificadores de água e outros conforme necessidades. Aquisição de um terreno para construção NEI; Construção de um Núcleo de Educação Infantil; Reformas Ampliação do prédio; Implantar o programa de repasse da Educação Especial; Aquisição de gêneros alimentícios; Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar; Aquisição de Material escolar, pedagógico e esportivo; Aquisição de Material de limpeza e higiene pessoal; Aquisição de material escolar; Aquisição de Material de limpeza e higiene pessoal; Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar; Consumo de Energia Elétrica; Consumo de serviço de internet; Consumo de água; Consumo de Gás; Folha de Pagamento, vantagens, horas extras, terceirizações e encargos sociais; Despesas com transporte escolar; Locação de Imóveis, Máquinas e Equipamentos; Combustíveis; Despesas com manutenção e implantação de software; Manutenção de convênios, contratos e outros Aquisição de EPI, entre outros.		
Total Ação	9.887.000,00	5,59
Ação 2533 - Despesas com transporte escolar		
Total Ação	10.000,00	0,01
Ação 2537 - Manutenção de convênios, contratos e outros		
Total Ação	10.000,00	0,01
Total Programa	10.137.000,00	5,00
Total Subfunção	10.137.000,00	5,73
Total Função	11.585.865,50	6,55
Total Unidade	11.585.865,50	6,55
Unidade 2 - Unidades Pre-escolares		
Função 0012 - Educação		
Subfunção 0122 - Administracao Geral		
Programa 0220 - GESTÃO DA EDUCAÇÃO TIMBOENSE		
Ação 1536 - Implementar e adaptar a sede da SEMED Aquisição de equipamentos		
Total Ação	4.000,00	0,00
Ação 2534 - Folha de Pagamento, vantagens, horas extras, terceirizações e encargos sociais; Material de expediente; Material de limpeza; Locação de equipamentos; Manutenção dos veículos; Consumo de energia elétrica; Consumo de água; Consumo de combustível para frota da SEMED; Consumo de gás; Consumo de internet; Consumo de telefone; Material gráfico; Despesas com viagens, capacitações e estadias; Material de distribuição gratuita, entre outros.		
Total Ação	146.710,00	0,08
Total Programa	150.710,00	0,00
Total Subfunção	150.710,00	0,09
Subfunção 0306 - Alimentação e Nutrição		
Programa 0222 - TRANSFORMAÇÃO E INOVAÇÃO DO ENSINO INFANTIL TIMBOENSE		
Ação 2536 - Aquisição de gêneros alimentícios; Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar.		
Total Ação	180.000,00	0,10
Total Programa	180.000,00	0,00
Total Subfunção	180.000,00	0,10
Subfunção 0365 - Educação Infantil		
Programa 0222 - TRANSFORMAÇÃO E INOVAÇÃO DO ENSINO INFANTIL TIMBOENSE		
Ação 1537 - Atendimento de qualidade das crianças de 4 meses até 5 anos e 11 meses, que compreende a Educação Infantil. Alimentação saudável, aprendizagem integrada ao desenvolvimento e formação da consciência social, visando aprofundar a integração família/escola. Aperfeiçoamento do profissional para melhorar a qualidade da educação infantil Modernização dos Núcleos de Educação Infantil e Unidades Pré Escolares.		
Total Ação	30.000,00	0,02
Ação 1538 - Atendimento de qualidade das crianças de 4 meses até 5 anos e 11 meses, que compreende a Educação Infantil. Alimentação saudável, aprendizagem integrada ao desenvolvimento e formação da consciência social, visando aprofundar a integração família/escola. Aperfeiçoamento do profissional para melhorar a qualidade da educação infantil Modernização dos Núcleos de Educação Infantil e Unidades Pré Escolares.		
Total Ação	130.000,00	0,07
Ação 2535 - Formação continuada; Serão adquiridos para os Núcleos de Educação Infantil/NEIs os seguintes equipamentos: 15 Computadores , 50 conjuntos escolares com 200 cadeiras, 12 Impressoras, 25 aparelhos de som, 12 caixas de som, 12 microfones sem fio, 12 máquinas digitais, 12 aparelhos DVD, 15 Televisores 40", 12 projetores multimídia, 12 telas de projeção, 40 ventiladores de teto, 30 mesas para professores, 100 cadeiras estofadas fixas, 35 estantes de aço, 35 armários com tranca, 12 arquivos de aço, 12 trocadores sob medida, 12 playgrounds, 12 armários 4 portas para roupas de cama, 30 condicionadores de ar, 6 jogos de cozinha completos sob medida, 3 móveis para compor os lactários, 100 carrinhos. 200 berços, 30 conjuntos de mesa e bancos para refeitório infantil, 12 geladeiras duplex, 12 freezers verticais/horizontal, 12 fogões cooktop, 12 fogões industriais de 4 bocas, 12 fornos elétricos com capacidade de 44 litros, 12 liquidificadores indistriais, 12 multiprocessadores industrial de alimentos, 12 batedeiras planetárias, 20 bebedouros duplos, 12 máquinas lava-roupas 15 kilos, 12 secadoras de roupa 17 kilos, 12 microondas com capacidade de 31 litros, 5 sistemas de monitoramento interno por câmeras, 5 coifas/exaustor, 6 mesas com 8 cadeiras para professores, 12 lavadora de alta-pressão 1400 libras, 12 purificadores de água e outros conforme necessidades.		
Total Ação	3.342.250,00	1,89
Ação 2538 - Manutenção de convênios, contratos e outros		
Total Ação	30.000,00	0,02

Dotação			%
Ação	2539 - Despesas com transporte escolar		
Total Ação		5.000,00	0,00
Total Programa		3.537.250,00	2,00
Total Subfunção		3.537.250,00	2,00
Total Função		3.867.960,00	2,19
Total Unidade		3.867.960,00	2,19
Unidade	3 - Ensino Fundamental		
Função	0012 - Educação		
Subfunção	0122 - Administracao Geral		
Programa	0230 - GESTÃO DA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL DE QUALIDADE		
Ação	1541 - Implementar e adaptar a sede da SEMED Aquisição de equipamentos		
Total Ação		4.000,00	0,00
Ação	2540 - Folha de Pagamento, vantagens, horas extras, terceirizações e encargos sociais; Material de expediente; Material de limpeza; Locação de equipamentos; Manutenção dos veículos; Consumo de energia elétrica; Consumo de água; Consumo de combustível para frota da SEMED; Consumo de gás; Consumo de internet; Consumo de telefone; Material gráfico; Despesas com viagens, capacitações e estadias; Material de distribuição gratuita, entre outros.		
Total Ação		2.246.700,00	1,27
Total Programa		2.250.700,00	1,00
Total Subfunção		2.250.700,00	1,27
Subfunção	0306 - Alimentação e Nutrição		
Programa	0232 - EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL DE QUALIDADE		
Ação	2543 - Aquisição de gêneros alimentícios; Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar.		
Total Ação		430.000,00	0,24
Total Programa		430.000,00	0,00
Total Subfunção		430.000,00	0,24
Subfunção	0361 - Ensino Fundamental		
Programa	0232 - EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL DE QUALIDADE		
Ação	1543 - Atender com qualidade alunos de 6 a 14 anos de idade, que compreende o Ensino Fundamental; Desenvolver ações que garantam o acesso das crianças em idade escolar, inclusive jovens e adultos; Tornar a Escola o espaço de construção de conhecimento, integração social e afetiva, fortalecendo o elo família/ escola; Fortalecer atividades como o reforço escolar, diminuindo a repetência; Modernizar as escolas através de aparelhamento tecnológico e laboratórios técnicos/científicos/pedagógicos; Fimar convênios com entidades do governo Estadual e Federal; Continuar o processo de discussão da municipalização, sendo que a rede estadual de Timbó possui 7 escolas de educação básica, sendo que 6 oferecem o ensino do 1º ao 9º ano Desenvolver programa Mais Educação e Alfabetização na Idade Certa, além de outros programas oferecidos pelo governo Federal ou Estadual; Desenvolver ações voltadas para os alunos com necessidades especiais dentro dos princípios da Escola Inclusiva. Dar continuidade ao processo de implantação da Escola Integral, e a democratização do Sistema escolar; Implantar programa de repasse de recursos financeiros às APPs das instituições de Educação Fundamental/Escolas; Renovar a frota de veículos, entre outros.		
Total Ação		150.000,00	0,08
Ação	1545 - Atender com qualidade alunos de 6 a 14 anos de idade, que compreende o Ensino Fundamental; Desenvolver ações que garantam o acesso das crianças em idade escolar, inclusive jovens e adultos; Tornar a Escola o espaço de construção de conhecimento, integração social e afetiva, fortalecendo o elo família/ escola Fortalecer atividades como o reforço escolar, diminuindo a repetência; Modernizar as escolas através de aparelhamento tecnológico e laboratórios técnicos/científicos/pedagógicos; Fimar convênios com entidades do governo Estadual e Federal; Continuar o processo de discussão da municipalização, sendo que a rede estadual de Timbó possui 7 escolas de educação básica, sendo que 6 oferecem o ensino do 1º ao 9º ano Desenvolver programa Mais Educação e Alfabetização na Idade Certa, além de outros programas oferecidos pelo governo Federal ou Estadual; Desenvolver ações voltadas para os alunos com necessidades especiais dentro dos princípios da Escola Inclusiva. Dar continuidade ao processo de implantação da Escola Integral, e a democratização do Sistema escolar; Implantar programa de repasse de recursos financeiros às APPs das instituições de Educação Fundamental/Escolas; Renovar a frota de veículos, entre outros.		
Total Ação		130.000,00	0,07
Ação	1547 - Atender com qualidade alunos de 6 a 14 anos de idade, que compreende o Ensino Fundamental; Desenvolver ações que garantam o acesso das crianças em idade escolar, inclusive jovens e adultos; Tornar a Escola o espaço de construção de conhecimento, integração social e afetiva, fortalecendo o elo família/ escola; Fortalecer atividades como o reforço escolar, diminuindo a repetência; Modernizar as escolas através de aparelhamento tecnológico e laboratórios técnicos/científicos/pedagógicos; Fimar convênios com entidades do governo Estadual e Federal; Continuar o processo de discussão da municipalização, sendo que a rede estadual de Timbó possui 7 escolas de educação básica, sendo que 6 oferecem o ensino do 1º ao 9º ano; Desenvolver programa Mais Educação e Alfabetização na Idade Certa, além de outros programas oferecidos pelo governo Federal ou Estadual; Desenvolver ações voltadas para os alunos com necessidades especiais dentro dos princípios da Escola Inclusiva. Dar continuidade ao processo de implantação da Escola Integral, e a democratização do Sistema escolar; Implantar programa de repasse de recursos financeiros às APPs das instituições de Educação Fundamental/Escolas; Renovar a frota de veículos, entre outros.		
Total Ação		0,00	0,00
Ação	1549 - Atender com qualidade alunos de 6 a 14 anos de idade, que compreende o Ensino Fundamental; Desenvolver ações que garantam o acesso das crianças em idade escolar, inclusive jovens e adultos; Tornar a Escola o espaço de construção de conhecimento, integração social e afetiva, fortalecendo o elo família/ escola; Fortalecer atividades como o reforço escolar, diminuindo a repetência; Modernizar as escolas através de aparelhamento tecnológico e laboratórios técnicos/científicos/pedagógicos; Fimar convênios com entidades do governo Estadual e Federal; Continuar o processo de discussão da municipalização, sendo que a rede estadual de Timbó possui 7 escolas de educação básica, sendo que 6 oferecem o ensino do 1º ao 9º ano; Desenvolver programa Mais Educação e Alfabetização na Idade Certa, além de outros programas oferecidos pelo governo Federal ou Estadual; Desenvolver ações voltadas para os alunos com necessidades especiais dentro		

Dotação			%
dos princípios da Escola Inclusiva. Dar continuidade ao processo de implantação da Escola Integral, e a democratização do Sistema escolar; Implantar programa de repasse de recursos financeiros às APPs das instituições de Educação Fundamental/Escolas; Renovar a frota de veículos, entre outros.			
Total Ação		0,00	0,00
Ação	2542 - Compreende a etapa da Educação Básica que tem duração de nove anos, de 6 a 14 anos de idade, iniciando no primeiro ano com término no nono ano. A rede municipal é composta de seis Escolas que atendem 2.436 alunos, destes 168 estão no período integral, onde são desenvolvidas atividades curriculares no expediente normal e atividades oferecidas no contra-turno, Educação de Jovens e Adultos (compreende anos iniciais), Escolas em período Integral, oferta de transporte escolar na Escola do campo e nucleadas, realizado pela municipalidade na sua totalidade, tendo como objetivo garantir o acesso, permanência, sucesso, ampliando o número de vagas e ofertando uma educação de qualidade para todos. É oferecida alimentação de qualidade para os alunos, com acompanhamento técnico de uma nutricionista, visando garantir um bom desenvolvimento físico e social para todos os alunos. Estão contempladas nas escolas 114 turmas sendo 8 turmas em período integral, 174 professores de sala de aula, 35 professores de apoio, 49 auxiliares operacionais, 08 coordenadores pedagógicos, 06 diretores, 04 auxiliares de direção, 06 secretárias e 03 estagiários.		
Total Ação		12.054.000,00	6,82
Ação	2544 - Manutenção de convênios, contratos e outros		
Total Ação		110.000,00	0,06
Ação	2545 - Atender com qualidade alunos de 6 a 14 anos de idade, que compreende o Ensino Fundamental; Desenvolver ações que garantam o acesso das crianças em idade escolar, inclusive jovens e adultos; Tornar a Escola o espaço de construção de conhecimento, integração social e afetiva, fortalecendo o elo família/ escola; Fortalecer atividades como o reforço escolar, diminuindo a repetência; Modernizar as escolas através de aparelhamento tecnológico e laboratórios técnicos/científicos/pedagógicos; Firmar convênios com entidades do governo Estadual e Federal; Continuar o processo de discussão da municipalização, sendo que a rede estadual de Timbó possui 7 escolas de educação básica, sendo que 6 oferecem o ensino do 1º ao 9º ano; Desenvolver programa Mais Educação e Alfabetização na Idade Certa, além de outros programas oferecidos pelo governo Federal ou Estadual; Desenvolver ações voltadas para os alunos com necessidades especiais dentro dos princípios da Escola Inclusiva. Dar continuidade ao processo de implantação da Escola Integral, e a democratização do Sistema escolar; Implantar programa de repasse de recursos financeiros às APPs das instituições de Educação Fundamental/Escolas; Renovar a frota de veículos, entre outros.		
Total Ação		27.000,00	0,02
Ação	2546 - Despesas com diárias, viagens, acomodações e hospedagens; Manutenção de veículos escolares/Transporte Escolar		
Total Ação		292.000,00	0,17
Total Programa		12.763.000,00	7,00
Total Subfunção		12.763.000,00	7,22
Total Função		15.443.700,00	8,73
Total Unidade		15.443.700,00	8,73
Total Órgão		30.897.525,50	17,47
Órgão	7 - Secr. de Planejamento, Transito e Meio Ambiente		
Unidade	1 - Planejamento Urbano		
Função	0015 - Urbanismo		
Subfunção	0121 - Planejamento e Orçamento		
Programa	0250 - GESTÃO DO PLANEJAMENTO TERRITORIAL DO MUNICÍPIO		
Ação	1551 - CELULAR APARELHO GEO REFERENCIAL INTERNET 5 CELULARES 10 COMPUTADORES 4 IMPRESSORAS MULTIFUNCIONAIS AQUISIÇÃO SOFTWARE ENGENHARIA E ARQUITETURA 10 CADEIRAS GIRATORIAS 2 ESTAÇÕES DE TRABALHO 8 GAVETEIROS 20 ARQUIVOS DE AÇO 2 TABLETS 2 CALCULADORAS 05 BAUS MOTOCICLETA 5 CAPACETES MOTOCICLISTAS 1 TRENA LASER 1 VEÍCULO DE PASSEIO, ENTRE OUTROS.		
Total Ação		337.100,00	0,19
Ação	2550 - FOLHA DE PAGAMENTO ESTAGIARIOS SERVIÇOS TECNICOS PROFISSIONAIS LOCAÇÃO MAQUINAS E EQUIPAMENTOS COMBUSTIVEIS, LUBRIFICANTES, MATERIAL EXPEDIENTE, MATERIAL MANUTENCAO DE VEICULOS) VALE TRANSPORTE SERVIÇOS COPIAS AUXILIO ALIMENTAÇÃO DIAGNÓSTICO SOCIO AMBIENTAL INTERNET SERVIÇO DE AEROLEVANTAMENTO E GERAÇÃO DE ORTOFOTO PARTICIPAÇÃO DE EQUIPE TECNICA EM SEMINARIOS, ENTRE OUTROS.		
Total Ação		2.433.000,00	1,38
Total Programa		2.770.100,00	1,00
Programa	0251 - CIDADE EM MOVIMENTO		
Ação	1553 - Aquisição de áreas para interesse público para mobilidade no trânsito; Gastos com desapropriação em função de de áreas de interesse público para mobilidade no trânsito. Aquisição de áreas para projeto de mobilidade no trânsito para ampliação e abertura de novas ruas, dando continuidade ao Projeto do Anel Viário.		
Total Ação		900.000,00	0,51
Total Programa		900.000,00	0,00
Total Subfunção		3.670.100,00	2,08
Total Função		3.670.100,00	2,08
Função	0022 - Indústria		
Subfunção	0661 - Promoção Industrial		
Programa	0252 - TIMBÓ EMPREENDENDO E PROFISSIONALIZANDO		
Ação	2552 - Implantação de no mínimo 5 (cinco) novos cursos técnicos em parceria com Cedup Timbó; Promover parceria com entidades de classe para atender a Indústria, comércio e serviços, principalmente com CDL, ACIMVI, AMPE, SINE, CEDUP, SENAC, SENAI, SEST - SENAT. Firmar parceria com Secretarias, como Assitencia Social e Educação, para a criação de um balcao de empregos e cursos emergenciais de qualificação profissional que promovam emprego e renda; Incentivo de cursos rápidos e palestras para MEI'S e M.E, cursos de informática básica para comunidade, via Telecentro, entre outros.		
Total Ação		190.000,00	0,11
Ação	2553 - Criação de um Pólo Tecnológico em parceria com Entidades públicas e privadas		

Dotação			%
Total Ação		50.000,00	0,03
Total Programa		240.000,00	0,00
Total Subfunção		240.000,00	0,14
Total Função		240.000,00	0,14
Total Unidade		3.910.100,00	2,21
Total Órgão		3.910.100,00	2,21
Órgão	8 - Secretaria de Obras e Serviços Urbanos		
Unidade	1 - Obras e Serviços Urbanos		
Função	0015 - Urbanismo		
Subfunção	0452 - Serviços Urbanos		
Programa	0260 - GESTÃO DA AGRICULTURA, OBRAS E SERVIÇOS DO MUNICÍPIO		
Ação	1563 - 07 microcomputadores com impressora; Móveis para escritório; 6 moto serras; 02 compactador manua;l 02 placa vibratória; 01 lava jato industrial; 01 cortador piso/asfalto 02 moto bomba 01 martelete rotativo 01 vibrador de concreto 02 furadeiras de impacto industrial 01 martelete rompedor grande 05 betoneiras 120l 02 geradores de energia 02 maquina - serra mármore 01 serra circular manual 01 parafusadeira 01 instrumento para topografia 02 serra elétrica circular 03 serra elétrica tico-tico 02 plaina elétrica manual 01 lixadeira elétrica 01 perfurador de solo 01 martelo/martelete elétrico 16 roçadeira costal profissional 04 soprador com recolhedor 04 máquina corta grama manual com recolhedor 03 trator corta grama com recolhedor 01 roçadeira hidráulica articulada 02 lava jato profissional 02 aparador de cerca viva 01 moto-cultivador tratorito 02 triturador de galhos 03 esmeril pequeno 03 cultivador de solo 03 aparador de cantos 03 implementos lâmina 4 facas 03 implementos moto-poda 03 implementos podador especial 01 esmerilhadeira angular 01 aparelho de solda 01 carregador de bateria 01 lixadeira orbital 04 macaco hidráulico - tipo garrafa - maior 01 compressor de ar 03 furadeira impacto 01 esmeril 01 policorte 01 máquina de corte plasma 01 lavadora de peça 01 aparelho de solda mig 01 furadeira a bateria 02 tupia manual laminadora 06 pedras de afiar 10 facas mundial (ref 5515-6) 08 ganchos de inspeção 04 chairas (pequenas e lisas) 01 sonda esofágica Thygessen em aço cromado (1,75m) 01 sonda nasoesofágica (diâmetro 16mmX2,45m de comprimento) 02 posta agulhas Mathieu (18cm) 01 tesoura cirúrgica curva romba fina de aço inox (17cm) 01 tesoura cirúrgica reta romba fina de aço inox (17cm) 02 pinças Kelly Hemostática curva (18cm) "01 tesoura para corte de cascos de ovinos 10" " 01 estojo cirúrgico aço inox (28X14X06 cm) 02 estetoscópio mode grande 01 martelo e plexímetro 01 Fórceps veterinário completo 01 cilindro de oxigênio 03 aplicadores para inseminação artificial 01 ensiladeira 01 plantadeira 01 rotativa 01 subsolador 01 arado 02 chave de impacto 3/4" "01 Lavadora de alta pressão Gasolina 3000psi ", entre outros.		
Total Ação		36.000,00	0,02
Ação	1564 - 1 tip top para transporte de PC (agricultores) - prancha 2 escavadeira Hidráulica 2 retro escavadeira 1 pá carregadeira 2 motoniveladora 2 esteira 20 tn 1 rolo compactador 1 mini rolo compactador 1 mini retro escavadeira 7 caminhão traçado (Caçamba) com basculante 1 caminhão transporte com muck 1 caminhão hidro-jato 1 cavallinho 2 caminhão para irrigação 3 caminhão caçamba simples c/ basculante 1 caminhão irrigação de canteiros com bomba 2 trator pneu agrícola 1 grade aradoura 10 veículos utilitários 3 veículos stander 4 pic-up gabine dupla 2 mini carregadeira 2 implementos de capinadeira 2 implementos de vassouras recolhedoras 1 implemento braço mini retro escavadeira, entre outros.		
Total Ação		619.000,00	0,35
Ação	2560 - Manter admissão, contratação de pessoal, remuneração de pessoal. Manter as atividades do departamento com prestação de serviços com aquisição recursos materiais, de expediente, consumo e outros. Capacitação profissional, entre outros.		
Total Ação		8.345.000,00	4,72
Total Programa		9.000.000,00	5,00
Programa	0261 - CIDADE EM OBRAS		
Ação	2564 - 1 caminhão iluminação pública com muck com cesto		
Total Ação		2.800.000,00	1,58
Total Programa		2.800.000,00	1,00
Total Subfunção		11.800.000,00	6,67
Total Função		11.800.000,00	6,67
Função	0020 - Agricultura		
Subfunção	0606 - Extensão Rural		
Programa	0261 - CIDADE EM OBRAS		
Ação	2562 - Prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural (EPAGRI) Programa de controle do mosquito borrachudo		
Total Ação		194.200,00	0,11
Total Programa		194.200,00	0,00
Total Subfunção		194.200,00	0,11
Total Função		194.200,00	0,11
Total Unidade		11.994.200,00	6,78
Unidade	2 - Obras Municipais		
Função	0026 - Transporte		
Subfunção	0451 - Infra-Estrutura Urbana		
Programa	0261 - CIDADE EM OBRAS		
Ação	1565 - Pavimentação de vias urbanas contempladas no programa de pavimentação (Av. Nereu Ramos; Ruas Aristiliano Ramos, Marechal Deodoro, Belém, Bom Retiro, Campo Alegre, Palmitos, São Carlos, Alasca, Luxemburgo, Austria, Taio, Alfredo Girardi, São Carlos, Maringá, Alagoas, Sergipe, Petunia, Grivileia, Caroba, Agua Branca, Carajás, Wilhem Milke, Abílio Lenzi, Guana, Xoklengs, Monteiro Lobato, Araranguá, Frauburgo, Frederico Schumann, Arnoldo Albrecht, Angico, Silésia, Turquia, Apucarana, Hermann Berndt, Santos Dumont, Cedro Margem Esquerda). Recuperar, implementar e implantar drenagem pluvial de vias urbanas e outros necessários para o desempenho das atividades. Realizar todas as intervenções para a melhora da infraestrutura em vias urbanas e rurais. Pavimentações de vias urbanas contempladas no programa de pavimentação. Recuperar, implementar e implantar drenagem pluvial de vias urbanas e outros necessários para o desempenho das atividades. Fazer calçadas, ciclovias, passarelas e outros para adequar as vias públicas.		
Total Ação		10.256.825,00	5,80

Dotação			%
Ação	1566 - Terraplanagem do acesso e construção de ponte em concreto armado ligando os bairros Dona Clara e Pe. Martinho Stein (ROD. SC-477 e Rod SC-416); revitalização do acesso até o Morro Azul (início no Mulde Baixa até a Mulde Alta); revitalização do acesso ao Morro do Araçongas; revitalização do Jardim Botânico; Melhoramento do acesso a localidade de Rio Fortuna, Tifa Bom Jesus, Tifa Ruthmann, Tifa Krueger, Tifa Heinig, Tifa Colley, Tifa Krieser, Tifa Morgeland, Tifa Schmidt.		
Total Ação		4.800.000,00	2,71
Ação	1567 - Construir instalações para a secretaria de obras, revitalizar e urbanizar as praças e espaços públicos e outros necessários para o desempenho das atividades. Ampliação, revitalização e reurbanização das praças e parques, cemitérios, passeios públicos, espaços públicos, ciclovia e demais espaços públicos similares.		
Total Ação		1.500.000,00	0,85
Total Programa		16.556.825,00	9,00
Total Subfunção		16.556.825,00	9,36
Total Função		16.556.825,00	9,36
Total Unidade		16.556.825,00	9,36
Total Órgão		28.551.025,00	16,15
Órgão	9 - Procuradoria Geral do Município		
Unidade	1 - Procuradoria do Município		
Função	0004 - Administração		
Subfunção	0092 - Representação Judicial e Extrajudicial		
Programa	0270 - GESTÃO DA PROCURADORIA E CASA DA CIDADANIA		
Ação	1571 - Compra de equipamentos; Compra de veículo		
Total Ação		70.000,00	0,04
Ação	2570 - Folha de pagamento; Auxílio alimentação em pecúnia; Estagiários; Jetons e Conselheiros; Gêneros alimentícios / copa e cozinha / limpeza / higienização; Material de expediente; Material elétrico/eletrônico; Material de proteção e segurança; Serviços técnicos profissionais; Locação de máquinas e/ou equipamento e/ou veículo; Manutenção/reforma/consertos/conservação de bens; Serviços de instalação de máquinas/equipamentos/afins; Serviços de telecomunicações; Serviços de áudio/vídeo/foto; Serviços gráficos e editoriais; Serviços judiciais; Seguros em geral; Vale transporte; Serviços apoio administrativo/técnico; Despesas de teleprocessamento; Outros serviços de terceiro - pessoa jurídica; Outros serviços de terceiro - pessoa física; Eventos/cursos/capacitação/qualificação Passagens/transportes; Estagiários Convênios/termos/acordos/contratos		
Total Ação		783.650,00	0,44
Total Programa		853.650,00	0,00
Total Subfunção		853.650,00	0,48
Total Função		853.650,00	0,48
Total Unidade		853.650,00	0,48
Total Órgão		853.650,00	0,48
Órgão	10 - Fundo de Habitacao de Timbo - Fht		
Unidade	1 - Fht		
Função	0016 - Habitação		
Subfunção	0092 - Representação Judicial e Extrajudicial		
Programa	0275 - HABITAÇÃO POPULAR DE TIMBÓ - FHT		
Ação	2580 - Contratação de empresa para executar o PTTS; Continuação do contrato de execução do PTTS; Estudos e diagnósticos para o Plano de Habitação; Cartão Reforma; Projetos de Casas Populares; Transferência de recurso; Manutenção do FHT; Imóveis e Instalações; Contratar empresa para estudos e diagnosticos e elaboração do plano de habitação.		
Total Ação		25.000,00	0,01
Total Programa		25.000,00	0,00
Total Subfunção		25.000,00	0,01
Total Função		25.000,00	0,01
Total Unidade		25.000,00	0,01
Total Órgão		25.000,00	0,01
Órgão	12 - Fundo Municipal de Emergencia de Defesa Civil de T		
Unidade	1 - Fundo Municipal de Defesa Civil Fumdec		
Função	0006 - Segurança Pública		
Subfunção	0182 - Defesa Civil		
Programa	0280 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DO FUNDO MUNICIPAL DE EMERGENCIA DA DEFESA CIVIL E BOMBEIRO MILITAR DE TIMBO		
Ação	2592 - Combustíveis e Lubrificantes; Material para Processamento de Dados e Manutenção de Software; Material para Manutenção de Veículos; Locação de Máquinas e Equipamentos; Energia Elétrica; Serviços de Telecomunicações; Serviços Gráficos e Editoriais; Seguros em Geral; Outros Serviços de Terceiros		
Total Ação		30.000,00	0,02
Total Programa		30.000,00	0,00
Total Subfunção		30.000,00	0,02
Total Função		30.000,00	0,02
Total Unidade		30.000,00	0,02
Unidade	2 - Manutenção do Convenio Bombeiro Militar		
Função	0006 - Segurança Pública		
Subfunção	0182 - Defesa Civil		
Programa	0280 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DO FUNDO MUNICIPAL DE EMERGENCIA DA DEFESA CIVIL E BOMBEIRO MILITAR DE TIMBO		
Ação	1591 - Aquisição de Móveis, Equipamentos e Utensílios; Aquisição de frota (um veículo 4x4, um veículo administrativo e um veículo tipo ambulância ASU);		
Total Ação		50.000,00	0,03
Ação	1593 - Construção do terceiro bloco do Corpo de Bombeiros Militar/Defesa Civil/SAMU, melhorias na estrutura atual;		

Dotação			%
Total Ação		50.000,00	0,03
Ação	2590 – Combustíveis, Material de expediente; Material de limpeza; Locação de equipamentos; Manutenção dos veículos; Consumo de água; Consumo de Telecomunicações; Material de Consumo, Copa e Cozinha; Seguros em Geral; Manutenção de Bens Móveis e Imóveis; Material de Proteção e Segurança; Material Hospitalar; Serviços de Terceiros; Demais Despesas Com a Manutenção do Fundo do Bombeiros Militar.		
Total Ação		305.000,00	0,17
Total Programa		405.000,00	0,00
Total Subfunção		405.000,00	0,23
Total Função		405.000,00	0,23
Total Unidade		405.000,00	0,23
Unidade	3 - Encargos Gerais do Município		
Função	0028 - Encargos Especiais		
Subfunção	0845 - Outras Transferências		
Programa	0211 - GESTÃO DOS ENCARGOS ESPECIAIS DO MUNICÍPIO		
Ação	0020 - GESTÃO DO PASEP E ENCARGOS DO FUMDEC		
Total Ação		5.000,00	0,00
Total Programa		5.000,00	0,00
Total Subfunção		5.000,00	0,00
Total Função		5.000,00	0,00
Total Unidade		5.000,00	0,00
Unidade	99 - Reserva de Contingencia		
Função	0099 - Reserva de Contingência		
Subfunção	0999 - Reserva de contingência		
Programa	9999 - RESERVA DE CONTINGENCIA		
Ação	9999 - RESERVA DE CONTINGENCIA DO MUNICÍPIO		
Total Ação		2.000,00	0,00
Total Programa		2.000,00	0,00
Total Subfunção		2.000,00	0,00
Total Função		2.000,00	0,00
Total Unidade		2.000,00	0,00
Total Órgão		442.000,00	0,25
Órgão	13 - Fundo Municipal do Meio Ambiente de Timbó		
Unidade	1 - Meio Ambiente		
Função	0018 - Gestão Ambiental		
Subfunção	0542 - Controle Ambiental		
Programa	0290 - GESTÃO DE MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO		
Ação	1601 - EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS - FMMA		
Total Ação		10.000,00	0,01
Ação	2600 - Manutenção da Gestão do Fundo Municipal do Meio Ambiente		
Total Ação		395.900,00	0,22
Ação	2602 - Fortalecer a Parceria com o Instituto Ambiental Aracua		
Total Ação		155.000,00	0,09
Total Programa		560.900,00	0,00
Programa	0381 - CIDADE CONSCIENTE E PROATIVA		
Ação	2604 - Programa Protetor Ambiental Cursos, palestras, seminários, Panfletagens, Programas. Educação nas escolas, empresas, Sipat, entidades em geral.		
Total Ação		12.000,00	0,01
Total Programa		12.000,00	0,00
Total Subfunção		572.900,00	0,32
Total Função		572.900,00	0,32
Total Unidade		572.900,00	0,32
Unidade	2 - Encargos Gerais do Município		
Função	0028 - Encargos Especiais		
Subfunção	0845 - Outras Transferências		
Programa	0211 - GESTÃO DOS ENCARGOS ESPECIAIS DO MUNICÍPIO		
Ação	0022 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		
Total Ação		5.000,00	0,00
Total Programa		5.000,00	0,00
Total Subfunção		5.000,00	0,00
Total Função		5.000,00	0,00
Total Unidade		5.000,00	0,00
Unidade	99 - Reserva de Contingencia		
Função	0099 - Reserva de Contingência		
Subfunção	0999 - Reserva de contingência		
Programa	9999 - RESERVA DE CONTINGENCIA		
Ação	9999 - RESERVA DE CONTINGENCIA DO MUNICÍPIO		
Total Ação		1.000,00	0,00
Total Programa		1.000,00	0,00
Total Subfunção		1.000,00	0,00
Total Função		1.000,00	0,00
Total Unidade		1.000,00	0,00

Dotação			%
Total Órgão		578.900,00	0,33
Órgão	14 - Fundo Mun.de Defesa dos Direitos Difusos - Fmddd		
Unidade	1 - Procon		
Função	0004 - Administração		
Subfunção	0062 - Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário		
Programa	0300 - GESTÃO DO PROCON		
Ação	1611 - Compra de máquinas/equipamentos Compra de veículo		
Total Ação		80.000,00	0,05
Ação	2610 - Folha de pagamento; Auxílio alimentação em pecúnia; Estagiários; Jetons e Conselheiros; Gêneros alimentícios / copa e cozinha / limpeza / higienização; Material de expediente; Material elétrico/eletrônico; Material de proteção e segurança; Serviços técnicos profissionais; Locação de máquinas e/ou equipamento e/ou veículo; Manutenção/reforma/consertos/conservação de bens; Serviços de instalação de máquinas/equipamentos/afins; Serviços de telecomunicações; Serviços de áudio/video/foto/comunicação em geral; Serviços gráficos e editoriais; Serviços judiciais; Seguros em geral; Vale transporte; Serviços apoio administrativo/técnico; Despesas de teleprocessamento/processamento de dados; Outros serviços de terceiro - pessoa jurídica; Outros serviços de terceiro - pessoa física; Eventos/cursos/capacitação/qualificação; Passagens/transportes; Manutenção de software; Serviços de energia elétrica; Serviços bancários; Convênios/termos/acordos/contratos		
Total Ação		186.000,00	0,11
Total Programa		266.000,00	0,00
Total Subfunção		266.000,00	0,15
Total Função		266.000,00	0,15
Total Unidade		266.000,00	0,15
Unidade	2 - Encargos Gerais do Município		
Função	0028 - Encargos Especiais		
Subfunção	0845 - Outras Transferências		
Programa	0211 - GESTÃO DOS ENCARGOS ESPECIAIS DO MUNICÍPIO		
Ação	0024 - GESTÃO DO PASEP E ENCARGOS DO FMDDD		
Total Ação		5.000,00	0,00
Total Programa		5.000,00	0,00
Total Subfunção		5.000,00	0,00
Total Função		5.000,00	0,00
Total Unidade		5.000,00	0,00
Unidade	99 - Reserva de Contingência		
Função	0099 - Reserva de Contingência		
Subfunção	0999 - Reserva de contingência		
Programa	9999 - RESERVA DE CONTINGENCIA		
Ação	9999 - RESERVA DE CONTINGENCIA DO MUNICÍPIO		
Total Ação		1.000,00	0,00
Total Programa		1.000,00	0,00
Total Subfunção		1.000,00	0,00
Total Função		1.000,00	0,00
Total Unidade		1.000,00	0,00
Total Órgão		272.000,00	0,15
Órgão	15 - Fundo Municipal de Saude		
Unidade	1 - Servicos em Saude na Atencao Basica		
Função	0010 - Saúde		
Subfunção	0301 - Atenção Básica		
Programa	0310 - ATENÇÃO BÁSICA		
Ação	1621 - Reforma UBS, Construção UBS E Ampliação UBS		
Total Ação		600.000,00	0,34
Ação	1622 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MÉDICO, ODONTOLÓGICO, HOSPITALAR, MÓVEIS, INFORMÁTICA, SISTEMAS E SOFTWARES, TELEFONIA, ESCRITÓRIO, AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, ETC.		
Total Ação		200.000,00	0,11
Ação	1623 - Aquisição de imóveis.		
Total Ação		200.000,00	0,11
Ação	1624 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MÉDICO, ODONTOLÓGICO, HOSPITALAR, MÓVEIS, INFORMÁTICA, SISTEMAS E SOFTWARES, TELEFONIA, ESCRITÓRIO, ETC. AQUISIÇÃO FROTA DE VEÍCULOS;		
Total Ação		20.000,00	0,01
Ação	1625 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MÉDICO, ODONTOLÓGICO, HOSPITALAR, MÓVEIS, INFORMÁTICA, SISTEMAS E SOFTWARES, TELEFONIA, ESCRITÓRIO, ETC. AQUISIÇÃO FROTA DE VEÍCULOS;		
Total Ação		20.000,00	0,01
Ação	1626 - AQUISIÇÃO/ MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MÓVEIS, INFORMÁTICA, SISTEMAS E SOFTWARES, TELEFONIA, ESCRITÓRIO, ETC.		
Total Ação		10.000,00	0,01
Ação	2620 - FOLHA DE PAGAMENTO, VANTAGENS, HORAS EXTRAS, TERCEIRIZAÇÕES E ENCARGOS SOCIAIS, AQUISIÇÃO/ MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MÉDICO, ODONTOLÓGICO, HOSPITALAR, MÓVEIS, INFORMÁTICA, SISTEMAS E SOFTWARES, TELEFONIA, ESCRITÓRIO, ETC. AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO, LIMPEZA, HIGIENE, COPA, COZINHA, ESCRITÓRIO, ENFERMAGEM, ETC. MANUTENÇÃO/ LOCAÇÃO E MONITORAMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS; MANUTENÇÃO DE AÇÕES DE EDUCAÇÃO PERMANENTE AQUISIÇÃO DE EPI (EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL), REALIZAR/ DISPONIBILIZAR CAPACITAÇÃO, CURSOS, TREINAMENTO, SEMINARIO, CONFERENCIA PARA OS SERVIDORES DAS DIVERSAS ÁREAS DA SECRETARIA DE SAÚDE, REALIZAR O PAGAMENTO DE ESTADIAS, ALIMENTAÇÃO E COFEE BREAK PARA OS SERVIDORES QUE PARTICIPARÃO DESSES EVENTOS		

Dotação			%
DENTRO E FORA DO MUNICÍPIO. OUTRAS DESPESAS VÁRIAS PROPORCIONAR ACESSIBILIDADE A TODOS OS USUÁRIOS NAS ESF'S. AQUISIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO PARA EDUCAÇÃO PERMANENTE			
Total Ação		7.432.500,00	4,20
Ação	2621 - PROMOVER AÇÕES INTERSETORIAIS COM O FORTALECIMENTO DE AÇÕES DE PROMOÇÃO E PREVENÇÃO EM SB, PROMOVER AÇÕES DE EDUCAÇÃO PERMANENTE PARA AS EQUIPES DE SB, FOLHA DE PAGAMENTO, VANTAGENS, HORAS EXTRAS, TERCEIRIZAÇÕES E ENCARGOS SOCIAIS, MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MÉDICO, ODONTOLÓGICO, HOSPITALAR, MÓVEIS, INFORMÁTICA, SISTEMAS E SOFTWARES, TELEFONIA, ESCRITÓRIO, ETC. AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO, LIMPEZA, HIGIENE, COPA, COZINHA, ESCRITÓRIO, ENFERMAGEM, ETC. AQUISIÇÃO/ MANUTENÇÃO/ LOCAÇÃO E MONITORAMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS; REALIZAR/ DISPONIBILIZAR CAPACITAÇÃO, CURSOS, TREINAMENTO, SEMINÁRIO, CONFERENCIA PARA OS SERVIDORES DAS DIVERSAS ÁREAS DA SECRETARIA DE SAÚDE, REALIZAR O PAGAMENTO DE ESTÁDIAS, ALIMENTAÇÃO E COFFEE BREAK PARA OS SERVIDORES QUE PARTICIPARÃO DESSES EVENTOS DENTRO E FORA DO MUNICÍPIO. OUTRAS DESPESAS VÁRIAS, EPI (UNIFORME, ÓCULOS,...)		
Total Ação		2.590.000,00	1,46
Ação	2622 - REALIZAR AUTOAVALIAÇÕES NAS REUNIÕES DO NASF EM UMA FREQUÊNCIA MENSAL; PROMOVER INTERAÇÃO ENTRE NASF E ESF NAS REUNIÕES DE EQUIPE DE NASF E ESF. REALIZAR/ DISPONIBILIZAR CAPACITAÇÃO, CURSOS, TREINAMENTO, SEMINÁRIO, CONFERENCIA PARA OS SERVIDORES DAS DIVERSAS ÁREAS DA SECRETARIA DE SAÚDE, REALIZAR O PAGAMENTO DE ESTÁDIAS, ALIMENTAÇÃO E COFFEE BREAK PARA OS SERVIDORES QUE PARTICIPARÃO DESSES EVENTOS DENTRO E FORA DO MUNICÍPIO. MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MÉDICO, ODONTOLÓGICO, HOSPITALAR, MÓVEIS, INFORMÁTICA, SISTEMAS E SOFTWARES, TELEFONIA, ESCRITÓRIO, ETC. MANUTENÇÃO/ LOCAÇÃO E MONITORAMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS; AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO, LIMPEZA, HIGIENE, COPA, COZINHA, ESCRITÓRIO, ENFERMAGEM, ETC. FOLHA DE PAGAMENTO, VANTAGENS, HORAS EXTRAS, TERCEIRIZAÇÕES E ENCARGOS SOCIAIS FORTALECER AÇÕES DE MATRICIAMENTO (PEDAGÓGICO E GERENCIAL).		
Total Ação		460.000,00	0,26
Ação	2623 - PROMOVER CURSO DE FORMAÇÃO DE ACS AQUISIÇÃO DE EPI (BOLSA, PROTETOR SOLAR, UNIFORME, SAPATO,...) MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA OUTRAS DESPESAS MANUTENÇÃO FOLHA DE PAGAMENTO, VANTAGENS, HORAS EXTRAS, TERCEIRIZAÇÕES E ENCARGOS SOCIAIS, MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MÓVEIS, INFORMÁTICA, SISTEMAS E SOFTWARES, TELEFONIA, ESCRITÓRIO, ETC		
Total Ação		1.690.000,00	0,96
Total Programa		13.222.500,00	7,00
Total Subfunção		13.222.500,00	7,48
Total Função		13.222.500,00	7,48
Total Unidade		13.222.500,00	7,48
Unidade	2 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial		
Função	0010 - Saúde		
Subfunção	0302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial		
Programa	0207 - GESTÃO PÚBLICA E O 3º SETOR		
Ação	2633 - Concessão de auxílio financeiro para manutenção das entidades no desenvolvimento de atividades de interesse do município - Rede Feminina de Combate ao Câncer -Associação Equilíbrio Vital de Defesa do Meio Ambiente e dos Animais.		
Total Ação		96.700,00	0,05
Total Programa		96.700,00	0,00
Programa	0311 - GESTÃO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR		
Ação	1627 - AQUISIÇÃO FROTA DE VEÍCULOS; AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MÉDICO, ODONTOLÓGICO, HOSPITALAR, MÓVEIS, INFORMÁTICA, SISTEMAS E SOFTWARES, TELEFONIA, ESCRITÓRIO, ETC. ADEQUAR AS ESTRUTURA FÍSICAS PARA O ACESSO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.		
Total Ação		525.000,00	0,30
Ação	1628 - ADEQUAÇÃO DA BASE DO SAMU		
Total Ação		150.000,00	0,08
Ação	1629 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MÉDICO, ODONTOLÓGICO, HOSPITALAR, MÓVEIS, INFORMÁTICA, SISTEMAS E SOFTWARES, TELEFONIA, ESCRITÓRIO, ETC. E AQUISIÇÃO DE FROTA DE VEÍCULOS;		
Total Ação		15.000,00	0,01
Ação	1630 - AQUISIÇÃO FROTA DE VEÍCULOS, AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MÉDICO, HOSPITALAR, MÓVEIS, INFORMÁTICA, SISTEMAS E SOFTWARES, TELEFONIA, ESCRITÓRIO, ETC.		
Total Ação		10.000,00	0,01
Ação	2624 - MANUTENÇÃO/ LOCAÇÃO E MONITORAMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS; MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MÉDICO, ODONTOLÓGICO, HOSPITALAR, MÓVEIS, INFORMÁTICA, SISTEMAS E SOFTWARES, TELEFONIA, ESCRITÓRIO, ETC. AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO, LIMPEZA, HIGIENE, COPA, COZINHA, ESCRITÓRIO, ENFERMAGEM, ETC. REALIZAR/ DISPONIBILIZAR CAPACITAÇÃO, CURSOS, TREINAMENTO, SEMINÁRIO, CONFERENCIA PARA OS SERVIDORES DAS DIVERSAS ÁREAS DA SECRETARIA DE SAÚDE, REALIZAR O PAGAMENTO DE ESTÁDIAS, ALIMENTAÇÃO E COFFEE BREAK PARA OS SERVIDORES QUE PARTICIPARÃO DESSES EVENTOS DENTRO E FORA DO MUNICÍPIO. ADEQUAR AS ESTRUTURA FÍSICAS PARA O ACESSO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FOLHA DE PAGAMENTO, VANTAGENS, HORAS EXTRAS, TERCEIRIZAÇÕES E ENCARGOS SOCIAIS, OUTRAS DESPESAS MANUTENÇÃO, CONVENIAR INSTITUIÇÕES/ ENTIDADES PARA A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES QUE AUXILIO E/OU COMPLEMENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE.		
Total Ação		6.230.349,50	3,52
Ação	2625 - MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MÉDICO, ODONTOLÓGICO, HOSPITALAR, MÓVEIS, INFORMÁTICA, SISTEMAS E SOFTWARES, TELEFONIA, ESCRITÓRIO, ETC. AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO, LIMPEZA, HIGIENE, COPA, COZINHA, ESCRITÓRIO, ENFERMAGEM, ETC. REALIZAR/ DISPONIBILIZAR CAPACITAÇÃO, CURSOS, TREINAMENTO, SEMINÁRIO, CONFERENCIA PARA OS SERVIDORES DAS DIVERSAS ÁREAS DA SECRETARIA DE SAÚDE, REALIZAR O PAGAMENTO DE ESTÁDIAS, ALIMENTAÇÃO E COFFEE BREAK PARA OS SERVIDORES QUE		

Dotação		%
PARTICIPARÃO DESSES EVENTOS DENTRO E FORA DO MUNICÍPIO. FOLHA DE PAGAMENTO, VANTAGENS, HORAS EXTRAS, TERCEIRIZAÇÕES E ENCARGOS SOCIAIS, AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, MANUTENÇÃO/ LOCAÇÃO E MONITORAMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS.		
Total Ação	175.000,00	0,10
Ação	2626 - MANTER, AMPLIAR, ADEQUAR O SERVIÇO DE ATENDIMENTO A URGÊNCIA E EMERGÊNCIA, SOBREAVISO MÉDICO E EXAMES DE DIAGNÓSTICO NO HOSPITAL OASE; MANTER, AMPLIAR, ADEQUAR A DISPONIBILIDADE DE ESPECIALIDADES MÉDICAS MANTER O SERVIÇO DE LAVANDERIA CONSTRUÇÃO DA UTI NEO NATAL.	
Total Ação	5.020.000,00	2,84
Ação	2627 - ATENDIMENTO/ ACOLHIMENTO AOS USUÁRIOS DE ALCOOL E DROGAS, DISPONIBILIZAR ACESSO A REDE DE ATENDIMENTO AOS DEPENDENTES QUÍMICOS E PSICOSOCIAIS EM HOSPITAIS DE REFERÊNCIA E CLÍNICAS ESPECIALIZADAS AQUISIÇÃO/ MANUTENÇÃO/ LOCAÇÃO E MONITORAMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS; AQUISIÇÃO/ MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MÉDICO, HOSPITALAR, MÓVEIS, INFORMÁTICA, SISTEMAS E SOFTWARES, TELEFONIA, ESCRITÓRIO, ETC. AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO, LIMPEZA, HIGIÊNE, COPA, COZINHA, ESCRITÓRIO, ENFERMAGEM, ETC. REALIZAR/ DISPONIBILIZAR CAPACITAÇÃO, CURSOS, TREINAMENTO, SEMINÁRIO, CONFERÊNCIA PARA OS SERVIDORES DAS DIVERSAS ÁREAS DA SECRETARIA DE SAÚDE, REALIZAR O PAGAMENTO DE ESTÁDIAS, ALIMENTAÇÃO E COFFEE BREAK PARA OS SERVIDORES QUE PARTICIPARÃO DESSES EVENTOS DENTRO E FORA DO MUNICÍPIO. ENCONTRO DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE MENTAL DE TODA A REDE DE ATENDIMENTO FOLHA DE PAGAMENTO, VANTAGENS, HORAS EXTRAS, TERCEIRIZAÇÕES E ENCARGOS SOCIAIS, OUTRAS DESPESAS DE MANUTENÇÃO, ATENDER OS AOS USUÁRIOS DE SAÚDE MENTAL COM EQUIPE MULTIDISCIPLINAR.	
Total Ação	317.000,00	0,18
Total Programa	12.442.349,50	7,00
Total Subfunção	12.539.049,50	7,09
Total Função	12.539.049,50	7,09
Total Unidade	12.539.049,50	7,09
Unidade	3 - Suporte Profilático e Terapêutico	
Função	0010 - Saúde	
Subfunção	0303 - Suporte Profilático e Terapêutico	
Programa	0312 - ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA, SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	
Ação	1631 - Aquisição de equipamentos para as farmácias centrais e das unidades de saúde.	
Total Ação	20.000,00	0,01
Ação	2628 - Realizar campanhas para o uso racional de medicamentos; Realizar juntamente com a equipe do NASF consultas farmacêuticas para avaliação da adesão e realização correta dos tratamentos medicamentosos; Reformulação de espaços adequados para a atenção farmacêutica; Reformulação dos espaços para a dispensação e atenção farmacêutica para os componentes estratégico e especializado assim como medicação judicial. Melhorar o acesso ao medicamento de pacientes com dificuldade de locomoção/acamados; Estabelecer reuniões periódicas com os farmacêuticos da atenção básica e média complexidade; Educação permanente dos profissionais farmacêuticos; Fornecer medicamentos não constantes da listagem padronizada da Farmácia Básica do SUS, Secretaria de Saúde, destinados aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) ou cidadãos em situação de risco social. Manter/renovar contratos, convênios e ajustes com instituições, fundações e ONGs para compra de medicamentos através do CISAMMVI (Consórcio intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí). Implementar sistema de controle de estoque por leitor de código de barras; Criação de uma comissão para reavaliação periódica da REMUME Implementação, juntamente com as equipes do NASF de terapias alternativas.	
Total Ação	1.180.000,00	0,67
Total Programa	1.200.000,00	0,00
Total Subfunção	1.200.000,00	0,68
Total Função	1.200.000,00	0,68
Total Unidade	1.200.000,00	0,68
Unidade	4 - Vigilância em Saúde	
Função	0010 - Saúde	
Subfunção	0304 - Vigilância Sanitária	
Programa	0313 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE	
Ação	1632 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MÉDICO, HOSPITALAR, MÓVEIS, INFORMÁTICA, SISTEMAS E SOFTWARES, TELEFONIA, ESCRITÓRIO, ETC. AQUISIÇÃO VEÍCULOS	
Total Ação	55.000,00	0,03
Ação	1633 - Adequação do Espaço físico da Vigilância junto a Policlínica.	
Total Ação	50.000,00	0,03
Ação	2629 - Manter organizados através das áreas/programas de interesse de saúde, saúde do trabalhador, Farmacovigilância, Vigiagua, Vigidesastres, Vigipeq, Pharos, Notivisa. Confeccionar materiais educativos; Manter o serviço de sobreaviso 24 horas; Promover o fortalecimento das ações que visem à promoção da intersectorialidade; Promover a área de saúde do trabalhador, desenvolvendo as atividades que visam à redução do adoecimento e dos acidentes nas diversas frentes de trabalho. Intensificar as ações de formação de recursos humanos, objetivando a formação continuada. Padronizar o atendimento as denúncias e reclamações das diversas situações junto à comunidade em geral. Manutenção de equipamentos, médico, hospitalar, móveis, informática, sistemas e softwares, telefonia, escritório, etc. Aquisição de material de consumo, limpeza, higiene, copa, cozinha, escritório, enfermagem, etc. Realizar/ disponibilizar capacitação, cursos, treinamento, seminário, conferência para os servidores das diversas áreas da secretaria de saúde, realizar o pagamento de estadias, alimentação e coffee break para os servidores que participarão desses eventos dentro e fora do município. Manutenção/ locação e monitoramento da frota de veículos; Efetuar controle populacional de cães e gatos através de parcerias com ongs; Fomentar ações que visam realizar articulações com diversos setores no sentido de qualificar as ações de vigilância sanitária para a população. Folha de Pagamento, vantagens, horas extras, terceirizações e encargos sociais; Demais despesas com manutenção; Manter a soberania do código sanitário.	
Total Ação	395.000,00	0,22
Total Programa	500.000,00	0,00

Dotação			%
Total Subfunção		500.000,00	0,28
Subfunção	0305 - Vigilância Epidemiológica		
Programa	0313 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE		
Ação	1634 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MÉDICO, ODONTOLÓGICO, HOSPITALAR, MÓVEIS, INFORMÁTICA, SISTEMAS E SOFTWARES, TELEFONIA, ESCRITÓRIO, ETC.		
Total Ação		15.000,00	0,01
Ação	2630 - Realizar a ampliação da estrutura física e do quadro de funcionários efetivos. Proporcionar participação dos funcionários em congressos, seminários e capacitações referentes os agravos de Vigilância Epidemiológica, Manter o serviço de sobreaviso 24 horas. Garantir os equipamentos de proteção individual (EPI) e uniformes. Realizar educação permanente com a rede de saúde para garantir a qualidade dos dados fornecidos aos programas do MS, Manter atualizados os equipamentos de informática para possibilitar a alimentação dos dados dos Sistemas de Informação do MS, Ampliação da estrutura física da Rede de Frio, Informatizar a movimentação dos insumos e imunobiológicos. Manutenção/ locação e monitoramento da frota de veículos; Folha de Pagamento, vantagens, horas extras, terceirizações e encargos sociais, Demais despesas com manutenção; Aquisição de material de consumo, limpeza, higiene, copa, cozinha, escritório, enfermagem, etc. Manutenção de equipamentos, médico, odontológico, hospitalar, móveis, informática, sistemas e softwares, telefonia, escritório, etc. Estruturar a udm (unidade de dispensação de medicamentos).		
Total Ação		665.000,00	0,38
Total Programa		680.000,00	0,00
Total Subfunção		680.000,00	0,38
Total Função		1.180.000,00	0,67
Total Unidade		1.180.000,00	0,67
Unidade	5 - Gestão do Sus		
Função	0010 - Saúde		
Subfunção	0122 - Administracao Geral		
Programa	0314 - GESTÃO DO SUS		
Ação	1635 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MÓVEIS, INFORMÁTICA, SISTEMAS E SOFTWARES, TELEFONIA, ESCRITÓRIO, ETC.		
Total Ação		10.000,00	0,01
Ação	1636 - REMODELAR O FUNCIONAMENTO DA SALA ESPERA DE ATENDIMENTO DOS CONSULTÓRIOS DA POLICLÍNICA; ADEQUAR AS ESTRUTURA FÍSICAS PARA O ACESSO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.		
Total Ação		60.000,00	0,03
Ação	1637 - AQUISIÇÃO/ MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MÉDICO, ODONTOLÓGICO, HOSPITALAR, MÓVEIS, INFORMÁTICA, SISTEMAS E SOFTWARES, TELEFONIA, ESCRITÓRIO, ETC.		
Total Ação		30.000,00	0,02
Ação	2631 - CONFERENCIA MUNICIPAL DE SAÚDE 2019,FOMENTAR A PARTICIPAÇÃO NO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE, MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MÓVEIS, INFORMÁTICA, SISTEMAS E SOFTWARES, TELEFONIA, ESCRITÓRIO, ETC, AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO, LIMPEZA, HIGIENE, ESCRITÓRIO, ETC, REALIZAR/ DISPONIBILIZAR CAPACITAÇÃO, CURSOS, TREINAMENTO, SEMINARIO, CONFERENCIA PARA OS SERVIDORES DAS DIVERSAS ÁREAS DA SECRETARIA DE SAÚDE, REALIZAR O PAGAMENTO DE ESTADIAS, ALIMENTAÇÃO E COFEE BREAK PARA OS SERVIDORES QUE PARTICIPARÃO DESSES EVENTOS FORA DO MUNICÍPIO, IMPLANTAR A OUVIDORIA DO SUS NO MUNICÍPIO, PUBLICAÇÕES E PUBLICIDADE DOS ATOS, FOMENTAR O DESENVOLVIMENTO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (INFORMÁTICA BÁSICA, TREINAMENTO, MANUTENÇÃO DE REDE LÓGICA E TELEFÔNICA E MAQUINAS, LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS), FOLHA DE PAGAMENTO, VANTAGENS HORAS EXTRAS, TERCEIRIZAÇÕES E ENCARGOS SOCIAIS,NÚCLEO DE EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE E HUMANIZAÇÃO (NEPSHU), CONSTRUIR PLANO MUNICIPAL DE SAUDE, PROGRAMAÇÃO ANUAL DE SAÚDE, RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO, INCLUSAO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS NAS DIVERSAS REDES DO SUS, AVALIAR PACTUAR OS INDICADORES DE SAUDE - SISPACTO, REGULAÇÃO DE ACESSO A CONSULTAS, EXAMES, TFD, CIRURGIAS DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE, REGULAÇÃO DE ACESSO A CONSULTAS, EXAMES, TFD, CIRURGIAS DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE, ANALISAR PACTUAR E REPACTUAR A UTILIZAÇÃO DA PPI AMBULATORIAL E HOSPITALAR SISREG E OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS.		
Total Ação		550.000,00	0,31
Ação	2632 - REMODELAR O FUNCIONAMENTO DA SALA ESPERA DE ATENDIMENTO DOS CONSULTÓRIOS DA POLICLÍNICA; EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE ATENDIMENTO ESTENDIDO (NOTURNO) TIPO DE AMBULATÓRIO GERAL MANTER DOS ESPECIALISTAS MÉDICOS E NÃO MÉDICOS DISPONIBILIZAR ACESSO AOS MEIOS NECESSÁRIOS PARA CONCLUSÃO DE DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO DE DOENÇAS (EXAMES, FISIOTERAPIA, PROCEDIMENTOS, TRATAMENTOS, FORMULAS NUTRICIONAIS, ETC) MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MÉDICO, ODONTOLÓGICO, HOSPITALAR, MÓVEIS, INFORMÁTICA, SISTEMAS E SOFTWARES, TELEFONIA, ESCRITÓRIO, ETC. AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO, LIMPEZA, HIGIENE, COPA, COZINHA, ESCRITÓRIO, ENFERMAGEM, ETC. ORIENTAÇÃO PARA PLANEJAMENTO FAMILIAR DISPONIBILIZAÇÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS (FRALDAS, ÓCULOS, SUPLEMENTOS NUTRICIONAIS, ETC)		
Total Ação		110.000,00	0,06
Total Programa		760.000,00	0,00
Total Subfunção		760.000,00	0,43
Total Função		760.000,00	0,43
Total Unidade		760.000,00	0,43
Unidade	6 - Encargos Gerais do Municipio		
Função	0028 - Encargos Especiais		
Subfunção	0845 - Outras Transferências		
Programa	0211 - GESTÃO DOS ENCARGOS ESPECIAIS DO MUNICÍPIO		
Ação	0026 - PAGAMENTO DO PASEP E OUTROS ENCARGOS.		
Total Ação		95.000,00	0,05

Dotação			%
Total Programa		95.000,00	0,00
Total Subfunção		95.000,00	0,05
Total Função		95.000,00	0,05
Total Unidade		95.000,00	0,05
Unidade	99 - Reserva de Contingência		
Função	0099 - Reserva de Contingência		
Subfunção	0999 - Reserva de contingência		
Programa	9999 - RESERVA DE CONTINGENCIA		
Ação	9999 - RESERVA DE CONTINGENCIA DO MUNICÍPIO		
Total Ação		30.000,00	0,02
Total Programa		30.000,00	0,00
Total Subfunção		30.000,00	0,02
Total Função		30.000,00	0,02
Total Unidade		30.000,00	0,02
Total Órgão		29.026.549,50	16,41
Órgão	16 - Fundo Municipal de Assistencia Social - Fmas		
Unidade	1 - Gestão da Assistência Social		
Função	0008 - Assistência Social		
Subfunção	0244 - Assistência Comunitária		
Programa	0324 - GESTÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL		
Ação	1645 - Aquisição veículos (02), Aquisição de equipamentos.		
Total Ação		60.000,00	0,03
Ação	2648 - Locação de veículos e fretamento, Manutenção e reformas da Sede da Secretaria. Gestão do SUAS (Gestão do Trabalho e Vigilância socioassistencial). Manutenção da frota de veículos; Firmar convênios / contratos; Despesa de Consumo de energia elétrica; Despesa de serviços de internet; Despesa com serviços de telefone; Consumo de água; Combustível; Adiantamento para despesa com alimentação, combustível e hospedagem; Diária de motorista; Despesa de pagamento de inscrições para cursos/capacitações; Folha de pagamento (horas extras, gratificações e encargos sociais), benefícios e outros. Locação de 01 Imóvel, salas, máquinas e equipamentos; Outras despesas variáveis; Despesa com software e manutenção; Aquisição de material didático.		
Total Ação		1.262.700,00	0,71
Ação	2649 - Gestão do IGD SUAS E 3% destinados ao CMAS, Gestão do IGD BOLSA FAMÍLIA (3% destinados ao CMAS) e Gestão do Programa Bolsa Família e Cadastro Único.		
Total Ação		25.000,00	0,01
Total Programa		1.347.700,00	0,00
Total Subfunção		1.347.700,00	0,76
Total Função		1.347.700,00	0,76
Total Unidade		1.347.700,00	0,76
Unidade	2 - Serviços de Proteção Básica		
Função	0008 - Assistência Social		
Subfunção	0244 - Assistência Comunitária		
Programa	0320 - SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA		
Ação	1641 - Ampliação e Construção de CRAS, Reformas dos equipamentos sociais.		
Total Ação		250.000,00	0,14
Ação	1643 - Aquisição de equipamentos diversos para Proteção Social Básica, Aquisição de 04 veículos (sendo 02 veículos c/capacidade de 05 passageiros e 02 veículos c/capacidade 20 passageiros)		
Total Ação		45.000,00	0,03
Ação	2640 - Despesas de manutenção (água, luz, telefone); Despesa com capacitações bem como o pagamento de inscrições para cursos, conferências, seminários, fóruns, reuniões e afins; Folha de pagamento (horas extras, gratificações e encargos sociais), benefícios e outros. Despesa com software e manutenção; Aquisição de EPI; Aquisição de livros técnicos e literatura; Aquisição de material didático, sócioeducativo e esportivo; Aquisição de material de limpeza e higiene pessoal; Manutenção da frota de veículos; Locação de veículos e fretamento; Aquisição de gêneros alimentícios p/manutenção da PSB (Coffee break) e outras despesas variáveis.		
Total Ação		146.500,00	0,08
Total Programa		441.500,00	0,00
Programa	0321 - BENEFÍCIOS EVENTUAIS		
Ação	2641 - Implantar o auxílio Renda Cidadão (15vagas fixas); Implantar o vale refeição; Firmar convênios com a rede hoteleira (situações emergenciais); Ampliar o valor e quantidade do Vale alimentação; Ampliar o valor e a quantidade de Vale gás; Ampliar a quantidade de Fraldas; Manter o acesso ao Auxílio Funeral, Auxílio natalidade; Manter o acesso ao auxílio Fotos; Ampliar a concessão de auxílio Passagem, Auxílio frete, Aluguel Social (um salário mínimo p/ família, num total de 08 famílias) e Implantar auxílio energia elétrica.		
Total Ação		150.000,00	0,08
Total Programa		150.000,00	0,00
Total Subfunção		591.500,00	0,33
Total Função		591.500,00	0,33
Total Unidade		591.500,00	0,33
Unidade	3 - Serviços de Proteção Social Especial Média e Alta		
Função	0008 - Assistência Social		
Subfunção	0244 - Assistência Comunitária		
Programa	0207 - GESTÃO PÚBLICA E O 3º SETOR		
Ação	2657 - APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, Associação de Amparo à Terceira Idade.		
Total Ação		114.800,00	0,06

Dotação			%
Total Programa		114.800,00	0,00
Programa	0325 - SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE		
Ação	1649 - Reformas dos equipamentos sociais, Aquisição de um veículo, Aquisição de equipamentos.		
Total Ação		55.000,00	0,03
Ação	2644 - Capacitação permanente dos profissionais para qualificar o atendimento aos usuários, firmar convênios com a rede hoteleira, Aquisição de gêneros alimentícios (Coffee break), Despesa de serviços de internet, telefone, energia elétrica, Adiantamento para despesa com alimentação, combustível e hospedagem, Despesa de pagamento de inscrições para cursos, Locação de 01 Imóvel, salas, máquinas e equipamentos, Despesa com software e manutenção, Aquisição de material didático e esportivo, Aquisição de material de limpeza e higiene pessoal, Locação de veículos, Manutenção da frota de veículos, Serviços de terceiros, Aquisição de material de expediente entre outras Despesas variáveis.		
Total Ação		157.000,00	0,09
Total Programa		212.000,00	0,00
Programa	0326 - SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE		
Ação	1647 - Reformas dos equipamentos sociais, Aquisição de equipamentos, Aquisição de um veículo.		
Total Ação		55.000,00	0,03
Ação	2646 - Fimar convênios com a rede hoteleira, Aquisição de gêneros alimentícios (Coffee break), Despesa de serviços de internet, água, luz, telefone e outros, Implantar o serviço de Família Acolhedora, Ampliação e manutenção da Folha de pagamento (horas extras, benefícios, gratificações e encargos sociais), Locação de 01 Imóvel, salas, máquinas e equipamentos, Despesa com software e manutenção, Aquisição de material didático e esportivo, Aquisição de material de limpeza e higiene pessoal, Manutenção da frota de veículos, Locação de veículos, Fimar convênios /contratos com consórcio para a equipe de referência do abrigo Institucional		
Total Ação		546.000,00	0,31
Total Programa		601.000,00	0,00
Total Subfunção		927.800,00	0,52
Total Função		927.800,00	0,52
Total Unidade		927.800,00	0,52
Unidade	4 - Programa Terceira Idade		
Função	0008 - Assistência Social		
Subfunção	0241 - Assistência ao Idoso		
Programa	0322 - TERCEIRA IDADE		
Ação	2642 - Aquisição de gêneros alimentícios, Despesa com Consumo de água, telefone, energia elétrica, Aquisição de material didático, sócioeducativo e esportivo, Aquisição de material de limpeza e higiene pessoal, Manutenção da frota de veículos, Locação de veículos e fretamento, Contratação de Serviços de terceiros.		
Total Ação		20.000,00	0,01
Total Programa		20.000,00	0,00
Total Subfunção		20.000,00	0,01
Total Função		20.000,00	0,01
Total Unidade		20.000,00	0,01
Unidade	5 - Programa Manutenção dos Conselhos		
Função	0008 - Assistência Social		
Subfunção	0244 - Assistência Comunitária		
Programa	0323 - MANUTENÇÃO DOS CONSELHOS		
Ação	2643 - Despesa de serviços de internet, Despesa com serviços de telefone, Combustível, Diária de motorista, Despesa de pagamento de inscrições para cursos, conferências, seminários, fóruns, reuniões e afins, Folha de pagamento (horas extras, gratificações e encargos sociais), benefícios e outros, Locação de 01 imóvel, salas, máquinas e equipamentos, Despesa com software e manutenção, Aquisição de material didático, sócioeducativo e esportivo, Aquisição de material de limpeza e higiene pessoal, Manutenção da frota de veículos, Locação de veículos e fretamento, Aquisição de material de expediente, Fimar convênios / contratos.		
Total Ação		180.000,00	0,10
Total Programa		180.000,00	0,00
Total Subfunção		180.000,00	0,10
Total Função		180.000,00	0,10
Total Unidade		180.000,00	0,10
Unidade	6 - Encargos Gerais do Município		
Função	0028 - Encargos Especiais		
Subfunção	0845 - Outras Transferências		
Programa	0211 - GESTÃO DOS ENCARGOS ESPECIAIS DO MUNICÍPIO		
Ação	0030 - Pagamento do PASEP e outros encargos.		
Total Ação		5.000,00	0,00
Total Programa		5.000,00	0,00
Total Subfunção		5.000,00	0,00
Total Função		5.000,00	0,00
Total Unidade		5.000,00	0,00
Unidade	99 - Reserva de Contingencia		
Função	0099 - Reserva de Contingência		
Subfunção	0999 - Reserva de contingência		
Programa	9999 - RESERVA DE CONTINGENCIA		
Ação	9999 - RESERVA DE CONTINGENCIA DO MUNICÍPIO		
Total Ação		3.000,00	0,00
Total Programa		3.000,00	0,00
Total Subfunção		3.000,00	0,00

Dotação			%
Total Função		3.000,00	0,00
Total Unidade		3.000,00	0,00
Total Órgão		3.075.000,00	1,74
Órgão	17 - Timboprev		
Unidade	1 - Administracao do Timboprev		
Função	0009 - Previdência Social		
Subfunção	0272 - Previdência do Regime Estatutário		
Programa	0330 - GESTÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - REGIME PRÓPRIO		
Ação	2650 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS (MANTER AS ATIVIDADES DO TIMBOPREV, EVENTOS, RECURSOS HUMANOS, CURSOS, PARTICIPAÇÃO DE CAPACITAÇÃO EM CURSOS, SEMINÁRIOS E CONGRESSOS. PUBLICAÇÕES E PUBLICIDADE DOS ATOS E OUTROS. GARANTIR AS AÇÕES COM VISTAS AO CUMPRIMENTO DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS. ALTERAÇÃO, CRIAÇÃO, ADMISSÃO, REESTRUTURAÇÃO ADMINISTRATIVA, REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO, QUALIFICAÇÃO E TREINAMENTO, ENTRE OUTROS. FIRMAR CONVÊNIOS, AJUSTES, CONTRATOS OU ACORDOS NA FORMA DA LEGISLAÇÃO EM VIGOR. CONTRATAR SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS, COM VISTAS AO APERFEIÇOAMENTO DOS TRABALHOS DO INSTITUTO. CONTRATAR SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E LIMPEZA DA SEDE DO INSTITUTO. DIVULGAR OS TRABALHOS, ATOS OFICIAIS E PUBLICIDADE INSTITUCIONAL. CONTRIBUIR FINANCEIRAMENTE COM ENTIDADES PRIVADAS E PÚBLICAS, AS QUAIS O ENTE É FILIADO OU VENHA A SE FILIAR. ADQUIRIR RECURSOS MATERIAIS, DE EXPEDIENTE, CONSUMO E OUTROS. MELHORAR E AMPLIAR OS SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS, PRATICAR O PRINCÍPIO DA TRANSPARÊNCIA DOS ATOS DA ADMINISTRAÇÃO, ENVOLVER A SOCIEDADE NAS DECISÕES ADMINISTRATIVAS; MELHORAR E AMPLIAR AS AÇÕES PLANEJADAS E O CONTROLE DOS ATOS DA ADMINISTRAÇÃO. ALUGUEL DE SALA). FOLHA DE PAGAMENTO E ENCARGOS SOCIAIS DE SERVIDORES ATIVOS E COMISSIONADOS AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS PAGAMENTO DE JETONS AOS MEMBROS DOS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL, E MEMBROS DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS.		
Total Ação		505.000,00	0,29
Ação	2651 - PAGAMENTO DE EVENTUAIS COMPENSAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - COMPREV RPPS X RGPS		
Total Ação		45.000,00	0,03
Ação	2652 - MANTER OS BENEFÍCIOS DO TIMBOPREV, CONFORME AS LEIS COMPLEMENTARES Nº 01/93 , Nº 136/98, 411/2011, 431/2013, 473/2015 E ALTERAÇÕES POSTERIORES.		
Total Ação		1.045.000,00	0,59
Total Programa		1.595.000,00	0,00
Total Subfunção		1.595.000,00	0,90
Total Função		1.595.000,00	0,90
Total Unidade		1.595.000,00	0,90
Unidade	2 - Reserva de Contingência RPPS		
Função	0097 - Reserva do RPPS		
Subfunção	0997 - Reserva do RPPS		
Programa	9999 - RESERVA DE CONTINGENCIA		
Ação	9799 - Resguardar excesso de Arrecadação para Cobertura de Riscos Fiscais, Como Calamidade Pública, Não Realização de Receitas, entre Outros. No Regime Próprio de Previdência Timboprev, é alocado a Reserva Matemática que configura-se como Resultado do Cálculo Atuarial.		
Total Ação		45.600,00	0,03
Total Programa		45.600,00	0,00
Total Subfunção		45.600,00	0,03
Total Função		45.600,00	0,03
Total Unidade		45.600,00	0,03
Unidade	3 - Inativos Timboprev		
Função	0028 - Encargos Especiais		
Subfunção	0272 - Previdência do Regime Estatutário		
Programa	0211 - GESTÃO DOS ENCARGOS ESPECIAIS DO MUNICÍPIO		
Ação	0052 - Manter o Pagamento dos Inativos do Timboprev, Conforme as Leis Complementares Nº 01/93 , Nº 136/98, 411/2011, 431/2013, 473/2015 e Alterações Posteriores. Manter o Pagamento de Ação Judicial de Inativos ref. Transferência Financeira do Município para o TIMBOPREV.		
Total Ação		11.590.000,00	6,55
Total Programa		11.590.000,00	6,00
Total Subfunção		11.590.000,00	6,55
Total Função		11.590.000,00	6,55
Total Unidade		11.590.000,00	6,55
Unidade	4 - Pensionistas Timboprev		
Função	0028 - Encargos Especiais		
Subfunção	0272 - Previdência do Regime Estatutário		
Programa	0211 - GESTÃO DOS ENCARGOS ESPECIAIS DO MUNICÍPIO		
Ação	0053 - Manter o Pagamento dos Pensionistas do Timboprev, Conforme as Leis Complementares Nº 01/93, Nº 136/98, 411/2011, 431/2013, 473/2015 e Alterações Posteriores. Manter o Pagamento de Ação Judicial de Pensionistas ref. Transferência Financeira do Município para o TIMBOPREV .		
Total Ação		1.190.000,00	0,67
Total Programa		1.190.000,00	0,00
Total Subfunção		1.190.000,00	0,67
Total Função		1.190.000,00	0,67
Total Unidade		1.190.000,00	0,67
Unidade	5 - Encargos Gerais do Município		

Dotação			%
Função	0028 - Encargos Especiais		
Subfunção	0272 - Previdência do Regime Estatutário		
Programa	0211 - GESTÃO DOS ENCARGOS ESPECIAIS DO MUNICÍPIO		
Ação	0050 - Pagamento de Eventuais Obrigações com Precatórios, RPVs e outros.		
Total Ação		10.000,00	0,01
Ação	0051 - Pagamento do PASEP.		
Total Ação		144.400,00	0,08
Total Programa		154.400,00	0,00
Total Subfunção		154.400,00	0,09
Total Função		154.400,00	0,09
Total Unidade		154.400,00	0,09
Total Órgão		14.575.000,00	8,24
Órgão	18 - Fas		
Unidade	1 - Gestao da Assistencia a Saude do Servidor		
Função	0009 - Previdência Social		
Subfunção	0271 - Previdência Básica		
Programa	0211 - GESTÃO DOS ENCARGOS ESPECIAIS DO MUNICÍPIO		
Ação	0035 - Pagamento do plano de saúde dos servidores segurados.		
Total Ação		1.767.000,00	1,00
Total Programa		1.767.000,00	0,00
Total Subfunção		1.767.000,00	1,00
Total Função		1.767.000,00	1,00
Total Unidade		1.767.000,00	1,00
Unidade	2 - Encargos Gerais do Municipio		
Função	0028 - Encargos Especiais		
Subfunção	0845 - Outras Transferências		
Programa	0211 - GESTÃO DOS ENCARGOS ESPECIAIS DO MUNICÍPIO		
Ação	0055 - Pagamento do PASEP e outros encargos.		
Total Ação		25.000,00	0,01
Total Programa		25.000,00	0,00
Total Subfunção		25.000,00	0,01
Total Função		25.000,00	0,01
Total Unidade		25.000,00	0,01
Unidade	99 - Reserva de Contingência		
Função	0099 - Reserva de Contingência		
Subfunção	0999 - Reserva de contingência		
Programa	9999 - RESERVA DE CONTINGENCIA		
Ação	9999 - RESERVA DE CONTINGENCIA DO MUNICÍPIO		
Total Ação		8.000,00	0,00
Total Programa		8.000,00	0,00
Total Subfunção		8.000,00	0,00
Total Função		8.000,00	0,00
Total Unidade		8.000,00	0,00
Total Órgão		1.800.000,00	1,02
Órgão	19 - Fundacao Municipal de Esportes - Fme		
Unidade	1 - Esporte Amador, Comunitário e de Rendimento		
Função	0027 - Desporto e Lazer		
Subfunção	0813 - Lazer		
Programa	0340 - MANUTENÇÃO FUNDAÇÃO DE ESPORTES		
Ação	1261 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS AQUISIÇÃO DE FROTAS		
Total Ação		271.000,00	0,15
Ação	1263 - REFORMA DAS INSTALAÇÕES ESPORTIVAS E DA SEDE FME; REFORMA DO COMPLEXO ESPORTIVO; CONSTRUÇÃO DO CENTRO MULTIUSO;		
Total Ação		1.700.000,00	0,96
Ação	2660 - FOLHA DE PAGAMENTO MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA DA FUNDAÇÃO, LOCAÇÃO E MONITORAMENTO DE FROTAS AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS QUALIFICAÇÃO E TREINAMENTO		
Total Ação		715.000,00	0,40
Total Programa		2.686.000,00	1,00
Programa	0341 - O ESPORTE E A CIDADE		
Ação	2666 - Torneios e Campeonatos Comunitários, Arbitragem, premiação etc. Calendário de Esporte Escolar Eventos de Lazer ativo, corridas, recreação, seminários Campeonatos Municipais e Regionais Arbitragem, premiação , etc.		
Total Ação		285.500,00	0,16
Ação	2668 - Jasc, Olesc, Joguinhos, Parajasc, Jasti Campeonato Estadual e Nacional Campeonatos Regionais		
Total Ação		185.000,00	0,10
Total Programa		470.500,00	0,00
Total Subfunção		3.156.500,00	1,78
Total Função		3.156.500,00	1,78
Total Unidade		3.156.500,00	1,78
Unidade	2 - Bolsa-Atleta e Bolsa Técnico-Municipal		
Função	0027 - Desporto e Lazer		
Subfunção	0812 - Desporto Comunitário		

Dotação			%
Programa	0341 - O ESPORTE E A CIDADE		
Ação	2662 - Concessão de Bolsas de auxílio financeiro a atletas destaque para seu custeio afim de representar o Município em competições regionais, estaduais e nacionais.		
Total Ação		347.000,00	0,20
Ação	2664 - Concessão de Bolsas de auxílio financeiro a técnicos esportivos para o desenvolvimento de sua modalidade afim de representar o município ou associação esportiva. Projeto Saúde nas Praças Projeto Esporte Escolar		
Total Ação		424.000,00	0,24
Total Programa		771.000,00	0,00
Total Subfunção		771.000,00	0,44
Total Função		771.000,00	0,44
Total Unidade		771.000,00	0,44
Unidade	3 - Transferências à Entidades Esportivas		
Função	0027 - Desporto e Lazer		
Subfunção	0813 - Lazer		
Programa	0207 - GESTÃO PÚBLICA E O 3º SETOR		
Ação	2669 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS À ENTIDADES ESPORTIVAS		
Total Ação		185.500,00	0,10
Total Programa		185.500,00	0,00
Total Subfunção		185.500,00	0,10
Total Função		185.500,00	0,10
Total Unidade		185.500,00	0,10
Unidade	4 - Encargos Gerais do Município		
Função	0028 - Encargos Especiais		
Subfunção	0845 - Outras Transferências		
Programa	0211 - GESTÃO DOS ENCARGOS ESPECIAIS DO MUNICÍPIO		
Ação	0036 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		
Total Ação		10.000,00	0,01
Total Programa		10.000,00	0,00
Total Subfunção		10.000,00	0,01
Total Função		10.000,00	0,01
Total Unidade		10.000,00	0,01
Unidade	99 - Reserva de Contingencia		
Função	0099 - Reserva de Contingência		
Subfunção	0999 - Reserva de contingência		
Programa	9999 - RESERVA DE CONTINGENCIA		
Ação	9999 - RESERVA DE CONTINGENCIA DO MUNICÍPIO		
Total Ação		3.000,00	0,00
Total Programa		3.000,00	0,00
Total Subfunção		3.000,00	0,00
Total Função		3.000,00	0,00
Total Unidade		3.000,00	0,00
Total Órgão		4.126.000,00	2,33
Órgão	20 - Fundo de Atend. a Crianca e ao Adolescente - Fia		
Unidade	1 - Servico de Atencao Integral a Crianca e Adol.		
Função	0008 - Assistência Social		
Subfunção	0243 - Assistência à Criança e ao Adolescente		
Programa	0350 - FIA- FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA		
Ação	2670 - Aquisição de material didático, sócioeducativo e divulgação, Capacitação permanente e Programas e projetos.		
Total Ação		80.000,00	0,05
Total Programa		80.000,00	0,00
Total Subfunção		80.000,00	0,05
Total Função		80.000,00	0,05
Total Unidade		80.000,00	0,05
Unidade	2 - Encargos Gerais do Municipio		
Função	0028 - Encargos Especiais		
Subfunção	0845 - Outras Transferências		
Programa	0211 - GESTÃO DOS ENCARGOS ESPECIAIS DO MUNICÍPIO		
Ação	0038 - Pagamento do PASEP e outros encargos		
Total Ação		1.000,00	0,00
Total Programa		1.000,00	0,00
Total Subfunção		1.000,00	0,00
Total Função		1.000,00	0,00
Total Unidade		1.000,00	0,00
Unidade	99 - Reserva de Contingencia		
Função	0099 - Reserva de Contingência		
Subfunção	0999 - Reserva de contingência		
Programa	9999 - RESERVA DE CONTINGENCIA		
Ação	9999 - RESERVA DE CONTINGENCIA DO MUNICÍPIO		
Total Ação		1.000,00	0,00
Total Programa		1.000,00	0,00
Total Subfunção		1.000,00	0,00

Dotação			%
Total Função		1.000,00	0,00
Total Unidade		1.000,00	0,00
Total Órgão		82.000,00	0,05
Órgão	21 - Fundo Municipal de Turismo - Fumtur		
Unidade	1 - Desenvolvimento de Ações Turísticas		
Função	0023 - Comércio e Serviços		
Subfunção	0695 - Turismo		
Programa	0355 - GESTÃO DO PLANEJAMENTO, ORGANIZAÇÃO E DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES E ATRATIVOS TURÍSTICOS		
Ação	1681 - Aquisição de Equipamentos, Móveis e Utensílios; Equipamentos para Praças e Espaços Públicos;		
Total Ação		215.000,00	0,12
Ação	1683 - Revitalização do Jardim Botânico; Revitalização da Praça dos Poemas; Pavimentação da Estrada Turística - Acesso ao Morro Azul; Implantação do Mercado Público; Criação da Rota de Turismo com Bondinho; Sinalização Interpretativa nos Principais Atrativos Turísticos da Cidade; Implantação do Centro Gastronômico; Restauração Casa Enxaimel do Jardim Botânico; Implantação do Portal Turístico do Município de Timbó;		
Total Ação		3.499.250,00	1,98
Ação	2680 - Despesas com Pessoal e Encargos; Despesas com a Manutenção de Espaços Públicos; Manutenção do Pavilhão de Eventos Henry Paul; Demais Despesas do Fundo de Turismo; Participação em Consórcios Públicos		
Total Ação		466.750,00	0,26
Total Programa		4.181.000,00	2,00
Total Subfunção		4.181.000,00	2,36
Total Função		4.181.000,00	2,36
Total Unidade		4.181.000,00	2,36
Unidade	2 - Encargos Gerais do Município		
Função	0028 - Encargos Especiais		
Subfunção	0845 - Outras Transferências		
Programa	0211 - GESTÃO DOS ENCARGOS ESPECIAIS DO MUNICÍPIO		
Ação	0040 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		
Total Ação		2.000,00	0,00
Total Programa		2.000,00	0,00
Total Subfunção		2.000,00	0,00
Total Função		2.000,00	0,00
Total Unidade		2.000,00	0,00
Unidade	99 - Reserva de Contingencia		
Função	0099 - Reserva de Contingência		
Subfunção	0999 - Reserva de contingência		
Programa	9999 - RESERVA DE CONTINGENCIA		
Ação	9999 - RESERVA DE CONTINGENCIA DO MUNICÍPIO		
Total Ação		2.000,00	0,00
Total Programa		2.000,00	0,00
Total Subfunção		2.000,00	0,00
Total Função		2.000,00	0,00
Total Unidade		2.000,00	0,00
Total Órgão		4.185.000,00	2,37
Órgão	22 - Fundacao Cultural de Timbo - Fct		
Unidade	1 - Memória, História, Cultura e Arte		
Função	0013 - Cultura		
Subfunção	0391 - Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico		
Programa	0361 - APOIO E INCENTIVO A MEMÓRIA, HISTÓRIA, CULTURA E ARTE		
Ação	1695 - Realizar, em parceria com as demais instituições culturais signatárias desse termo, o Inventário do Patrimônio Imaterial do Município. Estabelecer uma Política Municipal de Concessão de Incentivos de Preservação aos Proprietários de Bens Históricos e Arquitetônicos.		
Total Ação		15.000,00	0,01
Ação	2696 - Promover e Realizar ações que auxiliem na implantação dos Roteiros Nacionais de Imigração; Estabelecer um regime de cooperação entre o Governo do Estado de Santa Catarina e a Federação, através do IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, no âmbito de suas respectivas competências, no sentido da implementação dos Roteiros Nacionais de Imigração, por meio da execução de uma política de preservação do patrimônio cultural do imigrante e de desenvolvimento sustentável para o município.		
Total Ação		5.000,00	0,00
Total Programa		20.000,00	0,00
Total Subfunção		20.000,00	0,01
Subfunção	0392 - Difusão Cultural		
Programa	0361 - APOIO E INCENTIVO A MEMÓRIA, HISTÓRIA, CULTURA E ARTE		
Ação	2692 - Realização e apoio aos Eventos Culturais e Populares;		
Total Ação		1.150.000,00	0,65
Ação	2694 - Realização e ampliação dos cursos que envolvam Cultura, Arte e História;		
Total Ação		20.000,00	0,01
Total Programa		1.170.000,00	0,00
Total Subfunção		1.170.000,00	0,66
Total Função		1.190.000,00	0,67
Total Unidade		1.190.000,00	0,67
Unidade	2 - Gestão da Fundação Cultural de Timbó		

Dotação			%
Função	0013 - Cultura		
Subfunção	0391 - Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico		
Programa	0360 - MANUTENÇÃO DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ		
Ação	1691 - Obra e Construção do Centro Integrado de Cultura e Educação; Aquisição de Imóveis Tombados e similares; Reforma de Imóveis Tombados e similares; Construção de Coreto na Praça Principal; Obras de Construções e Reformas da Fundação Cultural de Timbó e seus segmentos;		
Total Ação		1.130.000,00	0,64
Total Programa		1.130.000,00	0,00
Total Subfunção		1.130.000,00	0,64
Subfunção	0392 - Difusão Cultural		
Programa	0360 - MANUTENÇÃO DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ		
Ação	1693 - Equipamentos, Móveis e Utensílios para o Centro Integrado de Cultura e Educação; Equipamentos para a Fundação Cultural de Timbó e seus diversos segmentos; Frota de Veículos - Equipar a Fundação Cultural de Timbó com 1 veículo tipo "utilitário", 4 portas, e com ar condicionado.		
Total Ação		115.000,00	0,07
Ação	2690 - Manutenção do Centro Integrado de Cultura e Educação; Folha de Pagamento e encargos sociais; Auxílio Alimentação em Pecúnia Material de expediente Limpeza e Conservação Locação de equipamentos Manutenção dos veículos Consumo de energia elétrica Consumo de água Consumo de combustível Consumo de telefone Material gráfico Despesas com viagens, capacitações e estadias Serviços de Terceiros Despesas de manutenção Seviços de Teleprocessamento Locação de Imóveis Vigilância Ostensiva Monitorada Publicidade e Propaganda Demais Despesas com a Manutenção da FCT		
Total Ação		2.218.700,00	1,25
Total Programa		2.333.700,00	1,00
Total Subfunção		2.333.700,00	1,32
Total Função		3.463.700,00	1,96
Total Unidade		3.463.700,00	1,96
Unidade	3 - Gestão Pública do Terceiro Setor		
Função	0013 - Cultura		
Subfunção	0392 - Difusão Cultural		
Programa	0207 - GESTÃO PÚBLICA E O 3º SETOR		
Ação	2698 - Transferencia de Recursos à Entidades Culturais		
Total Ação		403.300,00	0,23
Total Programa		403.300,00	0,00
Total Subfunção		403.300,00	0,23
Total Função		403.300,00	0,23
Total Unidade		403.300,00	0,23
Unidade	4 - Encargos Gerais do Município		
Função	0028 - Encargos Especiais		
Subfunção	0845 - Outras Transferências		
Programa	0211 - GESTÃO DOS ENCARGOS ESPECIAIS DO MUNICÍPIO		
Ação	0042 - GESTÃO DO PASEP E ENCARGOS DA FCT		
Total Ação		20.000,00	0,01
Total Programa		20.000,00	0,00
Total Subfunção		20.000,00	0,01
Total Função		20.000,00	0,01
Total Unidade		20.000,00	0,01
Unidade	99 - Reserva de Contingencia		
Função	0099 - Reserva de Contingência		
Subfunção	0999 - Reserva de contingência		
Programa	9999 - RESERVA DE CONTINGENCIA		
Ação	9999 - RESERVA DE CONTINGENCIA DO MUNICÍPIO		
Total Ação		3.000,00	0,00
Total Programa		3.000,00	0,00
Total Subfunção		3.000,00	0,00
Total Função		3.000,00	0,00
Total Unidade		3.000,00	0,00
Total Órgão		5.080.000,00	2,87
Órgão	23 - Funrepom		
Unidade	1 - Manutenção da Polícia Militar - Funrepom		
Função	0006 - Segurança Pública		
Subfunção	0181 - Policiamento		
Programa	0370 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DO FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO E MELHORIA DA POLICIA MILITAR DE TIMBO		
Ação	1701 - Aquisição de Móveis, Equipamentos e Utensílios		
Total Ação		20.000,00	0,01
Ação	1703 - Reforma do prédio da sede da 2ª companhia PM em Timbó, modernização das estruturas, revitalização do ambiente externo.		
Total Ação		123.000,00	0,07
Ação	2700 - Combustíveis Material de expediente Material de limpeza e conservação Fornecimento de Alimentação Serviços de Telecomunicações Material de Consumo, Copa e Cozinha Seguros em Geral Material e Manutenção de Bens Móveis e Imóveis Material de Proteção e Segurança Material para Processamento de Dados e Manutenção de Software Outros Serviços de Terceiros Demais Despesas de Manutenção		

Dotação			%
Total Ação		167.000,00	0,09
Total Programa		310.000,00	0,00
Total Subfunção		310.000,00	0,18
Total Função		310.000,00	0,18
Total Unidade		310.000,00	0,18
Unidade	2 - Encargos Gerais do Município		
Função	0028 - Encargos Especiais		
Subfunção	0845 - Outras Transferências		
Programa	0211 - GESTÃO DOS ENCARGOS ESPECIAIS DO MUNICÍPIO		
Ação	0044 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		
Total Ação		5.000,00	0,00
Total Programa		5.000,00	0,00
Total Subfunção		5.000,00	0,00
Total Função		5.000,00	0,00
Total Unidade		5.000,00	0,00
Unidade	99 - Reserva de Contingencia		
Função	0099 - Reserva de Contingência		
Subfunção	0999 - Reserva de contingência		
Programa	9999 - RESERVA DE CONTINGENCIA		
Ação	9999 - RESERVA DE CONTINGENCIA DO MUNICÍPIO		
Total Ação		5.000,00	0,00
Total Programa		5.000,00	0,00
Total Subfunção		5.000,00	0,00
Total Função		5.000,00	0,00
Total Unidade		5.000,00	0,00
Total Órgão		320.000,00	0,18
Órgão	24 - Fundo Municipal de Transito - Fumtran		
Unidade	1 - Demutran		
Função	0026 - Transporte		
Subfunção	0782 - Transporte Rodoviário		
Programa	0380 - GESTÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO DE TIMBÓ		
Ação	1711 - AQUISIÇÃO 10 COMPUTADORES AQUISIÇÃO 2 IMPRESSORAS MULTIFUNCIONAIS AQUISIÇÃO 10 CADEIRAS GIRATORIAS AQUISIÇÃO 3 ESTAÇÕES DE TRABALHO AQUISIÇÃO 12 GAVETEIROS AQUISIÇÃO 5 ARQUIVOS DE AÇO AQUISIÇÃO 1 AUTOMÓVEL DE PASSEIO AQUISIÇÃO 4 MOTOCICLETAS AQUISIÇÃO 10 BAUS PARA MOTOCICLETA AQUISIÇÃO 5 ARMARIOS DE AÇO AQUISIÇÃO 5 CELULARES		
Total Ação		46.100,00	0,03
Ação	1713 - OBRAS E CONSTRUÇÕES IMOVEIS E INSTALAÇÕES ABRIGOS DE PASSAGEIROS DE ONIBUS, IMPLANTAÇÃO DE TREVOS E CANTEIROS EM VIAS URBANAS, SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL		
Total Ação		1.100.000,00	0,62
Ação	2710 - FOLHA DE PAGAMENTO; AUXILIO EDUCAÇÃO; COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES COPA, MATERIAL DE EXPEDIENTE, LIMPEZA; MATERIAL MANUTENÇÃO DE VEICULOS; MATERIAL DE SINALIZAÇÃO; ESTAGIÁRIOS; MANUTENÇÃO DE SOFTWARE; MANUTENÇÃO DE BENS DE USO COMUM DO POVO; MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS; MANUTENÇÃO ESTRADAS E VIAS; ENERGIA ELETRICA, AGUA, CELULAR SEGUROS SERVIÇOS BANCÁRIOS; AUXILIO ALIMENTAÇÃO; REMOÇÃO DE VEÍCULOS APREENDIDOS EM DECORRENCIA DE CONTRAÇÃO A LEGISLAÇÃO; LOCAÇÃO DE RADIOS DE COMUNICAÇÃO; AQUISIÇÃO DE 9 FARDAMENTOS COMPLETOS; CONGRESSOS, SEMINARIOS E TREINAMENTOS; PUBLICAÇÕES E PUBLICIDADE DOS ATOS; SERVIÇOS TECNICOS PROFISSIONAIS		
Total Ação		1.173.900,00	0,66
Total Programa		2.320.000,00	1,00
Programa	0381 - CIDADE CONSCIENTE E PROATIVA		
Ação	2712 - Programa Aluno Guia Cursos, palestras, seminários, Panfletagens, Programas. Educação nas escolas, empresas, Sipat, entidades em geral.		
Total Ação		12.000,00	0,01
Total Programa		12.000,00	0,00
Total Subfunção		2.332.000,00	1,32
Total Função		2.332.000,00	1,32
Total Unidade		2.332.000,00	1,32
Unidade	2 - Manutenção do Convênio de Trânsito		
Função	0026 - Transporte		
Subfunção	0782 - Transporte Rodoviário		
Programa	0380 - GESTÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO DE TIMBÓ		
Ação	2711 - LOCAÇÃO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS; CORREIO; SERVIÇOS BANCARIOS; ALIMENTAÇÃO DE AGENTES EM AÇÃO CONJUNTA COM A POLICIA		
Total Ação		1.136.000,00	0,64
Total Programa		1.136.000,00	0,00
Total Subfunção		1.136.000,00	0,64
Total Função		1.136.000,00	0,64
Total Unidade		1.136.000,00	0,64
Unidade	3 - Policia Militar		
Função	0006 - Segurança Pública		
Subfunção	0181 - Policiamento		
Programa	0380 - GESTÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO DE TIMBÓ		

Dotação			%
Ação	2715 - REPASSE AO ESTADO CONFORME CONVÊNIO TRÂNSITO		
Total Ação		100.000,00	0,06
Total Programa		100.000,00	0,00
Total Subfunção		100.000,00	0,06
Total Função		100.000,00	0,06
Total Unidade		100.000,00	0,06
Unidade	4 - Polícia Civil		
Função	0006 - Segurança Pública		
Subfunção	0181 - Policiamento		
Programa	0380 - GESTÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO DE TIMBÓ		
Ação	1715 - EQUIPAMENTOS MOVEIS E UTENSILIOS AQUISIÇÃO 2 CELULARES		
Total Ação		13.000,00	0,01
Ação	2713 - COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES; MATERIAL EXPEDIENTE; MANUTENÇÃO DE VEICULOS; MANUTENÇÃO DE SOFTWARE; CURSOS		
Total Ação		87.000,00	0,05
Total Programa		100.000,00	0,00
Total Subfunção		100.000,00	0,06
Total Função		100.000,00	0,06
Total Unidade		100.000,00	0,06
Unidade	5 - Encargos Gerais do Municipio		
Função	0028 - Encargos Especiais		
Subfunção	0845 - Outras Transferências		
Programa	0211 - GESTÃO DOS ENCARGOS ESPECIAIS DO MUNICÍPIO		
Ação	0046 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		
Total Ação		23.000,00	0,01
Total Programa		23.000,00	0,00
Total Subfunção		23.000,00	0,01
Total Função		23.000,00	0,01
Total Unidade		23.000,00	0,01
Unidade	99 - Reserva de Contingencia		
Função	0099 - Reserva de Contingência		
Subfunção	0999 - Reserva de contingência		
Programa	9999 - RESERVA DE CONTINGENCIA		
Ação	9999 - RESERVA DE CONTINGENCIA DO MUNICÍPIO		
Total Ação		5.000,00	0,00
Total Programa		5.000,00	0,00
Total Subfunção		5.000,00	0,00
Total Função		5.000,00	0,00
Total Unidade		5.000,00	0,00
Total Órgão		3.696.000,00	2,09
Órgão	25 - Servico Autonomo Municipal de Agua e Esgoto		
Unidade	1 - Tratamento e Distribuicao de Agua		
Função	0017 - Saneamento		
Subfunção	0512 - Saneamento Básico Urbano		
Programa	0391 - ÁGUA POTÁVEL PARA TODOS		
Ação	1721 - Aquisição de novos equipamentos de informática e bens móveis para fins de ampliação e substituição conforme depreciação. Aquisição de novos equipamentos de telemetria, softwares, macromedidores, geofones e equipamentos de medição. Aquisição de bombas e equipamentos destinados ao sistema de abastecimento de água. Aquisição de novos equipamentos de análises e controle do tratamento de água. Implantação de um setor de controle de perdas com aquisição de equipamentos e insumos.		
Total Ação		160.000,00	0,09
Ação	1723 - Aquisição de veículos tipo pick-up para substituição da frota das equipes de manutenção. Aquisição para substituição de máquinas e caminhões com equipamentos acoplados. Aquisição de veículos para coleta de água para análise em vários pontos da cidade. Aquisição de veículo para a equipe de controle de perdas. Aquisição para ampliação da frota de maquinas e caminhões com equipamentos acoplados. Aquisição de motocicletas para atendimento do setor de fiscalização. Aquisição de veículo tipo passeio para atendimento das necessidades do setor administrativo.		
Total Ação		707.000,00	0,40
Ação	1725 - Realizar obras de intervenção na captação de água bruta do rio benedito para adequação e regularização do sistema. Construção de novos reservatórios de água tratada para atendimento do crescimento da demanda. Ampliação e reforma da estação de tratamento de água (ETA) devido a depreciação e aumento de consumo. Contratação e elaboração de estudos e projetos para análise e execução de sistemas para captação e tratamento de água. Implantação de novas redes para fornecimento de água nas áreas rurais. Ampliação e substituição de redes de distribuição de água conforme cronograma de pavimentações do município. Ampliação das redes existentes por diâmetros maiores que atendam a necessidade de abastecimento. Reforma e ampliações das instalações e pátios utilizados para os serviços de água.		
Total Ação		2.300.000,00	1,30
Ação	1727 - Aquisição de imóveis para a implantação de reservatórios conforme necessidade apontada em estudos realizados.		
Total Ação		100.000,00	0,06
Ação	2722 - Manutenção das atividades da estação de tratamento. Manutenção da folha de pagamento dos servidores lotados na ETA. Contratação de serviços terceirizados (análise de água, elétrica, telemetria, predial etc), aquisição de materiais de expediente e outros insumos necessários para a manutenção do sistema de tratamento, capacitação de servidores.		
Total Ação		1.410.000,00	0,80

Dotação			%
Ação	2724 - Manutenção das atividades dos serviços de distribuição de água. Manutenção da folha de pagamento dos servidores. Contratação de serviços terceirizados (consertos/recuperação calçadas, vias públicas, horas máquinas, etc), aquisição de materiais de expediente e outros insumos necessários para a manutenção do sistema de distribuição de água, capacitação de servidores.		
Total Ação		1.948.000,00	1,10
Total Programa		6.625.000,00	3,00
Total Subfunção		6.625.000,00	3,75
Total Função		6.625.000,00	3,75
Total Unidade		6.625.000,00	3,75
Unidade	2 - Captacao e Tratamento de Esgoto		
Função	0017 - Saneamento		
Subfunção	0512 - Saneamento Básico Urbano		
Programa	0392 - ESGOTAMENTO SANITÁRIO		
Ação	1733 - Contratação de empresa especializada para fornecimento e execução dos serviços de implantação. Contratação e elaboração de estudos e projetos para análise e execução de sistemas para coleta e tratamento de esgoto.		
Total Ação		13.500.000,00	7,63
Ação	1735 - Adquirir terrenos a serem utilizados para implantação de elevatórias de esgoto. Adquirir imóvel apto para a construção de estação de tratamento de esgoto.		
Total Ação		55.000,00	0,03
Total Programa		13.555.000,00	7,00
Total Subfunção		13.555.000,00	7,67
Total Função		13.555.000,00	7,67
Total Unidade		13.555.000,00	7,67
Unidade	3 - Tratamento e Disposicao de Residuos Solidos		
Função	0017 - Saneamento		
Subfunção	0512 - Saneamento Básico Urbano		
Programa	0393 - PROJETO CIDADE LIMPA		
Ação	1737 - Aquisição de novos equipamentos de informática e bens móveis para fins de ampliação e substituição conforme depreciação. Aquisição de prensa para o material reciclado. Aquisição de esteira para separação dos materiais recicláveis. Aquisição de novos equipamentos de armazenamento interno de materiais recicláveis. Aquisição de condicionadores para implantação de projeto de armazenamento coletivo em pontos distribuidos no município.		
Total Ação		15.000,00	0,01
Ação	1739 - Aquisição para ampliação e renovação da frota de maquinas e caminhões para coleta de resíduos com equipamentos acoplados. Aquisição de veículo tipo passeio para atendimento das necessidades do setor administrativo.		
Total Ação		450.000,00	0,25
Ação	1741 - Construção de local para depósito de materiais de logística reversa e coleta de materiais recicláveis alternativo. Contratação e elaboração de estudos e projetos para análise e execução de sistemas para coleta e destinação de resíduos.		
Total Ação		50.000,00	0,03
Ação	2730 - Manutenção das atividades dos serviços de coleta de resíduos sólidos. Manutenção da folha de pagamento dos servidores que trabalham na separação dos resíduos. Aquisição de materiais de expediente e outros insumos necessários para a manutenção do sistema de coleta de resíduos sólidos, capacitação dos servidores da Reciclagem.		
Total Ação		1.146.000,00	0,65
Ação	2732 - Manutenção das atividades dos serviços de coleta de resíduos sólidos. Manutenção da folha de pagamento dos servidores que realizam a coleta dos resíduos no município (agente de coleta e motorista). Pagamentos a CIMVI, aquisição de materiais de expediente e outros insumos necessários para a manutenção do sistema de coleta e triagem, capacitação dos servidores, contratação de serviços terceirizados (elétrica, predial etc).		
Total Ação		1.777.350,00	1,01
Total Programa		3.438.350,00	1,00
Total Subfunção		3.438.350,00	1,94
Total Função		3.438.350,00	1,94
Total Unidade		3.438.350,00	1,94
Unidade	4 - Encargos Gerais do Municipio		
Função	0017 - Saneamento		
Subfunção	0512 - Saneamento Básico Urbano		
Programa	0211 - GESTÃO DOS ENCARGOS ESPECIAIS DO MUNICÍPIO		
Ação	0048 - Pagamento de Eventuais Obrigações com Precatórios, RPVs e outros.		
Total Ação		17.150,00	0,01
Ação	0049 - Pagamento do PASEP mensal.		
Total Ação		110.000,00	0,06
Total Programa		127.150,00	0,00
Total Subfunção		127.150,00	0,07
Total Função		127.150,00	0,07
Total Unidade		127.150,00	0,07
Unidade	5 - Drenagem de Aguas Pluviais		
Função	0017 - Saneamento		
Subfunção	0512 - Saneamento Básico Urbano		
Programa	0394 - DRENAGEM E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS		
Ação	1745 - Contratação e elaboração de estudos e projetos para análise e execução de sistemas para coleta e manejo de águas pluviais. Implantação de novas tubulações e substituições das redes que estão comprometidas.		
Total Ação		50.000,00	0,03
Ação	2734 - Manter as atividades de drenagem e manejo de águas pluviais afim de que possam ser encaminhadas de forma correta		

Dotação			%
ao seus corpos receptores. Aquisição de materiais e outros insumos necessários para a manutenção do sistema de drenagem e manejo das águas pluviais.			
Total Ação		15.000,00	0,01
Total Programa		65.000,00	0,00
Total Subfunção		65.000,00	0,04
Total Função		65.000,00	0,04
Total Unidade		65.000,00	0,04
Unidade	6 - Administração Geral do SAMAE		
Função	0017 - Saneamento		
Subfunção	0512 - Saneamento Básico Urbano		
Programa	0390 - ADMINISTRAÇÃO GERAL DO SAMAE		
Ação	2720 - Manutenção da folha de pagamento dos servidores da administração geral do samae. Aquisição de materiais de expediente e outros insumos necessários para a manutenção do setor, capacitação de servidores, realização de eventos de conscientização relacionados ao uso correto da água, coleta seletiva, meio ambiente, contratação de serviços terceirizados, etc.		
Total Ação		2.139.500,00	1,21
Total Programa		2.139.500,00	1,00
Total Subfunção		2.139.500,00	1,21
Total Função		2.139.500,00	1,21
Total Unidade		2.139.500,00	1,21
Unidade	99 - Reserva de Contingencia		
Função	0099 - Reserva de Contingência		
Subfunção	0999 - Reserva de contingência		
Programa	9999 - RESERVA DE CONTINGENCIA		
Ação	9999 - RESERVA DE CONTINGENCIA DO MUNICÍPIO		
Total Ação		50.000,00	0,03
Total Programa		50.000,00	0,00
Total Subfunção		50.000,00	0,03
Total Função		50.000,00	0,03
Total Unidade		50.000,00	0,03
Total Órgão		26.000.000,00	14,70
Órgão	99 - Reserva de Contingencia		
Unidade	99 - Reserva de Contingencia		
Função	0099 - Reserva de Contingência		
Subfunção	0999 - Reserva de contingência		
Programa	9999 - RESERVA DE CONTINGENCIA		
Ação	9999 - RESERVA DE CONTINGENCIA DO MUNICÍPIO		
Total Ação		200.000,00	0,11
Total Programa		200.000,00	0,00
Total Subfunção		200.000,00	0,11
Total Função		200.000,00	0,11
Total Unidade		200.000,00	0,11
Total Órgão		200.000,00	0,11
Total Geral		176.837.900,00	100,00

LEI Nº 2920, DE 16 DE OUTUBRO DE 2017

LEI Nº 2920, DE 16 DE OUTUBRO DE 2017

Autoriza a cobrança de Contribuição de Melhoria decorrente da execução da pavimentação da Rua Apucarana.

JORGE AUGUSTO KRÜGER, Prefeito de Timbó-SC.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada a cobrança de Contribuição de Melhoria dos proprietários dos lotes com testada para a Rua Apucarana, que não aderirem à pavimentação por mutirão.

Art. 2º A área total da pavimentação será de 517,41 m² (quinhentos e dezessete metros e quarenta e um decímetros quadrados) e o custo total orçado de R\$ 65.425,28 (sessenta e cinco mil, quatrocentos e vinte e cinco reais, e vinte e oito centavos).

Parágrafo único. O custo total orçado mencionado no caput, trata-se de valor estimado, podendo sofrer alterações para mais ou para menos até o final da obra.

Art. 3º O valor da Contribuição de Melhoria terá como limite a despesa realizada com a execução da obra, inclusive de seus termos aditivos e, como limite individual, o acréscimo de valor que a obra resultar para cada imóvel valorizado, conforme disciplina o art. 81 da Lei 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional.

Parágrafo único. Serão considerados valorizados os imóveis que possuam testada para a via a ser pavimentada.

Art. 4º Para a cobrança da Contribuição de Melhoria o Município notificará o contribuinte através de publicação prévia de Edital contendo os seguintes requisitos:

I – Memorial descritivo do projeto;

II – Orçamento do custo da obra;

III - Determinação da parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição de melhoria;

IV – Delimitação da área beneficiada pela obra com a relação dos imóveis nela compreendidos.

§1º O contribuinte, após notificado, poderá impugnar os elementos do Edital, no prazo de 30 (trinta) dias, aplicando-se à instrução e ao julgamento dessa impugnação as disposições contidas na Lei Complementar nº 142, de 21 de dezembro de 1998 – Código Tributário Municipal.

§2º A impugnação referida no parágrafo 1º não suspenderá o início ou prosseguimento da obra.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 16 de outubro de 2017, 148º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER

Prefeito de Timbó/SC

LEI Nº 2921, DE 16 DE OUTUBRO DE 2017

LEI Nº 2921, DE 16 DE OUTUBRO DE 2017

Autoriza a cobrança de Contribuição de Melhoria decorrente da execução da pavimentação da Rua Suécia Trecho II.

JORGE AUGUSTO KRÜGER, Prefeito de Timbó-SC.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada a cobrança de Contribuição de Melhoria dos proprietários dos lotes com testada para a Rua Suécia Trecho II, que não aderirem à pavimentação por mutirão.

Art. 2º A área total da pavimentação será de 918,56 m² (novecentos e dezoito metros e cinquenta e seis decímetros quadrados) e o custo total orçado de R\$ 101.201,31 (cento e um mil, duzentos e um reais, e trinta e um centavos).

Parágrafo único. O custo total orçado mencionado no caput, trata-se de valor estimado, podendo sofrer alterações para mais ou para menos até o final da obra.

Art. 3º O valor da Contribuição de Melhoria terá como limite a despesa realizada com a execução da obra, inclusive de seus termos aditivos e, como limite individual, o acréscimo de valor que a obra resultar para cada imóvel valorizado, conforme disciplina o art. 81 da Lei 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional.

Parágrafo único. Serão considerados valorizados os imóveis que possuam testada para a via a ser pavimentada.

Art. 4º Para a cobrança da Contribuição de Melhoria o Município notificará o contribuinte através de publicação prévia de Edital contendo os seguintes requisitos:

I – Memorial descritivo do projeto;

II – Orçamento do custo da obra;

III - Determinação da parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição de melhoria;

IV – Delimitação da área beneficiada pela obra com a relação dos imóveis nela compreendidos.

§1º O contribuinte, após notificado, poderá impugnar os elementos do Edital, no prazo de 30 (trinta) dias, aplicando-se à instrução e ao julgamento dessa impugnação as disposições contidas na Lei Complementar nº 142, de 21 de dezembro de 1998 – Código Tributário Municipal.

§2º A impugnação referida no parágrafo 1º não suspenderá o início ou prosseguimento da obra.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 16 de outubro de 2017, 148º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER

Prefeito de Timbó/SC

LEI Nº 2922, DE 16 DE OUTUBRO DE 2017

LEI Nº 2922, DE 16 DE OUTUBRO DE 2017

Autoriza a cobrança de Contribuição de Melhoria decorrente da execução da pavimentação da Rua Áustria Trecho II.

JORGE AUGUSTO KRÜGER, Prefeito de Timbó-SC.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada a cobrança de Contribuição de Melhoria dos proprietários dos lotes com testada para a Rua Áustria Trecho II, que não aderirem à pavimentação por mutirão.

Art. 2º A área total da pavimentação será de 1.408,42 m² (um mil, quatrocentos e oito metros e quarenta e dois decímetros quadrados) e o custo total orçado de R\$ 160.304,95 (cento e sessenta mil, trezentos e quatro reais, e noventa e cinco centavos).

Parágrafo único. O custo total orçado mencionado no caput, trata-se de valor estimado, podendo sofrer alterações para mais ou para menos até o final da obra.

Art. 3º O valor da Contribuição de Melhoria terá como limite a despesa realizada com a execução da obra, inclusive de seus termos aditivos e, como limite individual, o acréscimo de valor que a obra resultar para cada imóvel valorizado, conforme disciplina o art. 81 da Lei 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional.

Parágrafo único. Serão considerados valorizados os imóveis que possuam testada para a via a ser pavimentada.

Art. 4º Para a cobrança da Contribuição de Melhoria o Município notificará o contribuinte através de publicação prévia de Edital contendo os seguintes requisitos:

I – Memorial descritivo do projeto;

II – Orçamento do custo da obra;

III - Determinação da parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição de melhoria;

IV – Delimitação da área beneficiada pela obra com a relação dos imóveis nela compreendidos.

§1º O contribuinte, após notificado, poderá impugnar os elementos do Edital, no prazo de 30 (trinta) dias, aplicando-se à instrução e ao julgamento dessa impugnação as disposições contidas na Lei Complementar nº 142, de 21 de dezembro de 1998 – Código Tributário Municipal.

§2º A impugnação referida no parágrafo 1º não suspenderá o início ou prosseguimento da obra.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 16 de outubro de 2017, 148º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER

Prefeito de Timbó/SC

LEI Nº 2923, DE 16 DE OUTUBRO DE 2017

LEI Nº 2923, DE 16 DE OUTUBRO DE 2017

Autoriza a cobrança de Contribuição de Melhoria decorrente da execução da pavimentação da Rua México.

JORGE AUGUSTO KRÜGER, Prefeito de Timbó-SC.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada a cobrança de Contribuição de Melhoria dos proprietários dos lotes com testada para a Rua México, que não aderirem à pavimentação por mutirão.

Art. 2º A área total da pavimentação será de 900,48 m² (novecentos metros e quarenta e oito decímetros quadrados) e o custo total orçado de R\$ 81.008,41 (oitenta e um mil, oito reais, e quarenta e um centavos).

Parágrafo único. O custo total orçado mencionado no caput, trata-se de valor estimado, podendo sofrer alterações para mais ou para menos até o final da obra.

Art. 3º O valor da Contribuição de Melhoria terá como limite a despesa realizada com a execução da obra, inclusive de seus termos aditivos e, como limite individual, o acréscimo de valor que a obra resultar para cada imóvel valorizado, conforme disciplina o art. 81 da Lei 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional.

Parágrafo único. Serão considerados valorizados os imóveis que possuam testada para a via a ser pavimentada.

Art. 4º Para a cobrança da Contribuição de Melhoria o Município notificará o contribuinte através de publicação prévia de Edital contendo os seguintes requisitos:

I – Memorial descritivo do projeto;

II – Orçamento do custo da obra;

III - Determinação da parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição de melhoria;

IV – Delimitação da área beneficiada pela obra com a relação dos imóveis nela compreendidos.

§1º O contribuinte, após notificado, poderá impugnar os elementos do Edital, no prazo de 30 (trinta) dias, aplicando-se à instrução e ao julgamento dessa impugnação as disposições contidas na Lei Complementar nº 142, de 21 de dezembro de 1998 – Código Tributário Municipal.

§2º A impugnação referida no parágrafo 1º não suspenderá o início ou prosseguimento da obra.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 16 de outubro de 2017, 148º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER

Prefeito de Timbó/SC

LEI Nº 2924, DE 16 DE OUTUBRO DE 2017

LEI Nº 2924, DE 16 DE OUTUBRO DE 2017

Autoriza a cobrança de Contribuição de Melhoria decorrente da execução da pavimentação da Rua Diamantina.

JORGE AUGUSTO KRÜGER, Prefeito de Timbó-SC.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada a cobrança de Contribuição de Melhoria dos proprietários dos lotes com testada para a Rua Diamantina, que não aderirem à pavimentação por mutirão.

Art. 2º A área total da pavimentação será de 6.445,66 m² (seis mil, quatrocentos e quarenta e cinco metros e sessenta e seis decímetros quadrados) e o custo total orçado de R\$ 733.450,97 (setecentos e trinta e três mil, quatrocentos e cinquenta reais, e noventa e sete centavos).

Parágrafo único. O custo total orçado mencionado no caput, trata-se de valor estimado, podendo sofrer alterações para mais ou para menos até o final da obra.

Art. 3º O valor da Contribuição de Melhoria terá como limite a despesa realizada com a execução da obra, inclusive de seus termos aditivos e, como limite individual, o acréscimo de valor que a obra resultar para cada imóvel valorizado, conforme disciplina o art. 81 da Lei 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional.

Parágrafo único. Serão considerados valorizados os imóveis que possuam testada para a via a ser pavimentada.

Art. 4º Para a cobrança da Contribuição de Melhoria o Município notificará o contribuinte através de publicação prévia de Edital contendo os seguintes requisitos:

I – Memorial descritivo do projeto;

II – Orçamento do custo da obra;

III - Determinação da parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição de melhoria;

IV – Delimitação da área beneficiada pela obra com a relação dos imóveis nela compreendidos.

§1º O contribuinte, após notificado, poderá impugnar os elementos do Edital, no prazo de 30 (trinta) dias, aplicando-se à instrução e ao julgamento dessa impugnação as disposições contidas na Lei Complementar nº 142, de 21 de dezembro de 1998 – Código Tributário Municipal.

§2º A impugnação referida no parágrafo 1º não suspenderá o início ou prosseguimento da obra.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 16 de outubro de 2017, 148º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER

Prefeito de Timbó/SC

PRIMEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 31 2017 PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 31/2017 - PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.

OBJETO: Registro de preços para contratação de empresa especializada em serviços de limpeza e desobstrução de tubulação de esgoto/pluvial, através de equipamento hidrojato de alta pressão e sugador de alta potência.

EMPRESA FORNECEDORA: Ronaldo Gehrcke Me.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 108.900,00 (cento e oito mil e novecentos reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 04/07/2018

Timbó, 04/07/2017

DARCÍZIO BONA

Secretário de Obras, Serviços Urbanos e Agrícola

PRIMEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 32 2017 PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 32/2017 - PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.

OBJETO: Registro de preços para prestação de serviço de impressão de cópias e plotagens de projetos em atendimento às necessidades da Secretaria de Planejamento, Trânsito, Meio Ambiente, Indústria, Comércio e Serviços.

EMPRESA FORNECEDORA: Sevega Grafica e Impressao Digital Ltda Epp.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 05/07/2018

Timbó, 05/07/2017

ALFROH POSTAI

Secretário de Educação

PRIMEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 35 2017 PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 35/2017 - PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.

OBJETO: Registro de preços para contratação de mão de obra especializada para prestação de serviços de alvenaria, manutenção em telhados e calhas, carpintaria, marcenaria, pintura, eletricista e encanador destinados à manutenção predial preventiva e corretiva das Unidades Administrativas Diretas e Indiretas do Município de Timbó (Repetição total do Pregão Presencial SRP n.º 23/2017 PMT Fracassado, com alterações).

EMPRESA FORNECEDORA: Francisco Mattos de Lara ME e Everaldo Ricardo 88979873972.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 1.151.019,75 (um milhão, cento e cinquenta e um mil, dezenove reais e setenta e cinco centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 11/07/2018

Timbó, 11/07/2017

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária de Fazenda e Administração

Tunápolis

PREFEITURA

PORTARIA Nº 4650/2017

PORTARIA Nº. 4.650/2017

Em 09 de Outubro de 2017

O Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Legislação vigente, baseada na Lei Complementar 13/2006, artigo 73;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ☐LICENÇA PRÊMIO☐, a servidora efetiva VALÊNCIA KULHKAMP RAUCH, com o cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.

Período de Aquisição: 01.03.11 à 28.02.16 (60 dias)

Fruição: Abono pecuniário de 1/3 da Licença Prêmio (20 dias), sendo os demais 40 (quarenta) dias fruir a posterior.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 08 de Setembro de 2.017.

RENATO PAULATA

Prefeito Municipal

NELCINA MARIA DECKER

Secretária Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

Esta portaria foi publicada na

Presente data

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF

Técnico em Controladoria Interna

Urussanga

PREFEITURA

CONTRATO Nº 250/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E JULGAMENTO - CPLJ

Extrato do Contrato: 250/2017

Data de assinatura: 11/10/2017

Processo de Licitação: 57/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA

Contratado: MARCOS FERNANDES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME

CNPJ/CPF: 19.654.843/0001-30

Objeto: fornecimento parcelado de material de construção

Valor Global: R\$ 69.391,00

Videira

PREFEITURA

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 173/2017

Ata de Registro de Preços nº: 173/2017

Contratada...: CONCRETOS CRUZEIRO IND. E COM. LTDA

Valor : R\$ 101.283,00

Licitação : Pregão Presencial nº 102/2017-PMV

Vigência : Início: 02.10.2017 Término: 02.10.2018

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE TUBOS DE CONCRETO PRÉ-MOLDADO PARA ATENDER A MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DE GALERIAS E REDES DE ESCOAMENTO PLUVIAL DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 174/2017

Ata de Registro de Preços nº: 174/2017

Contratada...: CONCRETOS FARROUPILHA LTDA – EPP.

Valor : R\$ 141.330,00

Licitação : Pregão Presencial nº 102/2017-PMV

Vigência : Início: 02.10.2017 Término: 02.10.2018

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE TUBOS DE CONCRETO PRÉ-MOLDADO PARA ATENDER A MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DE GALERIAS E REDES DE ESCOAMENTO PLUVIAL DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 175/2017

Ata de Registro de Preços nº: 175/2017

Contratada...: DELCIR BOESING – ME.

Valor : R\$ 108.690,00

Licitação : Pregão Presencial nº 102/2017-PMV

Vigência : Início: 02.10.2017 Término: 02.10.2018

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE TUBOS DE CONCRETO PRÉ-MOLDADO PARA ATENDER A MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DE GALERIAS E REDES DE ESCOAMENTO PLUVIAL DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 176/2017

Ata de Registro de Preços nº: 176/2017

Contratada...: TOTAL SPORTS LTDA – ME.

Valor : R\$ 12.740,00

Licitação : Pregão Presencial nº 107/2017-PMV

Vigência : Início: 03.10.2017 Término: 03.10.2018

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS COM PEDIDOS PARCELADOS, DE MEDALHAS PARA SEREM UTILIZADAS EM EVENTOS ESPORTIVOS REALIZADOS PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 177/2017

Ata de Registro de Preços nº: 177/2017

Contratada...: RENATO PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA.

Valor : R\$ 10.000,00

Licitação : Pregão Presencial nº 106/2017-PMV

Vigência : Início: 04.10.2017 Término: 19.06.2018

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS, DE FORMA PARCELADA, DE CONserto DE RODAS DOS VEÍCULOS DO ÓRGÃO PARTICIPANTE – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 178/2017

Ata de Registro de Preços nº: 178/2017

Contratada...: JOINMIX COMÉRCIO CASA E CONSTRUÇÃO LTDA.

Valor : R\$ 41.000,00

Licitação : Pregão Presencial nº 108/2017-PMV

Vigência : Início: 04.10.2017 Término: 04.10.2018

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA INSTALAÇÃO DE TELAS DE PROTEÇÃO EM NYLON POLIAMIDA MALHA 5, PARA SEREM INSTALADAS EM RAMPAS NA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA MUNICIPAL GABRIEL BOGONI, E CEMEI AMBRÓSIO FIORESE.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 179/2017

Ata de Registro de Preços nº: 179/2017

Contratada...: MÓVEIS LAZZARI – ME.

Valor : R\$ 15.950,00

Licitação : Pregão Presencial nº 109/2017-PMV

Vigência : Início: 05.10.2017 Término: 05.10.2018

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE MÓVEIS EM MDF PARA ACOMODAÇÃO DE KITS MULTIMÍDIAS PARA SEREM UTILIZADOS NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 180/2017

Ata de Registro de Preços nº: 180/2017

Contratada...: ARACI FIDELIS RESENDE E CIA LTDA – ME.

Valor : R\$ 948.750,00

Licitação : Pregão Presencial nº 109/2017-PMV

Vigência : Início: 05.10.2017 Término: 05.10.2018

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE KITS MULTIMÍDIA COM LOUSAS INTERATIVAS (INSTALADOS) PARA SEREM UTILIZADOS NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 181/2017

Ata de Registro de Preços nº: 181/2017

Contratada...: ESCOMÓVEIS MÓVEIS ESCOLARES LTDA – EPP.

Valor : R\$ 198.700,00

Licitação : Pregão Presencial nº 96/2017-PMV

Vigência : Início: 10.10.2017 Término: 10.10.2018

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE CAMINHAS ESPUMADAS E BERÇOS EMPILHÁVEIS, PARA USO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 182/2017

Ata de Registro de Preços nº: 182/2017

Contratada...: LBT – COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS EDUCACIONAIS – EIRELI.

Valor : R\$ 133.500,00

Licitação : Pregão Presencial nº 96/2017-PMV

Vigência : Início: 10.10.2017 Término: 10.10.2018

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE BERÇOS ESPUMADAS, PARA USO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 183/2017

Ata de Registro de Preços nº: 183/2017

Contratada...: FS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE UNIFORMES LTDA – EPP.

Valor : R\$ 73.340,00

Licitação : Pregão Presencial nº 110/2017-PMV

Vigência : Início: 13.10.2017 Término: 31.12.2018

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE UNIFORMES PARA A SECRETARIA DE AGRICULTURA E INFRAESTRUTURA.

EXTRATO CONTRATO Nº 109/2017

Contrato nº.: 109/2017

Contratada...: DE MARCO LTDA.

Valor : R\$ 169.900,00

Vigência : Início: 02.10.2017 Término: 31/12/2017

Licitação : PR 18/2017-FMS

Objeto : AQUISIÇÃO DE VEÍCULO TIPO FURGÃO COM ADAPTAÇÃO/TRANSFORMAÇÃO PARA AMBULÂNCIA A SER UTILIZADO NAS VIAGENS PARA TRATAMENTO FORA DO DOMÍLIO REALIZADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

EXTRATO CONTRATO Nº 110/2017

Contrato nº.: 110/2017

Contratada...: REFLETT COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS PARA ILUMINAÇÃO LTDA.

Valor : R\$ 7.743,24

Vigência : Início: 03.10.2017 Término: 31/12/2017

Licitação : PR 103/2017-PMV

Objeto : AQUISIÇÃO DE LUMINÁRIAS LED'S PARA ILUMINAÇÃO DO GINÁSIO MUNICIPAL MEDALHÃO.

EXTRATO CONTRATO Nº 111/2017

Contrato nº.: 111/2017

Contratada...: FS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE UNIFORMES LTDA - EPP.

Valor : R\$ 18.468,20

Vigência : Início: 09.10.2017 Término: 31/12/2017

Licitação : PR 111/2017-PMV

Objeto : AQUISIÇÃO DE ROUPAS DIVERSAS PARA SEREM UTILIZADAS NAS APRESENTAÇÕES QUE SERÃO REALIZADAS NO FESTIVAL DE DANÇA QUE OCORRERÁ NOS DIAS 19 E 20 DE OUTUBRO, PELOS IDOSOS DO PROGRAMA DE ATENÇÃO AO IDOSO DO ÓRGÃO GERENCIADOR MUNICÍPIO DE VIDEIRA (DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL) E GRUPOS ATENDIDOS PELO CRAS E SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS DO ÓRGÃO PARTICIPANTE (FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL).

EXTRATO CONTRATO Nº 112/2017

Contrato nº.: 112/2017

Contratada...: AUTO MECÂNICA GERAL LTDA.

Valor : R\$ 169.5000,00

Vigência : Início: 10.10.2017 Término: 31/12/2017

Licitação : PR 100/2017-PMV

Objeto : AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR - MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO E DE TURISMO E CULTURA).

EXTRATO CONTRATO Nº 113/2017

Contrato nº.: 113/2017

Contratada...: CARBONI VEÍCULOS LTDA.

Valor : R\$ 147.300,00

Vigência : Início: 10.10.2017 Término: 31/12/2017

Licitação : PR 100/2017-PMV

Objeto : AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA O ÓRGÃO PARTICIPANTE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

EXTRATO CONTRATO Nº 114/2017

Contrato nº.: 114/2017

Contratada...: VIDEACROSS COMÉRCIO DE MOTOS LTDA.

Valor : R\$ 20.500,00

Vigência : Início: 10.10.2017 Término: 31/12/2017

Licitação : PR 100/2017-PMV

Objeto : AQUISIÇÃO DE MOTOCICLETA PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR - MUNICÍPIO DE VIDEIRA (POLÍCIA MILITAR).

EXTRATO CONTRATO Nº 115/2017

Contrato nº.: 115/2017

Contratada...: ACN COMÉRCIO DE MOTOS LTDA.

Valor : R\$ 800,00

Vigência : Início: 10.10.2017 Término: 31/12/2017

Licitação : PR 100/2017-PMV

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR A CARACTERIZAÇÃO DA MOTOCICLETA PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR - MUNICÍPIO DE VIDEIRA (POLÍCIA MILITAR).

EXTRATO CONTRATO Nº 116/2017

Contrato nº.: 116/2017

Contratada...: TCA TRANSFORMAÇÕES VEICULARES LTDA.

Valor : R\$ 7.047,00

Vigência : Início: 10.10.2017 Término: 31/12/2017

Licitação : PR 100/2017-PMV

Objeto : AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E EXECUÇÃO DE CARACTERIZAÇÃO DE VIATURA DO ÓRGÃO GERENCIADOR - MUNICÍPIO DE VIDEIRA (POLÍCIA MILITAR).

PREGÃO PRESENCIAL Nº 115/2017 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 115/2017 – PMV

REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 115/2017 - PMV. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE ESTRUTURA FÍSICA PARA ATENDER OS EVENTOS E ATIVIDADES CULTURAIS PROMOVIDOS PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 14:00:00h do dia 31/10/2017. Abertura da sessão no mesmo dia às 14:00:00h. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Por meio dos telefones (49) 3566-9026/3566-9034. Videira/SC, 13 de outubro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Xavantina

PREFEITURA

PP 050/2017 PMXV

MUNICÍPIO DE XAVANTINA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 050/2017 PMXV

Objeto: A presente licitação tem por objeto o Registro de preço para possível contratação de empresa objetivando a aquisição de material genético e materiais de uso veterinário para inseminação artificial em bovinos, conforme especificações do anexo "C" deste edital.

Forma de Pregão: Pregão Presencial.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das propostas: até às 13h30 do dia 27/10/2017.

Abertura: dia 27/10/2017, às 13h45.

O Edital e informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Xavantina, localizada na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:45 às 11:45 horas e das 13:00 às 17:00 horas, ou pelo telefone (0**49) 3454-3100.

Xavantina - SC, em 11 de outubro de 2017.

ENOIR FAZOLO

Prefeito Municipal

Associações

AMOSC

RESOLUÇÃO Nº 04/2017

RESOLUÇÃO Nº 04/2017

JANETE PARAVIZI BIANCHIN, Prefeita de Arvoredo e Presidente da Associação de Municípios do Oeste de Santa Catarina – AMOSC, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 26 do Estatuto Social:

RESOLVE

Art. 1º Fica instituído na Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina – AMOSC, a forma de pagamento de despesas pelo Regime de Adiantamento e pelo Regime de Ressarcimento, que se regerá por esta Resolução.

Art. 2º Entende-se por adiantamento o numerário colocado à disposição do funcionário para realizar despesas que não possam aguardar o processo normal de pagamentos.

Art. 3º O prazo para aplicação dos recursos serão informados na Solicitação de Adiantamento, sendo de no máximo 60 (sessenta) dias.

Art. 4º O repasse dos recursos para atender a despesas pelo regime de adiantamento deve ser autorizado pela autoridade competente, em ato contendo as seguintes informações:

- I. nome, cargo ou emprego do responsável pelo adiantamento;
- II. indicação do valor a ser concedido e da finalidade;
- III. fundamentação legal;
- IV. assinatura do responsável;
- V. prazo de aplicação.

Art. 5º Os recursos concedidos a título de adiantamento serão depositados em conta bancária indicada pelo funcionário e movimentados preferencialmente por meios eletrônicos.

Art. 6º Constituem comprovantes regulares da despesa no regime de adiantamento os documentos fiscais, em primeira via, conforme definido na legislação tributária.

§ 1º O documento fiscal, para fins de comprovação da despesa, deve indicar:

- I. a data de emissão, o nome, o endereço e o número do CNPJ do destinatário;
- II. a descrição precisa do objeto da despesa, quantidade, marca, tipo, modelo, placa, qualidade e demais elementos que permitam sua perfeita identificação, não sendo admitidas descrições genéricas;
- III. os valores, unitário e total, de cada mercadoria ou serviço e o valor total da operação.

§ 2º Quando o documento fiscal não discriminar adequadamente os bens ou os serviços, o responsável deve elaborar termo complementando as informações, para que fiquem claramente evidenciados todos os elementos caracterizadores da despesa e demonstrada sua vinculação com o objeto do adiantamento.

Art. 7º Será admitida a comprovação das despesas mediante recibo quando se tratar de prestação de serviços por contribuinte que não esteja obrigado a emitir documento fiscal, na forma da legislação tributária.

Parágrafo Único. O recibo conterá, no mínimo, a descrição precisa e específica dos serviços prestados, nome, endereço, número do CPF do emitente, valor pago (numérico e por extenso) e a discriminação das deduções efetuadas, se for o caso.

Art. 8º Os documentos comprobatórios de despesas realizadas devem ser nominais à AMOSC.

Parágrafo Único. Não serão pagos documentos fiscais que não sejam nominal a AMOSC.

Art. 9º A prestação de contas de recursos de adiantamentos, será organizada de forma individualizada por processo/requisição, deverá conter os documentos:

- I. Documento de requisição, conforme Anexo I, desta Resolução;
- II. Balancete de prestação de contas, conforme Anexo II, desta Resolução;
- III. Documentos comprobatórios das despesas;
- IV. Guia de recolhimento do saldo não utilizado, se houver.

Art. 10. No caso de retorno antecipado ou se, por qualquer circunstância, não tiver sido realizada a viagem, o beneficiário restituirá o saldo ou a totalidade do adiantamento no prazo de 5 (cinco) dias a contar da data de retorno ou cancelamento da viagem.

Art. 11. O beneficiário deverá prestar contas à AMOSC, no prazo máximo de 5 (cinco) dias contados da data de aplicação do adiantamento.

Art. 12. O beneficiário que não apresentar o processo de prestação de contas ficará impedido de solicitar adiantamento até que a situação seja regularizada.

Art. 13. Fica instituído o Regime de Ressarcimento de Despesas para os funcionários quando em viagens que não puder ser utilizado o sistema de adiantamento, observado os dispositivos desta Resolução.

Art. 14. Nos casos de despesas com viagens em que o período de deslocamento e aplicação dos recursos seja inferior a 3 (três) dias, pode o funcionário apresentar no seu retorno, comprovantes das despesas realizadas juntamente com o balancete de prestação de contas, para ressarcimento.

Art. 15. Os documentos de despesas para ressarcimento devem atender os requisitos do art. 6º, desta Resolução.

Art. 16. Esta Resolução entra em vigor a partir da data da sua publicação.

Chapecó, SC, 10 de outubro de 2017

JANETE PARAVIZI BIANCHIN

Prefeita de Arvoredo

Presidente da AMOSC

ANEXO I

ANEXO II

Consórcios

ARIS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 10/2017

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 10/2017

O Presidente interino do Conselho de Regulação da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), Sr. Afonso Veiga Filho, no uso de suas atribuições legais,

Convoca:

Os senhores Conselheiros do Conselho de Regulação da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS) para a reunião ordinária, com fundamento no artigo 38, do Decreto/ARIS n. 008/2011, a ser realizada no dia 27 de outubro de 2017, na cidade de Florianópolis, com a seguinte ordem do dia:

Data: 27 de outubro de 2017

Horário: Início às 8h30

Local: Sede da ARIS (Rua Gal. Liberato Bittencourt, n. 1885, 12º andar, Canto, Florianópolis/SC)

Ordem do dia:

- 1) Distribuição dos Processos Administrativos Punitivos;
- 2) Distribuição dos Projetos de Resoluções Normativas;
- 3) Analisar, deliberar e expedir resolução, que dispõe sobre os procedimentos a serem observados na revisão tarifária ordinária dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário prestados pelo SAMAE de São Bento do Sul, bem como de sua estrutura (tabela tarifária) e dá outras providências;
- 4) Analisar, deliberar e expedir resolução, que dispõe sobre os procedimentos a serem observados na revisão tarifária ordinária dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos urbanos prestados no Município de Itapoá e dá outras providências;
- 5) Apresentação do Relatório de Ouvidoria;
- 6) Apresentação das atividades da Diretoria de Regulação; e
- 7) Assuntos Gerais.

Florianópolis, 04 de outubro de 2017.

Afonso Veiga Filho

Presidente interino do Conselho de Regulação da ARIS

PORTARIA - DIREÇÃO GERAL Nº 011/2017

PORTARIA/Diretor-geral nº 011/2017

Constitui a Comissão de Avaliação e Recebimento pela ARIS.

O Diretor-geral da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), Sr. Adir Faccio, no uso da sua atribuição e na forma do artigo 40, XII, do Protocolo de Intenções que faz parte integrante do Contrato de Consórcio Público da ARIS,

RESOLVE:

Art. 1º CONSTITUIR comissão composta pelos servidores Alexandre Lima Grams, Ciro L Rocha e Rafael Andrin Crestani, sob a presidência do primeiro, para promoverem o recebimento e avaliação das amostras, bem como dos produtos definitivos adquiridos pela ARIS, inclusive a execução da montagem e da assistência técnica, quando for o caso.

Art. 2º Compete à Comissão:

I – verificar e analisar a conformidade das características das amostras com as especificações estabelecidas nos Editais de Licitações;

II – verificar a validade dos certificados de conformidades apresentados;

III– elaborar relatório de avaliação, com parecer conclusivo sobre a avaliação das amostras;

IV - aceitar os produtos, após a verificação da conformidade, qualidade e quantidade dos produtos adquiridos, emitindo o termo de recebimento definitivo;

Art. 3º Revoga-se a Portaria nº 12/2015.

Art. 4º Este ato entrará em vigor na data da sua publicação.

Florianópolis, 13 de outubro de 2017.

ADIR FACCIO

Diretor-Geral

CIS/AMMVI

RESULTADO FINAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2017 - CISAMVI

RESULTADO PROCESSO SELETIVO

HOMOLOGAÇÃO CLASSIFICAÇÃO FINAL

PROCESSO SELETIVO Nº 001/2017

A Presidente da Comissão Especial, nomeada para coordenar todas as etapas do Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2017, através Resolução nº 167, de 15/09/2017 e, em conformidade com o Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 001/2017, visando à contratação de profissionais para preenchimento de vagas junto ao Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí □ CISAMVI, por prazo determinado, para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público, torna pública a CLASSIFICAÇÃO FINAL dos candidatos.

Função: AGENTE ADMINISTRATIVO

Candidato	Pontuação	Classificação
Aglahê Danielle Mendes Brandt	49	1º

Rolando Oestreich	35	2º
André Ricardo Naatz	35	3º
Lucilene Manerichi	35	4º
Gicele da Silva Fernandes	35	5º
Julia Fernandes Testas Gonçalves	35	6º
Francisco Gabriel da Silva	29	7º
Larissa Caroline Budel	20,5	8º
Luã Yves Forbici	19	9º
Lisandra Schwemmle	16,5	10º
Tacísio Oecksler	12	11º
Luana Forbici	06	12º
Ana Carolina Meyer	05	13º
Camila Alecsandra Giacomozzi	05	14º
Ederson Muller	-	15º
Janaína Raquel de Simas	-	16º

Função: MÉDICO AUDITOR

Candidato	Pontuação	Classificação
NÃO HOUVE INSCRITOS		

A convocação dos candidatos para preenchimento das vagas que surgirem no período de vigência do Edital obedecerá à ordem da classificação e será realizada mediante termo de convocação, enviado através do e-mail informado na ficha de inscrição.

O candidato convocado deverá comparecer no prazo de 02 (dois) dias úteis após a chamada (envio do e-mail), nos termos do item 8.1 do referido Edital.

Blumenau, 16 de outubro de 2017.

Mônica Menezes

Presidente da Comissão Especial

CIS/AMOSC

EXTRATO TERMO ADITIVO

TERMO ADITIVO Nº38/2017

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUATAMBU

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: Alteração dos desdobramentos 3.3.93.36.30 e 3.3.93.39.50 referente aos serviços de saúde especializado de referencia e de maior complexidade a nível ambulatorial.

VALOR R\$ 520.200,00

VIGENCIA: 13/10/2017 a 31/12/2017

CONSÓRCIO CISAMA

CONVOCAÇÃO ASSEMBLÉIA CISAMA - OUTUBRO 2017

Ofício 107/2017. Lages, 10 de outubro de 2017.

CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA – CISAMA

Senhor (a) Prefeito (a),

Com nossas saudações vimos através deste, convocar Vossa Excelência e o(a) Vice Prefeito(a) para a Assembleia Geral Extraordinária do Consórcio Intermunicipal Serra Catarinense - CISAMA a ser realizada no dia 16 de outubro de 2017 (segunda-feira) com início às 09:30 horas e encerramento às 11:00 horas na Sede da AMURES, sito à Rua Otacílio Vieira da Costa, 112 – Centro – Município de Lages tendo a seguinte pauta:

1. Leitura, discussão e aprovação da ata anterior;
2. Situação dos projetos das Centrais de Gerenciamento de Resíduos Sólidos
3. Discussão com a Deputada Carmen Zanotto sobre a prioridade dos recursos de emenda da parlamentar ao Orçamento Geral da União para o ano de 2018.
4. Encaminhamentos do projeto de Educação Municipal
5. Assuntos Gerais;

Destacamos a presença da Deputada Carmen Zanotto e reiteramos a importância da sua participação. Atenciosamente

Tito Pereira Freitas
Presidente do CISAMA

CIASS

RESOLUCAO 13/2017

CIASS – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DE TURVO E MUNICIPIOS LIMÍTROFES

RESOLUÇÃO No 013/17, de 25 de Agosto de 2017.

NOMEIA SERVIDOR ACT DO CIASS DE TURVO E MUNICIPIOS LIMITROFES.

TIAGO ZILLI, presidente do CIASS – CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DE TURVO E MUNICIPIOS LIMÍTROFES, no uso das atribuições que lhe compete o art.25 do Estatuto/contrato.

RESOLVE

Art. 1º - Nomear conforme Processo Seletivo 001/2017 a Servidora ACT abaixo relacionada:

SERVIDOR CPF CARGO

Marina de Oliveira Olivo 091.926.179-56 Cuidadora Social

Art. 2º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 1º desta Resolução, iniciará em 03 de Agosto de 2017 até 31 de Dezembro de 2017.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor, retroagindo seus efeitos conforme art 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 25 de Agosto de 2017.

TIAGO ZILLI

Presidente da CIASS DE TURVO

RESOLUCAO 14/2017

CIASS – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DE TURVO E MUNICIPIOS LIMÍTROFES

RESOLUÇÃO No 014/17, de 25 de Agosto de 2017.

PRORROGA PRAZO DE CONTRATAÇÃO ACT EM CARACTER EMERGENCIAL DO CIASS DE TURVO E MUNICIPIOS LIMITROFES.

TIAGO ZILLI, presidente do CIASS – CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DE TURVO E MUNICIPIOS LIMÍTROFES, no uso das atribuições que lhe compete o art.25 do Estatuto/contrato.

RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar o prazo de contratação de ACT em caracter emergencial das Resoluções 002/2017; 003/2017; 004/2017; 006/2017; 007/2017 e 11/2017 para o dia 01/10/2017.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 25 de Agosto de 2017.

TIAGO ZILLI

Presidente da CIASS DE TURVO

BALANCETES 1 - 2 - 3 BIM DE 2017

SC

CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

Demonstrativo das Contas Banco - Anexo TC 02

Betha Sistemas

Exercício de 2017

Fevereiro

Número	Banco	Agência	Descrição	Saldo anterior	Débito	Crédito	Saldo
Entidade: 1 - CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE							
BANCOS CONTA MOVIMENTO							
1	756	3074	35.306-0 - SICOB_CREDISULCA C/3530-6 MOV	45.316,45	38.801,92	43.389,75	40.728,62
Total da Entidade:				45.316,45	38.801,92	43.389,75	40.728,62
Totais:				45.316,45	38.801,92	43.389,75	40.728,62

Turvo, 13/10/2017

TIAGO ZILLI	Juir Antonio Rovaris	Nestor Reco
Presidente do CIASS	Contador	Responsavel pelo Controle Interno

SC

Betha Sistemas

Exercício de 2017

Abril

CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

Demonstrativo das Contas Banco - Anexo TC 02

Número	Banco	Agência	Descrição	Saldo anterior	Débito	Crédito	Saldo
Entidade: 1 - CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE							
BANCOS CONTA MOVIMENTO							
1	756	3074	35.306-0 - SICOB_CREDISULCA C/3530-6 MOV	67.362,25	72.475,91	49.949,74	89.888,42
Total da Entidade:				67.362,25	72.475,91	49.949,74	89.888,42
Totais:				67.362,25	72.475,91	49.949,74	89.888,42

Turvo, 13/10/2017

TIAGO ZILLI	Juir Antonio Rovaris	Nestor Reco
Presidente do CIASS	Contador	Responsavel pelo Controle Interno

SC

Betha Sistemas

Exercício de 2017

Junho

CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

Demonstrativo das Contas Banco - Anexo TC 02

Número	Banco	Agência	Descrição	Saldo anterior	Débito	Crédito	Saldo
Entidade: 1 - CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE							
BANCOS CONTA MOVIMENTO							
1	756	3074	35.306-0 - SICOB_CREDISULCA C/3530-6 MOV	69.759,89	58.858,80	45.406,73	83.211,96
Total da Entidade:				69.759,89	58.858,80	45.406,73	83.211,96
Totais:				69.759,89	58.858,80	45.406,73	83.211,96

Turvo, 13/10/2017

TIAGO ZILLI	Juir Antonio Rovaris	Nestor Reco
Presidente do CIASS	Contador	Responsavel pelo Controle Interno

Betha Sistemas

Exercício de 2017

Período: 1º Bimestre

Página 1 de 1

SC

CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

Comparativo da Despesa Autorizada Com a Liquidada - Anexo TC 08

Entidade : CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos			Despesa Liquidada			Saldos
			Orçados	Suplementados	Anulados	Total	No Bimestre	Até o Bimestre	
01	CIASS DE TURVO		696.300,00	0,00	0,00	696.300,00	61.018,95	61.018,95	635.281,05
01.01.0	CIASS DE TURVO		696.300,00	0,00	0,00	696.300,00	61.018,95	61.018,95	635.281,05
01.01.08	ASSISTENCIA SOCIAL		696.300,00	0,00	0,00	696.300,00	61.018,95	61.018,95	635.281,05
01.01.08.243	Assistencia a Criança e ao Adolescente		696.300,00	0,00	0,00	696.300,00	61.018,95	61.018,95	635.281,05
01.01.08.243.0001	MANUTENÇÃO DO CIASS DE TURVO E MUNICIPIOS LIMITROF		696.300,00	0,00	0,00	696.300,00	61.018,95	61.018,95	635.281,05
08.243.0001.2.001	MANUTENÇÃO DO CIASS DE TURVO E MUNICIPIOS LIMITROFES		696.300,00	0,00	0,00	696.300,00	61.018,95	61.018,95	635.281,05
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0001	696.300,00	0,00	0,00	696.300,00	61.018,95	61.018,95	635.281,05
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	0001	450.000,00	0,00	0,00	450.000,00	31.455,30	31.455,30	635.281,05
3.1.90.11.01.00.00.00	vencimentos e salários	0001					27.517,26	27.517,26	635.281,05
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	0001					27.517,26	27.517,26	635.281,05
3.1.90.13.01.00.00.00	FGTS	0001					3.938,04	3.938,04	635.281,05
3.1.90.13.02.00.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	0001					2.767,40	2.767,40	635.281,05
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0001					1.170,64	1.170,64	635.281,05
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0001					26.785,15	26.785,15	635.281,05
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	0001					20.202,96	20.202,96	635.281,05
3.3.90.30.02.00.00.00	Combustíveis e Lubrificantes de Aviação	0001					536,66	536,66	635.281,05
3.3.90.30.04.00.00.00	Gás Engarrafado	0001					215,55	215,55	635.281,05
3.3.90.30.07.00.00.00	Gêneros de Alimentação	0001					220,00	220,00	635.281,05
3.3.90.30.16.00.00.00	Material de Expediente	0001					9.280,52	9.280,52	635.281,05
3.3.90.30.22.00.00.00	Material de Limpeza e Produção de Higienezação	0001					2.528,68	2.528,68	635.281,05
3.3.90.30.23.00.00.00	Uniformes, Tecidos e Aviamentos	0001					3.209,94	3.209,94	635.281,05
3.3.90.30.24.00.00.00	Material para Manutenção de Bens Imóveis	0001					1.493,70	1.493,70	635.281,05
3.3.90.30.26.00.00.00	Material Elétrico e Eletrônico	0001					1.659,14	1.659,14	635.281,05
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	0001					95,17	95,17	635.281,05
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0001					963,60	963,60	635.281,05
3.3.90.36.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0001					2.500,00	2.500,00	635.281,05
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0001					2.500,00	2.500,00	635.281,05
3.3.90.39.16.00.00.00	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	0001					4.082,19	4.082,19	635.281,05
3.3.90.39.43.00.00.00	Serviços de Energia Elétrica	0001					255,00	255,00	635.281,05
3.3.90.39.44.00.00.00	Serviços de Água e Esgoto	0001					976,71	976,71	635.281,05
3.3.90.39.47.00.00.00	Serviços de Comunicação em Geral	0001					2.085,04	2.085,04	635.281,05
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0001					560,35	560,35	635.281,05
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0001	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	205,09	205,09	635.281,05
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	0001					2.778,50	2.778,50	635.281,05
4.4.90.52.12.00.00.00	Aparelhos e Utensílios Domésticos	0001					2.778,50	2.778,50	635.281,05
4.4.90.52.36.00.00.00	Máquinas, Instalações e Utensílios de Escritório	0001					1.781,00	1.781,00	635.281,05
							997,50	997,50	635.281,05
Total por Entidade :			696.300,00	0,00	0,00	696.300,00	61.018,95	61.018,95	635.281,05
Total Geral :			696.300,00	0,00	0,00	696.300,00	61.018,95	61.018,95	635.281,05

Turvo, 13/10/2017

TIAGO ZILLI

Presidente do CIASS

Juiz Antonio Rovaris

Contador

Nestor Reco

Responsável pelo Controle Interno

SC

CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

Comparativo da Despesa Autorizada Com a Liquidada - Anexo TC 08

Códigos		Especificações	Fonte de Recursos	Créditos			Despesa Liquidada		Saldos
				Orçados	Suplementados	Anulados	Total	No Bimestre	Até o Bimestre
01	01.01.0	01.01.08 ASSISTENCIA SOCIAL		696.300,00	0,00	0,00	696.300,00	152.569,14	213.588,09
		01.01.08.243 Assistência a Criança e ao Adolescente		696.300,00	0,00	0,00	696.300,00	152.569,14	213.588,09
		01.01.08.243.0001 MANUTENÇÃO DO CIASS DE TURVO E MUNICIPIOS LIMITROF		696.300,00	0,00	0,00	696.300,00	152.569,14	213.588,09
		08.243.0001.2.001 MANUTENÇÃO DO CIASS DE TURVO E MUNICIPIOS LIMITROFES		696.300,00	0,00	0,00	696.300,00	152.569,14	213.588,09
3.1.90.00.00.00.00.00		Aplicacoes Diretas	0001	450.000,00	0,00	0,00	450.000,00	111.347,52	142.802,82
3.1.90.11.00.00.00.00.00		Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	0001					93.853,15	121.370,41
3.1.90.11.01.00.00.00.00.00		vencimentos e salários	0001					93.853,15	121.370,41
3.1.90.13.00.00.00.00.00.00		Obrigações Patronais	0001					17.494,37	21.432,41
3.1.90.13.01.00.00.00.00.00		FGTS	0001					5.059,11	7.826,51
3.1.90.13.02.00.00.00.00.00		Contribuições Previdenciárias - INSS	0001					12.435,26	13.605,90
3.3.90.00.00.00.00.00.00		Aplicacoes Diretas	0001	216.300,00	0,00	0,00	216.300,00	38.982,62	65.767,77
3.3.90.30.01.00.00.00.00.00		Material de Consumo	0001					15.892,94	36.095,90
3.3.90.30.01.00.00.00.00.00		Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	0001					1.258,42	1.795,08
3.3.90.30.02.00.00.00.00.00		Combustíveis e Lubrificantes de Aviação	0001					0,00	215,55
3.3.90.30.04.00.00.00.00.00		Gás Engarrafado	0001					0,00	220,00
3.3.90.30.07.00.00.00.00.00		Gêneros de Alimentação	0001					10.076,97	19.357,49
3.3.90.30.16.00.00.00.00.00		Material de Expediente	0001					549,45	3.078,13
3.3.90.30.22.00.00.00.00.00		Material de Limpeza e Produção de Higiênização	0001					3.036,54	6.246,48
3.3.90.30.23.00.00.00.00.00		Uniformes, Tecidos e Aviamentos	0001					566,46	2.060,16
3.3.90.30.24.00.00.00.00.00		Material para Manutenção de Bens Imóveis	0001					162,93	1.822,07
3.3.90.30.26.00.00.00.00.00		Material Elétrico e Eletrônico	0001					0,00	95,17
3.3.90.30.99.00.00.00.00.00		Outros Materiais de Consumo	0001					242,17	1.205,77
3.3.90.36.00.00.00.00.00.00		Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0001					1.080,00	3.580,00
3.3.90.36.99.00.00.00.00.00		Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0001					1.080,00	3.580,00
3.3.90.39.00.00.00.00.00.00		Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0001					22.009,68	26.091,87
3.3.90.39.16.00.00.00.00.00		Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	0001					0,00	255,00
3.3.90.39.19.00.00.00.00.00		Manutenção e Conservação de Veículos	0001					1.232,80	1.232,80
3.3.90.39.43.00.00.00.00.00		Serviços de Energia Elétrica	0001					1.495,07	2.471,78
3.3.90.39.44.00.00.00.00.00		Serviços de Água e Esgoto	0001					2.630,52	4.715,56
3.3.90.39.47.00.00.00.00.00		Serviços de Comunicação em Geral	0001					576,31	1.136,66
3.3.90.39.99.00.00.00.00.00		Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0001					16.074,98	16.280,07
4.4.90.00.00.00.00.00.00.00		Aplicacoes Diretas	0001	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	2.239,00	5.017,50
4.4.90.52.00.00.00.00.00.00		Equipamentos e Material Permanente	0001					2.239,00	5.017,50
4.4.90.52.12.00.00.00.00.00		Aparelhos e Utensílios Domésticos	0001					1.446,00	3.227,00
4.4.90.52.36.00.00.00.00.00		Maquinhas, Instalações e Utensílios de Escritório	0001					0,00	997,50

Betha Sistemas

Exercício de 2017

Período: 2º Bimestre

Página 2 de 2

SC

CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

Comparativo da Despesa Autorizada Com a Liquidada - Anexo TC 08

Entidade : CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos			Despesa Liquidada		Saldos
			Orçados	Suplementados	Anulados	Total	No Bimestre	Até o Bimestre
01	CIASS DE TURVO		696.300,00	0,00	0,00	696.300,00	152.569,14	213.588,09
01.01.0	CIASS DE TURVO		696.300,00	0,00	0,00	696.300,00	152.569,14	213.588,09
01.01.08	ASSISTENCIA SOCIAL		696.300,00	0,00	0,00	696.300,00	152.569,14	213.588,09
01.01.08.243	Assistencia a Criança e ao Adolescente		696.300,00	0,00	0,00	696.300,00	152.569,14	213.588,09
01.01.08.243.0001	MANUTENÇÃO DO CIASS DE TURVO E MUNICIPIOS LIMITROF		696.300,00	0,00	0,00	696.300,00	152.569,14	213.588,09
08.243.0001.2.001	MANUTENÇÃO DO CIASS DE TURVO E MUNICIPIOS LIMITROFES		696.300,00	0,00	0,00	696.300,00	152.569,14	213.588,09
4.4.90.52.42.00.00.00	Mobiliário em Geral	0001					793,00	793,00
Total por Entidade :			696.300,00	0,00	0,00	696.300,00	152.569,14	213.588,09
Total Geral :			696.300,00	0,00	0,00	696.300,00	152.569,14	213.588,09

Turvo, 13/10/2017

TIAGO ZILLI	Juir Antonio Rovaris	Nestor Reco
Presidente do CIASS	Contador	Responsável pelo Controle Interno

Betha Sistemas
Exercício de 2017
Período: 3º Bimestre
Página 1 de 2

SC
CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE
Comparativo da Despesa Autorizada Com a Liquidada - Anexo TC 08

Entidade : CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos			Despesa Liquidada		Saldos
			Orçados	Suplementados	Anulados	Total	No Bimestre	
01	CIASS DE TURVO		696.300,00	0,00	0,00	696.300,00	158.789,99	323.921,92
01.01.0	CIASS DE TURVO		696.300,00	0,00	0,00	696.300,00	158.789,99	323.921,92
01.01.08	ASSISTENCIA SOCIAL		696.300,00	0,00	0,00	696.300,00	158.789,99	323.921,92
01.01.08.243	Assistencia a Crianca e ao Adolescente		696.300,00	0,00	0,00	696.300,00	158.789,99	323.921,92
01.01.08.243.0001	MANUTENÇÃO DO CIASS DE TURVO E MUNICIPIOS LIMITROF		696.300,00	0,00	0,00	696.300,00	158.789,99	323.921,92
08.243.0001.2.001	MANUTENÇÃO DO CIASS DE TURVO E MUNICIPIOS LIMITROFES		696.300,00	0,00	0,00	696.300,00	158.789,99	323.921,92
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0001	450.000,00	0,00	0,00	450.000,00	92.206,85	235.009,67
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	0001					64.858,75	186.229,16
3.1.90.11.01.00.00.00	vencimentos e salários	0001					64.858,75	186.229,16
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	0001					27.348,10	48.780,51
3.1.90.13.01.00.00.00	FGTS	0001					5.412,59	13.239,10
3.1.90.13.02.00.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	0001					21.935,51	35.541,41
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0001					66.583,14	132.350,91
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0001	216.300,00	0,00	0,00	216.300,00	29.598,21	65.694,11
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	0001					1.166,54	2.961,62
3.3.90.30.02.00.00.00	Combustíveis e Lubrificantes de Aviação	0001					0,00	215,55
3.3.90.30.04.00.00.00	Gás Engarrafado	0001					110,00	330,00
3.3.90.30.07.00.00.00	Gêneros de Alimentação	0001					11.094,61	30.452,10
3.3.90.30.16.00.00.00	Material de Expediente	0001					470,90	3.549,03
3.3.90.30.22.00.00.00	Material de Limpeza e Produção de Higienezação	0001					2.711,59	8.958,07
3.3.90.30.23.00.00.00	Uniformes, Tecidos e Aviamentos	0001					0,00	2.060,16
3.3.90.30.24.00.00.00	Material para Manutenção de Bens Imóveis	0001					212,48	2.034,55
3.3.90.30.26.00.00.00	Material Elétrico e Eletrônico	0001					0,00	95,17
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	0001					13.832,09	15.037,86
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0001					18.000,00	21.580,00
3.3.90.36.15.00.00.00	Locação de Imóveis	0001					6.500,00	6.500,00
3.3.90.36.35.00.00.00	Serviços de Apoio Administrativo, Técnico e Oper	0001					9.500,00	9.500,00
3.3.90.36.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0001					2.000,00	5.580,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0001					18.984,93	45.076,80
3.3.90.39.16.00.00.00	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	0001					0,00	255,00
3.3.90.39.19.00.00.00	Manutenção e Conservação de Veículos	0001					500,00	1.732,80
3.3.90.39.43.00.00.00	Serviços de Energia Elétrica	0001					1.385,65	3.857,43
3.3.90.39.44.00.00.00	Serviços de Água e Esgoto	0001					2.387,00	7.102,56
3.3.90.39.47.00.00.00	Serviços de Comunicação em Geral	0001					526,98	1.663,64
3.3.90.39.81.00.00.00	Serviços Bancários	0001					128,35	128,35
3.3.90.39.90.00.00.00	Serviços de Publicidade Legal	0001					234,00	234,00
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0001					13.822,95	30.103,02
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0001	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	5.017,50
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	0001					0,00	5.017,50
4.4.90.52.12.00.00.00	Aparelhos e Utensílios Domésticos	0001					0,00	3.227,00
4.4.90.52.36.00.00.00	Máquinas, Instalações e Utensílios de Escritório	0001					0,00	997,50



Betha Sistemas

Exercício de 2017

Período: 3º Bimestre

Página 2 de 2

SC

CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

Comparativo da Despesa Autorizada Com a Liquidada - Anexo TC 08

Entidade : CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos			Despesa Liquidada		Saldos
			Orçados	Suplementados	Anulados	Total	No Bimestre	Até o Bimestre
01	CIASS DE TURVO		696.300,00	0,00	0,00	696.300,00	158.789,99	372.378,08
01.01.0	CIASS DE TURVO		696.300,00	0,00	0,00	696.300,00	158.789,99	372.378,08
01.01.08	ASSISTENCIA SOCIAL		696.300,00	0,00	0,00	696.300,00	158.789,99	372.378,08
01.01.08.243	Assistencia a Criança e ao Adolescente		696.300,00	0,00	0,00	696.300,00	158.789,99	372.378,08
01.01.08.243.0001	MANUTENÇÃO DO CIASS DE TURVO E MUNICIPIOS LIMITROF		696.300,00	0,00	0,00	696.300,00	158.789,99	372.378,08
08.243.0001.2.001	MANUTENÇÃO DO CIASS DE TURVO E MUNICIPIOS LIMITROFES		696.300,00	0,00	0,00	696.300,00	158.789,99	372.378,08
4.4.90.52.42.00.00.00	Mobiliário em Geral	0001					0,00	793,00
Total por Entidade :			696.300,00	0,00	0,00	696.300,00	158.789,99	372.378,08
Total Geral :			696.300,00	0,00	0,00	696.300,00	158.789,99	372.378,08

Turvo, 13/10/2017

TIAGO ZILLI	Juir Antonio Rovaris	Nestor Reco
Presidente do CIASS	Contador	Responsável pelo Controle Interno

SC

Betha Sistemas

Exercício de 2017

CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

Balancete do Razão de Janeiro até Fevereiro

Contas	Saldo exercício anterior	Movimento do exercício corrente			Razão
		Até período anterior	Do período	Acumulado	Saldos restantes
	Devedor Creditor	Devedor Creditor	Devedor Creditor	Devedor Creditor	Devedor Creditor
ATIVO	133.670,45	0,00	45.480,42	45.480,42	135.761,12
	0,00	0,00	43.389,75	43.389,75	0,00
SICOB_CREDISULCA C/3530-6 MOV	43.916,45	0,00	40.201,92	40.201,92	40.728,62
	0,00	0,00	43.389,75	43.389,75	0,00
SUPRIMENTO DE FUNDOS	0,00	0,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	57.184,00	0,00	2.778,50	2.778,50	59.962,50
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTOGRAFIA	580,00	0,00	0,00	0,00	580,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VEÍCULOS DE TRACÇÃO MECÂNICA	31.990,00	0,00	0,00	0,00	31.990,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVO E PATRIMÔNIO LIQUIDO	0,00	0,00	129.363,88	129.363,88	0,00
	133.670,45	0,00	146.993,08	146.993,08	151.299,65
CIASS CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	0,00	27.517,26	27.517,26	0,00
	0,00	0,00	27.517,26	27.517,26	0,00
INSS	0,00	0,00	1.170,64	1.170,64	0,00
	0,00	0,00	1.170,64	1.170,64	0,00
SICOOB - SISTEMA DE COOPERATIVA DE CRÉDITO	0,00	0,00	2.767,40	2.767,40	0,00
	0,00	0,00	2.767,40	2.767,40	0,00
CERSUL - COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	0,00	0,00	387,27	387,27	0,00
	0,00	0,00	976,71	976,71	589,44
LIVRARIA E PAPELARIA DENTINHO LTDA	0,00	0,00	1.443,78	1.443,78	0,00
	0,00	0,00	2.360,68	2.360,68	916,90
GOLD COMPUTADORES LTDA	0,00	0,00	216,00	216,00	0,00
	0,00	0,00	1.213,50	1.213,50	997,50
MARIA STELA BRISTOT BRINA ME	0,00	0,00	4.084,79	4.084,79	0,00
	0,00	0,00	8.132,37	8.132,37	4.047,58
AMPLA COMERCIAL LTDA EPP	0,00	0,00	1.781,00	1.781,00	0,00
	0,00	0,00	1.808,00	1.808,00	27,00
TECNOELETRO DELLA VECCHIA LTDA EPP	0,00	0,00	350,17	350,17	0,00
	0,00	0,00	350,17	350,17	0,00
CASAGRANDE M. C. EIRELLI EPP	0,00	0,00	412,01	412,01	0,00
	0,00	0,00	412,01	412,01	0,00
DARLETE CANDEO ME	0,00	0,00	513,40	513,40	0,00
	0,00	0,00	546,30	546,30	32,90
BABA ARTES E FIOS LTDA ME	0,00	0,00	73,10	73,10	0,00
	0,00	0,00	73,10	73,10	0,00
OI S.A	0,00	0,00	308,95	308,95	0,00
	0,00	0,00	560,35	560,35	251,40
COPER CALÇADOS E PAPELARIA LTDA	0,00	0,00	91,90	91,90	0,00
	0,00	0,00	221,90	221,90	130,00
SANDRA REGINA BLAZIUS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00
NADIR PAROL CANDEO E CIA LTDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	1.328,70	1.328,70	1.328,70

Betha Sistemas

Exercício de 2017

SC

CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

Balancete do Razão de Janeiro até Fevereiro

Contas	Saldo exercício anterior	Movimento do exercício corrente			Razão
		Até período anterior	Do período	Acumulado	Saldos restantes
	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor
MANTOVANI E CIA LTDA ME	0,00	0,00	3.105,01	3.105,01	0,00
	0,00	0,00	4.963,35	4.963,35	1.858,34
LAURINDO MOVEIS LTDA ME	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	910,13	910,13	910,13
CASAN - COMPANHIA CATARINENSE DE	0,00	0,00	915,89	915,89	0,00
	0,00	0,00	2.085,04	2.085,04	1.169,15
ROMANO COMERCIO VAREJISTA DE CC	0,00	0,00	395,23	395,23	0,00
	0,00	0,00	536,66	536,66	141,43
PANIFICADORA COLONETTI LTDA ME	0,00	0,00	42,59	42,59	0,00
	0,00	0,00	42,59	42,59	0,00
COMERCIAL ATENAS LTDA ME	0,00	0,00	58,00	58,00	0,00
	0,00	0,00	58,00	58,00	0,00
VALCIONE SAVI SANTOS ME	0,00	0,00	337,00	337,00	0,00
	0,00	0,00	337,00	337,00	0,00
SECRETARIA DO ESTADO DA FAZENDA	0,00	0,00	147,09	147,09	0,00
	0,00	0,00	147,09	147,09	0,00
I.N.S.S.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	2.516,90	2.516,90	2.516,90
IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	211,83	211,83	211,83
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	2.102,18	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	2.102,18	2.102,18	0,00
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS	0,00	0,00	2.102,18	2.102,18	0,00
	240.238,08	0,00	0,00	0,00	238.135,90
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	81.143,22	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	81.143,22	81.143,22	0,00
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS	23.322,23	0,00	81.143,22	81.143,22	104.465,45
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	0,00	0,00	55.740,45	55.740,45	55.740,45
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VENCIMENTOS E SALÁRIOS	0,00	0,00	27.517,26	27.517,26	27.517,26
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - INSS	0,00	0,00	1.170,64	1.170,64	1.170,64
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FGTS	0,00	0,00	2.767,40	2.767,40	2.767,40
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMO	0,00	0,00	536,66	536,66	536,66
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADO	0,00	0,00	220,00	220,00	220,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
GÊNEROS ALIMENTAÇÃO	0,00	0,00	9.280,52	9.280,52	9.280,52
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MATERIAL DE EXPEDIENTE	0,00	0,00	2.528,68	2.528,68	2.528,68
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIC	0,00	0,00	3.209,94	3.209,94	3.209,94
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Betha Sistemas

Exercício de 2017

SC

CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

Balancete do Razão de Janeiro até Fevereiro

Contas	Saldo exercício anterior	Movimento do exercício corrente			Razão
		Até período anterior	Do período	Acumulado	Saldos restantes
	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor
UNIFORMES, TECIDOS E AVIAMENTOS	0,00	0,00	1.493,70	1.493,70	1.493,70
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MATERIAL P/MANUT. E BENS IMÓVEIS/INSTA	0,00	0,00	1.659,14	1.659,14	1.659,14
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	0,00	0,00	95,17	95,17	95,17
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO	0,00	0,00	1.179,15	1.179,15	1.179,15
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
COMUNICAÇÃO	0,00	0,00	560,35	560,35	560,35
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO	0,00	0,00	255,00	255,00	255,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO, ENERGIA E	0,00	0,00	3.061,75	3.061,75	3.061,75
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS - PJ	0,00	0,00	205,09	205,09	205,09
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	40.201,92	40.201,92	40.201,92
TRANSFERÊNCIAS DE CONSÓRCIOS PÚBLIC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	38.101,00	38.101,00	38.101,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMEN	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	2.100,92	2.100,92	2.100,92
CONTROLES DA APROVAÇÃO DO PLANEJAMENT	0,00	0,00	1.392.600,00	1.392.600,00	1.392.600,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVISÃO INICIAL DA RECEITA BRUTA	0,00	0,00	696.300,00	696.300,00	696.300,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CRÉDITO INICIAL	0,00	0,00	696.300,00	696.300,00	696.300,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTROLES DA EXECUÇÃO DO PLANEJAMENTO	0,00	0,00	228.136,20	228.136,20	0,00
	0,00	0,00	1.620.736,20	1.620.736,20	1.392.600,00
RECEITA A REALIZAR	0,00	0,00	40.201,92	40.201,92	0,00
	0,00	0,00	696.300,00	696.300,00	656.098,08
Transferencia a consorcios publicos - Jacin	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	15.001,00	15.001,00	15.001,00
Transferencia a consorcios publicos - Ermc	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	2.750,00	2.750,00	2.750,00
Transferencia a consorcios publicos - Mele	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	20.350,00	20.350,00	20.350,00
Outras Receitas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	2.100,92	2.100,92	2.100,92
CRÉDITO DISPONÍVEL	0,00	0,00	80.796,85	80.796,85	0,00
	0,00	0,00	696.300,00	696.300,00	615.503,15
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	0,00	0,00	61.018,95	61.018,95	0,00
	0,00	0,00	80.796,85	80.796,85	19.777,90
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAF	0,00	0,00	46.118,48	46.118,48	0,00
	0,00	0,00	61.018,95	61.018,95	14.900,47

Betha Sistemas

Exercício de 2017

SC

CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

Balancete do Razão de Janeiro até Fevereiro

Contas	Saldo exercício anterior	Movimento do exercício corrente			Razão
		Até período anterior	Do período	Acumulado	Saldos restantes
	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO PAGO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	46.118,48	46.118,48	46.118,48
CONTROLES DEVEDORES	1.101.416,74	0,00	857.500,69	857.500,69	1.958.917,43
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CIASS CONSORCIO INTERMUNICIPAL D	437.000,29	0,00	0,00	0,00	437.000,29
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CIASS CONSORCIO INTERMUNICIPAL D	70.250,00	0,00	0,00	0,00	70.250,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CIASS CONSORCIO INTERMUNICIPAL D	0,00	0,00	696.300,00	696.300,00	696.300,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTROLE DA DISPONIBILIDADE DE RECURSOS	43.916,45	0,00	40.201,92	40.201,92	84.118,37
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MUNICIPIO DE TURVO	166.250,00	0,00	2.100,92	2.100,92	168.350,92
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MUNICIPIO DE JACINTO MACHADO	154.000,00	0,00	15.001,00	15.001,00	169.001,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MUNICIPIO DE ERMO	17.500,00	0,00	2.750,00	2.750,00	20.250,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MUNICIPIO DE TIMBE DO SUL	77.000,00	0,00	0,00	0,00	77.000,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MUNICIPIO DE MELEIRO	101.750,00	0,00	20.350,00	20.350,00	122.100,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MUNICIPIO DE MORRO GRANDE	33.750,00	0,00	0,00	0,00	33.750,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS EXECUTADAS EM CONSÓRCIOS P	0,00	0,00	80.796,85	80.796,85	80.796,85
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTROLES CREDORES	0,00	0,00	1.031.573,63	1.031.573,63	0,00
	1.101.416,74	0,00	1.889.074,32	1.889.074,32	1.958.917,43
CONTRATOS DE RATEIO - A EXECUTAR	0,00	0,00	696.300,00	696.300,00	0,00
	0,00	0,00	696.300,00	696.300,00	0,00
CIASS CONSORCIO INTERMUNICIPAL D	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	437.000,29	0,00	0,00	0,00	437.000,29
CIASS CONSORCIO INTERMUNICIPAL D	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	70.250,00	0,00	0,00	0,00	70.250,00
CIASS CONSORCIO INTERMUNICIPAL D	0,00	0,00	40.201,92	40.201,92	0,00
	0,00	0,00	696.300,00	696.300,00	656.098,08
CIASS CONSORCIO INTERMUNICIPAL D	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	40.201,92	40.201,92	40.201,92
DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RE	0,00	0,00	80.796,85	80.796,85	0,00
	43.916,45	0,00	40.201,92	40.201,92	3.321,52
DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE REC	0,00	0,00	61.018,95	61.018,95	0,00
	0,00	0,00	80.796,85	80.796,85	19.777,90
COMPROMETIDA POR LIQUIDAÇÃO	0,00	0,00	46.118,48	46.118,48	0,00
	0,00	0,00	61.018,95	61.018,95	14.900,47
COMPROMETIDA POR CONSIGNAÇÕES/RET	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	2.728,73	2.728,73	2.728,73

Betha Sistemas

Exercício de 2017

SC

CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

Balancete do Razão de Janeiro até Fevereiro

Contas	Saldo exercício anterior	Movimento do exercício corrente				Razão	
		Até período anterior		Do período		Acumulado	
	Devedor Credor	Devedor Credor		Devedor Credor		Devedor Credor	Devedor Credor
DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE REC	0,00	0,00		0,00		0,00	0,00
	0,00	0,00		43.389,75		43.389,75	43.389,75
A COMPROVAR	0,00	0,00		0,00		0,00	0,00
	550.250,00	0,00		40.201,92		40.201,92	590.451,92
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR (CONSÓR	0,00	0,00		61.018,95		61.018,95	0,00
	0,00	0,00		80.796,85		80.796,85	19.777,90
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	0,00	0,00		46.118,48		46.118,48	0,00
	0,00	0,00		61.018,95		61.018,95	14.900,47
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO PAGO (CC	0,00	0,00		0,00		0,00	0,00
	0,00	0,00		46.118,48		46.118,48	46.118,48
Totais	1.235.087,19	0,00		3.740.395,27		3.740.395,27	3.543.019,00
	1.235.087,19	0,00		3.740.395,27		3.740.395,27	3.543.019,00

Turvo, 13/10/2017

TIAGO ZILLI Presidente do CIASS	Juir Antonio Rovaris Contador	Nestor Reco Responsavel pelo Controle Interno
------------------------------------	----------------------------------	--

Betha Sistemas

Exercício de 2017

SC

CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

Balancete do Razão de Março até Abril

Contas	Saldo exercício anterior	Movimento do exercício corrente			Razão
		Até período anterior	Do período	Acumulado	Saldos restantes
	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor
ATIVO	133.670,45	45.480,42	179.797,55	225.277,97	188.239,92
	0,00	43.389,75	127.318,75	170.708,50	0,00
SICOB_CREDISULCA C/3530-6 MOV	43.916,45	40.201,92	176.478,55	216.680,47	89.888,42
	0,00	43.389,75	127.318,75	170.708,50	0,00
SUPRIMENTO DE FUNDOS	0,00	2.500,00	1.080,00	3.580,00	3.580,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	57.184,00	2.778,50	2.239,00	5.017,50	62.201,50
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FO	580,00	0,00	0,00	0,00	580,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VEÍCULOS DE TRACÇÃO MECÂNICA	31.990,00	0,00	0,00	0,00	31.990,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVO E PATRIMÔNIO LIQUIDO	0,00	129.363,88	137.292,79	266.656,67	0,00
	133.670,45	146.993,08	162.543,18	309.536,26	176.550,04
CIASS CONSORCIO INTERMUNICIPAL D	0,00	27.517,26	93.853,15	121.370,41	0,00
	0,00	27.517,26	93.853,15	121.370,41	0,00
INSS	0,00	1.170,64	0,00	1.170,64	0,00
	0,00	1.170,64	5.200,51	6.371,15	5.200,51
INSS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	7.234,75	7.234,75	7.234,75
SICOOB - SISTEMA DE COOPERATIVA D	0,00	2.767,40	5.059,11	7.826,51	0,00
	0,00	2.767,40	5.059,11	7.826,51	0,00
BETHA SISTEMAS LTDA	0,00	0,00	2.550,00	2.550,00	0,00
	0,00	0,00	2.550,00	2.550,00	0,00
CERSUL - COOPERATIVA DE DISTRIBUI	0,00	387,27	2.084,51	2.471,78	0,00
	0,00	976,71	1.495,07	2.471,78	0,00
LIVRARIA E PAPELARIA DENTINHO LTD/	0,00	1.443,78	1.137,25	2.581,03	0,00
	0,00	2.360,68	372,45	2.733,13	152,10
CATARINA BAZAR LTDA ME	0,00	0,00	19,99	19,99	0,00
	0,00	0,00	19,99	19,99	0,00
GOLD COMPUTADORES LTDA	0,00	216,00	997,50	1.213,50	0,00
	0,00	1.213,50	970,00	2.183,50	970,00
MARIA STELA BRISTOT BRINA ME	0,00	4.084,79	8.534,07	12.618,86	0,00
	0,00	8.132,37	6.651,43	14.783,80	2.164,94
AMPLA COMERCIAL LTDA EPP	0,00	1.781,00	1.473,00	3.254,00	0,00
	0,00	1.808,00	1.446,00	3.254,00	0,00
TECNOELETRO DELLA VECHIA LTDA EP	0,00	350,17	0,00	350,17	0,00
	0,00	350,17	0,00	350,17	0,00
CASAGRANDE M. C. EIRELLI EPP	0,00	412,01	162,93	574,94	0,00
	0,00	412,01	162,93	574,94	0,00
DARLETE CANDEO ME	0,00	513,40	203,00	716,40	0,00
	0,00	546,30	170,10	716,40	0,00
BABA ARTES E FIOS LTDA ME	0,00	73,10	0,00	73,10	0,00
	0,00	73,10	0,00	73,10	0,00
OI S.A	0,00	308,95	827,71	1.136,66	0,00
	0,00	560,35	576,31	1.136,66	0,00

SC

Betha Sistemas

Exercício de 2017

CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

Balancete do Razão de Março até Abril

Contas	Saldo exercício anterior	Movimento do exercício corrente			Razão
		Até período anterior	Do período	Acumulado	Saldos restantes
	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor
COPER CALÇADOS E PAPELARIA LTDA	0,00	91,90	130,00	221,90	0,00
	0,00	221,90	0,00	221,90	0,00
SANDRA REGINA BLAZIUS	0,00	0,00	2.500,00	2.500,00	0,00
	0,00	2.500,00	0,00	2.500,00	0,00
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	10.186,48	10.186,48	10.186,48
NADIR PAROL CANDEO E CIA LTDA	0,00	0,00	1.328,70	1.328,70	0,00
	0,00	1.328,70	0,00	1.328,70	0,00
MANTOVANI E CIA LTDA ME	0,00	3.105,01	8.336,46	11.441,47	0,00
	0,00	4.963,35	6.478,12	11.441,47	0,00
MATERIA PRIMA IND. COM. LTDA	0,00	0,00	566,46	566,46	0,00
	0,00	0,00	566,46	566,46	0,00
LAURINDO MOVEIS LTDA ME	0,00	0,00	910,13	910,13	0,00
	0,00	910,13	0,00	910,13	0,00
CASAN - COMPANHIA CATARINENSE DE	0,00	915,89	2.484,41	3.400,30	0,00
	0,00	2.085,04	2.630,52	4.715,56	1.315,26
ROMANO COMERCIO VAREJISTA DE CC	0,00	395,23	1.035,57	1.430,80	0,00
	0,00	536,66	1.258,42	1.795,08	364,28
LIBERTY SEGUROS S/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	2.588,50	2.588,50	2.588,50
PANIFICADORA COLONETTI LTDA ME	0,00	42,59	36,04	78,63	0,00
	0,00	42,59	36,04	78,63	0,00
COMERCIAL ATENAS LTDA ME	0,00	58,00	0,00	58,00	0,00
	0,00	58,00	0,00	58,00	0,00
VALCIONE SAVI SANTOS ME	0,00	337,00	0,00	337,00	0,00
	0,00	337,00	0,00	337,00	0,00
SECRETARIA DO ESTADO DA FAZENDA/	0,00	147,09	0,00	147,09	0,00
	0,00	147,09	0,00	147,09	0,00
ROGERIO DOS SANTOS MEI	0,00	0,00	1.232,80	1.232,80	0,00
	0,00	0,00	1.232,80	1.232,80	0,00
EGEM - ESCOLA DE GESTÃO PÚBLICA M	0,00	0,00	750,00	750,00	0,00
	0,00	0,00	750,00	750,00	0,00
ISS RETENÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	690,00	690,00	690,00
I.N.S.S.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	2.516,90	8.425,14	10.942,04	10.942,04
IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	211,83	858,90	1.070,73	1.070,73
SANDRA REGINA BLAZIUS	0,00	0,00	1.080,00	1.080,00	0,00
	0,00	0,00	1.080,00	1.080,00	0,00
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	2.102,18	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	2.102,18	0,00	2.102,18	0,00
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS	0,00	2.102,18	0,00	2.102,18	0,00
	240.238,08	0,00	0,00	0,00	238.135,90
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	81.143,22	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	81.143,22	0,00	81.143,22	0,00

Betha Sistemas

Exercício de 2017

SC

CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

Balancete do Razão de Março até Abril

Contas	Saldo exercício anterior	Movimento do exercício corrente			Razão
		Até período anterior	Do período	Acumulado	Saldos restantes
	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS	23.322,23	81.143,22	0,00	81.143,22	104.465,45
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	0,00	55.740,45	149.250,14	204.990,59	204.990,59
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VENCIMENTOS E SALÁRIOS	0,00	27.517,26	93.853,15	121.370,41	121.370,41
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - INSS	0,00	1.170,64	12.435,26	13.605,90	13.605,90
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FGTS	0,00	2.767,40	5.059,11	7.826,51	7.826,51
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMO	0,00	536,66	1.258,42	1.795,08	1.795,08
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADO:	0,00	220,00	0,00	220,00	220,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
GÊNEROS ALIMENTAÇÃO	0,00	9.280,52	10.076,97	19.357,49	19.357,49
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MATERIAL DE EXPEDIENTE	0,00	2.528,68	549,45	3.078,13	3.078,13
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIG	0,00	3.209,94	3.036,54	6.246,48	6.246,48
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
UNIFORMES, TECIDOS E AVIAMENTOS	0,00	1.493,70	566,46	2.060,16	2.060,16
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MATERIAL P/MANUT. E BENS IMÓVEIS/INSTA	0,00	1.659,14	162,93	1.822,07	1.822,07
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	0,00	95,17	0,00	95,17	95,17
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO	0,00	1.179,15	242,17	1.421,32	1.421,32
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
COMUNICAÇÃO	0,00	560,35	576,31	1.136,66	1.136,66
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO	0,00	255,00	1.232,80	1.487,80	1.487,80
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO, ENERGIA E	0,00	3.061,75	4.125,59	7.187,34	7.187,34
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS - PJ	0,00	205,09	16.074,98	16.280,07	16.280,07
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	40.201,92	176.478,55	216.680,47	216.680,47
TRANSFERÊNCIAS DE CONSÓRCIOS PÚBLIC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	38.101,00	167.049,00	205.150,00	205.150,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMEN	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	2.100,92	9.429,55	11.530,47	11.530,47
CONTROLES DA APROVAÇÃO DO PLANEJAMENT	0,00	1.392.600,00	0,00	1.392.600,00	1.392.600,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVISÃO INICIAL DA RECEITA BRUTA	0,00	696.300,00	0,00	696.300,00	696.300,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Betha Sistemas

Exercício de 2017

SC

CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

Balancete do Razão de Março até Abril

Contas	Saldo exercício anterior	Movimento do exercício corrente			Razão
		Até período anterior	Do período	Acumulado	Saldos restantes
	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor
CRÉDITO INICIAL	0,00	696.300,00	0,00	696.300,00	696.300,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTROLES DA EXECUÇÃO DO PLANEJAMENTO	0,00	228.136,20	621.857,72	849.993,92	0,00
	0,00	1.620.736,20	621.857,72	2.242.593,92	1.392.600,00
RECEITA A REALIZAR	0,00	40.201,92	176.478,55	216.680,47	0,00
	0,00	696.300,00	0,00	696.300,00	479.619,53
Transferencia a consorcios publicos - Turvo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	71.500,00	71.500,00	71.500,00
Transferencia a consorcios publicos - Jacinto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	15.001,00	46.599,00	61.600,00	61.600,00
Transferencia a consorcios publicos - Ermo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	2.750,00	5.500,00	8.250,00	8.250,00
Transferencia a consorcios publicos - Timbe	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	23.100,00	23.100,00	23.100,00
Transferencia a consorcios publicos - Meleiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	20.350,00	20.350,00	40.700,00	40.700,00
Outras Receitas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	2.100,92	9.429,55	11.530,47	11.530,47
CRÉDITO DISPONÍVEL	0,00	80.796,85	155.517,24	236.314,09	0,00
	0,00	696.300,00	0,00	696.300,00	459.985,91
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	0,00	61.018,95	152.569,14	213.588,09	0,00
	0,00	80.796,85	155.517,24	236.314,09	22.726,00
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	0,00	46.118,48	137.292,79	183.411,27	0,00
	0,00	61.018,95	152.569,14	213.588,09	30.176,82
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO PAGO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	46.118,48	137.292,79	183.411,27	183.411,27
CONTROLES DEVEDORES	1.101.416,74	857.500,69	512.054,34	1.369.555,03	2.470.971,77
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CIASS CONSORCIO INTERMUNICIPAL D	437.000,29	0,00	0,00	0,00	437.000,29
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CIASS CONSORCIO INTERMUNICIPAL D	70.250,00	0,00	0,00	0,00	70.250,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CIASS CONSORCIO INTERMUNICIPAL D	0,00	696.300,00	0,00	696.300,00	696.300,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTROLE DA DISPONIBILIDADE DE RECURSOS	43.916,45	40.201,92	176.478,55	216.680,47	260.596,92
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MUNICIPIO DE TURVO	166.250,00	2.100,92	150.229,55	152.330,47	318.580,47
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MUNICIPIO DE JACINTO MACHADO	154.000,00	15.001,00	15.799,00	30.800,00	184.800,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MUNICIPIO DE ERMO	17.500,00	2.750,00	2.750,00	5.500,00	23.000,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MUNICIPIO DE TIMBE DO SUL	77.000,00	0,00	7.700,00	7.700,00	84.700,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MUNICIPIO DE MELEIRO	101.750,00	20.350,00	0,00	20.350,00	122.100,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Betha Sistemas

Exercício de 2017

SC

CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

Balancete do Razão de Março até Abril

Contas	Saldo exercício anterior	Movimento do exercício corrente			Razão
		Até período anterior	Do período	Acumulado	Saldos restantes
	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor
MUNICIPIO DE MORRO GRANDE	33.750,00	0,00	0,00	0,00	33.750,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS EXECUTADAS EM CONSÓRCIOS PI	0,00	80.796,85	155.517,24	236.314,09	236.314,09
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTROLE DE ADIANTAMENTOS/SUPRIMENT	0,00	0,00	3.580,00	3.580,00	3.580,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTROLES CREDITORES	0,00	1.031.573,63	878.493,14	1.910.066,77	0,00
	1.101.416,74	1.889.074,32	1.390.547,48	3.279.621,80	2.470.971,77
CONTRATOS DE RATEIO - A EXECUTAR	0,00	696.300,00	0,00	696.300,00	0,00
	0,00	696.300,00	0,00	696.300,00	0,00
CIASS CONSORCIO INTERMUNICIPAL D	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	437.000,29	0,00	0,00	0,00	437.000,29
CIASS CONSORCIO INTERMUNICIPAL D	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	70.250,00	0,00	0,00	0,00	70.250,00
CIASS CONSORCIO INTERMUNICIPAL D	0,00	40.201,92	176.478,55	216.680,47	0,00
	0,00	696.300,00	0,00	696.300,00	479.619,53
CIASS CONSORCIO INTERMUNICIPAL D	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	40.201,92	176.478,55	216.680,47	216.680,47
DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RE	0,00	80.796,85	155.517,24	236.314,09	0,00
	43.916,45	40.201,92	176.478,55	216.680,47	24.282,83
DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE REC	0,00	61.018,95	152.569,14	213.588,09	0,00
	0,00	80.796,85	155.517,24	236.314,09	22.726,00
COMPROMETIDA POR LIQUIDAÇÃO	0,00	46.118,48	137.292,79	183.411,27	0,00
	0,00	61.018,95	152.569,14	213.588,09	30.176,82
COMPROMETIDA POR CONSIGNAÇÕES/RET	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	2.728,73	9.974,04	12.702,77	12.702,77
DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE REC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	43.389,75	127.318,75	170.708,50	170.708,50
A COMPROVAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	550.250,00	40.201,92	176.478,55	216.680,47	766.930,47
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR (CONSÓR	0,00	61.018,95	152.569,14	213.588,09	0,00
	0,00	80.796,85	155.517,24	236.314,09	22.726,00
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	0,00	46.118,48	104.066,28	150.184,76	0,00
	0,00	61.018,95	152.569,14	213.588,09	63.403,33
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO PAGO (CC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	46.118,48	104.066,28	150.184,76	150.184,76

Betha Sistemas

Exercício de 2017

SC

CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

Balancete do Razão de Março até Abril

Contas	Saldo exercício anterior	Movimento do exercício corrente				Razão	
		Até período anterior		Do período		Acumulado	
		Devedor	Credor	Devedor	Credor	Devedor	Saldos restantes
						Credor	Devedor
							Credor
SANDRA REGINA BLAZIUS	0,00	0,00		0,00		0,00	0,00
	0,00	0,00		3.580,00		3.580,00	3.580,00
Totais	1.235.087,19	3.740.395,27		2.478.745,68		6.219.140,95	4.256.802,28
	1.235.087,19	3.740.395,27		2.478.745,68		6.219.140,95	4.256.802,28

Turvo, 13/10/2017

TIAGO ZILLI

Presidente do CIASS

Juir Antonio Rovaris

Contador

Nestor Reco

Responsavel pelo Controle Interno

Betha Sistemas

Exercício de 2017

SC

CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

Balancete do Razão de Maio até Junho

Contas	Saldo exercício anterior	Movimento do exercício corrente			Razão
		Até período anterior	Do período	Acumulado	Saldos restantes
	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor
ATIVO	133.670,45	225.277,97	142.226,65	367.504,62	183.563,46
	0,00	170.708,50	146.903,11	317.611,61	0,00
SICOB_CREDISULCA C/3530-6 MOV	43.916,45	216.680,47	140.226,65	356.907,12	83.211,96
	0,00	170.708,50	146.903,11	317.611,61	0,00
SUPRIMENTO DE FUNDOS	0,00	3.580,00	2.000,00	5.580,00	5.580,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	57.184,00	5.017,50	0,00	5.017,50	62.201,50
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTOGRAFIA	580,00	0,00	0,00	0,00	580,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VEÍCULOS DE TRACÇÃO MECÂNICA	31.990,00	0,00	0,00	0,00	31.990,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVO E PATRIMÔNIO LIQUIDO	0,00	266.656,67	153.421,05	420.077,72	0,00
	133.670,45	309.536,26	165.307,93	474.844,19	188.436,92
CIASS CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	121.370,41	38.175,51	159.545,92	0,00
	0,00	121.370,41	64.858,75	186.229,16	26.683,24
INSS	0,00	1.170,64	19.730,58	20.901,22	0,00
	0,00	6.371,15	21.935,51	28.306,66	7.405,44
INSS	0,00	0,00	7.234,75	7.234,75	0,00
	0,00	7.234,75	0,00	7.234,75	0,00
SICOOB - SISTEMA DE COOPERATIVA DE CRÉDITO	0,00	7.826,51	5.412,59	13.239,10	0,00
	0,00	7.826,51	5.412,59	13.239,10	0,00
BETHA SISTEMAS LTDA	0,00	2.550,00	34,00	2.584,00	0,00
	0,00	2.550,00	2.550,00	5.100,00	2.516,00
CERSUL - COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	0,00	2.471,78	1.385,65	3.857,43	0,00
	0,00	2.471,78	1.385,65	3.857,43	0,00
LIVRARIA E PAPELARIA DENTINHO LTDA	0,00	2.581,03	152,10	2.733,13	0,00
	0,00	2.733,13	0,00	2.733,13	0,00
CATARINA BAZAR LTDA ME	0,00	19,99	0,00	19,99	0,00
	0,00	19,99	0,00	19,99	0,00
GOLD COMPUTADORES LTDA	0,00	1.213,50	970,00	2.183,50	0,00
	0,00	2.183,50	423,00	2.606,50	423,00
MARIA STELA BRISTOT BRINA ME	0,00	12.618,86	9.196,09	21.814,95	0,00
	0,00	14.783,80	7.031,15	21.814,95	0,00
AMPLA COMERCIAL LTDA EPP	0,00	3.254,00	150,00	3.404,00	0,00
	0,00	3.254,00	150,00	3.404,00	0,00
SICOOB - SISTEMA DE COOPERATIVA DE CRÉDITO	0,00	0,00	128,35	128,35	0,00
	0,00	0,00	128,35	128,35	0,00
TECNOELETRO DELLA VECCHIA LTDA EPP	0,00	350,17	0,00	350,17	0,00
	0,00	350,17	0,00	350,17	0,00
CASAGRANDE M. C. EIRELLI EPP	0,00	574,94	212,48	787,42	0,00
	0,00	574,94	212,48	787,42	0,00
DARLETE CANDEO ME	0,00	716,40	0,00	716,40	0,00
	0,00	716,40	0,00	716,40	0,00
BABA ARTES E FIOS LTDA ME	0,00	73,10	0,00	73,10	0,00
	0,00	73,10	0,00	73,10	0,00

Betha Sistemas

Exercício de 2017

SC

CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

Balancete do Razão de Maio até Junho

Contas	Saldo exercício anterior	Movimento do exercício corrente			Razão
		Até período anterior	Do período	Acumulado	Saldos restantes
	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor
OI S.A	0,00	1.136,66	526,98	1.663,64	0,00
	0,00	1.136,66	526,98	1.663,64	0,00
COPER CALÇADOS E PAPELARIA LTDA	0,00	221,90	0,00	221,90	0,00
	0,00	221,90	0,00	221,90	0,00
SANDRA REGINA BLAZIUS	0,00	2.500,00	2.000,00	4.500,00	0,00
	0,00	2.500,00	2.000,00	4.500,00	0,00
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO	0,00	0,00	13.549,43	13.549,43	0,00
	0,00	10.186,48	3.362,95	13.549,43	0,00
NADIR PAROL CANDEO E CIA LTDA	0,00	1.328,70	0,00	1.328,70	0,00
	0,00	1.328,70	0,00	1.328,70	0,00
MANTOVANI E CIA LTDA ME	0,00	11.441,47	7.442,14	18.883,61	0,00
	0,00	11.441,47	7.442,14	18.883,61	0,00
MATERIA PRIMA IND. COM. LTDA	0,00	566,46	0,00	566,46	0,00
	0,00	566,46	0,00	566,46	0,00
LAURINDO MOVEIS LTDA ME	0,00	910,13	0,00	910,13	0,00
	0,00	910,13	0,00	910,13	0,00
CASAN - COMPANHIA CATARINENSE DE	0,00	3.400,30	2.523,37	5.923,67	0,00
	0,00	4.715,56	2.387,00	7.102,56	1.178,89
AISLAN FERROS LTDA ME	0,00	0,00	10.980,00	10.980,00	0,00
	0,00	0,00	10.980,00	10.980,00	0,00
ESTER SCARABELOT DELLA VECHIA	0,00	0,00	6.500,00	6.500,00	0,00
	0,00	0,00	6.500,00	6.500,00	0,00
VIP CAR VEICULOS LTDA	0,00	0,00	500,00	500,00	0,00
	0,00	0,00	500,00	500,00	0,00
ROMANO COMERCIO VAREJISTA DE CC	0,00	1.430,80	1.324,23	2.755,03	0,00
	0,00	1.795,08	1.166,54	2.961,62	206,59
LIBERTY SEGUROS S/A	0,00	0,00	2.588,50	2.588,50	0,00
	0,00	2.588,50	0,00	2.588,50	0,00
PANIFICADORA COLONETTI LTDA ME	0,00	78,63	0,00	78,63	0,00
	0,00	78,63	0,00	78,63	0,00
JUIR ANTONIO ROVARIS	0,00	0,00	9.500,00	9.500,00	0,00
	0,00	0,00	9.500,00	9.500,00	0,00
COMERCIAL ATENAS LTDA ME	0,00	58,00	0,00	58,00	0,00
	0,00	58,00	0,00	58,00	0,00
VALCIONE SAVI SANTOS ME	0,00	337,00	0,00	337,00	0,00
	0,00	337,00	0,00	337,00	0,00
SECRETARIA DO ESTADO DA FAZENDA/	0,00	147,09	0,00	147,09	0,00
	0,00	147,09	0,00	147,09	0,00
ROGERIO DOS SANTOS MEI	0,00	1.232,80	0,00	1.232,80	0,00
	0,00	1.232,80	0,00	1.232,80	0,00
EGEM - ESCOLA DE GESTÃO PÚBLICA M	0,00	750,00	0,00	750,00	0,00
	0,00	750,00	0,00	750,00	0,00
AIR SOLUÇÕES EM PESQUISA E TECN	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	7.690,00	7.690,00	7.690,00
VOLTA GRANDE COMUNICAÇÕES LTDA	0,00	0,00	234,00	234,00	0,00
	0,00	0,00	234,00	234,00	0,00

Betha Sistemas

Exercício de 2017

SC

CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

Balancete do Razão de Maio até Junho

Contas	Saldo exercício anterior	Movimento do exercício corrente			Razão
		Até período anterior	Do período	Acumulado	Saldos restantes
	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor
CARLOS ROBERTO DOS SANTOS EIREI	0,00	0,00	197,60	197,60	0,00
	0,00	0,00	267,90	267,90	70,30
DINGOS POINT GRASS LTDA ME	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	2.145,00	2.145,00	2.145,00
ISS RETENÇÕES	0,00	0,00	690,00	690,00	0,00
	0,00	690,00	34,00	724,00	34,00
I.N.S.S.	0,00	0,00	11.011,97	11.011,97	0,00
	0,00	10.942,04	5.864,62	16.806,66	5.794,69
IRRF	0,00	0,00	1.070,73	1.070,73	0,00
	0,00	1.070,73	619,32	1.690,05	619,32
SANDRA REGINA BLAZIUS	0,00	1.080,00	0,00	1.080,00	0,00
	0,00	1.080,00	0,00	1.080,00	0,00
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	2.102,18	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	2.102,18	0,00	2.102,18	0,00
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS	0,00	2.102,18	0,00	2.102,18	0,00
	240.238,08	0,00	0,00	0,00	238.135,90
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	81.143,22	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	81.143,22	0,00	81.143,22	0,00
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS	23.322,23	81.143,22	0,00	81.143,22	104.465,45
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	0,00	204.990,59	156.789,99	361.780,58	361.780,58
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VENCIMENTOS E SALÁRIOS	0,00	121.370,41	64.858,75	186.229,16	186.229,16
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - INSS	0,00	13.605,90	21.935,51	35.541,41	35.541,41
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FGTS	0,00	7.826,51	5.412,59	13.239,10	13.239,10
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMO	0,00	1.795,08	1.166,54	2.961,62	2.961,62
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADO:	0,00	220,00	110,00	330,00	330,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
GÊNEROS ALIMENTAÇÃO	0,00	19.357,49	11.094,61	30.452,10	30.452,10
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MATERIAL DE EXPEDIENTE	0,00	3.078,13	470,90	3.549,03	3.549,03
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIG	0,00	6.246,48	2.711,59	8.958,07	8.958,07
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
UNIFORMES, TECIDOS E AVIAMENTOS	0,00	2.060,16	0,00	2.060,16	2.060,16
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MATERIAL P/MANUT. E BENS IMÓVEIS/INSTA	0,00	1.822,07	212,48	2.034,55	2.034,55
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	0,00	95,17	0,00	95,17	95,17
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO	0,00	1.421,32	13.832,09	15.253,41	15.253,41
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Betha Sistemas

Exercício de 2017

SC

CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

Balancete do Razão de Maio até Junho

Contas	Saldo exercício anterior	Movimento do exercício corrente			Razão
		Até período anterior	Do período	Acumulado	Saldos restantes
	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor
LOCAÇÃO DE IMÓVEIS	0,00	0,00	6.500,00	6.500,00	6.500,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERV. DE APOIO ADMIN., TÉCNICO E OPERA	0,00	0,00	9.500,00	9.500,00	9.500,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
COMUNICAÇÃO	0,00	1.136,66	526,98	1.663,64	1.663,64
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PUBLICIDADE	0,00	0,00	234,00	234,00	234,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO	0,00	1.487,80	500,00	1.987,80	1.987,80
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO, ENERGIA E	0,00	7.187,34	3.772,65	10.959,99	10.959,99
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS BANCÁRIOS	0,00	0,00	128,35	128,35	128,35
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS - PJ	0,00	16.280,07	13.822,95	30.103,02	30.103,02
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	216.680,47	140.226,65	356.907,12	356.907,12
TRANSFERÊNCIAS DE CONSÓRCIOS PÚBLIC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	205.150,00	128.425,00	333.575,00	333.575,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMEN	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	11.530,47	11.801,65	23.332,12	23.332,12
CONTROLES DA APROVAÇÃO DO PLANEJAMENT	0,00	1.392.600,00	0,00	1.392.600,00	1.392.600,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVISÃO INICIAL DA RECEITA BRUTA	0,00	696.300,00	0,00	696.300,00	696.300,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CRÉDITO INICIAL	0,00	696.300,00	0,00	696.300,00	696.300,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTROLES DA EXECUÇÃO DO PLANEJAMENTO	0,00	849.993,92	616.150,35	1.466.144,27	0,00
	0,00	2.242.593,92	616.150,35	2.858.744,27	1.392.600,00
RECEITA A REALIZAR	0,00	216.680,47	140.226,65	356.907,12	0,00
	0,00	696.300,00	0,00	696.300,00	339.392,88
Transferencia a consorcios publicos - Turvc	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	71.500,00	35.750,00	107.250,00	107.250,00
Transferencia a consorcios publicos - Jacin	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	61.600,00	30.800,00	92.400,00	92.400,00
Transferencia a consorcios publicos - Ermc	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	8.250,00	5.500,00	13.750,00	13.750,00
Transferencia a consorcios publicos - Timb	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	23.100,00	15.400,00	38.500,00	38.500,00
Transferencia a consorcios publicos - Mele	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	40.700,00	20.350,00	61.050,00	61.050,00
Transferencia a consorcios publicos - Morr	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	20.625,00	20.625,00	20.625,00
Outras Receitas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	11.530,47	11.801,65	23.332,12	23.332,12

Betha Sistemas

Exercício de 2017

SC

CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

Balancete do Razão de Maio até Junho

Contas	Saldo exercício anterior	Movimento do exercício corrente			Razão
		Até período anterior	Do período	Acumulado	Saldos restantes
	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor
CRÉDITO DISPONÍVEL	0,00	236.314,09	176.485,36	412.799,45	0,00
	0,00	696.300,00	0,00	696.300,00	283.500,55
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	0,00	213.588,09	158.789,99	372.378,08	0,00
	0,00	236.314,09	176.485,36	412.799,45	40.421,37
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	0,00	183.411,27	140.648,35	324.059,62	0,00
	0,00	213.588,09	158.789,99	372.378,08	48.318,46
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO PAGO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	183.411,27	140.648,35	324.059,62	324.059,62
CONTROLES DEVEDORES	1.101.416,74	1.369.555,03	458.938,66	1.828.493,69	2.929.910,43
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CIASS CONSORCIO INTERMUNICIPAL D	437.000,29	0,00	0,00	0,00	437.000,29
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CIASS CONSORCIO INTERMUNICIPAL D	70.250,00	0,00	0,00	0,00	70.250,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CIASS CONSORCIO INTERMUNICIPAL D	0,00	696.300,00	0,00	696.300,00	696.300,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTROLE DA DISPONIBILIDADE DE RECURSOS	43.916,45	216.680,47	140.226,65	356.907,12	400.823,57
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MUNICIPIO DE TURVO	166.250,00	152.330,47	140.226,65	292.557,12	458.807,12
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MUNICIPIO DE JACINTO MACHADO	154.000,00	30.800,00	0,00	30.800,00	184.800,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MUNICIPIO DE ERMO	17.500,00	5.500,00	0,00	5.500,00	23.000,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MUNICIPIO DE TIMBE DO SUL	77.000,00	7.700,00	0,00	7.700,00	84.700,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MUNICIPIO DE MELEIRO	101.750,00	20.350,00	0,00	20.350,00	122.100,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MUNICIPIO DE MORRO GRANDE	33.750,00	0,00	0,00	0,00	33.750,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS EXECUTADAS EM CONSÓRCIOS P	0,00	236.314,09	176.485,36	412.799,45	412.799,45
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTROLE DE ADIANTAMENTOS/SUPRIMENT	0,00	3.580,00	2.000,00	5.580,00	5.580,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTROLES CREDORES	0,00	1.910.066,77	839.205,15	2.749.271,92	0,00
	1.101.416,74	3.279.621,80	1.298.143,81	4.577.765,61	2.929.910,43
CONTRATOS DE RATEIO - A EXECUTAR	0,00	696.300,00	0,00	696.300,00	0,00
	0,00	696.300,00	0,00	696.300,00	0,00
CIASS CONSORCIO INTERMUNICIPAL D	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	437.000,29	0,00	0,00	0,00	437.000,29
CIASS CONSORCIO INTERMUNICIPAL D	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	70.250,00	0,00	0,00	0,00	70.250,00
CIASS CONSORCIO INTERMUNICIPAL D	0,00	216.680,47	140.226,65	356.907,12	0,00
	0,00	696.300,00	0,00	696.300,00	339.392,88
CIASS CONSORCIO INTERMUNICIPAL D	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	216.680,47	140.226,65	356.907,12	356.907,12

Betha Sistemas
Exercício de 2017

SC

CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

Balancete do Razão de Maio até Junho

Contas	Saldo exercício anterior	Movimento do exercício corrente				Razão	
		Até período anterior	Do período	Acumulado	Saldos restantes	Devedor	Credor
	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor		
DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RE	0,00	236.314,09	176.485,36	412.799,45	11.975,88		
	43.916,45	216.680,47	140.226,65	356.907,12	0,00		
DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE REC	0,00	213.588,09	158.789,99	372.378,08	0,00		
	0,00	236.314,09	176.485,36	412.799,45	40.421,37		
COMPROMETIDA POR LIQUIDAÇÃO	0,00	183.411,27	140.648,35	324.059,62	0,00		
	0,00	213.588,09	158.789,99	372.378,08	48.318,46		
COMPROMETIDA POR CONSIGNAÇÕES/RET	0,00	0,00	12.772,70	12.772,70	0,00		
	0,00	12.702,77	6.517,94	19.220,71	6.448,01		
DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE REC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
	0,00	170.708,50	146.903,11	317.611,61	317.611,61		
A COMPROVAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
	550.250,00	216.680,47	140.226,65	356.907,12	907.157,12		
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR (CONSÓR	0,00	213.588,09	94.932,12	308.520,21	0,00		
	0,00	236.314,09	176.485,36	412.799,45	104.279,24		
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	0,00	150.184,76	115.349,98	265.534,74	0,00		
	0,00	213.588,09	94.932,12	308.520,21	42.985,47		
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO PAGO (CC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
	0,00	150.184,76	115.349,98	265.534,74	265.534,74		
SANDRA REGINA BLAZIUS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
	0,00	3.580,00	2.000,00	5.580,00	5.580,00		
Totais	1.235.087,19	6.219.140,95	2.366.731,85	8.585.872,80	4.867.854,47		
	1.235.087,19	6.219.140,95	2.366.731,85	8.585.872,80	4.867.854,47		

Turvo, 13/10/2017

TIAGO ZILLI
Presidente do CIASS

Juir Antonio Rovaris
Contador

Nestor Reco
Responsável pelo Controle Interno

Betha Sistemas

Exercício de 2017

Período: Janeiro à Fevereiro

Página: 1

SC

CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ORÇAMENTÁRIAS	40.201,92	ORÇAMENTÁRIAS	80.796,85
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	38.101,00	DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	80.796,85
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.100,92	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	31.455,30
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	46.563,05
		INVESTIMENTOS	2.778,50
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	144.544,53	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	107.137,43
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	2.728,73	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	61.018,95
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	80.796,85	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	46.118,48
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	61.018,95		
SALDOS ANTERIORES	43.916,45	SALDOS ATUAIS	40.728,62
BANCO C/ MOVIMENTO	43.916,45	BANCO C/ MOVIMENTO	40.728,62
TOTAL	228.662,90	TOTAL	228.662,90

Turvo, 13/10/2017

TIAGO ZILLI
Presidente do CIASS

Juir Antonio Rovaris
Contador

Nestor Reco
Responsável pelo Controle Interno

SC

CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Liquidada

Betha Sistemas

Exercício de 2017

Período: Janeiro à Abril

Página: 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ORÇAMENTÁRIAS	216.680,47	ORÇAMENTÁRIAS	213.588,09
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	205.150,00	DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	213.588,09
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	11.530,47	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	142.802,82
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	65.767,77
		INVESTIMENTOS	5.017,50
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	226.290,86	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	183.411,27
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	12.702,77	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	183.411,27
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	213.588,09		
SALDOS ANTERIORES	43.916,45	SALDOS ATUAIS	89.888,42
BANCO C/ MOVIMENTO	43.916,45	BANCO C/ MOVIMENTO	89.888,42
TOTAL	486.887,78	TOTAL	486.887,78

Turvo, 13/10/2017

TIAGO ZILLI	Juir Antonio Rovaris	Nestor Reco
Presidente do CIASS	Contador	Responsavel pelo Controle Interno

SC

CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Liquidada

Betha Sistemas

Exercício de 2017

Período: Janeiro à Junho

Página: 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ORÇAMENTÁRIAS	356.907,12	ORÇAMENTÁRIAS	372.378,08
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	333.575,00	DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	372.378,08
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	23.332,12	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	235.009,67
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	132.350,91
		INVESTIMENTOS	5.017,50
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	391.598,79	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	336.832,32
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	19.220,71	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	12.772,70
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	372.378,08	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	324.059,62
SALDOS ANTERIORES	43.916,45	SALDOS ATUAIS	83.211,96
BANCO C/ MOVIMENTO	43.916,45	BANCO C/ MOVIMENTO	83.211,96
TOTAL	792.422,36	TOTAL	792.422,36

Turvo, 13/10/2017

TIAGO ZILLI Presidente do CIASS	Juir Antonio Rovaris Contador	Nestor Reco Responsavel pelo Controle Interno
------------------------------------	----------------------------------	--

1º Bimestre

CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

Demonstrativo dos Recursos Recebidos a Qualquer Título - Anexo TC 06 - Administração Indireta - CIASS - CONSÓRCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAÚDE

Espécie	Recebido	
	No Bimestre	Até o Bimestre
Receitas Orçamentárias		
	Recurso	
4.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0 RECEITAS	40.201,92	40.201,92
4.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0 RECEITAS CORRENTES	40.201,92	40.201,92
4.1.7.0.0.0.0.0.0.0.0 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	38.101,00	38.101,00
4.1.7.2.0.0.0.0.0.0.0 TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	38.101,00	38.101,00
4.1.7.2.3.0.0.0.0.0.0 TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS	38.101,00	38.101,00
4.1.7.2.3.37.0.0.0.0.0 Transferências a Consórcios Públicos	38.101,00	38.101,00
4.1.7.2.3.37.02.0.0.0.0 Transferencia a consorcios publicos - Jacinto Mach	15.001,00	15.001,00
4.1.7.2.3.37.03.0.0.0.0 Transferencia a consorcios publicos - Ermo	2.750,00	2.750,00
4.1.7.2.3.37.05.0.0.0.0 Transferencia a consorcios publicos - Meleiro	20.350,00	20.350,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.100,92	2.100,92
RECEITAS DIVERSAS	2.100,92	2.100,92
4.1.9.0.99.0.0.0.0.0.0 Outras Receitas	2.100,92	2.100,92
Receita Extra Orçamentária	Recurso	0,00
		0,00
Total Geral :		40.201,92
		40.201,92

Turvo, 13/10/2017

TIAGO ZILLI
Presidente do CIASS

Juir Antonio Rovaris
Contador

Nestor Reco
Responsável pelo Controle Interno

2º Bimestre

CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

Demonstrativo dos Recursos Recebidos a Qualquer Título - Anexo TC 06 - Administração Indireta - CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

Espécie	Recebido	
	No Bimestre	Até o Bimestre
Receitas Orçamentárias	Recurso	
4.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0 RECEITAS	176.478,55	216.680,47
4.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0 RECEITAS CORRENTES	176.478,55	216.680,47
4.1.7.0.0.0.0.0.0.0.0.0 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	167.049,00	205.150,00
4.1.7.2.0.0.0.0.0.0.0.0 TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	167.049,00	205.150,00
4.1.7.2.3.0.0.0.0.0.0.0.0 TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS	167.049,00	205.150,00
4.1.7.2.3.37.0.0.0.0.0.0.0.0 Transferências a Consórcios Públicos	167.049,00	205.150,00
4.1.7.2.3.37.01.0.0.0.0.0.0.0.0 Transferencia a consorcios publicos - Turvo	71.500,00	71.500,00
4.1.7.2.3.37.02.0.0.0.0.0.0.0.0 Transferencia a consorcios publicos - Jacinto Mach	46.599,00	61.600,00
4.1.7.2.3.37.03.0.0.0.0.0.0.0.0 Transferencia a consorcios publicos - Ermo	5.500,00	8.250,00
4.1.7.2.3.37.04.0.0.0.0.0.0.0.0 Transferencia a consorcios publicos - Timbe do Sul	23.100,00	23.100,00
4.1.7.2.3.37.05.0.0.0.0.0.0.0.0 Transferencia a consorcios publicos - Meleiro	20.350,00	40.700,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	9.429,55	11.530,47
RECEITAS DIVERSAS	9.429,55	11.530,47
Outras Receitas	9.429,55	11.530,47
Receita Extra Orçamentária	Recurso	0,00
		0,00
Total Geral :	176.478,55	216.680,47

Turvo, 13/10/2017

TIAGO ZILLI
Presidente do CIASS

Juir Antonio Rovaris
Contador

Nestor Reco
Responsável pelo Controle Interno

3º Bimestre

Demonstrativo dos Recursos Recebidos a Qualquer Título - Anexo TC 06 - Administração Indireta - CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

Espécie	Recebido	
	No Bimestre	Até o Bimestre
Receitas Orçamentárias	Recurso	
4.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0 RECEITAS	140.226,65	356.907,12
4.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0 RECEITAS CORRENTES	140.226,65	356.907,12
4.1.7.0.0.0.0.0.0.0.0.0 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	128.425,00	333.575,00
4.1.7.2.0.0.0.0.0.0.0.0 TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	128.425,00	333.575,00
4.1.7.2.3.0.0.0.0.0.0.0 TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS	128.425,00	333.575,00
4.1.7.2.3.37.0.0.0.0.0.0 Transferências a Consórcios Públicos	128.425,00	333.575,00
4.1.7.2.3.37.01.0.0.0.0.0.0 Transferencia a consorcios publicos - Turvo	35.750,00	107.250,00
4.1.7.2.3.37.02.0.0.0.0.0.0 Transferencia a consorcios publicos - Jacinto Mach	30.800,00	92.400,00
4.1.7.2.3.37.03.0.0.0.0.0.0 Transferencia a consorcios publicos - Ermo	5.500,00	13.750,00
4.1.7.2.3.37.04.0.0.0.0.0.0 Transferencia a consorcios publicos - Timbe do Sul	15.400,00	38.500,00
4.1.7.2.3.37.05.0.0.0.0.0.0 Transferencia a consorcios publicos - Meleiro	20.350,00	61.050,00
4.1.7.2.3.37.06.0.0.0.0.0.0 Transferencia a consorcios publicos - Morro Grande	20.625,00	20.625,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	11.801,65	23.332,12
RECEITAS DIVERSAS	11.801,65	23.332,12
Outras Receitas	11.801,65	23.332,12

Recurso	0,00	0,00
---------	------	------

Total Geral : 140.226,65 356.907,12

Responsável pelo Controle Interno

RGF 1 QUAD DE 2017

MUNICÍPIO DE TURVO - SC - PODER EXECUTIVO
 CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE
 RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 JANEIRO/2017 A ABRIL/2017

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)		
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	TOTAL (c = a + b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (CONTRATO DE RATEIO) (I)	152.989,30	0,00	152.989,30
Pessoal Ativo	142.802,82	0,00	142.802,82
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18	10.186,48	0,00	10.186,48
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (CONTRATO DE RATEIO) (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM PESSOAL (CONTRATO DE RATEIO) (III) = (I - II)	152.989,30	0,00	152.989,30
DESPESA COM PESSOAL (RECURSOS PRÓPRIOS) (IV)	0,00	0,00	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III + IV)	152.989,30	0,00	152.989,30
DESPESAS BRUTA COM PESSOAL POR ENTE CONSORCIADO	VALOR TRANSFERIDO POR CONTRATO DE RATEIO	VALOR EXECUTADO	
MUNICIPIO DE TIMBE DO SUL	28.753,77	20.301,84	
MUNICIPIO DE ERMO	10.269,14	7.250,63	
MUNICIPIO DE MORRO GRANDE	15.403,94	10.876,12	
MUNICIPIO DE MELEIRO	37.996,02	26.827,45	
MUNICIPIO DE TURVO	66.749,94	47.129,43	
MUNICIPIO DE JACINTO MACHADO	57.507,66	40.603,83	
TOTAL	216.680,47	152.989,30	

MUNICÍPIO DE TURVO - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2017

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcelamento e Renegociação de Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não P	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	43.916,45	59.711,60	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa	43.916,45	59.711,60	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	43.916,45	89.888,42	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	30.176,82	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	642.129,25	707.960,47	0,00	0,00
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	770.555,10	849.552,56	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	693.499,59	764.597,31	0,00	0,00
OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVO ATUARIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	0,00	12.702,77	0,00	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	22.726,00	0,00	0,00

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE TURVO - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2017

Continuação 2/2

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

FONTE:

MUNICÍPIO DE TURVO - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2017

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º) R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (I)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	642.129,25	707.960,47	0,00	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	141.268,44	155.751,30	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	127.141,60	140.176,17	0,00	0,00

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (V)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE:

MUNICÍPIO DE TURVO - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2017/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Empréstimo	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito previstas no art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001¹	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Empréstimo	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito previstas no art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001¹	0,00	0,00
TOTAL (I)	0,00	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	707.960,47	—
OPERAÇÕES VEDADAS(II)	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (III) = (Ia + II)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	113.273,68	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	101.946,31	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	49.557,23	7,00

OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
Tributos	0,00	0,00
Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00
FGTS	0,00	0,00
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas	0,00	0,00

FONTE:

MUNICÍPIO DE TURVO - SC - PODER EXECUTIVO

CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR

JANEIRO A ABRIL 2017/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RGF – ANEXO 5(Portaria STN nº 72/2012, art. 15, inciso IV, a)

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (f) = (a - (b+c+d+e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos	De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)	Restos a pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)		
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS - CONTRATO DE RATEIO (I)	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS - CONTRATO DE RATEIO (II)	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS PRÓPRIOS (III)	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (IV) = (I + II + III)	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

MUNICÍPIO DE TURVO - SC - PODER EXECUTIVO
CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Até o 1º Quadrimestre de 2017

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente líquida		707.960,47	
DESPESAS COM PESSOAL		VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP		563.413,11	79,58
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <=>		382.298,65	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <=>		363.183,72	51,30
DÍVIDA CONSOLIDADA		VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida		0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		849.552,56	120,00
GARANTIA DE VALORES		VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas		0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		155.751,30	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas		0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas		113.273,68	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		49.557,23	7,00
RESTOS A PAGAR		INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
		22.726,00	47.008,83
Valor Total			

FONTE:

RGF 1 SEM DE 2017

MUNICÍPIO DE TURVO - SC - PODER EXECUTIVO
 CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE
 RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 JANEIRO/2017 A JUNHO/2017

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)		
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	TOTAL (c = a + b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (CONTRATO DE RATEIO) (I)	248.559,10	0,00	248.559,10
Pessoal Ativo	235.009,67	0,00	235.009,67
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18	13.549,43	0,00	13.549,43
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (CONTRATO DE RATEIO) (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM PESSOAL (CONTRATO DE RATEIO) (III) = (I - II)	248.559,10	0,00	248.559,10
DESPESA COM PESSOAL (RECURSOS PRÓPRIOS) (IV)	0,00	0,00	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III + IV)	248.559,10	0,00	248.559,10
DESPESAS BRUTA COM PESSOAL POR ENTE CONSORCIADO	VALOR TRANSFERIDO POR CONTRATO DE RATEIO	VALOR EXECUTADO	
MUNICIPIO DE TIMBE DO SUL	47.362,02		32.984,06
MUNICIPIO DE ERMO	16.914,87		11.779,96
MUNICIPIO DE MORRO GRANDE	25.372,71		17.670,25
MUNICIPIO DE MELEIRO	62.585,51		43.586,09
MUNICIPIO DE TURVO	109.947,77		76.570,39
MUNICIPIO DE JACINTO MACHADO	94.724,24		65.968,35
TOTAL	356.907,12		248.559,10

MUNICÍPIO DE TURVO - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2017

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00
Parcelamento e Renegociação de Dívidas	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	43.916,45	34.893,50	0,00
Disponibilidade de Caixa	43.916,45	34.893,50	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	43.916,45	83.211,96	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	48.318,46	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	642.129,25	736.437,12	0,00
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	0,00%	0,00%	0,00%
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	0,00%	0,00%	0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	770.555,10	883.724,54	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	693.499,59	795.352,09	0,00
<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
PASSIVO ATUARIAL	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	0,00	12.702,77	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	22.726,00	0,00

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE TURVO - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2017

Continuação 2/2

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

FONTE:

MUNICÍPIO DE TURVO - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO DE 2017

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (I)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL IV	642.129,25	736.437,12	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	141.268,44	162.016,17	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	127.141,60	145.814,55	0,00
CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (V)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00
MEDIDAS CORRETIVAS:			

FONTE:

MUNICÍPIO DE TURVO - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2017/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de referência	Até o Semestre de referência (a)
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Empréstimo	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito previstas no art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001¹	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Empréstimo	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito previstas no art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001¹	0,00	0,00
TOTAL (I)	0,00	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	736.437,12	—
OPERAÇÕES VEDADAS(II)	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (III) = (Ia + II)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	117.829,94	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	106.046,95	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	51.550,60	7,00

OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de referência	Até o Semestre de referência (a)
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
Tributos	0,00	0,00
Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00
FGTS	0,00	0,00
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas	0,00	0,00

FONTE:

MUNICÍPIO DE TURVO - SC - PODER EXECUTIVO

CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR

JANEIRO A JUNHO 2017/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF – ANEXO 5(Portaria STN nº 72/2012, art. 15, inciso IV, a)

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (f) = (a - (b+c+d+e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos	De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)	Restos a pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)		
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS - CONTRATO DE RATEIO (I)	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS - CONTRATO DE RATEIO (II)	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS PRÓPRIOS (III)	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (IV) = (I + II + III)	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

MUNICÍPIO DE TURVO - SC - PODER EXECUTIVO
 CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE
 RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Até o 1º Semestre de 2017

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		VALOR ATÉ O BIMESTRE
Receita Corrente líquida		736.437,12
DESPESAS COM PESSOAL		
Despesa Total com Pessoal - DTP		632.115,39
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>		397.676,04
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>		377.792,24
DÍVIDA CONSOLIDADA		
Dívida Consolidada Líquida		0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		883.724,54
GARANTIA DE VALORES		
Total das Garantias Concedidas		0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		162.016,17
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		
Operações de Crédito Externas e Internas		0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas		117.829,94
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		51.550,60
RESTOSA PAGAR		INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO
		DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total		40.421,37
		28.445,49

FONTE:

RGF 2 QUAD DE 2017

MUNICÍPIO DE TURVO - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL
JANEIRO/2017 A AGOSTO/2017

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)		
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	TOTAL (c = a + b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (CONTRATO DE RATEIO) (I)	331.230,85	0,00	331.230,85
Pessoal Ativo	317.681,42	0,00	317.681,42
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18	13.549,43	0,00	13.549,43
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (CONTRATO DE RATEIO) (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM PESSOAL (CONTRATO DE RATEIO) (III) = (I - II)	331.230,85	0,00	331.230,85
DESPESA COM PESSOAL (RECURSOS PRÓPRIOS) (IV)	0,00	0,00	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III + IV)	331.230,85	0,00	331.230,85
DESPESAS BRUTA COM PESSOAL POR ENTE CONSORCIADO	VALOR TRANSFERIDO POR CONTRATO DE RATEIO	VALOR EXECUTADO	
MUNICÍPIO DE TIMBE DO SUL	59.221,38	43.954,68	
MUNICÍPIO DE ERMO	21.150,32	15.698,02	
MUNICÍPIO DE MORRO GRANDE	31.725,93	23.547,46	
MUNICÍPIO DE MELEIRO	78.256,75	58.082,99	
MUNICÍPIO DE TURVO	137.478,40	102.038,01	
MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO	118.442,94	87.909,69	
TOTAL	446.275,72	331.230,85	

MUNICÍPIO DE TURVO - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2017

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcelamento e Renegociação de Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não P	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	43.916,45	59.711,60	24.374,90	0,00
Disponibilidade de Caixa	43.916,45	59.711,60	24.374,90	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	43.916,45	89.888,42	37.814,46	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	30.176,82	13.439,56	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	642.129,25	707.960,47	749.430,72	0,00
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	770.555,10	849.552,56	899.316,86	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	693.499,59	764.597,31	809.385,18	0,00
OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVO ATUARIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	0,00	12.702,77	6.643,39	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	22.726,00	32.074,06	0,00

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE TURVO - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2017

Continuação 2/2

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

FONTE:

MUNICÍPIO DE TURVO - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2017

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º) R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (I)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	642.129,25	707.960,47	749.430,72	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	141.268,44	155.751,30	164.874,76	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	127.141,60	140.176,17	148.387,28	0,00

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (V)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE:

MUNICÍPIO DE TURVO - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2017/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Empréstimo	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito previstas no art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001¹	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Empréstimo	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito previstas no art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001¹	0,00	0,00
TOTAL (I)	0,00	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	749.430,72	—
OPERAÇÕES VEDADAS(II)	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (III) = (Ia + II)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	119.908,92	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	107.918,02	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	52.460,15	7,00

OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
Tributos	0,00	0,00
Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00
FGTS	0,00	0,00
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas	0,00	0,00

FONTE:

MUNICÍPIO DE TURVO - SC - PODER EXECUTIVO

CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR

JANEIRO A AGOSTO 2017/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

RGF – ANEXO 5(Portaria STN nº 72/2012, art. 15, inciso IV, a)

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (f) = (a - (b+c+d+e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos	De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)	Restos a pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)		
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS - CONTRATO DE RATEIO (I)	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS - CONTRATO DE RATEIO (II)	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS PRÓPRIOS (III)	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (IV) = (I + II + III)	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

MUNICÍPIO DE TURVO - SC - PODER EXECUTIVO
CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Até o 2º Quadrimestre de 2017

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente líquida		749.430,72	
DESPESAS COM PESSOAL		VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP		600.068,51	80,07
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <=>		404.692,59	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <=>		384.457,96	51,30
DÍVIDA CONSOLIDADA		VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida		0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		899.316,86	120,00
GARANTIA DE VALORES		VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas		0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		164.874,76	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas		0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas		119.908,92	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		52.460,15	7,00
RESTOS A PAGAR		INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total		32.074,06	17.731,51

FONTE:

RREO 1 BIM DE 2017

R\$ 1,00

Município de Turvo - SC
 CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	696.300,00	696.300,00	40.201,92	5,77	40.201,92	5,77	656.098,08
RECEITAS CORRENTES	696.300,00	696.300,00	40.201,92	5,77	40.201,92	5,77	656.098,08
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	696.300,00	696.300,00	38.101,00	5,47	38.101,00	5,47	658.199,00
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	696.300,00	696.300,00	38.101,00	5,47	38.101,00	5,47	658.199,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	2.100,92	0,00	2.100,92	0,00	-2.100,92
RECEITAS DIVERSAS	0,00	0,00	2.100,92	0,00	2.100,92	0,00	-2.100,92
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	696.300,00	696.300,00	40.201,92	5,77	40.201,92	5,77	656.098,08
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	696.300,00	696.300,00	40.201,92	5,77	40.201,92	5,77	656.098,08
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	20.817,03	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	696.300,00	696.300,00	40.201,92	5,77	61.018,95	8,76	635.281,05
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	—	0,00	—	—	0,00	—	—
Superávit Financeiro	—	0,00	—	—	0,00	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de Turvo - SC
 CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	696.300,00	696.300,00	80.796,85	80.796,85	615.503,15	61.018,95	61.018,95	635.281,05	46.118,48
DESPESAS CORRENTES	666.300,00	666.300,00	78.018,35	78.018,35	588.281,65	58.240,45	58.240,45	608.059,55	44.337,48
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	450.000,00	450.000,00	31.455,30	31.455,30	418.544,70	31.455,30	31.455,30	418.544,70	31.455,30
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	216.300,00	216.300,00	46.563,05	46.563,05	169.736,95	26.785,15	26.785,15	189.514,85	12.882,18
DESPESAS DE CAPITAL	30.000,00	30.000,00	2.778,50	2.778,50	27.221,50	2.778,50	2.778,50	27.221,50	1.781,00
INVESTIMENTOS	30.000,00	30.000,00	2.778,50	2.778,50	27.221,50	2.778,50	2.778,50	27.221,50	1.781,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	696.300,00	696.300,00	80.796,85	80.796,85	615.503,15	61.018,95	61.018,95	635.281,05	46.118,48
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	696.300,00	696.300,00	80.796,85	80.796,85	615.503,15	61.018,95	61.018,95	635.281,05	46.118,48
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	696.300,00	696.300,00	80.796,85	80.796,85	—	61.018,95	61.018,95	—	46.118,48
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	—	—	0,00	—	—	0,00	—

FONTE:

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de Turvo - SC
CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Turvo, 12/10/2017

TIAGO ZILLI
Presidente do CIASSJuir Antonio Rovaris
ContadorNestor Reco
Responsável pelo Controle Interno

Município de Turvo - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Entidade: CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)			R\$ 1,00					
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO (c) = (a-b)					
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS(I)								
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00					
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00					
DESPESAS								
	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (f)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (g)	SALDO (h)=(d-e)	
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS(II)								
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SALDO FINANCEIRO A APLICAR			Em 2017 (i) = (lb - (lIf + lIlg))					
	Em 2016 (i)							SALDO ATUAL (k) = (lIli + lIlii)
Valor(lIli)	0,00	0,00						0,00
FONTE:								

Turvo, 13/10/2017

TIAGO ZILLI
Presidente do CIASS

Juir Antonio Rovaris
Contador

Nestor Reco
Responsavel pelo Controle Interno

Município de Turvo - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO
 Entidade: CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre	
RECEITAS			
Previsão Inicial		696.300,00	
Previsão Atualizada		696.300,00	
Receitas Realizadas		40.201,92	
Déficit Orçamentário		20.817,03	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		0,00	
DESPESAS			
Dotação Inicial		696.300,00	
Créditos Adicionais		0,00	
Dotação Atualizada		696.300,00	
Despesas Empenhadas		80.796,85	
Despesas Liquidadas		61.018,95	
Despesas pagas		46.118,48	
Superavit Orçamentário		0,00	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		80.796,85	
Despesas Liquidadas		61.018,95	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida		664.481,92	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Bimestre	
Regime Geral de Previdência Social			
Receitas Previdenciárias Realizadas (I)		0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (II)		0,00	
Resultado Previdenciário (III) = (I - II)		0,00	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)		0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		0,00	0,00
Resultado Primário		0,00	-20.817,03
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais
			% Mínimo a Aplicar no Exercício
			% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		0,00	25%
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		0,00	60%
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito		0,00	
Despesa de Capital Líquida		2.778,50	27.221,50
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		2017	2025
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores			
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de Turvo - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Entidade: CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		0,00	0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual
			% Mínimo a Aplicar no Exercício
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos		0,00	15,00
			0,00
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente	
			0,00
Total das despesas/RCL (%)			0,00

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Turvo, 13/10/2017

TIAGO ZILLI

Presidente do CIASS

Juir Antonio Rovaris

Contador

Nestor Reco

Responsável pelo Controle Interno

Município de Turvo - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Entidade: CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")										R\$ 1,00
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)	
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)		% (d/Total d)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	696.300,00	696.300,00	80.796,85	80.796,85	100,00	615.503,15	61.018,95	61.018,95	635.281,05	
	696.300,00	696.300,00	80.796,85	80.796,85	100,00	615.503,15	61.018,95	61.018,95	635.281,05	
	696.300,00	696.300,00	80.796,85	80.796,85	100,00	615.503,15	61.018,95	61.018,95	635.281,05	
	696.300,00	696.300,00	80.796,85	80.796,85	100,00	615.503,15	61.018,95	61.018,95	635.281,05	
Assistencia a Criança e ao Adolescente	696.300,00	696.300,00	80.796,85	80.796,85	100,00	615.503,15	61.018,95	61.018,95	635.281,05	
TOTAL (III) = (I + II)	696.300,00	696.300,00	80.796,85	80.796,85	100,00	615.503,15	61.018,95	61.018,95	635.281,05	

FONTE:

Turvo, 13/10/2017

TIAGO ZILLI	Juir Antonio Rovaris	Nestor Reco
Presidente do CIASS	Contador	Responsavel pelo Controle Interno

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de Turvo - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MARÇO/2016 A FEVEREIRO/2017
Entidade: CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

Entidade: CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE															R\$ 1,00
ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2017		
	Mar/2016	Abr/2016	Mai/2016	Jun/2016	Jul/2016	Ago/2016	Sep/2016	Out/2016	Nov/2016	Dez/2016	Jan/2017	Fev/2017		TOTAL (ULT. 12 MES.)	
RECEITAS CORRENTES (I)	100.250,00	32.750,00	61.500,00	50.250,00	41.750,00	54.000,00	60.500,00	63.640,00	73.140,00	86.500,00	1.400,00	38.801,92	664.481,92	696.300,00	
RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
I.P.T.U.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
I.R.R.F.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
I.S.S.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
I.T.B.I.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas Tributárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	100.250,00	32.750,00	61.500,00	50.250,00	41.750,00	54.000,00	60.500,00	61.000,00	70.500,00	86.500,00	0,00	38.101,00	657.101,00	696.300,00	
Cota-Parte do F.P.M.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Cota-Parte do I.C.M.S.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Cota-Parte do I.P.V.A.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Cota-Parte do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Transferências Correntes	100.250,00	32.750,00	61.500,00	50.250,00	41.750,00	54.000,00	60.500,00	61.000,00	70.500,00	86.500,00	0,00	38.101,00	657.101,00	696.300,00	
Transferências da LC 611/1989	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências da LC 871/1996	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.640,00	2.640,00	0,00	1.400,00	700,92	7.380,92	0,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	100.250,00	32.750,00	61.500,00	50.250,00	41.750,00	54.000,00	60.500,00	63.640,00	73.140,00	86.500,00	1.400,00	38.801,92	664.481,92	696.300,00	

FONTE:

Turvo, 13/10/2017

TIAGO ZILLI Presidente do CIASS	Juiz Antonio Rovaris Contador	Nestor Raco Responsável pelo Controle Interno
------------------------------------	----------------------------------	--

Município de Turvo - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO
Entidade: CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

	SALDO		
	Em 31 Dez 2016 (A)	Em 31 Dez 2016 (B)	Em 28 Feb 2017 (C)
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>			
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	43.916,45	43.916,45	25.828,15
Disponibilidade de Caixa	43.916,45	43.916,45	25.828,15
Disponibilidade de Caixa Bruta	43.916,45	43.916,45	40.728,62
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	0,00	14.900,47
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	0,00	0,00	0,00

	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (Vlc - Vlb)	Jan a Feb 2017 (Vlc - Vla)
<u>RESULTADO NOMINAL</u>		
VALOR	0,00	0,00

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

FONTE:

Turvo, 13/10/2017

TIAGO ZILLI
Presidente do CIASS

Juir Antonio Rovaris
Contador

Nestor Reco
Responsável pelo Controle Interno

Município de Turvo - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	696.300,00	40.201,92	17.849,25
Receita Tributária	0,00	0,00	0,00
I.P.T.U.	0,00	0,00	0,00
I.S.S.	0,00	0,00	0,00
I.T.B.I.	0,00	0,00	0,00
I.R.R.F.	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Tributárias	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuição	0,00	0,00	0,00
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00
(-) Aplicações Financeiras	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	696.300,00	38.101,00	14.000,00
F.P.M.	0,00	0,00	0,00
I.P.V.A	0,00	0,00	0,00
I.C.M.S.	0,00	0,00	0,00
Convênios	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	696.300,00	38.101,00	14.000,00
Demais Receitas Correntes	0,00	2.100,92	3.849,25
Dívida Ativa	0,00	0,00	0,00
Diversas Receitas Correntes	0,00	2.100,92	3.849,25
RECEITAS DE CAPITAL (II)	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Convênios	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	0,00	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	696.300,00	40.201,92	17.849,25

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016
DESPESAS CORRENTES (VIII)	666.300,00	78.018,35	83.326,73	58.240,45	65.564,17
Pessoal e Encargos Sociais	450.000,00	31.455,30	48.099,68	31.455,30	48.099,68
Juros e Encargos da Dívida (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	216.300,00	46.563,05	35.227,05	26.785,15	17.464,49
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	666.300,00	78.018,35	83.326,73	58.240,45	65.564,17
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	30.000,00	2.778,50	966,00	2.778,50	966,00
Investimentos	30.000,00	2.778,50	966,00	2.778,50	966,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	30.000,00	2.778,50	966,00	2.778,50	966,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	696.300,00	80.796,85	84.292,73	61.018,95	66.530,17

RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	0,00	-40.594,93	-66.443,48	-20.817,03	-48.680,92
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	0,00	-	0,00	0,00
Superávit Financeiro	-	0,00	-	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	0,00	-	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE	
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				0,00	

Município de Turvo - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Turvo, 13/10/2017

TIAGO ZILLI
Presidente do CIASS

Juir Antonio Rovaris
Contador

Nestor Reco
Responsável pelo Controle Interno

Município de Turvo - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO
Entidade: CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
			R\$ 1,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS				
DESPESAS DE CAPITAL				
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	30.000,00	2.778,50	2.778,50	27.221,50
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	30.000,00	2.778,50	2.778,50	27.221,50
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-30.000,00	-2.778,50	-	-27.221,50

FONTE:

Turvo, 13/10/2017

TIAGO ZILLI Presidente do CIASS	Juir Antonio Rovaris Contador	Nestor Reco Responsável pelo Controle Interno
------------------------------------	----------------------------------	--

RREO 2 BIM DE 2017

R\$ 1,00

Município de Turvo - SC
 CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	696.300,00	696.300,00	40.201,92	5,77	40.201,92	5,77	656.098,08
RECEITAS CORRENTES	696.300,00	696.300,00	40.201,92	5,77	40.201,92	5,77	656.098,08
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	696.300,00	696.300,00	38.101,00	5,47	38.101,00	5,47	658.199,00
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	696.300,00	696.300,00	38.101,00	5,47	38.101,00	5,47	658.199,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	2.100,92	0,00	2.100,92	0,00	-2.100,92
RECEITAS DIVERSAS	0,00	0,00	2.100,92	0,00	2.100,92	0,00	-2.100,92
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	696.300,00	696.300,00	40.201,92	5,77	40.201,92	5,77	656.098,08
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	696.300,00	696.300,00	40.201,92	5,77	40.201,92	5,77	656.098,08
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	20.817,03	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	696.300,00	696.300,00	40.201,92	5,77	61.018,95	8,76	635.281,05
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	—	0,00	—	—	0,00	—	—
Superávit Financeiro	—	0,00	—	—	0,00	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de Turvo - SC
 CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	696.300,00	696.300,00	80.796,85	80.796,85	615.503,15	61.018,95	61.018,95	635.281,05	46.118,48
DESPESAS CORRENTES	666.300,00	666.300,00	78.018,35	78.018,35	588.281,65	58.240,45	58.240,45	608.059,55	44.337,48
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	450.000,00	450.000,00	31.455,30	31.455,30	418.544,70	31.455,30	31.455,30	418.544,70	31.455,30
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	216.300,00	216.300,00	46.563,05	46.563,05	169.736,95	26.785,15	26.785,15	189.514,85	12.882,18
DESPESAS DE CAPITAL	30.000,00	30.000,00	2.778,50	2.778,50	27.221,50	2.778,50	2.778,50	27.221,50	1.781,00
INVESTIMENTOS	30.000,00	30.000,00	2.778,50	2.778,50	27.221,50	2.778,50	2.778,50	27.221,50	1.781,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	696.300,00	696.300,00	80.796,85	80.796,85	615.503,15	61.018,95	61.018,95	635.281,05	46.118,48
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	696.300,00	696.300,00	80.796,85	80.796,85	615.503,15	61.018,95	61.018,95	635.281,05	46.118,48
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	696.300,00	696.300,00	80.796,85	80.796,85	—	61.018,95	61.018,95	—	46.118,48
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	—	—	0,00	—	—	0,00	—

FONTE:

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de Turvo - SC
CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Turvo, 12/10/2017

TIAGO ZILLI
Presidente do CIASSJuir Antonio Rovaris
ContadorNestor Reco
Responsável pelo Controle Interno

Município de Turvo - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2017/BIMESTRE MARÇO - ABRIL
Entidade: CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)							R\$ 1,00
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)				SALDO (c) = (a-b)	
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS(I)							
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00					0,00	
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00					0,00	
	0,00					0,00	
DESPESAS							
		DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (f)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (g)	
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS(II)							
Despesas de Capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2016 (i)	Em 2017 (j) = (Ib - (If + IIfg))				SALDO ATUAL (k) = (Illi + IIIf)	
Valor(III)	0,00	0,00				0,00	
FONTE:							

Turvo, 13/10/2017

TIAGO ZILLI
Presidente do CIASS

Juir Antonio Rovaris
Contador

Nestor Reco
Responsável pelo Controle Interno

Município de Turvo - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2017/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Entidade: CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre	
RECEITAS			
Previsão Inicial		696.300,00	
Previsão Atualizada		696.300,00	
Receitas Realizadas		216.680,47	
Déficit Orçamentário		0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		0,00	
DESPESAS			
Dotação Inicial		696.300,00	
Créditos Adicionais		0,00	
Dotação Atualizada		696.300,00	
Despesas Empenhadas		236.314,09	
Despesas Liquidadas		213.588,09	
Despesas pagas		183.411,27	
Superavit Orçamentário		3.092,38	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		236.314,09	
Despesas Liquidadas		213.588,09	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida		707.960,47	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Bimestre	
Regime Geral de Previdência Social			
Receitas Previdenciárias Realizadas (I)		0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (II)		0,00	
Resultado Previdenciário (III) = (I - II)		0,00	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)		0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		0,00	0,00
Resultado Primário		0,00	3.092,38
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais
			% Mínimo a Aplicar no Exercício
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		0,00	25%
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		0,00	60%
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito		0,00	
Despesa de Capital Líquida		5.017,50	24.982,50
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		2017	2025
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores			
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de Turvo - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2017/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Entidade: CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		0,00	0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Limite Constitucional Anual	
		Valor apurado até o Bimestre	% Aplicado até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos		0,00	15,00
			0,00
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente	
			0,00
Total das despesas/RCL (%)			0,00

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Turvo, 13/10/2017

TIAGO ZILLI

Presidente do CIASS

Juir Antonio Rovaris

Contador

Nestor Reco

Responsável pelo Controle Interno

Município de Turvo - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2016 A ABRIL/2017
Entidade: CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAÚDE

Entidade: CIAS - CONSORCIO INTER DE ASS. SOCIAL E SAUDE															
ESPECIFICAÇÃO		EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2017	
		Mar/2016	Jun/2016	Jul/2016	Ago/2016	Sep/2016	Out/2016	Nov/2016	Dez/2016	Jan/2017	Fev/2017	Mar/2017	Abr/2017		TOTAL (ÚLT.12 MES.)
RECEITAS CORRENTES (I)		61.500,00	50.250,00	41.750,00	54.000,00	60.500,00	63.640,00	73.140,00	86.500,00	1.400,00	38.801,92	104.002,64	72.475,91	707.960,47	696.300,00
RECEITA TRIBUTÁRIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
I.P.T.U.		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
I.R.R.F		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
I.S.S.		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
I.T.B.I.		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Tributárias		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		61.500,00	50.250,00	41.750,00	54.000,00	60.500,00	61.000,00	70.500,00	86.500,00	0,00	38.101,00	95.274,00	71.775,00	691.150,00	696.300,00
Cota-Parte do F.P.M.		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte do I.C.M.S.		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte do I.P.V.A.		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte do ITR.		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes		61.500,00	50.250,00	41.750,00	54.000,00	60.500,00	61.000,00	70.500,00	86.500,00	0,00	38.101,00	95.274,00	71.775,00	691.150,00	696.300,00
Transferências da LC 611/1989		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da LC 871/1996		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.640,00	2.640,00	0,00	1.400,00	700,92	8.728,64	700,91	16.810,47	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)		61.500,00	50.250,00	41.750,00	54.000,00	60.500,00	63.640,00	73.140,00	86.500,00	1.400,00	38.801,92	104.002,64	72.475,91	707.960,47	696.300,00
FONTE: Turvo, 13/10/2017															

FONTE:

Turvo, 13/10/2017

TIAGO ZILLI Presidente do CIASS	Juiz Antonio Rovaris Contador	Nestor Raco Responsável pelo Controle Interno
------------------------------------	----------------------------------	--

Município de Turvo - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2017/BIMESTRE MARÇO - ABRIL
Entidade: CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

	SALDO		
	Em 31 Dez 2016 (A)	Em 28 Fev 2017 (B)	Em 30 Abr 2017 (C)
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>			
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	43.916,45	25.828,15	59.711,60
Disponibilidade de Caixa	43.916,45	25.828,15	59.711,60
Disponibilidade de Caixa Bruta	43.916,45	40.728,62	89.888,42
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	14.900,47	30.176,82
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	0,00	0,00	0,00

	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (Vlc - Vlb)	Jan a Abr 2017 (Vlc - Vla)
<u>RESULTADO NOMINAL</u>		
VALOR	0,00	0,00

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>		VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA		0,00

FONTE:

Turvo, 13/10/2017

TIAGO ZILLI
Presidente do CIASS

Juir Antonio Rovaris
Contador

Nestor Reco
Responsável pelo Controle Interno

Município de Turvo - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2017/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	696.300,00	216.680,47	150.849,25
Receita Tributária	0,00	0,00	0,00
I.P.T.U.	0,00	0,00	0,00
I.S.S.	0,00	0,00	0,00
I.T.B.I.	0,00	0,00	0,00
I.R.R.F.	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Tributárias	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuição	0,00	0,00	0,00
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00
(-) Aplicações Financeiras	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	696.300,00	205.150,00	147.000,00
F.P.M.	0,00	0,00	0,00
I.P.V.A	0,00	0,00	0,00
I.C.M.S.	0,00	0,00	0,00
Convênios	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	696.300,00	205.150,00	147.000,00
Demais Receitas Correntes	0,00	11.530,47	3.849,25
Dívida Ativa	0,00	0,00	0,00
Diversas Receitas Correntes	0,00	11.530,47	3.849,25
RECEITAS DE CAPITAL (II)	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Convênios	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	0,00	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	696.300,00	216.680,47	150.849,25

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016
DESPESAS CORRENTES (VIII)	666.300,00	231.296,59	198.560,93	208.570,59	161.323,10
Pessoal e Encargos Sociais	450.000,00	142.802,82	103.143,62	142.802,82	103.143,62
Juros e Encargos da Dívida (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	216.300,00	88.493,77	95.417,31	65.767,77	58.179,48
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	666.300,00	231.296,59	198.560,93	208.570,59	161.323,10
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	30.000,00	5.017,50	33.402,00	5.017,50	33.402,00
Investimentos	30.000,00	5.017,50	33.402,00	5.017,50	33.402,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	30.000,00	5.017,50	33.402,00	5.017,50	33.402,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	696.300,00	236.314,09	231.962,93	213.588,09	194.725,10
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	0,00	-19.633,62	-81.113,68	3.092,38	-43.875,85
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	0,00	-	0,00	0,00
Superávit Financeiro	-	0,00	-	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	0,00	-	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL			VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA			0,00

Município de Turvo - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2017/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Turvo, 13/10/2017

TIAGO ZILLI
Presidente do CIASS

Juir Antonio Rovaris
Contador

Nestor Reco
Responsável pelo Controle Interno

Município de Turvo - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2017/BIMESTRE MARÇO - ABRIL
Entidade: CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)			SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	0,00	0,00			0,00
DESPESAS					
DESPESAS DE CAPITAL					
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	30.000,00	5.017,50	5.017,50	0,00	24.982,50
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	30.000,00	5.017,50	5.017,50	0,00	24.982,50
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-30.000,00	-5.017,50	-	-	-24.982,50

FONTE:

Turvo, 13/10/2017

TIAGO ZILLI
Presidente do CIASS

Juir Antonio Rovaris
Contador

Nestor Reco
Responsável pelo Controle Interno

RREO 3 BIM DE 2017

R\$ 1,00

Município de Turvo - SC
 CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A JUNHO 2017/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)						
RECEITAS CORRENTES	696.300,00	696.300,00	140.226,65	20,14	356.907,12	339.392,88
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	696.300,00	696.300,00	140.226,65	20,14	356.907,12	339.392,88
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	696.300,00	696.300,00	128.425,00	18,44	333.575,00	362.725,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	696.300,00	696.300,00	128.425,00	18,44	333.575,00	362.725,00
RECEITAS DIVERSAS	0,00	0,00	11.801,65	0,00	23.332,12	-23.332,12
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	11.801,65	0,00	23.332,12	-23.332,12
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	696.300,00	696.300,00	140.226,65	20,14	356.907,12	339.392,88
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)						
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	696.300,00	696.300,00	140.226,65	20,14	356.907,12	339.392,88
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	15.470,96	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	696.300,00	696.300,00	140.226,65	20,14	372.378,08	323.921,92
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	—	0,00	—	—	0,00	—
Superávit Financeiro	—	0,00	—	—	0,00	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de Turvo - SC
 CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A JUNHO 2017/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	696.300,00	696.300,00	176.485,36	412.799,45	283.500,55	158.789,99	372.378,08	323.921,92	324.059,62
DESPESAS CORRENTES	666.300,00	666.300,00	176.485,36	407.781,95	258.518,05	158.789,99	367.360,58	298.939,42	319.042,12
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	450.000,00	450.000,00	92.206,85	235.009,67	214.990,33	92.206,85	235.009,67	214.990,33	200.920,99
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	216.300,00	216.300,00	84.278,51	172.772,28	43.527,72	66.583,14	132.350,91	83.949,09	118.121,13
DESPESAS DE CAPITAL	30.000,00	30.000,00	0,00	5.017,50	24.982,50	0,00	5.017,50	24.982,50	5.017,50
INVESTIMENTOS	30.000,00	30.000,00	0,00	5.017,50	24.982,50	0,00	5.017,50	24.982,50	5.017,50
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	696.300,00	696.300,00	176.485,36	412.799,45	283.500,55	158.789,99	372.378,08	323.921,92	324.059,62
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	696.300,00	696.300,00	176.485,36	412.799,45	283.500,55	158.789,99	372.378,08	323.921,92	324.059,62
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	—	—	32.847,50
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	696.300,00	696.300,00	176.485,36	412.799,45	—	158.789,99	372.378,08	—	356.907,12
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	—	—	0,00	—	—	0,00	—

FONTE:

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de Turvo - SC
CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2017/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Turvo, 13/10/2017

TIAGO ZILLI
Presidente do CIASSJuir Antonio Rovaris
ContadorNestor Reco
Responsável pelo Controle Interno

Município de Turvo - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2017/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Entidade: CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

RECEITAS		PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)				R\$ 1,00
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS(I)							SALDO (c) = (a-b)
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS		0,00				0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS		0,00				0,00	0,00
		0,00				0,00	0,00
DESPESAS							
DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)			DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (f)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (g)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS(II)							
Despesas de Capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINANCEIRO A APLICAR		Em 2016 (i)	Em 2017 (j) = (lb - (lfl + llg))				SALDO ATUAL (k) = (lil + lilj)
Valor(III)		0,00					0,00
FONTE:							

Turvo, 13/10/2017

TIAGO ZILLI
Presidente do CIASS

Juir Antonio Rovaris
Contador

Nestor Reco
Responsavel pelo Controle Interno

Município de Turvo - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2017/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Entidade: CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre	
RECEITAS			
Previsão Inicial		696.300,00	
Previsão Atualizada		696.300,00	
Receitas Realizadas		356.907,12	
Déficit Orçamentário		15.470,96	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		0,00	
DESPESAS			
Dotação Inicial		696.300,00	
Créditos Adicionais		0,00	
Dotação Atualizada		696.300,00	
Despesas Empenhadas		412.799,45	
Despesas Liquidadas		372.378,08	
Despesas pagas		324.059,62	
Superavit Orçamentário		0,00	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		412.799,45	
Despesas Liquidadas		372.378,08	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida		736.437,12	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Bimestre	
Regime Geral de Previdência Social			
Receitas Previdenciárias Realizadas(I)		0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (II)		0,00	
Resultado Previdenciário (III) = (I - II)		0,00	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		0,00	0,00
Resultado Primário		0,00	-15.470,96
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais
			% Mínimo a Aplicar no Exercício
			% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		0,00	25%
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		0,00	60%
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito		0,00	
Despesa de Capital Líquida		5.017,50	24.982,50
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		2017	2025
			2035
			2050
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores			
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de Turvo - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2017/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Entidade: CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		0,00	0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Limite Constitucional Anual	
		Valor apurado até o Bimestre	% Aplicado até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos		0,00	15,00
			0,00
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente	
			0,00
Total das despesas/RCL (%)			0,00

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Turvo, 13/10/2017

TIAGO ZILLI

Presidente do CIASS

Juir Antonio Rovaris

Contador

Nestor Reco

Responsável pelo Controle Interno

Município de Turvo - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2017/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Entidade: CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")										R\$ 1,00
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	696.300,00	696.300,00	176.485,36	412.799,45	100,00	283.500,55	158.789,99	372.378,08	100,00	323.921,92
ASSISTENCIA SOCIAL	696.300,00	696.300,00	176.485,36	412.799,45	100,00	283.500,55	158.789,99	372.378,08	100,00	323.921,92
Assistencia a Criança e ao Adolescente	696.300,00	696.300,00	176.485,36	412.799,45	100,00	283.500,55	158.789,99	372.378,08	100,00	323.921,92
TOTAL (III) = (I + II)	696.300,00	696.300,00	176.485,36	412.799,45	100,00	283.500,55	158.789,99	372.378,08	100,00	323.921,92

FONTE:

Turvo, 13/10/2017

TIAGO ZILLI
Presidente do CIASS

Juir Antonio Rovaris
Contador

Nestor Reco
Responsável pelo Controle Interno

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de Turvo - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO/2016 A JUNHO/2017
Entidade: CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2017
	Jul/2016	Ago/2016	Set/2016	Out/2016	Nov/2016	Dez/2016	Jan/2017	Fev/2017	Mar/2017	Abr/2017	Maio/2017	Jun/2017	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)
RECEITAS CORRENTES (I)	41.750,00	54.000,00	60.500,00	63.640,00	73.140,00	86.500,00	1.400,00	38.801,92	104.002,64	72.475,91	81.367,85	58.858,80	736.437,12
RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
I.P.T.U.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
I.R.R.F.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
I.S.S.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
I.T.B.I.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Tributárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	41.750,00	54.000,00	60.500,00	61.000,00	70.500,00	86.500,00	0,00	38.101,00	95.274,00	71.775,00	74.525,00	53.900,00	686.300,00
Cota-Parte do F.P.M.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte do I.C.M.S.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte do I.P.V.A.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	41.750,00	54.000,00	60.500,00	61.000,00	70.500,00	86.500,00	0,00	38.101,00	95.274,00	71.775,00	74.525,00	53.900,00	686.300,00
Transferências de LC 611/199	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de LC 871/1996	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	2.640,00	2.640,00	0,00	1.400,00	700,92	8.726,64	700,91	6.842,85	4.958,80	28.612,12
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	41.750,00	54.000,00	60.500,00	63.640,00	73.140,00	86.500,00	1.400,00	38.801,92	104.002,64	72.475,91	81.367,85	58.858,80	736.437,12

FONTE:

Turvo, 13/10/2017

TIAGO ZILLI
Presidente do CIASS

Juiz Antonio Rovaris
Contador

Nestor Raco
Responsável pelo Controle Interno

Município de Turvo - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2017/BIMESTRE MAIO - JUNHO
Entidade: CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

	SALDO		
	Em 31 Dez 2016 (A)	Em 30 Abr 2017 (B)	Em 30 Jun 2017 (C)
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>			
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	43.916,45	59.711,60	34.893,50
Disponibilidade de Caixa	43.916,45	59.711,60	34.893,50
Disponibilidade de Caixa Bruta	43.916,45	89.888,42	83.211,96
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	30.176,82	48.318,46
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	0,00	0,00	0,00

	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (Vlc - Vlb)	Jan a Jun 2017 (Vlc - Vla)
<u>RESULTADO NOMINAL</u>		
VALOR	0,00	0,00

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>		VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA		0,00

FONTE:

Turvo, 13/10/2017

TIAGO ZILLI
Presidente do CIASS

Juir Antonio Rovaris
Contador

Nestor Reco
Responsável pelo Controle Interno

Município de Turvo - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2017/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	696.300,00	356.907,12	262.599,25
Receita Tributária	0,00	0,00	0,00
I.P.T.U.	0,00	0,00	0,00
I.S.S.	0,00	0,00	0,00
I.T.B.I.	0,00	0,00	0,00
I.R.R.F.	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Tributárias	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuição	0,00	0,00	0,00
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00
(-) Aplicações Financeiras	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	696.300,00	333.575,00	258.750,00
F.P.M.	0,00	0,00	0,00
I.P.V.A	0,00	0,00	0,00
I.C.M.S.	0,00	0,00	0,00
Convênios	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	696.300,00	333.575,00	258.750,00
Demais Receitas Correntes	0,00	23.332,12	3.849,25
Dívida Ativa	0,00	0,00	0,00
Diversas Receitas Correntes	0,00	23.332,12	3.849,25
RECEITAS DE CAPITAL (II)	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Convênios	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	0,00	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	696.300,00	356.907,12	262.599,25

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016
DESPESAS CORRENTES (VIII)	666.300,00	407.781,95	277.854,00	367.360,58	238.998,64
Pessoal e Encargos Sociais	450.000,00	235.009,67	124.010,57	235.009,67	124.010,57
Juros e Encargos da Dívida (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	216.300,00	172.772,28	153.843,43	132.350,91	114.988,07
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	666.300,00	407.781,95	277.854,00	367.360,58	238.998,64
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	30.000,00	5.017,50	38.858,00	5.017,50	38.858,00
Investimentos	30.000,00	5.017,50	38.858,00	5.017,50	38.858,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	30.000,00	5.017,50	38.858,00	5.017,50	38.858,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	696.300,00	412.799,45	316.712,00	372.378,08	277.856,64

RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	0,00	-55.892,33	-54.112,75	-15.470,96	-15.257,39
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	0,00	-	0,00	0,00
Superávit Financeiro	-	0,00	-	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	0,00	-	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE	
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				0,00	

Município de Turvo - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2017/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Turvo, 13/10/2017

TIAGO ZILLI
Presidente do CIASS

Juir Antonio Rovaris
Contador

Nestor Reco
Responsável pelo Controle Interno

Município de Turvo - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2017/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Entidade: CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RP NÃO PROCESSADOS					Saldo Total L=(e+k)
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a+b) - (c+d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f+g) - (i+j)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2016 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro de 2016 (g)				
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	- 0,00	0,00	- 0,00	0,00	- 0,00	- 0,00	0,00	- 0,00	0,00	- 0,00	- 0,00
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Turvo, 13/10/2017

TIAGO ZILLI
Presidente do CIASS

Juiz Antonio Rovaris
Contador

Nestor Rêco
Responsável pelo Controle Interno

Município de Turvo - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2017/BIMESTRE MAIO - JUNHO
Entidade: CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)			SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	0,00	0,00			0,00
DESPESAS					
DESPESAS DE CAPITAL	30.000,00	5.017,50	5.017,50	0,00	24.982,50
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	30.000,00	5.017,50	5.017,50	0,00	24.982,50
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-30.000,00	-5.017,50	-	-	-24.982,50

FONTE:

Turvo, 13/10/2017

TIAGO ZILLI
Presidente do CIASS

Juir Antonio Rovaris
Contador

Nestor Reco
Responsável pelo Controle Interno

RREO 4 BIM DE 2017

R\$ 1,00

Município de Turvo - SC
 CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A AGOSTO 2017/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	696.300,00	696.300,00	108.743,60	15,62	465.650,72	66,88	230.649,28
RECEITAS CORRENTES	696.300,00	696.300,00	108.743,60	15,62	465.650,72	66,88	230.649,28
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	696.300,00	696.300,00	102.300,00	14,69	435.875,00	62,60	260.425,00
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	696.300,00	696.300,00	102.300,00	14,69	435.875,00	62,60	260.425,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	6.443,60	0,00	29.775,72	0,00	-29.775,72
RECEITAS DIVERSAS	0,00	0,00	6.443,60	0,00	29.775,72	0,00	-29.775,72
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	696.300,00	696.300,00	108.743,60	15,62	465.650,72	66,88	230.649,28
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	696.300,00	696.300,00	108.743,60	15,62	465.650,72	66,88	230.649,28
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	26.184,94	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	696.300,00	696.300,00	108.743,60	15,62	491.835,66	70,64	204.464,34
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	—	0,00	—	—	0,00	—	—
Superávit Financeiro	—	0,00	—	—	0,00	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de Turvo - SC
 CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A AGOSTO 2017/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	696.300,00	696.300,00	111.110,27	523.909,72	172.390,28	119.457,58	491.835,66	204.464,34	478.396,10
DESPESAS CORRENTES	666.300,00	666.300,00	111.110,27	518.892,22	147.407,78	119.457,58	486.818,16	179.481,84	473.378,60
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	450.000,00	450.000,00	82.671,75	317.681,42	132.318,58	82.671,75	317.681,42	132.318,58	310.321,27
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	216.300,00	216.300,00	28.438,52	201.210,80	15.089,20	36.785,83	169.136,74	47.163,26	163.057,33
DESPESAS DE CAPITAL	30.000,00	30.000,00	0,00	5.017,50	24.982,50	0,00	5.017,50	24.982,50	5.017,50
INVESTIMENTOS	30.000,00	30.000,00	0,00	5.017,50	24.982,50	0,00	5.017,50	24.982,50	5.017,50
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	696.300,00	696.300,00	111.110,27	523.909,72	172.390,28	119.457,58	491.835,66	204.464,34	478.396,10
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	696.300,00	696.300,00	111.110,27	523.909,72	172.390,28	119.457,58	491.835,66	204.464,34	478.396,10
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	696.300,00	696.300,00	111.110,27	523.909,72	—	119.457,58	491.835,66	—	478.396,10
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	—	—	0,00	—	—	0,00	—

FONTE:

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de Turvo - SC
CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2017/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Turvo, 13/10/2017

TIAGO ZILLI
Presidente do CIASSJuir Antonio Rovaris
ContadorNestor Reco
Responsável pelo Controle Interno

Município de Turvo - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2017/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Entidade: CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)			R\$ 1,00			
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO (c) = (a-b)			
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS(I)						
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00			
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00			
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (g)	SALDO (h)=(d-e)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS(II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2016 (i)	Em 2017 (j) = (lb - (llf + llg))			SALDO ATUAL (k) = (llli + lljj)	
Valor(III)	0,00				0,00	0,00
FONTE:						

Turvo, 13/10/2017

TIAGO ZILLI
Presidente do CIASS

Juir Antonio Rovaris
Contador

Nestor Reco
Responsavel pelo Controle Interno

Município de Turvo - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A AGOSTO 2017/BIMESTRE JULHO - AGOSTO
 Entidade: CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre	
RECEITAS			
Previsão Inicial		696.300,00	
Previsão Atualizada		696.300,00	
Receitas Realizadas		465.650,72	
Déficit Orçamentário		26.184,94	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		0,00	
DESPESAS			
Dotação Inicial		696.300,00	
Créditos Adicionais		0,00	
Dotação Atualizada		696.300,00	
Despesas Empenhadas		523.909,72	
Despesas Liquidadas		491.835,66	
Despesas pagas		478.396,10	
Superavit Orçamentário		0,00	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		523.909,72	
Despesas Liquidadas		491.835,66	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida		749.430,72	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Bimestre	
Regime Geral de Previdência Social			
Receitas Previdenciárias Realizadas(I)		0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (II)		0,00	
Resultado Previdenciário (III) = (I - II)		0,00	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		0,00	0,00
Resultado Primário		0,00	-26.184,94
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais
			% Mínimo a Aplicar no Exercício
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		0,00	25%
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		0,00	60%
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito		0,00	
Despesa de Capital Líquida		5.017,50	24.982,50
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		2017	2025
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores			
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00

Continua 1/2

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		0,00	0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Limite Constitucional Anual	
		Valor apurado até o Bimestre	% Aplicado até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos		0,00	15,00
			0,00
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente	
			0,00
Total das despesas/RCL (%)			0,00

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Turvo, 13/10/2017

TIAGO ZILLI	Juir Antonio Rovaris	Nestor Reco
Presidente do CIASS	Contador	Responsavel pelo Controle Interno

Município de Turvo - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2017/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Entidade: CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")		R\$ 1,00						
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
							% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	696.300,00	696.300,00	111.110,27	523.909,72	172.390,28	119.457,58	100,00	204.464,34
ASSISTENCIA SOCIAL	696.300,00	696.300,00	111.110,27	523.909,72	172.390,28	119.457,58	100,00	204.464,34
Assistencia a Criança e ao Adolescente	696.300,00	696.300,00	111.110,27	523.909,72	172.390,28	119.457,58	100,00	204.464,34
TOTAL (III) = (I + II)	696.300,00	696.300,00	111.110,27	523.909,72	172.390,28	119.457,58	100,00	204.464,34

FONTE:

Turvo, 13/10/2017

TIAGO ZILLI
Presidente do CIASS

Juir Antonio Rovaris
Contador

Nestor Reco
Responsável pelo Controle Interno

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de Turvo - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2016 A AGOSTO/2017
Entidade: CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2017
	Sep/2016	Out/2016	Nov/2016	Dez/2016	Jan/2017	Fev/2017	Mar/2017	Abr/2017	Mai/2017	Jun/2017	Jul/2017	Ago/2017	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)
RECEITAS CORRENTES (I)	60.500,00	63.540,00	73.140,00	86.500,00	1.400,00	38.801,92	104.002,64	72.475,91	81.367,85	58.858,80	45.839,80	62.903,80	749.430,72
RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
I.P.T.U.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
I.R.R.F.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
I.S.S.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
I.T.B.I.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Tributárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	60.500,00	61.000,00	70.500,00	86.500,00	0,00	38.101,00	95.274,00	71.775,00	74.525,00	53.900,00	43.725,00	58.575,00	714.375,00
Cota-Parte do F.P.M.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte do I.C.M.S.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte do I.P.V.A.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	60.500,00	61.000,00	70.500,00	86.500,00	0,00	38.101,00	95.274,00	71.775,00	74.525,00	53.900,00	43.725,00	58.575,00	714.375,00
Transferências de LC 611/1989	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de LC 871/1996	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	2.540,00	2.540,00	0,00	1.400,00	700,92	8.728,64	700,91	6.842,85	4.958,80	2.114,80	4.328,80	35.055,72
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	60.500,00	63.540,00	73.140,00	86.500,00	1.400,00	38.801,92	104.002,64	72.475,91	81.367,85	58.858,80	45.839,80	62.903,80	749.430,72

FONTE:

Turvo, 13/10/2017

TIAGO ZILLI Presidente do CIASS	Juiz Antonio Rovaris Contador	Nestor Rezo Responsável pelo Controle Interno
------------------------------------	----------------------------------	--

Município de Turvo - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2017/BIMESTRE JULHO - AGOSTO
Entidade: CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

	SALDO		
	Em 31 Dez 2016 (A)	Em 30 Jun 2017 (B)	Em 31 Ago 2017 (C)
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>			
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	43.916,45	34.893,50	24.374,90
Disponibilidade de Caixa	43.916,45	34.893,50	24.374,90
Disponibilidade de Caixa Bruta	43.916,45	83.211,96	37.814,46
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	48.318,46	13.439,56
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	0,00	0,00	0,00

	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (Vlc - Vlb)	Jan a Ago 2017 (Vlc - Vla)
<u>RESULTADO NOMINAL</u>		
VALOR	0,00	0,00

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>		VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA		0,00

FONTE:

Turvo, 13/10/2017

TIAGO ZILLI
Presidente do CIASS

Juir Antonio Rovaris
Contador

Nestor Reco
Responsável pelo Controle Interno

Município de Turvo - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2017/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	696.300,00	465.650,72	358.349,25
Receita Tributária	0,00	0,00	0,00
I.P.T.U.	0,00	0,00	0,00
I.S.S.	0,00	0,00	0,00
I.T.B.I.	0,00	0,00	0,00
I.R.R.F.	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Tributárias	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuição	0,00	0,00	0,00
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00
(-) Aplicações Financeiras	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	696.300,00	435.875,00	354.500,00
F.P.M.	0,00	0,00	0,00
I.P.V.A	0,00	0,00	0,00
I.C.M.S.	0,00	0,00	0,00
Convênios	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	696.300,00	435.875,00	354.500,00
Demais Receitas Correntes	0,00	29.775,72	3.849,25
Dívida Ativa	0,00	0,00	0,00
Diversas Receitas Correntes	0,00	29.775,72	3.849,25
RECEITAS DE CAPITAL (II)	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Convênios	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	0,00	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	696.300,00	465.650,72	358.349,25

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016
DESPESAS CORRENTES (VIII)	666.300,00	518.892,22	421.726,10	486.818,16	388.142,53
Pessoal e Encargos Sociais	450.000,00	317.681,42	224.677,35	317.681,42	224.677,35
Juros e Encargos da Dívida (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	216.300,00	201.210,80	197.048,75	169.136,74	163.465,18
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	666.300,00	518.892,22	421.726,10	486.818,16	388.142,53
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	30.000,00	5.017,50	44.304,00	5.017,50	44.304,00
Investimentos	30.000,00	5.017,50	44.304,00	5.017,50	44.304,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	30.000,00	5.017,50	44.304,00	5.017,50	44.304,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	696.300,00	523.909,72	466.030,10	491.835,66	432.446,53

RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	0,00	-58.259,00	-107.680,85	-26.184,94	-74.097,28
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	0,00	-	0,00	0,00
Superávit Financeiro	-	0,00	-	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	0,00	-	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE	
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				0,00	

Município de Turvo - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2017/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Turvo, 13/10/2017

TIAGO ZILLI
Presidente do CIASS

Juir Antonio Rovaris
Contador

Nestor Reco
Responsável pelo Controle Interno

Município de Turvo - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2017/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Entidade: CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

R\$ 1,00												
PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RP NÃO PROCESSADOS						
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a+b) - (c+d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f+g) - (i+j)	Saldo Total L = (e+k)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2016 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro de 2016 (g)					
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	- 0,00	- 0,00	- 0,00	- 0,00	- 0,00	- 0,00	- 0,00	- 0,00	- 0,00	- 0,00	- 0,00	- 0,00
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FONTE:												

FONTE:

Turvo, 13/10/2017

TIAGO ZILLI
Presidente do CIASS

Juiz Antonio Rovaris
Contador

Nestor Rêco
Responsável pelo Controle Interno

RRRO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

Turvo, 13/10/2017

TIAGO ZILLI
Presidente do CIASS

Juir Antonio Rovaris
Contador

Nestor Reco Responsalvel

Responsável pelo Controle Interno